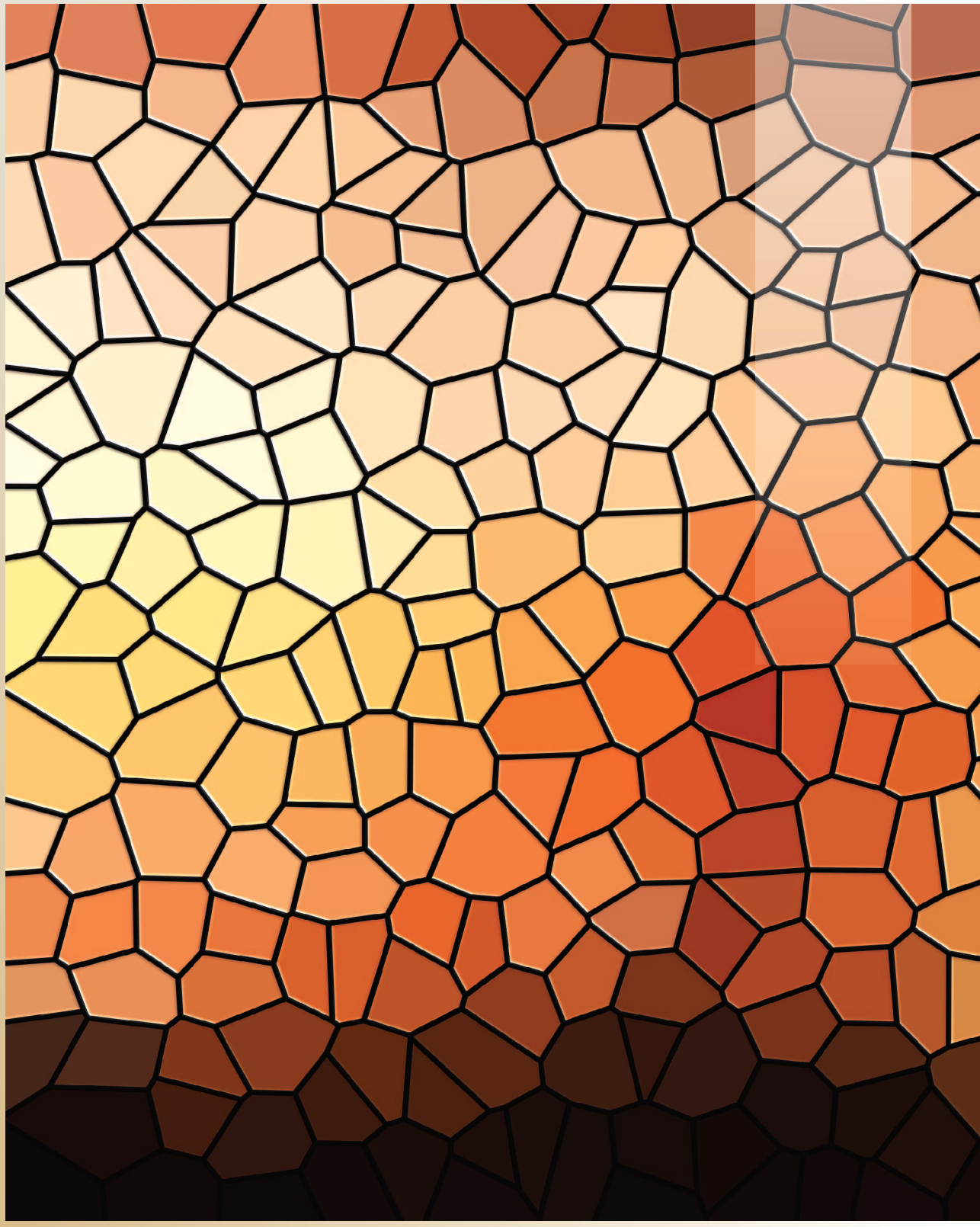
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004

COLEÇÃO DE EMENTAS



CAMPINAS - VOLUME 16



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

COLEÇÃO DE EMENTAS

Campinas - v. 16 - 2002

Organização

Serviço de Documentação e Publicações Técnicas:

Fernanda Babini
Kati Garcia Reina Pedra
Laura Regina Salles Aranha
Vandrécia Scafutto Fiskum

Capa

Marisa Batista da Silva

Catalogação na Publicação (CIP) elaborada pelo
Setor de Biblioteca/TRT 15ª Região

Coleção de Ementas do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. – v. 1, 1987. Campinas/SP, 2012-

Anual

v. 16, 2002

1. Direito do Trabalho - Periódicos - Brasil. 2. Processo Trabalhista - Brasil. 3. Jurisprudência Trabalhista - Brasil. 4. Justiça do Trabalho - Brasil I. Brasil. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. Escola da Magistratura.

CDU - 34:331 (81)
CDD - 344.01

® Todos os direitos reservados:
Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região
Rua Barão de Jaguara, 901 – Centro
13015-927 Campinas – SP
Telefone: (19) 3236-2100
e-mail: documentacao@trt15.jus.br

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

RENATO BURATTO
Presidente

NILDEMAR DA SILVA RAMOS
VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

LORIVAL FERREIRA DOS SANTOS
VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

LUIZ ANTONIO LAZARIM
CORREGEDOR REGIONAL

GERSON LACERDA PISTORI
VICE-CORREGEDOR REGIONAL

SUMÁRIO

VERBETES
TRT da 15ª Região _____ **5**

ABANDONO DE EMPREGO

ABANDONO DE EMPREGO. Tratando-se de fato extintivo do direito do empregado (art. 333, II, do CPC), o ônus de provar o abandono de emprego é do empregador, máxime considerando-se o princípio da continuidade da relação empregatícia, que milita em favor do obreiro. E, configurando-se em justa causa para a rescisão do contrato de trabalho (art. 482, letra "i", da CLT), a prova deve ser robusta e insofismável, sob pena de presumir-se injusta a dispensa. Proc. 27321/01 - Ac. 3ª Turma 16057/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 65

ABONO

ABONO. CONVENCIONAL PRECÁRIO. Habitualidade no pagamento. Inexistência de disposição expressa quanto à natureza do benefício na norma instituidora. Verba Salarial. Direito à integração sobre os títulos do contrato de trabalho pelo período em que a verba é paga. Exegese do § 1º, do art. 457, da CLT. Proc. 28370/99 - Ac. SE 5025/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 18/2/2002, p. 20

AÇÃO

AÇÃO. AJUIZAMENTO CONTRA O ADMINISTRADOR DA EMPRESA. ILEGITIMIDADE DE PARTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 267, VI, DO CPC. Pouco importa se o demandado administra ou não a microempresa de sua sogra ou se a empresa fica nos fundos da casa do demandado. O que interessa é que somente a proprietária da microempresa será parte legítima para figurar no pólo passivo da lide, não podendo a ação ser ajuizada em face do administrador. Processo que se extingue, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, em face da ilegitimidade de parte do reclamado. Proc. 35595/01 - Ac. 5ª Turma 1504/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA. FRAUDE CONTRA CREDORES. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Por não envolver conflito de interesses de trabalhadores e empregadores, a ação pauliana ou revocatória refoge à competência da Justiça do Trabalho, pena de ofensa direta ao art. 114 da CF. Proc. 27401/01 - Ac. 1ª Turma 12505/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/8/2002, p. 7

AÇÃO ANTERIORMENTE AJUIZADA PELO SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL. REPETIÇÃO DE AÇÃO INDIVIDUAL COM OS MESMOS PEDIDOS E CAUSA DE PEDIR. LITISPENDÊNCIA CARACTERIZADA. A litispendência se configura quando se repete ação que já está em curso, ou seja, quando há identidade de partes, causa de pedir e pedido. Entretanto, esta tríplice identidade não é absoluta, vez que em determinadas situações poderá ser caracterizada sem que haja identidade de partes. É o que ocorre com a chamada substituição processual, onde o sindicato ingressa com ação em nome próprio em defesa dos direitos de toda a categoria, esclarecendo que, embora o trabalhador não figure no pólo ativo da ação ajuizada pelo sindicato, o direito material lhe pertence, porquanto se trata de uma substituição de parte anômala, extraordinária, autorizada por lei. Assim, ingressando o autor com ação individual onde se denota identidade de pedidos e causa de pedir com a ação anteriormente ajuizada pelo Sindicato, correta a decisão de origem que acolheu a litispendência, extinguindo o processo sem julgamento do mérito. Proc. 11989/00 - Ac. SE 18092/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 8

AÇÃO ANULATÓRIA

AÇÃO ANULATÓRIA. ARREMATAÇÃO. PENHORA DE IMÓVEL SEM REGISTRO. Afronta a ordem lógica e a legislação vigente (art. 659, § 4º, do CPC), caracterizando inadmissível inversão processual, a determinação de prosseguimento da execução, com atos expropriatórios e declaração de ineficácia de alienação anterior, quando ainda não efetivado o registro da penhora perante o CRI. O praceamento e a alienação judicial são atos naturalmente vinculados à penhora, dela dependentes. Ausente um dos requisitos legais para a constituição desta, não pode a execução prosseguir, sob pena de restar maculada a arrematação e seus efeitos, inclusive perante terceiros. Além disso, a condução da execução, nesses termos, desconsidera a publicidade e a segurança que o legislador visou garantir com a imposição do registro da constrição do bem imóvel. Proc. 6298/02 - Ac. 2ª Turma 15110/02-PATR. Rel. Desig. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 22/8/2002, p. 23

AÇÃO ANULATÓRIA. CONVENÇÕES COLETIVAS. COMPETÊNCIA. SINDICATOS. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. Falece competência à justiça do trabalho para processar e julgar ação anulatória de convenção coletiva, proposta por sindicato, cuja matéria principal reside na própria representação sindical da categoria - art. 114 da CF c/c Lei n. 8.984/95. Proc. 1568/01-AA - Ac. SE 1326/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 14/11/2002, p. 11

AÇÃO ANULATÓRIA. CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAL E CONFEDERATIVA. CONVENÇÃO COLETIVA. REQUISITOS. Fere o princípio da liberdade sindical, preconizado pelo art. 8º, inciso V, da CF, cláusula ajustada em convenção e/ou acordo coletivo que não limita o desconto da contribuição confederativa aos associados da entidade sindical, e não reserva aos empregados o direito de oposição ao desconto da contribuição assistencial - Precedentes do E. STF. Proc. 94/02-AA - Ac. SE 1414/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/12/2002, p. 7

AÇÃO CAUTELAR

AÇÃO CAUTELAR. DE ARRESTO. PROCEDÊNCIA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ORDINÁRIO. INCABÍVEL. Segundo o art. 895 da CLT, o recurso ordinário é cabível somente das decisões definitivas, proferidas pelas Varas do Trabalho ou pelos Tribunais do Trabalho, destes nos processos de competência originária. Ora, a ação cautelar, a qual não se confunde com a medida cautelar, tem como características a acessoriedade, instrumentalidade e provisoriedade e, portanto, somente podendo ser definitiva a decisão proferida na ação principal, no caso, a reclamatória trabalhista. Por isso mesmo, também é incabível a utilização do processo cautelar como substitutivo do processo de conhecimento ou do processo de execução, mediante extração de carta de sentença do processo cautelar para prosseguimento da execução, constituindo-se verdadeira afronta à lei a utilização de título executivo oriundo de uma ação cautelar, resultando num procedimento anômalo, afoito e destituído de qualquer embasamento legal e jurídico. Proc. 31994/99 - Ac. SE 26920/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 15/7/2002, p. 98

AÇÃO CAUTELAR. DE ATENTADO. INADEQUAÇÃO. A ação cautelar de atentado deve ser utilizada somente nos casos expressos no art. 879, do CPC, sendo impertinente seu uso para obter efetivação do cumprimento de obrigação estatuída em sentença de conhecimento. Se o devedor se recusa a cumprir integralmente suas obrigações decorrentes de sentença, principalmente tratando-se de obrigação de fazer, a via adequada é buscar a consagração do comando decisório no âmbito da própria execução, em que o juiz possui um amplo poder geral de cautela e o próprio contraditório é limitado, diante dos seus objetivos precípuos. Proc. 38863/01 - Ac. 3ª Turma 16098/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 70

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CARÊNCIA. MATÉRIA REGULADA EM CONVENÇÃO COLETIVA. O pedido de fechamento de estabelecimento comercial aos domingos e feriados, sob pena de multa diária, não pode ser formulado em ação civil pública, quando a matéria já se encontra inteiramente regulada em convenção coletiva. Quando isso ocorre, somente é cabível a ação de cumprimento, que possui requisitos próprios e não pode ser substituída pela ação civil pública (art. 872, parágrafo único, da CLT). LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. JUIZ SUBSTITUTO. QUESTIONAMENTO. Provoca incidente manifestamente infundado e litiga de má-fé a parte que questiona a competência de Juiz de primeiro grau, legalmente convocado pelo TRT, para substituir Juiz togado deste último. Proc. 16793/01 - Ac. 2ª Turma 12883/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 8/4/2002, p. 39

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL DO JUÍZO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA. Visando a ação civil pública a proteção de direitos individuais homogêneos, a competência funcional para apreciar o feito é do Juízo de Primeiro Grau, por aplicação subsidiária dos arts. 91 do CDC e 21 da Lei n. 7.347/85, eis que inexiste no processo do trabalho disposição específica. SINDICATO. NÃO ASSOCIADOS. COBRANÇA DE VALOR MONETÁRIO PARA HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÕES. ILEGALIDADE. Constitui violação ao disposto no inciso VII do art. 477 da CLT, a cobrança pelo sindicato de qualquer importância monetária por ocasião do ato homologatório de rescisões contratuais. Proc. 32907/01 - Ac. 5ª Turma 16513/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÕES IRREGULARES SEM CONCURSO PÚBLICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO EM RAZÃO DA MATÉRIA. Toda e qualquer causa de pedir decorrente de matéria tratada em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Trabalho, ainda

que envolva interesses difusos ou coletivos da sociedade em detrimento de servidores municipais contratados irregularmente à luz do inciso II do art. 37, da CF, deve ser apreciada pela Justiça do Trabalho, por força não só do que diz o art. 114 da Lei Maior, como também da teleologia contida no Código de Defesa do Consumidor e na Lei n. 7.347/85. Afinal, toda discussão passaria, necessariamente, pela declaração de constitutividade ou não das relações de trabalho que, bem ou mal, só estão sendo questionadas pelo Ministério Público do Trabalho. Proc. 36645/01 - Ac. 3ª Turma 4968/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/6/2002, p. 30

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRABALHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. O Brasil, gradativamente, vem enquadrando-se na política internacional de proteção dos direitos humanos, inclusive dos direitos das crianças e adolescentes, tendo, para tanto, ratificado a Declaração dos Direitos da Criança, em 1959, e a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 24/09/90. Na esteira da tendência dos debates internacionais, o Brasil fez incluir importantes dispositivos na CF/88, dentre os quais os arts. 203, 227 e 228. Ainda, foram promulgados o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei n. 10.097/00. Todo esse arcabouço jurídico enfatiza a concepção de que crianças e adolescentes devem ter resguardados a primazia na prestação de socorros, a precedência de atendimento nos serviços públicos, preferência na formulação e execução de políticas sociais e, por derradeiro, privilégio da destinação de recursos públicos para a proteção infanto-juvenil. O estímulo à aprendizagem, em termos de formação técnico-profissional, subordina-se à garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular por parte do adolescente. De conseqüência, proliferam entidades, ainda que com boas intenções, espalhando o trabalho infantil e realizando verdadeira intermediação de mão-de-obra, sob os auspícios de realizarem atividades filantrópica e social, reduzindo a incidência de menores de rua e de marginalidade infantil, encaminhando-os ao mercado de trabalho, sem qualquer proteção e cumprimento desse arcabouço jurídico. O trabalho educativo é aquele em que a dimensão produtiva está subordinada à dimensão formativa. Distingue-se do trabalho "stricto sensu", subordinado, por não restar configurada, precipuamente, a sua finalidade econômica e, sim, uma atividade laborativa, que se insira no contexto pedagógico, voltada mais ao desenvolvimento pessoal e social do educando. Não encontradas essas características, a entidade está descumprindo os ditames legais, devendo abster-se dessas práticas, pelo que tem pertinência a Ação Civil Pública. Proc. 2136/02 - Ac. 3ª Turma 12795/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/8/2002, p. 23

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRANSFERÊNCIA DE FUNCIONÁRIOS. CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. É vedada a contratação indiscriminada de estagiários para o exercício de funções específicas bancárias e para preenchimento de vagas decorrentes de transferência unilateral e abusiva de funcionários, sob pena de afronta ao direito difuso da sociedade consubstanciado no preenchimento de cargos por meio de concurso público exigido também para a administração pública indireta. Proc. 29126/01 - Ac. 1ª Turma 26927/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 230

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. A ação civil pública vem referida na Carta Magna e confere ao MP legitimidade para promovê-la (art. 129, III) e, genericamente pode versar sobre qualquer interesse difuso ou coletivo (inciso IV, art. 1º, Lei n. 7.347/85, com redação dada pela Lei n. 8.078/90). No campo das relações de trabalho ao Ministério Público do Trabalho compete promover dita ação no âmbito da Justiça do Trabalho para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos (art. 83, III, LC n. 75/93). O dito interesse coletivo é o transindividual de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base (art. 81, parágrafo único, da Lei n. 7.347/85). Os indivíduos, nesta categoria, não necessitam ser determinados, mas são determináveis. Por exemplo os moradores de um condomínio, os internos de uma instituição, os empregados de uma empresa. A indivisibilidade do direito consiste em afirmar que o quinhão de cada um não pode ser determinado e, por isto, merece proteção como um todo, que ao grupo pertence, abstraindo-se a situação individual de cada integrante. Por exemplo o direito ao reconhecimento dos contratos de trabalho, o direito a um meio ambiente laboral salutar, o direito à saúde e à medicina do trabalho. Casos individuais podem e devem ser apontados na causa de pedir, como ilustrativos, sem que, com isto, a ação caracterize desvio de finalidade quanto a seu objeto próprio. Recurso Ordinário a que se dá provimento para anular a decisão de origem que extinguiu o feito sem julgamento de mérito por carência da ação, ao declarar a ilegitimidade ativa do Parquet do trabalho Proc. 14821/01 - Ac. 3ª Turma 14080/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 8/4/2002, p. 79

AÇÃO DECLARATÓRIA

AÇÃO DECLARATÓRIA. EXPECTATIVA DE DIREITO. Não se fundando a causa de pedir em disposição

contida no ordenamento jurídico atual ou pretérito, mas sim em mera expectativa de direito futuro, ausente está a condição da ação relativa ao interesse de agir do demandante. Proc. 27985/01 - Ac. 3ª Turma 16066/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 65

AÇÃO MONITÓRIA

AÇÃO MONITÓRIA. PROVA ESCRITA DO DÉBITO. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.102,"A", NO PROCESSO DO TRABALHO. Com o perfil marcado por reduzida fase cognitiva, e dilação probatória sumária, a ação monitória exige que a prova escrita seja robusta e substancial. Proc. 34512/01 - Ac. 4ª Turma 10853/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 25/7/2002, p. 78

AÇÃO RESCISÓRIA

AÇÃO RESCISÓRIA. Ação rescisória não é sucedâneo de recurso, nem está equiparada a uma última instância de rejulgamento da causa, razão pela qual tem no art. 485 do CPC suas hipóteses taxativas. Neste sentido, a interpretação dos respectivos fundamentos legais contidos no Código Buzaid deve ser restritiva. Não fosse assim de toda coisa julgada caberia rescisória. O Juízo rescisório, que desconstitui coisa julgada, não deve ser pretexto para protelar a efetividade processual, razão pela qual não comporta sequer suspensão da sentença reincidenda (art. 489 do CPC). Tratando-se de dispositivo legal de interpretação controvertida não há falar em violar literal disposição de Lei (inciso V, art. 485 do CPC, interpretado pelo Enunciado n. 83 do C. TST). Proc. 1734/01-ARE - Ac. SE 674/02-A. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 17/5/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ABRANGÊNCIA. A ação rescisória não procede quando a parte a utiliza como peça recursal, com o escopo de promover a reapreciação de fatos e provas analisados pela decisão rescindenda. Proc. 944/01-ARE - Ac. SE 910/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 1

AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO JUDICIAL. LIDE SIMULADA. DESCONSTITUIÇÃO DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DA AVENÇA. O acordo firmado pelas partes em reclamatória ajuizada com propósito de fraudar direitos do obreiro não pode ser homologado. Pretensão rescisória que deve ser acolhida. Proc. 655/99-ARE - Ac. SE 538/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 51

AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO JUDICIAL. MEDIDA ADEQUADA PARA IMPUGNAÇÃO. A decisão homologatório de acordo judicial equivale a sentença de mérito, e por isso somente pela via rescisória pode ser atacada (Enunciado n. 259 do C. TST). Proc. 1354/98-ARE - Ac. SE 1135/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ACORDO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. ERRO DE FATO. A decisão que deixa de homologar acordo judicial celebrado entre as partes, não é passível de ação rescisória, uma vez que trata-se de mera decisão terminativa do feito e que não analisa o mérito da demanda. Não se pode, pois, dizer que houve erro de fato, se a decisão apreciou todos os elementos dos autos, para concluir pela prática de ato simulado. Proc. 125/01-ARE - Ac. SE 557/02-A. Rel. Maria Cristina Mattioli. DOE 16/4/2002, p. 52

AÇÃO RESCISÓRIA. AJUIZAMENTO. PRAZO. MATÉRIA NÃO OBJETO DO APELO. TRÂNSITO EM JULGADO POR OCASIÃO DO VENCIMENTO DO PRAZO RECURSAL. Se a matéria versada na rescisória não foi objeto do apelo interposto, o trânsito em julgado da decisão rescindenda, para efeitos de ajuizamento da ação corte, dá-se no dia seguinte ao término do prazo recursal. Proc. 115/01-ARE - Ac. SE 851/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, III, CPC. CONFIGURAÇÃO. É imprescindível à caracterização do dolo ensejador da ação de corte rescisório a existência de nexo causal entre o logro e a solução tomada pelo julgador, de modo que sem aquele esta seria diversa. Proc. 036/01-ARE - Ac. SE 1131/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. CONFISSÃO. A permissão legal para a desconstituição da coisa julgada cinge-se às estritas hipóteses do art. 485 do CPC como razão de segurança jurídica em prol da coisa julgada. A razoável interpretação do dispositivo de lei não dá margem à rescindibilidade do julgado, atraindo a

aplicação do Enunciado n. 83 do C. TST. Proc. 244/01-ARE - Ac. SE 1334/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 29/11/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. CONFISSÃO. PRETENSÃO A ENQUADRAMENTO DE EMPREGADO COMO RURAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTCO-PROBATÓRIO PRODUZIDO NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. INVIABILIDADE. A ação rescisória, dada a sua excepcionalidade, não se destina a corrigir, mediante reapreciação de fatos e provas constantes da ação principal, decisão transitada em julgado, em evidente rejulgamento desta. Proc. 1979/00-ARE - Ac. SE 1213/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 11/10/2002, p. 6

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INAPLICABILIDADE DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL CONTIDA NO ENUNCIADO N. 83 DO C. TST. Embora controvertida a questão, atraindo à primeira vista a incidência do Enunciado n. 83 do C. TST, a matéria versada é de índole constitucional, isto é, a invocada violação teria sido praticada contra texto da Constituição Federal. Nessa hipótese, em que a norma interpretada tem assento constitucional, não se aplica referida orientação jurisprudencial, afigurando-se-me cabível o manejo da ação rescisória. Proc. 1196/01-ARE - Ac. SE 892/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/8/2002, p. 49

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. POSTULAÇÃO GENÉRICA. INDISPENSÁVEL INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO AÇÃO IPROCEDENTE. É imprescindível à viabilidade da rescisória ajuizada com apoio no art. 485, V, do CPC, que o tema rescindendo tenha sido expressamente pronunciado na decisão que se visa rescindir. Somente a ventilação explícita de tese sobre a matéria permite ao Juízo rescisório concluir a respeito da ocorrência do vício sobre o qual se funda a ação. Assim, a falta de apontamento da regra legal que teria sido afrontada leva à improcedência do pedido de corte rescisório. Proc. 299/01-ARE - Ac. SE 1331/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 29/11/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, V, CPC. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO PRODUZIDO NA RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. INVIABILIDADE. A ação rescisória, dada a sua excepcionalidade, não se destina a corrigir, mediante reapreciação de fatos e provas constantes da ação principal, decisão transitada em julgado, em evidente rejulgamento desta. Proc. 639/98-ARE - Ac. SE 1133/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, VIII, CPC. CONFISSÃO. A confissão a que se refere o art. 485, VIII, do CPC é a real, meio de prova pelo qual admite a parte, mediante dolo, erro ou coação, um fato contrário a seu próprio interesse e favorável ao adversário. Não se trata, portanto, da confissão decorrente da revelia. Proc. 107/01-ARE - Ac. SE 1130/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DA RESCISÃO DO JULGADO E CONSEQÜENTE REQUERIMENTO DE NOVO JULGAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 488, INCISO I, DO CPC. Indefere-se a petição inicial, por inepta, quando não constar os requerimentos, obrigatórios, da rescisão do julgado e de novo julgamento, a teor do art. 488, inciso I, do CPC, extinguindo-se o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, inciso I, desse mesmo diploma legal. Proc. 947/01-ARE - Ac. SE 886/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 16/8/2002, p. 49

AÇÃO RESCISÓRIA. AUTOR REVEL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DECADÊNCIA. OCORRÊNCIA. Opera-se a decadência do direito para o ajuizamento da ação rescisória, quando a parte, revel na reclamação trabalhista, toma ciência do processo antes de esgotado o prazo previsto no art. 495 do CPC, mas não ingressa com a ação, oportunamente. Afinal, o prazo em questão é contado da data do trânsito em julgado da sentença rescindenda, não daquela em que a parte tomou ciência da existência do feito. Proc. 1707/99-ARE - Ac. SE 968/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 30/8/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. COISA JULGADA. VÍCIOS. ÔNUS PROBATÓRIO. Cabe ao autor da ação rescisória comprovar de forma cabal a ocorrência de vício que justifique a desconstituição da coisa julgada, a qual goza de proteção constitucional - art. 5º, inciso XXXVI, da CF. Proc. 471/01-ARE - Ac. SE 915/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. CONLUIO. CARACTERIZAÇÃO. Caracteriza-se o conluio, com a intenção de mascarar a realidade e ensejar decisão diversa daquela que seria juridicamente compatível com os fatos, quando dos autos

da reclamatória se depreende a ocorrência de colusão entre o falido e o réu, com o escopo de fraudar a massa falida. Proc. 1211/00-ARE - Ac. SE 916/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. Voltando-se o pedido de corte rescisório contra parte do julgado rescindendo que não foi objeto do recurso ordinário interposto, conta-se o biênio decadencial a que alude o art. 495 do CPC a partir do "dies a quo" do prazo para interposição do apelo, "e não de quando os demais capítulos da sentença, que foram objeto de recurso, se submeterem ao fenômeno da res iudicata". Proc. 1815/99-ARE - Ac. SE 549/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 52

AÇÃO RESCISÓRIA. DECADÊNCIA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Ajuizada a rescisória mais de dois anos após o trânsito em julgado da decisão rescindenda, decreta-se a extinção do processo com julgamento do mérito (art. 269, IV, CPC), face ao disposto no art. 495 do código de rito. Proc. 649/00-ARE - Ac. SE 611/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 6/5/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. NÃO CABIMENTO. Somente das decisões de mérito, assim entendidas como sendo aquelas que resolvem a lide examinando a "res in judicium deducta", cabe a ação rescisória. Proc. 374/01-ARE - Ac. SE 832/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO QUE NÃO CONHECE DO RECURSO. DESCABIMENTO. Ação rescisória se destina à desconstituição da sentença de mérito transitada em julgado, consoante art. 485 do CPC. O acórdão que não conhece do recurso ordinário, interposto da decisão que julgou a reclamatória parcialmente procedente, em razão da intempestividade, não é de mérito e, portanto, sendo juridicamente impossível sua desconstituição, uma vez que não apreciou o mérito da causa e, em conseqüência, sequer podendo cogitar-se de violação ao art. 5º, incisos XXXV e LV, da CF. Proc. 1962/00-ARE - Ac. SE 68/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 17/1/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA NÃO LIQUIDADA. VALOR DA CAUSA. Não se encontrando liquidado o julgado rescindendo, o valor a ser atribuído à ação rescisória deve corresponder ao valor que se deu à reclamação trabalhista, atualizado monetariamente. Proc. 839/01-ARE - Ac. SE 835/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO RESCINDENDA. A ação rescisória tem como objeto a desconstituição do julgado que por último solucionou o mérito da lide. Assim, ante o efeito supletório da sentença pelo acórdão (art. 512, CPC), este é o objeto da rescisória. Voltando-se a pretensão contra a decisão primeva, extingue-se o feito, por impossibilidade jurídica do pedido. Proc. 691/01-ARE - Ac. SE 1134/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO SOB MANIFESTO ERRO MATERIAL. SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO QUE EXTINGUE O FEITO SEM CONCREÇÃO DA CONDENAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. PROCEDÊNCIA. Viola a coisa julgada, a sentença liquidanda que põe fim ao feito, e entende inexistente o direito, ainda se provido o pedido, diante de manifesto erro material. Se em seu dispositivo o Acórdão contém o mandamento condenatório em horas extras e o horário de trabalho erroneamente indicado na fundamentação, o, desprovê, expressa erro material. A sentença, como a teoriza Chiovenda, emite um comando, ao lado do raciocínio lógico que encerra. É produto de um raciocínio lógico, de um ato de inteligência do juiz, cuja particularidade essencial reside na culminância de uma ordem, de uma decisão, que assegura ao indivíduo um bem da vida. A contradição crassa entre a parte dispositiva da sentença e a sua fundamentação, atenta contra o princípio lógico-estrutural do julgado, e sua recomposição se impõe em honra à coisa julgada, até mesmo via rescisória. Proc. 756/00-ARE - Ac. SE 240/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 28/2/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. DESCABIMENTO. da exegese do art. 485, "caput", do CPC, infere-se que a intenção expressa do legislador pátrio foi a de limitar a utilização da via rescisória como meio excepcional de desconstituição do mérito daquilo que já foi julgado e contra o quê não caiba mais recurso. Somente decisões de mérito podem ser objeto de ação rescisória, não constituindo título hábil a tanto decisão que declara a ausência de interesse processual da parte para agir e, nessa esteira, extingüe o feito, sem exame do mérito, com base nos arts. 267, VI, e 295, III, ambos do CPC. Proc. 1576/01-ARE - Ac. SE 914/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. DOCUMENTO NOVO. ART. 485, VII, DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não constitui documento novo, a teor do art. 485, inciso VII, do CPC, aquele preexistente à decisão rescindenda, que a parte, por sua própria culpa e omissão, deixou de usar, como elemento de prova, na ação principal. Proc. 2101/01-ARE - Ac. SE 1120/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 24/9/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. DOCUMENTO NOVO. MÁ-FÉ PROCESSUAL. PRETENSÃO QUE SE MOSTRA PROCEDENTE. Omitindo a parte, de forma deliberada e intencional, fato que influencia decisivamente no julgamento da causa, a cujo respeito a parte contrária só teve conhecimento por meio de documento do qual não pode fazer uso à época do processo por motivos alheios à sua vontade, revela-se procedente a desconstituição do comando condenatório objeto da pretensão rescisória. Proc. 2036/00-ARE - Ac. SE 833/2002-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. DOLO. Como causa ensejadora da ação rescisória o dolo preceituado no inciso III do art. 485, do CPC, consiste no comportamento processual deliberado da parte, que se valendo de ardis e atos maliciosos, objetiva impedir ou dificultar a atuação da outra, além de encaminhar o julgador a tomada de decisão destoante da verdade real. O conhecimento posterior da parte vencida referente a fatos que poderiam ensejar prova em seu favor não se quadra no preceito citado. Improcedência. O conhecimento posterior da parte vencida referente a fatos que poderiam ensejar prova em seu favor, não se quadra no preceito citado. Proc. 901/00-ARE - Ac. SE 840/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. DOLO PROCESSUAL. NÃO-OCORRÊNCIA Não ocorre o dolo processual justificador do corte rescisório, se a prova testemunhal, dita viciada, confirma no juízo rescisório os depoimentos prestados livremente na ação principal. Proc. 286/01-ARE - Ac. SE 1156/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. EMPREGADO PÚBLICO. DECISÃO EMBASADA EM AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO, O QUAL SE REVELA EXISTENTE, PORÉM. Decidindo sobre a nulidade do contrato de trabalho firmado com a Administração Pública, sob o fundamento de não se haver submetido o autor a concurso público, assertiva que se revelou equivocada, o julgado rescindendo incorreu em erro de fato. AÇÃO RESCISÓRIA. "JUDICIUM RESCISSORIUM". SERVIDOR PÚBLICO CONTRADO PELO REGIME DA CLT. Ao contratar sob a sistemática celetista, o Estado se despe do poder de império, equiparando-se aos entes privados. No entanto, a adoção desse tipo de regime jurídico peculiar à atividade privada guarda restrições em relação à Administração Pública, conservando certos privilégios e prerrogativas que lhe permitam assegurar a supremacia do interesse público sobre o particular. Proc. 1704/99-ARE - Ac. SE 1223/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 11/10/2002, p. 6

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. CARACTERIZAÇÃO. Se um fato existente é capaz, por si só, de determinar um resultado diferente para a ação, houver sido totalmente desconsiderado pela decisão rescindenda ou se, inequivocamente inexistente, tenha sido considerado existente e causa determinante da procedência ou improcedência da ação, está configurado o erro de fato, desde que não tenha havido pronunciamento judicial a respeito e, tampouco, controvérsia sobre o fato, significando que é imprescindível, para efeito do corte rescisório, que o fato existente não tenha sido desconsiderado em razão de uma escolha do julgador, mas sim de mera desatenção. Proc. 301/01-ARE - Ac. SE 544/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 16/4/2002, p. 52

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. EXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE A MATÉRIA LITIGIOSA. ART. 485, § 2º, CPC. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. O erro de fato autorizador da ação rescisória é o que resulta da desatenção do juiz quanto a algo que transparece dos autos ou documentos da causa; é erro de percepção, portanto, não de interpretação. Pronunciando-se o julgado rescindendo a respeito do tema sobre o qual teria incidido o engano, não se configura a hipótese preceituada no inciso IX do art. 485 do CPC. Proc. 976/01-ARE - Ac. SE 834/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. EXISTÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO JUDICIAL SOBRE A MATÉRIA LITIGIOSA. ART. 485, § 2º, CPC. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. O erro de fato autorizador da ação rescisória é o que resulta da desatenção do juiz quanto a algo que transparece dos autos ou documentos da causa; é erro de percepção, portanto, não de interpretação. Pronunciando-se o julgado rescindendo a respeito do tema sobre o qual teria incidido o engano, resta afastada a possibilidade de utilização excepcional da ação rescisória, haja vista não ser esta sede adequada à rediscussão do assunto, cabendo à parte esgotar os meios de defesa previstos para o processo ordinário. Proc. 2037/00-ARE - Ac. SE 890/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/8/2002, p. 49

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. INOCORRÊNCIA. Não procede a pretensão de corte rescisório se a respeito da controvérsia na qual se assenta o alegado erro de fato decidiu o julgador, expressando sua orientação com base nas provas coligidas (art. 485, § 2º, CPC). O reexame do conjunto probatório não serve de fundamento ao pleito rescisório. Proc. 1248/00-ARE - Ac. SE 248/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 28/2/2002, p. 6

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. NÃO-OCORRÊNCIA. REAPRECIAÇÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. A mera alegação de vício e defeito no acórdão rescindendo, não provados oportunamente pela parte, não configura a hipótese de ocorrência do erro de fato, previsto no inciso IX, do art. 485, do CPC, como fator de rescindibilidade do julgado. Não se trata de se verificar se o acórdão admitiu um fato inexistente ou desconsiderou um fato efetivamente ocorrido, mas de se reapreciar o julgado, adentrando-se no mérito da lide. No âmbito da ação rescisória, não se revisam as razões que motivaram a decisão atacada. Proc. 1672/01-ARE - Ac. SE 969/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 30/8/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. NÃO-OCORRÊNCIA. REAPRECIAÇÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. A mera alegação de incorreção nos cálculos de liqüidação da sentença, não impugnados oportunamente pela parte, não configura a hipótese de ocorrência do erro de fato, previsto no inciso IX, do art. 485, do CPC, como fator de rescindibilidade do julgado. A ação rescisória não pode ser objeto de manejo recursal, com o intuito de obter-se a reapreciação da lide. Proc. 1357/01-ARE - Ac. SE 1163/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRO DE FATO. PROCEDÊNCIA. Resultando a condenação de equivocado juízo a respeito de fatos da causa, os quais se mostram efetivamente inexistentes, a sua admissão deve ser reparada mediante a desconstituição da decisão. Proc. 862/00-ARE - Ac. SE 982/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 30/8/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. ERRÔNEA CAPITULAÇÃO. POSTULAÇÃO NÃO PREJUDICADA. A equivocada capitulação do autor quanto ao fundamento legal para desconstituição do julgado não impede o julgador de examinar a pretensão rescisória conferindo aos fatos narrados qualificação jurídica diversa da proposta na petição inicial. Incidência dos brocardos "jura novit curia" e "da mihi factum, dabo tibi jus" Jurisprudencial n. 32 da SBDI-2, TST. AÇÃO RESCISÓRIA. DECISÃO DIVORCIADA DA CAUSA DE PEDIR. VIOLAÇÃO DE LEI. INAPLICABILIDADE DO PRECEITUADO NO ART. 485, IX, DO CPC. A sentença proferida com base em causa "petendi" diversa da constante na petição inicial vulnera os arts. 128 e 460 do CPC, sendo, pois, fundamento legal para a sua rescisão o disposto no art. 485, V, do citado código de rito, não incidindo o preceituado no inciso IX desse mesmo artigo legal, cuja hipótese diz respeito ao erro de percepção, de sentido, não se confundindo com o "error juris", que se revela pelo desacerto na aplicação do direito. Proc. 1585/01-ARE - Ac. SE 1125/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. FUNDAMENTO LEGAL ERRADO. APLICAÇÃO DOS BROCARDOS "DA MIHI FACTUM, DABO TIBI JUS" E "JURI NOVIT CURIA". Cabendo ao juiz o apropriado enquadramento legal acerca dos fatos descritos, aplicando o direito à luz dessa narrativa - "da mihi factum, dabo tibi jus" e "juri novit curia" - a equivocada indicação pelo autor do dispositivo de lei em que se assenta sua pretensão em nada prejudica a postulação. Proc. 291/01-ARE - Ac. SE 845/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. PLANO ECONÔMICO (IPC MARÇO/90). IMPROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 83 DO C. TST. O comando inserto no art. 485, V, do CPC, encontra fundamento na ofensa direta, evidente, exuberante, flagrante à letra da lei. A razoável interpretação do dispositivo de lei não dá margem à rescindibilidade do julgado, atraindo a incidência do Enunciado n. 83 do C. TST. Tem-se afastada a hipótese rescisória, por não se prestar a ação à revisão da justiça da decisão, nem funcionar como sucedâneo recursal. Proc. 25/1998-ARE - Ac. SE 237/02-A. Rel. Desig. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 28/2/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO ARGÜIDA EM CONTESTAÇÃO E NÃO APRECIADA NA SENTENÇA. NÃO OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI NÃO CARACTERIZADA. Se a autora, em resposta à reclamação proposta pelo réu, argüiu a prescrição, e esta não foi apreciada na sentença, deveria reiterar o tema no recurso ordinário a fim de submeter a matéria ao tribunal. Não se pode falar em violação ao § 1º, do art. 515, do CPC, tendo em conta que a subsunção do tema ao tribunal reclamava expressa

reiteração no recurso (Enunciado n. 153/TST), visto que a prescrição pertinente a direitos patrimoniais não é cognoscível de ofício (arts. 166, do CC e 219, § 5º, do CPC), já que renunciável pelo devedor. Além disso, se o acórdão rescindendo não se pronunciou sobre a prescrição, incide o entendimento sedimentado em torno do Enunciado n. 298 do C. TST. Inexistiu, pois, ofensa à letra "a" do inciso XXIX do art. 7º, e ao inciso IX do art. 93, ambos da CF, ou aos arts. 458, 459, 515, § 1º, do CPC e ao art. 832 da CLT. Ação rescisória julgada improcedente. Proc. 1794/00-ARE - Ac. SE 241/02-A. Rel. Luiz José Dezena da Silva. DOE 28/2/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO EXPLÍCITO NA DECISÃO RESCINDENDA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. PRECLUSÃO. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE TEXTO DE LEI. O conhecimento de prescrição, sobre a qual não houve pronunciamento explícito, em todos os graus de jurisdição da fase de conhecimento do feito originário, é questão alheia ao mérito das decisões transitadas em julgado, objeto do pedido de corte. A ação rescisória não se presta à substituição ou à reabertura da fase recursal, nem constitui caminho processual válido para o saneamento de negligência da parte litigante, que, inobservando a marcha processual, não cuidou de renovar, na fase recursal, a argüição de matéria, suscitada, apenas, na contestação ao feito originário, assim impedindo o pronunciamento dos arestos rescindendos sobre o tema. Em se tratando de questão sepultada pela preclusão, por ausência de prequestionamento, não há que se falar em ocorrência de violação de texto de lei, invocada em sede rescisória - incidência do Enunciado/TST n. 298. Proc. 128/01-ARE - Ac. SE 908/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 1

AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENDIDA A DESCONSTITUIÇÃO DA R. SENTENÇA QUE NÃO RECONHECEU A OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º, INCISO XXIX DA CF E DO ART. 485, INC. V DO CPC. Argüida, tempestivamente, a prescrição prevista no inciso XXIX do art. 7º da CF, deve a mesma ser pronunciada, sob pena de ofensa ao mencionado dispositivo, nos termos do inciso V do art. 485, do CPC. Proc. 1240/01-ARE - Ac. SE 913/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSA DESCONSTITUIÇÃO DE V. ACÓRDÃO SOB A ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA E VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS. INTELIGÊNCIA DOS INCISOS IV E V DO ART. 485 DO CPC. Não ofende a coisa julgada e, muito menos, viola dispositivos legais e constitucionais, o v. acórdão que, na execução, nada mais fez do que ratificar cálculos em continuação aos outros, anteriormente homologados e quitados. Proc. 1710/01-ARE - Ac. SE 1104/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 24/9/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSÃO QUE SE VOLTA CONTRA DECISÃO SUBSTITUÍDA POR OUTRA PROVENIENTE DO ÓRGÃO JURISDICIONAL AO QUAL SE RECORE. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO FEITO. Nos termos do art. 512 do CPC, a decisão recorrida é substituída pelo julgamento proveniente do órgão jurisdicional ao qual se recorre, deixando de existir no mundo jurídico. Nesse sentido, o pedido de corte rescisória daquela se afigura juridicamente impossível, razão por que deve ser extinto o processo, sem julgamento do mérito, a teor do art. 267, inciso VI, do CPC. Proc. 685/00-ARE - Ac. SE 837/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/7/2002, p. 7

AÇÃO RESCISÓRIA. PRETENSÃO QUE SE VOLTA CONTRA SENTENÇA QUE FOI SUBSTITUÍDA POR ACÓRDÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. EXTINÇÃO DO FEITO, DE ACORDO COM O ART. 267, VI, CPC. Rescindível será a decisão que por último solucionou a lide em seu mérito, de modo que havendo a substituição da sentença pelo acórdão, em face do preceituado no art. 512 do CPC, este será o objeto da ação rescisória. Entretanto, voltando-se a pretensão do autor contra aquela decisão, revela-se ele carecedor da ação, ante a impossibilidade jurídica do pedido. Processo que extingue nos termos do art. 267, VI, do CPC. Proc. 238/01-ARE - Ac. SE 1105/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. REVELIA. A falta de defesa na ação rescisória, que tem como objeto um ato estatal acobertado pela coisa julgada e que portanto ultrapassa os interesses meramente individuais, não produz os efeitos previstos no art. 319 do CPC, face ao disposto no art. 320, II do mesmo código de rito. AÇÃO RESCISÓRIA. PROVA FALSA. Para a viabilidade da ação de corte rescisório assentada no art. 485, VI, do CPC, é indispensável a demonstração de que o fato dito inverídico foi essencial e influenciou a decisão tomada, de modo que sem ele outra seria a solução conferida pelo julgador. Proc. 733/01-ARE - Ac. SE 1112/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. REVISÃO DO JULGADO MEDIANTE REAPRECIAÇÃO DA PROVA ORAL. IMPOSSIBILIDADE. No âmbito da ação rescisória, não cabe a revisão do julgado rescindendo mediante a

reapreciação da prova oral que embasou a decisão transitada em julgado, por se tratar de matéria afeta à fase recursal do feito. Proc. 2200/01-ARE - Ac. SE 1235/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/10/2002, p. 5

AÇÃO RESCISÓRIA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. NECESSIDADE DE PROVA CABAL DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. A transação é ato de vontade das partes e, quando submetida à análise da justiça do trabalho, resulta em decisão homologatória de acordo. A invalidade da conciliação levada a efeito somente pode ser declarada, pela via rescisória, diante de prova cabal da ocorrência de vício de consentimento. Proc. 69/99-ARE - Ac. SE 1222/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 11/10/2002, p. 6

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO À LITERAL DISPOSIÇÃO DE LEI. REAJUSTE SALARIAL PREVISTO EM LEI MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO PELO REGIME DA CLT. INAPLICABILIDADE DA LIMITAÇÃO ORÇAMENTÁRIA PREVISTA NO ART. 169, DA CF. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO APENAS PARA LEGISLAR SOBRE POLÍTICA SALARIAL. O Poder Público, ao contratar mão-de-obra sob o regime contratual, despe-se de seu "ius imperi", equiparando-se ao particular, ou seja, à iniciativa privada e, como tal, não pode escudar-se em normas que impõem limitação orçamentária à concessão de reajustes salariais (RE 164.715-9/MG). A União Federal detém competência exclusiva para legislar sobre política salarial, o que não se confunde com simples reajustes inseridos em leis municipais. Proc. 1793/99-ARE - Ac. SE 97/02-A. Rel. Luiz José Dezena da Silva. DOE 17/1/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. O comando inserto no art. 485, V, do CPC, encontra seu fundamento na ofensa de modo flagrante, evidente e exuberante à letra da lei, não se enquadrando na hipótese rescisória aventada a decisão que encontra ressonância em nossas cortes trabalhistas. Proc. 2129/00-ARE - Ac. SE 167/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 21/2/2002, p. 6

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO DE LEI (ART. 485, V, CPC). REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. Dado o seu caráter excepcionalíssimo, não se destina a rescisória à retomada do debate travado na reclamatória, sendo vedada a revisão da injustiça da decisão que se visa desconstituir mediante nova averiguação do conjunto fático-probatório produzido no processo principal. AÇÃO RESCISÓRIA. FALSIDADE DOCUMENTAL. (ART. 485, VI, CPC). É IMPRESCINDÍVEL QUE A PROVA DITA VICIADA TENHA SIDO DECISIVA À SOLUÇÃO DA LIDE. O sucesso da rescisória apoiada no inciso III do art. 485 do código de rito exige que a prova dita viciada tenha sido decisiva para a solução da lide. "Se a sentença se fundamentou em várias provas entre as quais uma falsa, mas mesmo sem ela o resultado seria o mesmo, não se rescinde a sentença" (Vicente Greco Filho, Direito Processual Civil Brasileiro, vol. 2, Saraiva, 1.996, pág. 378). Proc. 221/01-ARE - Ac. SE 1124/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. ÉPOCA PRÓPRIA PARA APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTA. A questão da época própria para efeito de correção dos débitos trabalhistas é matéria controvertida nos tribunais, não justificando o corte rescisório decisão que conclui pela aplicação dos índices do próprio mês da prestação dos serviços, porquanto razoável a interpretação dada aos textos legais que disciplinam a matéria. Ausente, pois, a violação literal de texto de lei, exigida pelo inciso v, do art. 485, do CPC, para o provimento da rescisória. Proc. 1725/01-ARE - Ac. SE 1111/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 24/9/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE LEI. REVELIA E CONFISSÃO DO EMPREGADOR. ARTS. 791, "CAPUT"; 843, § 1º; E 847 DA CLT. OCORRÊNCIA. Viola literalmente as disposições dos arts. 791, "caput"; 843, § 1º; e 847, da CLT sentença que declara revel e confesso empregador que se faz presente à audiência, representado por preposto devidamente credenciado, ainda que acompanhado por advogado sem o respectivo instrumento de mandato. Proc. 1494/00-ARE - Ac. SE 1161/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE TEXTO DE LEI. INOCORRÊNCIA. Ausência de prequestionamento. Em se tratando de matéria sepultada pela preclusão, não procede a tese de ocorrência de violação de texto de lei, invocada em sede rescisória. Onde o julgador originário não atuou de forma clara e objetiva, não cabe a atuação do juízo rescisório. Proc. 1171/01-ARE - Ac. SE 1162/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE TEXTO DE LEI. NÃO OCORRÊNCIA. Não incide em violação literal de texto de lei sentença que, decidindo a lide com fulcro em prova pericial, afasta as alegações

da defesa, ainda que de forma subjetiva - CPC, art. 474. Proc. 787/01-ARE - Ac. SE 911/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 1

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE TEXTO LEGAL. RÉU REVEL. NOTIFICAÇÃO PARA CONTRA-RAZÕES DE EVENTUAL RECURSO INTERPOSTO. OBRIGATORIEDADE. A revelia no processo do trabalho não induz à aplicação da regra do art. 322 do CPC, ante a existência de disposições legais expressas na CLT que impõem a notificação do revel para ciência da decisão - arts. 841 e 852 da CLT. Proc. 1631/99-ARE - Ac. SE 918/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO LITERAL DE TEXTO LEI. DEVIDO PROCESSO LEGAL. NULIDADE DE CITAÇÃO INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. Não se decreta nulidade processual em sede de ação rescisória, por vício de citação inicial, se a parte, tendo recebido a notificação do feito antes da data marcada para o julgamento da lide, não comparece em juízo para alegar o vício de citação, ante o instituto da preclusão inserido no art. 795 da CLT. Proc. 1588/00-ARE - Ac. SE 920/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

AÇÃO RESCISÓRIA. EMPREGADO PÚBLICO. DECISÃO EMBASADA EM AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO QUE SE REVELA EXISTENTE. Decidindo sobre a nulidade do contrato de trabalho firmado com a Administração Pública, calcada no argumento de não se haver submetido a autora a concurso público, assertiva que se revelou equivocada, a decisão proferida incorreu em erro de fato, posto que a matéria não foi ventilada nos autos e não submetida ao crivo e à defesa das partes. Proc. 1100/00-ARE - Ac. SE 33/02-A. Rel. Desig. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/1/2002, p. 3

ACAREAÇÃO DE TESTEMUNHAS

ACAREAÇÃO DE TESTEMUNHAS. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. A prova é destinada ao juiz, e a ele cabe fazer a análise de sua coerência e pertinência, podendo fazer uso, a seu critério, da acareação de testemunhas e/ou partes, se entender que isso pode servir para aclarar a prova oral. Não existe, porém, direito inquestionável da parte de ver atendido requerimento de acareação, visto que os litigantes somente têm o direito de levar a Juízo as testemunhas e a elas formular perguntas por intermédio do juiz. Se o juiz entender desnecessária ou impertinente a acareação, seu indeferimento não constitui cerceamento de defesa. Proc. 34151/01 - Ac. 3ª Turma 16082/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 69

ACAREAÇÃO DE TESTEMUNHAS. NULIDADE. A realização de acareação insere-se no campo das prerrogativas conferidas ao juiz para direção do processo, constituindo faculdade outorgada ao julgador, que poderá determiná-la, de ofício ou a requerimento da parte, se entender conveniente, nos moldes do art. 418, II do CPC. Não traduzindo direito subjetivo da parte, pois a acareação não constitui meio de prova, seu indeferimento não constitui cerceamento de defesa. (arts. 130 do CPC e 765 da CLT). Proc. 16167/02 - Ac. 5ª Turma 29566/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 29/11/2002, p. 30

ACIDENTE DE TRABALHO

ACIDENTE DE TRABALHO. E ESTABILIDADE. Com a reabertura do processo administrativo perante o INSS e a concessão de novo auxílio-doença ou acidente, necessário se faz conceder ao trabalhador prazo de estabilidade provisória após a alta médica, mesmo que já tenha o empregado gozado da estabilidade legalmente prevista. Inteligência do art. 118 da Lei n. 8.213/91 e dispositivos constitucionais que exaltam a função social da propriedade e do sistema financeiro, além da valorização do trabalho do homem. Proc. 24390/01 - Ac. 5ª Turma 17257/02. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DOE 13/5/2002, p. 25

ACIDENTE DE TRABALHO. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. Para fazer jus à estabilidade prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91, é necessário que o empregado haja sofrido acidente na constância do contrato de trabalho, e que este infortúnio acarrete seu afastamento, pelo INSS, com a abertura da CAT e gozo de benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário. Assim, não demonstrado o percebimento do auxílio-doença acidentário, condição inerente à concessão do direito a tal estabilidade, inexiste impedimento legal para a resilição do contrato de trabalho, que foi efetuada em decorrência do legítimo exercício do direito potestativo do empregador. Proc. 21055/01 - Ac. 3ª Turma 568/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 14/1/2002, p. 20

ACIDENTE DE TRABALHO. EXPERIÊNCIA. SUSPENSÃO DO CONTRATO. O disposto no § 2º do art. 472, da CLT, é de caráter excepcional e abrange somente as hipóteses nele mencionadas ("exigências do serviço militar ou de outro encargo público"). O acidente do trabalho suspende o contrato de trabalho, mesmo por prazo determinado, e o período de afastamento não pode ser computado na contagem do prazo ajustado, independentemente de qualquer ajuste especial nesse sentido. Proc. 1062/01 - Ac. 2ª Turma 29131/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 15/7/2002, p. 171

ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA DE EMPREGO. ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. INCOMPATIBILIDADE. As garantias provisórias de emprego, como a do empregado acidentado, prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, são incompatíveis com o contrato de trabalho por prazo determinado. Proc. 14944/00 - Ac. 1ª Turma 3183/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. As Súmulas ns. 501, STF, e 15, STJ, referem-se à indenização por acidente de trabalho, cuja competência está fixada pelo art. 109, I, § 3º, CF, mas não àquela prevista no art. 7º, XXXVIII, da mesma Carta, cuja responsabilidade é do empregador. Proc. 22985/01 - Ac. 3ª Turma 13774/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 69

ACIDENTE DE TRABALHO. OMISSÃO DO EMPREGADOR EM EMITIR A "CAT", SEGUIDA DE DISPENSA IMOTIVADA. RESPONSABILIDADE CIVIL E INDENIZAÇÃO. Entre o acidente de trabalho sofrido pelo autor - causador de seqüelas que exigiram atenção médica para a devida e longa recuperação -, as sessões de fisioterapia, a cirurgia (no curso do aviso prévio) e o pós-operatório, existiu um nexo causal, configurado pela evolução do traumatismo que se revelou crônico, consoante esclarecimentos do médico ortopedista. A reclamada devia, desde logo, ter emitido a "CAT", mas não o fez e com este "non facere", impediu ao reclamante obter a percepção do auxílio-doença, seguido do auxílio-acidente e, por fim, a garantia de emprego prescrita no art. 118, da Lei n. 8.213/91. A ré, portanto, praticou omissão voluntária e anti-jurídica (non facere), causando prejuízo ao reclamante, que se tornou ainda maior e mais grave, ao dispensá-lo injustamente (facere), no mesmo dia em que foi comunicada, pelo autor, que este se submeteria à cirurgia acima mencionada. A dispensa imotivada, ocorrida em momento imediatamente anterior à aquisição da estabilidade prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, presume-se obstativa desse direito. Configurada a dispensa obstativa, incide, com pleno vigor, esse dispositivo legal assegurador da estabilidade acidentária, gerando o dever de indenizar salários vencidos e vincendos. Isso porque, da prática de ato ilícito decorre o dever de indenizar (CC, art. 159), pois o princípio informador de toda a teoria da responsabilidade é aquele que impõe a quem causa um dano a obrigação de repará-lo. A conduta humana relevante para essa responsabilização apresenta-se como ação ou como omissão. Viola-se a norma jurídica, ou através de um facere (ação), ou de um "non facere" (omissão), ensina Frederico Marques. Quem, por ação ou omissão voluntária, causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano, diz a Lei Civil (art. 159). Proc. 25005/00 - Ac. 4ª Turma 15144/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 22/4/2002, p. 34

ACIDENTE DE TRABALHO. OMISSÃO DO EMPREGADOR EM EMITIR A "CAT", SEGUIDA DE DISPENSA IMOTIVADA. RESPONSABILIDADE CIVIL E INDENIZAÇÃO. Da prática de ato ilícito decorre o dever de indenizar, pois o princípio informador de toda a teoria da responsabilidade é aquele que impõe a quem causa um dano a obrigação de repará-lo. A conduta humana relevante para essa responsabilização apresenta-se como ação ou como omissão. Viola-se a norma jurídica, ou através de um "facere" (ação), ou de um "non facere" (omissão), ensina Frederico Marques. Quem, por ação ou omissão voluntária, causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano, diz a Lei Civil (art. 159). A dispensa imotivada, ocorrida antes ou no curso do interregno em que vigoraria a estabilidade prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, presume-se obstativa desse direito. Configurada a dispensa obstativa, incide, com pleno vigor, o dispositivo legal assegurador da estabilidade acidentária, gerando o dever de indenizar salários vencidos e vincendos. Proc. 14674/02 - Ac. 4ª Turma 10841/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 25/7/2002, p. 71

ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. AÇÃO EM FACE DO EMPREGADOR. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Com a promulgação da atual Carta Magna, deixou de existir a exceção expressa contida no § 2º do art. 142 da Constituição anterior. Assim, por força do disposto no art. 114 da nova carta, as ações movidas em face do empregador, mesmo relativas a acidente do trabalho, são da competência desta justiça especializada. O art. 109 inciso I e § 3º afasta a competência da justiça federal, remetendo para a alçada da justiça estadual, apenas as ações em que são partes segurados e beneficiários e instituição de previdência. A estas se aplicam as Súmulas ns. 501 do STF e 15 do STJ. Conclusão decorrente da interpretação sistemática do atual texto constitucional. Exceção de incompetência corretamente rejeitada. Proc. 4283/02 - Ac. 2ª Turma 15224/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 22/8/2002, p. 26

ACIDENTE DE TRABALHO

ACIDENTE DE TRABALHO. Não demonstrada que a perda auditiva tenha sido adquirida ou desencadeada no exercício do labor para a reclamada, não resta caracterizado o acidente de trabalho, diante da ausência de nexo causal, pelo que, indevida a estabilidade pretendida. Proc. 12114/00 - Ac. SE 22389/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 6

ACIDENTE DE TRABALHO. AUXÍLIO-DOENÇA EM CURSO. DECLARAÇÃO DE ESTABILIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. Tendo o trabalhador sofrido acidente do trabalho e estando ainda em gozo do auxílio-doença, é inadmissível a pretensão de declaração do direito à estabilidade prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91, posto que, estando ainda suspenso seu contrato de trabalho, é o autor carecedor da ação neste aspecto, por ausência de interesse processual. Proc. 3174/02 - Ac. 3ª Turma 21856/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 3/10/2002, p. 21

ACIDENTE DE TRABALHO. DOENÇA PROFISSIONAL NÃO LISTADA PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL. IRRELEVÂNCIA. INTELIGÊNCIA DO § 2º , INCISO II DO ART. 20 DA LEI N. 8.213/91. ESTABILIDADE PREVISTA EM NORMA COLETIVA. CARACTERIZAÇÃO. Constatada a ocorrência de acidente de trabalho decorrente da aquisição de doença profissional, ainda que não incluída na relação da Previdência Social, há que se deferir a estabilidade prevista na norma coletiva da categoria. Aplicação do § 2º do art. 20 da Lei n. 8.213/91. Proc. 20166/02 - Ac. 2ª Turma 23820/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 14

ACORDO

ACORDO. O acordo tácito, que se presume do pagamento de verba que a lei não exige, deve ser interpretado restritivamente, sendo, portanto, indevidos valores além dos pagos a este título pela reclamada. Proc. 2412/02 - Ac. 4ª Turma 18592/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 19/9/2002, p. 59

ACORDO. CELEBRAÇÃO PERANTE A COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. VALIDADE. ART. 625-E, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CLT. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. CPC, ART. 267, VI. Correta a r. sentença recorrida que extinguiu o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, em face da falta de interesse de agir do reclamante, haja vista o acordo celebrado pelas partes litigantes, com a devida assistência sindical, perante a Comissão de Conciliação Prévia. Com efeito, a avença, nos termos do parágrafo único do art. 625-E da CLT, é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral. Proc. 37225/01 - Ac. 5ª Turma 17628/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

ACORDO. LIBERDADE DAS PARTES NESSA TRANSAÇÃO. LEI N. 8.212/91, ART. 43. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. HOMOLOGAÇÃO. VALIDADE. NÃO INCIDÊNCIA DE RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO. As partes são livres para transacionar da forma que melhor convenha a seus interesses, sem que isso redunde em qualquer ilicitude, mormente porque os valores acordados estão contidos nos limites do pedido inicial. Ao resolverem os litigantes encerrar o processo, através de acordo, com a discriminação do pagamento de diferenças de FGTS e multa resilitória respectiva, valeram-se da faculdade contida no art. 43, da Lei n. 8.212/91 e tal resultou que tais verbas não se enquadram no conceito legal de salário de contribuição e, por conseqüência, não são passíveis de incidência previdenciária. Proc. 33045/01 - Ac. 5ª Turma 1861/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 30

ACORDO. NÃO PAGAMENTO DA 1ª PARCELA. INCIDÊNCIA DE MULTA SOBRE O VALOR TOTAL. O não pagamento da 1ª parcela do acordo na data aprazada acarreta o vencimento antecipado das demais, incidindo a multa lá estipulada sobre o valor total avençado (art. 891 da CLT). Proc. 3562/02 - Ac. 1ª Turma 681/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 16/5/2002, p. 6

ACORDO. PAGAMENTO FEITO A DESTEMPO POR MEIO DE DEPÓSITO EM ENVELOPE BANCÁRIO, CUJO PROCESSAMENTO DAR-SE-IA APÓS O PRIMEIRO DIA ÚTIL. COBRANÇA DA MULTA PREVISTA EM CLÁUSULA PENAL. CABIMENTO. O acordo representa a composição das partes para pôr fim ao litígio. Para o fiel cumprimento da obrigação assumida há que se observar alguns elementos, quais sejam: o tempo, a coisa, a quantidade, lugar ou pessoa, na forma ajustada. O retardamento no pagamento traz

a imperfeição do adimplemento. Como corolário lógico da convenção, perfeitamente cabível a execução da multa. O pagamento feito por meio de envelope bancário, com expressa advertência de que seu processamento só se daria após o primeiro dia útil, reforça a tese do inadimplemento da obrigação, na medida em que tal depósito só pode ser validamente reconhecido a partir do processamento. Proc. 23060/02 - Ac. 2ª Turma 28032/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 17

ACORDO. PAGAMENTOS FEITOS A DESTEMPO. RESSALVA DA COBRANÇA DA MULTA PREVISTA EM CLÁUSULA PENAL. CABIMENTO. O acordo representa a composição das partes para pôr fim ao litígio. Para o fiel cumprimento da obrigação assumida há que se observar alguns elementos, quais sejam: o tempo, a coisa, a quantidade, lugar ou pessoa, na forma ajustada. O retardamento no pagamento traz a imperfeição do adimplemento. Como corolário lógico da convenção, perfeitamente cabível a execução da multa. Agiganta-se a possibilidade quando, frente ao descumprimento do prazo, a parte contrária aquiesce com o recebimento das parcelas, mas faz expressa ressalva à futura cobrança da multa prevista na cláusula penal. Proc. 17258/02 - Ac. 2ª Turma 21213/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 103

ACORDO. PARCIALMENTE HOMOLOGADO. INOCORRÊNCIA DE TRÂNSITO EM JULGADO DE TODA A AVENÇA. Num acordo parcialmente homologado pelo juízo da causa, somente a parte homologada faz coisa julgada material de imediato. Quanto à parte da avença que não foi homologada, pode ser objeto de recurso ordinário, não sofrendo os efeitos do parágrafo único do art. 831, da CLT, para que se proporcione às partes a possibilidade de revisão jurisdicional pela segunda instância, caso se sintam prejudicadas. Proc. 8564/02 - Ac. 5ª Turma 15628/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 50

ACORDO. PARTES DEVIDAMENTE REPRESENTADAS POR SEUS ADVOGADOS. DEVIDA A HOMOLOGAÇÃO. Estando as partes devidamente representadas por seus respectivos advogados, não havendo qualquer oposição das mesmas quanto à avença de que se trata, há que se homologar o acordo noticiado, para os fins legais. Caso mais tarde se constate que houve excesso de mandato, o causídico responsável poderá ser penalizado perante a OAB. Proc. 34022/01 - Ac. 5ª Turma 4566/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

ACORDO. RESSALVA DE OUTORGA DE QUITAÇÃO PLENA DE TODO O CONTRATO DE TRABALHO. COISA JULGADA. DECISÃO IRRECORRÍVEL. Como as partes se compuseram, com a expressa ressalva do reclamante de que outorgava a sua ex-empregadora quitação plena por todo o contrato de trabalho, tal o impede de pleitear qualquer outra parcela decorrente da relação empregatícia extinta, não se acolhendo, assim, o argumento de que determinada parcela não fora nomeada expressamente na primeira reclamação. É que o termo de conciliação lavrado nessa primeira reclamação faz coisa julgada e vale como decisão irrecorrível, só atacável por ação rescisória, no prazo do art. 495 do CPC, esclarecido pela Súmula n. 100 do C.TST. Proc. 37380/00 - Ac. 5ª Turma 7042/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 9

ACORDO DISCRIMINAÇÃO DE VERBAS SALARIAIS E INDENIZATÓRIAS. FLEXIBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO POSTULADO. VALIDADE. Fixada a lide trabalhista, reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes, e homologado pelo juízo, quando estiver especificada a natureza jurídica das parcelas constantes do pactuado, ainda que não corresponda exatamente aos limites oriundos do exórdio. Em sendo a transação ato bilateral e de mútuas concessões (art. 1.025 do CC), deve ser perquirida à luz do princípio da razoabilidade, dispensando-se correlação precisa com a vestibular. Proc. 33997/01 - Ac. 2ª Turma 1415/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 20

ACORDO EM EXECUÇÃO. REVOGAÇÃO DO MANDATO "AD JUDICIA". VALIDADE. É defeso ao trabalhador firmar acordo com a parte contrária, sem assistência de seu procurador, uma vez que ao passar-lhe a procuração abdica do "ius postulandi". Por idêntica razão é juridicamente impossível não considerar válido o acordo feito pelo trabalhador, pessoalmente, se perante a Secretaria da Vara, houve por bem, antes revogar a procuração outorgada a seu procurador. Ao juiz homologar é que cabe a verificação da legalidade ou não dos atos. Proc. 24665/01 - Ac. 2ª Turma 22684/02. Rel. Desig. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 185

ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. AÇÃO RESCISÓRIA. ASSINATURA FALSIFICADA. BOA-FÉ DO EMPREGADOR. INEXISTÊNCIA DA APARÊNCIA DE DIREITO. AÇÃO PROCEDENTE. Empregado que, ao tempo da celebração do acordo judicialmente homologado, estava hospitalizado sofrendo de distúrbios mentais, em razão de acidente causador de traumatismo crânio-encefálico e que, por isso mesmo, teve sua assinatura falsificada no termo de acordo, ainda que tenha outorgado ao seu advogado e também subscritor do aludido acordo

amplos poderes para transigir e dar quitação, não há que se cogitar de boa-fé por parte do empregador, já que este é apenas um dos requisitos essenciais para a aparência de direito e, portanto, sendo indispensável também a presença concomitante dos demais requisitos objetivos, além do outro requisito subjetivo consistente no erro escusável, segundo a ótica pessoal daquele que nele incorreu, o qual inexiste se a própria testemunha do empregador afirma que um outro empregado da empresa colheu a assinatura, comprovadamente falsificada, do próprio empregado. Proc. 77/00-ARE - Ac. SE 98/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 17/1/2002, p. 3

ACORDO PARA QUITAÇÃO DO CONTRATO. INEXISTÊNCIA DE CONCESSÕES RECÍPROCAS. INVALIDADE. Segundo ensinamento doutrinário, para validade da transação é necessário a existência de concessões recíprocas entre as partes para a extinção da controvérsia existente. Do TRCT juntado verificou-se que o valor pago a título de acordo para quitação do contrato de trabalho correspondia apenas às verbas rescisórias devidas ao reclamante, sem a estipulação de qualquer benefício extra. Inexistindo concessões recíprocas entre as partes, não há que se falar em legítima transação nos termos dos arts. 1.025 e 1.030 do CC, sendo inválido o acordo firmado. Proc. 14570/00 - Ac. 1ª Turma 8136/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 44

ACORDO COLETIVO

ACORDO COLETIVO. CARTA DE APRESENTAÇÃO. RESTRITIVIDADE. O acordo noticiado, por si só, não justifica o perdão tácito. A carta de apresentação, ajustada em norma coletiva, direciona-se às despedidas sem justa causa. Normas coletivas carecem de interpretação restritiva, não sendo dado ao intérprete ampliar o acordado, sob pena de ingerência na vontade das partes. Proc. 15695/00 - Ac. 1ª Turma 14909/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 27

ACORDO COLETIVO. PRORROGAÇÃO POR PRAZO INDETERMINADO. VALIDADE. As disposições inseridas nos arts. 611 a 625 da CLT, conquanto ainda se encontrem em vigor, devem ser lidas e aplicadas em consonância com o prestígio que a nossa atual CF conferiu aos contratos coletivos. Assim, o lapso de dois anos previsto pelo § 3º do art. 614 deve ser entendido como de duração inicial, não se vedando a prorrogação por prazo indeterminado, até porque o art. 615 da CLT não estabeleceu restrição deste naipe. Por outro lado, o depósito exigido pelo "caput" do art. 614 há de ser interpretado como limitador da vigência do instrumento para terceiros, e não para os envolvidos na negociação, eis que do conteúdo do mesmo possuem plena ciência. Não se revela razoável que a rotina burocrática estabelecida pelo legislador mais de meio século atrás venha a servir, ainda hoje, de renitente empecilho à dinamização das relações de trabalho. Proc. 21458/01 - Ac. 2ª Turma 30073/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 15/7/2002, p. 199

ACORDO COLETIVO. REDUÇÃO DE INTERVALO INTRAJORNADA. É válida a pactuação coletiva que estipula redução do intervalo para refeição e descanso, por revelar nítida manifestação de vontade das partes nesse sentido. Entendimento também consubstanciado na Súmula n. 22 do E. TRT da 15ª Região. Proc. 21190/02 - Ac. 1ª Turma 22679/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 10/10/2002, p. 41

ACORDO COLETIVO. REQUISITOS FORMAIS DESATENDIDOS. INVALIDADE. Não cuidando a reclamada de apresentar provas de que o acordo coletivo foi celebrado após aprovação da assembléia geral dos trabalhadores e que uma via deste acordo foi depositada na DRT para garantir sua publicidade, não há como se prestar validade a referida norma, eis que não comprovado o atendimento de requisitos formais previstos nos arts. 612 e 614, da CLT. Proc. 14797/00 - Ac. 1ª Turma 9950/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 28

ACORDO COLETIVO. VALIDADE. Ganha importância o Acordo Coletivo na medida em que permite ao empregado influir nas condições de trabalho, tornando-as bilaterais; atenua o choque social e reforça a solidariedade do operariado; é fonte de direito e não tem os inconvenientes da lentidão legislativa, experimentando medidas que poderão tornar-se, no futuro, normas gerais; é uma tentativa nobre de reabilitar a dignidade humana, aviltada pelo individualismo jurídico. Negar esse direito é retroagir no tempo, é permitir um retrocesso imperdoável nos mecanismos que regem as relações humanas, sob o ponto de vista social, impedindo o progresso das instituições destinadas a valorizá-las. Por estes fundamentos, por entender plenamente válidos os Acordos Coletivos citados, que tiveram vigência a partir de 01/05/96, excluo da condenação as horas extras intrajornadas e seus reflexos. Proc. 37744/01 - Ac. 5ª Turma 1497/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

ACORDO COLETIVO. VIGÊNCIA POR PRAZO INDETERMINADO. INADMISSIBILIDADE. A estipulação por prazo indeterminado da vigência do acordo coletivo de trabalho é nula de pleno direito, por

afrontar a exigência do art. 614, § 3º, da CLT, de que referido prazo tem limite máximo de dois anos. Destarte, é impossível emprestar validade a instrumento normativo que contrarie a lei. Proc. 33217/01 - Ac. 5ª Turma 16551/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 83

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. Em sua elaboração, não há necessidade da participação do sindicato patronal, podendo ser celebrado diretamente com as empresas, mediante assistência do sindicato profissional. Inteligência do art. 611, §1º, da CLT. Em se tratando de documento, cuja presunção é de que ambas as partes conhecem seu conteúdo, o acordo coletivo, assim como as demais normas coletivas, não necessitam de autenticação para serem consideradas válidas. Proc. 18860/01 - Ac. 4ª Turma 7978/02. Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes. DOE 4/3/2002, p. 39

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. EFICÁCIA. Os Acordos Coletivos de Trabalho tiveram a sua eficácia reconhecida pela Constituição da República (art. 7º, inciso XXVI) e o seu cumprimento obriga a todos os integrantes das categorias acordantes, sob pena de ofender-se o ato jurídico perfeito, eis que as partes transacionam direitos e fazem concessões mútuas. Proc. 34881/01 - Ac. 5ª Turma 9729/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. VIGÊNCIA. PROVA. ÔNUS DA PARTE QUE O INVOCA. NÃO DESONERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. Na processualística moderna, às partes incumbe o ônus da prova de suas alegações (art. 818, CLT) - vale dizer, ao autor, dos fatos constitutivos do seu direito, e ao réu, dos extintivos, impeditivos ou modificativos da pretensão reclamada. Invocando o trabalhador, a seu benefício, negociação coletiva de trabalho, atrai para si o ônus da respectiva e justa comprovação, inclusive no que concerne à validade, ou à vigência, do indigitado instrumento normativo. Em não se desonerando proficuamente, não há como lhe ser coroada a pretensão exordial. Proc. 11460/00 - Ac. 2ª Turma 4455/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 76

ACORDO COLETIVO PARA REDUZIR INTERVALO INTRAJORNADA. VALIDADE. Ao reconhecer os ajustes coletivos de trabalho, no Inciso XXVI, do art. 7º, a Constituição da República prestigiou as entidades sindicais em tudo que negociem em nome da categoria que representam, especialmente para atender às peculiaridades das atividades laborais. Se o Texto Constitucional permite que através de negociação coletiva se reduza salários (inciso VI) e flexibilize a jornada de trabalho (inciso XIII), não há como negar amplitude em relação ao intervalo. E mais, se o § 3º, do art. 71, da CLT, permite a redução do intervalo por ato do Ministério do Trabalho, um terceiro, estranho à relação laboral e mero fiscalizador das relações de trabalho, seria um contra-senso não reconhecer o mesmo valor ao ajuste firmado pela entidade sindical, à qual a Constituição atribui legitimidade para defender os direitos dos trabalhadores. Proc. 32689/01 - Ac. 2ª Turma 13174/02. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 8/4/2002, p. 50

ACORDO DE COMPENSAÇÃO

ACORDO DE COMPENSAÇÃO. ANUÊNCIA DA ENTIDADE SINDICAL. VALIDADE. A simples impugnação aos acordos de compensação não tem o condão de invalidar tais documentos, sobretudo porque referendados pela entidade sindical representativa do obreiro. O acerto da sentença, nestes termos, é inegável. DESVIO DE FUNÇÃO. VENDEDOR. ADICIONAL. Não há que se falar em adicional por desvio de função nas hipóteses em que as atividades descritas pelo obreiro se enfeixam às atribuições correlatas relativas ao cargo desempenhado: a função de vendedor não compreende apenas a realização das vendas, mas abarca todo o conjunto de atividades necessárias para alcançar tal objetivo. HORAS EXTRAS. PROVA ORAL. DESCONSIDERAÇÃO. Não há como alijar a veracidade da tese defensória de que a sobrejornada era corretamente adimplida ou compensada, pois não se pode admitir como verdadeira a informação de testemunha que, além de demandar contra a ré, alega que os apontamentos efetuados nos cartões por terceiros não correspondiam à verdadeira jornada, versão colidente com as demais inquirições e incoerente com as anotações apostas nos registros de horário do reclamante. Evidente, portanto, a ineficácia de tal elemento de prova, que não possui idoneidade suficiente para desconstituir os documentos jungidos pela empregadora, nem comprova o elastecimento alegado pelo autor. Proc. 31732/01 - Ac. 5ª Turma 15638/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 50

ACORDO DE COMPENSAÇÃO. ENTIDADE SINDICAL. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO. VALIDADE. A Carta Magna de 05/10/88 recepcionou a possibilidade da formalização de acordos de compensação de jornada de

trabalho escritos, não sendo obrigatória a participação do sindicato de classe. Inteligência do art. 7º, inciso XIII da CF. Proc. 8743/02 - Ac. 5ª Turma 25519/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 31/10/2002, p. 22

ACORDO DE COMPENSAÇÃO. VALIDADE. É dispensável a participação sindical na elaboração de acordo escrito para a compensação de horário quando o empregado capaz livremente pactua com a empresa respeitando as diretrizes mínimas de proteção do trabalho estabelecidas pelo ordenamento jurídico vigente. Proc. 31628/01 - Ac. 5ª Turma 16487/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

ACORDO DE COMPENSAÇÃO. VALIDADE. Pela interpretação sistemática da CF, pela jurisprudência e pela tradição do Direito do Trabalho (CLT, 59, § 2º), o acordo de compensação deve ser escrito e pode ser individual. Sua validade, contudo, condiciona-se ao efetivo cumprimento de suas disposições. Proc. 3981/00 - Ac. 2ª Turma 27591/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS. INVIÁVEL ACORDO TÁCITO. A compensação de horas pode ser estabelecida mediante acordo entre empregado e empregador (SDI-TST n. 182) que, em todo caso, deve ser escrito (SDI-TST n. 223 e 1º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal), inviável acordo tácito. Proc. 36776/01 - Ac. 1ª Turma 31769/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 253

ACORDO EXTRAJUDICIAL

ACORDO EXTRAJUDICIAL. TERMO DE CONCILIAÇÃO EM COMISSÃO SINDICAL PRÉVIA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS FORMAIS. VALIDADE. EXECUTIVIDADE. O termo firmado por empregado e empregador, ou seu preposto, diante de comissão sindical de conciliação prévia é título executivo extrajudicial, mormente quando preenchidos seus requisitos formais de validade. Inteligência do art. 625-E, CLT. Proc. 18134/02 - Ac. 2ª Turma 24441/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 19

ACORDO HOMOLOGADO

ACORDO HOMOLOGADO. JUDICIALMENTE. QUITAÇÃO DO EXTINTO CONTRATO DE TRABALHO. COISA JULGADA ACOLHIDA. Tendo o reclamante outorgado, em processo primitivo, plena e geral quitação do objeto da reclamatória e do extinto contrato de trabalho, impossibilitado está de discutir novamente as verbas do pacto, mesmo que não constantes daquele processo, em decorrência da existência de coisa julgada material que, por se tratar de decisão irrecorrível, só pode ser modificada através de ação rescisória. Extinção do processo sem julgamento do mérito que se mantém. Proc. 28411/99 - Ac. SE 10607/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 53

ACORDO INDIVIDUAL

ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO. COMPENSAÇÃO DE HORAS. VALIDADE. A compensação de horas pode ser estabelecida mediante acordo entre empregado e empregador (SDI TST n. 182) que, em todo caso, deve ser escrito (SDI TST n. 223 e o 1º Tema da Jurisprudência dominante deste Tribunal). Proc. 14546/00 - Ac. 1ª Turma 3000/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 28/1/2002, p. 25

ACORDO INDIVIDUAL PARA COMPENSAÇÃO DE JORNADA EXTRAORDINÁRIA. ART. 7º, INCISO XIII, DA CF/88. O acordo individual, realizado entre empregador e empregado, para compensação de jornada extraordinária, é totalmente válido, previsto no texto constitucional, em seu art. 7º, inciso XIII, não sendo necessária a participação do Sindicato de trabalhadores em sua elaboração para que possua eficácia. A alegação de que o sobrelabor habitual e diário invalidaria os acordos de compensação firmados, não pode ser acolhida: a uma, porque não demonstrada tal assertiva; a duas, porque o reclamante era remunerado pelo eventual labor em sobrejornada, como demonstram os contracheques juntados aos autos. Proc. 39622/00 - Ac. 5ª Turma 27206/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

ACORDO JUDICIAL

ACORDO JUDICIAL. ANULAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA MEDIDA

PROCESSUAL. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Não sendo o mandado de segurança medida processual adequada à impugnação da avença judicial, afigura-se o impetrante carecedor da ação, pois falta-lhe interesse de agir, cuja condição se assenta no binômio necessidade e adequação, esta última diretamente relacionada à exatidão da medida utilizada para a correção da lesão alegada. Proc. 191/01-MS - Ac. SE 186/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 21/2/2002, p. 7

ACORDO JUDICIAL. CLÁUSULA PENAL. CABIMENTO. O acordo judicial pode conter cláusula penal, imputando multa e vencimento antecipado de outras parcelas em caso de inadimplemento do que fora ajustado. O adimplemento da obrigação corresponde ao cumprimento integral do que fora acordado, seja pela satisfação do valor devido, seja pela observância do prazo ou da forma que fora acertada na avença. O simples fato de não ter sido respeitada uma das condições do acordo já configura o seu descumprimento. Assim, o fato de ter havido satisfação da parcela no dia seguinte ao do vencimento indica o descumprimento do acordo, que só seria relevado se ocorresse por culpa do credor. Não há nenhuma necessidade de a cláusula penal estipular distinção entre inadimplemento e mora, inclusive porque esta última sempre decorre do primeiro. Proc. 19182/01 - Ac. 3ª Turma 6814/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 18/2/2002, p. 79

ACORDO JUDICIAL. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. HIPÓTESE DE DESCABIMENTO. A eventual incidência de contribuições previdenciárias sobre o montante pago a título de acordo homologado em feito trabalhista, deve ser aferida tomando-se por base a realidade e o contexto globais do processo correlativo, e não somente em função das parcelas para este efeito especificadas pelas partes. Assim, se na petição inicial há pedidos outros que justifiquem o caráter indenizatório que à avença se atribuiu, deve ser ratificada a decisão judicial que a chancelou. Proc. 21311/01 - Ac. 2ª Turma 23950/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 13/5/2002, p. 224

ACORDO JUDICIAL. DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS COMPONENTES. COMPATIBILIDADE MAS NÃO VINCULAÇÃO À TOTALIDADE DO ROL DOS PEDIDOS DA PETIÇÃO INICIAL. FISCALIZAÇÃO PELO JUIZ. As parcelas objeto do acordo deverão estar em consonância com o rol de pedidos da exordial, pois é através dele que o autor delimita a pretensão, mas não está adstrita a todos os pedidos, já que a transação pressupõe concessões mútuas, podendo o credor abranger alguns direitos e abrir mão de outros (art. 1.025, do CC). A atuação do Juiz, ao examinar o acordo, estará restrita à fiscalização da compatibilidade das parcelas especificadas pelos acordantes com os pedidos deduzidos na petição inicial, evitando a simulação ou a ilegalidade (art. 129, do CPC). Proc. 21246/01 - Ac. 2ª Turma 14815/02. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 22/4/2002, p. 24

ACORDO JUDICIAL. DISCRIMINAÇÃO DE VERBAS SALARIAIS E INDENIZATÓRIAS. FLEXIBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO POSTULADO. OBSERVÂNCIA, TODAVIA, AOS LIMITES LÓGICOS DO PEDIDO. FRAUDE À LEI. INVALIDADE. Fixada a lide trabalhista, reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes, e homologado pelo juízo, quando estiver especificada a natureza jurídica das parcelas constantes do pactuado, ainda que não correspondam exatamente aos limites oriundos do exórdio. Em sendo a transação ato bilateral e de mútuas concessões (art. 1.025 do CC), deve ser perquirida à luz do princípio da razoabilidade, dispensando correlação precisa com o postulado. Entretanto, tal flexibilização não afasta a análise entre a transação e os limites lógicos dos pedidos, impondo-se a rejeição, pelo Poder Judiciário, de ato das partes destinado a fraudar a lei. Inteligência do art. 129 do CPC. Proc. 8632/02 - Ac. 2ª Turma 21985/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 11

ACORDO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. RECURSO DO INSS. CONTRIBUIGÃO PREVIDENCIÁRIA. REMESSA NECESSÁRIA. DESCABIMENTO. O órgão previdenciário não é integrante da lide e sim, terceiro interessado, não participou como parte da relação processual. Não bastasse, nem sequer houve condenação contra a Fazenda Pública. Decisão não sujeita à remessa obrigatória. ACORDO JUDICIAL. HOMOLOGAÇÃO. RECURSO DO INSS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PROPORCIONALIDADE DO VALOR DO ACORDO COM O PEDIDOS DA INICIAL. É insustentável a pretensão do INSS, que as verbas discriminadas no acordo se dê em exata consonância a cada verba pleiteada na inicial. Mesmo havendo pedidos concernentes a verbas de natureza salarial, a ausência destas na composição realizada, não macula o ato de invalidade, a simples menção da existência de tais títulos na exordial, não quer dizer que os mesmos são devidos, notadamente ante às incertezas quanto aos direitos e obrigações. Proc. 1241/02 - Ac. 2ª Turma 15305/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 22/8/2002, p. 29

ACORDO JUDICIAL. NÃO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS CALCULADOS SOBRE O PERCENTUAL DEVIDO PELOS SEGURADOS

CONTRIBUINTES INDIVIDUAIS. APLICAÇÃO DA LEI N. 8.212/91. Considerando que a r. decisão não reconheceu o vínculo empregatício, mas apenas uma relação de empreita, e homologando acordo firmado para quitar algumas diferenças devidas na constância da prestação de serviços, a contribuição previdenciária incidente deve ser aquela prevista aos segurados contribuintes individuais, conforme os termos do art. 22, da Lei n. 8.212/91, com as alterações introduzidas pela Lei n. 9.876/99. Proc. 11675/02 - Ac. 2ª Turma 28951/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/11/2002, p. 16

ACORDO JUDICIAL. PRECLUSÃO. A cláusula que fixa prazo preclusivo para o reclamante denunciar o não cumprimento do acordo deve ser respeitada, nos termos dos arts. 158 do CPC e 1.026 do CC. Não tendo sido cumprida, o exeqüente não faz jus à multa fixada na cláusula penal. Proc. 11775/02 - Ac. 4ª Turma 7363/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 4/7/2002, p. 33

ACORDO JUDICIAL. QUITAÇÃO. RECLAMATÓRIA DIRIGIDA CONTRA DOIS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS. OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL. Inexistente cisão no pedido, apresentado de forma global e contra dois empreendimentos econômicos, não há como, para efeito de acordo firmado nos autos, entender divisível a obrigação. Proc. 9542/00 - Ac. SE 10631/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

ACORDO JUDICIAL. RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO. No acordo judicial as partes deve individualizar os títulos de natureza indenizatória, sob pena de responder pelo recolhimento previdenciário sobre a integralidade do mesmo. Proc. 30882/01 - Ac. 2ª Turma 28701/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 15/7/2002, p. 157

ACORDO JUDICIAL FIRMADO POR MERA LIBERALIDADE. CONTRATO DE TRABALHO EXPRESSAMENTE RECONHECIDO PELAS PARTES. FRAUDE À LEI PREVIDENCIÁRIA. INVALIDADE. Reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes e homologado pelo juízo, desde que não se destine a fraudar a lei. Nesse diapasão, afigura-se ineficaz perante a Previdência Social acordo firmado por mera liberalidade após terem as partes, expressamente, reconhecido a existência de contrato de trabalho, fazendo-se incidir, na hipótese, a contribuição previdenciária sobre o valor total do acordo. Inteligência dos arts. 129 do CPC e 43, parágrafo único da Lei n. 8.212/91. Proc. 8433/02 - Ac. 2ª Turma 21255/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 105

ACORDO JUDICIAL SEM O RECONHECIMENTO DE VÍNCULO DE EMPREGO. PERÍODO CONTRATUAL ALEGADO NA INICIAL PARCIALMENTE CONFESSADO NOS AUTOS PELA RECLAMADA. IMPOSSIBILIDADE. Havendo a reclamada, em sua contestação, admitido que a reclamante fora sua empregada, ainda que em interregno inferior àquele indicado na prefacial, não mais será possível a celebração de transação a título exclusivamente indenizatório, por mera e suposta liberalidade, já que a disposição assim firmada - porque ausente, no particular, a figura da "res dubia" - implicará, além de fraude à lei, prejuízo a terceiros, no caso, o INSS. Recurso da autarquia federal conhecido e parcialmente provido, para o efeito de declarar-se de natureza integralmente salarial o montante pago à autora, respondendo a reclamada pelas contribuições sociais pertinentes (Lei n. 8.212/91, arts. 33, § 5º, e 43, parágrafo único). Proc. 20676/01 - Ac. 2ª Turma 18458/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 13/5/2002, p. 230

ACORDO JUDICIAL. TRANSAÇÃO. DISCRIMINAÇÃO DE VERBAS. FLEXIBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO POSTULADO. VALIDADE. Fixada a lide trabalhista, reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes, e homologado pelo juízo, quando estiver especificada a natureza jurídica das parcelas constantes do pactuado, ainda que não corresponda exatamente aos limites oriundos do exórdio. Em sendo a transação ato bilateral e de mútuas concessões (art. 1.025 do CC), deve ser perquirida à luz do princípio da razoabilidade, dispensando correlação precisa com o postulado. Proc. 11741/02 - Ac. 2ª Turma 28952/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/11/2002, p. 16

ACORDO TÁCITO DE COMPENSAÇÃO

ACORDO TÁCITO DE COMPENSAÇÃO. INVIABILIDADE. Por infringir o disposto no art. 59, § 2º da CLT, não é válido o acordo tácito de compensação de horário. No mesmo sentido dispõe a Orientação Jurisprudencial n. 223 da SDI do C. TST, que inviabiliza a validade da compensação de jornada na forma tácita. Proc. 21899/02 - Ac. 5ª Turma 24914/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 25/10/2002, p. 44

ACORDOS

ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVOS. GARANTIAS MÍNIMAS LEGAIS. Os princípios reguladores do Direito do Trabalho são específicos a este, porque tratam diretamente com a dignidade da pessoa humana, princípio basilar do Estado Democrático de Direito (art. 1º, CF), e entre eles se encontra o protetivo. Quando adentramos aos princípios do Direito Coletivo do Trabalho, não nos afastamos desses primeiros. Assim, embora alçados a nível constitucional (art. 7º, XXVI), os acordos e convenções coletivos devem se ater à moldura existente na CF e lei infraconstitucional, à medida em que visam a melhoria das condições de trabalho (art. 8º, CF), devendo respeitar as garantias mínimas do trabalhador. Prazo indeterminado para cláusulas coletivas se apresenta incompatível com esse modelo (art. 611 e seguintes, da CLT). Proc. 21259/01 - Ac. 3ª Turma 13965/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 75

ACÚMULO DE FUNÇÃO

ACÚMULO DE FUNÇÃO. RECEPCIONISTA. SERVIÇOS DE FAXINA. ADICIONAL DEVIDO. Sendo uníssonas as testemunhas em confirmar que a trabalhadora, apesar de exercer a função de recepcionista, também procedia à execução de serviços de faxina, ficou demonstrado nos autos o acúmulo de funções pela obreira, fazendo jus, portanto, ao adicional previsto em norma coletiva. Proc. 13553/00 - Ac. 1ª Turma 3101/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 28

ADESÃO

ADESÃO. A PROGRAMA DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO POR APOSENTADORIA. BANESPA. TRANSAÇÃO. VALIDADE. Sendo inequívoco nos autos que o autor aderiu espontaneamente ao programa de incentivo ao desligamento por aposentadoria voluntária instituído pela reclamada, auferindo diversas vantagens, sem demonstração de qualquer vício de vontade e tendo referido acordo eficácia liberatória, em virtude de haver o pagamento das verbas rescisórias, além de uma indenização, há de se acolher a ocorrência de transação entre as partes, extinguindo-se o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, III, do CPC. Proc. 10899/01 - Ac. 5ª Turma 4877/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 16

ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS E REFLEXOS

ADICIONAIS DE HORAS EXTRAS E REFLEXOS. JORNADA ESPECÍFICA DE 12x36 HORAS. Não são devidos os adicionais das horas extras e reflexos a partir da 8ª diária quando a jornada específica de 12 horas por 36 horas de descanso não foi excedida. Proc. 12078/02 - Ac. 1ª Turma 31240/02-PATR. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 62

ADICIONAL

ADICIONAL. INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. Além do mais, mesmo que o contato com a periculosidade seja eventual, o adicional respectivo é devido de forma integral, eis que o sinistro não marca o momento para ocorrer. Proc. 25287/99 - Ac. SE 25882/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. O fato de receber salário por produção não retira do obreiro o direito de receber como extras as horas trabalhadas excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, em obediência às disposições constitucionais (art. 7º, inciso XIII, CF/88). Entretanto, não faz jus às horas extras, mas, tão-somente, ao respectivo adicional, eis que as horas trabalhadas encontram-se remuneradas através do salário por produção. Proc. 8974/00 - Ac. SE 10747/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. O fato de receber salário por produção não retira do obreiro o direito de receber como extras as horas trabalhadas excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, em obediência às disposições constitucionais (art. 7º, inciso XIII, CF/88). Entretanto, não faz jus às horas extras, mas, tão-somente, ao respectivo adicional, eis que as horas trabalhadas encontram-se remuneradas através do salário por produção (aplicação analógica dos Enunciados ns. 85 e 340 do C. TST e Orientação Jurisprudencial n. 235 da SDI do C. TST). Proc. 44/00 - Ac. SE 25742/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 61

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. O fato de receber salário por produção não retira do obreiro o direito de receber como extras as horas trabalhadas excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, em obediência às disposições constitucionais (art. 7º, inciso XIII, CF/88). Entretanto, não faz jus às horas extras, mas, tão-somente, ao respectivo adicional, eis que as horas trabalhadas encontram-se remuneradas através do salário por produção. "In casu", não assiste razão à reclamada, já que horas extras não se confundem com produtividade. A produtividade é uma forma de remuneração que tem por finalidade estimular o obreiro a produzir mais, para que também possa receber um maior salário dentro da jornada normal de trabalho, enquanto que as horas extras representam tempo maior que o previsto em lei à disposição do empregador, que se beneficia da força de trabalho, cuja remuneração deve ser paga com adicional mínimo de 50%. Proc. 28386/99 - Ac. SE 25896/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. O fato de receber salário por produção não retira do obreiro o direito de receber como extras as horas trabalhadas excedentes da 8ª diária e 44ª semanal, em obediência às disposições constitucionais (art. 7º, inciso XIII, CF/88). Entretanto, não faz jus às horas extras, mas, tão-somente, ao respectivo adicional, eis que as horas trabalhadas encontram-se remuneradas através do salário por produção. Esse também é o entendimento consubstanciado na Súmula n. 15 do nosso Regional, "in verbis". SALÁRIO POR PRODUÇÃO. Cabível apenas o adicional sobre as horas excedentes. Empregado remunerado por produção somente faz jus ao adicional sobre as horas trabalhadas excedentes à jornada legal. Proc. 28629/99 - Ac. SE 25898/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 67

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A NR-15, no seu item 15.4, desobriga o pagamento de adicional de insalubridade quando ocorre eliminação ou neutralização de insalubridade pelo uso de equipamentos de proteção individual ou medidas coletivas de proteção. No caso em questão, concluiu o laudo oficial que, até 1995, o reclamante aplicava inseticidas com máquinas termonebulizadoras sem uso de qualquer equipamento de proteção individual e que, após esta data passou a receber diversos equipamentos de proteção individual, sem contudo estar completamente protegido, como recomendado pelo próprio fabricante dos produtos aplicados. Por todo exposto, mantenho a sentença de origem que condenou a reclamada ao pagamento do adicional de insalubridade em grau médio. Proc. 10993/00 - Ac. SE 14577/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A NR-15, no seu item 15-4, desobriga o pagamento de adicional de insalubridade quando ocorre eliminação ou neutralização de insalubridade pelo uso de equipamentos de proteção individual ou medidas coletivas de proteção. No caso em questão, concluiu o laudo oficial como certo o uso sistemático dos EPI´s, a partir de 1995, por todos os trabalhadores, em decorrência inclusive de recomendações de laudo da perícia providenciada pela própria reclamada. Proc. 39911/00 - Ac. SE 10960/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. A NR-15, no seu item 15-4, desobriga o pagamento de adicional de insalubridade quando ocorre eliminação ou neutralização de insalubridade pelo uso de equipamentos de proteção individual ou medidas coletivas de proteção. No caso em questão, o laudo apresentado pelo Sr. Perito Oficial, afirma a existência de insalubridade em grau médio e que o uso dos equipamentos poderia eliminá-la. Porém, a reclamada não logrou provar que o reclamante fazia uso contínuo desses equipamentos, como lhe competia, motivo pelo qual fica mantida a r. decisão também nesse aspecto. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Não restando bem demonstradas quaisquer das hipóteses ensejadoras da caracterização da litigância de má-fé, incabível a condenação no pagamento da indenização prevista no art. 18, § 2º do CPC. Proc. 25210/99 - Ac. SE 25881/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Caracterizada a habitualidade no contato com hidrocarbonetos, tais como graxas e óleos minerais, e não havendo comprovação da entrega e uso de equipamentos de proteção aptos a neutralizar a insalubridade, faz jus o reclamante ao adicional de insalubridade em grau máximo, de acordo com a NR-15, Anexo 13, da Portaria n. 3.214/78. Proc. 6581/00 - Ac. 3ª Turma 12513/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 8/4/2002, p. 27

ADICIONAL. DE INSALUBRIDAE. Constatada a ausência de insalubridade através de laudo pericial não infirmado pelo obreiro, descabe a concessão do adicional pretendido. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. Proc. 10926/00 - Ac. SE 26830/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 96

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Indefere-se o adicional de insalubridade quando o trabalho é prestado em condições que não se subsumem à disposição de lei que regulamenta a matéria, ainda que o perito nomeado pelo juízo conclua pelo atendimento da pretensão. Proc. 4572/02 - Ac. 1ª Turma 31445/02-PATR. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 68

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. Não podendo o sr. "Expert" concluir o laudo, por encontrar-se o local de trabalho desativado, correta a estipulação do adicional de insalubridade com base na experiência e no conhecimento que aquele profissional possui do lugar. Proc. 28775/99 - Ac. SE 10843/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO E INTEGRAÇÃO. O percentual do adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo de que cogita o art. 76 da CLT. Deverá ele integrar a remuneração para todos os efeitos legais, porém, porque calculado sobre o salário mínimo legal, já remunera os dias de repouso semanal e feriados (inteligência do Enunciado n. 228 e das Orientações Jurisprudenciais de ns. 102 e 103 da SDI do C. TST). Proc. 12024/00 - Ac. SE 14293/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 8

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO É O SALÁRIO MÍNIMO: A vedação constitucional de vinculação do salário mínimo para qualquer fim, inserta no inciso IV, do art. 7º, da CF, teve a intenção de impedir seu uso como indexador ou padrão monetário básico de outros tipos de obrigação, no entanto, não pretendeu afastá-lo de sua própria finalidade - padrão de contra prestação mínima devida ao empregado. Ademais, o salário mínimo e o adicional de insalubridade têm natureza jurídica de verbas salariais. Proc. 24462/00 - Ac. 4ª Turma 10233/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 18/3/2002, p. 37

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário mínimo, conforme preconiza o art. 192 da CLT. Entendimento consubstanciado no Enunciado n. 228 do C. TST. Proc. 11436/01 - Ac. 1ª Turma 14165/02. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 83

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A base de cálculo do adicional de insalubridade, mesmo após a promulgação da CF/88, continua sendo o salário mínimo, conforme disposição inserta no Enunciado de n. 228 do E. TST, ainda em vigor. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. Face ao disposto no art. 453 da CLT, a aposentadoria espontânea é causa extintiva do contrato de trabalho. Proc. 35174/01 - Ac. 5ª Turma 9659/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. A partir da CF/88, a base de cálculo do adicional de insalubridade, de que trata o art. 192 da CLT, é o salário básico e não mais o salário mínimo, ante a vedação contida em seu art. 7º, inciso IV e o termo "remuneração" utilizado no inciso XXIII do mesmo. Precedente do STF Ac. 1ª T de 02/11/.98 - RE 236.396-5 (MG). Rel. Min. Sepúlveda Pertence. Incidência do disposto nos arts. 8º e 193 da CLT e do Enunciado n. 191 do C. TST, no tocante ao salário básico. Proc. 14276/02 - Ac. 3ª Turma 17506/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 76

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. Com o advento da CF/88 o art. 192 da CLT encontra-se, tacitamente, revogado, pois, não mais se poderá tomar o salário mínimo como base de cálculo por influência monetária nas relações sociais. Ante o disposto no art. 8º da CLT, por analogia, a base de cálculo do adicional de insalubridade deverá ser o disposto no § 1º do art. 193 da CLT. As leis processuais não acarretam efeito monetário nas relações sociais, v.g: Lei n. 5.584/80; Lei n. 9.957/00. Proc. 11437/00 - Ac. 2ª Turma 1143/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 16/5/2002, p. 11

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO BASE. Em observância às decisões do STF no sentido de que o salário mínimo desserve como parâmetro para cálculo do adicional de insalubridade e em consideração ao fato de que as atividades desempenhadas em ambiente insalubre, por agredirem a saúde do trabalhador, exigem que o adicional compensatório não tenha um valor ínfimo, deve o salário mínimo ser afastado como base de cálculo do adicional de insalubridade, adotando-se, como critério substitutivo, o salário-base do trabalhador, por aplicação analógica ao previsto no art. 193, da CLT para o adicional de periculosidade, por se tratar de trabalho exercido em condições semelhantes, ou seja, em prejuízo à saúde do trabalhador. Proc. 1270/00 - Ac. 3ª Turma 9804/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/7/2002, p. 16

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. A base de incidência dos percentuais relativos ao adicional de insalubridade, mesmo após a Carta Política/88, continua a ser o salário mínimo legal de que cogita o art. 76 da CLT, conforme melhor interpretação jurisprudencial consubstanciada no Verbete n. 228 do C. TST. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, pedido não alegado na peça inicial, mas somente na réplica. "In casu", o reclamante está pleiteando diferenças de adicional, nos meses em que esse não foi pago, argumento distinto do apresentando em sua peça introdutória, o que constitui inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio (CPC, art. 303). Proc. 339/00 - Ac. SE 22285/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 172

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CABIMENTO. PROVA PERICIAL. Apurado por regular perícia técnica o labor em atividades insablures, ainda que de forma intermitente, assiste ao trabalhador direito ao adicional de insalubridade - Enunciado n. 47 do C. TST. Proc. 15675/00 - Ac. 1ª Turma 8710/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CABIMENTO. PROVA PERICIAL. EPIs. INSUFICIÊNCIA. Havendo prova firme de que os EPIs fornecidos não atendiam às necessidades de neutralização e/ou eliminação do trabalho insalubre, é de impor-se o pagamento do adicional de insalubridade, como direito do trabalhador. Proc. 15306/00 - Ac. 1ª Turma 8688/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CERCEAMENTO DE PROVA. INEXISTÊNCIA. DESNECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL ACERCA DE TEMA ESCLARECIDO PELO PERITO. O cerceio de prova alegado decorre do indeferimento de inquirição de testemunhas, por meio das quais, diz a reclamada, pretendia demonstrar que a autora não estava exposta a condições insalubres. Entretanto, considerada a natureza da prova e a faculdade concedida ao Perito pelo CPC, no seu art. 429, bem como considerada a liberdade concedida ao Juiz para a escolha do auxiliar, não caracteriza cerceamento de prova o indeferimento de oitiva de testemunhas destituídas de aptidão para infirmar o parecer técnico. Proc. 9322/02 - Ac. 1ª Turma 3184/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/5/2002, p. 8

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTÁGIO BIOLÓGICO INEXISTENTE. MATADOURO AVÍCOLA. A manipulação de animais sadios não resulta em trabalho insalubre, porque não há contato com materiais infectados com doenças contagiosas, com relevo para a Norma Regulamentadora, que restringe a insalubridade ao contato com animais portadores de doenças infecto-contagiosas; não é o caso da recorrida, que manipula animais sadios, para consumo humano, pois trata-se de frigorífico avícola. Incogitável, conseqüentemente, o contágio biológico. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º, DA CLT. REFLEXOS NAS DEMAIS VERBAS E ADICIONAIS CONVENCIONAIS. INDEVIDOS. O caráter do § 4º do art. 71 da CLT não é o de retribuição por serviço prestado, mas o de punição pelo desrespeito ao intervalo para refeição e descanso. Dessa forma, diante do seu caráter de multa, o dispositivo legal mencionado não autoriza o pagamento de reflexos nas demais verbas, relevando-se ainda que o adicional a ser observado é o de 50%, como manda a lei, e não o convencional. Proc. 32884/01 - Ac. 1ª Turma 31559/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 246

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONTATO EVENTUAL. IMPROCEDÊNCIA. O reclamante, mecânico de autos, não tinha posto de trabalho definido, pois ativava-se tanto interna como externamente. Ademais, constatou-se que em seu local de trabalho não havia produtos inflamáveis. O que existia era, no máximo, uma pequena quantidade de querosene e thinner para limpeza de peças. Com base nesses dados, a conclusão da perícia técnica foi de que, dada a eventualidade da exposição do autor aos agentes químicos graxa e óleo, descaracterizava-se a insalubridade em sua atividade. Em suma, em face do contato eventual do reclamante com agentes insalubres, há que se manter a improcedência da ação. Proc. 33615/01 - Ac. 5ª Turma 22926/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DIFERENÇAS NÃO COMPROVADAS. IMPROCEDÊNCIA. Diferenças no pagamento do índice do adicional de insalubridade devem ser provadas através de laudo pericial. Comprovado que a empresa pagava o adicional citado nos termos do perícia técnica, improcedem as diferenças pretendidas. Proc. 37671/00 - Ac. 5ª Turma 6923/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 4

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. E DE PERICULOSIDADE A opção entre os adicionais de insalubridade e de periculosidade prevista no § 2º do art. 193 da CLT exclui o pagamento cumulativo das verbas. Proc. 39267/01 - Ac. 1ª Turma 21499/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 153

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORNECIMENTO DE EPI. INSUFICIÊNCIA. A mera entrega dos aparelhos de proteção individual ao empregado não exime o empregador da responsabilidade pelo pagamento do adicional de insalubridade, exigindo-se deste rigorosa fiscalização no sentido de impeli aqueles no uso dos equipamentos. Orientação do Enunciado n. 289 do C. TST. Proc. 389/00 - Ac. SE 10614/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 53

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORNECIMENTO E USO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL. ELISÃO DO AGENTE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Constatado que a empregadora fornecia e fiscalizava o uso de EPIs aptos a desconstituir a insalubridade, não há que se falar em pagamento do adicional. Proc. 38847/00 - Ac. 5ª Turma 27198/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORNECIMENTO IRREGULAR DE EPI. O Sr. "expert" apresentou em seu laudo pericial conclusão técnica demonstrando que os EPIs fornecidos de forma irregular não eram suficientes para neutralizar a insalubridade, fato que não restou infirmado pela recorrente. Proc. 33179/01 - Ac. 1ª Turma 13238/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 56

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INEFICÁCIA DOS EPI's. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se pode acatar os argumentos recursais tendentes a caracterizar a ineficácia dos equipamentos de proteção individual, quando formulados após parecer técnico desfavorável, que constata o fornecimento e utilização daqueles, como resposta à alegação inicial de que não eram fornecidos. Proc. 37866/00 - Ac. 5ª Turma 7008/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. INTEGRAÇÃO. O percentual do adicional de insalubridade deverá integrar a remuneração para todos os efeitos legais. Assim, devidos os reflexos do adicional sobre as horas extras. Proc. 25589/99 - Ac. SE 14568/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 8

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. LAUDO PERICIAL ELABORADO SOBRE ATIVIDADE NÃO EXERCIDA PELO RECLAMANTE. IMPROCEDÊNCIA. Considerando-se que o laudo pericial emprestado analisou a função de outro empregado, que era serralheiro, enquanto que o reclamante era ajudante geral, conclui-se que não há nos autos provas técnicas que abarcassem as alegações expendidas pelo autor, motivo pelo qual há que se manter íntegra a r. sentença que indeferiu o adicional de insalubridade. Proc. 1655/99 - Ac. 5ª Turma 29453/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. O CÁLCULO DEVE INCIDIR SOBRE O SALÁRIO MÍNIMO E NÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DO EMPREGADO. APLICABILIDADE DO ART. 192 DA CLT. Para o cálculo do adicional de insalubridade, deve ser obedecido o mandamento inserido no art. 192 da CLT, que é explícito na determinação de que o cálculo se dê no "quantum" de 40% em grau máximo, 20% em grau médio e 10% em grau mínimo, a incidir sobre o salário mínimo da região. Nesse sentido a SDI/TST 47. Proc. 25450/01 - Ac. 1ª Turma 16704/02. Rel. Desig. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/4/2002, p. 83

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA REALIZADA POR ENGENHEIRO DO TRABALHO. VALIDADE. O laudo técnico para classificação e caracterização da insalubridade, nos termos do art. 195 da CLT, pode ser elaborado por médico ou engenheiro do trabalho, não havendo nenhuma distinção entre ambos, desde que tenham conhecimentos técnicos adequados. Proc. 1831/00 - Ac. 1ª Turma 6647/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/2/2002, p. 73

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. PERÍCIA. Pode ser feita tanto por Engenheiro como Médico. O art. 195 da CLT não faz qualquer distinção entre o médico e o engenheiro para efeito de caracterização e classificação da insalubridade e periculosidade, bastando para a elaboração do laudo seja o profissional

devidamente qualificado (Orientação Jurisprudencial n. 165 da SDI do C. TST). Proc. 26903/99 - Ac. SE 25891/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. POSTULAÇÃO SOB O ARGUMENTO DE QUE NÃO HAVIA FISCALIZAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DO USO DE EPI'S. LAUDO PERICIAL FAVORÁVEL. PROCEDIMENTO REPROVÁVEL. INDEVIDO. Laudo técnico que conclui pela insalubridade, tomando por base informação do trabalhador de que não utilizava dos equipamentos de proteção, embora fornecidos pelo empregador, por si só, não lhe assegura o direito de perceber o adicional correspondente, mormente se a instrução processual indica o contrário. Ademais, deve ser reputada temerária a pretensão do trabalhador que objetiva receber adicional de insalubridade sob o singelo argumento de que sua empregadora não fiscalizava o uso de EPI's. Com efeito, a assertiva demonstra a sua torpeza, na medida em que deveria ser o maior interessado na preservação da sua saúde, rejeitando injustificadamente o uso de equipamentos de proteção, visando, no futuro, postular benefícios financeiros. PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. Proc. 26455/02 - Ac. 2ª Turma 27657/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 24

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. SALÁRIO EFETIVO. BASE DE CÁLCULO. Mesmo após a vigência da atual CF, o salário mínimo continua servindo de base para a apuração do adicional de insalubridade. Orientação Jurisprudencial n. 02, SDI-I, C. TST. Proc. 9186/00 - Ac. SE 10636/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Concluindo o laudo pericial pela exposição do trabalhador a área de risco, em contato com substância inflamável, faz o mesmo jus ao respectivo adicional com reflexos, sendo irrelevante a circunstância de ser permanente ou intermitente tal exposição, a teor do entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDI-1 do C. TST. HONORÁRIOS. DE PERITO. Fixados com moderação, em proporção à complexidade do trabalho realizado, responde pelos honorários periciais a parte sucumbente no objeto da perícia. Enunciado n. 236 do C. TST. Proc. 39919/00 - Ac. SE 10961/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Defere-se o adicional de periculosidade se o seu pagamento tem previsão em norma coletiva e o Autor preenche os requisitos ali fixados. Proc. 34823/01 - Ac. 1ª Turma 245/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 6

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Indefere-se o pedido de pagamento de adicional de periculosidade para período anterior à existência da norma regulamentadora correspondente. Proc. 10978/02 - Ac. 1ª Turma 27441/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 17

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. O § 1º do art. 193 dispõe que o adicional de periculosidade deve incidir sobre o salário do empregado, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. Entende-se que as exceções mencionadas no dispositivo legal, sobre as quais não deve incidir o adicional de periculosidade, são taxativas. As demais verbas de caráter salarial devem compor a base de cálculo para o adicional de periculosidade, restando, pois, no caso dos autos, diferenças a serem apuradas. Proc. 32258/99 - Ac. SE 20287/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 115

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 193 DA CLT. As disposições do § 1º do art. 193 da CLT, devem ser interpretadas restritivamente. Assim, ao preceituar que no cálculo do adicional de periculosidade se exclua as parcelas relativas às gratificações, prêmios e participações nos lucros, explicitou as que não têm natureza salarial. Desse modo, a expressão salário deve ser entendida como remuneração, isto é, composto por todas as verbas de natureza salarial percebida pelo trabalhador. Proc. 29006/01 - Ac. 2ª Turma 24071/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 227

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICIDADE. INTERMITÊNCIA. PROPORCIONALIDADE. A Lei n. 7.369/85 não faz distinção entre trabalho em tempo integral e em tempo parcial sob condições de periculosidade havendo regulamentação somente quanto à especificação das atividades exercidas naquelas condições. No entanto, não pode o regulamento distinguir o que a lei não o fez. O risco de choque elétrico é permanente eis que o infortúnio não escolhe hora para acontecer. O fato de o empregado permanecer alguns minutos em contato com material perigoso não o impede de fazer jus ao adicional de periculosidade em sua totalidade. Incidência do Enunciado n. 361 do C. TST. Proc. 21773/00 - Ac. 4ª Turma 7988/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 40

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICITÁRIOS. BASE DE CÁLCULO. REMUNERAÇÃO. A Lei n. 7.369/85, em seu art. 1º, menciona que o trabalhador no setor de energia elétrica "tem direito a uma remuneração adicional de 30% sobre o salário que perceber", concluindo-se que tal valor deve ser pago com base no total de parcelas salariais recebidas. Se o legislador quisesse estabelecer o mesmo critério do art. 193 da CLT, deveria ter repetido a sua redação. Proc. 31692/99 - Ac. 3ª Turma 18873/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 76

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. No caso em tela, ficou comprovado pelo Sr. Expert que o recorrido expunha-se habitualmente a condições de risco acentuado, conforme fls. 624 dos autos, tendo em vista que, na função de marinheiro, participava da operação de reabastecimento das embarcações em que trabalhava, com inflamável, o que configura operação perigosa. Proc. 28951/99 - Ac. SE 1368/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. CORREÇÃO MONETÁRIA. DÉBITO TRABALHISTA NÃO PAGO NA ÉPOCA PRÓPRIA. Incidirá o índice de correção monetária do mês subseqüente ao da prestação das verbas deferidas (inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI do C. TST). Proc. 9509/00 - Ac. SE 14215/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO. O adicional de periculosidade, desde que pago com habitualidade, integra o salário do trabalhador para todos os efeitos legais. Proc. 9250/00 - Ac. SE 26829/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 96

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. No caso em tela, o laudo pericial indicou a existência de risco nas áreas onde os reclamantes laboravam. Assim, devido se mostra o adicional de periculosidade de modo integral, não importando, ainda, o tempo de exposição, não vingando tese de exposição proporcional, tendo em vista e imprevisibilidade da ocorrência de infortúnio. Estes também os termos da Orientação Jurisprudencial de n. 5 da SDI do C. TST. Proc. 26359/99 - Ac. SE 25888/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE E INTERMITENTE. INFLAMÁVEIS E/OU EXPLOSIVOS. DIREITO AO ADICIONAL INTEGRAL. O trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. No caso em tela, ficou comprovado pelo Sr. Expert (fls. 151/164 - 176/177) que os recorridos mantinham contato físico com combustíveis e inflamáveis, além de atuar dentro da área de risco, representada pelo pátio da empresa reclamada, sendo que sua exposição não era eventual, mas sim, intermitente, diária e habitual. Assim, deve ser mantida a decisão que deferiu o adicional em questão. Proc. 28139/99 - Ac. SE 14596/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO PERMANENTE. CONCEITO. A percepção do adicional de periculosidade exige a exposição permanente do trabalhador a condições de risco acentuado.

Mas isso não significa que só tem esse direito o trabalhador que atua todos os dias em situação de risco. O chamado caráter permanente existe sempre que a inserção do obreiro em zona de risco faz parte de sua rotina laborativa, ainda que isso não ocorra todos os dias. Só deixa de ser uma atividade permanentemente perigosa se o contato com agentes perigosos for meramente casual, não fazendo parte do desenvolvimento da atividade profissional do obreiro. Proc. 22876/01 - Ac. 3ª Turma 4821/02-PATR. Rel. Desig. Luciane Storel da Silva. DOE 13/6/2002, p. 26

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INDEVIDO. É certo que o trabalhador em condições de risco faz jus à percepção do referido adicional, de forma integral, mesmo que a exposição não seja permanente. No caso dos autos, no entanto, a cláusula 66ª da Convenção Coletiva da Categoria só determina o pagamento do adicional de periculosidade aos empregados que exercem funções de "auxiliar de pista", "arrecadadores", "conferentes" e "controladores". Contudo, não restou evidenciado equiparar-se a função de "bilheteiro", exercida pelo reclamante, a qualquer uma daquelas. Proc. 12123/00 - Ac. SE 14295/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 8

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTEGRAÇÃO. REFLEXOS. O pagamento habitual do adicional de periculosidade integra o cálculo da remuneração do empregado, devendo refletir nos demais adicionais, como os de horas extras e do trabalho noturno, ante as condições duplamente danosas à saúde do trabalhador. Proc. 1937/98 - Ac. 1ª Turma 31667/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 250

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTERMITÊNCIA. O conceito de intermitência exclui o conceito de eventualidade - aquilo que pode ou não acontecer. A boa intenção do Decreto n. 93.412, em prever o adicional proporcional, contraria o direito e os fatos: contraria o direito ao estabelecer sua normatividade além do quadro estabelecido pela lei que regula; contraria os fatos, porque o infortúnio inerente ao risco "não marca hora para acontecer". Proc. 4916/00 - Ac. 2ª Turma 27577/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INTERMITÊNCIA. Tendo a prova pericial apurado a existência de trabalho em área de risco, ainda que de forma parcial, mas intermitente, faz jus o empregado eletricista ao adicional de periculosidade, nos termos da Lei n. 7.369/85. Aplicação do Enunciado n. 361, do C. TST, e da Súmula n. 02, da jurisprudência dominante deste regional. Proc. 13593/00 - Ac. 1ª Turma 8668/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL EMPRESTADO. RECLAMANTE COM FUNÇÃO DIFERENTE DA FUNÇÃO DO PARADIGMA. IMPROCEDÊNCIA. ART. 195, § 2º, DA CLT. Em face da imperatividade do art. 195, § 2º, da CLT, e ante a necessidade de se garantir às partes o contraditório e o fiel acompanhamento de parecer técnico que repercutirá na concessão - ou não - do adicional de periculosidade, laudo pericial paradigma deve ser visto com ressalvas, de pouco servindo para comprovação da periculosidade alegada, quando se constata que a função do autor era diferente da função do paradigma. Proc. 38675/01 - Ac. 5ª Turma 1548/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 42

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LAUDO PERICIAL. NÃO COMPROVAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. O direito ao pagamento do adicional de periculosidade deve ser provado através do laudo pericial. Configurada a atividade obreira como ausente de riscos, improcede o pagamento pretendido. Proc. 39523/00 - Ac. 5ª Turma 6932/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 5

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. MOTORISTAS, OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E ASSEMELHADOS. ABASTECIMENTO DO VEÍCULO DURANTE A JORNADA. ENUNCIADO TST n. 39. INAPLICABILIDADE. RECURSO PROVIDO NO PARTICULAR PARA ABSOLVER A RECLAMADA DO PAGAMENTO DA VERBA. Os motoristas, operadores de máquinas agrícolas e assemelhados não fazem jus ao adicional de periculosidade em decorrência do simples abastecimento do veículo durante a jornada de trabalho, mesmo que o fato ocorra diariamente, ou mais de uma vez por dia. Não se lhes aplica, portanto, o entendimento do Enunciado n. 39 do C. TST, em face da exigüidade do tempo despendido na tarefa. Proc. 8821/02 - Ac. 4ª Turma 26683/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/11/2002, p. 33

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. OPERAÇÃO DE MÁQUINA PERIGOSA. ATIVIDADE NÃO ENQUADRADA COMO PERIGOSA. IMPROCEDÊNCIA. ART. 193 DA CLT E NR-16, SUBITEM 16.1. Conquanto o trabalhador operasse uma máquina perigosa, tal fato não implica em enquadrar sua atividade nessa mesma condição, já que não há contato com agentes inflamáveis ou explosivos, tampouco com eletricidade,

únicos fatores que implicariam no pagamento do adicional de periculosidade pretendido, nos termos do art. 193 da CLT e NR-16, subitem 16.1. Proc. 37649/00 - Ac. 5ª Turma 1045/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 35

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PROFESSOR. É irrelevante a função desenvolvida pelo obreiro. Não importa que professor. O que importa é que foi constatado que se ativava em laboratório que possui equipamentos, em sua maioria, característicos de Sistema Elétrico de Potência, além de serem executados ensaios práticos com os mesmos. A corroborar com essa assertiva, analogicamente, Jurisprudência Iterativa da SDI do C. TST (Proc. TST E-RR 320.045/96-2, DJU 22/09/99). ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. ELETRICITÁRIOS. É irrelevante a natureza da atividade empresarial e a não exploração de energia elétrica. Proc. 31077/99 - Ac. SE 1332/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. PROPORCIONALIDADE. NECESSIDADE DO PAGAMENTO INTEGRAL. Não há que se falar em proporcionalidade no cálculo do adicional de periculosidade devido ao trabalhador ainda que a atuação em área de risco seja intermitente, eis que a possibilidade do sinistro é permanente e pode ocorrer a qualquer momento. Proc. 32286/01 - Ac. 5ª Turma 16547/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 83

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SITUAÇÃO DE RISCO. ENQUADRAMENTO. Certificada pelo perito judicial a exposição do reclamante a situações de risco, devido se torna o pagamento do adicional de periculosidade, pouco importando a função exercida, eis que constante a potencialidade do perigo. A fatalidade é imprevisível, não marcando hora nem data para acontecer. SEGURO DE VIDA. DESCONTOS. Não tendo sido comprovada a autorização para descontar dos salários valores a título de seguro de vida, devida a sua restituição. Proc. 32249/99 - Ac. SE 11926/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 8/8/2002, p. 3

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. SITUAÇÃO DE RISCO. EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA. Certificada pelo perito judicial a exposição do reclamante a situações de risco, devido se torna o pagamento do adicional de periculosidade, pouco importando que o contato seja permanente ou não, eis que constante a potencialidade do perigo. A fatalidade é imprevisível, não marcando hora nem data para acontecer. Proc. 11243/00 - Ac. SE 5062/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 22

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. TRATORISTA. ABASTECIMENTO EVENTUAL DO VEÍCULO. NÃO CABIMENTO. Havendo constatação técnica de que o abastecimento do trator era efetuado pelo reclamante apenas uma vez ao dia, considera-se plenamente caracterizada a situação eventual, que, nos termos do art. 193, da CLT, exclui o direito à percepção do adicional de periculosidade. Proc. 36836/01 - Ac. 5ª Turma 2090/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 37

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. A vantagem pecuniária prevista no § 3º do art. 469 da CLT só é devida na transferência provisória do empregado e desde que não haja cláusula contratual de deslocamento. Proc. 10663/01 - Ac. 1ª Turma 15360/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/4/2002, p. 41

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. De acordo com o preconizado no "caput" do art. 469 da CLT, a vantagem pecuniária prevista no § 3º do referido dispositivo só é devida nos casos em que efetivamente ocorre a mudança de domicílio do empregado. Proc. 35564/01 - Ac. 1ª Turma 31649/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 250

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. O "caput" do art. 469, CLT, dispõe sobre a alteração contratual vedada de transferência do empregado para localidade diversa da pactuada, na esteira do já contido no art. 468, considerando-se, para tanto, aquela que acarrete mudança de domicílio. O § 3º do mesmo artigo, por seu turno, prevê a possibilidade de ocorrência da alteração contratual, com a transferência do empregado, na hipótese de real necessidade de serviço do empregador, para uma situação provisória, sempre na hipótese de mudança de domicílio. Proc. 24145/01 - Ac. 3ª Turma 9376/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 18/3/2002, p. 9

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. O pressuposto legal apto a legitimar a percepção do mencionado adicional é a transferência provisória. Não havendo mudança de domicílio, indevido é o referido adicional

(inteligência da Orientação Jurisprudencial de n. 113 da SDI do C. TST). Proc. 30017/99 - Ac. SE 20279/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. ALTERAÇÃO DO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO. DEFINITIVIDADE. NÃO CABIMENTO. É indevido o adicional salarial quando exsurge do caso "sub examen" a definitividade da transferência, mormente quando essa se dá em caso de extinção do estabelecimento, nos moldes do art. 469, § 2º da CLT. Proc. 3048/00 - Ac. 2ª Turma 869/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 30

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. DEVIDO. Se a obra é de duração preestabelecida, não há que se falar em transferência definitiva. Destarte, devido o respectivo adicional. Por outro, em nada beneficia a reclamada o pagamento das despesas de transporte e alojamento, de vez que apenas cumpriu obrigação legal (art. 470 consolidado). Proc. 10751/00 - Ac. SE 1338/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. NATUREZA. Como não está na exceção do § 2º do art. 457, da CLT, o adicional de transferência possui a natureza remuneratória. Portanto, sua situação é análoga ao verso do Poeta Vinícius de Moraes: "Que não seja imortal, posto que é chama; mas que seja eterno enquanto dure". Proc. 29193/01 - Ac. 3ª Turma 23689/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 216

ADICIONAL NOTURNO

ADICIONAL NOTURNO. INTEGRALIZAÇÃO EM HORAS EXTRAS. SENTENÇA OMISSA. PRECLUSÃO EM SEDE RECURSAL. Considerando-se que o Juízo de origem foi omisso na análise do pedido de integralização do adicional noturno nas horas extras, está preclusa a oportunidade de reanálise, por ter deixado o recorrente de interpor os embargos declaratórios para que o citado vício fosse sanado. Ainda que tal não se desse, os adicionais salariais pagos ao trabalhador com a finalidade de recompensá-lo pelo labor em condições anormais ou que lhe são mais penosas, não se acumulam, incidindo sempre apenas sobre o salário principal. Proc. 38636/00 - Ac. 5ª Turma 27193/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

ADICIONAL NOTURNO. LIMITES LEGAIS. O dispositivo legal aplicável ao adicional noturno delimita sua incidência ao período compreendido entre as 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte, inexistindo amparo jurídico para seu elastecimento. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. PENALIDADE. Ante a leviandade do procedimento adotado pelo reclamante, aplica-se a ele multa correspondente ao valor que resultar, no final, do cálculo correspondente às horas extras, compensando-se, assim, as situações aberrantes e temerárias ocorridas nestes autos. Proc. 39653/00 - Ac. 5ª Turma 27208/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

ADICIONAL NOTURNO. TRABALHADOR URBANO. PRORROGAÇÃO DA JORNADA APÓS ÀS 05 HORAS. IMPROCEDÊNCIA. ART. 73, § 2º, DA CLT. A lei determina que, para o cálculo da jornada noturna (trabalhador urbano), seja considerado o interregno das 22h às 05h. Se o empregado se ativa além das 05h, não está laborando, nos termos da lei, em jornada noturna, sendo, portanto, incabível a prorrogação do horário noturno. Somente ao labor extraordinário compreendido entre 22h e 05h é que se poderá acrescentar o adicional citado. Proc. 38698/01 - Ac. 5ª Turma 1528/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. BASE DE CÁLCULO. AUTARQUIA ESTADUAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 129 DA CARTA MAGNA. O adicional por tempo de serviço de empregados de autarquias do Estado de São Paulo deve incidir sobre a totalidade dos vencimentos do empregado, consoante expressa disposição do inciso I do art. 11 da Lei Complementar Estadual n. 712/93. A administração pública não pode querer beneficiar-se dos princípios do Direito Administrativo em detrimento dos princípios fundamentais norteadores do Direito do Trabalho, já que a relação travada tem natureza trabalhista. Proc. 19982/01 - Ac. 3ª Turma 18057/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 50

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. SERVIDOR PÚBLICO. A concessão de adicional por tempo de serviço calculada de forma cumulativa propiciando ao servidor público incorporação de vantagem pecuniária

sob mesmo título e igual fundamento, ofende o disposto no art. 37, XIV da CF/88 e art. 17 do ADCT. Proc. 31364/01 - Ac. 4ª Turma 98/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 9/5/2002, p. 18

ADJUDICAÇÃO

ADJUDICAÇÃO. MOMENTO INOPORTUNO. IMPROCEDÊNCIA. ARTS. 714 E 888, §§ 1º E 3º, DA CLT. O art. 714 do CPC preceitua que é lícito ao credor, oferecendo preço não inferior ao que consta do edital, requerer lhe sejam adjudicados os bens penhorados. Com efeito, o momento para requerer a adjudicação é o da praça, antes que ela se finde e não por ocasião do leilão, pois é um momento processual público como o da audiência, do qual devem participar as partes. Note-se que estas não são obrigadas a comparecer, mas preclui seu direito de requerer. Tal entendimento se deduz da letra dos §§ 1º e 3º do art. 888 da CLT, que não apontam outro dia ou outro prazo para o pedido de adjudicação. O exeqüente terá sempre preferência para adjudicar, mas deve participar da arrematação (o que não ocorreu), igualando o maior lanço. Tal atitude poderá levar os demais lançadores a continuar oferecendo preço maior, em benefício da execução; assim, contribui-se à moralização e eficiência das arrematações que às vezes são prejudicadas pelo credor, com vista na adjudicação, para que os lanços não se elevem e também pelo desinteresse do público em participar, em face da burocracia inócua e da inutilidade de seu trabalho perante uma simples petição de adjudicação. Se o exeqüente quer o imóvel para si, que o adjudique pelo preço avaliado, ou que participe da arrematação oferecendo lanços e concorrendo com outros arrematantes. Proc. 33431/01 - Ac. 5ª Turma 4562/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

ADJUDICAÇÃO. MOMENTO PRÓPRIO. PRAÇA NEGATIVA. VALOR DA AVALIAÇÃO. Sendo negativa a praça, a adjudicação somente pode ser deferida pelo valor da avaliação, consoante arts. 714 do CPC e inciso I do art. 24 da Lei n. 6.830/80 e requerida antes de finda a praça e não depois, já que o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a assinatura do respectivo auto é destinado ao arrematante para efetuar o depósito do restante do preço e ao executado para remição da execução, sendo inaplicável na execução trabalhista o disposto no art. 24 da Lei n. 6.830/80, pois implicaria na violação do princípio da celeridade processual trabalhista, eis que o prazo de 30 (trinta) dias, previsto no aludido artigo, somente encontra justificativa na burocracia no âmbito do erário público. Proc. 841/02 - Ac. 3ª Turma 17806/02-PATR. Rel. Desig. Samuel Corrêa Leite. DOE 19/9/2002, p. 38

ADJUDICAÇÃO. PARCIAL. IMÓVEL. Defere-se a adjudicação parcial do imóvel pelo valor do crédito do Adjudicante, quando as características do bem possibilitam a instituição do condomínio. Proc. 19777/02 - Ac. 1ª Turma 25231/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 31/10/2002, p. 7

ADJUDICAÇÃO. PARTE QUE PROTOCOLA O PEDIDO 15 DIAS DEPOIS DE REALIZADA A ÚLTIMA PRAÇA NEGATIVA. INTELIGÊNCIA DO § 1º DO ART. 888 DA CLT E ARTS. 5º DA LICC, 24 DA LEI N. 6.830/80, 620, 690, 694 E 714 DO CPC. No processo do trabalho, o credor pode adjudicar mesmo inexistindo licitantes, não incidindo na espécie o art. 24, I, da Lei n. 6.830/80 e tampouco o art. 714, "caput", do CPC, pois a adjudicação somente pode ser requerida na praça: não havendo licitante, pelo valor da avaliação, havendo licitante, pelo valor da melhor oferta, preferencialmente, com apoio no § 1º do art. 888 da CLT. Para que se opere a adjudicação, imprescindível que seja ele intimado do dia, lugar e hora da hasta pública, a fim de que possa demonstrar seu interesse na aquisição dos bens. Assim poderá disputá-los em igualdade de condições com os demais licitantes. Como conclusão, tendo em vista os arts. 5º da LICC e 620 do CPC, tem-se como possível a adjudicação pleiteada pelo exeqüente, no valor da avaliação, mesmo que decorridos quinze dias da realização da praça, uma vez constatado que esta resultou negativa. Ademais, prejuízo algum houve aos executados, que relutam em adimplir, espontaneamente, a condenação judicial. Proc. 3226/02 - Ac. 2ª Turma 1455/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 21

ADJUDICAÇÃO. PRAZO. PRAÇA SEM LICITANTES. Se não compareceram licitantes na praça, o prazo para que o reclamante requeira a adjudicação pode ser feito após o praceamento, desde que em lapso razoável. Proc. 090/00 - Ac. 4ª Turma 28996/02. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 15/7/2002, p. 166

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. Existência de

contrato de trabalho com órgão da Administração Pública após 05/10/88 é nulo quando efetuado sem obediência ao disposto no art. 37, II da CF/88, exceção, por óbvio, da parte final do mencionado artigo constitucional. Padecendo de nulidade absoluta o pacto, dele não resultam efeitos jurídicos. No entanto, de acordo com a teoria das nulidades, cabe somente a recomposição do status quo ante. Devidos apenas os salários em sentido estrito por inteligência do Enunciado n. 363 do C. TST. Proc. 24865/00 - Ac. 4ª Turma 7145/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 12

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRATAÇÃO IRREGULAR. NULIDADE. EFEITOS "EX TUNC". A contratação irregular de servidor ou empregado público em ofensa ao art. 37, II da CF é nula, operando efeitos "ex tunc" e não "ex nunc", pois a nulidade fere de morte o ato desde a sua origem, impedindo a concessão de qualquer direito assegurado pelo ordenamento jurídico à contratação validamente constituída. Excepciona-se desta regra o direito aos salários dos dias efetivamente trabalhados, em virtude da jurisprudência cristalizada no Enunciado n. 363 do C.TST. Proc. 27438/01 - Ac. 4ª Turma 148/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 9/5/2002, p. 19

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENUNCIADO N. 331, IV DO C. TST. A tomadora beneficiária dos serviços prestados pelo empregado de empresa contratada responde subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não adimplidas, notadamente diante da inidoneidade econômica da prestadora, ocorrendo hipótese de culpa "in eligendo" e "in vigilando". Consagração da teoria da culpa extracontratual, baseada no dever geral de não causar dano a outrem, consoante art. 159 do CC. Igualmente, o art. 71 da Lei n. 8.666/93 não a exclui, pois o ente público encontra-se investido no poder-dever de fiscalizar as empresas contratadas com o escopo de garantir a qualidade dos serviços e, não cumprindo esse direito-dever, incorre em culpa "in vigilando". Ainda, o princípio administrativo da moralidade, que rege a Administração Pública (art. 37, "caput" e § 6º da CF), elenca a responsabilidade objetiva e impede que a mesma venha a se furtar a responder pelos seus próprios erros e de seus agentes. Hipótese do Enunciado n. 331, IV do C. TST. Proc. 11148/02 - Ac. 4ª Turma 26685/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/11/2002, p. 33

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TOMADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O Enunciado n. 331, II do C. TST dispõe que não gera vínculo empregatício com órgãos da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional nos termos do art. 37, II da CF/88 mas não afasta a responsabilidade subsidiária quando existente culpa "in eligendo" e "in vigilando". Igualmente, o art. 71 da Lei n. 8.666/93 não a exclui pois o ente público encontra-se investido no poder-dever de fiscalizar as empresas contratadas com o escopo de garantir a qualidade dos serviços e, não cumprindo esse direito-dever, incorre em culpa "in vigilando". Ainda, o princípio administrativo da moralidade, que rege a Administração Pública (art. 37, "caput" e § 6º da CF), elenca a responsabilidade objetiva e impede que a mesma venha a se furtar a responder pelos seus próprios erros e de seus agentes. Hipótese do Enunciado n. 331, IV do C. TST. Proc. 36102/01 - Ac. 4ª Turma 889/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 16/5/2002, p. 33

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. Impossível o reconhecimento de vínculo empregatício com os órgãos da Administração Pública direta e indireta após a CF/88. Quando existente a prestação de serviços sem tal observância é nula a contratação em face do disposto no art. 37, II da CF/88, exceção, por óbvio, da parte final do mencionado inciso, exonerados "ad nutum". Padecendo de nulidade absoluta o pacto, dele não resultam efeitos jurídicos nos termos do § 2º do mesmo inciso constitucional. No entanto, de acordo com a teoria das nulidades, cabe somente a recomposição do "status quo ante". Devidos apenas os salários em sentido estrito por inteligência do Enunciado n. 363 do C. TST. Proc. 22096/00 - Ac. 4ª Turma 12449/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 8/4/2002, p. 26

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA. NECESSIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO MOTIVADO. REINTEGRAÇÃO. Tratando-se de servidor público concursado e regido pela CLT em cumprimento do estágio probatório nos moldes da CF, a demissão deve ser precedida de ato administrativo motivado, consoante competente inquérito e com observância às formalidades legais em atenção aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade que regem a Administração Pública, exceto aqueles de natureza temporária ou de provimento em comissão. Incidência da Súmula n. 21 do STF. Proc. 21893/00 - Ac. 4ª Turma 15036/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/4/2002, p. 31

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENUNCIADO N. 331, IV DO C. TST. A tomadora beneficiária dos serviços prestados pelo empregado de empresa contratada responde

subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas não adimplidas, notadamente diante da inidoneidade econômica da prestadora, ocorrendo hipótese de culpa "in eligendo" e "in vigilando". Consagração da teoria da culpa extracontratual, baseada no dever geral de não causar dano a outrem, consoante art. 159 do CC. Hipótese do Enunciado n. 331, IV do C. TST. Igualmente, o art. 71 da Lei n. 8.666/93 não a exclui pois o ente público encontra-se investido no poder-dever de fiscalizar as empresas contratadas com o escopo de garantir a qualidade dos serviços e, não cumprindo esse direito-dever, incorre em culpa "in vigilando". Ainda, o princípio administrativo da moralidade, que rege a Administração Pública (art. 37, "caput" e § 6º da CF), elenca a responsabilidade objetiva e impede que a mesma venha a se furtar a responder pelos seus próprios erros e de seus agentes. Proc. 26451/02 - Ac. 4ª Turma 28511/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/11/2002, p. 28

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL INDIRETA. EMCOP. EMPRESA MUNICIPAL DE CONSTRUÇÕES POPULARES. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. ART. 37, § 2º, DA CF E ENUNCIADO N. 363 DO TST. Tratando-se a reclamada de ente da administração pública indireta, o reconhecimento do liame empregatício com o autor encontra óbice fundamental, qual seja, a ausência de concurso público. Não há que se afirmar estarem presentes todos os requisitos para a configuração da relação de emprego, nos moldes do art. 3º do Diploma Consolidado, pois a CF, norma hierarquicamente superior à CLT, acrescentou um requisito a mais àqueles previstos no citado artigo, em se tratando de relação de emprego com entidades públicas: a prévia aprovação em concurso público. Ausente esse requisito, o contrato é nulo, por expressa determinação constitucional (art. 37, § 2º, da CF). E sendo nula a contratação, não se lhe aplicam as normas da legislação trabalhista, sendo devido, a teor da Súmula n. 363, do C. TST, apenas o saldo de salários, o que não se postula na presente ação. Proc. 39641/00 - Ac. 5ª Turma 7023/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

ADMISSÃO EM EMPREGO PÚBLICO

ADMISSÃO EM EMPREGO PÚBLICO. ANTERIORMENTE À CF/88. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. INTELIGÊNCIA DO ART. 97, § 1º, DA CF/67. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. A CF/67 exigia prévia aprovação em concurso para a primeira investidura em cargo público, não se aplicando a mesma determinação em se tratando de emprego público, diversamente do que ocorre com a atual Constituição, em seu art. 37, II. Inexiste, assim, nulidade no ingresso de servidor contratado, sem submissão a concurso público, antes da vigência da CF/88. Proc. 29850/01 - Ac. 5ª Turma 32223/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

ADVOGADO

ADVOGADO EMPREGADO. O advogado contratado para prestar serviços com exclusividade, de segunda a sexta feira e jornada de trabalho de 220 horas mensais qualifica-se como empregado, ainda que, por liberalidade, a reclamada permitisse o atendimento a clientes eventuais e não controlasse rigidamente a jornada de trabalho. Hipótese em que a subordinação jurídica se caracteriza, não havendo incompatibilidade entre esta e a independência profissional inerente ao exercício da advocacia. Proc. 13930/02 - Ac. 4ª Turma 30148/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 6/12/2002, p. 26

ADVOGADO EMPREGADO. REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. JORNADA CONTRATUAL DE OITO HORAS DIÁRIAS O trabalho em regime de exclusividade decorre da jornada de 08 (oito) horas diárias, previamente contratada, inexistindo óbice à sua configuração no fato de o advogado empregado, se assim compatível com suas obrigações empregatícias, atuar num ou noutro caso alheio ao contrato de trabalho. Nessa hipótese, não há que se falar em jornada especial de quatro horas diárias e, tampouco, no pagamento como extras das horas excedentes à quarta diária. Inteligência do disposto no art. 20 da Lei n. 8.906/96 e no art. 12 do Regulamento Geral do Estatuto a Advocacia e da OAB. Precedentes do C. TST. Proc. 27929/01 - Ac. 3ª Turma 30442/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 15/7/2002, p. 209

ADVOGADO. LEI N. 8.906/94, ART. 20. A jornada de trabalho do advogado, segundo a lei referida, é de 04 horas, salvo negociação coletiva de trabalho ou contratação sob o regime de dedicação exclusiva. Esta, por sua feita, não se presume e deve constar, explicitamente, do contrato de trabalho. Proc. 16997/01 - Ac. 5ª Turma 17252/02. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DOE 13/5/2002, p. 25

AGRAVO DE INSTRUMENTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AGRAVO DE PETIÇÃO TRANCADO. EMBARGOS DE TERCEIRO

SEM PAGAMENTO DE CUSTAS. INEXISTE DESERÇÃO. Na Justiça do Trabalho, não há condenação em custas da fase de execução, nem existe tal exigência como pressuposto para preparo do agravo de petição. Vale frisar que o C. TST revogou expressamente as Resoluções Administrativas ns. 84/85 e 52/86, que dispunham sobre a cobrança de custas, particularmente, na fase de execução, o que inclui os Embargos de Terceiro. Proc. 1143/00 - Ac. 5ª Turma 9637/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS ESSENCIAIS. Não se conhece de agravo para o qual não foram trasladadas todas as peças obrigatórias. A falha apresentada é impossível de ser relevada ou sanada na sede recursal por ser ônus do agravante velar pela correta formação do instrumento, a teor do disposto no inciso I do § 5º do art. 897 da CLT, segundo a redação dada pela Lei n. 9.756/98. Proc. 35055/01 - Ac. 5ª Turma 30994/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS NECESSÁRIAS PARA O CONHECIMENTO DO RECURSO DENEGADO. NÃO CONHECIMENTO. Compete à parte não só indicar as peças obrigatórias, assim como aquelas consideradas necessárias para o conhecimento do recurso trancado. Na ausência destas, forçoso concluir pelo não conhecimento do recurso. Inteligência dos itens III e X da Instrução Normativa n. 16/99 do C. TST. Proc. 6917/02 - Ac. 2ª Turma 2799/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE PEÇAS OBRIGATÓRIAS. Não se conhece de agravo para o qual não foram transladadas as peças obrigatórias para a correta formação do instrumento, a teor do disposto no inciso I do § 5º do art. 897 da CLT, segundo a redação dada pela Lei n. 9.756/98. Proc. 17250/02 - Ac. 5ª Turma 26330/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 8/11/2002, p. 36

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUTOS APARTADOS. AUSÊNCIA DE PEÇAS NECESSÁRIAS. NÃO CONHECIMENTO. Quando o agravo de instrumento tramitar em autos apartados, ele deve ser instruído com todas as peças necessárias ao conhecimento do recurso a que foi denegado provimento, nos termos do item III da Instrução Normativa n. 16/99 do C. TST e § 5º, do art. 897, da CLT. Proc. 4425/02 - Ac. SE 28243/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 1/8/2002, p. 14

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CABIMENTO. A CLT, em seu art. 897, "b", salienta que o agravo de instrumento é cabível dos despachos que denegarem a interposição de recursos, sem especificações. Destarte, é oponível não apenas quando denegado recurso ordinário, mas também quando se trata de agravo de petição. Proc. 34026/01 - Ac. 5ª Turma 30993/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECE DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INADMISSIBILIDADE. Não cabe a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão que não conhece de embargos declaratórios, eis que, além destes não se destinarem a nova apreciação, por Instância Superior, das questões debatidas, aquele tem, no processo do trabalho, a função específica de atacar "os despachos que denegarem a interposição de recurso" (art. 897, "b", CLT). Proc. 35293/01 - Ac. 1ª Turma 28376/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Giordani. DOE 15/7/2002, p. 147

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE DENEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO POR DESERTO. RECOLHIMENTO A MENOR DE DEZ CENTAVOS. VALOR COM EXPRESSÃO MONETÁRIA À ÉPOCA DA EFETIVAÇÃO DO DEPÓSITO. NÃO PROVIMENTO. Importante ressaltar que a admissibilidade dos recursos está vinculada ao preenchimento de pressupostos previstos em lei, sendo o depósito recursal requisito objetivo de admissibilidade, não cabendo ao órgão julgador, subjetivamente, avaliar, em cada caso concreto, o que seria diferença ínfima, ensejadora do conhecimento, ou não, do apelo. A despeito de inexistir um critério objetivo sobre "valor ínfimo", a jurisprudência do C. TST se orientou no sentido de que ocorre deserção quando o recolhimento a menor tinha expressão monetária à época da efetivação do depósito recursal (OJ n. 140 da SDI-1). Proc. 23191/02 - Ac. 2ª Turma 27636/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 23

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE REJEITA LIMINARMENTE EMBARGOS À EXECUÇÃO. INCABÍVEL. Segundo exegese do art. 897, "b" da CLT, a interposição do Agravo de Instrumento somente é cabível de despacho que denegue a interposição de outros recursos. Pacífico na doutrina e na jurisprudência tratar-se os embargos à execução de ação constitutiva do devedor, incabível a interposição de Agravo de Instrumento contra decisão que os rejeita liminarmente. Imperioso o não conhecimento do apelo. Proc. 18603/02 - Ac. 2ª Turma 24424/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DENEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE PETIÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (DESIGNAÇÃO DE HASTA PÚBLICA). IMPOSSIBILIDADE. NEGADO PROVIMENTO. Não se conhece de agravo de petição interposto contra despacho de mero expediente ou decisão interlocutória, por falta de pressuposto recursal definido pela recorribilidade do ato judicial. Proc. 22158/02 - Ac. 2ª Turma 25719/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 11

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESCABIMENTO. O agravo de instrumento é o recurso cabível dos despachos que denegam seguimento a recurso. Não sendo essa a natureza da decisão recorrida, não há que se cogitar de receber o presente como o recurso que seria adequado, face ao princípio da fungibilidade, por tratar-se de erro grosseiro. Proc. 2658/00 - Ac. 5ª Turma 29665/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 187

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESERÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL E RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS EFETUADOS POR APENAS UMA DAS RECLAMADAS. INEXISTÊNCIA DE TESES CONFLITANTES. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 190 DA SDI-1 DO C. TST. PROVIMENTO. No caso de inexistência de teses conflitantes entre as reclamadas, o depósito recursal e recolhimento de custas processuais efetuadas por apenas uma delas, a ambas aproveita. Orientação Jurisprudencial n. 190 do C. TST. Proc. 18729/02 - Ac. 2ª Turma 23810/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 13

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESPACHO MONOCRÁTICO DE RELATOR. CONVERSÃO EM AGRAVO DO ART. 557 DO CPC. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E CELERIDADE PROCESSUAIS. Considerando-se o entendimento expressado pela jurisprudência atual e predominante do C. TST admite-se como agravo do art. 557, § 1º, do CPC o agravo de instrumento oposto contra despacho monocrático de Juiz Relator proferido com base no "caput" do mesmo dispositivo, em homenagem aos princípios da fungibilidade e celeridade processual. AGRAVO DO 557. INTEMPESTIVO. Conforme preceitua o § 1º do art. 557 do CPC, o prazo para interpor o presente recurso é de 05 (cinco) dias. No caso dos autos, a decisão foi publicada em 05/04/01 (5ª feira), conforme certidão de fls. 349 vº, e a reclamada protocolizou seu recurso apenas em 16/04/01 (fls. 351). Sendo assim, o recurso é intempestivo, não merecendo ser conhecido. Proc. 25607/99 - Ac. SE 17685/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 7

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO. Sendo tempestivos os embargos declaratórios e objetivando sanar omissão do julgado, devem ser conhecidos, ainda que sejam protelatórios, já que o intuito de protelar autoriza apenas a aplicação de multa pecuniária (art. 538, parágrafo único, do CPC). O conhecimento dos embargos declaratórios acarreta a interrupção do prazo recursal para quaisquer das partes, devendo recomeçar a contagem deste prazo por inteiro da intimação da decisão dos embargos, tornando tempestivo o recurso ordinário interposto nestas condições. Proc. 13575/02 - Ac. 3ª Turma 17799/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 19/9/2002, p. 38

AGRAVO DE INSTRUMENTO. FUNDAMENTOS DE DECISÃO, IMPUGNADOS PARCIALMENTE. PROVIMENTO NEGADO. Se dois são os fundamentos da decisão agravada para o trancamento do recurso, no caso dos autos: intempestividade e deserção, e o agravante recorre, apenas, de um deles (deserção), resta incólume o outro fundamento (intempestividade), motivo pelo qual não pode prosperar o agravo, já que não convenientemente impugnada a decisão agravada, que se torna isenta de reparo. Proc. 25826/02 - Ac. 3ª Turma 30237/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 6/12/2002, p. 16

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO OBSERVÂNCIA DO ART. 897, § 5o, I, DA CLT. RECURSO NÃO CONHECIDO. Cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão que denegou processamento ao agravo regimental, pois no processo trabalhista, diferentemente do processo civil, é recurso contra a decisão que denegar seguimento a outro recurso, conforme art. 897, letra "b", da CLT. Contudo, a teor do § 5o, I, do mesmo dispositivo consolidado, indispensável para o conhecimento do agravo de instrumento, procuração outorgada ao seu subscritor. Recurso não conhecido. Proc. 139/01-AIO - Ac. SE 1274/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 25/10/2002, p. 4

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇAS NÃO AUTENTICADAS. A ausência de autenticação das peças, requisito necessário para formação do instrumento, acarreta o não conhecimento do agravo (Instrução Normativa n. 16, inciso IX, do TST). Proc. 25354/02 - Ac. 1ª Turma 28129/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/11/2002, p. 9

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PEÇAS SEM AUTENTICAÇÃO. A teor do disposto na Instrução Normativa n. 16/99, inciso IX, não se conhece de agravo de instrumento cujas peças transladadas não se encontram autenticadas. Proc. 17818/02 - Ac. 5ª Turma 25482/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 31/10/2002, p. 21

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRAZO PARA TRASLADO DE PEÇAS. IMPOSSIBILIDADE. Não há que se falar em concessão de prazo para translado das peças indispensáveis ao conhecimento do recurso, pois tal providência, segundo os ditames legais, deve ser anterior à interposição do apelo. O prazo recursal, de natureza peremptória, não comporta dilações, ainda que de forma reflexa. Proc. 4425/02 - Ac. SE 27734/02-PATR. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 22/11/2002, p. 2

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTO RECURSAL. MOMENTO DO PREENCHIMENTO. Como conseqüência do princípio da eventualidade, os pressupostos recursais, sejam genéricos ou específicos, deverão estar efetivamente preenchidos no momento da interposição do apelo, sob pena de não conhecimento. Mesmo no caso das custas processuais, que constituem exceção à regra, devem ter seu recolhimento comprovado dentro do prazo de que trata o Enunciado n. 352 do C. TST. Sendo assim, não se conhece de agravo de instrumento quando não demonstrada a oportuna satisfação dos pressupostos relativos ao recurso que por via do mesmo se pretende destrancar. Proc. 27713/01 - Ac. 3ª Turma 14105/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 80

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO INTEMPESTIVO. Não houve violação de nenhum preceito constitucional, mas sim deserção do recurso, por intempestividade. Quem recorre deve sempre estar atento ao preenchimento dos requisitos essenciais para conhecimento do apelo, sendo o prazo um elemento a ser observado com especial cuidado. Destarte, não há como se dar guarida ao presente agravo de instrumento. Proc. 32921/01 - Ac. 5ª Turma 30996/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO DESERTO. AUSÊNCIA DE DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS PROCESSUAIS. EMPREGADOR QUE ALEGA BLOQUEIO DE CONTA-CORRENTE PARA OBTER O BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CORROBORADORES DE SEU ESTADO DE MISERABILIDADE. NÃO PROVIMENTO. É cabível à Justiça gratuita ao empregador quando este preenche os requisitos essenciais para sua obtenção, ou seja, encontra-se em estado de pobreza econômica e faz declaração deste estado sob as penas da lei, ficando isento tanto do pagamento das custas como do recolhimento do depósito recursal, dadas as disposições constitucionais contidas nos incisos LV e LXXIV do art. 5º e ao item X da Instrução Normativa n. 03/93 do C. TST. Não preenchidos tais requisitos, improcede o Agravo de Instrumento. Proc. 17931/02 - Ac. 2ª Turma 21216/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 103

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO DESERTO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NA FASE RECURSAL. PROVIMENTO. Merece provimento o pleito de assistência judiciária gratuita requerido em sede de recurso ordinário, se preenchidos os requisitos da Lei n. 7.115/83. Agravo de instrumento provido para determinar o destrancamento do recurso interposto. Proc. 24445/01 - Ac. 2ª Turma 20999/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 138

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO DESERTO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA NEGADO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PROVIMENTO. Para a concessão do benefício da assistência judiciária, necessário se faz a apresentação de declaração de pobreza nos exatos termos constantes da Lei n. 7.115/83, a saber, a declaração de miserabilidade com a menção expressa da responsabilidade do declarante. Desta feita, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento que visa ao destrancamento de Recurso Ordinário reputado por deserto, quando preenchidos os requisitos legais. Proc. 18897/02 - Ac. 2ª Turma 23834/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 16

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO DESERTO. REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA EM FASE RECURSAL. ATESTADO DE POBREZA ANEXADO À PETIÇÃO INICIAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PROVIMENTO. Para a concessão do benefício da assistência judiciária, necessário se faz a apresentação de declaração de pobreza nos exatos termos constantes da Lei n. 7.115/83, a saber, a declaração de miserabilidade com a menção expressa da responsabilidade do declarante. Desta feita, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento que visa ao destrancamento de Recurso Ordinário reputado por deserto, porquanto

preenchidos os requisitos legais. Proc. 6181/02 - Ac. 2ª Turma 2802/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO DESERTO. REQUERIMENTO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA EM FASE RECURSAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. PROVIMENTO. O sentido das regras jurídicas da Lei Federal n. 1.060/50, como também a CF no seu inciso LXXIV, art. 5º, é o de facilitar à parte carente, o acesso à Justiça. Nesse diapasão, o benefício da assistência judiciária gratuita, garantido por norma constitucional, pode ser requerido a qualquer tempo, conforme dispõe art. 6º da Lei n. 1.060/50, bastando, para isso, a declaração de pobreza firmada pelo próprio interessado ou procurador habilitado - art. 1º da Lei n. 7.115/83. Agravo de instrumento a que se dá provimento, determinando-se o destrancamento do Recurso Ordinário considerado deserto. Proc. 18520/02 - Ac. 2ª Turma 24423/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO EXTEMPORÂNEO. INTERPOSIÇÃO TEMPESTIVA DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 538 DO CPC. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. PROVIMENTO. A interposição tempestiva dos Embargos Declaratórios pelo agravante interrompe o prazo para a interposição do recurso ordinário, segundo exegese do art. 538 do CPC, com a nova redação dada pela Lei n. 8.950/94. Agravo de instrumento a que se dá provimento para destrancar o Recurso Ordinário interposto. Proc. 17739/02 - Ac. 2ª Turma 21215/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 103

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO CONSIDERADO INTEMPESTIVO. PRESUNÇÃO RELATIVA DE RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO EM 48 HORAS. PROVA EM CONTRÁRIO PRODUZIDA PELO DESTINATÁRIO. PROVIMENTO. A presunção de recebimento da notificação quarenta e oito horas após a data da postagem, é relativa, admitindo-se prova em contrário a ser produzida pelo destinatário. Se a agravante traz aos autos elementos probatórios no sentido de que a expedição pelo correio se deu em data posterior àquela aposta pela Vara do Trabalho, como sendo de postagem, mister se faz reconhecer a veracidade de suas alegações, para dar provimento ao seu apelo, bem como para determinar o destrancamento do recurso ordinário interposto. Proc. 2165/02 - Ac. 2ª Turma 1462/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 22

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ORDINÁRIO DO INSS DENEGADO POR FALTA DE INTERESSE RECURSAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. POSSIBILIDADE. PROVIMENTO. Cabe recurso ordinário do INSS contra decisão homologatória de acordo firmado durante o processo de conhecimento, na medida em que o termo de conciliação somente valerá como decisão irrecorrível em relação às partes acordantes, e não a terceiros. Impõe-se, portanto, o provimento do agravo de instrumento, permitindo-se a deliberação do conhecimento e análise de pronto do recurso trancado. Inteligência dos arts. 831 e 832, § 4º, CLT. Proc. 27864/02 - Ac. 2ª Turma 32306/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRASLADO DEFICIENTE. NÃO SE CONHECE. Nos termos do item III, da Instrução Normativa n. 16/99, do C. TST, "o agravo não será conhecido se o instrumento não contiver as peças necessárias para o julgamento do recurso denegado, incluindo a cópia do respectivo arrazoado e da comprovação de satisfação de todos os pressupostos extrínsecos do recurso principal". A inexistência do traslado da certidão da publicação da sentença recorrida impossibilita a aferição de tempestividade do recurso cujo seguimento foi denegado, ou seja, um dos seus pressupostos extrínsecos. Proc. 15498/02 - Ac. 3ª Turma 21740/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 17

AGRAVO. DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTO RECURSAL. TEMPESTIVIDADE. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. A publicação da sentença na audiência em que proferida está disciplinada nos arts. 834 e 851 da CLT. Não bastasse isso, o art. 242 do CPC, de aplicação subsidiária, prescreve em seu parágrafo único que se reputa procedida a intimação em audiência quando nesta é publicada a decisão ou a sentença. Nesse sentido é a jurisprudência pacificada pelo Enunciado n. 197 do C. TST. Com efeito, o não comparecimento à audiência em que sabidamente seria proferida a sentença traduz incúria da parte, razão pela qual não prospera o inconformismo daquele que, deixando transcorrer o prazo recursal, pretende afastar a intempestividade de seu apelo sob o argumento de não ter sido intimado da decisão. Proc. 28478/01 - Ac. 3ª Turma 14110/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 80

AGRAVO. DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS. Confundindo-se a questão de mérito com a exigência de satisfação de determinado pressuposto recursal, conhece-se do agravo de instrumento ainda que não esteja preenchido. Não obstante a determinação contida no art. 897, § 5º, inciso I, da CLT, negar conhecimento ao agravo nessa circunstância excepcional seria o mesmo que inviabilizar o exercício do direito de ampla defesa, assegurado no art. 5º, LV, da CF. EMPREGADOR. DIREITO DE RECORRER. DEPÓSITO RECURSAL. EXIGIBILIDADE. O exercício do amplo direito de defesa garantido pela CF não dispensa a parte de observar o devido processo legal, ou seja, o rito procedimental previsto na legislação ordinária ao qual se submetem todos os atos praticados dentro do processo. Na Justiça do Trabalho, tal rito procedimental prevê expressamente o recolhimento das custas no art. 789, § 4º, e o depósito prévio no art. 899, ambos da CLT, como condição para o processamento do recurso ordinário interposto pelo vencido. Quando pretendeu excepcionar tal regra, o Legislador, inclusive o Constituinte, o fez expressamente, como se pode verificar do inciso LXXIII do art. 5º da Constituição da República e da parte final do § 4º do art. 789 da CLT, bem como nos casos e limites de abrangência previstos na Lei n. 1.060/50. Esse entendimento, aliás, encontra amparo em caudalosa jurisprudência, valendo citar como exemplos o Enunciado n. 245 do C. TST e os Verbetes n. 139 e n. 140 da Orientação Jurisprudencial de sua SDI-1. Como se verifica, a tese defendida pela agravante, de ser incondicional o direito de recorrer, não encontra respaldo legal ou na jurisprudência trabalhista. A falta de recolhimento das custas e do depósito prévio pelo empregador, portanto, induz à inquestionável deserção. CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. RECURSO ORDINÁRIO. PREPARO. DESERÇÃO. Havendo interesses conflitantes entre os litisconsortes passivos, pretendendo um deles a sua exclusão da lide, o depósito prévio efetuado por ele não beneficia o outro. Proc. 27556/01 - Ac. 3ª Turma 14096/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 79

AGRAVO. DE INSTRUMENTO. PRESSUPOSTOS. Confundindo-se a questão de mérito com a exigência de satisfação de determinado pressuposto recursal, conhece-se do agravo de instrumento ainda que não esteja preenchido. Não obstante a determinação contida no art. 897, § 5º, inciso I, da CLT, negar conhecimento ao agravo nessa circunstância excepcional seria o mesmo que inviabilizar o exercício do direito de ampla defesa, assegurado no art. 5º, LV, da CF. EMPREGADOR. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEPÓSITO RECURSAL. A concessão do benefício da assistência judiciária gratuita prevista na Lei n. 1.060/50, nesta Justiça Especializada, está condicionada ao preenchimento dos requisitos do art. 14 da Lei n. 5.584/70, dentre os quais a assistência do trabalhador por sindicato profissional, do que decorre não ser tal benefício extensivo ao empregador. Ademais, a isenção concedida pelo art. 3º da Lei n. 1.060/50 abrange apenas as taxas judiciárias, emolumentos e despesas com o processo, relacionadas em seus incisos, mas nunca o próprio objeto da condenação, representado na Justiça do Trabalho pelo depósito prévio, conforme disposição do art. 899 da CLT. Entender o contrário seria patrocinar o absurdo jurídico de negar-se ao vencedor o direito de receber seus créditos do vencido. A falta de recolhimento das custas e do depósito prévio pelo empregador, portanto, induz à inquestionável deserção. CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. RECURSO ORDINÁRIO. PREPARO. DESERÇÃO. Havendo interesses conflitantes entre os litisconsortes passivos, pretendendo um deles a sua exclusão da lide, o depósito prévio efetuado por ele não beneficia o outro. Proc. 26526/01 - Ac. 3ª Turma 14093/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 79

AGRAVO DE PETIÇÃO

AGRAVO DE PETIÇÃO. Penhora sobre bens de pessoa jurídica que explora atividade comercial, comerciante individual ou em forma societária. Inaplicabilidade do inciso VI, do art. 649, do CPC. Referido dispositivo legal refere-se a impenhorabilidade de bens de quem exerce atividade profissional e não comercial. Penhora subsistente. Proc. 32323/01 - Ac. 4ª Turma 32712/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 15/7/2002, p. 282

AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS EMBARGOS À PENHORA. PRECLUSÃO. Nega-se provimento ao Agravo de Petição se a matéria nele ventilada encontra-se preclusa por decorrência da não-impugnação oportuna aos Embargos à Penhora acolhidos em 1º grau. Proc. 6869/02 - Ac. 1ª Turma 3935/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO DE MANDATO NOS AUTOS. A existência de instrumento de mandato nos autos da ação principal não legitima a atuação de advogado nos autos do agravo de petição, processado em apartado. Assim, apresentado o agravo desacompanhado da procuração, não se conhece do recurso. Proc. 301/01 - Ac. 5ª Turma 9636/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

AGRAVO DE PETIÇÃO. AUSÊNCIA DE RAZÕES. Como necessário quando da interposição de algum

recurso, e com o agravo de petição não é diferente, imprescindível a fundamentação das questões que o agravante pretende ver reapreciadas, pena de restar ferido o princípio da dialeticidade, além de desrespeitado o quanto estatuído no art. 897, § 1º, Consolidado, levando ao não-conhecimento do inconformismo. Proc. 27578/01 - Ac. 1ª Turma 14933/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 22/4/2002, p. 28

AGRAVO DE PETIÇÃO. AUTUAÇÃO EM APARTADO. DEFICIÊNCIA DE TRASLADO. NÃO CONHECIMENTO. Nos exatos termos do art. 897, § 3º, da CLT, devem ser trasladadas, para a formação do agravo de petição com autuação em apartado, todas as peças necessárias para conhecimento da matéria controvertida. Não sendo atendido este pressuposto, impõe-se o não conhecimento do apelo. Proc. 20593/02 - Ac. 2ª Turma 24415/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

AGRAVO DE PETIÇÃO. BASE DE CÁLCULO. RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. EMPRESA RURAL. COMERCIALIZAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO. PROVIMENTO. Tratando-se de empresa rural, a base de cálculo do valor da cota patronal devida à Previdência Social, nos termos da legislação vigente, incide sobre a comercialização do produto, e jamais sobre a folha de salário. Proc. 20783/02 - Ac. 2ª Turma 29993/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 15

AGRAVO DE PETIÇÃO. CABIMENTO. Em regra, apenas comportam agravo de petição as sentenças, ainda que não ponham fim ao processo; destarte não são impugnáveis, por esse recurso, os despachos de mero expediente, os despachos com conteúdo decisório (exceto os que denegam a interposição de recurso) e as decisões interlocutórias, conforme art. 893, § 1º, da CLT. Proc. 756/94 - Ac. 5ª Turma 29668/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 187

AGRAVO DE PETIÇÃO. CABIMENTO. DECISÃO QUE DEFERE SEQUESTRO DE BENS. Não cabe agravo de petição para reformar decisão do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho que defere o seqüestro de bens. Embora o agravo de petição seja cabível das decisões em sede de execução, o comando em questão, por sua natureza, deve ser impugnado por meio próprio e no momento oportuno. Proc. 34767/01 - Ac. 5ª Turma 32221/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

AGRAVO DE PETIÇÃO. CONTAGEM PARA SUA INTERPOSIÇÃO. Na Justiça do Trabalho, os prazos contam-se a partir da ciência do interessado. Proc. 33235/01 - Ac. 1ª Turma 32002/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 261

AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO DESFAVORÁVEL EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. DETERMINAÇÃO DE PENHORA EM DINHEIRO, APÓS RECUSA PELA EXEQÜENTE DE TÍTULO DO SISTEMA ESPECIAL DE LIQUIDAÇÃO E CUSTÓDIA OFERECIDO EM GARANTIA. NULIDADE DA PENHORA. NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em nulidade da penhora em que, para garantia de crédito exeqüendo promoveu-se a substituição de título de Dívida Ativa por dinheiro de banco, uma vez que, "in casu", além de se estar obedecendo à gradação prevista no art. 655 do CPC, está-se respeitando a ordem estabelecida no art. 11 da Lei de Execuções Fiscais, Lei n. 6.630/80, aplicável na execução trabalhista por força do art. 889 da CLT. Proc. 37260/00 - Ac. SE 14646/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 12

AGRAVO DE PETIÇÃO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECURSO QUE NÃO SE CONHECE. O Agravo de Petição é recurso próprio do processo de execução trabalhista dirigido contra decisões definitivas proferidas no feito executório. Possuindo, pois, a decisão impugnada caráter interlocutório, a mesma torna-se irrecorrível, sob pena de supressão de instância. Proc. 4042/02 - Ac. SE 14672/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 22/8/2002, p. 14

AGRAVO DE PETIÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL. INEXIGIBILIDADE QUANDO GARANTIDO O JUÍZO DA PENHORA. O depósito do valor da condenação não é exigível para a admissibilidade do agravo de petição interposto pelo devedor quando garantido o Juízo da penhora, eis que a finalidade do mesmo já foi atingida. Proc. 35799/01 - Ac. 5ª Turma 32224/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO ENTABULADO ENTRE EMPREGADO E PRESTADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA NA FASE DE EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Homologada a transação entre o reclamante e sua ex-empregadora, prestadora de serviços, durante a fase de instrução e inexistindo qualquer definição, nessa ocasião, quanto à situação jurídica da segunda reclamada (tomadora do serviço), que não fez parte do acordo, inadmissível sua

responsabilização (seja subsidiária, seja solidária) na fase de execução, pelo cumprimento deste. Conhece-se do agravo de instrumento, dando-se-lhe provimento, determinando-se o processamento do agravo de petição interposto pelo exeqüente e, em decorrência, conhece-se do agravo de petição, e se lhe nega provimento, mantendo intacta a r. sentença de origem. Proc. 7886/01 - Ac. 5ª Turma 23091/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 10/10/2002, p. 69

AGRAVO DE PETIÇÃO. ELABORAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. EXCLUSÃO DE VALORES. Nega-se provimento ao agravo de petição interposto com intuito de elaboração de novos cálculos e exclusão de valores, se aqueles homologados em 1º grau encontram-se em consonância com a decisão transitada em julgado. Proc. 5306/02 - Ac. 1ª Turma 1660/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 23/5/2002, p. 8

AGRAVO DE PETIÇÃO. ELABORAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. EXCLUSÃO DE VALORES. Acolhe-se o agravo de petição interposto com intuito de elaboração de novos cálculos e exclusão de valores, se aqueles homologados em 1º grau encontram-se em dissonância com a decisão transitada em julgado. Proc. 22636/02 - Ac. 1ª Turma 27427/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 16

AGRAVO DE PETIÇÃO. ELABORAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. Nega-se provimento ao agravo de petição interposto com intuito de elaboração de novos cálculos se aqueles homologados em 1º grau encontram-se em consonância com a legislação que regula a matéria. Proc. 4004/02 - Ac. 1ª Turma 3933/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

AGRAVO DE PETIÇÃO. ELABORAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS. Nega-se provimento ao agravo de petição interposto com intuito de elaboração de novos cálculos se no prazo para manifestar-se acerca dos cálculos periciais, a parte manteve-se inerte. Proc. 26131/02 - Ac. 1ª Turma 29157/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUÇÃO CONTRA SÓCIO DA RECLAMADA. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL. APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. POSSIBILIDADE. IMPROVIMENTO. Nega-se provimento a agravo de petição interposto por sócio da reclamada que pretende ver declarada sua ilegitimidade para a execução, alegando não ter participado do processo na fase de conhecimento. Em se considerando que esteve presente nos quadros societários durante toda a vigência do contrato de emprego e por todo o curso da reclamatória, inafastável o reconhecimento de sua legitimidade e de sua responsabilidade pelo crédito obreiro, inclusive em virtude da aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Proc. 26731/02 - Ac. 2ª Turma 29997/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 15

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXECUTADO QUE, NOTIFICADO, DEIXA DE IMPUGNAR OS CÁLCULOS QUE VÊM A SER HOMOLOGADOS. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. NÃO PROVIMENTO. NÃO INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 884, § 3º, DA CLT. Nega-se provimento a Agravo de petição interposto pelo Executado que, devidamente notificado, deixa transcorrer "in albis" o prazo a ele concedido para manifestar-se sobre os cálculos (CLT, art. 879, § 2º), vindo estes a ser homologados, não podendo valer-se, ao depois, do disposto no art. 884, § 3º, do Estatuto Consolidado, por ocorrência da preclusão. Proc. 19783/02 - Ac. 2ª Turma 24413/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

AGRAVO DE PETIÇÃO. EXEQÜENTE QUE DEIXA DE IMPUGNAR OS CÁLCULOS APRESENTADOS PELO EXECUTADO, QUE VÊM A SER HOMOLOGADOS. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. NÃO PROVIMENTO. Nega-se provimento ao agravo de petição interposto pelo exeqüente que deixa transcorrer "in albis" o prazo para manifestar-se sobre os cálculos apresentados pelo executado, vindo estes a ser homologados. Ocorrência da preclusão. Inteligência do art. 884 da CLT. Proc. 14981/01 - Ac. SE 1416/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 46

AGRAVO DE PETIÇÃO. FALTA DE PROCURAÇÃO PARA OS ADVOGADOS SUBSTABELECENTES. desconhecimento. Sendo o agravo de petição subscrito por causídico substabelecido, e não tendo sido carreada aos autos do agravo cópia da procuração outorgada aos advogados substabelecentes, inviável conhecer do apelo. Proc. 27549/01 - Ac. SE 25972/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

AGRAVO DE PETIÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. DELIMITAÇÃO DA MATÉRIA E VALORES. ATUALIZAÇÃO ATÉ A DATA DA INTERPOSIÇÃO. NÃO CONHECIMENTO O claro objetivo do legislador, ao determinar a

delimitação dos valores impugnados, foi permitir a imediata execução definitiva da totalidade da parte incontroversa (art. 897, § 1º, CLT). Ora, a correção monetária também é parte integrante do "quantum debeatur", razão pela qual o agravante deve, no ato da interposição do agravo de petição, delimitar os valores impugnados, devidamente atualizados até a data da interposição, não servindo para esse fim cálculos ofertados anteriormente. Admitir como delimitação a simples e ociosa remissão a cálculos ofertados anteriormente implicaria na execução parcial da parte incontroversa, na medida em que não estaria inserida a correção monetária referente ao interregno entre os cálculos e a interposição do agravo de petição, desvirtuando assim o objetivo do legislador. Assim, não pode ser conhecido agravo de petição, ainda que interposto pela Fazenda Pública, que não atualiza o débito até a data da interposição, sob pena de se impedir a expedição de ofício requisitório parcial da parte incontroversa, sem prejuízo de eventual expedição de ofício posterior referente à parte controversa após o julgamento do agravo de petição. Proc. 5155/02 - Ac. 3ª Turma 5428/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 20/6/2002, p. 21

AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPENHORABILIDADE. ART. 649, VI, CPC. A ordem contida no art. 649, VI, do CPC se destina à proteção de bens dos quais se vale a pessoa física para o exercício de sua profissão, não se aplicando a regra aos bens integrantes do patrimônio empresarial. Proc. 28259/01 - Ac. SE 25973/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

AGRAVO DE PETIÇÃO. IMPUGNAÇÃO DO CREDOR, À SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS. DESCUMPRIMENTO DO ESTATUÍDO NO ART. 884 DA CLT. INTEMPESTIVIDADE. IMPROVIDO. A teor do art. 884 da CLT, compete à parte interessada oferecer sua impugnação à sentença homologatória dos cálculos dentro do prazo de cinco dias, sob pena de não atender um dos pressupostos extrínsecos de sua admissibilidade, qual seja, a tempestividade. Proc. 4364/02 - Ac. 2ª Turma 1474/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 23

AGRAVO DE PETIÇÃO. INCORREÇÃO NOS CÁLCULOS. COMPROVAÇÃO. OPOSIÇÃO MALICIOSA À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. Constatada por esta instância a incorreção nos cálculos apontada em embargos, é de rigor o rechaço à condenação oposta à executada sob o fundamento de intenção maliciosa de retardar a execução, o que a exclui da hipótese prevista no inciso II, do art. 600, do CPC, fazendo com que seja indevida a aplicação da sanção estipulada pelo art. 601, do mesmo diploma legal. Proc. 32928/01 - Ac. 5ª Turma 4563/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

AGRAVO DE PETIÇÃO. INTERPOSIÇÃO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. ART. 897, § 1º DA CLT. Não se conhece de Agravo de Petição interposto contra despacho de mero expediente ou decisão interlocutória, por falta de pressuposto recursal definido pela recorribilidade do ato judicial. Proc. 17181/02 - Ac. 2ª Turma 24430/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 19

AGRAVO DE PETIÇÃO. INTERPOSIÇÃO PROCRASTINATÓRIA. MULTA. INDENIZAÇÃO. UTILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA DA SÚMULA n. 113 DO STJ. A interposição de agravo de petição com intuito manifestamente procrastinatório atrai a aplicação do art. 18 do CPC, mesmo que o executado tenha sofrido na origem a multa prevista no art. 601 do mesmo Estatuto, por se tratarem de atos diferentes no curso do processo. Considerando que com a interposição de agravo de petição o exeqüente fica impedido inclusive de usufruir do "quantum debeatur", a indenização deve ser proporcional ao referido período, tendo como base o valor da execução. Assim, o critério mais razoável é a aplicação subsidiária da Súmula n. 113 do STJ, que prevê o pagamento ao expropriado dos juros compensatórios de 1% sobre o valor da indenização para cada mês subseqüente à imissão na posse, a partir de quando deixou de utilizar o imóvel expropriado, até o efetivo pagamento. Devida assim indenização de 1% ao mês, no interregno entre a interposição do agravo de petição e o efetivo pagamento, limitada a 20% sobre o valor atualizado da causa, bem como a multa prevista no art. 18. Proc. 1820/02 - Ac. 3ª Turma 13952/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 15/8/2002, p. 77

AGRAVO DE PETIÇÃO. MATÉRIA ACOBERTADA PELA COISA JULGADA. IMPOSSIBILIDADE DE RETOMADA DO DEBATE. Somente por meio de medida processual própria oferecida pelo ordenamento jurídico se permite discutir matéria acobertada pelo manto protetor da coisa julgada. Proc. 25780/01 - Ac. SE 25971/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

AGRAVO DE PETIÇÃO. MATÉRIA PROTEGIDA PELA COISA JULGADA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. É vedado o debate de questão já atingida pelos efeitos da coisa julgada, revelando-se, pois, infundada a irresignação manifestada, do que resulta evidente a má-fé do litigante, o qual se vale do apelo com nítido intuito

procrastinatório do feito. Proc. 37513/01 - Ac. 3ª Turma 9883/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 18/7/2002, p. 18

AGRAVO DE PETIÇÃO. NÃO CABIMENTO DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. O agravo de petição, por ser espécie de recurso, só é cabível de decisões definitivas, ou seja, aquelas que põem fim à atividade jurisdicional do juízo "a quo" na execução, porquanto, em nosso direito processual laboral, vigora o princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias (§ 1º do art. 893). Recurso a que não se conhece, por inaplicável. Proc. 22856/01 - Ac. SE 11342/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 7

AGRAVO DE PETIÇÃO. NOMEAÇÃO DE BENS. OBSERVÂNCIA DA ORDEM DO ART. 655 DO CPC. CONVENIÊNCIA DO CREDOR E DO JUÍZO. RECUSA DE PEDRAS PRECIOSAS. EFICÁCIA DA EXECUÇÃO. Conquanto a nomeação de pedras preciosas seja lícita aos olhos da Lei Adjetiva (art. 655), é lícito também ao credor recusar, seja pela inobservância estrita da ordem, seja pela notória dificuldade de escorreita avaliação e profícua alienação pública desses bens. O processo de execução é feito no interesse do credor, "ex vi" do art. 612 do CPC e, mais do que isso, no interesse da Justiça, que deve ser célere e eficaz. O alegado "modo menos gravoso" de promoção da execução não deve ser entendido nem aplicado em desfavor daquele que detém título executivo judicial em suas mãos e já aguarda pela solução do conflito há dez anos. Proc. 1150/92 - Ac. 3ª Turma 9893/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 18/7/2002, p. 19

AGRAVO DE PETIÇÃO. PERDA DE OBJETO. PAGAMENTO DO VALOR TOTAL DA EXECUÇÃO. A guia de depósito expedida pela Vara do Trabalho refere-se ao pagamento do valor executado. Não há elementos nos autos que confirmem a alegação da reclamada de que efetuou aquele depósito com ressalva de valores. Uma vez quitada a execução na sua totalidade, perde o agravo de petição o seu objeto, que era referente ao valor dos honorários periciais. Proc. 35867/01 - Ac. 5ª Turma 32291/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 269

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRAZO IMPRORROGÁVEL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. O prazo para recurso é improrrogável e o pedido de reconsideração não interrompe nem suspende o prazo para a interposição de agravo de petição. Proc. 37421/01 - Ac. 2ª Turma 30182/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 15/7/2002, p. 202

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRECLUSÃO. É incabível, em sede de Agravo, apreciar matéria que, pelo não-cumprimento de determinação legal, precluiu em virtude do transcurso do tempo. Proc. 25941/02 - Ac. 1ª Turma 29142/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRECLUSÃO. Estando preclusa a matéria tratada em agravo de petição, porque não questionada oportunamente em sede de embargos, falta-lhe o pressuposto referente ao cabimento, razão pela qual não merece ser conhecido. Proc. 36121/00 - Ac. SE 10857/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 58

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRECLUSÃO DA MATÉRIA. EMBARGOS À EXECUÇÃO NÃO CONHECIDOS. Ocorre preclusão de matéria alegada em embargos à execução não conhecidos e renovada em agravo de petição, por não ter sido examinada pelo Juízo de origem. Em decorrência, a matéria não pode ser apreciada pelo Juízo "ad quem", negando-se provimento ao agravo. Proc. 36468/01 - Ac. 5ª Turma 32229/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 268

AGRAVO DE PETIÇÃO. PRESSUPOSTO RECURSAL. MOMENTO DO PREENCHIMENTO. Como conseqüência do princípio da eventualidade, os pressupostos recursais, sejam genéricos ou específicos, deverão, à exceção das custas, estar efetivamente preenchidos no momento da interposição, sob pena de não conhecimento. Tratando-se de agravo de petição onde a efetiva delimitação do valor incontroverso somente ocorreu após sua interposição, tem-se por não satisfeito o pressuposto estabelecido no § 1º do art. 897 da CLT. Proc. 37283/00 - Ac. SE 10858/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 58

AGRAVO DE PETIÇÃO. PROCESSAMENTO EM APARTADO. NECESSIDADE DE FORMAÇÃO REGULAR. O Agravo de Petição, quando versa somente sobre parte da execução, pode ser processado em apartado, a fim de permitir que a execução do que for incontroverso possa prosseguir no feito principal, como estabelece o § 1º, do art. 897, da CLT. Em tais situações, ao agravante compete formar corretamente os autos do Agravo, a fim de permitir sua completa cognição pela instância superior, sendo seu o ônus de realizar essa formação com todas as peças tidas como imprescindíveis para esse fim. Trata-se da aplicação analógica do §

5º do art. 897, da CLT e da Instrução Normativa n. 16 do TST, que versam sobre o Agravo de Instrumento, o que resulta no não-conhecimento do Agravo por insuficiência de formação. Proc. 8494/02 - Ac. 3ª Turma 9017/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 11/7/2002, p. 26

AGRAVO DE PETIÇÃO. REDISCUSSÃO DA FASE COGNITIVA. RECURSO IMPRÓPRIO. Se o exeqüente pretendia acrescer ao "decisum" o pagamento dos reflexos das horas extras regularmente pagas pelo empregador, deveria ter apresentado embargos de declaração e recurso no momento oportuno, não podendo ser discutida tal questão na fase de execução. Proc. 1642/02 - Ac. 5ª Turma 17630/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

AGRAVO DE PETIÇÃO. RENOVAÇÃO DO ASSUNTO. EXPEDIENTE MANIFESTAMENTE INFUNDADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Insurgindo-se o agravante contra decisão transitada em julgado com a renovação da mesma matéria nesta já decidida, revela-se o expediente manifestamente infundado, razão pela qual deve ser tido como litigante de má-fé. Proc. 30714/01 - Ac. SE 9413/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 7

AGRAVO DE PETIÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Determina-se o prosseguimento da execução contra a responsável subsidiária quando frustrada a penhora de bens da devedora principal. Proc. 27275/02 - Ac. 1ª Turma 31423/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 67

AGRAVO DE PETIÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TENTATIVA FRUSTRADA DE EXECUÇÃO DA PRIMEIRA RECLAMADA. CITAÇÃO E PENHORA DA SEGUNDA RECLAMADA, RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIA. POSSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO DO APELO. Restando frustradas as tentativas de execução da primeira reclamada, correta a determinação do juízo de origem de expedição de mandado de citação e penhora da devedora subsidiária. Inteligência do Enunciado n. 331, IV do C. TST. Proc. 8578/02 - Ac. 2ª Turma 5999/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 14

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVO REGIMENTAL. DESPACHO MONOCRÁTICO DE RELATOR. CONVERSÃO EM AGRAVO DO ART. 557 DO CPC. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E CELERIDADE PROCESSUAIS. Considerando-se o entendimento expressado pela jurisprudência atual e predominante do C. TST admite-se como agravo do art. 557, § 1º, do CPC o agravo regimental oposto contra despacho monocrático de Juiz Relator proferido com base no "caput" do mesmo dispositivo, em homenagem aos princípios da fungibilidade e celeridade processual. AGRAVO. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. Estando a decisão impugnada via recurso ordinário em consonância com a jurisprudência pacificada pelo C. TST através do Enunciado n. 360 e, ainda, por este Regional através de sua Súmula n. 12, correto se mostra o despacho, calcado no art. 557, "caput", do CPC, que nega processamento ao apelo. Proc. 30774/99 - Ac. SE 19944/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 26/9/2002, p. 53

AGRAVO REGIMENTAL. "HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO NOMEADO COMPULSORIAMENTE. INDEFERIMENTO LIMINAR MANTIDO. Não havendo vícios por irregularidade ou abuso de poder nos atos de nomeação compulsória do paciente como depositário ou de expedição do respectivo mandado de prisão, incabível a concessão de "habeas corpus", por força da limitação contida no art. 148, do CPC, subsidiário. Proc. 402/02-AG - Ac. SE 964/02-A. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 27/8/2002, p. 2

AGRAVO REGIMENTAL. INDEFERIMENTO LIMINAR DE MANDADO DE SEGURANÇA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. Em relação a não apreciação, do benefício da assistência judiciária, na sentença, cabia à parte, interpor recurso ordinário e, posteriormente, agravo de instrumento no caso de o recurso ser considerado deserto, conforme a Orientação Jurisprudencial n. 88 da SBDI-2. Agravo a que se nega provimento para manter-se o despacho que indeferiu, liminarmente, o processamento do "mandamus". Proc. 596/02-AG - Ac. SE 1170/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/10/2002, p. 2

AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSAMENTO. LIMINAR. Indefere-se a pretensão formulada em agravo regimental com o intuito de compelir juiz relator de mandado de segurança a determinar o seu processamento e conceder a liminar requerida se não cumpridos os requisitos previstos no

inciso II do art. 7º e no art. 8º da Lei n. 1.533/51. Proc. 93/02-AG - Ac. SE 1018/02-A. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 6/9/2002, p. 2

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CONHECIMENTO. Inteligência dos arts. 514, inciso II e 515 do CPC e aplicação, por analogia, da Orientação Jurisprudencial n. 90 da SDI-II do C. TST. Não se conhece de Agravo Regimental oposto em face de despacho que indefere, liminarmente, mandado de segurança, quando as razões recursais repetem as alegações da inicial, sem, no entanto, atacar os fundamentos da decisão agravada. Proc. 994/02-AG - Ac. SE 1399/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 4/12/2002, p. 6

AJUDA ALUGUEL

AJUDA ALUGUEL. HABITUALIDADE. NATUREZA SALARIAL. Muito embora não tenham sido juntados aos autos todos os recibos mensais da obreira, resta evidenciado o caráter habitual desta gratificação, eis que num período de sete meses a reclamante recebeu a referida ajuda em três deles. Ora, a gratificação habitual não exige a periodicidade mensal, como o salário, sendo certo que, se a mesma se repete ao longo do tempo e não se condiciona a fatores imprevisíveis, tem inequivocamente natureza salarial. Proc. 14659/00 - Ac. 1ª Turma 9021/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 73

ALÇADA

ALÇADA. VALOR DA CAUSA. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO ANTES DA SENTENÇA. O valor da causa, mencionado no art. 2º, "caput", da Lei n. 5.584/70, não se equipara nem pode ser substituído pelo valor atribuído à condenação quando da prolação da sentença. a utilização deste, como parâmetro para a verificação da alçada, é inviável. diante do que reza o referido dispositivo legal, deve ser fixado antes de encerrada a instrução, possibilitando a impugnação pelas partes, e eventual pedido de revisão (§§ 1º e 2º). a determinação do valor da causa, na sentença, afronta a lei, e pode representar obstáculo indevido ao duplo grau de jurisdição. Proc. 11487/02 - Ac. 2ª Turma 7699/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 4/7/2002, p. 24

ALTERAÇÃO

ALTERAÇÃO. DO OBJETO SOCIAL DA EMPRESA. EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL. ESTABILIDADE SINDICAL. Consoante disposto no art. 206, Lei n. 6.404/76, aplicável subsidiariamente ao Decreto n. 3.708/19, a alteração do objeto social da empresa não implica em extinção da sociedade, e, portanto, do estabelecimento comercial. A alteração do objeto social da empresa, modificando, por conseguinte, a categoria econômica e profissional representativas, insere-se no risco da atividade econômica e não pode ser transferido ao emprego. Inteligência dos arts. 10 e 448, CLT. Não há que se falar, portanto, em aplicação do entendimento preconizado pela OJ n. 86, da SDI do C. TST, remanescendo, pois, a estabilidade do dirigente sindical. Proc. 13770/02 - Ac. 3ª Turma 13907/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 15/8/2002, p. 76

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

ALTERAÇÃO CONTRATUAL. NULIDADE. Alteração das condições do contrato de trabalho, ainda que consensual ou bilateral, não pode resultar em prejuízo direto ou indireto ao trabalhador, sob pena de nulidade da respectiva cláusula infringente, a teor do art. 468, da CLT, principalmente quando não tem aval do Sindicato de Classe. Proc. 7026/02 - Ac. 3ª Turma 21757/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 18

ALTERAÇÃO CONTRATUAL. VEDAÇÃO. ART. 468 DA CLT. Alterações contratuais, que acarretam, direta ou indiretamente, prejuízos ao trabalhador, esbarram na nulidade proclamada pelo art. 468 da CLT. Proc. 14548/00 - Ac. 1ª Turma 3173/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

ALTERAÇÃO DE CARGO

ALTERAÇÃO DE CARGO. TRANSFERÊNCIA REQUERIDA. REVERSÃO AO CARGO EFETIVO.

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO INDEVIDA. Além do afastamento das funções de caixa ter sido decorrente da transferência de agência requerida pelo próprio obreiro, conforme alegação defensiva não impugnada, não se pode olvidar que o exercício do cargo de caixa bancário admite a reversão ao cargo efetivo anterior, porque se trata de cargo de confiança, não sendo garantida a gratificação de função recebida para o exercício deste cargo, como pretende o recorrente. Proc. 13407/00 - Ac. 1ª Turma 8300/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 50

ANOTAÇÃO

ANOTAÇÃO. DO CONTRATO DE TRABALHO. PRECEITO DE ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE TRANSAÇÃO OU RENÚNCIA. EXIGÊNCIA LEGAL INDECLINÁVEL. A anotação do contrato de emprego em CTPS é exigência legal indeclinável, consubstanciada em preceitos de ordem pública, e, portanto, insuscetível de transação ou renúncia, por parte do trabalhador. Inteligência dos art. 29 da CLT e art. 297, § 4º do CP. Proc. 11279/02 - Ac. 2ª Turma 2792/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

ANULAÇÃO

ANULAÇÃO. DE CONCURSO PÚBLICO PARA INVESTIDURA EM CARGO OU EMPREGO PÚBLICO. APLICAÇÃO DO CONTROLE INTERNO DE LEGALIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO. CASO DE EXONERAÇÃO, COM EFEITOS "EX TUNC". Exoneração por ilegalidade do ato administrativo, não se confunde com demissão, porque não se trata de poder disciplinar ou discricionário da administração pública. Proc. 12433/01 - Ac. 4ª Turma 7070/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 4/3/2002, p. 10

APLICAÇÃO

APLICAÇÃO DO ART. 467 DA CLT. Não havendo verbas incontroversas, não há que se falar em aplicação do art. 467 da CLT. Proc. 36/00 - Ac. SE 20288/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 115

APLICAÇÃO DO ART. 467, DA CLT. CONTROVÉRSIA. INTERPRETAÇÃO. A aplicação do disposto no art. 467 da CLT, seja em sua redação original, seja na modificada, não se limita aos casos em que existe a controvérsia nominal, ou seja, pela mera negativa por parte do demandado de que os valores vindicados são devidos. Incide a cominação estipulada no texto legal nos casos em que a controvérsia é meramente artificial, ou seja, se funda no fato de ter havido pagamento das parcelas reclamadas sem se fazer acompanhar da respectiva prova documental indispensável para essa demonstração. Proc. 21895/01 - Ac. 3ª Turma 2268/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 23/5/2002, p. 20

APOSENTADORIA

APOSENTADORIA. A aposentadoria é causa extintiva do contrato de trabalho. Proc. 28/00 - Ac. SE 10890/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

APOSENTADORIA. BENEFÍCIO DA LEI BANDEIRANTE n. 4.832/58. FILHA SEPARADA JUDICIALMENTE. QUALIDADE DE DEPENDENTE. PENSÃO POR MORTE. IMPOSSIBILIDADE LEGAL: Prestigia a lei (art. 11, letras "c" e "d") filhas solteiras e viúvas, estas deste que vivam sob a exclusiva dependência econômica do inscrito. Filha separada judicialmente, situação dos autos, acabou não incluída, por expressa vontade do legislador, não podendo o aplicador do direito alterar essa disposição (CC, art. 1.090), porquanto considerou aquele que a separação judicial dissolve a sociedade conjugal, conservando íntegro, porém, o vínculo, apenas substituindo o dever de sustento pela obrigação alimentar (Súmula n. 226, do STF). Inviável, juridicamente, reconhecer a qualidade de dependente e, pois beneficiária de pensão por morte, da pessoa designada pela recorrente. Proc. 12634/02 - Ac. 5ª Turma 5680/02-PATR. Rel. Valdevir Roberto Zanardi. DOE 20/6/2002, p. 32

APOSENTADORIA. CAUSA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. Com ressalva de entendimento pessoal contrário, proferido em outros casos semelhantes, acato a jurisprudência majoritária deste Regional da Justiça do Trabalho, consubstanciada no 17º Tema, bem como a Orientação Jurisprudencial

n. 177 da SDI-1 do TST, segundo as quais a aposentadoria é causa de extinção do contrato de trabalho. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. O reclamante alterou a verdade dos fatos, com o intuito de obter vantagem econômica. Por esse motivo, é condenado por litigância de má-fé. Proc. 36062/01 - Ac. 1ª Turma 8682/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

APOSENTADORIA. COMPLEMENTAÇÃO. Indefere-se o complemento de aposentadoria se o benefício foi criado por norma regulamentar, com vigência limitada e requisitos próprios e o empregado não atingiu as exigências estabelecidas, tendo se aposentado após o prazo estabelecido na referida norma. Proc. 11022/02 - Ac. 1ª Turma 27326/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 13

APOSENTADORIA. COMPLEMENTAÇÃO. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS. INDEVIDA. É indevida a complementação integral de valores se a aposentadoria se deu na forma proporcional, descumprindo-se o requisito legal referente ao tempo de serviço. Proc. 33260/01 - Ac. 1ª Turma 388/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 10

APOSENTADORIA. CONTINUIDADE NO SERVIÇO. ENTIDADE AUTÁRQUICA. NULIDADE DO CONTRATO SEM CONCURSO PÚBLICO. Sendo a aposentadoria espontânea meio de extinção natural do contrato de trabalho, o fato do empregado continuar prestando serviços ao empregador, após seu advento, não implica uma continuação do primeiro contrato de trabalho, mas sim o começo de uma nova relação jurídica. Contudo, entendo que, tratando-se o empregador de entidade autárquica, a continuação da prestação de serviços pelo reclamante somente será válida se respeitado o requisito de prévia aprovação em concurso público previsto no art. 37, II, da Carta Magna, o que não ocorreu, sendo nula de pleno direito a contratação, não gerando qualquer direito ao trabalhador, à exceção dos salários do período laborado, ante a impossilidade do retorno das partes ao status quo ante e para evitar-se o enriquecimento sem causa do beneficiário da prestação de serviços, conforme orienta o C. TST através do Enunciado n. 363. Por conseguinte, são indevidas as verbas rescisórias pretendidas. Proc. 13843/00 - Ac. 1ª Turma 9995/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 29

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria extingue o contrato de trabalho. De forma categórica o art. 453 da CLT apresenta-a como um dos fatos que acarreta o desfazimento do vínculo, o qual não foi revogado. Eventual prestação posterior de trabalho configuraria celebração de novo contrato entre as partes, sendo irrelevante seja de forma expressa ou tácita, já que ambas estão autorizadas pelo estatuto consolidado (art. 442). Atualmente, a matéria não mais comporta dúvida, diante da Súmula n. 17 desse Tribunal. Proc. 30054/01 - Ac. 1ª Turma 20030/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 13/5/2002, p. 106

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A Lei n. 8.213/91 tem caráter previdenciário e não se aplica ao ordenamento jurídico trabalhista, convivendo pacificamente com o disposto no art. 453 da CLT. A aposentadoria, portanto, em qualquer de suas modalidades, extingue o contrato de trabalho, ainda que a prestação laboral não seja interrompida, dando gênese aqui a um novo contrato de trabalho. Proc. 35885/01 - Ac. 5ª Turma 9728/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ART. 453 DA CLT E ENUNCIADO N. 17 DESTE REGIONAL. A aposentadoria espontânea é uma das causas de extinção do contrato de trabalho, disciplinadas no art. 453, da CLT. O Enunciado n. 17 deste Regional explicita que ainda que não ocorra o desligamento do trabalhador, a aposentadoria faz extinguir o contrato de trabalho anteriormente celebrado, sendo devida a multa somente sobre o FGTS recolhido durante o contrato de trabalho reencetado. Proc. 33642/01 - Ac. 5ª Turma 22927/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INÍCIO DA CONTAGEM PRESCRICIONAL. Embora não tivesse ocorrido o desligamento do trabalhador, com sua aposentadoria extinguiu-se naquela data o primeiro contrato de trabalho, iniciando-se, portanto, a contagem prescricional. Considerando-se que a demanda foi ajuizada depois de dois anos da aposentadoria, está fulminado pela prescrição bienal o direito de ação quanto ao primeiro contrato. Inteligência do Enunciado n. 17 deste E.TRT da 15ª Região/Campinas. Proc. 39780/00 - Ac. 5ª Turma 27215/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 112

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INÍCIO DE NOVO CONTRATO COM ENTE PÚBLICO, SEM CONCURSO. NULIDADE. ART. 37, II e § 2º, DA CF, ENUNCIADO N. 363 E OJ 177 DO TST E SÚMULA n. 17 DO TRT/15ª REGIÃO. A aposentadoria extingue o primeiro contrato de trabalho, como já pacificado por este E. Regional na Súmula n. 17 e pelo Precedente

Jurisprudencial n. 177 do TST. Quanto ao segundo contrato de trabalho havido, desde a aposentadoria, é impossível se reconhecer a validade da relação de emprego com o ente público sem a nomeação após aprovação em concurso público (CF, art. 37, II e § 2º), tendo o trabalhador direito somente ao pagamento do salário, em sentido estrito, dos dias efetivamente trabalhados, nos termos do Enunciado n. 363 do TST. Nesse sentido, diante da flagrante irregularidade da situação da autora após sua aposentadoria, não há como amparar o pedido da multa de 40% sobre o FGTS, tampouco a multa do art. 477, § 8º, da CLT, ambas de natureza indenizatória. Proc. 37382/01 - Ac. 5ª Turma 17629/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA FUNDIÁRIA SOBRE O PERÍODO ANTERIOR. INDEVIDA. A Lei n. 8.213/91 tem caráter previdenciário e não se aplica ao ordenamento jurídico trabalhista, convivendo pacificamente com o disposto no art. 453 da CLT. A aposentadoria, portanto, em qualquer de suas modalidades, extingue o contrato de trabalho, ainda que a prestação laboral não seja interrompida, dando gênese aqui a um novo contrato de trabalho. Na rescisão sem justa causa deste último, só é devida a multa de 40% sobre o FGTS depositado no período posterior. Proc. 9783/02 - Ac. 5ª Turma 22200/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 3/10/2002, p. 31

APOSENTADORIA. INCENTIVO. O fato gerador da percepção do benefício é a aposentadoria e o pagamento do incentivo será efetuado de acordo com a regra que estiver em vigência na época respectiva. Tal princípio foi rigorosamente observado no que pertine à situação da reclamante, que nada mais pode licitamente postular. Proc. 30614/99 - Ac. SE 10845/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

APOSENTADORIA. INDENIZAÇÃO. O fundamento normativo (e o jurídico, também) do direito à indenização pela aposentadoria não se confunde com o do direito ao aviso prévio. Um é convencional (acordo coletivo), o outro é legal. Um decorre da aposentadoria, o outro, da dispensa, fatos jurígenos diversos, a despeito de intimamente ligados. Além disso, o pagamento de cinco remunerações previsto no acordo coletivo visa a estimular a aposentadoria espontânea, nada tem a ver com a forma de cumprimento do aviso prévio (Juiz Luís Paulo Pasotti Valente). Proc. 10676/00 - Ac. SE 20240/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 113

APOSENTADORIA. MULTA DE 40% DO FGTS. Mesmo que não haja solução de continuidade na prestação de trabalho, a aposentadoria espontânea da obreira rescinde o contrato de trabalho. Deste modo, a multa rescisória por dispensa imotivada só alcança os depósitos do FGTS correspondentes ao período posterior do jubilamento. Proc. 30615/99 - Ac. SE 9391/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 6

APOSENTADORIA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. MULTA DE 40% DO FGTS. DEPÓSITOS RELATIVOS AO PERÍODO ANTERIOR AO JUBILAMENTO. Efetivada a aposentadoria, opera-se a rescisão do contrato de trabalho, haja vista ser ela, sem que nenhum texto legal o diga, um direito que tem o empregado de passar à inatividade e nela permanecer percebendo uma pensão mensal vitalícia pelo atendimento de certas exigências. Deste modo, ainda que não haja solução de continuidade na prestação laboral, a aposentadoria espontânea do obreiro rescinde o contrato de trabalho, motivo por que a multa de 40% só recai sobre os depósitos do FGTS correspondentes ao período posterior ao jubilamento. Proc. 25928/99 - Ac. SE 10648/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho. Assim, o período que antecede a jubilação encontra-se compreendido no contrato de trabalho extinto concomitantemente com o deferimento da aposentadoria e, se o empregado continuar na atividade, ter-se-á um novo contrato de trabalho e não um prosseguimento do anterior. Aplicação do Enunciado n. 362 do C. TST. Em se tratando de Poder Público, após 05/10/88, o ingresso de servidor aos quadros da Administração Pública está condicionado à prestação de concurso público, consoante disposto no art. 37, inciso II da CF, exceção, por óbvio, da parte final do mencionado artigo constitucional. Padecendo de nulidade absoluta o pacto, dele não resultam efeitos jurídicos. No entanto, de acordo com a teoria das nulidades, cabe somente a recomposição do "status quo ante". Devidos apenas os salários em sentido estrito por inteligência do Enunciado n. 363 do C. TST. Proc. 15267/00 - Ac. 4ª Turma 7126/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 11

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. DA AUTORA. INDENIZAÇÃO DECORRENTE DA ESTABILIDADE DECENAL. INDEVIDA. Optando espontaneamente a obreira pela sua aposentadoria, tem-se que renunciou à indenização decorrente da estabilidade decenal, pois a mesma pressupõe dispensa imotivada. Proc. 29824/99 - Ac. SE 9393/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 6

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria espontânea é uma das causas de extinção do contrato de trabalho, disciplinadas no art. 453, da CLT, com a redação dada pela Lei n. 6.204/75. Ressalte-se que é desnecessário o desligamento do empregado para a obtenção da aposentadoria, pois a Lei n. 8.213/91 estabelece na alínea "b", do inciso I, do art. 49, que este não é requisito para seu requerimento. Assim, mesmo que não seja obrigatório afastar-se o trabalhador da empresa e, ainda que tal fato não ocorra, extingue-se automaticamente o contrato de trabalho com a aposentadoria, dando origem, se nesta permanecer, a um novo contrato de trabalho, o que se enquadra ao presente caso. Proc. 37067/00 - Ac. 5ª Turma 1044/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 35

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A cessação da prestação de serviços em razão da aposentadoria espontânea põe fim ao contrato de trabalho, afasta a incidência de verbas rescisórias devidas somente na dispensa sem justa causa do trabalhador e implica em renúncia à estabilidade provisória. Proc. 13585/02 - Ac. 1ª Turma 29843/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 6/12/2002, p. 9

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO LABORATIVA. PRESCRIÇÃO BIENAL. A aposentadoria espontânea é causa de extinção do contrato de trabalho e se o empregado continuar trabalhando para o mesmo empregador ter-se-á novo contrato de trabalho e não prosseguimento do anterior. Para propositura de ação visando satisfação de parcelas oriundas do pactuado, há de ser observado o prazo prescricional de dois anos, nos moldes do art. 7º, XXIX da CF. Aplicação da SDI-I n. 177 e analógica do entendimento da SDI-I n. 128. Proc. 1150/01 - Ac. 4ª Turma 30808/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 10/1/2003, p. 87

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. De acordo com o preconizado na Orientação Jurisprudencial n. 177 da E. SDI-I do E. TST e na Súmula n. 17 deste E. TRT, a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, ainda que subsista a prestação dos serviços, configurando esta nova relação de emprego. Proc. 34127/01 - Ac. 1ª Turma 312/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 8

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO NATURAL DO CONTRATO. ACRÉSCIMO FUNDIÁRIO E AVISO PRÉVIO INDEVIDOS. Tendo a reclamada providenciado o desligamento do reclamante assim que tomou conhecimento da concessão da aposentadoria, não há que se cogitar em pagamento de acréscimo de 40% sobre FGTS tampouco de aviso prévio, posto que não ocorreu dispensa arbitrária do reclamante, mas sim extinção natural do contrato de trabalho pela aposentadoria. Proc. 13817/00 - Ac. 1ª Turma 8304/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 50

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. MULTA DE 40% DO FGTS. INDEVIDA. INTELIGÊNCIA DO ART. 9º DO DECRETO n. 99.684/90. A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, fazendo cessar as obrigações contratuais até então assumidas pelas partes, não gerando direito ao recebimento da multa de 40% do FGTS, uma vez que ela não se encontra elencada no art. 9º do decreto regulamentador do fundo. Proc. 10682/00 - Ac. SE 5003/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 18/2/2002, p. 20

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. NÃO EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A legislação previdenciária não exige o prévio desligamento do empregado da empresa para sua aposentadoria espontânea. O empregado mantém com a previdência uma relação jurídica distinta daquela que há entre si e o empregador, decorrente do contrato de trabalho. Uma relação jurídica de direito público, que o empregado mantém com a previdência social, não pode desconstituir direitos oriundos da relação de direito privado (o contrato de trabalho). Além disso, o art. 453, da CLT trata da "accessio temporis", o que não se confunde com a continuidade do contrato de trabalho. Cumpre ser salientado que o STF (ADIN 1770-3 - Medida Liminar - Rel. Ilmar Galvão) suspendeu a eficácia dos §§ 1º e 2º do art. 453, da CLT que classificavam a aposentadoria proporcional como causa extintiva do contrato de trabalho, por colidir com o art. 7º, I, da CF. Proc. 11113/00 - Ac. SE 13379/02-PATR. Rel. Jorge Luiz Souto Maior. DOE 15/8/2002, p. 8

APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO CABIMENTO. A ruptura contratual decorrente da aposentadoria espontânea do empregado descaracteriza a dispensa imotivada e exclui, de

plano, o direito à multa de 40% do FGTS e ao aviso prévio. APOSENTADORIA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE. Considerando-se que a aposentadoria constitui forma de extinção do vínculo de emprego, a continuidade na prestação de serviços a ente público após a concessão do benefício implica em nulidade do novo pacto, o que, a teor do Enunciado n. 363, do TST, obsta o pagamento de verbas rescisórias. Proc. 37487/01 - Ac. 5ª Turma 5758/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. A aposentadoria por invalidez, consoante art. 475 da CLT c/c art. 47 da Lei n. 8.213/91, só extingue o contrato de trabalho após cinco anos contados da data de sua concessão ou do auxílio doença que a antecedeu. Proc. 26992/99 - Ac. SE 10641/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DEPÓSITO DO FGTS. DESCABIMENTO. Considerando-se que a aposentadoria por invalidez implica na suspensão imperativa do pacto laboral, que tem como efeitos elementares, dentre outros, a persistência do vínculo de emprego, o direito do empregado ao retorno e a impossibilidade da extinção contratual por ato voluntário, ficando, empregador e empregado desobrigados, ainda que transitoriamente, do cumprimento das obrigações pertinentes ao vínculo de emprego, é indevido supor que persistisse obrigação de depositar o FGTS. Veja-se que, nesta hipótese, passou o obreiro à custódia do órgão da Previdência Social, usufruindo, em decorrência disso, de benefício previdenciário, o que torna inexigível ao empregador a obrigação em tela. Proc. 37886/00 - Ac. 5ª Turma 19999/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 105

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PRESCRIÇÃO. Suspenso o contrato de trabalho em decorrência da aposentadoria por invalidez, suspenso também se encontra o fluxo da prescrição qüinqüenal. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EFEITOS SOB O CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria por invalidez, consoante art. 475 da CLT c/c art. 47 da Lei n. 8.213/91, extingue o contrato de trabalho após cinco anos contados da data de sua concessão ou do auxílio doença que a antecedeu. Proc. 28630/99 - Ac. SE 10604/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 53

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. Nos termos da legislação vigente, a aposentadoria por invalidez tem natureza provisória, sendo que somente após 5 (cinco) anos, sem recuperação total ou parcial do beneficiário, transforma-se em definitiva. Antes desse marco, o contrato de trabalho permanece suspenso. Proc. 14845/00 - Ac. 1ª Turma 3181/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SUSPENSÃO DO CONTRATO. A aposentadoria por invalidez acarreta a suspensão do contrato de trabalho, conforme previsto no art. 475 do CPC, perdurando enquanto não recuperada a capacidade laborativa do trabalhador. Inocorre, nesta circunstância, rescisão contratual, não havendo que se cogitar em parcelas rescisórias, tampouco em aplicação da multa do art. 477 da CLT. Proc. 15736/00 - Ac. 1ª Turma 15566/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 48

APRECIAÇÃO DE PROVAS

APRECIAÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JUIZ. Pelo princípio da persuasão racional, vigente no processo do trabalho, cabe ao juiz apreciar livremente as provas produzidas, emprestando a cada qual delas o valor que entender pertinente, competindo-lhe, apenas, fundamentar sua decisão, explicitando às partes e à sociedade as razões de sua opção decisória. Essa apreciação livre permite que o juiz identifique somente certos aspectos da prova e os destaque, por considerá-los relevantes, possibilitando, ainda, que o magistrado afirme suas impressões subjetivas sobre a prova realizada. Essa subjetividade é intrínseca ao ato de sentenciar, porque decorre da possibilidade de verificação endógena e exógena da verossimilhança da prova oferecida, especialmente a prova oral. Proc. 19247/01 - Ac. 3ª Turma 9095/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 11/7/2002, p. 26

ARBITRAGEM

ARBITRAGEM. DIREITOS INDIVIDUAIS. NÃO-CABIMENTO. A adoção da arbitragem para a solução

de conflitos trabalhistas individuais não é aceitável, diante da natureza de indisponíveis dos direitos então discutidos, a par da situação de gritante inferioridade econômica do empregado, que não lhe permite recusá-la, quando imposta, a qual não se altera com a ruptura do vínculo empregatício, tornando-se até mais aguda nesse momento, diante do terror provocado pelo desemprego e a ciência de que com os meios com os quais se sustentava e à sua família - os salários -, não poderá mais contar, até ter a sorte, se e quando tiver, de conseguir nova colocação. Proc. 9972/02 - Ac. 1ª Turma 20139/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 26/9/2002, p. 94

ARBITRAGEM. (LEI N. 9.307/96). CONTRATO DE TRABALHO. DIREITOS INDISPONÍVEIS. INAPLICABILIDADE. Pacto de sujeição do litígio à arbitragem privada não pode ser utilizado em relação a direitos trabalhistas indisponíveis ou irrenunciáveis, observado o disposto no art. 1º da Lei n. 9.307/96, que limita a sua aplicação aos conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. Referido ajuste não pode ser considerado óbice à apreciação de reclamação em que se discute, por exemplo, a existência da relação de emprego e o direito ao registro em CTPS. Proc. 38783/01 - Ac. 2ª Turma 7553/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 4/7/2002, p. 19

ARQUIVAMENTO

ARQUIVAMENTO. CUSTAS. RECLAMAÇÃO POSTERIOR. ART. 268 DO CPC. INAPLICÁVEL. O art. 268, "caput", segunda parte, do CPC, não se aplica ao Processo do Trabalho, pois a restrição ao direito de ação, nos casos de arquivamento da reclamação trabalhista, é prevista de forma específica no art. 732 da CLT que, portanto, não é omissa a esse respeito, o que impede a utilização subsidiária do dispositivo do Processo Comum, observado o art. 769 da CLT. Além disso, quando a marcha processual não é interrompida, realizando-se a regular instrução do feito e a entrega da prestação jurisdicional, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, violaria os princípios da economia e da celeridade que regem o Processo do Trabalho, uma vez que seria desconsiderada toda a movimentação processual, que seguramente custou muito mais ao Estado do que o valor das custas devidas pelo reclamante na ação anterior, e cuja repetição, obviamente, retardaria a solução do litígio. Proc. 37899/01 - Ac. 2ª Turma 7579/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 4/7/2002, p. 20

ARQUIVAMENTO. LIMINAR DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ANTERIOR, SEM CITAÇÃO. NÃO INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. O disposto no Enunciado n. 268 do C. TST deve ser interpretado à luz do art. 172, I, do CC. Assim, se a reclamação trabalhista anterior foi liminarmente extinta sem julgamento do mérito sem que tenha sido determinada a citação do reclamado, a mesma não tem o condão de interromper a prescrição. Proc. 27915/01 - Ac. 3ª Turma 20190/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 26/9/2002, p. 109

ARQUIVAMENTO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. RITO SUMARÍSSIMO. PEDIDO SEM INDICAÇÃO DO VALOR CORRESPONDENTE. OMISSÃO ISOLADA QUE EM NADA ALTERA A SUBMISSÃO DO FEITO AO PROCEDIMENTO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. A exigência contida no art. 852-B, inciso I do Consolidado não constitui formalismo estéril; ao revés, deve ser interpretada segundo a teleologia do dispositivo, que não é outra senão a de comprovar a adequação da reclamatória ao procedimento sumaríssimo, segundo o teto legal de 40 (quarenta) salários mínimos. Nesse passo, inócua a falta de indicação, pelo reclamante, do valor correspondente a determinado pedido, notadamente quando outros se encontram perfeitamente fixados. Ademais, deve ser levado em conta, em cada caso concreto, se o total já apurado no exórdio estiver muito aquém do limite procedimental, mesmo diante da imaginária integração da verba ilíquida. Refoge ao senso comum de justiça o arquivamento da reclamatória sem observância aos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade da sanção processual. PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. Proc. 21916/02 - Ac. 2ª Turma 22003/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 12

ARQUIVAMENTO. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. RITO SUMARÍSSIMO. DETERMINAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DOS PLEITOS DA INICIAL. VALOR ÚNICO TOTALIZANDO A SOMA DOS PEDIDOS.

IMPERATIVIDADE DO ART. 852-B, I DA CLT. IMPOSIÇÃO. Não se deve olvidar que o direito que a parte tem ao propor a ação não é o direito a um tipo de processo. Este é o instrumento utilizado pelo Estado para compor os conflitos de interesse. O direito que a parte tem, garantido constitucionalmente, é o direito de ação, este sim inafastável por qualquer disposição infraconstitucional e intangível pelo poder constituinte derivado. Importante ressaltar que o Direito Processual é de ordem pública, de caráter imperativo, relegado às partes a opção de escolha de um determinado rito procedimental, segundo seus interesses particulares. Em sendo assim, impende reconhecer-se a imperatividade do art. 852-B, I da CLT ao dispor que nas reclamações enquadradas no procedimento sumaríssimo o pedido deverá ser certo ou determinado e indicará o valor correspondente. Na ausência de liquidez dos pedidos, imperioso se faz a determinação do arquivamento dos autos e a conseqüente extinção do feito sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 852, § 1º da CLT. Proc. 21135/02 - Ac. 2ª Turma 23239/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/10/2002, p. 49

ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO

ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. A demanda trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição, conforme enuncia o Verbete de n. 268 do C. TST. Proc. 30025/99 - Ac. SE 26826/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

ARREMATAÇÃO

ARREMATAÇÃO. DESFAZIMENTO. Não tendo o arrematante integralizado totalmente o seu lanço, a arrematação, por não implementada, deve ser desfeita, a teor do art. 888, § 2º, da CLT, mormente quando se infere dos autos flagrante grau de parentesco entre arrematante e executada. Proc. 296/02 - Ac. 1ª Turma 4141/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/6/2002, p. 12

ARREMATAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO DO LANÇO DO CREDOR. VALIDADE. O credor pode concorrer na hasta pública, ofertando lanço, utilizando-se de seu crédito para arrematação dos bens levados a praça ou leilão, mesmo porque tem o direito de preferência pela adjudicação, a qual, no processo trabalhista, nem sempre se opera pelo valor da avaliação. Proc. 25378/01 - Ac. 1ª Turma 9993/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/3/2002, p. 29

ARREMATAÇÃO. NULIDADE. ART. 888 DA CLT. ART. 686 DO CPC. Não configura nulidade de arrematação quando o procedimento adotado encontra-se em consonância com o preconizado no art. 888 da CLT, não havendo cogitar-se da aplicação subsidiária do inciso VI do art. 686 do CPC em face da existência de norma trabalhista específica (art. 769 da CLT). Proc. 8863/02 - Ac. 1ª Turma 3930/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

ARREMATAÇÃO. OMISSÃO DO EDITAL DE PRAÇA E LEILÃO QUANTO À EXISTÊNCIA DE OUTROS GRAVAMES JURÍDICOS SOBRE OS BENS PENHORADOS. NULIDADE ARGÜIDA PELO EXECUTADO COM BASE NO ART. 686, INCISO V, DO CPC. NÃO CABIMENTO. O executado não tem legitimidade para argüir a nulidade da arrematação com supedâneo na omissão do edital de praça e leilão em mencionar a existência de outros gravames jurídicos pendentes sobre os bens objeto da penhora, posto que a disciplina do inciso V do art. 686 do CPC visa tutelar o interesse de arrematantes de boa-fé. Nesta exegese, somente estes terão legitimidade para argüir incidentalmente a nulidade da venda pública com fundamento em vício de forma do edital. Proc. 7565/02 - Ac. 4ª Turma 23609/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 17/10/2002, p. 20

ARREMATAÇÃO. PELO MAIOR LANCE. PRAÇA ÚNICA. LEGALIDADE. A arrematação em praça única, pelo valor do maior lance, encontra-se em consonância com o preconizado no art. 888 da CLT, não havendo cogitar-se da aplicação subsidiária do inciso VI do art. 686 do CPC em face da existência de norma trabalhista específica (art. 769 da CLT). Proc. 6148/02 - Ac. 1ª Turma 3962/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 7

ARREMATAÇÃO. PREÇO VIL. Cabível a aplicação subsidiária do art. 692 do CPC no Processo do Trabalho, uma vez que o disposto no § 1º do art. 888 da CLT não contraria o referido dispositivo processual. A previsão de arrematação pelo maior lanço não corresponde a afirmar que deverá ser aceito qualquer lanço, o que afrontaria o princípio da boa-fé, pois traria a possibilidade de obtenção de vantagem desproporcional com a aquisição do bem, em prejuízo da própria atividade jurisdicional do Estado. Inadmissível a tentativa do lançador e

do exequente de adquirir um bem por um valor quase nove vezes inferior ao praticado pelo mercado. Proc. 19540/01 - Ac. 2ª Turma 19293/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 13/5/2002, p. 90

ARREMATAÇÃO. PREÇO VIL. NÃO-CONFIGURAÇÃO. A arrematação de bem por cerca de 50% do valor de sua reavaliação não representa preço vil, principalmente se já existiram outras tentativas anteriores de arrematação que restaram infrutíferas. A análise sobre a pertinência do valor ofertado para arrematação não pode ser absoluta, considerando somente a correlação monetária entre ele e o da avaliação, mas também os antecedentes da própria execução. Se esta tem se projetado no tempo, impedindo a satisfação do crédito do trabalhador, e contrariando os preceitos de celeridade processual, a arrematação por preço menor do que o da avaliação não pode ser considerada vil, ainda mais se o arrematante é o próprio exeqüente que, para satisfazer efetivamente o cumprimento da obrigação terá de alienar os bens, e nesse procedimento dificilmente obterá por eles o valor de mercado. Proc. 30546/01 - Ac. 3ª Turma 22494/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 179

ARREMATAÇÃO. PREÇO VIL. NULIDADE. Não configura nulidade da arrematação por preço vil se o bem penhorado foi arrematado por valor superior a 30% da avaliação. Proc. 17247/02 - Ac. 1ª Turma 20105/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 93

ART. 467 DA CLT

ART. 467 DA CLT. A norma do art. 467 da CLT, por constituir penalidade, deve ser interpretada restritivamente e somente incide sobre salário incontroverso (com a redação anterior à Lei n. 10.272/01), que não tenha sido pago por ocasião da audiência inaugural. Proc. 13101/02 - Ac. 1ª Turma 31976/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 69

ART. 467 DA CLT. MASSA FALIDA. Não se aplica a penalidade do art. 467 da CLT, se ao tempo em que a verba se tornaria devida (primeira audiência) havia sido decretada a falência da empregadora, impossibilitando a esta a disponibilidade de seus bens. Proc. 28596/02 - Ac. 1ª Turma 31439/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 68

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O art. 14 da Lei n. 5.584/70, combinado com o art. 4º da Lei n. 1.060/50, determina que esse benefício será concedido àquelas pessoas cuja situação econômica não lhes permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. No caso dos autos, a assistência foi requerida na inicial; houve juntada de declaração de pobreza, conforme documento de fls. 05; e o valor das custas é ínfimo, o que autoriza a isenção, mesmo sem requerimento. Reforma-se a r. decisão recorrida para conceder ao reclamante os benefícios da assistência judiciária, isentando-o, conseqüentemente, do pagamento das custas e despesas processuais. Proc. 10600/00 - Ac. SE 20239/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 113

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PARA EMPREGADOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. Na Justiça do Trabalho, o benefício da Assistência Judiciária está atrelado às hipóteses do art. 14 da Lei n. 5.584/70, que não contempla a figura do empregador para sua concessão. Proc. 34024/01 - Ac. 5ª Turma 16527/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DEFERIMENTO. INTERESSE PARA RECORRER. A assistência judiciária é o benefício instituído aos necessitados de valer-se gratuitamente dos serviços prestados pelo Poder Judiciário. É, pois, o Estado quem deve prestar esses serviços gratuitamente. Portanto, o deferimento de tal benefício não traz qualquer prejuízo à reclamada, não possuindo a mesma interesse para recorrer da decisão neste tópico, não podendo tal matéria ser objeto de reexame. Proc. 15485/00 - Ac. 1ª Turma 22077/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 13/5/2002, p. 165

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. EXISTÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE DO REQUERENTE. REQUISITO ESSENCIAL PREENCHIDO. CONCESSÃO. INTELIGÊNCIA DAS LEIS NS. 1.060/50, 5.584/70 E 7.115/83. São concedidos os benefícios da assistência judiciária gratuita ao requerente que apresenta declaração de seu estado de miserabilidade, ainda que no curso da ação, ou que não esteja patrocinado pelo sindicato de sua categoria profissional, dadas as disposições das Leis ns. 1.060/50,

5.584/70 e 7.115/83. Proc. 10279/02 - Ac. 2ª Turma 2781/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. Concessão da assistência judiciária nesta Especializada apenas ao trabalhador e quando assistido por sua respectiva entidade de classe, conforme legislação especial (Lei n. 5.584/70, art. 14); entretanto, não comprovada a existência de órgão classista na respectiva base territorial, porquanto questão sequer aventada em contraminuta, é de se deferi-la com fundamento na legislação geral (Lei n. 1.060/50), pois dever do Estado (CF, art. 5º, LXXIV) através de atuação da OAB (Lei n. 1.060/50, art. 1º). Proc. 8457/02 - Ac. 5ª Turma 13611/02-PATR. Rel. Valdevir Roberto Zanardi. DOE 15/8/2002, p. 84

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária gratuita é concedida ao trabalhador que declara, sob as penas da lei, o seu estado de miserabilidade jurídica, ainda que assistido por advogado particular. Proc. 18875/02 - Ac. 1ª Turma 24019/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 10

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. Não se encontrando atendidos os pressupostos estabelecidos nas Leis ns. 5.584/70, 1.060/50 e 7.115/83, não há como deferir o pedido. Proc. 27879/99 - Ac. SE 10840/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. PRESSUPOSTOS PREENCHIDOS. PLEITEANTE CONDENADO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A litigância de má-fé não figura como fato impeditivo à concessão da assistência judiciária gratuita. Esta deve ser deferida quando preenchidos os pressupostos intrínsecos. Entender o contrário significaria impedir o exercício do duplo grau de jurisdição injustificavelmente, inclusive retirando a possibilidade de se discutir a cominação imposta. Os institutos não se confundem, e a isenção pretendida não impede a aplicação da pena. Proc. 18940/02 - Ac. 5ª Turma 29595/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/11/2002, p. 31

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. BENEFÍCIOS. PEDIDO EM SEDE RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. A pretensão aos benefícios da Justiça gratuita deve ser deduzida, desde logo, na inicial, nos termos da Lei n. 7.510/86. Formulada apenas por ocasião da interposição do apelo ordinário, esbarra a pretensão na preclusão, até porque após prolatada a decisão final não pode o Juiz de 1º grau rever sua própria decisão, salvo hipótese de Embargos de Declaração. O estado de pobreza não pode ser percebido e invocado somente após o desfecho da ação, ou seja, após prolação da sentença. Proc. 12971/02 - Ac. 2ª Turma 10340/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 25/7/2002, p. 64

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. DECLARAÇÃO DE MISERABILIDADE. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS. Nos termos das Leis ns. 1.060/50 e 7.115/83, os benefícios da Justiça Gratuita são concedidos àqueles que, comprovadamente, não possam arcar com as despesas processuais sem comprometer sua subsistência ou de sua família. Para tanto, necessária a declaração expressa do beneficiário ou do procurador com poderes expressos para fazê-lo. Proc. 16296/02 - Ac. 1ª Turma 15796/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/8/2002, p. 49

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. DESEMPREGO. Concede-se os benefícios da assistência judiciária gratuita ao empregado que comprova estar desempregado ou ter experimentado redução em seus ganhos a impossibilitar o pagamento das custas processuais. Proc. 19987/02 - Ac. 1ª Turma 23981/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 8

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. EMPREGADOR. Na Justiça do Trabalho, a assistência judiciária gratuita não é concedida ao empregador por falta de amparo legal à pretensão. Proc. 21453/02 - Ac. 1ª Turma 25208/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 31/10/2002, p. 6

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. OBRIGATORIEDADE DE PAGAMENTO. Sucumbente no objeto da perícia, deve o reclamante arcar com os respectivos honorários, nos moldes do Enunciado n. 236 do C. TST, não havendo que se cogitar em isenção do respectivo pagamento porque a questão de ser detentor ou não dos benefícios da assistência judiciária gratuita não o isenta do pagamento dos honorários periciais por ser tal verba destinada ao particular. Proc. 15682/00 - Ac. 1ª Turma 5342/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 18/2/2002, p. 30

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. INDEFERIMENTO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE RECURSO. PRECLUSÃO. O indeferimento da assistência judiciária gratuita em primeira instância deve ser

objeto de impugnação específica nas razões recursais, sob pena de preclusão, não bastando que a pretensão seja renovada apenas na petição de encaminhamento daquelas mesmas razões. Proc. 9001/02 - Ac. 1ª Turma 20155/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 95

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. ISENÇÃO DE CUSTAS. BENEFÍCIO QUE NÃO ABRANGE OS HONORÁRIOS PERICIAIS. Ao ser deferido o benefício da assistência judiciária gratuita, isenta-se a parte beneficiada das custas processuais, valores que seriam recolhidos aos cofres públicos. Resguardam-se, entretanto, os valores devidos ao Sr. expert, haja vista que este é profissional autônomo e não pode, após cumprir seu mister, ao invés de ser reembolsado pelo mesmo, ser punido com a falta de pagamento pelo trabalho realizado. Efetivamente, o benefício da gratuidade alcança tão-somente as despesas referentes à prestação jurisdicional do Estado, não incluindo, por conseguinte, as despesas decorrentes de serviços prestados por terceiros particulares. Proc. 37416/01 - Ac. 5ª Turma 18841/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 19/9/2002, p. 66

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. LEI N. 5.584/70. DELA NÃO SE BENEFICIA O EMPREGADOR. Não cabe, na hipótese dos autos, a Assistência Judiciária Gratuita a que se refere a Lei n. 1.060/50, pretendida pela agravante, tendo em vista que, na Justiça do Trabalho, essa Assistência é disciplinada pela Lei n. 5.584/70, não beneficiando o empregador, mesmo pessoa física ou empresa individual, face ao contido no art. 14, da referida Lei, que expressa referência, apenas, ao trabalhador, expressão utilizada, no Direito do Trabalho, para designar o empregado, nunca o empregador. Proc. 36541/01 - Ac. 3ª Turma 27903/02. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 15/7/2002, p. 132

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. GRATUITA. REQUERIMENTO POR ADVOGADO. CABIMENTO. Para o deferimento da assistência gratuita, não basta que o advogado tenha poderes específicos outorgados pela parte, é necessário que o requerimento inserto no corpo da peça de ingresso seja formulado sob as penas da lei. Proc. 89/00 - Ac. 5ª Turma 32405/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 273

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. Ainda que o reclamante desfrute dos benefícios da Justiça Gratuita deve arcar com os honorários periciais, quando sucumbente, porquanto a verba em tela compreende encargos decorrentes de serviços prestados por terceiro, que atua como auxiliar do Juízo, tendo, por isso, caráter alimentar. Proc. 37602/01 - Ac. 5ª Turma 19843/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 7

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A assistência judiciária não compreende a isenção dos honorários periciais, porquanto estes envolvem encargos decorrentes de serviços prestados por terceiro, não agente do Estado. Isso posto, a parte que der causa a tais encargos, nos termos do Enunciado n. 236 do C. TST, deve com eles arcar integralmente. Proc. 35419/01 - Ac. 5ª Turma 25579/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 57

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. INEXISTÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. CONCESSÃO. O art. 14 da Lei n. 5.584/70 quando diz que a Assistência Judiciária Gratuita será prestada pelo sindicato profissional não exclui a aplicação da Lei n. 1.060/50 no tocante à gratuidade dos serviços prestados pelo Poder Judiciário, sendo certo que tal dispositivo legal tem sua aplicação limitada à hipótese da concessão de honorários advocatícios quando configurada a Assistência Sindical. Assim, os trabalhadores têm o direito de utilizar o profissional particular, utilizando os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita garantida pela Lei n. 1.060/50 e pela CF (art. 5º, inciso LXXIV). Proc. 27860/00 - Ac. 1ª Turma 15575/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 49

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. O art. 14 da Lei n. 5.584/70, combinado com o art. 4º da Lei n. 1.060/50, determina que o benefício da assistência judiciária será concedido àquelas pessoas cuja situação econômica não lhes permite demandar, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. No caso em tela, o reclamante juntou declaração de pobreza, de fls. 8. A reclamada não logrou desconstituir tal documento pois não provou que o reclamante estivesse, à época, recebendo salário superior ao dobro do mínimo. E a assistência judiciária compreende, também, a isenção do pagamento dos honorários periciais, nos exatos termos do inciso V, do art. 3º, da Lei n. 1.060/50. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. O trabalho executado, em condições insalubres, não afasta, só por essa circunstância, o direito à percepção do respectivo adicional, conforme entendimento do C. TST, consubstanciado na Súmula n. 47. Proc. 10891/00 - Ac. SE 20296/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 115

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PARA EMPREGADOR. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL Na Justiça do Trabalho, o benefício da Assistência Judiciária está atrelado às hipóteses do art. 14 da Lei n. 5.584/70, que não contempla a figura do empregador para sua concessão, em especial quando se trata de pessoa jurídica e não pessoa física. Proc. 23167/02 - Ac. 5ª Turma 31652/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 95

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PARA EMPREGADOR. NECESSIDADE DE PROVA INEQUÍVOCA DA MISERABILIDADE. Por se tratar de empregador, que exerce atividade lucrativa, a miserabilidade não se presume pela simples declaração de pobreza. Para que se estenda o benefício da assistência judiciária ao pólo patronal há que se fornecer prova inequívoca de que existe impossibilidade financeira para arcar com as despesas processuais. Proc. 706/01 - Ac. 5ª Turma 9651/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

ASSUNÇÃO

ASSUNÇÃO. SUCESSÃO PARCIAL DE EMPRENDIMENTO ECONÔMICO. CARACTERIZAÇÃO. Para a caracterização da sucessão de empregadores o que importa é o fato objetivo da continuidade da prestação de serviços da mesma atividade econômica, não sendo necessário que o sucedido tenha encerrado todos os ramos desta. A sucessão se dá em relação à parte destacada da atividade econômica que teve prosseguimento. Proc. 39895/00 - Ac. SE 10591/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 52

ATESTADO DE POBREZA

ATESTADO DE POBREZA. VALIDADE. Na forma do que dispõe a Lei 7.115/83, art. 1º, a declaração destinada a fazer prova da miserabilidade, firmada pela própria pessoa ou por procurador bastante, é válida, independentemente da expressão "sob penas da lei", desde que se subentenda a assunção da responsabilidade do declarante pela afirmação. Proc. 37817/01 - Ac. 2ª Turma 28592/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 154

ATO ATENTATÓRIO

ATO ATENTATÓRIO. À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. CARACTERIZAÇÃO. A utilização de embargos à execução para impugnar a penhora de bens que foram espontaneamente oferecidos pela executada, evidencia o intuito manifestamente protelatório da parte e caracteriza o ato atentório à dignidade da justiça de que trata o art. 600 do CPC, justificando a aplicação da multa prevista no art. 601 do mesmo diploma legal, ambos de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Proc. 24026/02 - Ac. 1ª Turma 28115/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 22/11/2002, p. 9

ATO ATENTATÓRIO. À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. CONFIGURAÇÃO. Litiga de má-fé e, portanto, pratica ato atentatório à dignidade da Justiça, Executada que argüi em Embargos à Execução, reiterando em Agravo de Petição, matéria sobre a qual paira o instituto da coisa julgada, ofendendo, frontalmente, o art. 5º, XXXVI, CF, devendo arcar com o ônus de sua malícia. Preenchido o pressuposto do art. 600, II, CPC, deve arcar com a multa prevista no art. 601, do mesmo Diploma Processual. Proc. 30037/01 - Ac. 3ª Turma 25690/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 15/7/2002, p. 60

ATO ATENTATÓRIO. À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. EXECUÇÃO. Comete ato atentatório à dignidade da justiça a executada que, injustificada e maliciosamente, retém a CTPS para anotações por cinco meses, não atende às notificações judiciais para devolução, só o fazendo através de mandado de busca e apreensão, e, o que é pior, sem efetuar qualquer anotação, em verdadeiro acinte à determinação judicial. Condena-se a executada ao pagamento da multa de 10% do valor do débito, a ser revertida em favor da credora, na forma do art. 601 do CPC. Proc. 21347/02 - Ac. 1ª Turma 26177/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 12

ATO PROCESSUAL

ATO PROCESSUAL. FORMALIDADE LEGAL. OFENSA QUE DEVER SER ANALISADA SEGUNDO O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. VALIDADE. Os atos processuais devem obedecer as formalidades impostas pela lei, sob as penas nela cominadas. Todavia, há de se analisar a eventual ofensa a preceito normativo à luz sempre do princípio da razoabilidade, que deve orientar o julgador, na direção do processo, segundo os parâmetros de prejuízo processual, utilidade e aproveitamento dos atos, e instrumentalidade do processo. Proc. 5214/02 - Ac. 2ª Turma 5965/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 13

ATRASO NO PAGAMENTO

ATRASO NO PAGAMENTO. DAS VERBAS RESCISÓRIAS. CUMULAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 477 DA CLT COM PENALIDADE PELO MESMO FATO PREVISTA EM NORMA COLETIVA. POSSIBILIDADE. O Direito do Trabalho permite que as partes estipulem regras ou condições mais favoráveis aos empregados, cujo cabimento portanto, desde que não afrontada norma de ordem pública, deverá ser reputado válido, máxime quando resultante de negociação coletiva (CLT, art. 444; CF, art. 7º, inciso XXVI). Assim, a incidência da sanção legal não exclui necessariamente a aplicação da sanção convencional, e vice-versa, ainda quando possuam ambas o mesmo fato gerador. Proc. 22600/01 - Ac. 2ª Turma 23965/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 13/5/2002, p. 225

ATRASO NO PAGAMENTO. DOS SALÁRIOS. MULTA PREVISTA EM NORMA COLETIVA. Com base no princípio da eqüidade e no disposto no art. 5º LICC, ou seja, com base no sentido de justiça e no interesse do bem comum, razoável é fixar a multa em um salário mensal por ano, em relação aos anos de 1994 a 1997, em relação aos quais foram demonstrados os atrasos e juntadas as normas coletivas correspondentes. Proc. 313/00 - Ac. SE 10744/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. DE JORNADA NÃO CARACTERIZA, POR SI SÓ, A HIPÓTESE PREVISTA NO ART. 62, I DA CLT. A ausência de fiscalização de jornada é mera abdicação do poder diretivo do empregador e não é fato impeditivo do direito à remuneração pelas horas extras prestadas. Fato impeditivo de tal direito é, na forma do art. 62, I da CLT, a impossibilidade de controle de jornada no exercício de tarefa externa. Abrindo mão da fiscalização não constitui o empregador nenhum fato impeditivo do direito do obreiro. Também caracteriza controle de jornada a obrigatoriedade de comparência no início e término daquela, com a apresentação de roteiros para que possa o empregador contactar a qualquer tempo seu empregado. Desnecessário um controle formal escrito para a demonstração da existência de jornada vigiada. Proc. 13856/01 - Ac. 3ª Turma 11322/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 18/3/2002, p. 73

AUSÊNCIA DO RECLAMADO

AUSÊNCIA DO RECLAMADO. EM AUDIÊNCIA INICIAL. PRESENÇA DO ADVOGADO. ÂNIMO DE DEFESA. NÃO DECRETADA A REVELIA. A presença do advogado da parte reclamada na audiência inicial, devidamente representado e munido de defesa, afasta a revelia. A oferta da contestação evidencia a intenção de defesa da parte ausente. Proc. 22314/00 - Ac. 4ª Turma 1466/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 14/1/2002, p. 48

AUTARQUIA ESTADUAL

AUTARQUIA ESTADUAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA MANTIDA. Mesmo em se tratando de autarquia estadual e havendo regular certame licitatório, a recorrente é responsável subsidiariamente pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora de serviços, diante de sua incúria na contratação (culpa "in eligendo") e na fiscalização (culpa "in vigilando") da empresa contratada. Esta responsabilização subsiste face ao que disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/93, conforme já sedimentado pela jurisprudência dominante do C. TST, mediante a alteração introduzida no inciso IV do Enunciado n. 331 pela Resolução n. 96/00. Proc. 32597/00 - Ac. SE 9412/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 7

AVISO PRÉVIO

AVISO PRÉVIO. Indefere-se a indenização do aviso prévio quando se comprova que foi concedido e usufruído nos termos dos arts. 487 e 488 da CLT. Proc. 13742/00 - Ac. 1ª Turma 860/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/1/2002, p. 29

AVISO PRÉVIO. Integrando o aviso prévio o tempo de serviço, a teor do art. 487, § 1º, da CLT, seu trintídio deve ser observado para efeitos de apuração das verbas rescisórias. Proc. 11322/00 - Ac. SE 10823/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 56

AVISO PRÉVIO. O aviso prévio cumprido em casa, obra de ficção do empregador para procrastinar a quitação das verbas rescisórias, não existe como modalidade de pré-aviso, equivalendo em realidade à dispensa do seu cumprimento, o que importa no dever de quitar os haveres rescisórios no decêndio subseqüente à notificação da dispensa, sob pena de multa. Proc. 25162/99 - Ac. SE 28193/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 12

AVISO PRÉVIO. O período de aviso prévio indenizado deve servir para projetar para o futuro a data da rescisão contratual, para efeito de verificação do trintídio de que trata o art. 9º da Lei n. 7238/84. A indenização do período de aviso prévio, por opção da empresa, não pode implicar prejuízo ao empregado. Indenização adicional devida. Proc. 288/00 - Ac. 3ª Turma 22290/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 172

AVISO PRÉVIO. AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE. IMPROCEDE. O aviso prévio, seja ele trabalhado ou indenizado, integra o tempo de serviço para todos os efeitos pecuniários. Todavia, não há que se falar em aquisição da estabilidade na hipótese da projeção do contrato em virtude do aviso prévio, seja ele trabalhado ou indenizado, a teor do entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial de n. 40 da SDI do C. TST. Proc. 10735/00 - Ac. SE 20361/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 117

AVISO PRÉVIO. CONCEDIDO PELO EMPREGADOR. RESCISÃO DO CONTRATO ANTES DO ADVENTO DO SEU TERMO. ATO PATRONAL DESTINADO A DESVIRTUAR, IMPEDIR OU FRAUDAR PRECEITO CONTIDO NA LEGISLAÇÃO CONSOLIDADA. COMPROVAÇÃO. INVALIDADE. O aviso prévio concedido pelo empregador tem por intuito evitar as conseqüências maléficas da ruptura brusca do vínculo empregatício, propiciando ao empregado um determinado decurso de tempo para o reestabelecimento de sua colocação no mercado de trabalho. Somente se exime a empresa do pagamento do valor respectivo se concorrerem, no caso concreto, os elementos que orientaram a edição do Enunciado n. 276 pelo C. TST, impondo-se a rejeição do ato patronal se destinado a desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos contidos na legislação laboral consolidada. Inteligência do art. 9º da CLT. Proc. 21214/02 - Ac. 2ª Turma 22010/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 12

AVISO PRÉVIO. CONTRATO A PRAZO DETERMINADO. No contrato a prazo indeterminado empregado ou empregador, quando resolvem distratar, exercem um direito potestativo de resilição unilateral. Já no contrato por prazo determinado, quando o empregado ou empregador "ante tempus" resolve distratar, pratica uma inexecução culposa. E, nesse caso, caberia o aviso prévio, que, na realidade, aviso prévio não é, mas uma pena pela prática da inexecução. No caso dos autos, não houve distrato "ante tempus". Existiu cláusula assecuratória do direito de rescisão, mas não houve prática de inexecução culposa. Assim, por entender incabível a pena em questão (indenização correspondente ao aviso prévio), reformo a sentença nesse particular, excluindo da condenação a verba correspondente a esse título. Proc. 10501/00 - Ac. SE 28170/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

AVISO PRÉVIO. CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO. O instituto do aviso prévio é imcompatível com o contrato de trabalho por prazo determinado. Proc. 27822/00 - Ac. 1ª Turma 13333/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 55

AVISO PRÉVIO. "CUMPRIDO EM CASA". O pagamento das verbas rescisórias no caso de aviso prévio "cumprido em casa" é até o 10º dia da notificação da demissão, conforme Orientação Jurisprudencial n. 14 da SDI-1 do C. TST. Em caso de descumprimento é devida a multa prevista em norma coletiva onde estipulado o mesmo prazo. Proc. 30503/99 - Ac. SE 26748/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

AVISO PRÉVIO. CUMPRIDO EM CASA. O prazo para o pagamento das verbas rescisórias, quando o aviso prévio é cumprido em casa, é de, até, o 10º dia da notificação da demissão (CLT, 477, § 6º, "b"), conforme a Orientação Jurisprudencial de n. 14 da SDI do C. TST. Proc. 30128/99 - Ac. SE 10570/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

AVISO PRÉVIO. CUMPRIMENTO EM CASA. VALIDADE. BENEFÍCIO MAIOR QUE AQUELE PREVISTO NO ART. 488 DA CLT. O aviso prévio cumprido em casa, do empregado despedido, é mais benéfico ao obreiro do que as disposições contidas no art. 488 da CLT (que obrigam ao trabalho reduzido, nesse período), na medida em que lhe proporciona maior tempo para tentar nova colocação no mercado de trabalho, durante os trinta dias desse interregno. Indevido, portanto, seu pagamento de forma indenizada. Proc. 37644/00 - Ac. 5ª Turma 11551/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

AVISO PRÉVIO. INDENIZADO. EFEITOS. A duração do aviso prévio não concedido integra o tempo de serviço para todos os efeitos legais, conforme dispõe o art. 487 § 1º da CLT, o que implica em sua projeção para gerar efeitos pecuniários no tempo de serviço. Proc. 33079/01 - Ac. 5ª Turma 16549/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 83

AVISO PRÉVIO. INDENIZADO. FGTS. INCIDÊNCIA. O aviso prévio, ainda que indenizado, é base de incidência para a contribuição ao FGTS. Inteligência do Enunciado n. 305, e da Orientação Jurisprudencial SDI-1 n. 40, do C. TST. Proc. 10369/02 - Ac. 2ª Turma 2785/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

AVISO PRÉVIO. INDENIZADO. PROJEÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. A pretensão obreira parte do pressuposto da projeção do aviso prévio indenizado elastecido por força de norma coletiva, com a conseqüente extensão do liame contratual até o término dessa projeção, que se daria dentro do prazo da vedação imposta pela Lei n. 9.504/97 (Lei Eleitoral). Entretanto, o aviso prévio indenizado acarreta o direito à eficácia extintiva imediata do contrato de trabalho e, no que pertine à concessão de benefícios, seu elastecimento, que acontece por ficção jurídica, atinge apenas as verbas de natureza pecuniária. Assim sendo, não pode o empregado beneficiar-se da projeção do contrato de trabalho por meio da concessão de aviso prévio indenizado para pleitear uma garantia de emprego decorrente de um fato superveniente ao ato perfeito e acabado da rescisão contratual, com relevo para o fato de que, no presente caso, ainda, a estabilidade provisória perseguida tem como base a projeção de aviso prévio convencional, sendo vedada, quanto ao estabelecido entre as partes, qualquer interpretação ampliativa. Proc. 14737/00 - Ac. 1ª Turma 13411/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/4/2002, p. 57

AVISO PRÉVIO. INDENIZADO. PROJEÇÃO QUE ULTRAPASSA A DATA-BASE DA CATEGORIA PROFISSIONAL. INDENIZAÇÃO ADICIONAL PREVISTA DEVIDA. Mesmo que com o cômputo do aviso prévio o contrato de trabalho ultrapasse a data-base da categoria, devida a indenização adicional prevista no art. 9º da Lei n. 7.238/84, visto que efetivamente a dispensa ocorreu no trintídio que antecede a data-base da categoria. O artigo em exame teve como principal objetivo evitar a dispensa do empregado quando se aproximava a data-base da categoria, quando geralmente há reajustamentos salariais. Entender de modo diverso seria beneficiar o empregador em detrimento ao empregado, em total afronta ao que previsto no art. 5º da LICC e ao princípio protetor. Proc. 31531/99 - Ac. SE 14664/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 22/8/2002, p. 13

AVISO PRÉVIO. MULTA. ART. 477 DA CLT. Aviso prévio cumprido em casa, dispensa de seu cumprimento, ausência ou indenização do mesmo implicam o prazo de que trata o § 6º, "b", art. 477, CLT, explicitado pela Orientação Jurisprudencial TST SDI 14. Proc. 1115/01 - Ac. 1ª Turma 31809/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 255

BANCÁRIO

BANCÁRIO. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. POSSIBILIDADE. É do banco o ônus de provar a existência de cláusula contratual prevendo a possibilidade de transferência de seu empregado para outra localidade, sob pena de, acaso não comprovada, prevalecer a hipótese contida no art. 469 da CLT. Proc. 3847/02 - Ac. 5ª Turma 16681/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 29/8/2002, p. 87

BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. CONFIGURAÇÃO. § 2º, DO ART. 224, DA CLT. Sendo inequívoco nos autos que o autor ativou-se como tesoureiro, chefe de seção e subgerente, bem como que percebia comissão de função superior a 80% de seu salário, resta caracterizada a exceção prevista no § 2º, do art. 224, do Estatuto Celetário, não havendo que se falar, portanto, em pagamento, como extras, da 7ª e 8ª horas laboradas, em face do exercício do cargo de confiança. DESCONTOS. DIFERENÇAS DE CAIXA. RESTITUIÇÃO. Se o próprio autor, na exordial, reconheceu a existência de diferenças de valores sob sua guarda e se há cláusula contratual prevendo o ressarcimento pelo empregado de danos causados à empregadora, seja por ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia, desnecessária qualquer comprovação de que o reclamante tenha concorrido para tal resultado, devendo arcar com o ônus de cobrir eventuais diferenças constatadas no numerário sob sua responsabilidade. Proc. 37406/00 - Ac. 5ª Turma 6922/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 4

BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. Não é a percepção da gratificação de função superior a 1/3 do salário que enquadra o bancário como exercente de cargo de confiança. Aliados ao recebimento dessa verba precisam estar caracterizados os demais elementos formadores da fidúcia bancária, quais sejam, o poder de representação (exercício de cargo de direção, gerência, fiscalização e chefia) e a investidura de mandato legal (procuração ou assinatura autorizada). No caso dos autos, a recorrida não tinha subordinados, e não possuía assinatura autorizada, não se podendo falar que detinha cargo de confiança. Proc. 27932/99 - Ac. SE 20272/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

BANCÁRIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 459, § 1º, DA CLT. A faculdade conferida ao empregador no parágrafo único do art. 459 da CLT não enseja a transferência da aplicação da correção monetária para o mês subseqüente ao da prestação de serviços, uma vez reconhecido que o pagamento dos salários era efetuado dentro do próprio mês trabalhado - condição que se revela mais benéfica ao trabalhador - em inteira consonância com os princípios que norteiam o Direito do Trabalho. Proc. 24792/01 - Ac. 3ª Turma 12599/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 30

BANCÁRIO. EQUIPARAÇÃO. EXCEÇÃO. Considerada a intenção de fraude aos direitos do bancário, devem-se acolher as respectivas equiparações. Entendendo-se excepcionados os direitos previstos em normas coletivas que não decorrem da natureza desta função. Proc. 4519/00 - Ac. 2ª Turma 29883/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 193

BANCÁRIO. GERENTE GERAL DE AGÊNCIA. HORAS EXTRAS. NÃO-CABIMENTO. O gerente geral de agência bancária, que detém encargos de gestão e mando, e usufrui padrão salarial, que o distingue dos demais empregados, atuando como verdadeiro representante do empregador no estabelecimento, insere-se na exceção prevista no art. 62, inciso II, da CLT, o qual se aplica a todas as categorias de trabalhadores, independentemente de gozarem de condições especiais de trabalho. Nesse sentido, a jurisprudência dominante - Enunciado n. 287 do C. TST. Proc. 12703/00 - Ac. 1ª Turma 14896/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 26

BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. REFLEXOS NOS DIAS DE SÁBADO. NORMAS COLETIVAS. A despeito de o sábado para o bancário ser considerado dia útil não trabalhado (Enunciado n. 113 do C. TST), as normas coletivas da categoria são expressas em determinar os reflexos das horas extras sobre o referido dia, sendo que tal comando convencional deve ser respeitado, ante o preconizado pelo inciso XXVI do art. 7º, da CF. Proc. 25598/99 - Ac. SE 17670/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 7

BANCÁRIO. HORAS EXTRAS APÓS AS 30 SEMANAIS. O bancário que cumpre a jornada de 6 horas diárias, nos 5 dias na semana, terá como extraordinárias as horas que extrapolarem as 30 semanais, pois o sábado do bancário não é considerado para fins de horas trabalhadas, e sim, como integrante do descanso semanal remunerado, conforme convencionado desde setembro/85. Inaplicável o Enunciado n. 113, do C. TST. BANCÁRIO. DIVISOR 180: O divisor 180, para a categoria do bancário, é produto das 30 horas semanais, distribuídas por 5 dias da semana, cujo resultado (6) é multiplicado por 30 dias do mês. Proc. 1971/02 - Ac. 4ª Turma 23683/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 17/10/2002, p. 22

BANCÁRIO. TERMO INICIAL PARA A APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA ÀS VERBAS DE NATUREZA SALARIAL EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TST SDI-1 n. 124. INAPLICABILIDADE. Aos bancários não se aplica a Orientação Jurisprudencial TST SDI-1 n. 124, posto que percebem a remuneração dentro do próprio mês da prestação dos serviços, o que se agrega ao contrato de trabalho como cláusula benéfica ou condição mais favorável. Proc. 1513/02 - Ac. 4ª Turma 69/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 9/5/2002, p. 17

BANCÁRIOS

BANCÁRIOS. TERMO INICIAL PARA A APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA ÀS VERBAS DE NATUREZA SALARIAL EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TST SDI-I n. 124. INAPLICABILIDADE. Aos bancários não se aplica a Orientação Jurisprudencial TST SDI-I n. 124, posto que percebem a remuneração dentro do próprio mês da prestação dos serviços, o que se agrega ao contrato de trabalho como cláusula benéfica ou condição mais favorável. Aplicação da Súmula n. 16 deste E. Regional. Proc. 7152/02 - Ac. 4ª Turma 9337/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 11/7/2002, p. 35

BANCO DO BRASIL

BANCO DO BRASIL. CONTEC. ORGANIZAÇÃO EM QUADRO DE CARREIRA À NÍVEL NACIONAL. UNICIDADE SINDICAL. Aplica-se aos contratos de trabalho dos funcionários do Banco do Brasil os acordos coletivos firmados diretamente com a CONTEC - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, tendo em vista a organização do quadro de pessoal dar-se a nível nacional, bem como em respeito ao art. 8º, inciso II da CF. Proc. 7089/02 - Ac. 5ª Turma 16589/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 29/8/2002, p. 84

BANESPA

BANESPA. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO POR APOSENTADORIA. Deve-se considerar que no Direito do Trabalho o princípio da autonomia da vontade, do qual decorre o poder de disposição de direitos subjetivos mediante transação, conflita de forma inequívoca com o princípio protetivo, conforme se pode vislumbrar, por exemplo, do disposto nos arts. 9º, 444 e 468 da CLT. Não é demais lembrar que o art. 477 do Texto Consolidado estipula em seu § 2º que, qualquer que seja a causa ou a forma de dissolução do contrato de trabalho, o instrumento de rescisão ou o recibo de quitação deverão especificar a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminar o seu valor, sendo válida a quitação apenas com relação às mesmas. Não há, portanto, como se admitir transação extrajudicial de créditos trabalhistas com eficácia liberatória indiscriminada ou com efeito de coisa julgada. Proc. 26879/01 - Ac. 3ª Turma 15951/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 61

BANESPA. PROGRAMA DE INCENTIVO A DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. QUITAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. NÃO VALIDADE. Não é válida prévia quitação de direitos trabalhistas irrenunciáveis, especialmente sem a assistência sindical, como condição para adesão a programa de incentivo a desligamento voluntário, por se tratar de flagrante vício de consentimento. Afasta-se, pois, a alegada carência de ação. Proc. 37376/01 - Ac. 3ª Turma 30990/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 13/12/2002, p. 8

BEM DE FAMÍLIA

BEM DE FAMÍLIA. É impenhorável, por se tratar de bem de família, o único imóvel residencial do devedor, ainda que este, à época da penhora, não esteja ali residindo e permaneça sem morada fixa, sendo esse imóvel, entretanto, utilizado como residência por um filho do casal. Proc. 13606/02 - Ac. 4ª Turma 18645/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 19/9/2002, p. 61

BEM DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PROVA. Alegou o agravante que a penhora recaiu sobre bem de família, mas não houve comprovação de que o bem preenchia os requisitos da Lei n. 8.009/90, em especial de que se trata do único imóvel da entidade familiar. Não provada a alegação de que se trata de bem de família, não há como subtrair o bem da penhora efetuada. Proc. 33782/01 - Ac. 5ª Turma 32395/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 273

BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL COM DUPLA FINALIDADE. IMPENHORABILIDADE. É bem de família o imóvel residencial de uso preponderantemente familiar e com precária atividade de marcenaria no fundo de seu quintal. Proc. 36317/01 - Ac. 1ª Turma 637/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 16/5/2002, p. 4

BEM DE FAMÍLIA. IMÓVEL RESIDENCIAL. IMPENHORABILIDADE. REGISTRO. IRRELEVÂNCIA. A impenhorabilidade recai sobre o "único imóvel utilizado pelo casal ou pela entidade familiar para moradia permanente" (art. 5º da Lei n. 8.009/90) e independe da existência de outros bens, mesmo destinados a fins residenciais, e de registro junto ao Cartório Imobiliário, exceto para evitar a sua incidência sobre aquele de "menor valor", quando o interessado ocupe mais de um imóvel para fins residenciais (art. 5º, parágrafo único). Proc. 5885/02 - Ac. 2ª Turma 1393/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 16/5/2002, p. 19

BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. APLICAÇÃO DA LEI N. 8.009/90. É impenhorável o imóvel que serve de abrigo à família, nos termos da Lei n. 8.009/90. Proc. 22429/02 - Ac. 1ª Turma 26202/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 12

BENEFÍCIOS

BENEFÍCIOS. DA JUSTIÇA GRATUITA E A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DISTINÇÃO. A assistência judiciária é prestada, obrigatória e gratuitamente, pelo sindicato ao trabalhador desempregado, ou que perceber salário inferior a cinco salário mínimos, ou que declare a impossibilidade econômica de demandar, em razão de encargos pessoais ou de sua família (art. 879, § 10, da CLT). Já o benefício da justiça gratuita é direito de todo cidadão que seja considerado necessitado, ou seja, que esteja em situação econômica que não lhe permita pagar as custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família (art. 2º, da Lei n. 1.060/50). Dessa disparidade temos conseqüências diversas para o processo. da assistência judiciária resulta a condenação do empregador sucumbente ao pagamento dos honorários advocatícios a favor do sindicato obreiro para custea-la (art. 16, da Lei n. 5.584/70), enquanto que da justiça gratuita advém a isenção de taxas judiciárias, emolumentos, custas e honorários de perito e advogado (art. 3º, da Lei n. 1.060/50). Proc. 4565/02 - Ac. 2ª Turma 14050/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 15/8/2002, p. 60

BENEFÍCIOS. PREVISÃO EM CLÁUSULAS NORMATIVAS. NÃO INTEGRAÇÃO AO CONTRATO DE TRABALHO. EXEGESE DOS ARTS. 613, II E 614, § 3º, DA CLT. Benefícios estipulados em cláusulas normativas não integram o contrato de trabalho. Caso contrário, as normas coletivas não teriam prazo de vigência (CLT, art. 613, II e 614, § 3º) nem seria necessário que a cada dois anos, no máximo, fossem feitas novas assembléias entre empregados e empregadores. Proc. 100/01 - Ac. 5ª Turma 29615/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 185

BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. É impossível à empresa preencher os requisitos do § 1º do art. 4º da Lei n. 1.060/50, eis que este exige à parte que se declare pobre sob as penas da lei, condição que não se aplica à pessoa jurídica. Proc. 28790/02 - Ac. 5ª Turma 31644/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 95

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE LEGITIMIDADE PARA INTEGRAR A RELAÇÃO PROCESSUAL. Nos termos do art. 14, do CC, são pessoas jurídicas de direito público interno, além da União, dos Estados e do Distrito Federal, os Municípios legalmente constituídos. As Câmaras Municipais não possuem personalidade jurídica. Portanto, é o Município que possui capacidade processual para responder à presente reclamação, que envolve a Câmara Municipal, órgão que representa o Poder Legislativo do Município. E este é representado por seu Prefeito ou Procurador, em face do que dispõe o art. 12, II, do CPC. Preliminar argüida pelo Ministério Público acolhida. Proc. 36519/01 - Ac. 1ª Turma 6188/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 27/6/2002, p. 7

CARÊNCIA DE AÇÃO

CARÊNCIA DE AÇÃO. Tratando a reclamatória de parcela não expressamente discriminada no TRCT a incidência do Enunciado n. 330 do C. TST ampara o direito de ação do trabalhador, não havendo que se falar na sua carência. TESTEMUNHA. DEPOIMENTO. VALIDADE. Conforme entendimento pacificado pelo Enunciado n. 357 do C. TST e pelo Verbete n. 77 da Orientação Jurisprudencial de sua SDI-1, o fato de a testemunha demandar contra o mesmo empregador não induz suspeição e nem torna inválido o seu depoimento. HORAS EXTRAS. FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA. Indicando a prova testemunhal que as folhas individuais de presença não retratam a real jornada de trabalho e não contêm a anotação de todas as horas extras trabalhadas, deve aquela prevalecer sobre estas, mesmo que instituídas por norma coletiva. Verbete n. 234 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. CORREÇÃO MONETÁRIA. Conforme entendimento pacificado pela Súmula n. 16 deste Regional, tem-se como época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês do efetivo pagamento. Proc. 30107/99 - Ac. SE 20280/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

CARÊNCIA DE AÇÃO. EXISTÊNCIA DE COMISSÕES EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. NÃO OCORRÊNCIA. Não obstante seja louvável a iniciativa da Federação Nacional dos Bancos e do Sindicato dos Empregados em estabelecimentos Bancários, que firmaram convenção coletiva de trabalho para estabelecer as condições de criação e funcionamento das COMISSÕES EXTRAJUDICIAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS INDIVIDUAIS, não foi estipulada a obrigatoriedade de observância do procedimento. Ao revés, estabeleceu-se expressamente que a adesão ao processo seria voluntária e que a tentativa de solução não seria obrigatória, "podendo o ex-empregado ingressar diretamente com ação perante a Justiça do Trabalho" (cláusula décima primeira), o que impede o acatamento da preliminar. Rejeita-se. HORAS EXTRAS. FRAUDE NOS CONTROLES DE HORÁRIO. ARGUMENTOS ALEATÓRIOS, EXCESSIVOS E CONTRADITÓRIOS. Em que pesem os argumentos da instância originária, entendo que a prova oral não invalida os controles de ponto acostados, pois, a par de estes documentos registrarem jornadas variáveis, compreendendo, inclusive, inúmeras horas extras (que se encontram pagas, diga-se), não se pode conceber que, paralelamente à determinação patronal de que fossem apontados os horários contratuais, havia manipulação dos computadores para evitar o cômputo de sobrejornada - ou bem a reclamada determinava anotação incorreta, ou bem se utilizava de procedimentos escusos para obstar o direito de seus empregados. Proc. 1828/99 - Ac. 5ª Turma 29556/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 183

CARGO DE CONFIANÇA

CARGO DE CONFIANÇA. O cargo de Secretário Municipal de Governo é tipicamente de confiança, a ser preenchido sem a realização de concurso público, sendo incompatível com o contrato de emprego. A Administração Pública não pode transfigurar um cargo de confiança em contrato de emprego, fazendo com que o servidor possa obter as vantagens dos dois sistemas concomitantemente, mas sem arcar com o respectivo ônus. Proc. 30853/99 - Ac. 3ª Turma 22432/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 177

CARGO DE CONFIANÇA. O exercício de cargo de confiança afasta o direito ao adicional de transferência (art. 469, § 1º, CLT). Proc. 27266/99 - Ac. SE 28112/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 9

CARGO DE CONFIANÇA. Para a configuração da hipótese contemplada no art. 62, II, da CLT, se faz necessário que o empregado possua amplos poderes de gestão, representação, mandato, requisitos estes não inseridos na atividade do recorrido, restando afastado o exercício de cargo de confiança nos moldes concebidos no artigo supra citado. Proc. 11956/00 - Ac. SE 22386/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 6

CARGO DE CONFIANÇA. ART. 62 DA CLT. A caracterização do cargo de confiança preconizado no inciso II do art. 62 da CLT exige o exercício de atividade administrativa autônoma (encargo de gestão) e, concomitantemente, o vencimento em padrão mais elevado ao dos demais empregados que, em se tratando de gratificação de função, não poderá ser inferior a 40% do salário efetivo. Proc. 35913/01 - Ac. 1ª Turma 3949/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

CARGO DE CONFIANÇA. BANCÁRIO. CLT, ART. 224, § 2º. Pelo disposto no § 2º do art. 224 da CLT - " As disposições deste artigo "caput": que estabelece a jornada de seis horas] não se aplicam aos que exercem funções de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes, ou que desempenhem outros cargos de confiança, desde que o valor da gratificação não seja inferior a 1/3 (um terço) do salário do cargo efetivo"- é bastante amplo o conceito de "cargo de confiança", bastando para o enquadramento do bancário, nesta acepção, apenas o exercício de uma destas funções e o recebimento de pelo menos 1/3 de gratificação de função. ÉPOCA PRÓPRIA. LEI N. 8.177/91. CONCEITO Para o art. 39 da Lei n. 8.177/91, "época própria" constitui a data de vencimento da obrigação, que pode ser legalmente prevista ou pode ser fixada, na forma do art. 442 da CLT, ou seja, por norma contratual tácita. Proc. 16648/00 - Ac. 2ª Turma 18590/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

CARGO DE CONFIANÇA. DESVIO DE FINALIDADE. NOMEAÇÃO IRREGULAR: Constitui desvio de finalidade e contratação irregular, com afronta ao inciso II, do art. 37, da CF, a criação e nomeação de cargos chamados de confiança que não configurem efetivamente o longa "manus" do nomeante ou a representatividade da autoridade. Proc. 833/02 - Ac. 4ª Turma 18460/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 19/9/2002, p. 56

CARGO DE CONFIANÇA. EXCEÇÃO DO INCISO II DO ART. 62 DA CLT. CARACTERIZAÇÃO. O trabalhador esta inserto na exceção prevista no inciso II do art. 62 da CLT quando, além de poderes de mando e gestão, perceba rendimento superior e possa influenciar com suas decisões os destinos da empresa. Proc. 28124/01 - Ac. 5ª Turma 30646/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 216

CARGO DE CONFIANÇA. HORAS EXTRAS. CABIMENTO. O exercício de cargo de chefia intermediária não afasta o direito ao reconhecimneto de horas extras efetivamente prestadas pelo trabalhador. Proc. 15436/00 - Ac. 1ª Turma 8700/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

CARGO EM COMISSÃO

CARGO EM COMISSÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONTRATO REGIDO PELA CLT. É possível o servidor público ocupar cargo em comissão tendo seu contrato regido pela CLT, bastando para tanto que a hipótese esteja prevista em lei. Proc. 32525/01 - Ac. 5ª Turma 16519/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

CARGO EM COMISSÃO. E ESTABILIDADE. INCOMPATIBILIDADE. O art. 37, inciso II, da CF, preceitua que a ocupação de cargo em comissão prescinde de prévia aprovação em concurso público, por se tratar de cargo de fidúcia, sendo pois, de livre nomeação e, conseqüentemente, de livre exoneração. Assim, a garantia de emprego prevista em norma coletiva não alcança os ocupantes desse cargo, porquanto trata-se de institutos jurídicos incompatíveis entre si. Proc. 348/00 - Ac. SE 22419/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 7

CARGO EM COMISSÃO. MUNICÍPIO QUE ADOTOU O REGIME CELETISTA. INCOMPETÊNCIA DESTA JUSTIÇA ESPECIALIZADA. Cargo público é o lugar instituído na organização do serviço público, com denominação própria, atribuições e responsabilidades específicas e o estipêndio correspondente, para ser provido e exercido por um titular, na forma estabelecida em lei. Já o cargo em comissão destina-se às funções de confiança dos superiores hierárquicos e somente admite provimento em caráter provisório, pois aquele que o ocupa não adquire direito à continuidade na função. Justamente porque o cargo em comissão é de livre admissão e, por isso mesmo, sem concurso público, bem como de livre exoneração, não é contemplado pelo regime celetista. E o fato, por si só, do Município adotar o regime celetista em nada altera a questão, eis que inexiste no regime consolidado a possibilidade do empregador dispensar o empregado "ad nutum". Tanto é assim, que o Município que adota o regime estatutário, pode celebrar contrato de trabalho por prazo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, hipótese em que a Justiça do Trabalho é competente para decidir sobre o litígio decorrente desse contrato, nada obstando que o Município, que aderiu ao regime celetista, possa admitir servidor para o exercício de cargo em comissão, instituto tipicamente estatutário, porém, neste caso, sendo esta Justiça Especializada incompetente. Proc. 33067/01 - Ac. 3ª Turma 24514/02-PATR. Rel. Desig. Samuel Corrêa Leite. DOE 25/10/2002, p. 26

CARGO EM COMISSÃO. VÍNCULO ADMINISTRATIVO E NÃO CONTRATUAL. IMPOSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DO REGIME CELETISTA. O entendimento vogante na doutrina e jurisprudência é o de que o art. 37, II da Constituição Federal contempla, ao referir-se ao "cargo em comissão", apenas o funcionário público, ou seja, o estatutário, dele afastando o empregado público, que é celetista. A distinção justifica-se no fato de que os cargos comissionados destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, demissíveis "ad nutum", sendo a transitoriedade que lhes é peculiar incompatível com o vínculo contratual, que tem como uma de suas características a continuidade do trabalhador na função. Em virtude disso, a reclamante, porque nomeada em comissão, não faz jus à estabilidade no emprego, ainda que eleita membro da CIPA, nem se configura ilícito seu remanejamento para o desempenho de atribuições remuneradas inferiormente, sendo indevidas as diferenças salariais contempladas na r. sentença. Providos a remessa oficial e o recurso voluntário para reconsiderar-se a ordem reintegratória e afastar a condenação pecuniária imposta ao Município. Proc. 30904/01 - Ac. 4ª Turma 17169/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 5/9/2002, p. 12

CARTA DE REFERÊNCIA

CARTA DE REFERÊNCIA. FORNECIMENTO NA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. Inexiste amparo legal à pretensão de ex-empregado no sentido de obrigar seu ex-empregador a lhe fornecer

carta de referência para servir como prova de bons antecedentes na procura de um novo emprego, exceto se tal obrigatoriedade foi ajustada em acordo ou convenção coletiva de trabalho (art. 7º, XXVI,CF), pois, "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude da lei" (art. 5º, II, CF). O seu fornecimento, fora dos casos de pactuação coletiva de trabalho, implica em mera liberalidade do ex-empregador, portanto. Proc. 3801/02 - Ac. 3ª Turma 17504/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 76

CARTÕES DE PONTO

CARTÕES DE PONTO. Comprovada mediante cartões de ponto e recibos de pagamento salarial, a falta de contraprestação da sobrejornada, devida a hora extra postulada. Proc. 9162/00 - Ac. SE 10638/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

CARTÕES DE PONTO. HORÁRIOS "BRITÂNICOS". Controles de ponto anotados manualmente, por pessoa estranha que não o próprio empregado, apontando horários idênticos, de entrada, saída e intervalos, aos quais costumou-se denominar de "britânicos", carecem de confiabilidade e se tornam suspeitos como meio de prova. Por estes motivos, há que prevalecer a prova testemunhal apresentada pelo trabalhador, que é sobre quem recai o ônus de produzi-la, conforme disposição dos arts. 333, I do CPC e 818 da CLT. Proc. 4604/02 - Ac. 3ª Turma 25298/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 8/11/2002, p. 20

CARTÕES DE PONTO. JUNTADA REQUERIDA PELO RECLAMANTE. VALIDADE DAS ANOTAÇÕES. Tendo o reclamante expressamente requerido a juntada dos cartões de ponto sob pena de prevalecer a jornada apontada na exordial, por certo reconheceu a validade de tais anotações, não podendo, depois de sua juntada, alegar que não refletiam a real jornada de trabalho pretendendo sejam considerados os depoimentos testemunhais, posto vale-se de sua própria torpeza, o que é inadmissível. Proc. 15327/00 - Ac. 1ª Turma 13519/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

CATEGORIA PROFISSIONAL

CATEGORIA PROFISSIONAL. DIFERENCIADA. ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. DIFERENÇAS SALARIAIS. Indeferem-se as diferenças salariais fundamentadas em incorreto enquadramento profissional e na existência de categoria diferenciada, quando a Reclamada, ou a correspondente categoria econômica, sequer participou da negociação coletiva das normas invocadas pelo Autor. Proc. 13040/00 - Ac. 1ª Turma 27632/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 124

CATEGORIA PROFISSIONAL. DIFERENCIADA. MOTORISTA. ART. 611 DA CLT, "CAPUT" E § 2º. Aplica-se à reclamada, embora voltada ao ramo comercial e da construção civil, o "caput" do art. 611 da CLT e seu § 2º, pois, ao participar e aderir às obrigações assumidas pela categoria diferenciada dos motoristas, restou abrangida pela aplicação das condições de trabalho estipuladas para essa categoria profissional. Quanto ao reclamante, a norma coletiva de sua categoria diferenciada há de lhe ser aplicada em sua totalidade e não aos pedaços, como pretende, dela pinçando apenas as cláusulas que lhe são mais favoráveis, querendo se reservar, também, aquelas da categoria econômica da reclamada que mais o privilegiam. Como bem sintetizado pela origem: "Quando se trata de trabalhador com enquadramento diferenciado, as normas coletivas não se aplicam aos pedaços, ou seja, pinçando-se as cláusulas mais favoráveis de uma e de outra. Proc. 33557/01 - Ac. 5ª Turma 22925/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

CATEGORIA PROFISSIONAL. EMPRESA PÚBLICA COM FINS ECONÔMICOS. SUJEIÇÃO AO REGIME CELETISTA. ENQUADRAMENTO SEGUNDO A ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DO EMPREGADOR. INTELIGÊNCIA DO ART. 173, § 1º, INCISO II DA CF. As empresas públicas que explorem atividades econômicas estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, especialmente no que concerne a direitos e obrigações trabalhistas. Nesse passo, há de ser observada a regra da atividade econômica do empregador, para fins de enquadramento sindical, impondo-se às partes o cumprimento das cláusulas integrantes da negociação coletiva firmada pelas respectivas entidades econômica e profissional. Proc. 11284/02 - Ac. 2ª Turma 2793/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

CATEGORIA PROFISSIONAL. ENQUADRAMENTO SEGUNDO ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO-PREPONDERANTE DO EMPREGADOR. IMPOSSIBILIDADE. Para fins de enquadramento sindical/

profissional, há de ser observada a regra da atividade econômica preponderante do empregador, assim considerada aquela para a qual convertem todas as demais atividades empresariais. Não merece guarida a pretensão obreira de ver-lhe deferidos direitos fixados em negociação coletiva de trabalho firmada por entidade sindical estranha àquela que o representa, mormente quando não se trate de categoria diferenciada. PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. Proc. 22713/02 - Ac. 2ª Turma 23827/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 14

CAUSA PETENDI

"CAUSA PETENDI". PEDIDO. Com exceção da insalubridade, cuja "causa petendi" pode ser ignorada, pelo julgador, com base no resultado do laudo pericial, em razão do bem maior tutelado: a saúde do trabalhador; os demais pedidos estão condicionados à causa de pedir, não podendo ser alterada, após a "notificação" sem o consentimento da parte contrária, na forma do art. 264 do CPC. Proc. 3830/00 - Ac. 2ª Turma 27587/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

CÉDULA DE CRÉDITO

CÉDULA DE CRÉDITO. INDUSTRIAL. PENHORA. CRÉDITO TRABALHISTA. POSSIBILIDADE. Bens gravados por cédula de crédito industrial podem ser penhorados para a garantia de créditos trabalhistas, pois são créditos privilegiados em razão da natureza alimentar. Aplicação do art. 30 da Lei n. 6.830/80 e arts. 184 e 186 do CTN. Proc. 1335/02 - Ac. 5ª Turma 541/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 9/5/2002, p. 25

CERCEAMENTO DE DEFESA

CERCEAMENTO DE DEFESA. Não caracteriza cerceamento de defesa a rejeição do terceiro pedido de adiamento da audiência se a Reclamada, que poderia trazer em juízo outro advogado do mesmo escritório patrocinador da causa, insiste na manutenção da causídica constantemente acometida de problemas de saúde. Proc. 8837/02 - Ac. 1ª Turma 20096/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 93

CERCEAMENTO DE DEFESA. Não caracterização quando as provas colhidas são suficientes para o convencimento do Juízo. Proc. 23788/02 - Ac. 2ª Turma 24290/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 25/10/2002, p. 14

CERCEAMENTO DE DEFESA. Não ocorre cerceamento de defesa no processo em que a parte foi notificada por seu procurador, nos termos do art. 3º, Capítulo "Not" da CNCR. Proc. 29211/99 - Ac. SE 10737/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

CERCEAMENTO DE DEFESA. No caso em questão, a alegada nulidade decorrente de cerceamento de defesa não existiu. A recorrente requereu ao juízo "a quo" expedição de carta precatória para a cidade de Campo Grande, para oitiva de testemunhas arroladas. Acertadamente, o juízo de origem indeferiu o pedido uma vez que ocorrera a preclusão. Proc. 25805/99 - Ac. SE 26814/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

CERCEAMENTO DE DEFESA. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO OPORTUNO DE PRODUÇÃO DE PROVA. CONCORDÂNCIA COM O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. INOCORRÊNCIA. Há cerceamento de defesa quando se verifica a negativa judicial a requerimento pertinente, oportuno e reiterado de produção de prova, para comprovação de fato relevante para o deslinde da controvérsia. Inexistindo tal requerimento, principalmente diante da expressa concordância da parte com o encerramento da instrução processual, improcede a tentativa de anulação do feito para a conseqüente conversão do julgamento em diligência instrutória. Incidência da denominada preclusão

consumativa. Proc. 22684/02 - Ac. 2ª Turma 23826/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 14

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHA. SENTENÇA DECALCADA EM PROVA DOCUMENTAL NÃO EXIBIDA PELA PARTE RECORRENTE, EMBORA INSTADA A FAZÊ-LO SOB AS PENAS DO ART. 359, DO CPC. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Cabe ao Juiz, na condição da personificação do Poder Judiciário, dirigir o processo. A nossa CLT perfilhou a teoria do Juiz-diretor (art. 765). Dirigir o processo, não é outra coisa senão conduzir cada fase processual, mostrando o caminho a ser percorrido, editando ordens e comandos no desenvolvimento do processo. Hodiernamente se sustenta que o Juiz não pode ser um mero expectador, ao revés, deve participar e intervir no procedimento probatório, pois, compete-lhe a instrução do feito. Entende-se que instruir o processo consiste basicamente em exigir que todos os envolvidos colaborem para o descobrimento da verdade (art. 339 do CPC), em fixar o objeto da prova (art. 451 do CPC) e em determinar de ofício a produção de provas que entender necessárias ou convenientes (arts. 130 do CPC e 765 da CLT), assim como emitir um juízo de valor sobre as provas produzidas (art. 131 do CPC). De outro lado, deve coibir provas cuja produção ou colheita retardem inutilmente o desfecho da lide, cabendo-lhe velar pela rápida solução do litígio (art. 125, II, CPC). Assim, de nenhuma utilidade se reveste a oitiva de testemunha quando a prova documental, por si só, se revele suficiente para embasar o julgamento, mormente quando a parte deixa injustificadamente de trazê-la aos autos, embora compelida a fazê-lo sob as penas do art. 359 do CPC. Cerceamento de defesa não caracterizado. Proc. 12836/02 - Ac. 2ª Turma 28047/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 18

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. INOCORRÊNCIA. ART. 130 DO CPC. Não ocorre cerceamento de defesa quando o juiz indefere pedido de produção de prova oral, pois cabe a ele, reitor do processo (art. 765 da C.L.T.) determinar as provas necessárias à sua instrução, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, amparado no preceito insculpido no art. 130 do CPC. TRANSAÇÃO. INSTRUMENTO PARTICULAR. DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS DUVIDOSAS. CONFIGURAÇÃO. ART. 1.025 DO CC. Reza o art. 1.025 do CC: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas", definindo assim, o instituto da transação, que é um negócio jurídico bilateral, pelo qual as partes interessadas, realizando concessões recíprocas, renunciam direitos, objetivando extinguir obrigações. A transação deve ser, portanto, interpretada restritivamente, não comportando interpretação extensiva ou aplicação analógica. Agiganta-se ainda mais a validade da avença, quando o instrumento particular observa as regras para sua formação, em especial, a assistência de duas testemunhas, a teor do disposto no art. 135, do CC, bem como traz a discriminação das verbas transacionadas, as quais guardam a qualidade da incerteza do direito. Proc. 5723/00 - Ac. 2ª Turma 6344/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 63

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. Ao Juízo cabe a direção do processo. Desta forma, não constitui cerceamento de defesa a decisão que indefere o pedido de produção de provas quando estas se mostram despiciendas frente a prova oral, documental ou técnica já constante dos autos. Proc. 765/98 - Ac. 5ª Turma 9750/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 25

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. Ao Juízo cabe a direção do processo. Desta forma, não constitui cerceamento de defesa a decisão que indefere o pedido de produção de provas quando estas se mostram despiciendas frente a prova oral, documental ou técnica já constante dos autos. ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO. EFICÁCIA. Os Acordos Coletivos de Trabalho tiveram a sua eficácia reconhecida pela Constituição da República (art. 7º, inciso XXVI) e o seu cumprimento obriga a todos os integrantes das categorias acordantes, sob pena de ofender-se o ato jurídico perfeito, eis que as partes transacionam direitos e fazem concessões mútuas. Proc. 35136/01 - Ac. 5ª Turma 9658/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE PRODUÇÃO DE PROVA ORAL. INOCORRÊNCIA. ART. 130 DO CPC. Não ocorre cerceamento de defesa quando o juiz indefere pedido de produção de prova oral, pois cabe a ele, reitor do processo (art. 765 da C.L.T.) determinar as provas necessárias à sua instrução, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, amparado no preceito insculpido no art. 130 do CPC. Proc. 21973/02 - Ac. 2ª Turma 22005/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 12

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PROVA TESTEMUNHAL. INOCORRÊNCIA. Nos termos do art. 130, do CPC, insere-se no poder diretivo do Juiz rejeitar a produção de provas que julgar

protelatórias ou desnecessárias. Se o Julgador originário considerou que com a apresentação dos cartões de ponto, cujas anotações não foram impugnados pelo autor, já possuía condições suficientes para seu convencimento, desnecessária a produção de prova testemunhal. Proc. 37839/00 - Ac. 5ª Turma 7006/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DO DEPOIMENTO DA PARTE. O direito de defesa assegura a parte a oitiva do outro litigante, constituindo o indeferimento do respectivo requerimento em cerceamento de defesa. Proc. 13432/00 - Ac. 1ª Turma 6648/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/2/2002, p. 73

CERCEAMENTO DE DEFESA. INOBSERVÂNCIA. Não ocorre cerceamento de defesa no processo em que foi possibilitada a total produção de provas. "In casu", o juízo de origem não atendeu o pedido dos reclamantes no sentido de se reabrir a instrução processual, para oitiva de testemunhas e do Sr. Perito, por entender que a matéria discutida nos autos encontrava-se suficientemente provada. Uma vez formada a convicção do juízo, desnecessária a dilação probatória. Proc. 32113/99 - Ac. SE 10855/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 58

CERCEAMENTO DE DEFESA. INVIABILIZAÇÃO DA PROVA ORAL. ARTS. 130 DO CPC E 765, DA CLT. Correto o encerramento da instrução processual sem a realização de audiência na qual pretendia produzir prova oral para esclarecimento da função e da moléstia do obreiro quando há provas suficientes para pôr fim à controvérsia, sendo inócuo o prosseguimento da instrução (a par de inexistir celeuma acerca da função que exercia junto à reclamada, foi realizada a imprescindível perícia médica, que, além de dirimir qualquer dúvida acerca da propalada doença profissional, constatou níveis de ruído inferiores ao limite legal). Assim, diante do poder diretivo do Juiz (arts. 130 do CPC e 765 da CLT), não há que se falar em cerceamento de defesa. Proc. 39684/00 - Ac. 5ª Turma 19930/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Não constitui cerceamento de defesa o fato de o julgador negar pedido de produção de provas dispensáveis à solução da lide. Proc. 1804/00 - Ac. 1ª Turma 5900/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 48

CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. Não ocorre cerceamento de defesa quando, na audiência de instrução, o juiz indefere perguntas feitas às testemunhas, alegando serem suficientes os elementos dos autos para elucidar a questão e formar seu convencimento. Proc. 31597/99 - Ac. SE 10935/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. Não ocorreu o alegado cerceamento de defesa, eis que a reclamada teve oportunidade para se manifestar sobre o laudo, bem como, para chamar o Assistente Técnico. LAUDO CONTRADITÓRIO. A despeito de sua tecnicidade, entendo que o laudo não se apresenta claro em alguns pontos, pelo que determino o retorno dos autos à MM. Vara de Origem, para realização de nova perícia. Proc. 25998/99 - Ac. SE 26057/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 71

CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OITIVA DE TESTEMUNHA. ACOLHIMENTO. Considerando-se que a testemunha da reclamada não foi ouvida sob o fundamento de que não tinha isenção de ânimo, pois a ela incumbia zelar pela boa prestação do serviço terceirizado, tendo, porém, a testemunha do autor, a quem incumbia o acompanhamento das cobranças, sido ouvida, concluiu-se pelo tratamento desigual para os iguais, havendo cerceamento de defesa anulando todo o feito a partir da instrução, que deve ser novamente realizada, em busca da verdade real. Proc. 39236/00 - Ac. 5ª Turma 1973/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 34

CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE. O cerceamento de defesa é modalidade de nulidade do processo, se ocorrente, por afrontar o princípio da ampla defesa. Encarregou-se a doutrina de observar que os princípios a respeito dessas máculas obedecem a um fim teleológico, buscando, sempre que possível, o espancamento de eventuais falhas quanto aos atos ditos maculados. A Seção V, Capítulo II, da CLT, dispõe serem declaráveis as nulidades, quando a parte as alega na primeira oportunidade e haja ocorrência de prejuízo, não podendo ser convalidado o ato inquinado. Proc. 23866/01 - Ac. 3ª Turma 14072/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 79

CERCEAMENTO DE DEFESA. OITIVA DE TESTEMUNHA. PRECLUSÃO. Não se vislumbra cerceamento de defesa na recusa do Juízo em ouvir testemunha não arrolada pela parte. Ademais, a manifestação prévia e expressa de não ter mais testemunhas a ouvir torna preclusa a oportunidade de pretender a produção de nova prova testemunhal. Proc. 28114/99 - Ac. SE 10598/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 25/7/2002, p. 53

CERCEAMENTO DE DEFESA. PRECLUSÃO. Indeferida pergunta a testemunha sem protesto da parte interessada, preclusa a oportunidade de insurgir-se quanto ao ato. Preliminar rejeitada. FÉRIAS. Comprovada a não fruição de férias, correta a condenação no pagamento correspondente. AERONAUTA. FOLGAS. Admitido o gozo de folga semanal sem obrigatoriedade de permanecer em determinado local ou de usar "bip", nada é devido a esse título. CATEGORIA PROFISSIONAL. DIFERENCIADA. NORMAS COLETIVAS. DIFERENÇAS SALARIAIS. Cuidando-se de pedido de diferenças salariais com base em normas coletivas pertinentes a categoria diferenciada, cuja elaboração não contou com a participação do órgão de classe da categoria da empresa reclamada, indefere-se a pretensão. Orientação Jurisprudencial n. 55 da SDI-1 do C. TST. ADICIONAL. DE PERICULOSIDADE. Ainda que se trate de exposição não permanente a substâncias inflamáveis, como o são os combustíveis durante o ato do abastecimento, faz jus o empregado ao adicional de periculosidade. Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDI-1 do C. TST. HONORÁRIOS. DE PERITO. Conforme entendimento pacificado pelo Enunciado n. 236 do C. TST, responde pelos honorários periciais a parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia. Proc. 28551/99 - Ac. SE 10603/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA EMPRESTADA. SITUAÇÕES FÁTICAS DIFERENTES. OCORRÊNCIA. A parte que, antes do encerramento da fase instrutória do feito, em face da diversidade de situações fáticas relativas às funções exercidas, aponta a imprestabilidade da prova técnica emprestada, que, a princípio, entendia aproveitável à solução da lide, e vê tolhida a sua pretensão de realizar perícia específica para a apuração do trabalho em condições de periculosidade, tem a seu favor o reconhecimento do cerceamento da ampla defesa, a qual é assegurada por mandamento constitucional - art. 5º, inciso IV. Proc. 30520/00 - Ac. 1ª Turma 14919/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 28

CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA ORAL. Não se acolhe a preliminar de cerceamento de defesa pela falta de oportunidade de produzir prova oral quando a instrução processual é encerrada sem qualquer protesto da parte interessada. HORAS "IN ITINERE". Demonstrado que o local de trabalho é servido por transporte público regular e não alegando o empregado nada mais em seu favor, rejeita-se a pretensão a horas "in itinere". NORMA COLETIVA. Não se baseando o pedido em norma coletiva, que sequer acompanhou a petição inicial, sua invocação em sede recursal traduz inovação inadmissível. Ademais, não tendo dela tratado a sentença, a falta de interposição de embargos de declaração importa em preclusão. HORAS EXTRAS E NOTURNAS. DIFERENÇAS. Compete ao interessado demonstrar, discriminadamente, as diferenças que entende existir em seu favor ante o confronto entre os cartões de ponto e recibos de pagamento existentes nos autos. Não o fazendo, improspera a pretensão a tais diferenças. INDENIZAÇÃO. TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À OPÇÃO PELO FGTS. PRESCRIÇÃO. Prescrita está a pretensão a indenização do período anterior à opção pelo FGTS relativa a contrato de trabalho extinto no prazo anterior a dois anos do ajuizamento da reclamação. Proc. 28071/99 - Ac. SE 20453/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 120

CERCEAMENTO DE DEFESA. PROVA PERICIAL. POSSIBILIDADE. Se a prova pericial for impraticável (CPC, 420, III), claro, também, que impossível será a aplicação do art. 195, § 2º da CLT. Nesta hipótese, evidente, também, que o juiz não pode indeferir prova testemunhal, sob pena de nulidade da sentença que nesta condição deu a prestação jurisdicional. Conhecer do Recurso e acatar a preliminar de cerceamento de defesa, para ANULAR a sentença e determinar a reabertura da instrução processual, nos termos da fundamentação. Proc. 18908/00 - Ac. 2ª Turma 18616/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 68

CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO EM FACE DA PRECLUSÃO. Dentre os princípios Constitucionais de cunho processual, está a garantia da ampla defesa, porém, os instrumentos para o seu exercício devem obedecer as normas que regulam a prática dos atos processuais, não se constituindo cerceamento de defesa se a parte, desatenta, se mantém inerte e deixa passar a oportunidade de requerer a produção de provas ou de se insurgir a tempo contra decisão que a impede, ocorrendo, neste caso, a preclusão (inteligência do art. 795, da CLT). Proc. 10937/02 - Ac. 2ª Turma 28898/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 29/11/2002, p. 14

CERCEAMENTO DE DEFESA. SENTENÇA DECALCADA EM PROVA DOCUMENTAL TRAZIDA POR UMA DAS PARTES, INCLUSIVE SOB A COMINAÇÃO DAS PENAS DO ART. 359, DO CPC. INDEFERIMENTO DE OUTRAS PROVAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Cabe ao Juiz, na condição da personificação do Poder Judiciário, dirigir o processo. A nossa CLT perfilhou a teoria do Juiz-diretor (art. 765). Dirigir o processo, não é outra coisa senão conduzir cada fase processual, mostrando o caminho a ser percorrido, editando ordens e comandos no desenvolvimento do processo. Hodiernamente se sustenta que o

Juiz não pode ser um mero expectador, ao revés, deve participar e intervir no procedimento probatório, pois, compete-lhe a instrução do feito. Entende-se que instruir o processo consiste basicamente em exigir que todos os envolvidos colaborem para o descobrimento da verdade (art. 339 do CPC), em fixar o objeto da prova (art. 451 do CPC) e em determinar de ofício a produção de provas que entender necessárias ou convenientes (arts. 130 do CPC e 765 da CLT), assim como emitir um juízo de valor sobre as provas produzidas (art. 131 do CPC). De outro lado, deve coibir provas que se afastam do pedido formulado. Assim, ao se determinar a apresentação de um extrato bancário, v.g., deve-se limitar a busca a um elemento que confirme a assertiva lançada pela parte adversa, e não realizar verdadeira "auditoria" na contabilidade da empresa ou de seus sócios. Proc. 9196/02 - Ac. 2ª Turma 2773/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 15

CERCEAMENTO DE PROVA

CERCEAMENTO DE PROVA. INOCORRÊNCIA. Incogitável o alegado cerceio de prova, pois a instrução processual foi encerrada a requerimento das partes, após declararem que prescindiram da produção de outras provas. Proc. 22045/02 - Ac. 1ª Turma 23385/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 17/10/2002, p. 5

CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO

CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO. Deve-se dar à parte oportunidade para que produza provas que ela entenda necessárias para o desfecho da lide, mormente quando reiteradamente pleiteadas, sob pena de se configurar o cerceio de defesa, vedado pelo ordenamento jurídico. Proc. 28350/99 - Ac. SE 10600/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 25/7/2002, p. 53

CERCEIO DE PROVA

CERCEIO DE PROVA. CARACTERIZADO. O cerceio de prova decorre do indeferimento da inquirição de testemunhas, por meio das quais o reclamante pretendia demonstrar a relação de emprego, que depende de prova robusta. Preliminar que se acolhe, para anular o processado e determinar a baixa dos autos e a reabertura da instrução processual. Proc. 8871/02 - Ac. 1ª Turma 20035/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 26/9/2002, p. 91

CERCEIO DE PROVA. INOCORRÊNCIA. Inconcebível o alegado cerceio de prova, porque a instrução processual foi encerrada com a concordância das partes, que prescindiram da produção de outras provas, não ocorrendo qualquer cerceio de direito. Proc. 15449/00 - Ac. 1ª Turma 8970/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 4/3/2002, p. 71

CESTA BÁSICA

CESTA BÁSICA. E TÍQUETE REFEIÇÃO. VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. INTEGRAÇÃO. NÃO CABIMENTO. A ajuda de custo alimentação faz parte do Programa de Alimentação do Trabalhador, incentivado pelo Governo Federal, sendo a sua natureza jurídica estritamente indenizatória, o que afasta a possibilidade de integração ao salário. HORAS DE PERCURSO. Até a publicação da Lei n. 10.243/01 (DOU 20/06/01), que acrescentou o § 2º ao art. 58, da CLT, não há amparo legal para o direito a horas de percurso, ficando a possibilidade de reconhecimento restrita apenas às hipóteses de previsão contratual ou convencional. HORAS DE PERCURSO. INTEGRAÇÃO. ARTS. 2º E 8º, DA LEI N. 7.418/85. NÃO CABIMENTO. Inadmissível a integração das horas de percurso à remuneração, uma vez que o fornecimento, pelo empregador, de transporte destinado ao deslocamento integral de seus trabalhadores, constitui-se modalidade de concessão do benefício do vale-transporte (art. 8º, da Lei n. 7.418/85), cuja natureza salarial é legalmente rechaçada (art. 2º, de referida Lei). ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. BASE DE CÁLCULO. § 1º, DO ART. 193, DA CLT, E ENUNCIADO N. 191, DO C. TST. A base de cálculo do adicional de periculosidade é tão-somente o salário básico, não se admitindo que a terminologia genérica contida no art. 1º, da Lei n. 7.369/85, indique que a base de cálculo deva ser a remuneração. Nesse sentido, tampouco as horas extras devem ser computadas para o cálculo de referido adicional, uma vez que se considera plenamente remunerado pelos respectivos acréscimos o labor em condições mais gravosas à integridade física e mental do trabalhador, não havendo necessidade de promover a incidência de adicional sobre adicional, devendo ser o de periculosidade calculado

separadamente dos demais, e os demais, separadamente deste. Não bastasse, inexiste previsão legal a atribuir tal ônus pecuniário à reclamada. Proc. 37562/01 - Ac. 5ª Turma 15647/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 51

CHAMAMENTO AO PROCESSO

CHAMAMENTO AO PROCESSO. HIPÓTESES. As hipóteses de chamamento ao processo restringem-se àquelas nas quais a parte requerente componha com a chamada grupo econômico ou mantenha com a mesma contrato de subempreita, casos nos quais se poderia aventar a existência de responsabilidade solidária e, por conseguinte, o direito de ação regressiva entre os devedores. Proc. 1813/99 - Ac. 5ª Turma 30884/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 223

CHEFE DE LAR

CHEFE DE LAR. LEI N. 7.644/87. HORAS EXTRAS, INTERVALO INTRAJORNADA, INTERVALO INTERJORNADA, HORAS À DISPOSIÇÃO, SALÁRIO "IN NATURA". Face a peculiaridade da própria atividade desenvolvida pelo chefe de lar, não se aplica o regime de trabalho em horas extras, pois considerado intermitente (art. 6º); as utilidades concedidas são necessárias para o bom desenvolvimento da atividade para a qual fora contratado, portanto, para o trabalho. Proc. 18602/00 - Ac. 2ª Turma 13052/02. Rel. Desig. Jorge Lehm Müller. DOE 8/4/2002, p. 44

CIPA

CIPA. ANULAÇÃO DA ELEIÇÃO. INTERESSE JURÍDICO. O empregador não possui interesse jurídico para pretender anular a eleição dos representantes dos empregados na CIPA, pois a defesa de seus interesses decorre da livre indicação de seus próprios representantes. Apenas os empregados lesados detém interesse na anulação. Proc. 10050/02 - Ac. 1ª Turma 25019/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 10

CIPA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DISPENSA. MANDATO EXTINTO. REINTEGRAÇÃO X INDENIZAÇÃO. Extinto o mandato do Cipeiro, e mostrando o litígio ser inviável a reintegração, correta a sentença ao deferir o pedido alternativo de indenização do período restante da estabilidade. Quando o obreiro não participa mais da CIPA, a dispensa ofende apenas a garantia provisória de emprego, individual, não prejudicando interesses coletivos referentes à manutenção e funcionamento da citada comissão. Proc. 31530/01 - Ac. 2ª Turma 2665/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 29/5/2002, p. 11

CIPA. PEDIDO DE DESLIGAMENTO POR PARTE DO EMPREGADO. RENÚNCIA À ESTABILIDADE. Os representantes dos empregados são a "longa manus" dos seus companheiros de trabalho. Bem por isso, são detentores de estabilidade, porque eleitos para assegurar o cumprimento das normas atinentes à segurança do trabalho na empresa. Desta forma, como suas colocações podem ferir interesses do empregador, os mesmos devem ficar a salvo de possíveis retaliações patronais, propiciando-lhes o pleno exercício das funções na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, livre de coações e ainda, sem risco da perda do emprego. No entanto, com o pedido de desligamento da Comissão, desaparece o direito à estabilidade provisória do empregado membro da CIPA, prevista no art. 10, inciso II, letra "b", do ADCT, eis que ele não mais necessita de proteção da lei, tendo em vista que não mais representa os interesses dos trabalhadores que nele votaram e o erigiram à condição de seu representante. Proc. 15069/00 - Ac. 4ª Turma 12186/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 8/4/2002, p. 18

CIPEIRO

CIPEIRO. SUPLENTE. GARANTIA DE EMPREGO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. A garantia de emprego do cipeiro, prevista pela letra "a" do inciso II do art. 10 do ADCT, alcança o suplente, conforme entendimento consubstanciado no Enunciado n. 339 do c. TST e no Precedente do STF - AG-RE 225.710-5, publicado no DJ 170-E, de 04/09/98. Tratando-se, contudo, de espécie de "estabilidade provisória", é incompatível com a reintegração do empregado, ensejando a seu favor indenização substitutiva dos salários e

reflexos do período compreendido entre a extinção do contrato de trabalho e o término da estabilidade. Proc. 13203/00 - Ac. 1ª Turma 9981/02. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/3/2002, p. 29

CITAÇÃO

CITAÇÃO. ESPÓLIO. PESSOA DISTINTA DO INVENTARIANTE. NULIDADE. Inconteste, nos termos do inciso V, do art. 12, do CPC, que a representação processual do espólio se faz pelo inventariante, a indicação errônea deste, pelo reclamante, propiciando a citação de terceiro desprovido de legitimidade, prejudica irremediavelmente o direito de defesa. Proc. 38477/01 - Ac. 5ª Turma 1484/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

CITAÇÃO. NULA.ENDEREÇO DIVERSO E SEM COMPROVAÇÃO DE ENTREGA. Citação dirigida a endereço completamente diverso do contrato social e demais documentos, ainda sem comprovação de entrega, invalida o ato resultando na nulidade do processado a partir da citação. Proc. 32222/01 - Ac. 1ª Turma 10136/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 58

CLÁUSULA COLETIVA

CLÁUSULA COLETIVA. ASSEGURADORA DE EMPREGO OU SALÁRIO AO APOSENTANDO. REINTEGRAÇÃO E INDENIZAÇÃO. O sentido teleológico de cláusula coletiva asseguradora de emprego ou salário, às vésperas da aposentadoria, é o de proteger aquele trabalhador que, justamente por sua idade mais avançada e por estar no limiar da inatividade, enfrenta dificuldades em conquistar nova colocação no mercado de trabalho, caso seja dispensado. Por isso, a previsão de penalidade explícita nas disposições normativas dessa espécie, segundo a qual, o empregador que infringir a obrigação nelas acordada - quando em curso o período em que está garantido o emprego - dispensando imotivadamente o empregado destinatário da respectiva tutela, pagará os salários correspondentes. Em suma, se não cumprido o dever de manter o posto de trabalho do aposentando, emerge para o empregador faltoso a obrigação sucessiva de satisfazer a remuneração do tempo que sobejar, compreendido entre a dispensa injusta e a data em que se efetivaria o jubilamento. A sobrevivência social e econômica dos obreiros prestes a adentrarem a inatividade, ao fim de uma vida dedicada ao mourejo, tem, dessa maneira, sua salvaguarda. Não temos aí reserva de privilégios, mas sim norma idealizada com grande alcance social. Justifica-se, pelo exposto, o pagamento de indenização quando não mais possível a reintegração. Proc. 21651/00 - Ac. 4ª Turma 15220/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 22/4/2002, p. 37

CLÁUSULA COLETIVA. ESTIPULANDO TENTATIVA DE COMPOSIÇÃO AMIGÁVEL ANTES DO INGRESSO DA AÇÃO JUDICIAL. INTERESSE PROCESSUAL RESGUARDADO PELA CARTA MAGNA. O fato de existir cláusula coletiva estabelecendo a necessidade prévia de tentativa de composição amigável entre as partes efetivada pelo sindicato profissional antes do ingresso da ação judicial, não caracteriza, pela sua inobservância, a ausência de interesse processual, uma vez que o direito de ação é assegurado pela CF, em seu art. 5º, XXXV, que não impõe qualquer condição para o seu exercício, além daquelas previstas em lei. Proc. 15575/00 - Ac. 1ª Turma 15550/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 48

CLÁUSULA COLETIVA. FIXAÇÃO DE ÍNDICE DE REDUÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL. INEXISTÊNCIA DE ESTABILIDADE. O fato de ter sido negociado pelas entidades sindicais representativas das categorias econômica e profissional uma porcentagem limite para redução do quadro funcional mensal não implica em considerar que o descumprimento desta cláusula normativa pela empresa assegura o emprego aos trabalhadores dispensados acima do número coletivamente negociado, eis que nada foi ventilado expressamente neste sentido. Proc. 15393/00 - Ac. 1ª Turma 13523/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. CONFIGURAÇÃO. VALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL. INTELIGÊNCIA DA LEI N. 9.307/96 FACE AO DIREITO DO TRABALHO. Cláusula compromissória formalizada dois dias antes da dispensa imotivada, quando o contrato de trabalho já produziu seus efeitos jurídicos, padece de invalidade por afrontar o art. 9º da CLT, não preenchendo os requisitos para respaldar sentença arbitral, instituto que detém tipologia jurídica específica. Proc. 5571/02 - Ac. 4ª Turma 4329/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 27/6/2002, p. 29

CLÁUSULA CONTRATUAL

CLÁUSULA CONTRATUAL. Só é válida se a lei for observada. Ineficaz a declaração contratual de inexistência de vínculo empregatício quando os elementos que caracterizam a relação de emprego foram todos observados. Proc. 34964/98 - Ac. 5ª Turma 10160/02. Rel. Fábio Allegretti Cooper. DOE 18/3/2002, p. 35

CLÁUSULA PENAL

CLÁUSULA PENAL. LIMITE. SILÊNCIO DA NORMA COLETIVA. ART. 920 DO CC. APLICABILIDADE. NORMA DE ORDEM PÚBLICA. Mesmo na hipótese de não haver previsão na cláusula coletiva da limitação prevista no art. 920 do CC, aplica-se o dispositivo civilista por tratar-se de norma de ordem pública. Proc. 9154/00 - Ac. SE 17675/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 12/9/2002, p. 7

CLÁUSULAS BENÉFICAS

CLÁUSULAS BENÉFICAS. INTERPRETAÇÃO. Aprende-se na Escola que normas que impliquem encargos e cláusulas benéficas não admitem interpretações extensivas. Assim, nestes casos, o aplicador da lei deve se limitar, estritamente, ao que a norma dispõe. Proc. 3147/00 - Ac. 2ª Turma 27687/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 26

COISA JULGADA

COISA JULGADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 267, V, DO CPC. Não é pertinente o ajuizamento de uma nova ação pretendendo a mesma ampliação dos limites impostos, que já havia sido rejeitada em lide anterior (integração do salário in natura na sua remuneração, no período de julho/96 a maio/00, agora dilatando-a também para o período de junho/00 em diante), face à coisa julgada e seus efeitos, estando correta a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC. Proc. 35849/00 - Ac. 5ª Turma 7038/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

COISA JULGADA. PRECLUSÃO. PREVALÊNCIA DA PRIMEIRA. A preclusão é direcionada, fundamentalmente, às partes, não vincula o Juiz e não pode justificar, por si só, o escandaloso descumprimento da coisa julgada, única garantida na CF. Proc. 22241/01 - Ac. 2ª Turma 4389/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 28/1/2002, p. 72

COISA JULGADA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL CONFIGURAÇÃO. Não há como concordar com aqueles que, ao examinar a configuração de coisa julgada e litispendência, numa análise de cunho puramente processual, afirmam inexistir identidade de partes entre a ação em que o Sindicato figura como substituto processual e aquela em que o seu representado, individualmente, deduz, com igual fundamento, idêntica pretensão, pois o que deve ser considerada é a titularidade do direito material controvertido e, caso apurada a igualdade desta, restarão plenamente caracterizadas, conforme o caso, a litispendência e a coisa julgada. APOSENTADORIA. ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. Mesmo quando não ocorre o desligamento do empregado, a aposentadoria espontânea é uma das causas de extinção do contrato de trabalho estabelecidas no art. 453, da CLT, pois a Lei n. 8.213/91 admite, na alínea "b", art. 49, a hipótese de aposentadoria sem afastamento do emprego. Assim, ainda que não ocorra o desligamento do trabalhador, automaticamente extingue-se o contrato do obreiro, originando-se, caso permaneça na empresa, um novo contrato de trabalho. Proc. 39302/01 - Ac. 5ª Turma 1494/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

COISA JULGADA. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. Ocorre coisa julgada quando o Autor move ação trabalhista deduzindo idêntica pretensão à postulada pelo seu sindicato de classe, em ação em que figurou como substituído processual, tendo, inclusive, recebido os benefícios pretendidos. Proc. 19513/02 - Ac. 1ª Turma 21363/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 3/10/2002, p. 6

COLHEDOR DE FRUTAS

COLHEDOR DE FRUTAS. COOPERATIVA. EMPRESA DESTINATÁRIA DOS FRUTOS.

SUBORDINAÇÃO INEXISTENTE. VÍNCULO NÃO RECONHECIDO. Tendo a prova oral produzida nos autos, inclusive depoimento pessoal do reclamante, demonstrado que o colhedor de frutas em pomar de terceira pessoa não teria recebido nenhuma ordem oriunda dos fiscais da empresa destinatária dos frutos, não há como se reconhecer a existência de subordinação com a referida empresa, de modo que o vínculo empregatício perseguido deve ser rejeitado inequivocamente. Proc. 14807/00 - Ac. 1ª Turma 10534/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 47

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. (CLT, ART. 625-D). O art. 625-D da CLT nada menciona a respeito de cominação no caso de inexistir a conciliação prévia. Ressalte-se que as penalidades devem ser interpretadas restritivamente. PRESCRIÇÃO. FGTS. FALTA DE RECOLHIMENTO. A prescrição para reclamar contra o não recolhimento das contribuições do FGTS é trintenária. Inteligência e aplicação do Enunciado n. 95 do TST e da Lei n. 8.036/90. MULTA PECUNIÁRIA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ATRIBUIÇÃO DO JUIZ (ASTREINTES). Não há qualquer ilegalidade no fato de o magistrado estabelecer de ofício pena pecuniária com o intuito de facilitar a execução da sentença, ou seja, o cumprimento da condenação (obrigação de fazer); são as denominadas "astreintes", com amparo no art. 644 do CPC. Proc. 35846/01 - Ac. 1ª Turma 8846/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 12

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. (CLT, ART. 625-D). NÃO OBRIGATORIEDADE. O art. 625-D da CLT nada menciona a respeito de cominação no caso de inexistir submissão à conciliação prévia, tampouco a estabelece como pressuposto de reclamação trabalhista. Ainda de relevo, que as penalidades devem ser interpretadas restritivamente. Proc. 10417/02 - Ac. 1ª Turma 11012/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 63

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Ao invocar o decreto de extinção do processo por falta de submissão do litígio à comissão prévia de conciliação, o reclamado deve, necessária e obrigatoriamente, apresentar uma proposta para acordo. Do contrário estará provada a tentativa da parte de servir-se do processo para ganhar tempo, solicitando ao juízo providência que sabe inócua e meramente protelatória, a ensejar o reconhecimento da litigância de má-fé, com fundamento nos arts. 14 e 17 do CPC. Proc. 12541/02 - Ac. 5ª Turma 5678/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 20/6/2002, p. 32

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. SUBMISSÃO OBRIGATÓRIA. ART. 625-A, DA CLT. Nos termos do art. 625-A, da CLT, é permitida a criação de Comissão de Conciliação Prévia; não obstante, se instituída, a submissão de demandas de natureza trabalhista a sua apreciação é obrigatória. Proc. 12615/02 - Ac. 5ª Turma 17621/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. SUBMISSÃO. DESNECESSIDADE. A instituição de Comissão de Conciliação Prévia, nos termos da Lei n. 9.958/00, não torna obrigatória a submissão de todos os conflitos trabalhistas existentes em seu âmbito, visto que o pressuposto para tanto é o intento manifesto da parte interessada em promover a conciliação, única possibilidade em se tratando de tal instituto extrajudicial. Não se trata de uma alternativa à ação judicial, visto que as CCPs não têm poder jurisdicional, e a elas só deve recorrer quem tiver interesse precípuo na autocomposição. Já os que pretenderem ir diretamente à Justiça do Trabalho têm franca possibilidade de fazê-lo, sem qualquer requisito, sobretudo porque é constitucional o direito à prestação jurisdicional; portanto, é impertinente afirmar-se que essa submissão é condição ou pressuposto para o ingresso com a ação. De outra parte, litiga de má-fé o empregador que insiste em suscitar incidente visando a extinção do processo por não ter sido apresentada o conflito a uma CCP, se sequer formula proposta conciliatória em Juízo, pois se seu intento em remeter a lide àquela instituição é a composição, pode fazê-lo perante o magistrado trabalhista, ainda com mais segurança. Aplicação do art. 17, IV e V, do CPC. Proc. 36282/01 - Ac. 3ª Turma 20273/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 26/9/2002, p. 112

COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. VALIDADE DA QUITAÇÃO. A quitação do contrato de trabalho, concedida pelo trabalhador que sequer recebeu verbas rescisórias, na comissão de conciliação prévia é, nos termos do art. 9º da clt, nula de pleno direito. Proc. 11451/02 - Ac. 2ª Turma 25646/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 31/10/2002, p. 9

COMISSIONADO

COMISSIONADO. SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NATUREZA DA

RELAÇÃO JURÍDICA. De conformidade com o art. 37 da CF/88, o que confere legitimidade ao vínculo contratual trabalhista com a administração pública, é o ingresso mediante prévia aprovação em concurso público. Inexistente tal requisito, com a livre nomeação para cargo em comissão, a ocorrência de exoneração "ad nutum", quando cessa a fidúcia, não caracteriza rescisão ante a inexistência de um contrato celetista válido, configurando apenas uma dissolução "ex lege", da relação jurídica até então mantida, o que torna indevido o pagamento de verbas rescisórias e fundiárias. Proc. 23948/01 - Ac. 4ª Turma 7303/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 4/7/2002, p. 31

COMISSIONISTA

COMISSIONISTA. DEVIDO APENAS ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. O fato, por si só, da empregada perceber salário por comissão de vendas não se traduz em óbice ao direito à jornada diária de oito horas e semanal de quarenta e quatro horas, garantia constitucional insculpida no inciso XIII, do art. 7º da Carta Magna, cujo fundamento é de ordem social, fisiológica e econômica e, portanto, tratando-se de norma de ordem pública, que não guarda nenhuma relação com a forma de remuneração, significando, tão-somente, que apenas é devido o respectivo adicional de horas extraordinárias com os correspondentes reflexos, consoante entendimento consubstanciado no Enunciado n. 340 do C. TST. Proc. 26059/00 - Ac. 3ª Turma 15938/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 22/4/2002, p. 61

COMISSIONISTA. PURO. GARANTIA SALARIAL MÍNIMA. PREVISÃO EM CONVENÇÃO COLETIVA. DIFERENÇAS SALARIAIS. Não se enquadrando o autor no comissionista puro previsto em Convenção Coletiva de Trabalho, eis que recebia salário fixo, acrescido de comissões, não faz jus às diferenças salariais pretendidas, a título de garantia mínima assegurada àqueles. Mesmo porque sempre recebeu remuneração superior ao piso normativo assegurado a toda a categoria. Proc. 38159/00 - Ac. 5ª Turma 74/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 5

COMISSÕES

COMISSÕES. DIFERENÇAS. PAGAMENTOS NÃO DISCRIMINADOS. ÔNUS DE QUEM ALEGA. ART. 818 DA CLT. É ônus do obreiro comprovar suas afirmações (CLT, art. 818), haja vista a empresa as ter refutado. Obrigar a reclamada a provar que não fazia pagamento de comissões por fora é o mesmo que obrigar alguém a apresentar documentos inexistentes. Com efeito, o autor, ao trazer sua única testemunha, deveria provar suas alegações; entretanto, referida testemunha foi contraditada, sendo ouvida somente como informante e, mesmo assim, não soube declinar fatos relevantes sobre as comissões. Os documentos carreados aos autos não comprovam vendas realizadas pelo empregado, tampouco se foram efetivadas. Nem mesmo os extratos de conta corrente juntados, nos quais sequer consta o nome do correntista, comprovam que comissões foram depositadas na conta do obreiro. Proc. 38829/01 - Ac. 5ª Turma 4575/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 41

COMISSÕES DE FRETE. INTEGRAÇÃO. IMPOSIÇÃO LEGAL. O procedimento da reclamada, que efetuava o pagamento extra folha das comissões de frete, sem integrá-las às demais verbas, não se coaduna com o ordenamento legal vigente, especialmente com o quanto estipulado pelo § 1º, do art. 457, da CLT. Correta a condenação. Proc. 39807/00 - Ac. 5ª Turma 22537/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

COMISSÕES PRÉVIAS DE CONCILIAÇÃO. EFICÁCIA LIBERATÓRIA RESTRITA AOS TÍTULOS EXPRESSAMENTE POSTULADOS OU HOMOLOGADOS PERANTE A COMISSÃO. É válida a conciliação celebrada perante a Comissão de Conciliação Prévia, por não impedir o direito de ação, desde que não exista qualquer vício de consentimento. Contudo, a eficácia liberatória de termo de conciliação celebrado perante Comissão não pode ser estendida para títulos nela não postulados ou objeto de homologação expressa. Proc. 8307/01 - Ac. 3ª Turma 23692/02. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 13/5/2002, p. 216

COMPENSAÇÃO

COMPENSAÇÃO. Conforme o Enunciado n. 48 do C. TST, a compensação deve ser argüida com a contestação. "In casu", a compensação foi argüida com a contestação (fls. 20), nos termos do referido enunciado. Não tendo

a sentença se pronunciado quanto a esse tópico, competia à recorrente ter ingressado com os competentes embargos declaratórios. Não o fazendo, resta preclusa a oportunidade. Proc. 10469/00 - Ac. SE 25747/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

COMPENSAÇÃO. ARGÜIÇÃO. MOMENTO OPORTUNO. Compensação é matéria a ser deduzida em defesa - CLT, art. 767. Proc. 15294/00 - Ac. 1ª Turma 4136/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

COMPENSAÇÃO. ART. 767 DA CLT. Conforme o art. 767 da CLT, a compensação só pode ser argüida como matéria de defesa. Não havendo manifestação a respeito na contestação, a matéria está preclusa. Proc. 11280/02 - Ac. 5ª Turma 2000/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 35

COMPENSAÇÃO. DE HORÁRIO DE TRABALHO. ACORDO TÁCITO. VALIDADE. ART. 7º, INCISO XIII, DA CARTA MAGNA. O art. 7º, inciso XII, da Constituição da República, não revogou, mas convalidou o disposto no art. 59, da Consolidação, pois quando se referiu a 'acordo ou convenção coletiva de trabalho', referiu-se a acordo individual e não coletivo. Assim, também o acordo verbal para compensação de horas é considerado válido, desde que devidamente comprovado esse ajuste tácito através de fatos reais que cercaram esse relacionamento, consubstanciado no contrato-realidade, o que, no caso desses autos, ocorreu. Proc. 36998/00 - Ac. 5ª Turma 3774/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 51

COMPENSAÇÃO. DE HORÁRIOS E A REDUÇÃO DA JORNADA. AUTORIZAÇÃO CONSTITUCIONAL. JORNADA ESPECIAL "12 X 36". A jornada especial "12 x 36" é mais benéfica ao trabalhador, porque reduz substancialmente sua carga horária. São 12 horas de mourejo por 32 de repouso. Trata-se de flexibilização autorizada na Constituição. O legislador constituinte, buscando tutelar interesse de ordem pública, que é o de propiciar condições para manter e criar mais empregos, flexibilizou as regras sobre a duração do trabalho nos incisos XIII e XIV do art. 7º, da Carta Magna. Autorizou a Lei Maior, assim, "a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho" (CF, art. 7º, XIII). Com isso, permitiu-se que a convenção coletiva prevaleça sobre qualquer outra fonte normativa - a CLT, inclusive - desde que regule expressamente matéria autorizada na "Lex Fundamentalis". No caso, o disposto no referido inciso XIII, do art. 7º. Proc. 30511/00 - Ac. 4ª Turma 23165/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 13/5/2002, p. 200

COMPENSAÇÃO. FINANCEIRA. AJUSTE COLETIVO. TRANSAÇÃO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O direito de compensação de vantagem financeira concedida em face de dispensa coletiva, mediante acordo coletivo firmado com sindicato de classe, não retira do trabalhador o direito de ação, por não caracterizar a figura jurídica da transação, prevista no art. 1.025 do CCB. Proc. 13578/00 - Ac. 1ª Turma 4122/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

COMPENSAÇÃO. PDV. Existe diferença fundamental se o Plano de Demissão Voluntária é unilateral (condições impostas pelo empregador) ou bilateral (acordo com o sindicato). No segundo, não havendo supressão de direitos legais, lícita a cláusula normativa condicionante prevendo a compensação da indenização paga com outros créditos. Proc. 23689/02 - Ac. 2ª Turma 25603/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 31/10/2002, p. 8

COMPENSAÇÃO. VERBAS SALARIAIS COM VANTAGEM FINANCEIRA PELA ADESÃO AO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. CLÁUSULA CONVENCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.009 DO CCB. O art. 1.009 do CCB, dispõe que as obrigações se extinguem, com a compensação, se duas pessoas forem, ao mesmo tempo, credora e devedora uma da outra. A empregadora, por ter pago ao empregado uma importância para incentivá-lo a aderir ao plano de desligamento voluntário, não se tornou sua credora. Assim, impossível a compensação pretendida e prevista em cláusula convencional, pois a única hipótese que se admite é a compensação de dívidas de natureza trabalhista, não estando a vantagem financeira, paga pela reclamada, incluída nesse conceito. Proc. 26624/99 - Ac. SE 5102/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 18/2/2002, p. 23

COMPENSAÇÃO DE HORAS

COMPENSAÇÃO DE HORAS. REGIME 12X36 HORAS. O art. 7º, XIII, CF, prevê a possibilidade de compensação de horas, desde que observado o limite de 44 horas semanais, restando recepcionado o § 2º do art. 59 da CLT, inclusive, quanto ao limite de 10 diárias, mantido pela nova redação. Entretanto, para determinadas categorias especiais, o regime de 12X36 horas atende ao quesito de melhores condições de trabalho, insculpido no "caput" do art. 7º, CF, enquadrando-se na primeira parte do § 2º do art. 59, CLT.

Indevidas horas extras além da 8ª diária, por conseguinte. Proc. 22146/01 - Ac. 3ª Turma 13764/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 69

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ACORDO INDIVIDUAL TÁCITO. É inválido acordo individual tácito para compensação de jornada (conforme Orientação Jurisprudencial de n. 223 da SDI do C. TST). Proc. 12160/00 - Ac. SE 20299/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 115

COMPENSAÇÃO DE VALORES

COMPENSAÇÃO DE VALORES. Em momento algum a recorrente comprovou sua alegação estampada na defesa, qual seja, de que as horas extras teriam sido compensadas com folgas. A r. sentença corretamente deferiu tão-somente a dedução das parcelas pagas sob a mesma rubrica, vale dizer, tão-somente a dedução de eventuais horas extras pagas nos demonstrativos de pagamentos. Proc. 26461/99 - Ac. SE 10732/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

COMPETÊNCIA

COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO DO PIS É da competência da Justiça do Trabalho a apreciação de todo conflito que tenha por origem o contrato de trabalho. O valor da indenização pelo não cadastramento, não pode ser superior ao valor a que teria direito o trabalhador se fosse cadastrado. Proc. 11602/00 - Ac. 2ª Turma 19645/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 100

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Tratando-se de matéria relativa à complementação de proventos de aposentadoria, cujo pagamento está a cargo de fundo de previdência criado e mantido pelo ex-empregador, evidencia-se que o benefício é fruto direto do contrato de trabalho, a ser implementado exatamente após o jubilamento. E, sendo um direito decorrente da relação laboral, a competência para apreciar e julgar o feito é desta Justiça Especializada, a teor do disposto no art. 114 da CF. Proc. 20079/01 - Ac. 3ª Turma 18058/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 50

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. EMPREGADO PÚBLICO. RELAÇÃO EMPREGATÍCIA CONTRATUAL REGIDA PELA CLT. MUDANÇA POSTERIOR DE REGIME JURÍDICO PARA ESTATUTÁRIO. SUBSISTÊNCIA DA COMPETÊNCIA RESIDUAL. É da Justiça do Trabalho a competência para processar e julgar reclamação trabalhista na qual o empregado público demonstre vinculação à Administração Pública, mediante contrato de trabalho regido pela CLT, mesmo que, ao depois, deixe de sê-lo, uma vez que prevalece a competência residual da Justiça Especializada, relativamente aos direitos supostamente transgredidos naquele período anterior. Contudo, em relação ao período posterior, no qual impera o regime estatutário, falece essa Justiça Especializada, de competência material. Proc. 2947/01 - Ac. 2ª Turma 7806/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 34

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. EXECUÇÃO EX OFFICIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS RESULTANTES DE CONDENAÇÃO OU HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. RECONHECIMENTO. Após a reforma constitucional que acrescentou o § 3º ao art. 114 da Lei Maior, e que culminou, por sua vez, na fragmentada alteração do Diploma Trabalhista pela Lei Federal n. 10.035/00, é competente a Justiça Obreira para executar, "ex officio", os créditos previdenciários resultantes de condenação proferida pelos Juízes ou Tribunais do Trabalho, ou de homologação de acordo perpetrado no âmbito de sua competência. Inteligência do parágrafo único do art. 876 da CLT. Proc. 5341/02 - Ac. 2ª Turma 1457/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 22

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. EXERCENTE DE CARGO COMISSIONADO. NÃO RECONHECIMENTO. Sendo o reclamante ocupante de cargo em comissão, e tendo sido nomeado e exonerado através de decreto executivo, visível a relação institucional mantida com o município, a ensejar a incompetência desta Justiça Especializada. Proc. 15831/01 - Ac. 2ª Turma 7824/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 35

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. SERVIDOR ESTATUTÁRIO. "É incompetente esta Justiça Especializada para julgar dissídios decorrentes da relação de trabalho entre servidores públicos estatutários e a administração pública" (cf. Proc. TST AI 51.442/92.3, DJU 06/12/93, pág. 26.720 - Jurisprudência Iterativa da SDI do C. TST). Proc. 29735/99 - Ac. SE 20278/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. TERMO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. A Justiça do Trabalho tem competência para executar termo de conciliação, firmado perante Comissão de Conciliação Prévia (art. 876 da CLT e art. 114 da CF), quando não afastado o vínculo empregatício pelas partes (art. 877-A da CLT), abrangendo também a competência para apreciar controvérsia resultante de eventual cláusula acessória, como a que estipular o pagamento de honorários advocatícios. Proc. 17805/01 - Ac. 2ª Turma 6552/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 18/2/2002, p. 70

COMPETÊNCIA. PEDIDOS REFERENTES AO PERÍODO ESTATUTÁRIO. A competência desta Especializada se dá quando há relação de emprego, no entanto, desde que seja esta regida pela CLT. Em se tratando de pedidos relativos ao período em que a reclamante estava sob a égide do regime estatutário, falece competência a esta Justiça Especializada. Proc. 32556/00 - Ac. 5ª Turma 3683/02. Rel. Carlos Roberto do Amaral Barros. DOE 28/1/2002, p. 48

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO PAULIANA INCIDENTAL PARA DECLARAR A INEFICÁCIA DE TRANSAÇÃO LESIVA. FRAUDE CONTRA CREDORES. A declaração ou não de ineficácia do ato de transferência de bens empreendida pelo empregador para pagamento de dívida civil verte - inequivocamente - de controvérsia entre empregado e empregador, situando-se nos limites traçados pelo art. 114 da CF/88. A natureza jurídica do conflito é - em última análise - de cunho trabalhista, porque visa proteger a garantia para pagamento de créditos desta natureza. Seria um contra-senso que esta Justiça Especializada detivesse competência para delimitar o débito trabalhista, definindo as obrigações do empregador em relação ao contrato de trabalho e, por outra, não tivesse competência para declarar a ineficácia dos atos praticados pelo mesmo empregador e que pudessem resultar no esvaziamento do seu patrimônio para solver o débito trabalhista. As obrigações trabalhistas não se limitam ao cumprimento regular do contrato e das leis protetivas que regem a espécie, mas alberga, evidentemente, a responsabilidade patrimonial inerente e indissociada ao cumprimento destas obrigações. Toda obrigação (incluindo a obrigação trabalhista) reúne dois elementos indivisíveis e complementares entre si: o dever primário que tem o devedor em adimplir a obrigação ("debitum") e o direito do credor em exigir a vinculação do patrimônio do devedor na hipótese de inadimplemento ("obligatio"). Não se pode cindir a competência, de tal modo que um Juiz detenha esta competência para definir o "debitum", mas não a tenha para definir a "obligatio". Vale dizer: dever e responsabilidade, elementos indissociáveis da obrigação e suficientes para pontuar a competência da Justiça do Trabalho para delimitar tanto um quanto o outro. Proc. 22999/01 - Ac. 3ª Turma 9320/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 18/3/2002, p. 7

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RELAÇÃO DE TRABALHO. É da Justiça do Trabalho a competência para dirimir controvérsias entre empregado e empregador, posto que o art. 114 da CF prevê a solução de controvérsias decorrentes da relação de trabalho. Proc. 28976/01 - Ac. 5ª Turma 29648/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 186

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. BANESPA. HORAS EXTRAS. Todos nós aprendemos na Escola de Direito um importante "landmark" exegético: "Normas benéficas e normas de sanção devem ser interpretadas restritamente". Pois bem. O art. 87, § 10, do Regulamento do Pessoal do BANESPA dispõe que apenas o salário, "strictu senso", será levando em conta para o cômputo da complementação da aposentadoria, não se incluindo, portanto o valor médio das horas extras. Proc. 4695/00 - Ac. 2ª Turma 29885/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 193

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CÁLCULO. ABONOS CONTINGENCIAIS. PETROBRAS. Constando expressamente nas normas coletivas através das quais foram concedidos que os abonos contingenciais não se incorporariam aos salários resta afastada a sua natureza salarial o que, aliado

ao fato de não ter havido qualquer desconto para efeito do salário-de-participação, afasta a pretensão de considerá-los para efeito do cálculo do benefício da complementação de aposentadoria. Proc. 26818/99 - Ac. SE 26742/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 92

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CESP. Entende-se que é devida àqueles que usufruam aposentadoria integral. Trabalhadores aposentados proporcionalmente não têm direito à complementação integral e sim proporcional. Proc. 30563/99 - Ac. SE 15092/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Pacífica é a jurisprudência do C. TST, no sentido de declarar ser da Justiça do Trabalho a competência para apreciar pedidos decorrentes da complementação de aposentadoria paga por entidade de previdência privada instituída e mantida pelo empregador. Proc. 25113/99 - Ac. SE 14579/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. DOS EMPREGADOS DO BANESPA. ALTERAÇÃO NA FORMA DE CÁLCULO DO ABONO PREVISTO NO REGULAMENTO DO PESSOAL DE 1965. A inovação de 1975 acabou por criar um subteto no valor do qual deveria ser subtraído o valor pago pelo INSS, aplicável apenas aos empregados que não tinham alcançado o período integral de trabalho no banco. Tal inovação, assim, ensejou uma óbvia discriminação entre os empregados que alcançavam a aposentadoria com 30 anos de trabalho no banco e aqueles que se aposentavam com períodos inferiores de trabalho na instituição, o que não estava previsto na norma vigente antes de 1975. Proc. 4514/02 - Ac. 3ª Turma 19206/02-PATR. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 19/9/2002, p. 46

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. EC n. 20/98. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Decorrendo o benefício previdenciário do contrato de trabalho, a ser executado por empresa de previdência instituída e mantida pelo empregador, a controvérsia relativa à complementação de aposentadoria é competência da Justiça do Trabalho, porquanto não se trata, de empresa que atue no mercado aberto de previdência privada, como preconizado pela EC n. 20/98. Por outro lado, há que se verificar se a complementação de aposentadoria é vantagem que já incorporava o contrato individual de trabalho, antes do advento daquela Emenda, o que da mesma forma mantém a competência desta Justiça. Proc. 34067/01 - Ac. 5ª Turma 9627/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A complementação de proventos de aposentadoria formulada em face de entidade de previdência privada, patrocinada pelo empregador, resulta inequivocamente do contrato de trabalho, atraindo a lide para a órbita do Direito laboral, a teor do art. 144, "caput", da CF. QUITAÇÃO. ENUNCIADO N. 330 DO C. TST. O termo de rescisão do contrato de trabalho homologado libera o empregador apenas das verbas que nele constem expressamente; essa é a interpretação acertada do Enunciado n. 330 do C. TST. Ainda que assim não fosse, vale lembrar que os enunciados do C. TST não são de observância obrigatória, cabendo ao órgão julgador a livre interpretação da norma legal. PRESCRIÇÃO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. No caso de complementação de proventos, com fundamento em norma da empresa e que nunca foi paga ao empregado, a prescrição total conta-se da data da aposentadoria. Aplicação do Enunciado n. 326 do C. TST. DANO MORAL. PROVENTOS DE APOSENTADORIA NÃO COMPLEMENTADOS. OCORRÊNCIA. A longa "peregrinação" do obreiro junto às reclamadas com o intuito de fazer valer o seu direito à complementação da aposentadoria está amplamente demonstrada pelas provas constantes dos autos, sendo de fácil avaliação o sofrimento e a agonia por que passou, isto sem contar a significativa perda econômica, haja vista a alentada diferença entre os seus proventos e o último salário percebido. Portanto, correta a sentença, que estabeleceu indenização por danos morais, pena de premiar-se a falta em detrimento do desempenho. Proc. 35714/01 - Ac. 1ª Turma 31567/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 247

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. ENTIDADE PARAESTATAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL. DIFERENÇAS INDEVIDAS. A melhor interpretação da Lei n. 1.386/51 que instituiu a complementação de aposentadoria aos servidores das entidades paraestatais é a de que os trabalhadores aposentados proporcionalmente não têm direito à complementação integral e sim proporcional, porque não seria razoável que aqueles que se aposentaram sem contribuir integralmente, alcançassem o mesmo padrão salarial daqueles que contribuíram por 35 anos de serviço. Proc. 10431/00 - Ac. 1ª Turma 21362/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 3/10/2002, p. 6

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. FALTA DE REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA. INDEVIDA. Por se tratarem de normas cogentes, os regulamentos que instituíram o benefício devem ser interpretadas restritivamente, não alcançando indistintamente os funcionários que não preencham os requisitos estabelecidos. Proc. 11952/02 - Ac. 5ª Turma 31685/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 96

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. HORAS EXTRAS. POSSIBILIDADE PROCESSUAL. Normas benéficas não podem ser interpretadas com extensão. Contudo ficarei com a sentença ante outro argumento, tecnicamente, mais poderoso: a contestação se restringiu a argumentar contra a inexistência de habitualidade no cumprimento de horas extras. Proc. 15966/00 - Ac. 2ª Turma 30484/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 15/7/2002, p. 211

COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. TRABALHO POSTERIOR AO JUBILAMENTO. INÍCIO DA PRESCRIÇÃO NUCLEAR. Por força de disposição empresarial, complementação somente exigível a partir do momento em que, por desligamento definitivo, cessou a relação havida entre as partes, como expressamente lançado nos contratos de complementação firmados, trazidos aos autos com a peça defensória. E se assim é, só com o desligamento definitivo, quando do implemento da condição suspensiva estipulada, e não a partir do jubilamento, é que a complementação, por força de regulamentação interna, já que aos contratos benéficos não se pode dar interpretação ampliativa (art. 1.090, CCB), tornou-se passível de exigibilidade judicial ("actio nata"), com concomitante fluência do biênio prescricional extintivo. Ensinamentos do saudoso Antonio Luiz da Câmara Leal no sentido de que, estando o "direito subordinado a alguma condição suspensiva ou termo inicial, não sendo exigível antes de verificar-se a condição ou vencer-se o termo, não poderá dar lugar ao nascimento da ação, até que a condição se cumpra ou o termo se extinga ...." (da Prescrição e da Decadência - Teoria Geral Do Direito Civil, 3ª edição, Forense, 1978, pág. 22). Proc. 26519/01 - Ac. 3ª Turma 24839/02. Rel. Veva Flores. DOE 15/7/2002, p. 34

COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS

COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. LEI ESTADUAL n. 4.819/58. O direito à suplementação integral de proventos de aposentadoria é assegurado àqueles admitidos na vigência da Lei Estadual n. 4.819/58, ainda que revogada posteriormente. Nada obstante a aposentadoria proporcional concedida aos reclamantes. Proc. 31950/01 - Ac. 1ª Turma 10337/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 63

COMPLEMENTAÇÃO DE PROVENTOS. DE APOSENTADORIA. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A complementação de proventos de aposentadoria formulada em face de entidade de previdência privada, patrocinada pelo empregador, resulta inequivocamente do contrato de trabalho, atraindo a lide para a órbita do Direito laboral, a teor do art. 144, "caput", da CF. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. JORNADA DE OITO HORAS. DIVISOR. A apuração do valor-hora, nas jornadas de oito horas, faz-se com o divisor 220, na conformidade do Enunciado n. 343 do TST. Proc. 8282/02 - Ac. 1ª Turma 21334/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 5

CONCILIAÇÃO

CONCILIAÇÃO. INSS. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. RENÚNCIA A VERBAS DE NATUREZA SALARIAL. POSSIBILIDADE. Dissolvido o pacto laboral e inexistente reconhecimento judicial das verbas salariais postuladas, é lícita a renúncia aos propalados créditos, afastando-se as hipóteses de fraude e ato lesivo aos cofres públicos. Proc. 36442/01 - Ac. 5ª Turma 5750/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

CONCILIAÇÃO. IRRECORRIBILIDADE. LIMITES. NÃO-HOMOLOGAÇÃO NOS TERMOS EM QUE REALIZADA. Para que se tenha uma decisão irrecorrível, em havendo conciliação, necessário que o quanto homologado coincida com o que pelas partes foi pactuado, pena de privá-las de ter reexaminado o quanto decidido, no que tange à legalidade, limites e possibilidade, do ajuste que levaram a efeito, o que não se sustenta, perante o ordenamento jurídico pátrio. Proc. 15118/02 - Ac. 1ª Turma 12625/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 8/8/2002, p. 11

CONCILIAÇÃO PRÉVIA

CONCILIAÇÃO PRÉVIA. COBRANÇA DE TAXA. A cobrança de taxa pela Comissão de Conciliação Prévia, caracteriza motivo relevante que impossibilita a observância prevista no "caput" do art. 625-D, da CLT, pois se o trabalhador é a parte hipossuficiente da relação, não se justifica a cobrança de qualquer "taxa" para a tentativa de uma conciliação. Proc. 8124/02 - Ac. 3ª Turma 21667/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 15

CONCILIAÇÃO PRÉVIA. OBRIGATORIEDADE. Não estabelecendo a Lei n. 9.958/00 a obrigatoriedade da constituição das comissões de conciliação prévia, não constitui condição essencial para o ajuizamento de reclamatória trabalhista, a submissão do conflito àquele órgão. Proc. 10717/02 - Ac. 5ª Turma 26380/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 8/11/2002, p. 37

CONDENAÇÃO

CONDENAÇÃO. FIXAÇÃO DO VALOR. ALTERAÇÃO DO VALOR DA CAUSA INEXISTENTE. Confunde a recorrente valor da causa com valor da condenação. O valor da causa é atribuído pelo autor na exordial, nos moldes do art. 258, do CPC, permanecendo imutável se não for impugnado pela parte adversa, sendo utilizado para efeitos de fixação da alçada. O valor da condenação é o fixado pelo I. Colegiado na r. sentença para efeitos do art. 899 da CLT, ou seja, para fins de depósito recursal e de cálculo das custas processuais. Portanto, a fixação do valor da condenação não implica em alteração do valor da causa. Proc. 13674/00 - Ac. 1ª Turma 3146/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA

CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA. ADMINISTRADORA DA OBRA. IMPOSSIBILIDADE. A empresa contratada pela dona da obra (proprietária do empreendimento) como interveniente, para administrar a construção, não possui qualquer responsabilidade pelas verbas trabalhistas dos empregados da empreiteira principal. Proc. 35306/01 - Ac. 5ª Turma 1502/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS. VALIDADE. Válida a terceirização de serviços de portaria, limpeza e segurança, no âmbito de condomínio residencial, não se justificando o reconhecimemto do vínculo empregatício direto com o tomador dos serviços, salvo na ocorrência de fraude. Proc. 13916/00 - Ac. 1ª Turma 8674/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

CONFISSÃO

CONFISSÃO. Comparecimento em juízo de preposto que desconhece os fatos da lide, apesar de intimado, previamente, quanto às conseqüências do ato. Aplicável. Inteligência dos arts. 843, § 1º, e 844, da CLT, e 343, §§ 1º e 2º, do CPC. Proc. 9625/00 - Ac. SE 23316/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 17/10/2002, p. 2

CONFISSÃO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. ELISÃO. Não obstante a ausência da primeira reclamada à audiência em que deveria prestar depoimento, a defesa apresentada pela segunda ré, em face do litisconsórcio passivo, lhe aproveita integralmente. Embora fosse mais conveniente ao autor que a confissão restasse configurada, posto que seria o único meio de sanar o vazio probatório dos autos, a imparcialidade do Juízo deve ser preservada. Proc. 37813/00 - Ac. 5ª Turma 19932/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

CONFISSÃO FICTA

CONFISSÃO FICTA. A confissão ficta decorrente do desconhecimento de fatos por parte do preposto do

reclamado, não pode se sobrepor à prova documental. Proc. 14873/00 - Ac. 1ª Turma 8168/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 4/3/2002, p. 46

CONFISSÃO FICTA. AMPLITUDE. PEDIDO DE DEMISSÃO. COAÇÃO NÃO PROVADA. Somente a pena de confissão ficta aplicada à reclamada não pode levar à conclusão no sentido de que o pedido de demissão assinado pela obreira tenha sido resultado de coação de sua ex-empregadora viciando indelevelmente esse ato, tornando-o nulo. Ficando as alegações da autora na esfera dos conjecturas, sem infirmar os documentos trazidos pela empresa, inacolhe-se a argüição de nulidade, por falta de provas. É que qualquer vício que anule um ato, precisa ser robustamente comprovado. Proc. 37766/00 - Ac. 5ª Turma 5517/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 35

CONFISSÃO FICTA. APLICADA AO RECLAMANTE. PROVA INEXISTENTE PARA SUA DESCONSTITUIÇÃO. PEDIDOS IMPROCEDENTES. Sendo aplicada ao reclamante a pena de confissão ficta por ter se ausentado injustificadamente à audiência em que deveria depor, somente prova em contrário nos autos pode desconstituir a presunção de veracidade das alegações defensivas a contrariar os pedidos. Inexistindo tal prova, os pedidos devem ser julgados improcedentes. Proc. 13749/00 - Ac. 1ª Turma 3150/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

CONFISSÃO FICTA. AUSÊNCIA NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. OCORRÊNCIA. É certo que a confissão ficta decorrente da decretação da ausência da parte em audiência de instrução, quando daria seu depoimento pessoal, não induz à presunção absoluta de veracidade dos fatos alegados na inicial. Todavia, se não contêm os autos elementos de convicção contrários à narrativa inserta na preambular, a confissão produz todos os seus efeitos. Proc. 2915/00 - Ac. 2ª Turma 2820/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 20

CONFISSÃO FICTA. EFEITOS. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DE UM DOS LITISCONSORTES E CONFISSÃO DE OUTRO. Não há violação do art. 320, I, do CPC, porque a condenação referente a horas extraordinárias decorreu da confissão ficta da primeira reclamada e pela falta de contestação específica do segundo reclamado, ora embargante, ao pedido respectivo (art. 319 do CPC). RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS. O tomador de serviços é responsável subsidiário, no caso de inadimplência do empregador, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e para tal necessita participar da relação processual e constar do título executivo judicial, na conformidade do Enunciado n. 331, IV, do C. TST. Proc. 11904/97 - Ac. 1ª Turma 31307/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 10/1/2003, p. 64

CONFISSÃO FICTA. INDEFERIMENTO DE PROVAS. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. Aplicada a confissão ficta à reclamada, o encerramento da instrução processual sem oitiva das testemunhas da empresa atende ao disposto no art. 334, IV, do CPC, que estabelece que não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de veracidade. Portanto, inexiste o alegado cerceamento de defesa. Proc. 14880/00 - Ac. 1ª Turma 11027/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 64

CONFISSÃO FICTA. INTIMAÇÃO NA PESSOA DO ADVOGADO PARA SEU CLIENTE PRESTAR DEPOIMENTO. A intimação dirigida apenas ao advogado no sentido de que seu cliente compareça à audiência para prestar depoimento pessoal, sob a cominação de confissão quanto à matéria fática, ainda que com poderes especiais, inclusive para confessar, encontra óbice no § 1º do art. 343 do CPC, aplicável subsidiariamente por força do art. 769 da CLT, eis que se trata, no caso, de confissão presumida, resultante de uma omissão daquele que deveria e poderia falar, mas quedou-se inerte ou se recusou a depor e, portanto, distinta da confissão real, já que destituído de qualquer fundamento entender-se que o procurador, munido de poderes especiais, possa, em razão de uma omissão sua, acarretar a "ficta confessio", em prejuízo daquele, cujo interesse tem a incumbência de defender. Proc. 29210/99 - Ac. SE 26917/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 15/7/2002, p. 98

CONFISSÃO FICTA. PRESUNÇÃO RELATIVA DA VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS. ELISÃO ATRAVÉS DE PROVAS CARREADAS AOS AUTOS. Ausente a reclamada da audiência de instrução em que deveria prestar depoimento, e a ela tendo sido aplicada a pena de confissão ficta, e sendo relativa a presunção de restarem verdadeiros os fatos alegados pela reclamante, tendo sido a mesma elidida através das provas carreadas aos autos, que comprovaram a defesa alegada pela demandada, deixou a autora de provar o fato constitutivo de seu direito (CLT, art. 818), não havendo como amparar o suposto direito pleiteado. Proc. 34284/01 - Ac. 5ª Turma 1531/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 41

CONFLITO

CONFLITO. ENTRE CONVENÇÃO E ACORDO COLETIVO. NORMA MAIS FAVORÁVEL. ART. 620 DA CLT. Havendo conflito entre condições estabelecidas em convenção coletiva e acordo coletivo, estabeleceu o art. 620 da CLT a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, ainda que, para tanto, seja desconsiderado o princípio de que a norma específica prevalece sobre a norma geral. Proc. 27855/00 - Ac. 1ª Turma 15574/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 49

CONFLITO DE NORMAS COLETIVAS

CONFLITO DE NORMAS COLETIVAS. PREVALÊNCIA DO ACORDO SOBRE A CONVENÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 620 CLT. A partir da flexibilização introduzida pela Magna Carta/88, os direitos trabalhistas devem ser desatrelados do texto rígido da lei, a fim de que sejam fixadas normas específicas para cada categoria profissional, levando em conta suas peculiaridades. O Acordo Coletivo, por atender mais de perto aos interesses de empregados e empregadores, é o instrumento propício àquele fim, não sendo, por isso, ilegal acatar-se suas disposições em prejuízo do que foi estipulado em Convenção Coletiva, conclusão que se reforça face, ainda, ao princípio do conglobamento. Improcede, por conseguinte, o pedido de diferenças salariais fundamentado em Convenção quando, no mesmo período de vigência, Acordos Coletivos previam salários inferiores. Proc. 33247/01 - Ac. 4ª Turma 3354/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 29/5/2002, p. 27

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. INEXISTÊNCIA DE LIDE. CARÊNCIA DA AÇÃO. Tendo o consignado, em depoimento, confessado que não havia conflito de interesses entre as partes a justificar a intervenção do Judiciário, já que não houve recusa no recebimento dos haveres rescisórios, resta caracterizada a carência da ação por ausência de interesse processual. Extinção do processo sem julgamento do mérito que se mantém. Proc. 14608/00 - Ac. 1ª Turma 8140/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 45

CONSTITUCIONALIDADE

CONSTITUCIONALIDADE. ART. 71 DA LEI N. 8.666/93. Afirme-se de forma categórica que o art. 71 da Lei n. 8.666/93 não é inconstitucional. Nem se argumente com o Princípio da Igualdade. O ente público não é igual ao privado porquanto enquanto este contrata quem bem entender (ato discricionário), aquele somente poderá fazê-lo através de licitação pública obrigatória (ato vinculado), ditame imposto pelo art. 37, XXI e seus parágrafos da CF/88. ENTE PÚBLICO. LEI N. 8.666/93. LIMITE DE RESPONSABILIDADE. É até mesmo contraditório e ilógico que o Estado (ou seus entes), comprovada regular licitação ou concorrência, respondam subsidiariamente pela totalidade de possíveis créditos de trabalhador contratado por terceiros estranhos à Administração Pública, enquanto respondem apenas por salários quando contrata seu servidor direta mas irregularmente por falta de concurso (art. 37, II da CF/88 e enunciado de Súmula n. 363 do C. TST). Entender-se de forma distinta haverá violação literal de lei federal (Lei n. 8.666/93, art. 71, § 1º). Proc. 19866/01 - Ac. 2ª Turma 7906/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 4/3/2002, p. 37

CONTA DE LIQUIDAÇÃO

CONTA DE LIQUIDAÇÃO. RESPEITO À COISA JULGADA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 467, 471 E 473 DO CPC E DO ART. 879, § 1º DA CLT. O art. 467 do CPC preconiza que "denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário". Os arts. 471 e 473 do mesmo diploma legal dizem que "nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide", sendo que "é defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas, a cujo respeito se operou a preclusão". Assim, não tendo a reclamada ofertado recurso ordinário pretendendo a reforma do quanto decidido acerca do saldo salarial e respectiva dobra, o manto da coisa julgada sepulcra qualquer discussão. Ademais, o art. 879, § 1º da CLT diz que "na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal". Portanto, considerando-se que a matéria acerca do saldo de salário e respectiva dobra já transitou em julgado,

correta a conta homologada pelo I. Juízo "a quo". Proc. 33674/01 - Ac. 1ª Turma 31691/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 15/7/2002, p. 251

CONTESTAÇÃO

CONTESTAÇÃO. COERÊNCIA ENTRE SEUS TÓPICOS. Uma contestação deve ser um todo coerente, existindo harmonia em seus diversos tópicos, não sendo de admitir-se que um ponto negue e/ou seja contraditório em relação a outro, apenas para assegurar um ataque mais contundente aos pedidos diversos formulados pelo reclamante. Proc. 4199/02 - Ac. 1ª Turma 12601/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 8/8/2002, p. 10

CONTESTAÇÃO. DEFESA GENÉRICA. A ausência de impugnação específica dos fatos alegados pelo reclamante gera presunção de veracidade das alegações, conforme inteligência do art. 302 do CPC, aplicável em caráter subsidiário ao processo trabalhista. Proc. 34599/01 - Ac. 5ª Turma 483/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 9/5/2002, p. 24

CONTRADITA

CONTRADITA. COMPROVAÇÃO DE AMIZADE. Considerando-se que as duas testemunhas apresentadas pelo autor confirmaram que freqüentavam sua casa há mais de oito anos e que tinham amizade com seus filhos, há que se manter o acolhimento da contradita, não estando referidas testemunhas isentas de ânimo em suas declinações. Proc. 39459/00 - Ac. 5ª Turma 10146/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 35

CONTRADITA. TROCA DE FAVORES. Se a testemunha trazida pela parte, quando contraditada, confirma mover ação contra a mesma reclamada, e o reclamante no presente foi sua testemunha naquela, resta amplamente configurada a troca de favores, circunstância repudiada pelo nosso ordenamento jurídico, tornando imprestável tal depoimento para fundamentar o decreto condenatório. ACORDO TÁCITO DE COMPENSAÇÃO. INVIABILIDADE. Por infringir o disposto no art. 59, § 2º da CLT não é válido o acordo tácito de compensação de horário além do que, desde o advento da Carta Magna ora vigente, por força do seu art. 7º, inciso XIII, somente é possível tal pactuação com a interveniência da competente entidade sindical. Proc. 2269/99 - Ac. 5ª Turma 30867/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 222

CONTRADITA. TROCA DE FAVORES. Se a testemunha trazida pela parte, quando contraditada, confirma mover ação contra a mesma reclamada, e o reclamante no presente foi sua testemunha naquela, resta amplamente configurada a troca de favores, circunstância repudiada pelo nosso ordenamento jurídico, tornando imprestável tal depoimento para justificar o decreto condenatório. Proc. 3033/02 - Ac. 5ª Turma 31128/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 230

CONTRADITA. TROCA DE FAVORES. Se a testemunha trazida pela parte, quando contraditada, confirma mover ação contra a mesma reclamada e o reclamante no presente foi sua testemunha naquela, resta amplamente configurada a troca de favores, circunstância repudiada pelo nosso ordenamento jurídico, tornando imprestável tal depoimento para justificar o decreto condenatório. Proc. 35285/01 - Ac. 5ª Turma 28639/02-PATR. Rel. Desig. João Alberto Alves Machado. DOE 22/11/2002, p. 32

CONTRATAÇÃO

CONTRATAÇÃO. DE SERVIDOR CIVIL SEM CONCURSO PÚBLICO. EFEITOS. Prestando o autor serviços para Órgão da Administração Pública Indireta (Sociedade de Economia Mista), sem se submeter a certame público, inequívoca a nulidade de sua admissão (art. 37, inciso II e § 2º da CF). Entretanto, a análise desse fato deve ser feita à luz dos princípios que regem a caracterização das nulidades em geral e àquela específica, incidente sobre o ato administrativo, sem alijar as peculiaridades do direito do trabalho. Nesse quadro, há que se temperar, pois, os dois enfoques jurídicos: trabalhista e administrativo. Pelo primeiro, não se subtrairá ao servidor revertido à situação anterior por ato fulminado pela nulidade, o direito à percepção dos vencimentos ou salários, pelo tempo de prestação de serviços, sendo-lhe devidas também todas as verbas de cunho salarial do período laboral. Mas, não se pode conferir-lhe, sob pena de atentados à comunidade e às

leis que a regem, direitos decorrentes do contrato de trabalho de cunho tipicamente indenizatório, pois inexiste o ato que deu origem à contratação. Proc. 11144/00 - Ac. SE 22378/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 5

CONTRATAÇÃO. DE SERVIDOR PÚBLICO SEM CONCURSO PÚBLICO. FAZ JUS APENAS AO PAGAMENTO DAS HORAS TRABALHADAS, MESMO ALÉM DA JORNADA. Sendo admitido sem concurso público, após a CF/88, para trabalhar como motorista, percebendo mensalmente além da contraprestação pactuada, um total fixo de 100 horas extras, tais referem-se ao número de horas trabalhadas além da jornada normal, devendo ser quitadas a fim de que não se observe o enriquecimento ilícito da Administração, não devendo incidir sobre tais horas o adicional legal -exegese do Enunciado n. 363/TST. Proc. 2449/02 - Ac. 4ª Turma 10887/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 25/7/2002, p. 79

CONTRATAÇÃO. DE SERVIDOR PÚBLICO SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE "EX TUNC". A contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público gera nulidade "ex tunc" e não apenas "ex nunc", conforme entendimento consagrado na Súmula n. 363 do C. TST. Proc. 16041/01 - Ac. 4ª Turma 28085/02. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 15/7/2002, p. 138

CONTRATAÇÃO. PRAZO CERTO. A legislação obreira considera como de prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado, sendo a sua validade confirmada pela presença do requisito da transitoriedade, o que justifica a predeterminação do prazo. No caso em tela, foram os reclamantes contratados dentro dos parâmetros legais, eis que a transitoriedade do trabalho permite a contratação por prazo certo. Proc. 31388/99 - Ac. SE 17862/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 44

CONTRATAÇÃO. SEM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a CF/88, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, cabendo apenas o pagamento de salários em sentido estrito, desde que requeridos na inicial. Proc. 36132/01 - Ac. 5ª Turma 9704/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 23

CONTRATAÇÃO. SEM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE. EFEITOS. A contratação de servidor público, após a Constituição/88, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no seu art. 37, II, e § 2º, cabendo apenas o pagamento de salários em sentido estrito, assim como o FGTS depositado (art. 19-A da Lei n. 8.036/90, alterado pela MP n. 2.164-41/01), desde que requeridos na inicial. Proc. 9813/02 - Ac. 5ª Turma 24878/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 25/10/2002, p. 43

CONTRATAÇÃO. TEMPORÁRIA. A demonstração da imprescindibilidade da contratação temporária deve vir junto com a contestação (art. 396, CPC), cabendo ainda à parte especificar nessa peça processual a prova que pretende produzir (art. 300, CPC). Não o fazendo, preclusa a oportunidade, não suprindo a omissão os usuais protestos genéricos consignados na defesa. Proc. 469/00 - Ac. SE 22353/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 4

CONTRATO A PRAZO

CONTRATO A PRAZO. AFASTAMENTO DECORRENTE DE AUXÍLIO-DOENÇA PREVIDENCIÁRIO. O contrato a prazo determinado, disciplinado pelo art. 443, da CLT, consubstancia exceção ao princípio da continuidade do contrato de trabalho, informador do Direito do Trabalho, caracterizando-se pelo breve lapso temporal e, também, pela ciência das partes quanto à pré-fixação de seu termo final. Ocorrências supervenientes à contratação não podem constituir óbice à sua resolução no tempo aprazado, exceto, se assim as partes pactuaram, na esteira do que disciplina o art. 472, § 2º, CLT, dispõe acerca do afastamento pertinente ao serviço militar ou encargo público. Proc. 33294/01 - Ac. 3ª Turma 19877/02-PATR. Rel. Desig. Luciane Storel da Silva. DOE 19/9/2002, p. 53

CONTRATO A PRAZO. TRABALHADOR RURAL. SAFRA. PRESENÇA DOS ELEMENTOS JUSTIFICADORES. FRAUDE. CARACTERIZAÇÃO. O contrato por termo certo só será válido em se tratando de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo, ou de atividades empresariais de caráter transitório (alíneas "a" e "b" do § 2º do art. 443 da CLT). Nesse diapasão, importa analisar, num caso concreto, a presença ou não desses elementos, pouco importando com a denominação que se lhe dê o contrato. Deve-se ter em vista para efeitos do Direito do Trabalho o que se convencionou chamar de contrato-realidade, pois este é que efetivamente disciplina os direitos e as obrigações contratuais.

Neste passo, se o período da vigência contratual foi coincidente com o período da safra na região, e estando satisfeitas verbas previstas nesta modalidade contratual, não há justificativa para a retirada da validade da avença. Proc. 11695/02 - Ac. 2ª Turma 27606/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 22

CONTRATO A TERMO

CONTRATO A TERMO. VALIDADE. Constatada a necessidade transitória da prestação laboral (varredura do cancro-cítrico em lavouras de várias regiões do Estado de São Paulo), além de inexistente comprovação da causa de pedir (coação), plenamente válida a contratação a termo. Proc. 37815/01 - Ac. 5ª Turma 1499/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

CONTRATO DE APRENDIZAGEM

CONTRATO DE APRENDIZAGEM. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA OU CONVENENTE. O estímulo à aprendizagem, em termos de formação técnico-profissional, subordina-se à garantia de acesso e freqüência obrigatória ao ensino regular por parte do adolescente. Nessa esteira, voltada para a regulamentação do instituto do trabalho educativo previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente e destinado ao adolescente entre 14 e 18 anos, de modo a conciliar atividades educativas com a inserção desse grupo no mercado de trabalho, foi promulgada a Lei n. 10.097/00. O trabalho infantil é um fenômeno complexo, principalmente, quando consideradas as contingências culturais, econômicas e sociais predominantes atualmente em nosso país. Nesse diapasão, cabe às tomadoras dos serviços, como participantes responsáveis e beneficiárias da atividade do menor aprendiz, nos termos do art. 431, CLT, zelar pela idoneidade da convenente. Já se encontra pacificado, de outra parte, que a responsabilidade subsidiária, que se atribui ao tomador de serviços, independe do vínculo de emprego e tem a sua gênese na responsabilidade por fato de terceiro, fundado na presunção da culpa "in eligendo" ou "in vigilando", cujo amparo legal se encontra na interpretação sistemática dos arts. 159, 1518 e segs., do CC c/c arts. 8º, 9º e 455 CLT. Assim, ativando-se o aprendiz sob a guarda da Reclamada tomadora, a ela se impõe o dever de zelar pelo fiel cumprimento das obrigações decorrentes do convênio firmado. Responsabilidade subsidiária que se impõe. Proc. 20161/02 - Ac. 3ª Turma 24500/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 25/10/2002, p. 25

CONTRATO DE ARRENDAMENTO

CONTRATO DE ARRENDAMENTO. RESPONSABILIDADE DO ARRENDANTE. ENCARGOS TRABALHISTAS. INOCORRÊNCIA. Não tendo sido questionada a fraude do contrato de arrendamento, não há como ser ao arrendante a responsabilidade pelo adimplemento dos encargos trabalhistas decorrentes dos contratos de trabalho firmados pelo arrendatário. Proc. 15506/00 - Ac. 1ª Turma 8703/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

CONTRATO DE EMPREGO

CONTRATO DE EMPREGO. ALTERAÇÃO UNILATERAL. Não há alteração unilateral do pacto laboral na hipótese de redução de comissões ocorrida antes da admissão. Proc. 1550/99 - Ac. 5ª Turma 29617/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 185

CONTRATO DE EMPREITADA

CONTRATO DE EMPREITADA. E DE TRABALHO. DIFERENCIAL. O traço distintivo entre o contrato de trabalho e o de empreitada não está no modo pelo qual o serviço desenvolvido pelo trabalhador é remunerado, mas sim na subordinação hierárquica que existe no primeiro. Proc. 3990/02 - Ac. 1ª Turma 21417/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 13/5/2002, p. 151

CONTRATO DE EMPREITADA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. No caso em questão,

ante as provas contidas nos autos, depreende-se que a relação estabelecida entre as partes não diz respeito a relações trabalhistas. Verifica-se existência de mero contrato de empreitada, de natureza civil. Proc. 30155/99 - Ac. SE 14273/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. Trabalhos domésticos em residência. Conversão posterior para trabalho em restaurante do mesmo empregador. Similitude de funções. Nulidade. Proc. 10970/00 - Ac. SE 11398/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 8

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. ANOTAÇÃO NA CTPS. O contrato de experiência é espécie do gênero contrato por prazo determinado, consoante o disposto no art. 443, § 2º, alínea "c", da CLT, com características peculiares, já que tem a finalidade de verificar o desempenho profissional do empregado e a integração deste na empresa, e, por se tratar de cláusula especial, faz-se necessária a anotação na CTPS, nos termos do art. 29, "caput", da CLT. Proc. 26376/00 - Ac. 3ª Turma 2577/02. Rel. Desig. Domingos Spina. DOE 28/1/2002, p. 12

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS. MERA IRREGULARIDADE. RECONHECIMENTO. A ausência de anotação do contrato de experiência em CTPS, por si só, não desqualifica o pacto a termo, mormente quando existir contrato escrito nesse sentido, firmado validamente pelas partes. Proc. 35446/01 - Ac. 2ª Turma 27045/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 104

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. IMPOSSIBILIDADE. O contrato a prazo determinado é tolerado em situações especialíssimas, dentre elas, a experiência para reconhecimento das aptidões do trabalhador, o que é inaceitável ao admitido pelo consórcio para exercício das mesmas funções anteriormente desempenhadas numa das consorciadas, ainda de relevo que a admissão no consórcio foi subseqüente à demissão na consorciada. Proc. 16614/02 - Ac. 1ª Turma 14464/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/8/2002, p. 19

CONTRATO DE FRANQUIA

CONTRATO DE FRANQUIA. INEXISTÊNCIA DE RESPONSABILIDADE DO FRANQUEADOR COM AS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS DO FRANQUEADO. Trata-se a franquia, de contrato, por meio da qual a empresa franqueadora cede ao franqueado o direito de uso de sua marca ou patente, em troca de remuneração direta ou indireta, sendo que este último desempenha as atividades em seu próprio nome, não sendo um mero prestador de serviços. Assim, inexiste qualquer responsabilidade da empresa franqueadora em relação aos encargos trabalhistas inadimplidos pela franqueada. Proc. 3468/02 - Ac. 4ª Turma 22918/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 10/10/2002, p. 64

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Conquanto tenha havido contrato de prestação de serviços entre reclamadas, a responsabilidade subsidiária da tomadora subsiste, posto que na condição de beneficiária dos serviços executados pelo reclamante deveria fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa contratada, o que não ocorreu, agindo com culpa "in vigilando". Tratando-se a recorrente de sociedade de economia mista, sujeita-se ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, conforme preceitua o § 1º, do art. 173 da CF, não tendo o disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/93 o condão de retirar sua responsabilidade. Adoção do previsto no inciso IV, do Enunciado n. 331 do C. TST. Proc. 13733/00 - Ac. 1ª Turma 3148/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

CONTRATO DE SAFRA

CONTRATO DE SAFRA. ACIDENTE DE TRABALHO. INOCORRÊNCIA DE SUSPENSÃO CONTRATUAL. O contrato a prazo determinado (safra) não se suspende em virtude de acidente de trabalho ocorrido na sua

fluência (art.472, § 2º, CLT), o que não enseja a estabilidade de que trata o art. 118 da Lei n. 8.213/91. Proc. 21996/02 - Ac. 4ª Turma 22906/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 10/10/2002, p. 64

CONTRATO DE SAFRA. DURAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO. CLT, ART. 443, § 1º, LEI N. 5.889/73 E DECRETO-LEI N. 781/69. O contrato de safra, por depender de variações estacionais da atividade agrária, fica sujeito a condições climáticas e sazonais e, em decorrência disso, pode sofrer oscilações temporais, não havendo como estabelecer um termo específico, seja inicial ou final. Efetivamente, ainda que o contrato celebrado não tenha durado exatamente pelo período de safra, a lei não proíbe a realização desse tipo de pactuação, exigindo apenas que exista a safra. Com efeito, não pode o empregador ficar esperando chegar o momento certo para a colheita e só então contratar os empregados. Evidentemente que são necessários trabalhos preliminares: aceiros ao longo das vias públicas, áreas de preservação permanente, redes de energia elétrica, etc, que justificam plenamente a contratação do pessoal com certa antecedência ao início do corte da cana; todavia, não anterior à safra, pois tais tarefas estão perfeitamente compreendidas no período de safra, conforme previsto no art. 14, parágrafo único da Lei n. 5.889/73. Portanto, se para que as safras tenham seu regular início (em março ou abril), os canaviais devem ser preparados, depreende-se que as atividades destinadas a essa preparação são tidas legitimamente como típicas da safra. Logo, restabelecida a validade do contrato a termo celebrado, indevida a imposição condenatória de pagamento da multa de 40% do FGTS, do aviso prévio e das verbas decorrentes de sua projeção, bem como do seguro-desemprego. Proc. 344/01 - Ac. 5ª Turma 29454/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

CONTRATO DE SAFRA. NULIDADE. IMPROCEDÊNCIA. É frágil o pedido de nulidade do contrato de safra, sob o argumento de que outros empregados continuaram a trabalhar, pois é muito comum o contrato de safra expirar para alguns, mas não para outros, em cuja turma as laranjas daquele espaço ainda não haviam sido totalmente colhidas. Proc. 39786/00 - Ac. 5ª Turma 22938/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

CONTRATO DE SAFRA. SOMA DE PERÍODOS DESCONTÍNUOS. Verificando-se serem reduzidos os intervalos entre uma contratação e outra, resta indicada claramente a intenção de indeterminação do prazo da relação contratual, resultando evidente a fraude, a teor do Enunciado n. 20 do C. TST. Proc. 8990/00 - Ac. SE 10748/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

CONTRATO DE SUBEMPREITADA

CONTRATO DE SUBEMPREITADA. Incontroversa a relação jurídica de subempreitada entre os reclamados, ambos respondem solidariamente pelos haveres trabalhistas do reclamante (art. 455, CLT). Proc. 9586/00 - Ac. SE 5058/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

CONTRATO DE TRABALHO

CONTRATO DE TRABALHO. Ainda que o testemunho não se reporte a todo período contratual, nada impede que nele se apoie o juiz para convencer-se de que o comportamento narrado perdurou durante todo o pacto laboral. Proc. 10831/00 - Ac. SE 10897/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

CONTRATO DE TRABALHO. ALTERAÇÃO UNILATERAL. VERBAS NÃO SALARIAIS. IRRELEVÂNCIA. PREJUÍZO AO TRABALHADOR. IMPOSSIBILIDADE A alteração unilateral do contrato de trabalho é vedada pelo nosso ordenamento jurídico, sendo irrelevante que tal alteração não reflita diretamente sobre verbas de natureza salariais. É bem verdade que o salário é, para o trabalhador, o elemento essencial do contrato de trabalho. Por outro lado, não podemos olvidar da existência de outros elementos que o compõe. Desse modo, a alteração unilateral que implique prejuízo de qualquer natureza, não pode receber o aval dessa Justiça Especializada. Proc. 33177/01 - Ac. 2ª Turma 5974/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 13

CONTRATO DE TRABALHO. ALTERAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. VALIDADE. INCIDÊNCIA DO ART. 468 DA CLT.É plenamente lícita a alteração do contrato de trabalho, inicialmente ajustado como temporário, transmudando-se para obra certa, quando esta última figura traduz melhor a relação jurídica existente entre as partes. Some-se a isso a ausência de vício do consentimento, bem como de qualquer prejuízo ao trabalhador (art. 468 da CLT). Proc. 35367/01 - Ac. 2ª Turma 27124/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 107

CONTRATO DE TRABALHO. ANTES DA CF/88. VALIDADE SEM CONCURSO. É desnecessária a aplicação do art. 19 do ADCT para a validade dos contratos de trabalho antes da CF/88. A sentença que julga improcedente a respectiva ação, com esteio na nulidade do § 2º do art. 37 da CF, deve ser anulada para que os autos retornem à origem e sejam os pedidos devidamente apreciados para eventual reconhecimento do vínculo e eventual procedência das verbas rescisórias, devidamente apreciadas. Proc. 24306/01 - Ac. 2ª Turma 22683/02. Rel. Desig. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 185

CONTRATO DE TRABALHO. APLICAÇÃO DO ART. 479 DA CLT NOS CONTRATOS REGIDOS PELA LEI N. 6.019/70. INEXISTÊNCIA DE CLÁUSULA ASSECURATÓRIA DE RESCISÃO ANTECIPADA. CORRETA A DECISÃO QUE DETERMINA O PAGAMENTO DA METADE DA REMUNERAÇÃO DEVIDA ATÉ O TERMO DO CONTRATO. O contrato de trabalho temporário regido pela Lei n. 6.019/74 é um contrato a prazo determinado sujeito a evento futuro e certo com data certa para ultimação. Vale dizer: "dies certus quando". A tese sustentada pela recorrente no sentido de que as disposições gerais contidas na CLT não se aplicam ao trabalho temporário não prospera. A Lei n. 6.019/74, conquanto discipline as condições do trabalho temporário, não excluiu estes trabalhadores das demais regras gerais de proteção previstas na CLT, sobretudo daquelas em que não previu - de forma expressa - diverso disciplinamento. É regra basilar de hermenêutica que a lei nova e que estabelece disposições gerais ou especiais, não revoga nem modifica a lei anterior (art. 2º, § 2º da LICC), a não ser nas situações de expressa revogação ou de incompatibilidade de seus preceitos com a lei antiga, o que não é a hipótese que aqui se verifica. No presente processo, restou incontroverso que os reclamantes foram dispensados imotivadamente antes do término final do contrato, atraindo a aplicação dos arts. 479 e 481, ambos da CLT. Como não houve cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão contratual, devida a indenização prevista no art. 479 e que consiste no pagamento da metade da remuneração devida até o termo do contrato, tal como corretamente decidido na origem. Proc. 27068/01 - Ac. 3ª Turma 18241/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 13/5/2002, p. 56

CONTRATO DE TRABALHO. CARGO PÚBLICO. NOMEAÇÃO ILEGAL. INVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. DIREITO EXCLUSIVAMENTE AO SALÁRIO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 363 DO C. TST. Comprovado que a nomeação do reclamante se deu por ato administrativo ilegal, impõe-se a invalidação da relação de emprego, fazendo o trabalhador jus apenas aos salários correspondentes. Inteligência do Enunciado n. 363 do C. TST. Proc. 33750/01 - Ac. 2ª Turma 5960/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 13

CONTRATO DE TRABALHO. DISSOLUÇÃO. FORÇA MAIOR. DIFICULDADES FINANCEIRAS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O insucesso nos negócios não pode, por si só, justificar o inadimplemento de verbas trabalhistas, não se configurando a força maior. Proc. 38521/00 - Ac. 5ª Turma 15650/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 51

CONTRATO DE TRABALHO. E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. VINCULAÇÃO DIVERSA. Se o contrato de locação de serviços é do tipo subordinante, a subordinação jurídica que decorre do contrato de trabalho tem conotações próprias, diversas da que se apresenta em relação ao autônomo. Nesta é "stricto sensu", enquanto que naquela é "lato sensu". Por isso, não há como sustentar que se configure subordinação de relação de emprego sempre que o locador de serviços receber instruções, tiver sua produção controlada e receber e atender reclamações de clientes, dentre outras atribuições, pois estas obrigações podem ser impostas ao prestador de serviços, por previsão na legislação pertinente - arts. 27 e 30, da Lei n. 4.886/65. O trabalhador autônomo pode receber diretrizes do tomador de serviços, pois estas são próprias da bilateralidade dos contratos deste tipo, não configurando, por isso, a subordinação exigida para a relação de emprego. Se o locatário de serviços for pessoa jurídica, podendo admitir empregados, contando com auxiliares nas suas atividades, como por exemplo um sócio, não poderá a relação jurídica suscitar dúvidas - empregatícia é que não é. Proc. 425/02 - Ac. 2ª Turma 11898/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 1/8/2002, p. 27

CONTRATO DE TRABALHO. FIRMADO COM MENOR DE 16 ANOS DE IDADE. EFEITOS. Com a promulgação da EC n. 20, em 15/12/98, o trabalho do menor de dezesseis anos de idade passou a ser proibido (art. 7º, inciso XXXIII da CF), sendo que o contrato de trabalho existente entre as partes, a partir de então, passou a ser nulo de pleno direito, não produzindo nenhum efeito, o que impossibilita o reconhecimento do vínculo empregatício. Entretanto, não há como se negar que houve a efetiva prestação de serviços e dispêndio da força de trabalho, devendo a reclamada solver, sob pena de enriquecimento ilícito. Assim, com base no direito pretoriano que criou ao longo da interpretação da teoria das nulidades a possibilidade da reparação tão completa quanto possível, mediante a "restitutio in integrum", devidos se tornam todos os consectários do

período trabalhado, sob forma de indenização. Proc. 11362/00 - Ac. SE 22380/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 5

CONTRATO DE TRABALHO. INCAPACIDADE ABSOLUTA DO EMPREGADO SUPERVENIENTE À EXTINÇÃO DO CONTRATO TRABALHO. EFEITOS "EX TUNC" DA SENTENÇA DE INTERDIÇÃO. PRESCRIÇÃO BIENAL. INOCORRÊNCIA. Sofrendo, o trabalhador, dentro de dois anos da extinção do contrato, agressão física que resulte na sua incapacidade absoluta para os atos da vida civil, circunstância reconhecida na sentença de interdição ulterior, perante o Juízo competente, ainda que a ação trabalhista seja ajuizada depois de dois anos de extinto o contrato, porém, antes de decorrido o biênio contado do ato interdicional, não se consumou a prescrição (art. 169, I CCB). Os efeitos da sentença declaratória da interdição podem retroagir, abrangendo os atos anteriores e praticados quando já existente a incapacidade civil (Doutrina: Von Thur, Aubry e Rau, Josserand, Colin e Capitant e Pontes de Miranda; jurisprudência: "in" Revista dos Tribunais, 149/802, 153/560 e 193/799, Arq. Jud., 89/226). Proc. 38826/00 - Ac. 5ª Turma 6639/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 18/2/2002, p. 73

CONTRATO DE TRABALHO. POR PRAZO DETERMINADO. PRORROGAÇÃO. OBSERVÂNCIA DAS CLÁUSULAS REFERENTES AO CONTRATO ORIGINÁRIO. VALIDADE. O termo "prorrogação" indica o sentido de dilatar, elastecer, complementar o principal. Assim, havendo prorrogação de contrato de trabalho por prazo determinado, impõe-se a observância das cláusulas pertinentes ao contrato originário. Proc. 4033/00 - Ac. 2ª Turma 2542/02-PATR. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 23/5/2002, p. 12

CONTRATO DE TRABALHO. PRETENSA APLICAÇÃO IMEDIATA DA PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL A TODOS OS TRABALHADORES. FATO SUPERVENIENTE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 81 DA SDI-1 DO C. TST. O inciso XXIX do art. 7º da CF, com a alteração introduzida pela EC n. 28, de 25/05/00, não pode ferir direito adquirido e, muito menos, o ato jurídico perfeito, consubstanciado em extinto contrato de trabalho, pois sobre ele a nova lei não pode projetar-se. Proc. 31931/99 - Ac. SE 25930/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 15/7/2002, p. 68

CONTRATO DE TRABALHO. RESCISÃO INDIRETA. RECOLHIMENTO A DESTEMPO DO FGTS. IMPROCEDÊNCIA. INAPLICAÇÃO DO ART. 483 DA CLT. Não é causa de rescisão indireta do contrato de trabalho o recolhimento a destempo do FGTS, não configurando qualquer hipótese do art. 483 da CLT, já que não impede a continuidade regular da relação empregatícia, nem há qualquer prejuízo ao empregado, vez que tais recolhimentos se perfizeram, com todos os acréscimos penais que a legislação impõe por esse atraso. Proc. 37734/00 - Ac. 5ª Turma 5434/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 33

CONTRATO DE TRABALHO. SAFRA. SAZONALIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA. UNICIDADE. O contrato de safra, por ser modalidade excepcional de contratação, requer a prova da sazonalidade justificadora, sob pena de ser descaracterizado tal tipo de contratação. Proc. 30857/99 - Ac. SE 11314/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 6

CONTRATO DE TRABALHO. TEMPO DE SERVIÇO. CÔMPUTO. TESTE ADMISSIONAL. Teste admissional deve ser prático, objetivo e de curtíssima duração. O treinamento do trabalhador, em período anterior à efetiva admissão, descaracteriza o teste admissional - art. 9º da CLT -, justificando o cômputo do tempo de serviço para fins de balizamento dos efeitos do contratro de trabalho. Proc. 15635/00 - Ac. 1ª Turma 8709/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

CONTRATO DE TRABALHO. TEMPORÁRIO. LEI N. 6.019/74. NULIDADE. Não é nulo o contrato de trabalho temporário firmado em estrita observância às disposições da Lei n. 6.019/74. Proc. 11118/02 - Ac. 1ª Turma 27404/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 15

CONTRATO DE TRABALHO. TEMPORÁRIO. NULIDADE. ÔNUS DA PROVA. A comprovação da fraude imputada a contrato de trabalho temporário é encargo processual do autor, sobretudo nas hipóteses em que tal modalidade de pacto é legitimada pela demonstração de existência de acréscimo extraordinário de serviços e pelo cumprimento dos requisitos insertos na Lei n. 6.019/74. Proc. 36818/01 - Ac. 5ª Turma 1542/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

CONTRATO DE TRABALHO. TEMPORÁRIO. PRE-FIXAÇÃO DO TERMO. Na forma da Lei n. 6.019/74, em princípio, o contrato temporário tem como limite final os 90 dias, e se justifica por necessidade transitória

de substituição de seu pessoal ou acréscimo extraordinário de serviços (art. 2º). Isto não implica dizer que, dentro dos 90 dias, o contrato possa ser por tempo indeterminado e a sua ruptura possa ser a qualquer tempo, havendo necessidade de pré-fixação do tempo final, dentro do prazo legal, sob pena de aplicação do art. 479 da CLT. Proc. 4059/00 - Ac. 2ª Turma 27592/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

CONTRATO DE TRABALHO. TEMPORÁRIO. ULTRAPASSAGEM DO TEMPO MÁXIMO PREVISTO. NULIDADE. A lei que regula a contratação de trabalho temporário (Lei n. 6.019/74), em seu art. 10, preceitua o prazo máximo de três meses para contratação envolvendo as empresas tomadora e fornecedora, o que se conclui que também está a limitar a permanência dos trabalhadores neste mesmo período. Ultrapassando os contratos de trabalho firmados com o autor este interregno de tempo, declaram-se nulas estas contratações temporárias (art. 9º da CLT), reconhecendo-se o vínculo empregatício diretamente com a tomadora dos serviços, eis que beneficiária do labor pelo reclamante (Enunciado n. 331/TST). Proc. 28686/99 - Ac. SE 10603/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 53

CONTRATO NULO

CONTRATO NULO. DIRIGENTE SINDICAL. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO, APÓS A CF/88, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. A administração pública, direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, e a inobservância desse requisito implica nulidade do contrato de trabalho, de acordo com o art. 37, § 2º, da Carta Magna. Sendo nulo o contrato, não gera qualquer direito, sendo mesmo desnecessário analisar a questão da estabilidade do dirigente sindical. Proc. 27519/99 - Ac. SE 15094/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO. SAFRA E ENTRESSAFRA. SOMA DE PREÍODOS DESCONTÍNUOS. Embora formalmente seja possível falar em contratos de safra e entressafra, indicando a prova produzida a clara intenção de indeterminação do prazo da relação contratual, resulta evidente a fraude, a teor do art. 9º da CLT, somando-se os períodos descontínuos, inclusive para efeito de contagem do prazo prescricional. DIFERENÇAS SALARIAIS. Compete ao interessado apontar especifica e discriminadamente as diferenças que entende devidas, sob pena de indeferimento da pretensão. FÉRIAS. Demonstrada documentalmente a remuneração das férias e não tendo o trabalhador apontado diferenças em seu favor, como lhe cabia fazer, desacolhe-se o pleito ao seu percebimento. DESCONTOS. INDEVIDOS. RESTITUIÇÃO. Devida a restituição de descontos efetuados a título de transporte, à falta de autorização prévia e por escrito do empregado, nos termos do entendimento contido no Enunciado n. 342 do C. TST, não havendo que se falar em autorização tácita. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são mesmo indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. PRESCRIÇÃO. QUINQUENAL. TRABAHADOR RURAL. Tratando-se de empresa agroeconômica e não demonstrado que o empregado se ativava em função relacionada a processo de transformação de matéria-prima não há que se falar em prescrição qüinqüenal, mesmo porque o ajuizamento da reclamatória é anterior à vigência da EC n. 28, que alterou a redação do inciso XXIX do art. 7º da CF. HORAS EXTRAS. Indicadas diferenças na remuneração das horas extras com base no confronto entre os recibos de pagamento e os cartões de ponto, acolhe-se a pretensão quanto a esse título. HORAS "IN ITINERE". A incompatibilidade de horários do transporte público torna devidas as horas "in itinere" a teor do entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 50 da SDI-1 do C. TST. ADICIONAL. DE INSALUBRIDADE. Constatada a insalubridade através de laudo pericial não infirmado, tem-se por correta a concessão do adicional respectivo, com reflexos. HONORÁRIOS. DE PERITO. REDUÇÃO. Fixados moderadamente, em proporção à complexidade do trabalho realizado, não há que se falar em redução dos honorários arbitrados como remuneração do perito. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST, tem-se como época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês subseqüente ao da prestação de serviços. Proc. 24037/99 - Ac. SE 26730/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 92

CONTRATO TEMPORÁRIO

CONTRATO TEMPORÁRIO. EXCEÇÃO. A contratação de mão-de-obra temporária consiste exceção ao princípio vigente em Direito do Trabalho do contrato a prazo indeterminado. Independe, pois, da vontade das partes a contratação excepcional, concorrendo, também, o preenchimento de todos os pressupostos legais, dentre os quais se situa a formalidade dos contratos escritos (arts. 9º e 10), bem como a efetiva transitoriedade da necessidade da contratação temporária pela tomadora (Lei n. 6.019/74) e do respectivo prazo de vigência, cujo ônus da prova pertence ao empregador (art. 818, da CLT, c/c art. 333, II, CPC). Proc. 29719/01 - Ac. 3ª Turma 24864/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 15/7/2002, p. 35

CONTRATO. DE TRABALHO

CONTRATO.DE TRABALHO. INTERREGNO ÍNFIMO ENTRE UM CONTRATO E OUTRO. NULIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 9º DA CLT. O art. 453 da CLT estabelece que serão considerados os períodos trabalhados, ainda que descontínuos, para o cômputo do tempo de serviço. No caso de interregno ínfimo entre um contrato e outro, resta claro que não se cuidam de contratos distintos. Assim, perpetrada a fraude no caso vertente, irreprochável o reconhecimento da unicidade contratual, tendo em vista a nulidade do sucessivo contrato de trabalho, nos termos do art. 9º da CLT. Proc. 22782/01 - Ac. 2ª Turma 7825/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 35

CONTRATO. DE TRABALHO. UNICIDADE. Resultando da prova documental que o empregado foi demitido em um dia e readmitido no subseqüente resulta claro o ânimo de continuidade do pacto laboral, fazendo incidir o Enunciado n. 20 do C. TST. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Comprovado o trabalho extraordinário sem a devida contraprestação são devidas diferenças de horas extras. RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST considera-se com época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês subseqüente ao da prestação de serviços. Proc. 32598/99 - Ac. SE 26759/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

CONTRATOS DE SAFRA

CONTRATOS DE SAFRA. "ACESSIO TEMPORIS". INVIABILIDADE. PRESCRIÇÃO TOTAL. INCIDÊNCIA. A celebração de sucessivos contratos de safra (art. 14 da Lei n. 5.889/73), afora as hipóteses de fraude (art. 9º da CLT), não enseja a soma dos respectivos períodos trabalhados, por força do disposto na parte final do art. 452 e do que preconiza o art. 453, ambos da CLT. Sendo argüida a prescrição bienal, contar-se-á o prazo prescricional a partir do término de cada contrato. Proc. 27548/00 - Ac. 5ª Turma 1158/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 14/1/2002, p. 39

CONTRATOS SUCESSIVOS

CONTRATOS SUCESSIVOS. SAFRA E ENTRESSAFRA. VERBAS RESCISÓRIAS PAGAS. AUSÊNCIA DE FRAUDE. Se os contratos a prazo certo (de safra e entressafra) transmudaram-se em contratos por prazo indeterminado por força de cláusula contratual e tendo o autor, em todas as oportunidades, recebido as competentes verbas rescisórias, conclui-se que não houve qualquer irregularidade, inexistindo a propalada fraude. Proc. 32588/00 - Ac. 5ª Turma 98/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 5

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. O direito à contribuição assistencial decorre da atuação sindical em proveito de toda a categoria, abrangendo associados e não associados, não havendo que se falar em ofensa à liberdade de

associação (CF, art. 5º, XX, e art. 8º, V), que continua sendo uma opção. Esse direito somente encontra óbice na expressa oposição, oportunamente manifestada pelos interessados, conforme disposição do art. 545, da CLT. Proc. 35902/01 - Ac. 1ª Turma 16816/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 29/8/2002, p. 52

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. DESCONTO. VALIDADE. A contribuição (ou taxa) assistencial não guarda relação com a chamada contribuição confederativa, prevista pelo art. 8º, inciso IV, da CF. Em se tratando de taxa assistencial, é obrigatório o desconto ajustado em norma coletiva, desde que não comprovado oposição oportuna do trabalhador. Na hipótese de contribuição confederativa, deve esta ser limitada aos associados da entidade sindical - CLT, art. 545; Precedente Normativo n. 119, do C. TST, e Precedentes do STF - RE n. 88.022-SP (RTJ 86/898) e RE n. 220.700-RS (Rel. Ministro Octavio Gallotti - 06/10/98). Proc. 14587/00 - Ac. 1ª Turma 6659/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 74

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS REPASSADOS. A pretensão não deve ser dirigida contra o empregador, posto que, efetuado já o desconto e repassado ao sindicato, somente contra este poderia ser formulado pedido de restituição. Proc. 8890/02 - Ac. 5ª Turma 24986/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 25/10/2002, p. 46

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EFEITO "ERGA OMNES". O sindicato não foi erigido a órgão legislativo em substituição ao Congresso Nacional, devendo ser considerada nula a proposição que venha a instituir contribuição "erga omnes", principalmente, em face do que dispõe o art. 8º, inciso V da CF: "V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato". Proc. 21234/00 - Ac. 2ª Turma 23219/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/10/2002, p. 48

CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. TRABALHADOR NÃO SINDICALIZADO. INDEVIDA. PRECENDENTE NORMATIVO n. 119 DO C. TST. O C. TST editou o Precedente Normativo n. 119, sendo este o seu teor: "Fere o direito à plena liberdade de associação e de sindicalização cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa fixando contribuição a ser descontada dos salários dos trabalhadores não filiados a sindicato profissional, sob a denominação de taxa assistencial, ou para o custeio do sistema confederativo. A Constituição da República, nos arts. 5º, inciso XX, e 8º, inciso V, assegura ao trabalhador o direito de livre associação e sindicalização". Proc. 12876/02 - Ac. 2ª Turma 29904/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 12

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. As contribuições sociais estipuladas para o custeio do sistema confederativo de representação sindical não são devidas por todos os integrantes da categoria, indistintamente, sob pena de violação da liberdade de associação e de sindicalização (arts. 5º, XX, e 8º, V, ambos da CF). Somente os associados ao sindicato sujeitam-se ao desconto, e ainda assim desde que se lhes assegurem o direito de oposição (PN ns. 74 e 119 do C. TST). Proc. 10669/00 - Ac. SE 28229/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 13

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. CONVENÇÃO COLETIVA. ALCANCE. Fere o princípio da liberdade sindical, preconizado pelo art. 8º, inciso V, da CF, cláusula ajustada em convenção e/ou acordo coletivo que não limita o desconto da contribuição confederativa aos associados da entidade sindical - Precedentes do E. STF. Proc. 28567/02 - Ac. 1ª Turma 31166/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 10/1/2003, p. 60

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. DEVOLUÇÃO DE DESCONTOS. O beneficiário da Contribuição Confederativa descontada pelo empregador é o sindicato representante da categoria. Desta forma, é contra este que deve ser dirigida a reclamação que visa a devolução dos descontos, e não contra o empregador, que não retém os valores. Proc. 23647/02 - Ac. 5ª Turma 24979/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 25/10/2002, p. 46

CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. RESTITUIÇÃO DO DESCONTO. DESCABIMENTO. O empregador, como mero intermediário, não pode ser condenado a devolver contribuição confederativa repassada ao Sindicato representativo da categoria profissional integrada pela reclamante. A irresignação obreira deveria ser manifestada no momento oportuno e perante o seu Sindicato, o que não restou demonstrado. Proc. 32348/01 - Ac. 5ª Turma 16548/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 83

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO EM EXECUÇÃO TRABALHISTA. NÃO DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS CORRESPONDENTES. INCIDÊNCIA SOBRE O VALOR TOTAL DA TRANSAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 43, PARÁGRAFO ÚNICO, LEI N. 8.212/91. O poder de autocomposição, fomentado pela lei e assegurado às partes no processo trabalhista, não afasta nem mitiga as obrigações de ordem pública impostas aos litigantes. Nesse passo, sujeita-se em regra a transação levada a efeito em execução laboral à incidência da regular contribuição previdenciária, recaindo essa sobre o total do pactuado, quando omisso. Inteligência do art. 43, parágrafo único da Lei n. 8.212/91. Proc. 26422/01 - Ac. 2ª Turma 19371/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 92

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO HOMOLOGADO. A pretensão de discriminação proporcional das verbas conforme pedido inicial, fere frontalmente o disposto no parágrafo único, do art. 43, da Lei n. 8.212/91. Como a contribuição previdenciária se trata de crédito acessório, é eficaz, para o INSS, a transação quanto à discriminação de verbas e valores, nos limites da lide, devendo haver prova segura de eventual fraude visando sonegar a contribuição previdenciária. A prova da fraude cabe ao prejudicado, no caso o órgão previdenciário. Proc. 25309/01 - Ac. 4ª Turma 32744/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 15/7/2002, p. 283

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO JUDICIAL. Havendo consonância entre os títulos e valores discriminados no acordo com a pretensão inicial integralmente considerado, o INSS não tem legitimidade para questionar ato jurisdicional que homologa acordo nem tem substrato jurídico sua pretensão de que o valor guarde proporção sobre cada um dos títulos inicialmente pretendidos na medida da possibilidade de muitos deles sequer serem devidos. Proc. 9828/02 - Ac. 2ª Turma 4685/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 13/6/2002, p. 19

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO JUDICIAL FIRMADO SEM RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATICÍO. FATO QUE POR SI SÓ NÃO AFASTA A OBRIGAÇÃO SOCIAL DA EMPRESA NA QUALIDADE DE TOMADORA DE SERVIÇOS AUTÔNOMOS. INCIDÊNCIA SOBRE O TOTAL DO ACORDO. Reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes e homologado pelo Juízo, desde que não se destine a fraudar a lei. Nesse diapasão, afigura-se plenamente eficaz, inclusive perante a Previdência Social, acordo firmado por mera liberalidade desde que não tenham as partes, sequer indiretamente, reconhecido a existência de contrato de trabalho. Entretanto, tal fato, por si só, não afasta a obrigação da empresa de recolher a devida contribuição social na qualidade de tomadora de serviços prestados por trabalhador autônomo ou por pessoas físicas sem vínculo empregatício. À falta de discriminação especificada no termo de acordo, deve o crédito previdenciário ser calculado sobre o montante total pago ao trabalhador. Inteligência do art. 195, I, "a", CF, art. 22, Lei n. 8.212/91 e arts. 201, II e 276, § 9º, Decreto n. 3.048/99, com redação dada pelo Decreto n. 4.032/01. Proc. 15735/02 - Ac. 2ª Turma 32301/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CÁLCULOS. PRECLUSÃO. INAPLICABILIDADE. As contribuições previdenciárias decorrem de norma de ordem pública, não se justificando a aplicação do instituto da preclusão, de molde a beneficiar o devedor e propiciar a evasão fiscal. Proc. 19387/02 - Ac. 1ª Turma 23996/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 25/10/2002, p. 9

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. CONCILIAÇÃO. NÃO-RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. De acordo com o preconizado no § 3º do art. 114 da CF, introduzido pela EC n. 20/98, a Justiça do Trabalho é competente para executar as contribuições previdenciárias decorrentes de acordo homologado, ainda que não reconhecido o vínculo empregatício, porém, observando-se a legislação específica à hipótese. Proc. 21751/02 - Ac. 1ª Turma 31236/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 62

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. DISCRIMINAÇÃO DAS PARCELAS. ACORDO JUDICIAL. A discriminação das parcelas do valor fixado em conciliação judicial, para fins previdenciários, deve guardar coerência com o objeto do feito, mas não precisa, necessariamente, abranger todas as verbas postuladas, posto que a transação é ato de vontade das partes. Não havendo indícios de fraude ou evasão fiscal, não cabe ao julgador interferir na vontade das partes. Proc. 3195/02 - Ac. 1ª Turma 13294/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/8/2002, p. 58

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. IMPOSIÇÃO SOBRE A TOTALIDADE DA AVENÇA. IMPOSSIBILIDADE. Não constitui fraude ou ato lesivo aos cofres públicos a celebração de acordo que satisfaz apenas parcelas indenizatórias, pois nada impede que o ex-empregado renuncie a eventuais créditos de natureza salarial. A alteração do ajuste, com a imposição do tributo sobre a totalidade da avença, nestes termos, consistiria infringência aos termos do art. 1.025, do CCB. Proc. 37253/01 - Ac. 5ª Turma 5759/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRODUTOR RURAL. BASE DE CÁLCULO. COMERCIALIZAÇÃO SOBRE A PRODUÇÃO. RECONHECIMENTO. Tratando-se de produtor rural pessoa física, a base de cálculo do valor da contribuição à Previdência Social, nos termos da legislação vigente, incide sobre a comercialização do produto, e jamais sobre a folha de salário ou sobre o montante da remuneração paga. Exegese do art. 25 da Lei n. 8.212/91. Proc. 15708/02 - Ac. 2ª Turma 32300/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 77

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TRANSAÇÃO JUDICIAL. NÃO RECONHECIMENTO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DEVIDA. O pagamento efetuado a título de "mera liberalidade" e sem o reconhecimento do vínculo empregatício acarreta a incidência da contrição previdenciária sobre o valor total do acordo (art. 22, inciso III, da Lei n. 8.212/91, na redação dada pela Lei n. 9.876/99). Quando isso ocorre, a competência para a execução dos valores devidos ao INSS é da Justiça do Trabalho. Proc. 7469/02 - Ac. 2ª Turma 16333/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 29/8/2002, p. 60

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VALOR MÁXIMO DO SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO RESPEITADO DURANTE O CONTRATO. INCABÍVEIS NOVAS DEDUÇÕES E RECOLHIMENTOS SOB ESSE TÍTULO. Quando o empregado, durante o contrato de trabalho, recebe valor superior ao máximo do salário de contribuição, e com base neste efetiva o recolhimento da sua parcela devida à Previdência, não pode ser exigido do mesmo qualquer outro recolhimento e, conseqüentemente, impedida estará a dedução de valores sob esse título. Essa a conclusão que se extrai do disposto nos arts. 28, § 5º, da Lei n. 8.212/91, e 276, § 4º, do Decreto n. 3.048/99. Não seria lógico, e muito menos justo, exigir do empregado nova contribuição, pois recolheu o valor máximo previsto na legislação, e não teria qualquer reflexo desses novos recolhimentos em seu benefício previdenciário. Ou seja, teria que contribuir mais do que outros empregados, que tiveram satisfeitos os seus créditos sem necessidade de acesso ao Judiciário, e receberia o mesmo salário de benefício (arts. 31 a 34 do Decreto n. 3.048/99), pois a legislação veda o pagamento de valor superior. Proc. 21817/01 - Ac. 2ª Turma 19323/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 13/5/2002, p. 90

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. VERBA DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO CABIMENTO. É indevida a incidência de contribuição previdenciária sobre o valor da conciliação se nesta pactuou-se expressa e exclusivamente a quitação de verba de natureza indenizatória e não ficou demonstrado que a natureza jurídica explicitada objetivou fraudar o INSS. Proc. 34786/01 - Ac. 1ª Turma 239/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 6

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. Inadmissível a retenção prévia dos recolhimentos previdenciários e fiscais, sem que seja dada à reclamada oportunidade de quitar diretamente seu débito junto aos órgãos competentes. Proc. 17555/02 - Ac. 4ª Turma 18605/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 19/9/2002, p. 60

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. Não sendo o INSS parte na ação, a não ser a partir do momento em que passa a executar as contribuições que lhe são devidas e decorrentes dos pagamentos realizados nesta justiça obreira e em decorrência de suas decisões, para as quais a competência desta especializada se mostra presente, não se aplica qualquer revisão "ex officio" das decisões que, em tese, lhe acarretam prejuízo. Proc. 11847/02 - Ac. 2ª Turma 28815/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 29/11/2002, p. 12

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DESCONTOS DO CRÉDITO DO OBREIRO. O direito de proceder o desconto do segurado obrigatório da previdência social nasce a partir do momento em que a sentença transita em julgado, sendo inadmissível que o credor recebesse mais em Juízo do que receberia se o crédito fosse pago espontaneamente. Assim, a responsabilidade da empresa em proceder os recolhimentos junto à previdência social não elide o seu direito em proceder os descontos devidos, haja vista tratar-se de

preceito de ordem pública que considera o trabalhador como segurado obrigatório da previdência social. Proc. 14725/00 - Ac. 1ª Turma 9154/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 78

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS. EXECUÇÃO EM CURSO. ACORDO. A discriminação das verbas para fins de incidência das contribuições previdenciárias, na fase executória do feito, não pode ficar ao sabor dos interesses das partes, devendo guardar estrita observância aos valores e parcelas que compõem a coisa julgada, evitando-se a evasão fiscal. Proc. 23935/01 - Ac. 1ª Turma 22141/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 167

CONTROLE DE PONTO

CONTROLE DE PONTO. É documento indispensável, a teor do que dispõe o art. 74 da CLT. "In casu", a reclamada não juntou aos autos controle de ponto. Tratando-se de prova pré-constituída, deveria ser carreada aos autos no momento processual adequado, qual seja, junto com a defesa. Proc. 0380/00 - Ac. SE 14280/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. ART. 620 DA CLT. APLICABILIDADE. Aplica-se o quanto previsto no art. 620 da CLT e a teoria da acumulação, prevalecendo o pactuado na CCT sobre o ACT quando houver conflito. Proc. 31780/01 - Ac. 1ª Turma 4147/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 13/6/2002, p. 12

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. FEDERAÇÃO PROFISSIONAL. REPRESENTAÇÃO DAS BASES NÃO ORGANIZADAS. LEGITIMIDADE. VALIDADE. As Federações têm legitimidade para celebrar convenções coletivas de trabalho em favor das categorias econômicas ou profissionais que, no âmbito de suas representações, não estejam organizadas em sindicatos específicos. Inteligência do art. 611, § 2º da CLT. Proc. 24617/02 - Ac. 2ª Turma 24411/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 85 C/C 1.090, AMBOS DO CC. Os benefícios previstos em acordos, por representarem a real disposição da vontade das partes, devem ser interpretados restritivamente, nos termos dos arts. 85 c/c 1.090, ambos do CC, posto que não é dado ao aplicador da lei ultrapassar os limites estabelecidos entre os pactuantes, no regular exercício de seus direitos. Proc. 12131/02 - Ac. 2ª Turma 27652/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 24

CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO. EFICÁCIA. As convenções coletivas tiveram a sua eficácia reconhecida pela Constituição da República (art. 7º, inciso XXVI), e o seu cumprimento obriga as partes acordantes, sob pena de ofender-se o ato jurídico perfeito. Proc. 38673/01 - Ac. 5ª Turma 21178/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 143

COOPERADO

COOPERADO. COLHEITA DE FRUTOS. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO À EMPRESA DESTINATÁRIA DOS FRUTOS. VÍNCULO EMPREGATÍCIO NÃO RECONHECIDO. Tendo a prova oral produzida nos autos demonstrado que o colhedor de frutas em pomar de terceira pessoa não teria recebido nenhuma ordem oriunda dos fiscais da empresa destinatária dos frutos, não há como se reconhecer a existência de subordinação com a referida empresa, de modo que o vínculo empregatício perseguido deve ser rejeitado. Proc. 4798/02 - Ac. 3ª Turma 6333/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 27/6/2002, p. 24

COOPERATIVA

COOPERATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. Possui o Ministério

Público do Trabalho legitimidade para propor Ação Civil Pública visando discutir a regularidade de atuação de alguma Cooperativa, quando sua existência e funcionamento possa ferir os direitos dos trabalhadores que integram-na e/ou venham integrá-la, situação cuja solução interessa à sociedade, atento às peculiaridades das condições desses trabalhadores que, diante da necessidade de obter trabalho, têm bloqueada qualquer iniciativa no sentido de combater tal situação, o que não significa entender que, de modo generalizado, uma cooperativa não possa fornecer mão-de-obra a terceiros, tolhendo sua livre iniciativa e a possibilidade, que é legal, de sua existência e atuação, de vez que esse raciocínio só se aplica às que verdadeiramente atuem como tal e não àquelas que de cooperativa só possuem a denominação, mas que, em realidade, existem apenas para burlar a legislação trabalhista e os trabalhadores. Proc. 3222/02 - Ac. 1ª Turma 13089/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/8/2002, p. 51

COOPERATIVA. FRAUDE. RELAÇÃO DE EMPREGO. A criação de "cooperativas", como, ao que parece, a do caso em tela, visando, unicamente, o fornecimento de mão-de-obra a um custo mais barato para o tomador dos serviços, mas à custa do trabalhador, que se vê despojado da proteção das normas trabalhistas, não passa de uma farsa. Não creio ter o legislador ordinário, ao introduzir o parágrafo único no art. 442, da CLT, através da Lei n. 8.949/94, pretendido revogar as normas de proteção ao trabalhador, a pretexto de estimular o "cooperativismo e outras formas de associativismo". Assim, não obstante os contornos de natureza civil que pretendeu, a recorrida, dar ao relacionamento havido entre as partes, prevalece o princípio da primazia da realidade, exsurgindo dessa realidade, em face dos elementos dos autos, a relação de emprego, estando o procedimento da recorrida fulminado pela nulidade prevista no art. 9º, da CLT. Proc. 18741/02 - Ac. 3ª Turma 21786/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 18

COOPERATIVA. INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA FRAUDULENTA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO COM O TOMADOR DE SERVIÇOS. Na verdadeira cooperativa há prestação direta de serviços aos associados, visando estimular o trabalho autônomo, sem subordinação, o que implica em independência e autonomia dos associados. Verificando que o trabalhador submetia-se às orientações de outrem e cumpria jornada de trabalho estipulada, e, além disso, atuava em função vinculada diretamente à atividade-fim da reclamada, fica patente a intermediação fraudulenta de mão-de-obra, em face dos termos do Enunciado n. 331 do C. TST, devendo ser reconhecido o vínculo empregatício diretamente com o tomador de serviços. Proc. 1860/01 - Ac. 3ª Turma 9802/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/7/2002, p. 16

COOPERATIVA. LIQÜIDAÇÃO. EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA. A Justiça do Trabalho é competente para promover a execução de cooperativas em liqüidação, conforme preconiza o art. 5º da Lei n. 6.830/80. Ademais, a Lei n. 5.764/71, que em seus arts. 63 a 78 regula a dissolução e a liqüidação das cooperativas, não prevê a instituição de juízo universal, com o decorrente deslocamento de competência. Proc. 20910/02 - Ac. 1ª Turma 24005/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 9

COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA

COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA. AUSÊNCIA DE VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE COOPERADO E COOPERATIVA OU ENTRE AQUELE E O TOMADOR DE SERVIÇOS. Não cabe na hipótese da prestação de serviços através de cooperativa de mão-de-obra, o argumento da ilegalidade de intermediação de mão-de-obra por interposta pessoa, para caracterizar fraude. Quando a intermediação se deu entre cooperativa regularmente criada e o tomador dos serviços e estes foram executados por cooperado admitido regularmente ao quadro associativo com observância dos dispositivos estatutários, não há falar em fraude à legislação trabalhista. Inteligência da Lei n. 5.764/71, combinado com o disposto no parágrafo único do art. 442 consolidado. Proc. 15893/00 - Ac. 2ª Turma 47200/01. Rel. Jorge Lehm Müller. DOE 14/1/2002, p. 73

COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA. FRAUDE. Caracteriza-se fraude aos preceitos Consolidados (art. 9º) constituir cooperativa de mão-de-obra, isto porque as sociedades cooperativas podem adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, apenas para prestação direta de serviços aos associados (art. 7º, Lei n. 5.764/71). O estímulo cooperativista, legalmente apoiado, constitucionalmente previsto (art. 174, § 2º da CRFB/88), não admite o mau emprego da entidade cooperativa para, através de uma formalidade teratológica, encobrir o mais grave dos ilícitos trabalhistas que é a exploração de mão-de-obra. O art. 442 da CLT, em seu parágrafo único nada mais diz do que já dizia o art. 5º da Lei n. 5.764/71 e está imbilicalmente ligado às associações que, cumprindo a previsão legal, voltam-se para o exercício de uma atividade de proveito comum, que se caracteriza pela prestação de serviços aos associados e não prestação de serviços à terceiros. Proc. 19615/01 - Ac. 3ª Turma 16026/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 22/4/2002, p. 64

COOPERATIVA DE SERVIÇOS

COOPERATIVA DE SERVIÇOS. INEXISTÊNCIA DE "AFFECIO SOCIETATIS". CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA. TRABALHADOR EMPREGADO E NÃO COOPERADO. Ainda se possa representar o cooperativismo forma salutar para o desenvolvimento social, e/ou solução viável à escassez de emprego, não pode o instituto render-se à utilização fraudulenta, constituindo-se sob integral ausência de "affectio societatis". Se ao ser contratado, o trabalhador apenas tinha ciência de que participaria de uma cooperativa, com total desconhecimento do sistema cooperativo, tem-se que tão-só aderiu à prestação de serviços co empregado, e jamais cooperado. Proc. 25519/99 - Ac. SE 19137/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 84

COOPERATIVA DE TRABALHO

COOPERATIVA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ART. 442 DA CLT. É o cooperativismo um grande avanço nas relações de trabalho, cujos reflexos, dentre outros, têm sido a relevante redução do problema do desemprego, atualmente oriundo, inclusive, da profunda recessão econômica. Sob o aspecto legal, veja-se que a CF oferece um forte apoio para a organização em Cooperativas (arts. 5º, XVIII, 174, § 2º, 187, VI, e 192, VIII), concedendo a vantagem de os cooperados serem trabalhadores autônomos, dispensando-lhes a intervenção de um patrão, com o que conseguem melhores ganhos em seu trabalho. A notória finalidade do parágrafo único do art. 442 da CLT, foi a de fomentar a criação das cooperativas de trabalho, objetivando acabar com os desempregados e aqueles que sempre laboraram sem quaisquer garantias, dando-lhes, ainda, a segurança de organizarem seus próprios meios de luta pela vida. Com efeito, a cooperativa é formada por cooperados, entre os quais inexiste a relação de emprego e, sim, a prática de "atos cooperativos". Essa cooperativa, de serviços, por óbvio não é uma "empresa interposta", porque não visa lucro e, como é lícita a forma do cooperativismo, fica excluída da hipótese de intermediação ilegal de mão-de-obra, prevista no Enunciado n. 331, I, do C. TST. Dessa forma, o sistema cooperativista pode representar a solução para muitos desempregados, da mesma forma que o sindicato se tornou para os trabalhadores "avulsos", que trabalham nos portos, não podendo o Poder Judiciário, com decisões simplistas e alienadas da realidade atual (política, econômica, social), constituir-se num óbice para sua evolução. Em suma, impossível reconhecer o vínculo empregatício entre cooperado e cooperativa, tampouco com a empresa tomadora. Proc. 33483/01 - Ac. 5ª Turma 19935/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

COOPERATIVA DE TRABALHO. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA. NECESSIDADE DE PROVAS. O instituto do cooperativismo tem diretrizes próprias de qualificação que permitem a verificação da licitude ou ilicitude de uma cooperativa. Assim, se um trabalhador tido como cooperado demanda em face de uma legítima cooperativa, constituída segundo os preceitos da Lei n. 5.764/71 e para uma autêntica atuação, a ele cabe a prova de que houve fraude na sua adesão. No entanto, se pela gênesa da cooperativa já se identifica o seu intuito desvirtuador do instituto, especialmente quando não se obtém da cooperativa o intuito de reciprocidade entre os cooperados, não há qualquer necessidade de ser feita prova da fraude, que resta presumida justamente porque os próprios fins da cooperativa já denotam o intento de mascaramento de uma relação jurídica trabalhista. Proc. 37907/01 - Ac. 3ª Turma 16094/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 69

COOPERATIVA DE TRABALHO. NÃO-RURAL. FRAUDE. NULIDADE DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A COOPERATIVA E A TOMADORA FINAL, EMPRESA PÚBLICA. ÓBICE CONSTITUCIONAL AO ÓRGÃO PÚBLICO PARA CONTRATAR EMPREGADO, SEM PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO. RECONHECIMENTO DA FORMAÇÃO DO VÍNCULO DE EMPREGO ENTRE A COOPERATIVA E O AUTOR-ASSOCIADO. Nas hipóteses em que os autos trazem elementos de prova de real e verdadeira formação de cooperativa, incide a regra do parágrafo único, do art. 442, da CLT. Do contrário, aplica-se a crava do art. 9º, caso em que, em sendo a tomadora final dos serviços empresa pública, há que se reconhecer a formação do vínculo de emprego entre a cooperativa e o autor, seu associado, dado o óbice constitucional imposto ao órgão público, quanto à contratação de empregado, sem prévia aprovação em concurso - CF/88, art. 37, inciso II. Proc. 27142/99 - Ac. 1ª Turma 26926/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 287

COOPERATIVA DE TRABALHO. OU DE MÃO-DE-OBRA. VÍNCULO DE EMPREGO. IMPROCEDÊNCIA. ART. 442 DA CLT. Entendo que o cooperativismo é um grande avanço nas relações de trabalho, cujos reflexos, dentre outros, têm sido a relevante redução do problema do desemprego, atualmente oriundo, inclusive, da profunda recessão econômica. Sob o aspecto legal, veja-se que a CF oferece forte apoio para a organização em cooperativas

(arts. 5º, XVIII, 174, § 2º, 187, VI, e 192, VIII), concedendo a vantagem de os cooperados serem trabalhadores autônomos, dispensando-lhes a intervenção de um patrão, com o que conseguem melhores ganhos em seu trabalho. A notória finalidade do parágrafo único do art. 442 da CLT, foi a de fomentar a criação das cooperativas de trabalho, objetivando acabar com os desempregados e aqueles que sempre laboraram sem quaisquer garantias, dando-lhes, ainda, a segurança de organizarem seus próprios meios de luta pela vida. Com efeito, a cooperativa é formada por cooperados, entre os quais inexiste a relação de emprego e, sim, a prática de "atos cooperativos". Essa cooperativa, de serviços, por óbvio não é uma "empresa interposta", porque não visa lucro e, como é lícita a forma do cooperativismo, fica excluída da hipótese de intermediação ilegal de mão-de-obra, prevista no Enunciado n. 331, I, do C. TST, que não se aplica ao caso presente. Dessa forma, entendo que o sistema cooperativista pode representar a solução para muitos desempregados, da mesma forma que o sindicato se tornou para os trabalhadores "avulsos", que trabalham nos portos, não podendo o Poder Judiciário, com decisões simplistas e alienadas da realidade atual (política, econômica, social), constituir-se num óbice para sua evolução. Se o atual sistema cooperativo apresenta problemas de legitimidade, o que é inegável, deve ser rigorosamente fiscalizado pelos órgãos competentes e orientado no sentido de encaminhá-lo ao objetivo para o qual foi concebido. Deve-se ainda consignar que o reclamante, agente capaz, possuía plena consciência do que estava fazendo, tanto assim é que firmou os diversos documentos apresentados pela Cooperativa, dentre eles a proposta de adesão, além de declarar ter pleno conhecimento acerca do seu funcionamento, bem como dos deveres e direitos básicos do sócio cooperado. Em suma, sob qualquer ângulo que se analise, impossível reconhecer o vínculo empregatício com a recorrente, havendo que restar improcedente a ação. Proc. 39766/00 - Ac. 5ª Turma 27214/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

COOPERATIVA DE TRABALHO. RELAÇÃO DE EMPREGO COM O TOMADOR. CONFIGURAÇÃO. As cooperativas, conquanto sejam institutos historicamente relevantes e com grande finalidade econômico-social, não podem ser utilizadas como instrumentos de consagração da fraude aos direitos do trabalhador. O disposto no par. único do art. 442 da CLT não trouxe qualquer inovação no Direito do Trabalho, pois a configuração ou não da relação de emprego continua, como desde sempre, subordinada à verificação das condições fáticas de uma relação jurídica. E se tais condições corresponderem aos clássicos elementos de caracterização do contrato de trabalho, ele assim deve ser pronunciado, a despeito do texto legal citado, que é, inclusive, incompatível com as diretrizes protetivas do Direito do Trabalho e, especificamente, das relativas ao trabalhador rural. A relação típica de trabalho cooperado pressupõe, ainda, a efetiva volição por parte do integrante da cooperativa, com as perspectiva de união de esforços comuns, para determinados fins, com assunção dos riscos da atividade proposta. Isso jamais pode ser substituído pela existência de uma típica relação subordinada, como a que decorre do contrato de emprego. Por outro lado, o uso de cooperativas de trabalhadores para realização de divulgação e vendas de produtos de telefonia celular constitui uso irregular de mão-de-obra de forma interposta, vez que as atividades a essa correlatas pertencem à finalidade da atividade empresarial do tomador, de sorte que é inevitável seu enquadramento no disposto no art. 2º, da CLT. Proc. 13208/02 - Ac. 3ª Turma 17919/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 19/9/2002, p. 41

COOPERATIVA DE TRABALHO. RURAL. RELAÇÃO DE EMPREGO COM O TOMADOR. CONFIGURAÇÃO. As cooperativas, conquanto sejam institutos historicamente relevantes e com grande finalidade econômico-social, não podem ser utilizadas como instrumentos de consagração da fraude aos direitos do trabalhador. O disposto no par. único do art. 442 da CLT não trouxe qualquer inovação no Direito do Trabalho, pois a configuração ou não da relação de emprego continua, como desde sempre, subordinada à verificação das condições fáticas de uma relação jurídica. E se tais condições corresponderem aos clássicos elementos de caracterização do contrato de trabalho, ele assim deve ser pronunciado, a despeito do texto legal citado, que é, inclusive, incompatível com as diretrizes protetivas do Direito do Trabalho e, especificamente, das relativas ao trabalhador rural. A relação típica de trabalho cooperado pressupõe, ainda, a efetiva volição por parte do integrante da cooperativa, com a perspectiva de união de esforços comuns, para determinados fins, com assunção dos riscos da atividade proposta. Isso jamais pode ser substituído pela existência de uma típica relação subordinada, como a que decorre do contrato de emprego. Por outro lado, o uso de cooperativas de trabalhadores rurais no plantio, cultivo ou colheita, constitui forma irregular de exploração de mão-de-obra de forma interposto, vez que as atividades a essa correlatas pertencem à finalidade da atividade empresarial do tomador, seja ele um produtor rural ou uma indústria rural, de sorte que é inevitável seu enquadramento no disposto no art. 3º, da Lei n. 5.889/73. Proc. 37997/01 - Ac. 3ª Turma 16095/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 69

CORREÇÃO MONETÁRIA

CORREÇÃO MONETÁRIA. BANCÁRIOS. ÉPOCA PRÓPRIA. Tratando-se de bancários, categoria que,

por força de acordo tácito tem o seu pagamento efetuado no próprio mês da prestação de serviços, não incide a Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST, por cuidar de hipótese fática diversa, tendo-se como época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês do pagamento. Proc. 19277/01 - Ac. 3ª Turma 16021/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 63

CORREÇÃO MONETÁRIA. CRÉDITO TRABALHISTA. ÉPOCA PRÓPRIA. A correção monetária dos créditos trabalhistas incide a partir do mês do pagamento, quando ocorre a exigibilidade deste, somente incidindo a partir do mês da competência se forem coincidentes ambos os eventos. Nesse sentido o 16º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal e a Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do TST. IMPOSTO DE RENDAS. FORMA DE DESCONTO. Os recolhimentos fiscais devem ser efetuados quando da quitação do débito, incidindo sobre todo o montante tributável devido, não havendo que se falar, portanto, em recolhimento mês a mês. Nesse sentido o 14º Tema da Jurisprudência dominante deste Tribunal. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO PARTICULAR. INDEVIDOS. Em face do quanto preconizado nos Enunciados ns. 219 e 329, ambos do TST, e não estando preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70, não há como se conceder a verba honorária advocatícia, porque a reclamante não está assistido por sindicato. Nesse sentido o 8º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. Proc. 16641/02 - Ac. 1ª Turma 13226/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 56

CORREÇÃO MONETÁRIA. CRÉDITO TRABALHISTA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO PAGAMENTO. INCIDÊNCIA. A norma inscrita no art. 459 da CLT encerra mera faculdade conferida ao empregador, a ser exercida de acordo com sua conveniência, observadas as disposições contratuais específicas e a vedação de sua unilateral alteração, nos termos do art. 468 da CLT. Por outro lado, o evento econômico denominado correção monetária somente assume significado jurídico a partir do inadimplemento da obrigação, motivo pelo qual a atualização monetária tem como época própria a data em que efetuado o pagamento insuficiente da parcela. Assim, se o pagamento do salário ocorre no próprio mês trabalhado e não até o 5º dia útil do mês subseqüente, a atualização monetária terá como época própria a data em que efetuado o pagamento insuficiente da parcela, ressalvadas parcelas com época própria delimitadas em lei, como o 13º salário, por exemplo. Proc. 34670/01 - Ac. 5ª Turma 28641/02-PATR. Rel. Desig. João Alberto Alves Machado. DOE 22/11/2002, p. 32

CORREÇÃO MONETÁRIA. DÉBITO TRABALHISTA NÃO PAGO NA ÉPOCA PRÓPRIA. Incidirá o índice de correção monetária do mês subseqüente ao da prestação das verbas deferidas (inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI do C. TST). Proc. 28395/99 - Ac. SE 10600/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Estabelece a Lei que a correção monetária incide a partir do vencimento da obrigação. Assim, face ao disposto na Orientação Jurisprudencial de n. 124 da SDI-1 do E. TST, em qualquer hipótese, conta-se a época própria a partir do 5º dia útil do mês subseqüente ao trabalhado. Proc. 35977/01 - Ac. 5ª Turma 9628/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. O art. 459 da CLT faculta ao empregador o pagamento dos salários até o quinto dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Somente a partir daí é que os débitos trabalhistas tornam-se exigíveis e devem ser atualizados monetariamente. Nesse sentido é a Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI do C. TST. Proc. 771/02 - Ac. 4ª Turma 7318/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 4/7/2002, p. 32

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO EFETIVO PAGAMENTO. A correção monetária deverá ser calculada a partir do mês de prestação das verbas deferidas, pois o benefício legal para o seu pagamento no mês subseqüente, nos moldes do art. 459, parágrafo único, somente se aplica em relação às obrigações cumpridas oportunamente pelo empregador, não podendo o mesmo pretender se beneficiar desta faculdade quando viola a legislação vigente. Esse é, inclusive, o entendimento majoritário do nosso Regional, que assim se pronunciou: "O índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento" (Cf. Súmula n. 16 do TRT/15ª Região). Proc. 27025/99 - Ac. SE 20357/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 117

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO EFETIVO PAGAMENTO. O índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento (Cf. Súmula n. 16 do TRT/15ª Região). ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA. O adicional de periculosidade incide, apenas, sobre o salário básico, e não sobre este acrescido de outros adicionais (incidência do Enunciado n. 191). Proc. 30261/99 - Ac. SE 14276/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. SALÁRIOS. A legislação atual faculta ao empregador pagar os salários até o quinto dia útil do mês subseqüente. Entretanto, se os pagamentos são efetivados no próprio mês, essa alteração benéfica integra-se ao contrato de trabalho. Dessa forma, o próprio mês de competência configura época própria para cálculos de correção monetária. Proc. 14829/02 - Ac. 1ª Turma 12507/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/8/2002, p. 7

CORREÇÃO MONETÁRIA. EXIGIBILIDADE. MÊS TRABALHADO. A incidência da correção monetária dentro do próprio mês trabalhado só tem aplicabilidade quando comprovado o "ajuste expresso ou tácito", isto é, quando durante o pacto laboral o pagamento de salários foi efetuado dentro do próprio mês da prestação de serviços. Havendo prova suficiente nos autos a comprovar esta situação, a correção monetária deve incidir a partir do momento em que a prestação for legalmente exigível, que, no presente caso, é o mês trabalhado pela incorporação do ajuste em referência ao contrato de trabalho. Proc. 15517/00 - Ac. 1ª Turma 24434/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 22

CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. DIFERENÇAS. DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO DEVEDOR ATÉ A DATA DO EFETIVO PAGAMENTO. DEVIDAS. Sobre os débitos trabalhistas incidem juros de mora e atualização monetária até a data do seu efetivo pagamento, que não se confunde com o simples depósito efetuado para garantia da execução, na medida em que, nessa hipótese, não está o numerário disponível ao credor. Assim é que as diferenças apuradas entre a correção monetária e os juros creditados pela instituição bancária e aqueles devidos até a data do efetivo pagamento continuam sob a responsabilidade exclusiva do executado, não lhe socorrendo, na espécie, a Lei n. 6.830/80, diante das disposições legais específicas introduzidas pela Lei n. 8.177/91. Proc. 25201/02 - Ac. 2ª Turma 28043/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 18

CORREÇÃO MONETÁRIA. SOBRE O FGTS. A correção monetária dos valores do FGTS não é de responsabilidade do empregador, conforme o art. 4º da LC n. 110/01. Por sua vez, a Lei n. 8.036/90, em seu art. 18, § 1º, fixa o dever do empregador de depositar a multa calculada sobre o saldo dos depósitos atualizados monetariamente e acrescidos de juros até a data da dispensa, o que foi cumprido pelo reclamado. Proc. 4458/02 - Ac. 5ª Turma 11456/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 1/8/2002, p. 39

CORREÇÃO SALARIAL

CORREÇÃO SALARIAL. CONVERSÃO DA URV. Afirma o agravante o direito da aplicação da URV do último dia de cada mês, vez que inaplicável o disposto no art. 459 da CLT. Conforme recibos de fls. 249 e seguintes, os salários eram pagos no mês subsequente ao vencido. No período em que vigente a URV o pagamento do salário correspondia em quantidade de URVs convertidas em cruzeiros reais, na data do efetivo pagamento. Não comprovado o pagamento dentro do mês, mantém-se a condenação, dentro dos limites legais estabelecidos. Proc. 32115/01 - Ac. 1ª Turma 32043/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 262

CRÉDITO TRABALHISTA

CRÉDITO TRABALHISTA. ATUALIZAÇÃO. JUROS DE MORA. Constitui direito do empregado receber integralmente o seu crédito, atualizado monetariamente e com a incidência de juros de mora pelos critérios e índices previstos na legislação de regência. A utilização pelo devedor de recursos previstos na legislação processual não pode prejudicar o trabalhador, sob pena de admitirmos duas espécies de créditos trabalhistas, um que é atualizado por índices próprios previstos na legislação específica, e outro corrigido por índices aplicados aos depósitos bancários, circunstância que implicará em flagrante violação ao princípio da isonomia, que possui matriz constitucional. Proc. 39178/01 - Ac. 1ª Turma 3141/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 29/5/2002, p. 6

CRÉDITO TRABALHISTA. CÉDULA RURAL HIPOTECÁRIA. PENHORA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 226, DA SDI-1, DO C. TST .Ineficazes os argumentos escorados no art. 69, do Decreto-lei n. 167/67, uma vez que tal dispositivo legal não se refere expressamente à impenhorabilidade absoluta dos bens onerados com garantia de cédula rural hipotecária, o que, considerados os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais, afasta a exceção prevista na parte final do art. 30, da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal. Ademais, os arts. 184 e 186, do CTN, determinam que a responsabilidade tributária

recaia sobre a totalidade dos bens, inclusive sobre aqueles gravados com ônus real, havendo ressalva expressa acerca da preferência dos créditos trabalhistas. Proc. 8978/02 - Ac. 5ª Turma 5755/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

CRÉDITO TRABALHISTA. DESCONTOS FISCAIS ATINENTES EMPREGADO. CÁLCULO MÊS A MÊS. DEVIDO. A responsabilidade do trabalhador limita-se à importância que deveria ter sido recolhida na época própria, porquanto não deu causa ao pagamento extemporâneo da dívida. Proc. 19172/00 - Ac. SE 5094/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 18/2/2002, p. 22

CRÉDITO TRABALHISTA. PRIVILÉGIO. O crédito trabalhista é dotado de privilégio especial em relação a qualquer outro, mesmo de natureza tributária (art. 186 do CTN) ou garantido por penhor ou hipoteca (OJ 226 da SDI-I), mas o privilégio abrange apenas os "salários" e "indenizações" (férias, 13º salário, FGTS, acréscimo, horas extras, adicionais, etc), mas, não, aquele resultante de penalidades pecuniárias impostas à parte ao longo do processo, tal como ocorre com a multa moratória. Proc. 27507/01 - Ac. 2ª Turma 19379/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 13/5/2002, p. 92

CRÉDITO TRABALHISTA. PRIVILÉGIO. O crédito trabalhista é dotado de privilégio especial em relação a qualquer outro, mesmo de natureza tributária (art. 186 do CTN), ou garantido por penhor ou hipoteca (OJ 226 da SDI-I). Proc. 6029/02 - Ac. 2ª Turma 1388/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 16/5/2002, p. 19

CUMULAÇÃO DE PEDIDOS

CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. DE DECLARAÇÃO DE VÍNCULO E DE RESCISÃO INDIRETA. POSSIBILIDADE. A declaração de existência do contrato pode ser cumulada com o pedido de reconhecimento de falta grave patronal, não existindo qualquer incompatibilidade entre a falta de registro e a configuração da justa causa patronal. O reconhecimento judicial do inadimplemento das obrigações estabelecidas por lei, a que se denomina conteúdo imperativo mínimo, não constitui prerrogativa dos contratos formalizados, pois o registro da CTPS não traduz solenidade essencial à sua existência. O consentimento é suficiente para formação do contrato, que prescinde de solenidades quanto à forma de manifestação da vontade, e levando em conta a natureza declaratória da sentença que reconhece sua existência, o exame das condições de formação, execução e dissolução do contrato é passível de cumulação. Autorizar a sentença a reconhecer a existência de uma relação jurídica, mas não reconhecer ao poder judiciário a prerrogativa de examinar lesão à ordem jurídica praticada no seu curso, e em tese responsável por sua resolução, traduz ofensa a preceito constitucional inserido no art. 5º da Carta Política/88. Proc. 28390/01 - Ac. 5ª Turma 5060/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 13/6/2002, p. 43

CUMULAÇÃO OBJETIVA

CUMULAÇÃO OBJETIVA. JULGAMENTO "CITRA PETITA". EFEITOS. Onde houver cumulação objetiva (art. 292 CPC; art. 842 CLT) existirá uma sentença para cada pedido formulado, formalmente enfeixadas, ao final do julgamento proferido, numa só peça processual. Do exposto e nos limites da omissão perpetrada, ao órgão jurisdicional originário incumbirá solucionar o conflito de interesses ainda existente, se a inapreciação tiver sido prequestionada em sede de embargos declaratórios. Sanada a omissão, deverão os autos retornar ao juízo "ad quem" para apreciação dos insurgimentos recursais remanescentemente deduzidos, se existentes. Proc. 26979/01 - Ac. 3ª Turma 23841/02. Rel. Veva Flores. DOE 13/5/2002, p. 221

CUSTAS

CUSTAS. As custas fixadas em sentença devem ser pagas no prazo de cinco dias previsto no § 4º do art. 789 da CLT. No mesmo prazo, o recolhimento de tais custas deve ser comprovado nos autos, mediante documento próprio, sob pena de deserção. Proc. 10474/00 - Ac. 3ª Turma 23478/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 209

CUSTAS. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. DESERÇÃO DO RECURSO. O recolhimento das custas processuais é pressuposto indispensável para admissibilidade do recurso previsto no art. 789, da CLT, não havendo que se cogitar que o mesmo implica em ofensa à norma Constitucional, pois o legislador ordinário conserva poderes legais para fixar tal limite, já que o direito ao recurso não pode ser absoluto, havendo limites e

parâmetros legais. Portanto, o não atendimento da exigência legal importa na deserção do recurso, impedindo seu conhecimento. Proc. 14618/00 - Ac. 1ª Turma 9014/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 73

CUSTAS. CONDENAÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO. PEDIDO INTEMPESTIVO DE ISENÇÃO E AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 789, § 10, DA CLT. DESERÇÃO. Não cabe ao Juízo de primeiro grau deferir pedido de isenção de custas após condenação às mesmas em sentença proferida pela Vara, sob pena de estar revendo a decisão do próprio órgão que compõe, o que é vedado por lei, cabendo apenas à instância superior essa revisão. A parte não estava assistida pelo sindicato de sua categoria profissional, não preenchendo os requisitos previstos no art. 789, § 10, da CLT. Proc. 38737/00 - Ac. 5ª Turma 15652/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 52

CUSTAS. DECLARAÇÃO DE POBREZA JUNTADA APÓS SENTENÇA. ISENÇÃO CONCEDIDA. Considerando-se que a assistência judiciária gratuita pode ser requerida em qualquer fase processual (art. 6º da Lei n. 1.060/50), deve ser aceita a declaração de pobreza firmada de próprio punho pelo autor juntada após a prolação da sentença. Assim sendo, acolho o pedido de assistência judiciária para isentar o reclamante do recolhimento das custas processuais, eis que a CF, no art. 5º, LXXIV, obriga o Estado a prestar assistência integral aos necessitados. Proc. 13664/00 - Ac. 1ª Turma 5820/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/2/2002, p. 45

CUSTAS. ISENÇÃO. Os incisos LV e LXXIV do art. 5º da CF estabelecem as garantias constitucionais do amplo acesso ao Judiciário e da obrigação estatal de prestação de assistência judiciária. Entretanto, as normas que regulamentam tais garantias devem ser estritamente observadas. Para que a parte seja isenta do recolhimento de custas, é necessário que preencha os requisitos estabelecidos pela Lei n. 1.060/50, mormente aqueles estabelecidos no "caput" do art. 4º e pela Lei n. 5.584/70, art. 14, o que inocorreu no caso presente, uma vez que, além de os autores estarem representados por advogado particular, deixaram de comprovar sua alegada hipossuficiência. Proc. 36624/01 - Ac. 5ª Turma 17624/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

CUSTAS. ISENÇÃO. INDEFERIMENTO. DESERÇÃO. Para que a parte seja isenta do recolhimento de custas, é necessário que preencha os requisitos estabelecidos pelo art. 4º da Lei n. 1.060/50, cumulado com o art. 14 da Lei n. 5.584/70, pleiteando os benefícios da assistência judiciária gratuita no pedido inicial, devidamente assistida por seu sindicato de classe, e não requerendo a isenção de custas após a prestação jurisdicional, devido à suposta condição de pobreza. Proc. 36896/00 - Ac. 5ª Turma 3773/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 51

CUSTAS. ISENÇÃO. MOMENTO PROCESSUAL OPORTUNO. O pleito de assistência judiciária deve ser efetuado quando da interposição da reclamatória e não após a prolação da sentença, quando o juízo de 1º grau já concluiu a entrega da prestação jurisdicional, sendo-lhe defeso proferir nova decisão. Proc. 32605/01 - Ac. 5ª Turma 4565/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

CUSTAS. PEDIDO DE ISENÇÃO. PRECLUSÃO. DESERÇÃO. Se o pedido do benefício da assistência judiciária não fora objeto de análise pela decisão recorrida, incumbia à reclamante ter oposto embargos de declaração, a fim de sanar referida omissão, não sendo a peça processual apresentada o procedimento correto para correção do vício existente na r. sentença de origem, cuja argüição restou preclusa. Não cabe ao Juízo de 1º grau decidir sobre pedido de isenção de custas, após condenação em sentença proferida pela Vara, sob pena de estar revendo sua própria decisão, o que é vedado por lei, cabendo à Instância Superior essa revisão. Assim, ante a não concessão de tal benefício pela sentença recorrida, deveria a reclamante, ao interpor o presente recurso ordinário, ter efetuado o recolhimento das custas. Não observando tal procedimento, resta deserto seu apelo. Proc. 35292/00 - Ac. 5ª Turma 6913/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 4

CUSTAS PROCESSUAIS

CUSTAS PROCESSUAIS. Não se conhece recurso ordinário quando a parte vencida não comprova o cumprimento das formalidades exigidas para o recolhimento das custas processuais. Proc. 34374/01 - Ac. 1ª Turma 24533/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 25

CUSTAS PROCESSUAIS. O não recolhimento das custas processuais importa no desconhecimento do apelo, por deserto. Proc. 9551/00 - Ac. SE 18090/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 8

CUSTAS PROCESSUAIS. COMPROVAÇÃO EXTEMPORÂNEA. DESERÇÃO. A comprovação das custas processuais fora do prazo legal, ou seja, em desacordo com o disposto no art. 789, § 4º da CLT, acarreta a deserção. Proc. 11885/02 - Ac. 1ª Turma 26196/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 12

CUSTAS PROCESSUAIS. DEPÓSITO RECURSAL. Não se conhece recurso ordinário quando a parte vencida não recolheu as custas processuais no prazo do art. 789 da CLT e não efetuou o depósito recursal. Proc. 34283/01 - Ac. 1ª Turma 24531/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 25

DANO MORAL

DANO MORAL. É carecedor da ação reparatória de danos morais empregado que, em demanda diversa, mediante acordo judicialmente homologado, outorga quitação ampla, desobrigando o empregador não só quanto ao processo, mas, também, quanto ao extinto contrato de trabalho (inteligência do art. 267, VI, 3ª figura do Estatuto Procedimental). Proc. 26917/01 - Ac. 1ª Turma 9166/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 4/3/2002, p. 79

DANO MORAL. Não comprovada a prática de ato ofensivo à sua honra por parte do empregador, carece o empregado do direito à indenização por dano moral. SEGURO-DESEMPREGO. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. Compete ao empregador a entrega da guia própria para que o empregado pleiteie o benefício do seguro-desemprego, cabendo unicamente ao órgão responsável por sua concessão a aferição dos requisitos que levarão ao seu deferimento ou indeferimento. À falta de tal entrega, deve ser responsabilizado pela omissão com o pagamento de indenização compensatória nos termos do art. 159 do CC, aplicado subsidiariamente. Orientação Jurisprudencial n. 211 da SDI-1 do C. TST. HORAS EXTRAS. ACORDO PARA COMPENSAÇÃO DE JORNADA. Apresentado o empregador acordo para compensação de jornada, cabe ao empregado demonstrar o seu não cumprimento, sem o que não faz jus às horas extras pleiteadas com base nessa alegação. DESCONTO. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. Havendo previsão constitucional para o desconto da contribuição confederativa e não demonstrando o empregado oposição ao mesmo na época oportuna, descabe a pretensão à sua devolução. Proc. 9366/00 - Ac. SE 14211/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

DANO MORAL. ACIDENTE DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO. Integra o conceito de dano moral a lesão à integridade corporal. Desenvolver o trabalho em condições justas, seguras e favoráveis, que preservem a integridade física, enquadra-se nos direitos humanos previstos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Se o empregador assim não procede, sendo o trabalhador vítima de acidente de trabalho que lhe acarrete lesão à integridade corporal, à medida em que é responsável por sua própria subsistência, inarredável a indenização pelo dano moral provocado. Proc. 34011/01 - Ac. 3ª Turma 19884/02-PATR. Rel. Desig. Luciane Storel da Silva. DOE 19/9/2002, p. 53

DANO MORAL. ATLETA PROFISSIONAL. Comentário desairoso, com desprezo e falta de respeito a atleta que serviu sua equipe com raro talento, tendo inclusive integrado a seleção brasileira, veiculado na imprensa por diretor presidente da empregadora, constitui dano moral trabalhista. Proc. 24641/00 - Ac. 4ª Turma 18550/02. Rel. Desig. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 13/5/2002, p. 65

DANO MORAL. ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS. INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. É certo que a mora salarial pode causar inúmeras dificuldades e dissabores ao empregado, mas não alberga a pretendida indenização por dano moral pois, para a espécie, já existe sanção própria, qual seja: a rescisão indireta do contrato de trabalho, com os consectários inerentes. Refira-se, ademais, que a reclamada, visando amenizar o impacto das dificuldades econômicas que a compeliram a atrasar os salários, forneceu cestas-básicas a seus empregados. Proc. 37322/00 - Ac. 5ª Turma 7041/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 9

DANO MORAL. COMPETÊNCIA. INDENIZAÇÃO. De acordo com o preconizado no art. 114 da Constituição da República, a Justiça do Trabalho é competente para apreciar o pedido de indenização por danos morais quando os atos praticados são decorrentes da relação de emprego, devendo ser, por conseqüência, indenizada a parte que sofreu constrangimento, humilhação e danos que ultrapassam o campo meramente patrimonial. Proc. 31904/01 - Ac. 1ª Turma 24516/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 24

DANO MORAL. CONSTRANGIMENTO DE EMPREGADA AO USO DE SANITÁRIO COMUM MASCULINO. CABIMENTO É devida a compensação por dano moral à empregada motorista de caminhão

que, sendo a única do sexo feminino a exercer tal função, é obrigada a dividir com os outros motoristas o único sanitário a eles reservado, ficando impedida de fazer uso de outro sanitário feminino existente nas dependências da reclamada. Proc. 34860/01 - Ac. 1ª Turma 6124/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 27/6/2002, p. 5

DANO MORAL. DISPENSA IMOTIVADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Para a configuração do dano moral é necessário que o ato praticado pelo empregador repercuta na imagem do trabalhador, de modo a lesar-lhe a honra ou atentar contra sua dignidade. A simples rescisão contratual não denigre a imagem do trabalhador tampouco abala sua reputação pública, de modo que eventual dano sofrido seria de cunho meramente patrimonial e não moral. Proc. 32383/01 - Ac. 3ª Turma 2170/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 23/5/2002, p. 17

DANO MORAL. DIVULGAÇÃO DE FALTA GRAVE. CONFIGURAÇÃO. Para a configuração do dano moral é necessário que o ato praticado pelo empregador repercuta na imagem do trabalhador, de modo a lesar-lhe a honra ou atentar contra sua dignidade. Ao divulgar a reclamada aos possíveis empregadores a prática de falta grave (desídia) como motivo para dispensa do reclamante, sofreu este abalo na sua reputação profissional e na sua imagem pública, ferindo-lhe a honra e a imagem, direitos constitucionalmente assegurados (art. 5º, inciso X), sendo devido o ressarcimento pecuniário pelo dano moral sofrido. Proc. 4277/02 - Ac. 3ª Turma 19330/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 19/9/2002, p. 50

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA EM FACE DE OBSERVAÇÃO EM CARTA DE REFERÊNCIA. A observação aposta pelo empregador em carta de referência acerca de reclamatória ajuizada pelo ex-empregado, configura intenção velada em dificultar a obtenção de nova colocação, caracterizando-se como dano moral e ensejando a indenizacão correlata. Proc. 1846/02 - Ac. 4ª Turma 10884/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 25/7/2002, p. 79

DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. PROVA. A indenização por danos morais, por ato do empregador, exige prova objetiva e robusta de que tal ato foi praticado com dolo ou culpa grave. Ausentes esses elementos, não há que se falar em indenização, mormente quando o encargo deve ser suportado pelo erário público. Se não há prova de que a dispensa do empregado ofendeu a sua honra, os prejuízos dela advindos não constituem ilícito passível de indenização, além das verbas rescisórias, previstas na legislação obreira. Proc. 27498/00 - Ac. 1ª Turma 32071/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 263

DANO MORAL. INSPEÇÕES PESSOAIS (REVISTAS). INEXISTÊNCIA DE PRÁTICAS ABUSIVAS. INOCORRÊNCIA. "A revista, quando necessária, deve ser feita com a finalidade de evitar subtração de bens, cercada de discrição, ter abrangência à generalidade dos trabalhadores ou a um grupo determinado, não transparecer uma denúncia contra o revistado e ser realizada por pessoas do mesmo sexo" (Sussekind, Instituições, pág. 647), o que estaria amparado no poder diretivo do empregador, do qual são corolários o controle e a fiscalização (CLT, art. 2º). Proc. 13643/01 - Ac. 5ª Turma 9462/02. Rel. Valdevir Roberto Zanardi. DOE 18/3/2002, p. 11

DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. No direito positivo brasileiro o dano moral somente se configura dentro dos ditames do art. 5º, inciso X da CF. A mera violação de direitos trabalhistas que não afetam o direito à personalidade ou à honra não ensejam a caracterização de dano moral que possibilitariam a indenização pretendida. Proc. 730/02 - Ac. 2ª Turma 7438/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 4/7/2002, p. 16

DANO MORAL. PRESCRIÇÃO. apesar de se tratar de matéria civil, a indenização pleiteada decorre da relação empregatícia e encontra respaldo no art. 7º, inciso XXVIII da CF, sendo que, no caso, deve-se aplicar os prazos previstos no, inciso XXIX do supracitado artigo. Proc. 11168/00 - Ac. SE 25967/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

DANO MORAL. RETENÇÃO DA CTPS PELO EMPREGADOR. NÃO CONFIGURAÇÃO. Para a configuração do dano moral não importa o eventual ato ilícito praticado pelo empregador, mas sim a sua repercussão na imagem do trabalhador, de modo a lesar-lhe a honra ou atentar contra sua dignidade. A retenção da CTPS do trabalhador, embora dificulte a busca deste por novo emprego, não denigre a imagem do trabalhador tampouco abala sua reputação pública, de modo que eventual dano sofrido seria de cunho meramente patrimonial. Pretensão recursal que não se acolhe por não restar configurado o dano moral. Proc. 14886/00 - Ac. 1ª Turma 11028/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 64

DANOS MORAIS

DANOS MORAIS. Não se concede indenização por danos morais quando não comprovada a prática de coação

pelo empregador. Proc. 14117/02 - Ac. 1ª Turma 31427/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 67

DANOS MORAIS. DECORRENTES DE ATO PRATICADO POR EX-EMPREGADOR. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A informação contida em carta de referência considerada desabonadora, fornecida após o término do contrato de trabalho, sugere relação fora dos limites do liame empregatício, não tendo ligação direta com o vínculo outrora havido entre as partes, como empregado e empregador, extinto quando o ato desencadeador da lesão foi praticado. A relação jurídica da qual originou a presente demanda é estranha ao contrato de trabalho, porquanto o ato imputado pelo autor à ré foi praticado fora dos limites temporais que os uniu quando da vigência do pacto laboral, não sendo apanhada pela expressão do art. 114, da Constituição da República - "outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho" - e, por isso, não está abrangida pela competência material desta Justiça Especializada. Proc. 8070/02 - Ac. 2ª Turma 28009/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 22/11/2002, p. 16

DANOS MORAIS. E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. NÃO-CABIMENTO. Não se tendo inferido, do conjunto probatório dos autos, a existência de culpa direta do empregador, na ocorrência do sinistro, nem na efetivação de despesas médicas, decorrentes do acidente de trabalho, não cabe a sua oneração com a indenização do empregado por danos morais e materias. Proc. 13716/00 - Ac. 1ª Turma 4124/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO TRABALHISTA. Tratando-se de ação que visa obter reparação de dano moral decorrente da relação de emprego, a natureza trabalhista da pretensão atrai não só a competência específica prevista no art. 114 da CF, como também a incidência do prazo prescricional previsto no art. 7º, XXIX, da referida Carta. Inviável a contagem do prazo genérico de 20 anos estabelecido no art. 177 do CC. A fundamentação jurídica do pleito não afasta o caráter trabalhista do crédito, nem justifica tratamento diferenciado em relação aos demais títulos advindos do vínculo empregatício. Proc. 10175/02 - Ac. 2ª Turma 21977/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 3/10/2002, p. 11

DÉBITOS TRABALHISTAS

DÉBITOS TRABALHISTAS. DIFERENÇA DE ATUALIZAÇÃO. Não basta a simples incidência dos juros de mora praticados sobre os depósitos judiciais realizada pela instituição bancária, quando a correção não obedece o indexador da tabela aplicada aos créditos trabalhistas desde a data do depósito até a data da retirada. Com efeito, os valores depositados em Juízo restaram inacessíveis para o exeqüente, tendo sido realizado o depósito apenas para garantir a execução, que não se confunde com a quitação da obrigação e, por isso, incumbe ao Juízo da execução, de conformidade com os critérios legais que regem a matéria, velar para que o valor depositado traduza o real montante da condenação, garantindo seu poder aquisitivo, sem acarretar prejuízo ao exeqüente. Deste modo, encontra apoio no art. 39 da Lei n. 8.177/91, a diferença apurada entre o valor levantado e o valor resultante da aplicação da tabela de atualização dos débitos trabalhistas. Proc. 16014/01 - Ac. 3ª Turma 12586/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 8/4/2002, p. 30

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DE 1994. ADIANTAMENTO. CONVERSÃO EM URV. DIFERENÇAS INDEVIDAS. O adiantamento do 13º salário de 1994 não foi propriamente atualizado monetariamente. Na verdade, ocorreu a conversão do valor quitado em cruzeiro real para o padrão monetário (URV) equivalente à nova moeda instituída (o Real) em 01/07/94, sendo que dos valores em reais não se poderiam deduzir valores nominais em cruzeiros reais por não conservarem a mesma expressão econômica. Não há que se cogitar em ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irretroatividade das leis, eis que o direito à gratificação natalina daquele ano somente se concretizou em dezembro/94, oportunidade em que se efetivaria a dedução do adiantamento, quando já se encontrava em vigor a Lei n. 8.880/94. Portanto, a submissão a esse ordenamento jurídico é inequívoca. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 187 da SDI/TST. Proc. 13784/00 - Ac. 1ª Turma 5375/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/2/2002, p. 31

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DEDUÇÃO DA 1ª PARCELA. URV. LEI N. 8.880/94. Ainda que o adiantamento do 13º salário tenha ocorrido anteriormente à edição da Lei n. 8.880/94, as deduções deverão

ser realizadas considerando o valor da antecipação, em URV, na data do efetivo pagamento, não podendo a 2ª parcela ser inferior à metade do 13º salário, em URV (Orientação Jurisprudencial n. 187 da SDI-1). Proc. 16912/00 - Ac. 2ª Turma 18591/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DIFERENÇAS DE URV/94. TELESP. Art. 24 da Lei n. 8.880/94 estabeleceu que o saldo do 13º salário a ser pago, descontada a antecipação, não poderia ser inferior à metade em URV. A quantia paga em dezembro/94, que não pode ser tomada a título de antecipação, somada ao saldo recebido no mesmo mês supera a 50% do valor antecipado em janeiro, abril e novembro, representado em URV. Indevida qualquer diferença. Proc. 28820/01 - Ac. 3ª Turma 9261/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 18/3/2002, p. 5

DECISÃO

DECISÃO. "ULTRA PETITA". NÃO CONFIGURADA. Não é "ultra petita" a decisão que reconhece nulidade contratual e fixa relação de emprego entre a tomadora de serviços e o empregado admitido por intermédio de empresa locadora de mão-de-obra. Indicados os fatos na petição inicial, se beneficiários da prova produzida, a aplicação do direito se impõe pelo princípio da primazia da realidade independentemente de não incluir o pedido expressamente a real configuração empregatícia, requerendo tão-só a anotação em carteira. Proc. 31047/99 - Ac. SE 28216/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 13

DECISÃO OMISSA

DECISÃO OMISSA. NECESSIDADE DE SE INTERPOR EMBARGOS DECLARATÓRIOS. Quando omissa a sentença sobre pedido deduzido em inicial, mister se faz a interposição de embargos declartórios para que o Juízo de primeira instância possa se manifestar expressamente sobre o tema. Do contrário, impossível discutir-se o assunto em recurso ordinário, posto que em assim procedendo, estaria configurada a supressão de instância. Proc. 11093/02 - Ac. 5ª Turma 29583/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/11/2002, p. 30

DECISÃO POR EQÜIDADE

DECISÃO POR EQÜIDADE. Nos termos do art. 127 do CPC, o Juiz só decidirá por eqüidade nos casos previstos em lei. Essa autorização já se encontrava, de forma genérica, para a análise das lides trabalhistas, no art. 8º, da CLT, mas foi reforçada e expressamente consignada para as decisões proferidas no procedimento sumaríssimo trabalhista (§ 1º, do art. 852-I, da CLT) , e, assim, o Juiz do trabalho, mormente quando analisa processos que tramitam por esse rito, deve aplicar, neles, a decisão mais justa, que nem sempre é aquela estritamente legal. Proc. 25519/02 - Ac. 2ª Turma 25644/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 31/10/2002, p. 9

DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS. Não se admite agravo de petição contra decisões interlocutórias na fase de execução, sendo estas apenas recorríveis quando da apreciação do merecimento das decisões definitivas. Aplicação do § 1º do art. 893 c/c o § 2º do art. 799, ambos da CLT e Enunciado n. 214 do C.TST. Proc. 3773/02 - Ac. 4ª Turma 165/02-PATR. Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes. DOE 9/5/2002, p. 20

DECLARAÇÃO DE POBREZA

DECLARAÇÃO DE POBREZA. A gratuidade judiciária imprescinde da declaração de pobreza firmada pelo próprio beneficiário, ou por procurador com poderes especiais para fazê-lo. Proc. 27101/99 - Ac. SE 10699/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 52

DECLARAÇÃO DE POBREZA. JUSTIÇA GRATUITA. Nos termos das Leis ns. 1.060/50 e 7.115/83, os benefícios da Justiça Gratuita são concedidos àqueles que, comprovadamente, não possam arcar com

as despesas processuais sem comprometer a sua subsistência ou de sua família. E, para tanto, necessária a declaração expressa do beneficiário ou, quando muito, por procurador com poderes expressos para fazê-lo, porque a falsidade dessas declarações gera responsabilidade de ordem penal e civil. Proc. 5576/02 - Ac. 3ª Turma 7995/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 4/7/2002, p. 26

DECLARAÇÃO DE POBREZA. REQUISITO. Para concessão do benefício da Justiça Gratuita exige-se a apresentação de declaração de pobreza, firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, sob as penas da lei, conforme a Lei n. 7.115/83. Proc. 20432/02 - Ac. 5ª Turma 29592/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/11/2002, p. 31

DECLARAÇÃO DE POBREZA. REQUISITOS. A declaração de pobreza, conforme a Lei n. 7.115/83, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, sob as penas da lei, presume-se verdadeira. Proc. 10366/02 - Ac. 5ª Turma 1993/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 34

DEFERIMENTO DE VERBAS

DEFERIMENTO DE VERBAS. LIMITE. PEDIDO. A concessão de verbas não pode exceder as pretensões formuladas na petição inicial, sob pena de restar configurado o repudiado julgamento "ultra-petita". Proc. 15488/00 - Ac. 1ª Turma 10543/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/3/2002, p. 47

DEMISSÃO

DEMISSÃO. À falta de demonstração de vício de vontade no pedido de demissão, não há como se acolher a alegação de ter partido do empregador a iniciativa da cessação do contrato de trabalho. Proc. 32301/99 - Ac. SE 28165/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

DENUNCIAÇÃO DA LIDE

DENUNCIAÇÃO DA LIDE. NA JUSTIÇA DO TRABALHO. DESCABIMENTO. Incabível a denunciação da lide na Justiça do Trabalho, face à restrição da competência, que impedirá o magistrado de julgar a lide entre as reclamadas, que não será de natureza trabalhista, mas civil. Proc. 34178/01 - Ac. 5ª Turma 9741/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

DEPOIMENTO

DEPOIMENTO. DA PREPOSTA. DESCONHECIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO. PENA DE CONFISSÃO. INDEVIDA. DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS. Tendo a reclamada jungido aos autos documentos que comprovam a jornada do reclamante, bem como sua data de admissão, não há se falar na aplicação da pena de confissão por desconhecer a síndica seu horário de trabalho, mesmo porque não demonstrou o autor que as anotações constantes dessa documentação fossem falsas. Proc. 38436/01 - Ac. 5ª Turma 1501/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

DEPOIMENTO PESSOAL

DEPOIMENTO PESSOAL. DESCONHECIMENTO PATRONAL. EFEITOS. O desconhecimento manifestado a respeito de fato controvertido equivale a confessar em Juízo todas as alegações fáticas deduzidas pela parte contrária na petição inicial, nos limites do desconhecimento enunciado, pois, quanto à substituição facultada pelo § 1º, do art. 843 CLT, desde que o "preposto" tenha conhecimento dos elementos fáticos debatidos. Se não tiver, confessa estará a parte que, afrontando os ditames do art. 843, § 1º, CLT, fez-se deficientemente "substituir" em Juízo. E se assim é, não poder, uma vez confessa, pretender que terceiros elucidem testemunhalmente fatos que, a par de, por força da confissão sofrida, terem se tornado incontroversos (art. 334, II, CPC), não soube, como parte, esclarecer em depoimento. Proc. 13431/01 - Ac. 3ª Turma 13721/02. Rel. Veva Flores. DOE 8/4/2002, p. 68

DEPOSITÁRIO

DEPOSITÁRIO. INFIEL. PENHORA EM FATURAMENTO. CARACTERIZAÇÃO. A penhora em faturamento goza de legalidade (Orientação Jurisprudencial do TST - SBDI n. 93) e o depositário que deixa sem qualquer justificativa comprobatória de atender a ordem judicial para depósito em juízo de parte do faturamento, caracteriza-se como depositário infiel, não havendo que se falar em ilegalidade da ordem de prisão contra o mesmo emitida pelo Juiz da execução. Proc. 1009/02HC - Ac. SE 857/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 7/8/2002, p. 2

DEPOSITÁRIO INFIEL

DEPOSITÁRIO INFIEL. A reiterada recusa em depositar a importância correspondente ao objeto da penhora, mediante prática de atos infundados e com nítido caráter procrastinatório, caracteriza a infidelidade do depositário. Proc. 359/02-HC - Ac. SE 872/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/8/2002, p. 5

DEPOSITÁRIO INFIEL. FURTO DE VEÍCULO. CARACTERIZAÇÃO. Sendo deveres do depositário a guarda e a conservação do bem, o furto de veículo deixado em via pública não descaracteriza a sua infidelidade. Nos dias atuais, principalmente nos grandes centros, o furto de veículos é fato comum e corriqueiro, totalmente previsível, o que afasta o enquadramento do caso como fortuito. "Habeas corpus" denegado. Proc. 1017/02-HC - Ac. SE 1370/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/12/2002, p. 5

DEPOSITÁRIOS E ADMINISTRADORES

DEPOSITÁRIOS E ADMINISTRADORES. RESPONSABILIDADE. POSITIVA. Depositários e administradores devem responder pelos prejuízos causados ao trabalhador, quer por dolo ou por culpa, pelo menos no período em que assim atuaram, ainda que eles também sejam reclamantes em outra causa trabalhista. Essa é a inteligência dos arts. 150 e 799, ambos do CPC, subsidiário. Proc. 1242/02 - Ac. 3ª Turma 10714/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 25/7/2002, p. 84

DEPÓSITO

DEPÓSITO. BANCÁRIO JUDICIAL. Juros trabalhistas. Responsabilidade do devedor. Continuidade. Proc. 29242/01 - Ac. 1ª Turma 14181/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 8/4/2002, p. 83

DEPÓSITO JUDICIAL

DEPÓSITO JUDICIAL. CORREÇÃO. Sendo os índices aplicados aos débitos trabalhistas superiores àqueles aplicáveis aos depósitos judiciais, a executada só se desonera da obrigação com o pagamento integral da dívida devidamente corrigida. Proc. 4950/02 - Ac. 5ª Turma 16500/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

DEPÓSITO PRÉVIO

DEPÓSITO PRÉVIO. PERÍCIA TÉCNICA- INEXIGIBILIDADE. O depósito prévio para garantia de honorários periciais não é obrigatório no processo trabalhista, em face da redação do art. 790-B da CLT e da obrigatoriedade de perícia técnica para apuração de periculosidade ou insalubridade (art. 195, § 2, da CLT). Proc. 11492/02 - Ac. 1ª Turma 27284/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 14/11/2002, p. 12

DEPÓSITO RECURSAL

DEPÓSITO RECURSAL. Exigência de depósito recursal único quando reconhecida à responsabilidade solidária, pela existência de grupo econômico, previsto pelo § 2º, do art. 2º, da CLT. Caracterização de

litisconsórcio necessário, previsto no art. 47, do CPC e pela Súmula n. 205, do C.TST. Recurso conhecido, já que satisfeitos os pressupostos de admissibilidade, ainda que a empresa principal negue a existência do grupo econômico ou pretenda sua exclusão por ilegitimidade de parte. Empresa promotora de vendas que concede empréstimos pessoais por instituição bancária pertencente ao grupo econômico. Equiparação a empresas financeiras, de acordo com o Enunciado n. 55, do C.TST. Proc. 24437/01 - Ac. 4ª Turma 5851/02-PATR. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 20/6/2002, p. 29

DEPÓSITO RECURSAL. DETERMINAÇÃO DO VALOR. A data de apresentação do recurso é que determina o valor do depósito a ser observado. Tanto a vigência do ato que estipula essa soma, quanto o montante a ser recolhido são veiculados na tabela de valores de depósitos recursais expedida pelo TST, que é utilizada para apuração desse pressuposto. Proc. 34659/01 - Ac. 5ª Turma 32381/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 272

DEPÓSITO RECURSAL. EFETUADO ANTES DA DECRETAÇÃO DA QUEBRA. LIBERAÇÃO EM FAVOR DO EXEQÜENTE. CABIMENTO. Sendo a Justiça do Trabalho competente para prosseguir com as execuções em que a penhora foi realizada anteriormente à quebra (Súmula n. 44, do antigo TFR), não se sujeitando os bens penhorados à arrecadação no Juízo Falimentar, o mesmo entendimento deve alcançar o depósito recursal - com a vantagem de se tratar de uma garantia em espécie - o qual também não se sujeita ao rateio com os demais credores da Massa. Agravo de petição a que se dá provimento para determinar a liberação do depósito recursal em favor do exeqüente. Proc. 25336/01 - Ac. 3ª Turma 14064/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 78

DEPÓSITO RECURSAL. EXIGÊNCIA. CONSTITUCIONALIDADE. O art. 899, § 1º, da CLT é taxativo, determinando para o conhecimento do recurso ordinário, a presença de todos os pressupostos objetivos de admissibilidade, entre os quais figura o depósito recursal, que servirá como garantia do Juízo. Não se cogita de inconstitucionalidade do referido artigo consolidado, pois a existência de condições para a utilização dos recursos não configura ofensa a princípios constitucionais. Proc. 33875/01 - Ac. 5ª Turma 30995/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

DEPÓSITO RECURSAL. GFIP. CÓDIGO INCORRETO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO. A GFIP é guia suficiente para recolhimento de depósito recursal desde que sob o código correto (418). Como o recolhimento se deu sob código 660 e por este se destinar a "recolhimentos exclusivos do FGTS referentes à reclamatória trabalhista no prazo ou em atraso", é deserto o recurso ordinário interposto. Proc. 33698/01 - Ac. 1ª Turma 31692/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 15/7/2002, p. 251

DEPÓSITO RECURSAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. CONDENAÇÃO SUBSIDIÁRIA. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL TST SDI-1 n. 190. APLICABILIDADE. É aplicável aos litisconsortes passivos condenados subsidiariamente o entendimento da Orientação Jurisprudencial/TST SDI-1 n. 190, posto que a subsidiariedade nada mais é do que uma modalidade menos gravosa da solidariedade, mitigada por um benefício de ordem. Proc. 34204/01 - Ac. 4ª Turma 105/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 9/5/2002, p. 18

DEPÓSITO RECURSAL. NÃO CABIMENTO DE ISENÇÃO. Impossível o deferimento de assistência judiciária gratuita ao empregador, eis que na Justiça do Trabalho a matéria é regulada pela Lei n. 5.584/70. Ainda que assim não fosse, a natureza jurídica do depósito recursal é de garantia de futura execução, não podendo ser enquadrado na relação do art. 3º da Lei n. 1.060/50. Por fim, admitir a isenção de despesas processuais ao empregador implica aceitar que os riscos da atividade econômica não são de sua exclusiva responsabilidade e, por via oblíqua, transferir à sociedade o custo da atividade empresarial. Proc. 9413/00 - Ac. 3ª Turma 23469/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 209

DEPÓSITO RECURSAL. PRESSUPOSTO OBJETIVO DE ADMISSIBILIDADE O art. 899, § 1º, da CLT é taxativo, determinando para o conhecimento do recurso ordinário, a presença de todos os pressupostos objetivos de admissibilidade, entre os quais figura o depósito recursal, que servirá como garantia do Juízo. Proc. 17881/02 - Ac. 5ª Turma 25483/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 31/10/2002, p. 21

DEPÓSITO RECURSAL. RECOLHIMENTO. SOLIDARIEDADE. A finalidade do depósito prévio é a garantia do juízo. Ainda que o julgado tenha reconhecido a solidariedade, não se trata de questão pacífica, uma vez que esta é objeto do recurso. Tratando-se de litisconsórcio simples, os litisconsortes são considerados como litigantes distintos (art. 48 do CPC). Assim, na interposição de recurso ordinário por esses litisconsortes, deve haver sempre recolhimento do depósito prévio, porquanto na eventualidade de se acolher a exclusão da lide, haverá a possibilidade

de se levantar a importância depositada, ficando o Juízo sem garantia em relação aos recursos interpostos pelos demais. Proc. 34580/01 - Ac. 5ª Turma 32293/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 269

DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS

DEPÓSITOS FUNDIÁRIOS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. Pretendendo o autor diferenças fundiárias, competia-lhe, quando da interposição desta reclamatória, ter jungido aos autos o extrato do FGTS fornecido pela CEF, documento hábil a comprovar sua pretensão, não podendo tal ônus ser imputado à ré, que aduziu o correto recolhimento. Proc. 37038/01 - Ac. 5ª Turma 1547/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

DESCANSO SEMANAL

DESCANSO SEMANAL. O sistema adotado de trabalho em 07 dias e descanso no oitavo ou nono dia afronta dispositivo de ordem cogente, sendo prejudicial ao trabalhador. Há de ser considerado que a Lei n. 605/49 determina o repouso de 24 horas em cada semana, por óbvio, já que se trata de repouso semanal. Proc. 11465/02 - Ac. 4ª Turma 30207/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 6/12/2002, p. 28

DESCANSO SEMANAL.. SE POSSÍVEL E NÃO OBRIGATORIAMENTE AOS DOMINGOS. ART. 7º, XV, DA CF. A lei não fala que o descanso semanal deva ser aos domingos, mas, preferencialmente aos domingos. Com efeito, tratando-se a reclamada de uma empresa que lida com transporte público, autorizada, portanto, a funcionar nos domingos e feriados por motivo de conveniência e necessidade pública, não há se falar em horas extras pelo domingo laborado se ficou comprovado o descanso semanal remunerado em outro dia da semana. Proc. 39616/00 - Ac. 5ª Turma 22603/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 182

DESCONTO

DESCONTO. DE CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. Legítimo, desde que tenha sido previamente autorizado pelo trabalhador, conforme determina expressamente o art. 545 da CLT. Proc. 22057/02 - Ac. 2ª Turma 23144/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 10/10/2002, p. 45

DESCONTO ASSISTENCIAL

DESCONTO ASSISTENCIAL. A CF/88 consagra o princípio da liberdade sindical (arts. 5º, inciso XX, e 8º, inciso V), razão pela qual é inadmissível a imposição do pagamento de contribuição assistencial aos integrantes da categoria profissional não associados do sindicato, sob pena de ferir-se aqueles dispositivos constitucionais. O simples fato de o trabalhador integrar a categoria profissional não legitima o desconto, eis que o mesmo está adstrito a esse modelo único, por categoria, o qual decorre de imposição legal. O sistema brasileiro impõe a unicidade sindical, introduzida em nosso ordenamento jurídico através do Decreto-lei n. 1.402/39, o qual foi recepcionado pela CLT/43 (art. 516), o mesmo ocorrendo com a CF/88 (art. 8º, inciso II). Daí decorre que o trabalhador não tem a possibilidade de organizar-se espontaneamente, estando atrelado ao sindicato de sua categoria, porém detém a liberdade de não filiar-se ao mesmo - que lhe é garantida constitucionalmente -, hipótese em que não se sujeita ao pagamento de quaisquer contribuições em favor daquele, sob qualquer título. O único pagamento ao qual está legalmente obrigado - independentemente de sua filiação -, é a contribuição sindical, esta sim de natureza compulsória, prevista nos arts. 578 e seguintes da CLT e recepcionada pela atual Carta Magna, "ex vi" do art. 8º, inciso IV, "in fine". A contribuição assistencial tem sua fonte na norma coletiva, em quaisquer de suas modalidades, e, portanto, tem natureza facultativa. O sindicato pode fixar o valor da mesma, em assembléia, porém não goza de autoridade para impô-la a todos os membros da categoria - associados ou não -, sob pena de ferir-se o direito de liberdade destes, senão de escolher o seu Sindicato, ao menos de não filiar-se ao mesmo, cujo corolário é a liberdade de não contribuir para a entidade sindical correspondente. Proc. 19405/01 - Ac. 3ª Turma 16023/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 64

DESCONTO SALARIAL

DESCONTO SALARIAL. Não tendo sido comprovada a autorização para descontar dos salários valores a título de seguro de vida, devida a sua restituição. Proc. 30972/99 - Ac. SE 28113/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 9

DESCONTOS

DESCONTOS. CONTRIBUIÇÕES CONFEDERATIVAS E SINDICAIS. LEGITIMIDADE. As contribuições confederativas e sindicais são de interesse exclusivo da entidade sindical, no caso, a profissional. O reclamado, portanto, não se beneficia dos descontos efetuados a estes títulos. Ao revés, lhe traz um ônus, na medida em que deve tomar todas as providências para materializar os descontos e repassá-los para a entidade sindical profissional, sob pena de arcar com as penalidades previstas normativamente. São legítimos, portanto, os descontos referentes às contribuições confederativas e sindicais. Proc. 26348/01 - Ac. 2ª Turma 8360/02-PATR. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 11/7/2002, p. 13

DESCONTOS. NOS SALÁRIOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. IMPOSSIBILIDADE. A simples existência de cláusula contratual genérica autorizando o desconto de danos causados por culpa do empregado não prejudica a norma geral de intangibilidade salarial. Impossível, via cláusula contratual, transferir ao empregado o risco da atividade econômica, eis que acidentes e danos nos veículos é fato previsível para uma empresa de transporte coletivo, devendo a mesma fazer a necessária provisão para tal tipo de acontecimento. Proc. 31647/99 - Ac. 3ª Turma 18870/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 76

DESCONTOS FISCAIS

DESCONTOS FISCAIS. BASE DE CÁLCULO. REGIME DE CAIXA. INCIDÊNCIA SOBRE O MONTANTE DA LIQUIDAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DA LEI N. 8.541/92, ART. 46. DEVIDOS. A base de cálculo a ser considerada na apuração do valor devido a título de imposto de renda é o efetivo recebimento do crédito, por ser este o fato gerador, sendo certo que este momento se dá após a devida apuração do montante com a liquidação de sentença. Aplicação da Súmula Regional n. 14. Proc. 16909/02 - Ac. 2ª Turma 16344/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/8/2002, p. 61

DESCONTOS FISCAIS. E PREVIDENCIÁRIOS. CÁLCULO DO RECOLHIMENTO. Estabelece a lei que o desconto da parcela correspondente ao imposto de renda deve ser levado a efeito por ocasião do pagamento de importância decorrente de coisa julgada, nos termos dos arts. 46 da Lei n. 8.541/91 e 27 da Lei n. 8.218/91. Já o desconto da parcela pertencente à contribuição previdenciária decorre da expressa disposição legal prevista nos arts. 43 e 44 da Lei n. 8.212/91 com a nova redação dada pela Lei n. 8.620/93 e deve ser calculado mês a mês. Proc. 18517/02 - Ac. 5ª Turma 28799/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 22/11/2002, p. 36

DESCONTOS FISCAIS. E PREVIDENCIÁRIOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A parcela correspondente ao imposto de renda, decorrente de coisa julgada, está expressamente prevista no art. 46 da Lei n. 8.541/91 e no art. 27 da Lei n. 8.218/91, devendo ser observado o teor do Provimento n. 01/96 da CGJT. Por outro lado, o desconto da parcela pertencente à contribuição previdenciária obedece às normas ditadas pela Lei n. 8.212/91 com a nova redação dada pela Lei n. 8.620/93, sendo o cálculo efetuado nos parâmetros apontados pelo Anexo VI da Ordem de Serviço Conjunta INSS/DAF/DSS n. 66/97, estipulando, entre outros aspectos, que a contribuição do empregado será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 22 do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, observado o limite máximo do salário de contribuição. Proc. 33808/01 - Ac. 5ª Turma 16523/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

DESCONTOS FISCAIS. E PREVIDENCIÁRIOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL. A parcela correspondente ao imposto de renda, decorrente de coisa julgada, está expressamente prevista no art. 46 da Lei n. 8.541/91 e no art. 27 da Lei n. 8.218/91. Por outro lado, o desconto da parcela pertencente à contribuição previdenciária está previsto nos arts. 43 e 44 da Lei n. 8.212/91, com a nova redação dada pela Lei n. 8.620/93. Em ambos os descontos, há que se observar, ainda, o teor do Provimento n. 01/96 da CGJT. Proc. 35240/01 - Ac. 5ª Turma 9662/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. DEVIDA A COTA PARTE DO RECLAMANTE, EMERGENTES DAS PARCELAS DEFERIDAS NO DECRETO CONDENATÓRIO. Os recolhimentos previdenciários são decorrentes de lei, devendo, portanto, incidir sobre os créditos devidos ao reclamante. O acatamento é obrigatório a todos os órgãos da Justiça do Trabalho por força do Provimento n. 2/93, da CGJT, incidindo a

regra sobre os créditos de natureza trabalhista, obtidos através de processo judicial. Proc. 6050/02 - Ac. 1ª Turma 20044/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 26/9/2002, p. 91

DESCONTOS PREVIDENCIÁRIOS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL O desconto da parcela pertencente à contribuição previdenciária obedece às normas ditadas pela Lei n. 8.212/91 com a nova redação dada pela Lei n. 8.620/93, sendo o cálculo efetuado nos parâmetros apontados pelo Anexo VI da Ordem de Serviço Conjunta INSS/DAF/DSS n. 66/97, estipulando, entre outros aspectos, que a contribuição do empregado será calculada mês a mês, aplicando-se as alíquotas previstas no art. 22 do Regulamento da Organização e do Custeio da Seguridade Social, observado o limite máximo do salário-de-contribuição. Proc. 19398/02 - Ac. 5ª Turma 19004/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 19/9/2002, p. 71

DESCONTOS SALARIAIS

DESCONTOS SALARIAIS. A TÍTULO DE "CONDUÇÃO". INDEVIDOS CASO NÃO AUTORIZADOS PREVIAMENTE E POR ESCRITO. Descontos salariais só são admitidos se resultantes de adiantamentos salariais, de preceitos legais ou de normas coletivas de trabalho, salvo se expressamente autorizados pelo empregado, por escrito. Não provou a reclamada, como lhe competia, que tivesse autorização prévia e por escrito da reclamante para os descontos salariais a título de "condução", motivo pelo qual são indevidos e deve a reclamante deles ser reembolsada. Proc. 38603/01 - Ac. 3ª Turma 28831/02. Rel. Luiz Carlos Araújo. DOE 15/7/2002, p. 161

DESCONTOS SALARIAIS. ASSOCIAÇÃO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS. GOZO DE BENEFÍCIOS. DEVOLUÇÃO INDEVIDA. Ainda que não tenha sido juntada aos autos autorização escrita para associação às entidades assistenciais, restou comprovado nos autos que o reclamante utilizou-se dos benefícios por elas proporcionados, não nos parecendo razoável o cancelamento desta associação com a devolução dos valores descontados, após o encerramento do vínculo empregatício e depois de gozado dos benefícios oferecidos. Proc. 14745/00 - Ac. 1ª Turma 8717/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 64

DESERÇÃO

DESERÇÃO. Estando a guia utilizada para comprovação do depósito recursal em desacordo com a Instrução Normativa n. 18/99 do C. TST tem-se por deserto o recurso. HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. Fixando a sentença a jornada de trabalho com base no conjunto das provas produzidas não prospera a pretensão de elastecê-la sem a produção de prova inequívoca. HORAS EXTRAS. GERENTE BANCÁRIO. Admitindo o reclamante que na qualidade de gerente geral era a autoridade máxima da agência bancária e não negando perceber gratificação de função substancial, traduzida em padrão salarial que o distinguia dos demais, a simples alegação de estar sujeito a alçadas ou a certas limitações na gestão do negócio não descaracteriza a investidura em mandato, pois isso faz parte da natureza do instituto, como se pode verificar do disposto nos arts. 1.288 e seguintes do CC. Indevidas, portanto, as horas extras excedentes à oitava diária, conforme Enunciado n. 287 do C. TST. Proc. 31055/99 - Ac. SE 10933/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

DESERÇÃO. COMPROVANTE DE CUSTAS E DEPÓSITO RECURSAL RELATIVO A OUTRO PROCESSO. Tendo sido anexado aos autos comprovante de recolhimento de custas processuais e depósito recursal relativo a outro processo, deve-se reconhecer como inexistente a comprovação de seu recolhimento nestes autos, de sorte que a deserção do recurso é medida que se impõe. Proc. 15502/00 - Ac. 1ª Turma 15541/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 47

DESERÇÃO. CUSTAS. Havendo recolhimento de custas em valor menor do que o fixado em sentença e do qual foi regularmente intimado o interessado, tem-se por deserto o recurso. Orientação Jurisprudencial n. 140 da SDI-1 do C. TST. Proc. 28610/99 - Ac. SE 10605/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 50

DESERÇÃO. CUSTAS. RECOLHIMENTO EXCLUSIVAMENTE PELA PARTE RECORRIDA. EXCEPCIONALIDADE DO CASO CONCRETO. RECONHECIMENTO. Em que pese sejam as custas vinculadas ao processo - o que implica, em regra, na desconsideração daquele que as recolhe - é certo que, diante da excepcionalidade do caso concreto, em face da possibilidade de eventual repetição de indébito, impõe-se o reconhecimento da deserção do apelo, em se tratando do pagamento das despesas processuais apenas pela parte recorrida, embora tal obrigação recaísse sobre o apelante. Proc. 1178/01 - Ac. 2ª Turma 26975/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 99

DESERÇÃO. CUSTAS E DEPÓSITO RECURSAL. MASSA FALIDA. INOCORRÊNCIA. Não há que se falar em deserção do recurso interposto por massa falida, na medida em que se encontra desobrigada do recolhimento prévio das custas e do depósito recursal. Inteligência do Enunciado n. 86 do C. TST. Proc. 0409/02 - Ac. 2ª Turma 6000/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 14

DESERÇÃO. DEPÓSITO RECOLHIDO NO PRAZO COM JUNTADA INTEMPESTIVA DO COMPROVANTE RESPECTIVO. Não há como dar guarida ao presente agravo, uma vez que o § 1º do art. 899 da CLT exige depósito prévio à interposição do recurso. Apenas quanto às custas é que há um prazo de 05 dias a contar da data da interposição do apelo para a juntada do comprovante de recolhimento (art. 789, § 4º, da CLT). Apresentado o recurso no último dia de prazo, sem a comprovação do respectivo depósito, na mesma data, ainda que efetuado no prazo legal, a deserção se impõe. Proc. 33876/01 - Ac. 5ª Turma 29633/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 186

DESERÇÃO. DEPÓSITO RECURSAL. CONDENAÇÃO SOLIDÁRIA. Conforme entendimento consubstanciado na Orientação Jurisprudencial de n. 190 da SDI do C. TST, havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita às demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide. No caso em tela, deserto o recurso da primeira reclamada, já que a condenação das reclamadas foi solidária, tendo a empresa que efetuou o depósito recorrido justamente sob pretexto de requerer sua exclusão da lide. Proc. 25417/99 - Ac. SE 17700/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 8

DESERÇÃO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. Quando o objeto do recurso consistir na insurgência contra o indeferimento da gratuidade da justiça, impõe-se seu processamento, a fim de que a Instância Recursal aprecie a presença, ou não, do pressuposto recursal do preparo, sob pena de malferir o duplo grau de jurisdição, insculpido no art. 5º, LV, CF. Proc. 6005/02 - Ac. 3ª Turma 9069/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 11/7/2002, p. 26

DESERÇÃO. ISENÇÃO. PESSOA JURÍDICA. No processo do trabalho somente se conhece de recurso patronal deserto nas hipóteses de massa falida ou então no caso do Decreto-lei n. 779. A Lei n. 1.060, por mais extensiva que for sua interpretação, não alcança a pessoa jurídica diante da limitação imposta no parágrafo único do seu art. 2º já que não há se falar em sustento próprio ou de sua família. Proc. 18452/02 - Ac. 2ª Turma 23759/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 17/10/2002, p. 11

DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. Nos termos do § 4º do art. 789 da CLT, as custas devem ser pagas dentro de cinco dias da data da interposição do recurso. E, segundo entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula n. 352 do C. TST, é de cinco (05) dias de seu recolhimento, o prazo para comprovação do pagamento. "In casu", o recorrente recolheu as custas e juntou aos autos o seu comprovante, quando da interposição do recurso ordinário, conforme documento de fls. 266 e no valor de R$ 30,00 (trinta reais). Ocorre, porém, que a r. decisão de primeira instância arbitrou o valor das custas em R$ 60,00 (sessenta reais), sendo que a reclamada, no prazo legal, não comprovou a complementação. E, em conseqüência, a mesma sorte tem o recurso adesivo do reclamante. Proc. 25459/99 - Ac. SE 25884/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

DESERÇÃO. NÃO EFETIVAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL. ARGÜIÇÃO RELATIVA A RECURSO OBREIRO. IMPOSSIBILIDADE. Totalmente despropositada a alegação que imputa a deserção ao recurso obreiro, por falta de depósito recursal, haja vista que este, por ser garantia da execução, compete exclusivamente à demandada, na hipótese de condenação e interposição de recurso. Inexiste, assim, qualquer justificativa plausível para que o obreiro seja compelido a satisfazer obrigação imputada exclusivamente à reclamada. Proc. 38422/00 - Ac. 5ª Turma 10137/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

DESERÇÃO. RECURSO ADESIVO. O pagamento de custas processuais, na forma e prazo constantes do art. 789 e parágrafos da CLT, assim como o depósito recursal nos moldes do art. 899, do mesmo diploma, são pressupostos objetivos de admissibilidade do recurso, ainda que adesivo. Assim, ante a ausência de recolhimento de depósito recursal, mantém-se o despacho agravado que negou seguimento ao apelo patronal. NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. Nos termos do art. 130, do CPC, insere-se no poder diretivo do Juiz rejeitar a produção de provas que julgar protelatórias ou desnecessárias. Se o Julgador originário considerou que com a realização da perícia técnica por profissional de sua confiança teve elementos suficientes para a formação de seu convencimento, não há que se falar em nulidade processual. Proc. 38675/00 - Ac. 5ª Turma 22553/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 181

DESÍDIA

DESÍDIA. JUSTA CAUSA. BAIXA PRODUTIVIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Resta caracterizada a desídia na hipótese de comprovação de que a baixa produtividade do obreiro obrigava a empregadora a promover usualmente a complementação de seus salários, a fim de que estes atingissem o piso da categoria. HORAS EXTRAS. PROVA DOCUMENTAL. Imprescindível a comprovação da jornada deduzida na inicial, não sendo suficiente a simples impugnação dos documentos juntados pela reclamada. Aliás, o desencontro entre as informações colhidas na petição inicial, no depoimento pessoal e na inquirição de testemunha, por si só, obsta a pretensão obreira. Proc. 38348/00 - Ac. 5ª Turma 6930/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 5

DESPEDIDA OBSTATIVA

DESPEDIDA OBSTATIVA. ELEIÇÃO DA CIPA POSTERGADA. MÁ-FÉ DO EMPREGADOR. O empregador age com má-fé quando adia, injustificadamente, eleição da CIPA, para livremente despedir empregados, porque não mais protegidos contra despedida imotivada. A dispensa do reclamante, logo após o término da estabilidade de um ano, pelo fim do mandato, propiciada pelo adiamento injustificado da eleição, obstou-lhe o direito à nova eleição. Reintegração que se impõe, até nova eleição. Proc. 4885/02 - Ac. 1ª Turma 15811/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/8/2002, p. 49

DESPESAS

DESPESAS. REEMBOLSO. SALÁRIO. NÃO INTEGRAÇÃO. As despesas com pedágio, combustíveis, alimentação e hospedagem, quando reembolsadas ao vendedor mediante a exibição de comprovantes idôneos, não possuem natureza salarial, independentemente de pagas em percentual superior a 50% do salário mensal, pelo fato de serem indispensáveis ao desenvolvimento de suas atividades externas. Proc. 32837/01 - Ac. 2ª Turma 18704/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 13/5/2002, p. 71

DEVIDO PROCESSO LEGAL

DEVIDO PROCESSO LEGAL. DECISÃO JUDICIAL. FUNDAMENTAÇÃO. "JURA NOVIT CURIA". "O Juiz conhece o Direito". É inaceitável que o magistrado indefira qualquer pretensão, sem fundamento (CF/88, 93-IX), assim como no conflito entre a palavra do juiz e do advogado, sem evidência de fatos ou de provas, se despreze a palavra do Juiz. (Paralelamente, com fundamento no mesmo princípio previsto no § 2º do art. 416 do CPC é recusável que o magistrado repila reperguntas, sem seu respectivo registro em ata, quando requerido pelo interessado). JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. EXCEÇÃO. A concessão da Justiça Gratuita não implica a obrigação de o Perito Particular abrir mão de sua remuneração, sob pena de aviltamento da dignidade humana, reduzindo este profissional à situação de escravo: o que é obrigado a trabalhar, sem remuneração. Inconstitucionalidade do inciso V do art. 3º da Lei n. 1.060/50, neste aspecto, ante o disposto no art. 1º-III da CF/88. Proc. 11488/00 - Ac. 2ª Turma 29905/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 194

DIARISTA

DIARISTA. RELAÇÃO DE EMPREGO NÃO CONFIGURADA. Inexistindo continuidade na prestação dos serviços, pelo fato de trabalhar para diversos tomadores, não há que se falar em vínculo de emprego da diarista. Proc. 28877/99 - Ac. SE 10736/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

DIFERENÇAS

DIFERENÇAS. DE DEPÓSITOS NO FGTS; AJUIZAMENTO; PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA. A inteligência consubstanciada pelos Enunciados ns. 95 e 362, ambos do TST, fundiu a possibilidade de se reclamar por diferenças do FGTS no prazo de 30 anos, com a exigência apenas de que tal interesse ocorra até 02 anos após a extinção do contrato de trabalho. Desse modo, como dita interpretação respeitou as disposições contidas no inciso XXIX do art. 7º, da Carta Magna, bem como o § 5º do art. 23, da Lei n. 8.036/90, impossível

o reconhecimento dos efeitos letais da prescrição bienal se a relação empregatícia extinguiu-se há menos de dois anos. Proc. 15750/01 - Ac. 3ª Turma 23615/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 214

DIFERENÇAS DA MULTA FUNDIÁRIA

DIFERENÇAS DA MULTA FUNDIÁRIA. EXPECTATIVA DE DIREITO AO ÍNDICE DE 68,9% DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR CARACTERIZADA. Não havendo nos autos prova de que o trabalhador tenha firmado termo de adesão às condições impostas pelo Governo Federal, na forma da LC n. 110/01, tampouco de que tenha sido parte em uma das inúmeras ações promovidas perante a Justiça Federal com decisão concedendo a atualização monetária, é forçoso concluir-se que o trabalhador lastreia sua pretensão na mera expectativa do direito à inclusão nos saldos das contas vinculadas do FGTS do índice de correção monetária de 68,9%, de modo que falta-lhe interesse de agir na postulação. Proc. 33257/01 - Ac. 3ª Turma 21831/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 3/10/2002, p. 20

DIFERENÇAS DE CAIXA

DIFERENÇAS DE CAIXA. REEMBOLSO DOS DESCONTOS. IMPROCEDÊNCIA. Havendo disposição contratual autorizando o procedimento de descontos de diferenças de caixa, não cabe o reembolso pretendido. A alegação relativa à provisoriedade do contrato em comento, por sua vez, não merece maiores considerações, posto que a cláusula 11 expressamente previa a convalidação dos termos do ajuste na hipótese de admissão em caráter definitivo. Proc. 39729/00 - Ac. 5ª Turma 27212/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

DIFERENÇAS DE FGTS

DIFERENÇAS DE FGTS. ÔNUS PROBATÓRIO PERTENCENTE AO RECLAMANTE. O trabalhador pode, a qualquer tempo, obter informações de sua conta vinculada junto à instituição depositária do FGTS, a teor do que dispõe o art. 22, parágrafo único do Decreto n. 99.684/90 e, de posse dos extratos, demonstrar a existência de eventuais diferenças quanto aos respectivos depósitos. Em outras palavras, a ele pertence o ônus da prova, não sendo correto infligir ao empregador a responsabilidade de comprovar a correção dos recolhimentos e, muito menos, o juízo diligenciar para a parte, determinando a expedição de ofícios à CEF com o escopo de ver demonstrados os meses nos quais o Fundo não foi depositado. Julga-se, pois, improcedente o pedido de diferenças, à míngua de prova da sua existência. Proc. 7772/02 - Ac. 4ª Turma 24209/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 25/10/2002, p. 34

DIFERENÇAS DO 13º SALÁRIO

DIFERENÇAS DO 13º SALÁRIO. LEI N. 8.880/94. Indeferem-se as diferenças referentes ao 13º salários se a ré comprova estrita observância da Lei n. 8.880/94 quando da conversão de valores pela URV. Proc. 15530/00 - Ac. 1ª Turma 3041/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 28/1/2002, p. 26

DIFERENÇAS SALARIAIS

DIFERENÇAS SALARIAIS. Demonstrada a alteração de função sem a remuneração correspondente, são devidas as diferenças salariais pertinentes, com as repercussões legais. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Apurada a existência de diferenças de horas extras prestadas habitualmente, mediante laudo pericial não impugnado, correto o seu deferimento com os reflexos correspondentes. Proc. 10822/00 - Ac. SE 14226/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

DIFERENÇAS SALARIAIS. Não se acolhe pedido de diferenças salariais demonstradas indevidas através de laudo pericial contábil. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. HORAS EXTRAS. Conforme entendimento pacificado pelo verbete n. 169 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST é válida a fixação de jornada superior a seis horas mediante negociação coletiva. Horas extras indevidas. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor

embargos de declaração sob pena de preclusão. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A formulação de pretensões ao Poder Judiciário é corolário do direito de ação, não se vislumbrando no seu exercício conduta processual imprópria ou litigância de má-fé, mesmo porque somente após a entrega da prestação jurisdicional é que ficará caracterizado se um pedido é ou não devido. INTERVALO. INTRAJORNADA. Praticado intervalo intrajornada reduzido de 30 minutos em conformidade com o disposto no § 3º do art. 71 da CLT, não há que se falar na remuneração de que trata o § 4º do mesmo dispositivo. ADICIONAL. NOTURNO. INTEGRAÇÃO. Cumpra ao empregador demonstrar a correta integração do adicional noturno nas verbas decorrentes do contrato de trabalho. ADICIONAL. DE INSALUBRIDADE. Constatada a insalubridade mediante laudo onde declinada a classificação da atividade insalubre, devido o respectivo adicional. Proc. 26222/99 - Ac. SE 20328/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 116

DIFERENÇAS SALARIAIS. CARGO SUPERIOR. Correta a r. sentença recorrida ao conceder as diferenças salariais pleiteadas por exercício de cargo superior, porque robustamente comprovado nos autos. Proc. 34738/01 - Ac. 1ª Turma 32075/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 263

DIFERENÇAS SALARIAIS. COM BASE EM DOCUMENTO EMITIDO DE FAVOR. AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO QUANDO DE SUA EMISSÃO. Não há como deferir diferenças salariais ao autor, sob a alegação de pagamento "por fora", se o documento, no qual esteia seu pedido, foi emitido em período em que se comprovou não haver relação empregatícia entre as partes, tendo, comprovadamente, sido fornecido "de favor" (comprovante de rendimentos para ingresso num consórcio). Assim, se o documento cuja validade pretende ver declarada foi emitido antes do período reconhecido do vínculo empregatício, torna-se irrelevante se seu conteúdo é verídico ou não, por falta da comprovação maior, qual seja, a existência do vínculo empregatício quando de sua emissão. Proc. 38244/00 - Ac. 5ª Turma 7044/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 9

DIFERENÇAS SALARIAIS. COM BASE EM NORMA COLETIVA. CARGO ALEGADO, MAS NÃO EXERCIDO. IMPROCEDÊNCIA. Se o autor alega que exercia cargo de técnico de segurança do trabalho, mas a empresa comprova que, nos termos do contrato de trabalho, o cargo exercido era de supervisor de segurança, atividade, portanto, voltada à segurança patrimonial, são indevidas diferenças salariais. Por outro lado, as normas coletivas juntadas pelo empregado não obrigam a reclamada, pois esta, por si ou por seu sindicato, caso se tratasse de categoria diferenciada, haveria de ter sido suscitada para participar, aderindo ou não às obrigações assumidas em assembléia. Como isso não se deu, a empresa não se vincula à sua observância. Proc. 39305/00 - Ac. 5ª Turma 7015/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

DIFERENÇAS SALARIAIS. DECORRENTES DA RECLASSIFICAÇÃO PREVISTA NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL n. 91/94. O art. 8º da Lei Complementar Municipal n. 91/94, ao proceder a reclassificação dos empregados enquadrados nas escalas de padrões de vencimentos para o grau imediatamente superior o fez "independentemente da progressão funcional", razão pela qual, a reclassificação procedida pelo reclamado no mês de fevereiro/94 não poderia alterar critérios de progressão estabelecidos na Lei Complementar Municipal n. 02/90, legislação anterior, não revogada, que já estabelecia um critério de pontuação dos servidores para fins de progressão funcional. Proc. 13040/02 - Ac. SE 27822/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/11/2002, p. 5

DIFERENÇAS SALARIAIS. DESVIO DE FUNÇÃO. CABIMENTO. CONSTATADO. O desvio de função, assiste ao trabalhador direito às diferenças salariais e seus reflexos, ainda que o empregador tenha plano de cargos e salário. Proc. 13998/00 - Ac. 1ª Turma 8676/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

DIFERENÇAS SALARIAIS. DISSÍDIO COLETIVO QUE NÃO OBRIGA A RECLAMADA. CATEGORIA DIFERENCIADA. IMPROCEDÊNCIA. A reclamada deveria ter sido suscitada para participar, aderindo ou não às obrigações assumidas em dissídio coletivo pela categoria diferenciada. Como isso não se deu, não se vincula à sua observância. Proc. 37026/01 - Ac. 5ª Turma 1546/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

DIFERENÇAS SALARIAIS. ERRO NOS CÁLCULOS. IMPROCEDÊNCIA. PORTARIAS MUNICIPAIS NS. 42/92 E 907/91. Se a Portaria n. 42/92 determinou a aplicação do reajuste salarial do salário de setembro/91, deduzindo-se o valor da antecipação efetuada no mês anterior, agosto/91, em outras palavras referida Portaria nada mais fez do que determinar a aplicação do índice de reajuste sobre o salário de agosto/91 e não sobre o de setembro do mesmo ano, como pretende a exeqüente. Proc. 33181/01 - Ac. 5ª Turma 4569/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 41

DIFERENÇAS SALARIAIS. FULCRADAS EM NORMA COLETIVA DE CATEGORIA DIVERSA. ENQUADRAMENTO SINDICAL. INEXISTÊNCIA. Mesmo após a edição da Novel Constituição, o enquadramento sindical é feito em conformidade com a atividade econômica do empregador, não tendo o empregado liberdade de escolha quanto à categoria que pretende integrar. Desse modo, não há que se falar em diferenças salariais decorrentes de norma coletiva, quando esta é inaplicável à categoria a que pertence. Proc. 3861/00 - Ac. 2ª Turma 12708/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 34

DIFERENÇAS SALARIAIS. INDEVIDAS. Estando correta a conversão aplicada pela reclamada, forçosa é a rejeição do pedido de diferenças salariais postulado na exordial pelos reclamantes. Proc. 27614/99 - Ac. SE 10591/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

DIFERENÇAS SALARIAIS. INDEVIDAS. PARCELAS PREVISTAS EM ACORDO COLETIVO. As parcelas pagas sob o título de "INC. AC JUDIC" e "AD INC AC JUDIC", estipuladas em acordo coletivo, não devem integrar a remuneração, eis que foram pagas sob rubrica à parte. Deve ser respeitada, na íntegra, a vontade dos contratantes, sob pena de desprestigiar a negociação coletiva como fruto da mais autêntica transação existente na esfera trabalhista. Proc. 27737/99 - Ac. SE 10593/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

DIFERENÇAS SALARIAIS. MULTA NORMATIVA E FORNECIMENTO DE CARTA DE REFERÊNCIA. CONVENÇÃO COLETIVA. BASE TERRITORIAL. ABRANGÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DE QUEM ALEGA. ART. 818 DA CLT. As convenções coletivas encartadas pela reclamante, através das quais formulou pedido de diferenças salariais, não comprovam se os sindicatos convenentes abrangem - ou não - a base territorial da cidade sede da reclamada. Cumpria à autora, nos termos do art. 818 da CLT, produzir a prova do alegado, o que não fez. Proc. 38816/00 - Ac. 5ª Turma 15653/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 52

DIFERENÇAS SALARIAIS. PAGAMENTO DE SALÁRIO "POR FORA". INEXISTÊNCIA DE PROVA. A maioria dos cheques apresentados com a exordial foi emitida ao portador, inexistindo prova de que os mesmos se destinassem a pagamento de salários, especialmente "por fora". Cumpria ao autor a demonstração cabal de suas assertivas, eis que a fraude não se presume. Proc. 33578/00 - Ac. 5ª Turma 1056/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 36

DIREITO

DIREITO. INTERTEMPORAL. RITO PROCESSUAL SUMARÍSSIMO. O princípio informativo do direito processual brasileiro é o do "tempus regit actum", do qual decorre que as leis têm aplicação imediata, desde que respeitados o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, erigidos à categoria de garantias constitucionais. Não se verifica na aplicação imediata do rito sumaríssimo estabelecido na Lei n. 9.957/00 qualquer ofensa aos atos já praticados no curso do processo. Também não há afronta à coisa julgada, eis que sequer consumada. E, por seu turno, não existe direito adquirido a rito procedimental. Saliente-se que o devido processo legal nada mais significa que aquele adequado ao momento, porque previsto na legislação vigente, e que a garantia da ampla defesa continua assegurada através do largo exercício do contraditório. Como se verifica, adotar de imediato o rito sumaríssimo em nada prejudica os litigantes, mas sim os beneficia com a implementação da celeridade e da economia processual sempre perseguidas e que o legislador buscou realizar através de procedimento simplificado que melhor aparelha o Poder Judiciário para atingir o objetivo da mais pronta e eficaz entrega da prestação jurisdicional. Proc. 27131/01 - Ac. 3ª Turma 7325/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 4/3/2002, p. 17

DIREITO. INTERTEMPORAL. RITO PROCESSUAL SUMARÍSSIMO. O princípio informativo do direito processual brasileiro é o do "tempus regit actum", do qual decorre que as leis têm aplicação imediata, desde que respeitados o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, erigidos à categoria de garantias constitucionais. Não se verifica na aplicação imediata do rito sumaríssimo estabelecido na Lei n. 9.957/00 qualquer ofensa aos atos já praticados no curso do processo. Também não há afronta à coisa julgada, eis que sequer consumada. E, por seu turno, não existe direito adquirido a rito procedimental. Saliente-se que o devido processo legal nada mais significa que aquele adequado ao momento, porque previsto na legislação vigente, e que a garantia da ampla defesa continua assegurada através do largo exercício do contraditório. Como se verifica, adotar de imediato o rito sumaríssimo em nada prejudica os litigantes, mas sim os beneficia com a implementação da celeridade e da economia processual sempre perseguidas e que o legislador buscou

realizar através de procedimento simplificado que melhor aparelha o Poder Judiciário para atingir o objetivo da mais pronta e eficaz entrega da prestação jurisdicional. GRATIFICAÇÃO. SEMESTRAL. BANESPA. BENEFÍCIO CONDICIONADO À EXISTÊNCIA DE LUCRO NO PERÍODO E À AUTORIZAÇÃO DA DIRETORIA DA EMPRESA. NATUREZA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS. Conforme consta dos Estatutos do reclamado e de seu Regulamento de Pessoal, o pagamento da gratificação semestral está condicionado à existência de lucro no período e à autorização da Diretoria da empresa, do que resulta ter o benefício caráter de participação nos lucros e resultados. Comprovado através de balanços que o não pagamento em determinado período se deveu à ausência de lucro, bem como que nos demais períodos a verba foi paga em importe condizente com os resultados financeiros, nada mais é devido a esse título, não havendo que se falar em critérios fixos para o seu pagamento. Proc. 27232/01 - Ac. 3ª Turma 7328/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 4/3/2002, p. 18

DIREITO COLETIVO

DIREITO COLETIVO. COMPETÊNCIA PARA DISCIPLINA DAS HORAS "IN ITINERE". O direito coletivo tem competência para disciplinar o tempo de percurso, pois há muita confusão neste segmento da relação. Já quanto à subtração do ônus do percurso sua competência é relativa, e por isto, a respectiva disposição presume a inexistência do transporte coletivo, cuja elisão cabe ao trabalhador. Proc. 3969/00 - Ac. 2ª Turma 27590/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

DIREITO COLETIVO. GARANTIA MÍNIMA LEGAL PREVALENTE. Embora alçados a nível constitucional (art. 7º, XXVI), os acordos e convenções coletivos devem se ater à moldura existente na CF e lei infraconstitucional. À medida em que visam a melhoria das condições de trabalho (art. 8º, CF), devem respeitar as garantias mínimas legais do trabalhador, com concessões recíprocas pelas partes acordantes. Não havendo condição coletiva mais benéfica, prevalece a garantia mínima legal. Proc. 23637/02 - Ac. 3ª Turma 27154/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 14/11/2002, p. 27

DIREITO DE AÇÃO

DIREITO DE AÇÃO. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. LEI N. 9.958/00. SUBMISSÃO DA DEMANDA À CCP. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DE ACESSO AO JUDICIÁRIO. Não afronta o direito de acesso ao Judiciário, a obrigatoriedade de submissão da demanda às comissões de conciliação prévia, criadas pela Lei n. 9.958/00, se na localidade da prestação de serviços, houver sido instituída a Comissão, no âmbito da empresa ou do Sindicato da categoria. Proc. 25442/01 - Ac. 1ª Turma 22060/02. Rel. Claudinei Sapata Marques. DOE 13/5/2002, p. 165

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO. INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO EM HOSPITAL CONVENIADO COM SUS. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA DO INTERVENTOR. INVIABILIDADE. Intervenção do Poder Público em hospital conveniado com o SUS para garantir a continuidade da execução de serviços de assistência médica à população, nos termos dos arts. 196 a 200 da CF/88, não caracteriza, para fins trabalhistas, sucessão de empregadores (arts. 10 e 448, da CLT), nema a responsabilidade solidária ou subsidiária (art. 455, da CLT), na medida em que, cessada a causa da intervenção, a atividade é restituída aos seus legítimos responsáveis pela manutenção dos serviços. O ato de intervenção não pode ser interpretado como alienação ou alteração da estrutura da empresa, senão medida que se limita a sanear irregularidades, a fim de assegurar a continuidade da prestação do serviços público essencial. Em caso de prejuízos advindos da má administração, pelo interventor, cabível ação de regresso (art. 37, § 6º, da CF/88), questão que não pode ser resolvida nos estreitos limites de uma ação trabalhista. Proc. 29225/00 - Ac. 5ª Turma 6941/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 4/3/2002, p. 5

DIREITO PROCESSUAL

DIREITO PROCESSUAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTERRUPÇÃO DE PRAZO. A partir do

Código/73, não mais foi adotada a teoria da não interrupção ou suspensão de prazo, para as hipóteses em que o embargante se utiliza dos embargos declaratórios sem embasamento legal, ou seja, quando não há omissão e contradição (art. 897-A, CLT). O Código/39, sim, dispunha que, em caso de interposição de embargos declaratórios sem a ocorrência de omissão, não havia interrupção de prazo, conforme art. 862, § 5º. Os denominados embargos protelatórios, atualmente, recebem tratamento penal, através da aplicação de multa, objetivando inibir o intuito de retardar o andamento processual. Agravo de Instrumento a que se dá provimento, porque tempestivo Recurso Ordinário interposto no octídio da notificação da decisão dos embargos declaratórios. Proc. 7425/02 - Ac. 3ª Turma 12775/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/8/2002, p. 22

DIREITO SINDICAL

DIREITO SINDICAL. ENQUADRAMENTO SINDICAL E VIGÊNCIA DO ART. 577, CLT. Com o advento da CF/88, não foi recepcionado de forma plena o Título V - Da Organização Sindical, contido na CLT de 1943, haja vista a exaltação ao princípio da liberdade sindical, consagrado no inciso I, do art. 8º, da Novel, afastando a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical. Nessa esteira, o quadro referente ao art. 577, CLT, não mais se apresenta como regra jurídica de qualificação inflexível dos entes sindicais, mas, sim, como indicador da existência das diversas categorias e classes sindicais. Proc. 18817/02 - Ac. 3ª Turma 19193/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 19/9/2002, p. 46

DIREITOS HUMANOS DO TRABALHADOR

DIREITOS HUMANOS DO TRABALHADOR. INDISPONIBILIDADE POR MEIO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Ações coletivas têm proliferado, como forma eficaz de preservar direitos dos trabalhadores, bem como prestar tutela jurisdicional mais rápida. Todavia, os instrumentos coletivos, mesmo alçados a nível constitucional (art. 7º, XXVI), devem ser utilizados pelas categorias, objetivando, sempre, melhores condições de trabalho, sendo que, em dissídio coletivo, o sindicato defende interesses coletivos da categoria (art. 8º, inciso III, CF). As normas de higiene e medicina do trabalho se inserem na categoria dos direitos humanos do trabalhador, garantidos por norma de ordem pública, visando preservar a dignidade da pessoa humana, pilar do Estado Democrático de Direito, e, portanto, indisponíveis, mesmo através de negociação coletiva, à medida em que protegem um bem da vida, a integridade física. Esse o caso do adicional de periculosidade, cuja negociação coletiva, reduz-lhe o percentual, sendo inadmissível. DANO MORAL. MOLÉSTIA PROFISSIONAL. INDENIZAÇÃO. Integra o conceito de dano moral a lesão à integridade corporal, aos sentimentos afetivos. Desenvolver o trabalho em condições justas e favoráveis, que preservem a integridade física e mental, enquadra-se nos direitos humanos previstos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Se o empregador assim não procede, sendo o trabalhador vítima de moléstia profissional, que lhe acarrete lesão à integridade corporal, aos sentimentos afetivos, à medida em que é responsável pela subsistência própria e de sua família, inarredável a indenização pelo dano moral provocado. Proc. 32042/01 - Ac. 3ª Turma 22343/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 13/5/2002, p. 173

DIREITOS HUMANOS DO TRABALHADOR. PREVALÊNCIA SOBRE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PREVISTO NO ART. 37, II, CF, APLICADO AO ESTADO. Os direitos humanos enunciados em tratados internacionais possuem natureza de norma constitucional, na esteira do art. 5º, § 2º, CF. Ao lado dos princípios fundamentais da dignidade da pessoa humana e valores sociais do trabalho, insculpidos no art. 1º, CF, visam salvaguardar os direitos do ser humano e não as prerrogativas do Estado. Assim, o princípio da legalidade trazido no art. 37, II, CF, subordina-se àqueles primeiros, não podendo desgarrar-se, sob pena de violação a normas internacionais ratificadas por nosso país. Proc. 31599/01 - Ac. 3ª Turma 8046/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 4/7/2002, p. 28

DIRIGENTE SINDICAL

DIRIGENTE SINDICAL. DISPENSA. INQUÉRITO JUDICIAL. Tendo em vista que a garantia de estabilidade do dirigente sindical não se dirige à pessoa do empregado dirigente mas ao exercício da atividade sindical de maneira a possibilitar e assegurar autonomia e liberdade no exercício da função sindical para a qual foi eleito, a dispensa de tal empregado necessita da instauração do competente inquérito judicial para apuração da falta grave a ele imputada. Inteligência do art. 543 da CLT. Proc. 669/00 - Ac. 4ª Turma 14147/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 8/4/2002, p. 81

DIRIGENTE SINDICAL. ELEIÇÃO E POSSE. COMUNICAÇÃO AO EMPREGADOR. Nada justifica, antes, tudo condena, deixar o sindicato profissional de comunicar ao empregador a eleição e posse dos dirigentes sindicais, diante do interesse que a regular atuação destes desperta e impõe, não se tratando de algo que exija um esforço ou custo proibitivo, principalmente numa quadra em que os sindicatos têm que lutar para sobreviver e justificar mesmo a sua sobrevivência, mostrando sua luta e dedicação pela causa dos trabalhadores, de modo que imperdoável a inobservância do quanto estatuído no art. 543, § 5º, da CLT. Proc. 35500/01 - Ac. 1ª Turma 25170/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 44

DIRIGENTE SINDICAL. ESTABILIDADE. ARTS. 8º, VIII DA CF E 543, §§ 3º E 4º E 522 "CAPUT" DA CLT. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS A SETE DIRETORES E TRÊS CONSELHEIROS FISCAIS. A Carta Política/88, ao guindar a "status" de norma constitucional a garantia da estabilidade no emprego dos dirigentes e conselheiros fiscais eleitos para a administração dos sindicatos, recepcionou os arts. 543, §§ 3º e 4º e 522, "caput", ambos da CLT. Deste modo, o número de beneficiários por entidade sindical deve limitar-se a sete diretores e três conselheiros fiscais. Proc. 14152/00 - Ac. 4ª Turma 12430/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 8/4/2002, p. 25

DISCRIMINAÇÃO SALARIAL

DISCRIMINAÇÃO SALARIAL. CONSTITUIÇÃO X LEI ORDINÁRIA. O conflito entre o ideal da igualdade e a realidade deve ser regulamentado pelo legislador ordinário, a quem incumbe o papel histórico de adaptar o impulso de idealismo e a força da realidade. Proc. 27986/00 - Ac. 2ª Turma 24399/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 25/10/2002, p. 17

DISPENSA

DISPENSA. EMPREGADO PORTADOR DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. É válida com a aquiescência das partes contratantes e a homologação perante a entidade sindical. "In casu", o reclamante não faz jus à reintegração no emprego, porque sua garantia era apenas provisória e a indenização que lhe é devida restringe-se àquele período. Proc. 27157/99 - Ac. SE 10587/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

DISPENSA. NO TRINTÍDIO QUE ANTECEDE A DATA-BASE. CÔMPUTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. Integrando o aviso prévio o tempo de serviço, a teor do art. 487, § 1º, da CLT, seu trintídio deve ser observado para efeitos de apuração das verbas rescisórias. INDENIZAÇÃO RECEBIDA EM DECORRÊNCIA DA ADESÃO AO PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA. O abono pecuniário pago em razão da adesão do autor ao plano de demissão voluntária, caracteriza-se como indenizatório, porquanto não é recebido em função de uma contraprestação pelos serviços prestados, não estando sujeito, portanto, à incidência do imposto de renda. Proc. 28603/99 - Ac. SE 28181/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 12

DISPENSA IMOTIVADA

DISPENSA IMOTIVADA. EMPREGADO PÚBLICO. INADMISIBILIDADE. Tratando-se de servidor público concursado, independentemente do regime jurídico ao qual se vincula (estatutário ou celetista), sua demissão somente poderá ocorrer mediante a existência de motivação a justificá-la, diante dos princípios insculpidos no art. 37, "caput", da CF, mesmo porque se trata de ato administrativo vinculado. Sendo assim, ainda que o empregado público não se beneficie da estabilidade prevista no art. 41, da CF, dispositivo aplicável apenas aos servidores estatutários, não se admite a sua dispensa imotivada. Proc. 3231/02 - Ac. 1ª Turma 22647/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 10/10/2002, p. 40

DISSÍDIO COLETIVO

DISSÍDIO COLETIVO. AJUIZAMENTO. QUORUM ASSEMBLEAR DELIBERATIVO. FALTA DE COMPROVAÇÃO. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. Subordinando-se a validade da assembléia sindical deliberativa sobre a propositura do dissídio coletivo ao quorum previsto no art. 612 da CLT, e não

comprovando o suscitante atendida a exigência nele prevista, carece legitimidade do órgão de classe para o ajuizamento da ação coletiva. Proc. 315/01-DC - Ac. SE 612/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 6/5/2002, p. 2

DISSÍDIO COLETIVO. AUDIÊNCIA. AUSÊNCIA DAS PARTES. CONSEQÜÊNCIAS. No dissídio coletivo a presença das partes na audiência de conciliação não é obrigatória, de modo que sua ausência apenas compromete a finalidade do ato processual, qual seja, uma possível conciliação, não gerando, porém, qualquer efeito jurídico desfavorárel ao recalcitrante. INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA. "QUORUM" DELIBERATIVO. NECESSIDADE DE EXPRESSIVO COMPARECIMENTO À ASSEMBLÉIA. Para não permitir que, no regime democrático, "minorias diminutas" decidam pelo conjunto da categoria, devem ser temperadas as regras dos arts. 612 e 859 da CLT, a fim de que se impeça que, em segunda convocação, a maioria dos presentes à AGE, estejam eles em qualquer número, delibere sobre a instauração de instância, evitando-se chegar ao absurdo de inexpressivo grupo de trabalhadores associados (dois, por exemplo, se os presentes forem três) decidir pela totalidade dos associados. Proc. 907/01-DC - Ac. SE 770/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 17/7/2002, p. 50

DISSÍDIO COLETIVO. DE NATUREZA ECONÔMICA. SINDICATO PATRONAL. ILEGITIMIDADE E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Tratando-se de dissídio coletivo de natureza econômica é dos trabalhadores a titularidade das pretensões deduzidas em juízo, daí porque a legitimação sindical prevista nos dispositivos legais e constitucionais é prerrogativa, exclusiva, dos sindicatos profissionais. Sendo o sindicato patronal uma entidade de resposta, assim tida pelo direito, não poderia ele, em nome próprio, tornar-se "ativo" ou pugnador de direito alheio, por ausência de legitimidade "ad causam" e de interesse de agir. Proc. 2209/01-DC - Ac. SE 859/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 7/8/2002, p. 2

DISSÍDIO COLETIVO. GREVE. AÇÃO. INTERPOSIÇÃO PELO SINDICATO REPRESENTANTE DOS GREVISTAS. LEGITIMIDADE. A afirmação do direito de greve, constitucionalmente garantido, requerido pela parte que o exercita, encontra respaldo no sistema jurídico vigente, quando ameaçado em seu exercício, pelo não reconhecimento da parte contrária, que, visando impedir sua concreção, ocasiona-lhe lesão imediata, através do rompimento automático do contrato. Incidentes aqui os arts. 6º, §§ 2º, 7º, parágrafo único, e 8º da Lei n. 7.783/89. Da mesma forma se justificaria diante de qualquer impedimento ao seu legitimo exercício se perpetrado por autoridade administrativa, como assinalava a lei específica anterior, promulgada diante da Constituição/67. Proc. 274/02-DC - Ac. SE 616/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 6/5/2002, p. 3

DISSÍDIO COLETIVO. SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CAMPINAS X COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA. CLFM. ILEGITIMIDADE ATIVA. Inalterada a situação de fato e de direito e inexistente qualquer comprovação de que a decisão da Justiça Comum, que reconheceu o registro civil do Sindicato dos Empregados nas Empresas de Geração, Transmissão e Distribuição de Eletricidade do Município de Mococa - SINDERGEL e proibiu o suscitante de desenvolver atividade sindical na base territorial de referido Município tenha sido modificada, reitera-se a ilegitimidade ativa do suscitante, ratificando-se o posicionamento de que a representação dos trabalhadores da CLFM - Companhia Luz e Força de Mococa não pertence ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Campinas. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REITERAÇÃO DE CONTROVÉRSIA. SITUAÇÃO DE FATO E DE DIREITO INALTERADA. CARACTERIZAÇÃO. Considerando-se que este Eg. Tribunal já se pronunciou, em reiteradas oportunidades, sobre a controvérsia instaurada nestes autos, posicionando-se, em todas as ocasiões, pela ilegitimidade ativa do suscitante; que a situação de fato e de direito permanece inalterada; e que não há comprovação de que a decisão da Justiça Comum tenha sido modificada; reconhece-se a litigância temerária, condenando o suscitante nas penas decorrentes da litigância de má-fé. Proc. 14/02-DC - Ac. SE 1209/02-A. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 11/10/2002, p. 5

DIVISOR

DIVISOR. 220. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. APLICAÇÃO DO ART. 64 DA CLT. A CF estipula a jornada laboral máxima, não impondo a adoção do divisor 220 para o cômputo do salário-hora do trabalhador. Assim, inexistindo disposição legal ou constitucional posterior, continuam aplicáveis aquelas estabelecidas no art. 64 da CLT. Proc. 32288/01 - Ac. 5ª Turma 17633/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

DOBRA

DOBRA. DO ART. 467 DA CLT. ENTE PÚBLICO. INAPLICABILIDADE A PARTIR DA EDIÇÃO DA MP n. 1.984-16/00. A partir da edição da MP n. 1.984-16/00, que introduziu o parágrafo único ao art. 467 da CLT, aos 06/4/00 (reeditada mensalmente), a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações públicas ficaram isentas do pagamento da dobra prevista no art. 467 da CLT. Tal regra deve ser aplicada levando-se em conta a data do primeiro comparecimento do empregador à Justiça do Trabalho, aplicando-se, assim, aos processos cuja audiência inaugural foi realizada a contar de 06/4/00. Apelo provido para excluir-se do decreto condenatório a dobra deferida. Proc. 33918/01 - Ac. 4ª Turma 17333/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 5/9/2002, p. 17

DOCUMENTO

DOCUMENTO. Não se conhece de documentação juntada somente em sede recursal destinada à prova de fato ocorrido após a defesa se a parte podia apresentá-la antes, mas não o fez por inércia. Proc. 9299/00 - Ac. SE 18065/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 7

DOCUMENTO. JUNTADA POSTERIOR. POSSIBILIDADE. Embora preveja a CLT (art. 787) que os documentos destinada à prova do alegado venham junto com a petição inicial, está o juiz, respeitado o contraditório, autorizado a acolher todos os meios de prova necessários à instrução do processo (art. 130, CPC), permitindo-se, assim, a colação a posteriori do instrumento. Proc. 32185/99 - Ac. SE 28224/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 13

DOCUMENTOS

DOCUMENTOS. CLT, 830. INTERPRETAÇÃO. O art. 830 foi concebido nos idos anos 40, do século passado, em que a reprodução dos documentos era, predominantemente, por manuscritos. Há de se cuidar da interpretação evolutiva da norma, não bastando, por isto, que a impugnação seja apenas formal (preocupação do processo na Idade Média). Deve a impugnação atacar o conteúdo dos documentos (modernas escolas processuais, como a Escola Nacional da Magistratura). PERICULOSIDADE. PERMANÊNCIA. CONCEITO. O conceito de permanência exigido pela lei para a caracterização da configuração das condições perigosas não exclui a presença intermitente do trabalho na área de perigo, fato que não se confunde com a eventualidade. Basta que o requerente seja empregado e poucos minutos de permanência com o objeto ou o local perigoso, desde que este fato se repita com alguma freqüência durante o mês (CLT, 193). Proc. 5650/00 - Ac. 2ª Turma 29887/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 193

DOCUMENTOS. EXIBIÇÃO. O art. 359 do CPC prevê que o juiz, ao decidir o pedido, admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar, caso o requerido não efetue a exibição, e nem faça qualquer declaração em prazo lá estabelecido. No presente caso, deixou de atender a requerida o previsto no mencionado dispositivo. Deveria, ao menos, ter feito alguma declaração em sua defesa, mas não o fez, deixando passar "in albis" o prazo que lhe foi concedido. Proc. 32083/99 - Ac. SE 26757/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

DOCUMENTOS JUNTADOS

DOCUMENTOS JUNTADOS. IMPUGNAÇÃO. O art. 830 da CLT estatui que o documento só será aceito se estiver no original ou em certidão autêntica, ou quando conferida a respectiva pública forma ou cópia perante o juiz ou tribunal. Esta regra, no entanto, não deve ser aplicada de maneira implacável pelo juiz, caso contrário, daria ensejo a procrastinações descabidas, arrimadas tão-somente, no descumprimento de um formalismo (a não autenticação de cópias reprográficas, por exemplo) exagerado e descabido. As impugnações a fotocópias não autenticadas devem ter um mínimo de justificativa. As impugnações vazias, sem fundamento, vêm alicerçadas apenas no prazer da impugnação pela impugnação, lastreadas na simples ausência de um carimbo. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria ou argumentos distintos do apresentado com a defesa (CPC, art. 303). Na contestação, item 4.16 (fls. 159) aduz a reclamada que a cesta básica foi paga. Nas razões de recurso, suscita argumento diverso, inovando ao alegar que as normas aplicáveis a casos

da espécie não contemplam empregados com cestas básicas. Proc. 31843/99 - Ac. SE 10942/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

DOENÇA DO TRABALHO

DOENÇA DO TRABALHO. Deparando-se o Juiz do Trabalho com alegação de doença do trabalho ou profissional, com o pedido respectivo de reconhecimento de estabilidade, deve o magistrado necessariamente determinar a produção de prova pericial, através de profissional médico, sob pena de nulidade da sentença que vier a ser proferida contra o empregado. Proc. 10982/00 - Ac. 3ª Turma 23497/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 210

DOENÇA PROFISSIONAL

DOENÇA PROFISSIONAL. A exigência de que a moléstia profissional seja previamente atestada pelo INSS, como condição para o trabalhador reclamar judicialmente lesão a direito seu, fere o preceito insculpido no art. 5º, XXXV, da CF. Proc. 9043/00 - Ac. SE 5055/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

DOENÇA PROFISSIONAL. O reconhecimento do infortúnio laboral atípico funda-se no princípio "in dubio pro laeso", que exsurge do art. 5º, da LICC: "Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigência do bem comum", e do art. 20, § 2º, da Lei n. 8.213/91: "Em caso excepcional, constatando-se que a doença não incluída na relação prevista nos incisos I e II deste artigo resultou das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente, a Previdência Social deve considerá-la acidente do trabalho". Proc. 13157/02 - Ac. 2ª Turma 8472/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 11/7/2002, p. 16

DOENÇA PROFISSIONAL. ACIDENTE DE TRABALHO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS CONVENCIONAIS E LEGAIS DO ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. INDENIZAÇÃO. Havendo cláusula coletiva que estabeleça condições tanto para o acidente de trabalho como doença profissional quanto ao atestado fornecido pelo órgão da Previdência Social, esta deverá ser atendida. Entretanto, ocorrendo acidente de trabalho ou doença profissional sem a notificação do Órgão Previdenciário por parte da empresa e conseqüente afastamento, não há falar em aplicação do art. 118 da Lei n. 8.213/91 nem tampouco de utilização do instrumento coletivo por não atendidos os requisitos necessários. No entanto, em havendo perícia judicial estabelecendo-se nexo causal entre a doença existente e o labor na reclamada sem que houvesse afastamento superior a 15 dias o qual, pelas circunstâncias do caso, deveria ter ocorrido, por omissão da reclamada, autorizada resta a outorga de indenização de 12 meses respectiva nos termos do art. 159 do CC c/c arts. 1.522 e 1.523 do mesmo Codex. Proc. 25039/00 - Ac. 4ª Turma 7147/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 12

DOENÇA PROFISSIONAL. ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. AUSÊNCIA DE PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ESTABILIDADE PROVISÓRIA NÃO IMPLEMENTADA. Segundo o art. 118 da Lei n. 8.213/91, para implementação da estabilidade provisória por doença profissional é necessária a percepção do auxílio-doença acidentário. Demonstrado nos autos que não houve comunicação da doença profissional à Previdência Social tampouco afastamento do trabalhador aos serviços por mais de quinze dias, tem-se que não foi implementado requisito essencial para a concessão da garantia de emprego, uma vez que o reclamante não foi recebeu o benefício previdenciário apontado. Proc. 14959/00 - Ac. 1ª Turma 12011/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 13

DOENÇA PROFISSIONAL. GARANTIA DE EMPREGO. NORMA COLETIVA. APLICAÇÃO. A incapacidade laboral, prevista em norma coletiva, quanto ao portador de doença profissional, não tem de ser absoluta. do contrário, estaria o trabalhador fadado à aposentadoria, sem levar-se em conta a possibilidade de seu livre acesso ao mercado de trabalho. Proc. 14775/00 - Ac. 1ª Turma 4129/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

DOENÇA PROFISSIONAL. GARANTIA DE EMPREGO. REQUISITOS CUMULATIVOS. ATESTADO DO INAMPS. PREVISÃO EM DISSÍDIO COLETIVO. VALIDADE. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 154 DA SDI DO TST. É válida cláusula prevista em norma coletiva, que exige cumulação de condições para a concessão de garantia de emprego ao trabalhador acidentado - inclusive que sejam atestadas por médico

do INAMPS, culminando com a pena de não-reconhecimento do pedido de estabilidade, no caso de não cumprimento integral das exigências. Nesse mesmo sentido, a Orientação Jurisprudencial n. 154 da SDI do TST. Plenamente pertinente a conclusão jurisprudencial no sentido de que: constatação de que o recorrido se encontrava no exercício de sua função quando da resilição do contrato, é sintomática da inexistência de incapacidade - afastado o sofisma de que lá permanecera para proteção do emprego. Do que decorre que, inexistindo a incapacidade, não há se falar em sua redução ou na constatação de qualquer nexo causal. Proc. 1087/02 - Ac. 5ª Turma 5776/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

DOMÉSTICA

DOMÉSTICA. GESTANTE. ESTABILIDADE. Não há como incluir a empregada doméstica na estabilidade prevista no inciso II, letra "b" do art. 10 do ADCT, haja vista que o parágrafo único do art. 7º da Constituição da República, ao tratar dos direitos assegurados a esta categoria, não elencou o direito previsto no inciso I deste mesmo artigo. Com efeito, os empregados domésticos estão subordinados à Lei n. 5.859/72, fazendo jus tão-somente à licença gestante. Proc. 21623/01 - Ac. 5ª Turma 8937/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 70

DOMÉSTICA. GESTANTE. LEGALIDADE DA RESCISÃO. A rescisão de contrato de trabalho da doméstica gestante não encontra obstáculo legal, posto que a obreira tem direito a receber do órgão previdenciário os 120 dias do salário-maternidade, na forma preconizada pelos arts. 71 e 73, "i", ambos da Lei n. 8.213/91 e pelo art. 7º, XXIX, da CF. Não havendo direito à estabilidade no emprego, porque inaplicável à doméstica o art. 7º, "i", da CF e, por conseqüência, o art. 10, II, "b", do ADCT e não sendo possível se exigir do empregador a permanência da obreira no lar, inviolável, conforme art. 5º, XI, da CF, não há ilegalidade na dispensa. Proc. 22696/02 - Ac. 2ª Turma 23148/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 10/10/2002, p. 45

DOMÉSTICO

DOMÉSTICO. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. A norma constitucional garante o repouso semanal remunerado ao empregado doméstico e a infringência resulta no pagamento do dia trabalhado, de forma simples, em face da inaplicabilidade da Lei n. 605/49 para esses trabalhadores, por expressa determinação do art. 5º da mencionada lei. Proc. 27831/00 - Ac. 1ª Turma 8652/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 4/3/2002, p. 61

DOMINGOS TRABALHADOS

DOMINGOS TRABALHADOS. REGIME DE COMPENSAÇÃO. HORAS EXTRAS. PAGAMENTO EM DOBRO. NÃO CABIMENTO. Existindo folga compensatória, não cabe pagamento em dobro das horas extras laboradas aos domingos. CUMULAÇÃO DE ADICIONAIS. NÃO CABIMENTO. É incabível a cumulação de adicionais por falta de amparo legal. Proc. 39356/00 - Ac. 5ª Turma 29599/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 185

DONA DA OBRA

DONA DA OBRA. CONSTRUÇÃO CIVIL.. VÍNCULO DE EMPREGO. Improsperável a pretensão de ver reconhecido o vínculo de emprego com a dona da obra, quando a prova documental e a prova testemunhal demonstram claramente que a contratação do autor, pedreiro, foi efetivada por um empreiteiro, a quem estava subordinado e de quem recebia seus pagamentos, para a realização de obras certas em propriedade da reclamada. Proc. 38475/00 - Ac. 5ª Turma 27191/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

DONA DA OBRA. EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO CIVIL A condição de dona da obra, sem tratar-se de empresa construtora ou incorporadora, aliada à natureza de construção civil da obra contratada, impede o reconhecimento de qualquer responsabilidade, quer solidária, quer subsidiária, entre a recorrente e a empreiteira. Proc. 36715/01 - Ac. 4ª Turma 26615/02. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 15/7/2002, p. 89

DONA DA OBRA. ILEGITIMIDADE DE PARTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE

MÉRITO. ART. 267, VI, DO CPC. A dona da obra não pode ser considerada parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda envolvendo empresa contratada e seu empregado. O contrato firmado entre as empresas, para realização de obra certa, possui natureza estritamente civil, assunto alheio a essa Justiça Especializada, e em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a empresa fornecedora dos serviços e seus funcionários. Extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC. Proc. 36784/00 - Ac. 5ª Turma 1060/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 36

DONA DA OBRA. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGUNDA RECLAMADA. O dono da obra não é responsável pelas obrigações trabalhistas do empreiteiro. "In casu", a segunda reclamada é autêntica dona da obra, portanto não há como se aplicar o disposto no art. 455 da CLT, e também não é o caso de aplicação do Enunciado n. 331 do C. TST em razão de que não restou caracterizada a inidoneidade da empreiteira primeira reclamada. Proc. 31768/99 - Ac. SE 10940/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

DONO DA OBRA

DONO DA OBRA. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O fato do reclamante ter trabalhado em propriedade do dono da obra, não tem o condão de responsabilizá-lo subsidiária ou solidariamente com o empreiteiro, ainda mais em se tratando de pessoa física, cujas atividades não têm qualquer relação com os serviços prestados pelo reclamante. Proc. 12613/02 - Ac. 3ª Turma 9018/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 11/7/2002, p. 26

DONO DA OBRA. CONSTRUÇÃO CIVIL. ILEGITIMIDADE DE PARTE. O dono da obra não é parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda envolvendo empreiteira contratada e seu empregado. O contrato firmado entre duas empresas para realização de obra certa possui natureza estritamente civil, assunto alheio a esta Justiça Especializada e em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a empresa fornecedora dos serviços e seus funcionários. Sentença que se mantém, no sentido da segunda recorrida ser excluída da ação. Proc. 35331/00 - Ac. 5ª Turma 7033/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

DONO DA OBRA. EMPRESA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O fato do reclamante ter trabalhado em obra efetuada em terreno de propriedade da recorrente, dona da obra, não tem o condão de responsabilizá-la subsidiária ou solidariamente com a empreiteira (primeira reclamada). Contudo, não se pode olvidar que a recorrente é empresa construtora, cujas atividades incluem os serviços prestados pelo reclamante, acarretando assim a aplicação do disposto no Enunciado n. 331 do C. TST, item IV, de modo que deve ser reconhecida sua responsabilidade subsidiária, pois restou demonstrado na hipótese a culpa "in vigilando" da recorrente, que, na condição de beneficiária dos serviços executados em suas dependências, deveria fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empreiteira (primeira reclamada). Proc. 13638/00 - Ac. 1ª Turma 5819/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/2/2002, p. 45

DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE. Diante da inexistência de previsão legal, o contrato de empreitada entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora, incorporadora ou outra empresa que tencione a obtenção de lucros com sua atividade. Confira SDI n. 191 do TST. Proc. 30809/01 - Ac. 2ª Turma 16404/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 29/8/2002, p. 63

DONO DA OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA OU SOLIDÁRIA. INEXISTÊNCIA. Inexiste responsabilidade solidária do dono da obra, ante a ausência de amparo legal ou jurídico, uma vez que o art. 455 da CLT diz respeito à responsabilidade solidária do empreiteiro em relação ao subempreiteiro, não se olvidando que a solidariedade somente pode resultar de lei ou de contrato. Da mesma forma, inexiste responsabilidade subsidiária do dono da obra, eis que esta decorre da terceirização lícita, o que não é o caso, já que os serviços de pedreiro não estão inseridos na atividade-meio do dono da obra. Proc. 30304/99 - Ac. SE 25982/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

DONO DA OBRA. TERCEIRIZAÇÃO LÍCITA DE MÃO-DE-OBRA. Em havendo contrato de prestação de serviços específicos entre prestadora e tomadora cujo objeto não se insira na atividade-fim da tomadora, há de ser aplicada a hipótese do Enunciado n. 331, III do C. TST porque é exclusivamente a dona da obra, sendo incabível a tese de responsabilidade subsidiária e muito menos solidária. SDI-1 n. 191 do C. TST. Proc. 35210/01 - Ac. 4ª Turma 2314/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 23/5/2002, p. 21

DONO DE OBRA

DONO DE OBRA. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA. Na forma da Súmula n. 191 da SDI do TST, o dono da obra não está sujeito à qualquer responsabilidade trabalhista, salvo se se tratar de construtora; do que se pode deduzir, salvo se o dono da obra se beneficiar da exploração da mão de obra para comercializar a construção ou na hipótese em que o dono da obra, queira fraudar o direito do trabalho. Proc. 3878/00 - Ac. 2ª Turma 27589/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

DSR´S

DSR´S. INCIDÊNCIA NAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS. BIS IN IDEM. O cálculo das horas extraordinárias com a incidência dos DSR´s dos mensalistas configura verdadeiro bis in idem, porque já calculada diferenças de DSR´s pela incidência das horas extraordinárias. ÉPOCA PRÓPRIA. ATUALIZAÇÃO DE DÉBITO TRABALHISTA. Ocorrendo o pagamento do salário da autora no próprio mês trabalhado e não até o 5º dia útil do mês subseqüente, por certo que a época própria, para efeito de correção, deve ser considerada a data do efetivo pagamento, ou seja, o próprio mês de trabalho e não o subseqüente. HONORÁRIOS DE PERITO. RESPONSABILIDADE. Sendo o reclamado a parte vencida na presente ação, cabe a este arcar integralmente com as despesas do processo, inclusive com os honorários periciais da fase de execução (Enunciado n. 236 do TST). Proc. 20133/02 - Ac. 1ª Turma 26150/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 11

EC Nº 28/00

EC n. 28/00. APLICAÇÃO. Na esteira do Enunciado n. 308 do TST, a EC n. 28 é de aplicação imediata, não atingindo, contudo, a garantia constitucional, então vigente, que assegurava ao trabalhador rural ação após a extinção de seu contrato de trabalho, art. 7º-XXIX, alínea "b", a despeito da SDI n. 271, por se tratar a prescrição, neste aspecto, de direito material. Proc. 35068/01 - Ac. 2ª Turma 32237/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/1/2003, p. 74

EFEITO SUPLETÓRIO

EFEITO SUPLETÓRIO. Ante o efeito supletório previsto no art. 512 do CPC, o pedido de corte rescisório deve voltar-se contra o julgado prolatado na instância superior substitutivo da decisão do órgão de primeiro grau. Nesse sentido, afigura-se juridicamente impossível o pedido de desconstituição de sentença substituída por acórdão regional (Orientação Jurisprudencial n. 48, da SDI-II, TST). Proc. 94/01-ROS - Ac. SE 1343/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 29/11/2002, p. 3

EMBARGOS

EMBARGOS. CONTRADIÇÃO ENTRE A PARTE DISPOSITIVA E A FUNDAMENTAÇÃO. PROCEDÊNCIA. EFEITO MODIFICATIVO. A manifesta divergência entre a fundamentação e o dispositivo do acórdão, parte que sintetiza a idéia expressa na motivação e estabelece a ordem de comando a ser seguida pelas partes, permite imprimir aos declaratórios efeito modificativo, de modo a adequar a conclusão da decisão aos motivos que a tocaram. Proc. 28986/99 - Ac. SE 22414/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 6

EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO

EMBARGOS À ADJUDICAÇÃO. TEMPESTIVIDADDE DA ADJUDICAÇÃO. Aplicável subsidiariamente ao processo trabalhista o art. 746 do CPC não prevê, como uma das hipótese para interposição de embargos à adjudicação, a tempestividade do ato por parte do adjudicante, de forma que impossível a providência desejada. Proc. 33252/01 - Ac. 5ª Turma 30566/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 213

EMBARGOS À ARREMATAÇÃO

EMBARGOS À ARREMATAÇÃO. ILEGITIMIDADE DO EXEQÜENTE. Em face do que expressamente

dispõe o art. 746, do CPC, somente o devedor detém legitimidade para interpor embargos à arrematação ou à adjudicação. Portanto, apenas aqueles que tiverem bens sujeitos à constrição judicial estão legitimados pelo legislador a utilizar esse instrumento jurídico, o que não é o caso do exeqüente, que integra o pólo ativo no processo de execução. Agravo de Petição não conhecido, em decorrência da flagrante intempestividade. Proc. 31323/01 - Ac. 1ª Turma 22101/02. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 13/5/2002, p. 166

EMBARGOS À EXECUÇÃO

EMBARGOS À EXECUÇÃO. MATÉRIA TRANSITADA EM JULGADO. A matéria objeto da sentença que transitou em julgado não é passível de reforma em sede de embargos à execução. Assim, o inconformismo com os institutos aplicados, bem como com as verbas deferidas não mais comporta discussão em fase de execução. Proc. 36175/01 - Ac. 5ª Turma 32226/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO DE CINCO DIAS PARA O DEVEDOR PRIVADO. MP n. 2.180-35 APLICÁVEL SÓ À FAZENDA PÚBLICA. A ampliação do prazo para 30 dias, para apresentar embargos, de acordo com a Lei n. 9.494/97, alterada pela MP n. 2.180-35, de 24/08/01, na Justiça do Trabalho, deve ser entendida como aplicável, apenas, nas hipóteses de execução contra a Fazenda Pública, pois, da interpretação de toda essa legislação, depreende-se ter sido essa a intenção do chefe do Poder Executivo ao editar a referida Medida Provisória. Proc. 15854/02 - Ac. 3ª Turma 21743/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 17

EMBARGOS À EXECUÇÃO. PRAZO. INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA n. 2.102-28. O prazo para oposição de embargos à execução, de forma geral, é de cinco dias, nos termos do art. 884, da CLT, com exceção apenas para a hipótese de execução promovida contra a Fazenda Pública, cujo prazo foi ampliado para trinta dias, por força da Medida Provisória n. 2.102-28 e suas subseqüentes reedições (hoje MP 2.180-35, de 24/08/01), que acrescentou o art. 1º-B à Lei n. 9.494/97, a qual, por sua vez, disciplina a aplicação da tutela antecipada à Fazenda Pública e, por isso, não alcança as pessoas jurídicas de direito privado. Proc. 2054/02 - Ac. 1ª Turma 3111/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 29/5/2002, p. 5

EMBARGOS À PENHORA

EMBARGOS À PENHORA. AUSÊNCIA DE NOMEAÇÃO DE BENS. EXCESSO DE PENHORA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Intimado o executado para pagar ou nomear bens à penhora, deixando de fazê-lo no prazo legal, não poderá argüir excesso de penhora, por aplicável à hipótese o art. 59, do CPC. Proc. 23001/01 - Ac. 1ª Turma 17917/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 13/5/2002, p. 45

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. A ausência de intimação da parte contrária, para apresentar impugnação a embargos declaratórios passíveis de serem acolhidos com efeito modificativo, afronta o princípio do contraditório. Assim já decidiu a SDI - Plena, do C. TST, proferindo a Orientação Jurisprudencial n. 142. O cerceamento de defesa, assim configurado nos autos, enseja, ex officio, a declaração de nulidade da sentença declaratória. Proc. 30261/00 - Ac. 4ª Turma 5976/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 18/2/2002, p. 50

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Embargos de declaração interpostos com a finalidade de prequestionamento, alegando genericamente ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV e LV da CF/88), sem especificar em que constituiria a violação, têm intuito manifestamente protelatório, aplicando-se o disposto no art. 538, parágrafo único do CPC. Proc. 23608/02 - Ac. 4ª Turma 30200/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 6/12/2002, p. 28

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Embargos de declaração não constituem o remédio processual adequado a provocar o reexame da matéria decidida em sede de recurso ordinário, e somente são admitidos quando presente alguma omissão, obscuridade ou contradição no julgado, o que, contudo, não se verificou no caso vertente. Aliás, a respeito da contradição autorizadora da interposição dos Embargos de Declaração, colaciono o seguinte julgado desta E. Corte: Processo TRT 30.671/00-ED-5 - Ac. 10.126/01. Rel. Juiz Luiz Antonio Lazarim. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. A contradição própria dos Embargos Declaratórios é a que se verifica entre a

fundamentação do julgado e a sua parte dispositiva. Contrariedade existente entre o acórdão e os argumentos legais da parte, ou a prova dos autos, é matéria que refoge dos limites dos Embargos Declaratórios, pois impõe a revisão do julgado. Proc. 10952/00 - Ac. SE 27825/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/11/2002, p. 5

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Embargos de declaração não constituem remédio processual adequado a provocar o reexame da matéria decidida em sede de recurso ordinário, e somente são admitidos quando presente alguma omissão, obscuridade ou contradição na decisão. No presente caso, o que pretendem os embargantes, na verdade, é a modificação do julgado, finalidade à qual não se presta o meio utilizado. Proc. 31077/99 - Ac. SE 19943/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 26/9/2002, p. 52

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Havendo uma das hipóteses apontadas no art. 535 do CPC, há que se acolher dos embargos declaratórios opostos pela reclamada. Proc. 26880/99 - Ac. SE 10839/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Mesmo nos embargos de declaração com o fim de prequestionamento, deve-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC. Embargos declaratórios não se constituem em meio processual adequado para promover-se revisão do julgamento, mormente se não apontam, efetivamente, nenhuma obscuridade, omissão ou contradição a ser saneada. Proc. 9525/00 - Ac. SE 14627/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. O silêncio do Juízo "a quo" acerca de questão sobre a qual foi instado a pronunciar-se, por meio de embargos de declaração, configura negativa de prestação jurisdicional, autorizando a nulidade do processado, razão por que antes do exame dos demais assuntos tratados no apelo, devem os autos voltar à origem, a fim de que a questão ventilada nos declaratórios seja dirimida, retornando-se o feito, após, para análise das demais matérias tratadas no apelo. Proc. 12059/00 - Ac. SE 5064/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 22

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração não se prestam à modificação do julgado, devendo ser rejeitados quando ausentes as hipóteses previstas no art. 897-A da CLT e no art. 535 do CPC. Proc. 27203/99 - Ac. SE 20270/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração só têm cabimento se houver omissão, contradição ou obscuridade do julgado (CPC, art. 535, I). "In casu", quando da interposição do recurso, a ora embargante não recorreu da sentença no item relativo aos juros de mora, não havendo que se falar em omissão do acórdão. No entanto, fica consignado, apenas "ad argumentadum", que, sobre o tema em discussão, venho adotando o entendimento consubstanciado no Enunciado de n. 304 do C. TST, no sentido de que: "os débitos trabalhistas das entidades submetidas aos regimes de intervenção ou liquidação extrajudicial estão sujeitos à correção monetária desde o respectivo vencimento até seu efetivo pagamento, sem interrupção ou suspensão, não incidindo, entretanto, sobre tais débitos, juros de mora". Proc. 32045/99 - Ac. SE 14582/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração só têm cabimento se houver omissão, contradição ou obscuridade do julgado (CPC, art. 535, I). Proc. 32070/99 - Ac. SE 14581/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração têm cabimento em havendo um ou mais dos vícios elencados no art. 535 do CPC (obscuridade, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), o que não ocorreu no caso em tela. Proc. 25459/99 - Ac. SE 27868/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/11/2002, p. 7

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração têm cabimento se houver omissão, contradição ou obscuridade do julgado (CPC, art. 535, I). No caso em tela, houve contradição entre o acórdão e a certidão de julgamento de fls. 345. Assim, acolhem-se os presentes embargos, para constar que prevalece o entendimento segundo o qual "o índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento" (Cf. Súmula n. 16 do TRT/15ª Região). Proc. 11102/00 - Ac. SE 14626/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Os embargos de declaração têm cabimento se houver omissão, contradição ou obscuridade do julgado (CPC, art. 535, I). No caso dos autos, os embargos devem ser acolhidos, eis

que ocorreu a contradição apontada pelo embargante. Proc. 28350/99 - Ac. SE 29186/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 29/11/2002, p. 5

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADOÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO. A questão da adoção do rito sumaríssimo é matéria que refoge dos limites dos embargos declaratórios, pois, não tendo sido suscitada antes do julgado, não tem como caracterizar nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, relativamente à prestação da tutela jurisdicional. Proc. 14584/00 - Ac. 1ª Turma 9052/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 74

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADOÇÃO DO RITO SUMARÍSSIMO. A questão da adoção do rito sumaríssimo, em sede recursal, é matéria que refoge dos limites dos Embargos Declaratórios, pois, não tendo sido suscitada antes do julgamento do feito, não tem como caracterizar nenhuma omissão na prestação da tutela jurisdicional. Embargos Declaratórios não são o meio processual adequado para promover-se a revisão do julgado, especialmente se não apontam, efetivamente, nenhuma obscuridade, omissão ou contradição a ser saneada, e apenas questionam, preclusivamente, a adoção do procedimento instituído pela Lei n. 9.957/00. Proc. 13673/00 - Ac. 1ª Turma 25056/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 40

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS CAUSAS PREVISTAS NO ART. 535 DO CPC. REJEITADOS. Comprovado que a decisão embargada analisou devidamente todas as questões relevantes e pertinentes à apreciação e ao julgamento do recurso, não havendo, portanto, omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, impõe-se a rejeição dos Embargos Declaratórios. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. PROPÓSITO MANIFESTAMENTE PROCRASTINATÓRIO. RECONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 17, INCISOS II, IV, V, VII E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538, TODOS DO CPC. Descabem embargos de declaração quando a decisão não apresenta qualquer obscuridade, omissão ou contradição capaz de ensejar dúvida ou dificultar a exata compreensão do julgado. Evidencia-se, ainda, a litigância de má-fé quando se faz uso do instrumento recursal com propósito manifestamente protelatório, ou quando se altera a verdade dos fatos, distorcendo a realidade processual ou decisória. Proc. 20990/00 - Ac. 2ª Turma 21628/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 157

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS CAUSAS PREVISTAS NO ART. 535 DO CPC. REJEITADOS. Comprovado que a decisão embargada analisou devidamente todas as questões relevantes e pertinentes à apreciação e ao julgamento do recurso, não havendo, portanto, omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada, impõe-se a rejeição dos embargos declaratórios, que não podem ser utilizados com o propósito de reforma do julgado. Proc. 9251/02 - Ac. 2ª Turma 6871/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 27/6/2002, p. 18

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DELES AUTORIZADORES. CARÁTER PROTELATÓRIO. IMPOSIÇÃO DAS PENALIDADES PREVISTAS NOS ARTS. 538, PARÁGRAFO ÚNICO E 17, VII, DO CPC. Os embargos declaratórios têm a finalidade de corrigir obscuridade, contradição ou omissão do julgado, a teor do art. 535 do estatuto adjetivo, modificado pela Lei n. 8.950/94. Os contendores não podem, em conseqüência, deles lançar mão a trouxe-mouxe, pena de restar caracterizado seu caráter protelatório e a litigância ímproba, autorizadores da imposição das penalidades previstas nos arts. 538 e 17, II, do CPC, temperada, esta última, pelo art. 18 § 2º do mesmo "codex". O magistrado deve infligi-las até mesmo como medida pedagógica. Proc. 2836/02 - Ac. 1ª Turma 16921/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 29/8/2002, p. 55

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração por contradição se a alegação do Embargante está fundamentada em suposta contrariedade a dispositivo constitucional, uma vez que a hipótese não está contemplada em lei. Proc. 13495/00 - Ac. 1ª Turma 24615/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 27

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO. Configurada a contradição quanto à inversão do ônus da sucumbência no v. acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos declaratórios para a correção do erro. Proc. 7227/02 - Ac. 2ª Turma 14282/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/8/2002, p. 67

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO. REDUÇÃO DA CONDENAÇÃO. INEXISTE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA "NON REFORMATIO IN PEJUS". INAPLICÁVEL À ESPÉCIE. Ainda que a decisão dos embargos declaratórios interpostos pelo reclamante tenham reduzido a condenação, não há que se pensar em

violação ao princípio da "non reformatio in pejus", posto que não se tratam os mesmos de recurso tecnicamente falando, sendo-lhes, inclusive, atribuído efeito modificativo, por força do art. 897-A, da CLT e Enunciado n. 278, do C. TST. Proc. 14582/00 - Ac. 1ª Turma 9151/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 78

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DESPACHO MONOCRÁTICO DE RELATOR. CONVERSÃO EM AGRAVO. PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE E CELERIDADE PROCESSUAIS. Considerando-se o entendimento expressado pela jurisprudência atual e predominante do C. TST admite-se como agravo do art. 557, § 1º, do CPC os embargos de declaração opostos contra despacho monocrático de Juiz Relator proferido com base no "caput" do mesmo dispositivo, em homenagem aos princípios da fungibilidade e celeridade processual. AGRAVO. CONTRATO NULO. EFEITOS. JURISPRUDÊNCIA PACÍFICA DO C. TST. Estando a decisão impugnada via recurso ordinário em consonância com a jurisprudência pacificada pelo C. TST através do Enunciado n. 363 e da Orientação Jurisprudencial n. 85 de sua SDI-1, correto se mostra o despacho, calcado no art. 557, "caput", do CPC, que nega processamento ao apelo. PREQUESTIONAMENTO. Adotando a decisão impugnada tese explícita sobre a matéria debatida, desnecessário acrescentar menção expressa a dispositivo legal para fins de prequestionamento, conforme Orientação Jurisprudencial n. 118 da SDI-1 do C. TST. Proc. 31359/99 - Ac. SE 20329/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 116

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. Atribui-se efeito modificativo aos embargos de declaração, reincluindo-se o feito na pauta de julgamento, quando comprovada uma das hipóteses do art. 535 do CPC (inteligência do Enunciado n. 278 e da Orientação Jurisprudencial n. 142 da SDI do C. TST). PREPOSTO. EXIGÊNCIA DA CONDIÇÃO DE EMPREGADO. Exceto quanto à reclamação de empregado doméstico, o preposto deve ser necessariamente empregado do reclamado. Inteligência do art. 843, § 1º, da CLT (Orientação Jurisprudencial n. 99 da SDI do C. TST). Proc. 9315/00 - Ac. SE 1422/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 47

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. Atribui-se efeito modificativo aos embargos de declaração quando comprovado o equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso, nos termos do art. 897-A da CLT. Proc. 35503/01 - Ac. 1ª Turma 25035/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 10

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. Havendo uma das hipóteses do art. 535 do CPC, há que se atribuir efeito modificativo aos embargos de declaração (inteligência do Enunciado n. 278 e da Orientação Jurisprudencial n. 142 da SDI do C. TST). Proc. 32162/99 - Ac. SE 16617/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 81

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. Não ocorrência. Os embargos declaratórios somente podem originar efeito modificativo em relação à decisão que a originou se não houver reforma na tese defendida mas apenas sua exclusão por enfrentamento de outra não analisada. Proc. 27883/01 - Ac. 2ª Turma 10420/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 25/7/2002, p. 66

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO DO JULGADO. POSSIBILIDADE. O efeito modificativo do julgado é expressamente admitido no caso de omissão (art. 879-A). Este permissivo já era reconhecido pelo C. TST, consoante se depreende do Enunciado n. 278. Isto não quer dizer, entretanto, que o juiz possa modificar seu entendimento a respeito da matéria já decidida (mediante outros argumentos), mas sim tão-somente, em acolhendo um pedido que foi omitido, modificar o "decisum". ACOLHIMENTO "EX OFFICIO" DA LITISPENDÊNCIA. NÃO OFENSA AO PRINCÍPIO DA "REFORMATIO IN PEJUS". A litispendência, por se tratar de matéria de ordem pública, se presente os seus requisitos, deve ser reconhecida, mesmo que a parte a quem aproveita não tenha dela recorrido. O seu acolhimento em sede de recurso, por sua vez, não acarreta ofensa ao princípio da "reformatio in pejus", porquanto mantida, ainda que por diverso fundamento, a decisão de origem. Proc. 10807/00 - Ac. SE 22373/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 5

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INTERRUPTIVOS. Por não ser órgão consultivo, não tem o Juízo de primeiro grau a obrigação legal de, uma a uma, responder a todas as questões deduzidas pelas partes, por se encontrar o acesso à instância recursal ordinária, diante da ampla devolutividade preconizada pelo § 1º, art. 515 CPC, livre de prequestionamentos. Daí, o escólio de José Carlos Barbosa Moreira no sentido de que a "amplíssima" devolução resultante dos "§§ 1º e 2º ..."não se cinge às questões efetivamente resolvidas na instância inferior: abrange também as que poderiam tê-lo sido", aí incluídas as "questões examináveis de

ofício" e as que, "não sendo examináveis de ofício, deixaram de ser apreciadas, a despeito de haverem sido suscitadas e discutidas pelas partes" (Comentários ao CPC, vol. V, 3ª edição, Forense, 1978, pág. 500). Proc. 24016/01 - Ac. 3ª Turma 23801/02. Rel. Veva Flores. DOE 13/5/2002, p. 220

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. CABIMENTO. Nada obsta que o próprio Juízo, constatando erro material aritmético, sanável, portanto, a qualquer tempo, proceda à retificação do acórdão embargado, "ex vi" do art. 463, II, do CPC, não importando tal correção em modificação do julgado. Proc. 37133/01 - Ac. 4ª Turma 21431/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 3/10/2002, p. 21

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ESCLARECIMENTOS. Acolhem-se os Embargos de Declaração se há equívoco a ser sanado, sem, entretanto, causar efeito modificativo no r. julgado. Proc. 36226/01 - Ac. 1ª Turma 14380/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 16

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (art. 267, VI, do CPC). Não se conhece de embargos declaratórios opostos por quem não figura como parte no processo. Proc. 31742/99 - Ac. SE 19916/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 26/9/2002, p. 51

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO RITO SUMARÍSSIMO. Quando não impugnada, antes do julgamento do feito, a conversão do rito processual, havida em sede de recurso, é matéria que refoge dos limites dos Embargos Declaratórios, pois, tal como suscitada, não tem o condão de caracterizar nenhuma omissão, contradição ou obscuridade, relativamente à prestação da tutela jurisdicional. Proc. 1464/00 - Ac. 1ª Turma 25052/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 40

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO RITO SUMARÍSSIMO. Quando não impugnada, antes do julgamento do feito, a conversão do rito processual, havida em sede de recurso, é matéria que refoge dos limites dos Embargos Declaratórios, pois, tal como suscitada, não tem o condão de caracterizar nenhuma omissão na prestação da tutela jurisdicional. Embargos Declaratórios não são o meio processual adequado para promover-se a revisão do julgado, especialmente se não apontam, efetivamente, nenhuma obscuridade, omissão ou contradição a ser saneada, questionando, preclusivamente, a adoção do procedimento instituído pela Lei n. 9.957/00. Proc. 13748/00 - Ac. 1ª Turma 25057/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 41

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INDENIZAÇÃO DO ART. 18 DO CPC. CABIMENTO. Se não se amoldam às restritas hipóteses preconizadas pelo art. 535 do CPC, os embargos de declaração revelam-se claramente protelatórios, justificando a incidência da cominação prevista pelo art. 17, VII, daquele mesmo diploma processual. Proc. 14940/00 - Ac. 1ª Turma 15835/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 29/8/2002, p. 50

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERPOSIÇÃO OBJETIVANDO RECONHECIMENTO DE RESPONSABILIDADE SUBSDIÁRIA OU SOLIDÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. No caso em apreço, o objeto dos presentes embargos declaratórios, qual seja, o reconhecimento da responsabilidade subsidiária ou solidária da reclamada Petrobras (tomadora) com a Intermon (empregadora e prestadora de serviços), foi devidamente analisado pela r. decisão embargada, que decidiu ser a tomadora dona da obra, tendo esta celebrado um contrato de natureza civil com a prestadora Intermon, afastando sua eventual culpa "in eligendo" e "in vigilando", bem como a aplicação do Enunciado n. 331, IV, do TST. Como se não bastasse, trata-se a tomadora Petrobras de empresa ligada à administração pública, não podendo ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente, nos termos da Lei n. 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XXI, da CF/88. Com efeito, a embargante não demonstrou qualquer vício eventualmente existente no V. Acórdão embargado, revelando apenas o desejo de prequestionamento de matéria, motivo pelo qual rejeito os embargos. Proc. 37072/01 - Ac. 5ª Turma 17613/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUPÇÃO DE PRAZO. de acordo com o art. 538 do CPC, aplicável de forma subsidiária ao processo do trabalho, a apresentação de embargos declaratórios interrompe o prazo para interposição de outros recursos, por qualquer das partes. Proc. 4951/02 - Ac. 5ª Turma 16501/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. Interposição tempestiva de Embargos Declaratórios interrompe o prazo recursal, ainda que não conhecidos (art. 538, do CPC). Proc. 33346/01 - Ac. 5ª Turma 4568/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 41

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA. Embargos de declaração podem ser opostos somente nos termos do art. 897-A da CLT. Como a parte pretendeu em 1ª instância a reapreciação de matéria e porque em sede de sentença de primeiro grau o prequestionamento é descabido por não comportar recurso de revista de forma direta, correto considerar os embargos protelatórios e aplicar multa à embargante. Proc. 2435/02 - Ac. 1ª Turma 252/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 9/5/2002, p. 6

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA POR PROTELATÓRIOS. INTERPOSIÇÃO DE OUTRO RECURSO. OBRIGATORIEDADE DO RESPECTIVO RECOLHIMENTO. Não há como e porque separar e condicionar "a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo", de que trata o parágrafo único, do art. 538, do CPC, apenas quando da reincidência no oferecimento de embargos declaratórios procrastinatórios, quando esta - a reincidência - apenas justifica o aumento da multa imposta mas que, como a anterior - a multa primeiramente imposta -, visa a obstar que aqueles sejam oferecidos, proibição essa que está à base da idéia principal do parágrafo em exame, e que autoriza, impõe mesmo, que o respeitante depósito, como condição para interposição de outro recurso, se aplique em ambos os casos de imposição de multa, ligadas que estão, insista-se, à idéia central de coibir a prática de se apresentar embargos declaratórios protelatórios. Proc. 5326/02 - Ac. 1ª Turma 13184/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/8/2002, p. 54

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO CONHECIDOS. INTERPOSIÇÃO TEMPESTIVA. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. ART. 538 DO CPC. Mesmo que os embargos declaratórios não sejam conhecidos por falta de algum pressuposto processual, mas interpostos tempestivamente, estará interrompido o prazo recursal, nos termos do art. 538 do CPC. Proc. 6416/02 - Ac. 5ª Turma 7947/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/7/2002, p. 40

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Não houve cerceamento de defesa. Uma vez formada sua convicção, o juiz pode dispensar providências que entenda desnecessárias, julgando de acordo com seu livre convencimento motivado, conforme preceitua o art. 131 do CPC. Proc. 26729/99 - Ac. SE 26818/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBJETIVANDO NOVA ANÁLISE DOS ARGUMENTOS. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO. De acordo com o art. 535 do CPC cabem embargos de declaração apenas e tão-somente quando houver na sentença ou no acórdão obscuridade, contradição ou omissão, inexistindo qualquer previsão legal para a utilização de tal remédio para nova discussão dos argumentos lançados na sentença embargada. Assim, faltando previsão legal para o manejo de embargos declaratórios com o único objetivo de obter nova análise dos argumentos, os mesmos sequer devem ser conhecidos, e, por via de conseqüência, não interrompem o prazo para a interposição do recurso cabível, o que só é possível para os embargos de declaração regularmente opostos (art. 538, CPC). Proc. 30921/01 - Ac. 3ª Turma 27975/02. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 15/7/2002, p. 134

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. Acolhem-se os Embargos de Declaração apenas para prestar esclarecimentos quando há obscuridade a ser sanada, sem, entretanto, causar efeito modificativo no julgado. Proc. 5321/99 - Ac. 1ª Turma 20011/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 90

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração fundamentados em obscuridade e contradição do julgado se a pretensão do Embargante está a exigir novo pronunciamento sobre matéria já decidida ou reapreciação de provas. Proc. 1690/99 - Ac. 1ª Turma 28342/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 146

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Desenvolvidas as razões suficientes para a definição da fonte de convencimento e oferecida a prestação jurisdicional, não se impõe a exaustão de todos os motivos que levam ao mesmo fim. Com efeito, o julgador não se obriga a responder a toda e qualquer argumentação trazida a juízo, senão àquilo que se mostrar suficiente ao regular e adequado deslinde da causa, sendo certo que isso não implica em omissão, contradição ou obscuridade. Proc. 19277/01 - Ac. 3ª Turma 9945/02-PATR. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 18/7/2002, p. 20

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Não tendo sido apreciada na decisão de primeiro grau, não há que se falar em omissão do v. acórdão regional, restando inviável a apreciação de matéria preclusa por inércia da parte interessada, a qual deixou de interpor embargos de declaração, oportunamente, em face da sentença. Proc. 1271/00 - Ac. 3ª Turma 9849/02-PATR. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 18/7/2002, p. 17

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração fundamentados em omissão do julgado se a pretensão da Embargante está a exigir pronunciamento sobre matéria não inserida nas razões recursais. Proc. 475/99 - Ac. 1ª Turma 24183/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 15

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. Desenvolvidas as razões suficientes para a definição da fonte do convencimento e oferecida a prestação jurisdicional, não se impõe a exaustão de todos os motivos que levam ao mesmo fim. Com efeito, o julgador não se obriga a responder a toda e qualquer argumentação trazida a juízo, senão àquilo que se mostrar suficiente ao regular e adequado deslinde da causa, sendo certo que tal não implica em omissão, contradição ou obscuridade. Proc. 2412/99 - Ac. 3ª Turma 32640/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 15/7/2002, p. 280

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. CONTRADIÇÃO. Rejeitam-se os Embargos de Declaração fundamentados em omissão, obscuridade ou contradição do julgado se a pretensão das embargantes está a exigir novo pronunciamento sobre matéria já decidida ou reapreciação de provas. Proc. 12345/00 - Ac. 1ª Turma 1575/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/1/2002, p. 51

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. Mantida a sentença por seus próprios fundamentos quanto às questões suscitadas em sede de embargos de declaração, nos moldes do permissivo contido no art. 895, § 1º, inciso IV, parte final, da CLT, não há que se falar em omissão do acórdão, uma vez que o pronunciamento pretendido é aquele contido na decisão de primeiro grau. Ademais, desenvolvidas as razões suficientes para definição da fonte do convencimento e oferecida a prestação jurisdicional, não se impõe a exaustão de todos os motivos que levam ao mesmo fim, pois o julgador não se obriga a responder a toda e qualquer argumentação trazida a juízo, senão àquilo que se mostrar suficiente ao regular e adequado deslinde da causa, sendo certo que tal não implica, por si só, em omissão. Proc. 27487/99 - Ac. SE 25894/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. Mantidas as razões de decidir do Juízo "a quo", conforme expressa permissão legal contida no art. 895, § 1º, inciso IV, parte final, da CLT, não há que se falar em omissão do acórdão, pois tal omissão, se presente, já maculava a decisão de primeiro grau, restando inviável a apreciação de matéria preclusa por inércia da parte interessada que deixou de interpor embargos de declaração, oportunamente, em face da sentença. Proc. 27131/01 - Ac. 3ª Turma 32638/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 15/7/2002, p. 280

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. CONCEITO. O ponto omisso a que se referem o art. 535, II, do CPC e o art. 897-A, da CLT é o que recai sobre as conclusões do julgado, ou seja, sobre ponto que deveria ser decidido e não o foi. Não se pode confundir omissão de pronunciamento com omissão de motivação, uma vez que esta diz respeito aos argumentos das partes que podem ser modificados ou até rejeitados implicitamente, valendo a máxima de que o juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a sua decisão. Proc. 33712/01 - Ac. 3ª Turma 16062/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 29/8/2002, p. 68

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OPOSTOS POR PETICIONAMENTO ELETRÔNICO. Não se conhecem os embargos de declaração interpostos por peticionamento eletrônico quando o texto original não é apresentado ao juízo no prazo legal. Proc. 38476/01 - Ac. 1ª Turma 14483/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 20

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. Acolhem-se os Embargos de Declaração para evidenciar a matéria argüida em Recurso Ordinário e possibilitar a devolução do tema em sede de recurso de natureza extraordinária. Proc. 27228/98 - Ac. 1ª Turma 24179/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 15

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. CONTROVÉRSIA NASCIDA ORIGINARIAMENTE NO PRÓPRIO ACÓRDÃO. NÃO CABIMENTO. Em se tratando de controvérsia nascida originariamente no próprio acórdão, não há que se falar em prequestionamento da matéria através de embargos de declaração. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI-1 n. 119 do C. TST. Proc. 17228/00 - Ac. 2ª Turma 19721/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 102

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

OMISSÃO INEXISTENTE. Desnecessária a adoção de tese explícita quando a decisão embargada se encontra apoiada em súmula jurisprudencial de Tribunal Superior, e os acórdãos que a fundamentam abordam todas as questões prequestionadas pela parte. Proc. 5454/02 - Ac. 1ª Turma 31243/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 10/1/2003, p. 62

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESENÇA DE CAUSA PREVISTAS NO ART. 535 DO CPC. ACOLHIMENTO. Comprovado que a decisão embargada incorreu em omissão - vício elencado no art. 535 do CPC -, impõe-se o acolhimento dos embargos declaratórios, dando-lhes efeito modificativo. Proc. 8632/02 - Ac. 2ª Turma 27927/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 14

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRESENÇA DE UMA DAS CAUSAS PREVISTAS NO ART. 535 DO CPC. ACOLHIMENTO. Comprovado que a decisão embargada perpetrou em erro material, a implicar na contradição entre os termos da fundamentação e a conclusão, há que se acolher os Embargos Declaratórios, corrigindo tal falha, para que a prestação jurisdicional seja entregue em toda sua plenitude. Proc. 250/99 - Ac. 2ª Turma 31436/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 241

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. Constituem-se os embargos declaratórios em meio processual inadequado para promover-se a revisão do julgado, mormente se não apontam nenhuma obscuridade, omissão ou contradição a ser sanada, limitando-se a questionar adoção do Procedimento Sumaríssimo, instituído pela Lei n. 9.957/00. Proc. 11202/00 - Ac. SE 14618/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. Embargos declaratórios dependem da demonstração inequívoca da existência das irregularidades previstas no art. 535 da CLT e art. 897-A da CLT, não se constituindo em meio processual adequado para promover-se a revisão do julgado, mormente se não apontam, efetivamente, nenhuma obscuridade, omissão ou contradição a ser saneada, limitando-se a questionar, perante instância imprópria, a adoção do procedimento instituído pela Lei n. 9.957/00. Proc. 31927/99 - Ac. SE 14637/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 12

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Os arts. 6º, da LICC e 1.211, do CPC, ambos de inequívoca aplicação subsidiária (art. 769, da CLT) não deixam dúvidas de que a imposição do rito sumaríssimo nas causas com pedido de até 40 vezes o valor do salário mínimo, em vigor na data de ajuizamento da ação, tem efeito imediato sobre os feitos pendentes. Incumbe ao intérprete a rica tarefa de atuar como elemento integrador e complementar da lei escrita (TRT 3ª Região - 3T - AP 2003/00 (RO 22389/97) - Rel. Juiz Adriana Goulart de Sena - DJMG 24/10/2000, pág. 6). Proc. 27880/99 - Ac. SE 19938/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 26/9/2002, p. 52

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROTELATÓRIOS. Sendo manifestamente protelatórios os embargos, deverá a embargante pagar ao reclamante multa de 1% (um por cento) sobre o valor atribuído à causa, corrigido. Proc. 11159/00 - Ac. SE 14619/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REANÁLISE DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. Entendo plenamente válida a homologação havida no Juízo de 1ª instância, eis que as partes, de livre e espontânea vontade, acordaram valores que entendiam razoáveis para ambos, sendo-lhes lícito terminarem o litígio mediante concessões mútuas, nos termos do art. 1.025 do CC. Se na inicial o reclamante pediu verbas salariais, mas concordou em receber valores menores, isso não implica em fraude, mesmo porque, até então, não é possível saber exatamente o quanto era devido ao trabalhador, podendo ser maior ou menor o valor. Com efeito, a não homologação importaria em violação da lei (arts. 764, § 3º da CLT e 1.025 do CC), em negativa da prestação jurisdicional, ainda que as partes, de comum acordo no transcorrer da lide, tenham ampliado ou reduzido os limites iniciais do pedido. A ampliação do objeto da lide equivale a uma emenda do pedido inaugural, com a concordância da parte contrária (art. 264 do CPC); enquanto que a redução implica na desistência do pedido por parte do autor. Não havendo prejuízo às partes, nem fim ilícito ou proibido por lei, essa negativa não se justifica, sendo vedado ao juiz fazê-lo. Nesse sentido, não existindo quaisquer vícios no V. Acórdão, rejeito os embargos. Proc. 29264/01 - Ac. 5ª Turma 17610/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REJEIÇÃO. Embargos de declaração não constituem remédio processual adequado a provocar o reexame da matéria decidida em sede de recurso ordinário, e somente são admitidos quando presente alguma omissão, obscuridade ou contradição no julgado, o que não ocorreu no caso em tela. Proc. 10735/00 - Ac. SE 19932/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 26/9/2002, p. 52

EMBARGOSDEDECLARAÇÃO.VÍCIODEREPRESENTAÇÃOPROCESSUAL.NÃOCONHECIMENTO. Não são conhecidos os embargos de declaração interpostos por advogado não regularmente constituído nos autos, especialmente quando não se tratar de caso de urgência e estiver a parte embargante representada por outros profissionais. Inteligência do art. 37 do CPC e art. 5º da Lei n. 8.906/94. Proc. 172/02 - Ac. 2ª Turma 14270/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/8/2002, p. 67

EMBARGOS DE TERCEIRO

EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. LEVANTAMENTO DE PENHORA. Indefere-se o levantamento da penhora que recaiu sobre bem gravado pela alienação fiduciária se este apenas compôs rol de garantia do pagamento de empréstimo efetuado em estabelecimento bancário que, intimado a manifestar-se, não se opôs à constrição. Proc. 7930/02 - Ac. 1ª Turma 3925/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

EMBARGOS DE TERCEIRO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIBERAÇÃO DE PENHORA. Defere-se o levantamento da penhora que recaiu sobre bem gravado pela alienação fiduciária se cumpridas as exigências legais atinentes à matéria, comprovada a boa-fé do terceiro e quando o total dos pagamentos realizados não autoriza o acolhimento da medida. Proc. 6103/02 - Ac. 1ª Turma 3932/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

EMBARGOS DE TERCEIRO. ANTERIOR À EFETIVAÇÃO DA PENHORA. INCABÍVEIS. A notícia de que foi declarada em fraude à execução a alienação do bem imóvel, por si só, não caracteriza o esbulho ou turbação na posse do bem, sendo pressuposto indispensável para ajuizamento dos embargos de terceiro, que tenha ocorrido apreensão judicial do bem através de qualquer das formas enumeradas no art. 1.046, do CPC. Sua ausência, prejudica o conhecimento da pretensão e impõe a extinção do processo sem julgamento do mérito, a teor do disposto no art. 267, VI, do CPC. Proc. 20707/02 - Ac. 5ª Turma 24772/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 25/10/2002, p. 40

EMBARGOS DE TERCEIRO. AUSÊNCIA DE REGISTRO DO INSTRUMENTO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. O art. 1.046, § 1º, CPC, permite o ajuizamento de Embargos de Terceiro pelo possuidor, entendimento esse preconizado pela Súmula n. 84 do STJ. Ainda que não esteja registrada no Registro instrumento de venda e compra de imóvel demonstra a posse de boa-fé do terceiro, com reconhecimento de firma na mesma data de sua assinatura. Estando o instrumento com data anterior ao ajuizamento da reclamação trabalhista, não resta caracterizada a fraude, nos moldes do art. 593, II, CPC, devendo ser liberado o bem da constrição, porque pertencente a terceiro. Proc. 760/02 - Ac. 3ª Turma 6418/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 27/6/2002, p. 27

EMBARGOS DE TERCEIRO. AUTOMÓVEL. AQUISIÇÃO POSTERIOR À PROPOSITURA DA RECLAMATÓRIA. IMPROCEDÊNCIA. Adquirindo o agravante (mesmo que de boa-fé) bem da executada quando contra a mesma já corria demanda trabalhista capaz de reduzi-la à insolvência, patente está o intuito de frustrar a execução. Consoante o art. 593, II, do CPC, é ineficaz, a compra e venda realizada, devendo o bem alienado responder pela satisfação do crédito do exeqüente. Proc. 38875/01 - Ac. SE 19925/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/9/2002, p. 52

EMBARGOS DE TERCEIRO. BEM PARTICULAR DO SÓCIO. VALIDADE DA PENHORA. AGRAVO DE PETIÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Sujeitando-se ao pagamento das dívidas da sociedade os bens particulares dos sócios proprietários desta (art. 592, CPC), e não sendo nomeado por estes bens daquela, consoante lhes faculta o art. 596, § 1º do CPC, presume-se a insolvência do empreendimento, tornando exeqüível a constrição judicial dos bens particulares dos sócios. Proc. 36239/01 - Ac. SE 20386/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 118

EMBARGOS DE TERCEIRO. CABIMENTO. Só pode intentar embargos de terceiro quem não for "parte no processo" (art. 1.046 CPC), pois, se for, terá a parte-insurgente de, se quiser ser excluída do processo executório, intentar embargos à execução, argüindo ilegitimidade passiva, nos termos do art. 741, III, CPC. Proc. 22639/01 - Ac. 3ª Turma 25637/02. Rel. Veva Flores. DOE 15/7/2002, p. 59

EMBARGOS DE TERCEIRO. CONJUNTO PROBATÓRIO. VALORAÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO

DA CONDIÇÃO DE TERCEIRO. INDEFERIMENTO. A condição de terceiro do embargante, diante de créditos trabalhistas em execução, deve ser perquirida à luz de todo conjunto probatório, a ser valorado segundo o princípio da persuasão racional. Se os elementos constantes dos autos denunciarem a responsabilidade daquele que se diz terceiro, outro não deve ser o caminho senão o do indeferimento dos embargos. Proc. 24460/02 - Ac. 2ª Turma 27664/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 25

EMBARGOS DE TERCEIRO. EMPRESA SUCESSORA. PARTE LEGÍTIMA PARA RESPONDER PELO CRÉDITO. ILEGITIMIDADE DE PARTE. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Detém legitimidade para a ação de Embargos de Terceiros, a pessoa que, não sendo parte no processo, defende bens que tenha na qualidade de senhor ou possuidor e que não podem ser objeto de apreensão judicial. Entretanto, reconhecida a qualidade de sucessora, perde a condição de terceiro. A empresa deve responder pelo crédito trabalhista, pois detém legitimidade para figurar no pólo passivo da execução. Em decorrência, os Embargos de Terceiros revela-se instrumento inadequado para a defesa dos direitos, importando na extinção do processo sem julgamento de mérito. Proc. 5314/02 - Ac. 2ª Turma 2797/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

EMBARGOS DE TERCEIRO. FALTA DE OBJETO. Inexistindo moléstia da posse, turbação ou esbulho consumados, perdem o objeto os embargos de terceiro, que devem ser julgado de plano extintos, eis que não seguro o Juízo. Proc. 28691/02 - Ac. 5ª Turma 31643/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 95

EMBARGOS DE TERCEIRO. FRAUDE. Comprovada a existência de conluio entre o executado e o terceiro embargante, com o fim de frustar a execução, indefere-se a liberação dos bens penhorados, com fulcro no art. 9º da CLT. Proc. 18976/02 - Ac. 1ª Turma 23974/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 8

EMBARGOS DE TERCEIRO. ILEGITIMIDADE. Não tem legitimidade para propor embargos de terceiro quem figurou no processo principal como parte e não se enquadra na exceção prevista no § 2º do art. 1.046 do CPC. Proc. 23162/02 - Ac. 1ª Turma 27398/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 15

EMBARGOS DE TERCEIRO. INTEMPESTIVIDADE. O prazo para interposição dos Embargos de Terceiro é de cinco dias, contados dos atos mencionados na parte final do art. 1.048 do CPC e a intempestividade de sua interposição acarreta o não conhecimento da medida. Proc. 27700/01 - Ac. 1ª Turma 16798/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 5

EMBARGOS DE TERCEIRO. INTERESSE DE AGIR. Carece de interesse de agir o terceiro que pretende embargar a execução de bem que não lhe pertence ou cujo direito sobre este não fora turbado pela decisão judicial. Proc. 33069/01 - Ac. 5ª Turma 30976/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

EMBARGOS DE TERCEIRO. LEGITIMIDADE. SÓCIOS. Os sócios da reclamada não são terceiros quando a penhora recai sobre seus bens particulares à falta de bens da empresa executada, porquanto ocorre a desconsideração da personalidade jurídica. Falecido algum sócio, a condição de executado ostentada por este se transmite aos seus sucessores. São estes tanto quanto o "de cujus" parte ilegítima para ofertarem embargos de terceiro. Proc. 34156/01 - Ac. 5ª Turma 32220/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

EMBARGOS DE TERCEIRO. PARTE NO PROCESSO PRINCIPAL. ILEGITIMIDADE. Conforme preceitua o art. 1.046 do CPC, as partes do processo principal não detêm legitimidade para propor embargos de terceiros. Proc. 19166/02 - Ac. 1ª Turma 23978/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 8

EMBARGOS DE TERCEIRO. PENHORA. BEM MÓVEL. POSSE E PROPRIEDADE. FRAUDE À EXECUÇÃO. Indefere-se o pedido de exclusão de penhora se o bem móvel encontrava-se na posse da Executada e a Embargante não comprovou ter adquirido a propriedade em data anterior ao ajuizamento da ação, deixando, portanto, de descaracterizar a fraude à execução. Proc. 8496/02 - Ac. 1ª Turma 3919/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 5

EMBARGOS DE TERCEIRO. PESSOA JURÍDICA INCLUÍDA NA EXECUÇÃO. ILEGIMIDADE. A pessoa jurídica integrada à lide, ainda que no processo de execução, não detém legitimidade para propor embargos de terceiro, eis que tal remédio processual somente é oponível por quem não é parte no processo, conforme disposto no art. 1.046, do CPC. Proc. 1496/01 - Ac. 3ª Turma 27843/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 131

EMBARGOS DE TERCEIRO. POSSUIDOR. O art. 1.046, § 1º, CPC, permite o ajuizamento de embargos de terceiro pelo possuidor, entendimento esse preconizado pela Súmula n. 84 do STJ. Ainda que não esteja registrada no Registro de Imóveis, a escritura pública de venda e compra de imóvel demonstra a posse de boa-fé do terceiro. Estando a escritura com data anterior ao ajuizamento da reclamação trabalhista, não resta caracterizada a fraude, nos moldes do art. 593, II, CPC, devendo ser liberado o bem da constrição, porque pertencente a terceiro. Proc. 23792/01 - Ac. 3ª Turma 14070/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 78

EMBARGOS DE TERCEIRO. PROPOSTOS POR UM CÔNJUGE NA DEFESA DA MEAÇÃO DO OUTRO. ILEGITIMIDADE. O cônjuge é parte ilegítima para propor Embargos de Terceiro na defesa de bens pertencentes à meação de seu consorte, nos termos do §3º do art. 1.046 do CPC. Proc. 381/02 - Ac. 1ª Turma 8771/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 9

EMBARGOS DE TERCEIRO. PROPRIEDADE DO BEM. Não há que se afastar a penhora sobre bem que terceiro alega lhe pertencer, se este não faz prova cabal dessa alegação. Proc. 2147/02 - Ac. 5ª Turma 16509/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

EMBARGOS DE TERCEIRO. PROPRIEDADE DO BEM PENHORADO. PROVA INDISPENSÁVEL. Quando o embargante, para a defesa dos bens penhorados, alega a sua propriedade, a prova do domínio destes bens é condição indispensável para demonstrar sua qualidade de terceiro senhor e possuidor. Proc. 1941/00 - Ac. 3ª Turma 27847/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 131

EMBARGOS DE TERCEIRO. PROVA. É do embargante o ônus de provar que nunca participou como sócio da empresa executada, principalmente se esta não possui personalidade jurídica. Proc. 37274/01 - Ac. 3ª Turma 22466/02. Rel. Domingos Spina. DOE 13/5/2002, p. 178

EMBARGOS DO EXECUTADO

EMBARGOS DO EXECUTADO. UNIFICAÇÃO DO PRAZO PARA TRINTA DIAS. RESTRIÇÃO À FAZENDA PÚBLICA A unificação do prazo de interposição de embargos à execução para trinta dias, determinada por Medida Provisória, alterou o art. 730 do CPC, que trata de execução contra a Fazenda Pública. Se aplicada a aludida unificação ao art. 884 da CLT, no caso vertente, sendo a agravante empresa privada, não faria jus ao privilégio em tela. Ademais a questão da unificação de prazos promovida pela Medida Provisória é polêmica, pois gera tratamento desigual entre as partes no processo. Destarte, o prazo para apresentação desses embargos continua a ser de 5 dias. Proc. 7153/02 - Ac. 5ª Turma 19017/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 19/9/2002, p. 71

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. Todos os feriados municipais, suspensões da contagem dos prazos determinados pelo Tribunal ou suspensões do expediente das Varas do Trabalho devem ser certificados nos autos dos processos (CNC, Capítulo ORD, art. 9º). À falta de tal providência e de manifestação oportuna da parte interessada, não se vislumbra contradição no acórdão que deixa de considerar elemento não constante dos autos para efeito de aferição do pressuposto recursal da tempestividade. Proc. 30385/99 - Ac. SE 14590/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. EMENTA E DISPOSITIVO. A contradição que autoriza a interposição de embargos de declaração é a que ocorre entre a fundamentação e o dispositivo. A ementa não faz parte do julgado, não se constituindo em decisão. Daí, não há falar-se em contradição em face de eventual discrepância entre a ementa e o dispositivo do acórdão. Proc. 28272/01 - Ac. 3ª Turma 17942/02-PATR. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 19/9/2002, p. 42

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. Evidente o erro material, acolhe-se os embargos de declaração para determinar sua correção. Proc. 31826/99 - Ac. SE 26755/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. IMPROPRIEDADE. Os embargos de declaração não se prestam ao

reexame de provas ou da matéria decidida em sede de recurso ordinário, somente sendo admitidos quando presente omissão, obscuridade ou contradição no julgado. Proc. 22061/01 - Ac. 3ª Turma 17941/02-PATR. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 19/9/2002, p. 42

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. IMPROPRIEDADE. Os embargos de declaração não se prestam ao reexame de provas ou da matéria decidida no recurso ordinário, somente sendo admitidos quando presente omissão, obscuridade ou contradição no julgado. Por outro lado, desenvolvidas as razões suficientes para a definição da fonte do convencimento e oferecida a prestação jurisdicional, não se impõe a exaustão de todos os motivos que levam ao mesmo fim. Com efeito, o julgador não se obriga a responder a toda e qualquer argumentação trazida a juízo, senão àquilo que se mostrar suficiente ao regular e adequado deslinde da causa, sendo certo que tal não implica em omissão, contradição ou obscuridade. Proc. 19889/01 - Ac. 3ª Turma 17947/02-PATR. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 19/9/2002, p. 42

EMBARGOS. DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. Não se vislumbra omissão em acórdão quanto a matéria não ventilada nas razões de recurso ordinário e que não deva ser apreciada de ofício. Proc. 2003/97 - Ac. SE 31429/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 241

EMENDA CONSTITUCIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL. N. 28/00. APLICAÇÃO. A EC n. 28/00, apesar da SDI n. 271 do TST, não pode gerar efeito retroativo contra os trabalhadores rurais, que ao tempo da vigência da norma constitucional revogada, tinham a garantia de poder discutir eventuais direito violados após a extinção de seu contrato, principalmente porque seu empregador poderia, na forma do art. 233 da mesma Constituição, pedir, com efeito liberatório, a homologação do cumprimento de suas obrigações até o advento da Emenda, bem como, pelo fato de que a Emenda, apesar de seu aspecto processual, não revoga retroativamente as disposições anteriores, como o fez o art. 17 do ADCT. Proc. 31629/01 - Ac. 2ª Turma 27544/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 20

EMPREGADA DOMÉSTICA

EMPREGADA DOMÉSTICA. CONTATO COM ANIMAIS DOMÉSTICOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ATIVIDADE RURÍCOLA. APLICAÇÃO DA LEI N. 5.859/72. HORAS EXTRAS. INDEVIDAS. Era ônus da reclamante provar que a propriedade rural, na qual trabalhava, tinha fins lucrativos, para que ficasse caracterizado o trabalho rurícola. Tendo restado provado que a empregada não tinha contato com a agricultura, a pecuária, a avicultura, ou outras atividades afins, mas que atuava no trato de animais domésticos (cão, gato, papagaio são animais domésticos), irrelevante tenha havido o recolhimento do FGTS e a entrega das guias CD para fins de seguro-desemprego, eis que ambos benefícios têm caráter opcional para essa categoria, e optou o empregador por pagá-lo (FGTS) e entregá-las (guias CD) à mesma. Configurando, assim, sua atividade como doméstica, nos termos da Lei n. 5.859/72, não faz jus às horas extras e reflexos e demais verbas não exigidas por sua lei própria. Proc. 36992/00 - Ac. 5ª Turma 5553/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 36

EMPREGADO DOMÉSTICO

EMPREGADO DOMÉSTICO. FÉRIAS PROPORCIONAIS E EM DOBRO. DIREITO NÃO RECONHECIDO. Como o art. 7º, alínea "a", da CLT, exclui o empregado doméstico das disposições pertinentes aos trabalhadores em geral, e a Lei n. 5.859/72, específica, não prevê o direito às férias proporcionais, nem à dobra pela concessão após 12 meses da aquisição, não pode ser reconhecido o direito correspondente. A CF não trouxe qualquer alteração, e o Decreto n. 71.885/73, que veio para regulamentar o disposto na Lei n. 5.859/72, ao referir-se à aplicação do capítulo das férias da CLT aos domésticos, não tem validade, pois evidentemente afastou-se do seu intuito, indo além dos limites da lei que deveria apenas regulamentar. Proc. 19252/01 - Ac. 2ª Turma 2933/02. Rel. Mariane Khayat. DOE 28/1/2002, p. 23

EMPREGADO DOMÉSTICO. MARINHEIRO. EMBARCAÇÃO PARTICULAR DE RECREIO. FINALIDADE MERCANTIL. INEXISTÊNCIA. RECONHECIMENTO. Considera-se doméstico "aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas" (art. 1º, Lei n. 5.859/72); nesse diapasão, só há de ser classificado o trabalhador como

doméstico se a prestação de serviços estiver voltada - ou introjetada - para a usufruição pessoal ou familiar. Vale dizer, a tônica do dispositivo está centrada na finalidade não lucrativa da tarefa realizada pelo trabalhador, independentemente se a prestação de serviços ocorre, ou não, no espaço físico em que reside o contratante. Restando comprovada a ativação do recorrido - marinheiro de embarcação particular - em favor do reclamado apenas no âmbito recreativo-familiar, não existindo nela qualquer finalidade econômica ou lucrativa, não há como se afastar o reconhecimento de contrato de trabalho doméstico. Proc. 4987/00 - Ac. 2ª Turma 4414/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 73

EMPREGADO DOMÉSTICO. REGIME JURÍDICO. A Doutrina é majoritária em afirmar que nem a Carta Magna nem a Lei do Empregado Doméstico (Lei n. 5.859/72) revogaram a CLT, na parte que excluiu essa espécie de profissional da proteção geral. O art. 7º, alínea "a", da CLT, é expresso nessa exclusão. Quando a Constituição impõe um instituto legal, sem regulamentá-lo, deve-se aplicar a normatização já existente. Na hipótese, a Lei n. 5.859/72 e os mandamentos constitucionais (CF, art. 7º, parágrafo único). Proc. 31990/00 - Ac. 4ª Turma 6514/02. Rel. Desig. I. Renato Buratto. DOE 18/2/2002, p. 69

EMPREGADO DOMÉSTICO. RELAÇÃO DE EMPREGO. Na forma do art. 1º da Lei n. 5.859/73 e do art. 12, inciso II do Decreto n. 3.048/99, considera-se empregado doméstico aquele que presta serviços de natureza contínua, isto é, a semana toda, nada impedindo, é claro, que esta relação exista no vínculo não contínuo, desde que presentes os requisitos legais da relação de emprego. Proc. 4397/00 - Ac. 2ª Turma 27593/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

EMPREGADO PÚBLICO

EMPREGADO PÚBLICO. DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CONCURSO. INEXISTÊNCIA DO DIREITO POTESTATIVO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE RECONHECIDA. REINTEGRAÇÃO DETERMINADA. Não pode o administrador público, a seu talante e sem motivação, despedir empregado público contratado por meio de concurso, sob pena de afrontar os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade. Recurso acolhido para determinar a reintegração no emprego. Proc. 8960/00 - Ac. 3ª Turma 23599/02. Rel. Luiz José Dezena da Silva. DOE 13/5/2002, p. 213

EMPREGADO PÚBLICO. DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CONCURSO. INEXISTÊNCIA DO DIREITO POTESTATIVO DE RESILIÇÃO CONTRATUAL. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE RECONHECIDA. REINTEGRAÇÃO DETERMINADA. Não pode o administrador público, a seu talante e sem motivação, despedir empregado público contratado por meio de concurso, sob pena de afrontar os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade. Por cuidar-se de ato administrativo vinculado, havendo questionamento em juízo, o Administrador Público tem de provar os motivos que o embasaram, pena de ser decretada a sua nulidade. Recurso acolhido para determinar a reintegração no emprego. Proc. 8526/02 - Ac. 3ª Turma 19372/02-PATR. Rel. Luiz José Dezena da Silva. DOE 19/9/2002, p. 51

EMPREGADO RURAL

EMPREGADO RURAL. PRESCRIÇÃO. EC n. 28. Se a prescrição é regulada pela lei vigente na data da lesão do direito, a nova disposição que altera o seu prazo só pode produzir efeitos no futuro, não podendo incidir sobre os fatos pretéritos regulados pela lei revogada (CF art. 5º, XXXVI). Sobrevindo lei que diminua o prazo prescricional em desenvolvimento, ou que estabeleça prazo quando inexistente este, o prazo da lei nova deve ser computado da vigência desta, descartando-se o tempo decorrido anteriormente a ela. No caso da EC n. 28, o novo prazo de cinco anos por ela estabelecido para os empregados rurais deve ser contado da data de sua promulgação (29/05/00), vencendo em 29/05/05. Até então, não se aplicará a prescrição qüinqüenal aos empregados rurais. Proc. 30211/01 - Ac. 5ª Turma 31071/02. Rel. Ricardo Regis Laraia. DOE 15/7/2002, p. 229

EMPREGADO TARTARUGA

"ELEIÇÃO" DO "EMPREGADO TARTARUGA". ATO PATRONAL CONSTRANGEDOR E OFENSIVO

À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. EXPOSIÇÃO DO EMPREGADO A RIDÍCULO E A VEXAME. REPARAÇÃO POR DANO MORAL. VIABILIDADE. Afronta a dignidade da pessoa humana a instituição, pela empresa, de "eleição" mensal de "empregado tartaruga", para assim designar pejorativamente aquele trabalhador que cometeu atrasos no horário de entrada nos serviços, expondo o empregado "eleito" ao ridículo, além de colocá-lo em situação vexatória perante os demais colegas de trabalho. Louvável seria o empregador instituir mecanismos para estimular ou incentivar os seus empregados à assiduidade e à maior produtividade, sem causar-lhes constrangimentos no ambiente de trabalho. Pedido de reparação por dano moral que se acolhe. Proc. 29389/01 - Ac. 5ª Turma 11704/02. Rel. Desig. José Antonio Pancotti. DOE 8/4/2002, p. 3

EMPREGADOR

EMPREGADOR. PROFISSIONAL LIBERAL. CUMPRIMENTO DE NORMA COLETIVA. DIFERENÇAS SALARIAIS. NÃO OCORRÊNCIA. Os reclamados (profissionais liberais) só estariam adstritos ao cumprimento dos instrumentos coletivos trazidos à colação se tivessem participado da pactuação dessas normas. Em casos como estes, vigora o princípio da relatividade dos contratos, ou seja, as disposições contratuais só podem obrigar os convenentes, sendo certo que terceiros não podem ser compelidos ao seu cumprimento se não participaram do processo de pactuação dessas normas. Deste modo, inaplicáveis ao caso em apreço os instrumentos normativos acostados pelo autor, correto o decreto absolvitório de origem, que fica integralmente mantido. Proc. 38661/00 - Ac. 5ª Turma 10139/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

EMPREGO PÚBLICO

EMPREGO PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. VERBAS RESCISÓRIAS INDEVIDAS. O cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, após a edição da Constituição da República/88 (art. 37, II), é incompatível com a dispensa nos moldes da legislação trabalhista, não fazendo o seu ocupante jus às verbas rescisórias. Proc. 37160/01 - Ac. 4ª Turma 7293/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 4/7/2002, p. 31

EMPREITADA

EMPREITADA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Serviços prestados por empreita, inclusive para terceiros, sem a sujeição do trabalhador ao comando direto do contratante, não autoriza o reconhecimento do vínculo de emprego - ausência dos requisitos da não-eventualidade e da subordinação, qual seja este último o principal elemento da relação de emprego (CLT, art. 3º). Proc. 14622/00 - Ac. 1ª Turma 3179/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

EMPREITEIRO

EMPREITEIRO. OPERÁRIO OU ARTÍFICE. INEXISTENTE PROVA CONTUNDENTE DO DÉBITO. CONDENAÇÃO INADMISSÍVEL. Não obstante seja assegurado ao empreiteiro operário ou artífice a jurisdição trabalhista por força do previsto no art. 652, "a", III, da CLT, a prova da existência da empreitada nos moldes alegados como também da dívida deve ser contundente, sendo inadmissível a condenação por débito duvidoso. Proc. 14905/02 - Ac. 3ª Turma 17438/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 74

EMPRESA PÚBLICA

EMPRESA PÚBLICA. DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS. Ainda que se trate de empresa pública, nada impede a paga das diferenças salariais decorrentes do desvio de função apontado pelo empregado, enquanto perdurar a referida situação. Proc. 13210/00 - Ac. 1ª Turma 6654/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 73

ENQUADRAMENTO

ENQUADRAMENTO. COMO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. FINANCEIRA. NATUREZA

JURÍDICA. EMPREGADO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 55 DO TST. O fato das filiais do empregador serem utilizadas por outra empresa (primeira ré) pertencente ao mesmo grupo econômico, desempenhando atividades típicas de estabelecimento financeiro, nos termos da Lei n. 4.595/64, importa, para o direito do trabalho, no enquadramento do empregador como estabelecimento bancário, na forma do Enunciado n. 55, do C. TST. Proc. 7373/02 - Ac. 5ª Turma 22194/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 3/10/2002, p. 31

ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL

ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. BANCÁRIO. COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL. IMPOSSIBILIDADE. Muito embora integrem as cooperativas de crédito o sistema financeiro nacional na qualidade de instituições financeiras privadas (art. 17, "caput" c/c art. 18, § 1º da Lei n. 4.595/64), não constituem entidade bancária, sequer por equiparação, porquanto distintas em sua forma constitutiva e na ausência de fim lucrativo. Dessa forma, não são seus empregados bancários, não havendo que se falar, na hipótese, em incidência do Enunciado n. 55 do C. TST. Proc. 8920/02 - Ac. 2ª Turma 23814/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 13

ENQUADRAMENTO SINDICAL

ENQUADRAMENTO SINDICAL. O enquadramento profissional do empregado faz-se, via de regra, pelo princípio da atividade preponderante da empresa reclamada, que, no caso dos autos, é a de fabricação de massas alimentícias, de sorte que o litígio será solucionado tão-somente à luz das Convenções Coletivas de fls. 11/62, uma vez que a atividade econômica desenvolvida pelo reclamado está inserta naquelas praticadas pelo sindicato patronal constante daqueles instrumentos. Proc. 10743/00 - Ac. SE 1337/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ENQUADRAMENTO SINDICAL. O enquadramento sindical do empregado se faz segundo a atividade preponderante do empregador. Ao securitário não se aplicam as disposições constantes da seção I, do Título III, da CLT. Proc. 9019/00 - Ac. SE 28114/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 9

ENQUADRAMENTO SINDICAL. CATEGORIA DIFERENCIADA. NORMA COLETIVA. ABRANGÊNCIA. No direito brasileiro, o enquadramento sindical é feito segundo a atividade preponderante do empregador, independentemente das funções exercidas pelo empregado, salvo no caso das chamadas categorias profissionais diferenciadas. No entanto, mesmo nessa hipótese, as normas coletivas alcançam apenas as partes diretamente envolvidas na sua pactuação; não abrangem terceiros, alheios à sua formação negocial. Nesse sentido, a Orientação Jurisprudencial n. 55 da SBDI-1, do C. TST. Proc. 13706/00 - Ac. 1ª Turma 6656/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 73

ENQUADRAMENTO SINDICAL. MEDICINA EM GRUPO. ATUAÇÃO NESTA CATEGORIA NÃO COMPROVADA. INADMISSIBILIDADE. O enquadramento sindical de empresa que atua em atividades de natureza distintas obedece a regra da atividade preponderante da empresa. "In casu", muito embora tenha sido demonstrado no contrato social a possibilidade de atuação da reclamada no ramo da medicina em grupo, não se desonerou a empresa de seu ônus de provar que realmente atuava neste ramo da atividade econômica, de sorte que se torna inviável a aplicação das normas coletivas que foram negociadas pelo sindicato representativo das empresas de medicina em grupo. Proc. 14690/00 - Ac. 1ª Turma 11021/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 64

ENTE PÚBLICO

ENTE PÚBLICO. CONTRATO DE TRABALHO IRREGULAR. NULIDADE. LEIS MUNICIPAIS NS. 6.652/91 E 6.724/91. CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO. Sendo as regras para a contratação de pessoal por tempo determinado regularmente fixadas a nível municipal e, deixando o ente público de cumprir a lei própria, afrontando, por conseguinte, a CF (art. 37, inciso IX), conclui-se que essa pactuação, desde sua origem, esteve contaminada por nulidade absoluta, havendo prestação de serviços sem que o empregado fizesse jus aos direitos trabalhistas pleiteados, mas tão-somente à remuneração pelo trabalho efetivamente dispensado. Ainda que a contratação por prazo certo do autor (vigia) tivesse se enquadrado na legislação pertinente (o que não se deu), não haveria respaldo legal para que o pacto por prazo determinado

se transformasse em indeterminado, sem que houvesse o necessário concurso público (art. 37, inciso II, § 2º). Proc. 37244/00 - Ac. 5ª Turma 9844/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 80

ENTE PÚBLICO. DONO DA OBRA. CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. Em havendo contrato de prestação de serviços específicos entre prestadora e tomador cujo objeto não se insira quer na atividade-fim, quer na atividade-meio deste, há de ser afastada a hipótese do Enunciado n. 331, IV do C. TST porque é exclusivamente o dono da obra, sendo incabível a tese de responsabilidade subsidiária e muito menos solidária. Hipótese do entendimento da SDI-1 n. 191 do C. TST. Proc. 33031/01 - Ac. 4ª Turma 897/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 16/5/2002, p. 33

ENTE PÚBLICO. DONO DA OBRA. SUBSIDIARIEDADE DESCABIDA. A nova redação imprimida ao inciso IV do Enunciado n. 331 do C.TST não opera efeitos no caso do ente público que mantém contrato de natureza civil com a empresa prestadora de serviços, na qualidade de dono da obra. Isto porque o art. 455 da CLT inflige a responsabilidade subsidiária ao empreiteiro principal, excetuadas as hipóteses em que o dono da obra seja uma empresa incorporadora ou construtora. Inteligência do Precedente Jurisprudencial n. 191 da SDI-1 do C.TST. A ação deve, assim, ser julgada improcedente quanto ao Município. Proc. 30744/01 - Ac. 4ª Turma 744/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 16/5/2002, p. 29

ENUNCIADO

ENUNCIADO. N. 236 DO C. TST. APLICABILIDADE NA FASE DE LIQUIDAÇÃO. Embora as partes tenham dado causa à realização da perícia contábil por não terem apurado corretamente o valor devido, entendo serem plenamente aplicáveis também à fase de liquidação os termos do Enunciado n. 236 do C. TST. Assim, deve a reclamada arcar com a totalidade dos honorários periciais. Proc. 37583/01 - Ac. 1ª Turma 685/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 16/5/2002, p. 6

ENUNCIADO. N. 330. AJUIZAMENTO DE AÇÃO TRABALHISTA. A quitação passada pelo trabalhador no Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho não tem o condão de impedi-lo de se socorrer da Justiça para reivindicar direitos outros, não pagos naquele primeiro momento, sob pena de conferir-se efeito de coisa julgada material à homologação perante a entidade de classe. Aplicável ou não, o Enunciado n. 330 do C. TST não impede a propositura de ação judicial. E, se assim pretendesse, seria manifestamente inconstitucional, por ofensa ao disposto no art. 5º, XXXV, da CF. Proc. 26369/99 - Ac. SE 10579/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

ÉPOCA PRÓPRIA

ÉPOCA PRÓPRIA. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Ocorrendo o pagamento do salário do autor no próprio mês trabalhado, e não até o 5º dia útil do mês subseqüente, por certo que a época própria, para efeito de correção, deve ser considerada a data do efetivo pagamento, ou seja, o próprio mês de trabalho e não o subseqüente. Nesse sentido o 16º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. Proc. 20964/02 - Ac. 1ª Turma 23907/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/10/2002, p. 6

ÉPOCA PRÓPRIA. LEI N. 8.177/91. CONCEITO. Para o art. 39 da Lei n. 8.177/91, "época própria" constitui a data de vencimento da obrigação, que pode ser legalmente prevista ou pode ser fixada, na forma do art. 442 da CLT, ou seja, por norma contratual tácita. Proc. 3164/00 - Ac. 2ª Turma 18011/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 230

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Defere-se a equiparação salarial se o autor comprova que exercia as mesmas funções que o paradigma e a reclamada não se desincumbe do ônus da prova da existência de tempo superior a dois anos no exercício da função. Proc. 10812/02 - Ac. 1ª Turma 28074/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/11/2002, p. 8

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Devida quando constatado que o trabalhador e o paradigma desenvolvem mesmas funções, trabalho de igual valor, com mesma perfeição técnica. "In casu", o obreiro e paradigma

exerciam poder de mando e coordenavam atividades laboratoriais, e, não tendo sido discriminadas diferenças que justificassem a distinção de salários entre ambos, a aplicação do preceito da equiparação salarial para trabalho de igual valor se impõe. Não importa que os laboratórios sejam distintos. Um é químico, o outro é físico. Em um opera-se com fenômenos químicos, no outro com fenômenos físicos. Mas as funções, sim, são iguais; as chefias, as coordenações guardam entre si as mesmas competências, responsabilidades, dedicação e confiança. Proc. 11202/00 - Ac. SE 14236/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Empregados que trabalham em diversos municípios distintos, de uma mesma região, realizando o mesmo trabalho, têm direito a igual salário. Proc. 23791/02 - Ac. 2ª Turma 25680/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 31/10/2002, p. 10

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Indefere-se o pleito de equiparação salarial se o Autor não comprova que exercia as mesmas funções que o paradigma e a majoração salarial deste é resultante de promoções na carreira no decorrer do contrato de trabalho. Proc. 8706/02 - Ac. 1ª Turma 20133/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 94

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Substituição definitiva de parte das funções do paradigma. Inaplicável a Súmula n. 159 do C. TST. Proc. 11007/00 - Ac. SE 23354/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 17/10/2002, p. 3

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. CABIMENTO. Não comprovando o empregador a desigualdade do trabalho prestado pelos equiparandos, quanto à produtividade e à perfeição técnica, ou ao tempo de serviço, na mesma função, superior a 02 (dois) anos, a isonomia salarial, prevista no art. 461 da CLT, constitui direito do trabalhador. Proc. 15739/00 - Ac. 1ª Turma 14913/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 27

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. GERÊNCIA COMERCIAL. SETORES NÃO DIFERENCIADOS. PROCEDÊNCIA. Reconhecendo o reclamado a inexistência de separação de planos entre as divisões componentes do setor comercial, no qual estavam lotados reclamante e paradigma, inadmissível o desnível salarial entre ambos. Proc. 9112/00 - Ac. SE 5056/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. NOMENCLATURA DE CARGOS. INOCORRÊNCIA. A idêntica nomenclatura dos cargos, por si só, não autoriza o reconhecimento do direito à equiparação salarial. Para tanto, faz-se necessário provar a existência de identidade de tarefas entre reclamante e paradigma, a fim de que se possa aferir o preenchimento dos requisitos de igualdade de produção e de perfeição técnica. Proc. 27849/00 - Ac. 1ª Turma 13504/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 60

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÕNUS DA PROVA. A comprovação do preenchimento dos requisitos indispensáveis para a concessão do direito à equiparação salarial compete ao autor. Proc. 36348/01 - Ac. 5ª Turma 5757/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. A equiparação salarial, garantia constitucional prevista no art. 7º, inciso XXX, da Carta Magna, é disciplinada pelo art. 461, da CLT, que estabelece os requisitos indispensáveis para sua concessão, sendo certo que, para fazer jus ao direito, deve a parte demonstrar o preenchimento de tais condições, havendo de se evidenciar, de plano, que o ônus da prova é do autor, que deve comprovar suas alegações, a teor do disposto nos arts. 818, da CLT, e 333, inciso I, do CPC, não se justificando que tal prova caiba à reclamada. Proc. 38270/00 - Ac. 5ª Turma 7618/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 29

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. Negada a identidade funcional, cabe à obreira o dever de provar tal fato, eis que constitutivo do seu direito (art. 818, CLT c/c art. 333, I, CPC). Proc. 9275/00 - Ac. SE 11400/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 9

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. ÔNUS DA PROVA. Para fazer jus à equiparação salarial, garantia constitucional prevista no art. 7º, inciso XXX, da CF, é imprescindível a demonstração, pelo autor, do preenchimento dos requisitos indispensáveis estipulados pelo art. 461, da CLT, que disciplina a matéria. Proc. 39312/01 - Ac. 5ª Turma 1532/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 41

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PARADIGMA X PARAGONADO. IDENTIDADE DE FUNÇÕES NO PRESENTE. NÃO IDENTIDADE NO PASSADO. INVIABILIDADE DE OCORRÊNCIA DA REDUTIBILIDADE SALARIAL. DESIGUALDADE DE TRATAMENTO EM DECORRÊNCIA DE

DIREITOS INDIVIDUALMENTE ADQUIRIDOS. INAPLICABILIDADE. INDEVIDA. Se o paradigma apontado já recebia remuneração superior, em razão de realizar função distinta do paragonado e, ante a circunstância de ter sido extinto o setor em que ele atuava, levou o empregador a reaproveitá-lo em função diversa para o qual foi contratado, a partir daí com identidade, inviável falar na aplicação do quanto disposto no art. 461 da CLT. Com efeito, embora inegável que o objetivo do legislador foi garantir a observância do princípio da igualdade, não se pode perder de vista as condições personalíssimas do contrato de trabalho. Ora, se o empregador entendeu por bem manter o contrato com um trabalhador, nada obstante o desaparecimento dentro da empresa, da função que originou sua contratação, recolocando-o, não pode ser penalizado no futuro, sob o pretexto de que no exercício desta nova função, outros recebem valores inferiores. Deve ser levado em conta, que por imposição legal, não poderia reduzir o salário do trabalhador apontado como paradigma, posto que já recebia salário superior, frise-se, no exercício de atividade distinta daquele que se pretende ver igualá-lo. Proc. 23728/02 - Ac. 2ª Turma 24412/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 18

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PARADIGMA. INDICAÇÃO. NECESSIDADE. Em se tratando de pedido de equiparação salarial, a indicação de paradigma é requisito essencial para a verificação do atendimento das condições previstas no art. 461, e parágrafos, da CLT. Proc. 15341/00 - Ac. 1ª Turma 28417/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 149

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PENA DE CONFISSÃO QUANTO À MATÉRIA DE FATO. Tem-se como correta a pena de confissão quanto à matéria de fato, aplicada ao reclamante ausente que não produziu provas de trabalho de igual valor (nos termos do § 1º, do art. 461 da CLT); isso porque os documentos juntados aos autos apenas provam que ele desempenhava a mesma função dos dois paradigmas apontados, mas não que tivesse a mesma produtividade e a mesma perfeição técnica, além de haver, com relação ao primeiro paradigma, diferença de mais de dois anos no exercício da função. Proc. 37095/00 - Ac. 5ª Turma 5430/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 33

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. PROVA. A experiência anterior do paradigma em outra empresa em nada interfere na pretensão eis que tendo sido comprovadas pelo autor, a identidade de função com mesma qualificação, produção e perfeição técnica para o mesmo empregador, cabe a este, o ônus de provar a distinção entre aquelas qualidades, nos termos do art. 333, II do CPC e Enunciado n. 68 do C. TST. Proc. 11592/02 - Ac. 4ª Turma 25820/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 31/10/2002, p. 15

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REQUISITOS. Para ser deferida, a isonomia salarial exige identidade absoluta de tarefas, sem o quê não é possível aquilatar o preenchimento dos requisitos de mesma produtividade e perfeição técnica entre os paragonados. Proc. 14765/00 - Ac. 1ª Turma 6540/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 69

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. TEMPO DE SERVIÇO. CÔMPUTO. O tempo de atividade na mesma função, para efeitos de equiparação salarial, diz respeito ao período em que os trabalhos foram prestados para mesmo empregador. Somente assim se permite a confrontação entre as condições de trabalho e a qualidade dos serviços prestados por paradigma e equiparando. Proc. 28349/99 - Ac. SE 10905/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. TERCEIRIZAÇÃO. Aos empregados terceirizados aplica-se a mesma remuneração dos empregados da tomadora dos serviços, desde que exercentes da mesma função, tudo por força do "caput" do art. 5º da CF/88 e por analogia ao art. 12, "a" da Lei n. 6.019/74. Proc. 12494/02 - Ac. 1ª Turma 5301/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 20/6/2002, p. 8

EQUIPARAÇÃO SALARIAL. VANTAGEM PESSOAL. DESCABIMENTO. Reajuste concedido a paradigma maculado pela ilegalidade, no caso de empregado público, tipificando apadrinhamento político, não deve servir de supedâneo à concessão de equiparação salarial. O princípio da isonomia está atrelado à razoabilidade e moralidade, visando corrigir injustiças e caprichos do empregador, não podendo ser aplicado, quando manifestamente ilegal o reajuste concedido ao paradigma. Proc. 32975/01 - Ac. 3ª Turma 19861/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 19/9/2002, p. 53

ERRO MATERIAL

ERRO MATERIAL. ALEGAÇÃO NA FASE EXECUTÓRIA. CABIMENTO. O art. 833 da CLT permite

a correção do erro material contido na sentença a qualquer momento, mesmo na fase de execução, pois ele não gera preclusão e nem faz coisa julgada, devendo ser afastada a interpretação literal do mesmo quanto a expressão "antes da execução", de forma que o julgado corresponda efetivamente à vontade do seu prolator. Proc. 13975/02 - Ac. 3ª Turma 9015/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 11/7/2002, p. 26

ESTABILIDADE

ESTABILIDADE. A estabilidade prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91, no caso de doença profissional ou do trabalho, não depende do afastamento do empregado por mais de quinze dias. Proc. 28233/99 - Ac. 3ª Turma 3395/02. Rel. Renato Henry Sant'Anna. DOE 28/1/2002, p. 39

ESTABILIDADE. ABANDONO DE EMPREGO. IMPROCEDÊNCIA. Constatando-se que o empregado deu causa à resilição contratual, por abandono de emprego após alta médica concedida, não há se falar em reintegração ou indenização por estabilidade, porquanto não cumprida a obrigação de retornar ao trabalho. Proc. 37080/00 - Ac. 5ª Turma 3777/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 52

ESTABILIDADE. ACIDENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE LICENÇA POR PARTE DO ÓRGÃO PREVIDENCIÁRIO. DEVIDA. A ausência do atendimento ao pedido previdenciário não cria a 'coisa julgada administrativa', que não existe juridicamente no âmbito do Judiciário. Afinal, o laudo médico obtido pela via Judicial supre a questão administrativa, até porque não se deve formatizar o texto legal inferior, quando o direito de ação e o dever de prestar a jurisdição possuem força constitucional, e não mecanicista. Proc. 25559/00 - Ac. 3ª Turma 9348/02. Rel. Desig. Gerson Lacerda Pistori. DOE 18/3/2002, p. 8

ESTABILIDADE. ACIDENTE DE TRABALHO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. IMPROCEDÊNCIA. ARTS. 59 E 118 DA LEI N. 8.213/91. Não havendo nos autos prova da concessão, pelo INSS, do auxílio-doença previsto no art. 59 da Lei n. 8.213/91, nem de ter o reclamante ficado afastado por mais de 15 dias seguidos do trabalho, inaplica-se o art. 118 da citada lei, restando improcedente o pedido de manutenção do contrato de trabalho. Proc. 38706/00 - Ac. 5ª Turma 15651/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 51

ESTABILIDADE. ADQUIRIDA NO CURSO DO AVISO PRÉVIO. INDEVIDA A REINTEGRAÇÃO PLEITEADA. Com a dação do aviso prévio, a denúncia do contrato de trabalho opera-se de pleno "iure", embora a eficácia da resilição contratual é postergada pelo prazo legal. Sendo instituída, neste período, por norma coletiva, estabilidade no emprego, esta garantia não alcança o autor, porquanto foi posterior à denúncia, não se revestindo de eficácia retroativa. Proc. 9434/00 - Ac. SE 22359/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 5

ESTABILIDADE. APOSENTADORIA. CLÁUSULA CONVENCIONAL. EC n. 20/98. Não se reconhece a estabilidade pré-aposentadoria se, ao tempo da entrada em vigor da EC n. 20/98, que passou a exigir a idade mínima de 53 anos para o homem adquirir o direito, o Autor, com idade inferior, não havia cumprido todos os requisitos previstos na norma coletiva que instituiu a garantia do emprego. Proc. 29268/99 - Ac. 1ª Turma 8844/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 12

ESTABILIDADE. ART. 41 DA C.F. Goza de estabilidade do art. 41 da CF apenas os servidores, mesmo que celetistas, das pessoas jurídicas de direito público, benefício que não é alcançado pelos das pessoas jurídica de direito privado. Tese que se reforça pela limitação dada pela OJ n. 266 da SDI-1 do TST. DESVIO DE FUNÇÃO. INOCORRÊNCIA O princípio da isonomia não pode ser interpretado para violar o princípio da legalidade. É necessário distinguir o que é mero desvio de função da hipótese de desvio de cargo. O primeiro pode comportar diferença salarial. No segundo não, pois o servidor não prestou concurso específico, o que violaria o princípio constitucional da legalidade. Proc. 11753/02 - Ac. 2ª Turma 27954/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 22/11/2002, p. 14

ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF/88. EC N. 19/98. DISPENSA SEM MOTIVAÇÃO ANTES DE CONCLUÍDO O ESTÁGIO PROBATÓRIO. DESCUMPRIMENTO DAS FORMALIDADES LEGAIS. Determina-se a reintegração do servidor submetido a concurso público e admitido sob a égide da CLT quando impedido de cumprir o estágio probatório por dispensa sem motivação e sem observância das formalidades legais (processo administrativo/sindicância), ocorrida antes da promulgação da EC n. 19/98. Proc. 11333/96 - Ac. 4ª Turma 30886/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 89

ESTABILIDADE. ART. 41, § 1º DA CF/88. EMPREGADO PÚBLICO CELETISTA. REINTEGRAÇÃO. COMPENSAÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. O servidor público concursado e regido pela CLT detém estabilidade após cumprimento do estágio probatório. Com a edição da EC n. 19/98, a expressão "cargo de provimento efetivo" contida no referido dispositivo da Carta Magna deve ser entendida para todos os cargos exercidos pelos servidores públicos, exceto aqueles de natureza temporária ou de provimento em comissão. Tornada nula a rescisão e efetivada a reintegração, restabelece-se o "status quo" ante com a compensação das verbas rescisórias pagas pela Administração Pública a evitar o enriquecimento sem causa. Aplicação do entendimento da SDI-II n. 22 e SDI-I n. 265, ambas do TST e Súmula n. 21 do STF. Proc. 13068/02 - Ac. 4ª Turma 30062/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 6/12/2002, p. 24

ESTABILIDADE. ART. 41, § 1º DA CF/88. EMPREGADO PÚBLICO. Tratando-se de servidor público concursado e regido pela CLT, o mesmo detém estabilidade após cumprimento do estágio probatório. O art. 41 da CF/88, antes da EC n. 19/98, assegurava estabilidade após dois anos de efetivo serviço aos servidores públicos stricto sensu. Com a edição da mencionada Emenda Constitucional a expressão "cargo de provimento efetivo" contida no referido dispositivo da Carta Magna deve ser entendida para todos os cargos exercidos pelos servidores públicos, exceto aqueles de natureza temporária ou de provimento em comissão. Aplicação do entendimento da SDI-II n. 22 do TST. Proc. 19260/00 - Ac. 4ª Turma 15213/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/4/2002, p. 37

ESTABILIDADE. ART. 41, § 1º DA CF/88. EMPREGADO PÚBLICO. Tratando-se de servidor público concursado e regido pela CLT, o mesmo detém estabilidade após cumprimento do estágio probatório. O art. 41 da CF/88, antes da EC n. 19/98, assegurava estabilidade após dois anos de efetivo serviço aos servidores públicos "stricto sensu". Com a edição da mencionada Emenda Constitucional a expressão "cargo de provimento efetivo" contida no referido dispositivo da Carta Magna deve ser entendida para todos os cargos exercidos pelos servidores públicos, exceto aqueles de natureza temporária ou de provimento em comissão. Aplicação do entendimento da SDI-II n. 22 do TST e SDI-I n. 265. Proc. 10708/02 - Ac. 4ª Turma 26749/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/11/2002, p. 35

ESTABILIDADE. CIPA. JUSTA CAUSA. INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. DESNECESSIDADE. Adequada exegese do parágrafo único do art. 165 da CLT e da alínea "b" do inciso II do ADCT é contrária à obrigatoriedade da instauração de inquérito para apuração de falta grave cometida por empregado eleito para integrar CIPA. Dentre as hipóteses de estabilidade provisória que exige tal formalidade, prevista para a demissão dos empregados detentores da estabilidade decenal, não se encontra incluída a estabilidade do "cipeiro" eleito. Proc. 33734/00 - Ac. 5ª Turma 11675/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 18/3/2002, p. 83

ESTABILIDADE. CONHECIMENTO DO EMPREGADOR AO TEMPO DA DISPENSA. EMPREGO À DISPOSIÇÃO NA AUDIÊNCIA. RECUSA DO EMPREGADO. INDENIZAÇÃO PARCIAL. Ainda que se considere que houve renúncia pelo reclamante à garantia de emprego pela recusa à proposta da empresa de retorno ao trabalho, tal renúncia somente se concretizou a partir da ocasião em que o emprego foi colocado à disposição (na audiência), permanencendo íntegro, por conseqüência, o direito ao emprego no período compreendido entre a data da dispensa e a data da audiência. Neste caso, tem aplicação o disposto no art. 120 do CCB, bem como do art. 159, do mesmo Diploma Legal. Proc. 14981/00 - Ac. 1ª Turma 13517/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

ESTABILIDADE. CONVENCIONAL. ALISTAMENTO MILITAR. GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO. EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO. INSUBSISTÊNCIA DA ESTABILIDADE. As "garantias provisórias" de emprego - como o é a estabilidade convencional, em razão de alistamento militar -, são incompatíveis com o encerramento das atividades do empregador. Idêntico entendimento é aplicado em situações análogas, relativamente à estabilidade do dirigente sindical e do cipeiro (Orientação Jurisprudencial n. 86, da SBDI-1/TST, e NR n. 05, item 5.26, respectivamente). Proc. 15685/00 - Ac. 1ª Turma 14908/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 27

ESTABILIDADE. CONVENCIONAL. DOENÇA PROFISSIONAL. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. REQUISITO INDISPENSÁVEL. O reconhecimento da estabilidade convencional deve observar o preenchimento de todos os pressupostos estabelecidos pela norma coletiva. Assim, havendo exigência de redução da capacidade laboral e incapacidade de exercer a mesma função, a comprovação de celebração de novo vínculo empregatício, para o desenvolvimento de funções semelhantes, representa óbice intransponível à pretensão obreira. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. POSTULAÇÃO JUDICIAL TARDIA. RENÚNCIA. A

propositura de ação trabalhista objetivando o reconhecimento da estabilidade provisória após a expiração de seu prazo implica irremediavelmente na renúncia ao direito. Proc. 39391/01 - Ac. 5ª Turma 1535/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

ESTABILIDADE. DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. EXTINÇÃO DO ESTABELECIMENTO. A aposentadoria por invalidez acarreta a suspensão do contrato de trabalho durante o prazo fixado pela legislação previdenciária para a efetivação do benefício, independentemente da extinção do estabelecimento da empresa. Proc. 38697/01 - Ac. 1ª Turma 21497/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 153

ESTABILIDADE. DIRIGENTE SINDICAL. GARANTIA DE EMPREGO ADQUIRIDA POR MEIO DE SINDICATO PROFISSIONAL DIVERSO DAQUELE AO QUAL ESTÁ VINCULADO A EMPRESA. INOCORRÊNCIA. Inexiste estabilidade quando o empregado é eleito como dirigente sindical de categoria profissional diversa daquela representada pela empresa, por lhe faltar representatividade. Proc. 10770/02 - Ac. 4ª Turma 24031/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 25/10/2002, p. 29

ESTABILIDADE. DO SERVIDOR CELETISTA CONCURSADO, APÓS DOIS ANOS DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA. IRRELEVÂNCIA DA ADMISSÃO POR CONCURSO, PARA EFEITOS DE ESTABILIDADE. ARTS. 41 E 37 DA CF/88. O art. 41 da CF, inserido na Seção II - Dos Servidores Públicos Civis -, refere-se àqueles cuja natureza do vínculo com o Estado seja institucional e não contratual. A conclusão desse entendimento se encontra no art. 37 da CF, que distinguiu cargo de emprego público, embora para ambos a aprovação dependa de concurso público, para investidura na Administração Pública, Direta ou Indireta. O cargo público é criado por lei, enquanto que, no emprego público, a natureza do vínculo é contratual, regida pela CLT. Assim, em sendo a relação dos reclamantes para com a reclamada regida pelo Estatuto Consolidado, afasta-se a estabilidade pretendida, sendo irrelevanle que sua admissão tenha se dado por concurso. A estabilidade é uma garantia pessoal, exclusiva dos funcionários regularmente investidos em cargos públicos (na acepção estrita do termo) de provimento em caráter efetivo, não transitório. Proc. 6999/01 - Ac. 5ª Turma 11542/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 79

ESTABILIDADE. DOENÇA PROFISSIONAL. LEI N. 8.213/91. NÃO-AFASTAMENTO. CONSEQUÊNCIAS. Ainda que a Lei n. 8.213/91 contenha exigência de afastamento e percepção de auxílio-doença, para reconhecimento da garantia de emprego, há lembrar que, por óbvio, isso só pode ser observado quando em curso a relação de emprego, e também que, quando o empregador opta por dispensar um empregado, como a lei lhe faculta, em situações normais, há os riscos que então assume ao assim proceder, v.g., estabilidade da gestante e outras estipuladas em instrumentos coletivos e dispositivos legais, o que não pode ser esquecido, mesmo porque, se não rompido o pacto laboral, o qual, como se sabe, é, regra geral, vocacionado para durar por tempo indeterminado, o mal teria se manifestado enquanto vigente aquele. Não se trata, aqui, de reduzir a questão no averiguar se o empregador se houve com malícia, visando obstar atingisse seu empregado estabilidade que de outro modo atingiria, mas sim da responsabilidade decorrente de sua opção de promover a dissolução contratual, o que é preciso observar, pena de se possibilitar se tornem ilusórias, em algumas situações, a garantia de emprego conferida via norma coletiva ou legal. De acrescentar que esse posicionamento, a par de melhor se afinar com o espírito do direito do trabalho, nada tem de excepcional, nem importa em rigor excessivo para com empresa alguma, já que apenas traduz aplicação de regra geral, que possibilita a vida em sociedade, em suas mais variadas manifestações, no sentido de que cada um assume as conseqüências decorrentes dos atos que praticar. Proc. 13836/02 - Ac. 1ª Turma 7166/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 4/7/2002, p. 8

ESTABILIDADE. EMPRESA PÚBLICA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. ARTS. 37, 41 E 173 DA CF/88. A exigência de concurso público constante do inciso II do art. 37 da Constituição da República/88 somente garante estabilidade ao servidor público nomeado de acordo com as disposições do art. 41 da Carta Magna, não se estendendo a garantia de emprego ao contratado por empresa pública ou sociedade de economia mista, sob a égide da CLT, que tem norma própria capitulada no art. 173 da referida CF, demissível sem justa causa, mediante pagamento das verbas rescisórias cabíveis. Proc. 20279/02 - Ac. 1ª Turma 25002/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 10

ESTABILIDADE. FÉRIAS NO SEU CURSO. DIFERENÇAS DE PERÍODO DE ESTABILIDADE INDEVIDAS. Não há respaldo legal para abrigar a tese de que as férias usufruídas pela obreira não poderiam ser computadas no período estabilitário, eis que as férias, por causar a interrupção do contrato de trabalho,

contam como tempo de serviço efetivo. São, portanto, indevidas diferenças do período de estabilidade. Proc. 15598/00 - Ac. 1ª Turma 13337/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 55

ESTABILIDADE. GESTANTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDÊNCIA. ART. 10, II, B, DO ADCT. Considerando-se que a ação foi ajuizada somente um ano e sete meses após o parto e quando já esgotada qualquer possibilidade de o reclamado oferecer à ex-funcionária a volta ao emprego (já que a estabilidade era de cinco meses após o parto), conclui-se que a interposição da reclamatória visou apenas o recebimento de indenização compensatória, demonstrando que o interesse da autora não foi o de manter-se no emprego (vontade da lei), mas sim buscar uma reparação pecuniária, sem precisar trabalhar. Não se pode olvidar que nos contratos bilaterais há exigência jurídica no sentido de que a parte deva cumprir antes sua obrigação para depois exigir o implemento do outro. Incabível, portanto, a concessão de vantagens pecuniárias a quem se esquiva de eventual reintegração ao emprego. Proc. 67/99 - Ac. 5ª Turma 29449/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

ESTABILIDADE. GESTANTE. CONTRATO A TERMO. DOMÉSTICA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDÊNCIA. ARTS. 10, II, B, DO ADCT E 7º, I, DA CF. Torna-se incompatível a aplicação concomitante de dois institutos: o da estabilidade, dentro de um contrato por prazo determinado. Com efeito, tendo sido resilido o contrato de trabalho da empregada gestante, ao término do período de experiência, não se lhe aplica a estabilidade prevista no art. 10, inciso II, letra b, do ADCT. Trata-se de contrato a prazo determinado, sendo necessário que se observe a regra de que o contrato a prazo flui até seu final, vencendo-se, inexoravelmente, em seu termo fatal, sem interrupção ou suspensão. Ademais, tratando-se de empregada doméstica, de se lembrar que o citado artigo do ADCT, que disciplina o art. 7º, I, da CF/88, não é aplicável aos domésticos, nos termos do parágrafo único desse artigo. Proc. 1481/99 - Ac. 5ª Turma 29626/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 185

ESTABILIDADE. GESTANTE. NÃO COMPROVAÇÃO DA CONCEPÇÃO DURANTE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO. IMPROCEDÊNCIA. CLT, ART. 818. CF, ART. 10, DO ADCT. Inexistindo nos autos comprovação de ter ocorrido a concepção na vigência do contrato de trabalho (não houve a confirmação exigida pelo art. 10 do ADCT), já que não foram juntados quaisquer exames ou declarações médicas que permitissem contextualizar tal ocorrência, além de não caber ao julgador, em face da imparcialidade inerente ao cargo, produzir as provas dos fatos, ônus de incumbência tão-somente de quem alega, a rigor do art. 818 da CLT, há que restar improcedente a estabilidade gestante pleiteada. Proc. 38655/00 - Ac. 5ª Turma 27194/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

ESTABILIDADE. MEMBRO DA CIPA. REINTEGRAÇÃO OU INDENIZAÇÃO. DIFICULDADE FINANCEIRA DA EMPRESA. IMPROCEDÊNCIA. ARTS. 10, II, "a", DO ADCT E 165 DA CLT. O art. 10, II, "a", do ADCT, que veda a dispensa arbitrária dos integrantes da CIPA, não revogou o art. 165 da CLT, que não considera despedida arbitrária, dentre outros motivos, a dificuldade econômica ou financeira, pela qual, aliás, passou a reclamada. Com efeito, a estabilidade provisória conferida aos membros da CIPA objetiva primordialmente proteger os interesses coletivos, não se constituindo em vantagem personalíssima e particular, em nenhuma hipótese. Nestes termos, extinto o estabelecimento, com a conseqüente dispensa do quadro de empregados, perde-se a finalidade da comissão e, por conseguinte, cessa a pretendida estabilidade. Proc. 38487/00 - Ac. 5ª Turma 22531/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

ESTABILIDADE. NORMA COLETIVA. ALTERAÇÃO POSTERIOR. CONSEQUÊNCIAS. Não alcança empregado que já tinha assegurada estabilidade no emprego, conferida por cláusula incluída em instrumento coletivo, uma vez preenchidos os respectivos pressupostos, posterior mudança, em norma coletiva subseqüente, retirando e/ou restringindo o direito, pena de se incentivar a elaboração de cláusulas convencionais que acabem por ilaquear o trabalhador. De notar que essa solução, a par de mais atender ao espírito do direito do trabalho, ainda dispensará o tributo devido aos insuperáveis e sempre atuais ensinamentos de antigos mestres - e que assim não ficarão a se contorcer, onde estiverem -, no sentido de que "uma coisa não pode ser e deixar de ser no mesmo tempo e lugar e sob o mesmo aspecto". Proc. 32414/01 - Ac. 1ª Turma 5170/02-PATR. Rel. Desig. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 20/6/2002, p. 3

ESTABILIDADE. NULIDADE DA DESPEDIDA. REINTEGRAÇÃO. EFEITOS. A reintegração do trabalhador detentor do direito à estabilidade impõe ao empregador o ônus do pagamento dos salários do período de afastamento, bem como dos respectivos reflexos nas férias e no 13º salário. Aplicação do art. 159 do CCB, e do art. 495 da CLT. Proc. 22738/01 - Ac. 1ª Turma 14991/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 30

ESTABILIDADE. PRÉ-APOSENTADORIA EM CLÁUSULA COLETIVA. EC n. 20/98. Não obstante a EC n. 20/98 tenha trazido modificações às regras para aposentadoria dos trabalhadores, a reclamante foi dispensada antes da sua edição, tendo implementado as condições da cláusula coletiva para a garantia de emprego na ocasião. Contudo, considerando que a referida emenda passou a vigir no curso da estabilidade, não logrando o trabalhador implementar as condições por ela introduzidas para a aposentadoira, temos que a garantia de emprego ficou assegurada somente até sua vigência (que ocorreu em 16/12/98). Proc. 15295/00 - Ac. 1ª Turma 13518/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

ESTABILIDADE. PREVISTA NO ART. 118. NÃO RECONHECIMENTO. A estabilidade prevista no art. 118, "caput", da Lei n. 8.213/91, dirige-se a todo aquele trabalhador que, em função do infortúnio de consideráveis proporções e das seqüelas porventura dele resultantes, tenha ficado sob tratamento médico de reabilitação às expensas do órgão previdenciário e, além disso, contraído manifesta dificuldade de se reintegrar ao seu mercado de trabalho nos primeiros meses de sua readaptação, o que não se afigura no caso "sub judice". Proc. 32057/99 - Ac. SE 10946/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

ESTABILIDADE. REINTEGRAÇÃO OU INDENIZAÇÃO? Não se conhece em nosso direito garantia à indenização, com fundamento na Teoria de Direito Personalíssimo em vez de garantia de representação de categoria. Tanto numa hipótese como noutra, o direito positivo tem por fim garantir a manutenção do contrato de trabalho. A indenização só é possível como pedido sucessivo ou, em hipótese sucessiva prevista em lei. Proc. 3247/00 - Ac. 2ª Turma 2704/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 29/5/2002, p. 12

ESTABILIDADE. REINTEGRAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE REQUISITO NORMATIVO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Em face da não comprovação da doença alegada, através do atestado do INSS, requisito previsto na cláusula 4.22 da convenção coletiva de trabalho, não há como amparar o pedido de reintegração, restando improcedente a reclamatória. Proc. 39397/00 - Ac. 5ª Turma 10144/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 35

ESTABILIDADE. RENÚNCIA. VALIDADE. É válida a renúncia à estabilidade, com transação do tempo de serviço anterior à opção pelo regime do FGTS, se o empregado estava assistido por seu sindicato de classe, e este o pôs a par das conseqüências do seu ato. Proc. 15549/00 - Ac. 1ª Turma 13501/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 60

ESTABILIDADE. SERVIÇO MILITAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDÊNCIA. ART. 472 DA CLT. Prestando-se serviço militar, na modalidade tiro de guerra, em horário diverso da jornada de trabalho cumprida na reclamada, tem-se que, nessas condições, não há suspensão do contrato de trabalho, permitindo, concomitantemente, a prestação de serviços no emprego, sem qualquer prejuízo às duas atividades ou obrigações. Em suma, a estabilidade provisória prevista para o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar (CLT, art. 472), não abrange a hipótese em que não há afastamento da reclamada para a prestação do tiro de guerra. Proc. 1492/01 - Ac. 5ª Turma 29456/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

ESTABILIDADE. SERVIDOR CELETISTA ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO. DISPENSA OBSTATIVA. A dispensa do empregado às vésperas da aquisição da estabilidade de que trata o art. 41 da CF configura dispensa obstativa, sendo passível de nulidade, mormente porque desmotivada. Reintegração que fica mantida. Proc. 8481/02 - Ac. 4ª Turma 20556/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 26/9/2002, p. 120

ESTABILIDADE. SERVIDOR CELETISTA ESTABILIZADO APÓS 05 ANOS DE SERVIÇO. RECOLHIMENTO DO FGTS. IMPROCEDÊNCIA. ART. 19 DO ADCT E ART. 41 DA CF. Os servidores celetistas estabilizados após 05 anos de serviço não podem ser despedidos imotivadamente, vez que estão totalmente equiparados aos servidores públicos estatutários, no tocante à garantia de manutenção da relação de trabalho. A estabilidade conferida aos antigos servidores públicos celetistas pelo art. 19 do ADCT é aquela mesma estabilidade referida no art. 41 da CF, ou seja: a mesma estabilidade conferida aos servidores públicos estatutários nomeados em virtude de concurso público. Por conseqüência, o servidor celetista estabilizado não mais tem direito aos depósitos do FGTS. Desde 05/10/88 não há mais servidores estabilizados optantes ou não optantes, pois não há mais a estabilidade da CLT. Proc. 35197/00 - Ac. 5ª Turma 5781/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 43

ESTABILIDADE. SERVIDOR CELETISTA. REINTEGRAÇÃO. DIREITO. O servidor contratado pelo regime da CLT também está amparado pelo art. 41 da CF e faz jus à reintegração no emprego, uma vez

comprovada a prévia aprovação em concurso público e o cumprimento do estágio probatório respectivo. Proc. 12461/02 - Ac. 2ª Turma 19546/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 19/9/2002, p. 25

ESTABILIDADE. SERVIDOR PÚBLICO ADMITIDO, SEM CONCURSO, ANTES DA CF/88. NECESSIDADE DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES PÚBLICAS POR CINCO ANOS CONTINUADOS, ATÉ A VIGÊNCIA DO NOVO TEXTO CONSTITUCIONAL. INOCORRÊNCIA. NÃO RECONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 19 DO ADCT. Para o reconhecimento da estabilidade do servidor público contratado sem submissão prévia a concurso para investidura, antes da CF/88, mister a ocorrência dos requisitos fixados no art. 19 do ADCT, especialmente o exercício da função pública por, no mínimo, cinco anos continuados, até a vigência da novel Carta Política. Proc. 36135/01 - Ac. 2ª Turma 6863/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 27/6/2002, p. 17

ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA

ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. Indefere-se o pedido de estabilidade acidentária com fulcro no art. 118 da Lei n. 8.213/91 se o Autor sequer comprova ter sofrido acidente de trabalho. Proc. 14831/00 - Ac. 1ª Turma 8165/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 4/3/2002, p. 46

ESTABILIDADE DA GESTANTE

ESTABILIDADE. GESTANTE. PARTO PREMATURO. FALECIMENTO DOS RECÉM-NASCIDOS. NÃO RECONHECIMENTO. O escopo da estabilidade deferida à gestante é a proteção à vida, à criança. Assim, o falecimento dos recém-nascidos após parto prematuro não gera direito à estabilidade. Reconhece-se apenas o direito ao repouso durante o período estabelecido pelo atestado médico. Após a alta médica, deve a obreira retornar ao emprego no desempenho normal de suas funções. Proc. 11012/01 - Ac. 2ª Turma 12716/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 34

ESTABILIDADE PROVISÓRIA

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. Exaurido o período de estabilidade provisória não há que se falar em reintegração, sendo devidos apenas os salários correspondentes, ainda que tal pedido não conste expressamente da inicial. Verbetes ns. 106 e 116 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST. Proc. 28694/01 - Ac. 3ª Turma 7330/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 4/3/2002, p. 18

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. Não se revestindo o trabalhador da condição de empregado, indefere-se a garantia de estabilidade somente a este assegurada. Proc. 23797/99 - Ac. SE 26810/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTADO. FALTA DA CAT. O reclamante não pode ser prejudicado pela incúria da reclamada, que não comunicou o acidente à Previdência Social, não emitindo a CAT, estando aquele protegido pela estabilidade provisória (art. 118 da Lei n. 8.213/91), na medida em que afastado por dezoito dias, nada obstante o pagamento pela empresa. Incontroverso o acidente no percurso de casa para o trabalho, quando foi ferido por um cão da raça Rottweiler. Proc. 18174/02 - Ac. 1ª Turma 21279/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 3

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA DE EMPREGO. PEDIDO SINGELO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A legislação ordinária, ao prever a estabilidade provisória do empregado, buscou protegê-lo, visando a sua permanência no emprego. Lesada tal garantia, nasce o direito à reintegração e nunca, diretamente, à indenização. Esta só é possível na impossibilidade da observância da primeira hipótese. O pedido de simples indenização deve ser rechaçado pela Justiça Obreira, pois nesta circunstância estar-se-á privilegiando a inescrupulosa condição de haver remuneração sem a devida prestação de serviços. Proc. 22767/02 - Ac. 2ª Turma 23830/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 14

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. LEI N. 8.213/91, ART. 118. Não demonstrado o nexo causal entre a doença e o trabalho, indefere-se a estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei

n. 8.213/91. RECURSO. ORDINÁRIO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. Compete ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo em razões fundamentadas, não se admitindo a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se o apelo a lamentar o resultado obtido na decisão de primeiro grau, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, não se acolhe o recurso quanto às matérias não fundamentadas. Proc. 27871/01 - Ac. 3ª Turma 16065/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 65

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. LEI N. 8.213/91. Tratando-se de acidente de trabalho, a garantia de emprego somente é concedida no caso do afastamento, superior a quinze dias, estar acompanhado da percepção do auxílio-doença acidentário. Orientação Jurisprudencial n. 230 da SDI-1 do C. TST. HORAS EXTRAS. Infirmadas as anotações de presença pela prova testemunhal que confirmou a prestação de trabalho extraordinário de forma habitual, são devidas as horas extras com reflexos. Recurso ordinário da reclamada a que se dá parcial provimento para excluir da condenação os salários e reflexos referentes ao período de estabilidade ora afastada, mantendo-se no mais a sentença. Proc. 26410/99 - Ac. SE 10931/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO E/OU DOENÇA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. INDEVIDA. A alegação de acidente de trabalho e/ou doença profissional exige comprovação mediante perícia técnica para estabelecimento do nexo causal entre o labor na reclamada e a doença existente. Reconhecido aquele, necessariamente hão de restar preenchidos os requisitos necessários consoante do art. 118 da Lei n. 8.213/91 que exige afastamento do trabalho por período superior a 15 dias e percepção do auxílio acidentário pago pelo Órgão Previdenciário. Entendimento n. 230 da SDI-I do C. TST. Proc. 3647/02 - Ac. 4ª Turma 14993/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/8/2002, p. 40

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES LABORAIS POR PERÍODO SUPERIOR A QUINZE DIAS. PERCEPÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. AUSÊNCIA DE SEQÜELAS POSTERIORES. IRRELEVÂNCIA. CARACTERIZAÇÃO. O reconhecimento da estabilidade provisória ao empregado acidentado requer, "ex vi legis", o seu afastamento das funções laborais por período superior a 15 dias, com a subseqüente percepção do auxílio-doença acidentário. Não se condiciona a garantia de emprego à concessão do indenitário auxílio-acidente, insculpido nos arts. 86 e seguintes da Lei n. 8.213/91; vale dizer, afigura-se irrelevante a presença ou não de seqüelas posteriores ao infortúnio. Inteligência do art. 118 da Lei n. 8.213/91. Proc. 38743/01 - Ac. 2ª Turma 27172/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 109

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DO TRABALHO. DEMORA NO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. A demora na propositura da ação para fazer valer seu direito à estabilidade por acidente do trabalho não prejudica a trabalhadora na medida em que não obsta a reparação do direito em sua integralidade, pois a própria legislação permite que o direito seja pleiteiado em até dois anos (art. 7º, "a", parte final, da CF/88). Ademais, não seria razoável premiar o mau empregador com a restrição da condenação, haja vista que aquele que deu causa aos prejuízos deve reparar integralmente o dano causado. Proc. 13740/00 - Ac. 1ª Turma 9947/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 28

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. CIPA. SERVIDOR PÚBLICO NOMEADO PARA CARGO EM COMISSÃO (ART. 37, II, "IN FINE" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA/88). INCOMPATIBILIDADE. A nomeação nos moldes preconizados no inciso II do art. 37, "in fine", da Constituição, traz implícita a provisoriedade, pois a exoneração dá-se "ad nutum" e no interesse da Administração Pública, sendo, portanto, incompatível com a estabilidade prevista no art. 10, II, "b" do ADCT. Proc. 4595/02 - Ac. 1ª Turma 14505/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 21

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. CONVERSÃO DA REINTEGRAÇÃO EM INDENIZAÇÃO Tendo em vista o tempo que decorreria desde a ilícita dispensa, aliada à previsível demora até o trânsito em julgado da decisão que reconhece direito à estabilidade, o que inviabilizaria por inteiro a reintegração no emprego, há que se acolher a pretensão de pagamento da indenização correspondente ao aludido período. A presente opção tem fundamento na aplicação analógica do Enunciado de n. 244 do E. TST. Proc. 33647/01 - Ac. 5ª Turma 16520/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DA GESTANTE. LIMITAÇÃO INDENIZATÓRIA AO AJUIZAMENTO. O reclamado só tomou ciência do estado gravídico da autora no momento da notificação do ajuizamento da

ação, mais de 120 (cento e vinte) dias após a confirmação da gravidez, fato que impediu que promovesse a reintegração da empregada, até seu afastamento para a maternidade. Portanto, deve ser excluído do período de indenização da estabilidade provisória aquele anterior ao ajuizamento da ação. Proc. 1463/01 - Ac. 1ª Turma 31625/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 249

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DIRIGENTE DE ASSOCIAÇÃO DE CLASSE. O empregado eleito para o cargo de dirigente de associação de classe não é detentor de estabilidade provisória no emprego, uma vez que a garantia empregatícia somente é assegurada aos dirigentes ou representantes de sindicatos, eis que os arts. 511 e 512 da CLT não foram recepcionados pela CF/88. Proc. 4130/02 - Ac. 1ª Turma 18267/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 19/9/2002, p. 14

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DIRIGENTE SINDICAL. EXTINÇÃO DE ESTABELECIMENTO. O C. TST, através da Orientação Jurisprudencial de n. 86, posicionou-se no sentido de que não subsiste a estabilidade do dirigente sindical, quando há extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do Sindicato, o que não é o caso dos autos. A subsistência da empresa, com várias outras filiais, é suficiente para que seja mantida a estabilidade provisória do dirigente sindical, uma vez que, de acordo com o disposto no inciso VIII, do art. 8º, da CF, a sua dispensa só é possível na hipótese de cometimento de falta grave. JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". OCORRÊNCIA. Ocorreu julgamento "extra petita" ao se declararem improcedentes pedidos a respeito dos quais houve desistência formal, com anuência das partes e homologada em audiência. Proc. 11059/00 - Ac. SE 14235/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DO ACIDENTADO. INCONVERSIBILIDADE EM INDENIZAÇÃO. O art. 118 da Lei n. 8.213/91 garante o emprego por mais um ano ao empregado acidentado, que não pode ser convertido em indenização por escolha do trabalhador, mormente quando ainda em curso o período estabilitário e o empregador coloca o emprego à disposição. No presente caso, o reclamante pleiteou somente a indenização e recusou a oferta de reintegração. Proc. 32184/01 - Ac. 1ª Turma 10135/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 58

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DO EMPREGADO ACIDENTADO PREVISTA EM CONVENÇÃO COLETIVA. ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DA EMPRESA. IRRELEVÂNCIA. PERÍODO ESTABILITÁRIO CONVERTIDO EM INDENIZAÇÃO, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE REINTEGRAÇÃO. A discussão instaurada no recurso é a subsistência da garantia provisória de emprego ao empregado acidentado prevista em convenção coletiva, no caso de ocorrer o encerramento das atividades da empresa. Ocorre que a extinção do estabelecimento empresarial por motivos econômicos e/ou financeiros não constitui força maior, porque decorre dos riscos da atividade econômica e de atos do empregador na administração do empreendimento, não podendo o empregado detentor de uma garantia de ordem pessoal, cujo escopo é a proteção do direito ao emprego de tal forma a lhe garantir a sobrevivência, arcar com tais ônus. Entretanto, diante da impossibilidade de reintegração, deve a reclamada responder, a título de indenização, ao equivalente ao período estabilitário assegurado pela norma coletiva que gerou o direito à estabilidade. Proc. 34293/01 - Ac. 1ª Turma 31560/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 246

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DOENÇA OCUPACIONAL. URDIDEIRA. PRESENTES OS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. PROCEDÊNCIA. Comprovado que a reclamante se beneficiou do gozo de auxílio-doença acidentário concedido pela Previdência Social, na vigência do contrato de trabalho, enquadrando-se, portanto, nos requisitos do art. 118 da Lei n. 8.213/91, resta procedente o pedido de estabilidade provisória e seus consectários. Proc. 39603/00 - Ac. 5ª Turma 27205/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DOENÇA PROFISSIONAL. TENDINITE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. IMPROCEDÊNCIA. Comprovado que a reclamante nunca requereu ou recebeu, na vigência do contrato de trabalho, o auxílio-doença acidentário por parte da Previdência Social, não se enquadrando, portanto, nos requisitos do art. 118 da Lei n. 8.213/91, resta improcedente o pedido de estabilidade provisória e seus consectários. Proc. 39570/00 - Ac. 5ª Turma 11310/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 240

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. DIREITO À GARANTIA. É irrelevante o desconhecimento do empregador do estado gestacional da empregada despedida. O direito à garantia prevista no art. 10, II, b, ADCT, decorre de responsabilidade objetiva daquele, mas a correspondente indenização só é devida a partir

da data da "confirmação" da gravidez. Proc. 25865/99 - Ac. SE 19138/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 84

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. DOMÉSTICA. NÃO RECONHECIMENTO. Não faz jus a empregada doméstica à estabilidade gestante, nos moldes do art. 10, inciso II, alínea "b" do ADCT da Constituição da República, posto não figurar tal garantia dentre aquelas expressamente arroladas à referida categoria profissional. Inteligência do art. 7º, parágrafo único, CF. Proc. 1527/00 - Ac. 2ª Turma 26976/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 99

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. PEDIDO EXCLUSIVO DE INDENIZAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Considera-se indevido o pagamento dos salários pertinentes ao período estabilitário quando a propositura da reclamatória objetiva tão-somente o pagamento de indenização. A exclusividade do pleito vai de encontro ao real objetivo da lei, que é a manutenção do emprego. Questionável, assim, a boa-fé das pretensões autorais, eis que, nos contratos bilaterais, há exigência jurídica no sentido de que a parte deva cumprir antes sua obrigação para depois exigir o implemento do outro. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. CONCEPÇÃO OCORRIDA DURANTE VIGÊNCIA DO AVISO-PRÉVIO. NÃO CABIMENTO. O direito à estabilidade provisória não subsiste na hipótese de concepção ocorrida no prazo do aviso prévio, eis que sua dação representa a estipulação do termo final do contrato. O transcurso do prazo de que trata o art. 487, II, da CLT, consistiria, portanto, numa contratação a termo, donde já se estipulou uma data para sua terminação. E havendo incompatibilidade absoluta entre os contratos a termo e a aquisição da estabilidade provisória, não há como acatar a pretensão autoral. Os efeitos da projeção do aviso prévio se restringem às verbas de natureza pecuniária, não se insinuando para os efeitos de estabilidade provisória. Proc. 38354/00 - Ac. 5ª Turma 10087/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 32

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. INDENIZAÇÃO. A CF garante ao trabalhador o prazo de dois anos para ajuizamento de ação quanto a créditos resultantes das relações de trabalho, contado da extinção do contrato. Respeitado o prazo prescricional, não existe fundamento legal ou moral apto a impedir o pedido de indenização do período de estabilidade, ainda que expirada a respectiva duração. Proc. 10757/00 - Ac. 3ª Turma 23487/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 210

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. LEI N. 8.213/91. ART. 118 C/C 59. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA. Porque não comprovado o recebimento do auxílio-doença acidentário que a jurisprudência entende ser pressuposto ao direito à estabilidade provisória do art. 118 da Lei n. 8.213/91 merece ser reformada a sentença para o fim de absolver-se a reclamada da condenação na indenização substitutiva correspondente. Orientação Jurisprudencial n. 230 da SDI-1 do C. TST. VERBAS RESCISÓRIAS. Confessado o não pagamento das verbas rescisórias, sem qualquer insurgência no recurso contra a condenação nesse título, mantém-se a sentença no particular, apenas limitando-se a condenação à data da dispensa resultante do não reconhecimento da estabilidade provisória. Proc. 30360/99 - Ac. SE 4962/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/2/2002, p. 19

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. MEMBRO DA CIPA INDICADO PELO EMPREGADOR. INDEVIDA. O art. 165, da CLT, prevê a impossibilidade de rescisão imotivada somente quanto aos representantes dos empregados, não se estendendo referida estabilidade ao representante designado pelo empregador. Proc. 30692/01 - Ac. 5ª Turma 1741/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 27

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. MEMBRO ELEITO SUPLENTE DA CIPA. Os membros suplentes da CIPA também estão protegidos pela estabilidade do art. 10, II, "a", do ADCT, na conformidade do Enunciado n. 339 do C. TST. CIPA. DOCUMENTOS (ATAS DE ELEIÇÕES E POSSES). EXIBIÇÃO. OBRIGAÇÃO DA EMPRESA. A empresa detém em seu poder os documentos relativos às atas de eleições e posses da CIPA, motivo pelo qual é dela a obrigação de exibi-los, ainda mais quando a inicial formula requerimento expresso nesse sentido. MULTA DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. Incontroverso o pagamento extemporâneo das verbas rescisórias, sendo devida, portanto, a multa do § 8º do art. 477 consolidado, em favor do autor. DECLARAÇÃO DE POBREZA. JUSTIÇA GRATUITA. Nos termos das Leis ns. 1.060/50 e 7.115/83, os benefícios da Justiça Gratuita são concedidos àqueles que, comprovadamente, não possam arcar com as despesas processuais sem comprometer a sua subsistência ou de sua família. E, para tanto, necessária a declaração expressa do beneficiário ou, quando muito, por procurador com poderes expressos para fazê-lo. Isso porque a falsidade dessas declarações gera responsabilidade de ordem penal e civil. Proc. 36816/01 - Ac. 1ª Turma 31771/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 254

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. NORMA COLETIVA. DOENÇA PROFISSIONAL. PROCEDÊNCIA. A par de ter havido o percebimento de auxílio-doença-acidentário por prazo suficiente a ensejar o direito pretendido, o laudo pericial, devidamente complementado, foi claro ao estabelecer o nexo causal entre o trabalho e a doença. Nesse sentido, afirmou o perito que "os microtraumatismos cumulativos oriundos do labor, de forma contínua e permanente, agiram de forma determinante no aparecimento das doenças da reclamante; que a reclamante está inapta para exercer as atividades que vinha exercendo a serviço da reclamada; que a reclamante: 1) Apresenta redução de sua capacidade laboral; 2) Tornou-se incapaz para exercer a função que vinha exercendo a mando da reclamada; 3) Apresenta condições físicas para exercer qualquer outra função compatível; 4) Trata-se de doença profissional que teve sua gênese no trabalho executado na reclamada." Proc. 38453/00 - Ac. 5ª Turma 27190/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. NORMA COLETIVA. DOENÇA PROFISSIONAL: LER. Constata-se que a "garantia de emprego" convencionada é assegurada ao empregado acidentado no trabalho ou portador de doença profissional, cuja ocorrência se dê em razão do contrato de trabalho (que a doença tenha sido adquirida no atual emprego), com redução da capacidade laboral, incapacidade de exercer a mesma função e com condições de ser readaptado em outra função compatível à capacidade atual. Tais condições deverão, ainda segundo a norma coletiva, ser atestadas pelo INSS. Não se verificando, nas oportunidades em que a empregada usufruiu de auxílio-doença, diagnóstico relacionado com a doença profissional que pretende ver reconhecida, é improcedente o pedido de reintegração. Nessa esteira, não preenchido requisito normativo, permanece intacta decisão de origem. Proc. 39710/00 - Ac. 5ª Turma 27211/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PREVISTA NA LEI N. 9.504/97. INADMISSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO NO CURSO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. A previsão legal de que o aviso prévio indenizado integre o tempo de serviço trata-se de ficção jurídica, com efeitos meramente pecuniários. Além disso, o aviso prévio, quando utilizado, fixa termo final ao contrato de trabalho. Portanto, não há que se falar em aquisição de estabilidade provisória no curso do aviso prévio indenizado, ainda mais a estabilidade prevista na Lei n. 9.504/97, cuja finalidade é obstar dispensas nos períodos eleitorais. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 40, da SDI do C. TST. Proc. 14700/00 - Ac. 1ª Turma 13415/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 58

ESTABILIDADE PROVISÓRIA. PROPOSITURA TARDIA DA AÇÃO. RENÚNCIA. A propositura da ação quando total ou parcialmente expirada a garantia temporária de emprego, implica em renúncia do tempo transcorrido. Proc. 38610/00 - Ac. 5ª Turma 11554/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. Em casos excepcionais, quando a exigência de prévio depósito possa representar empecilho intransponível à defesa, admite a doutrina sua utilização, possibilitando à parte, sem efetuar depósito prévio, discutir a validade e legalidade da execução ou do título executivo. Todavia, não se admite a interposição de agravo de petição, visando reformar a decisão interlocutória que nega processamento à Exceção de Pré-Executividade. O manejo do agravo de petição, nos termos dos arts. 884 e 897 da CLT, está condicionado à garantia do juízo e ao prévio ingresso com embargos à execução, pois do contrário estaria sendo introduzida nova instância recursal na já tormentosa execução trabalhista, despida tanto da prévia garantia do juízo como da prévia identificação da parte incontroversa do débito. Proc. 20704/01 - Ac. 5ª Turma 16702/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 29/8/2002, p. 88

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. AFASTADA MEDIANTE DECISÃO INCIDENTAL. AGRAVO DE PETIÇÃO. DESCABIMENTO. A chamada "exceção de pré-executividade" é fruto de uma discutível criação doutrinária. Não possui amparo legal explícito. Por isto mesmo, deverá sempre ser vista e recebida com (muitas) reservas, máxime no processo trabalhista onde, ao revés daquilo que ordinariamente se dá no processo civil, o devedor é a parte mais poderosa da relação jurídica de direito material. Como corolário, uma vez apresentada a exceção em foco, e sendo a mesma pelo Juízo rejeitada, ao devedor somente restará valer-se oportunamente de embargos à execução, de cuja decisão - e apenas dela - caberá, se for o caso, Agravo de Petição, dado que o ato judicial que lhe fora antecedente, porque revestido de índole meramente interlocutória, assumirá o caráter de irrecorrível, a teor daquilo que estabelece o art. 893, § 1º, da CLT. Proc. 23661/01 - Ac. 2ª Turma 4404/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 28/1/2002, p. 72

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. CABIMENTO E RECORRIBILIDADE NO PROCESSO DO TRABALHO. A chamada exceção de pré-executividade constitui inovação doutrinária pela qual se pretende a cognição de temas obstativos da execução sem que seja necessária a garantia do Juízo. Seu uso indiscriminado, entretanto, tem causado graves prejuízos à celeridade necessária ao processo do trabalho, e por isso deve ser restrita somente àquelas situações em que se pode aferir, de plano, pelo descabimento da execução da forma como processada. Isso, a rigor, sempre foi praticado no processo laboral, sem o pomposo nome hoje dado pelos processualistas, sempre que o devedor aponta fatores relevantes capazes de obstaculizar a execução, como, por exemplo, a inequívoca demonstração do pagamento da dívida. Qualquer situação que dependa de uma cognição abrangente, inclusive com coleta de provas orais, refoge totalmente à pertinência da dita exceção, e por isso não se deve processar medida nesse sentido. De qualquer sorte, ainda que seja assumido o uso da exceção citada, não se pode desconsiderar outro princípio típico do direito processual do trabalho, que é o da irrecorribilidade interlocutória, consubstanciado no § 1º do art. 893, da CLT. Nesse sentido, todos os incidentes da execução só são passíveis de debate por ocasião do recurso principal, de sorte que se a decisão da exceção for meramente interlocutória, nenhum recurso imediato é pertinente. Somente será admissível o agravo de petição se da exceção eventualmente acolhida resultar decisão definitiva ou terminativa da execução. Proc. 21394/01 - Ac. 3ª Turma 6805/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 18/2/2002, p. 79

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NÃO CABIMENTO NO PROCESSO DO TRABALHO. A exceção de pré-executividade é criação doutrinária não aplicável ao processo do trabalho em face da limitação imposta pelo art. 884 da CLT. Proc. 8777/01 - Ac. SE 4969/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/2/2002, p. 19

EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE. OU DE EXECUTIVIDADE. A exceção de executividade {ou de pré-executividade}, por não ter disciplina legal, só pode ser cabível para repelir execução flagrantemente incabível, por concordância da parte contrária ou ante argumentos induvidosamente inócuos, nos termos da fundamentação. Proc. 5463/02 - Ac. 2ª Turma 14278/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 15/8/2002, p. 67

EXCESSO DE PENHORA

EXCESSO DE PENHORA. O bem penhorado é de difícil aceitação em hasta pública. O valor estipulado na avaliação dificilmente será alcançado e é preciso atentar para o fato de que ao crédito do obreiro devem ser somadas a correção monetária e demais despesas processuais. Em face disso, há que se manter o valor penhorado. De resto, se houver excesso na arrecadação, o excedente será revertido em favor da agravante. Proc. 38338/01 - Ac. 5ª Turma 21263/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

EXCESSO DE PENHORA. BEM PENHORADO EM OUTROS PROCESSOS. Não se cogita de excesso de penhora, quando o bem apreendido é objeto de penhora em vários outros processos, ainda que avaliado em montante bem superior ao crédito, porquanto o valor estipulado na avaliação dificilmente é alcançado e ao crédito do obreiro devem ser somadas a correção monetária e demais despesas processuais. Por outro lado, se houver excesso na arrecadação, este será revertido em favor do executado, inexistindo prejuízo. Proc. 1041/99 - Ac. 5ª Turma 32281/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 269

EXCESSO DE PENHORA. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA AVALIAÇÃO. O excesso de penhora, assim entendida a apreensão de bens em valores superiores ao necessário, fundada em mera irresignação ao valor da avaliação feita pelo Oficial de Justiça Avaliador (art. 721, § 3º, da CLT) não pode ser acolhida, eis que exige prova cabal, tendo em vista a presunção de veracidade dos atos do Oficial de Justiça Avaliador, cuja função goza de fé pública. Proc. 8799/02 - Ac. 3ª Turma 7952/02-PATR. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 4/7/2002, p. 25

EXCESSO DE PENHORA. INEXISTÊNCIA. Em hasta pública, o valor estipulado na avaliação dificilmente é alcançado e ao crédito do obreiro devem ser somadas a correção monetária e demais despesas processuais, não se cogitando, assim, de excesso de penhora. Por outro lado, havendo excesso na arrecadação, este será revertido em favor da agravante, inexistindo prejuízo. Proc. 286/01 - Ac. 5ª Turma 9642/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

EXCESSO DE PENHORA. OS EMBARGOS NÃO SE PRESTAM A RESTRINGIR O APRESAMENTO. NULIDADE REJEITADA, FACE À POSSIBILIDADE DE REFORMA DO "DECISUM" EM DECORRÊNCIA DA DEVOLUÇÃO RECURSAL. O art. 884, § 1º, da CLT e 741 do CPC esgotam as matérias que podem ser objeto de embargos, na medida em que constituem, ambos, "numerus clausus". Assim, após a avaliação, na hipótese

de excesso de penhora, a teor do art. 685 do estatuto adjetivo, de aplicação subsidiária nesta Especializada, o magistrado poderá, mediante simples requerimento do interessado e após oitiva da parte "ex adversa", reduzi-la ou ampliá-la. Seu recebimento, no entanto, não autoriza que se decrete a nulidade, pena de restarem violados os princípios da economia e celeridade processuais, com o retorno dos autos à origem para que nova decisão seja proferida, na medida em que o "decisum" pode ser revisto por força da devolução recursal. Proc. 19258/02 - Ac. 4ª Turma 25748/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 31/10/2002, p. 13

EXECUÇÃO

EXECUÇÃO. ACORDO IMEDIATO À PRAÇA POSITIVA. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. VIABILIDADE. DEVOLUÇÃO DO SINAL. DIREITO DO ARREMATANTE. Inviável a decretação da perda do sinal de 20% (arrematação) em prol da execução, se houve acordo entre as partes que, por óbvio, extinguiu o processo executivo. Equivocada a interpretação do acordo como remição da execução e sob o fundamento do não pagamento do remanescente de 80%. O formalismo não pode se sobrepor aos fatos. Com efeito, a transação manifestada no juízo deprecante e por este homologada tem o efeito de extinguir a execução e se mostra inusitada a decisão do juízo deprecado que negou-lhe os efeitos do art. 794 II do CPC. Proc. 15691/01 - Ac. 2ª Turma 4463/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 28/1/2002, p. 76

EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO PROCRASTINATÓRIO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Revelando-se o apelo com fim único de retardar a solução do feito, deve o agravante ser tido como litigante de má-fé, obrigando-se a indenizar a parte contrária. Proc. 21448/97 - Ac. SE 20241/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 113

EXECUÇÃO. AGRAVO DE PETIÇÃO. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. Indefere-se a indenização por ato atentatório à dignidade da justiça se não for comprovada qualquer das hipóteses previstas no art. 600 do CPC, de aplicação subsidiária. Proc. 24903/02 - Ac. 1ª Turma 29134/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

EXECUÇÃO. ANATOCISMO. AUSÊNCIA DE RESPALDO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. Os juros hão de incidir sobre os valores por uma única vez, a partir da data da distribuição da reclamatória, sobre o débito da executada, devidamente atualizado monetariamente, sob pena de caracterização da figura do anatocismo. Ao se acolher cálculo de juros sobre montante já parcialmente atualizado com correção monetária e juros, haveria capitalização de juros sobre juros, o que não tem respaldo em lei, caracterizando o locupletamento ilícito do exeqüente. Proc. 28456/01 - Ac. 5ª Turma 1865/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 31

EXECUÇÃO. ARREMATAÇÃO. CREDOR LICITANTE. Há que se distinguir a arrematação da adjudicação. Essa, ato do credor que opta pela satisfação do seu direito através da encampação ao seu patrimônio dos bens do devedor levados a hasta pública. Aquela, sugere a compra, por terceiros, dos bens do devedor levados à praça, satisfazendo o direito do credor através do produto obtido com a venda daqueles bens. O credor/exeqüente encontra respaldo legal para adjudicar os bens apreendidos pelo valor da avaliação, em primeira praça, ou sendo esta negativa e seguindo-se o leilão, preferirá sobre os demais licitantes pelo valor do maior lanço - (art. 888, §§.1º e 3º, CLT e art. 24 da Lei n. 6.830/80). Equivocado, pois, o deferimento da arrematação pelo autor do bem no montante de seu crédito exeqüendo, devendo a mesma ser anulada. Proc. 10153/02 - Ac. SE 18077/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 7

EXECUÇÃO. ARREMATAÇÃO. CREDOR LICITANTE. Tecnicamente e não observando o Direito Processual de maneira estanque, deve-se ter em mente o fato de que o art. 888, da CLT, concede ao exeqüente apenas um privilégio: a possibilidade de adjudicar o bem colocado em hasta pública, antes do término da praça ou do leilão, o que não quer dizer que ele estaria impedido de tentar arrematá-lo, justamente por não constar o credor naquele rol contido no § 1º do art. 690, do CPC. Proc. 33963/01 - Ac. SE 26949/02. Rel. Desig. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 231

EXECUÇÃO. ART. 620 DO CPC. LIMITES. O art. 620 do CPC não pode ser interpretado de forma a resultar na real negativa da efetivação do crédito. Sem dúvida que a execução deve ser feita da maneira menos gravosa ao devedor, desde que mais eficiente ao credor. Penhorar bens que não tenham interesse comercial não é executar e sim negar ao empregado credor a efetividade de seu direito. Proc. 25389/02 - Ac. 2ª Turma 28829/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 29/11/2002, p. 12

EXECUÇÃO. AUSÊNCIA DE BENS DO DEVEDOR. A ausência de bens do devedor, devidamente atestada por Oficial de Justiça, conduz à suspensão do curso da execução, a teor do art. 40 da Lei n. 6.830/80, de aplicação supletiva ao processo do trabalho, não se podendo presumir renúncia à execução se o credor não logra êxito em encontrar e indicar ao juízo bens passíveis de penhora. Proc. 21314/02 - Ac. 4ª Turma 28427/02-PATR. Rel. Fabio Grasselli. DOE 22/11/2002, p. 25

EXECUÇÃO. BEM REMIDO PELO CÔNJUGE DO EXECUTADO. PROCEDIMENTO DE NOVA PENHORA. LEGALIDADE. O bem que foi remido pela mulher do devedor volta ao patrimônio do casal, se casados sob regime de comunhão universal de bens, podendo ser penhorado em execução por outra dívida. Proc. 23653/01 - Ac. SE 10914/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

EXECUÇÃO. COMPETÊNCIA AÇÃO RESCISÓRIA. Empregador, autor de ação rescisória julgada procedente, pode executar nos próprios autos que deram origem à decisão desconstituída, aquilo que pagou indevidamente, ante o desaparecimento do título executivo primitivo. Inteligência da parte final do art. 877 da CLT. Proc. 1745/91 - Ac. 2ª Turma 29035/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 15/7/2002, p. 167

EXECUÇÃO. CONTRA FAZENDA PÚBLICA DE PEQUENA MONTA. DISPENSA DE PRECATÓRIOS. APLICABILIDADE IMEDIATA DO ART. 100, § 3º DA CF. INTEGRAÇÃO E EXEQÜIBILIDADE NO ART. 128 DA LEI N. 8.213/91. O § 3º do art. 100, da Lex Fundamentalis - acrescentado com a edição da EC n. 20/98 -, é aplicável de imediato pois, sendo norma classificada como de eficácia limitada, depende tão-somente de legislação ordinária que lhe integre a pronta exeqüibilidade. O dispositivo constitucional em apreço remete à lei ordinária a tarefa de definir as obrigações que possam ser consideradas como de "pequeno valor". A Lei n. 8.213/91 define um quantum de modesta expressão monetária, para as demandas judiciais cujos objetos envolvam os benefícios por ela regulados, em seu art. 128. Considerando que tanto a Lei Previdenciária em apreço (Lei n. 8.213/91) como a Legislação Trabalhista, cuidam de direitos de natureza alimentar e, autorizando a CLT, o emprego da analogia (art. 8º), atendendo, ainda, aos fins sociais na aplicação das normas legais (LICC, art. 4º), encontramos no art. 128 da Lei n. 8.213/91 a norma infraconstitucional capaz de dar exeqüibilidade imediata ao § 3º do art. 100 supracitado. Proc. 9033/01 - Ac. 4ª Turma 15309/02. Rel. Desig. I. Renato Buratto. DOE 22/4/2002, p. 39

EXECUÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. Por ajuste expresso nos contratos de trabalho da financeiras e casas bancárias (arts. 443 e 444 da CLT), os salários dos trabalhadores vencem e são pagos dentro do próprio mês de labor. Como conseqüência, a correção monetária deve incidir desde o próprio lapso de prestação de serviços, sendo despicienda a interpretação sobre o alcance do art. 459 da CLT e Orientação n. 124, do C. TST. Proc. 40243/00 - Ac. SE 5096/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 18/2/2002, p. 23

EXECUÇÃO. DE CRÉDITO TRABALHISTA. PENHORA DE BEM IMÓVEL HIPOTECADO. DIREITO DE PREFERÊNCIA. Os créditos trabalhistas têm caráter privilegiado e se sobrepõem a qualquer outro, inclusive ao do credor com garantia real decorrente de hipoteca de bem imóvel. Proc. 5925/02 - Ac. 1ª Turma 3217/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/5/2002, p. 9

EXECUÇÃO. DEFESA. PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. Nos embargos à execução concentra o devedor a sua defesa, cumprindo-lhe assim, ante o princípio da eventualidade, alegar toda matéria com que pretende impugnar a execução. Proc. 29684/01 - Ac. SE 25974/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

EXECUÇÃO. DEPÓSITO JUDICIAL PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO. DIFERENÇA DE JUROS PAGOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. 0,5% AO MÊS E OS LEGAIS. 1% AO MÊS CONFORME LEI N. 8.177/91. RESPONSABILIDADE DA EXECUTADA PELA EXISTÊNCIA DE DIFERENÇAS DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. É da executada a responsabilidade em arcar com as diferenças de juros e correção monetária entre a data do depósito para garantia do juízo e o efetivo pagamento, uma vez que os juros pagos pelos depósitos judiciais não são os mesmos previstos pelo art. 39, da Lei n. 8.177/91, não se aplicando o disposto no § 4º, do art. 9 da Lei n. 6.830/80. Proc. 21794/02 - Ac. 5ª Turma 25502/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 31/10/2002, p. 21

EXECUÇÃO. DEPÓSITO PARA GARANTIA. SUBSISTÊNCIA DE CONTAGEM DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. A realização de depósito judicial para garantia da execução, por parte do devedor,

nos termos do art. 884 da CLT não ostenta eficácia liberatória própria do depósito efetuado para pagamento, não impedindo a fluência da correção monetária e dos juros de mora. Se o numerário não estava disponível para o credor, o depósito não se equipara à quitação plena, e sendo a taxa de juros aplicada ao crédito trabalhista superior àquela praticada pelas instituições de crédito, não compete ao credor suportar o prejuízo e arcar com a diferença, o que implica em redução do efetivo valor do crédito. Inteligência do art. 39 da Lei n. 8.177/91. Proc. 25776/01 - Ac. 5ª Turma 5061/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 13/6/2002, p. 43

EXECUÇÃO. EMBARGOS. GARANTIA DO JUÍZO. Para que o executado possa insurgir-se contra a execução contra ele assestada, sem prévia garantia do juízo, precisa ficar demonstrada a inexistência e/ou insuficiência de bens para tanto, eis que a regra é a de que o juízo há de estar seguro para, só então, ser possível ao executado apresentar e sustentar sua irresignação. Proc. 14552/01 - Ac. 1ª Turma 8200/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 4/3/2002, p. 47

EXECUÇÃO. EMPREGADO. PENHORA SOBRE VERBAS CONTRATUAIS INDENIZATÓRIAS. Penhora sobre valores pagos ao empregado em caráter indenizatório: aviso prévio, multa do art. 44 - FGTS - e multa fundiária são penhoráveis por alijadas da expressão "verbas de cunho salarial", constante do art. 649, IV do CPC. Proc. 20086/01 - Ac. SE 28232/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 13

EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO PELO JUIZ. ART. 129 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. Os incisos I, II e III do art. 794 do CPC elencam as hipóteses em que se opera a extinção da execução. Em respeito ao princípio da intangibilidade da coisa julgada e à vedação da revisão da decisão pelo próprio órgão julgador (art. 836 da CLT), a extinção do processo de execução de ofício, com fulcro no art. 129 do CPC, não se justifica. Constatado qualquer vício que macule o processo, por colusão das partes, cabe ao julgador oficiar ao ministério público do trabalho, para as providências cabíveis, inclusive visando o exercício de ação rescisória prevista pelo art. 593, inciso III, do CPC. Proc. 695/00-ARE - Ac. SE 1180/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/10/2002, p. 3

EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. DÍVIDA DE PEQUENO VALOR. AUSÊNCIA DE OFÍCIO REQUISITÓRIO. POSSIBILIDADE. Desnecessária a expedição de ofício requisitório nas demandas judiciais em face da Fazenda Pública, quando o valor não superar o limite de R$ 5.180.25, dada a nova redação do § 3º, do art. 100, da CF, e de legislação regulamentadora (art. 1º da Lei n. 10.099/00). Proc. 36312/01 - Ac. 1ª Turma 27606/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 123

EXECUÇÃO. IMPENHORABILIDADE. A impenhorabilidade prevista no art. 57 do Decreto-lei n. 413/69 é relativa, sendo aplicável, subsidiariamente, o art. 30 da Lei n. 6.830/80. Revestindo-se o crédito trabalhista de superprivilégio, conforme art. 186, CTN, e 102, Decreto-lei n. 7.661/45, preferindo, até mesmo, aos créditos tributários, é possível a penhora de bem vinculado a cédula de crédito industrial. Proc. 32340/01 - Ac. 3ª Turma 25702/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 15/7/2002, p. 60

EXECUÇÃO. IMPOSTO DE RENDA. BASE DE CÁLCULO. EXCLUSÃO DOS JUROS. IMPOSSIBILIDADE. Ineficaz a tentativa da exeqüente de excluir os juros da base de cálculo do imposto de renda, uma vez que a legislação aplicável à espécie (Decreto n. 3.000, de 26/03/99, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza) é suficientemente clara ao estipular, no inciso XIV, do art. 55, serem tributáveis os juros compensatórios ou moratórios de qualquer natureza, inclusive os que resultarem de sentença, e quaisquer outras indenizações por atraso de pagamento, exceto aqueles correspondentes a rendimentos isentos ou não tributáveis. Proc. 10010/02 - Ac. 5ª Turma 26419/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/11/2002, p. 38

EXECUÇÃO. INSS. PRECLUSÃO Se da decisão homologatória do acordo no processo de conhecimento, o INSS intimado, não recorreu ordinariamente, não pode em execução desse acordo discutir a natureza das parcelas discriminadas em agravo de petição. Proc. 10785/02 - Ac. 4ª Turma 11672/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 1/8/2002, p. 37

EXECUÇÃO. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO JULGADO. Para que se evitem dúvidas e delongas na fase de execução, devem as partes interessadas apresentarem embargos declaratórios, para explicitarem os exatos parâmetros da condenação, na fase de conhecimento. À Corte revisora cabe interpretar a sentença ou acórdão, de forma restritiva, evitando-se conceder mais do que pretendeu o "decisum". Proc. 4490/02 - Ac. 5ª Turma 16497/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

EXECUÇÃO. MULTA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. A própria redação atual do art. 601, do CPC, dada pela Lei n. 8.953/94, deixa claro que a intenção do legislador foi a de excluir a exigência de advertência prévia ao executado, de que sua conduta estava configurando ato atentatório à dignidade da Justiça. Além disso, o seu parágrafo único cuida da possibilidade de relevar a pena, o que só pode se dar quanto à pena já aplicada (Cléber Lúcio de Almeida). Proc. 17959/01 - Ac. 1ª Turma 11117/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 18/3/2002, p. 67

EXECUÇÃO. PENHORA SOBRE BENS MÓVEIS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA DO EXECUTADO. ARGÜIÇÃO DE IMPENHORABILIDADE. INDÍCIOS DE VOLUPTUOSIDADE COMO CARACTERÍSTICA DOS BENS. INAPLICABILIDADE DA LEI N. 8.009/90. PENHORA SUBSISTENTE. A intenção do legislador ao positivar a Lei n. 8.009/90 foi a de garantir a inexecução do imóvel único usado como residência de família, além dos bens móveis que a guarnecem, essenciais à manutenção da dignidade. Nesta exegese, a apreensão judicial de bens móveis que guarneçam a residência do executado, ainda que não suntuosos, mas que possam ser classificados como voluptuários, não viola a disposição do art. 1º, parágrafo único, parte final, do mencionado Diploma Legal, devendo ser mantida a subsistência da penhora. Proc. 8784/02 - Ac. 4ª Turma 14977/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/8/2002, p. 40

EXECUÇÃO. PENHORA. AVALIAÇÃO OFICIAL DO BEM. PRESUNÇÃO DE AUTENTICIDADE E VERDADE DOS ATOS PRATICADOS. Na Justiça do Trabalho, consoante prescreve o art. 721 da CLT, toca ao Oficial de Justiça Avaliador, cujos atos gozam de fé pública, a avaliação dos bens penhorados. À parte desfavorecida cabe ônus da prova de que o ato foi realizado ao arrepio da lei. Proc. 34992/01 - Ac. SE 20385/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 118

EXECUÇÃO. PENHORA. FERRAMENTAS NECESSÁRIAS AO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO. PESSOA JURÍDICA. INAPLICABILIDADE DO ART. 649, VI, DO CPC. O quanto disposto no inciso VI, do art. 649, do CPC, refere-se a impenhorabilidade de utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão, qualificação esta que resulta apenas da atividade exercida pela pessoa física, não se dirigindo à pessoa jurídica, que não exerce "profissão". Proc. 19179/01 - Ac. 1ª Turma 11120/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 18/3/2002, p. 67

EXECUÇÃO. PENHORA. SUBSÍDIO DE VEREADOR. O exercício da Vereança é figura que não pode ser confundida com a genérica condição de servidor público municipal. E a razão é simples: o Vereador, a princípio, possui outras fontes de renda além dos subsídios auferidos pelo exercício de sua função representativa, o que o diferencia dos Magistrados, Professores, Servidores Públicos ou mesmo Militares, cujos ganhos são únicos, e por isso impenhoráveis, tanto que previstos no inciso IV do art. 649, do CPC. Além disso, a CF, ao dispor que o detentor de mandato eletivo deverá ser remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única (§ 4º, art. 39), não pretendeu efetivamente dar ao ganho a natureza salarial, mas tão-somente retributiva em razão da representatividade do agente, ainda que exclusiva sua dedicação. Logo, a penhorabilidade dos subsídios do Vereador é perfeitamente aceitável, já que não há no Ordenamento, seja constitucional ou ordinário, qualquer empecilho legal que a impeça, ainda mais quando não comprovado pelo político serem estes sua única fonte de renda. Proc. 29062/01 - Ac. 3ª Turma 23687/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 216

EXECUÇÃO. PRAÇA E LEILÃO. INTIMAÇÃO DO EXECUTADO. No Processo do Trabalho, o texto consolidado não obriga qualquer intimação para o dia da praça, cabendo ao edital noticiar o dia e hora da praça e leilão, nos termos do art. 888. O fato de o CPC determinar a intimação em casos similares não obriga o judiciário trabalhista a proceder de tal forma, em face da norma celetista mencionada. Proc. 15175/02 - Ac. SE 27749/02-PATR. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 22/11/2002, p. 3

EXECUÇÃO. PROVISÓRIA. LIMITE. PENHORA. Na execução provisória no processo do trabalho, só é possível ir-se até a penhora e avaliação. Nenhum outro ato deve ser praticado. Inteligência dos arts. 899 e 886, § 2º, da CLT. Proc. 8364/02 - Ac. 5ª Turma 7928/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 4/7/2002, p. 40

EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. Ante a ausência de bens da sociedade para responder pela dívida trabalhista, respondem os sócios com o patrimônio pessoal, conforme preconizam os arts. 592 e 596 do CPC c/c o inciso V do art. 4º da Lei n. 6.830/80 e inciso III do CTN, todos de aplicação subsidiária no processo do trabalho. Proc. 20691/02 - Ac. 1ª Turma 23984/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 25/10/2002, p. 9

EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. Ante a ausência de bens da sociedade para quitar o débito trabalhista, respondem os sócios, com o patrimônio pessoal, conforme preconizam os arts. 592, II e 596 do CPC c/c com o inciso V do art. 4º da Lei n. 6.830/80 e art. 135, III do CTN, aplicáveis subsidiariamente à processualística trabalhista. Proc. 22983/02 - Ac. 1ª Turma 29146/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

EXECUÇÃO. RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS. EXAURIMENTO DA ATUAÇÃO JURISDICIONAL. AÇÃO PRÓPRIA. A restituição dos valores pagos ao reclamante em cumprimento de sentença posteriormente desconstituída por ação rescisória deve ser objeto de ação própria, Restituição de Débito, sendo impossível a devolução nos próprios autos da execução, haja vista o exaurimento da atuação jurisdicional com a completa entrega do bem da vida reclamado. Proc. 16960/01 - Ac. SE 28184/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 12

EXECUÇÃO. SEGURO-DESEMPREGO. GUIAS PARA HABILITAÇÃO TARDIAMENTE FORNECIDAS. INDENIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DEVIDA. Deixando o executado de fornecer tempestivamente as guias necessárias à habilitação do empregado ao benefício do seguro-desemprego no prazo administrativo de 120 dias, deverá responder pela indenização substitutiva do benefício, na hipótese de indeferimento do pedido. Proc. 6100/02 - Ac. 3ª Turma 1037/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 16/5/2002, p. 25

EXECUÇÃO TRABALHISTA

EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA SOBRE BEM GRAVADO COM HIPOTECA CEDULAR. Se a Lei n. 6.830/80, em seus arts. 10 e 30, prevê que mesmo os bens gravados com ônus real ou cláusula de impenhorabilidade ou inalienabilidade devem responder pela Dívida Ativa da Fazenda Pública, com maior razão os créditos trabalhistas têm preferência sobre qualquer outro. Destarte, o bem gravado por hipoteca cedular de crédito rural pode ser objeto de penhora no âmbito trabalhista. Proc. 696/01 - Ac. 5ª Turma 9645/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

EXTENSÃO DE NORMA COLETIVA

EXTENSÃO DE NORMA COLETIVA. INAPLICABILIDADE DE NORMA COLETIVA SEM A PARTICIPAÇÃO DO SINDICADO. A celebração de norma coletiva pela Federação, representando outros sindicatos e excluindo o sindicato da categoria profissional na base territorial, é inaplicável ao reclamante, não obstante naquele ano não ter sido celebrada convenção ou acordo pelo seu sindicato. A extensão de norma coletiva somente é possível por processo de dissídio coletivo. Proc. 24647/02 - Ac. 1ª Turma 26226/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 13

EXTINÇÃO DO PROCESSO

EXTINÇÃO DO PROCESSO. SEM O JULGAMENTO DO MÉRITO POR NÃO EXAURIDA A VIA ADMINISTRATIVA. ART. 625-D DA CLT. COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. ÓBICE PROCESSUAL AFASTADO. PROVIMENTO DO RECURSO DO AUTOR. A propositura da ação perante o Judiciário já demonstra rejeição das partes à submissão às estas Comissões, ou, por outra, que existia motivo relevante para não submeter a solução da demanda a estes interlocutores. Entre o direito constitucional de ação e a regra prevista no art. 625-D da CLT, não deve ter dúvida o operador do direito: não se pode compelir as partes à auto-composição, já que este mecanismo de solução é etiologicamente situado no campo da autonomia privada dos interesses. O direito de ação, ao seu turno, é público por excelência, constitui garantia fundamental das liberdades do cidadão e, certamente, uma das maiores conquistas do Estado Democrático de Direito. Não comporta minimizações. Uma vez exercido o direito de ação pressupõe-se a existência de litigiosidade impassível de ser solucionada no âmbito da esfera privada, competindo ao Estado-Juiz a entrega da prestação jurisdicional, que não comporta delegação e da qual não pode se eximir. No mais, se constitui poder-dever do Juiz promover a conciliação entre as partes, não há razão plausível para que, comparecendo autor e réu perante o órgão Judiciário e, uma vez frustada esta tentativa de conciliação, se determine que a auto-composição seja tentada em outra esfera. Proc. 25942/01 - Ac. 3ª Turma 3362/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 28/1/2002, p. 38

FACTUM PRINCIPIS

"FACTUM PRINCIPIS". "APAGÃO". NÃO OCORRÊNCIA. As medidas de racionamento de energia ("apagão") não configuram "factum principis", porque esse fato não resultou em encerramento de atividades, e eventual queda de produção pode ser suprimida pela compra de energia elétrica ou de outras fontes de energia. Releve-se que, no presente caso, a queda de produção decorreu do declínio de vendas dos produtos fabricados pela reclamada. Proc. 9107/02 - Ac. 1ª Turma 3175/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/5/2002, p. 7

FALÊNCIA

FALÊNCIA. APLICAÇÃO DOS ARTS. 467 E 477. Não tendo a massa falida disponibilidade de valores e bens, subjugada que está ao juízo universal, não pode ela ser penalizada de igual forma que um empregador inerte ou omisso. É o caso de dobra salarial do art. 467 e a multa do art. 477. No entanto, se a "punição" legal era devida pelo empregador antes da quebra, já se constituiu o débito e deve ele ser mantido, ou seja, mantém-se apenas as multas preexistentes à quebra. Recurso provido para excluir a dobra do 467 e manter a multa do 477. Proc. 26561/01 - Ac. 2ª Turma 9787/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 18/3/2002, p. 23

FALÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Como a reclamante preencheu todos os requisitos do art. 14 da Lei n. 5.584/70, deve a massa pagar os honorários advocatícios, ante o disposto na parte final do inciso II do art. 23 da Lei de Falências. Proc. 12549/02 - Ac. 3ª Turma 32060/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 10/1/2003, p. 81

FALÊNCIA. JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO NA FASE RECURSAL DE CONHECIMENTO. Segundo o disposto no art. 26 do Decreto-lei n. 7.661/45, os juros de mora devem ser excluídos apenas quando o ativo da massa falida for insuficiente para quitação do principal, hipótese que somente será apurada no Juízo Falimentar, o que impede a decretação, nesta fase processual, de exclusão dos juros de mora. Proc. 10457/02 - Ac. 3ª Turma 8023/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/7/2002, p. 27

FALÊNCIA. MULTA DE 40% SOBRE O FGTS. CABIMENTO. INCIDÊNCIA DO ART. 499 DA CLT. Não se constituindo a falência, ato decorrente de força maior, sua decretação não afasta do trabalhador, o direito à percepção da multa fundiária. Os riscos do negócio devem ser suportados pelo empregador. Ademais, a regra do art. 499 da CLT, assegura a integralidade de todos os direitos decorrentes do contrato de trabalho. Proc. 37153/01 - Ac. 2ª Turma 31434/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 241

FALTA DE ASSINATURA

FALTA DE ASSINATURA. RAZÕES RECURSAIS. CONHECIMENTO. Conforme a Orientação Jurisprudencial n. 120 da E.SDI do C.TST, estando assinada por advogado regularmente constituído a petição de apresentação das razões do recurso ordinário, não há porque deixar de conhecer o apelo, desde que respeitados os demais requisitos de admissibilidade. Proc. 18008/02 - Ac. 5ª Turma 25485/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 31/10/2002, p. 21

FALTA DE PROVA

FALTA DE PROVA. A falta de prova de fato extintivo do direito do autor, importa no reconhecimento da veracidade de sua alegação. Proc. 10866/00 - Ac. SE 5060/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 22

FALTA GRAVE

FALTA GRAVE. É admissível a cumulação de inquérito para apuração de falta grave e ação consignatória destinada ao pagamento das verbas rescisórias em caso de procedência do inquérito. A consignação dos haveres rescisórios, neste caso, é mera cautela do empregador, não implicando inobservância do procedimento para apuração da falta grave. Proc. 3144/02 - Ac. 4ª Turma 14906/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 22/8/2002, p. 38

FALTA GRAVE. CARACTERIZAÇÃO. OFENSAS AO SUPERIOR HIERÁRQUICO. RECUSA A CUMPRIMENTO DE ORDENS. Incide em falta grave o empregado que, se rebelando injustamente contra as ordens de seu superior hierárquico, profere ameaças contra ele, colocando-o em situação de risco vida. Proc. 14885/00 - Ac. 1ª Turma 6663/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 74

FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO

FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 818 da CLT, o fato constitutivo do direito do Autor deve ser por ele comprovado. Proc. 13888/00 - Ac. 1ª Turma 10491/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/3/2002, p. 45

FATO NOTÓRIO

FATO NOTÓRIO. APENAS NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ALEGAÇÃO EM SEDE RECURSAL. ART. 334, INCISO I, DO CPC. INAPLICABILIDADE. ARGUMENTO AFASTADO. O fato tido como notório apenas no local da prestação do labor do reclamante depende da produção de provas para produzir efeito em sede recursal, não se lhe aplicando a disposição do inciso I do art. 334 do CPC. Nesta exegese, rejeita-se o argumento do reclamado que busca a absolvição do pagamento de sobrejornada de que a agência onde laborava o reclamante era notoriamente pequena e de pouco movimento, prescindindo de trabalho alentado de seus funcionários. Proc. 8878/02 - Ac. 4ª Turma 25818/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 31/10/2002, p. 15

FATO SUPERVENIENTE

FATO SUPERVENIENTE. ART. 462, CPC. Estatui o art. 264, CPC, ser defeso ao Autor modificar o pedido, após a citação, sem o consentimento do réu, não sendo permitido, em nenhum caso, após o saneamento do processo, podendo formular novo pedido, somente por ação distinta. Trata-se do princípio da estabilização da lide. O art. 462, CPC, quando alude a fato superveniente, não outorga permissão para alteração do pedido, mas, sim, para que o Juiz o considere no julgamento do que já foi pedido, sob pena de desestabilizar a "litiscontestatio", violando o princípio do devido processo legal (art. 5º, LV, CF). Proc. 35271/00 - Ac. 3ª Turma 14075/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 79

FERIADOS

FERIADOS. TRABALHADOS. INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS EM DSR. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. Não se desincumbindo a reclamada de seu ônus de comprovar o regular pagamento dos feriados trabalhados e dos reflexos das horas extras no DSR, são devidas tais verbas. COMPENSAÇÃO. PRECLUSÃO. Embora pleiteada a compensação em defesa, tal matéria não foi apreciada pela sentença. Cabia à parte interessada oferecer embargos de declaração a fim de sanar a omissão. Não o fazendo, deu causa à preclusão. Proc. 30253/99 - Ac. SE 14275/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

FÉRIAS

FÉRIAS. ABONO PECUNIÁRIO DE UM TERÇO. CONVERSÃO. FACULDADE DO EMPREGADO. DEVIDAS. A conversão de um terço do período de férias em abono pecuniário é direito do empregado, prescindindo da concordância do empregador, desde que requerido até quinze dias antes do término do período aquisitivo. Inteligência do art. 143 da CLT. Proc. 32927/00 - Ac. 2ª Turma 12889/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 39

FÉRIAS. CONCESSÃO FRACIONADA. ART. 137, DA CLT. INAPLICABILIDADE. A concessão fracionada das férias em dois períodos distintos de 15 dias não dá ensejo à aplicação da penalidade prevista pelo art. 137, da CLT, que se aplica unicamente à hipótese de não concessão do benefício dentro do prazo legal. Proc. 31875/01 - Ac. 5ª Turma 22919/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 192

FÉRIAS. EM DOBRO. TERÇO CONSTITUCIONAL. Como a remuneração das férias é composta da parcela básica e da terça parte prevista no art. 7º, XVII da Constituição, forçoso concluir que a dobra determinada no art. 137 da CLT incide sobre ambos os títulos, não colhendo o argumento de que, tratando de penalidade, o dispositivo não alcança o "plus" constitucional. Proc. 7602/02 - Ac. 4ª Turma 24211/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 25/10/2002, p. 35

FÉRIAS. INDENIZADAS. NÃO INCIDÊNCIA DO FGTS. Considerando que não se trata de férias gozadas no curso do pacto laboral e sim indenizadas por ocasião do desligamento do trabalhador, fica afastada a incidência da aplicabilidade do fundo de garantia do tempo de serviço, face a natureza indenizatória do benefício, consoante regulamentação da Lei n. 8.036/90. Adoção do entendimento contido na Orientação Jurisprudencial da SDI/TST n. 195. Proc. 14970/00 - Ac. 1ª Turma 13515/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 60

FÉRIAS. PAGAMENTO EM DOBRO. Defere-se o pagamento em dobro das férias não concedidas dentro do período concessivo a que se refere o art. 134 da CLT. Proc. 12945/02 - Ac. 1ª Turma 30218/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 6/12/2002, p. 10

FÉRIAS. PROPORCIONAIS AO OBREIRO DEMISSIONÁRIO COM MENOS DE ANO DE SERVIÇO. CONVENÇÃO n. 132 DA OIT. Ao obreiro que pede demissão com menos de ano de serviço são devidas as férias proporcionais, por força do art. 11 da Convenção n. 132 da OIT, já incorporada ao ordenamento pátrio (Decreto n. 3197/99). Proc. 21059/02 - Ac. 4ª Turma 22921/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 10/10/2002, p. 64

FÉRIAS. PROPORCIONAIS. EMPREGADO COM MENOS DE UM ANO DE SERVIÇO NA EMPRESA. O empregado dispensado sem justa causa, mesmo não tendo completado um ano de trabalho na empresa, faz jus às férias proporcionais, nos termos do art. 147 da CLT, sendo indevida tal verba apenas nos casos de pedido de demissão ou dispensa por justa causa. Proc. 19405/02 - Ac. 4ª Turma 20344/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 26/9/2002, p. 114

FÉRIAS. TERÇO CONSTITUCIONAL. A partir da vigência da CF/88, o ressarcimento das férias, de forma simples ou em dobro, deve ser sempre efetuado com o acréscimo de um terço. Proc. 33741/01 - Ac. 1ª Turma 8769/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 9

FÉRIAS. VENCIDAS. PAGAMENTO EM DOBRO. Conforme o art. 137 c/c art. 134 da CLT, sempre que as férias forem concedidas após o prazo de 12 meses subsequentes à data de aquisição do direito, o empregador pagará em dobro a remuneração do período. Proc. 2334/99 - Ac. 5ª Turma 29314/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 176

FERROBAN

FERROBAN. FERROVIA BANDEIRANTES S/A. A incorporação da FEPASA pela RFFSA e a concessão da malha desta (cuja liquidação está programada) para a FERROBAN, caracteriza cisão na forma do art. 229 da Lei n. 6.404/76. Configurado um caso clássico de sucessão trabalhista, onde o sucessor absorve parte do estabelecimento, com exclusividade dá continuidade a mesma atividade, bem como dá continuidade às relações de emprego já existentes. A caracterização da sucessão não exige alteração na estrutura jurídica da sucedida, o que referem os arts. 10 e 448 da CLT é que qualquer alteração em tal estrutura jurídica não afeta direitos adquiridos nem contrato de trabalho, mantendo-se os primeiros incorporados ao patrimônio jurídico dos obreiros e os segundos ligados à atividade econômica de fato. Caracterizada a sucessão, responde solitariamente FERROBAN FERROVIAS BANDEIRANTES S/A. pela totalidade do contrato havido. Proc. 13356/01 - Ac. 3ª Turma 30364/02-PATR. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 6/12/2002, p. 20

FERROBAN. FERROVIAS BANDEIRANTES S/A. - RFFSA, INCORPORADORA DA FEPASA. CONCESSÃO DE MALHA. PERTINÊNCIA SUBJETIVA PASSIVA DA AÇÃO. A concessão de malha ferroviária que decorre do edital PND 02/98/RFFSA impõe a seguinte pertinência subjetiva da ação: para o período anterior à concessão é parte legítima passiva RFFSA (art. 42 do CPC) facultando-se à FERROBAN (se não constar no pólo passivo) intervenção voluntária (§ 2º do art. 42 do CPC) do tipo litisconsorcial (art. 54 do CPC), sendo FERROBAN a titular da legitimidade passiva apenas quanto ao período posterior à cessão, se por

esta ocasião a RFFSA já não mais existir com sua personalidade jurídica própria em razão da conclusão final do processo de desestatização (Decreto n. 3.277/79). RFFSA ocupa a posição de substituto processual passivo (caso único no direito processual civil), legitimado anômalo, sendo substituido processual FERROBAN, a quem se estende o efeito da coisa julgada (§ 3º, art. 42 do CPC). Proc. 18880/01 - Ac. 3ª Turma 9308/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 18/3/2002, p. 6

FGTS

FGTS. ACORDO DE PARCELAMENTO JUNTO À CEF. Constitui-se em obrigação do empregador o recolhimento mensal da verba fundiária junto à conta vinculada do empregado, na conformidade do que dispõe o art. 15 da Lei n. 8.036/90. O acordo de parcelamento da dívida fundiária junto à CEF, faz lei entre as partes, produzindo efeitos tão-somente quanto a elas, não atingindo o contrato de trabalho. Proc. 765/02 - Ac. 5ª Turma 8273/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 11/7/2002, p. 41

FGTS. ACRÉSCIMO DE 40%. APOSENTADORIA. DIFERENÇAS INDEVIDAS. Muito embora tenha o trabalhador continuado no emprego após a jubilação, deve-se considerar que houve naquela oportunidade extinção natural do contrato de trabalho, sendo certo que a disposição expressa no art. 453 da CLT impede a somatória dos contratos na hipótese de aposentadoria espontânea. Portanto, não faz jus o obreiro ao acréscimo de 40% sobre o FGTS do período anterior à aposentadoria. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI/TST n. 177. Proc. 1493/01 - Ac. 3ª Turma 27804/20. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 129

FGTS. ACRÉSCIMO DE 40%. DIFERENÇAS. APOSENTADORIA. Muito embora tenha o reclamante continuado no emprego após a jubilação, não se pode considerar que houve naquela oportunidade despedida arbitrária, mas sim, extinção natural do contrato de trabalho, sendo certo que a disposição expressa no art. 453 da CLT impede a somatória dos contratos na hipótese de aposentadoria espontânea. Portanto, não faz jus o obreiro ao acréscimo de 40% sobre o FGTS do período anterior à aposentadoria. Proc. 13669/00 - Ac. 1ª Turma 3059/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 27

FGTS. ACRÉSCIMO DE 40%. DIFERENÇAS. APOSENTADORIA. Muito embora tenha o reclamante continuado no emprego após a jubilação, deve-se considerar que houve naquela oportunidade extinção natural do contrato de trabalho, sendo certo que a disposição expressa no art. 453 da CLT impede a somatória dos contratos na hipótese de aposentadoria espontânea. Portanto, não faz jus o obreiro ao acréscimo de 40% sobre o FGTS do período anterior à aposentadoria. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI/TST n. 177. Proc. 27818/00 - Ac. 1ª Turma 14122/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 80

FGTS. ACRÉSCIMO DE 40%. DIFERENÇAS. APOSENTADORIA. Muito embora tenha a reclamante continuado no emprego após a jubilação, não se pode considerar que houve naquela oportunidade despedida arbitrária, mas sim, extinção natural do contrato de trabalho, sendo certo que a disposição expressa no art. 453 da CLT impede a somatória dos contratos na hipótese de aposentadoria espontânea. Portanto, não faz jus o obreiro ao acréscimo de 40% sobre o FGTS do período anterior à aposentadoria. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI/TST n. 177. Proc. 15560/00 - Ac. 1ª Turma 13336/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 55

FGTS. APOSENTADORIA. A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho. Assim, o período que antecede a jubilação encontra-se compreendido no contrato de trabalho extinto concomitantemente com o deferimento da aposentadoria e, se o empregado continuar na atividade, ter-se-á um novo contrato de trabalho e não um prosseguimento do anterior. A rescisão imotivada implica a incidência da multa do FGTS sobre os depósitos efetuados durante o pacto laboral subseqüente e não sobre a totalidade dos valores existentes na conta vinculada. SDI-I n. 177 do C. TST e Súmula n. 17 deste E. TRT. Proc. 21994/02 - Ac. 4ª Turma 22848/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 10/10/2002, p. 62

FGTS. APOSENTADORIA. ENTE PÚBLICO. A aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho. Assim, o período que antecede a jubilação encontra-se compreendido no contrato de trabalho extinto concomitantemente com o deferimento da aposentadoria e, se o empregado continuar na atividade, ter-se-á um novo contrato de trabalho e não um prosseguimento do anterior. A rescisão imotivada implica a incidência da multa do FGTS sobre os depósitos efetuados durante pacto laboral subseqüente e não sobre a totalidade dos valores existentes na conta vinculada. Em se tratando de empresa de economia mista, após 05/10/88, o ingresso de servidor aos quadros da Administração Pública está condicionado à prestação de concurso

público, consoante disposto no art. 37, inciso II da CF. Inexistente o certame público, é hipótese de nulidade, com pagamento do salário "stricto sensu", aplicação do Enunciado n. 363 do C. TST. Proc. 24521/00 - Ac. 4ª Turma 2100/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/1/2002, p. 68

FGTS. ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Não é competente a Justiça do Trabalho para determinar a atualização dos depósitos do FGTS decorrentes de expurgos inflacionários relativos aos Planos Verão e Collor para apuração de diferença da indenização de 40% prevista no inciso I do art. 10 do ADCT da Constituição da República. Proc. 17041/01 - Ac. 1ª Turma 14167/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 8/4/2002, p. 83

FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA APÓS DESLIGAMENTO. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. DIFERENÇAS DO ACRÉSCIMO DE 40% DEVIDAS. Se o empregador pagou o acréscimo fundiário de 40% com base no valor correspondente aos depósitos do FGTS, juros e correção monetária existentes na conta vinculada do trabalhador na data do seu desligamento e o aviso prévio do empregado foi indenizado, faz jus o mesmo às diferenças do acréscimo fundiário decorrentes da correção monetária e juros creditados pela CEF no período, vez que a sua dispensa somente se efetivou ao término do aviso prévio, o qual, ainda que indenizado, integra o tempo de serviço do trabalhador, por força do disposto no § 1º do art. 487, da CLT e conforme Orientação Jurisprudencial n. 83, da SDI do C. TST. Proc. 14812/00 - Ac. 1ª Turma 13510/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 60

FGTS. CORREÇÃO. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA "RATIONE MATERIAE" DA JUSTIÇA DO TRABALHO. É incompetente esta Justiça Especializada para julgar reclamações versando sobre correção do FGTS, por não estar o assunto relacionado ao contrato de trabalho. Compete à Justiça Federal processar e julgar as causas relativas ao FGTS que não digam respeito a dissídio trabalhista. Proc. 31021/99 - Ac. SE 10850/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

FGTS. DEPÓSITOS. NÃO-REALIZAÇÃO. CONSEQÜÊNCIAS. A falta de realização dos depósitos do FGTS regular do contrato implica em obrigação de fazer, conforme preceitua o art. 26, parágrafo único da Lei n. 8.036/90. Assim, o cumprimento dessa obrigação se aperfeiçoa somente com o depósito na conta vinculada do trabalhador, não sendo cabível a chamada execução direta das parcelas, inclusive porque isso impede que o FGTS receba os acessórios desses depósitos em atraso, como as multas. Outrossim, trata-se de obrigação personalíssima, pois só o empregador pode realizar os depósitos, já que possui informações exclusivas que são exigidas no momento da sua efetivação. Por isso, o meio de se compelir o reclamado, em tais casos, a fazer os depósitos, é a fixação de multa pecuniária, com o caráter de astreintes. Aplicação do art. 26, parágrafo único, da Lei n. 8.036/90 e do art. 461, § 4º, do CPC. Proc. 8825/01 - Ac. 3ª Turma 6855/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 18/2/2002, p. 81

FGTS. DIFERENÇA DA INDENIZAÇÃO DE 40% SOBRE OS DEPÓSITOS DA CONTA VINCULADA. LC n. 110/01. A complementação da atualização monetária preconizada no art. 4º da LC n. 110/01 integra a base de cálculo da indenização compensatória de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 18 da Lei n. 8.036/90 e § 2º, III, do Decreto n. 3.913/01. Proc. 10766/02 - Ac. 1ª Turma 27324/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 13

FGTS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. A comprovação da assertiva exordial de que há diferenças nos depósitos do FGTS é encargo do autor da ação, o que torna ineficazes os argumentos relativos à aplicação do art. 359, do CPC. Ademais, se a reclamada junta aos autos as guias de recolhimento, torna-se imprescindível que o reclamante, em réplica, indique a existência de diferenças, sem o que torna-se impossível a verificação da procedência do pedido. Proc. 38446/00 - Ac. 5ª Turma 22530/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

FGTS. DIFERENÇAS. ÔNUS PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE DE O JUÍZO DE ORIGEM PROCEDER A AVERIGUAÇÃO DO DIREITO PERSEGUIDO QUANDO A PARTE TEM PLENAS CONDIÇÕES DE FAZÊ-LO. O trabalhador pode, a qualquer tempo, obter informações de sua conta vinculada junto à instituição depositária, a teor do que dispõe o art. 22, parágrafo único do Decreto n. 99.684/90. Não cabe, assim, ao juízo diligenciar para a parte, determinando a expedição de ofícios à CEF com o escopo de ver demonstrados os meses em que, eventualmente, o Fundo não foi depositado, mormente quando, como no caso, nenhum óbice intransponível impedia-a de se desincumbir do ônus que a si pertencia (art. 818 CLT). O descabimento da conduta encetada na origem torna-se mais flagrante quando o autor sequer aponta os meses nos quais o empregador não teria recolhido o FGTS, evidenciando que o pleito é, no mínimo, incerto. Deve, pois, o mesmo ser julgado improcedente, à mingua de prova de eventuais diferenças. Proc. 4567/02 - Ac. 4ª Turma 17276/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 5/9/2002, p. 15

FGTS. DIFERENÇAS DA MULTA DE 40%. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EMPREGADOR. RESPONSABILIDADE. DEVIDO. A Lei Fundamental adotou os depósitos de FGTS como base de cálculo para a indenização arbitrária, agregando aos valores recolhidos, mês a mês, pelo empregador, os índices legais de atualização monetária e de juros (inciso I, art. 10, ADCT - CF/88 c/c art. 13, "caput" e § 1º, art. 18, Lei n. 8.036/90). A denominada multa resilitória se condiciona, em sua quantificação, aos prévios parâmetros estabelecidos em lei para correção monetária de aplicações financeiras, portanto, sujeita às turbulências econômicas derivadas das diversas tentativas governamentais de combate à inflação. Ao depois da edição de Medidas Provisórias tratando de critérios para a correção monetária (MPs ns. 32, 154 e 168), adveio a publicação da Lei Federal n. 7.730/89 e finalmente, da LC n. 110/01, que instituiu contribuições sociais, autorizando créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do FGTS, nos índices de 16,64% e 44,80% sobre os saldos das contas vinculadas no período de 1º/12/88 a 28/02/89, e no mês de abril/90, respectivamente. De outra parte, as Cortes Superiores passaram a reconhecer que os saldos das contas vinculadas do FGTS não foram corretamente corrigidos em janeiro e fevereiro/89, e em abril/90, segundo a legislação da época. Cabe ressaltar que a LC n. 110/01 não cria direito novo, mas apenas viabiliza recursos sociais e mecanismos administrativos para a reparação patrimonial das contas vinculadas. De outro lado, não há que se confundir o direito à correção monetária das contas vinculadas do FGTS com aquele derivado da repercussão na indenização resilitória, na medida em que os depósitos fundiários têm natureza estatutária, e a multa de 40% tem natureza eminentemente contratual. Impõe-se, assim, ao empregador o dever de suportar com as diferenças da multa fundiária. Proc. 17563/02 - Ac. 2ª Turma 25600/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 8

FGTS. DIFERENÇAS DE 40. DECADÊNCIA. O direito às diferenças de 40% do FGTS é acessório que nasce do direito à correção monetária dos depósitos fundiários. Por isto, constitui direito novo, cujo prazo de ajuizamento é de decadência e não de prescrição, a se contar da data do nascimento do direito. ERRO DE CÁLCULO. CLT, 833. CONHECIMENTO. A doutrina e a jurisprudência afirmam entendimento no sentido de, constatado erro de cálculo, admitir-se seja a sentença corrigida, de ofício ou a requerimento da parte, ainda que haja trânsito em julgado (RSTJ 40/497. "In" CPC de Theotônio Negrão 32ª ed., São Paulo: Saraiva, 2001, pág. 480). Por maior razão, o art. 833 da CLT autoriza a correção de decisão que ainda não transitou em julgado. Proc. 33747/01 - Ac. 3ª Turma 19773/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 19/9/2002, p. 32

FGTS. E MULTA DE 40%. PRETENSÃO AO PAGAMENTO DIRETO. NÃO CONFIGURADA A CARÊNCIA DE AÇÃO POR IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA. Apesar do comando inserto no art. 18 e § 1º da Lei n. 8.036/90, com a redação dada pela Lei n. 9.491/97, o fato de o reclamante pretender o pagamento direto do FGTS e da multa de 40% quando da dispensa sem justa causa não o torna carecedor de ação, por impossibilidade jurídica do pedido. A forma de adimplemento da obrigação é fixada apenas depois da análise meritória do direito vindicado (se reconhecida sua procedência), não se confundindo, portanto, uma coisa com a outra. Entendendo o julgador ser descabida a modalidade pleiteada - no caso, o pagamento direto daqueles títulos - fixará a aplicável à espécie, inexistindo óbice legal a esta conduta. Afasto, pois, a carência decretada na origem. Proc. 2872/99 - Ac. 1ª Turma 27637/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 15/7/2002, p. 124

FGTS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. DIFERENÇAS DA INDENIZAÇÃO DE 40%. CABIMENTO. O trabalhador tem o direito de cobrar, ao empregador, as diferenças de indenização de 40% pela despedida imotivada, decorrentes da modificação da base de cálculo delas, em razão dos expurgos inflacionários existentes nas contas vinculadas do FGTS. Para tanto, desnecessário o ajuizamento de ação própria de cobrança dos valores perante a Justiça Federal, podendo o Juiz do Trabalho decidir, de forma incidental, pelo cabimento das diferenças de atualização da conta vinculada como pressuposto para o deferimento da diferença da indenização. Sendo tal indenização um título rescisório trabalhista, somente pode ser exigida do empregador, ainda que a este não possa ser atribuída a culpa pelo pagamento inferior, na ocasião do desligamento. Precedente do STF a respeito. Proc. 32147/01 - Ac. 3ª Turma 4804/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/6/2002, p. 25

FGTS. INCIDÊNCIA SOBRE O AVISO PRÉVIO. O aviso prévio tem caráter salarial e deve ser contado como tempo de serviço, o que obriga a incidência do Fundo de Garantia do tempo de serviço, nos termos do Enunciado n. 305 do C. TST. Proc. 11305/02 - Ac. 1ª Turma 8668/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

FGTS. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÍVIDA CELEBRADO COM A CAIXA ECONÔMICA. A celebração de termo de confissão e parcelamento de dívida firmado pela empregadora com a CEF constitui ato inequívoco de reconhecimento de dívida, cujo beneficiário é o empregado. Conseqüentemente, tal termo interrompe também para o empregado a prescrição (art. 172, V,

CC) em curso durante o período previsto para o parcelamento, somente recomeçando a fluir posteriormente (art. 173, CC). Proc. 21370/01 - Ac. 3ª Turma 21024/02. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 13/5/2002, p. 138

FGTS. MULTA DE 40%. DIFERENÇAS RELATIVAS AOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. A multa de 40% a que se refere o art. 9º, § 1º do Decreto n. 99.684/90, incide sobre os saques, corrigidos monetariamente (incidência da Orientação Jurisprudencial n. 107 da SDI do C. TST). Proc. 30034/99 - Ac. SE 14271/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

FGTS. NÃO RECOLHIMENTO. COMPROVAÇÃO ATRAVÉS DE EXTRATO EMITIDO PELO ÓRGÃO GESTOR. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Após a dispensa do trabalhador, este comprovou, através de extrato emitido pelo órgão gestor do fundo, que, em seu nome, nunca foi recolhido qualquer valor a título de FGTS, sendo procedente o pedido de condenação. Proc. 39610/00 - Ac. 5ª Turma 10149/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 82

FGTS. OPÇÃO RETROATIVA. Com o advento da CF/88 o regime do FGTS passou a ser obrigatório aos empregados celetistas. A opção pelo período anterior depende de concordância do empregador pois seu direito de propriedade não pode ser desrespeitado na medida em que a conta individualizada do empregado, enquanto não optante, pertence ao empregador. Aplicação SDI-I n. 146 do C. TST. Proc. 9528/02 - Ac. 4ª Turma 20428/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 26/9/2002, p. 117

FGTS. PAGAMENTO DA MULTA DE 40% ANTERIOR À IMPOSIÇÃO LEGAL. IMPROCEDÊNCIA. LEI N. 7.839/89, REVOGADA PELA LEI N. 8.036/90. Além de ter ocorrido a prescrição qüinqüenal, acolhida pela 1ª instância, e dessa cominação ter sido atingida pela coisa julgada, de qualquer forma, não há se falar em 40% de multa do FGTS quanto a contratos rescindidos anteriormente a outubro/89, porque tal imposição passou a ser exigida somente com o advento da Lei n. 7.839/89, revogada pela Lei n. 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, sendo impossível, portanto, que referida multa de 40% fosse imposta em período em que ainda não havia obrigação legal. Proc. 39422/00 - Ac. 5ª Turma 22934/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

FGTS. PARCELAMENTO DE DÉBITO O parcelamento de débito, pelo empregador, na CEF, não obsta o direito do empregado aos depósitos e respectivo levantamento nas hipóteses legalmente preconizadas. Proc. 32584/01 - Ac. 1ª Turma 301/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 8

FGTS. PARCELAMENTO. ENTE PÚBLICO. EXECUÇÃO DIRETA. Devidos são os depósitos do FGTS na conta vinculada do empregado em face de reconhecimento de dívida e acordo administrativo para parcelamento, nos termos do art. 25 da Lei n. 8.036/90. Outrossim, execução contra a Fazenda Pública sujeita-se à expedição de precatórios, restando impossível a execução direta da verba, nos termos do art. 100 da CF. Proc. 33033/01 - Ac. 4ª Turma 28089/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 15/7/2002, p. 138

FGTS. PEDIDO DE PAGAMENTO DIRETO. A falta de tecnicidade na formulação do pedido não caracteriza a impossibilidade jurídica, sendo perfeitamente possível que o julgador determine que a obrigação se cumpra mediante recolhimento dos valores em conta vinculada. Proc. 374/01 - Ac. 3ª Turma 32428/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 15/7/2002, p. 274

FGTS. PRAZO PRESCRICIONAL. Nos termos do entendimento do C. TST, contido nos Enunciados ns. 95 e 362, o prazo prescricional para se reclamar depósitos do FGTS é de trinta anos, desde que ajuizada a reclamação antes de ultrapassados dois anos da ruptura contratual. Proc. 5289/02 - Ac. 3ª Turma 12886/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 8/8/2002, p. 25

FGTS. PRESCRIÇÃO. A prescrição para reclamar sobre os depósitos do FGTS é trintenária (incidência da Súmula de Jurisprudência de n. 95 do C. TST e da Súmula de n. 20 do TRT/15ª Região). Proc. 28201/99 - Ac. SE 14595/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

FGTS. PRESCRIÇÃO. CONFISSÃO DE DÍVIDA. Não é de aplicar-se o quanto disposto no Enunciado n. 362, do Augusto TST, quando o empregador reconhece em documento a existência da dívida, face a dicção do art. 172, V, do vigente CC. Proc. 31415/01 - Ac. 1ª Turma 28360/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Giordani. DOE 15/7/2002, p. 146

FGTS. PRESCRIÇÃO. MODIFICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO. ENUNCIADO N. 362 DO E. TST. A

transferência do regime jurídico de celetista para estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, fluindo o prazo da prescrição bienal a partir da mudança de regime. Considerando-se a extinção, de se aplicar os termos do Enunciado n. 362 do E.TST, que prevê o prazo prescricional de dois anos para reclamar em Juízo o não recolhimento da contribuição do FGTS. Após o decurso desse prazo é que se estabelece o prazo de trinta anos de que fala o Enunciado n. 95 do mesmo E. Tribunal. Proc. 30835/00 - Ac. 5ª Turma 11463/02. Rel. Eliana Felippe Toledo. DOE 18/3/2002, p. 77

FGTS. PRESCRIÇÃO BIENAL DA CF/88. O prazo de dois anos para o empregado ajuizar ação trabalhista previsto no art. 7º, inciso XXIX da CF/88, constitui regra geral sobre prescrição, isto é, aplica-se a todo e qualquer trabalhador, seja urbano ou rural para pleitear o FGTS não depositado em sua conta vinculada. Os Enunciados ns. 95 e 206 devem ser entendidos de forma conjunta, podendo o empregado ajuizar ação que vise recolhimentos ao FGTS relativos aos últimos trinta anos, sobre as verbas efetivamente pagas pelo empregador, observado o prazo de dois anos. Incidência do Enunciado n. 362 do C. TST. Proc. 22416/00 - Ac. 4ª Turma 2083/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/1/2002, p. 68

FGTS. PRESCRIÇÃO NUCLEAR. OCORRÊNCIA. A prescrição trintenária para o FGTS, assim como a qüinqüenal para os demais créditos trabalhistas, é assegurada a partir da propositura da reclamação, desde que verificada esta no biênio instituído pelo legislador, como prazo máximo para o ingresso em juízo - Constituição da República, art. 7º, inciso XXIX, parte final; Enunciados ns. 206 e 362, do C. TST, e Súmula n. 20 deste Regional. Proc. 13972/00 - Ac. 1ª Turma 19082/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 83

FGTS. PRONÚNCIA DA PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA COM SUPEDÂNEO NO ENUNCIADO N. 95 do TST. ANTIJURIDICIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. Não se vislumbra ofensa à ordem jurídica a pronúncia da prescrição trintenária para reclamar diferenças ou depósitos do FGTS com supedâneo no Enunciado n. 95 do TST, posto que a edição de súmulas visando a uniformização da jurisprudência tem previsão legal no art. 479 do CPC. Ademais, o magistrado ao decidir com observância à jurisprudência dominante nos Tribunais homenageia os princípios da celeridade processual e da "una lex una jurisdictio", em evidente benefício aos jurisdicionados. Proc. 35163/01 - Ac. 4ª Turma 108/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 9/5/2002, p. 18

FGTS. PROVA DO RECOLHIMENTO. Cabe ao empregador demonstrar o integral e correto recolhimento dos depósitos do FGTS (art. 10, § 2º, do Decreto n. 99.684/90). APOSENTADORIA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. A aposentadoria definitiva leva à extinção do contrato de trabalho, até porque, conceitualmente, não se harmonizam aposentadoria e trabalho; o fato de aposentados continuarem trabalhando é algo que decorre do perverso e iníquo tratamento dispensado pelos governantes àqueles que trabalharam toda uma vida, com sacrifícios, porém, mantendo sempre a dignidade, mas, à toda evidência, tão reprovável procedimento, não serve para mudar a natureza das coisas. PRESCRIÇÃO. EC n. 28. APLICAÇÃO. A prescrição qüinqüenal, estabelecida pela EC n. 28 não pode retroagir para atingir relações jurídicas já extintas, sob a vigência da lei antiga. Não se pode olvidar que, com o instituto da prescrição, se visa dar uma certa segurança às relações sociais e, se aceita a tese da aplicação imediata, às situações já verificadas antes da publicação da referida Emenda, se chegaria a um resultado totalmente inverso, gerando-se uma absoluta insegurança jurídica, o que não deve ser permitido. Proc. 1165/01 - Ac. 1ª Turma 1553/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 14/1/2002, p. 50

FGTS. RECOLHIMENTO FEITO PELA EMPRESA POSTERIORMENTE À PROPOSITURA DE AÇÃO. Recolhido, após a propositura da ação, a importância, referente ao FGTS, objeto do pedido, pela própria reclamada, não se configura lesão ao direito material da demandante, podendo-se dizer até mesmo ser ela carecedora da ação, face à perda superveniente do interesse de agir. Proc. 25913/99 - Ac. SE 10650/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

FGTS. SERVIDOR PÚBLICO. NULIDADE DA CONTRATAÇÃO. DIREITO À CONTRAPRESTAÇÃO. DEVIDO. A contratação de servidor pela Administração, sem a prévia realização de concurso público, viola norma constitucional (art. 37, II, CF), sendo imperioso o reconhecimento de sua nulidade, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Todavia, nada obstante a presença de conflitos principiológicos entre o Direito Laboral e o Administrativo e entre as normas consolidadas e as constitucionais, inegável a indispensabilidade do pagamento da remuneração, diante do caráter sinalagmático da relação jurídica, de modo a atender às especificidades e excepcionalidades do labor desenvolvido, atentando-se para a supremacia do interesse público sobre o particular (art. 8º da CLT), nos termos do Enunciado n. 363 do TST. Nesse sentido, mesmo diante da invalidade da contratação obreira, nos

termos do art. 37, § 2º da Lei Maior, ainda assim restam devidos os depósitos de FGTS, por conta da especial prescrição jurídica inserta na Lei n. 8.036/90 pela MP n. 2.164-41/01. Proc. 9880/02 - Ac. 2ª Turma 25728/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 12

FIRMA INDIVIDUAL

FIRMA INDIVIDUAL. PENHORA SOBRE BENS DA PESSOA FÍSICA. A empresa individual é a própria pessoa física ou natural. Não se trata de pessoa jurídica, não tendo, portanto, existência distinta da de seu titular. Dessarte, respondem os bens particulares do proprietário pelas dívidas contraídas pela firma individual, ante a inexistência de separação patrimonial. Proc. 34564/01 - Ac. 4ª Turma 831/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 16/5/2002, p. 31

FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA

FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA. INFIRMAÇÃO PELA PROVA TESTEMUNHAL. A prova testemunhal é suficiente para infirmar folhas individuais de presença, mormente quando as horas extraordinárias não são registradas. No presente caso, as testemunhas ouvidas pela reclamante comprovam a falta de veracidade das anotações de ponto, que se limitam ao horário contratual, ou, quando muito, apontam pequenas variações de minutos. Proc. 12466/02 - Ac. 1ª Turma 31146/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 10/1/2003, p. 59

FRAUDE

FRAUDE. CONTRA CREDORES. RECONHECIMENTO DE SUA OCORRÊNCIA SEM NECESSIDADE DE AJUIZAMENTO DE FEITO ESPECÍFICO COM TAL FINALIDADE. POSSIBILIDADE. Atento a que, tanto na fraude à execução, como na fraude contra credores, se verifica a ineficácia da alienação, em relação ao credor, tal circunstância pode ser judicialmente declarada, sem necessidade, quanto à fraude contra credores, de processo específico para tanto, transferindo-se a discussão, do plano material para o processual. Proc. 37317/01 - Ac. 1ª Turma 21443/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 13/5/2002, p. 152

FRAUDE À EXECUÇÃO

FRAUDE À EXECUÇÃO. Ao falar genericamente em "demanda", não tratou o art. 593, CPC de, em seu inciso II e de forma vinculativa, exigir que a fraude à execução só incida em demandas preexistentes à "alienação ou oneração" efetivada, mas, ao contrário, em qualquer demanda, inclusive nas "posteriormente" ajuizadas, desde que insolvente o devedor e que, à época da alienação ou oneração do bem, em curso já estivessem outras demandas capazes de reduzi-lo à insolvência. Proc. 13915/01 - Ac. 3ª Turma 12574/02. Rel. Veva Flores. DOE 8/4/2002, p. 29

FRAUDE À EXECUÇÃO. Se a alienação ocorreu após a citação do executado, presume-se a ocorrência de fraude à execução, sendo o negócio realizado ineficaz em relação ao credor. Proc. 028/02 - Ac. 5ª Turma 9631/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

FRAUDE À EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO DE BEM SOB CONSTRIÇÃO JUDICAL. Configura fraude à execução a venda de bem do devedor quando este for levado à insolvêcia, ou quando já recaiu sobre o mesmo a penhora, restando totalmente ineficaz a alienação. Proc. 883/01 - Ac. 5ª Turma 32219/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

FRAUDE À EXECUÇÃO. ALIENAÇÃO DE BENS NO CURSO DE DEMANDA. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. CARACTERIZAÇÃO. A alienação de bens pelo devedor no curso de demanda, seja de execução ou de conhecimento, capaz de reduzi-lo à insolvência caracteriza fraude a execução e, portanto, ato atentatório à dignidade da justiça (art. 600, I c/c art. 593, II, CPC). Nesse sentido, merecedor o executado dos prêmios da lei, nos termos do art. 601 do CPC. Proc. 17553/02 - Ac. 2ª Turma 25715/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 11

FRAUDE À EXECUÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. A alienação de bem realizada quando já pendente a execução contra o devedor, gera presunção absoluta de fraude, em especial quando não são localizados quaisquer outros bens para penhora, atestando a redução ao estado de insolvência. Proc. 249/97 - Ac. 5ª Turma 29647/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 186

FRAUDE À EXECUÇÃO. INSOLVÊNCIA. A alienação de bens que não seja capaz de reduzir o alienante à insolvência não configura fraude à execução (art. 593 do CPC, aplicável subsidiariamente à processualística trabalhista). Proc. 17726/02 - Ac. 1ª Turma 21348/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 3/10/2002, p. 5

FRAUDE À EXECUÇÃO. INTENÇÃO FRAUDULENTA. AUSÊNCIA DE DOLO. IRRELEVANTE. O art. 593 do CPC é claro no sentido de ser considerado fraude à execução todo e qualquer ato praticado pelo devedor, seja com ou sem a intenção de fraude, sendo suficiente que o ato praticado importe na subtração de bens patrimoniais, em razão do qual reste caracterizada sua insolvência. E o inciso II do mesmo art. 593 não deixa dúvidas: basta que o ato em questão seja levado a cabo posteriormente à instauração do processo de conhecimento, especialmente de caráter condenatório, o qual possua, ao menos em tese, alto potencial de gerar a insolvência, ainda que esta venha a ser constatada somente na fase de execução, significando que é irrelevante a ausência de dolo e ou a alienação ter sido consumada anteriormente ao início da execução. Proc. 7499/02 - Ac. 3ª Turma 5454/02-PATR. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 20/6/2002, p. 22

FUNÇÃO EM COMISSÃO

FUNÇÃO EM COMISSÃO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS. A função em comissão na Administração Pública tem natureza transitória e não dá ao servidor o direito de manter as vantagens quando revertido ao cargo de origem. Proc. 30686/01 - Ac. 5ª Turma 16495/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

FUNCIONÁRIO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE CONCURSO. NULIDADE. A contratação de servidor público sem observância do disposto no inciso II do art. 37 da CF traz como conseqüência a nulidade absoluta do ato, sendo devido, apenas, o pagamento dos dias efetivamente trabalhados (inteligência do Enunciado n. 363 do TST). Proc. 21504/01 - Ac. 5ª Turma 21261/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

FUNCIONÁRIO PÚBLICO. CONTRATADO SEM CONCURSO PÚBLICO. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE PROVAS. INEXISTÊNCIA, POR SER HIPÓTESE DE JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. A indubitável contratação de funcionário público sem prévio e indispensável concurso, em desrespeito ao regramento contido no art. 37, II, § 2º da CF, torna a questão relativa ao vínculo de emprego no âmbito do processo trabalhista, uma questão meramente de direito, autorizando o encerramento precoce da instrução processual e o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 769 da CLT c/c art.330, I, do CPC. Proc. 11653/02 - Ac. 1ª Turma 26245/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 8/11/2002, p. 13.

FUNDAÇÃO

FUNDAÇÃO. DE DIREITO PRIVADO. RECOLHIMENTO DE CUSTAS E DEPÓSITO. NÃO-ISENÇÃO. Fundação vinculada a ente público, que em seu estatuto declina natureza de pessoa jurídica de direito privado não goza dos benefícios do Decreto-lei n. 779/69. Se interpõe recurso sem recolhimento de custas e depósito, impõe-se reconhecimento de deserção. Proc. 39/99 - Ac. 5ª Turma 29669/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 187

FUNDAÇÃO. INSTITUÍDA POR UNIVERSIDADE ESTADUAL. Vinculação de emprego pleiteada com a famesp, por médicos sob o regime estatutário com a unesp, por força de convênio entre ambas. Inviabilidade da pretensão, por produzir efeitos em esferas distintas. Proc. 19159/01 - Ac. 3ª Turma 18047/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 50

FUNGIBILIDADE RECURSAL

FUNGIBILIDADE RECURSAL. INSS. Constitui erro grosseiro a interposição de agravo de petição contra decisão homologatória proferida em processo de conhecimento, que não transita em julgado quanto ao crédito previdenciário, a teor do que dispõe o art. 831, parágrafo único, da CLT. Inaplicável, portanto, o princípio da fungibilidade recursal. Proc. 12914/02 - Ac. 4ª Turma 13478/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 15/8/2002, p. 80

GARANTIA DE EMPREGO

GARANTIA DE EMPREGO. ACIDENTE DE TRABALHO. REQUISITOS. A estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91 está condicionada à implementação de dois requisitos: ao afastamento do serviço por mais de quinze dias consecutivos e ao recebimento do auxílio-doença. A falta de comprovação da ocorrência dessas circunstâncias impede o reconhecimento da garantia reclamada. Proc. 25946/99 - Ac. SE 10647/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

GARANTIA DE EMPREGO. ART. 118 DA LEI N. 8.213/91. PRESSUPOSTO. O art. 118 da Lei n. 8.213/91 garante a manutenção do contrato de trabalho pelo prazo mínimo de doze meses, contado da cessação do auxílio-doença/acidente, ainda que o empregado não tenha percebido da Previdência Social o auxílio-acidente, significando que o pressuposto necessário à aquisição do direito à garantia de emprego é o afastamento em linha de fato do serviço por motivo de doença ou acidente de trabalho, ainda que esse afastamento seja pelo período superior a quinze dias, já que somente a partir do 16º (décimo sexto) dia consecutivo é devido o auxílio-doença/acidente pela Previdência Social. Proc. 23559/99 - Ac. SE 16581/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 22/4/2002, p. 80

GARANTIA DE EMPREGO. CARACTERIZAÇÃO. ATO LIBERAL DO EMPREGADOR. REQUISITOS. Garantia de emprego, postulada com base em ato de liberalidade do empregador, exige prova cabal de sua efetiva ocorrência em tais condições, ou seja, exige prova cabal de que a reclamada, por vontade própria, assegurou, expressamente, ao reclamante a estabilidade no emprego, ainda que temporária. Meras declarações, firmadas pelo empregador, para a tranqüilidade do quadro de pessoal, em vista das conseqüências da privatização da empresa, não autorizam ilações no sentido da pretendida da pretendida garantia de estabilidade. afinal, atos de liberalidade do empregador comportam interpretação e aplicação restritiva - art. 1.090 do CCB. Proc. 15379/00 - Ac. 1ª Turma 8292/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 49

GARANTIA DE EMPREGO. DOENÇA PROFISSIONAL. PROVA. A garantia de emprego prevista pelo art. 118 da Lei n. 8.213/91 exige prova cabal de que o trabalhador seja portador de doença profissional, com percepção de auxílio-doença acidentário, pela previdência social. Proc. 15640/00 - Ac. 1ª Turma 13502/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 60

GARANTIA DE EMPREGO. DOENÇA PROFISSIONAL. PROVA. A ocorrência da doença profissional incapacitante é questão que demanda prova objetiva para assegurar ao trabalhador eventual garantia de emprego. Proc. 14770/00 - Ac. 1ª Turma 8679/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

GARANTIA DE EMPREGO. GESTANTE. PLANO DE DEMISÃO INCENTIVADA. DESPEDIDA ARBITRÁRIA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. A trabalhadora gestante, que adere ao plano de demissão incentivada, não tem a seu favor a proteção constitucional prevista pela letra "b", inciso II, art. 10, do ADCT, por não se tratar de despedida arbitrária perpetrada pelo empregador. Proc. 13518/00 - Ac. 1ª Turma 3012/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

GARANTIA DE EMPREGO. LEI N. 8.213/91, ART. 118. ACIDENTE DE TRABALHO. ALCANCE. A garantia de emprego, prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, alcança os acidentes de trajeto, ainda que sem concorrência de culpa do empregador. Proc. 13321/00 - Ac. 1ª Turma 8115/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 43

GARANTIA DE EMPREGO. NORMA COLETIVA. REQUISITOS. Não comprovado o implemento dos requisitos previstos em norma coletiva, não assiste ao trabalhador direito à garantia de emprego, assegurada ao empregado acidentado. Proc. 15398/00 - Ac. 1ª Turma 8699/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

GARANTIA DE EMPREGO. PRÉ-APOSENTADORIA. NÃO-CABIMENTO. Restando comprovado que o trabalhador implementou tempo de serviço para gozo da aposentadoria, não lhe assiste direito à garantia de emprego "pré-aposentadoria", prevista em norma coletiva da categoria. Proc. 14572/00 - Ac. 1ª Turma 3177/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

GARANTIA DO EMPREGO

GARANTIA DO EMPREGO. PROVISÓRIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRAZO. As ações trabalhistas, exceto às relativas ao FGTS, estão sujeitas ao prazo prescricional de cinco anos, limitado a dois da extinção do contrato. Inexiste norma jurídica que obrigue trabalhador detentor de garantia provisória do emprego a ingressar em Juízo imediatamente ao seu despedimento, como forma de assegurar o direito que possui. Se a Constituição confere a ele o prazo prescricional citado, ilegítima é a interpretação de que deve promover a ação imediatamente, sob pena de ver perecer seu direito. Não se há que falar em abuso, visto que o despedimento de trabalhador com garantia de emprego constitui ato de risco do empregador, de modo que as repercussões financeiras desse ato são mera decorrência de sua conduta. Proc. 24159/01 - Ac. 3ª Turma 21121/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 141

GERÊNCIA COMERCIAL

GERÊNCIA COMERCIAL. EFETIVAÇÃO NO CARGO. NÃO CABIMENTO. Não há nenhuma irregularidade no procedimento da reclamada que, em acatamento às solicitações do obreiro, determinou o seu retorno às atividades anteriormente exercidas, sobretudo na hipótese de inexistir qualquer prejuízo ao empregado, que continuou a receber pagamento suplementar relativo à função de gerente, com as devidas repercussões deste acréscimo no cálculo de indenizações e verbas rescisórias. HORAS DE SOBREAVISO. APLICAÇÃO ANALÓGICA. NÃO CABIMENTO. Não encontra ressonância o pedido de aplicação analógica de instituto previsto especificamente para os ferroviários para outras categorias profissionais, mormente porque o empregador não está obrigado a fazer algo além do quanto determinado em lei. Proc. 36233/01 - Ac. 5ª Turma 15643/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 51

GERENTE

GERENTE. BANCÁRIO. HORAS EXTRAS. ART. 224 § 2º DA CLT. Ressalvando entendimento anterior de que a norma especial do § 2º do art. 224 da CLT afasta a incidência da norma genérica preconizada no art. 62 da CLT, para fins de uniformização de jurisprudência, curvo-me ao posicionamento de que demonstrada que a atividade do gerente geral de agência é de mando gestão e representação, não fará jus a horas extras. Proc. 31682/01 - Ac. 5ª Turma 16502/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

GESTAÇÃO

GESTAÇÃO. DURAÇÃO E NASCIMENTO NORMAIS PRESUMÍVEIS. ART. 335 DO CPC. Desnecessária prova do nascimento para o reconhecimento do direito à estabilidade. a gestação durante nove meses e o nascimento após esse prazo são presumíveis, e não dependem de prova, quando nos autos é incontroversa ou está devidamente comprovada a gravidez. isto porque o término desta, na data provável do parto é o que ordinariamente acontece. conclusão fundada no disposto no art. 335 do CPC, aplicável subsidiariamente. Não se justifica a negação do direito pela ausência de juntada de prova quanto ao nascimento. eventual insucesso (aborto ou parto prematuro), por tratar-se de situação extraordinária, deve ser demonstrado pela parte contrária. direito à estabilidade reconhecido. Proc. 30813/01 - Ac. 2ª Turma 1155/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 16/5/2002, p. 12

GESTANTE

GESTANTE. É irrelevante o desconhecimento do empregador do estado gestacional da empregada despedida. O direito à garantia prevista no art. 10, II, b, do ADCT, decorre de responsabilidade objetiva daquele, mas

a correspondente indenização só é devida a partir do momento que, tendo ciência do direito da obreira, não promove o primeiro a imediata reintegração desta. Proc. 9534/00 - Ac. SE 28226/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 13

GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador, salvo previsão contrária em norma coletiva, não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade (art. 10, II, "b", ADCT), que deve ser reconhecida independentemente do conhecimento pelo empregador e, até mesmo, pela empregada (Incidência da Orientação Jurisprudencial n. 88 da SDI do C. TST). Proc. 24875/99 - Ac. SE 10925/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

GESTANTE. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DESCARACTERIZADA DESPEDIDA OBSTATIVA. A empregada gestante que desconhece seu estado gravídico quando da dispensa e/ou silencia sobre o mesmo durante a fruição do prévio aviso não faz jus à estabilidade provisória prevista no art. 10, II, "b" do ADCT porque não houve má-fé ou dolo por parte do empregador com o fito de prejudicar ou sonegar direito à obreira. Descaracterizada a despedida obstativa, é indevida a reintegração e/ou indenização pertinente. Proc. 22317/00 - Ac. 4ª Turma 2078/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/1/2002, p. 68

GESTANTE. GARANTIA DE EMPREGO. ESTABILIDADE NO EMPREGO. DISTINÇÃO. ENUNCIADO N. 244 DO C. TST. Garantia de emprego não se confunde com estabilidade no emprego. Isto porque a garantia de emprego tem como fundamento a obrigação do empregador em manter o emprego, o que não significa, necessariamente, tenha o empregado direito à reintegração; enquanto a estabilidade resulta do direito do empregado, adquirido após dez anos de serviço na mesma empresa, de não ser despedido sem justa causa e sem a instauração de inquérito judicial, sob pena de nulidade da dispensa e, em conseqüência, fazendo jus à reintegração na mesma função e condições anteriores. Já aquele que usufrui da garantia de emprego apenas tem direito aos salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos (Enunciado n. 244 do C. TST). Tanto é assim, que a garantia de emprego, a que alude o art. 7º, inciso I, da CF, embora dependente de lei complementar, não outorga estabilidade no emprego. Proc. 24745/99 - Ac. SE 17704/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 13/5/2002, p. 39

GRATIFICAÇÃO

GRATIFICAÇÃO. BANCÁRIO. ATIVIDADE DE COMPENSADOR. O desempenho da atividade de compensador, especialmente porque bastante inferior a um terço do salário a gratificação percebida, não se erige à condição de cargo de confiança, o que afasta a incidência da Orientação Jurisprudencial n. 45 da SDI-1 do C. TST. Indevida, portanto, a incorporação. HORAS EXTRAS. À falta de outros elementos de prova, tem-se por razoável a fixação da sobrejornada com base no cotejo entre os depoimentos das testemunhas de ambas as partes. RESPONSABILIDADE. SOLIDÁRIA. Admitindo as empresas a sua participação no mesmo grupo econômico e a própria solidariedade, correta a responsabilização solidária. Proc. 28447/99 - Ac. SE 10601/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

GRATIFICAÇÃO. BANESPA. PAGAMENTO SOB A CONDIÇÃO DE EXISTÊNCIA DE LUCRO. PREVISÃO NO ESTATUTO DA EMPRESA. Havendo previsão no Estatuto Social da instituição bancária, no sentido de que as gratificações ao pessoal serão deduzidas dos lucros da empresa, não há se falar na obrigatoriedade do cumprimento dessa disposição, simplesmente pela habitualidade de seu pagamento. Há que se perquirir se houve lucro, "conditio sine qua non" para a concessão requerida. Proc. 36700/00 - Ac. 5ª Turma 5550/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 36

GRATIFICAÇÃO. CONTINGENTE E PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS DA EMPRESA. Os valores recebidos a tais títulos não se traduzem em verba de natureza salarial e, por conseqüência, não refletem, obrigatoriamente, em outras verbas contratuais (art. 7º, XI, da CF/88). "In casu", é expresso o Acordo Coletivo de Trabalho juntado às fls. 325 sobre a matéria, ao dispor, em sua cláusula 1ª, parágrafo único: "Ficam a Federação Única dos Petroleiros - FUP e os Sindicatos cientificados de que a Companhia, por iniciativa própria, concedeu Gratificação Contingente a todos os empregados, correspondente a meio salário básico, paga de uma só vez em 30/08/96, sem compensação e não incorporada aos respectivos salários". Proc. 26379/99 - Ac. SE 10580/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

GRATIFICAÇÃO. DE CAIXA EXECUTIVO. C.E.F. PAGAMENTO POR MAIS DE DEZ ANOS. DEVIDA A INCORPORAÇÃO. O pagamento de gratificação de caixa, por mais de dez anos, justifica a incorporação

do valor respectivo ao salário, diante da necessidade de manutenção da estabilidade econômica do empregado, e em respeito à irredutibilidade salarial, consagrada no art. 7º, VI, da CF. Principalmente quando não decorre do exercício de cargo de confiança, o que torna ilícita a alteração contratual, por não se enquadrar na exceção prevista no parágrafo único do art. 468 da CLT. Entendimento conforme a orientação jurisprudencial n. 45 da SDI do C. TST. Proc. 31631/01 - Ac. 2ª Turma 2526/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 23/5/2002, p. 11

GRATIFICAÇÃO. DE FÉRIAS MENSAL (5%). INCORPORAÇÃO À REMUNERAÇÃO. NÃO CABIMENTO. PRÊMIO POR ASSIDUIDADE. Considerando-se que o Contrato Coletivo de Trabalho estipulou o pagamento de gratificação de férias mensal, na importância de 5% sobre o salário-base, estabelecendo como condição a assiduidade do empregado no mês imediatamente anterior ao pagamento (excetuadas as faltas legalmente permitidas e aquelas autorizadas pela pactuação coletiva), há que se rechaçar a pretensão obreira, porquanto tal pagamento constituía um prêmio diretamente condicionado à ocorrência de um fato (no caso, a assiduidade), o que faz com que não se integre à remuneração para nenhum fim. Concluir de forma diversa representaria um apenamento ao empregador que, de livre e espontânea vontade, concede uma premiação ao empregado assíduo. Ademais, caso fosse admitida a integração dessa verba ao salário mensal, esta perderia o sentido, desvirtuando-se sua finalidade. Partindo-se do pressuposto de que a assiduidade é obrigação de todo trabalhador, qualquer gratificação dela decorrente se configura como um prêmio, o que afasta a incorporação pretendida. Proc. 36713/00 - Ac. 5ª Turma 1059/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 36

GRATIFICAÇÃO. DELTA. RFFSA. INTEGRAÇÃO NOS SALÁRIOS DO EMPREGADO. PACTUAÇÃO TÁCITA CONFIGURADA. REFLEXOS NA COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PERTINÊNCIA. Constando do Regulamento da Empresa que a complementação de aposentadoria será feita com base no salário compreensivo, mais o adicional por quinquênio e outros adicionais incorporáveis, de natureza trabalhista e, cumulativamente, estabelecendo o "Contrato Coletivo de Trabalho" que a complementação do provento de aposentadoria ou de pensão terá por base no "salário compreensivo" e demais vantagens que estejam auferindo quando de seu desligamento desde que autorizadas por este contrato; ficando provado que o autor percebeu a gratificação por mais de dez anos, tem incidência a norma do § 1º do art. 457, da CLT, devendo ser computada na remuneração do empregado e, portanto, passando a refletir na complementação de sua aposentadoria. Proc. 37682/00 - Ac. 5ª Turma 11710/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 8/4/2002, p. 4

GRATIFICAÇÃO DE CAIXA

GRATIFICAÇÃO DE CAIXA. BANESPA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. O regulamento de pessoal do banco estipula para cálculo da complementação de aposentadoria o cômputo do ordenado propriamente dito, fixado para o cargo efetivo e o repouso semanal remunerado. A interpretação desse dispositivo deve ser restrita. Portanto, referida gratificação não integra a complementação de aposentadoria. Proc. 35067/01 - Ac. 5ª Turma 9656/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. A incorporação da função comissionada pressupõe a conjugação de dois fatores essenciais, quais sejam, a percepção da gratificação por no mínimo 10 anos e o afastamento do cargo sem justo motivo. "In casu", mesmo considerando os períodos em que exerceu função de confiança mediante designação não efetiva e a época em que laborou como caixa executiva, observa-se que não obteve a percepção das respectivas gratificações pelo período mínimo de 10 anos (incidência da Orientação Jurisprudencial de n. 45 da SDI do C. TST). Desta feita, mantenho a decisão de origem, que entendeu não fazer jus a autora à incorporação no salário das gratificações de funções suprimidas. Proc. 11922/00 - Ac. SE 20330/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 116

GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO. CARGO DE CONFIANÇA. INTEGRAÇÃO. NÃO CABIMENTO. Uma vez demonstrado que o pagamento da gratificação de função estava condicionado ao exercício de cargo de confiança, não há que se falar em integração ao salário na hipótese de retorno do empregado ao cargo de origem. Os dispositivos celetários aplicáveis à hipótese (parágrafo único do arts. 468 e § 1º, do art. 499) apenas prevêem a possibilidade de reversão ao cargo efetivo, sem estipular a continuidade do pagamento da gratificação, o que implicaria em infringência ao inciso II, do art. 5º, da CF, segundo o qual ninguém será

obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Proc. 38191/00 - Ac. 5ª Turma 9575/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 14

GRATIFICAÇÕES

GRATIFICAÇÕES. HABITUALIDADE. INTEGRAÇÃO NA REMUNERAÇÃO. As gratificações habituais, pagas pelo empregador a título de assiduidade, integram a remuneração do trabalhador, em face da natureza salarial da referida parcela - art. 475, § 1º, da CLT. Proc. 15670/00 - Ac. 1ª Turma 17865/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 44

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. A gratuidade judiciária prevista na Lei n. 1.060/50 em princípio só é aplicável às pessoas físicas, segundo se depreende de seu art. 2º. Como se não bastasse, em recente decisão do E. STF foi assentado que a referida gratuidade pode ser estendida às pessoas jurídicas, desde que comprovem documentalmente a inviabilidade da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo, não bastando assim mera declaração do titular. Gratuidade indeferida. Proc. 11725/02 - Ac. 3ª Turma 32035/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 10/1/2003, p. 80

GRAVIDEZ

GRAVIDEZ. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. À gestante aplica-se o princípio da responsabilidade objetiva, já cristalizado pela jurisprudência dominante, por ser a gravidez e não a comunicação ao empregador, o fato gerador do direito em comento. Proc. 1697/99 - Ac. 5ª Turma 31030/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 227

GREVE

GREVE. ABUSIVA. Quando não verificados motivos excepcionais de relevância e de urgência, a deflagração da greve requer o cumprimento dos requisitos prévios estabelecidos na Lei n. 7.883/89. Caso não atendidos, configura-se a abusividade do movimento, cuja declaração se impõe, bem como o indeferimento dos salários do período de paralisação. Proc. 427/01-DC - Ac. SE 5/02-A. Rel. Mariane Khayat. DOE 10/1/2002, p. 2

GREVE. JULGADA ABUSIVA PELO TRIBUNAL REGIONAL. JUSTA CAUSA APLICADA AOS GREVISTAS. INADMISSIBILIDADE. A greve é um direito constitucionalmente garantido, cabendo aos trabalhadores definir acerca da oportunidade e da conveniência de seu exercício. Ainda que julgada abusiva, a simples adesão ao movimento paredista, desde que realizada de forma pacífica, não configura a justa causa para a ruptura do pacto laboral. Isso porque a abusividade, no caso, é abstrata, tratando genericamente do uso inadequado do instrumento constitucional, o que, na verdade, constitui verdadeira limitação daquele direito. Entendimento diverso ocasionaria uma punição em duplicidade para o mesmo fato gerador, a saber, o não recebimento dos salários durante o período de paralisação e a dispensa por justa causa. O que poderia, em tese, ser punido, seria a prática abusiva de alguns trabalhadores no exercício legítimo do direito de greve, o que depende de imputação específica e prova robusta. Proc. 4981/01 - Ac. 3ª Turma 2922/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/5/2002, p. 22

GREVE. NÃO DECLARADA ABUSIVA. OMISSÃO DA SENTENÇA NORMATIVA QUANTO AO PAGAMENTO DE DIAS PARADOS. PRETENSÃO DEDUZIDA EM DISSÍDIO INDIVIDUAL. INVIABILIDADE Sendo a sentença normativa omissa, presume-se não abusiva a greve. E, ainda, omissa quanto ao pagamento dos dias parados, questão esta a ser resolvida exclusivamente em sede de acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da Justiça do Trabalho em dissídio coletivo (art. 7º da Lei n. 7.783/89), é absolutamente inviável o seu pleito em sede de dissídio individual. Neste, o juízo não cria direito, mas aplica o direito material cuja fonte é a lei "lato senso", o acordo e a convenção coletivas, ou a sentença normativa, além de cláusula do contrato individual do trabalho. Se o pleito de dias parados em razão de greve não tem respaldo em qualquer norma de direito do trabalho, nem em cláusula do contrato individual, inviável o seu acolhimento. Proc. 39345/00 - Ac. 5ª Turma 164/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 14/1/2002, p. 7

GREVE. NÃO-ABUSIVIDADE. Não afigura-se abusivo o movimento grevista deflagrado observando-se os requisitos da Lei n. 7.783/89, após impasse irremovível nas negociações coletivas, visando a manutenção de cláusula convencional preexistente, fundamental para a categoria profissional. GARANTIA DE EMPREGO AO TRABALHADOR PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL. CLÁUSULA CONVENCIONAL PREEXISTENTE. MANUTENÇÃO. VIABILIDADE. A proteção do trabalhador contra o risco profissional justifica a manutenção de cláusula convencional preexistente, vigente por quase duas décadas, que assegura a garantia de emprego ao trabalhador portador de doença profissional. Não havendo prova cabal a demonstrar que a condição ajustada coloque em risco ou imobilize as atividades das empresas que integram a categoria econômica, não há falar-se na supressão da referida cláusula. Proc. 1862/02-DC - Ac. SE 1416/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/12/2002, p. 1

HABEAS CORPUS

"HABEAS CORPUS". BENS PENHORADOS QUE SOFREM DEPRECIAÇÃO. CONFIGURAÇÃO DE DEPOSITÁRIO INFIEL. O depositário tem o dever de cuidar do bem penhorado, que se encontra sob sua responsabilidade, para que tal bem não sofra depreciação maior do que aquela conseqüente de sua normal utilização. Não comprovando nos autos, de forma cabal, a reparação do bem, fica caracterizado como depositário infiel. Proc. 506/02-HC - Ac. SE 621/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 6/5/2002, p. 4

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO INFIEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. Ao depositário não é dado neutralizar a ordem judicial de entrega do bem penhorado, por meio de ação de consignação em pagamento, sob pena de ingerência do particular no âmbito do poder judiciário, em detrimento da efetiva entrega da prestação jurisdicional. Proc. 897/02-HC - Ac. SE 1074/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 17/9/2002, p. 2

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO INFIEL. ALEGAÇÃO DE NÃO SER PROPRIETÁRIO DO BEM. ORDEM DENEGADA. Aquele que sem nada objetar assume o compromisso de guarda e zelo da coisa apreendida, não pode recusar a sua entrega ou ao depósito do seu equivalente em dinheiro sob alegação de não lhe pertencer o bem, pena de ser tido como depositário infiel. Proc. 2078/01-HC - Ac. SE 507/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 50

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO INFIEL. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O instituto jurídico que prevê a prisão civil por dívida tem o seu fundamento na infidelidade do depositário do bem dado em garantia à execução, não na existência da dívida, e sua finalidade é a de servir de medida coercitiva para a entrega do mesmo bem, não tendo lugar quando não se verifica nenhuma resistência à tal entrega, até porque promovida a adjudicação do bem em tela, inclusive com a colocação deste na posse do exeqüente. Confirmada a liminar e deferida, em definitivo, a ordem de "habeas corpus". Proc. 404/02-HC - Ac. SE 945/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 27/8/2002, p. 1

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO. RECUSA DO ENCARGO. NOMEAÇÃO COMPULSÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. Constituindo-se a penhora ato complexo, que demanda, para seu aperfeiçoamento, o preenchimento dos requisitos elencados pelo art. 665, do CPC, considera-se arbitrária a nomeação compulsória de depositário e ilegal a ameaça de prisão. Não tendo assumido o paciente a condição de fiel depositário, não há como considerá-lo auxiliar do juízo, a teor do art. 139, do CPC, o que veda sua responsabilização civil e criminal e reveste de ilegalidade a ordem de prisão, autorizando a concessão de "habeas corpus". Proc. 1177/02-HC - Ac. SE 1117/02-A. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 24/9/2002, p. 2

"HABEAS CORPUS". DEPOSITÁRIO. RECUSA. IMPOSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL. Com as informações prestadas pela autoridade coatora, não consta que o paciente tenha honrado o cargo de fiel depositário do Juízo. Assim, não basta a ciência ou mesmo a recusa em assinar o auto, para tornar válido o encargo de depositário. Necessário se faz a assinatura desse ato, enquanto formalidade essencial para a sua eficácia. Ordem de "habeas corpus" concedida. Proc. 2165/01-HC - Ac. SE 190/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 21/2/2002, p. 7

"HABEAS CORPUS". PENHORA EM FATURAMENTO. DEPOSITÁRIO. EMPREGADO DA EXECUTADA. IMPOSSIBILIDADE. Quando a penhora recair em faturamento da executada é necessário que o depositário a ser nomeado seja do quadro social da empresa ou que nela exerça cargo de direção, uma vez que esse tipo de penhora envolve, diretamente, a administração da própria empresa. Proc. 365/02-HC - Ac. SE 622/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 6/5/2002, p. 4

"HABEAS CORPUS". RECUSA INJUSTIFICADA À ORDEM DE ENTREGA DE BENS. CABIMENTO DA PRISÃO. Embora entenda fora de qualquer proporcionalidade a prisão por suposta infidelidade do depositário, a resistência injustificada deste à ordem de entrega dos bens torna legítima a medida dissuasória. Proc. 1278/02-HC - Ac. SE 1303/02-A. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/11/2002, p. 8

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL. SITUAÇÃO IRREGULAR DO EMPREGADO. AFASTAMENTO DAS FUNÇÕES. LICITUDE. Considerando-se que o Decreto n. 94.406/87, que regulamenta a Lei n. 7.498/86, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, prescreve, em seu art. 1º, que o exercício da atividade de enfermagem é privativo de enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e Parteiro e só será permitido ao profissional inscrito no Conselho Regional de Enfermagem da respectiva região, e que a reclamante não possuía, ainda que formalmente, tal qualificação, é correto o procedimento da empregadora, que afastou-a de suas funções. A manutenção da autora nas funções de instrumentadora cirúrgica sem a imprescindível habilitação profissional representaria conivência da instituição hospitalar, o que possibilitaria, inclusive, a imposição de severas penalidades à autarquia. Proc. 36406/01 - Ac. 5ª Turma 15644/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 51

HABITAÇÃO

HABITAÇÃO. SALÁRIO "IN NATURA". Não constitui salário "in natura" o regime de comodato em habitação. A moradia paga ao empregado era "para" e não "pelo" trabalho. As vantagens previstas no art. 458 da CLT, quando demonstrada a sua indispensabilidade para o trabalho, não integram o salário do empregado, o que se afigura nos autos (incidência da Orientação Jurisprudencial n. 131 da SDI do C. TST). Assim, correta a decisão de origem, que não considerou a moradia como uma utilidade para fins de integração na remuneração do reclamante. Proc. 468/00 - Ac. SE 26760/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

HASTA PÚBLICA

HASTA PÚBLICA. INTIMAÇÃO DO ADVOGADO. AUSÊNCIA DE NULIDADE. A intimação do devedor na pessoa de advogado regularmente constituído não induz à nulidade da praça, pois o art. 888 da CLT não exige intimação pessoal. Proc. 15011/02 - Ac. 1ª Turma 18400/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 19/9/2002, p. 16

HASTA PÚBLICA. PROCESSO DO TRABALHO. Inexiste previsão legal para que se tenha, no processo do trabalho, duas hastas públicas sucessivas. O art. 888 da CLT, do contrário, deixa evidente que a arrematação poderá ocorrer em hasta única, nada justificando que se promova a licitação pública em duas oportunidades. Um segundo processo licitatório só tem lugar se ocorrer de forma autônoma em face do primeiro, em razão de resultado negativo daquele, não havendo necessidade de prévia designação de dois atos no mesmo edital. Proc. 29830/01 - Ac. 3ª Turma 22493/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 179

HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO. DE ACORDO. RECURSO ORDINÁRIO DO INSS. NÃO-RECOLHIMENTO PREVIDENCIÁRIO SOBRE VERBAS INDENITÁRIAS. FRAUDE NÃO CONFIGURADA. IMPROCEDÊNCIA. Somente sobre verba de natureza salarial incidirá o recolhimento previdenciário. Sobre verbas indenitárias o mesmo não incide, consoante lei. Por outro lado, se a empresa reclamada deve algum outro valor ao INSS, por falta de recolhimento, alheio a estes autos, evidentemente que se trata de matéria que foge da competência desta Justiça Especializada. Por fim, do exame dos termos da avença não se verifica o intuito fraudulento, afigurando-se razoáveis os valores estipulados quando comparados com os pleitos da exordial. Proc. 29264/01 - Ac. 5ª Turma 4564/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

HOMOLOGAÇÃO. JUDICIAL. ACORDO ENTRE AS PARTES. A Justiça do Trabalho não tem natureza substitutiva do Sindicato Profissional ou do Ministério do Trabalho, a fim de homologar rescisões onde não

há qualquer conflito a demandar a necessidade de intervenção estatal. Proc. 29039/99 - Ac. SE 2179/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. RECURSO DO INSS. HIPÓTESES DE CABIMENTO. A despeito do que consta do § 4º do art. 832, da CLT, não pode o INSS, ao recorrer de decisão homologatória de acordo, discutir a atribuição de parcelas da avença feita pelas partes. Tratando-se de temas sob litígio, somente as partes podem narrar a configuração do acordo que, de resto, pode abranger apenas parte do pedido ou mesmo atingir parcelas não postuladas. Sendo assim, é descabido que, em sede recursal, o Instituto pretenda que a distribuição de parcelas do acordo seja estritamente consonante com o pedido, pois esse descompasso pode ocorrer naturalmente sem que haja qualquer fraude. Se houver efetivamente lesão ao interesse público, cabe ao INSS promover o procedimento administrativo próprio a fim de alcançar o lançamento tributário necessário para fixação de seu crédito a ser executado. A hipótese recursal trazido pela Lei n. 10.035/00 destina-se, exclusivamente, à discussão sobre as contribuições devidas ao INSS, de sorte que ele pode, pela via do apelo indicado, regular a aplicação dos arts. 20 e seguintes da Lei n. 8.212/91 caso tenha sido desatendida pelo ato homologatório. Proc. 22784/01 - Ac. 3ª Turma 2271/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 23/5/2002, p. 20

HONORÁRIOS DE ADVOGADO

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios não decorre pura e simplesmente da sucumbência, devendo a parte estar assistida por Sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal, ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família (Enunciados ns. 219 e 329). No caso dos autos, estão preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 (assistência sindical e declaração de pobreza); devidos, pois, os honorários advocatícios a serem revertidos em favor da entidade sindical assistente. COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ACORDO INDIVIDUAL TÁCITO. É inválido acordo individual tácito para compensação de jornada (conforme Orientação Jurisprudencial de n. 223 da SDI do C. TST). CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO EFETIVO PAGAMENTO. O índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento (cf. Súmula n. 16 do TRT/15ª Região). Proc. 27710/99 - Ac. SE 20271/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. Não abriga o processo trabalhista o princípio da sucumbência, prevalecendo no Direito Processual do Trabalho a capacidade postulatória das partes. O princípio constitucional programático relativo à indispensabilidade do advogado na administração da justiça, não tem o condão de afastar as peculiaridades dos procedimentos especiais. Nesse sentido, o Enunciado TST n. 329. Proc. 25766/99 - Ac. SE 5041/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. Satisfeitas as exigências do Enunciado n. 219 do TST, deferem-se os honorários advocatícios. Proc. 27559/99 - Ac. SE 10787/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 55

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ADVOGADO PARTICULAR. INDEVIDOS. Em face do quanto preconizado nos Enunciados ns. 219 e 329, ambos do C. TST, e não estando preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70, não há como se conceder a verba honorária advocatícia, porque o reclamante não está assistido por sindicato. Nesse sentido o 8º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REJEIÇÃO. Para que a reclamada seja considerada como litigante de má-fé, há necessidade de se demonstrar sua intenção dolosa de usar do processo para conseguir objetivo ilegal, e deste ônus não se desincumbiu o autor. Proc. 15334/00 - Ac. 1ª Turma 10471/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/3/2002, p. 44

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. BASE DE CÁLCULO. VALOR DA EXECUÇÃO. INCLUSÃO DOS JUROS. O regramento aplicável aos honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, assenta-se no § 1º, art. 11 da Lei n. 1.060/50, que se reporta ao valor da execução. O que se executa é o valor da condenação, assim compreendidas todas as parcelas, desde a principal, como as acessórias, tais como os juros, na medida em que este representa o proveito econômico do resultado da lide. Proc. 26841/02 - Ac. 2ª Turma 32304/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. CABIMENTO. Presentes os requisitos previstos na Lei n. 5.584/70 e no Enunciado n. 219 do E. TST, é devida a verba honorária advocatícia (inteligência do Enunciado n. 329 do E. TST e da Súmula n. 08 do E. TRT da 15ª Região). Proc. 26427/02 - Ac. 5ª Turma 26959/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 14/11/2002, p. 41

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. DEVIDOS. O reclamante está assistido pelo sindicato e juntou atestado de pobreza; devidos, portanto, os honorários advocatícios. Proc. 16176/02 - Ac. 1ª Turma 13219/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 56

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. ENUNCIADO N. 219 DO TST. Conforme o Enunciado n. 219 do C. TST, a condenação em honorários advocatícios, exige além da sucumbência, que a parte esteja assistida por Sindicato da categoria profissional e comprove encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo do próprio sustento ou da respectiva família. Somente se preenchidos tais requisitos a verba deve ser concedida até o limite de 15% sobre o valor da condenação. Proc. 35853/01 - Ac. 5ª Turma 9727/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. Resta indevida a verba de honorários advocatícios, no processo do trabalho, quando o trabalhador, embora estando assistido pelo sindicato de classe, percebe salário superior ao dobro do mínimo legal, e não firma declaração de pobreza, nos termos da lei. Aplicação do § 1º, do art. 14, da Lei n. 5.584/70, c/c a Lei n. 1.060/50, no que couber. Proc. 14963/00 - Ac. 1ª Turma 8883/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 68

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. NÃO CABIMENTO. Se o autor constituiu advogado particular para representá-lo, não preenche os requisitos da Lei n. 1.060/50 c/c o art. 14 da Lei n. 5.584/70 e do art. 789, § 10, da CLT, uma vez que, nesta Justiça Especializada, os honorários advocatícios somente são devidos quando a parte se encontra assistida por seu sindicato de classe. Proc. 38616/00 - Ac. 5ª Turma 11555/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PARTE ASSISTIDA POR ENTIDADE SINDICAL. DECLARAÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI, DE SUA MISERABILIDADE JURÍDICA. CABIMENTO. A verba honorária advocatícia, segundo a interpretação da Alta Corte Trabalhista, só é cabível se preenchidos os requisitos elencados no seu Enunciado n. 219, segundo consignado na Súmula n. 8 deste Egrégio Regional. Dessa forma, estando o obreiro assistido pela entidade sindical, e encontrando-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo da sua subsistência e de sua família - tal qual consignado em declaração firmada de próprio punho, sob as penas da lei - resta devida a verba honorária em apreço. Proc. 35763/01 - Ac. 2ª Turma 24076/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 228

HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PARTE ASSISTIDA POR ENTIDADE SINDICAL. DECLARAÇÃO, SOB AS PENAS DA LEI, DE SUA MISERABILIDADE JURÍDICA. CABIMENTO. Estando o obreiro assistido pela entidade sindical, e encontrando-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo da sua subsistência e de sua família - tal qual consignado em declaração firmada de próprio punho, sob as penas da lei - resta devida a verba honorária em apreço. Proc. 24310/01 - Ac. 2ª Turma 26130/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 74

HONORÁRIOS DE PERITO

HONORÁRIOS DE PERITO. A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia (Enunciado n. 236). PENALIDADE DO ART. 467 DA CLT. Somente a parte incontroversa dos salários fica sujeita à aplicação da penalidade prevista no art. 467 da CLT. Para sua utilização faz-se mister que não apenas seja salário a parcela devida, mas é necessário que tenha havido controvérsia a respeito do direito postulado. Proc. 32070/99 - Ac. SE 10947/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

HONORÁRIOS DE PERITO. Assistência Judiciária Gratuita. Isenção devida. Proc. 10889/00 - Ac. SE 23321/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 17/10/2002, p. 2

HONORÁRIOS DE PERITO. Fixados de acordo com a complexidade do trabalho e o zelo profissional,

tem-se por corretos os honorários periciais arbitrados pelo Juízo de 1º grau. Proc. 28901/01 - Ac. 3ª Turma 14111/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 80

HONORÁRIOS DE PERITO. ARBITRAMENTO. CRITÉRIOS. A fixação dos honorários periciais deve ter por base o volume e a complexidade da matéria analisada e as despesas realizadas para a elaboração do laudo. Inexistentes critérios rígidos para tal mister, a fixação do quantum devido encontra-se no campo do prudente arbítrio do Juiz, não se podendo afastar do princípio da razoabilidade. HONORÁRIOS DE PERITO. PEDIDOS DESTITUÍDOS DE FUNDAMENTO. PERÍCIA DESNECESSÁRIA. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. A formulação de pedidos destituídos de fundamento, que ocasionou a realização de perícia desnecessária, não deve ser premiada com a transferência da responsabilidade pelo pagamento dos honorários para a reclamada que, agindo de boa-fé, cumpriu suas obrigações. Nestes termos, deve-se reconhecer que o reclamante efetivamente restou vencido na pretensão relativa ao objeto da perícia, cabendo-lhe, desta forma, a responsabilidade pelo pagamento dos honorários, nos termos da Súmula n. 236, do C. TST. Proc. 37521/01 - Ac. 5ª Turma 15646/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 51

HONORÁRIOS DE PERITO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. O empregado, quando beneficiário da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos da Lei n. 1.060/50, encontra-se isento do pagamento de honorários periciais, não se lhe aplicando o Enunciado n. 236, do C. TST, mesmo que fique vencido na matéria objeto da perícia. Proc. 5417/02 - Ac. 3ª Turma 21810/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 19

HONORÁRIOS DE PERITO. ISENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Ainda que seja deferido o benefício da assistência judiciária, não se pode incluir entre as despesas isentadas, os valores devidos ao "expert", haja vista que este é profissional autônomo, não podendo ser punido com a falta de pagamento pelo trabalho realizado. O benefício da isenção de custas alcança tão-somente as despesas referentes à prestação jurisdicional do Estado, não incluindo, por óbvio, as despesas decorrentes de serviços prestados por terceiros. Proc. 37465/00 - Ac. 5ª Turma 11550/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

HONORÁRIOS DE PERITO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PERÍCIA CONTÁBIL. NULIDADE PROCESSUAL. INDEVIDOS. Anulados todos os atos processuais insertos na fase de liquidação de sentença, incluindo-se neles a perícia contábil designada pelo juízo, não subsiste a qualquer das partes a obrigação de suportar com os honorários periciais. Proc. 24605/01 - Ac. 5ª Turma 17343/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 27

HONORÁRIOS DE PERITO. PROPORCIONAIS. DESCABIMENTO. Considerando os termos do Enunciado n. 236 do C. TST, descabida a paga proporcional dessa verba, pois a responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente na pretensão relativa ao objeto da perícia. Proc. 064/94 - Ac. 5ª Turma 9746/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 25

HONORÁRIOS DE PERITO. SUCUMBÊNCIA. Ainda que a reclamada tenha sido sucumbente no objeto da perícia para apuração de equiparação salarial (prova que, após, na prolação da sentença de 1º grau, ficou descaracterizada pelo acolhimento da defesa, no sentido de que o paradigma tinha mais de dois anos no exercício da função, em relação ao reclamante), tendo a reclamatória resultado improcedente, o autor será responsável pelo pagamento dos honorários periciais. Proc. 18326/01 - Ac. 5ª Turma 11544/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 79

HORÁRIO DE TRABALHO

HORÁRIO DE TRABALHO. CONTROLES. VALOR PROBATÓRIO. A apologia do valor probatório dos controles de horário se torna infrutífera, por mais que bem elaborada, se não encontrar ressonância nos autos, o que acontece quando, com a prova testemunhal, fica demonstrado que os mesmos não eram corretamente assinalados. Proc. 32045/01 - Ac. 1ª Turma 25201/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 45

HORÁRIO NOTURNO

HORÁRIO NOTURNO. PRORROGAÇÃO. ADICIONAL RESPECTIVO. PERTINÊNCIA. O "plus"

remuneratório, pelo labor das 22h às 5h do dia seguinte, tem por finalidade compensar o trabalhador pelo caráter penoso da jornada noturna. A prorrogação da jornada, na espécie, não retira, por óbvio, o seu caráter fatigante que ao contrário se agrava, justificando a continuidade da percepção do adicional noturno. É a "ratio legis" do § 5º, do art. 73, da CLT. Proc. 26767/01 - Ac. 5ª Turma 493/02-PATR. Rel. Desig. José Antonio Pancotti. DOE 9/5/2002, p. 24

HORAS DE PERCURSO

HORAS DE PERCURSO. LOCAL DE FÁCIL ACESSO. Comprovado o não preenchimento dos requisitos dispostos no Enunciado n. 90, em razão da existência de transporte público regular e local de fácil acesso. Se o local onde o obreiro reside não lhe facilitava o acesso tempestivo ao serviço, referido fato não o beneficia, pois não modifica a natureza do local de prestação de serviços, o qual enseja o benefício perseguido. Proc. 27723/01 - Ac. 1ª Turma 24582/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 26

HORAS DE PERCURSO. PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA. NULIDADE DO R. JULGADO QUE DESCUMPRIU A COISA JULGADA E CERCEOU PRODUÇÃO DE PROVA. A independência e as convicções pessoais do Magistrado são incontestáveis, mas encontram seus limites quando o exercício destas é tendente a interferir na independência e nas convicções pessoais dos Magistrados aos quais compete a reapreciação da decisão recorrida, sendo certo, ainda, que subordinam-se à "res iudicata". Mesmo com encômios ao Tribunal, não pode o Juiz de 1º grau, a pretexto de suas convicções pessoais, contrariar a coisa julgada que declarou nula a decisão anterior por cerceio de defesa e obstar a prova da questão de fato sob fundamento de que há posicionamentos no sentido de que, juridicamente, o direito em questão é passível de ser transacionado. Entendimentos outros existentes e a "res iudicata" impõem a necessária produção da prova. Recurso ordinário a que se dá provimento parcial para declarar nulo o novo r. decisório proferido, considerando prejudicados os demais itens do apelo, bem como o recurso adesivo da reclamada, e determinar a baixa dos autos ao MM. Juízo de origem, a fim de que complemente a instrução do feito com a matéria fática relativa ao pedido de horas de percurso. Proc. 8777/02 - Ac. 3ª Turma 11231/02-PATR. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 1/8/2002, p. 31

HORAS EXTRAS

HORAS EXTRAS. À falta de indicação de diferenças pelo interessado, baseadas no cotejo entre os cartões de ponto e os recibos de pagamento, nada mais é devido a título de horas extras. ADICIONAL. DE PERICULOSIDADE. Afastada a periculosidade por laudo pericial não infirmado, descabe falar-se no respectivo adicional. RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Proc. 27988/99 - Ac. SE 10595/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. Admitida pela empresa a não observância da jornada estipulada em instrumento normativo, cabe a condenação nas horas extras disso decorrentes. Proc. 26135/99 - Ac. SE 14572/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

HORAS EXTRAS. Agiu corretamente o juízo "a quo", proferindo sua decisão dentro dos limites da razoabilidade, verificando todos os períodos intercorrentes e descontínuos da jornada de trabalho da recorrida, fixando um "quantum" justo e adequado ao caso. Proc. 11118/00 - Ac. SE 26832/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 96

HORAS EXTRAS. Alegou a recorrente que o obreiro não estava sujeito a controle de horário, eis que realizava serviços externos. Trouxe, porém, aos autos comprovantes de pagamento de algumas horas extras mensais pagas ao recorrido, acrescidas de adicionais previstos na convenção coletiva da categoria. Nesse caso, fica patente que o recorrido tinha seu horário de trabalho controlado pela recorrente, fazendo jus ao recebimento das diferenças de horas extras devidas. Proc. 32271/99 - Ac. SE 10951/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. Apontando o empregado discrepância não impugnada entre as horas extras remuneradas e as constantes dos cartões de ponto, defere-se as diferenças pleiteadas. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. REAJUSTE SALARIAL. A alegação de pagamento de salário superior ao piso da categoria não se contrapõe a pedido de reajustes previstos em normas coletivas e não concedidos. Proc. 10518/00 - Ac. SE 14221/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

HORAS EXTRAS. Como vendedor que exercia serviço externo, o reclamante não tinha controle de horário, fato este confessado, e nos termos do art. 62, inciso I, da CLT, não faz jus ao recebimento de horas extras. Proc. 39968/00 - Ac. SE 10962/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 62

HORAS EXTRAS. Confirmada a sobrejornada pelas testemunhas de ambas as partes, indicando que as anotações dos cartões de ponto não demonstram a real jornada de trabalho, são devidas as horas extras com reflexos. FGTS. Apresentado documento com base no qual é alegada a insuficiência de saldo junto ao FGTS, cabe ao empregador demonstrar a regularidade dos depósitos. Não o fazendo, são devidas as diferenças pleiteadas. ADICIONAL. DE INSALUBRIDADE. Concluindo o laudo pericial que o EPI fornecido não neutraliza o agente nocivo, é devido o adicional de insalubridade. Enunciado n. 289 do C. TST. BASE DE CÁLCULO. Conforme preceitua a Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDI-1 do C. TST, a base de cálculo do adicional de insalubridade é o salário mínimo. NORMA COLETIVA. MULTA NORMATIVA. Afigura-se descabida a pretensão de ver aplicada norma coletiva referente à categoria à qual não pertence o trabalhador, especialmente no que se refere à multa normativa. DESCONTO. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. Havendo previsão constitucional para o desconto da contribuição confederativa e não demonstrando o empregado oposição ao mesmo na época oportuna, descabe a pretensão à sua devolução. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Constitui época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês subseqüente ao da prestação de serviços. Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST. Proc. 12042/00 - Ac. SE 14294/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. Constitui ônus do empregador demonstrar que o reclamante goza regularmente do descanso intrajornada, por se tratar de fato modificativo, nos termos do art. 333, II, do CPC. No caso em tela, dos cartões de ponto acostados aos autos, depreende-se que não havia anotação dos intervalos para alimentação. Desta feita, houve inversão do ônus da prova, que passou a ser da recorrente e, desse ônus não se desincumbiu. Proc. 27253/99 - Ac. SE 10588/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. Demonstrado que o trabalhador não usufruía o intervalo para repouso e alimentação, correta a concessão das horas extras correspondentes a partir da vigência da Lei n. 8.923/94. FGTS. MULTA DE 40%. PERÍODO ANTERIOR A APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. Conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1 do C. TST, a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, mesmo quando o empregado continua a trabalhar na empresa após a concessão do benefício previdenciário, sendo indevida a multa de 40% do FGTS em relação ao período anterior. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. Proc. 9050/00 - Ac. SE 10749/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

HORAS EXTRAS. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", pela prova testemunhal ficou comprovado que o empregado realizada horas além das constantes dos cartões de ponto. Também, foi confessado pela empresa em contestação (fls. 47) que não havia qualquer intervalo para refeição e descanso na jornada, devendo este ser remunerado como hora extraordinária a teor do disposto no art. 71 Consolidado. Proc. 26524/99 - Ac. SE 10733/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

HORAS EXTRAS. Faz jus o reclamante ao recebimento das horas extras laboradas além das 44 semanais, bem como dos minutos em que laborou no intervalo intrajornada. No caso em tela, tais horas serão apuradas através das fichas de controle externo que estão nos autos, sendo que nos meses em que não foram juntadas as respectivas fichas, as horas extras serão apuradas pela média mensal das horas extras encontradas naquelas fichas. Proc. 28783/99 - Ac. SE 1367/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

HORAS EXTRAS. Havendo inovação à lide, fugindo a matéria recursal dos limites da litiscontestatio, a apreciação meritória do apelo resta prejudicada. Proc. 27721/99 - Ac. SE 26738/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 92

HORAS EXTRAS. Infirmadas as fichas de controle de presença pela prova testemunhal, que aponta o trabalho em sobrejornada de forma habitual, são devidas as diferenças de horas extras com reflexos. Proc. 31159/99 - Ac. SE 2184/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

HORAS EXTRAS. Infirmados os cartões de ponto pela prova testemunhal que confirmou o trabalho habitual em sobrejornada, são devidas as horas extras com os reflexos respectivos. Proc. 27487/99 - Ac. SE 1354/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

HORAS EXTRAS. Não obstante ter deixado a reclamante de provar a jornada de trabalho declinada na petição inicial, são-lhe devidas horas extras em razão de não demonstrada a paga da sobrejornada incontroversa. Somente ante da prova irrefutável de ser o empregado o causador do dano é permitida a dedução do equivalente no salário. Proc. 26119/99 - Ac. SE 10720/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 53

HORAS EXTRAS. Não se pode desconsiderar a prova documental quando esta é suficientemente robusta para desconstituir a inquirição das testemunhas conduzidas pelas partes. Veja-se que as folhas de ponto anexadas pelo reclamado acusam o extrapolamento da jornada em limites superiores àqueles indicados como possíveis pelas testemunhas, que afirmaram que o limite máximo permitido para apuração, era de 15 minutos. A existência de compensação, por seu turno, embora demonstrada por referidos documentos, não satisfaz a jornada extrapolada, o que, aliada à ausência de pagamento sob a rubrica 'horas extras', indica a existência de diferenças a favor do obreiro. Nestes termos, considerando-se a fidelidade dos apontamentos efetuados nas folhas de ponto, rejeita-se o recurso do reclamante e acata-se parcialmente a insurgência patronal, para restringir a condenação em horas extras, nos termos da fundamentação. Há que se proceder, portanto, em execução, à apuração de diferenças, considerando-se os horários apontados nas folhas de ponto. Proc. 35346/01 - Ac. 5ª Turma 25578/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 57

HORAS EXTRAS. O Acordo Coletivo devidamente formalizado, constitui ato jurídico perfeito, cuja eficácia é reconhecida constitucionalmente (art. 7º, inciso XXVI, da CF), não podendo uma das partes, de livre arbítrio, descumprir o ato negocial. No caso em tela, somente em suas razões recursais vem o reclamante impugnar o acordo juntado aos autos, sob a alegação de que não atende às exigências legais. Proc. 26390/99 - Ac. SE 10730/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

HORAS EXTRAS. O contrato coletivo de trabalho celebrado entre a reclamada e o sindicato da categoria à qual pertence a empregada, estabelece jornada de 40 horas semanais ao pessoal administrativo e aos contínuos. A reclamante detinha o cargo de Auxiliar de Administração II, exercendo a função de Inspetora de Alunos, estando sua atividade enquadrada no art. 237, "a", inserindo-se, assim, na cláusula 4.6.1.1 (fls. 33) do contrato coletivo de trabalho de fls. 24/55, cumprindo jornada especial de 40 horas semanais, fazendo jus ao percebimento de quatro horas extras semanais, já que a própria reclamada concordou que havia o cumprimento da jornada de 44 horas semanais. Proc. 30229/99 - Ac. SE 17686/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 7

HORAS EXTRAS. O empregado exercente de atividade, cuja natureza seja incompatível com a fiscalização e controle do horário de trabalho, não faz jus à hora extra (art. 62, I, CLT). Proc. 10545/00 - Ac. SE 22365/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 5

HORAS EXTRAS. O intervalo intrajornada pode ser reduzido ou ampliado através de concessões mútuas. No caso em tela, o juízo de origem pode constatar a existência de diferenças de horas extras, a favor do reclamante, sobretudo até 30/04/94, justamente porque a reclamada não obedeceu ao limite legal de duas horas para o intervalo intrajornada, e inexistia negociação coletiva no sentido de elastecê-lo. Proc. 12176/00 - Ac. SE 28176/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

HORAS EXTRAS. O reclamante era bancário, gerente de agência, não se configurando, nos presentes autos, a hipótese do art. 62, "b", da CLT. Incontroversa a aplicação do § 2º, do art. 224 da CLT, por expressa determinação do art. 57 do estatuto Consolidado. Devidas como extras as excedentes de oito na jornada. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO EFETIVO PAGAMENTO. O índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento (Cf. Súmula n. 16 do TRT/15ª Região). Proc. 12008/00 - Ac. SE 14292/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

HORAS EXTRAS. Por ser razoável prever a impossibilidade de anotação simultânea da jornada em empresa com elevado número de empregados, os cinco minutos que antecedem e sucedem a marcação no cartão de ponto

devem ser desconsiderados para efeito do cálculo das horas extras, observado o limite de dez minutos diários. Proc. 28149/99 - Ac. SE 22213/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 169

HORAS EXTRAS. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, cabe ao autor demonstrar o labor extraordinário. O normal de presume, o excepcional se prova por quem o invoca (CLT, arts. 787, 818 e 845 c/c CPC, art. 333, I). "In casu", não logrou a autora produzir qualquer prova no sentido de derrubar a validade do conteúdo declarado nos documentos anexados pela reclamada, especialmente diante da contradita deferida. Proc. 32606/99 - Ac. SE 10954/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. ACORDO INDIVIDUAL DE COMPENSAÇÃO SEM ASSISTÊNCIA SINDICAL. VALIDADE. ARTS. 7º, XIII, DA CF E 59 DA CLT. A ausência de previsão em convenção coletiva não pode invalidar acordo individual de compensação de horas extras, visto que o art. 7º, XIII, da CF/88 não revogou, mas convalidou o disposto no art. 59 da Consolidação, pois quando se referiu a acordo ou convenção coletiva de trabalho, referiu-se a acordo individual e não coletivo. Com efeito, o acordo individual para compensação realizado entre as partes é totalmente válido, não sendo necessária a participação do sindicato. Assim, equivocada a fundamentação de que, por haver sido realizado sem a devida assistência sindical, não possui eficácia. Admite-se, portanto, o simples acordo entre empregador e empregado, motivo pelo qual foi cancelado o Enunciado n. 108 do TST. Proc. 32845/01 - Ac. 5ª Turma 1530/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 41

HORAS EXTRAS. ACORDO TÁCITO DE COMPENSAÇÃO. VALIDADE. ART. 7º, XIII, DA CF E ART. 59 DA CLT. Como o contrato de trabalho segue o princípio da primazia da realidade e como o seu "ajuste tácito" (no dizer do jurista Amauri Mascaro Nascimento) pode ser detectado através dos fatos reais que cercam o relacionamento entre as partes, independendo esse contrato-realidade de forma expressa e até mesmo da vontade das partes, conclui-se que o mesmo se dará com o acordo para compensação de horas extras, que é mero apêndice daquele. Por outro lado, o art. 7º, inciso XIII, da Constituição da República, não revogou mas, sim, convalidou o disposto no art. 59 da Consolidação pois, quando se referiu a "acordo ou convenção coletiva de trabalho", quis dizer acordo individual - e não coletivo, pelo que também se reputa válido o acordo individual de compensação de horas. Ademais, depois que a Lei n. 9.601/98 alterou o § 2º e acrescentou o § 3º ao art. 59 da CLT, criou-se o chamado "banco de horas", através do qual as horas extras trabalhadas em um dia são compensadas com a correspondente diminuição em outro dia, instituto de grande anseio dos trabalhadores que objetiva, dentre outros, impedir o corte nas empresas de número expressivo de empregados, não se acolhendo, portanto, a pretendida nulidade do acordo de compensação de horas. Proc. 32389/01 - Ac. 5ª Turma 17646/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

HORAS EXTRAS. APURAÇÃO. UTILIZAÇÃO LITERAL DO TEXTO CONSTITUCIONAL. É necessário seja obedecido à risca o critério constitucional para apuração de horas extras, considerando-se como tais as excedentes à 8ª diária ou à 44ª semanal quando inexistente acordo de compensação de horas, posto que, caso contrário, incorrer-se-ia em distorções em prejuízo do trabalhador . Proc. 28306/01 - Ac. 5ª Turma 22796/02. Rel. Desig. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 189

HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. Não tendo o reclamado impugnado especificamente a jornada de trabalho descrita na peça vestibular, enseja a presunção de veracidade dos horários consignados, notadamente, quando não há nos autos prova em contrário. Exegese do quanto disposto no art. 302 do CPC. Horas extras pleiteadas devidas com adicional de 50% e os reflexos decorrentes. Proc. 27741/00 - Ac. 3ª Turma 15952/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 22/4/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE INTERVALO INTRAJORNADA. A inexistência de intervalo para refeição e descanso concede ao obreiro o direito de receber o período não gozado como extras, uma vez que laborou em horário reservado a seu descanso. Porém, no caso em questão, não logrou o recorrente demonstrar que não desfrutava do intervalo, já que suas testemunhas não trabalhavam no mesmo caminhão. Proc. 9193/00 - Ac. SE 10752/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE INTERVALO INTRAJORNADA. A inexistência de intervalo para refeição e descanso concede ao obreiro o direito de receber o período não gozado como extras, uma vez que laborou em horário reservado a seu descanso. Proc. 9333/00 - Ac. SE 14209/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE INTERVALO INTRAJORNADA. A inexistência de intervalo para refeição e descanso concede ao obreiro o direito de receber o período não gozado como extras, uma vez que laborou em horário reservado a seu descanso. "In casu", a condenação da reclamada ao pagamento dos 15 (quinze) minutos diários fundamenta-se no art. 71, § 4º da CLT, pelo qual os intervalos para repouso e alimentação não concedidos pelo empregador devem ser remunerados com um acréscimo de 50%. Proc. 27800/99 - Ac. SE 26824/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

HORAS EXTRAS. AUSÊNCIA DE INTERVALO INTRAJORNADA. ÔNUS DA PROVA. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, cabe ao autor demonstrar a não concessão de intervalo intrajornada, e o conseqüente labor extraordinário. O normal de presume, o excepcional se prova por quem o invoca (CLT, arts. 787, 818 e 845 c/c CPC, art. 333, I). No caso em tela, agiu corretamente o MM. Juízo de origem em dar respaldo aos depoimentos apresentados pelas testemunhas, expressando seu livre convencimento motivado, nos estritos termos do que preceitua o art. 131 do CPC, pois o Juiz é soberano na análise das provas produzidas e irá decidir de acordo com seu convencimento fundamentado. Proc. 11268/00 - Ac. SE 14237/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 6

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. Em face da expressa ressalva contida no art. 57 da CLT, não se aplica ao gerente bancário o disposto no inciso II do art. 62, da lei Consolidada, mas a norma específica do § 2º do art. 224 do mesmo diploma legal. "In casu", o reclamante era Inspetor de Agência Bancária, fato este incontroverso, exercente de função de confiança. O bancário exercente das funções constantes do § 2º do art. 224 da CLT cumpre jornada normal de oito horas, sendo devidas como extras as excedentes desse limite, caso fique, no entanto, provado o labor extraordinário, o que não ocorreu nos presentes autos, uma vez que o reclamante não se desincumbiu de seu ônus probatório. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). No caso em tela, não logrou o autor demonstrar que fizesse jus aos direitos pleiteados. Proc. 31851/99 - Ac. SE 14606/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. O reclamante, como gerente substituto, não estava inserido na hipótese do art. 62, II, da CLT, que trata do exercício de funções com amplos poderes de mando, sem subordinação e fiscalização direta, e atribuições assemelhadas às do próprio empresário, sendo incontroversa, pois, a aplicação do § 2º do art. 224, por expressa determinação do art. 57, ambos da CLT, e, em conseqüência, devidas como horas extraordinárias as excedentes de oito na jornada. Proc. 38361/01 - Ac. 1ª Turma 17584/02-PATR. Rel. Desig. Antônio Miguel Pereira. DOE 5/9/2002, p. 5

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. GERENTE. CARGO DE CONFIANÇA. RESTRIÇÕES AO PODER DE DECISÃO E GESTÃO EMPRESARIAL. INCIDÊNCIA DA HIPÓTESE CONTIDA NO ART. 224, § 2º, DA CLT, E NÃO DAQUELA INSERTA NO ART. 62, II, DO CONSOLIDADO. DEVIDAS. O art. 224, § 2º, não traz em si a mesma extensão para "cargo de confiança" que guarda o art. 62, II, ambos da CLT. A hipótese constante do primeiro é bem mais ampla, atingindo todos os empregados que exerçam função de confiança, não somente as ali elencadas, mas também, todas aquelas que, por analogia, possam fazer incidir a exceção legal. O fato de o gerente bancário perceber uma gratificação extraordinária pelo desempenho da função, ter sob seu comando subordinados, e não se submeter a controle de horário não faz, por si só, incidir a regra do art. 62 da CLT, mormente quando comprovada a restrição ao seu poder de gestão empresarial. Devidas como extraordinárias, nos termos do Enunciado n. 232 da Corte Trabalhista, as horas excedentes à oitava diária. Proc. 13029/02 - Ac. 2ª Turma 28049/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 18

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. ÔNUS DA PROVA A despeito da presunção extraída da experiência comum, quando à flexibilização das jornadas dos bancários, o juiz não pode se valer destas presunções sem apoio em prova oral satisfatória. Proc. 16585/00 - Ac. 2ª Turma 18589/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. ÔNUS DA PROVA. A prova documental acostada reflete as informações obtidas por meio da inquirição das testemunhas, sendo que os conflitos eventualmente existentes redundam em benefício do réu. Observe-se que as Folhas Individuais de Presença, todas devidamente firmadas pela reclamante, demonstram não só a anotação de eventual sobrejornada, mas também a ocorrência de compensação. E se isso não bastasse, vislumbra-se o pagamento de horas extras prestadas, sendo que a autora não se preocupou em pugnar por prazo para demonstração de eventuais diferenças a seu favor, ônus que lhe competia, nos termos dos arts. 818, da CLT, e 333, inciso I, do CPC. Diante disso, indevidas as horas extras e seus reflexos nas demais verbas salariais. Proc. 32693/01 - Ac. 5ª Turma 22921/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

HORAS EXTRAS. BANCO DO BRASIL. VALIDADE DAS FIPs. A oitiva de uma única testemunha, que também tem ação contra o Banco, não é suficiente para elidir a validade das anotações na Folhas Individuais de Presença (FIPs), principalmente, se comprovadas anotações, nestas, anotações e pagamentos de sobrejornadas. Proc. 15954/00 - Ac. 2ª Turma 18584/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 66

HORAS EXTRAS. BASE DE CÁLCULO. ANUÊNIOS E ABONOS COLETIVOS. NÃO INTEGRAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NORMATIVA. CLÁUSULA BENÉFICA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. ART. 1.090 DO CC. Os anuênios e os abonos coletivos são um benefício, um plus aos direitos assegurados aos trabalhadores, não havendo qualquer disposição expressa nas normas coletivas para que esses integrassem o salário-base para o cálculo das horas extras, deixando claro a lei que as cláusulas benéficas serão interpretadas estritamente, nos termos do art. 1.090 do CC. Proc. 39365/01 - Ac. 5ª Turma 1534/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA. Aos empregados que atuam com autonomia de decisões, não são fiscalizados quanto à jornada de trabalho e percebem salários bem superiores aos demais, não é aplicável o Capítulo da Duração do Trabalho, em face da restrição preconizada no inciso II do art. 62, da CLT. Proc. 15512/00 - Ac. 1ª Turma 15004/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/4/2002, p. 30

HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO CABIMENTO. A comprovação de exercício de cargo de confiança impede o reconhecimento do direito ao pagamento de horas extraordinárias, em face da hipótese excludente prevista pelo inciso II, do art. 62, da CLT. Proc. 38649/00 - Ac. 5ª Turma 1492/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

HORAS EXTRAS. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. A caracterização do exercício do cargo de confiança, preconizado pelo art. 62, inciso II, da CLT, como exceção ao limite legal, imposto à duração da jornada de trabalho, exige que o trabalhador esteja investido de plenos poderes de mando e gestão, em nome do empregador, a quem pode substituir, na administração dos negócios. Ocupante de cargo dito de direção ou de gerência, mas que se encontra subordinado ao gerente geral ou diretor da empresa, sujeito a controle de horário, e com instrumento de mandato limitado, cujos poderes somente pode exercer em conjunto com outro procurador ou diretor, não detém os poderes amplos, de mando e gestão, necessários à sua inserção, na exceção prevista pelo citado dispositivo legal. Proc. 15501/00 - Ac. 1ª Turma 5888/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 47

HORAS EXTRAS. CARGO DE GESTÃO (CLT, ART. 62, II). A CF garante ao trabalhador o direito às horas extras (CF/88, art. 7º, XIII e XVI), portanto, o art. 62, II da CLT só pode ser aplicado com restrição. Não consta que o trabalhador ostente as características exigidas pelo art. 62, II da CLT, mas que trata a liberdade de gerir sua jornada de trabalho para mais ou para menos, sem interferência do empregador. Proc. 18578/00 - Ac. 2ª Turma 21604/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 156

HORAS EXTRAS. CARTÕES DE PONTO COM HORÁRIO BRITÂNICO. NÃO INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. A anotação de horários de trabalho invariáveis não acarreta a inversão do ônus probatório, eis que tal fato, no máximo, acarreta a imprestabilidade destes documentos, não ensejando, em hipótese alguma, a presunção de veracidade da jornada de trabalho apontada na exordial, não havendo que se falar em inversão do ônus da prova. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. DEFERIMENTO. INTERESSE PARA RECORRER. A assistência judiciária é o benefício instituído aos necessitados de valer-se gratuitamente dos serviços prestados pelo Poder Judiciário. É, pois, o Estado quem deve prestar esses serviços gratuitamente. Portanto, o deferimento de tal benefício não traz qualquer prejuízo à reclamada, não possuindo a mesma interesse para recorrer da decisão neste tópico, não podendo tal matéria ser objeto de reexame. Proc. 14654/00 - Ac. 1ª Turma 9020/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 73

HORAS EXTRAS. CARTÕES DE PONTO. VALIDADE. Cartões de ponto, conferidos e assinados, mensalmente, pelo trabalhador, ainda que anotados por terceiros, demandam prova robusta de sua invalidade, para justificar o pagamento de diferenças de horas extraordinárias. ADICIONAL DE TRANSFERÊNCIA. CONSTRUÇÃO CIVIL. NÃO CABIMENTO. CONDIÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. O local de trabalho, no ramo da construção civil, define-se conforme as obras contratadas pelo empregador, fator que se insere como condição explícita do contrato de emprego, não justificando o pagamento do adicional de transferência - CLT, art. 469, § 1º. Proc. 15364/00 - Ac. 1ª Turma 8121/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

HORAS EXTRAS. CINCO MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. A Orientação Jurisprudencial n. 23, do C. TST anuncia que os minutos que antecedem ou sucedem o horário contratual serão desprezados, salvo se superiores a cinco minutos, hipótese em que serão devidas horas extras pelo tempo integral do excedimento da jornada de trabalho. Portanto, tendo as partes convencionado que o tempo gasto na troca de roupas era de cinco minutos antes do horário de entrada e cinco minutos depois, por certo que este período deve ser desprezado, não constituindo trabalho extraordinário. Proc. 13632/00 - Ac. 1ª Turma 3144/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO. AJUSTE TÁCITO. PROCEDÊNCIA. Procede o pedido de compensação no cálculo de horas extras pelas folgas usufruídas. O fato de não haver pactuação formal nesse sentido é superado pela comprovação da ocorrência de um ajuste tácito, que se verifica através dos fatos reais que cercaram o relacionamento, consubstanciado no contrato-realidade. O art. 7º, inciso XIII, da Constituição da República, não revogou, mas convalidou o disposto no art. 59, da Consolidação, pois quando menciona "acordo ou convenção coletiva de trabalho", refere-se a acordo individual e não coletivo. Ressalte-se, ademais, que a súmula do Enunciado n. 108, do C. TST, que dispunha acerca da necessidade de acordo escrito de compensação de horário semanal, foi cancelada pela Resolução n. 85/98, razão pela qual não há mais óbice para que seja aceito o acordo tácito de compensação de horário. Proc. 38749/00 - Ac. 5ª Turma 27196/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

HORAS EXTRAS. COMPROVAÇÃO DE PARTE DO PERÍODO ALEGADO. Demonstrado o trabalho em sobrejornada e convencido o Julgador de que a prestação de trabalho extraordinário superou o período comprovado, não ficará a decisão limitada ao período abrangido pela prova. Orientação Jurisprudencial n. 233 da SDI-1 do C. TST. Proc. 31194/99 - Ac. SE 2185/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

HORAS EXTRAS. CONTROLES DE HORÁRIO. ANOTAÇÃO APENAS DOS HORÁRIOS CONTRATUAIS. Quando os controles só recebem anotações relativas ao horário contratual, de se presumir verdadeiros os horários apontados na petição inicial, cabendo ao empregador demonstrar que outros os cumpridos, pena de privilegiar e mesmo incentivar a adoção de tão reprovável procedimento, impedindo ao obreiro demonstrar, via controle próprio, quais os horários realmente trabalhados, o que frustra a razão de ser da marcação dos mesmos, além de jogar sobre os ombros do trabalhador as dificuldades e incertezas que marcam a prova testemunhal, cabendo lembrar que a situação de inferioridade do empregado não é menor no campo processual. Proc. 9565/02 - Ac. 1ª Turma 18238/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 19/9/2002, p. 13

HORAS EXTRAS. CONTROLES DE PONTO. INVALIDADE. Quando o empregador oferta controles de horário, que não retratam a efetiva e real jornada de trabalho do empregado, deve-se valorizar a prova oral do reclamante, que é quem detém o ônus probatório - art. 818 da CLT. USO DE APARELHO "BIP". SOBREAVISO. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O uso do aparelho "bip", por si só, não tolhe o direito de locomoção do trabalhador, entendimento que afasta a caracterização do sobreaviso e, conseqüentemente, a aplicação analógica do art. 244 da CLT - OJ n. 49 da SBDI-1/TST. Proc. 13379/00 - Ac. 1ª Turma 3010/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

HORAS EXTRAS. CORRETA A ANÁLISE, FUNDAMENTOS E CONCLUSÕES ADOTADOS PELA R. SENTENÇA. O que é trazido aos autos forma a convicção do Juiz, que é soberano na análise das provas produzidas e irá decidir de acordo com seu convencimento fundamentado (Inteligência do art. 131 do CPC). Proc. 27166/99 - Ac. SE 28157/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Cabe ao empregado produzir prova robusta quanto aos fatos constitutivos do direito pleiteado, sem o que não há como se acolher a pretensão a diferenças de horas extras. Proc. 11980/00 - Ac. SE 14662/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 13

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Constada a existência de horas extras não quitadas, através do confronto entre os cartões de ponto e os recibos de pagamento, defere-se as diferenças pleiteadas. COMPENSAÇÃO. PRECLUSÃO. Embora pleiteada a compensação em defesa, tal matéria não foi apreciada pela sentença. Cabia à parte interessada oferecer embargos de declaração a fim de sanar a omissão. Não o fazendo, deu causa à preclusão. HORAS "IN ITINERE". TRANSPORTE PÚBLICO. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. Conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 50 da SDI-1 do C. TST, havendo incompatibilidade de horário com o transporte público, defere-se as horas "in itinere". FUNDO DE

GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO. MULTA. Confessado o não recolhimento da integralidade dos depósitos devidos, defere-se a multa de 40% do FGTS. Proc. 27252/99 - Ac. SE 4960/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/2/2002, p. 19

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Correta a decisão de primeira instância que determina sejam confrontados recibos de pagamentos e cartões de ponto, quando da liquidação de sentença, a fim de que sejam apuradas eventuais diferenças de horas extras em favor do reclamante. Proc. 26696/99 - Ac. SE 10582/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. CARTÕES DE PONTO. CABIMENTO. Não retratando os recibos de pagamento a totalidade das horas extras laboradas, conforme anotações nos cartões de ponto, assiste ao trabalhador o direito a diferenças, a serem apuradas em regular liqüidação de sentença. Proc. 15516/00 - Ac. 1ª Turma 8704/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. COMPROVAÇÃO. PRINCÍPIO INQUISITIVO. INAPLICABILIDADE. Ainda que se considere o princípio inquisitivo, segundo o qual possui o Juiz ampla liberdade para dirigir o processo e determinar as diligências necessárias ao esclarecimento da verdade (arts. 130 do CPC e 765 da CLT), tal faculdade não impõe ao mesmo a incumbência de 'garimpar' a prova documental produzida pelas partes, substituindo-as em seus ônus processuais. Admitida a correção dos apontamentos efetuados nos cartões de ponto e constatado o pagamento de horas extraordinárias, o encargo processual de apontar diferenças é do autor. Correta a sentença de origem, que permanece íntegra. Proc. 36512/01 - Ac. 5ª Turma 5749/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 34

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. MULTA CONVENCIONAL. DESCABIMENTO. Impertinente a pretensão de ver imposta multa convencional decorrente de diferenças no pagamento de horas extras, eis que não há disposição normativa a respeito de seu não pagamento, mas tão-somente quanto à forma de remuneração e ao percentual a ser observado. Proc. 37469/00 - Ac. 5ª Turma 7613/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 28

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. NOTABILIDADE FÁCIL. DISPENSA DE APRESENTAÇÃO DE DEMONSTRATIVO. Muito embora seja do reclamante o ônus de provar a existência de diferenças de horas extras anotadas e não pagas, faz-se desnecessária a apresentação do demonstrativo exemplificativo de diferenças pelo obreiro quando a sua existência é facilmente constatada, como no caso presente em que se observa o trabalho em parte do intervalo sem a corresponde paga para tanto. Recurso conhecido e provido parcialmente. Proc. 13811/00 - Ac. 1ª Turma 8303/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 50

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS DA PROVA. ARTS. 818, DA CLT E 333, INCISO I, DO CPC. Comprovado o pagamento de horas extras pela reclamada, compete ao autor a indicação de diferenças, sob pena da improcedência total do pedido. Proc. 31977/01 - Ac. 5ª Turma 22920/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS DO RECLAMANTE. Tendo o reclamante reconhecido a correção das anotações de ponto, e restando demonstrado o pagamento de inúmeras horas extras nos recibos juntados, é ônus do reclamante apontar as diferenças de horas extras existentes. De sorte que, se deixou transcorrer "in albis" o prazo concedido para demonstrá-las, deve o pedido ser indeferido inequivocamente. Proc. 13829/00 - Ac. 1ª Turma 5376/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/2/2002, p. 31

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS DO RECLAMANTE. Tendo o reclamante reconhecido a correção das anotações de ponto quanto ao horário de entrada e saída, e restando demonstrado o pagamento de inúmeras horas extras nos recibos juntados, é ônus do obreiro apontar as diferenças de horas extras existentes. De sorte que, se deixou de apresentar demonstrativo, ainda que exemplificativo, da existência de horas extras impagas durante a fase instrutória, deve o pedido ser indeferido inequivocamente. Recurso conhecido e não provido neste aspecto. Proc. 14997/00 - Ac. 1ª Turma 15520/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 46

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS PROBATÓRIO DE QUEM ALEGA. ART. 818 DA CLT. Havendo a reclamada acostado cópia dos recibos de pagamento do autor, nos quais se observa que habitualmente eram pagas horas de sobrelabor, com adicional de 65, 75 e 85%, bem como o pagamento do adicional noturno pelas horas laboradas após às 22h, incumbia ao reclamante, ao menos por amostragem, cotejar os recibos

de pagamento com os cartões de ponto e indicar onde estão as alegadas diferenças, o que não fez, restando, portanto, improcedente seu pleito. Proc. 12697/02 - Ac. 5ª Turma 17644/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS PROBATÓRIO. É do trabalhador o ônus probatório do labor extraordinário, sem a devida paga - art. 818 da CLT e art. 333, inciso I, do CPC. Proc. 13816/00 - Ac. 1ª Turma 8671/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. PROVA DOCUMENTAL. INDICAÇÃO PELO TRABALHADOR, AINDA QUE POR AMOSTRAGEM. DEFERIMENTO. Postulando o trabalhador por diferenças de horas extras em face dos registros de jornada e dos correlatos recibos salariais, afigura-se suficiente ao deferimento do pleiteado a indicação pelo autor, ainda que por amostragem, dos seus créditos. Proc. 39253/01 - Ac. 2ª Turma 27016/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 102

HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS NÃO APONTADAS. Tendo a reclamada comprovado a quitação de horas extras e o autor pugna por diferenças, estas devem ser apontadas especificamente, ao menos por amostragem a fim de se verificar a pertinência do pedido. É mister da parte que não pode ser transferida ao Juízo. Proc. 12170/02 - Ac. 4ª Turma 30810/2002-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 10/1/2003, p. 87

HORAS EXTRAS. E ADICIONAL NOTURNO. REFLEXOS. Apesar de constar o pagamento de algumas horas extras e de adicional noturno nos recibos de fls., o autor não fez prova de que houvesse habitualidade na prestação das mesmas. Sua impugnação de fls. foi genérica, inespecífica, quedando-se na posição de pedir e comodamente esperar pela condenação. Depois, pretendeu fazê-lo em sede recursal, quando já precluíra eventual direito seu. Mantenho a improcedência. DIFERENÇAS SALARIAIS. PISOS SALARIAIS. PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS CONTRATOS. NÃO PARTICIPAÇÃO DO PROCESSO DE PACTUAÇÃO. A reclamada somente estaria adstrita ao cumprimento das convenções coletivas trazidas à colação pelo autor, se tivesse participado, por si ou por seu sindicato respectivo, da pactuação dessas normas. Em casos como estes, vigora o princípio da relatividade dos contratos, ou seja, as disposições contratuais só podem obrigar os convenentes, sendo certo que terceiros não podem ser compelidos ao seu cumprimento se não participaram do processo de pactuação. Por esta razão, inaplicáveis ao caso em apreço os instrumentos normativos acostados com a inicial, e, por conseqüência, indevidas as diferenças salariais e seus reflexos, como corretamente decidido pela instância originária. Proc. 38428/00 - Ac. 5ª Turma 15649/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 51

HORAS EXTRAS. E INTERVALO INTRAJORNADA NÃO CONCEDIDO. A regra contida no § 4º, do art. 71, da CLT, constitui tão-somente uma penalidade a ser aplicada ao empregador, consubstanciada em uma indenização fixada em benefício do empregado, decorrente da supressão total ou parcial do intervalo intrajornada, ainda que referida supressão não implique em excesso de jornada. Assim, sendo de efetivo labor a hora referente ao intervalo não concedido, deve ser computada na jornada de trabalho e, se em decorrência disso, também restar demonstrada sua extrapolação, deve ser remunerada como serviço extraordinário. Portanto, as horas extraordinárias e a indenização prevista no art. 71, § 4º, da CLT, não se confundem, em razão de possuírem fatos geradores distintos e, portanto, uma não substitui a outra, razão pela qual a condenação simultânea não traduz pagamento em duplicidade. Proc. 912/02 - Ac. 1ª Turma 15749/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 29/8/2002, p. 47

HORAS EXTRAS. ENTREGADOR. SERVIÇO EXTERNO. NÃO-CONTROLE DE JORNADA. ART. 62, I, DA CLT. Sendo fato incontroverso que o reclamante era entregador e, pois, só executava serviço externo, haveria de provar que, de alguma forma, sua jornada diária conseguia ser controlada pelo empregador. Entretanto, os documentos acostados aos autos não permitem vislumbrar o preestabelecimento de roteiros ou itinerários, com previsão de saída e de chegada. Nem mesmo os relatórios de viagem se prestam a tal fim, posto que não possibilitam o controle efetivo de suas idas e vindas. Há enquadramento obrigatório na exceção prevista no art. 62, inciso I, da CLT, e indevidas horas extras. Proc. 37005/00 - Ac. 5ª Turma 5554/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

HORAS EXTRAS. ESCALA DE REVEZAMENTO. AUSÊNCIA DE ACORDO COLETIVO. Despicienda a discussão acerca da legitimidade da pactuação havida, pois o sistema de escala instituído pela empresa, com anuência expressa de seus empregados, trouxe inegáveis benesses aos obreiros, que puderam usufruir de folgas extras. Veja-se que as escalas de revezamento instituídas, cujo estrito cumprimento foi reconhecido pelo autor,

proporcionava 11, 10 e 13 dias de folga para 19, 20 e 17 dias de trabalho, respectivamente, que redundavam em 142h30, 150h00 e 127h30 de trabalho por mês. Nestes termos, a par de restarem descaracterizados os turnos ininterruptos de revezamento, pelas inúmeras folgas proporcionadas, não seria justo penalizar a empresa pela instituição de um sistema que proporcionou vantagens recíprocas. Assim, consideram-se indevidas as horas extras decorrentes da jornada de seis horas estabelecida pelo inciso XIV do art. 7º da CF/88. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. FALTA DE RATIFICAÇÃO SINDICAL. IRRELEVÂNCIA. Não obstante a falta de ratificação sindical, a anuência dos reclamantes com a redução dos intervalos não encontra qualquer óbice legal, sobretudo porque as saídas antecipadas os beneficiam. Proc. 37203/00 - Ac. 5ª Turma 6738/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 77

HORAS EXTRAS. EXIGÊNCIA DE PROVA CONCRETA. A oneração do empregador com o adimplemento do labor extraordinário requer a existência, nos autos, de prova concreta do trabalho alegadamente prestado em sobrejornada. Se ausente esta, impossível acolher-se o pedido de horas extras. O labor extraordinário requer prova robusta e cabal de sua ocorrência, a fim de que se possa impor ao empregador o respectivo ônus salarial. Proc. 14811/00 - Ac. 1ª Turma 6662/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 74

HORAS EXTRAS. EXTRAPOLAÇÃO DA JORNADA CONSTITUCIONAL. A CF definiu em seu art. 7º, inciso XIII, a jornada normal de trabalho, caracterizando como extras as horas que ultrapassarem a oitava diária ou a quadragésima quarta semanal. Proc. 4242/02 - Ac. 5ª Turma 20865/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 26/9/2002, p. 129

HORAS EXTRAS. FATOS EXCEPTIVOS. Opostos fatos exceptivos do Direito a horas extras, incumbe à parte, no prazo de direito, impugná-los, convincentemente, demonstrando ao julgador, pelo menos por amostragem, a existência de diferenças, sob pena de ver sua pretensão julgada improcedente. Não cabe ao juiz a responsabilidade de levantar eventuais diferenças, não demonstradas pela parte, sob pena de ferir o "due process of law", pela quebra da imparcialidade. "Dormientibus non succurrit ius". Proc. 3327/00 - Ac. 2ª Turma 2690/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 29/5/2002, p. 12

HORAS EXTRAS. FERIADOS. COMPENSAÇÃO. A pertinente constatação do MM. Juízo de origem impede o pagamento dos dois feriados pleiteados, eis que argutamente apontou o gozo, naquele período, de seis folgas mensais. Proc. 39704/00 - Ac. 5ª Turma 27210/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

HORAS EXTRAS. FIXAÇÃO. As horas extras devem atingir medida convincente, não podendo ser copiosamente deferidas. Para sua fixação devem ser sopesadas todas as informações trazidas aos autos, de modo a não se galardoar o empregado se assim não fizer jus. Proc. 26947/99 - Ac. SE 10585/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA. Constatado através de minuciosa análise do conjunto fático probatório que as folhas individuais de presença não espelham a real jornada de trabalho, não há como prevalecer esse controle sobre a prova oral, sendo devidas as horas extras apuradas. HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. REFLEXOS EM DESCANSO SEMANAL REMUNERADO. Havendo estipulação em norma coletiva para que as horas extras repercutam no descanso semanal remunerado, não há que se falar na incidência do Enunciado n. 113 do C. TST. HORAS EXTRAS. REFLEXOS EM LICENÇA-PRÊMIO. RECURSO DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. BANCO DO BRASIL. PREVI E CASSI. HORAS EXTRAS. DESCONTOS. A pretensão de descontos sobre as horas extras deferidas a título de PREVI encontra óbice no entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 18 da SDI-I do C. TST. Ademais, não logrou o reclamado demonstrar o cabimento desses descontos em favor da CASSI, entidade que, aliás, nem figura na demanda. Recurso ordinário do reclamado a que se nega provimento, mantendo-se a sentença. Proc. 32125/99 - Ac. SE 10948/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA. Indicando a prova oral que as anotações contidas em folhas individuais de presença (FIP) não espelham a real jornada de trabalho, defere-se as horas extras resultantes do conjunto probatório. Orientação Jurisprudencial n. 234 da SDI-1 do C. TST. Proc. 30472/99 - Ac. SE 26747/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

HORAS EXTRAS. FOLHAS INDIVIDUAIS DE PRESENÇA. INVALIDAÇÃO. A prova testemunhal é suficiente para invalidar folhas individuais de presença e comprovar a realização de trabalho em horário extraordinário sem a devida contraprestação, com relevo para o fato de que, na presente hipótese, o depoimento de todas as testemunhas comprovam a falta de veracidade das anotações de ponto, que se limitam ao horário contratual, consignado de forma britânica. Proc. 14809/00 - Ac. 1ª Turma 15408/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/4/2002, p. 43

HORAS EXTRAS. GANHO POR PRODUÇÃO. REMUNERAÇÃO. O ganho por produção prejudica a paga das horas extras, uma vez que tais horas já se encontram efetivamente remuneradas, de forma singela. Em tais casos, portanto, apenas é devido o adicional extraordinário, previsto no inciso XVI, do art. 7º, da CF. Nesse sentido, o entendimento cristalizado na Súmula n. 15, deste Regional. Proc. 13966/00 - Ac. 1ª Turma 8675/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

HORAS EXTRAS. GERENTE DE NEGÓCIOS. TRABALHADOR EXTERNO. IMPOSSIBILIDADE. Sendo notória a prestação de serviços externos pelo autor, e demonstrando as provas dos autos que a reclamada não exercia controle sobre a jornada por este prestada, torna-se de conclusão obrigatória que o reclamante se enquadra na exceção prevista no art. 62, I, da CLT, sendo indevido, portanto, o pagamento de suplementares. Proc. 36941/00 - Ac. 5ª Turma 10096/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 32

HORAS EXTRAS. GERENTE. CARGO DE CONFIANÇA. Empregado que detém poder de mando, não estando adstrito aos preceitos relativos à duração do trabalho, e com posição salarial superior ao dos demais empregados, exerce cargo de confiança, incluindo-se na exceção prevista no inciso II do art. 62 da CLT. Proc. 28054/99 - Ac. SE 15093/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

HORAS EXTRAS. HABITUAIS. RSR. INTEGRAÇÃO. Horas extras habituais integram a remuneração dos repousos semanais e feriados. Proc. 13588/00 - Ac. 1ª Turma 8667/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. INDEVIDAS. Havendo acordo de compensação válido, e cumprido pelas partes, não há que se cogitar de horas extraordinárias. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA. Os poucos minutos que antecedem ou sucedem a marcação de ponto não são, em princípio, contados como extras, devido à impossibilidade do registro simultâneo dos cartões (cf. Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDI do C. TST). Proc. 9169/00 - Ac. SE 10751/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

HORAS EXTRAS. INDEVIDAS. O Acordo Coletivo devidamente formalizado, constitui ato jurídico perfeito, cuja eficácia é reconhecida constitucionalmente (art. 7º, inciso XXVI, da CF), não podendo uma das partes, de livre arbítrio, descumprir o ato negocial. Tal preceito constitucional atende ao moderno princípio da flexibilização de direitos, com o intuito de afastar gradativamente o Estado das relações de trabalho. Proc. 27346/99 - Ac. SE 28159/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

HORAS EXTRAS. INTERVALO. Estipulado em norma coletiva limite máximo para o intervalo intrajornada, defere-se como extra o período excedente, mesmo porque demonstrado que a jornada de trabalho também era ultrapassada. Enunciado n. 118 do C. TST. JORNADA DE TRABALHO. ANOTAÇÃO. Comprovado que a jornada de trabalho iniciava quinze minutos antes do horário anotado nos cartões de ponto, tal período deve ser remunerado como horas extras. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. NÃO CONCESSÃO. Admitida a não concessão de descanso semanal, correta a condenação no pagamento em dobro. RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Proc. 26420/99 - Ac. SE 22236/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 170

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ACORDO INDIVIDUAL DE COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEVIDAS. O acordo individual para compensação de horas só pode ser admitido em face da duração semanal de trabalho efetivo, e não diante da ausência do interregno para repouso e alimentação. Tal ocorre porque o intervalo intrajornada se destina a minimizar os nocivos efeitos que a prolongada prestação ininterrupta de serviços pode acarretar à saúde do trabalhador, e nesse passo adquire o art. 71 do Consolidado nítida feição pública, cuja rigorosa observância se impõe. Ademais, o regime de

compensação estatuído pelo art. 59 da CLT se destina a preservar o equilíbrio da duração semanal do trabalho, e como é cediço, os intervalos para descanso não se computam nas jornadas laborativas - art. 71, § 2º, CLT - restando salvaguardados, portanto, de quaisquer expedientes compensatórios. Proc. 27017/02 - Ac. 2ª Turma 28024/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 17

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º DA CLT. A penalidade imposta pelo § 4º do art. 71 da CLT incide na insuficiência dos intervalos para refeição, sem a necessidade de ampliação da jornada. Proc. 6278/02 - Ac. 1ª Turma 22614/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 10/10/2002, p. 39

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º DA CLT. REFLEXOS NAS DEMAIS VERBAS. INDEVIDOS. O caráter do § 4º do art. 71 da CLT não é o de retribuição por serviço prestado, mas o de punição pelo desrespeito ao intervalo para refeição e descanso. Dessa forma, diante do seu caráter de multa, o dispositivo legal mencionado não autoriza o pagamento de reflexos nas demais verbas. Proc. 25535/02 - Ac. 1ª Turma 26192/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 12

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º, DA CLT. REFLEXOS NAS DEMAIS VERBAS. INDEVIDOS. O caráter do § 4º do art. 71 da CLT não é o de retribuição por serviço prestado, mas o de punição pelo desrespeito ao intervalo para refeição e descanso. Dessa forma, diante do seu caráter de multa, o dispositivo legal mencionado não autoriza o pagamento de reflexos nas demais verbas, relevando-se que o adicional a ser observado é o de 50%, como manda a lei, e não o convencional. Proc. 23745/02 - Ac. 1ª Turma 26092/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 9

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ÔNUS DA PROVA É DO AUTOR (ARTS. 818 DA CLT E 333, INCISO I, DO CPC). VIGIA. Sendo do autor o ônus de provar que se ativava no intervalo intrajornada, do mesmo não se desincumbiu favoravelmente. Sua primeira testemunha foi ouvida como informante, em função de amizade íntima com o autor. E a segunda, trabalhando de dia (o obreiro o fazia à noite), ressalvou que assim testemunhava, porque nenhum vigia das redondezas (não da reclamada!) usufruía de intervalo. Sendo que a primeira informante, trabalhando em prédio vizinho, esclareceu que, ela própria, usufruía desses interregnos. Excluo horas extras e reflexos. Proc. 34909/00 - Ac. 5ª Turma 1272/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO MEDIANTE NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. POSSIBILIDADE. INDEVIDAS. O acordo firmado com a chancela da entidade sindical reduzindo o período intervalar intrajornada é válido, afastando do trabalhador o direito à percepção de horas extras. Aplicação da Súmula n. 22 deste Egrégio Tribunal Regional. Proc. 1365/01 - Ac. 2ª Turma 26972/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 98

HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. VENDEDORA COMISSIONISTA. IMPROCEDÊNCIA. Tratando-se de vendedora comissionista, não há se falar em percebimento do adicional de horas extras intrajornadas laboradas. Ressalte-se que o pagamento de comissão, a que título for, já traz implícito o auferimento de uma vantagem salarial que deverá ser perseguida pelo trabalhador, quando da venda do produto. Essa contratação anômala tem por escopo o incentivo à produtividade. O fato de o empregado comissionista permanecer maior tempo à disposição do empregador, efetuando suas vendas, reverte também em seu benefício, na medida em que seu ganho é auferido não pela quantidade de tempo, mas sim pela qualidade de dispor desse tempo, vendendo o produto de seu empregador. Com efeito, restando comprovado que a reclamada concedia uma hora de intervalo de descanso para seus funcionários, ficando a critério de cada um usufruí-lo da forma mais conveniente e que o não gozo integral partia da vontade do trabalhador que queria ganhar mais no final do expediente, não há se falar em horas extras intrajornadas. Proc. 39353/00 - Ac. 5ª Turma 22933/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

HORAS EXTRAS. INTERVALO PARA REFEIÇÃO SUPRIMIDO. CABIMENTO. A par da indenização prevista no § 4º, do art. 71, da CLT, assiste ao empregado o direito às horas extras laboradas além da jornada normal de trabalho, em decorrência da prestação de serviços no período, suprimido, do intervalo para refeição. Proc. 13842/00 - Ac. 1ª Turma 8672/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

HORAS EXTRAS. INTERVALOS INTERJORNADAS. IMPROCEDÊNCIA. ART. 66 DA CLT. INAPLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 110 DO TST. A eventual transgressão do intervalo mínimo interjornadas (11 horas) previsto no art. 66 da CLT, consiste em mera infração administrativa, visto que o

repouso suprimido constitui aspecto passivo da jornada, descabendo, portanto, horas extras. Proc. 35408/00 - Ac. 5ª Turma 6914/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 4

HORAS EXTRAS. INTERVALOS INTRAJORNADAS E FERIADOS - Além das diversas incoerências apontadas pela origem (na inicial o autor informa uma coisa, em depoimento pessoal outra), as testemunhas inquiridas não confirmaram quaisquer de suas informações. A nulidade dos acordos de compensação não foi aventada na inicial, motivo pelo qual se considera leviana e impertinente, nesta fase processual, mencionada alegação. Por outro lado, a fidelidade dos apontamentos contidos nos espelhos de ponto foi suficientemente demonstrada em audiência, o que afasta, de plano, o grotesco demonstrativo de diferenças apontadas. Não bastasse, o confronto dos cartões de ponto com os recibos, desnuda a correta apuração e o escorreito pagamento da sobrejornada eventualmente cumprida (inclusive no que pertine aos feriados) e das horas trabalhadas durante os intervalos. MULTA DO § 8º, DO ART. 477 DA CLT. A imposição da penalidade se justifica apenas quando há atraso no pagamento das verbas rescisórias e não de diferenças resultantes de reflexos de verbas deferidas judicialmente. Proc. 38434/00 - Ac. 5ª Turma 11553/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

HORAS EXTRAS. INTRAJORNADA. MINUTOS ANTES E APÓS O INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO. IMPROCEDÊNCIA. ART. 58, § 1º, DA CLT. A Orientação Jurisprudencial n. 23, convertida no § 1º, do art. 58 da CLT, que não considera como extra os minutinhos anotados após e antes da jornada de trabalho, aplica-se também às entradas e saídas dos intervalos para refeição e descanso, eis que se torna impossível anotar, mecanicamente, um horário rígido para sair ou voltar ao expediente, na hora do almoço. Proc. 38841/00 - Ac. 5ª Turma 22532/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

HORAS EXTRAS. INTRAJORNADAS. INTERVALOS NÃO REGISTRADOS NOS CARTÕES DE PONTO. PRESUNÇÃO RELATIVA. ELISÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. A ausência de registro nos cartões de ponto do intervalo intrajornada não leva à presunção absoluta de não gozo do intervalo de descanso, ainda mais quando a alegação autoral restou elidida pelo teor da prova testemunhal que comprovou a concessão intervalar. Proc. 1863/00 - Ac. 5ª Turma 29452/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

HORAS EXTRAS. INTRAJORNADAS. ÔNUS DA PROVA. Deixando o autor de provar o não gozo regular do intervalo de uma hora para refeição e descanso, indefere-se o pedido de horas extras, nos termos do art. 818 da CLT. Proc. 36994/01 - Ac. 5ª Turma 1545/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

HORAS EXTRAS. JORNADA 12X36. A CF, em seu art. 7º, inciso XIII, estabelece a jornada normal de trabalho de 8 horas diárias, facultando a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva. No caso dos autos, não existe acordo ou convenção coletiva estabelecendo a jornada praticada pelo reclamante. E, mesmo que haja acordo individual estabelecendo a compensação, este não merece acatamento, pois fere o disposto no art. 7º, inciso XIII, da CF. Proc. 31963/99 - Ac. SE 17703/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. JORNADA 12 X 36. IMPROCEDÊNCIA. Alternativa e sucessivamente, o trabalhador que se engaja nesse sistema, se na primeira semana ultrapassa em 4 horas a jornada normal semanal de 44 horas (dias úteis: segunda-feira, quarta-feira, sexta-feira e domingo, perfazendo um total de 48 horas semanais), na 2ª semana essa jornada semanal é reduzida em 8 horas (dias úteis: terça-feira, quinta-feira e sábado, perfazendo 36 horas semanais), compensando, com vantagem de 4 horas para o obreiro, a jornada normal semanal de 44 horas, desenvolvida por aqueles que se ativam em 8 horas por dia, não havendo se falar em horas extras nessa jornada, além do fato de ter sido o autor considerado confesso quanto à matéria de fato e de ter sido reconhecida a veracidade dos cartões de ponto colacionados. Proc. 37037/00 - Ac. 5ª Turma 3776/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 51

HORAS EXTRAS. JORNADA ABSURDA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO ROBUSTA. A alegação de que o obreiro era submetido a jornada absurda (das 6h00 às 21h00, com uma hora de intervalo e sem descanso semanal) demanda prova inconcussa e inabalável. Proc. 38682/00 - Ac. 5ª Turma 19992/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 105

HORAS EXTRAS. JORNADA DIÁRIA DE OITO HORAS. AUSENCIA DE ACORDO PARA COMPENSAÇÃO DE HORAS VÁLIDO. A ausência de acordo para compensação horas válido acarreta a obrigatoriedade do pagamento das horas que ultrapassem a oitava diária como extras, independentemente de respeitadas as quarenta e quatro horas semanais. Inteligência do inciso XIII do art. 7º da CF. Proc. 34891/01 - Ac. 5ª Turma 9786/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 25

HORAS EXTRAS. MARCAÇÃO DE PONTO. É devido como extra o período superior a cinco minutos utilizado para marcação do cartão de ponto. Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDI-1 do C. TST. MULTA. ART. 477 DA CLT. Sendo incontroverso o pagamento das verbas rescisórias fora do prazo legal e não comprovada transação homologada perante o sindicato profissional quanto à multa do art. 477 da CLT, tem-se por devido esse título. ABONO. POR APOSENTADORIA. Tratando-se de benefício previsto em norma coletiva e que visa beneficiar empregado com direito à aposentadoria, não há como concede-lo àquele que não comprovar tal condição. AVISO PRÉVIO. ESPECIAL. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. Preenchidos os requisitos previstos em norma coletiva para a concessão do benefício e não provando o empregador fato impeditivo, modificativo ou extintivo de tal direito, mantém-se a condenação nessa verba. Proc. 32192/99 - Ac. SE 28164/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

HORAS EXTRAS. MARCAÇÃO IRREGULAR DO PONTO. Considerando-se que a marcação dos horários de trabalho é de responsabilidade e interesse do empregado, incoerente a condenação da empregadora ao pagamento de suplementares para os dias em que o obreiro não consignava corretamente seus cartões, devendo prevalecer, em tais hipóteses, os horários contratuais. Condenação que se restringe. Proc. 33787/00 - Ac. 5ª Turma 1265/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

HORAS EXTRAS. MÉDICO. JORNADA SUPERIOR A QUATRO HORAS. LEI N. 3.999/61. INDEVIDAS. A Lei n. 3.999/61 não confere ao profissional médico direito à jornada reduzida, não havendo, portanto, que se falar em horas extraordinárias a partir da quarta diária. Aplicação da Orientação Jurisprudencial SDI-1 n. 53, TST. Proc. 11032/02 - Ac. 2ª Turma 27629/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 23

HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA. Os minutos que antecedem e sucedem à jornada de trabalho, superiores a cinco por registro de cartão-ponto, configuram-se como tempo à disposição do empregador, devendo ser remunerados como extraordinários e, desde que ultrapassado o limite máximo de dez minutos diários, todo o período excedente da jornada será considerado para efeito dessa remuneração. Releve-se que, recentemente, esse entendimento foi transformado em lei (§ 1º do art. 58 da CLT, acrescentado por força da Lei n. 10.243/01). Proc. 25567/99 - Ac. SE 14569/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DA JORNADA MUITO ALÉM DO LIMITE ESTABELECIDO NA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL N. 23, DA SDI-I, DO C. TST. CARTÕES-DE-PONTO QUE DEMONSTRAM O FATO REITERADAMENTE. CARACTERIZAÇÃO. Devem ser considerados como horas extras os minutos que antecedem/sucedem o início da jornada pactuada, uma vez provada através dos cartões de ponto, a reiteração da extrapolação do limite previsto na OJ n. 23, da SDI-I do C. TST. Proc. 11538/02 - Ac. 2ª Turma 27654/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 24

HORAS EXTRAS. MOTORISTA. TRABALHO EXTERNO. Apontando a prova para uma efetiva fixação da jornada de trabalho em decorrência do estabelecimento de roteiro de entregas que permitia localizar o motorista a qualquer momento do percurso e, com isso, verificar a efetividade do trabalho, com o controle dos horários de entrada e saída, e ficando demonstrada a sobrejornada habitual, são devidas horas extras com reflexos. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto à determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Proc. 30931/99 - Ac. SE 26751/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

HORAS EXTRAS. MOTORISTA CARRETEIRO. TRABALHO EXTERNO. A execução de serviço externo pelos motoristas carreteiros, aliada à incompatibilidade de fixação ou sujeição do empregado a horário, impõe a aplicação do art. 62, inciso I, da CLT. A juntada de tacógrafos, por sua vez, não comprova a existência de controle, eis que estes objetivam apenas o controle da velocidade empregada na condução do veículo, para cumprimento estrito da legislação de trânsito. Nem mesmo os relatórios de viagem podem ser concebidos como prova irrefutável de que a empregadora exercia o controle da jornada, posto que a aferição da quilometragem destinava-se exclusivamente ao cálculo das despesas a serem ressarcidas, sobretudo porque o reembolso indenizatório destas estava vinculado a critérios condicionantes de sua exigibilidade, que não

podiam ser apurados sem a existência de determinadas informações. É, portanto, de conclusão obrigatória que o reclamante se enquadra na exceção prevista no art. 62, I, da Lei Consolidada, pelo que descabe qualquer hora extra. Proc. 10494/00 - Ac. 5ª Turma 25574/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 56

HORAS EXTRAS. MOTORISTA DE TRANSPORTE COLETIVO. O tempo em que o motorista de transporte coletivo permanece em alojamentos não se caracteriza como tempo à disposição, pois é inerente à sua atividade profissional, já que se presume que haja um descanso para aguardar o horário de retorno. Proc. 10477/00 - Ac. SE 14220/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

HORAS EXTRAS. MOTORISTAS. VIAGENS DE TURISMO. O tempo em que o motorista de ônibus de turismo permanece no veículo, sem dirigi-lo, não pode ser tido como de serviço, pois o descanso, por questões óbvias, deve ocorrer no interior do próprio ônibus. Trata-se de circunstância que decorre das peculiaridades do trabalho, e não, da imposição do empregador. Proc. 15336/00 - Ac. 1ª Turma 4138/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Cabe ao empregado comprovar o exercício de trabalho extraordinário, não se permitindo acolher a pretensão obreira com base em presunções decorrentes de depoimentos pessoais. Proc. 39961/00 - Ac. SE 9466/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, cabe ao autor demonstrar o labor extraordinário (CLT, arts. 787, 818 e 845 c/c CPC, art. 333, I). "In casu", entendo, como asseverado na r. sentença, que a primeira e a segunda testemunhas trazidas a juízo pelo autor ofereceram elementos mais seguros de convicção do que a primeira pela ré, sobre as atividades desempenhadas pelo obreiro, demonstrando, assim, o exercício da função de roteirista de intervalos comerciais. Destarte, o reclamante faz jus às extras pleiteadas, já que sua jornada normal de trabalho era especial (6 horas - art. 20, II, Decreto n. 84.134/79, que regulamentou a Lei n. 6.615/78). Proc. 27908/99 - Ac. SE 1359/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, cabe ao autor demonstrar o labor extraordinário. No caso dos autos, não comprovada a jornada de trabalho declinada na preambular, ficaram reconhecidos como corretos os horários de trabalho lançados nos cartões de ponto carreados aos autos com a defesa. Entretanto, laborando o autor das 8:00 às 18:00 horas, com 1:00 hora de intervalo para alimentação, de segunda a sexta-feira, resta patente a existência de 1:00 hora extra por semana, já que a sua jornada semanal era de 45 horas. Proc. 28272/99 - Ac. SE 10598/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. Por ser fato constitutivo do seu direito, cabe ao reclamante a prova do trabalho extraordinário alegado. Proc. 24671/99 - Ac. SE 22228/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 170

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. ART. 818 DA CLT. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer, cabendo ao autor provar o fato constitutivo do direito pleiteado. Assim, não havendo o reclamante comprovado o quanto alegado e tendo a reclamada refutado a pretensão obreira, não há como amparar o pedido formulado, por falta de provas. Proc. 38822/00 - Ac. 5ª Turma 27197/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. ART. 818 DA CLT. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. ABATE DE BOVINOS. A prova das alegações incumbe à parte que as fizer, cabendo ao autor provar o fato constitutivo de seu direito. Assim, configurado que, regularmente, as oito horas diárias de trabalho pactuadas não eram atingidas e que, nos dias em que se extrapolava esse limite, havia pagamento de horas extras ou sua compensação com folga, improcede o pedido de horas extras. Proc. 39583/00 - Ac. 5ª Turma 7019/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. ART. 818. Se a reclamada refuta as alegações obreiras e ainda prova o fato extintivo do direito pleiteado (juntando cartões de ponto e contracheques nos quais constam várias horas extras pagas), não há como amparar o pedido de horas extras por ter deixado o empregado de provar os fatos constitutivos de sua pretensão, nos termos do art. 818 da CLT. É que sua testemunha trabalhava em filial diferente da do reclamante, depondo apenas por ouvir dizer, com informações diametralmente opostas à testemunha da reclamada. Proc. 39359/00 - Ac. 5ª Turma 7018/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO AO DIREITO DO AUTOR. Cabe ao réu comprovar a existência do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, de acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista. No caso dos autos, o recorrente não conseguiu desconstituir, sequer por amostragem, o direito da reclamante ao recebimento de horas extras prestadas. Os cartões de ponto que trouxe aos autos trazem invariabilidade de horários, o que os torna frágeis como prova. Proc. 31759/99 - Ac. SE 17704/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. ÔNUS DA PROVA É DE QUEM ALEGA. ART. 818 DA CLT. Apesar de todas as alegações expendidas pelo autor, as mesmas não vieram corroboradas pelas provas correspondentes; Por sua vez, a reclamada provou os fatos extintivos do direito pleiteado, havendo que se manter íntegro o r. julgado recorrido, eis que não se desincumbiu o obreiro de seu ônus, a rigor do art. 818 da CLT. Proc. 39801/00 - Ac. 5ª Turma 7027/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. ÔNUS PROBATÓRIO. Cabe ao trabalhador reclamante, na fase instrutória do feito, e observando os limites da lide, apontar, objetiva e matematicamente, as diferenças de horas extras, existentes a seu favor - CLT, art. 818. Proc. 14937/00 - Ac. 1ª Turma 8685/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

HORAS EXTRAS. ÔNUS PROBATÓRIO. O trabalho extraordinário, apurado com base nas anotações feitas nos cartões de ponto, impõe ao empregador o ônus probatório de sua regular quitação - CLT, art. 818, e CPC, art. 333, inciso II. Proc. 14796/00 - Ac. 1ª Turma 4131/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

HORAS EXTRAS. ÔNUS PROBATÓRIO. INVERSÃO. É do trabalhador o ônus probatório da prestação de jornada extraordinária - art. 818 da CLT. A inversão do ônus probatório somente se justifica quando o empregador intimado para juntar os controles de horários omite-se Enunciado n. 338 do C. TST. Proc. 26491/02 - Ac. 1ª Turma 31203/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 10/1/2003, p. 61

HORAS EXTRAS. ÔNUS PROBATÓRIO. SERVIÇOS EXTERNOS. O labor extraordinário exige prova concreta de sua ocorrência - ônus processual do trabalhador (arts. 818 da CLT e 333 inciso I, do CPC) -, mormente quando se trata de serviços externos. Proc. 14558/00 - Ac. 1ª Turma 3175/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

HORAS EXTRAS. PAGAMENTO POR PRODUÇÃO. O pagamento de salários "por produção" não afasta o direito do trabalhador de receber pelas horas extras laboradas se este permaneceu à disposição do empregador por jornada superior ao permitido por lei. Isto porque a proteção Constitucional não se refere à modalidade de remuneração, e sim ao tempo gasto na prestação de serviço. Proc. 2304/02 - Ac. 5ª Turma 13719/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/8/2002, p. 87

HORAS EXTRAS. PAGAMENTO. ÔNUS PROBATÓRIO. A prestação da tutela jurisdicional não se dá no vazio, de forma subjetiva. Reclamada que, na fase instrutória do feito, não apresenta os elementos de prova dos fatos que alega (no caso, quitação das horas extras efetivamente laboradas), mas até junta à defesa documentos que corroboram a assertiva de existência de diferenças a favor do Reclamante, e que, em sede recursal, ainda se limita a simples manifestações de inconformismo, sem nenhum lastro na prova dos autos, não se desincumbe do ônus probatório, que lhe competia, a teor do art. 818 da CLT. Proc. 13332/00 - Ac. 1ª Turma 8658/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. PAGAMENTOS COMPROVADAMENTE PAGOS A TÍTULO DE HORAS EXTRAS. REMUNERAÇÃO À FORFAIT. NÃO DEDUÇÃO NO DECRETO CONDENATÓRIO. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. Horas excedentes constantes dos contracheques, devem ser abatidas da condenação com fundamento em sobrejornada, mesmo que pagas à "forfait", ou seja, mediante fixação prévia de parcela mensal, "in casu" para quitação de número certo de horas, em trabalho extraordinário. Pagamento comprovado não deve ser repetido pelo devedor, pois significaria enriquecimento sem causa, que é fonte especial de obrigação, princípio esse não regulado destacadamente na lei, embora seja medular em vários dispositivos do CC. É objeto, inclusive, de ação própria ("actio in rem" verso), nas hipóteses em que não houver outra adequada e desde que ocorram os seguintes pressupostos: 1º) enriquecimento ou locupletamento de alguém, 2º) à custa de outrem, 3º) sem causa legítima e 4º) o nexo entre o enriquecimento e o atingimento do direito alheio (Arnoldo Wald). Proc. 39193/01 - Ac. 4ª Turma 20343/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 26/9/2002, p. 114

HORAS EXTRAS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA JORNADA ALEGADA NA INICIAL. ELISÃO. Ainda que a empresa deixe de comparecer à audiência em que seriam colhidos os depoimentos das partes, a presunção de veracidade da jornada de trabalho alegada na inicial pode ser elidida por prova em contrário. Assim, havendo documentos hábeis a comprovar a regular concessão de intervalos (30 minutos, segundo cláusula de Convenção Coletiva do Trabalho), nenhuma penalidade há de ser aplicada à demandada. HORAS EXTRAS COM ADICIONAL NOTURNO. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. REGIME DE REVEZAMENTO 12X36. NÃO OCORRÊNCIA. Por outro lado, se a Convenção Coletiva de Trabalho autoriza o labor em regime de revezamento 12X36, não se aplicam os termos do art. 71, da CLT, sobretudo a penalidade imposta por seu § 4º: ante a pactuação havida, presume-se que a jornada ajustada entre as partes atenda aos interesses e necessidades comuns, considerando-se impertinente qualquer questionamento posterior. Proc. 36729/00 - Ac. 5ª Turma 6694/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 75

HORAS EXTRAS. PROVA. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não há prova suficiente nos autos a amparar o direito da recorrente. A prova oral produzida não foi capaz de infirmar a confiabilidade dos documentos juntados aos autos. Das testemunhas trazidas pela reclamante, somente uma soube precisar sua jornada de trabalho, porém entrou em contradição com as demais. Por outro lado, a prova testemunhal produzida pela reclamada corrobora os termos da defesa e documentos juntados, no sentido de que a reclamante não trabalhava em sobrejornada. Proc. 10544/00 - Ac. SE 28171/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

HORAS EXTRAS. PROVA. É do trabalhador o ônus da prova objetiva do trabalho extraordinário sem a devida paga, não podendo o direito em questão ser acolhido por presunções ou deduções - art. 818 da CLT. Proc. 14709/00 - Ac. 1ª Turma 13332/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 55

HORAS EXTRAS. PROVA. Impõe-se o deferimento das horas suplementares quando o próprio sócio da Ré confirma as alegações do Autor. Proc. 33704/01 - Ac. 1ª Turma 8768/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 9

HORAS EXTRAS. PROVA. O empregador deve ofertar, em juízo, cartões de ponto relativos a todo o período laborado pelo empregado, não se justificando a fixação dos horários, por presunção, para os meses em que não existe cartão, mormente quando o trabalhador apresenta prova oral, corroborando os horários fixados no libelo inicial. Proc. 15580/00 - Ac. 1ª Turma 8123/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

HORAS EXTRAS. PROVA. CARTÕES DE PONTO. Os cartões de ponto somente constituem prova essencial da jornada de trabalho, quando as anotações que deles constam são reconhecidas como corretas pelo trabalhador. Proc. 14632/00 - Ac. 1ª Turma 6660/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 74

HORAS EXTRAS. PROVA. CARTÕES DE PONTO. INVALIDADE. Cartões de ponto, que não retratam a efetiva e real jornada de trabalho, não merecem valia, devendo prevalecer a prova oral, que melhor retrata a realidade fática. Proc. 13449/00 - Ac. 1ª Turma 4168/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 65

HORAS EXTRAS. PROVA. CARTÃO DE PONTO. MARCAÇÃO ELETRÔNICA. VALIDADE. A marcação eletrônica da jornada diária de trabalho exige prova robusta de sua invalidade para justificar o deferimento de horas extras. Proc. 13528/00 - Ac. 1ª Turma 3013/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

HORAS EXTRAS. PROVA. VALORAÇÃO. DEFERIMENTO ALÉM DAQUELAS RELATADAS PELAS TESTEMUNHAS. POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 233 DO C. TST. É possível o deferimento de horas extras além dos limites traçados pela prova oral, se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e a coerência da tese do autor. Faz-se incidir na espécie a Orientação Jurisprudencial n. 233 do C. TST. Inteligência dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Proc. 28264/02 - Ac. 2ª Turma 30001/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 15

HORAS EXTRAS. PROVA ORAL. INVALIDADE. Testemunha que não labora na empresa e tem o seu depoimento contrariado pelos demais elementos de prova dos autos não se presta a comprovar a jornada extraordinária alegada na inicial. Proc. 15457/00 - Ac. 1ª Turma 8293/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. PROVA ORAL. JORNADA ABSURDA. Não se pode impor condenação ao pagamento de horas suplementares, quando a parte a quem compete a comprovação dos fatos traz aos autos testemunha

única, cuja credibilidade restou abalada pelo relato de jornada absurda. Assim, invalidado tal elemento de prova e desconsiderados os cartões de ponto acostados e o depoimento da segunda testemunha patronal, correta a decisão de origem, que, delimitando a jornada em função das informações prestadas pela primeira testemunha da empregadora e considerando a existência de acordo de compensação dos sábados, deferiu o pedido com as devidas restrições. Proc. 33793/00 - Ac. 5ª Turma 1266/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

HORAS EXTRAS. REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. Prescreve o art. 7º, inciso XIII, da CF: "duração do trabalho normal não superior a 08 horas diárias e 44 horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho". "In casu", o instrumento de fls. 45/6 (acordo coletivo de trabalho) é hábil a permitir a redução do intervalo de refeição e descanso, nada sendo devido ao reclamante a esse título. Proc. 11017/00 - Ac. SE 14232/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

HORAS EXTRAS. REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. ACORDO COLETIVO. VALIDADE. Considerando-se que a redução do intervalo intrajornada foi efetuada de comum acordo entre os sindicatos representativos das categorias, além de a reclamada ter obtido autorização do Ministério do Trabalho para a redução, há que se considerá-lo plenamente válido, não se falando em horas extras intrajornadas pelo não gozo completo dos 60 minutos de descanso. Proc. 36934/01 - Ac. 5ª Turma 1974/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 34

HORAS EXTRAS. REFLEXOS. As horas extras refletem nos DSR´s. "In casu", após o exame nos recibos trazidos com a defesa não foram observados os reflexos das horas extras nos DSR´s. Assim, não poderá ser considerado o pleito do recorrente no sentido de ter reformada a r. sentença "a quo". Se a empresa recorrente não discriminou nos recibos juntados os reflexos das horas extras nos DSR´s, não há como afirmar que efetuou o pagamento dos mesmos. Proc. 27459/99 - Ac. SE 26821/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

HORAS EXTRAS. REGIME 12X36. INDEVIDAS. O Acordo Coletivo devidamente formalizado, constitui ato jurídico perfeito, cuja eficácia é reconhecida constitucionalmente (art. 7º, inciso XXVI, da CF), não podendo uma das partes, de livre arbítrio, descumprir o ato negocial. No caso em questão, os cartões de ponto revelam que a autora laborou em regime de escala de revezamento de 12x36, conforme estabelecido nas Convenções. As diferenças de horas extras apresentadas são indevidas, porque a reclamante não considerou o regime de revezamento acordado pelas partes. Proc. 11955/00 - Ac. SE 14291/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

HORAS EXTRAS. REMUNERAÇÃO POR PRODUÇÃO. INCIDÊNCIA TÃO-SOMENTE DO ADICIONAL. No trabalho remunerado por produção, as horas extras prestadas devem ser calculadas tomando como base, apenas o adicional, posto que as horas já foram devidamente remuneradas, pela forma de trabalho indicada. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 235 da SDI-1 do C. TST. Proc. 27668/02 - Ac. 2ª Turma 28939/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/11/2002, p. 16

HORAS EXTRAS. SALÁRIO MISTO. As comissões integram a remuneração do trabalhador para fins de cálculo de horas extras e reflexos quando há a percepção de um salário fixo além da parte variável. Assim, faz jus o obreiro ao pagamento das horas extras calculadas com base no valor dos salários somados com a média das comissões. Proc. 31303/99 - Ac. SE 14635/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 12

HORAS EXTRAS. SALÁRIO MISTO. CÁLCULO. Percebendo o trabalhador salário misto, ou seja, parte fixa mais comissões, o cálculo das horas extras sobre a parte variável será efetuado pela média mensal das comissões, sendo devido apenas o adicional correspondente e reflexos. Proc. 35043/01 - Ac. 5ª Turma 9655/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

HORAS EXTRAS. SERVIÇO EXTERNO. Nos termos do art. 62, inciso I, da CLT, o empregado que não tem controle de horário não faz jus ao recebimento de horas extras. No caso em tela, o próprio reclamante afirmou, em depoimento pessoal, que não tinha controle de horário, e que se ativava externamente, fato esse que foi confirmado por suas testemunhas. Assim, está inserido na previsão do art. 62, I, consolidado, não tendo direito a horas extras, por expressa exclusão legal. Proc. 10590/00 - Ac. SE 14598/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

HORAS EXTRAS. SERVIÇO EXTERNO. O art. 62, I, da CLT expressamente exige que se anote na CTPS do autor a condição especial ali referida. No caso em questão, uma vez exibida a CTPS do autor (Termo de Audiência de Instrução - fls. 454), constatou-se nela não haver menção ao art. 62, inciso I, da CLT, ou seja, caiu por terra a tese da recorrente, no sentido de que o autor não estava sujeito a controle de horário. Logo, faz jus o recorrido às extras pleiteadas. Proc. 28011/99 - Ac. SE 10596/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS EXTRAS. SERVIÇOS EXTERNOS. CABIMENTO. Se a empresa tem possibilidade de mensurar o tempo de serviço dedicado, efetivamente, a ela, com controle sobre a atividade externa do trabalhador, resta afastada a exceção prevista no inciso I, do art. 62, da CLT, justificando-se o deferimento do labor extraordinário, demonstrado pelos elementos de prova dos autos. Proc. 13889/00 - Ac. 1ª Turma 8119/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

HORAS EXTRAS. SISTEMA 6X2. LABOR EVENTUAL NOS DIAS DE FOLGA. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO. O fato de o obreiro eventualmente laborar nos dias destinados às folgas não invalida o sistema 6X2, mas simplesmente faz com que seja devido o pagamento de tais dias como horas extraordinárias. Proc. 33462/01 - Ac. 5ª Turma 1539/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

HORAS EXTRAS. SOPESAMENTO DA PROVA. CONTRADIÇÃO ENTRE TESTEMUNHOS E EM RELAÇÃO AOS DOCUMENTOS DOS AUTOS. Em face da flagrante contradição entre os testemunhos autorais e considerando-se as várias horas extras registradas nos contracheques, com adicional de 60 e 100% (domingos e feriados), excluo da condenação o pagamento de diferenças. Assim, não se desincumbiu o autor do ônus que lhe competia, a teor do disposto nos arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC, de demonstrar a existência de diferenças de suplementares. Proc. 34660/00 - Ac. 5ª Turma 11411/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 75

HORAS EXTRAS. SOPESAMENTO DAS PROVAS. Das provas produzidas pelo autor não é possível sequer concluir que jornada cumpria. Enquanto a primeira testemunha prestava serviços eventualmente, na condição de mecânico, a segunda laborou na empresa por exíguos dois meses, e a terceira demonstrou insegurança quanto aos horários, fatores suficientemente robustos para determinar a preponderância das informações trazidas pela testemunha patronal. Acresça-se que a jornada relatada pelo autor na inicial beira ao absurdo (sem intervalos ou folgas semanais!), o que, mais uma vez, demonstra o acerto da decisão combatida. Nem mesmo quanto à supressão dos intervalos merece prosperar a insurgência, haja vista que o único pedido formulado referia-se a horas extras, sendo certo que a penalidade prevista pelo § 4º, do art. 71, da CLT, tem natureza jurídica distinta. Fica mantido o r. julgado de origem. Proc. 38630/00 - Ac. 5ª Turma 11556/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO A supressão, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos um ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de um mês das horas suprimidas para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos doze meses, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão. Comprovada a supressão, é correto o entendimento exarado pela origem. Proc. 38796/00 - Ac. 5ª Turma 19933/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

HORAS EXTRAS. TEMPO DE ESPERA PELA CONDUÇÃO. O pedaço em que o obreiro fica aguardando o transporte para levá-lo de volta, após o término da jornada, máxime quando em local de difícil acesso e não havendo transporte público regular, há de ser reputado como tempo à disposição do empregador, pena de ao empregado ser transferido o risco da atividade econômica, mesmo porque tal se dá no interesse do empregador. A questão deve ser resolvida com sincera resposta à seguinte indagação: O empregado poderia, não querendo aguardar, ir embora, vencido o seu horário ou teria que, forçosamente, ficar aguardando a condução, como única alternativa? Concluindo-se que tinha que esperar, visceralmente ligada a essa conclusão está a de que, então, o tempo respectivo, há de ser tido como à disposição do dador de serviço. Proc. 25740/01 - Ac. 1ª Turma 21439/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 13/5/2002, p. 151

HORAS EXTRAS. TENDO SIDO CONCEDIDO AO AUTOR PRAZO. SENTENÇA OMISSA. NÃO INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PRECLUSÃO EM SEDE RECURSAL. Considerando-

se que o Juízo de origem foi omisso na análise do pedido de reflexos das horas extras no cálculo das verbas rescisórias, está preclusa a oportunidade de reanálise, por esta segunda instância, por ter deixado o recorrente de interpor, na primeira instância, os competentes embargos declaratórios para que o citado vício fosse sanado. Proc. 39478/00 - Ac. 5ª Turma 27204/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

HORAS EXTRAS. TRABALHADOR RURAL. INTERVALO INTRAJORNADA. INAPLICABILIDADE DO ART. 71 DA CLT. NÃO CABIMENTO. Segundo disposição contida no art. 7º, "b" do Consolidado, não se aplicam os preceitos celetistas aos trabalhadores rurais, sujeitos a regime jurídico próprio. Nesse diapasão, inaplicáveis ao rurícola as regras atinentes ao interregno intrajornada fixadas no art. 71 da CLT, devendo, na hipótese, se observar os usos e costumes da região. Inteligência do art. 5º da Lei 5.889/73. Proc. 9277/02 - Ac. 2ª Turma 1450/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 21

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. O reclamante era ajudante de distribuição em trabalho externo, entretanto, tinha o trabalho fiscalizado pelo supervisor, com roteiro de entrega, com início e término da jornada na empresa, desta forma, não estava incluído na exceção do art. 62, I da CLT. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. SALÁRIO MISTO. DIVISOR. O cálculo das horas extraordinárias para os trabalhadores remunerados com salário misto deve ser feito com a utilização do divisor 220 na parte fixa dos salários, e o salário hora será acrescido com o adicional de horas extras, e relativamente a parte variável (comissões) utiliza-se como divisor o total de horas trabalhadas no mês e remunera-se o trabalho extraordinário somente com o adicional. Proc. 13415/02 - Ac. 1ª Turma 29070/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/11/2002, p. 8

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. AJUDANTE DE DISTRIBUIÇÃO. CONTROLE DE JORNADA. Faz jus à percepção de horas extras o ajudante de distribuição que se ativa em trabalho externo sujeito a controle e fiscalização quanto à jornada. Proc. 10992/02 - Ac. 1ª Turma 27325/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 13

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. AUXILIAR DE MOTORISTA. CONTROLE DE JORNADA. Faz jus à percepção de horas extras o auxiliar de motorista que se ativa em trabalho externo sujeito a controle e fiscalização quanto à jornada. Proc. 32095/01 - Ac. 1ª Turma 24517/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 24

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. MOTORISTA. INEXISTÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE JORNADA, QUANTO AO INÍCIO E TÉRMINO DO HORÁRIO DE TRABALHO. INDEVIDAS. Comprovada a ausência de fiscalização de jornada de trabalho, em face das peculiaridades da atividade desenvolvida pelo trabalhador - v.g. motorista - não há que se falar em horas extras, haja vista a incompatibilidade do instituto em apreço com a realidade contratual deflagrada nos autos. Inteligência do art. 62, inciso I, da CLT. Proc. 11224/02 - Ac. 2ª Turma 2790/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. NÃO-CABIMENTO. O labor extraordinário, por ser exceção à regra, exige prova robusta e concreta de sua ocorrência, mormente quando prestado externamente, sem fiscalização direta, circunstância na qual não é possível mensurar a carga diária de trabalho, ou o tempo dedicado, efetivamente, ao empregador, e que afasta a pretensão a horas extras e consectários, em vista da exceção inserta no inciso I, do art. 62, da CLT. Proc. 13406/00 - Ac. 1ª Turma 8660/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. SITUAÇÃO NÃO EXCEPCIONADA PELO ART. 62, I, DA CLT. DEVIDAS. A prova testemunhal produzida pelo reclamante demonstrou que ele laborava tanto em serviço externo como em serviço interno, sendo que este abrangia a maior parte da jornada, além de passar pela empresa no início e no final do expediente, fatos não infirmados pela reclamada, que dispensou a oitiva de suas testemunhas. Inaplicável, pois, ao presente caso, o art. 62, I, da CLT, sendo devidas horas extraordinárias e seus reflexos. CATEGORIA PROFISSIONAL. NORMA COLETIVA. APLICAÇÃO. A categoria profissional liga-se à atividade econômica do empregador, aplicando-se a norma coletiva correlata. A utilização de outras normas somente é viável com a participação do empregador, por si ou por seu sindicato, na sua elaboração. Nesse sentido a 5ª Súmula da Jurisprudência Dominante deste Tribunal. Proc. 15372/00 - Ac. 1ª Turma 16779/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 4

HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. VENDEDOR. CONTROLE DE JORNADA. Faz jus à percepção de horas suplementares o vendedor que se ativa em trabalho externo sujeito a controle e fiscalização

quanto à jornada. Proc. 14398/02 - Ac. 1ª Turma 31433/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 68

HORAS EXTRAS. TRABALHO POR PRODUÇÃO. EXISTÊNCIA DE CONTROLE DE JORNADA. Não obstante entenda esta Relatora que o trabalho por produção não dá direito ao pagamento de horas extras, havendo reconhecimento patronal da existência de cartões de ponto e determinação judicial não cumprida para a juntada dos mesmos, inviável o alijamento dos termos do art. 359, do CPC, e do Enunciado n. 338, do C. TST, e, por conseqüência, da condenação relativa ao respectivo adicional. Sentença mantida. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECUSA INJUSTIFICADA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A recusa em apresentar documentos objeto de determinação judicial, não configura atuação temerária, trazendo, em si, conseqüências suficientemente nefastas para a parte infratora. A aplicação das penalidades decorrentes da litigância de má-fé, nestes termos, configura excesso de rigor. Proc. 32828/01 - Ac. 5ª Turma 22922/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

HORAS EXTRAS. TROCA DE ROUPA. INÍCIO E TÉRMINO DA JORNADA. Havendo excesso de jornada superior a cinco minutos antes e depois da duração normal do trabalho, sem registro no cartão de ponto, tal período deve ser remunerado como extraordinário, conforme entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDI-1 do C. TST. ADICIONAL. DE PERICULOSIDADE. Ainda que não permanente a exposição do trabalhador à área de risco, é devido integralmente o adicional de periculosidade. Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDI-1 do C. TST. Proc. 30098/99 - Ac. SE 14272/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. LABOR EM APENAS DOIS PERÍODOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A caracterização da hipótese prevista pelo inciso XIV, do art. 7º, da CF, requer o labor em diferentes turnos, que deverão compreender necessariamente as 24 horas do dia (o empregado, para fazer jus à jornada reduzida de 06 horas, deve trabalhar, dentro de um mesmo mês, em todos os turnos de revezamento, sem exceção de nenhum). ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORNECIMENTO, ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO USO DE EPI'S. NÃO INCIDÊNCIA. Incabível o adicional de insalubridade sempre que as condições insalubres forem afastadas pelo fornecimento, orientação e fiscalização do uso de EPI's. Improcedência que se mantém. ESTABILIDADE CONVENCIONAL. AUSÊNCIA DE REQUISITOS. NÃO CABIMENTO. Impossível a reintegração decorrente de estabilidade convencional se as condições cumulativas da cláusula normativa não se encontram completamente preenchidas. Se a norma coletiva prevê estabilidade ao empregado acidentado no trabalho ou portador de doença profissional, cuja ocorrência se dê em razão do contrato de trabalho, com redução da capacidade laboral, incapacidade de exercer a mesma função e condições de ser readaptado em outra função compatível à capacidade atual, exigindo que tais condições sejam atestadas pelo INSS, por certo não se aplica à hipótese em que há prova de que a moléstia já existia quando da contratação, e de que esta não foi atestada pelo órgão previdenciário. Proc. 39690/00 - Ac. 5ª Turma 22936/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. NÃO OCORRÊNCIA. Restando provado que o autor apenas raramente se ativou em turno ininterrupto de revezamento (em dois dias somente, sendo que aconteceu 1 em cada ano), são indevidas quaisquer horas extras, diurnas ou noturnas, bem como adicionais e reflexos. Proc. 34572/00 - Ac. 5ª Turma 11548/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 79

HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO, DE OITO HORAS. JORNADA ESTIPULADA POR ACORDO COLETIVO. VALIDADE. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE TURNO DE SAFRA. Não obstante a caracterização dos turnos ininterruptos de revezamento, o reclamante não estava amparado por jornada reduzida de 6 horas, visto que os acordos coletivos de trabalho jungidos aos autos, firmados entre a reclamada e o Sindicato de classe, estabeleceram oito horas de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento durante as safras e, em contrapartida, o pagamento do adicional de turno de safra, aplicando-se inteiramente ao caso dos autos a exceção estipulada na parte final do inciso XVI do art. 7º da CF/88 (jornada de 06 horas, salvo negociação coletiva). Destarte, correta a decisão originária, que permanece intacta. Proc. 39828/00 - Ac. 5ª Turma 27217/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 112

HORAS EXTRAS. VERBAS SALARIAIS - BASE DE CÁLCULO. Compõe a base de cálculo das horas extras todas as verbas de natureza salarial, independentemente de pedido expresso na peça exordial, eis que é este o entendimento que se extrai do disposto no art. 457 da CLT. Proc. 35986/01 - Ac. 5ª Turma 29646/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 186

HORAS “IN ITINERE”

HORAS “IN ITINERE”. Por se tratar de fato constitutivo de seu direito, caberia ao autor demonstrar, durante a fase cognitiva, o efetivo tempo despendido entre a viagem de ida e vinda ao serviço, e desse ônus não se desincumbiu, limitando-se a pleitear o pagamento do título em apreço (CLT, arts. 787, 818 e 845 c/c CPC, art. 333, I). Proc. 27649/99 - Ac. SE 10592/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

HORAS “IN ITINERE”. Tempo gasto no traslado do trabalhador, em transporte fornecido pelo empregador dentro de extensa propriedade rural. Devidas. Proc. 12064/00 - Ac. SE 14408/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 22/4/2002, p. 11

HORAS “IN ITINERE”. ADICIONAL. Não se aplica o adicional de horas extraordinárias às horas de percurso, pois tratam de hipóteses diversas: as primeiras remuneram o efetivo trabalho além da jornada normal; e as últimas se prestam ao pagamento de horas à disposição, não de trabalho efetivo. Tal adicional somente seria devido, se livremente pactuado em norma coletiva, o que não ocorre no presente caso. Proc. 23152/01 - Ac. 5ª Turma 11702/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 3

HORAS “IN ITINERE”. ADICIONAL DEVIDO. Considerando que as horas “in itinere” são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo (Orientação Jurisprudencial de n. 236 da SDI do C. TST). Proc. 30391/99 - Ac. SE 25900/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 67

HORAS “IN ITINERE”. AUSÊNCIA DE TRANSPORTE PÚBLICO REGULAR EM PARTE DO PERCURSO. Devidas, em parte, as horas “in itinere” vindicadas, porque a prova constante dos autos demonstra a existência de trecho sem asfalto e não servido por transporte público regular. Entendimento e aplicação do Enunciado n. 325 do TST. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. UMIDADE. DESCARACTERIZAÇÃO. O trabalho no campo, a céu aberto, não resulta em insalubridade por umidade, pois ocasionais chuvas não significam condições adversas, tampouco possibilitam trabalho na lavoura durante as intempéries, e não se confundem com locais alagados e encharcados referidos no Anexo 10 da NR-15. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. AGENTES QUÍMICOS. DESCARACTERIZAÇÃO. O serviço de despendoamento da planta de milho, durante a floração, não caracteriza trabalho sob condições insalubres (agentes químicos), porque a pulverização com defensivos agrícolas ocorre muito tempo antes, ou seja, antes da floração. HONORÁRIOS PERICIAIS. PROVA EMPRESTADA. Indevidos honorários periciais pela utilização de cópia reprográfica, como prova emprestada, de laudo pericial, eis que o perito já recebeu pelo trabalho original que passou a integrar processo de publicidade garantida pela legislação, o que, por si só, afasta qualquer paralelismo com o direito autoral. Proc. 6786/02 - Ac. 1ª Turma 14455/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/8/2002, p. 19

HORAS “IN ITINERE”. BASE DE CÁLCULO ESTIPULADA EM CONVENÇÃO COLETIVA. VALIDADE. ART. 7º, XXVI, DA CF. Além de encontrar respaldo no art. 7º, inciso XXVI, da CF, é correto o procedimento acordado em Convenção Coletiva de Trabalho, no sentido de que as horas de percurso sejam pagas com base no salário-normativo da categoria, e não sobre o salário-produção. Tal procedimento uniformiza esse pagamento, seja na época da entressafra (em que o pagamento é feito por diárias fixas, baseadas num salário-hora-normativo), seja na época da safra (em que o pagamento é variável, feito pela produção conseguida por empregado, em cada dia de trabalho), simplificando seu cálculo e assegurando ao obreiro uma remuneração mínima e sempre previsível, a esse título. Além do que, em transporte, o empregado nada produz, apenas espera o tempo passar; não é hora de trabalho, mas sim na qual se faz transportar. Não faz sentido pagá-la tendo em vista uma produção inexistente. Proc. 1488/01 - Ac. 5ª Turma 29455/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

HORAS “IN ITINERE”. CONDUÇÃO FORNECIDA PELA EMPRESA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Depois que a Lei n. 7.418/85 instituiu o vale-transporte, assegurando diversos benefícios ao empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento integral de seus trabalhadores, o Enunciado n. 90 do TST foi relegado à categoria de obsoleto, mesmo porque existe interesse recíproco, tanto por parte do empregador, quanto por parte do empregado, nessa condução gratuita - ou não - ao local de trabalho. Do empregador, porque assim poderá contar, efetivamente, com a presença do empregado no serviço; do empregado, porque assim se despreocupará em procurar uma condução pública sem baldeações até seu local de trabalho e em horário compatível, o que, sem dúvida, deve lhe trazer a tranqüilidade e certeza de que não faltará, nem chegará atrasado ao serviço. Assim, incabível o pagamento das horas de percurso.

A Lei n. 10.243/01, editada recentemente, em nada modifica o entendimento acima. Depois, falar-se em difícil acesso no Estado de São Paulo, é fechar os olhos para a excelência da quase totalidade de nossas rodovias. Proc. 35893/00 - Ac. 5ª Turma 11736/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 5

HORAS "IN ITINERE". FIXAÇÃO EM NORMA COLETIVA. PREVALÊNCIA. Se as entidades sindicais resolveram a questão das horas "in itinere" mediante negociação coletiva, que a Constituição prestigia como meio legítimo para a pacificação das relações trabalhistas, as regras estabelecidas devem ser encaradas como lei entre as partes - "lex privata" -, não alcançando procedência os pleitos que escapam aos limites estabelecidos nas cláusulas convencionais. Proc. 16945/01 - Ac. 2ª Turma 2915/02. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 28/1/2002, p. 22

HORAS "IN ITINERE". FIXAÇÃO EM NORMA COLETIVA. Tendo as partes ajustado tempo de percurso, deve ser mantido o avençado, em respeito ao reconhecimento constitucional - art. 7º, inciso XXVI -, de que gozam as normas coletivas, mormente quando o próprio reclamante confessa a existência de transporte público em parte do percurso. Proc. 13777/00 - Ac. 1ª Turma 3018/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 26

HORAS "IN ITINERE". FIXAÇÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE. Normas coletivas gozam de reconhecimento constitucional - art. 7º, inciso XXVI -, em razão do qual é dar-se prevalência ao ajuste coletivo da categoria, que fixa as condições de pagamento das horas "in itinere". Proc. 13429/00 - Ac. 1ª Turma 8664/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

HORAS "IN ITINERE". FIXAÇÃO EM PACTO COLETIVO. VALIDADE. Respeitando-se a auto-composição dos conflitos de trabalho, "ex vi" do art. 7º, XXVI, da CF, deve ser emprestada toda a eficácia às normas coletivas firmadas pelos representantes das categoria econômica e profissional. Deste modo, recebendo o reclamante uma hora sob a rubrica "Súmula n. 90", na forma estabelecida nos instrumentos normativos, nada mais é devido a tal título. TRABALHO POR PRODUÇÃO. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. DEVIDO. As normas de limitação da jornada de trabalho inserem-se na seara do Direito Tutelar do Trabalho, voltadas à proteção da higidez física e psíquica do trabalhador, não havendo exceção à sua aplicação por força da forma de pagamento eleita pelas partes contratantes na relação de emprego - art. 7º, XIII, CF/88. Proc. 32019/99 - Ac. SE 9410/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 7

HORAS "IN ITINERE". FIXAÇÃO EM PACTO COLETIVO. VALIDADE. Respeitando-se a auto-composição dos conflitos de trabalho, "ex vi" do art. 7º, XXVI, da CF, deve ser emprestada toda a eficácia às normas coletivas firmadas pelos representantes das categoria econômica e profissional. Deste modo, recebendo o reclamante uma hora sob a rubrica "Súmula 90", na forma estabelecida nos instrumentos normativos, nada mais é devido a tal título. Proc. 25324/99 - Ac. SE 10653/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 55

HORAS "IN ITINERE". INDEVIDAS. A pré-fixação de horas "in itinere", através de negociação coletiva, encontra o seu permissivo legal no inciso XXVI, do art. 7º, da CF, que garante o reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho. Na negociação coletiva, lícito é presumir que se a categoria profissional abriu mão do direito de postular em juízo horas "in itinere" além das pactuadas, é porque, certamente, a norma coletiva negociada restou mais benéfica em seu conjunto. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. No processo do trabalho somente são devidos os honorários de advogado quando preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 e Enunciado n. 219, cuja validade foi confirmada, após a promulgação da CF/88, pelo Enunciado n. 329 (Súmula n. 8 do TRT/15ª Região). Proc. 12168/00 - Ac. SE 20404/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 119

HORAS "IN ITINERE". LOCAL DE FÁCIL ACESSO E SERVIDO POR TRANSPORTE PÚBLICO. Incontroverso que o autor laborava em local de fácil acesso e servido por transporte público, sendo irrelevante a distância entre o local de trabalho e a residência do trabalhador. Assim sendo, são indevidas as horas in itinere postuladas, porque não configurados os pressupostos do ENUNCIADO N. 90 do TST. MULTA DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. PAGAMENTO NO PRAZO. HOMOLOGAÇÃO POSTERIOR. INDEVIDA. A multa do § 8º do art. 477 da CLT deve incidir na hipótese de pagamento extemporâneo das verbas rescisórias; no caso, tendo sido efetuado pagamento no prazo legal, via depósito bancário na conta corrente do reclamante, nada obstante a homologação posterior, resta indevida sua aplicação. Proc. 5013/02 - Ac. 1ª Turma 13207/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 55

HORAS "IN ITINERE". NÃO-CABIMENTO. Existindo serviço de transporte público regular até as proximidades do local onde está localizada a empresa, resta afastada a incidência do Enunciado n. 90 do C.

TST, cuja aplicação deve-se dar em consonância com os Enunciados ns. 324 e 325 daquele mesmo Tribunal. Proc. 13982/00 - Ac. 1ª Turma 3168/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

HORAS "IN ITINERE". PERCURSO DE ATÉ CINCO QUILÔMETROS. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE DIFÍCIL ACESSO. Não se pode considerar de difícil acesso a empresa que se encontra a até cinco quilômetros de rodovia servida por transporte público regular, eis que esta distância pode ser percorrida facilmente, sem qualquer prejuízo ao trabalhador. Proc. 25641/02 - Ac. 5ª Turma 26368/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 8/11/2002, p. 37

HORAS "IN ITINERE". PERCURSO NÃO SERVIDO POR TRANSPORTE COLETIVO. São devidas as horas "in itinere", por via não servida por transporte coletivo, desde que o empregador forneça condução (CLT, 58, § 2º, segunda parte]. Proc. 3601/00 - Ac. 2ª Turma 30016/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 197

HORAS "IN ITINERE". PRÉ-FIXAÇÃO EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA. INADMISSIBILIDADE DE INVOCAÇÃO DE PREJUÍZO. AUSÊNCIA DE PROVA DE DISPÊNDIO MAIOR DE TEMPO DE PERCURSO, QUE AQUELE JÁ PAGO. O envolvimento de interesses recíprocos leva a concessões mútuas e à crença de que nenhum sindicato, em sã consciência, iria aceitar determinada cláusula supostamente desfavorável se, no contexto geral, a negociação não tivesse redundado em efetivo proveito para a categoria profissional representada. Ademais, em momento algum o empregado comprovou que despendia um tempo maior de percurso que aquele efetivamente pago pela empresa. Proc. 39647/00 - Ac. 5ª Turma 27207/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

HORAS "IN ITINERE". PREFIXAÇÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE. A CF, além de reconhecer expressamente as convenções e acordos coletivos de trabalho em seu art. 7º, inciso XXVI, também prestigia a negociação coletiva como forma preferencial de prevenir e solucionar conflitos, como decorre do disposto no § 2º do seu art. 114. Verifica-se, pois, que a atual Carta Magna privilegiou a negociação coletiva, incentivando o entendimento direto das categorias, independente da intervenção do Estado. Por isso, a jurisprudência atual do C. TST tem entendido válida a prefixação do tempo "in itinere" em norma coletiva. Proc. 28159/01 - Ac. 3ª Turma 18081/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 51

HORAS "IN ITINERE". REFLEXOS/ADICIONAIS. INDEVIDAS. O pagamento ou não das chamadas horas de percurso se deve a uma construção pretoriana. Nesse passo, seu pagamento, se o caso, ocorre de modo singelo, posto que não corresponde a uma retribuição econômica por desforço físico do obreiro, na execução de determinada tarefa. Ademais, não há que se falar propriamente de que ele esteja à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens. Ao revés, trata-se de um empregado simplesmente em trânsito. Salvo, por óbvio, se existir, norma coletiva dispondo de forma diversa. Proc. 21046/00 - Ac. 2ª Turma 6390/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 65

HORAS "IN ITINERE". TRANSPORTE FORNECIDO PELA EMPRESA. IMPROCEDÊNCIA. Sendo o trabalhador transportado em condução fornecida pela empresa, tal fato refuta a pretensão de pagamento sobre as horas de percurso. Com efeito, após a promulgação da Lei n. 7.418/85, que instituiu o vale-transporte, assegurando diversos benefícios ao empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento integral de seus trabalhadores (art. 8º), os Enunciados ns. 90, 324 e 325 do TST encontram-se superados. A Lei n. 10.243/01 em nada modifica esse entendimento. Proc. 38553/00 - Ac. 5ª Turma 27192/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

HORAS "IN ITINERE". TRANSPORTE PÚBLICO. INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. Comprovada a existência de transporte público a servir o local de trabalho, ainda que incompatível com os horários de trabalho, são indevidas horas "in itinere", posto que a insuficiência do transporte é motivada pelo Estado, não podendo ser debitada ao particular. Aplica-se ao caso o entendimento consubstanciado no Enunciado n. 324, do C. TST. Proc. 13833/00 - Ac. 1ª Turma 5377/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/2/2002, p. 31

HORAS "IN ITINERE". TRANSPORTE SERVIDO PELA RECLAMADA. IMPROCEDÊNCIA. LEI N. 7.418/85. Depois que a Lei n. 7.418/85 instituiu o vale-transporte, assegurando diversos benefícios ao empregador que proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento integral de seus trabalhadores, o Enunciado n. 90 do TST foi relegado à categoria de obsoleto, mesmo porque existe interesse recíproco, tanto por parte do empregador, quanto por parte do empregado, nessa condução gratuita - ou não - ao local de trabalho. Do empregador, porque assim poderá contar, efetivamente, com

a presença do empregado no serviço; do empregado, porque assim se despreocupará em procurar uma condução pública sem baldeações até seu local de trabalho e em horário compatível, o que, sem dúvida, deve lhe trazer a tranqüilidade e certeza de que não faltará, nem chegará atrasado ao serviço. Assim, demonstra-se incabível o pagamento das horas de percurso, sendo que a Lei n. 10.243/01, em nada modifica o entendimento exposto. Proc. 35442/01 - Ac. 5ª Turma 29460/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

HORAS "IN ITINERE". TRECHO NÃO SERVIÇO POR CONDUÇÃO COLETIVA. CAUSA DE EXCLUSÃO DE SUA INCIDÊNCIA. Não é jurídico, nem justo que se condene a Empresa pelo fato de destinar condução para o trabalhador deixar de andar dois quilômetros. No Brasil, muito mais do que isto, muitos trabalhadores, às suas expensas, andam a pé muito mais caminhos do que este. Proc. 11497/00 - Ac. 2ª Turma 29906/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 194

IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ

IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. O princípio da identidade física do Juiz não se aplica às antigas JCJs, nos exatos termos do Enunciado n. 136 do C. TST. JUSTA CAUSA. DESCARACTERIZADA PELA DUPLA PUNIÇÃO. O reclamante recebeu aviso da penalidade de advertência e, no mesmo dia, foi despedido por justa causa, pelo mesmo motivo, fatos que configuram inadmissível dupla punição. SEGURO-DESEMPREGO. INDENIZAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO À ENTREGA DAS GUIAS "CD/SD". DESCABIMENTO. À falta de previsão legal, não há como se determinar o pagamento de indenização correspondente ao seguro-desemprego, em substituição à entrega das guias "CD/SD". O próprio Manual de Atendimento ao seguro-desemprego, do Ministério do Trabalho autoriza seja efetuado o pagamento do seguro-desemprego no prazo de até 120 (cento e vinte dias) após o trânsito em julgado de decisão que tenha reconhecido tal direito. Proc. 15588/00 - Ac. 1ª Turma 10480/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/3/2002, p. 44

IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. Não se conhece de preliminar de nulidade do julgado fundada no desrespeito ao princípio da identidade física do juiz, quando a matéria não é prequestionada, objetivando a manifestação do prolator da sentença. Aplicação do Enunciado n. 297, do C. TST. Proc. 36676/01 - Ac. 1ª Turma 31766/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 253

ILEGITIMIDADE

ILEGITIMIDADE. "AD CAUSAM". MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. Sem fundamento a preliminar argüida pelo Banco, uma vez que, a responsabilidade não decorre exclusivamente da legitimidade "ad causam". Terceiro à relação de emprego pode tornar-se responsável, na forma do art. 2º, § 2º da CLT, ou na forma do art. 455, também, da CLT, ou ainda por força do art. 8º da CLT, c/c Enunciado n. 331-IV do TST. Proc. 20564/00 - Ac. 2ª Turma 30517/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 212

ILEGITIMIDADE DE PARTE

ILEGITIMIDADE DE PARTE. DONA DA OBRA. AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES. Indubitável que a recorrente não pode ser considerada parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, eis que é dona da obra contratante dos serviços da recorrida. Veja-se que não se trata de subempreitada, conforme disposto no art. 455, da CLT, mas sim de contrato para execução de obra entre as reclamadas. A recorrente é indústria química e, em vista da necessidade de ampliar suas instalações, tomou os serviços da recorrida para execução de obra certa. Assim, patente que o objeto de referido contrato possui natureza estritamente civil, assunto alheio a essa Justiça Especializada, que em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a empresa fornecedora dos serviços e seus funcionários. Ou seja, legalmente, a primeira reclamada é a legítima empregadora do reclamante, eis que o admitiu, assalariou e dirigiu a prestação pessoal de seus serviços. Destarte, acolhe-se a irresignação, para excluir a recorrente do pólo passivo da presente demanda e extinguir o processo, com relação a esta, sem julgamento de mérito, com supedâneo no art. 267, VI, do CPC. Proc. 34538/00 - Ac. 5ª Turma 10112/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 33

ILEGITIMIDADE PASSIVA

ILEGITIMIDADE. PASSIVA "AD CAUSAM". Como é cediço, inexiste qualquer dispositivo legal que

autorize o reconhecimento de que o dono da obra seja solidariamente responsável pelas obrigações trabalhistas do empreiteiro. A ré carece de legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Proc. 9357/00 - Ac. SE 14210/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

IMÓVEL

IMÓVEL. GRAVADO COM CÉDULA DE CRÉDITO RURAL OU INDUSTRIAL. PENHORA MANTIDA. PREFERÊNCIA DO ART. 186, DO CTN. A cédula de crédito rural ou industrial, previstas, respectivamente, no art. 69, do Decreto-lei n. 167/67 e no art. 57, do Decreto-lei n. 413/69, não obstam a realização de penhora sobre imóvel gravado com tais ônus, haja vista a preferência do crédito trabalhista disposta no art. 186, CTN. Proc. 5844/02 - Ac. 4ª Turma 2295/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 23/5/2002, p. 21

IMPENHORABILIDADE

IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. ALIENAÇÃO POSTERIOR A INTERPOSIÇÃO DA AÇÃO. A alienação de bem imóvel utilizado para residência do executado e de seus familiares operada após a interposição da ação (art. 593, inciso II, do CPC) não caracteriza fraude à execução, porque a penhora não poderia recair sobre esse único bem imóvel do devedor, por se tratar de bem de família, nos exatos termos do art. 1º da Lei n. 8.009/90. Proc. 33339/01 - Ac. 1ª Turma 10144/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 58

IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. LEI N. 8.009/90. ARGÜIÇÃO. OPORTUNIDADE. A impenhorabilidade do bem de família, prevista na Lei n. 8.009/90, pode ser argüida em qualquer momento do processo de execução, até a data da venda do bem. Proc. 30122/01 - Ac. 1ª Turma 26448/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 84

IMPENHORABILIDADE. BEM NECESSÁRIO AO EXERCÍCIO DE PROFISSÃO. A impenhorabilidade de bens úteis ou necessários ao exercício de profissão refere-se à pessoa física. A restrição do inciso VI do art. 649 do CPC não se aplica à sociedades industriais ou comerciais. Dessa forma, a penhora efetuada em equipamento da empresa não encontra impedimento legal. Proc. 34907/01 - Ac. 5ª Turma 32222/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

IMPENHORABILIDADE. LEI N. 8.009/90. BENS QUE GUARNECEM A RESIDÊNCIA. Somente os bens indispensáveis à vida cotidiana de uma residência estão amparados pela Lei n. 8.009/90. Freezer, aparelho de TV, aparelho de som e videocassete não se consideram indispensáveis para a sobrevivência da família. Proc. 20451/02 - Ac. 5ª Turma 29599/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/11/2002, p. 31

IMPOSTO DE RENDA

IMPOSTO DE RENDA. O art. 46 da Lei n. 8.541/92 determina que o cálculo do imposto de renda seja feito quando o crédito ficar à disposição do reclamante e dessa importância deverá ser descontado. Assim, reforma-se a r. decisão nesse particular, para determinar que o cálculo e desconto do imposto de renda obedeçam às determinações contidas no art. 46 da Lei n. 8.541/92. Proc. 30443/99 - Ac. SE 14633/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 12

IMPOSTO DE RENDA. Se houver necessidade de se proceder ao desconto do imposto de renda que ele seja feito no crédito do reclamante, em obediência ao determinado no art. 46 da Lei n. 8.541/92. Proc. 31230/99 - Ac. SE 20284/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

IMPOSTO DE RENDA. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. INCIDÊNCIA. O adicional de periculosidade, por se tratar de acréscimo salarial devido ao empregado que trabalha em condições desfavoráveis, tem natureza salarial, estando sujeito à incidência do imposto de renda. Proc. 1311/99 - Ac. 3ª Turma 27855/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 131

IMPOSTO DE RENDA. DESCONTO MÊS A MÊS. INADMISSIBILIDADE. Tendo em vista o teor da Orientação Jurisprudencial de n. 228 da SDI-1 do E. TST, bem como o da Lei n. 8.541/92, é incabível a pretensão

de efetuar-se o desconto do Imposto de Renda mês a mês, porquanto a retenção deve ser feita no momento do pagamento da receita, isto é, de forma acumulada, pois, apenas, nesta ocasião, a verba se torna disponível para o beneficiário. Proc. 9245/02 - Ac. 5ª Turma 1940/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 33

IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. A parcela correspondente ao imposto de renda, decorrente de coisa julgada, está expressamente prevista no art. 46 da Lei n. 8.541/91 e no art. 27 da Lei n. 8.218/91. A retenção deve ser feita no momento do pagamento da receita quando a verba se torna disponível para o beneficiário. Proc. 429/99 - Ac. 5ª Turma 9736/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. Considerando que o § 1º do art. 46 da Lei n. 8.541/92 não excepciona os juros de mora da incidência do imposto de renda, devem referidos juros integrar a base de cálculo para efeitos fiscais. Proc. 1048/93 - Ac. 5ª Turma 9722/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA. INOCORRÊNCIA. Não ocorre a incidência de Imposto de Renda sobre os juros de mora pagos ao trabalhador por força de decisão judicial. A rigor, além dos juros não se constituírem nenhum tipo de renda, senão somente uma compensação financeira pela mora causada pelo devedor, essa incidência está excluída pelo § 1º. do art. 46, da Lei n. 8.541/92. O Decreto n. 3.000/99 não poderia ter disciplinado o assunto de modo diverso daquele que a lei estabelece, especialmente por se tratar de matéria tributária. Proc. 30040/01 - Ac. 3ª Turma 31980/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 15/7/2002, p. 260

IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. Os juros de mora integram a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos pagos em cumprimento de decisão judicial, por não terem sido excepcionados no § 1º do art. 46 da Lei n. 8.541/92. Proc. 8238/02 - Ac. 1ª Turma 3921/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 5

IMPROBIDADE

IMPROBIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Verificando-se, no ato do trabalhador, a má-fé, o intuito de locupletar-se, indevidamente, com o patrimônio de outrem, justifica-se o reconhecimento da improbidade, preconizada pela letra "a", do art. 482, da CLT. Proc. 15404/00 - Ac. 1ª Turma 19083/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 83

IMPROCEDÊNCIA DA CAUSA

IMPROCEDÊNCIA DA CAUSA. RECURSO DO RÉU. Sendo a causa julgada improcedente, não existe condenação para o réu, razão pela qual não tem motivo para recorrer, não devendo ser conhecido o recurso apresentado por falta de interesse de agir. Proc. 10394/02 - Ac. 5ª Turma 1888/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 31

IMPUGNAÇÃO

IMPUGNAÇÃO. À CONTA DE LIQUIDAÇÃO. ART. 879, § 2º DA CLT. Se o juiz abrir prazo para impugnação dos cálculos, as partes deverão fazê-lo sob pena de preclusão. Se houver omissão, não poderão utilizar dos embargos à execução para tanto. Proc. 5385/02 - Ac. 1ª Turma 4145/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 13/6/2002, p. 12

IMPUGNAÇÃO. À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. INÍCIO DO PRAZO. Certamente, para o exeqüente esse prazo de 05 (cinco) dias para impugnar a sentença de liquidação não começa a fluir na data em que ocorreu a garantia da execução, através do depósito ou da penhora, mas, sim, evidentemente, na data em que tomou conhecimento da efetivação daquela garantia. Proc. 37951/01 - Ac. 3ª Turma 4853/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 13/6/2002, p. 27

INADEQUAÇÃO AO RITO PROCESSUAL

INADEQUAÇÃO AO RITO PROCESSUAL. A inobservância dos requisitos previstos no art. 852-B, da CLT,

constitui óbice intransponível para o regular desenvolvimento do processo, a teor do que dispõe o § 1º, do mencionado dispositivo legal. Preliminar acolhida, para declarar extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC. Proc. 20248/01 - Ac. 1ª Turma 4002/02. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 28/1/2002, p. 59

INAMPS

INAMPS. JUROS DE MORA. ART. 46 DO ADCT, E ENUNCIADO N. 304 DO TST; INAPLICABILIDADE. Inaplicável o Enunciado n. 304, do TST, quando a execução cuidar de débitos do extinto INAMPS. Proc. 34037/01 - Ac. 3ª Turma 6433/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 27/6/2002, p. 27

INCIDENTE DE FALSIDADE

INCIDENTE DE FALSIDADE. PRESSUPOSTO LÓGICO. ARGUIÇÃO RESTRITA À PARTE A QUEM P REJUDICA. Não está legitimado a argüir o incidente de falsidade o autor daquilo que se alega falso. Proc. 27605/99 - Ac. SE 19146/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 85

INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

INCOMPETÊNCIA. DA JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Não decorrendo de cláusula do contrato de trabalho ou de regulamento de empresa, mas de contrato de adesão, manifestado diretamente à entidade de previdência privada, indubitavelmente, a relação entre as partes gira sob a órbita do Direito Civil, afastando a competência desta Especializada, conforme art. 114, CF. Proc. 4870/02 - Ac. 3ª Turma 17780/02-PATR. Rel. Desig. Luciane Storel da Silva. DOE 19/9/2002, p. 37

INDENIZAÇÃO

INDENIZAÇÃO. § 8º DO ART. 477 DA CLT. É devida a indenização do § 8º do art. 477 da CLT quando descumprido o prazo preconizado no § 6º do referido dispositivo consolidado. Proc. 33598/01 - Ac. 1ª Turma 20119/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 109

INDENIZAÇÃO. COMISSIONISTA. VENDEDOR. Não demonstrado o impedimento na efetivação de vendas durante o período em que executada a limpeza e reposição do estoque e tampouco o afastamento do local de atendimento aos clientes, improcede o pedido de indenização por vendas não efetuadas. Proc. 23658/99 - Ac. SE 25740/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 15

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. AUSÊNCIA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES. INDEVIDA. O art. 159 do CC consagra a regra de que todo aquele que causa dano a outrem é obrigado a repará-lo. Atento ao que dispõe o mencionado dispositivo legal, constata-se que quatro são os pressupostos da responsabilidade civil, quais sejam: ação ou omissão, culpa ou dolo, relação de causalidade e o dano experimentado pela vítima. Nesse passo, ausentes esses pressupostos, não há espaço para o indigitado dano moral. Proc. 37887/01 - Ac. 2ª Turma 6019/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 15

INDENIZAÇÃO. DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. Concede-se a indenização do § 8º do art. 477 da CLT, se ao tempo em que as verbas rescisórias tornaram-se devidas, não havia sido decretada a falência da empregadora, encontrando-se esta com plena disponibilidade de seus bens. Proc. 30587/01 - Ac. 1ª Turma 27586/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 123

INDENIZAÇÃO. DO SEGURO-DESEMPREGO. A obrigação do empregador cinge-se à entrega das guias CD, competindo ao Ministério do Trabalho averiguar o preenchimento das condições estabelecidas em Lei, para o pagamento do aludido seguro. Como a referida obrigação de fazer não constou no rol de pedidos da inicial, não há como deferi-la. Proc. 27566/99 - Ac. SE 26823/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

INDENIZAÇÃO. ENUNCIADO N. 291 DO TST. PRESCRIÇÃO. INCABÍVEL A indenização criada pelo Enunciado n. 291 do TST não pode se sujeitar à limitação prescricional, pois, tal qual a indenização prevista no antigo regime de tempo de serviço, deve abranger o tempo todo da prestação de serviços. É o que se pode deduzir dos termos do respectivo enunciado, que sugere o cálculo pelo número de anos em que o trabalhador tenha se sujeitado ao trabalho extraordinário. Proc. 5382/00 - Ac. 2ª Turma 18577/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 66

INDENIZAÇÃO. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. INDEVIDA - Para que o empregado faça jus à indenização decorrente da estabilidade acidentária, necessária a constatação da incapacidade laboral por período superior a 15 dias consecutivos, bem como da percepção de auxílio-doença acidentário, nos termos do art. 118 da Lei n. 8.213/91. Não preenchidos tais requisitos, não há que se falar em estabilidade acidentária e, conseqüentemente, em indenização. Tampouco pode se imputar à empregadora tal obrigação em face da ausência de comunicação do acidente, ou doença profissional, à Previdência Social, pois, segundo o art. 22, da Lei n. 8.213/91, a comunicação pode ser realizada pelo próprio acidentado, seus dependentes, entidade sindical a que estiver filiado, médico que o atendeu ou, ainda, por qualquer autoridade pública. Proc. 575/98 - Ac. 5ª Turma 29439/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

INDENIZAÇÃO. PELA NÃO CONCESSÃO DE INTERVALO INTRAJORNADA. REFLEXOS. A hora acrescida de adicional prevista no § 4º do art. 71 da CLT não se confunde com horas extras e tem caráter meramente indenizatório. Desta forma não pode refletir sobre as demais verbas salariais. Proc. 9356/02 - Ac. 5ª Turma 1900/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 32

INDENIZAÇÃO. POR DANO MORAL. Melhor critério é o técnico estabelecido no parágrafo único do art. 1.547 do CC. Valor do dia-multa fixado, atendidas as circunstâncias do caso concreto, dentro dos limites estabelecidos pelo § 1º do art. 49 do CP. Proc. 23472/01 - Ac. 1ª Turma 15380/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 22/4/2002, p. 42

INDENIZAÇÃO. POR DANOS MORAIS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Não há que se falar em incompetência absoluta da Justiça do Trabalho para apreciação do pedido de indenização por danos morais, uma vez que o fato em que se fundamenta tal pedido é decorrente da relação de emprego, estando, portanto, presente sua competência, a teor do art. 114 da CF. BANESPA. PLANO DE INCENTIVO À DEMISSÃO. Não logrou o autor demonstrar que tivesse direito ao Plano de Incentivo à Demissão, assim como à licença prêmio, e muito menos, à equiparação salarial. JORNADA DE OITO HORAS. DIVISOR 220. O reclamante era funcionário do reclamado, onde trabalhava em regime de dedicação exclusiva, o que lhe tira o direito à jornada de quatro horas, prevista no Estatuto da Advocacia. Assim, reconhecida a sua jornada como de oito horas diárias, o divisor há de ser 220. Proc. 31338/99 - Ac. SE 14614/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

INDENIZAÇÃO. POR DANOS MORAIS. DOENÇA PROFISSIONAL. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. Em se tratando de indenização por danos morais, em face de culpa imputada ao empregador, cujos supostos danos causados ao empregado estejam vinculados às condições inadequadas do trabalho e inobservância de normas inerentes à saúde do trabalhador, inarredável a competência desta Justiça Especializada para dirimir a controvérsia, porquanto o fato originário decorre diretamente da relação de emprego. Proc. 37377/01 - Ac. 5ª Turma 7012/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 27/6/2002, p. 35

INDENIZAÇÃO. POR TEMPO DE SERVIÇO. DIFERENÇAS. TELESP. "PLANO INCENTIVADO DE RESCISÃO CONTRATUAL". Tratando-se de indenização que se constituiu em um acréscimo espontâneo àquilo que teria direito em caso de despedida imotivada e não negando o recebimento de quantia substancial, nada mais faz jus o empregado, à falta de amparo legal. MULTA. ART. 477 DA CLT. A quitação das verbas rescisórias até o décimo dia contado da data da notificação da demissão, nas hipóteses da alínea "b" do § 6° do art. 477 da CLT e conforme o critério estabelecido no art. 125 do CC, faz indevida a multa do § 8° do mesmo dispositivo consolidado, conforme Orientação Jurisprudencial n. 162 da SDI-1 do C. TST, sendo irrelevante a complementação posterior. DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO. DESCONTO DA ANTECIPAÇÃO. O art. 24 da Lei n. 8.880/94 estabeleceu que o saldo do 13º salário a ser pago, descontada a antecipação, não poderia ser inferior à metade em URV. Demonstrado que as quantias pagas em novembro e dezembro/94, somadas ao saldo recebido, superam a 50% do valor antecipado em janeiro e abril/94 nada mais é devido. ADICIONAL. DE TEMPO DE SERVIÇO. TELESP. BENEFÍCIO DENOMINADO DE "ANUÊNIOS E TRIÊNIOS". Constatando-se que a supressão do benefício denominado "anuênio/70 e triênios" decorreu de normas coletivas que instituíram a gratificação em forma de anuênios, mais vantajosa e com base de cálculo superior, não faz jus o empregado a diferenças a

título de triênios e tampouco aos respectivos reflexos. Enunciado n. 202 do C. TST. ABONO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. HABITUALIDADE E AJUSTE EXPRESSO. Em face da habitualidade do pagamento e do ajuste expresso contido em norma coletiva, quanto à sua manutenção até a incorporação à tabela salarial da empresa, é patente a natureza salarial do abono que, portanto, integra o salário para todos os efeitos legais. RECURSO. ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Recurso ordinário do reclamante a que se dá parcial provimento para o fim de conceder a integração ao salário do abono estabelecido em norma coletiva, mantendo-se no mais a sentença. Proc. 30424/99 - Ac. SE 10608/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 50

INDENIZAÇÃO ADICIONAL

INDENIZAÇÃO ADICIONAL. TRINTÍDIO ULTRAPASSADO COM A CONTAGEM DO LAPSO DO AVISO PRÉVIO. INDEVIDA. A indenização adicional não é devida quando a projeção do aviso prévio superar o prazo de trinta dias anteriores à data-base, findando na vigência de novo período aquisitivo de direitos. Proc. 25902/99 - Ac. SE 20416/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 13/5/2002, p. 119

INÉPCIA

INÉPCIA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. Plenamente cabível o conhecimento, de ofício, dos pressupostos de regularidade e admissibilidade, mormente quando o pedido de reflexos do adicional de insalubridade indica "as demais verbas", procedimento que contraria os termos do inciso IV, do art. 282, do CPC. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. TRATORISTA. FUNÇÃO URBANA. USINA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Incontroverso que o autor laborou para a reclamada nas funções de tratorista, aplica-se-lhe a prescrição qüinqüenal urbana. Também, pelo próprio nome da reclamada, nota-se que, sendo uma usina, desenvolvia atividades de indústria e comércio. Seus empregados são, assim, industriários ou comerciários, dependendo do setor em que se ativam e, pois, por exercerem funções urbanas, sofrem os efeitos da mesma prescrição. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. ÔNUS DO AUTOR. Refutado o direito do reclamante ao pagamento de diferenças de horas extras, com a juntada, pela reclamada, de cartões de ponto e recibos de pagamento, àquele compete produzir, a teor do disposto nos arts. 818, da CLT, e 333, inciso I, do CPC, prova firme, segura e convincente no sentido de que a remuneração efetuada a tal título se dava erroneamente. Proc. 38547/00 - Ac. 5ª Turma 10138/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

INÉPCIA DA INICIAL

INÉPCIA DA INICIAL. CPC, ART. 284. INAPLICABILIDADE AO TRT. O julgador de Primeira Instância ao verificar que a inicial esteja incompleta ao ponto de lhe dificultar o julgamento, por força do art. 284 do CPC, deverá conceder dez dias ao autor para proceder à sua emenda . Contudo ao julgador de 2ª Instância isto não é mais possível. Deverá, ele, se for o caso, então deixar de conhecer o r. pedido, sob fundamento de inépcia. Proc. 19825/00 - Ac. 2ª Turma 18629/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 68

INÉPCIA DA INICIAL. EM LITISCONSÓRCIO PASSIVO. A petição inicial trabalhista não demanda enquadramento jurídico dos fatos, mas apenas sua breve exposição (art. 840, I, CLT). Portanto, nada estranho à realidade do trabalho sem registro, o obreiro trazer a juízo as empresas beneficiárias do seu serviço para que a Justiça faça o enquadramento jurídico obrigacional do pólo passivo litisconsorciado. Proc. 28718/01 - Ac. 4ª Turma 8376/02. Rel. Desig. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 4/3/2002, p. 52

INOVAÇÃO PROCESSUAL

INOVAÇÃO PROCESSUAL. Inova a parte que traz à apreciação do Juízo em grau de recurso questões que não foram abordadas na peça de origem nem constam da sentença recorrida. Proc. 34102/01 - Ac. 5ª Turma 29593/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 184

INOVAÇÃO RECURSAL

INOVAÇÃO RECURSAL. A recorrente está argüindo questão não suscitada na defesa (fls. 69/75), inovando claramente a conduta defensiva, o que constitui inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio (CPC, art. 303). Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância. Proc. 27065/99 - Ac. SE 28156/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 10

INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância (CPC, art. 303). "In casu", a recorrente está argüindo que a aposentadoria espontânea extingue o contrato de trabalho, e como o recorrido aposentou-se espontaneamente em 06/10/95, extinguiu-se seu primeiro contrato de trabalho, o que faria incidir a prescrição nuclear. Inova a reclamada, tendo em vista que este argumento não fora apresentado em sua peça defensiva de fls. 43/49. RECOLHIMENTOS FISCAIS/PREVIDENCIÁRIOS. Os valores referentes a esses recolhimentos devem ser descontados do crédito do reclamante, pois a obrigação de pagar tanto a previdência como o imposto de renda recai sobre aquele que auferir os valores tributáveis, ficando a reclamada responsável pelo cálculo, dedução e recolhimento dos valores do imposto de renda e da contribuição previdenciária, deduzidos do crédito do reclamante (art. 46, § 2º, da Lei n. 8.541/92, Provimentos ns. 02/93 e 01/96, ambos da CGJT), somente por ocasião do efetivo pagamento do valor da condenação, pois é esse o seu fato gerador, devendo ser utilizada a tabela vigente no mês do pagamento. Proc. 31695/99 - Ac. SE 10938/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

INQUÉRITO

INQUÉRITO. PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE. A fixação das custas processuais na sentença, em valor superior ao antecipadamente recolhido por força do art. 789, § 4º Celetário, condiciona a interposição de recurso, ao depósito da respectiva diferença, sob pena de deserção. Proc. 2729/02 - Ac. 1ª Turma 15871/02-PATR. Rel. Claudinei Sapata Marques. DOE 29/8/2002, p. 51

INQUÉRITO JUDICIAL

INQUÉRITO JUDICIAL. TRABALHADOR NÃO DETENTOR DE ESTABILIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. Segundo art. 853 da CLT, o inquérito judicial para apuração de falta grave é exigido para a extinção motivada do contrato de trabalho do empregado detentor de estabilidade no emprego, de sorte que, não sendo o trabalhador detentor da estabilidade consagrada no art. 8º, VIII, da CF, impõe-se a decretação da extinção do feito, sem julgamento do mérito, por ausência de interesse processual, já que o provimento jurisdicional mostra-se desnecessário porquanto a dispensa pode ser promovida imediatamente sem a instauração de inquérito judicial. Proc. 2481/02 - Ac. 3ª Turma 24619/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 25/10/2002, p. 29

INSALUBRIDADE

INSALUBRIDADE. NEUTRALIZAÇÃO OU ELIMINAÇÃO. USO DE EPI. A possibilidade de neutralização ou eliminação da insalubridade decorre de texto expresso de Lei - art. 191 da CLT. Proc. 14553/00 - Ac. 1ª Turma 3174/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

INSALUBRIDADE. PROVA EMPRESTADA. VALIDADE. Estando o local de trabalho desativo, tem-se por válida a prova emprestada (inteligência dos arts. 332 e 427, ambos do CPC), mormente porque contemporânea com a presença do empregado na empresa, cuidando a perícia de caso idêntico à função exercida pelo obreiro. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. A base de incidência dos percentuais relativos ao adicional de insalubridade, mesmo após a Carta Política/88, continua a ser o salário mínimo legal de que cogita o art. 76 da CLT, conforme melhor interpretação jurisprudencial consubstanciada no Verbete n. 228 e na Orientação Jurisprudencial n. 2 da SDI do C.TST. Proc. 31046/99 - Ac. SE 2183/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

INSALUBRIDADE. USO DOS EPIs. EXCLUSÃO DO ADICIONAL RESPECTIVO. O fornecimento de EPIs eficazes exclui a percepção do adicional respectivo, nos termos do Enunciado n. 80 do TST. Proc. 27947/00 - Ac. 2ª Turma 24389/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 25/10/2002, p. 17

INSS

INSS. DONO DE OBRA. IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DE EMPREGADOS POR COOPERATIVA DE MÃO-DE-OBRA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA; DEVIDA. O INSS, na qualidade de Autarquia Federal administradora e gerenciadora da Seguridade e Previdência de toda a sociedade brasileira, guarda entre suas responsabilidades a fiscalização do correto cumprimento de parte das obrigações trabalhistas. Afinal, é por meio das relações de trabalho que os trabalhadores adquirem direitos previdenciários e securitários. Sob esta óptica, o INSS jamais poderia realizar licitações para reformas em suas instalações sem qualquer tipo de contrato, ou muito menos sem saber quem seria o verdadeiro empregador de empregados que ali estariam suando suas camisas, os quais, futuramente, viriam a bater às suas portas com o fito de reconhecer relação laboral informal para fins de benefícios previdenciários. Em outras palavras, mas com um tom grave: o INSS, tão zeloso por sua fiscalização, não observou o princípio da moralidade aplicável a todo ato administrativo conforme preceitua o "caput" do art. 37 da CF/88, seja o Órgão pertencente à Administração Pública direta ou indireta. Permitiu, assim, que nas obras de seu prédio trabalhassem empregados contratados de forma irregular, e o que é pior, está querendo agora furtar-se de uma responsabilidade, no mínimo, subsidiária. Portanto, mais que merecida a subsidiariedade da Autarquia Federal no tocante às verbas de natureza salarial aqui deferidas, visto que seu comportamento tipificou a culpa "in vigilando", segundo inteligência do art. 159, do CC. Proc. 20627/01 - Ac. 3ª Turma 25626/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 15/7/2002, p. 58

INSS. EXECUÇÃO. PRETENSA COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, POR TODO O TEMPO DE SERVIÇO DO RECLAMANTE, TRABALHADOR RURAL. IMPOSSIBILIDADE. O trabalhador rural teve seus direitos igualados ao trabalhador urbano com o advento da CF/88, inclusive para efeito de recolhimento da contribuição previdenciária. Assim, só após a vigência das Leis ns. 8.212/91 e 8.213/91 e respectivos decretos regulamentadores, é que o recolhimento da contribuição previdenciária passou a ser exigido do trabalhador rural. Proc. 24430/01 - Ac. SE 19250/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 13/5/2002, p. 88

INSS. IRRESIGNAÇÃO QUANTO À NATUREZA DAS PARCELAS PAGAS ATRAVÉS DE ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. O Juiz do Trabalho, ao fazer a análise da natureza das verbas que compõem uma transação judicial, deve presumir a boa-fé das partes, notadamente se as parcelas indicadas foram pleiteadas na petição inicial e têm valores compatíveis entre si. Proc. 9825/02 - Ac. 3ª Turma 11274/02-PATR. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 1/8/2002, p. 32

RECURSO ORDINÁRIO. INSS. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO SEM RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. Tratando-se o provimento pretendido em sede recursal de obter a condenação de uma das partes, não há como ser acolhido porque sua natureza é incompatível com o momento processual. Por outro lado, o acolhimento da pretensão implicaria na rediscussão de matéria já sepultada pelo manto da coisa julgada, qual seja, a existência ou não de relação de emprego e de verbas trabalhistas não quitadas, bem como na afronta aos princípios do devido processo legal e do contraditório, alçados à condição de garantia constitucional. Não havendo pronunciamento judicial que enquadre as partes como empregado e empregador, conforme definidos na CLT e na Lei n. 8.212/91, não há como se lhes exigir contribuição correspondente. Isso porque, por óbvio, o direito de o INSS exigir as devidas contribuições previdenciárias está adstrito à situação fática caracterizada nos autos, a partir da qual se verificará a hipótese de incidência para efeito de tributação. Ademais, a conciliação possui previsão legal, não havendo como se presumir a fraude, que deve ser objeto de prova em ação própria. Proc. 20677/01 - Ac. 3ª Turma 18067/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 50

RECURSO ORDINÁRIO. INSS. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. CABIMENTO. Cabe recurso ordinário pelo INSS, e não agravo de petição, contra decisão homologatória de acordo firmado durante o processo de conhecimento, na medida em que o termo de conciliação somente valerá como decisão irrecorrível em relação às partes acordantes, e não a terceiros. Inteligência dos arts. 831 e 832, § 4º, CLT. ACORDO JUDICIAL. TRANSAÇÃO. DISCRIMINAÇÃO DE VERBAS. FLEXIBILIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO POSTULADO. VALIDADE. Fixada a lide trabalhista, reputa-se plenamente válido o acordo firmado pelas partes, e homologado pelo juízo, quando estiver especificada a natureza jurídica das parcelas constantes do pactuado, ainda que não corresponda exatamente aos limites oriundos do exórdio. Em sendo a transação ato bilateral e de mútuas concessões (art. 1.025 do CC), deve ser perquirida à luz do princípio da razoabilidade, dispensando correlação precisa com o postulado. Proc. 20656/02 - Ac. 2ª Turma 24439/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 25/10/2002, p. 19

INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA

INSTAURAÇÃO DE INSTÂNCIA. ASSEMBLÉIA DELIBERATIVA. VALIDADE. A validade da Assembléia Geral Extraordinária está condicionada à presença de "metade mais um dos associados" (art. 524, e, da CLT), em primeira convocação, estando autorizada a instauração da instância pela deliberação de 2/3 deles (art. 859 consolidado). Cabe, assim, ao suscitante comprovar quanto ao número de associados presentes à assembléia, a fim de que se possa inferir a respeito da observância dos referidos dispositivos celetistas. DISSÍDIO COLETIVO. AJUIZAMENTO. ESGOTAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES PRÉVIAS. IMPRESCINDIBILIDADE. É pressuposto objetivo ao ajuizamento da ação coletiva o cabal exaurimento das tentativas de autocomposição, cumprindo ao suscitante demonstrar de forma irrefutável o efetivo malogro das tratativas encetadas. Proc. 2055/01-DC - Ac. SE 989/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 5/9/2002, p. 3

INSTRUÇÃO PROCESSUAL

INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ENCERRAMENTO. Compete ao juiz velar pela rápida solução do litígio, devendo indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias. Pretendia o autor, através de testemunhas, provar a insalubridade do local de trabalho. Entretanto, a prova testemunhal não se revela como meio hábil à prova dos fatos narrados na inicial, que requerem a produção de prova técnica. Ademais, a larga prova produzida nos autos é suficiente à formação do convencimento do órgão julgador, respeitado o princípio do livre convencimento racional. Proc. 31627/99 - Ac. SE 10936/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

INSTRUMENTO COLETIVO

INSTRUMENTO COLETIVO. Quando firmado por sua entidade de classe, sujeita-se o empregador à observância de instrumento coletivo relativo a categoria diferenciada. Proc. 25441/99 - Ac. SE 25940/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 68

INSTRUMENTO DE MANDATO

INSTRUMENTO DE MANDATO. APRESENTADO EM CÓPIA AUTENTICADA. ADMITE-SE: Admite-se a juntada de instrumento de procuração apresentado em cópia reprográfica, devidamente autenticada, pois, nos termos do art. 365, do CPC, as cópias autenticadas fazem a mesma prova dos documentos originais. Proc. 19287/00 - Ac. 4ª Turma 12473/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 8/4/2002, p. 26

INTEGRAÇÃO

INTEGRAÇÃO. DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À BASE DE CÁLCULO DAS HORAS EXTRAS. PEDIDO IMPLÍCITO. DESCABIMENTO. A base de cálculo das horas extras, via de regra, não incorpora o adicional de insalubridade, salvo se expressamente requerido pelo reclamante na inicial. Caso contrário, não há como deferir tal integração como se pedido implícito fosse, em especial quando o obreiro informa como último salário valor que não considera a integração do referido adicional. Proc. 924/97 - Ac. 5ª Turma 9640/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

INTEGRAÇÃO. DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO NO TEMPO DE SERVIÇO. INDENIZAÇÃO ADICIONAL. O prazo do aviso prévio indenizado integra-se ao tempo de serviço para todos os efeitos, a teor do parágrafo único do art. 487 da CLT. A indenização adicional prevista na Lei n. 7.238/84 é indevida quando o contrato de trabalho integrado do aviso prévio indenizado se estende além da data-base. Incidência do Enunciado n. 182 do C. TST, não cancelado pelo Enunciado n. 314. Proc. 15580/02 - Ac. 4ª Turma 13538/02-PATR. Rel. Fábio Grasselli. DOE 15/8/2002, p. 82

INTEMPESTIVIDADE

INTEMPESTIVIDADE. DE RECURSO POR UTILIZAÇÃO DE "FAC SIMILE", QUANDO O ORIGINAL

NÃO É APRESENTADO NO JUÍZO COMPETENTE NO PRAZO DE 5 DIAS. Utilizada a transmissão de petição escrita, no caso de recurso, pelo sistema de "fac simile", previsto na Lei n. 9. 800/99, o original da petição deve ser apresentado no Juízo diretamente ou por protocolo unificado. Impossibilidade de utilização do protocolo integrado, por exclusão, com fundamento no art. 2º, da referida legislação, tendo em vista que o original deve ser apresentado em Juízo, atendendo ao princípio da celeridade processual, o que não ocorre quando da apresentação pelo protocolo integrado. Proc. 14548/01 - Ac. 4ª Turma 30736/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 15/7/2002, p. 218

INTEMPESTIVIDADE. PRESUNÇÃO DO ENUNCIADO N. 16 DO C. TST. A notificação da sentença foi expedida para a agravante via postal. Referida notificação, nos termos do Enunciado n. 16 do C. TST, presume-se recebida em 48 horas, sendo ônus do destinatário a comprovação de que recebeu em outra data, mas a agravante nada provou nesse sentido. Destarte, não há como dar provimento ao presente recurso. Proc. 33344/01 - Ac. 5ª Turma 30998/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 226

INTERESSE DE AGIR

INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA. PROPOSITURA ANTERIOR DE AÇÃO JUDICIAL COM OBJETO ANTAGÔNICO. RENÚNCIA IMPLÍCITA. Uma vez comprovada a existência de reclamação trabalhista anterior, na qual o autor postulara verbas rescisórias pertinentes ao contrato objeto desta ação judicial, indubitável a renúncia ao direito à estabilidade e à conseqüente tutela objetivada. Como bem salientado pela origem, assim como a litispendência e a coisa julgada impedem a propositura de nova ação em termos idênticos, também impossível a propositura de ações judiciais com objeto antagônico ao de ação anterior. Existe, nestes casos, ocorrência de renúncia implícita na ação primeira, no que toca a direitos opostos, como é o caso de verbas rescisórias x reintegração. Nestes termos, fica mantida a sentença de origem, que, considerando o autor carecedor de ação, por ausência de interesse de agir, extinguiu o processo, nos termos do inciso VI, do art. 267, do CPC. Proc. 39748/00 - Ac. 5ª Turma 5786/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 43

INTERESSE DE AGIR. PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. Extingue-se o processo sem julgamento do mérito por falta de interesse de agir se não comprovado o conflito de interesses decorrente de uma pretensão resistida. Proc. 35729/01 - Ac. 1ª Turma 3944/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

INTERESSE DE AGIR. PRESSUPOSTO SUBJETIVO DO RECURSO. Não se conhece pretensão formulada sob título não deferido em primeiro grau por falta de interesse de agir, pressuposto subjetivo indispensável à interposição do recurso. Proc. 14900/00 - Ac. 1ª Turma 8171/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 4/3/2002, p. 46

INTERESSE DE AGIR. PRESSUPOSTO SUBJETIVO DO RECURSO. Não se conhece recurso, por falta de interesse de agir, pressuposto subjetivo indispensável à sua interposição, se a pretensão formulada já foi atendida em primeiro grau. Proc. 34622/01 - Ac. 1ª Turma 243/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 6

INTERESSE EM RECORRER

INTERESSE EM RECORRER. AUSÊNCIA. MATÉRIAS RECURSAIS NÃO CONHECIDAS. Constitui pressuposto subjetivo do recurso o interesse em recorrer, o qual terá somente a parte sucumbente ou terceiros prejudicados pela decisão que se pretende modificar. A sucumbência, portanto, legitima a parte para recorrer. Não é a hipótese dos autos, em relação ao recurso do autor, no que concerne ao acréscimo de 40% sobre o FGTS do período anterior à aposentadoria, bem assim ao aviso prévio de lei, pois a r. sentença atacada reconheceu esses direitos, não obstante o voto divergente dos Juízes Classistas, o qual não prevalece sobre o entendimento do Juiz Presidente da Vara do Trabalho. APOSENTADORIA. CAUSA DE EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. Com ressalva de entendimento pessoal contrário, proferido em outros casos semelhantes, acato a jurisprudência majoritária deste egrégio Regional, consubstanciada no 17º Tema, bem como a Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1 do C. TST, segundo as quais a aposentadoria é causa de extinção do contrato de trabalho. Proc. 14773/00 - Ac. 1ª Turma 28018/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 136

INTERESSE EM RECORRER. AUSÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. Constitui pressuposto subjetivo do recurso o interesse em recorrer, o qual terá somente a parte sucumbente ou terceiros prejudicados pela decisão que se pretende modificar. A sucumbência, portanto, legitima a parte para recorrer. Não é a hipótese dos autos, em que o INSS, terceiro interessado, pretende que haja cobrança da contribuição previdenciária em relação ao acordo celebrado nos autos, haja vista que o Juiz sentenciante fez constar da decisão recorrida que as contribuições previdenciárias dar-se-ão no importe de 20% sobre o valor da avença, com recolhimento e comprovação nos autos a cargo da reclamada. Proc. 6201/02 - Ac. 1ª Turma 14468/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/8/2002, p. 20

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. ILEGAL. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Restou demonstrado que o segundo reclamado não passava de mero preposto do primeiro reclamado, pois apenas transportava o pessoal e repassava os pagamentos recebidos do proprietário da fazenda, laborando em igualdade de condições com os demais trabalhadores, sendo que a fiscalização dos serviços eram efetuados pelo turmeiro e pelo fiscal da fazenda. Preenchidos os requisitos legais, o reconhecimento do vínculo empregatício é medida que se impõe. Proc. 13643/00 - Ac. 1ª Turma 3145/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

INTERPOSIÇÃO

INTERPOSIÇÃO. DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. Nos termos do art. 538 , do CPC, os embargos declaratórios interrompem o prazo para interposição de recurso, por qualquer das partes, ainda que não conhecidos. Exceção ao disposto no artigo "suso" mencionado ocorre quando estes são interpostos intempestivamente, a fim de se evitar que sejam utilizados ardilosamente para elastecer o prazo recursal. Proc. 4952/02 - Ac. 5ª Turma 17632/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

INTERPOSIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

INTERPOSIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. APLICAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS DA CATEGORIA DOS EMPREGADOS DA TOMADORA. POSSIBILIDADE. O sistema de enquadramento sindical adotado no Brasil define a categoria do trabalhador de acordo com a atividade empresarial de seu empregador, sendo irrelevante, para tanto, as atividades exercidas pelo empregado, exceto nos casos de categoria diferenciada. No caso de interposição de mão-de-obra, todavia, existe uma anômala situação, pela qual o trabalho realizado pelo obreiro, destina-se não ao seu empregador, mas sim a um outro tomador de serviços. Nesse caso, até por razões de tratamento eqüânime com os demais trabalhadores do tomador, parece adequado aplicar-se a tais trabalhadores as mesmas regras normativas utilizadas para os empregados do beneficiário dos serviços. À falta de norma a respeito, cabe ao juiz o uso dos meios colmatadores da lacuna, dentre os quais, segundo o art. 8º da CLT, destacam-se a analogia e a eqüidade. Assim, além da solução adotada ter fundamento na aplicação eqüânime do direito, também escuda-se no uso analógico do art. 12, "a", da Lei n. 6.019/74, porquanto trata-se, no caso, de dispositivo legal em que se tem a regulamentação a respeito de típica interposição de mão-de-obra. Proc. 17354/01 - Ac. 3ª Turma 5604/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 18/2/2002, p. 38

INTERPRETAÇÃO DA REDUÇÃO

INTERPRETAÇÃO DA REDUÇÃO. DA "HORA" NOTURNA. O § 1º do art. 73 da CLT não pode ser interpretado literalmente, ou seja, a redução apenas incidir quando o laborista completar uma hora no período noturno. Se laborar frações de hora após as 22h, estas devem ser remuneradas não só com o adicional respectivo mas com a redução proporcional horária; do contrário estar-se-ia criando restrição odiosa e se afastando do princípio constitucional relativo à remuneração do labor noturno (art. 7º, IX, CF). Proc. 5099/02 - Ac. 4ª Turma 23567/02-PATR. Rel. Desig. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 17/10/2002, p. 19

INTERROGATÓRIO DAS PARTES

INTERROGATÓRIO DAS PARTES. CERCEAMENTO DE DEFESA. Não configura cerceamento de defesa

o interrogatório de uma das partes somente, quando não houve requerimento na audiência de tomada do depoimento da parte contrária. O juiz não está obrigado a ouvir ambas as partes, mormente se com o depoimento da autora já está suficientemente esclarecido quanto aos fatos, considerando-se a faculdade concedida ao juiz na condução do processo, pois, é a própria lei que afirma que o juiz poderá e não que deverá, "ex officio" ou a requerimento das partes, interrogar os litigantes. Proc. 31779/01 - Ac. 3ª Turma 6416/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 27/6/2002, p. 27

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO

INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. E MOMENTO DE SUA ARGUIÇÃO: Conquanto inequívoco que a reclamação trabalhista arquivada interrompe a prescrição, como já sedimentado no entendimento consubstanciado na Súmula n. 268, do C. TST, a questão deve ser informada na petição inicial, que, juntamente com a contestação, compõem a "litiscontestacio" a ser dirimida pelo Juiz na Sentença. A questão não pode ser aventada em Recurso Ordinário pelo reclamante, o que se configura inovação processual. Proc. 21928/02 - Ac. 2ª Turma 24233/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 25/10/2002, p. 12

INTERVALO

INTERVALO. FERROVIÁRIO. O trabalhador ferroviário dispõe de regulamentação própria para a sua jornada de trabalho e a ele não se aplica a norma contida no art. 71, § 4º, da CLT, por força do disposto no art. 57 da CLT. Proc. 15586/02 - Ac. 2ª Turma 14164/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 15/8/2002, p. 64

INTERVALO. MÍNIMO INTRAJORNADA. HORÁRIO DESOBEDECIDO. A inobservância do intervalo intrajornada (art. 71, "caput", da CLT), importa no pagamento com extra do tempo correspondente à supressão, pois além de assim prever o § 4º do artigo consolidado, não é o intervalo computado na duração do trabalho (§ 2º, art. 71, CLT)). Proc. 9051/00 - Ac. SE 18067/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 7

INTERVALO. MÍNIMO. FRACIONAMENTO. DESCONSIDERAÇÃO. O disposto no "caput" do art. 71 da CLT conduz à conclusão de que o legislador, com o intuito de garantir a recomposição física e mental do trabalhador, estabeleceu a necessidade de concessão de um intervalo de no mínimo uma hora, para as jornadas superiores a 06 horas. Referido período é destinado ao repouso e à alimentação. Requer, portanto, tempo suficiente para a ingestão, a digestão e para o descanso, de forma contínua, proporcionando ao obreiro a recuperação da força de trabalho para a seqüência da jornada. Intervalos fracionados não atendem a essa finalidade, devendo ser desconsiderados. Proc. 33388/01 - Ac. 2ª Turma 1173/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 16/5/2002, p. 12

INTERVALO. NÃO USUFRUÍDO. PAGAMENTO DO TEMPO CORRESPONDENTE MAIS O ADICIONAL DE 50%. O disposto no § 4º do art. 71 da CLT é claro ao estipular o direito à remuneração do tempo de intervalo sonegado acrescido de, no mínimo, 50%. Não falaria o legislador em "acréscimo" se não houvesse uma parcela principal à qual devesse ser ajuntado o adicional. O sentido do vocábulo é inequívoco, e autoriza a condenação conforme postulado na inicial (período de intervalo não gozado mais o adicional). Proc. 1801/01 - Ac. 2ª Turma 28616/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 15/7/2002, p. 155

INTERVALO. NÃO-USUFRUÍDO. REFLEXOS. Inexistindo efetivo dispêndio de energia por parte do trabalhador durante o intervalo, não se pode equiparar o intervalo intrajornada com as horas extraordinárias. Portanto, exclui-se da condenação os reflexos deferidos. Proc. 1773/02 - Ac. 5ª Turma 21176/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 143

INTERVALO. PARA REFEIÇÃO E DESCANSO. JORNADA 12X36. OBRIGATORIEDADE. Ainda que ajustada por norma coletiva a jornada de trabalho no regime de 12x36, o intervalo para refeição e descanso é obrigatório, e a sua não concessão enseja a incidência da sanção prevista no § 4º, do art. 71, da CLT. Proc. 14790/00 - Ac. 1ª Turma 8680/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

INTERVALO. REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. Não concedido o intervalo para repouso e alimentação previsto no art. 71 da CLT é devida a remuneração estipulada no § 4º do mesmo dispositivo legal. Proc. 9560/00 - Ac. SE 14217/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

INTERVALO. TRABALHO RURAL. ART. 71 DA CLT. INAPLICABILIDADE. A norma específica afasta a incidência de qualquer outra de caráter geral. Como art. 5º, da Lei n. 5.889/73, regulou integralmente o intervalo para refeição e descanso no trabalho rural, o disposto no art. 71 e parágrafos da CLT não se aplica aos rurícolas. Proc. 5610/02 - Ac. 2ª Turma 19698/02. Rel. Desig. Paulo de Tarso Salomão. DOE 13/5/2002, p. 101

INTERVALO INTRAJORNADA

INTERVALO INTRAJORNADA. A discriminação contida na alínea "b" do art. 7º da CLT, foi tacitamente revogada pela CF, quando equiparou o trabalhador rural ao urbano. Cabe razão ao reclamante em pretender receber o intervalo intrajornada não usufruído. Assim, tendo em vista o convencionado em audiência (fls. 346), defere-se ao reclamante o pagamento do adicional habitualmente praticado para pagamento de horas extras, sobre trinta minutos de intervalo para descanso e refeição, não usufruído nos períodos de safra e sobre vinte minutos nos períodos de entressafra, tendo início em julho/94 e até a rescisão contratual. Proc. 25527/99 - Ac. SE 25885/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

INTERVALO INTRAJORNADA. Não é obrigatória a concessão do intervalo de 15 minutos quando a duração do trabalho não ultrapassar quatro horas (inteligência do § 1º, do art. 71, da CLT). MULTA DO ART. 477, DA CLT. Só é devida quando há atraso no pagamento das verbas rescisórias. O fato de não ter ocorrido o adimplemento de verbas questionadas na reclamatória, ou de terem sido pagas a menor, geraria direito ao complemento, e não à multa, caso existam diferenças. Proc. 30495/99 - Ac. SE 25901/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 67

INTERVALO INTRAJORNADA. Segundo disposições contidas no art. 71 e seu § 4º, o intervalo mínimo obrigatório para repouso e alimentação, quando a jornada de trabalho for superior a seis horas, deverá ser de uma hora e, se não concedido pelo empregador, ficará este obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50%. Assim, independentemente de ter havido pagamento de horas extras pelo trabalho em sobrejornada, deve ser remunerado com o adicional de, no mínimo 50%, o intervalo intrajornada não concedido pelo empregador. NÃO CABIMENTO DE REFLEXOS. Quanto aos reflexos, o § 4º, do art. 71, da CLT, estabelece: "Quando o intervalo para repouso e alimentação, previsto neste artigo, não for concedido pelo empregador, este fica obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de no mínimo 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho." Examinando-se o "caput" do art. 71 e os demais parágrafos, verifica-se que a preocupação do legislador foi assegurar ao trabalhador o intervalo para a recuperação física e mental, e a imposição feita no § 4º, trata-se de uma indenização pela não concessão do intervalo e não de uma remuneração da hora trabalhada, que é assegurada pelo § 1º, do art. 59, da CLT. Deste modo, em virtude da sua natureza indenizatória, não são devidos os seus reflexos. Proc. 12944/02 - Ac. 3ª Turma 30234/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 6/12/2002, p. 16

INTERVALO INTRAJORNADA. ART. 71, § 4º, CLT. TEMPO EFETIVAMENTE USUFRUÍDO. O art. 71, § 4º, CLT, insere-se nas normas de medicina e higiene do trabalho, cuidando da higidez física e mental do trabalhador. Por essa razão primeira, o legislador objetivou separar um período, no qual o trabalhador permaneça, efetivamente, distante de seu trabalho, para o descanso e refeição. Entretanto, suprimido ou reduzido em sua fruição, e neste caso, o trabalhador permaneça a disposição do empregador, podendo ser chamado a qualquer momento para atender suas funções, deve ser considerado inexistente, arcando o empregador com o pagamento respectivo, porquanto o objetivo principal não foi cumprido. Proc. 38279/01 - Ac. 3ª Turma 24519/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 25/10/2002, p. 26

INTERVALO INTRAJORNADA. BANCÁRIO. JORNADA DE SEIS HORAS. A reclamante era bancária, sujeita a jornada de seis horas, a teor do "caput" do art. 224 da CLT. Incontroversa a aplicação do § 1º do art. 224, por expressa determinação do art. 57, ambos da CLT. Isto porque, havendo dispositivo específico que disciplina o trabalho do bancário, é de boa técnica que o aplicador da lei não se socorra de norma geral, em detrimento da específica, de forma que inviável a análise do pedido de horas extras/intervalo intrajornada com base no art. 71 da CLT, em face do que preceitua o art. 57 do mesmo diploma, que proclama o princípio de que a duração das atividades específicas são disciplinadas por regras próprias. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. NÃO ACEITAÇÃO. A simples comprovação de adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) nada vale sem a juntada da carta proposta que comprovaria as concessões recíprocas. Proc. 6584/02 - Ac. 1ª Turma 21290/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 3

INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO DE PERÍODO INFERIOR AO LEGAL. POSSIBILIDADE SOMENTE MEDIANTE AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. A existência de acordo coletivo não é suficiente para autorizar o empregador a conceder intervalo de refeição e descanso inferior ao limite legal, definido no art. 71 da CLT, visto que seu § 3º exige, para esse fim, autorização do Ministério do Trabalho, que deverá escudar-se, inclusive, em fatores técnicos regulados pelo dispositivo citado. A prática dessa redução sem o requisito legal resulta no pagamento da indenização prevista no § 4ª do art. 71 da CLT. Proc. 12491/02 - Ac. 3ª Turma 16005/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 67

INTERVALO INTRAJORNADA. DISTINÇÃO ENTRE SOBREJORNADA E INTERVALO DO § 4º DO ART. 71, CLT. ÔNUS DA PROVA. Após o advento da Lei 8.923/94 (DOU 28/07/94) que acrescentou o § 4º, no art. 71 da CLT, duas são as modalidades de intervalos intrajornadas. A primeira, prevista no § 1º, cujo ônus é do trabalhador e a segunda, prevista no § 4º, cujo ônus é do empregador. Proc. 20371/00 - Ac. 2ª Turma 29104/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 170

INTERVALO INTRAJORNADA. HORAS EXTRAS e REFLEXOS. A concessão de intervalo para refeição e descanso possui finalidade higiênica e destina-se a propiciar merecido interstício na jornada do trabalhador. Referida norma legal deve ser considerada de ordem pública e de imperiosa observância das partes. O desrespeito ao intervalo importa em excesso de jornada efetivamente trabalhada, tendo o obreiro direito ao recebimento das horas extras acrescidas do adicional e reflexos, não havendo falar em infração meramente administrativa praticada pelo empregador. Não se está com isso fazendo retroceder a lei para abarcar situação não contemplada pela hipótese legal trazida pela Norma n. 8.923/94, mas simplesmente aplicando dispositivo constitucional estatuído no art. 7º, incisos XIII e XVI, além do que constitui entendimento desta Turma. Proc. 12101/02 - Ac. 4ª Turma 28546/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/11/2002, p. 29

INTERVALO INTRAJORNADA. INÉPCIA DA INICIAL Conquanto tenha alegado o reclamante na fundamentação da inicial que não gozava de intervalo intrajornada, não logrou a parte formular o pedido correspondente, razão por que inepta a peça no que concerne à referida matéria, impondo-se, pois, sua extinção, sem exame do mérito. Proc. 9425/00 - Ac. SE 14212/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCEDIDO. NATUREZA INDENIZATÓRIA. O ressarcimento previsto no art. 71, § 4º, da CLT, não tem caráter salarial, porquanto não visa remunerar excesso de jornada, trata-se de verba de natureza nitidamente indenizatória cuja finalidade é punir o empregador faltoso, impondo-lhe o pagamento de uma indenização ao empregado prejudicado pela supressão do intervalo. O valor da indenização é calculado da mesma forma da hora extra - hora normal com acréscimo de no mínimo 50% -, porém, com ela não se confunde, ambos têm natureza jurídica e escopos díspares. Proc. 4887/02 - Ac. 2ª Turma 19564/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 19/9/2002, p. 25

INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCEDIDO. PAGAMENTO DO PERÍODO SUPRIMIDO MAIS O ADICIONAL. Se o legislador se refere à remuneração do período com o acréscimo, obviamente, está determinando o pagamento de duas parcelas, o principal (o período), mais o percentual mínimo de 50% (com acréscimo) - "lex clara non indiget interpretatione". O valor da indenização correspondente ao intervalo não concedido é remunerado da mesma forma da hora extra - hora normal acrescido de no mínimo 50% -, porém, com ela não se confunde, ambos têm natureza jurídica e escopos díspares. Proc. 908/02 - Ac. 2ª Turma 12120/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 8/8/2002, p. 14

INTERVALO INTRAJORNADA. NÃO CONCESSÃO. ÔNUS DA PROVA. ART. 818 DA CLT. Se o reclamante confessa que anotava corretamente o cartão de ponto, o preposto afirma que havia intervalo intrajornada de 1 hora, afirmação corroborada pela testemunha patronal, além de a única testemunha obreira nada declinar acerca do intervalo de descanso, pois sequer com o autor trabalhava, conclui-se que não há nos autos provas capazes de corroborar as assertivas iniciais, a rigor do art. 818 da CLT. Proc. 1052/02 - Ac. 5ª Turma 4576/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 41

INTERVALO INTRAJORNADA. NATUREZA JURÍDICA. INDENIZAÇÃO. O § 4º do art. 71 da CLT não estabelece o pagamento de sobrejornada, em decorrência da não concessão do intervalo legal, mas tão-somente de uma indenização. Assim, tem este o caráter indenizatório, não havendo que se falar em reflexos nas demais verbas trabalhistas. Proc. 15202/02 - Ac. 5ª Turma 31592/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 10/1/2003, p. 93

INTERVALO INTRAJORNADA. PAGAMENTO DA HORA TRABALHADA ACRESCIDA DO ADICIONAL DE 50%. PAGAMENTO INTEGRAL E NÃO APENAS DO ADICIONAL. O trabalho durante o intervalo destinado para o repouso deve ser integralmente remunerado e isto pressupõe o pagamento da hora trabalhada (que deveria ser destinada ao descanso) acrescida do adicional de 50% previsto no art. 71, § 4º da CLT. Se a condenação se cingir ao adicional de 50%, tal como requer a reclamada, estará franqueada situação altamente vantajosa para o empregador que, neste período, extrai a força de trabalho pagando menos do que pagaria por uma hora normal de trabalho. Este entendimento, destarte, contraria o princípio protetor inserto no caput do art. 7º da CF/88 expresso, como vetor, no sentido de que: "São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social". Este princípio protetivo deve ser observado, como vetor, não só na elaboração das leis, como na sua interpretação e na aplicação aos casos concretos. Vale dizer: o operador do direito deve, por princípio constitucional, afastar a incidência de normas infraconstitucionais que não tenham - na sua origem - o escopo de ampliação dos direitos sociais dos trabalhadores ou, de outro modo, interpretá-las de modo a efetivar a melhoria da sua condição social propugnada pela Carta Magna. Desse modo, a melhor interpretação é a que, valorizando a força de trabalho despendida, determina a remuneração integral do trabalho prestado durante o intervalo, para além do percentual de 50% previsto no art. 71, § 4º da CLT, com o que se evita, ademais, o enriquecimento ilícito do empregador e a propagação de prática contrária ao direito. Proc. 33534/01 - Ac. 3ª Turma 22365/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 13/5/2002, p. 174

INTERVALO INTRAJORNADA. PERMANÊNCIA NA EMPRESA. CONVENIÊNCIA DO EMPREGADO. Não se pode desprezar o intervalo usufruído nas dependências físicas da empregadora nas hipóteses em que a permanência do empregado ocorre por sua conveniência e não em virtude de imposição patronal. Proc. 35327/01 - Ac. 5ª Turma 29436/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. ACORDO TÁCITO. VALIDADE. É válido o acordo tácito que reduz o intervalo intrajornada para que o empregado fique menos tempo na empresa. Descansando 30 minutos e saindo mais cedo 30 minutos, é notório o benefício concedido ao empregado, além de referido acordo permitir ao empregado influir nas condições de trabalho, tornando-as bilaterais. Negar esse direito é retroagir no tempo e permitir um retrocesso imperdoável nos mecanismos que regem as relações humanas, sob o ponto de vista social, impedindo o progresso das instituições destinadas a valorizá-las. Proc. 35506/01 - Ac. 5ª Turma 25546/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 56

INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. PENALIDADE. NATUREZA INDENIZATÓRIA. A imposição condenatória relativa à redução dos intervalos sem autorização coletiva deve se limitar ao adicional incidente sobre o tempo efetivamente suprimido, uma vez que, a par de não haver extrapolação da jornada, o obreiro era remunerado por hora de trabalho, o que satisfaz o tempo laborado. Tampouco se aplicam os reflexos, em face da natureza estritamente indenizatória da verba em apreço. INTERVALOS INTRAJORNADA. REDUÇÃO. ACORDO COLETIVO. POSSIBILIDADE. O Acordo Coletivo, instrumento de transação de novas condições de trabalho, deve ser considerado globalmente, pois o envolvimento de interesses recíprocos leva a concessões mútuas, que redundam em efetivo proveito para a categoria profissional e a empregadora. Proc. 1254/01 - Ac. 5ª Turma 29546/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 183

INTERVALO INTRAJORNADA. SUPRESSÃO. ACORDO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE: O disposto no art. 71, § 3º, da CLT admite somente a redução, nunca a supressão, do limite mínimo de 1:00 hora para repouso e refeição. Não obstante o prestígio atribuído às negociações coletivas, estas não prescindem do respeito às normas imperativas e de ordem pública, as quais não comportam alterações supressoras ou neutralizadoras por transação ou negociação entre as categorias profissional e econômica. Proc. 6197/02 - Ac. 5ª Turma 15506/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 22/8/2002, p. 47

INTERVALO INTRAJORNADA.. REDUÇÃO. ACORDO COLETIVO. POSSIBILIDADE. Considera-se legítima a redução dos intervalos intrajornada prevista em acordo coletivo firmado entre a empregadora e o Sindicato representativo da categoria profissional do autor, alterando a escala 6X2 para 5X1 e estipulando intervalos de 40 (quarenta) minutos. Proc. 1381/01 - Ac. 5ª Turma 29545/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 183

INTERVALO PARA REFEIÇÃO

INTERVALO PARA REFEIÇÃO. ART. 71, § 4º, DA CLT. VERBA INDENIZATÓRIA. A natureza do

acréscimo previsto no § 4º, do art. 71, da CLT, em casos de ausência ou de irregular concessão do intervalo intrajornada, não é salarial, dado que não se trata de contraprestação por serviços prestados, mas de verdadeira penalidade imposta ao empregador que descumpre uma obrigação legal. Em vista do caráter indenizatório do referido acréscimo, não há como autorizar-se a condenação na respectiva incidência reflexa sobre outras parcelas. Proc. 5693/02 - Ac. SE 28177/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 1/8/2002, p. 11

INTERVALO PARA REPOUSO

INTERVALO PARA REPOUSO. ALIMENTAÇÃO. ADICIONAL. NORMA COLETIVA. Não havendo norma coletiva dispondo sobre o adicional correspondente à supressão do intervalo para repouso/ alimentação, é devida a indenização de 50%. Proc. 33475/01 - Ac. 1ª Turma 20118/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 109

INTERVALO PARA REPOUSO. E ALIMENTAÇÃO. REDUÇÃO. Indefere-se o pagamento do período destinado ao repouso e alimentação se a sua redução decorre de negociação coletiva havida entre o empregador e o sindicato representante da categoria dos trabalhadores. Proc. 13417/02 - Ac. 1ª Turma 29144/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

INTERVALO PARA REPOUSO. INDENIZAÇÃO. A não-concessão ou a redução do intervalo para repouso ou alimentação deve ser indenizada de acordo com as disposições do § 4º do art. 71 da CLT e não remunerada como extra. Proc. 34948/01 - Ac. 1ª Turma 3219/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/5/2002, p. 9

INTERVALO PARA REPOUSO. INDENIZAÇÃO. A não-concessão ou a redução do intervalo para repouso ou alimentação deve ser indenizada de acordo com as disposições do § 4º do art. 71 da CLT, somente a partir da vigência da Lei n. 8.923/94. Proc. 24565/02 - Ac. 1ª Turma 26282/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 8/11/2002, p. 15

INTERVALOS INTRAJORNADA

INTERVALOS INTRAJORNADA. REDUÇÃO. ACORDO COLETIVO. POSSIBILIDADE. O Acordo Coletivo, instrumento de transação de novas condições de trabalho, deve ser considerado globalmente, pois o envolvimento de interesses recíprocos leva a concessões mútuas, que redundam em efetivo proveito para a categoria profissional e a empregadora. Proc. 39335/01 - Ac. 5ª Turma 1533/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 41

INTERVENÇÃO

INTERVENÇÃO. ESTATAL. RESPONSABILIDADE TRABALHISTA O Estado, ao promover a intervenção em estabelecimento hospitalar, passando a gerir a entidade, assume, como interventor, responsabilidades trabalhistas. Rejeitada a exclusão da lide da Fazenda do Estado de São Paulo. Proc. 33068/01 - Ac. 3ª Turma 30401/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 6/12/2002, p. 21

INTERVENÇÃO DE TERCEIRO

INTERVENÇÃO DE TERCEIRO. A intervenção de terceiro é incompatível com o processo do trabalho, na medida em que implica a apreciação de questões não compreendidas na esfera de competência desta Justiça Especializada. Precedentes do C. TST. Preliminar rejeitada. PERICULOSIDADE. ADICIONAL. Constatada a periculosidade através de laudo não infirmado por prova em contrário, o argumento de não ser permanente o contato com o agente perigoso não afasta a obrigação de pagar o respectivo adicional, conforme entendimento contido na Orientação Jurisprudencial n. 5 da SDI-1 do C. TST. Proc. 30480/99 - Ac. SE 25815/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 64

INVALIDADE DO SALÁRIO

INVALIDADE DO SALÁRIO. REGISTRADO INFERIOR AO PROPOSTO. A proposta salarial

comprovada, efetuada pelo empregador, tem efeito obrigatório, não podendo ser alterada por ocasião do registro (art. 1.080/CCB). Proc. 1176/02 - Ac. 4ª Turma 10977/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 25/7/2002, p. 82

IRRETROATIVIDADE DA PRESCRIÇÃO

IRRETROATIVIDADE DA PRESCRIÇÃO. DO TRABALHADOR RURAL PREVISTA NA EC n. 28/00. A EC n. 28/00, que alterou a redação do inciso XXIX, da supracitada norma constitucional, entrou em vigor a partir do dia 26/05/00, ou seja, data posterior à extinção do contrato de trabalho havido entre as partes, vale dizer, a relação jurídica entre elas já se havia consolidado sob a vigência da lei anterior, de modo que, com base nos arts. 5º, inciso XXXVI, da CF e 6º, da LICC, a referida emenda constitucional não pode retroagir seus efeitos para alcançar a situação jurídica alegada nestes autos, uma vez que ela se consumou sob o império da lei velha, sendo irrelevante que a ação tenha sido proposta na vigência da lei nova. Proc. 7781/02 - Ac. 3ª Turma 21760/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 18

ISENÇÃO DE CUSTAS

ISENÇÃO DE CUSTAS. LEI N. 5.584/70. Nessa Justiça especializada, para que a parte seja isenta do recolhimento de custas, é necessário que preencha os requisitos estabelecidos pela Lei n. 5.584/70, mormente aqueles estabelecidos no art. 14. A agravante, entretanto, não se encontra assistida por seu sindicato de classe, não fazendo jus ao benefício da isenção de custas. Assim, o conhecimento do recurso dependeria do efetivo recolhimento das custas, a ser comprovado no prazo legal, o que nco ocorreu. Proc. 33758/01 - Ac. 5ª Turma 4567/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

ISENÇÃO DE CUSTAS. LEI N. 5.584/70. Para que a parte seja isenta do recolhimento de custas, é necessário que preencha os requisitos estabelecidos pela Lei n. 1.060/50, mormente aqueles estabelecidos no "caput" do art. 4º e pela Lei n. 5.584/70, art. 14 No caso presente, além de a autora estar representada por advogado particular, deixou de jungir aos autos, à época da interposição da presente reclamatória, comprovante de sua alegada hipossuficiência. Ademais, uma vez condenada ao pagamento das custas processuais, deveria ter procedido ao recolhimento das mesmas, no prazo legal, a fim de ter seu pedido analisado, o que não fez. Proc. 34200/01 - Ac. 5ª Turma 4578/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 41

ISENÇÃO DE CUSTAS. PEDIDO EM RECURSO. É necessário que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita constante de petição inicial seja renovado nas razões do apelo, providencial sem a qual torna-se impossível seja a questão conhecida em grau de recurso. Proc. 33427/01 - Ac. 5ª Turma 31100/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 230

ISENÇÃO DE CUSTAS. PEDIDO EM RECURSO. POSSIBILIDADE. Em respeito ao direito da parte garantido constitucionalmente de ter o seu apelo conhecido por uma corte revisora quando preenchidos os pressupostos de admissibilidade, o pedido de isenção de custas, quando objeto do recurso, deve ter o seu mérito conhecido, ainda que aquelas não tenham sido recolhidas. Proc. 1635/01 - Ac. 5ª Turma 9646/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

ISENÇÃO PARA EMPRESA

ISENÇÃO PARA EMPRESA. Cumpre considerar inexistir qualquer agressão ao princípio de isonomia, uma vez que o tratamento deve ser idêntico para os iguais, sendo impossível a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária gratuita, porquanto esta somente é concedida ao empregado, nos casos legalmente previstos (art. 14, da Lei n. 5.584/70). E, ainda que assim não fosse, não se pode admitir a concessão do benefícios a entidades com finalidade lucrativa, como é o caso da agravante. Proc. 31797/01 - Ac. 1ª Turma 28460/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 150

ISONOMIA SALARIAL

ISONOMIA SALARIAL. PRETENSÃO CALCADA EM NORMA CONVENCIONAL. INSTRUÇÃO DA INICIAL. OBRIGATORIEDADE. De acordo com o art. 283 do CPC, cumpre ao reclamante instruir a petição

inicial com o instrumento normativo em que se encontra a regra sobre a qual se funda a pretensão deduzida, sob pena de improcedência do pedido. Proc. 27432/99 - Ac. SE 10879/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

JOGADOR DE FUTEBOL

JOGADOR DE FUTEBOL. JUSTIÇA DESPORTIVA. NÃO INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. O ajuizamento de ação na Justiça Desportiva visando o recebimento de verbas de natureza trabalhista, não interrompe a prescrição pois o foro competente é a Justiça do Trabalho. Proc. 10543/02 - Ac. 5ª Turma 24883/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 25/10/2002, p. 43

JORNADA CONTRATUAL

JORNADA CONTRATUAL. ALTERAÇÃO UNILATERAL - IMPOSSIBILIDADE. A teor do "caput" do art. 468, da CLT, só é lícita a alteração do contrato de trabalho por mútuo consentimento, e desde que dela não decorra prejuízo ao empregado. Na hipótese dos autos, houve majoração de horas e a transformação do salário-hora em salário mensal, implicando verdadeira sonegação das horas extras efetivamente laboradas. Proc. 35771/01 - Ac. 1ª Turma 8703/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 7

JORNADA DE TRABALHO

JORNADA DE TRABALHO. A recusa injustificada de cumprir a ordem judicial de apresentação dos cartões de ponto importa na presunção de veracidade da jornada de trabalho declinada na petição inicial (Enunciado n. 338, C. TST). Proc. 9218/00 - Ac. SE 10635/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

JORNADA DE TRABALHO. Apesar da extrapolação do limite diário, no sistema de 12X36 é respeitada a jornada semanal de quarenta e quatro horas prevista no art. 7º, XIII, da CF. Proc. 26514/99 - Ac. SE 10645/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

JORNADA DE TRABALHO. Não havendo contraposição à assertiva lançada pelo recorrente na peça contestatória, no sentido de que a jornada de trabalho, a partir de outubro/98, deixou de ser alternada, passando a ser cumprida em horário fixo preestabelecido, o limite legal da jornada de trabalho a ser observado é de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, sendo inaplicável a regra prevista no art. 7º, XIV, da CF. Proc. 12033/00 - Ac. SE 5063/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 22

JORNADA DE TRABALHO. Não havendo prova inconteste do exercício de poderes de gestão e mando, de representação do empregador perante terceiros, inclusive na condução dos interesses deste, inaplicável a regra do art. 62, II, da CLT. Proc. 26087/99 - Ac. SE 5046/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

JORNADA DE TRABALHO. Não logrando o recorrente provar a realização de acerto para alteração da jornada de trabalho inicialmente pactuada, ônus que lhe cabia (art. 333, II, CPC), inevitável reconhecer que a majoração da carga horária se deu de forma unilateral e com evidente prejuízo para a recorrida. Proc. 25343/99 - Ac. SE 5038/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

JORNADA DE TRABALHO. Não provando o recorrente a jornada de trabalho declinada na petição inicial, indevidas se tornam as horas extras pleiteadas. REBAIXAMENTO FUNCIONAL. CARGO. ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA. DIFERENÇAS SALARIAIS. Embora alterada a nomenclatura do cargo ocupado pelo empregado, em decorrência de reestruturação interna da empresa, improcede o pedido de majoração salarial, se restaram inalteradas as funções por ele desempenhadas, com acréscimo de responsabilidade mesmo se ocorrente promoção para outros empregados exercentes das mesmas atividades. Proc. 26212/99 - Ac. SE 5048/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

JORNADA DE TRABALHO. 12X36 PREVISTA EM NORMA COLETIVA. NÃO CABIMENTO DE HORAS EXTRAS. O regime de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso é mais favorável ao trabalhador, por possibilitar o cumprimento de jornada de trabalho inferior àquela prevista em lei, além do

usufruto de descansos semanais superiores aos concedidos no regime de oito horas e estando prestigiado por norma coletiva, há que ser considerado legítimo porque a CF, em seu art. 8º, inciso III, atribuiu aos sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria e, em seu inciso VI, determinou a obrigatoriedade da participação da entidade sindical nas negociações coletivas de trabalho. Proc. 31731/01 - Ac. 5ª Turma 16543/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 83

JORNADA DE TRABALHO. CLT, ART. 62. CF, ART. 7º, INCISO XIII. INTERPRETAÇÃO. A CF assegura a todos os trabalhadores o direito à jornada mínima e ao adicional, nas sobrejornadas (CF/88, art. 7º, inciso XIII). Conseqüentemente, a aplicação do excepcional art. 62 da CLT exige para sua configuração, necessariamente, que o trabalhador tenha à sua disposição, ou por trabalho externo, ou por poder de mando, a capacidade de gerir o seu horário de trabalho. É ridículo, "data vênia", querer se utilizar do art. 62 da CLT só para condicionar o trabalhador a trabalhar, como escravo, hipótese repelida pela CF. Proc. 18885/00 - Ac. 2ª Turma 18614/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 68

JORNADA DE TRABALHO. DO ADVOGADO. LEI N. 8.906/94. Inexistindo dedicação exclusiva ou acordo/convenção coletiva dispondo em contrário, a jornada de trabalho do advogado, a partir da vigência da Lei n. 8.906/94, é de 4 horas, sendo devidas como extras e remuneradas com adicional de 100% as horas laboradas a partir daquele limite. Proc. 31310/01 - Ac. 5ª Turma 16494/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

JORNADA DE TRABALHO. ESPECIAL. ATENDENTES DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO A CONSUMIDORES. APLICAÇÃO DO ART. 227, DA CLT. Os trabalhadores em Serviços de Atendimento a Consumidores, que atuam o dia todo com equipamentos do tipo "headphone", prestando serviços ou informações a clientes de seu empregador, fazem jus ao regime especial de jornada de seis horas, pela aplicação analógica do art. 227, da CLT. É que tal dispositivo, inicialmente fixado para empregados em serviços de telefonia, teve em conta a penosidade da atividade do obreiro, decorrente de sua rotina de labor. As modificações tecnológicas nos processos de trabalho exigem do magistrado a devida adequação das normas existentes para atendimento das situações fáticas que assim surgirem. Por isso, identificando que os trabalhadores dos SACs atuam em condições penosas similares à dos operadores de telefonia, resta autorizado o uso analógico do dispositivo legal indicado, nos termos do art. 8º, da CLT. Proc. 32150/01 - Ac. 3ª Turma 21855/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 3/10/2002, p. 20

JORNADA DE TRABALHO. FRAGILIDADE DA PROVA. A prova testemunhal apresentada pelo reclamante é deficiente e frágil, inábil, portanto, para autorizar o reconhecimento da jornada de trabalho declinada na inicial. Proc. 35166/01 - Ac. 1ª Turma 8704/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 7

JORNADA DE TRABALHO. MINUTOS QUE ANTECEDEM A JORNADA DE TRABALHO. MAIS DE CINCO MINUTOS. HORAS EXTRAS. A jurisprudência majoritária da Seção de Dissídios Individuais do C. TST já consagrou orientação (Orientação n. 23) no sentido de que será tolerado o excedimento da jornada de trabalho em cinco minutos, sendo que, se a jornada for superior a tal período, serão considerados como horas extras os minutos que antecederam a jornada de trabalho em sua integralidade. Proc. 2659/02 - Ac. 3ª Turma 24618/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 25/10/2002, p. 29

JORNADA DE TRABALHO. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA. Os cinco minutos gastos para o registro de entrada e saída do serviço não são considerados como extraordinários (cf. Orientação Jurisprudencial n. 23 da SDI do C. TST). Proc. 32149/99 - Ac. SE 10949/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

JORNADA DE TRABALHO. OS INSTRUMENTOS NORMATIVOS QUE NÃO APONTAM QUALQUER VANTAGEM AO EMPREGADO PELA SUPRESSÃO DA JORNADA DE SEIS HORAS NO TRABALHO EM TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. A negociação coletiva que autoriza jornada de oito horas nos turnos ininterruptos de revezamento deve conter cláusulas que revelem verdadeira barganha, ou seja, sejam claras em revelar que algum benefício foi recebido pela aceitação de modalidade de trabalho gravosa à saúde do trabalhador. Proc. 10965/00 - Ac. 3ª Turma 18766/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 73

JORNADA DE TRABALHO. REGIME 12 X 36. AUSÊNCIA DE INTERVALO. REMUNERAÇÃO. A escala de trabalho adotada (12 X 36) não afasta a obrigatoriedade de concessão do intervalo, cuja ausência importa na obrigatoriedade de quitar a hora correspondente ao interregno com o acréscimo de 50%. Proc. 26021/99 - Ac. SE 28195/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 12

JORNADA DE TRABALHO. REGIME DE COMPENSAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE ACORDO. PAGAMENTO. A violação da regra insculpida no art. 71 da CLT importa o pagamento em favor do obreiro do valor correspondente à hora trabalhada, acrescida do percentual legal, não redundando o ilícito, antes da vigência da ordem contida no § 4º desse dispositivo legal, em mera infração administrativa, pois não perde o caráter de trabalho extraordinário o serviço prestado no tempo destinado ao descanso, traduzindo-se ainda a ausência da correspondente contraprestação salarial em enriquecimento ilícito do empregador. Não comprovada a existência de acordo escrito, reputa-se irregular o regime de compensação a que se submeteu o reclamante, sendo-lhe devido, pois, apenas o pagamento do adicional de horas extras, conforme aponta o Enunciado n. 85 do C. TST. Proc. 26221/99 - Ac. SE 10868/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

JUIZ

JUIZ. APRECIAÇÃO DAS PROVAS. VALORAÇÃO. PRINCÍPIO DA PERSUASÃO RACIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 131 DO CPC. O Juiz, ao apreciar os pedidos valorando as provas, tem ampla liberdade de verificar sua pertinência, principalmente no processo laboral, cujo objetivo maior é alcançar a verdade real. Cabe-lhe, sim, inclusive por expressa disposição legal, conforme o art. 131 do CPC, de aplicação subsidiária no processo laboral, restringir-se aos elementos existentes nos autos, inclusive para aquilatar a qualidade da prova, a coerência intrínseca com os fatos alegados, em conformidade com o art. 818 da CLT e art. 333 e incisos, do CPC. Ora, o objetivo desta não é senão outro do que formar a convicção do Órgão Julgador, sempre, repita-se, fulcrado no princípio da persuasão racional. Proc. 10896/02 - Ac. 2ª Turma 27633/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 23

JUIZ. PARTICIPAÇÃO (DECIDIDA) NA INSTRUÇÃO DO FEITO. POSSIBILIDADE. Antes de endereçar alguma crítica, há de ser estimulada uma maior e mais decidida participação do juiz na instrução do feito, pois que também lhe interessa o resultado do processo (José Roberto dos Santos Bedaque). Proc. 33551/01 - Ac. 1ª Turma 24426/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 21

JULGAMENTO

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". Não há como ser apreciado o pedido de horas extras excedentes à 6ª diária - regime de revezamento - já que este não consta do rol trazido com a petição inicial, sob pena de se incorrer em julgamento "extra petita", infrator dos arts. 128 e 460 do CPC. Proc. 27938/99 - Ac. SE 26744/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 92

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". Julgamento "extra petita" não implica em nulidade da sentença porquanto tem a Corte Revisora autoridade legal para ajustar a condenação aos limites do pedido, sendo o mais matéria de mérito. Proc. 6374/02 - Ac. 5ª Turma 21267/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". ADEQUAÇÃO DA CONDENAÇÃO AOS TERMOS DO PEDIDO. A sentença judicial, em decorrência da aplicação do princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte, deve estabelecer claramente os direitos e correspondentes obrigações dentro dos limites do pedido. É o que prescrevem os arts. 128 e 460 do CPC. Consoante se infere da leitura da exordial, a postulação do autor limitava-se à condenação solidária, hipótese inadmissível para o caso vertente, nos termos do art. 896, do CC. A sentença combatida, por seu turno, impôs a condenação subsidiária, aplicando aos autos instituto diverso daquele postulado, donde se infere que o vício apontado efetivamente ocorreu. Nesses termos, acolhe-se a preliminar argüida para, sanando o vício apontado pela reclamada, excluir da condenação a responsabilidade subsidiária da recorrente, restando, portanto, improcedente a ação ajuizada em face dela. Proc. 34684/00 - Ac. 5ª Turma 11549/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 79

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". CARACTERIZAÇÃO. Incorre em julgamento "extra petita" o julgado que reconhecer direitos não pleiteados na peça exordial, sob pena de desrespeitar os princípios do contraditório e da ampla defesa. Proc. 9317/02 - Ac. 5ª Turma 1936/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 33

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". DECISÃO DE CAUSA DIVERSA DA POSTA EM JUÍZO. NULIDADE DECLARADA. Se o reclamante pleiteou o reconhecimento de solidariedade entre as reclamadas na forma do

previsto no Enunciado n. 331, do C. TST e a r. decisão de origem reconheceu o vínculo empregatício apenas com a segunda reclamada, excluindo a solidariedade, é inequívoco tratar-se de decisão "extra petita". Tal decisão deve ser anulada, sob pena de causar supressão de instância, eis que apreciou a causa de forma diversa da posta em juízo. Proc. 14685/00 - Ac. 1ª Turma 15510/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 46

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". IMPOSIÇÃO DE MULTA. INOCORRÊNCIA. Não traduz julgamento "extra petita" a imposição pelo juiz, de multa, para cumprimento de obrigação de fazer, o que é autorizado pelo art. 461, § 4º, do Estatuto Processual, e pode contribuir para a efetividade da decisão, pelo estímulo, então dado, ao seu cumprimento. Proc. 35323/01 - Ac. 1ª Turma 25169/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 44

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". NÃO CONFIGURAÇÃO. Não configura julgamento "extra petita" quando a sentença, proferida nos exatos termos do art. 128 do CPC, encontra-se em estrita consonância com a pretensão. Proc. 15703/00 - Ac. 1ª Turma 6680/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/2/2002, p. 74

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". NÃO OCORRÊNCIA. A apreciação de questão atinente à competência material não implica, em hipótese alguma, julgamento "extra petita". A incompetência absoluta pode ser argüida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, devendo, inclusive, ser declarada "ex officio" pelo Juiz, conforme estabelecido no art. 113, do CPC, de aplicação subsidiária ao processo trabalhista. Proc. 25728/99 - Ac. SE 10929/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em sentença "extra petita", eis que o pedido foi claro e objetivo, encontrando fundamento nas convenções coletivas juntadas ao processo, estando a decisão amparada em todo o conjunto probatório carreado aos autos. Proc. 32018/99 - Ac. SE 14607/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 11

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em julgamento "extra petita", uma vez que o Juiz de primeira Instância não modificou o pedido, tão-somente realizou sua adequação ao caso concreto. Proc. 32699/00 - Ac. SE 15105/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA". PRELIMINAR ACOLHIDA. COOPERATIVA DE SERVIÇOS E INDÚSTRIA DE SUCO. Imprescindível a formulação de pedido relativo ao reconhecimento de vínculo de emprego com a cooperativa de serviços, para, somente após, pedir a solidariedade da tomadora. A petição inicial, centrada apenas na vindicada condenação solidária das reclamadas, padece de imperfeição técnica, sequer fazendo referência a eventual fraude, razão pela qual há de se acolher a preliminar de julgamento "extra petita", para expungir da condenação o liame empregatício reconhecido com a tomadora dos serviços e, conseqüentemente, excluir todas as demais verbas. Proc. 21889/01 - Ac. 5ª Turma 7914/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/7/2002, p. 39

JULGAMENTO. "EXTRA PETITA" E "EXTRA CAUSA PETENDI". PROVIDÊNCIA JURISDICIONAL NÃO PLEITEADA DIRETA OU INDIRETAMENTE NA EXORDIAL. OCORRÊNCIA. Afigura-se ilegítima a condenação do empregador quando o decreto condenatório se fundamenta em circunstância fático-jurídica não descrita no exórdio, ou quando a providência jurisdicional é prestada sem postulação direta ou indireta. Ocorre, na hipótese, o chamado "julgamento extra petita - extra causa petendi" situação que ofende os princípios da ação e da imparcialidade do julgador. Inteligência do art. 460 do CPC. Proc. 14429/02 - Ac. 2ª Turma 30752/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/12/2002, p. 5

JULGAMENTO. "ULTRA E "EXTRA PETITA". NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em julgamento "ultra" ou "extra petita" na condenação de hora extra, já que essa encontra fundamento na não concessão do intervalo para refeição e descanso. Proc. 11947/00 - Ac. SE 14290/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

JULGAMENTO. "ULTRA PETITA". A decisão "ultra petita" não importa nulidade do julgamento, eis que passível de reforma pelo juízo "ad quem", com exclusão do excesso havido. "In casu", reformo a sentença, nesse particular, para que o encerramento de trabalho aos sábados, durante os 15 dias de dezembro, para efeito de apuração dos adicionais de horas extras, seja fixado às 13h00, conforme postulado no pedido, sob pena de ficar caracterizado o julgamento "ultra petita". Proc. 31894/99 - Ac. SE 10854/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 58

JULGAMENTO. "ULTRA PETITA". CONFIGURAÇÃO. Configurado julgamento "ultra petita", poderá o órgão revisional adequá-lo aos limites da litiscontestatio, a fim de que seja oferecida a correta prestação jurisdicional. Proc. 12997/00 - Ac. 1ª Turma 10486/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/3/2002, p. 45

JULGAMENTO. "ULTRA PETITA". OCORRÊNCIA. O Juiz não deve julgar além do pedido das partes ("ne est judex ultra petittum partium"). "In casu", entendo que o salário do autor deva ser fixado em R$ 420,00, já que constou na inicial que este fora admitido para exercer a função de vendedor, percebendo como salário mensal importância de R$300,00, além das comissões de R$ 120,00. Proc. 27431/99 - Ac. SE 10590/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

JULGAMENTO. "ULTRA-PETITA". VEDAÇÃO. A prestação jurisdicional não pode extrapolar os limites da lide - arts. 128 e 460 do CPC. Proc. 12845/00 - Ac. 1ª Turma 3008/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

JUNTADA DE DOCUMENTO

JUNTADA DE DOCUMENTO. . CLT, ART. 74, § 2º. ÔNUS DA PROVA. Não há confissão "ficta" pela não juntada de cartões de ponto, na forma do § 2º do art. 74 da CLT, se o magistrado não o determinar, na forma do art. 359-I do CPC. Proc. 3722/00 - Ac. 2ª Turma 1453/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 16/5/2002, p. 21

JUNTADA DE DOCUMENTOS

JUNTADA DE DOCUMENTOS. APÓS O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO. INDEFERIMENTO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. Ainda que a legislação processual admita a juntada de documentos pela parte após o momento próprio - ou seja, na inicial e na contestação - esse ato tem como limite lógico o decreto de encerramento da instrução processual. A parte não pode se utilizar indefinidamente da possibilidade de apresentação de documentos novos para provocar sucessivas reaberturas da instrução processual, principalmente se não fez qualquer ressalva a essa possibilidade quando teve oportunidade para fazê-lo. Proc. 36345/01 - Ac. 3ª Turma 16092/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 69

JUROS

JUROS. CRÉDITO TRABALHISTA RECONHECIDO POR DECISÃO JUDICIAL. NÃO QUITAÇÃO. INCIDÊNCIA. LEI N. 8.177/91. Por imposição legal - art. 39 da Lei n. 8.177/91 -, os créditos trabalhistas reconhecidos por decisão judicial quando não satisfeitos, sofrerão a incidência de correção monetária e juros desde a data de vencimento até o efetivo pagamento, calculados "pro rata die". Proc. 17019/02 - Ac. 2ª Turma 21210/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 103

JUROS. FALÊNCIA. Após a decretação da falência são indevidos os juros de mora, consoante o disposto no art. 26, do Estatuto Falimentar. Não incumbe à agravante o ônus de provar que o ativo apurado não basta para o pagamento do principal, pois tal presume-se, em face da falência. Proc. 37272/01 - Ac. 5ª Turma 5688/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 33

JUROS. MASSA FALIDA. INAPLICABILIDADE DO ART. 26 DA LEI DE FALÊNCIAS. Em relação aos créditos trabalhistas, em face da sua natureza privilegiada, não se aplica o disposto no art. 26 do Decreto-lei n. 7.661/45 (Lei de Falência). Proc. 25290/01 - Ac. 2ª Turma 26135/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 74

JUROS. E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE. INCIDÊNCIA. O cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte incide sobre o total dos rendimentos, inclusive sobre juros e atualização monetária. (art. 56 do Decreto n. 3.000/99 e art. 46 da Lei n. 8.541/92). Proc. 34489/01 - Ac. 5ª Turma 29594/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 184

JUROS. E CORREÇÃO MONETÁRIA. PEDIDO IMPLÍCITO. Juros legais e correção monetária devem ser fixados pela sentença, por imperativo legal, dispensando, por isso, pedido expresso. Inteligência do art. 293

do CPC, bem como do art. 1º da Lei n. 6.899/81. Proc. 9301/02 - Ac. 5ª Turma 1942/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 33

JUROS DE MORA

JUROS DE MORA. A responsabilidade do executado quanto aos juros moratórios incidentes sobre o débito trabalhista somente cessa com o efetivo pagamento do valor total devido ao exeqüente. Proc. 26713/02 - Ac. 1ª Turma 31228/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 62

JUROS MORATÓRIOS

JUROS MORATÓRIOS. INÉRCIA DO CREDOR (INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 878 CLT C/C 605 DO ESTATUTO ADJETIVO). Dispondo o art. 878 do diploma obreiro que a execução pode ser "promovida por qualquer interessado", bem como, facultando o art. 605 do CPC que o devedor apure o "quantum debeatur" quando o valor condenatório dependa apenas de cálculo aritmético, este último não pode invocar em seu benefício o desinteresse do exeqüente em promover o andamento do feito. Proc. 18352/02 - Ac. 4ª Turma 25777/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 31/10/2002, p. 13

JUSTA CAUSA

JUSTA CAUSA. A justa causa alegada e não provada, por si só, não enseja a indenização por dano moral. A dispensa do trabalhador está inserida no poder diretivo do empregador. Faz-se necessário que as circunstâncias da rescisão ocasionem lesão pessoal (honra, reputação, intimidade, imagem, etc). Proc. 8304/02 - Ac. 4ª Turma 26015/02-PATR. Rel. Gisela Rodrigues Magalhães de Araújo e Moraes. DOE 8/11/2002, p. 33

JUSTA CAUSA. Tratando-se a conduta tida à conta de falta grave de mera reação do empregado a alteração unilateral do contrato de trabalho praticada pelo empregador, tem-se por exagerada a aplicação da penalidade máxima, especialmente em se considerando não haver antecedentes. Não caracterizado, portanto, o ato de insubordinação ensejador de justa causa. Proc. 26368/01 - Ac. 3ª Turma 23673/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 215

JUSTA CAUSA. ABANDONO DE EMPREGO. CARACTERIZAÇÃO EM PRAZO INFERIOR A 30 (TRINTA) DIAS. As provas acostadas configuraram-se suficientemente hábeis para caracterizar o abandono do emprego, antes de decorridos 30 (trinta) dias, não podendo a presunção de dispensa imotivada sobrepor-se a fatos incontestes. Proc. 15504/00 - Ac. 1ª Turma 10476/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/3/2002, p. 44

JUSTA CAUSA. ATO DE INDISCIPLINA. Comprovada a desobediência as ordens gerais do empregador, comete o obreiro ato de indisciplina que determina o rompimento do contrato de trabalho por justo motivo. Proc. 14000/00 - Ac. 1ª Turma 3200/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 28/1/2002, p. 32

JUSTA CAUSA. BANCÁRIO. NÃO PAGAMENTO CONTUMAZ DE DÍVIDAS. PROCEDÊNCIA DA RESILIÇÃO MOTIVADA. ART. 508 DA CLT. Tratando-se de empregada bancária que laborava no setor de cheques e que, de forma contumaz, os emitia sem provisão de fundos, aplicável ao caso a resilição contratual por justa causa, nos termos do art. 508 Consolidado e em face da quebra da fidúcia necessária entre as partes. Proc. 38305/00 - Ac. 5ª Turma 5558/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

JUSTA CAUSA. CARACTERIZADA. SUBSTITUIÇÃO SEM ANUÊNCIA DO EMPREGADOR POR MENOR. TRABALHO PERICULOSO. Sendo a pessoalidade um dos requisitos da relação empregatícia, não poderia o obreiro fazer-se substituir sem a anuência, ou o conhecimento do empregador, devendo ser considerada justa causa para o despedimento a substituição efetivada pelo obreiro por menor de idade, o qual está proibido de exercer função periculosa (art. 405, da CLT) tal qual a do reclamante. Proc. 13766/00 - Ac. 1ª Turma 8302/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 50

JUSTA CAUSA. CONDENAÇÃO CRIMINAL TRÂNSITA. MAUS ANTECEDENTES. CARACTERIZAÇÃO. A condenação criminal transitada em julgado, quando não suspensa a execução da

pena, associada aos maus antecedentes do trabalhador, enseja a dissolução motivada da relação de emprego. Inteligência do art. 462, "d", CLT. Proc. 30096/01 - Ac. 2ª Turma 31465/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 243

JUSTA CAUSA. CONFIGURAÇÃO. A despedida por justa causa requer do empregador prova robusta e convincente quanto ao ato faltoso, principalmente por macular a vida profissional do empregado. "In casu", ficou demonstrado, pela farta documentação acostada aos autos, que a reclamante teria desviado valores consideráveis da empresa para sua conta particular, o que constituiu justo motivo para a rescisão contratual nos moldes do art. 482 da CLT. Proc. 499/00 - Ac. SE 25744/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 61

JUSTA CAUSA. CONTRATO SUSPENSO. CARACTERIZAÇÃO. DUPLA PENALIDADE NÃO CONFIGURADA. Configura justa causa para a dispensa a prática de atos de improbidade, devidamente comprovados, ainda que verificados quando o contrato laboral encontrava-se suspenso em face de exercício de mandato eletivo, mormente quando o empregado, na condição de Administrador Público, lesou indiscutivelmente o Município que o emprega. De outra parte, a cassação do mandato eletivo e a posterior dispensa do empregado, por justa causa, não configuram dupla punição, quando, em face da gravidade da conduta ímproba, os atos praticados tiveram reflexos não só na esfera administrativa, mas também, e principalmente, na relação de emprego, restando incontestável a quebra de fidúcia. Provimento da remessa oficial e do recurso voluntário do Município para autorizar a dispensa motivada de empregado considerado estável. Proc. 26553/01 - Ac. 4ª Turma 9310/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 11/7/2002, p. 34

JUSTA CAUSA. DESCARACTERIZAÇÃO. EXIGÊNCIA DE SERVIÇOS SUPERIORES ÀS FORÇAS DO TRABALHADOR. O reclamado para compensar a redução do seu quadro de funcionários vinha, por mais de quinze dias, aumentando a carga horária de seus trabalhadores além do limite diário permitido pelo art. 59, da CLT, tornando a execução dos serviços superiores às forças dos trabalhadores, ainda mais se considerarmos que o serviço desempenhado já era extenuante por si só (desossador de carnes bovinas). Portanto, o fato da reclamante se recusar a continuar trabalhando após uma jornada de mais de onze horas não constitui justa causa para o despedimento do trabalhador. Proc. 14623/00 - Ac. 1ª Turma 9015/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 73

JUSTA CAUSA. DESCARACTERIZADA PELA DUPLA PUNIÇÃO. O reclamante recebeu aviso da penalidade de advertência, em conformidade com a conclusão da sindicância realizada pela municipalidade, e, posteriormente, foi despedido por justa causa, pelos mesmos motivos, fatos que configuram inadmissível dupla punição. Proc. 33134/01 - Ac. 1ª Turma 10143/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 25/7/2002, p. 58

JUSTA CAUSA. DESÍDIA. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a desatenção do empregado para com as regras estabelecidas pela reclamada configura-se a desídia ensejadora da demissão por justa causa, mesmo quando o procedimento do reclamante não tenha redundado em prejuízo para a empresa. Proc. 38683/01 - Ac. 5ª Turma 1537/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

JUSTA CAUSA. DESÍDIA. EXERCÍCIO DE FUNÇÃO TÉCNICA. DESCUMPRIMENTO CULPOSO. PROVA SUFICIENTE. CARACTERIZAÇÃO. RECONHECIMENTO. A justa causa para a despedida de qualquer trabalhador, por constituir pecha que irá acompanhar a sua vida profissional, deve restar indubitavelmente demonstrada. Um dos elementos intrínsecos do contrato de trabalho, é a fidúcia no desenvolvimento do contrato, qualidade essa que deve subsistir enquanto houver o liame jurídico unindo as partes. Desse modo, não se pode prescindir de sua presença. Se eventualmente um empregado deixa de cumprir sua função técnica, de maneira grave e, por via de conseqüência, proporciona sérios prejuízos ao empregador, inevitável o rompimento do contrato de forma motivada, por iniciativa deste. Proc. 10588/02 - Ac. 2ª Turma 23807/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 13

JUSTA CAUSA. DESÍDIA. SANGRIA DE CAIXA. CONFIGURAÇÃO. Comprovada a desatenção do empregado para com as regras estabelecidas pela reclamada (sangria de caixa e cofre, de modo a serem providenciados depósitos bancários, de forma fracionada, várias vezes ao dia, permanecendo no estabelecimento valores ínfimos para o troco, com o fito de se contornarem os prejuízos de prováveis furtos), configura-se a desídia ensejadora da demissão por justa causa. Proc. 25325/01 - Ac. 5ª Turma 5687/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 33

JUSTA CAUSA. FALTA GRAVE. PROVA SUFICIENTE. CARACTERIZAÇÃO. A justa causa para a despedida de qualquer trabalhador, por constituir pecha que irá acompanhar a sua vida profissional, deve

restar induvidosamente demonstrada. Logo, presentes elementos probatórios convincentes, deve ser reputada justa a despedida. Proc. 9169/02 - Ac. 2ª Turma 2772/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 15

JUSTA CAUSA. GERENTE DE OPERAÇÕES. IRREGULARIDADES CONTÁBEIS COMPROVADAS POR LAUDO PERICIAL. Considerando-se que o empregado ocupava cargo de confiança na reclamada, o de gerente de operações, pelo qual era responsável pelos resultados financeiros da cooperativa, e que o laudo pericial constatou enorme prejuízo em face de irregularidades no âmbito contábil, de competência do reclamante (aumentos injustificados, vendas a pessoas inidôneas e alterações não esclarecidas nos limites de crédito), correta a justa causa aplicada. Improcedência que se mantém. DANOS MORAIS. Se a justa causa procede, impertinente o pedido de indenização por danos morais. Proc. 37703/00 - Ac. 5ª Turma 5568/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

JUSTA CAUSA. IMPROBIDADE. PASSADO FUNCIONAL x GRAVIDADE DA FALTA. PROPORCIONALIDADE. Empregado, ocupante de cargo de gerência, que de forma consciente, premeditada e reiterada, durante mais de um ano, obtém mediante fraude o reembolso de gastos com medicamento, utilizando-se indevidamente de benefício instituído pela empregadora, merece a punição máxima, diante da gravidade da falta cometida. Apesar de contar com mais de 20 anos de passado funcional imaculado, e justamente por ser um exemplo de conduta dentro da empresa, a reclamada não poderia tolerar a sua improbidade. Quanto maior a confiança depositada no empregado, mais grave se mostra a sua traição. Inviável a manutenção do vínculo e, conseqüentemente, válida a dispensa por justa causa. Proc. 34436/01 - Ac. 2ª Turma 26195/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 15/7/2002, p. 76

JUSTA CAUSA. INSUBORDINAÇÃO. COMPROVAÇÃO. ART. 482, "H", DA CLT. Se a própria autora confessou que foi contratada para certas funções e que, ao receber ordens, inerentes ao cargo, deixou de cumpri-las, restou comprovadamente caracterizada a insubordinação prevista no art. 482, "h", da CLT, ensejadora da dispensa por justa causa. Proc. 39283/00 - Ac. 5ª Turma 10141/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

JUSTA CAUSA. MAU PROCEDIMENTO. Não se reconhece a justa causa quando não comprovados os atos de mau procedimento imputados ao obreiro e invocados para justificar a dispensa. Proc. 8915/02 - Ac. 1ª Turma 20131/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 94

JUSTA CAUSA. MAU PROCEDIMENTO. PROVA DEFICIENTE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A justa causa para a despedida de qualquer trabalhador, por constituir pecha que irá acompanhar a sua vida profissional, deve restar induvidosamente demonstrada. Logo, à míngua de elementos probatórios convincentes, deve ser reputada injusta a despedida. Proc. 8067/02 - Ac. 2ª Turma 22013/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 13

JUSTA CAUSA. NÃO CONFIGURAÇÃO. A despedida por justa causa requer do empregador prova robusta e convincente quanto ao ato faltoso, principalmente por macular a vida profissional do empregado e requer, para sua caracterização, sejam observados requisitos indispensáveis à sua admissibilidade, quais sejam, imediatidade, gravidade e causalidade. No presente caso, conforme assinalado na r. sentença, a recorrente deixou de observar, em relação às faltas cometidas pelo reclamante, o requisito fundamental da imediatidade. Proc. 9290/00 - Ac. SE 28167/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

JUSTA CAUSA. OFENSAS FÍSICAS A COLEGA DE TRABALHO. CARACTERIZAÇÃO. Incide em falta grave o trabalhador que se desentende com colega de trabalho, ofendendo-o, fisicamente, no local de prestação dos serviços. Proc. 13502/00 - Ac. 1ª Turma 4169/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 65

JUSTA CAUSA. PODER DE MANDO DO EMPREGADOR, PREVISTO NO ART. 482 DA CLT. AUSÊNCIA DE DANO MORAL. Exsurgindo dos autos que houve discussão acalorada entre as partes litigantes, culminando com a dispensa por justa causa do empregado, mas não havendo comprovação de que o mesmo de alguma forma tivesse sido humilhado por seu empregador, conclui-se que este tão-somente utilizou-se de seu poder de mando, previsto no art. 482 da CLT, não havendo se falar em indenização por danos morais. Proc. 39366/00 - Ac. 5ª Turma 14194/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 84

JUSTA CAUSA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. A infração praticada pelo reclamante, mesmo que consubstanciasse conduta desfavorável por parte daquele, jamais poderia justificar a resolução do contrato.

O princípio da proporcionalidade deve ser levado em conta pelo empregador, o qual, utilizando-se de seu poder disciplinar, adequará a penalidade aplicada à infração cometida, numa medida correta e justa. Proc. 25359/99 - Ac. SE 10928/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

JUSTA CAUSA. PROPORCIONALIDADE ENTRE O ATO FALTOSO E A PENA. A abjeção comportamental do reclamante, que revela extremo desdém com as mínimas regras de convívio social, deve ser pronta e severamente reprimida, havendo proporcionalidade entre o ato e a justa causa aplicada. Proc. 27095/99 - Ac. SE 22231/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 170

JUSTA CAUSA. PROVA. A ocorrência de justa causa para a ruptura do contrato de trabalho requer prova robusta da prática de falta grave cometida pelo trabalhador. Não bastam meras conjecturas e presunções Proc. 15473/00 - Ac. 1ª Turma 4143/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

JUSTA CAUSA. VIGILANTE. ABANDONO DO POSTO. CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NÃO OFERTADAS. Restando comprovado o perigo iminente a que o vigilante estava sujeito pela absoluta ausência de condições mínimas de segurança no local de trabalho, o abandono do posto no meio do expediente não pode ser caracterizado como justa causa para o despedimento, porque a empresa tem o dever de oferecer condições de trabalho que garantam a mínima segurança ao trabalhador, sendo imoral e ilegal a reclamada pretender que o empregado, por ter aceito o serviço de vigilância, arrisque a própria vida sem qualquer proteção. Proc. 13773/00 - Ac. 1ª Turma 3151/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

JUSTA CAUSA. VIGILANTE. HOSPITAL DAS CLÍNICAS. SETOR DE HIV. Dos autos consta que o reclamante, vigilante, passou mal quando foi designado para o setor dos portadores de HIV, do Hospital das Clínicas e foi suspenso por três dias quando se recusou a assumir esse posto de serviço, tendo sido dispensado, dias após, por justa causa, por indisciplina. O MM. Juízo de 1º grau afastou a justa causa sob o argumento de que nem toda pessoa está preparada psicologicamente para se defrontar com a dura realidade das doenças terminais. Tal argumento, embora correto, não favorece o reclamante que, por ser vigilante, tinha função que exige conduta especial, mais corajosa e arrojada, diferenciada da do trabalhador comum. Sua recusa caracterizou comportamento preconceituoso, débil e desumano, contra seres a quem lhe caberia precipuamente proteger, sabendo-se que a AIDS é dolorosa como qualquer outra doença grave, mas cujo contágio não se dá com a simples convivência diária de suporte, acontecendo apenas em casos excepcionais, com a intimidade sexual ou a transfusão de sangue. Entretanto, tendo sido suspenso por esse motivo, não poderia a reclamada, poucos dias após, dispensá-lo por justa causa, o que caracterizou excesso de pena pela mesma falta cometida. Por esse fundamento, é que mantenho a r. sentença de 1º grau, que entendeu sua dispensa como injusta. Proc. 39550/00 - Ac. 5ª Turma 19919/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

JUSTA CAUSA. VIOLÊNCIA PRATICADA DURANTE MOVIMENTO DE GREVE. COMPROVADA. DIRIGENTE SINDICAL. Dirigente sindical, que durante movimento paredista pratica ato de violência verbal e física contra colega e superior hierárquico comete justa causa para a rescisão do contrato de trabalho. No presente caso, o suscitado, além de proferir palavras de baixo calão contra o supervisor, também usou de violência física ao rasgar-lhe o bolso da camisa para forçar a colocação de nota de R$ 1, 00 (um Real), conforme o confessado, com a afirmação de que o dinheiro era para comprá-lo, fatos que configuram falta grave (art. 482, "j", CLT), resultando na procedência do inquérito judicial trabalhista, autorizando-se a rescisão do contrato de trabalho sem ônus para o empregador. Proc. 14101/00 - Ac. 1ª Turma 31999/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 261

JUSTIÇA DO TRABALHO

JUSTIÇA DO TRABALHO. COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE OFÍCIO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DECORRENTES DE SUAS DECISÕES. IMPOSIÇÃO LEGAL. RECONHECIMENTO. Com a edição da EC n. 20/98, que implementou regras de modificação do sistema nacional de previdência social, deslocou-se à Justiça do Trabalho a competência para executar, inclusive de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, inciso I, "a" e inciso II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir (art. 114, § 3º, CF). Em seqüência à reforma fragmentada do texto constitucional, em 25/10/00 foi sancionada a Lei Federal n. 10.035 que alterou a CLT para estabelecer os procedimentos, no âmbito da Justiça Obreira, da execução das contribuições devidas à Previdência Social. É certo que tanto a reforma constitucional como a alteração do Consolidado se deram em estrito cumprimento ao processo legislativo, através do órgão legiferante competente para a adoção das medidas em comento, não havendo justificativa

plausível, portanto, para se recusar vigência à lei federal. Proc. 24961/02 - Ac. 2ª Turma 28985/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/11/2002, p. 18

JUSTIÇA DO TRABALHO. REPRESENTAÇÃO CLASSISTA. EXTINÇÃO. EC n. 24/99. JUIZ CLASSISTA SUPLENTE. Dada a extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, o suplente de juiz classista temporário, que não estava em exercício na data da promulgação da EC n. 24/99, não pode ter assegurada a seu favor a ressalva de cumprimento do respectivo mandato, inserta no art. 2º da referida Emenda - violação do direito adquirido não configurada. Proc. 1035/00-MS - Ac. SE 211/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 21/2/2002, p. 8

JUSTIÇA GRATUITA

JUSTIÇA GRATUITA. HONORÁRIOS PERICIAIS. Os beneficiários da assistência judiciária, prevista no art. 14 da Lei n. 5.584/70, não estão isentos do pagamento de honorários periciais. Inteligência do Enunciado n. 236 do C. TST. Proc. 15363/00 - Ac. 1ª Turma 13555/02. Rel. Desig. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/4/2002, p. 62

JUSTIÇA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA. NÃO ENQUADRAMENTO. Segundo art. 2º da Lei n. 1.060/50, o benefício da justiça gratuita destina-se às pessoas naturais, podendo-se cogitar de destinar o benefício àquelas entidades que prestam serviços de interesse público e que não visam lucro, e, em casos excepcionalíssimos, às firmas individuais, diante das particularidades desta modalidade de pessoa jurídica, e desde que comprovada a insuficiência de recursos da pessoa física que responde pela pessoa jurídica. Proc. 13482/02 - Ac. 3ª Turma 17566/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 78

JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. Nada obsta que a parte requeira e tenha deferida a gratuidade judiciária quando da interposição de recurso ordinário, desde que apresente declaração de insuficiência econômica, nos termos da lei. CERCEAMENTO DE PROVA. NÃO CARACTERIZADO. Incogitável alegação de cerceio de direito quando a parte concorda com o encerramento da fase instrutória após declarar prescindir da produção de outras provas. Proc. 34537/01 - Ac. 1ª Turma 8686/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 7

LAUDO PERICIAL

LAUDO PERICIAL. Não havendo elementos nos autos que infirmem a conclusão adotada no laudo pericial, impossível acolher a pretensão da parte sucumbente. Proc. 25723/99 - Ac. SE 10866/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

LEGITIMIDADE DE PARTE

LEGITIMIDADE DE PARTE. É legitima para figurar no polo passivo de uma demanda a parte que constar expressamente da relação fática material descrita na peça exordial, eis que contra aquela ter-se-á formado o liame subjetivo processual. Proc. 36530/00 - Ac. 5ª Turma 14153/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 8/4/2002, p. 81

LEGITIMIDADE PASSIVA

LEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A FIGURA DO EVENTUAL DEVEDOR E AQUELA DO ATUAL RECLAMADO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO RECONHECIMENTO. Legítima é a parte em face de quem se pretende ver declarada situação jurídica, ou contra quem se espera uma providência jurisdicional favorável. Em outras palavras, deve a ação ser proposta contra o devedor in concreto, segundo os parâmetros de que já dispõe o reclamante preteritamente ao ajuizamento da reclamatória, sob pena de indeferimento da petição inicial. Inteligência do art. 267, VI do CPC. Proc. 28260/02 - Ac. 2ª Turma 30000/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 15

LEGITIMIDADE PASSIVA. CORRELAÇÃO ENTRE A FIGURA DO EVENTUAL DEVEDOR OU RESPONSÁVEL E AQUELA DO ATUAL RECLAMADO. ANÁLISE DA RELAÇÃO JURÍDICA IN STATU

ASSERTIONIS. RECONHECIMENTO. Legítima é a parte em face de quem se pretende ver declarada situação jurídica, ou contra quem se espera uma providência jurisdicional favorável. Em outras palavras, proposta a ação contra o devedor, ou contra o responsável pelo crédito postulado - considerando-se a relação jurídica "in statu assertionis", ou seja, à vista do que se afirmou - não há que se cogitar na ilegitimidade de parte, somente podendo essa ser declarada se, em raciocínio lógico-dedutivo, restar indubitável o exercício arbitrário do direito de ação contra terceiro flagrantemente estranho aos fatos que compõem a causa de pedir. Proc. 8161/02 - Ac. 2ª Turma 21220/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 103

LEI PROCESSUAL

LEI PROCESSUAL. APLICAÇÃO NO TEMPO DO ATO. Segundo Vicente Rao, "in" O Direito e a Vida dos Direitos; 5ª ed., SP, RT, 1999, "as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem aquelas proferidas e estes interpostos; e se sobrevier lei nova sobre o processo a seguir-se no recurso, esta lei produzirá efeito imediato, alcançando o próprio recurso interposto sob a lei anterior e diversa". Proc. 39630/00 - Ac. 5ª Turma 7022/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

LIDE

LIDE. INOVAÇÃO. A inovação da lide, após a "litis contestatio", é vedada por força do que dispõe o art. 128 do CPC. Proc. 14003/00 - Ac. 1ª Turma 4128/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

LIMITES DA RESPOSTA JURISDICIONAL

LIMITES DA RESPOSTA JURISDICIONAL. O autor é quem delimita a sua pretensão, pois é ele quem solicita a providência jurisdicional quanto ao bem pretendido, estabelecendo o limite de seu pedido, ao qual o Juiz fica adstrito (arts. 128 e 460, do CPC). Quem provoca a atuação da jurisdição deve apresentar a causa de pedir, ou seja, no que se funda seu pedido, conforme preceitua o art. 282, Inciso III, do CPC - na fundamentação deve estar a causa de pedir. O "princípio da simplicidade que informa o processo do trabalho" não desobriga o autor de apresentar os fundamentos jurídicos e o pedido, de forma expressa e límpida, sendo defeso ao Juiz presumir fatos ou deduzir pedidos não contidos no libelo, sob pena de perder sua isenção, contrariar a inércia do órgão jurisdicional e comprometer o devido processo legal, pois irá impor ao réu defesa que a lei não exige. Proc. 13205/02 - Ac. 2ª Turma 6622/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 27/6/2002, p. 10

LITIGANTE DE MÁ FÉ

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. Caracteriza litigância de má-fé a utilização indevida, em benefício próprio, de visível erro material contido na sentença. Proc. 13266/00 - Ac. 1ª Turma 6669/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/2/2002, p. 74

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. Havendo litigância de má-fé, com fundamento no art. 32, parágrafo único da Lei n. 8.906/94, condena-se o reclamante e seus patronos, solidariamente, a arcarem com indenização dobrada, na forma do art. 1.531 do CC. No caso em tela, postulou o obreiro verbas rescisórias já quitadas, sem a devida ressalva, quando do ajuizamento da inicial, para angariar o enriquecimento sem causa decorrente de possível revelia. Proc. 27509/99 - Ac. SE 26822/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. Mantém-se a condenação por litigância de má-fé quando configurada qualquer das hipóteses do art. 17 do CPC. Proc. 34753/01 - Ac. 1ª Turma 240/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 6

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. Não se revelando na atuação da parte nenhum propósito procrastinatório do feito ou lesivo aos interesses da parte contrária, nem intenção de induzir a erro o Juízo, não se configura a litigância de má-fé. Proc. 27409/99 - Ac. SE 10786/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 55

LITIGANTE DE MÁ-FE. AFRONTA À COISA JULGADA. Incorre em litigância de má-fé a parte que, em

sede de execução, insurge-se contra questões sobre as quais já se processou a coisa julgada, pois isso revela intuito meramente protelatório. Proc. 956/98 - Ac. 5ª Turma 9638/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. AGRAVO DE PETIÇÃO. RECURSO INTERPOSTO COM FINALIDADE MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIA. OPOSIÇÃO MALICIOSA À EXECUÇÃO. ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. CARACTERIZAÇÃO. Executado que opõe embargos à execução, e depois agravo de petição, objetivando desconstituir a sentença exeqüenda trânsita, pelas mesmas razões já ventiladas em seu recurso ordinário, pratica ato atentatório à dignidade da justiça, incorrendo, por conseguinte, nas sanções legais pela litigância de má-fé. Proc. 6147/02 - Ac. 2ª Turma 2798/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. ARREPENDIMENTO INEFICAZ E LEI N. 9.806/94. Se o trabalhador em depoimento pessoal reconhece o recebimento de verbas pedidas na inicial, não se pode configurar a eficácia do arrependimento, devendo ele responder, por má-fé, mas não seu advogado, que deve ser excluído desta condenação, na forma parágrafo único do art. 32 da Lei n. 8.906/94. Proc. 3010/00 - Ac. 2ª Turma 1267/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 16/5/2002, p. 15

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. ATENTADO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA. EMBARGOS À EXECUÇÃO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS. CARACTERIZAÇÃO. O Ordenamento Jurídico pátrio garante a todos o direito de ação e de defesa, que por sua vez se desdobra no direito ao recurso; entretanto, devem tais direitos ser exercitados com a responsabilidade que o exercício de qualquer direito reclama, segundo a teoria do abuso do direito. Nessa esteira, denota-se altamente reprovável, caracterizando atentado à dignidade da justiça e litigância de má-fé, a interposição de embargos à execução manifestamente protelatórios. Proc. 27322/02 - Ac. 2ª Turma 30755/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/12/2002, p. 5

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA. INDEVIDOS. Quando o reclamante altera a verdade dos fatos e usa do processo visando objetivo ilícito, não pode ser beneficiário da justiça gratuita, sob pena de restar premiada a sua conduta desonesta. Os benefícios previstos em lei devem ser concedidos apenas aos que buscam a prestação jurisdicional de forma leal, e não aqueles que, conscientemente, litigam com má-fé. Além disso, diante do comportamento do autor, que formula na inicial inúmeras afirmações inverídicas, não pode ter crédito a declaração de pobreza firmada pelo mesmo, e indispensável para o acolhimento da pretensão. Proc. 36325/01 - Ac. 2ª Turma 4668/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 13/6/2002, p. 18

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. CARACTERIZAÇÃO. A parte somente pode ser considerada litigante de má-fé quando o seu comportamento processual se encaixar em uma das hipótese previstas no art. 17 do CPC. Proc. 2599/02 - Ac. 5ª Turma 19857/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 7

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. CONLUIO ENTRE AUTOR E EMPREITEIRA. APLICAÇÃO SOLIDÁRIA DA PENA. O posicionamento da real empregadora (empreiteira), que expressamente reconhece os pedidos formulados pelo obreiro, deixando de acostar aos autos qualquer documento e acatando integralmente pleitos absurdos, deixa evidente o conluio entre esta e o demandante, bem como a intenção de, utilizando-se do Judiciário e apostando em eventual revelia da Construtora, auferir ilicitamente verbas incabíveis. Refira-se que o princípio da lealdade processual aplica-se não só nas relações recíprocas, mas também com relação ao órgão jurisdicional. Assim, indubitável a intenção maliciosa do autor, que faltou deliberadamente com a verdade dos fatos, procedendo com evidente má-fé e formulando pretensões destituídas de fundamento (em infringência ao art. 14 do CPC, aplicado subsidiariamente), aplica-se-lhe, de ofício, as penalidades decorrentes da litigância de má-fé. Em face da anuência da primeira reclamada, fica esta condenada solidariamente ao pagamento de referidas multa e indenização, a teor do §1º, do art. 18, do diploma legal "suso" mencionado. Proc. 35101/00 - Ac. 5ª Turma 8940/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 70

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. CO-RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA AO PATRONO. IMPOSSIBILIDADE. O dever de indenizar decorrente da litigância de má-fé é inerente à qualidade de parte da relação jurídica processual, não se aplicando, pois, aos patronos da causa. Ademais, a Lei n. 8.906/94, ao admitir a responsabilidade solidária do advogado no caso da lide temerária, demanda a verificação da existência de conluio entre este último e o cliente, com o objetivo de lesar a parte contrária, a ser apurada em ação própria (art. 32, parágrafo único, do citado diploma legal). AJUDANTE DE MOTORISTA. SERVIÇOS EXTERNOS. CONFESSADA A INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DA JORNADA. SITUAÇÃO EXCEPCIONADA

PELO ART. 62, I, DA CLT. O autor, ajudante de motorista, não tem direito a horas extraordinárias, pois confessou que exercia atividades externas, desvinculadas de qualquer controle efetivo quanto à jornada a ser cumprida, atraindo a incidência da situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT. Proc. 37036/01 - Ac. 1ª Turma 31781/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 254

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTUITO PROCRASTINATÓRIO. Não se pode eximir a reclamada da penalidade, haja vista a evidência do intuito procrastinatório da interposição dos embargos: não se pode compreender que interesse teria a empresa em esclarecer a forma de correção monetária dos honorários periciais, cuja condenação ao pagamento coube à parte adversa. DIFERENÇAS SALARIAIS. SUBSTITUIÇÃO. A decisão de origem deve ser integralmente mantida, seja porque as deficiências técnicas da inicial foram convenientemente supridas durante a instrução processual, seja porque o reclamante logrou comprovar a substituição a partir da demissão do eletricista 'titular', seja porque o pleito exordial ampara-se em convenção coletiva. Aliás, os argumentos da empresa corroboram a correção do decreto condenatório, haja vista a contratação de um eletricista para desempenhar as funções do reclamante após sua dispensa. Assim, mantidas as diferenças apenas no período de 01/11/97 a 01/10/98. Proc. 36694/00 - Ac. 5ª Turma 1042/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 35

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. Tendo a obreira faltado com a verdade, aduzindo que não eram suas as assinaturas apostas nos recibos jungidos aos autos, dando causa à elaboração de perícia (que constatou a fidelidade daquelas), totalmente pertinente sua condenação como litigante de má-fé. Proc. 37017/00 - Ac. 5ª Turma 3775/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 51

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURADA. Para que a reclamada seja considerada como litigante de má-fé, há necessidade de demonstrar sua intenção dolosa de usar do processo para conseguir objetivo ilegal, e deste ônus não se desincumbiu a autora. Proc. 15683/00 - Ac. 1ª Turma 8112/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 4/3/2002, p. 43

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. PROCESSO UTILIZADO COMO INSTRUMENTO DE AMEAÇA E VINGANÇA PESSOAL. OCORRÊNCIA. Correto o apenamento imposto pela instância originária, não apenas porque evidentes a intenção de alterar a verdade dos fatos e o procedimento desleal do autor, mas sobretudo porque comprovada a utilização do Judiciário Trabalhista como instrumento de ameaça e vingança pessoal. Proc. 954/01 - Ac. 5ª Turma 29447/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. RECURSO ORDINÁRIO. INTUITO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIO. CARACTERIZAÇÃO. O Ordenamento Jurídico pátrio garante a todos o direito de ação e de defesa, que por sua vez se desdobra no direito ao recurso; entretanto, devem tais direitos ser exercitados com a responsabilidade que o exercício de qualquer direito reclama, segundo a teoria do abuso do direito. Nessa esteira, denota-se altamente reprovável a interposição de recurso com finalidade manifestamente protelatória, mormente quando a parte recorrente ignora, em seu apelo, os próprios fundamentos da sentença. Inteligência do art. 17, inciso VII, CPC. Proc. 35046/01 - Ac. 2ª Turma 6825/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 27/6/2002, p. 16

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. REJEIÇÃO. Para que a reclamada seja considerada como litigante de má-fé, há necessidade de demonstrar sua intenção dolosa de usar do processo para conseguir objetivo ilegal, e deste ônus não se desincumbiu o autor. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. FORMA DE CÁLCULO. Para o cálculo do adicional de insalubridade, deve ser obedecido o mandamento inserido no art. 192 da CLT, que é explícito na determinação de que o cálculo se dê no "quantum" de 40% em grau máximo, 20% em grau médio e 10% em grau mínimo, a incidir sobre o salário mínimo da região. Nesse sentido a Orientação Jurisprudencial n. 47 da SDI-I do C. TST. DANO MORAL. EXPRESSÃO DE CUNHO RACISTA. OFENSA. A ofensa ao trabalhador desencadeada pelo gerente geral da fazenda, que o agrediu com palavras de cunho racista, chamando-o de "negro sujo" na presença dos demais empregados, resultou em sofrimento descabido agravado pela tonalidade preconceituosa caracterizadora do dano moral. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO PARTICULAR. INDEVIDOS. O reclamante não está representado pelo sindicato da categoria, mas sim por advogado particular. Assim, por não preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/1970, em seu art. 14, § 1º, não há como deferir o pagamento da verba honorária advocatícia. Nesse sentido o 8º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. Proc. 39265/01 - Ac. 1ª Turma 32166/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 265

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. REJEIÇÃO. Para que as reclamadas sejam consideradas como litigantes de má-fé, há necessidade de demonstrar sua intenção dolosa de usar do processo para conseguir objetivo ilegal, e deste ônus não se

desincumbiu o autor. Proc. 35707/01 - Ac. 1ª Turma 31566/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 247

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ADVOGADO. INCABÍVEL. Embora os arts. 14 e seguintes, do CPC, elenque os deveres das partes e advogados, os arts. 17 e 18, do mesmo Estatuto Processual, é destinado às partes. Nessa esteira, não encontra respaldo legal a condenação solidária de advogado nos em que seu cliente foi condenado por litigância de má-fé, sujeitando-se aquele a seu Estatuto Profissional, como ressalvado pelo art. 14, CPC. A responsabilidade resulta da lei ou do contrato (art. 896, CC), inexistindo sustentação, portanto, para a responsabilidade solidária do advogado nesses casos. Proc. 37957/01 - Ac. 3ª Turma 24533/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 25/10/2002, p. 26

LITIGANTE DE MÁ-FÉ. TESE RECURSAL EXPLICITAMENTE CONTRÁRIA ÀS PROVAS PRODUZIDAS PELO PRÓPRIO RECORRENTE. CARACTERIZAÇÃO. O Ordenamento Jurídico pátrio garante a todos o direito de ação e de defesa, que por sua vez se desdobra no direito ao recurso; entretanto, devem tais direitos ser exercitados com a responsabilidade que o exercício de qualquer direito reclama, pois não pode a lei legitimar atos danosos ou imorais, segundo a teoria do abuso do direito. Denota-se altamente reprovável a conduta do recorrente que, em grau de recurso, advoga contra si mesmo, sustentando a imprestabilidade das provas que ele próprio produziu e acolheu. Inteligência do art. 17, incisos I, II, V e VII do CPC. HORAS EXTRAS. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. ACORDO INDIVIDUAL PARA COMPENSAÇÃO DE HORAS. NÃO VALIDADE. DEVIDAS. O acordo individual para compensação de horas, firmado sem a chancela da entidade sindical, na hipótese de turno ininterrupto de revezamento, não produz qualquer efeito jurídico, na medida em que não resta olvidado o comando constitucional inserto no inciso XIV do art. 7º da Carta da República. Devidas, portanto, as horas extras excedentes à 6ª diária. Proc. 8222/02 - Ac. 2ª Turma 21261/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 105

LITISCONSÓRCIO

LITISCONSÓRCIO. COMUM. INAPLICÁVEL O INCISO I DO ART. 320 do CPC. Ao litisconsórcio comum, diferentemente do litisconsórcio unitário, ao qual se aplica plenamente o inciso I do art. 320 do CPC, em razão da incindibilidade da relação jurídica que o caracteriza, é inaplicável o aludido dispositivo, em decorrência da independência entre os litisconsortes e a parte adversa. Em se cuidando do fenômeno da terceirização, que pode ser lícita - respondendo a tomadora dos serviços subsidiariamente pelas obrigações trabalhistas assumidas pela fornecedora da mão-de-obra, desde que esta seja inadimplente - ou ilícita - formando-se o vínculo empregatício diretamente com a tomadora dos serviços -, resta evidente que se trata de litisconsórcio comum, uma vez que os interesses dos litisconsortes são conflitantes, ou seja, cada um deles querendo atribuir ao outro a responsabilidade pelas obrigações trabalhistas. Em conseqüência, inaplicável o disposto no inciso I do art. 320 do CPC. Proc. 27601/99 - Ac. SE 26766/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 15/7/2002, p. 93

LITISCONSÓRCIO. FACULTATIVO. DEFESA DA TOMADORA. REVELIA E CONFISSÃO DA PRESTADORA DE SERVIÇOS MANTIDA. A prestadora de serviços ausentou-se à audiência, tendo a tomadora de serviços, em sua contestação, negado o vínculo empregatício mas admitido a contratação da prestadora, sem negar que o reclamante tivesse lhe prestado serviços através daquela. No presente caso, formou-se o litisconsórcio facultativo, onde os litigantes devem ser considerados de modo distinto em seus atos e omissões, razão pela qual a contestação da tomadora não beneficia e não afasta os efeitos da revelia e da confissão da prestadora de serviços. Inteligência do art. 48, do CPC. Proc. 13806/00 - Ac. 1ª Turma 8127/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 44

LITISPENDÊNCIA

LITISPENDÊNCIA. Nos termos do § 1º, do art. 301, do CPC, "verifica-se a litispendência ou coisa julgada, quando se reproduz ação anteriormente ajuizada". O § 3º, do mesmo artigo dispõe que: "há litispendência quando se repete ação, que está em curso". "In casu", o pleito postulado pelo Sindicato, nos autos do processo 876/97, em trâmite perante a MM. 21ª Vara/SP, é idêntico ao pretendido na presente reclamatória, uma vez que os destinatários do comando jurisdicional são os mesmos, assim como o Sindicato que os representou em Juízo na condição de substituto processual, na defesa de direitos e interesses dos substituídos, logo, se um deles postula individualmente, os mesmos direitos em outra ação, dá ensejo à litispendência, que se encontra devidamente caracterizada. Proc. 29927/99 - Ac. SE 10740/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

LITISPENDÊNCIA. Ocorrendo a tríplice identidade (causa de pedir, pedido e partes), há de se reconhecer a litispendência argüida na defesa. "In casu", a litispendência foi devidamente demonstrada. A causa de pedir e o pedido são absolutamente idênticos ao Processo n. 153/89 (reclamatória trabalhista plúrima). Proc. 31572/99 - Ac. SE 2237/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 73

MANDADO DE SEGURANÇA

MANDADO DE SEGURANÇA. Ofende direito líquido e certo da parte exeqüente ato judicial que impede o levantamento imediato de valor incontroverso (CLT, art. 899) depositado em execução definitiva, cabendo, ao Juízo, apenas a retenção dos encargos fiscal e previdenciário. Proc. 2342/01-MS - Ac. SE 1311/02-A. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 14/11/2002, p. 11

MANDADO DE SEGURANÇA. ACORDO SUPERVENIENTE À IMPETRAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Sobrevindo, após a impetração da ação mandamental, acordo nos autos da reclamatória contemplando a medida impugnada, deixa de haver interesse de agir por parte do impetrante, impondo-se a extinção do processo sem julgamento do mérito. Proc. 1552/00-MS - Ac. SE 819/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA EM SENTENÇA. REINTEGRAÇÃO. NÃO CABIMENTO. A antecipação da tutela conferida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso (Orientação Jurisprudencial n. 51, SBDI2 TST). Proc. 194/01-MS - Ac. SE 517/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 51

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONCEDIDA EM SENTENÇA. NÃO CABIMENTO. Revela-se incabível a impetração do mandado de segurança contra decisão que antecipa os efeitos da tutela reclamada, por ser ela impugnável mediante recurso ordinário (Orientação Jurisprudencial n. 51 SDI-II, C.TST), mormente se deste instrumento processual se valeu a parte oportuna e adequadamente. Proc. 1.053/01-MS - Ac. SE 823/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. A antecipação dos efeitos da tutela requerida é medida que se insere no âmbito de convencimento pessoal do julgador, calcado em elementos de convicção emanados do alegado. Assim, entendo não caracterizados os requisitos autorizadores da providência reclamada, o indeferimento da pretensão não viola direito líquido e certo do postulante. Proc. 2256/01-MS - Ac. SE 1380/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 4/12/2002, p. 5

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL REPARÁVEL POR MEIO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. Havendo recurso próprio para reparação do ato judicial contestado, a utilização do mandado de segurança se revela incabível (art. 5º, inciso II, da Lei n. 1.533/51). MANDADO DE SEGURANÇA. CUSTAS. Afigura-se possível a utilização da ação mandamental com o objetivo de desonerar o impetrante/recorrente do pesado fardo representado pelo pagamento de custas cujos valores superam a capacidade econômico-financeira do trabalhador comum brasileiro, desde que haja formulação correta do pedido, sob os requisitos legais próprios, evidenciado direito comprovável de plano. MANDADO DE SEGURANÇA. PROVA. O mandado de segurança reclama, salvo a hipótese prevista no art. 6º, parágrafo único, da Lei n. 1.533/51, a preconstituição da prova dos fatos em que se funda o direito invocado, razão por que se exige que as provas, tirante a exceção referida, venham junto com a petição inicial. Proc. 873/01-MS - Ac. SE 828/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. Não agindo a autoridade coatora de imediato para assegurar a fruição de direito líquido e certo do impetrante, a omissão pode ser eliminada mediante a ação mandamental. MANDADO DE SEGURANÇA. SALÁRIOS. DESCONTOS EFETUADOS PARA RESSARCIMENTO DE VALORES DO FGTS. ALEGAÇÃO DA CEF DE LEVANTAMENTO INDEVIDO. HIPÓTESE EM QUE A CEF É EMPREGADORA DA IMPETRANTE. CABIMENTO DO "WRIT". Atenta contra direito líquido e certo do empregado, a decisão, em caráter liminar, que não suspende, de imediato, ressarcimento efetuado pela CEF como empregadora, de valores referentes ao FGTS, cujo saque entende indevido. Não estando a hipótese prevista na permissão legal relativa a descontos de salários e sendo o valor deduzido equivalente à metade da remuneração percebida, cabível mandado de segurança para sustar a dedução até a decisão final da reclamatória. Proc. 1632/01-MS - Ac. SE 817/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. PENHORA DE CRÉDITO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. Cabível a ação de mandado de segurança para atacar ato judicial que determina a penhora de faturamento em execução provisória do feito, quando o credor indica bens passíveis de constrição aplicação dos arts. 899 CLT e 620 do CPC. Proc. 2037/01-MS - Ac. SE 925/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. CITAÇÃO DO LITISCONSORTE NÃO NECESSÁRIA. Afigura-se despicienda a citação do litisconsorte se o resultado a ser conferido ao "mandamus" não afetar diretamente o seu interesse subjetivo. Rege-se o sistema das nulidades processuais trabalhistas o princípio da transcendência, segundo o qual não havendo prejuízo à parte, não haverá nulidade a ser declarada (art. 794, CLT). Proc. 2.059/01-MS - Ac. SE 806/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 1

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. Em regra não têm os recursos trabalhista efeito suspensivo, excepcionando a lei, todavia, as particulares hipótese para a sua concessão (art. 899, "caput", CLT). Deste modo, não se encontrando o recurso ordinário entre as situações privilegiadas destacadas na lei, por certo não há que se falar em ilegalidade ou abusividade o recebimento do apelo apenas no seu efeito devolutivo. Proc. 879/01-MS - Ac. SE 931/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 26/8/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRA ATO DO PRESIDENTE DO TRT DA 15ª REGIÃO. COMPETÊNCIA DO PRÓPRIO PRETÓRIO REGIONAL. A competência da Justiça do Trabalho, no caso a originária do E. TRT da 15ª Região, através do Tribunal Pleno, para apreciar "writ" contra ato emanado de seu Juiz Presidente, encontra-se disciplinada no art. 21, inciso VI, da LC n. 35/79 - LOMAN (c/c art. 14 inciso I "b", do Regimento Interno do TRT da 15ª Região), a qual recepcionada pela vigente Carta Magna, que manteve a chamada competência originária dos tribunais (v.g. arts. 102 inciso I "d", 105 inciso I "b", 108 inciso I "c", 111 § 3º, 125 § 1º). MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. Exaurido o mandato do impetrante de Juiz Classista Suplente no ano de 2000, resta sem objeto o presente "mandamus" contra ato do impetrado que determinou o afastamento dos juizes classistas suplentes, inclusive daqueles que assumiram vagas deixadas por juizes titulares em data anterior à edição da EC n. 24/99, porquanto não existe mais interesse jurídico a ser tutelado. Com efeito, esvaziou-se o objeto da impetração, de forma superveniente, prejudicando o julgamento meritório do mandado de segurança, o que leva a extinção do processo sem julgamento de mérito (CPC, arts. 267, inciso VI e 329). Proc. 989/00-MS - Ac. SE 296/02-A. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 11/3/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. Incide em decadência o ajuizamento de Mandado de Segurança após escoado o prazo de 120 (cento e vinte) dias, previsto no art. 18 da Lei n. 1.533/51. Proc. 2276/01-MS - Ac. SE 1069/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 17/9/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. DECADÊNCIA. Nos termos do art. 18, da Lei n. 1.533/51, o direito de ajuizar mandado de segurança extingue-se depois de decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Inobservado tal prazo, opera-se a decadência do direito em questão, havendo que se declarar a extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos dos arts. 269, IV, do CPC. Proc. 2133/00-MS - Ac. SE 1082/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 17/9/2002, p. 1

MANDADO DE SEGURANÇA. DEPÓSITO EM GARANTIA DE EXECUÇÃO. REALIZAÇÃO EM CONTA CORRENTE DO BANCO EXECUTADO. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. Não há direito líquido e certo de ser permitido ao Banco executado depositar numerário em garantia do juízo em Conta de sua própria agência. Não caracteriza abuso de direito a decisão judicial que a denega. Proc. 505/01-MS - Ac. SE 822/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. DEPÓSITO RECURSAL. ATO JUDICIAL DE RETENÇÃO PARA PROVIMENTO DE DÉBITO CORRESPONDENTE À AÇÃO DIVERSA. ILEGALIDADE. A determinação judicial de reter depósito recursal da Impetrante, vencedora na Ação, para provimento de débito condenatório de outro processo, onde vencida, constitui-se ato ilegal e abusivo se não precedido de penhora no rosto dos autos onde disponível o numerário. Ainda se visando agilizar a execução, não pode o juízo sobrepor-se ao procedimento formal executivo. Proc. 342/01-MS - Ac. SE 366/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 3/4/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA EXECUTADA. QUEBRA DE SIGILO FISCAL DE SÓCIO DA EMPRESA. A questão da despersonalização da pessoa jurídica

do empregador e responsabilização do sócio é matéria estranha ao mandado de segurança, pelo quê, deve ser discutida em recurso próprio, nos autos principais da ação trabalhista. de resto, não há que se falar em violação de direito líqüido e certo, em razão da quebra de sigilo fiscal, se procedida esta nos estritos limites da lei, que a autoriza, mediante ordem judicial, individualização da parte e manutenção do sigilo dos dados colhidos, visando única e exclusivamente a dar efetividade à prestação jurisdicional, havida no curso de regular reclamação trabalhista. Proc. 1563/01-MS - Ac. SE 928/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. EMPRESA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DOS ATOS EXECUTIVOS. Tendo em vista o caráter super privilegiado do crédito trabalhista, que prefere inclusive ao tributário, e considerando que o art. 889 da CLT prevê a incidência supletiva das normas que regulam a execução fiscal, a qual não se sujeita a concurso de credores ou a habilitação em falência, liquidação, inventário ou arrolamento, inviável o acolhimento de pedido de suspensão da execução. Proc. 223/02-MS - Ac. SE 1382/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 4/12/2002, p. 5

MANDADO DE SEGURANÇA. ENTIDADE SUBMETIDA A REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INOBSERVÂNCIA DO PROVIMENTO n. 05/TST. SEGURANÇA CONCEDIDA. Em execução de débitos trabalhistas envolvendo entidade submetida a regime de liquidação extrajudicial, há que se observar o Provimento n. 05, de 04/10/2001, do C. TST, o qual prevê seja determinado o processamento da execução tão-somente até a penhora, reunindo-se as execuções conexas em Juízo prevento e indicado pela Corregedoria Regional do Trabalho. Segurança concedida ante a existência de direito líquido e certo do impetrante. Proc. 794/01-MS - Ac. SE 151/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 7/2/2002, p. 4

MANDANDO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENHORA DETERMINADA DE OFÍCIO. POSSIBILIDADE. Ao juiz é dado, ante os termos do art. 879 da CLT, promover de ofício a execução, não havendo, pois, óbice legal para que a apreensão judicial se realize por iniciativa da autoridade judiciária. Proc. 395/01-MS - Ac. SE 804/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 1

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA CONTRA ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. TRANSFERÊNCIA DE NUMERÁRIO PENHORADO PARA ESTABELECIMENTO DE CRÉDITO OFICIAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. A transferência de numerário penhorado para estabelecimento de crédito oficial se justifica quando a execução é definitiva, não podendo ser determinada em execução provisória. Por princípio geral, a execução deve correr pelo modo menos gravoso ao devedor, a teor do art. 620 do CPC. Direito líquido e certo violado. Segurança concedida. Proc. 119/02-MS - Ac. SE 1389/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/12/2002, p. 6

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENHORA DE CRÉDITOS DO COOPERADO EXISTENTES JUNTO À COOPERATIVA DE MÉDICOS. POSSIBILIDADE. A vedação prevista no art. 649, IV, do CPC diz respeito a salários em sentido estrito, isto é, à totalidade das verbas pagas pelo empregador ao empregado em razão dos trabalhos por este prestados àquele, sendo ínsito portanto à imunidade em questão a idéia de relação de emprego. Assim, fruto de uma relação contratual estabelecida entre o médico cooperado e a sociedade cooperativa de médicos, não se pode conceber que o bem penhorado - créditos daquele a serem quitados por esta - tenha cunho salarial para os efeitos da isenção prevista no mencionado dispositivo legal. Sujeita-se, pois, à apreensão judicial. Proc. 1879/01-MS - Ac. SE 807/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 1

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENHORA DE FATURAMENTO. LEGALIDADE DO ATO JUDICIAL. Não se configura ilegal nem abusiva a determinação judicial de penhora em faturamento, a qual significa efetivamente penhora em dinheiro, ante a estrita observância do rol de preferência estatuído no art. 655 do CPC. Proc. 336/02-MS - Ac. SE 1383/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 4/12/2002, p. 5

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENHORA EM FATURAMENTO. LIMITE DE RAZOABILIDADE. A fim de que não acarrete o ato constritivo a inviabilidade das atividades empresariais, valendo-se de critérios de razoabilidade e bom senso, limita-se a penhora ao equivalente a 30% do faturamento mensal do impetrante, quando comprovado que a incidência de percentual maior comprometerá quase a totalidade da sua receita. Proc. 2338/01-MS - Ac. SE 1397/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 4/12/2002, p. 6

MANDADO DE SEGURANÇA. EXECUÇÃO. PENHORA EM FATURAMENTO. POSSIBILIDADE. Não afronta a ordem legal a penhora incidente sobre faturamento, que em última análise equivale a penhora em

dinheiro, bem primeiro do rol previsto no art. 655 do CPC. Proc. 1350/01-MS - Ac. SE 1148/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 4

MANDADO DE SEGURANÇA. EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO CONTRA O ATO IMPUGNADO. MEDIDA JÁ UTILIZADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. CARÊNCIA DA AÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO (ART. 267, VI, CPC). Conquanto seja admitada a impetração do mandado de segurança contra decisão judicial expugnável mediante os recursos próprios previstos na legislação processual, haja vista a possibilidade de o ato hostilizado causar prejuízo irreparável ou de difícil restauração, porquanto destituído de efeito suspensivo o instrumento processual adequado ao fim colimado, a prévia interposição dessa medida impede a renovação da pretensão em nova relação jurídico-processual (electa una via no "datur regressus ad alteram"), revelando-se o impetrante, assim, carecedor da ação por faltar-lhe interesse processual. Extingue-se, pois, o processo sem julgamento do mérito (art. 267, VI, do CPC). Proc. 519/02-MS - Ac. SE 1381/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 4/12/2002, p. 5

MANDADO DE SEGURANÇA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AGRAVO REGIMENTAL. MANUTENÇÃO DO DESPACHO INDEFERITÓRIO. Mantém-se o indeferimento liminar da ação de mandado de segurança ajuizado em desconformidade com o preconizado pelo art. 5º, Lei 1.533, de 31/12/51, utilizado como meio alternativo de recurso próprio e específico para atribuir-se efeito suspensivo ao recurso ordinário, qual seja, a ação cautelar, cujos requisitos são aqueles invocados pela impetrante: "fumus boni juris" e "periculum in mora". Orientação Jurisprudencial n. 51, do C. TST, parte final. Proc. 573/02-AG - Ac. SE 1147/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 24/9/2002, p. 4

MANDADO DE SEGURANÇA. INOBSERVÂNCIA DO ART. 1.052 DO CPC. CABIMENTO. A interposição de embargos de terceiro, necessariamente acarreta a suspensão do curso da execução, incluindo-se a realização de praça já designada, especialmente quando versarem sobre a totalidade dos bens penhorados, consoante art. 1.052 do CPC. E, em se tratando de norma cogente, é ilegal e abusivo o ato que determina o prosseguimento da praça com a suspensão apenas dos efeitos expropriatórios dela decorrentes, eis que não encontra ressonância jurídica. Proc. 605/01-MS - Ac. SE 92/02-A. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 17/1/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO. EXISTÊNCIA DE MEDIDAS PROCESSUAIS PRÓPRIAS À IMPUGNAÇÃO DO ATO HOSTILIZADO. Prevendo o ordenamento jurídico meio impugnativo próprio para combater o ato judicial, não é a ação mandamental meio idôneo para atacá-lo. Proc. 1358/01-MS - Ac. SE 1141/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO. Incabível a utilização de mandado de segurança quando a parte prejudicada puder valer-se de recurso previsto na legislação processual. Inteligência do art. 5º, II, da Lei n. 1.533/51 - Súmula n. 267 DO E. STF. Nos incidentes do processo de execução trabalhista existe recurso próprio - letra "a", do art. 897, da CLT -, o que retira a legitimidade da ação mandamental para atacar ato do juiz que preside a execução, salvo em casos excepcionais de dano irreparável. Proc. 108/02-MS - Ac. SE 1053/02-A. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 17/9/2002, p. 1

MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO-CABIMENTO. Incabível a utilização de Mandado de Segurança quando a parte prejudicada puder valer-se de recurso previsto na legislação processual. Inteligência do art. 5º, II, da Lei n. 1.533/51 - Súmula n. 267 do STF. Nos incidentes no processo de execução trabalhista existe recurso próprio - letra "a", do art. 897, da CLT -, o que retira a legitimidade da ação mandamental para atacar todo e qualquer ato do juiz que preside a execução. Proc. 1939/01-MS - Ac. SE 747/02-A. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 5/7/2002, p. 4

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA DE CRÉDITO. MUNICÍPIO. EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS. A Administração Pública não se pode opor à penhora de crédito de empresas prestadoras de serviços, que contratou para a execução de tarefas que lhe estavam afetas. A incidência do art. 100 da CF somente tem razão de ser quando a execução corre diretamente contra o ente público. Proc. 1374/01-MS - Ac. SE 935/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 26/8/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM CONTA CORRENTE. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE. Inegável e incontroversa a situação de quem reclama créditos trabalhistas. Não buscam por evidente, maquinários ou outros bens que possam ser arrecadados em detrimento ao dinheiro. Tanto é assim que, com propriedade, elencou o legislador a ordem preferencial para incidir a penhora e tanto a Lei n.

6.830/80, art. 11, quanto a Legislação Adjetiva Comum, em seu art. 655, privilegiam o papel moeda. Proc. 1631/01-MS - Ac. SE 511/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 50

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA EM CONTA CORRENTE. SOPESAMENTE DOS INTERESSES EM LITÍGIO. Apesar da possibilidade de incidir a constrição judicial em numerário existente em conta corrente, há que sopesar os interesses judicialmente contrapostos, aquilatando-os de modo a não inviabilizar a atuação do órgão de classe, que, em prejuízo da coletividade de trabalhadores que representa, sucumbiria diante da falta de recursos para manutenção de suas atividades. Proc. 451/01-MS - Ac. SE 1139/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/9/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. PENHORA SOBRE FATURAMENTO BRUTO. CABIMENTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. A penhora sobre percentual bruto da empresa não se confunde com a penhora de crédito para os efeitos da gradação contida no § 1º do art. 655 do CPC, haja vista que faturamento é a somatória das faturas emitidas, referentemente às vendas efetuadas a prazo num determinado período, cujo preço deverá ser pago por ocasião do vencimento de cada fatura, significando que não se trata de dinheiro, mas de mera expectativa, decorrente da promessa de pagamento no vencimento respectivo, do recebimento do preço, enquanto a penhora sobre crédito diz respeito a valor certo, líquido e determinado, cujo numerário encontra-se em poder de terceiro, no caso, o devedor do executado. Tanto é assim, que a penhora sobre percentual do faturamento não se traduz em valor líquido, certo e determinado para efeito de garantir a execução e propiciar ao executado o oferecimento dos embargos à execução. Proc. 171/01-MS - Ac. SE 144/02-A. Rel. Desig. Samuel Corrêa Leite. DOE 7/2/2002, p. 4

MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Perdendo a ação o seu objeto, ante a ocorrência de fato superveniente à impetração do "writ", carece o impetrante de interesse em agir, devendo ser extinto o processo sem julgamento do mérito (art. 267, VI, CPC). Proc. 987/01-MS - Ac. SE 512/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 51

MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA DO OBJETO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. A perda de objeto do mandado de segurança, ante a prolação de sentença definitiva nos autos da ação principal, importa na extinção da ação mandamental. Proc. 331/01-MS - Ac. SE 826/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA. Inepta a petição inicial da ação mandamental quando da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão do pedido - CPC, art. 295, inciso II. Proc. 913/00-MS - Ac. SE 300/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 11/3/2002, p. 3

MANDADO DE SEGURANÇA. PREVENTIVO. CABIMENTO. O "justo receio" viabilizador do uso do mandado de segurança preventivo diz respeito a situações objetivas indicativas da atualidade da ameaça da lesão, apartando-se de sua conceituação impressões subjetivas do autor sobre o fato. Ademais, a ameaça deve ser objetiva e atual, entendendo-se esta como a existente no momento da impetração, e aquela traduzida por atos e fatos, não meras conjecturas. Proc. 1485/01-MS - Ac. SE 808/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DOS CÁLCULOS DE LIQUIDAÇÃO. CORREÇÃO APÓS A PROLAÇÃO. HIPÓTESE EM QUE NÃO SE VERIFICA ERRO DE CÁLCULO. PRECLUSÃO. O erro de cálculo autorizador da revisão pelo juiz da própria decisão em que homologou conta de liquidação de sentença é o decorrente de grosseiro e evidente equívoco de aritmética, não autorizando a retificação da sentença homologatória o entendimento de que o critério adotado na elaboração dos cálculos está equivocado. Ademais, silenciando-se a parte, no momento processual apropriado (embargos à execução), acerca da forma pela qual foram apuradas as diferenças salariais, preclusa se acha a discussão da matéria. Proc. 1894/01-MS - Ac. SE 960/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 27/8/2002, p. 2

MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA ANTECIPADA. PERDA DE OBJETO. A ação mandamental, em sede de tutela antecipada, perde seu objeto com a sentença final de mérito, a qual passa a ser atacável por recurso próprio - Orientação Jurisprudencial n. 51 do C. TST. Proc. 44/02-MS - Ac. SE 1390/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/12/2002, p. 6

MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA ANTECIPADA. REINTEGRAÇÃO. DIRIGENTE SINDICAL. Não fere direito líqüido e certo o deferimento de tutela antecipada para reintegração de dirigente sindical, colocado pelo

empregador em licença remunerada, por prazo indeterminado, sem qualquer justificativa plausível. o direito à prestação dos serviços, obrigação essencial do contrato de trabalho, por influir diretamente na qualificação e no desenvolvimento profissional do empregado, deve ser o quanto possível preservado e valorizado, em respeito à condição humana do trabalhador. Proc. 2182/01-MS - Ac. SE 946/02-A. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 27/8/2002, p. 1

MANDATO

MANDATO. INSTRUMENTO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. Não se conhece de recurso quando não juntada aos autos procuração válida outorgada ao advogado subscritor das razões de recurso. A parte ao outorgar instrumento de mandato com prazo de validade deve cuidar para que os instrumentos sejam substituídos a fim de restar regularizada a representação processual. Estando irregular esta, o recurso é considerado inexistente. Proc. 12510/00 - Ac. 4ª Turma 7118/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 11

MANIFESTAÇÃO DO RECLAMANTE

MANIFESTAÇÃO DO RECLAMANTE. SOBRE A CONTESTAÇÃO. AUSÊNCIA DE VISTAS À RECLAMADA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. Inocorre cerceamento de defesa se o Juízo não concede ao reclamado prazo para se manifestar sobre considerações feitas pelo reclamante sobre sua resposta. O processo do trabalho, que prima pela celeridade, prestigia a concentração dos atos processuais, e por isso estabelece que todo o desenvolvimento cognitivo do feito deve ser realizado em audiência única. Inaplicáveis, portanto, os arts. 326 e 327 do CPC ao processo do trabalho, pela patente incompatibilidade. Somente se o juiz entender necessário, para melhor dimensionamento do litígio, pode conceder prazo ao reclamante para manifestar-se sobre a contestação do reclamado, mas não seria pertinente nova manifestação deste, sob pena de ser ressuscitada a figura da "tréplica", existente no processo civil de 1939 e extirpada pelo Código atual, e que não se coaduna com o processo do trabalho, porque prejudicial à sua celeridade. Proc. 23171/01 - Ac. 3ª Turma 18173/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 54

MATÉRIA NOVA

MATÉRIA NOVA. EM AGRAVO DE PETIÇÃO A matéria atinente ao agravo de petição não pode ser diversa daquela objeto dos embargos à execução. É vedado à Corte revisora conhecer de questões não apreciadas pelo Juízo "a quo". Proc. 1476/94 - Ac. 5ª Turma 29591/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 184

MEDIDA PROVISÓRIA

MEDIDA PROVISÓRIA. n. 1.984-25/00. ELASTECIMENTO DO PRAZO PARA OPOSIÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. FAZENDA PÚBLICA. INCONSTITUCIONALIDADE. Não é razoável o Poder Executivo, através de Medida Provisória, elastecer em benefício próprio o prazo para a oposição de embargos à execução, caracterizando-se assim o descumprimento dos requisitos estampados no art. 62 da CF (relevância e urgência), mesmo antes da promulgação da EC n. 32/01. Todavia, conforme determinado pelos arts. 480 e 481 do CPC, impõe-se a remessa dos autos para o Tribunal Pleno para apreciação da inconstitucionalidade acolhida pela Turma. Proc. 28436/01 - Ac. 3ª Turma 2113/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 23/5/2002, p. 15

MENOR

MENOR. PEDIDO DE DEMISSÃO. VALIDADE. A validade do pedido de demissão do menor está condicionada à assistência dos pais ou do representante legal (exegese do art. 439, da CLT). Proc. 10507/00 - Ac. SE 19917/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 26/9/2002, p. 52

MINUTOS EXCEDENTES

MINUTOS EXCEDENTES. AO HORÁRIO CONTRATADO. Na forma da jurisprudência do TST (SDI n.

23) são devidos os minutos anotados nos cartões, a partir de cinco minutos excedentes ao horário do contrato, respeitado, evidentemente, os limites do pedido. Proc. 5310/00 - Ac. 2ª Turma 27584/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

MORA

MORA. INADIMPLEMENTO. CC, ART. 924. Inexistindo cláusula penal de mora e havendo o executado pago integralmente a obrigação, antes do início da execução, deve-se aplicar, em princípio, o que dispõe o art. 924 do CC, para se evitar a violação do princípio do não enriquecimento ilícito. Proc. 4311/02 - Ac. 2ª Turma 5980/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 20/6/2002, p. 14

MORADIA GRATUITA

MORADIA GRATUITA. COMPENSAÇÃO PELO TRABALHO. SALÁRIO-UTILIDADE. Tendo o empregador fornecido graciosamente moradia ao trabalhador, a qual não foi concedida para facilitar a execução do trabalho, é inequívoco constituir-se um "plus" salarial como compensação pelo trabalho havido, que, por ser vantagem habitual, deve integrar a remuneração do reclamante para todos os efeitos legais, consoante regra inserta no art. 458 da CLT. Proc. 13568/00 - Ac. 1ª Turma 3102/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 28

MOTORISTA

MOTORISTA. ENTREGADOR. SERVIÇOS EXTERNOS. CONFESSADA A INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DA JORNADA. SITUAÇÃO EXCEPCIONADA PELO ART. 62, I, DA CLT. O autor, motorista entregador, não tem direito a horas extraordinárias, pois confessou que exercia atividades externas, desvinculadas de qualquer controle efetivo quanto à jornada a ser cumprida, atraindo a incidência da situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT. Proc. 9454/02 - Ac. 1ª Turma 20036/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 26/9/2002, p. 91

MOTORISTA. SERVIÇOS EXTERNOS. NÃO COMPROVADO O CONTROLE DA JORNADA. SITUAÇÃO EXCEPCIONADA PELO ART. 62, I, DA CLT. O autor, motorista carreteiro, não tem direito a horas extraordinárias, pois comprovado que exercia atividade externa, desvinculada de qualquer controle efetivo quanto à jornada a ser cumprida, atraindo a incidência da situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT. Proc. 8576/02 - Ac. 1ª Turma 21364/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 6

MOTORISTA. TRABALHADOR AUTÔNOMO. O serviço do reclamante era desenvolvido com plena liberdade e sem qualquer ingerência por parte da empresa, tanto que o reclamante não pedia autorização para ausentar-se ao serviço, limitando-se a comunicar a sua ausência à empresa, sendo que, além disso, que arcava com os custos do serviço, assumindo, por conseqüência, o risco de sua execução. Portanto, não se encontra preenchido o requisito legal da subordinação para caracterização do liame empregatício. Proc. 15751/00 - Ac. 1ª Turma 15569/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 48

MULTA

MULTA. Por encerrar preceito punitivo, deve ser interpretada restritivamente cláusula convencional que estabelece multas pelo descumprimento do instrumento coletivo. Proc. 9326/00 - Ac. SE 5057/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

MULTA. § 8º, DO ART. 477, DA CLT. A negociação judicial anterior, acerca do parcelamento das verbas rescisórias, afasta o direito à multa do § 8º, do art. 477, da CLT. Proc. 38318/00 - Ac. 5ª Turma 11599/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 81

MULTA. 40%, FGTS. APOSENTADORIA. O trabalhador que se aposenta por tempo de serviço, e continua trabalhando, não faz jus à multa compensatória sobre os depósitos fundiários do período contratual pré-aposentadoria, porque a jubilação é causa extintiva do contrato de trabalho, sendo considerado como um

novo contrato, independente do primeiro, este último firmado entre as partes. Proc. 14009/00 - Ac. 1ª Turma 8131/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 44

MULTA. 40%, FGTS. APOSENTADORIA. O trabalhador que se aposenta por tempo de serviço, e continua trabalhando, não faz jus à multa compensatória sobre os depósitos fundiários do período contratual pré-aposentadoria, porque a jubilação é causa extintiva do contrato de trabalho, não se operando a rescisão por decisão arbitrária do empregador e sim pela vontade do empregado. Proc. 12852/00 - Ac. 1ª Turma 8711/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 63

MULTA. ART. 477 DA CLT. CONTRATO POR OBRA CERTA. Tratando-se de contrato de trabalho por obra certa, o prazo para o pagamento das verbas rescisórias a ser aplicado é o da letra "a", do art. 477, da CLT, ou seja, no primeiro dia útil imediato ao término do contrato, o que não foi observado nos autos. Proc. 9433/00 - Ac. SE 14603/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

MULTA. ART. 601 DO CPC. EMBARGOS. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. INEXISTÊNCIA DE RETARDAMENTO DO ANDAMENTO PROCESSUAL. INAPLICABILIDADE. Considerando que a apresentação Embargos à Execução se revela como a materialização do exercício da faculdade que a lei confere à parte para a defesa de seus interesses, e em se tratando de execução provisória, posto que pendente recurso, aquele não pode ser tido como ato procrastinatório, posto que em nada repercutiu quanto ao ritmo da tramitação do processado, razão pela qual não incide a multa prevista no art. 601 do CPC. Proc. 26955/02 - Ac. 2ª Turma 32305/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

MULTA. CONVENCIONAL. A multa pelo descumprimento de cláusulas convencionais deve ser deferida. No caso em tela, a MM. Vara de origem deixou de conceder a multa normativa, sob o fundamento de que se trata de matéria controversa. Sem razão. A convenção coletiva foi violada na medida em que o banco, ora recorrido, não pagou integralmente as horas extras laboradas. Devida, pois, a multa pelo descumprimento de cláusula convencional. Proc. 25368/99 - Ac. SE 20403/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 119

MULTA. CONVENCIONAL. APLICAÇÃO. Toda disposição que implique encargos deve ter interpretação restritíssima, como se aprende na Escola. Nos casos de aplicação de multa convencional, dois requisitos são exigidos: 1) se o direito violado é estritamente direito coletivo; 2) se houve fraude ou dolo na violação do direito. Proc. 3088/00 - Ac. 2ª Turma 27644/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 23

MULTA. DE 40% DO FGTS SOBRE EVENTUAL DEPÓSITO, DEPENDENTE DE AÇÃO OU DO TERMO DE ADESÃO PARA PERCEPÇÃO PARCELADA DO REAJUSTE DE QUE TRATA A LC n. 110/01. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. Somente após efetivo crédito na conta vinculada do FGTS é que nascerá a ação para incidência dos 40% acessórios, consoante prescreve o art. 18 da Lei n. 8.036/90. Proc. 7479/02 - Ac. 4ª Turma 18621/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 19/9/2002, p. 60

MULTA. DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. É indevida a penalidade preconizada no § 8º do art. 477 da CLT quando não ficar demonstrado o descumprimento do prazo previsto no § 6º do referido dispositivo consolidado. Proc. 39432/01 - Ac. 1ª Turma 21505/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 153

MULTA. DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. INDEVIDA. Incontroverso o pagamento temporâneo das verbas rescisórias, sendo indevida, portanto, a multa do § 8º do art. 477 da CLT. Proc. 14610/00 - Ac. 1ª Turma 3002/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 28/1/2002, p. 25

MULTA. DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. ÔNUS DA PROVA. As reclamadas não comprovaram que o reclamante deu causa ao pagamento extemporâneo das denominadas "verbas rescisórias"; portanto, devida a multa do § 8º do art. 477 da CLT. Proc. 15583/00 - Ac. 1ª Turma 16717/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 2

MULTA. DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. RESCISÃO COMPLEMENTAR. INCABIMENTO. O pagamento de verbas decorrentes de rescisão complementar após o decurso do prazo previsto no § 6º do art. 477 da CLT não dá ensejo ao pagamento da multa prevista no § 8º se as verbas rescisórias principais foram pagas no prazo legal. Proc. 4837/02 - Ac. 5ª Turma 19850/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 7

MULTA. DO § 8º, DO ART. 477 DA CLT: se empregadores que registram empregados têm a obrigação legal

de quitar as verbas rescisórias nos prazos do § 6º do mesmo dispositivo, destes não podem ser isentados empregadores que descumprem preceito de ordem pública que determina o registro em CTPS, sob pena de se locupletarem das próprias irregularidades que cometem, o que é juridicamente inadmissível. Proc. 12885/02 - Ac. 2ª Turma 32148/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 10/1/2003, p. 71

MULTA. DO ART. 477 § 8º DA CLT. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO Comprovada a existência de vínculo empregatício, a não satisfação das verbas rescisórias torna procedente o pleito da multa prevista no art. 477 § 8º, da CLT, sob pena de conceder-se situação mais vantajosa ao empregador que descumpriu a primeira e mais básica obrigação legal, isto é, o registro em Carteira do empregado. Proc. 30961/01 - Ac. 5ª Turma 21227/02. Rel. Desig. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 145

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. Comprovada a extrapolação do prazo para pagamento das verbas rescisórias, devida se torna a multa prevista no art. 477, da CLT. Proc. 27175/99 - Ac. SE 10700/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 52

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no prazo previsto na letra "b" do art. 477, qual seja, até o décimo dia, contado da data da demissão quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento. "In casu", o aviso prévio foi indenizado; o reclamante desligou-se em 10/02/99 e o pagamento das verbas rescisórias deu-se em 24/02/99, portanto, em extrapolação ao aludido prazo. Devida a multa em questão (incidência da Orientação Jurisprudencial de n. 14 da SDI do C. TST). Proc. 32034/99 - Ac. SE 10944/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. Só é devida quando há atraso no pagamento das verbas rescisórias. O fato de não ter ocorrido o adimplemento de verbas questionadas na reclamatória, ou de terem sido pagas a menor, gera direito ao complemento, e não à multa. Proc. 178/00 - Ac. SE 10743/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. AVISO PRÉVIO CUMPRIDO EM CASA. Nos termos do art. 477, § 6º da CLT, as rescisórias devem ser pagas em até dez dias após a comunicação da dispensa. "In casu", a reclamada pagou as verbas rescisórias no nono dia após a concessão do aviso prévio. Indevida, pois, a multa do art. 477, da CLT (Orientação Jurisprudencial n. 14 da SDI do C. TST). Proc. 30366/99 - Ac. SE 2181/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado no prazo previsto na letra "b" do art. 477, qual seja, até o décimo dia, contado da data da demissão quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa do seu cumprimento. "In casu", o reclamante desligou-se em 28/10/98 e o pagamento das verbas rescisórias deu-se em 06/11/98, portanto, dentro do aludido prazo. Não há que se falar em observância do previsto na letra "a", que seria aquele a ser utilizado se o contrato fosse por prazo prédeterminado, diferente do discutido aqui, em que o reclamante firmou contrato temporário de trabalho (vigência por prazo indeterminado). Indevida a multa pleiteada. Proc. 11863/00 - Ac. SE 10599/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 25/7/2002, p. 53

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. CONTROVÉRSIA EM TORNO DA RELAÇÃO DE TRABALHO. Havendo controvérsia em torno da relação de trabalho não há que se falar em aplicação da multa prevista no art. 477, § 8º, da CLT (Jurisprudência Iterativa da SDI do C. TST). Ainda, só é devida quando há atraso no pagamento das verbas rescisórias. O fato de terem sido pagas a menor gera direito ao complemento, e não à multa. Proc. 11889/00 - Ac. SE 1342/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. PAGAMENTO DE APENAS PARTE DAS VERBAS RESCISÓRIAS NO PRAZO LEGAL. CABIMENTO. Verificando-se a quitação de apenas parte das verbas rescisórias dentro do prazo legal fixado pelo art. 477 da CLT, impõe-se a multa prevista no § 8º do referido dispositivo. Proc. 35504/01 - Ac. 2ª Turma 4764/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 13

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. PARCELAMENTO RELATIVO ÀS VERBAS RESCISÓRIAS. O acordo coletivo não é instrumento destinado a elidir a aplicação da lei, pelo contrário, tem por fim estabelecer condições mais benéficas para as partes acordantes, disciplinando as relações de trabalho. Inaceitável que, via

acordo coletivo, faculte-se ao empregador efetuar o pagamento parcelado das verbas rescisórias devidas, em flagrante ofensa ao preconizado no § 6º, letras "a" e "b", do art. 477 da CLT, motivo pelo qual, incide a multa do § 8º, do mesmo dispositivo consolidado. Proc. 12152/00 - Ac. SE 25752/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

MULTA. DO ART. 477 DA CLT. RESCISÃO DO CONTRATO A TERMO ANTECIPADA. O prazo previsto na alínea "a" do § 6º do art. 477 da CLT é dirigido às hipóteses em que o empregador conhece previamente a data de extinção do contrato de trabalho, não havendo justificativa, nestes casos, para a concessão de mais dez dias de prazo para quitação rescisória, posto que o empregador teve tempo suficiente para preparar-se para saldar o débito rescisório. Assim, se o empregador, como no presente caso, antecipar dois dias a rescisão do contrato a prazo certo, apesar de não ter prévio conhecimento da rescisão, inexistirá justificativa para a concessão do prazo decenal para a quitação rescisória, porque o empregador já se encontrava preparado para saldar o contrato no dia imediato ao seu término natural. Por conseqüinte, constitui mora a quitação dez dias depois da dispensa, sendo devida a multa do art. 477 da CLT. Proc. 14603/00 - Ac. 1ª Turma 11020/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 64

MULTA. DO ART. 477, § 8º, DA CLT. AVISO PRÉVIO CUMPRIDO EM CASA. Dada a ausência de previsão legal, o chamado "aviso prévio cumprido em casa" equivale à dispensa do seu cumprimento por parte do empregador. Assim, em se verificando a hipótese do § 1º, do art. 487, da CLT, o prazo para a quitação dos haveres rescisórios há de fluir na forma prevista no § 6º, alínea "b", do art. 477, do citado Texto Consolidado, ou seja, até o 10º dia da notificação da demissão (Precedente n. 14 da SDI/TST). Pena de aplicação da multa do § 8º, do art. 477, do mesmo diploma legal. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. TEMPO DE SERVIÇO NÃO COMPUTÁVEL PARA FINS INDENIZATÓRIOS. A aposentadoria por tempo de serviço é meio de extinção do contrato de trabalho, sem ônus para o empregador, não se inserindo em nenhuma das hipóteses de despedida arbitrária, tal como preconizadas pelo Texto Constitucional, art. 7º, inciso I. Nesse sentido, a Súmula n. 17 deste Regional. Desse modo, o tempo de serviço não é computável para fins indenizatórios - CLT, art. 453, "parte final", e Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI do C. TST. Proc. 13993/00 - Ac. 1ª Turma 3169/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

MULTA. DO ART. 477, § 8º, DA CLT. CONTRATO A TERMO. CABIMENTO. Em se tratando de contrato de trabalho por prazo determinado, o não pagamento dos haveres rescisórios, no prazo previsto pela letra "a", do § 6º, do art. 477, da CLT, defere ao trabalhador a multa do § 8º, do citado artigo do Texto Consolidado. Proc. 30769/00 - Ac. 1ª Turma 26446/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 15/7/2002, p. 84

MULTA. DO ART. 477, § 8º, DA CLT. MORA DO TRABALHADOR. Quando, comprovadamente, o atraso da quitação do contrato de trabalho foi causada pelo trabalhador, não lhe é devida a multa do art. 477, § 8º, da CLT. Proc. 6371/02 - Ac. 5ª Turma 5036/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 13/6/2002, p. 42

MULTA. DO ART. 477, DA CLT. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO "STRICTO SENSU". Estabelece o § 8º do art. 477 da CLT que a multa pelo atraso na quitação rescisória será paga em valor equivalente ao seu salário. Trata-se de disposição legal punitiva, cuja interpretação deve ser restritiva. Assim, por força do previsto no art. 457, da CLT, a inclusão da média de horas extras e do adicional de periculosidade no cálculo da multa é incabível, porque tais parcelas não compõem o salário "stricto sensu". Proc. 1037/00 - Ac. 3ª Turma 27842/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 15/7/2002, p. 131

MULTA. DO ART. 601 DO CPC. APLICABILIDADE. Atrasar a execução, omitir dados, tergiversar e ignorar decisões e atos processuais devidamente publicados para depois repetir em agravo de petição questões já amplamente discutidas, apreciadas e, até acatadas segundo suas razões, configura o intuito protelatório da executada previsto no inciso VII, c/c com o inciso II do art. 600, ambos do CPC. Neste caso, a agravante deve ser condenada ao pagamento, em favor da parte contrária, da multa de 20% sobre o valor atualizado do débito em execução, prevista no art. 601 do CPC. Proc. 18714/02 - Ac. 5ª Turma 28786/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 22/11/2002, p. 36

MULTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONDUTA MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIA. CARACTERIZAÇÃO. DEVIDA. A utilização do instituto dos embargos declaratórios, divorciado das hipóteses expressamente elencadas pela lei, com o nítido propósito de retardar o regular processamento do feito, merece os prêmios da litigância de má-fé por inteligência do parágrafo único do art. 538 do CPC. Proc. 16956/01 - Ac. 2ª Turma 13303/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 54

MULTA. FGTS. A rescisão do contrato de trabalho, por motivo de aposentadoria, excluí o direito ao recebimento da multa de 40% do FGTS, referente ao período anterior a concessão da aposentadoria. Proc. 14992/99 - Ac. 3ª Turma 22456/02. Rel. Domingos Spina. DOE 13/5/2002, p. 177

MULTA. MODIFICAÇÃO. EXECUÇÃO. ART. 644, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. O parágrafo único do art. 644 do CPC determina que "o valor da multa poderá ser modificado pelo juiz da execução, verificado que se tornou insuficiente ou excessivo." Como fez menção expressa ao "juiz da execução", conclui-se que o legislador teve a intenção de autorizar a alteração da multa fixada pelo julgador, na fase de conhecimento. Não é razoável interpretar o preceito legal como se fosse possível ao juiz da execução alterar o valor da multa apenas no caso de omissão da sentença (art. 644, "caput", do CPC), pois, se foi o próprio condutor da execução quem fixou a multa, dificilmente irá reconsiderar o seu valor. A insuficiência ou o excesso da multa normalmente se verificam em razão do transcurso do tempo, e o legislador teve claramente a intenção de impedir que a cominação fixada no título judicial se tornasse ineficaz ou extremamente gravosa. Pertinente, portanto, a aplicação do art. 644, parágrafo único, do CPC, sem que isso configure violação da coisa julgada. Proc. 10943/02 - Ac. 2ª Turma 7625/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 4/7/2002, p. 21

MULTA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. IMPOSIÇÃO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. MODIFICAÇÃO DO VALOR EM SEDE DE EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 644 DO CPC. O objetivo da multa astreinte é compelir o devedor a cumprir a ordem judicial, em se tratando de obrigação de fazer ou não fazer, e embora revertida ao credor, não se confunde com o crédito principal, nem com eventuais perdas e danos. Nesse sentido, o valor da multa pela inércia do devedor não se submete aos efeitos regulares da coisa julgada, sujeitando-se à cláusula "rebus sic stantibus", porquanto poderá o juiz da execução modificá-lo, em se verificando que se tornou insuficiente ou excessivo, diante das peculiaridades do caso concreto. Proc. 7892/02 - Ac. 2ª Turma 2805/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

MULTA. RESCISÓRIA E ÉPOCA DA QUEBRA. O Precedente 201 da SBDI-1 estabelece que a multa rescisória de que trata o § 8º do art.477 da CLT, não se aplica à massa falida, ou seja, após a quebra. Portanto, se a rescisão ocorreu antes da declaração judicial da falência, enquanto na disponibilidade de seus bens o devedor inadimplente, é devida tal rubrica. Proc. 13790/02 - Ac. 4ª Turma 6505/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 27/6/2002, p. 30

MULTA. RESCISÓRIA. AJUSTE. ALCANCE. Cláusulas penais, firmadas em ajuste de vontade das partes, demandam aplicação e interpretação restritiva. Proc. 14538/00 - Ac. 1ª Turma 3172/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

MULTA. RESCISÓRIA. ÔNUS PROBATÓRIO. É do empregador o ônus probatório de que a mora rescisória decorreu da culpa exclusiva do trabalhador, consoante excepcionado na parte final do § 8º, do art. 477, da CLT. Proc. 15331/00 - Ac. 1ª Turma 8289/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 49

MULTAS

MULTAS. PEDIDAS POR FUNDAMENTOS DIVERSOS (ANTES E DEPOIS DA LEI N. 10.272/01). COISA JULGADA. ART. 467 DA CLT. Se a primeira sentença dispôs sobre as verbas da rescisão e salário, afastada a multa salarial do art. 467, anterior à vigência da Lei n. 10.272/01, não pode em processo posterior vindicar a multa por motivo diverso (redação atual do texto em comento). Além do mais, não tem guarida a pretensão de a pretexto da primeira sentença tornar incontroversos os valores, pleitear a dobra das verbas rescisórias, pois o incontroverso de que trata o art. 467 com nova redação, ocorre antes da sentença e não depois. Proc. 21887/02 - Ac. 4ª Turma 22882/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 10/10/2002, p. 63

MUNICÍPIO

MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO VÁLIDA. INOCORRÊNCIA DE PRECLUSÃO. NULIDADE DA EXECUÇÃO. Tratando-se de execução contra a Fazenda Pública, há de se ter maior rigor na observação do procedimento legal, a fim de se evitar fraudes contra o erário (art. 12, inciso II, do CPC). Assim, sendo inequívoco que a citação do Município se deu através de funcionário sem poderes para recebê-la, impõe-se o

reconhecimento da ocorrência de nulidade insanável de todo o processado, por ausência de citação válida do executado para oposição de embargos, não havendo que se falar em preclusão. Proc. 30562/01 - Ac. 5ª Turma 5719/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 34

MUNICÍPIO. CONTRATO NULO. PRECARIEDADE DA SEGUNDA CONTRATAÇÃO. ART. 37, II, DA CF/88. Reclamação trabalhista anterior a esta, em que o autor na inicial confessa o término de seu contrato em março/92, é prova suficiente de que foi interrompida sua prestação de serviços para a administração e de que só após um bom lapso de tempo (3 anos) foi retomada, com os dois contratos de trabalho temporário então encetados: em 1995 (1 mês) e 1996 (2 meses). Impossível, pois, o reconhecimento da unicidade contratual pretendida. Assim, efetivada essa contratação temporária num segundo período, após ter havido um longo afastamento, a mesma é nula de pleno direito, pela ausência de concurso público, nos termos do art. 37, inciso II, da CF/88, não se aplicando, aqui, os efeitos de sentença judicial que reconhecia vínculo de emprego anterior. Considerado nulo de pleno direito o novo pacto, não gera quaisquer conseqüências trabalhistas. Proc. 38855/01 - Ac. 1ª Turma 13324/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/8/2002, p. 59

MUNICÍPIO. DONO DA OBRA. PRÉDIOS PÚBLICOS E HABITACIONAIS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DEVIDA. Município que contrata serviços por intermédio de empresa particular para a construção de obras públicas e de conjuntos habitacionais, não pode deter a característica conceituada como consumidor final, porque este seria, em verdade, toda a população. Melhor esclarecendo, no caso da Municipalidade, esta só poderia ser considerada consumidora final a partir do momento em que a obra estivesse sendo realizada em prédio de uso especial. Conseqüentemente, o Município deve ser considerado responsável subsidiário quanto aos créditos trabalhistas deferidos, diante da aplicação abrangente do Enunciado n. 331, do TST, até porque privilegiadíssima a natureza alimentar das verbas. Proc. 1504/02 - Ac. 5ª Turma 11508/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 1/8/2002, p. 41

MUNICÍPIO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA. PRÉDIO DE USO ESPECIAL. DEVIDA. "É plenamente viável o entendimento análogo no sentido de que o Município, ao contratar serviços por intermédio de empresa particular para a construção de prédio dominial, não pode deter a característica conceituada como consumidor final. Afinal, este seria, em verdade, toda a população. Melhor esclarecendo, no caso da Municipalidade, esta só poderia ser considerada consumidora final a partir do momento em que a obra estivesse sendo realizada em prédio de uso especial. Conseqüentemente, estendidos os limites do Enunciado n. 331, do TST, necessária a responsabilização na forma subsidiária do Município quanto aos créditos trabalhistas deferidos, até porque privilegiadíssima sua natureza alimentar." (decisão em linha com entendimento análogo recentemente divulgado pelo E. STJ em 22/10/01; ref. proc. CC-32.270). Proc. 22787/01 - Ac. 3ª Turma 23651/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 215

NÃO IMPUGNAÇÃO

NÃO IMPUGNAÇÃO. EFEITOS. Regra geral, a falta de impugnação implica a aceitação tácita da afirmação lançada. Este, efeito, entretanto não se pode aplicar quando a evidência do direito está manifesta, nos autos, como é o caso da ausência do fato alegado. Proc. 3367/00 - Ac. 2ª Turma 27635/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 23

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. DIFERENÇA. INOCORRÊNCIA DE AMBAS AS FIGURAS. Não se confundem negativa de prestação jurisdicional e cerceamento de defesa. A primeira ocorre quando o magistrado deixa de apreciar questão posta pelas partes. O cerceamento de defesa, por seu turno, resta caracterizado quando o mesmo obsta a produção de prova pelas mesmas requerida. Inocorre um ou outro quando, havendo nos autos elementos suficientes à apreciação da lide, o juiz encerra a fase probatória. Proc. 440/00 - Ac. 1ª Turma 28423/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 15/7/2002, p. 149

NEGOCIAÇÃO

NEGOCIAÇÃO. EXTRAJUDICIAL. COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA. NÃO SUBMISSÃO DO

LITÍGIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. Apesar do instrumento normativo preceituar a obrigatoriedade de submissão do litígio à comissão de conciliação prévia, não fixou expressamente qualquer penalidade específica para o descumprimento desta procedimento. Mesmo que houvesse tal cominação, a sua aplicabilidade estaria obstada por ferir a garantia constitucional de livre acesso à Justiça (inciso XXXV do art. 5º, CF). No mais, por ser um dos atributos desta Justiça Especializada a conciliação entre as partes, não há razão plausível para que nesta fase processual seja determinada a auto-composição em outra esfera, ainda mais quando esta conduta afronta os princípios da celeridade e economia processual. Proc. 30894/99 - Ac. SE 9390/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 6

NEGOCIAÇÃO COLETIVA

NEGOCIAÇÃO COLETIVA. RESTRIÇÃO DE DIREITOS. Tratando-se a dignidade humana e valores sociais do trabalho de princípios basilares do Estado Democrático de Direito (art. 1º, III e IV, CF), todas as normas que os cercam consubstanciam normas de ordem pública, permitida a flexibilização nas hipóteses do art. 7º, VI, XIII, XIV, CF. Veja-se que a fonte máxima na hierarquia das normas no mundo do Direito, a Declaração dos Direitos do Homem, assegura, em seus arts. 3º e 27, o direito à vida e a condições justas e favoráveis de trabalho, respectivamente, restando ineficazes as cláusula coletivas, que visem restringir tais direitos. Proc. 32080/01 - Ac. 3ª Turma 15974/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 22/4/2002, p. 62

NEGOCIAÇÃO COLETIVA. RESTRIÇÃO DE DIREITOS. REDUÇÃO DO INTERVALO DE REFEIÇÃO. Tratando-se a dignidade humana e valores sociais do trabalho de princípios basilares do Estado Democrático de Direito (art.1º, III e IV, CF), todas as normas que os cercam consubstanciam normas de ordem pública, permitida a flexibilização nas hipóteses do art. 7º, VI, XIII, XIV, CF. A fonte máxima na hierarquia das normas no mundo do Direito, a Declaração dos Direitos do Homem, assegura, em seus arts. III e XXIII, o direito à vida e a condições justas e favoráveis de trabalho, respectivamente, restando ineficazes as cláusula coletivas, que visem restringir tais direitos. Necessária a autorização do Ministério do Trabalho, mesmo havendo acordo ou convenção coletiva a respeito da redução do intervalo de refeição, uma vez que se trata de norma de ordem pública de higidez laboral. Inteligência dos arts. 7º, XIII e XXVI, CF, 71, § 3º, da CLT, e 2º, §§ 1º e 2º, LICC. Proc. 34681/01 - Ac. 3ª Turma 16123/02-PATR. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 29/8/2002, p. 70

NEGOCIAÇÃO COLETIVA. TEMPERO. CONTRAPARTIDA. Não se pode, via negociação coletiva, simplesmente desprezar e/ou desconsiderar direitos conseguidos (e a muito custo!) pela classe trabalhadora, e esse deve ser o tempero para contrabalançar o prestígio que, hodiernamente, se quer emprestar às negociações diretas entre os atores sociais. Proc. 38738/01 - Ac. 1ª Turma 26320/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 80

NOMEAÇÃO

NOMEAÇÃO. PARA CARGO EM COMISSÃO. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO. VERBAS DEVIDAS. A regular contratação pelo regime da CLT, sem submissão a concurso público, para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, implica o pagamento das verbas devidas em toda relação de emprego, ressalvadas aquelas decorrentes da extinção do contrato sem justa causa, inexistentes na exoneração "ad nutum" dos empregados públicos. Proc. 9601/02 - Ac. 1ª Turma 20111/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 26/9/2002, p. 93

NORMA COLETIVA

NORMA COLETIVA. APLICABILIDADE. IMPRESCINDÍVEL A PARTICIPAÇÃO. O "caput" do art. 611 da CLT e seu § 2º estabelecem, como limite da abrangência e aplicação das condições de trabalho estipuladas em Convenções Coletivas de Trabalho celebradas por dois ou mais Sindicatos, Federações ou Confederações representativos de categorias econômicas e profissionais, o âmbito das respectivas representações, excluindo dessa pactuação empresa não representada pelos órgãos convenentes. Assim, a reclamada, por si ou por seu Sindicato, deveria ter sido suscitada para participar, aderindo - ou não -, às obrigações assumidas naqueles pactos. Como isso não se deu, não se vincula à observância das mesmas. Indevidos, por conseqüência, os pedidos escorados em tais documentos, prevalecendo, para tanto, as convenções coletivas juntadas pela

reclamada. Proc. 30017/00 - Ac. 5ª Turma 25575/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 57

NORMA COLETIVA. APLICÁVEL. LOCALIZAÇÃO DA EMPRESA. ÔNUS DA PROVA DA RECLAMADA. Considerando-se que a própria reclamada admitiu, em sua defesa, que estava situada em prédio anexo ao Shopping Iguatemi e no mesmo terreno, cabia à ela comprovar que não fazia parte das lojas que compõem o referido Shopping, eis que não é verossímil supor, pela sua localização, que dele não fizesse parte. Não se desincumbindo de seu ônus, deve ser aplicada a norma coletiva da categoria dos comerciários que trabalham nas lojas do Shopping. Proc. 13838/00 - Ac. 1ª Turma 3152/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

NORMA COLETIVA. CATEGORIA DIFERENCIADA. ABRANGÊNCIA. Empregado integrante de categoria diferenciada não tem direito de haver de seu empregador vantagens previstas em instrumento coletivo no qual não foi representada por órgão de classe de sua categoria" (Orientação Jurisprudencial n. 55, SDI-I, C. TST). Proc. 26451/99 - Ac. SE 10646/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

NORMA COLETIVA. CLÁUSULA QUE DISPÕE SOBRE ADICIONAL, QUE VEM SENDO RECEBIDO HÁ VÁRIOS ANOS, SUPRIMINDO O PAGAMENTO. Não se tem como possível, nem razoável, que uma norma coletiva atinja, pulverizando, uma situação que longos anos consolidaram, o que contraria os fins visados com sua existência e prática. E não se pode falar, simplesmente, na existência de contrapartida, em outras cláusulas, aos trabalhadores duramente castigados com tal disposição, o que, tamanha a perda, há de ser cumpridamente demonstrado. Proc. 31948/01 - Ac. 1ª Turma 24418/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 21

NORMA COLETIVA. EXAURIMENTO DO PRAZO DE VIGÊNCIA. PREVISÃO DE ANUÊNIO. SUSPENSÃO DO PAGAMENTO. NÃO INTEGRAÇÃO. Os benefícios previstos em normas coletivas, após exaurido o prazo de sua vigência, não integram os contratos individuais de trabalho; caso contrário, a CLT não estabeleceria, tanto para as convenções e acordos coletivos, quanto para as sentenças normativas, prazo de vigência e possibilidade de prorrogação. Havendo prazo estipulado para sua vigência, torna-se incompatível afirmar que os anuênios pagos regularmente fazem parte integrante dos salários dos empregados. Proc. 35885/00 - Ac. 5ª Turma 7039/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

NORMA COLETIVA. GARANTIA DE EMPREGO PRÉ-APOSENTADORIA. REQUISITOS. INAPLICABILIDADE. Não atendidos os requisitos ajustados em norma coletiva, não assiste ao trabalhador direito à garantia de emprego convencionada. Proc. 27839/00 - Ac. 1ª Turma 11905/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 10

NORMA COLETIVA. NULIDADE DE CLÁUSULA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO TRT. DECRETO DE NULIDADE EM DISSÍDIO INDIVIDUAL. INVIABILIDADE. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. A anulação ou mesmo a nulidade de cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho é de competência originária do E. TRT, mediante ação própria, por se tratar de questão de direito coletivo do trabalho. Em sede de dissídio individual, a competência do juiz do trabalho é restrita ao controle de legalidade ou constitucionalidade das cláusulas normativas, o que lhe permite, se configurada a ilegalidade ou a inconstitucionalidade, recusar a sua aplicação, jamais decretar a nulidade. Proc. 31175/00 - Ac. 5ª Turma 11657/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 18/3/2002, p. 83

NORMA COLETIVA. OBRIGATORIEDADE. Os autos demonstram que o reclamado não participou das negociações que deram origem aos instrumentos normativos, cujo cumprimento é postulado pelo reclamante. Assim sendo, não se pode obrigar o reclamado a cumprir norma coletiva de cuja elaboração não participou sob pena de violar-se o direito à ampla defesa hoje insculpido no inciso LV, art. 5º da Carta Constitucional de 05/10/88. Proc. 33987/01 - Ac. 5ª Turma 22324/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 3/10/2002, p. 35

NORMA COLETIVA. PERDA DE EFICÁCIA. Estando ainda em curso a reclamação trabalhista e desaparecendo a norma coletiva que dava substrato a pretensão nela formulada, não há como se contemplar o pedido correspondente. ACORDO EM DISSÍDIO COLETIVO. MULTA NORMATIVA. A CF, além de reconhecer expressamente as convenções e acordos coletivos de trabalho em seu art. 7º, inciso XXVI, também prestigia a negociação coletiva como forma preferencial de prevenir e solucionar conflitos, como se pode verificar do disposto no § 2º do seu art. 114. Verifica-se, deste modo, que a atual Carta Magna privilegiou

a negociação coletiva, incentivando o entendimento direto das categorias, independente da intervenção do Estado. Se assim é, com mais razão merece ser observada a negociação coletiva firmada perante o Poder Judiciário e por ele homologada. Havendo, portanto, estipulação em acordo homologado em dissídio coletivo acerca de multa normativa, deve a mesma ser observada. FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SEVIÇO. ATRASO NO RECOLHIMENTO. MULTA NORMATIVA. Demonstrado que os depósitos do FGTS não foram satisfeitos nas épocas próprias defere-se a multa prevista em normas coletivas, observados os respectivos prazos de vigência e o disposto na Orientação Jurisprudencial n. 54 da SDI-I do C. TST. Proc. 26902/99 - Ac. SE 4959/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/2/2002, p. 18

NORMA COLETIVA. RETROATIVIDADE. DIREITO ADQUIRIDO. Observados o princípio da irretroatividade da lei e a necessidade de respeito ao direito adquirido, como fundamentos da segurança jurídica, não pode norma coletiva retroagir para modificar situações consolidadas sob a vigência de norma anterior. inteligência do art. 5º, XXXVI, da CF, e do art. 6º da LICC. preenchidos os requisitos da convenção coletiva para a garantia de emprego decorrente de doença profissional, de natureza permanente, destinada a ultrapassar a vigência da norma (Orientação Jurisprudencial n. 41 da SDI do C. TST), o respectivo direito, adquirido pelo empregado, não pode ser limitado por norma coletiva posterior. Proc. 34833/01 - Ac. 2ª Turma 1168/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 16/5/2002, p. 12

NORMA COLETIVA. VALIDADE. Não é nula cláusula normativa condicionante de compensação de benefício extra e ultra legal se não resultou em prejuízo de direitos legalmente impostos em favor do empregado. Proc. 23292/01 - Ac. 2ª Turma 6255/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 18/2/2002, p. 58

NORMAS COLETIVAS

NORMAS COLETIVAS. INTERPRETAÇÃO DO ALCANCE. Sendo princípio geral do direito a prevalência da intenção das partes sobre os aspectos formais (art. 85, CCB e 8º da CLT), devem perdurar as mesmas condições estabelecidas em acordos coletivos, no curto lapso (02 meses) que medeou uma e outra norma, se a empresa continuou pagando o adicional de turno e concedendo as duas folgas semanais. Proc. 31681/00 - Ac. 4ª Turma 23043/02. Rel. Desig. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 13/5/2002, p. 197

NORMAS DE PROTEÇÃO

NORMAS DE PROTEÇÃO. DIRIGENTE SINDICAL. A norma legal objetiva proteger o dirigente sindical quando de sua atuação na defesa da categoria junto ao empregado. Assim, é vedado à reclamada punir com suspensão empregado que se ausenta para desempenho de função sindical, a pedido do sindicato e mediante comprovação. Proc. 31167/99 - Ac. SE 10934/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO. CITATÓRIA. CRITÉRIO DE VALIDADE. Por força do art. 840, § 1º da CLT, a notificação - citatória ao reclamado não é pessoal, cabendo, é claro, à pessoa chamada a juízo a prova da exceção. Para reforço da atualidade desta disposição, observe-se que tal procedimento foi "copiado" do processo do trabalho pelo processo comum, conforme redação dada ao art. 222 do CPC pela Lei n. 8.710/93. Proc. 5643/00 - Ac. 2ª Turma 27582/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

NOTIFICAÇÃO. JUDICIAL VIA POSTAL. ELISÃO DA PRESUNÇÃO DE RECEBIMENTO APÓS 48 HORAS. ÔNUS DO DESTINATÁRIO. ENUNCIADO N. 16, DO C.TST. Não tendo o reclamante jungido aos autos qualquer documento hábil a elidir a presunção do recebimento da notificação judicial após 48 horas, ônus que lhe incumbia, resta intempestivo o apelo. Proc. 9580/02 - Ac. 5ª Turma 7948/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/7/2002, p. 40

NOTIFICAÇÃO. VALIDADE. O art. 841 da CLT, em seu "caput" e § 1º, considera consumada a comunicação do ato processual quando entregue no endereço do reclamado. A este compete a prova do não recebimento. Proc. 37212/01 - Ac. 5ª Turma 32290/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 269

NULIDADE

NULIDADE. Contendo a sentença os requisitos dos arts. 93, IX, da CF, 832 da CLT e 458 do CPC e fazendo referência expressa, embora de forma sucinta, ao tema tido por não abordado, não há que se falar em nulidade. Proc. 28626/01 - Ac. 3ª Turma 15827/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 57

NULIDADE. É nula a sentença proferida por órgão jurisdicional incompetente. Inteligência dos arts. 651, "caput", e 795, § 1º, da CLT. Proc. 29591/99 - Ac. SE 20277/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

NULIDADE. Garantido o exercício pleno do direito de ação e do contraditório mostra-se infundada a alegação de cerceamento, não havendo que se falar em nulidade. ADICIONAL. DE INSALUBRIDADE. Demonstrada a ausência de insalubridade por laudo pericial cujas conclusões encontram respaldo na prova oral, não prospera o pleito ao adicional respectivo. FGTS. DEPÓSITO RELATIVO AO AVISO PRÉVIO. Comprovada pela empresa a quitação do FGTS relativo ao aviso prévio e não demonstrado o contrário pelo empregado, indefere-se a pretensão. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. Proc. 32406/99 - Ac. SE 10953/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

NULIDADE. Não há que se falar em arbítrio, capricho ou parcialidade, eis que a r. sentença foi proferida com observância a preceitos constitucionais e legais, tendo atingido a sua finalidade, que é a de compor a lide com justiça, e o Juízo "a quo" decidiu de acordo com a prova dos autos e o seu livre convencimento motivado, como dispõe o art. 131 do CPC. Proc. 25026/99 - Ac. SE 10926/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

NULIDADE. Não resultando do ato inquinado de nulo manifesto prejuízo ao litigante, nenhuma nulidade há a ser declarada, conforme prescreve o art. 794 da CLT. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. SUCUMBÊNCIA QUANTO AO OBJETO DA PERÍCIA. ISENÇÃO. A Lei n. 1.060/50 inequivocamente inclui dentre os benefícios da assistência judiciária a isenção quanto ao pagamento de honorários periciais. O Enunciado n. 236 do C. TST, por sua vez, não traduz exceção à lei, mesmo porque não cuida dessa hipótese fática. Assim, tratando-se o litigante de beneficiário da assistência judiciária gratuita, fica isento do pagamento dos honorários periciais ainda que sucumbente quanto ao objeto da perícia, devendo ser observado, todavia, o disposto no art. 12 da Lei n. 1.060/50. HORAS "IN ITINERE". Localizando-se a empresa dentro do perímetro urbano, não há que se falar em difícil acesso ou falta de transporte público regular, mesmo porque situada na mesma área onde também reside o empregado. Por outro lado, não se aplica a Orientação Jurisprudencial n. 50 da SDI-1 do C. TST, eis que o entendimento nela contido pressupõe a dificuldade de acesso ao local de trabalho, nos moldes do Enunciado n. 90. HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. A falta do terceiro turno e a interrupção das atividades da empresa descaracterizam o regime de turnos ininterruptos de revezamento, não havendo como aplicar a jornada reduzida ou considerar como extras as horas trabalhadas além da sexta diária. Precedentes do C. TST. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. Recurso ordinário do reclamante a que se dá parcial provimento, para isentá-lo do pagamento dos honorários periciais, nos termos da fundamentação, mantendo-se no mais a sentença. Proc. 29715/99 - Ac. SE 10738/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

NULIDADE. Tem direito a parte, que conta com mais de um advogado, de receber notificações e intimações na pessoa daquele que nomeou e requereu expressamente. Não pode o Poder Judiciário, diante de tal requerimento, eleger outro causídico para constar das publicações, sob pena de nulidade. Inteligência do § 1º do art. 267 do CPC. Proc. 25237/01 - Ac. 5ª Turma 9408/02. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DOE 18/3/2002, p. 10

NULIDADE. ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR ATRIBUÍDO À CAUSA. REJEIÇÃO. Na verdade, a recorrente confunde valor dado à causa, que não foi alterado pelo Juízo, com o valor arbitrado à condenação. Aquele serve para definir a alçada e o rito a ser seguido, enquanto este trata-se de cálculos feitos pelo julgador de acordo com as verbas deferidas na r. sentença, que implicarão no valor das custas e depósito para fins recursais. Proc. 39813/00 - Ac. 5ª Turma 22939/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 194

NULIDADE. ATO HOMOLOGATÓRIO DE ACORDO. INFRINGÊNCIA AO § 3º, DO ART. 832, DA CLT. NÃO OCORRÊNCIA. Impertinente a argüição do INSS, não apenas porque o acordo homologado

discrimina expressamente a natureza dos valores transacionados, mas também porque a reclamada comprovou documentalmente o cumprimento de suas obrigações junto à autarquia. Proc. 36322/01 - Ac. 5ª Turma 5756/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

NULIDADE. AUSÊNCIA À AUDIÊNCIA. IMPEDIMENTO DE COMPARECIMENTO JUSTIFICADO. OBSERVÂNCIA DA GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. REAL PREJUÍZO À PARTE. CARACTERIZAÇÃO. O escopo do contraditório é assegurar às partes a efetiva possibilidade da ampla defesa dos seus direitos. Havendo elementos que justificam a ausência da apresentação da defesa pela reclamada e carta de preposição, impõe-se o reconhecimento da nulidade da sentença, com a reabertura da instrução processual e novo julgamento. Proc. 24543/02 - Ac. 2ª Turma 25725/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 12

NULIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. DESPACHO. NÃO OCORRÊNCIA. Inviável a caracterização da nulidade por falta de fundamentação em ato homologatório de acordo entabulado entre as partes em audiência de instrução, uma vez que tal requisito se refere apenas às hipóteses em que a sentença contém julgamento, oportunidade em que devem ser indicados os fundamentos fáticos e jurídicos que nortearam a decisão. Proc. 37156/01 - Ac. 5ª Turma 5760/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 35

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. Ao indeferir a produção de prova que visava demonstrar fato irrelevante à solução da demanda o Juízo "a quo" age em conformidade com o que lhe facultam os arts. 765 da CLT e 130 do CPC, não se vislumbrando nisso cerceamento de defesa e tampouco nulidade. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. Constatado em laudo pericial o contato do trabalhador com área de risco, afigura-se irrelevante o caráter intermitente desse contato, conforme entendimento constante do Verbete n. 5 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST, sendo devido integralmente o adicional de periculosidade. HONORÁRIOS. DE PERITO. Fixados pelo Juízo de primeiro grau com moderação, tanto que em quantia aquém da pleiteada pelo perito, levando em consideração a natureza e o grau de dificuldade do trabalho realizado, não há que se falar em excesso no arbitramento. Proc. 442/00 - Ac. SE 26731/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 92

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. O indeferimento de oitiva de testemunhas destinadas à demonstração de fato já provado através do depoimento pessoal da parte ou admitido em defesa encontra respaldado no disposto pelos arts. 765 da CLT e 130 do CPC, não se vislumbrando nisso a prática de cerceamento de defesa, mas tão-somente o exercício do poder de direção do processo. HORAS EXTRAS. Admitido o exercício de cargo de confiança abrangido pela exceção do art. 62, inciso II e parágrafo único, da CLT, não faz jus o empregado a horas extras. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada questão, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. Proc. 32348/99 - Ac. SE 10952/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA CARACTERIZADO. REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL DETERMINADA. Se a parte abriu mão do "jus postulandi" e contratou advogado para defender seus interesses, não pode o magistrado, sem antes deliberar sobre o pleito de adiamento da audiência, formulado de forma justificada e com razoável antecedência, realizar a sessão e considerar o ausente confesso quanto à matéria de fato. Proc. 35397/01 - Ac. 3ª Turma 22381/02. Rel. Desig. Luiz José Dezena da Silva. DOE 13/5/2002, p. 175

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOLHIMENTO. Considerando-se que não há nada nos autos capaz de confirmar se o reclamante usufruía ou não do intervalo intrajornada, além de não ser possível saber se durante todo o contrato de trabalho sua jornada foi ou não controlada, não poderia o MM. Juízo de 1º grau ter indeferido a oitiva das testemunhas da empresa, ainda mais por ter o autor afirmado uma jornada na inicial e depois discrepado da mesma em seu depoimento, o que põe em dúvida suas afirmações. Por outro lado, sequer houve a determinação judicial para que a reclamada juntasse aos autos os controles magnéticos e os cartões de controle externo da jornada do reclamante, os quais, se juntados, poderiam justificar a não ouvida das testemunhas, seja do reclamante, seja da reclamada. Proc. 37128/01 - Ac. 5ª Turma 17647/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ACOMPANHAMENTO DE TRABALHO PERICIAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. Não configura cerceamento de defesa a ausência de notificação para acompanhamento de trabalho pericial, sobretudo na hipótese em que a parte não manifesta

expressamente tal intenção (preocupando-se mais com o pagamento dos honorários prévios e com a apresentação do trabalho de outro "expert"), aliada ao fato de que o laudo técnico foi suficientemente elucidativo, criterioso e pormenorizado, complementado pelos esclarecimentos solicitados. Proc. 717/99 - Ac. 5ª Turma 29631/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 186

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ART. 829 DA CLT. CONFIGURAÇÃO. Não se pode confundir o empregado da parte com a própria parte, para os fins do art. 829, da CLT. Assim, inexiste óbice legal para que o filho do Diretor Comercial da reclamada seja ouvido em depoimento, ainda que como mero informante. Proc. 38497/01 - Ac. 5ª Turma 1485/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO QUANDO HAVIA PEDIDO DE ADIAMENTO, FEITO POR AMBAS AS PARTES - Após receber o pedido conjunto de adiamento, o MM. Juízo de 1º grau deveria ter intimado as partes para que informassem se produziriam provas quanto aos demais aspectos da lide, que não dissessem respeito ao que se discutia na ação criminal. Só aí, se as partes não requeressem provas de audiência quanto a esse particular, é que poderia ser encerrada a instrução. A reclamada foi efetivamente prejudicada com sentença desfavorável quanto a aspectos da lide em que não lhe foi concedido o direito de fazer provas testemunhais (horas extras e comissões).Acolhe-se, pois, o pedido de cerceamento de defesa. Por conseqüência, anula-se a audiência em que houve o encerramento da instrução e todos os atos processuais daí decorrentes e determina-se que lhe seja concedida oportunidade para produzir prova oral, a ela e ao reclamante. Proc. 38667/00 - Ac. 5ª Turma 27195/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE OITIVA DE TESTEMUNHA. Conquanto o MM. Julgador de origem tivesse entendido que a primeira testemunha da reclamada mentiu (conclusão subjetiva), ainda que isso tivesse ocorrido, não haveria nexo de causalidade com o indeferimento da oitiva da segunda testemunha, mesmo porque às partes é permitido apresentar até três testemunhas - e se uma mente, as outras podem ser verdadeiras. Ora, a 1ª testemunha da reclamada, sobre a qual foram levantadas suspeitas, era o próprio paradigma, apontado pelo autor para fins de equiparação salarial ao mesmo. Lendo seu depoimento - e depois sua declaração - na qual prestou esclarecimentos a respeito da aparente contradição que o MM. Juízo de origem entendeu haver em seu depoimento -, parece-me que foi uma testemunha sincera, que falou a verdade, sim, apenas se atrapalhando em juízo, por não ser pessoa afeita a formalidades judiciárias: é homem acostumado à labuta fabril. Acolhe-se, pois, a preliminar de cerceamento do direito de defesa, para anular a r. sentença de 1º grau, determinando-se o retorno dos autos à 1ª instância, para complementação da instrução. Proc. 39261/00 - Ac. 5ª Turma 27200/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS. PROVA EMPRESTADA. NÃO CABIMENTO. Afigura-se absurda a argüição de nulidade escorada em indeferimento de perguntas ocorrido em audiência realizada para instrução de outro processo, cuja ata foi anexada como prova emprestada. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. DEPOIMENTO. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS. NÃO OCORRÊNCIA. Considerando-se que, a teor do art. 848, do CPC, o interrogatório das partes é prerrogativa do Juízo e não direito dos litigantes, sua recusa não pode caracterizar cerceamento de defesa. VÍNCULO DE EMPREGO. RETIFICAÇÃO DA CTPS. DATA DE ADMISSÃO. A alegação de período laborado sem registro demanda comprovação por parte de quem o faz, sendo insuficiente a juntada de prova emprestada na qual testemunha afirma que o autor de outro processo foi contratado anteriormente ao registro. Proc. 11244/02 - Ac. 5ª Turma 5745/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 34

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. JULGAMENTO ANTECIPADO SEM A PRÉVIA PRODUÇÃO DE PROVAS, OPORTUNAMENTE REQUERIDA. CARACTERIZAÇÃO. Caracteriza-se a nulidade processual por cerceamento de defesa quando o feito é julgado antecipadamente, tolhendo das partes o direito à regular produção de provas requeridas, mormente quando se trate de questão de fato controversa. Proc. 18076/02 - Ac. 2ª Turma 23808/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 13

NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. OITIVA DAS PARTES. ART. 848, DA CLT. A negativa em ouvir o reclamante não configura o alegado cerceio de defesa, posto que, no processo do trabalho, o interrogatório das partes (embora seja sempre recomendável, até para o esclarecimento direto dos fatos ao juízo, tornando as vezes desnecessária a própria oitiva de testemunhas), é prerrogativa do juízo e não um direito das partes. Proc. 33817/00 - Ac. 5ª Turma 1267/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

NULIDADE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PERGUNTAS AO PREPOSTO. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. NÃO OCORRÊNCIA. Não se vislumbra a propalada mácula, uma vez que o posicionamento adotado pelo Juízo originário é correto: constatada a ausência de causa de pedir para as horas de percurso, irrelevante a constatação do local de prestação de serviços. Assim, em decorrência do poder diretivo do Juiz (arts. 765, da CLT e 130 e 416, do CPC), o indeferimento de perguntas desnecessárias ao deslinde da controvérsia é perfeitamente válido. Não fosse suficiente, cumpre esclarecer que o interrogatório das partes é prerrogativa do juízo, conforme se extrai do disposto no art. 848, da CLT, e não um direito das partes. E ainda que assim não fosse, em audiência, determinou-se a justificação dos protestos em razões finais, o que não foi providenciado pelo autor. Portanto, restaram nitidamente assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa, sendo descabido o pleito de anulação da sentença. Proc. 39754/00 - Ac. 5ª Turma 22535/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

NULIDADE. CITAÇÃO. VÍCIO. NÃO COMPROVAÇÃO. NÃO RECONHECIMENTO. O objetivo da citação é cientificar a parte adversa da propositura de demanda, ou de medida judicial lato sensu, possibilitando-lhe apresentação da ampla defesa, formando-se, por conseguinte, a relação jurídica processual válida e eficaz. A alegação de que o desiderato legal não foi alcançado reclama não só justo motivo, mas também robusta prova de vício relevante, bem como de concreto prejuízo à parte. Não comprovado o defeito do ato citatório, não há como ser acolhido o pedido de anulação do processo, ou do julgamento. Proc. 7495/02 - Ac. 2ª Turma 2800/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 17

NULIDADE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. INOBSERVÂNCIA DO § 2º, DO ART. 795, DA CLT. Segundo o princípio da transcendência, não há que se falar em nulidade sem prejuízo para a parte que a alega, conforme prescrito nos arts. 794, da CLT, e 249, §§ 1º e 2º do CPC. No caso dos autos, efetivamente não se encontram presentes quaisquer dos requisitos enumerados pela r. sentença para justificar a extinção do processo sem julgamento de mérito (art. 267, I e VI, do CPC). Ademais, sem prejuízo da faculdade de suscitar o conflito de competência, disposto no inciso II, do art. 115, do CPC, o § 2º, do art. 795, da CLT, é claro no sentido de que "o juiz que se julgar incompetente determinará, na mesma ocasião, que se faça remessa do processo, com urgência, à autoridade competente, fundamentando sua decisão". Nesses termos, a sentença, ao extinguir o processo sem julgamento do mérito, em descompasso com a disposição legal, causou prejuízo ao recorrente de modo a provocar sua nulidade. No entanto, para não causar demora processual, deixa-se de determinar a nulidade da sentença de origem, que nenhuma utilidade trará às partes, e se determina a pronta remessa do processo à Justiça Comum, para se atender ao princípio da economia dos atos processuais. Proc. 34463/01 - Ac. 5ª Turma 29457/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

NULIDADE. DA DECISÃO NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Indicados os fatos na petição inicial, se beneficiários da prova produzida, a aplicação do direito se impõe pelo princípio da primazia da realidade, independentemente de não incluir o pedido expressamente da real configuração empregatícia. Proc. 26939/99 - Ac. SE 10642/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

NULIDADE. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. ESPECIFICAÇÃO DA NATUREZA DAS VERBAS TRANSACIONADAS APENAS NA PETIÇÃO DE CONCILIAÇÃO. SUFICIÊNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. A "ratio" do § 3º do art. 832 da CLT, com redação dada pela Lei Federal n. 10.035/00, é obrigar as partes, e o juízo, à indicação da natureza das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive no que tange, se o caso, à delimitação da responsabilidade pelo recolhimento da contribuição previdenciária. Vale dizer, se o acordo, informado pelas partes litigantes, já cumpre o desiderato legal, desnecessária a repetição, em sentença, da discriminação das verbas transacionadas, não havendo que se falar em afronta ao dispositivo celetista em apreço. Proc. 33942/01 - Ac. 2ª Turma 5957/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 12

NULIDADE. DECISÃO QUE ORIGINOU MANIFESTO PREJUÍZO ÀS PARTES. ACOLHIDA. A teor do art. 794 da CLT, "nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes". No presente caso, a inversão dos depoimentos pessoais, com o intuito de ver a confissão da empresa quanto às horas extraordinárias, e, assim, evitar-se a instrução processual, culminou em evidente cerceio de direito, inclusive ao próprio reclamante, que deixou de produzir prova testemunhal, ao que eventual afastamento da pena de confissão da reclamada resultaria na improcedência do pedido em questão. Proc. 33477/01 - Ac. 1ª Turma 24394/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 20

NULIDADE. DO CONTRATO DE TRABALHO. EMPRESA DE ECONOMIA MISTA. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO. A empresa de economia mista sob a administração indireta do Estado está obrigada a prestar vassalagem ao disposto no art. 37, inciso II da Carta Magna de 05/10/88, com a nova redação dada pela EC n. 19, publicada em 05/06/98, segundo o qual a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Não observado este procedimento, o contrato de trabalho é nulo, fazendo jus o trabalhador tão-somente ao saldo salarial. Proc. 6415/02 - Ac. 5ª Turma 21268/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

NULIDADE. DO CONTRATO DE TRABALHO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO SEM CONCURSO. A pessoa jurídica de direito público está obrigada a prestar vassalagem ao disposto no art. 37, inciso II da Carta Magna de 05/10/88, com a nova redação dada pela EC n. 19, publicada em 05/06/98, segundo o qual a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Não observado este procedimento, o contrato de trabalho é nulo, fazendo jus o trabalhador tão-somente ao saldo salarial. Proc. 29105/01 - Ac. 5ª Turma 29661/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 187

NULIDADE. DO CONTRATO DE TRABALHO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO SEM CONCURSO. A pessoa jurídica de direito público está obrigada a prestar vassalagem ao disposto no art. 37, inciso II da Carta Magna de 05/10/88, com a nova redação dada pela EC n. 19, publicada em 05/06/98, segundo o qual a investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Não observado este procedimento, o contrato de trabalho é nulo, fazendo jus o trabalhador tão-somente ao saldo salarial e ao FGTS depositado desde que pleiteado expressamente. Proc. 12009/02 - Ac. 5ª Turma 31721/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 97

NULIDADE. EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. NÃO CONFIGURADA. Não se decreta nulidade, se do ato impugnado não resulta efetivo prejuízo para a parte. Transferida a arrematação, da qual houve a correta notificação, para o dia seguinte ao aprazado não se configura prejuízo, pois a executada se comparecesse ao evento, teria tomado ciência da mudança. Proc. 39162/01 - Ac. 5ª Turma 29326/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 176

NULIDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. Não há falta de fundamentação na sentença que condena ao pagamento de todos os títulos que, naturalmente, decorrem do vínculo empregatício e da demissão sem justa causa. Proc. 31742/99 - Ac. SE 10852/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO. Não se decreta nulidade, se do ato impugnado não resulta efetivo prejuízo para a parte. Proc. 33937/01 - Ac. 5ª Turma 16526/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

NULIDADE. LAUDO PERICIAL. REJEIÇÃO. Não foi refutado o laudo pericial, mas alegou-se tão-somente que o reclamante não teria condições financeiras de arcar com os honorários prévios, não se tratando, pois, de questão relativa à nulidade. Ademais, fica sem sentido não querer arcar com os honorários periciais, mas pagar honorários advocatícios, já que ainda ao trabalhador socorre o princípio do "jus postulandi" nesta Justiça Especializada. Proc. 39485/00 - Ac. 5ª Turma 5784/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 43

NULIDADE. MOMENTO PARA ARGÜIÇÃO. Conforme o art. 795 da CLT, compete à parte interessada argüir as nulidades na primeira oportunidade que tiver de falar nos autos, sob pena de convalidação do ato. O momento adequado para referida manifestação pode ocorrer em audiência ou por ocasião do oferecimento de razões finais. Proc. 1002/97 - Ac. 5ª Turma 32275/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 269

NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em nulidade por negativa de prestação jurisdicional, eis que todos os pedidos foram analisados. A r. sentença foi proferida com observância a preceitos constitucionais e legais, tendo atingido a sua finalidade, que é a de compor a lide com justiça, e o Juízo "a quo" decidiu de acordo com a prova dos autos e o seu livre convencimento motivado, como dispõe o art. 131 do CPC. Proc. 9483/00 - Ac. SE 14214/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. Não há que se falar em nulidade por negativa de prestação jurisdicional, eis que a sentença foi proferida com observância a preceitos constitucionais e legais, tendo atingido a sua finalidade, que é a de compor a lide com justiça, e o

Juízo "a quo" decidiu de acordo com a prova dos autos e o seu livre convencimento motivado, como dispõe o art. 131 do CPC. DOCUMENTOS. EXIBIÇÃO. O art. 359 do CPC prevê que o juiz, ao decidir o pedido, admitirá como verdadeiros os fatos que, por meio do documento ou da coisa, a parte pretendia provar, caso o requerido não efetue a exibição, e nem faça qualquer declaração em prazo lá estabelecido. Proc. 30919/99 - Ac. SE 22281/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 171

NULIDADE. PRAÇA. INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR.INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO. Para o ato judicial - hasta pública - o devedor deve ser intimado, pessoalmente, por mandado ou quando for o caso, por edital, desde que na condição específica. Ou seja, o edital de praça, por si só, que tem por objetivo dar ciência a terceiros interessados, que determinados bens serão submetidos à expropriação, não tem o condão de superar a exigência posta pela lei (arts. 687, § 5º e 247 do CPC c/c art. 769). Não se pode perder de vista que a intimação pessoal do devedor é garantir-lhe, efetivamente, a possibilidade de remir os bens constritos. Nesse passo, não basta a garantia formal, mas há que se buscar o alcance pleno do bem de vida protegido pela norma. Proc. 36230/01 - Ac. 2ª Turma 20590/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 124

NULIDADE. PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. TENTATIVA DE ELUCIDAÇÃO DO LAUDO PERICIAL, ATRAVÉS DE REQUERIMENTO DA TOMADA DE DEPOIMENTOS. UTILIZAÇÃO DE EPI'S. Pretendia a empregadora infirmar o laudo pericial através de tomada de depoimentos sobre a utilização de EPI's. O cerceio efetivamente ocorreu, eis que é um direito das partes elucidar o laudo pericial. Entretanto, indeferida a oitiva das provas requeridas, a reclamada não se insurgiu quanto a isso (não houve protestos), e até concordou com o encerramento da instrução processual, o que afasta de vez sua argüição de nulidade. Rejeito. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. ART. 192 DA CLT. ENUNCIADO N. 228 E PRECEDENTE JURISPRUDENCIAL n. 02 DA SDI, AMBOS DO TST. O art. 192 da CLT estabelece que o adicional de insalubridade incide sobre o salário mínimo. Após a promulgação da CF/88, a base de cálculo para apuração do adicional de insalubridade continua sendo a mesma, nos termos do Enunciado n. 228/TST, que, embora editado em 1985, não foi revogado, haja vista que o disposto nesta súmula não colide com a norma constitucional. No mesmo sentido, o Precedente Jurisprudencial n. 02, da Seção de Dissídios Individuais do C.TST. Proc. 37685/00 - Ac. 5ª Turma 1046/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 35

NULIDADE. SENTENÇA CONDICIONAL. ACORDO. INTELIGÊNCIA DO ART. 794 DA CLT. Não detém a pecha de condicional, decisão que homologa acordo em relação a apenas um dos reclamados, nem afronta o art. 463 do CPC sentença que aborda matéria de direito em relação a outro reclamado. Quando inexiste prejuízo, não há nulidade. Proc. 35927/01 - Ac. 4ª Turma 10826/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 25/7/2002, p. 78

NULIDADE. SENTENÇA DECALCADA EM PROVA INEXISTENTE NOS AUTOS. INFRINGÊNCIA DO ART. 131 DO CPC. CARACTERIZAÇÃO. A sentença constitui-se o ato de inteligência do Órgão Julgador na apreciação da causa que lhe é apresentada. Exige o art. 131 do CPC que a decisão retrate os fundamentos que serviram à formação da convicção, sendo prescindível a expressa referência a cada um dos argumentos sustentados pelas partes, bem como a cada elemento de prova. Entretanto, se a decisão está decalcada em prova inexistente nos autos, flagrante a violação do artigo "suso", sendo de rigor, a decretação da nulidade. Proc. 21265/00 - Ac. 2ª Turma 7519/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 24

NULIDADE. SENTENÇA INCERTA. Não cuidando o juízo de origem de especificar qual a jornada de trabalho acolhida (e persistindo tal omissão não obstante a oposição de embargos declaratórios por parte do autor), a sentença proferida é incerta, tornando inviável sua liquidação. Portanto, não tendo havido completa prestação jurisdicional, a decisão dos embargos declaratórios é incerta, motivo pelo qual é nula, devendo os autos baixarem à Vara de origem para que novo julgamento dos embargos declaratórios seja proferido. Proc. 15587/00 - Ac. 1ª Turma 10983/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 18/3/2002, p. 62

NULIDADE. SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVAS. NÃO ARGÜIÇÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA. PRECLUSÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não há que se falar em cerceamento de defesa, pelo indeferimento de pedido de produção de provas, quando a parte interessada não argúi o vício em origem, seja em audiência, seja em razões finais, mormente se concordou com o encerramento da instrução processual, lançando mão de razões finais remissivas. Inteligência do art. 183 do CPC. Proc. 8246/02 - Ac. 2ª Turma 21263/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 105

NULIDADE. SENTENÇA. PROVA. APRECIAÇÃO. Tratando-se de documento irrelevante ao deslinde da demanda, não se vislumbra nulidade na sua não consideração, eis que a livre apreciação das provas é faculdade do Juízo garantida pelo art. 131 do CPC, de aplicação subsidiária. Ademais, a sentença indica os motivos de convencimento que determinaram o deferimento do pedido. HORAS EXTRAS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. CARACTERIZAÇÃO. Havendo ininterruptividade nas atividades da empresa e alternância periódica de turnos em revezamento contínuo, caracterizado está o regime de turnos ininterruptos de revezamento, fazendo jus o trabalhador à jornada reduzida do art. 7º, inciso XIV, da CF. SALÁRIO-UTILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Não demonstrando a reclamada que a moradia era fornecida para o trabalho e não pelo trabalho, resulta caracterizada a concessão de salário-utilidade. REFLEXOS. ARBITRAMENTO PELO JUÍZO. Não produzindo a reclamada qualquer prova a respeito do valor do salário-utilidade durante a fase de instrução, tem-se como válido o seu arbitramento pelo Juízo de primeiro grau para efeito da concessão de reflexos, quando em conformidade com o disposto no art. 458, § 1º da CLT. SALÁRIO. SALDO. CONDENAÇÃO EM DOBRO. A não quitação integral do saldo de salário na primeira audiência sujeita o empregador à dobra do art. 467 da CLT. MULTA. ART. 477 DA CLT. Não tendo o empregador comprovado que a mora no pagamento das verbas rescisórias tenha decorrido de culpa do empregado e tampouco que tenha se utilizado dos meios legais ao seu dispor para se desobrigar, responde pela multa do art. 477 da CLT. JUSTA CAUSA. Havendo nos autos documentos que retratam um histórico de má conduta profissional por parte do empregado, correta a decisão que reconhece a justa causa para a dispensa. Proc. 28810/99 - Ac. SE 20275/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

NULIDADE DA DESPEDIDA

NULIDADE DA DESPEDIDA. EFEITOS. Considerada arbitrária a despedida, em virtude de ser o trabalhador portador de estabilidade, decretando-se, portanto, sua nulidade, os efeitos desta consistem em tornar as partes ao "statu quo ante", nos termos do art. 158, CC. O ajuizamento da ação ainda que no limiar do biênio prescricional previsto no art. 7º, XXIX, CF, não se consubstancia causa impeditiva dos efeitos da decretação da nulidade. Proc. 23603/01 - Ac. 3ª Turma 13777/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 69

NULIDADE DA SENTENÇA

NULIDADE DA SENTENÇA. Não se declara a nulidade da sentença quando proferida em consonância com os dispositivos legais disciplinadores da matéria e não houver qualquer imposição de prejuízo às partes. Proc. 14884/00 - Ac. 1ª Turma 8169/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 4/3/2002, p. 46

NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. DOENÇA PROFISSIONAL. REINTEGRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. O alegado cerceamento de defesa se estribou na necessidade de elaboração de laudo pericial que comprovasse a doença profissional, para efeitos de reintegração no emprego. Entretanto, tendo o MM. Juízo de 1º grau fundamentado sua decisão em laudo médico que requisitara aos autos, não impugnado pelo obreiro sequer em razões finais e tendo o autor ingressado anteriormente com outra reclamatória trabalhista na qual não há qualquer menção sobre a existência da propalada doença profissional, resta manter a improcedência da ação. Proc. 37057/00 - Ac. 5ª Turma 1065/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 36

NULIDADE DA SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. PENA DE CONFISSÃO FICTA. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR - Embora tenha aplicado a pena de confissão ficta quanto à matéria de fato à reclamada, por sua ausência à audiência em que deveria depor, permitiu o MM. Juízo de origem a juntada da defesa e documentos pertinentes, pelo advogado presente, analisando todos os pleitos e amparando sua decisão também nesses mesmos documentos. Assim, não há como se acolher a argüição de cerceamento de defesa à empregadora, especialmente porque seu advogado concordou com o encerramento da instrução, sem qualquer protesto, eximindo-se até de manifestação quanto à confissão que fora aplicada à sua cliente. Nulidade rejeitada. Proc. 34938/00 - Ac. 5ª Turma 7607/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 28

NULIDADE DA SENTENÇA. DISPOSITIVO GENÉRICO Sentença que tem relatório, fundamentação e dispositivo, ainda que suscinta, não é nula. Embora o correto, tecnicamente falando, fosse constar do dispositivo as verbas nas quais a empresa foi condenada, a condenação nas verbas deferidas na fundamentação não implica em nulidade. Proc. 4217/02 - Ac. 5ª Turma 19009/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 19/9/2002, p. 71

NULIDADE DA SENTENÇA. FALTA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. O dispositivo da sentença deve explicitar e numerar todas as verbas que foram objeto da condenação. Contudo, enquanto não houver disposição legal expressa, tal omissão, ainda que prejudicial à clareza e dinâmica dos recursos ou da execução, não pode ser objeto de anulação. Proc. 27835/00 - Ac. 1ª Turma 3125/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 28/1/2002, p. 29

NULIDADE DA SENTENÇA. PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. Embora pertinentes os questionamentos relativos à aplicabilidade do princípio da identidade física do juiz após a extinção da representação classista em todos os órgãos da Justiça do Trabalho, deixou de considerar o recorrente que referida alteração constitucional, da maneira como foi instituída, demanda a existência de um período transitório, que afasta a adoção imediata do princípio em comento. Aliás, a adoção deste princípio nesta Especializada ainda demanda séria discussão, em face do princípio da celeridade. Não bastasse, os prejuízos alegados (princípio da oralidade, apreciação de provas testemunhais e realização de ampla e satisfatória instrução processual) não se aplicam ao caso vertente, que trata estritamente de questão de direito. RENÚNCIA E TRANSAÇÃO. ART. 1.030, DO CC. A celebração de acordo para o desligamento, com a assistência da entidade sindical, o pagamento de indenizações bastante favoráveis e a quitação plena e irrevogável do contrato de trabalho, têm efeito de coisa julgada. Proc. 36842/00 - Ac. 5ª Turma 5552/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 36

NULIDADE DA SENTENÇA. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA ERRÔNEA DOS FATOS PELO AUTOR. A qualificação jurídica dada aos fatos narrados, pelo autor, não é essencial para o sucesso da ação. Tanto que o Juiz pode conferir aos fatos qualificação diversa da atribuída pelo autor. Aplicação dos princípios do "jura novit curia" e do "da mihi factum, dabo tibi jus". Ademais, "no pedido mais abrangente se inclui o de menor abrangência" (STF 2ª T, Reclamada 100. 894-6/RJ, Rel. Min. Moreira Alves, DJU 10/12/84, pág. 1019). Inexiste, portanto, nulidade na sentença que deu aos fatos narrados pelo autor enquadramento jurídico diverso e correto. Proc. 32571/01 - Ac. 3ª Turma 2172/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 23/5/2002, p. 17

NULIDADE DE SENTENÇA

NULIDADE DE SENTENÇA. ACORDO HOMOLOGADO EM JUÍZO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. Não é nula por carecer de fundamentação a sentença homologatória de acordo que não trata do mérito das questões deduzidas em exordial, eis que a natureza supletiva da decisão fá-la ater-se à forma, e não ao conteúdo. Proc. 29854/01 - Ac. 5ª Turma 16508/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

NULIDADE PROCESSUAL

NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. Não ocorre cerceamento de defesa quando há plena observância do princípio da ampla defesa e do contraditório. In casu, conforme se observa (fls. 176) o Sr. Perito informou nos autos o dia e a hora da realização da perícia, sendo que as partes tomaram conhecimento do dia e hora da realização da perícia através das notificações de fls. 177 e 178. Desta forma, os patronos do recorrente e da recorrida foram intimados do dia e hora da realização da perícia, tanto é verdade que o reclamante acompanhou a perícia, conforme informações prestadas pelo próprio Perito. Proc. 28658/99 - Ac. SE 25899/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 67

NULIDADE PROCESSUAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. A simples supressão das razões finais pode ser invocada como causa de nulidade ("in" Prática do Processo Trabalhista, Christovão Piragibe Tostes Malta, Editora LTr, 23ª Edição, 1992). "In casu", antecipou-se a data de julgamento para 23/09/99 (fls. 142), sem que houvesse publicação ou intimação das partes e seus procuradores para ciência da nova data, obstando-se, ainda, às mesmas, que apresentassem suas razões finais. Assim, decreto a nulidade da r. sentença de primeira instância, devendo os autos retornarem à origem, possibilitando às partes apresentarem suas alegações finais. Proc. 11353/00 - Ac. SE 25750/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

NULIDADE PROCESSUAL. DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO DO PROCURADOR E DAS PARTES ATRAVÉS DE "REGISTRADO POSTAL". INTELIGÊNCIA DO ART. 39 II E PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC, ART. 841 § 1º DA CLT E ART. 343 "CAPUT" E § 1º DO CPC. O ordenamento jurídico não contempla expressões inúteis. Assim, o não atendimento às formalidades do art. 39 parágrafo único do CPC, do § 1º do art. 841 da CLT e do art. 343 "caput" e § 1º do CPC, importa impedimento à legitima atividade probatória das partes. O princípio do contraditório e da

ampla defesa, alçado ao "status" de garantia constitucional, não pode ser olvidado pelo Juiz, sob pena de ferir de morte sagrado direito da parte. Esta, uma vez em Juízo, deverá ter assegurado o pleno exercício de suas faculdades processuais, que se por um lado visa assegurar-lhe a defesa de seu direito, por outro, é indispensável à correta aplicação da lei, através do devido processo legal. Proc. 39327/00 - Ac. 5ª Turma 3836/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 28/1/2002, p. 53

NULIDADE PROCESSUAL. INOCORRÊNCIA. Não ocorre nulidade processual quando a parte não sofre prejuízo em seu direito de defesa - art. 794 da CLT. Proc. 440/02 - Ac. 1ª Turma 20451/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 120

NULIDADE PROCESSUAL. NOTIFICAÇÃO INICIAL. NÃO-OCORRÊNCIA. Não se declara a nulidade do ato processual, quando não comprovado o seu vício. O fato de, depois da prolação da sentença, haver informação de mudança de endereço da empresa, por si só, não justifica a invalidade da citação, regularmente endereçada e recebida pelo empregador. Proc. 13837/00 - Ac. 1ª Turma 4126/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CARACTERIZAÇÃO. A incúria na contratação (culpa "in eligendo") e na fiscalização (culpa "in vigilando") do prestador de serviços, que se mostra inidôneo financeiramente e descumpridor de seus deveres acerca da legislação trabalhista, transfere para o tomador a responsabilidade subsidiária pelo pagamento dos débitos trabalhistas não quitados por aquele. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. FECHAMENTO DO ESTABELECIMENTO. CIPEIRO. EFEITOS. Fechamento do estabelecimento - fato que prescinde de prova (art. 334, III, CPC), posto que não refutado pela parte contra a qual se alega - afasta do cipeiro o direito à estabilidade provisória. Proc. 25590/99 - Ac. SE 5039/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

OITIVA DE TESTEMUNHA

OITIVA DE TESTEMUNHA. IMPEDIDA OU SUSPEITA. FACULDADE DO JUIZ. O art. 829 da CLT não obriga o Juiz a ouvir, na condição de informante, a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes, mas apenas faculta tal oitiva. Proc. 21892/02 - Ac. 1ª Turma 23439/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 17/10/2002, p. 6

OMISSÃO

OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. Mantida a sentença por seus próprios fundamentos quanto a questão suscitada em sede de embargos de declaração, nos moldes do permissivo contido no art. 895, § 1º, inciso IV, parte final, da CLT, não há que se falar em omissão do acórdão, pois tal omissão, se presente, já maculava a decisão de primeiro grau, restando preclusa a sua apreciação por inércia da parte interessada que deixou de provocá-la nos embargos de declaração interpostos em face da sentença. Pelo mesmo motivo, resulta descabida a alegação de contradição entre o acórdão e a sentença. Ademais, desenvolvidas as razões suficientes para a definição da fonte do convencimento e oferecida a prestação jurisdicional, não se impõe a exaustão de todos os motivos que levam ao mesmo fim, pois o julgador não se obriga a responder a toda e qualquer argumentação trazida a juízo, senão àquilo que se mostrar suficiente ao regular e adequado deslinde da causa, sendo certo que tal não implica em omissão, contradição ou obscuridade. Proc. 11151/00 - Ac. SE 1341/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ÔNUS DA PROVA

ÔNUS DA PROVA. A não comprovação dos fundamentos fáticos e jurídicos dos pedidos acarreta a improcedência dos mesmos. Proc. 30856/99 - Ac. SE 10846/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo

Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. No caso em tela, ao afirmar que o reclamante prestava serviços como vendedor autônomo, a reclamada atraiu para si o ônus da prova (CLT, art. 818, c/c, art. 333, II, do CPC) e dele não se desincumbiu. Proc. 26949/99 - Ac. SE 1353/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. No caso dos autos, competia à reclamada provar a modalidade do contrato celebrado e desse ônus não se desincumbiu. Proc. 25752/99 - Ac. SE 1327/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. No caso dos autos, competia à reclamada provar o alegado abandono de emprego e desse ônus não se desincumbiu. Proc. 39834/00 - Ac. SE 2191/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. No caso dos autos, não logrou a reclamada comprovar, como lhe competia, que no período compreendido entre 01/07/93 a 01/05/96 tivesse o obreiro laborado em sua dependência de forma interposta, como empregado de outra pessoa, no exercício de funções outras que não as praticadas enquanto seu empregado. Proc. 24581/99 - Ac. SE 10924/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

ÔNUS DA PROVA. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. No caso dos autos a reclamada demonstrou que o autor e o paradigma, quando devidamente registrado, recebiam na mesma faixa salarial. Destarte, improcede o pedido de equiparação salarial. Proc. 30339/99 - Ac. SE 14277/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

ÔNUS DA PROVA. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", o recorrente não se desincumbiu de provar os quilômetros efetivamente rodados por ele, ainda que em média, ônus que lhe incumbia, visto tratar-se de fato constitutivo de seu direito. Proc. 31635/99 - Ac. SE 10937/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 60

ÔNUS DA PROVA. DATA DE ADMISSÃO. Compete ao reclamante a prova das alegações que fizer na inicial. Se declara data de admissão diversa daquela confirmada pela reclamada, deve apresentar prova nesse sentido, sob pena de prevalecer a data indicada pela ré. Proc. 10193/02 - Ac. 5ª Turma 2006/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 35

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", apesar das cópias de controles de ponto e dos demonstrativos de pagamento juntados, a autora não demonstrou a existência de horas extras a seu favor. A testemunha da reclamante não trouxe aos autos depoimento capaz de infirmar a defesa apresentada pelo recorrido. Proc. 9075/00 - Ac. SE 1420/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 46

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (art. 818, da CLT c/c 333, I, do CPC) e, desse ônus desincumbiu-se o obreiro, pelo que há de ser mantida "in totum" a r. decisão recorrida. Proc. 31876/99 - Ac. SE 2188/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", o autor logrou demonstrar seu horário de trabalho e o conseqüente labor extraordinário, ônus que lhe competia. Proc. 26473/99 - Ac. SE 1351/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", a própria testemunha da reclamada confirmou a existência de pagamentos extra-folha (fls. 53).

Assim, diante da robusta prova testemunhal, correta a decisão de origem, que condenou a recorrente no pagamento de diferença de salários trezenos e férias enriquecidas do terço constitucional e diferenças de depósitos fundiários acrescido da multa de 40%. Proc. 11075/00 - Ac. SE 1339/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não provou o reclamante, como lhe competia, tivesse trabalhado durante o horário destinado às refeições e descanso, bem como, nos dias de folga. Restou comprovado que a jornada de trabalho do autor era de sete horas por dia, com uma folga semanal, não efetuando, pois, horas extras. Proc. 26783/99 - Ac. SE 10583/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não há prova nos autos a amparar o direito do recorrente, que sequer apresentou valores que entendesse devidos. A testemunha por ele arrolada foi contraditória, nada conseguindo provar. Quanto ao aviso prévio, a reclamada comprovou o pagamento e o autor não apontou diferenças, nem impugnou especificamente o alegado na defesa. Proc. 28543/99 - Ac. SE 10602/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não há prova nos autos a amparar o direito do recorrente. O obreiro não demonstrou por cálculos a existência de eventuais diferenças de horas extras a seu favor. Por outro lado, a reclamada comprovou que, quando o recorrente laborava em horas extraordinárias, estas lhe eram integralmente pagas. Proc. 9601/00 - Ac. SE 14218/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não cuidou o reclamante de realizar qualquer prova contrária à documental, não demonstrando sequer diferenças. Proc. 11033/00 - Ac. SE 14234/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818, da CLT c/c 333, I, do CPC). A reclamante, tendo atraído para si o ônus da prova de que os cartões de ponto eram viciados, desincumbiu-se a contento. As testemunhas ouvidas foram unânimes em afirmar que os cartões de ponto juntados aos autos se apresentam com jornada diversa da efetivamente laborada. Proc. 11329/00 - Ac. SE 28174/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ACIONADO. É do autor o ônus da prova dos fatos constitutivos do direito que pretende ver reconhecido em Juízo (arts. 818 da CLT e 333, I do CPC). "In casu", não há prova nos autos a amparar o direito do recorrente, no que diz respeito às comissões. Limitou-se o autor a meras conjecturas, sem nada provar. Horas extras também são indevidas porque o obreiro não estava sujeito a controle de horário, enquadrando-se na exceção do art. 62, I, da CLT, já que exercia suas atividades externamente. Proc. 10968/00 - Ac. SE 28173/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. Negada a tese inicial, à reclamante caberia a prova, por ser fato constitutivo de seu direito (art. 818 da CLT, c/c art. 333, I, do CPC), da qual, na hipótese, não se desincumbiu. Com efeito, a suposta tomadora de serviços, ora recorrente, negou veementemente que tivesse se beneficiado dos serviços da reclamante, inexistindo nos autos qualquer prova em sentido contrário. Recurso a que se dá provimento para excluir a segunda reclamada do feito, por ilegitimidade de parte, porque não comprovado que ela foi a beneficiária dos serviços prestados pela reclamante através de interposta empresa. Proc. 9025/02 - Ac. 1ª Turma 3172/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/5/2002, p. 7

ÔNUS DA PROVA. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO AO DIREITO DO AUTOR. É regra que o ônus da prova recai sobre quem alega, mas cabe ao réu comprovar a existência do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, de acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista. Proc. 9568/00 - Ac. SE 1375/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

ÔNUS DA PROVA. FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO AO DIREITO DO AUTOR. De acordo com o preconizado no art. 333, II do CPC, de aplicação subsidiária ao Processo Trabalhista, o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor deve ser comprovado pelo réu. Proc. 26350/99 - Ac. SE 10578/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

ÔNUS DA PROVA. PEQUENA EMPREITADA. DIFERENÇAS NO PAGAMENTO. O ônus de comprovar as assertivas exordiais no sentido de que o pagamento de pequena empreitada não foi integralmente satisfeito é do autor, a teor do disposto nos arts. 818, da CLT, e 333, inciso I, do CPC. Não havendo como avaliar se a contratação para a obra foi apenas parcial, se o serviço de reboco foi ajustado posteriormente ou se o refazimento do muro que ruiu era encargo do reclamado, deve ser julgada improcedente a ação. Permanece íntegra a sentença originária. Proc. 38527/00 - Ac. 5ª Turma 7011/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

ÔNUS DA PROVA. RELAÇÃO DE EMPREGO. Admitida a prestação de serviços, a reclamada atrai para si o ônus de provar o fato modificativo, extintivo ou impeditivo quanto à caracterização da relação de emprego, não tendo desincumbido satisfatoriamente de seu mister. Devidas, portanto, as verbas rescisórias. DESPEDIDA. ALEGAÇÃO DE AFASTAMENTO VOLUNTÁRIO. Cabe ao empregador provar o afastamento voluntário do empregado sob pena de ser presumida a despedida em face do princípio da continuidade da relação de emprego. MULTA RESCISÓRIA. ART. 477, § 6º DA CLT. Tratando-se de controvérsia envolvendo discussão acerca da existência de relação de emprego entre as partes e vindo esta, tão-somente, a ser dirimida em juízo, improspera a pretensão do autor no que tange ao pagamento da multa prevista no § 6º do art. 477 da CLT. Proc. 28272/01 - Ac. 3ª Turma 22459/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 177

OPERADOR DE TELEMARKETING

OPERADOR DE TELEMARKETING. JORNADA REDUZIDA DE TELEFONISTA. NÃO ENQUADRAMENTO. Verificando que os afazeres do trabalhador não se consubstanciavam a efetivar e receber ligações ou transferi-las, mas, sim, em fazer transações de compra e venda por telefone, com digitação do pedido efetivado, não há como enquadrá-lo na jornada prevista no art. 227 da CLT, que cuida do serviço de telefonia propriamente dito. Proc. 1706/01 - Ac. 3ª Turma 9801/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/7/2002, p. 16

OPERADORES DE "TELEMARKETING"

OPERADORES DE "TELEMARKETING". JORNADA REDUZIDA. ART. 227 DA CLT. INAPLICABILIDADE. Os operadores de "telemarketing" não se beneficiam da jornada de seis horas preconizada no art. 227 da CLT, aplicável apenas àqueles que operam, permanentemente, mesas telefônicas ou equipamentos telegráficos, radiotelegráficos ou radiotelefônicos. Proc. 34180/01 - Ac. 1ª Turma 3936/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

PARCERIA AGRÍCOLA

PARCERIA AGRÍCOLA. TRABALHO SIMULTÂNEO COMO DIARISTA. Não obstante a parceria agrícola possa existir concomitantemente com o contrato de trabalho, inviável o reconhecimento da existência de vínculo empregatício no caso de ficar comprovado nos autos que o trabalho da reclamante como diarista era apenas esporádico e que inexistia pessoalidade nos serviços prestados. Proc. 15468/00 - Ac. 1ª Turma 15538/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 47

PARCERIA AVÍCOLA

PARCERIA AVÍCOLA. SERVIÇO DE CARREGAMENTO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA PARCEIRA PROPRIETÁRIA. Como a principal titular do negócio explorado em regime de parceria (pois fornece as aves, a ração, coordena a criação e estipula o cronograma respectivo e, ainda, contrata e remunera o serviço de carregamento), a parceira proprietária inegavelmente explora a atividade-fim da criação de aves, e deve responder subsidiariamente pelos créditos trabalhistas daqueles que trabalham, de forma terceirizada,

no carregamento das mesmas, após a engorda. Estipulação contratual entre os parceiros, com o objetivo de afastar da parceira proprietária os ônus decorrentes da utilização da mão-de-obra, não pode ser aceita como óbice à incidência e cumprimento da legislação trabalhista. Aplicação do art. 9º da CLT. Proc. 36379/01 - Ac. 2ª Turma 4679/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 13/6/2002, p. 19

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS. CONVENÇÃO COLETIVA. Deve ser adotado, "in casu", o critério da MP n. 1.972-72, reeditada sem alterações até maio/98, qual seja, a empresa convenciona com os seus empregados, que escolhem uma comissão para entendimentos, sendo que a forma final de ajuste deve contar com a participação do Sindicato dos Trabalhadores. Assim, o que temos é uma negociação coletiva, e não uma convenção coletiva, como entendeu a sentença de primeira instância. Vale frisar que, a partir de junho/99, a MP n. 1.878-59, alterou a redação do art. 2º, incluindo como forma de procedimento para negociação da participação nos lucros, a convenção ou acordo coletivos, tendo sido essa a forma final pela qual a MP n. 1.982-77 foi convolada na Lei n. 10.101/00. Proc. 31827/00 - Ac. 4ª Turma 7261/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 4/3/2002, p. 15

PDV

PDV. CLT, 477, § 2º. VALIDADE. O Direito do Trabalho, no art. 477, § 2º retirou do trabalhador a capacidade plena para pedido de demissão, em relação aos contratos com mais de um ano. Conseqüentemente, nesta hipótese, a validade dos acordos de rescisão padecem de invalidade. Proc. 20931/00 - Ac. 2ª Turma 30519/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 212

PEDIDO

PEDIDO. ALUGUEL. FERRAMENTAS DE TRABALHO. Por falta de amparo legal, não se acolhe pedido do empregado referente ao pagamento de aluguel pelas ferramentas de sua propriedade utilizadas no trabalho. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Cabe ao empregado demonstrar, com base no cotejo entre os cartões de ponto e os recibos de pagamento, diferenças em seu favor relativas a horas extras que alega não ter recebido, sem o que não há como se acolher a pretensão. Proc. 9654/00 - Ac. SE 14602/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

PEDIDO. EXPRESSO DE RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DESNECESSIDADE. A narração de existência de uma relação de emprego sem a respectiva anotação da CTPS, feita na petição inicial, seguida de um pedido expresso de sua anotação e de pedidos relativos ao mesmo contrato de trabalho, leva à conclusão lógica e inexorável da existência de pretensão ao reconhecimento do vínculo em questão, tornando desnecessária a postulação direta e expressa de provimento declaratório nesse sentido. Proc. 22742/02 - Ac. 1ª Turma 23444/02-PATR. Rel. José Otávio de Souza Ferreira. DOE 17/10/2002, p. 7

PEDIDO CERTO E DETERMINADO

PEDIDO CERTO E DETERMINADO. NECESSIDADE. É clara a regra do art. 840 da CLT que exige que o autor lance na peça inaugural, dentre outros requisitos, "o pedido". Da mesma forma, diz o art. 282, IV, do CPC, que na inicial deve conter o pedido e suas especificações, enquanto que o art. 460 do mesmo CPC veda ao juiz proferir decisão diversa do que fora pedido. Aliás, é dever do julgador, até mesmo para poder cumprir o princípio da imparcialidade, não suprir as deficiências das partes e seus patronos, já que a procura pela verdade real não se confunde com ajuda aos incautos. Ademais, não tem obrigação de adivinhar ou saber de pretensões ocultas, posto que "bola de cristal" é objeto de trabalho de videntes e o dom da onisciência a Deus pertence. Proc. 29146/01 - Ac. 5ª Turma 17540/02. Rel. Carlos Augusto Escanfella. DOE 13/5/2002, p. 34

PEDIDO DE DEMISSÃO

PEDIDO DE DEMISSÃO. EMPREGADO PORTADOR DE GARANTIA DE EMPREGO. INVALIDADE.

Ao empregado portador de garantia de emprego, particularmente aquela prevista no art. 118, da Lei n. 8.213/91, é dada a presunção de que não pretende desligar-se imotivadamente do emprego. Afinal, pelos próprios fundamentos da garantia, tem-se que o acidentado no trabalho sempre encontra grandes dificuldades para obtenção de nova colocação, e por isso não se afigura razoável que ele peça demissão sem que exista uma justificativa adequada para isso. É de se presumir, portanto, que o documento que atesta um pedido de demissão tenha sido obtido com vício de consentimento por parte do obreiro, competindo ao empregador fazer prova eficaz e robusta da validade desse seu ato que, de resto, implicaria na ofensa ao princípio da irrenunciabilidade, próprio do direito do trabalho. A propósito, qualquer renúncia somente pode ser admitida se for manifesta e expressa, inexistindo renúncia tácita de direitos. E um pedido de demissão de trabalhador com garantia de emprego implica na renúncia a tal direito, o que não pode ser acatado se não houver expressa indicação por parte do empregado da extensão desse seu ato. Proc. 7185/02 - Ac. 3ª Turma 987/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 16/5/2002, p. 24

PEDIDO DE GRATUIDADE

PEDIDO DE GRATUIDADE. DA JUSTIÇA NO CORPO DA INICIAL. PROCURAÇÃO NÃO CONFERE PODERES ESPECÍFICOS AO CAUSÍDICO. Embora o autor tenha pleiteado o benefício da gratuidade da justiça na petição inicial, não apresentou declaração de pobreza firmada sob as penas da lei, não sendo válido o pedido constante no corpo da inicial, posto que o causídico não detém poderes específicos para tanto na procuração. Proc. 4688/02 - Ac. 5ª Turma 21265/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

PEDIDOS IMPLÍCITOS

PEDIDOS IMPLÍCITOS. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. A amplitude de poderes que a CLT confere ao Juiz do Trabalho (art. 765) não o autoriza a interpretar ampliativamente os pedidos postos na inicial ou na defesa. A doutrina processual denomina de implícitos os pedidos que não precisam ser expressamente formulados, justamente porque já estão inequivocadamente previstos em lei, como, por exemplo, os juros legais mencionados na parte final do art. 293 do CPC, a correção monetária e as deduções legais referente ao imposto sobre a renda e contribuições previdenciárias. Não se inclui, entre os pedidos assim classificados, o de reconhecimento de vínculo empregatício, em virtude do princípio da adstrição, pelo qual o juiz deve ficar jungido aos pedidos formulados, não lhe sendo permitido proferir sentença extra, "ultra ou "infra petita" (CPC, arts. 128 e 460). Proc. 17302/00 - Ac. 4ª Turma 191/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 14/1/2002, p. 8

PEDREIRO

PEDREIRO. Contrato de empreita. Inexistência de vínculo empregatício. Proc. 28878/99 - Ac. SE 10795/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 56

PENA DE CONFISSÃO

PENA DE CONFISSÃO. ATESTADO MÉDICO. Para ser acolhido como justificativa para a ausência da parte a um ato processual, o atestado médico deve ser preciso, em todo o seu conteúdo, trazendo expressa declaração de impossibilidade de locomoção do faltante, e o horário de seu atendimento, pois, sendo o médico quem detém o conhecimento científico sobre a matéria, e sendo ele o profissional apto a atestar a referida ausência, sua declaração deve ser dirigida no sentido de formar o convencimento do julgador, diante da especificidade da circunstância. Proc. 15467/00 - Ac. 1ª Turma 3193/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

PENALIDADE

PENALIDADE. ART. 467, DA CLT. CONTROVÉRSIA INFUNDADA. APLICABILIDADE DA MULTA. A contestação oca, inconsistente e inconseqüente, afasta a controvérsia necessária para isentar a reclamada da penalidade estabelecida pelo art. 467, da CLT. Sentença mantida. TÍQUETE REFEIÇÃO. INTEGRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A ajuda de custo alimentação faz parte do Programa de

Alimentação do Trabalhador, incentivado pelo Governo Federal, não possuindo natureza salarial, mas sim indenizatória, o que exclui a hipótese de integração. Proc. 36727/00 - Ac. 5ª Turma 3772/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 51

PENALIDADE. DO ART. 467 E INDENIZAÇÃO DO § 8º DO ART. 477, AMBOS DA CLT. Concede-se a penalidade do art. 467 e a indenização do § 8º do art. 477 da CLT, se ao tempo em que as verbas rescisórias tornaram-se devidas, não havia sido decretada a falência da empregadora, encontrando-se esta com plena disponibilidade de seus bens. Proc. 25835/02 - Ac. 1ª Turma 29140/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

PENHORA

PENHORA. Não pode alegar excesso de penhora o devedor que deixa de se utilizar da faculdade inserta na parte final do art. 882 da CLT. Não tem jus, de outra parte, de manejar em seu favor o art. 620 do estatuto adjetivo quando procrastina o cumprimento de suas obrigações. Proc. 24403/01 - Ac. 1ª Turma 11915/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 8/4/2002, p. 10

PENHORA. BEM GRAVADO COM HIPOTECA CEDULAR. POSSIBILIDADE. Não existe qualquer limitação à possibilidade de penhora de bem gravado com hipoteca, dada a natureza dessa garantia real. Por outro lado, tratando-se de hipoteca cedular, a restrição feita pelo art. 18, da Lei n. 8.929/94 não se aplica ao processo do trabalho, em face da natureza alimentar do crédito trabalhista, que mesmo em concurso de credores é privilegiado. Ao mais, deve-se considerar que o crédito da instituição bancária decorre de atividade negocial que realizou, na qual obteve lucro, e que constitui operação de risco natural do empreendimento. Já o crédito trabalhista é fruto da força de trabalho do empregado, que a tem como única fonte de subsistência própria e de sua família. Deixar de considerar a natureza do crédito do trabalhador, privilegiando os créditos do credor hipotecário ofenderia ao princípio constitucional fundamental que reconhece o valor social do trabalho (art. 1º, IV, da CF), que somente tem eficácia se forem dadas condições para seu total implemento. Proc. 5151/02 - Ac. 3ª Turma 2148/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 23/5/2002, p. 16

PENHORA. BEM HIPOTECADO. POSSIBILIDADE. É pacífico na doutrina e jurisprudência que nada obsta a penhora de bem dado em garantia hipotecária, em face do privilégio especial de que goza o crédito trabalhista e por não ser o bem, nos termos da lei, absolutamente impenhorável. Quanto à alegada existência de outros bens do executado, que poderiam responder pelo crédito do exeqüente, não basta para desconstituir a atual penhora, vez que não há provas de que os bens indicados estejam livres de gravames ou de que já não foram alienados. Proc. 3249/02 - Ac. 5ª Turma 17631/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

PENHORA. BEM IMÓVEL. Mantém-se a desconstituição da penhora quando a Embargante comprova que o bem constrito se insere na hipótese prevista na Lei n. 8.009/90. Proc. 26339/02 - Ac. 1ª Turma 29159/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 11

PENHORA. BENS DO EX-CÔNJUGE. Estatui o art. 592, CPC, deva responder pela execução os bens do sócio e do cônjuge, nos casos em que a sua meação responde pela dívida. A separação judicial com partilha de bens, nos termos do art. 3º, Lei n. 6.515/77, antes mesmo do ajuizamento da reclamação trabalhista, implica na extinção do regime matrimonial de bens, e, portanto, os bens do ex-cônjuge não podem responder pelas dívidas do sócio da pessoa jurídica executada, por ausência de respaldo legal. Proc. 20813/01 - Ac. 3ª Turma 14052/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 78

PENHORA. BENS IMPENHORÁVEIS X BENS ABSOLUTAMENTE IMPENHORÁVEIS. Bens revestidos de impenhorabilidade não se confundem com bens absolutamente impenhoráveis. Daí, ter o CPC tratado uma hipótese e outra em dispositivos legais diversos. No art. 648, os impenhoráveis e, no art. 649, os "absolutamente impenhoráveis". Na Justiça do Trabalho só não sofrem apresamento judicial os bens absolutamente impenhoráveis. Efeitos do art. 30, Lei n. 8.030/80, aplicável à execução trabalhista por força do art. 889 CLT. Proc. 13704/02 - Ac. 3ª Turma 17427/02-PATR. Rel. Veva Flores. DOE 29/8/2002, p. 74

PENHORA. BENS PARTICULARES DOS ADMINISTRADORES DE SOCIEDADE ANÔNIMA. Indefere-se a penhora de bens particulares dos administradores de sociedade anônima quando comprovada a existência de bens da empresa suficientes à garantia da execução (art. 596 do CPC). Proc. 3840/02 - Ac. 1ª Turma 8786/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 10

PENHORA. DE BEM DE SÓCIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO PROPOSTOS PELA EMPRESA. ILEGITIMIDADE. A executada não tem legitimidade para desconstituir penhora que recaiu sobre bem dos sócios. Proc. 4898/02 - Ac. 1ª Turma 8781/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 9

PENHORA. DE BEM IMÓVEL GRAVADO COM CLÁUSULA DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE (ART. 1.676 DO CCB). POSSIBILIDADE. A reserva de impenhorabilidade prevista pelo art. 1.676 do CCB comporta exceção, não se aplicando à dívida da Fazenda Pública, por expressa disposição do art. 30 da Lei n. 6.830/80. Como o crédito trabalhista prefere a qualquer outro, inclusive aos fiscais (art. 186 CTN), dada a sua natureza alimentar, a ele deve ser dado o mesmo tratamento, não podendo tal gravame se sobrepor à divida oriunda de débito trabalhista. Proc. 19312/02 - Ac. 4ª Turma 23636/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 17/10/2002, p. 21

PENHORA. DE BENS DO RESPONSÁVEL SUBSIDIÁRIO. MOMENTO. Certidão do Sr. Oficial noticiando a inexistência de bens dos devedores principais é suficiente para presumir a inidoneidade financeira dos mesmos e desencadear a execução sobre os bens do devedor subsidiário. A execução deve prosseguir para cumprir o seu desiderato satisfativo e não pode se deter mais do que o necessário na busca dos bens dos devedores principais, sob pena de esvaziar o sentido da responsabilização secundária. No mais, como responsável subsidiária que é, a agravante pode buscar a reparação do seu prejuízo pelas vias judiciais cabíveis. O que não pode, evidentemente, é se furtar à responsabilidade secundária que lhe foi imposta por decisão judicial transitada em julgado. Proc. 3867/01 - Ac. 3ª Turma 30389/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 15/7/2002, p. 208

PENHORA. DE CRÉDITO TRABALHISTA. O crédito trabalhista é impenhorável, salvo para pagamento de crédito de natureza alimentar. Proc. 39201/01 - Ac. 1ª Turma 27592/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 123

PENHORA. DE NUMERÁRIO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. POSSIBILIDADE.INEXISTÊNCIA DE PRIVILÉGIO LEGAL PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. A impenhorabilidade de numerário depositado em conta do Banco Central do Brasil a título de "Reserva Bancária", prevista no art. 68, da Lei n. 9.069/95 restringe-se a 35% do numerário captado pela instituição financeira, pelo art. 4º, inciso XIV, da Lei n. 4.595/64. Proc. 29287/01 - Ac. 4ª Turma 32699/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 15/7/2002, p. 282

PENHORA. DE PARTE DO FATURAMENTO DA EMPRESA. O art. 591 do CPC, diz que o devedor responde com todos os seus bens presentes e futuros. A penhora em faturamento da empresa, nada mais é que a penhora de crédito autorizada pelo art. 655, X e § 1º, IV, CPC. Depois, a determinação cuidadosa do juízo em penhorar 10% do faturamento não inviabiliza a continuidade dos negócios da empresa, atendendo ao que dispõe o art. 11, § 1º da Lei n. 6.830/80. Proc. 6898/02 - Ac. 4ª Turma 6618/02-PATR. Rel. Desig. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 27/6/2002, p. 33

PENHORA. EM ALIMENTO PERECÍVEL. DESCABIMENTO. O alimento perecível, pela sua própria natureza, não é passível de penhora, porquanto a demora na solução da lide pode acarretar sua deterioração. Por essa razão, bens perecíveis não se encontram no rol dos bens suscetíveis de penhora, conforme se verifica pelo art. 655 do CPC. Proc. 38148/01 - Ac. 5ª Turma 21262/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 13/5/2002, p. 146

PENHORA. EM BENS DA SOCIEDADE. AGRAVO DE PETIÇÃO INTERPOSTO POR SÓCIO EM NOME PRÓPRIO. ILEGITIMIDADE. O sócio não tem legitimidade para, em nome próprio, desconstituir penhora que recaiu sobre bens da empresa executada. Proc. 19287/02 - Ac. 1ª Turma 25209/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 31/10/2002, p. 6

PENHORA. EM DINHEIRO. PRIORIDADE. Na verdade a gradação estabelecida no art. 655 do CPC e art. 11 da Lei n. 6.830/80 tem por objetivo a realização do pagamento de modo mais fácil e célere. Não pode, portanto, ser alterada, por força do interesse das partes, sendo que a nomeação à penhora, pelo agravante, não tem a liquidez imediata, pelo que a preferência a penhora como efetivada em dinheiro. Proc. 33870/01 - Ac. 1ª Turma 28468/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 150

PENHORA. EXCESSO. IMPROCEDÊNCIA. Não há excesso de penhora. Pode a executada substituir a penhora por dinheiro no momento que tiver essa disponibilidade. O bem penhorado (caminhão) está sendo depreciado pelo tempo e uso. O débito será aumentado em face dos juros e correção monetária. Em hasta

pública o bem geralmente alcança entre 50 a 60% do valor da avaliação. Há despesas com editais e o valor que exceder ao crédito do trabalhador será devolvido à executada. Proc. 17909/01 - Ac. 5ª Turma 15724/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 54

PENHORA. EXCESSO. VALOR DO BEM CONSTRITO SUPERIOR AO CRÉDITO. NECESSIDADE DE SE CONSIDERAR A DIFICULDADE PRÓPRIA DE UMA EXECUÇÃO FORÇADA. DESPROPORCIONALIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Não se pode olvidar que o objetivo da apreensão judicial é a garantia da possibilidade de satisfação do crédito. Nesse passo, ainda que o valor do bem constrito seja superior ao crédito do reclamante, impende considerar as dificuldades próprias de uma execução forçada. Entretanto, deve ser observada a devida proporção e razoabilidade. Assim, se o valor dos bens apreendidos representa o dobro do crédito, evidencia-se o excesso de penhora, caracterizando-se execução gravosa ao devedor. Agiganta-se tal entendimento, quando um único bem constrito, mostra-se suficiente não só para cobrir o valor da execução, mas também de eventuais despesas futuras. Proc. 8108/02 - Ac. 2ª Turma 2820/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 18

PENHORA. IMÓVEL GRAVADO COM CLÁUSULA DE USUFRUTO. O CPC nenhuma restrição estabelece à penhora de bem gravado com cláusula de usufruto, ou seja, não se encontra a hipótese relacionada entre os bens do art. 649 do Diploma Processual Civil, dispositivo este que trata dos casos de impenhorabilidade absoluta. Proc. 9530/02 - Ac. 1ª Turma 13231/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 56

PENHORA. INCIDÊNCIA SOBRE IMÓVEL DADO EM GARANTIA A CÉDULA DE CRÉDITO INDUSTRIAL EM HIPOTECA. VALIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 899 DA CLT C/C ART. 30 DA LEI N. 6.830/80 E 186 DO CTN. ARTS. 57 E 59 DO DECRETO-LEI N. 413/69. ARTS. 648 E 649 DO CPC. A melhor doutrina e jurisprudência, tendo em conta o privilégio legal dado ao crédito trabalhista por sua natureza alimentar, já fez sua escolha ao reconhecer a penhorabilidade de bens dados em garantia à cédula de crédito industrial em penhor ou hipoteca, na medida em que nessas formas de garantia real, não há transferência de domínio do bem ao credor, ao revés, permanece integrado ao patrimônio do devedor. Proc. 18769/01 - Ac. 2ª Turma 929/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 31

PENHORA. MÁQUINAS OU UTENSÍLIOS. PESSOA JURÍDICA. Não se aplica à pessoa jurídica a regra do art. 649, inciso VI do CPC, eis que destinada exclusivamente (aos indivíduos) às pessoas físicas para proteger os bens, imprescindíveis ao trabalho pessoal. A regra é taxativa e não comporta interpretação ampliativa. Proc. 26488/01 - Ac. 3ª Turma 14091/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 79

PENHORA. NO ROSTO DOS AUTOS. QUANDO SE DÁ. Para que se fale em penhora no rosto dos autos, há a mesma que recair sobre direito disputado em juízo, cumprindo não confundir essa situação, com a que se dá em havendo penhora sobre penhora, a qual se verifica quando o bem penhorado, pelo seu valor, suporta mais de uma penhora. Proc. 2398/02 - Ac. 1ª Turma 21451/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 13/5/2002, p. 152

PENHORA. REAVALIAÇÃO DO BEM. A reavaliação do bem penhorado, procedida por oficial de justiça, goza de fé pública, somente devendo ser desconstituída se comprovada, de forma objetiva e concreta, a incorreção dos valores apurados. Proc. 22867/01 - Ac. SE 17830/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 43

PENHORA. SOBRE BENS DE SÓCIO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. Esgotadas as possibilidades de localização de bens em nome da pessoa jurídica, a penhora recai sobre os bens dos sócios, porquanto o direito do trabalho, regido pela filosofia de proteção ao hipossuficiente, não permite que os riscos da atividade econômica sejam transferidos para o empregado. Justifica-se esse procedimento pelo fenômeno da desconsideração da pessoa jurídica, nos casos em que a empresa não oferece condições de solvabilidade de seus compromissos, permitindo que o sócio seja responsabilizado pela satisfação dos débitos, tendo em vista as obrigações pessoalmente assumidas em nome da sociedade, posto ter sido este quem auferiu real proveito quando da efetivação do negócio. Proc. 2132/02 - Ac. 5ª Turma 19856/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 7

PENHORAS

PENHORAS. DIVERSAS PENHORAS SOBRE O MESMO BEM. POSSIBILIDADE. É perfeitamente

possível recaia sobre o mesmo bem diversas constrições, mormente quando existe dificuldade em se apontar outros que garantam a execução, certo que deverá ser respeitada a preferência dos títulos e a antigüidade da penhora, na forma dos arts. 613 e 711 do CPC. Proc. 3722/02 - Ac. 5ª Turma 16511/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

PERÍCIA

PERÍCIA. Lei n. 8.213/91. NULIDADE DA SENTENÇA. Não havendo observância à literalidade do art. 118 da Lei 8.213/91, a sentença não pode decidir o feito, por presunção, sendo, data vênia, nula sem a determinação da perícia. Proc. 20481/00 - Ac. 2ª Turma 23186/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/10/2002, p. 47

PERÍCIA. CONTÁBIL NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS PERICIAIS. Só há sucumbência na fase de conhecimento. Jamais na de liquidação, por atribuir liquidez a "direito" já "declarado pela sentença" (art. 19 CPC). E para que este direito se faça pecuniariamente exigível, inconcebível tenha o trabalhador-exequente de, quando da liquidação do título judicial e por falta de aparelhamento judiciário adequado (contadores judiciais, p.ex.), arcar com o pagamento das despesas processuais pertinentes, reduzindo direito "já declarado" e que, com a liquidez, pretende ver satisfeito pelo devedor-executado, salvo se houver litigância de má-fé (art. 17 CPC). Proc. 24470/01 - Ac. 3ª Turma 16040/02. Rel. Veva Flores. DOE 22/4/2002, p. 64

PERÍCIA. CONTÁBIL NA LIQÜIDAÇÃO. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. A parte não tem o direito irrefutável de ver realizada perícia contábil para liqüidação da sentença, e muito menos o Juízo tem o dever de assim determinar. Na realidade, a perícia para esse fim é sempre excepcional e, devido ao seu alto custo econômico e em face da possibilidade de causar maior morosidade na solução do processo, deve se limitar a casos em que haja dificuldade natural na apuração do "quantum" devido, não se justificando pela mera ocorrência de divergências entre valores apresentados pelas partes. Prevalece, no caso o arbítrio prudente do juiz, destinatário das contas que visam garantir efetividade ao seu comando sentencial, não havendo cerceamento de defesa a rejeição do requerimento de perícia sem uma fundamentação adequada e razoável que a justifique. Proc. 11057/02 - Ac. 3ª Turma 12770/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 8/8/2002, p. 22

PERÍCIA. CONTÁBIL. HONORÁRIOS PERICIAIS A CARGO DO SUCUMBENTE NO OBJETO DA PERÍCIA. ENUNCIADO N. 236 DO TST. Considerando-se que a perícia contábil foi realizada para calcular diferenças no pagamento de aposentadoria, constatando-se, porém, que o executado nada deve ao exeqüente, tem-se que este foi sucumbente no objeto da perícia a que deu causa, nos termos do Enunciado n. 236 do TST. Proc. 10931/02 - Ac. 5ª Turma 17625/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

PERICULOSIDADE

PERICULOSIDADE. ABASTECIMENTO DE VEÍCULO. O empregado que permanece na área de risco não se equipara ao simples consumidor, já que o primeiro, ao contrário do segundo, não tem a opção de evitar o agente causador da periculosidade. Proc. 21213/01 - Ac. 3ª Turma 569/02. Rel. Desig. Renato Henry Sant'Anna. DOE 14/1/2002, p. 20

PERICULOSIDADE. ALTERAÇÃO DA NR 16 - IRRETROATIVIDADE. A alteração da NR n. 16, pela Portaria n. 545, de 10/07/2000, não atinge o direito ao adicional de periculosidade devido de acordo com os critérios de classificação anteriores à sua vigência. A exclusão e a inclusão de atividade nos quadros da NR n. 16 não retroagem, seja em prejuízo, seja em benefício de qualquer das partes do contrato de trabalho. Inteligência dos arts. 193, 194 e 196 da CLT. Posicionamento corroborado, em casos análogos, relativos à insalubridade, pelo Enunciado n. 248 e pela Orientação Jurisprudencial n. 153 da SDI, ambos do C. TST. Nos contratos extintos antes da referida alteração, o adicional de periculosidade, verificada a caracterização conforme a regulamentação precedente, é devido durante todo o período trabalhado. Proc. 9926/02 - Ac. 2ª Turma 21937/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 3/10/2002, p. 9

PERICULOSIDADE. "ARMAZENAMENTO ROTATIVO". Com fundamento no art. 8º da CLT c/c NR n. 16.6 c/c Anexo 2, item 3, letra 's', considera-se área de risco a de "armazenamento rotativo" para atender às operações da seção, a partir do limite de 200 litros para os inflamáveis líquidos e 135 quilos para os inflamáveis gasosos liqüefeitos. Proc. 9139/02 - Ac. 2ª Turma 23178/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/10/2002, p. 46

PERICULOSIDADE. DIREITO AO ADICIONAL. Enquadramento na Portaria n. 3.214/78 do Ministério do Trabalho. Configuração do direito relacionada à área de risco da atividade, e não apenas ao exercício da atividade regulamentar propriamente dita. Exegese do art. 193 da CLT. Proc. 10708/00 - Ac. SE 23314/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 17/10/2002, p. 2

PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO INTERMITENTE. ADICIONAL INTEGRAL. Ainda que o reclamante não tenha se ativado em tempo integral em condições de periculosidade, o sinistro poderia acontecer a qualquer instante, em frações de segundo, sendo irrelevante para a percepção do adicional de periculosidade o fato do trabalhador não ficar exposto durante toda a jornada de trabalho ao risco, sendo devido o adicional de forma integral. Inteligência do Enunciado n. 361, do C. TST. Proc. 14817/00 - Ac. 1ª Turma 10535/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 47

PERSISTÊNCIA DO VÍNCULO

PERSISTÊNCIA DO VÍNCULO. DEMANDA MOVIDA PELO ESPÓLIO. ÔNUS DA PROVA (INTELIGÊNCIA DO ART. 818 CLT C/C 333, I, DO CPC). Se o espólio afirmou que, não obstante a ausência de pagamento dos salários, durante 18 (dezoito) meses e até o seu falecimento, o "de cujos" continuou a se ativar como jornalista, conforme denuncia o aparecimento do seu nome no periódico reclamado, seu é o "onus probandi" para convencimento do juízo. A persistência da relação empregatícia, por tratar-se de fato constitutivo do direito perseguido, é da parte que a alega (art. 818 CLT, c/c 333, I, CPC). Imposta a "ficta confessio", impossível rever o decreto extintivo que tomou como data da rotura do liame o ajuizamento de demanda encerrada por acordo, segundo fez prova a reclamada. Proc. 18821/02 - Ac. 4ª Turma 24142/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 25/10/2002, p. 33

PETIÇÃO INICIAL

PETIÇÃO INICIAL. AUSÊNCIA DE CAUSA DE PEDIR. RECONHECIMENTO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INÉPCIA. Incumbe à parte reclamante formular os pedidos segundo os fatos e fundamentos jurídicos que proclama em seu exórdio. A exposição dos fatos e fundamentos do pedido fixa os contornos da lide, impondo, por conseqüência, limites à própria prestação jurisdicional. Em sendo assim, ausente a "causa petendi" na exordial, mister se faz reconhecer a inépcia da inicial, julgando extinto o feito, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 267, I do CPC. Proc. 35732/01 - Ac. 2ª Turma 1472/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 23

PETIÇÃO INICIAL. CONDOMÍNIO DE EMPREGADORES. Em se tratando de condomínio de empregadores, é prescindível a indicação de cada um deles na petição inicial, bastando que conste o nome de um, seguido da expressão "e outros". Proc. 26967/00 - Ac. 3ª Turma 13680/02. Rel. Domingos Spina. DOE 8/4/2002, p. 66

PETIÇÃO INICIAL. FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS. FIXAÇÃO DA LIDE. LIMITES À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. RECONHECIMENTO. Incumbe à parte reclamante formular os pedidos segundo os fatos e fundamentos jurídicos que proclama em seu exórdio. A exposição dos fatos e fundamentos do pedido fixa os contornos da lide, impondo, por conseqüência, limites à própria prestação jurisdicional. Inteligência dos arts. 128 e 460 do CPC. Proc. 38562/01 - Ac. 2ª Turma 27009/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 101

PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA. CABIMENTO. REQUISITOS. Se existente irregularidade na petição inicial, cabe ao juiz instrutor do feito assinalar prazo para que a parte proceda ao seu saneamento, nos termos do art. 284, do CPC, de aplicação subsidiária no processo do trabalho. Proc. 14826/00 - Ac. 1ª Turma 8682/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

PETIÇÃO INICIAL. PEDIDO IMPRECISO. INEPTO - Não se pode considerar apto pedido contido na inicial, subscrita por profissional habilitado, que pugne por reflexos do adicional de periculosidade sobre as demais verbas, sem especificá-las. Assim, se a peça, em um de seus pedidos, não expõe de forma clara e precisa as pretensões do autor, há de ser julgada inepta quanto ao mesmo. Proc. 22258/01 - Ac. 5ª Turma 6962/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 27/6/2002, p. 34

PETIÇÃO INICIAL. RITO ORDINÁRIO. DESNECESSIDADE DE LIQÜIDAÇÃO. Se a parte apresenta petição inicial indicando valor da causa superior a 40 salários mínimos e a ela atribui o rito ordinário, não tem o dever de liqüidar o pedido a fim de demonstrar ao Juízo a correção da sua fixação. A mera análise superficial da pretensão já permite a identificação da adequação do valor dado à causa, sendo despiciendo que a parte torne líqüida sua petição, exigência só admissível nos processos de rito sumaríssimo. Demais disso, sendo o rito ordinário mais amplo, nada obsta que a parte por ele promova a ação, ainda que estivesse sujeita ao rito sumaríssimo. Por fim, se há alguma incoerência grave no valor dado à causa e o rito estabelecido pelo autor, compete ao réu suscitar o tema, sendo totalmente impertinente a invocação, pelo Juízo, de um defeito presumido, e que não resulta qualquer prejuízo à parte contrária ou ao devido processo legal, atingindo frontalmente o principal dos fins do processo moderno, que é a consagração da efetividade, em nome de uma mera ritualística procedimental. Proc. 34534/01 - Ac. 3ª Turma 19203/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 19/9/2002, p. 46

PETIÇÃO INICIAL. RITO SUMARÍSSIMO. NÃO INDICAÇÃO DO VALOR CERTO DE CADA PEDIDO. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO. Inserta a causa desde seu início no âmbito do Procedimento Sumaríssimo e desrespeitada a regra prevista pelo inciso I, do art. 852-B, da CLT, que prevê a indicação precisa do valor correspondente a cada pedido, que também deverá ser certo e determinado, é correta a decisão combatida, que aplicou a penalidade prevista no § 1º de referido dispositivo legal. Note-se que a partir da publicação da Lei n. 9.957/00, alijou-se a hipótese prevista pelo art. 769, da CLT, tornando-se inviável a aplicação supletiva do art. 284, do CPC. Proc. 38519/01 - Ac. 5ª Turma 1486/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

PETROBRAS

PETROBRAS. EMPRESA PÚBLICA. PESSOA JURÍDICA PERTENCENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. TOMADORA. CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 71 DA LEI N. 8.666/93. APLICABILIDADE DO ART. 159 DO CC (ART. 8º DA CLT) E DO INCISO IV DO ENUNCIADO N. 331 DO C. TST. Contrariando o § 6º do art. 37 da CRFB/88, que estabelece a responsabilidade objetiva das pessoas jurídicas de direito público, é inconstitucional o § 1º do art. 71 da Lei n. 8.666/93, que enuncia a irresponsabilidade da Administração Pública e das pessoas jurídicas a ela pertencentes quanto aos encargos trabalhistas não adimplidos pelo empregador que devidos aos empregados que àquela prestaram serviços. Na qualidade de tomadora responde subsidiariamente a empresa pública, a teor do que dispõe o art. 159 do CC e de acordo com a inteligência do inciso IV do Enunciado n. 331 do C. TST. Todos são iguais perante a Lei (art. 5º "caput", CRFB/88) e essa lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão de direito (inciso XXXV, art. 5º da CRFB/88). Inafastáveis as garantias mínimas inerentes ao trabalho humano (art. 7º, CRFB/88), observando-se a função social da propriedade (inclusive estatal), a redução das desigualdades sociais e a busca do pleno emprego (art. 170, inciso III, VII e VIII, da CRFB/88). Ademais disso, as empresas públicas se subordinam ao regime jurídico próprio das empresas privadas (§ 1º, inciso II, art. 173 da CRFB/88). Proc. 14883/01 - Ac. 3ª Turma 9290/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 18/3/2002, p. 6

PIS/PASEP

PIS/PASEP. O art. 9º da Lei n. 7.9898/90 estabelece condições para que o empregado receba o abono salarial, quais sejam: (a) tenha percebido até dois salários mínimos mensais e exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 dias no ano-base (inciso I) e (b) esteja cadastrado há pelo menos 05 anos no Fundo de Participação PIS/PASEP ou no Cadastro Nacional do Trabalho (inciso II). A ausência de um dos fatos constitutivos acima desonera o empregador do pagamento da indenização correspondente, cabendo ao empregado o ônus da prova acerca do preenchimento daquelas condições. "In casu", a reclamante não provou que estava cadastrada há pelos menos 05 anos no Fundo - PIS, o que desonera o empregador de qualquer indenização. Proc. 25775/99 - Ac. SE 26813/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

PLANO DE DEMISSÃO

PLANO DE DEMISSÃO. INCENTIVADO. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. COISA JULGADA. A adesão do obreiro ao Plano de Demissão Incentivado (PDI) consiste em mero ajuste entre autor e réu que

teve como objeto o rompimento do pactuado havido entre ambos, não se configurando transação nos termos do art. 1.030 do CC e não gerando a coisa julgada. Tratam-se de direitos, senão indisponíveis, ao menos ferrenhamente tutelados pela legislação trabalhista. Proc. 33041/00 - Ac. 4ª Turma 8430/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 54

PLANO DE DEMISSÃO. VOLUNTÁRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INOCORRÊNCIA. A adesão do obreiro ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) com a efetiva assistência sindical e com ressalva quando da homologação consiste em mero ajuste entre autor e réu que tem como objeto o rompimento do pactuado havido entre ambos, não se configurando transação nos termos do art. 1030 do CC e, por óbvio, não gera a coisa julgada. Tratam-se de direitos abrangendo verbas de natureza jurídica distintas. Proc. 24815/00 - Ac. 4ª Turma 15053/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/4/2002, p. 32

PLANO DE DEMISSÃO. VOLUNTÁRIA. TRANSAÇÃO. AUSÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SINDICAL. IMPOSSIBILIDADE. A adesão ao plano de Demissão Voluntária não gera o efeito de quitação geral de todas as verbas trabalhistas, nos moldes da transação disciplinada pelo art. 1.030 do CC, sobretudo quando não há assistência sindical. Inteligência do art. 477 da CLT. Proc. 25724/01 - Ac. 5ª Turma 408/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 9/5/2002, p. 22

PLANO DE DEMISSÃO INCENTIVADA

PLANO DE DEMISSÃO INCENTIVADA - PDI. TRANSAÇÃO. HIPÓTESE DE NÃO EXTINÇÃO DA AÇÃO. A validade de ato jurídico perfeito em relação à transação não constitui, por si, fato extintivo da ação, cujo objeto não se destina a discutir obrigações relativas ao respectivo contrato, mas discutir as bases de cálculo da própria indenização. Proc. 16002/00 - Ac. 2ª Turma 18908/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 77

PLANO DE DEMISSÃO INCENTIVADA. -PDI. NATUREZA BENÉFICA. "IUS VARIANDI". O PDI se insere no universo dos direitos criados beneficamente pelo empregador e por esta razão sujeito ao "ius variandi", podendo, excepcionalmente ser outorgado fora das suas próprias regras, sem que se fira o princípio da isonomia. Proc. 20152/00 - Ac. 2ª Turma 18660/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 69

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. - PDV; PLANO DE DEMISSÃO INCENTIVADA - PDI OU POLÍTICA DE INCENTIVO À APOSENTADORIA - PIA. NATUREZA JURÍDICA. Este instituto constitui-se por normas transitórias de natureza benéfica e por esta razão não integram, no estado em que são criadas o contrato de trabalho, sujeitando-se ao "ius variandi" do empregador, segundo a política, no momento idealizada para beneficiar o trabalhador que por ela opte. Proc. 18799/00 - Ac. 2ª Turma 18604/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. INDENIZAÇÃO. O trabalhador detentor de estabilidade no emprego goza de proteção contra a despedida arbitrária, devendo o empregador ser objetivo e concreto ao definir o valor global da indenização prevista em plano de desligamento. Expressões que induzem à cumulatividade de valores favorecem ao trabalhador, não se justificando, na hipótese, a restritividade preconizada pelo art. 1.090 do CCB. Proc. 17486/02 - Ac. 1ª Turma 21407/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 7

PLANO DE INCENTIVO

PLANO DE INCENTIVO. AO DESLIGAMENTO POR APOSENTADORIA. ADESÃO DO EMPREGADO COM O RECONHECIMENTO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES POR PARTE DO EMPREGADOR. NÃO CONFIGURAÇÃO DE TRANSAÇÃO. A adesão do empregado ao plano de incentivo ao desligamento por aposentadoria não lhe tira o direito de reivindicar verbas que entende impagas. O reconhecimento do cumprimento das obrigações por parte do empregador não caracteriza transação, com pressuposto de coisa

julgada. Ao contrário, ele é entendido como reconhecimento das verbas quitadas quando da rescisão do contrato de trabalho. Proc. 26629/99 - Ac. SE 20302/02. Rel. Desig. Antônio Mazzuca. DOE 13/5/2002, p. 115

PODER DIRETIVO

PODER DIRETIVO. DO JUIZ. OITIVA SOMENTE DAS PARTES. PRELIMINAR. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO. Procedeu com acerto o MM. Julgador de origem ao indeferir a produção das provas testemunhais, uma vez que, ouvidas as partes, tal bastou para seu livre convencimento a respeito das questões debatidas, considerando irrelevante a oitiva de testemunhas. Insere-se no poder diretivo do juiz a produção das provas que considerar necessárias e pertinentes à decisão da causa (art. 130 do CPC e 765 da CLT). Proc. 35370/00 - Ac. 5ª Turma 7035/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

PRAZO

PRAZO. CONTAGEM. No processo do trabalho o prazo conta-se da notificação e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória. O art. 774 da CLT é claro nesse sentido, não havendo omissão a justificar a aplicação supletiva do CPC. Proc. 38851/01 - Ac. 4ª Turma 3380/02-PATR. Rel. Fábio Grasselli. DOE 29/5/2002, p. 27

PRAZO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. TERMO INICIAL. PENHORA PARCIAL. IRRELEVÂNCIA. INÍCIO. O exercício da ação de embargos do devedor, não pode estar sujeito, de modo absoluto, ao que se convencionou chamar de "segurança do juízo". Com efeito, quando o devedor deposita um valor, ainda que parcial, o prazo para o oferecimento dos embargos é contado da data em que este depósito foi realizado. Ora, o depósito tem natureza expropriatória, sendo irrelevante se total ou parcial. Se o Juiz, por exemplo, determina que a penhora recaia sobre 10% do faturamento bruto da empresa, não se pode impedir de forma indeterminada o direito de ação do devedor, sob pena de ofensa direta dos incisos XXXV e LIV do art. 5º da CF/88. Proc. 21523/02 - Ac. 2ª Turma 28037/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 17

PRAZO. PETIÇÃO ENTREGUE PARA PROTOCOLO FORA DO HORÁRIO DE EXPEDIENTE. A petição deve ser protocolizada dentro do horário de expediente, a teor do disposto no § 3º do art. 172 do CPC, de aplicação subsidiária. Se apresentada após o encerramento do protocolo, reputa-se praticado o ato processual somente no dia seguinte. Proc. 4227/02 - Ac. 4ª Turma 21534/02-PATR. Rel. Fabio Grasselli. DOE 3/10/2002, p. 24

PRAZO. PRESCRICIONAL. Prorroga-se para o primeiro dia útil o prazo prescricional na ocorrência das hipóteses do art. 184 do CPC (RJTJESP 42/151). "In casu", o recorrente foi demitido no dia 06/05/97, sendo certo que seu aviso prévio foi indenizado. Considerando na prescrição os trinta dias de aviso prévio indenizado, a data da dispensa seria o dia 05/06/97, como mencionou o recorrente em suas razões de recurso (excluindo-se o dia do começo, e incluindo-se o dia do vencimento). Dessa forma, o início da contagem do prazo prescricional deu-se em 06/06/97. Projetado o período de 02 (dois) anos, o prazo prescricional expiraria em 05/06/99 (sábado), prorrogando-se, pois, para o primeiro dia útil seguinte (07/06/99). Proc. 27290/99 - Ac. SE 25893/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

PRAZO. RECURSAL. IMPRORROGABILIDADE. O pedido de reconsideração de decisão que denega seguimento a recurso não possui o condão de prorrogar o prazo recursal para a interposição do agravo de instrumento, mesmo porque os prazos judiciais são contínuos e improrrogáveis. Proc. 15856/02 - Ac. 3ª Turma 21693/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 3/10/2002, p. 16

PRAZO. RECURSAL. IMPRORROGÁVEL. Na Justiça do Trabalho, os prazos são contínuos e irreleváveis, não podendo ser prorrogados, salvo quando houver obstáculo intransponível criado pelo próprio Órgão Judiciário, sendo dever das partes zelar pelo cumprimento dos mesmos, no local em que deverão ser cumpridos. Assim, não se pode conhecer de recurso protocolado, mesmo tempestivamente, em local diverso daquele em que se processa o feito, onde é recebido após decorrido o prazo recursal. Proc. 26244/00 - Ac. 3ª Turma 2575/02. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 28/1/2002, p. 12

PRAZO. RECURSAL. RECESSO FORENSE. SUSPENSÃO INTELIGÊNCIA DO INCISO I, ART. 62, LEI N. 5.010/66, ART. 179 CPC E OJ n. 209 DO TST. Com a superveniência do recesso (feriados forenses - 20

de dezembro a 06 de janeiro, inclusive), conforme estatuído pelo art. 62, I, da Lei n. 5.010/66, suspende-se o prazo para a prática de ato processual, que só volta a fluir no primeiro dia útil seguinte, por aplicação do art. 179 do CPC, Súmula n. 105 do extinto TFR e OJ n. 209 da SDI-1 do TST. Proc. 6747/02 - Ac. 2ª Turma 1463/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 22

PRAZO. RECURSO DO INSS. CONTRIBUIÇÃO SOBRE ACORDO JUDICIAL. O prazo para o órgão previdenciário recorrer sobre contribuições previdenciárias decorrente de acordo judicial é de 16 dias pela aplicação conjunta do § 4º do art. 832 com o Decreto-lei n. 779/69. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ACORDO JUDICIAL Havendo consonância entre os títulos e valores discriminados no acordo com a pretensão inicial, o INSS não tem legitimidade para questionar ato jurisdicional que homologa acordo nem tem substrato jurídico sua pretensão de que o valor guarde proporção sobre cada um dos títulos inicialmente pretendidos. Proc. 31553/01 - Ac. 2ª Turma 21846/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 15/7/2002, p. 14

PRAZO. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE DADOS PARA A PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS. JUNTADA DO ORIGINAL. ART. 2º, DA LEI N. 9.800/99. A utilização de sistema de transmissão de dados e imagens impõe à parte o cumprimento do prazo para a prática do ato processual, além daquele previsto pelo art. 2º, da Lei n. 9.800/99, que determina a entrega dos originais até cinco dias após o seu vencimento. Proc. 38366/00 - Ac. 5ª Turma 21301/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 147

PRECATÓRIO

PRECATÓRIO. ERRO MATERIAL. COISA JULGADA VERSUS PRECLUSÃO. O comando sentencial exeqüendo deve ser integralmente liquidado, nem mais, nem menos. Considerando que a coisa julgada tem estatura constitucional, esta prevalece sobre a preclusão prevista no § 2º do art. 879 da CLT, especialmente nas execuções movidas contra a Fazenda Pública, ante a prevalência do interesse público sobre o particular. Possível, assim, a revisão da conta de liquidação, em qualquer fase do precatório. COMPETÊNCIA. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIS. Dentro da competência constitucional da Justiça do Trabalho também se insere a possibilidade de se executar, nos próprios autos, a reversão de valores pagos a mais no precatório, alheios ao comando sentencial trânsito em julgado e decorrentes de erros materiais. Proc. 6831/02 - Ac. 3ª Turma 31955/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 10/1/2003, p. 85

PRECLUSÃO

PRECLUSÃO. Não se admite a apresentação, pela mesma parte, de embargos declaratórios após a apresentação de recurso ordinário, em face de preclusão lógica, nem de complementação do recurso ordinário já apresentado anteriormente, pela mesma parte que interpôs os declaratórios, em face da preclusão consumativa. MULTA DO § 8º, DO ART. 477 DA CLT. Se os empregadores que registram seus empregados têm a obrigação legal de quitar as verbas rescisórias nos prazos a que alude o § 6º do mesmo dispositivo, desses não podem ser isentados aqueles que descumprem o preceito de ordem pública que determina o registro em CTPS, sob pena de se locupletarem das próprias irregularidades que cometem, o que é juridicamente inadmissível. Proc. 11424/02 - Ac. 2ª Turma 27548/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 14/11/2002, p. 20

PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. HORAS EXTRAS. TRABALHO POR PRODUÇÃO. Tratando-se de trabalho por produção, é devido apenas o adicional de horas extras, conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 235 da SDI-1 do C. TST. HORAS "IN ITINERE". PREFIXAÇÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE. A CF, além de reconhecer expressamente as convenções e acordos coletivos de trabalho em seu art. 7º, inciso XXVI, também prestigia a negociação coletiva como forma preferencial de prevenir e solucionar conflitos, como se pode verificar do disposto no § 2º do seu art. 114. Verifica-se, deste modo, que a atual Carta Magna privilegiou a negociação coletiva, incentivando o entendimento direto das categorias, independente da intervenção do Estado. Por isso, a jurisprudência atual, tanto do C. TST quanto deste Regional, tem entendido válida a prefixação do tempo "in itinere" em norma coletiva. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. PRESCRIÇÃO. BIENAL. TRABALHADOR RURAL. PERÍODOS DESCONTÍNUOS. Em face da pretensão à soma dos períodos descontínuos e tratando-se de trabalhador rural, o biênio prescricional começa a fluir da extinção do último contrato de trabalho,

conforme Enunciado n. 156 do C. TST, mesmo porque o recurso é anterior à vigência da EC n. 28 que alterou a redação do inciso XXIX do art. 7º da CF. HORAS EXTRAS. COMPENSAÇÃO DE JORNADA. ACORDO. A celebração de acordo para compensação de jornada deve ser comprovada, não se admitindo o acordo tácito. Orientação Jurisprudencial n. 223 da SDI-1 do C. TST. Proc. 9018/00 - Ac. SE 1335/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. ESTABILIDADE. PROVISÓRIA. LEI N. 8.213/91. Não superando o período de afastamento do trabalho a quinze dias e inexistindo o pagamento do auxílio-doença acidentário, carece o trabalhador do direito à estabilidade prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91. Orientação Jurisprudencial n. 230 da SDI-1 do C. TST. DESCONTO. SALARIAL. PRÊMIO. Comprovado documentalmente que o desconto lançado no demonstrativo de pagamento corresponde ao adiantamento da mesma verba, não há que se falar em devolução. Proc. 25218/99 - Ac. SE 10728/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

PRECLUSÃO. COISA JULGADA. A preclusão está direcionada às partes, não vincula o Juiz e não pode servir de fundamento para o acintoso descumprimento da coisa julgada, única garantida na CF. Proc. 6586/02 - Ac. 2ª Turma 1292/02-PATR. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 16/5/2002, p. 16

PRECLUSÃO. IMPUGNAÇÃO À CONTA DE LIQUIDAÇÃO. NÃO ATENDIMENTO PELA PARTE, DO PRAZO DE DEZ DIAS A ELA CONCEDIDO PARA TANTO, APESAR DE NOTIFICADA. OCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE FAZÊ-LO POSTERIORMENTE, COM RELAÇÃO À SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO, INCLUSIVE VIA EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 879, § 2º, E 884, § 3º, AMBOS DA CLT. Ocorre a preclusão do direito subjetivo processual da parte impugnar a conta de liquidação, se, instada mediante a concessão, pelo Juiz, do prazo de 10 (dez) dias para tanto, e devidamente notificada, deixa de assim proceder, não podendo, ao depois, impugnar a sentença de liquidação, o que se daria, se exeqüente, autonomamente, e executado, em sede de seus embargos à execução, de acordo com a ilação lógica que se extrai do disposto no § 2º do art. 879 da CLT, combinado com o preceito insculpido no § 3º do art. 884 do mesmo diploma legal. Proc. 21662/02 - Ac. 2ª Turma 28038/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/11/2002, p. 17

PRECLUSÃO. INÉRCIA DA PARTE ANTE DETERMINAÇÕES JUDICIAIS. A parte interessada deve se manifestar tempestivamente acerca das decisões do Juízo, entregando as providências impostas, sob pena de preclusão. Proc. 1367/02 - Ac. 5ª Turma 19855/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 7

PRECLUSÃO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CÁLCULOS. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA MATÉRIA E DOS VALORES IMPUGNADOS. DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO LÍQUIDA. NÃO OCORRÊNCIA. A delimitação e a justificação dos itens e valores impugnados, aludida no § 2º do art. 879 da CLT, não se traduz em apresentação de cálculos ou valores líquidos, bastando, para tanto, que se faça de forma precisa e objetiva, segundo a conta apresentada. Proc. 5418/02 - Ac. 2ª Turma 5984/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 14

PRECLUSÃO. MATÉRIA NÃO APRECIADA PELA SENTENÇA. Matéria não apreciada pela sentença torna-se preclusa, quando não ofertados os competentes embargos declaratórios para sanar a omissão do julgado. PEDIDO DE GRATUIDADE DA JUSTIÇA NO CORPO DA INICIAL / PROCURAÇÃO NÃO CONFERE PODERES ESPECÍFICOS AO CAUSÍDICO. Embora o autor tenha pleiteado o benefício da gratuidade da justiça na petição inicial, não apresentou declaração de pobreza firmada sob as penas da lei, não sendo válido o pedido constante no corpo da inicial, posto que o causídico não detém poderes específicos para tanto na procuração. PROVA DE PERÍODO SEM REGISTRO. É imprescindível para o reconhecimento de período sem registro a existência de prova robusta, com parâmetros seguros para fixação do início da prestação de serviços. Em vista disso, é fundamental que a testemunha mencione a data aproximada em que o reclamante começou a trabalhar. Se isso não ocorre, é irrelevante, para esse fim, que o depoente afirme ter laborado junto com o reclamante. Proc. 35786/01 - Ac. 5ª Turma 9725/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 24

PRECLUSÃO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. Preclusa a argüição, em recurso ordinário, de matéria não examinada pela sentença, e que não foi objeto de embargos declaratórios. Proc. 20278/02 - Ac. 1ª Turma 23420/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 17/10/2002, p. 6

PRECLUSÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 879 DA CLT. Quedando-se inerte a parte quando o juízo concede prazo para impugnação à conta de liquidação, na forma do disposto no § 2º do art. 879 da CLT, não pode renovar a irresignação em sede de agravo de petição em face da preclusão. Proc. 1552/89 - Ac. 5ª Turma 9635/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

PREÇO VIL

PREÇO VIL. A interpretação do art. 692 do CPC, em razão da falta de um critério objetivo para a definição da expressão preço vil, levou a jurisprudência a adotar o critério de que não se considera vil o lanço equivalente a 50% do valor avaliado para o bem. Proc. 643/02 - Ac. 5ª Turma 26992/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 14/11/2002, p. 42

PRELIMINAR

PRELIMINAR. COISA JULGADA. O acordo judicial noticiado foi acobertado pelo manto da coisa julgada, só podendo ser desconstituído via ação rescisória. Proc. 9233/00 - Ac. SE 14284/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

PRELIMINAR. NULIDADE. PRECLUSÃO DO DIREITO DE IMPUGNAÇÃO. REJEIÇÃO. Não há se falar em nulidade da r. sentença quando o devido processo legal foi observado, tendo sido concedidos às partes todos os meios legais de provarem suas assertivas e de se manifestarem nos autos; não obstante, o autor deixou precluir a oportunidade de impugnar a defesa apresentada. Proc. 33504/01 - Ac. 5ª Turma 22924/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

PRELIMINAR. NULIDADE. REJEIÇÃO. Se regularmente notificada para, no prazo judicial concedido, manifestar-se acerca da produção de outras provas, a parte quedou-se inerte, não há que se falar em nulidade processual por cerceamento de defesa. Proc. 39242/00 - Ac. 5ª Turma 7013/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

PRELIMINAR. NULIDADE DAR. SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZADO. REJEIÇÃO. Notificado o reclamante para manifestar-se sobre os esclarecimentos prestados pelo perito e novamente para esclarecer se teria outras provas a produzir, e quedando-se inerte em ambas as oportunidades, ocasionando o encerramento da instrução processual, carece de fundamento a argüição obreira de ter sido cerceado seu direito de defesa. Proc. 34396/01 - Ac. 5ª Turma 22929/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

PRELIMINAR. NULIDADE DAR. SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REJEIÇÃO. Tendo sido concedido ao autor prazo para que trouxesse outras provas que confirmassem as alegações expendidas, e quedando-se ele inerte, não há que se falar em nulidade da r. sentença por cerceamento de defesa, pois não aproveitou a oportunidade que lhe fora concedida, precluindo o direito de fazê-lo. Proc. 39441/00 - Ac. 5ª Turma 27203/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

PRELIMINAR. NULIDADE DA R. SENTENÇA. REJEIÇÃO. Tendo as partes declarado, em audiência de instrução, não terem mais provas a produzir, requerendo o encerramento da instrução processual, não pode qualquer uma delas depois afirmar que não provou suas alegações porque não lhe foi dada a oportunidade. Proc. 37760/01 - Ac. 5ª Turma 22932/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

PRÊMIO

PRÊMIO. DIPAM. NATUREZA JURÍDICA. O denominado Prêmio DIPAM (pagamento de premiação aos Fiscais de Rendas), devido em razão da execução do trabalho de coleta de dados e revisão das DIPAM´s (Declaração de Dados Informativos necessários à Apuração dos Índices de Participação dos Municípios Paulistas no Produto de Arrecadação do ICMS) instituído através de Lei Municipal advindo de mera liberalidade patronal, e "não se incorporando aos vencimentos para nenhum efeito", não possui natureza salarial. Assim, a supressão do referido prêmio, a partir de 1997, pela ausência de edição de nova lei que o previsse, não

caracteriza redução salarial, alteração prejudicial e unilateral do contrato, nem violação ao direito adquirido, não havendo, pois, que se falar em ofensa aos arts. 5º, XXXVI e 7º, VI, da CF e 468 da CLT. Proc. 25453/99 - Ac. SE 15095/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

PREPOSTO

PREPOSTO. Deve ter conhecimento dos fatos, pois suas declarações obrigarão o proponente, conforme disposição do art. 843, § 1º da CLT. Proc. 32322/99 - Ac. SE 10856/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 58

PREPOSTO. DESCONHECIMENTO DOS FATOS. CONFISSÃO FICTA. Tendo o preposto da reclamada expressamente declarado desconhecer se a reclamante prestou serviços à empresa antes do registro, deve presumir-se verdadeira a data de admissão apontada na exordial, em face dos termos do art. 843, § 1º, da CLT, que exige que o preposto tenha conhecimento dos fatos. Proc. 15370/00 - Ac. 1ª Turma 13520/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

PREQUESTIONAMENTO

PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. Não se conhece de preliminar de nulidade do julgado fundada no desrespeito ao princípio da identidade física do juiz, quando a matéria não é prequestionada, objetivando a manifestação do prolator da sentença. Aplicação do Enunciado n. 297 do TST. JUSTIÇA GRATUITA. REQUERIMENTO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO ORDINÁRIO. Nada obsta que a parte requeira e tenha deferida a gratuidade judiciária quando da interposição de recurso ordinário, desde que apresente declaração de insuficiência econômica, nos termos da lei. Proc. 9411/02 - Ac. 1ª Turma 3200/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/5/2002, p. 8

PRESCRIÇÃO

PRESCRIÇÃO. A prescrição qüinqüenal abrange os cinco anos anteriores ao ajuizamento da reclamatória e não os cinco anos anteriores à data da extinção do contrato (Orientação Jurisprudencial de n. 204 da SDI do C. TST). Proc. 11369/00 - Ac. SE 14238/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 6

PRESCRIÇÃO. A reparação da lesão ao patrimônio moral do empregado está limitada pelos mesmos prazos prescricionais das demais parcelas decorrentes do contrato de trabalho. O ajuizamento de ação trabalhista discutindo a justa causa aplicada ao empregado, sem o pleito de indenização por dano moral, não interrompe a prescrição quanto a tal pedido. A ação do trabalhador surge com o ato patronal, e não com o afastamento judicial da justa causa aplicada. Proc. 39831/00 - Ac. 3ª Turma 22393/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 175

PRESCRIÇÃO. Ainda que não argüida em contestação, permite-se reconhecê-la quando invocada dentro da instância ordinária (Enunciado n. 153, TST). Proc. 27221/99 - Ac. SE 10701/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 52

PRESCRIÇÃO. Assiste razão à Municipalidade ao pretender a aplicação da prescrição qüinqüenal. No entanto, tal prescrição não se conta nos termos do art. 7º da CF, mas sim, de acordo com o art. 1º da Lei n. 20.910/32, que determina que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originam. Proc. 32596/00 - Ac. SE 15106/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 14

PRESCRIÇÃO. O ajuizamento da ação só interrompe a prescrição dos direitos nela contidos. Proc. 6763/02 - Ac. 3ª Turma 26538/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 8/11/2002, p. 25

PRESCRIÇÃO. O fato de a beneficiária do serviço ser usina de açúcar, com fins industriais, não exclui o empregado da qualificação de rurícola, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei n. 5.889/73, o que faz incidir nos direitos do trabalhador a prescrição estabelecida no art. 7º, inciso XXIX, "b", da CF - anterior à modificação da EC n. 28/00. ADICIONAL

DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. SALÁRIO MÍNIMO. A base de incidência dos percentuais relativos ao adicional de insalubridade, mesmo após a Carta Política de/88, continua a ser o salário mínimo legal de que cogita o art. 76 da CLT, conforme melhor interpretação jurisprudencial consubstanciada no Verbete n. 228 do C. TST. Proc. 10864/00 - Ac. SE 14599/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

PRESCRIÇÃO. Pendente procedimento extrajudicial, procurado pela própria reclamada, para a efetivação de composição, claro está que interrompido o prazo prescricional, na forma preconizada pelo art. 172, V, do CC. Proc. 11792/02 - Ac. 2ª Turma 28057/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 22/11/2002, p. 19

PRESCRIÇÃO. Tratando-se a reclamada de empresa que explora atividade agrícola, incide, nos direitos dos trabalhadores a prescrição estabelecida no art. 7º, inciso XXIX, "b", da CF. Proc. 32240/99 - Ac. SE 20244/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 113

PRESCRIÇÃO. Tratando-se a reclamada de empresa que explora atividade agrícola, incide, nos direitos dos trabalhadores a prescrição estabelecida no art. 7º, inciso XXIX, "b", da CF. Reconhecida a unicidade dos contratos e tendo, a presente reclamação, sido ajuizada antes do decurso de dois anos da extinção do contrato de trabalho, nenhuma verba postulada se encontra prescrita. Porém, não tendo o autor se desincumbido de ônus que lhe competia, não há que se falar em diferenças de verbas rescisórias. Devidas horas extras, pela não concessão do intervalo intrajornada. Proc. 28520/99 - Ac. SE 25989/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 70

PRESCRIÇÃO. Tratando-se a reclamada de empresa que explora atividade agrícola, incide, nos direitos dos trabalhadores a prescrição estabelecida no art. 7º, inciso XXIX, "b", da CF - anterior à modificação da EC n. 28/00. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/CONFEDERATIVA. É devida pelos filiados do sindicato de classe, sendo que a cobrança aos não associados importaria em violação ao princípio da liberdade associativa, prevista no inciso IV do art. 8º da CF. Nesse sentido, aliás, o Precedente Normativo n. 119, do C. TST. Proc. 25617/99 - Ac. SE 14580/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

PRESCRIÇÃO. ACIDENTE DE TRABALHO. SUSPENSÃO. Estando o empregado afastado, em decorrência de acidente de trabalho, há de se considerar suspenso o curso do prazo prescricional, pois não parece razoável que o contrato fique suspenso para outros fins, mas não para a fluência do prazo de prescrição, atento a que, na suspensão, como regra, "não há trabalho e nem salário, tampouco o afastamento é considerado como tempo de serviço" (Alice Monteiro de Barros). Proc. 15898/01 - Ac. 1ª Turma 25283/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 48

PRESCRIÇÃO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. É total a prescrição referente à violação de natureza contratual, por ato único do empregador, contando o qüinqüênio a partir da lesão. Trata-se de ato único do empregador o que promoveu a reportada alteração contratual em prejuízo do salário. A prescrição alcança o próprio direito de ação, e não apenas as parcelas, conforme entendimento adotado pelo Enunciado n. 294, e, no caso, é a qüinqüenal e retroage à data da violação do direito, que se deu em 04/10/93. Proc. 27458/99 - Ac. SE 26743/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 92

PRESCRIÇÃO. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EFEITOS. CONTRATO DE TRABALHO. EXTINÇÃO. CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. IRRELEVÂNCIA. DEFLUXO DO BIÊNIO CONSTITUCIONAL. RECONHECIMENTO. Aposentadoria deferida ao empregado, por iniciativa deste, acarreta a extinção do contrato de trabalho a partir de então - ainda que subsista ininterrupta a prestação de serviços - segundo entendimento majoritário assentado na Súmula TRT/15ª Região n. 17. Nessa esteira, da concessão da aposentadoria passa a fluir o biênio prescricional para a reclamação dos eventuais créditos trabalhistas pendentes, segundo a regra inserta no art. 7º, inciso XXIX da Lei Maior. Proc. 32086/01 - Ac. 2ª Turma 4763/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 13

PRESCRIÇÃO. ATO NULO: No ordenamento jurídico pátrio não existem ações eternas, prescrevendo assim também o ato nulo no âmbito do direito do trabalho, conjugados os arts. 9º e 11 da CLT. Proc. 14000/02 - Ac. 5ª Turma 22075/02-PATR. Rel. Valdevir Roberto Zanardi. DOE 3/10/2002, p. 28

PRESCRIÇÃO. BIENAL. Mudança do regime celetista para estatutário. Extinção do contrato. Incidência da Orientação Jurisprudencial n. 128, da SDI-1, do C. TST. Proc. 19879/01 - Ac. 3ª Turma 18051/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 50

PRESCRIÇÃO. BIENAL. Tendo o reclamante ajuizado a presente reclamação trabalhista, após o decurso do prazo de dois anos previsto no art. 7º, inciso XXIX, letra "a", da CF, está totalmente prescrito seu direito de postular verbas relativas ao extinto contrato de trabalho. Proc. 34790/01 - Ac. 5ª Turma 9789/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 25

PRESCRIÇÃO. BIENAL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANTERIORMENTE À RESCISÃO CONTRATUAL. NÃO INTERRUPÇÃO. Ação ajuizada anteriormente à rescisão contratual, não tem o condão de interromper a prescrição bienal que começa a correr com a ruptura do pacto laboral. Proc. 36547/01 - Ac. 5ª Turma 17627/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

PRESCRIÇÃO. BIENAL. AVISO PRÉVIO. Nos termos do entendimento pacificado pelo verbete n. 83 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST, o prazo prescricional começa a fluir a partir da data do término do aviso prévio. Proc. 25966/99 - Ac. SE 25886/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

PRESCRIÇÃO. BIENAL. DANO MORAL. AÇÃO ANTERIOR COM OBJETO DIVERSO. O art. 7º, XXIX, da CF estabelece, como prazo máximo para a propositura de ação, após a extinção do contrato de trabalho, dois anos. Assim sendo, ação proposta após esse prazo para reclamar eventuais direitos decorrentes da relação de emprego, inclusive quanto a danos morais, de nada mais vale, porque operada a prescrição bienal, que fulmina o exercício do direito de ação. Acrescente-se que a propositura de ação anterior, com o propósito de descaracterizar justa causa, não tem o condão de interromper ou suspender o prazo prescricional, por constituir objetos diversos. Proc. 5813/02 - Ac. 1ª Turma 14465/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/8/2002, p. 20

PRESCRIÇÃO. BIENAL. EFEITOS.O prazo prescricional de dois anos estabelecidos nos arts. 7º, inciso XXIX, letra "a", da CF e 11 da CLT contempla hipótese de prescrição total, atingindo o direito de ação em sua plenitude. Essas normas legais, para efeitos prescricionais, não fazem distinção entre atos nulos e atos anuláveis. Proc. 31725/01 - Ac. 3ª Turma 1044/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 16/5/2002, p. 26

PRESCRIÇÃO. BIENAL DO ÚLTIMO CONTRATO. NÃO CARACTERIZADA. NULIDADE DA R. SENTENÇA. ACOLHIMENTO. Se o último contrato de trabalho foi rescindido em 21/12/98, como comprovam os documentos juntados aos autos, poderia a ação ser ajuizada até 21/12/00. Considerando-se que o reclamante a ajuizou dez meses antes da prescrição bienal que fulminaria seu direito de ação, há que ser apreciado o mérito com relação a esse último contrato, com o retorno dos autos à Vara de origem para que nova sentença seja proferida. Proc. 39372/00 - Ac. 5ª Turma 27201/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

PRESCRIÇÃO. BIENAL EXTINTIVA. ART. 7º, XXIX, 2ª PARTE, DA CF. AÇÃO ANTERIOR AJUIZADA EM FACE DE SÓCIO DE EMPRESA COM A QUAL O RECLAMANTE MANTEVE OU POSTULE VÍNCULO EMPREGATÍCIO, E QUE FOI EXTINTA SEM JULGAMENTO DO MÉRITO POR ILEGITIMIDADE PASSIVA "AD CAUSAM". INTERRUPÇÃO EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE TRABALHO HAVIDO OU PLEITEADO COM A SOCIEDADE. ART. 219, "CAPUT", ÚLTIMA PARTE, DO CPC E ENUNCIADO TST n. 268. INAPLICABILIDADE. Não interrompe a fruição do biênio prescricional o ajuizamento de ação em face de sócio de empresa com a qual o reclamante manteve ou postule vínculo empregatício, e que tenha sido extinta sem julgamento do mérito por ilegitimidade passiva "ad causam", ainda que a causa de pedir e os pedidos tenham sido os mesmos dos deduzidos em nova ação agora ajuizada em face da sociedade. Não se aplica à espécie a disciplina do art. 219, "caput", última parte, do CPC, porque, no feito extinto, não houve citação da parte passiva legítima da ação superveniente. Não se aplica, igualmente, o Enunciado n. 268 do TST, porque o seu entendimento é dirigido somente ao reclamante que deixa de comparecer à audiência, ocasionando o arquivamento da reclamação (art. 844, "caput", 1ª parte, da CLT). Proc. 9924/02 - Ac. 4ª Turma 28482/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/11/2002, p. 27

PRESCRIÇÃO. BIENAL NUCLEAR. ENUNCIADO N. 294 DO C. TST. REDUÇÃO SALARIAL POR SUPRESSÃO DE COMISSÕES. CONTAGEM DO TEMPO A PARTIR DA LESÃO SOFRIDA. Ajuizando ação após dois anos da ciência da redução salarial por supressão das comissões, ocorreu para o autor a prescrição total, nuclear de seu direito, cuja contagem se iniciou no mês em que foi recebido o primeiro valor incorreto dos salários, eis que nesse momento houve a constatação da alegada lesão sofrida, por ato único do empregador. Extinção do processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC. Proc. 38250/00 - Ac. 5ª Turma 9576/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 14

PRESCRIÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO. O prazo prescricional de que trata o inciso XXIX, do art. 7º, da CF, é de cinco anos até a data do ajuizamento da ação. RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA. CONTRATANTE X EMPRESA FORNECEDORA DE ALIMENTAÇÃO. DESCABIMENTO. Incabível a responsabilização subsidiária de empresa que contrata a real empregadora para viabilizar o fornecimento de alimentação a seus funcionários. O objeto do contrato firmado entre elas possui natureza estritamente civil, assunto alheio a essa Justiça Especializada, que em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a prestadora de serviços e seus funcionários. Além disso, forçoso reconhecer que os serviços prestados pela reclamante não tinham qualquer ligação com a atividade-fim da tomadora; ao revés, a contratação entre as reclamadas envolveu serviços especializados que não guardam qualquer similitude com o objeto social e a atividade preponderante da recorrida. Proc. 39412/01 - Ac. 5ª Turma 1839/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 30

PRESCRIÇÃO. CONTAGEM DO PRAZO. Para ajuizamento da ação, inicia-se a contagem do prazo prescricional da data da extinção do contrato de trabalho, porém, quanto aos direitos pleiteados, considera-se a data do ingresso em juízo, retroagindo até o início do contrato na hipótese de trabalhador rural que ingressou com a ação antes da vigência da EC n. 28. Proc. 37510/01 - Ac. 1ª Turma 31661/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 250

PRESCRIÇÃO. CONVERSÃO DO REGIME CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO. O prazo de dois anos para o empregado ajuizar ação trabalhista previsto no art. 7º, inciso XXIX da CF/88, constitui regra geral sobre prescrição, isto é, aplica-se a todo e qualquer trabalhador, seja urbano ou rural, para pleitear direitos oriundos da relação empregatícia. A conversão do regime celetista para o estatutário extingue o contrato individual de trabalho existente entre as partes, iniciando-se nova relação jurídica para o trabalhador, de caráter estatutário. Aplicação da SDI n. 128 do C. TST. Proc. 22558/00 - Ac. 4ª Turma 2090/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 14/1/2002, p. 68

PRESCRIÇÃO. DEMANDA ANTERIORMENTE ARQUIVADA. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. Apesar do Enunciado n. 268 do C. TST preceituar que a ação anteriormente arquivada interrompe o prazo prescricional, a doutrina dominante entende que, para que isso ocorra, necessário se faz que o seu objeto seja idêntico àquele da nova demanda, bem como que tenha havido citação da reclamada. Não havendo pois, identidade de pedidos, não há que se falar em interrupção da prescrição. Extinção do processo com julgamento do mérito mantida. Proc. 10619/00 - Ac. SE 18087/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 7

PRESCRIÇÃO. DEPÓSITOS DO FGTS. Conforme entendimento contido no Enunciado n. 95 do C. TST, é trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição do FGTS. COMISSÃO. PAGAMENTO "POR FORA". PROVA. Extraindo-se do conjunto da defesa a negativa à alegação de pagamento de comissão "por fora", cabe ao empregado o ônus de provar o fato constitutivo do direito pleiteado. Proc. 31295/99 - Ac. SE 22222/02. Rel. Desig. Antônio Mazzuca. DOE 13/5/2002, p. 170

PRESCRIÇÃO. DEPÓSITOS DO FGTS. PRAZO. Não só por razões históricas, mas também em função do que consta do § 5º do art. 23, da Lei n. 8.036/90, é trintenária a prescrição para reivindicação dos depósitos na conta vinculada do trabalhador, sem qualquer limitação bienal. Não prevalece, no caso, o disposto no inciso XXIX do art. 7º, da CF, vez que, em Direito do Trabalho, vigora o princípio da norma mais favorável, de sorte que deve sempre ser aplicada aquela que for mais conveniente para o trabalhador. Por conta disso, não há que se falar em incompatibilidade da regra infraconsticional, já que esta atende muito melhor os interesses do obreiro. Além do mais, se houvesse essa incompatibilidade, deveria o texto constitucional ser aplicado por inteiro, inexistindo legítima regra de hermenêutica que autorize a miscigenação das duas regras ditas como incoerentes. Proc. 15639/01 - Ac. 3ª Turma 8072/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 4/7/2002, p. 29

PRESCRIÇÃO. EC n. 28/00. A EC n. 28/00 que reduziu o prazo prescricional para o trabalhador rural, igualando suas condições às do trabalhador urbano, tem vigência imediata, porém, seus plenos efeitos somente incidirão após o prazo de cinco anos de sua vigência, não atingindo, pois, situação constituída sob a égide da lei anterior. Proc. 4100/02 - Ac. 1ª Turma 14513/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 21

PRESCRIÇÃO. EC N. 28/00. CONTRATO DE TRABALHO EXTINTO POSTERIORMENTE. EXPECTATIVA DE DIREITO. APLICABILIDADE DA NORMA VIGENTE. A EC n. 28/00 foi publicada em 29/05/00, passando nessa data a ter efeitos no mundo jurídico. Portanto, extinguindo-se o contrato de trabalho depois de referida data, o trabalhador rural que tinha mera expectativa de direito à imprescritibilidade de seus créditos trabalhistas no

curso do contrato de trabalho e não direito adquirido a ela, passa a ter o seu direito delineado pela lei nova. Proc. 907/02 - Ac. 4ª Turma 18454/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 19/9/2002, p. 56

PRESCRIÇÃO. EMPREGADO FALECIDO. FILHOS MENORES. ART. 440 da CLT. A causa impeditiva da prescrição, inserta no art. 440 da CLT, tem por destinatário exclusivo o empregado menor de 18 anos, não incidindo em favor de filhos do trabalhador falecido. Entendimento contrário implicaria admitir que títulos oriundos de lesão a direitos trabalhistas, já fulminados pelo decurso do prazo prescricional, ganhariam sobrevida com o falecimento do empregado demandante. Incide, à hipótese, "ex vi" do art. 8º da CLT, o art. 165 do CC, segundo o qual "a prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu herdeiro". Não se pode olvidar que o fundamento básico e justificador do instituto da prescrição é justamente o da segurança das relações jurídicas, de inegável valor sócio-econômico. Proc. 3619/02 - Ac. 4ª Turma 22865/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 10/10/2002, p. 62

PRESCRIÇÃO. EMPREGADOR COM ATIVIDADES MISTAS. USINA DE AÇÚCAR E ÁLCOOL. Se, no período de vigência do contrato de trabalho com empregador que desenvolve atividades agrícolas e industriais, distintas e autônomas, o empregado também vem a desempenhar atividades mistas - de início, no campo, e, posteriormente, na indústria -, há que se desmembrar os períodos distintos, levando-se em conta a natureza dos serviços, consoante o princípio da primazia da realidade dos contratos, tudo para fins de enquadramento prescricional, com a integral aplicação das alíneas "a" e "b" do inciso XXIX, art. 7º da Constituição da República. Proc. 17063/02 - Ac. 1ª Turma 21335/02-PATR. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 3/10/2002, p. 5

PRESCRIÇÃO. ENUNCIADO N. 327 DO C. TST. INAPLICABILIDADE. Não versando a pretensão exordial a respeito de diferenças de valores devidos a título de complementação dos salários de aposentadoria decorrente de alteração da base de cálculo destes; mas sim sobre o seu recebimento com assento em referência nunca observada, a prescrição a ser aplicada é a total, consoante preceitua o verbete constante do Enunciado n. 326 do C. TST. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. Vantagem não instituída através de regulamento interno, mas tão-somente de deliberação de diretoria, alcançando empregados que tinham direito ao jubilamento, não há que se falar em generalidade deste benefício, porquanto houve necessidade de formalização de contratos individuais, tratando-se, portanto, de uma regra transitória, específica e de natureza não abstrata. Proc. 10462/00 - Ac. SE 20314/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 116

PRESCRIÇÃO. FGTS. APOSENTADORIA. Pela aplicação conjunta dos Enunciados ns. 95 e 362 com a Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1, todos do C. TST, o trabalhador, seja do setor público seja do privado, tem o prazo de 2 anos a contar da concessão da sua aposentadoria para reclamar os depósitos do FGTS de todo o contrato de trabalho anterior a ela, até o limite de 30 anos. Proc. 10727/02 - Ac. 2ª Turma 24393/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 25/10/2002, p. 17

PRESCRIÇÃO. FGTS. CONVOLAÇÃO DO REGIME JURÍDICO CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. "ACTIO NATA" APÓS O PRAZO ESTIPULADO PELA LEI N. 8.036/90 E DECRETO n. 99.684/90 PARA A MOVIMENTAÇÃO DA CONTA VINCULADA. AÇÃO AJUIZADA NO PRAZO DO ART. 7º, XXIX, DA CF. NÃO OCORRÊNCIA. Na hipótese de convolação do regime celetista para o estatutário, o início da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento de ação relativa ao FGTS dá-se após decorridos os três anos de inatividade da conta vinculada, nos termos dos arts. 20 da Lei n. 8.036/90 e 35, VIII, do Decreto n. 99.684/90, quando é possível a verificação de eventual lesão. Ajuizada a ação dentro do prazo estipulado pelo art. 7º, XXIX, da CF, não há falar-se em prescrição. Proc. 11671/00 - Ac. 3ª Turma 9276/02. Rel. Luiz José Dezena da Silva. DOE 18/3/2002, p. 5

PRESCRIÇÃO. FGTS. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO PELA MUDANÇA DE REGIME. O direito de ação, para reclamar parcelas não recolhidas do FGTS, prescreve em dois anos contados da extinção do contrato de trabalho. A mudança de regime jurídico da CLT para o regime jurídico do estatuto resulta na extinção do contrato de trabalho. Inteligência e aplicação do Enunciado n. 362 do TST. Proc. 12943/02 - Ac. 1ª Turma 28156/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/11/2002, p. 10

PRESCRIÇÃO. FGTS. FALTA DE RECOLHIMENTO. A prescrição referente a parcelas não recolhidas do FGTS é trintenária, e ação deve ser proposta no prazo de dois anos, contados da extinção do contrato de trabalho. Inteligência e aplicação dos Enunciados ns. 95 e 362, do C. TST e do § 5º, art. 23, da Lei n. 8.036/90. Proc. 4318/02 - Ac. 1ª Turma 13205/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 55

PRESCRIÇÃO. FGTS. LIMITE. Embora a prescrição do direito de pleitear diferenças nos depósitos fundiários, bem como a multa de 40% incidente, seja trintenária, e não qüinqüenal, há que se observar o limite de dois anos do encerramento do contrato de trabalho, conforme Enunciado n. 362 do C. TST. Proc. 7660/02 - Ac. 5ª Turma 25377/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 31/10/2002, p. 18

PRESCRIÇÃO. INTERCORRENTE DECRETADA "EX OFFICIO". IMPOSSIBILIDADE LEGAL Diante da proibição contida no art. 166 do CC, a prescrição, ainda que intercorrente, não pode ser decretada "ex officio". Proc. 20628/02 - Ac. 4ª Turma 23639/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 17/10/2002, p. 21

PRESCRIÇÃO. INTERCORRENTE. Impossibilidade de sua decretação de ofício (inteligência do art. 884, § 1º CLT). Proc. 24852/01 - Ac. 1ª Turma 8808/02. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 4/3/2002, p. 66

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO POR AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANTERIOR. LIMITAÇÃO AOS PEDIDOS FORMULADOS. Ainda que no processo do trabalho sejam por demais comum a cumulação objetiva de pedidos, cada pretensão deve ser considerada autonomamente para certos fins, pois cada suposta lesão enseja uma ação distinta. Assim, se o trabalhador ajuíza uma ação denunciando determinadas lesões em seu contrato de trabalho, nos termos do art. 172, I, do CC, apenas faz interromper a prescrição para as lesões assim referidas, já que esse efeito interruptivo não é capaz de atingir todo o contrato de trabalho. Sendo a prescrição decorrente da inércia do credor, as hipóteses de interrupção se caracterizam, em regra, justamente pela manifestação específica do credor a respeito de lesões que alega existir em seus direitos. Portanto, cada lesão deve ser individualmente considerada para fins de interrupção da prescrição, não podendo se reconhecer como interrompida a prescrição a respeito de lesões não invocadas na ação anterior. Proc. 4268/02 - Ac. 3ª Turma 21627/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 3/10/2002, p. 14

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO ANTERIOR ARQUIVADA. No processo trabalhista, o simples ajuizamento da reclamação interrompe a prescrição. Portanto, não é exigida a citação válida para a interrupção, como ocorre no processo civil. Inteligência do Enunciado n. 268, do C. TST. Proc. 14613/00 - Ac. 1ª Turma 8141/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 45

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. AÇÃO ANTERIOR. COINCIDÊNCIA DE PEDIDOS NECESSÁRIA. A interrupção da prescrição alcança somente os pedidos formulados na primeira reclamação. Quanto aos demais, apresentados apenas na ação posterior, a prescrição se consumou, pois o ajuizamento e a instauração da relação processual, de forma válida, deve ser considerada dentro os parâmetros estabelecidos pelo autor. Fora desses limites, a propositura da ação não produz qualquer efeito, notadamente o de interromper a prescrição. Proc. 31379/01 - Ac. 2ª Turma 2664/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 29/5/2002, p. 11

PRESCRIÇÃO. INTERRUPÇÃO. O reconhecimento da dívida pelo devedor, para pagamento parcelado, consubstancia ato inequívoco praticado, como causa de interrupção da prescrição, nos exatos termos do art. 172, V, CC. O ato se projeta no tempo, enquanto se cumpre o acordado, findo o qual, recomeçará a contagem da prescrição, ou mediante rompimento do acordo pelo devedor, parte beneficiada pela prescrição, conforme art. 173, CC. Proc. 17744/01 - Ac. 3ª Turma 14020/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 77

PRESCRIÇÃO. NÃO INTERROMPIDA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA ANTERIOR INTENTADA POR PARTE ILEGÍTIMA. A propositura de ação anterior, por parte manifestamente ilegítima, não tem o condão de interromper ou suspender o prazo prescricional. Com efeito, a interrupção da prescrição dá-se em face das mesmas partes, não podendo alcançar terceiros. Proc. 8062/02 - Ac. 1ª Turma 21313/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 4

PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. O fechamento da Vara de Origem, por motivo de mudança, acarretou a suspensão dos prazos, inclusive para o protocolo. Assim, há de ser afastada a prescrição decretada. Proc. 27662/99 - Ac. SE 25753/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

PRESCRIÇÃO. NTERCORRENTE. APLICABILIDADE. Competindo à parte o dever legal de praticar determinado ato para dar andamento à execução, e quedando-se esta inerte, a ponto de permanecer a execução paralisada por mais de dois anos, apesar de cientificada e advertida de cumprir o ato em prazo determinado, de se aplicar a prescrição intercorrente (Súmula n. 327, STF), extinguindo-se a execução, na forma do art. 794, do CPC, c/c art. 884, §1º, da CLT. Nada obstante, a existência do Enunciado n. 114, que sustente ser inaplicável

na Justiça do Trabalho a prescrição intercorrente, trata-se de jurisprudência sem efeito vinculante e que deve ceder passo ao entendimento do STF. Proc. 20694/02 - Ac. 5ª Turma 26898/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 14/11/2002, p. 40

PRESCRIÇÃO. NUCLEAR. INCISO XXIX, ART. 7º DA CF. ANOTAÇÃO NA CTPS DO AUTOR. Considerando-se que o vínculo de emprego foi reconhecido apenas para o interregno compreendido entre 01/10/93 e 02/01/94, e que a presente reclamatória foi proposta apenas em 18/09/96, quando já ultrapassados 02 (dois) anos da efetiva extinção do contrato, há de se declarar que, com fulcro no disposto no inciso XXIX, do art. 7º, da Constituição da República, estão fulminados eventuais direitos da autora, em face da prescrição nuclear do direito de ação. Destarte, subsiste condenação apenas no que toca à anotação da CTPS da reclamante, em decorrência da imprescritibilidade das ações declaratórias. Proc. 36756/00 - Ac. 5ª Turma 5565/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. Prescreve, em 2 (dois) anos, após o término do contrato de trabalho, o direito de ação do trabalhador para haver créditos relativos ao pacto laboral - art. 7º, XXIX, da CF. Proc. 15316/00 - Ac. 1ª Turma 3190/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

PRESCRIÇÃO. PRAZO. CÔMPUTO DO AVISO PRÉVIO INDENIZADO. O aviso prévio integra o contrato de trabalho do obreiro para todos os efeitos, conforme preceitua o § 1º do art. 487 da CLT, portanto, o prazo prescricional de dois anos de que trata o art. 7º, inciso XXIX, da CF/88, só passa a correr a partir da data do término do aviso, que é a data da real extinção do contrato de trabalho. Diante disto, não há que falar em prescrição total dos créditos trabalhistas, pois a prescrição extintiva se dá com a inércia do titular da pretensão de direito material durante dois anos após a extinção do contrato de trabalho, fato que não houve "in casu". Proc. 14576/00 - Ac. 1ª Turma 8137/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 44

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. O que define o enquadramento do empregado como rural ou urbano é a natureza de suas atividades e não a localização da empresa. Tratando-se de trabalhador que se ativava como ajudante e oficial de cozinha na área industrial de empresa agroindustrial, não há como considerá-lo rurícola, mesmo porque teve sua rescisão contratual homologada perante Sindicato de Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação. Incide, portanto, a prescrição qüinqüenal. HORAS "IN ITINERE". Pleiteando o empregado horas "in itinere" sob a alegação de ser o local de trabalho de difícil acesso e não servido por transporte público regular, desacolhe-se o pedido quando a prova demonstra o contrário. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Compete ao trabalhador demonstrar de forma inequívoca as diferenças de horas extras que entende devidas, sem o que não prospera a sua pretensão. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios, conforme entendimento pacificado pelos Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. Proc. 10493/00 - Ac. SE 17674/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 7

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO SOMENTE APÓS A RESCISÃO CONTRATUAL, POR MEDO DE REPRESÁLIA. JUSTIFICATIVA NÃO-VÁLIDA PARA O AFASTAMENTO DA PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL JÁ OCORRIDA. O ajuizamento da ação somente após a resilição contratual, por medo de represália da empresa, não é justificativa para o afastamento da prescrição qüinqüenal já ocorrida, pela contagem retroativa dos cinco anos, a partir da distribuição. PRESCRIÇÃO QÜINQÜENAL. CONTAGEM REGRESSIVA DO PRAZO. INÍCIO: DATA DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO. ART. 7º, INCISO XXIX, DA CF. Não se acompanha a posição minoritária daqueles que entendem que, com o ajuizamento da demanda, que resulta na interrupção do prazo prescricional de dois anos, restariam preservados em sua integralidade os últimos 05 (cinco) anos do contrato extinto e que a prescrição qüinqüenal só caminharia durante a vigência do contrato de trabalho. É que, depois de rompido o vínculo empregatício, começa a fluir o prazo de dois anos que, se atingido, resultará na prescrição total. Por outro lado, o prazo de cinco anos que caminhava durante a vigência do contrato de trabalho, continua a fluir normalmente pelos dois anos seguintes à cessação do vínculo, até que seja atingida a prescrição bienal (total) da ação, sendo interrompido com a interposição da reclamatória trabalhista. Esse é o entendimento que emana da redação da alínea "a" do inciso XXIX, do art. 7º, da Carta Magna, que fala em cinco anos "até" o limite de dois anos após a extinção do contrato. Proc. 37920/00 - Ac. 5ª Turma 9574/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 14

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. APLICAÇÃO. INDÚSTRIA AGRÍCOLA E COMERCIAL. CATEGORIA DIFERENCIADA. Em que pese ser a reclamada uma indústria agrícola, é também comercial, além de ter o reclamante laborado na função de tratorista, atividade tipicamente urbana, com o recolhimento de contribuição ao sindicato dos trabalhadores de transportes rodoviários, aplicando-se, pois a prescrição qüinqüenal. Proc. 39736/00 - Ac. 5ª Turma 22937/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. EC n. 28, DE 29/05/00. EXTENSÃO AOS TRABALHADORES RURAIS. EFICÁCIA IMEDIATA, MAS NÃO RETROATIVA. O instituto da prescrição pressupõe sempre uma inércia do credor no sentido de postular um direito que entenda lesado. Todavia, somente é possível reconhecer a ocorrência de inércia a partir do momento em que exista um prazo de prescrição em andamento e não antes. Ora, até 29/05/00 não havia qualquer prazo prescricional previsto em lei a incidir durante a vigência dos contratos de trabalho de natureza rural, razão pela qual o direito de ação para postular créditos trabalhistas adquiridos até aquela data somente será atingido pela nova lei a partir do qüinqüênio da sua vigência, sob pena de imprimir-lhe efeito retroativo, o que contraria comezinho princípio de direito (lex prospicit, non respicit). Ademais, tal entendimento possibilitaria a consumação instantânea da prescrição do direito de exigir judicialmente os créditos anteriores ao qüinqüênio contado da vigência da nova lei, contrariando, assim, o pressuposto básico da existência da prescrição, qual seja, a necessidade de inércia do titular do direito durante determinado tempo. Proc. 4534/02 - Ac. 1ª Turma 29775/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 6/12/2002, p. 7

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. EC n. 28/00. APLICABILIDADE AO TRABALHADOR RURAL A prescrição qüinqüenal, que passou a ser aplicável ao trabalhador rural, com o advento da EC n. 28/00, não atinge os contratos de trabalho encerrados antes de sua vigência, tampouco aqueles contratos que estavam em curso, em respeito ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido. Proc. 11435/02 - Ac. 5ª Turma 30638/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 6/12/2002, p. 34

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. EC n. 28/00. TRABALHADOR RURAL. EFEITOS. No que diz respeito aos efeitos da prescrição qüinqüenal, é certo que as alterações trazidas pela EC n. 28/00 (esta por se tratar de tópico que gravita na órbita do direito adquirido sobre questões materiais), ainda não poderão ser sentidas. Diferentemente das regras que regem a vigência das normas processuais no tempo e no espaço (que são derivadas) sob a influência do art. 1.211, do CPC, o conteúdo da referida EC só poderá ter eficácia após passados cinco anos de sua promulgação, por força do impeditivo disposto no "caput" do art. 6º, da LICC, posto que o lapso temporal entre o início e o término da relação contratual havida permaneceu dentro de período em que ainda vigia a alínea "b" do inciso XXIX do art. 7º, da CF. Proc. 39426/01 - Ac. 3ª Turma 32533/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 15/7/2002, p. 277

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. SUSPENSÃO OU INTERRUPÇÃO DO PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. A extinção do contrato de trabalho não é causa de suspensão ou interrupção da prescrição qüinqüenal, que flui normalmente, interrompendo-se apenas em decorrência do ajuizamento da ação ou quando atingida a prescrição bienal, total. VÍNCULO DE EMPREGO. EMPRESA TOMADORA. CESP. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA. IMPOSSIBILIDADE. Impossível a pretensão recursal de ver reconhecido o vínculo de emprego com a Companhia Energética de São Paulo, seja porque não se vislumbra qualquer nulidade na contratação civil havida entre as reclamadas (o procedimento adotado pela CESP - órgão da administração indireta - encontra específico amparo legal, visto que o Decreto-lei n. 200/67 permite a transferência de setores ou de serviços por meio da contratação da iniciativa privada), seja porque inexiste qualquer indício de que mencionada contratação objetivou não atender, diminuir ou lesar direitos consagrados pela legislação obreira. Observe-se que nem mesmo a fiscalização exercida pela CESP em relação aos serviços pode lhe imputar a qualidade de 'empregadora' dos funcionários da contratada, uma vez que, a par de haver permissivo contratual nesse sentido, tal faculdade constitui imperativo para a execução regular do contrato de prestação de serviços, não se confundindo com o poder de direção, inerente ao empregador. Não fossem tais argumentos suficientes, há de se frisar que a pretensão encontra óbice intransponível, qual seja, o não cumprimento do requisito constitucional para ingresso em órgão da administração indireta: a submissão a concurso público (inciso II, art. 37, da CF e inciso II, do art. 115, da Constituição do Estado de São Paulo). Isso porque, da mesma forma que a CESP está obrigada a obedecer vários preceitos constitucionais aplicáveis à Administração Pública, para admissão aos seus quadros de empregados, o pretenso empregado deve, obrigatoriamente, submeter-se a concurso ou seleção pública, requisito constitucional regulamentado, inclusive, pelo Decreto Estadual n. 31.364/90, que estendeu tal exigência a todas as empresas cujo capital tenha participação majoritária do Estado de São Paulo (como é o caso da ora recorrida). Veja-se que a transgressão desse princípio possibitaria a existência de um meio de acesso fraudulento aos quadros da tomadora, aviltando os princípios da isonomia, da impessoalidade, da publicidade e da moralidade insertos na Carta Política. Proc. 1750/97 - Ac. 5ª Turma 10136/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. RURÍCULA. A prescrição qüinqüenal aplicável ao rural instituída pela EC n. 28, não pode ser adotada de imediato quando o contrato de trabalho tiver sido extinto antes de sua vigência,

sob pena de ferir direito adquirido ou ato jurídico perfeito. Proc. 1163/98 - Ac. 5ª Turma 30876/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 222

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. RURÍCOLA. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EC n. 28/00. A EC n. 28, de 25/05/00, que entrou em vigor no dia 29/05/00, deu nova redação ao inciso XXIX do art. 7º da CF/88. Muito embora não existam dúvidas de que a norma constitucional produz efeitos imediatos, ela não pode ser aplicada retroativamente, caso em que o prazo prescricional de cinco anos deve ser iniciado a partir da publicação da citada Emenda Constitucional, do mesmo modo de que já se posicionara a Justiça do Trabalho em relação à alteração do prazo de prescrição bienal para o qüinqüenal, por ocasião da promulgação da CF/88, através do Enunciado n. 308 do TST. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. SALÁRIO POR PRODUÇÃO. ADICIONAL. O empregado que trabalha e recebe por produção, embora já tenha a jornada integralmente paga, tem direito a receber o adicional das horas trabalhadas acima da jornada normal, bem como da semanal, porque a remuneração por produção abrange somente as "horas singelas". Proc. 34996/01 - Ac. 1ª Turma 8673/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. RURÍCOLA. AÇÃO AJUIZADA APÓS A EC n. 28/00. A EC n. 28, de 25/05/00, que entrou em vigor em 29/05/00, deu nova redação ao inciso XXIX do art. 7º da CF/88. Muito embora não existam dúvidas de que a norma constitucional produz efeitos imediatos, ela não pode ser aplicada retroativamente, caso em que o prazo prescricional de cinco anos deve ser iniciado a partir da publicação da citada Emenda Constitucional, do mesmo modo de que já se posicionara a Justiça do Trabalho em relação à alteração do prazo de prescrição bienal para o qüinqüenal, por ocasião da promulgação da CF/88, através do Enunciado n. 308 do TST. Proc. 12777/02 - Ac. 1ª Turma 31217/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 10/1/2003, p. 61

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. RURÍCOLA. EC n. 28. A EC n. 28 foi publicada em 29/05/00 e, embora tenha efeito imediato, é inaplicável às ações distribuídas antes de sua promulgação, em respeito ao direito adquirido. Proc. 10443/02 - Ac. 1ª Turma 8675/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

PRESCRIÇÃO. QÜINQÜENAL. RURÍCOLA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO NO PERÍODO ANTERIOR À EC N. 28, DE 25/05/00. INAPLICABILIDADE DA NORMA SUPERVENIENTE. O comando constitucional é claro e expresso quanto ao respeito do direito adquirido (inciso XXVI, do art. 5º CF), que recepcionou o art. 6º da LICC. De outra parte, nosso ordenamento Magno, elegeu a ruptura do contrato de trabalho como marco da prescrição (inciso XXIX, art. 7º, "a" e "b"). Nesse diapasão, à luz das regras da aplicação do direito intertemporal, considerando que a relação contratual se findou sob a égide da lei prescricional anterior, é esta a norma que deve reger as relações, sendo que a aplicação do novel regramento - EC n. 28/00 - implica no malferimento do princípio da irretroatividade e da proteção do direito adquirido. Proc. 10471/02 - Ac. 2ª Turma 22001/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 3/10/2002, p. 12

PRESCRIÇÃO. RECLAMATÓRIA ANTERIOR. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA IDENTIDADE DE OBJETO. INTERRUPÇÃO NÃO RECONHECIDA. Considerando-se que a interrupção da prescrição pela propositura de reclamatória anterior se restringe às matérias nela versadas, é indispensável que a parte prove nos autos o pedido e causa de pedir da reclamatória anterior, sob pena do acolhimento da prescrição, o que ocorreu no presente caso. Proc. 14586/00 - Ac. 1ª Turma 8138/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 44

PRESCRIÇÃO. REJEITADA EM 1ª INSTÂNCIA. INTERESSE DE RECORRER. Pode-se conceituar sucumbência como sendo a lesividade decorrente de julgamento que não tenha proporcionado à parte, sob o ponto de vista prático, tudo que lhe era lícito esperar da decisão, significando que o interesse de recorrer não se origina do prejuízo causado pela decisão, mas da possibilidade do recorrente obter, através do julgamento do recurso, posição mais favorável àquela resultante do julgamento recorrido. Por isso mesmo, o interesse de recorrer não decorre da sucumbência meramente econômica, mas sim jurídica. E a prescrição, do ponto de vista da doutrina, é considerada prejudicial do mérito, mas, a teor do inciso IV do art. 269 do CPC, é matéria de mérito, haja vista que, se acolhida, enseja a extinção do processo com julgamento do mérito, o que vale dizer: rejeitada a prescrição pela r. sentença recorrida, embora sendo julgada improcedente a reclamatória, inequivocamente a reclamada ficou vencida na matéria de mérito por ela suscitada. Raciocínio em contrário implicaria na possibilidade do recurso interposto pela reclamada não ser conhecido por ausência de legítimo interesse de recorrer e ser dado provimento ao recurso da reclamante sem que fosse apreciada e decidida em grau de recurso a prescrição invocada, já que as contra-razões de recurso devem se ater às alegações recursais. Configurado, pois, o interesse de recorrer, um dos requisitos intrínsecos dos recursos, impõe-se o conhecimento do apelo. Proc. 34093/01 - Ac. 3ª Turma 8064/02-PATR. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 4/7/2002, p. 28

PRESCRIÇÃO. RURÍCOLA. EC n. 28. As lesões praticadas no curso do contrato de trabalho rural não rendiam ensejo à imediata contagem do prazo de prescrição, pois a vigência do contrato de trabalho constituía causa impeditiva do início e curso da prescrição para o rurícola, princípio contido no art. 175 do Estatuto do Trabalhador Rural, no art. 10 da Lei n. 5.889/73 e no art. 7º, inciso XXIX, alínea "b" da CF/88. As lesões de direito praticadas em data anterior a 29/05/00 não eram dotadas do poder de deflagrar o curso do prazo prescricional, em virtude da causa impeditiva, e portanto, para as violações de direito anteriores a 29/05/00 a causa suficiente para início da prescrição não é a lesão, mas sim a EC n. 28,que removeu a causa impeditiva. O conceito de prescrição pressupõe a perda do direito de ação pela inércia do seu titular, desde que ultrapassado o prazo definido pela lei, na ausência de causas suspensivas, interruptivas ou impeditivas. Se a primitiva norma constitucional considerava a vigência do contrato de trabalho do trabalhador rural como causa impeditiva do início e curso da prescrição, no período anterior a 29/05/00 não pode ter havido início ou transcurso do prazo prescricional, sendo impossível aperfeiçoar-se a inércia do titular do direito, porquanto pendente causa impeditiva. Para as violações de direito anteriores a 29/05/00,o prazo prescricional qüinqüenal conta-se da data de remoção da causa impeditiva, que ocorreu com o advento e promulgação da EC n. 28, já que a data da lesão não possuía o condão de demarcar o início da prescrição. Por decorrência não se podem considerar prescritos, em 29/05/00, pelo simples advento da Emenda os direitos anteriores a 29/05/95,a pretexto de ter a lei eficácia imediata e geral, pois estaríamos reunindo em um mesmo momento, em autêntica redução ao absurdo, a data de início e de aperfeiçoamento da prescrição. Proc. 25134/01 - Ac. 5ª Turma 22674/02. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 13/5/2002, p. 185

PRESCRIÇÃO. TOTAL. CESTA BÁSICA INSTITUÍDA POR LEI MUNICIPAL. Apesar de instituída por lei municipal, a cesta básica é matéria trabalhista de exclusiva competência da União. Por essa razão a lei municipal que instituiu o benefício equipara-se à regulamento de empresa. Destarte, não se aplica a exceção prevista no Enunciado n. 294 do C. TST, havendo prescrição total. Proc. 5095/02 - Ac. 5ª Turma 11455/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 1/8/2002, p. 39

PRESCRIÇÃO. TRINTENÁRIA. FGTS. Alterando entendimento anterior, por amor à economia e celeridade processuais, curvo-me à jurisprudência majoritária de nossas Cortes Trabalhistas, em especial do E. TST, para a comungar daquele que preconiza que a prescrição do direito de pleitear diferenças nos depósitos fundiários, bem como a multa de 40% incidente, é trintenária, e não qüinqüenal, observado o limite de dois anos do encerramento do contrato de trabalho. Proc. 4523/02 - Ac. 5ª Turma 16797/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 90

PRESSUPOSTO RECURSAL

PRESSUPOSTO RECURSAL. MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC. A multa por embargos declaratórios protelatórios a ser depositada, para conhecimento de recurso, é a constante da parte "b" do parágrafo único, do art. 538, CPC, ou seja, na reiteração dos embargos. Referido depósito não se confunde com o depósito recursal, objetivando preservar o princípio processual da boa-fé e lealdade processual. Proc. 19054/01 - Ac. 3ª Turma 14032/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 8/4/2002, p. 77

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A prestação de serviços em favor de terceiro, a fim de responsabilizá-lo subsidiariamente pela quitação dos haveres contratuais, há de ser provada robusta e convincentemente. Proc. 10839/00 - Ac. SE 10898/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

PREVIDÊNCIA PRIVADA

PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEVOLUÇÃO DE VALORES. É indevida a devolução de valores pagos a título de contribuição à previdência privada quando o contribuinte renuncia ao benefício futuro e o regulamento atinente à hipótese não contempla a pretensão. Proc. 4980/02 - Ac. 1ª Turma 14523/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 22

PREVIDÊNCIA SOCIAL

PREVIDÊNCIA SOCIAL. LEI N. 8.212/91, ART. 33, § 5º. A responsabilidade direta da empresa, prevista no

§ 5º do art. 33 da Lei n. 8.212/91, só é devida, na hipótese de má-fé e não há hipótese de débitos, razoavelmente controvertidos em juízo. Proc. 35212/01 - Ac. 2ª Turma 27612/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 22

PRINCÍPIO

PRINCÍPIO. IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ. INAPLICAÇÃO NA ESFERA TRABALHISTA. ENUNCIADOS NS. 222 DO STF E 136 DO TST. Não se aplica ao processo do trabalho o princípio da identidade física do juiz, nos termos dos Enunciados ns. 222 do STF e 136 do TST. Proc. 35022/00 - Ac. 5ª Turma 7032/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE

PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. HIPÓTESE NEGATIVA. Recurso ordinário intempestivo não pode ser conhecido como adesivo sob pena do princípio da fungibilidade albergar ou o erro grosseiro ou a má-fé. Proc. 21873/02 - Ac. 2ª Turma 25705/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 31/10/2002, p. 11

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. FGTS. MULTA. Período anterior à aposentadoria espontânea. Indevida. Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1 do C. TST. FGTS. MULTA. Período anterior à CF/88. Elevação do percentual de 10% para 40%. Pretensão que não se acolhe por falta de amparo legal. Proc. 9517/00 - Ac. SE 1374/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Responde subsidiariamente o tomador de serviços pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador. Enunciado n. 331, IV, do C. TST. Proc. 29047/99 - Ac. SE 2180/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida

no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. LITISPENDÊNCIA. Constatando-se a identidade de partes, pedido e causa de pedir, por haver ação ainda em curso, anteriormente ajuizada pelo sindicato profissional como substituto processual em benefício dos reclamantes, fica caracterizada a litispendência. Proc. 9349/00 - Ac. SE 1336/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENUNCIADO N. 331, IV, DO C. TST. LITISCONSÓRCIO PASSIVO. RECLAMADA EMPREGADORA QUE NÃO COMPARECE À AUDIÊNCIA. NÃO SE FAZ SUBSTITUIR E NEM APRESENTA DEFESA. CONTESTAÇÃO OFERECIDA PELAS DEMAIS RECLAMADAS, TOMADORAS DE SERVIÇOS. REVELIA E CONFISSÃO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 74 DA SDI-I DO C. TST. Ainda que oferecida defesa pelas demais reclamadas, tomadoras dos serviços prestados pelo reclamante, não há como se afastar a revelia e confissão quanto à reclamada empregadora que não comparece à audiência, não se faz representar e não apresenta contestação. Com efeito, não há como se invocar a exceção do art. 320, I, do CPC seja porque incompatível com o art. 844 da CLT, seja porque não se aplica se existirem interesses distintos e opostos entre os réus litisconsortes, como é o caso. Ademais, não se pode admitir que empresas que alegam que "desconhece totalmente o reclamante com quem jamais manteve qualquer relação jurídica ou vínculo empregatício, não admitindo sequer que o mesmo tenha prestado serviços em suas propriedades" e que "não sendo, como jamais foi empregado da contestante, uma vez que a terceira reclamada, ora contestante, jamais o contratou, jamais exigiu prestação de quaisquer serviços, jamais lhe pagou salários, jamais lhe supervisionou, NUNCA lhe controlou supostos horários, tampouco lhe deu ordens ou subordinou hierarquicamente, não lhe concedendo qualquer tipo de benefício" possuam conhecimento de fato suficiente para apresentar defesa de mérito. Proc. 4/98 - Ac. SE 4187/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 28/1/2002, p. 65

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem

exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. HORAS EXTRAS. Comprovada a sobrejornada habitual através dos cartões de ponto e da prova testemunhal, são devidas as horas extras com adicionais e reflexos. MULTA NORMATIVA. Responde o reclamado pela multa decorrente do descumprimento da obrigação prevista em norma coletiva, de pagar corretamente as horas extraordinárias com os adicionais respectivos. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Conforme entendimento contido na Súmula n. 16 deste Eg. Tribunal, o índice de correção monetária do débito trabalhista é o do mês do efetivo pagamento. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Estando o reclamante assistido pelo sindicato profissional e tendo firmado declaração de miserabilidade na acepção jurídica do termo encontram-se preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70, sendo devidos os honorários advocatícios conforme entendimento constante dos Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. Proc. 11102/00 - Ac. SE 14286/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. A postulação contida na petição inicial deve ser clara, precisa e inequívoca como homenagem ao principio da lealdade processual. Havendo postulação de quantia sabidamente maior do que a devida, sem nenhuma menção ao recebimento de parte da importância pretendida, tem-se como caracterizada a litigância de má-fé. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. ABONO. Abono concedido em sentença normativa para compensar perdas salariais pretéritas não guarda proporcionalidade com a quantidade de meses trabalhados na vigência da sentença normativa que o estabeleceu. Proc. 9525/00 - Ac. SE 16670/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 81

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/2000 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. O indeferimento de perguntas formuladas pelas partes e tidas por irrelevantes encontra respaldado no disposto pelos arts. 765 da CLT e 130 do CPC, não se vislumbrando nisso a prática de cerceamento de defesa, mas tão-somente o exercício do poder de direção do processo. Preliminar rejeitada. VERBAS CONTRATUAIS E RESCISÓRIAS. FALTA DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE FURTO DOS DOCUMENTOS. Não apresentando o reclamado os comprovantes de pagamento dos títulos pleiteados pelo reclamante sob o argumento de não possui-los porque teriam sido furtados, cabia-lhe comprovar, no momento processual oportuno, tenha levado a "notitia criminis" ao conhecimento das autoridades responsáveis para a apuração do crime. Deixando de faze-lo, não há como se acolher tal argumentação. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PERÍODO NÃO COMPROVADO. Negada a prestação de serviços, cabe ao reclamante a produção de prova robusta para viabilizar o reconhecimento do vínculo empregatício no período pretendido. Não se desincumbindo desse ônus resta inviável a sua pretensão.

DOBRA SALARIAL. ART. 467 DA CLT. Havendo controvérsia quanto ao pagamento dos salários descabe a dobra salarial de que trata o art. 467 da CLT. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. CORREÇÃO MONETÁRIA. Não efetuado o pagamento na data limite, aplica-se a correção monetária com a incidência do índice do mês subseqüente ao da prestação dos serviços. Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-I do C. TST. Proc. 9209/00 - Ac. SE 19128/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 84

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes, trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vem exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Tem-se por correta a determinação de se observar para efeito de época própria da correção monetária o disposto no art. 459, parágrafo único, da CLT, à exceção das hipóteses em que o pagamento do salário ocorre no próprio mês da prestação de serviços. Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST e Súmula n. 16 do Egrégio TRT da 15ª Região. RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto à determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Embargos de declaração da reclamada que se acolhe apenas para o fim de acrescentar ao v. acórdão embargado o pronunciamento explícito acerca das matérias constantes da fundamentação, ficando o mesmo mantido. Proc. 11210/00 - Ac. SE 20297/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 115

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. EMPREGADOR EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO. CONVERSÃO DO RITO. CITAÇÃO POR EDITAL. POSSIBILIDADE. Em existindo nítida evidência de que está o empregador em local incerto e não sabido, não se aplica o contido no disposto no § 1º do inciso II do art. 852-B da CLT, a ensejar a extinção do processo sem julgamento do mérito e conseqüente arquivamento. Deve, nessa hipótese, o Juiz converter o feito para o rito ordinário e determinar a citação por edital, garantindo ao autor o direito de ação constitucionalmente previsto. Proc. 12468/02 - Ac. 2ª Turma 7507/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 4/7/2002, p. 18

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. PETIÇÃO INICIAL. DEFEITO. ARQUIVAMENTO DO FEITO. O procedimento sumaríssimo instituído pela Lei n. 9.957/00 não comporta assinalação de prazo para emenda da inicial a teor do disposto no art. 852-B, Consolidado. Inaplicabilidade do Enunciado n. 263, do C. TST. e art. 284, "caput", do CPC, por incompatibilidade com o novo rito processual. Proc. 28548/01 - Ac. 1ª Turma 17921/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 13/5/2002, p. 46

PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. PROTOCOLO INTEGRADO. RECURSO. Nos termos do inciso X, do art. 4º, do Capítulo UNI da CNC da Corregedoria Regional do TRT da 15ª Região (Provimento GP/CR n. 05/98), acrescentado pelo Provimento GP/CR n. 07/2000, estão excluídos do sistema de protocolo integrado as petições ou quaisquer outros expedientes referentes a processo em tramitação de rito sumaríssimo. Como o sistema de protocolo integrado não poderia ter sido utilizado, por tramitar o feito pelo Procedimento Sumaríssimo, o protocolo anterior não tem validade, devendo ser considerada a data em que o recurso foi apresentado perante o Juízo competente. Proc. 4770/02 - Ac. 2ª Turma 21526/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 13/5/2002, p. 154

PROCESSO

PROCESSO. EXECUÇÃO. EMBARGOS DO EXECUTADO. EXEGESE DO ART. 884 "CAPUT" DA CLT

COM REDAÇÃO DA MP n. 2.180-34. UNIFICAÇÃO DO PRAZO DE TRINTA DIAS. VIABILIDADE. A unificação do procedimento da liquidação da sentença na execução trabalhista pela Lei n. 10.035/00 que acrescentou os §§ 3º e 4º ao art. 879 da CLT, quando também envolver crédito do INSS, criou situação incontornável porque conservou os prazos do "caput" do art. 884 da CLT (cinco dias), para os embargos do executado e respectiva impugnação, porém, esqueceu-se de que os arts. 16 e 17 da Lei n. 6.830/80 que disciplina a execução fiscal, fixa prazo de trinta dias para o INSS embargar a execução e igual prazo para a autarquia impugnar os embargos do executado. De qualquer maneira, vê-se que, se mantidos os prazos, transformaria a execução trabalhista em uma balbúrdia. A MP n. 2.180-34, de 27/07/01, corrigiu a distorção quando alterou o "caput" do art. 884 da CLT, dando coerência e uniformidade ao procedimento da execução, fixando prazo único de trinta dias, para os embargos e respectiva impugnação. Agravo de petição da reclamada a que se dá provimento para considerar tempestivos os embargos do executada. Proc. 27850/01 - Ac. 5ª Turma 22525/02. Rel. Desig. José Antonio Pancotti. DOE 13/5/2002, p. 179

PROCESSO. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. IRREGULARIDADE DA INICIAL. SANEAMENTO. A extinção do processo, sem julgamento do mérito, por irregularidade da inicial, impõe o deferimento de prazo razoável para a parte sanear o defeito do libelo. Aplicação do art. 13 do CPC e Enunciado n. 263 do C. TST. Proc. 14975/00 - Ac. 1ª Turma 3186/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

PROCESSO DE EXECUÇÃO

PROCESSO DE EXECUÇÃO. CONSTATAÇÃO DE ATO SIMULADO. COLUSÃO. POSSIBILIDADE DE ACOLHIMENTO PELO JUIZ. Se em face do estágio adiantado do feito e do tempo exaurido não é mais possível utilizar a Ação Rescisória para desconstituir o título executivo havido no processo de conhecimento, mas pelos termos da petição inicial e dos elementos dos autos salta aos olhos a existência de colusão entre as partes, a existência de coisa julgada não deve impedir que em nome da paz social e da ordem jurídica possa o Juiz obstar que "as partes" pratiquem ato simulado a fim de conseguir vantagem, prejudicando terceiros. Os arts. 125, 129 e 131 do CPC, a par de conferirem ao Juiz ampla liberdade na apreciação da prova, autorizam a prevenir e reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça. A possibilidade da incidência da norma processual civil relativa à fase cognitiva (art. 129 do CPC) no processo de execução reforça-se pelo teor do disposto no art. 598 do mesmo diploma legal, ao prever aplicação subsidiária à execução dos preceitos previstos no processo de conhecimento, inexistindo qualquer incompatibilidade ou vedação à declaração da prática de ato simulado ou colusão na execução, caso contrário, o Estado-Juiz não cumpriria a sua missão de reprimir e obstar a prática de ato simulado. Correto o julgado de origem que com fundamento no art. 129, do CPC, declarou extinta a execução ante a ausência manifesta do interesse processual. Proc. 5153/02 - Ac. 3ª Turma 2213/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 23/5/2002, p. 18

PROCESSO DO TRABALHO

PROCESSO DO TRABALHO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 515, CPC. Afastada a inépcia decretada pela origem, mas não se tratando de matéria exclusivamente de direito, envolvendo, sim, matéria fática e documental, impõe-se o retorno dos autos à origem, para apreciação do mérito dos pedidos. Incabível a utilização subsidiária do art. 515, § 3º, CPC, sob pena de supressão de instância. Proc. 1693/97 - Ac. 3ª Turma 27832/02. Rel. Luciane Storel da Silva. DOE 15/7/2002, p. 130

PROCESSO DO TRABALHO. CONTINÊNCIA PELA CAUSA DE PEDIR. VIABILIDADE. PROCESSO CONTINETE COM DECISÃO TRÂNSITADA EM JULGADO. COISA JULGADA. CONFIGURAÇÃO. A doutrina é expressiva em refutar conceito de continência do art. 104 do CPC, porque a figura processual não se restringe ao estreito modelo ali delineado, podendo caracterizar-se também pela causa de pedir quando uma se funda em dois ou mais contextos de fatos e a outra, num só (Dinamarco). Assim, se em ação anterior o autor pugna por horas extras a pretexto de excesso ao limite de cinco horas diárias e em nova ação deduz igual pretensão, agora, por excesso à sexta hora diária, a causa de pedir desta está contida naquela, está caracterizada a continência de ações. Havendo decisão com trânsito em julgado no feito o continente, este segundo processo (o contido), deve ser extinto sem julgamento do mérito (art. 267, IV e V do CPC), por haver coisa julgada, já que a causa de pedir é que delimitará o conteúdo da coisa julgada. Proc. 25098/97 - Ac. 2ª Turma 4659/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 18/2/2002, p. 8

PROCESSO TRABALHISTA

PROCESSO TRABALHISTA. O art. 1.531 do CC não tem aplicabilidade na esfera trabalhista, haja vista sua incompatibilidade com o princípio protetor regente das relações laborais - a regra civil pressupõe a igualdade jurídica dos contratantes. Proc. 9129/00 - Ac. SE 10639/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO. MENOR PÚBERE NÃO ASSISTIDO. NULIDADE DO INSTRUMENTO. É nula a procuração por instrumento particular outorgada por menor de dezoito anos sem a assistência de seu representante legal ainda que demonstre maturidade e consciência de seus atos, por imperativo legal. Proc. 28989/01 - Ac. 5ª Turma 16496/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

PROCURAÇÃO. NATUREZA E EXTENSÃO. O juiz tem o poder/dever de dirigir o processo e tomar as medidas acautelatórias que julgar necessárias (CLT, 765). A determinação para que os advogados dos reclamantes carreiem aos autos procurações atualizadas para o levantamento do numerário de seus clientes, após 24 anos de tramitação do feito, é uma cautela que não ofende direito líquido e certo dos causídicos. A procuração, mesmo que não contenha prazo de validade, não é eterna e, no caso concreto, há prova do falecimento de vários obreiros no curso da demanda, o que justifica a precaução tomada. Proc. 1416/97-MS - Ac. SE 1196/02-A. Rel. Fany Fajerstein. DOE 11/10/2002, p. 5

PROCURAÇÃO. PODERES PARA O FORO EM GERAL. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL REGULAR. RECURSO CONHECIDO. Tendo a procuração juntada aos autos conferido ao subscritor do recurso poderes amplos e ilimitados para o foro em geral, sendo assegurado os poderes da cláusula "ad judicia", é inequívoca a habilitação do subscritor para recorrer da decisão de origem. Preliminar de não conhecimento afastada para ser conhecido o recurso. Proc. 15337/00 - Ac. 1ª Turma 15018/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 31

PROFESSOR

PROFESSOR. ENQUADRAMENTO SINDICAL. AUSÊNCIA DE PROVAS DO EFETIVO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O enquadramento do empregado como "professor" prescinde da comprovação do efetivo exercício das funções típicas do magistério, v.g. orientação pedagógica e suporte técnico ao desenvolvimento intelectual e psicológico dos alunos. Não comprovadas tais atribuições contratuais, tipicamente fixadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394/96), não há como se reconhecer a pretensão do reclamante, de ver-se beneficiado com os direitos decorrentes da negociação coletiva levada a efeito pela entidade sindical diferenciada. Proc. 2933/00 - Ac. 2ª Turma 867/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 30

PROFESSOR. GARANTIA DE SALÁRIOS. NORMA COLETIVA. Deferem-se ao professor os salários do semestre, como garantia pela dispensa sem justa causa, quando os requisitos da norma coletiva que criou o benefício foram integralmente cumpridos. Proc. 35764/01 - Ac. 1ª Turma 3945/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 6

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. SALÁRIO. SUBVENÇÃO PELO EMPREGADOR. COMPENSAÇÃO COM ENCARGOS TRABALHISTAS. IMPOSSIBILIDADE. Não guardando relação com a relação contratual, os empréstimos tomados do empregador pelo empregado não têm natureza trabalhista. Proc. 9067/00 - Ac. SE 10894/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO

PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. TRANSAÇÃO. Em virtude dos princípios que norteiam

o Direito do Trabalho, a transação de direitos, ou a sua renúncia, devem ser admitidas como exceção. Por isso mesmo, a doutrina e a jurisprudência não acolhem a interpretação extensiva do ato pelo qual o trabalhador se despoja dos direitos que lhe são assegurados (renúncia) ou quando sobre os mesmos transaciona. A renúncia e a transação somente podem ser manifestadas mediante atos explícitos (Süssekind). Conseqüentemente, não é facultado, nem ao intérprete nem ao aplicador da lei, presumir a ocorrência de manifestação volitiva relativa a direitos não explicitamente registrados no instrumento formalizador de qualquer uma dessas figuras. A vontade dos transatores não pode ser estendida para além dos termos em que foi feita. Em seara trabalhista, as transações formalizadas nos programas de desligamento voluntário têm validade jurídica, somente, para as parcelas neles especificadas e quitadas, de forma explícita, no termo rescisório. Nula, portanto, é a sentença que estendeu aos títulos pleiteados na inicial os efeitos da coisa julgada, por considerar que a quitação das parcelas presentes no texto do PDV extinguiria os direitos por esse programa não contemplados. Proc. 2138/02 - Ac. 4ª Turma 20320/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 26/9/2002, p. 113

PROPRIEDADE DE BEM MÓVEL

PROPRIEDADE DE BEM MÓVEL. A prova de propriedade de veículo não se faz exclusivamente pelo cadastro efetivado junto ao CIRETRAN. Demonstrado nos autos que era o executado, e não a embargante, quem, frente a todos, se mostrava como proprietário do bem, tal situação se sobrepõe ao quanto consignado no documento do veículo. Afinal, a propriedade do veículo, bem móvel, pode ser adquirida pela mera tradição, conforme art. 620 do CC. Proc. 18338/02 - Ac. 2ª Turma 21889/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 3/10/2002, p. 8

PROTOCOLO INTEGRADO

PROTOCOLO INTEGRADO. NORMA DA CORREGEDORIA REGIONAL. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ORDINÁRIO. Indefere-se o processamento do Recurso Ordinário se, ao tempo em que foi interposto, por intermédio do protocolo integrado, a norma que excepcionava a medida para o procedimento sumaríssimo encontrava-se em vigor, ainda que, posteriormente, tenha sido revogada. Proc. 8339/02 - Ac. 1ª Turma 3920/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/6/2002, p. 5

PROVA

PROVA. Constatada contrariedade entre a prova documental e as alegações da reclamante, bem como contradição nos depoimentos das testemunhas, resultando no comprometimento de sua credibilidade, não há como se acolher o inconformismo, à falta de melhores elementos de convicção. Proc. 10795/00 - Ac. SE 14225/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

PROVA. DE PERÍODO SEM REGISTRO. É imprescindível para o reconhecimento de período sem registro a existência de prova robusta, com parâmetros seguros para fixação do início da prestação de serviços. Em vista disso, é fundamental que a testemunha mencione a data aproximada em que o reclamante começou a trabalhar. Se isso não ocorre, é irrelevante, para esse fim, que o depoente afirme ter laborado junto com o reclamante. Proc. 31527/01 - Ac. 5ª Turma 16512/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

PROVA. FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO. Incumbe à reclamante comprovar o fato constitutivo de seu direito, sem o que não merece acolhida a reclamação trabalhista. Proc. 131/00 - Ac. SE 10742/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

PROVA. ÔNUS. APTIDÃO. Não se deve cristalizar as regras atinentes ao ônus probatório, mas, antes, atender ao princípio da aptidão da prova, de modo que cabe a prova à parte que melhores condições tem para produzi-la. Proc. 33596/01 - Ac. 1ª Turma 25167/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 44

PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818

da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. CUSTAS PROCESSUAIS. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE CONDENAÇÃO EM PECÚNIA. IRRELEVÂNCIA. RESPONSABILIDADE DO RECLAMADO. A lei processual, ao atribuir ao vencido a responsabilidade pelo pagamento das custas processuais, não exige que a condenação do réu tenha sido em pecúnia; ao revés, ao vencido compete sempre o encargo em comento, qualquer que seja a natureza da condenação. Tal era, aliás, a melhor exegese do art. 789, § 4º, CLT, antes da sua reforma legislativa. O próprio dispositivo consolidado, agora com nova redação dada pelo Diploma n. 10.537 de 27/08/02, impõe a condenação do vencido ao pagamento de custas mesmo nas hipóteses de ação declaratória ou de ação constitutiva, nos termos do seu inciso III e de seu § 1º. Proc. 22880/02 - Ac. 2ª Turma 27667/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 25

PROVA. ÔNUS. FATOS CONSTITUTIVO E EXTINTIVO DO DIREITO. Do empregador é o ônus probatório dos fatos que contrapõe, como extintivos do direito pleiteado, enquanto que do trabalhador é o encargo de provar os fatos que relata como constitutivos do mesmo direito reclamado - CLT, art. 818, e CPC, art. 333, incisos I e II. Proc. 15451/00 - Ac. 1ª Turma 4142/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

PROVA. PENA DE CONFISSÃO. ELISÃO. A aplicação da pena de confissão atua sobre os fatos controvertidos na demanda e dela decorre a presunção de veracidade da versão apresentada pela parte contrária, podendo, entretanto, tal presunção, ser elidida pelas demais provas constantes dos autos, desde que incontestavelmente contrárias à conclusão que a confissão fez produzir. Proc. 9308/00 - Ac. SE 17694/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 39

PROVA. PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO JUÍZO. DECISÃO CONTRÁRIA. POSSIBILIDADE. A perícia nada mais é do que um dos elementos de prova, voltados para a formação da convicção no Órgão Julgador, razão pela qual, a ela não fica adstrito o Juízo. Ao prolatar a sentença, este último deve pautar-se na valoração do conjunto, sem perder de vista o comando inserto no art. 131 do CPC. Desse modo, perfeitamente possível decisão contrária ao laudo pericial, pois se assim não for, estar-se-á dando poderes decisórios ao técnico não investido na competência jurisdicional. Proc. 10177/02 - Ac. 2ª Turma 21236/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 104

PROVA. PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO JUÍZO. VALORAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. A perícia nada mais é do que um dos elementos de prova, voltados para a formação da convicção no Órgão Julgador, razão pela qual, a ela não fica adstrito o Juízo. Ao prolatar a sentença, este último deve pautar-se na valoração do conjunto, sem perder de vista o comando inserto no art. 131 do CPC. Proc. 8415/02 - Ac. 2ª Turma 21254/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 105

PROVA. PRESTÍGIO DA PROVA ORAL SOBRE A DOCUMENTAL. CONJUNTO PROBATÓRIO. VALORAÇÃO. PREVALECIMENTO. Deve prevalecer a prova testemunhal sobre a documental, sempre que, analisada à luz do conjunto probatório e segundo o princípio da persuasão racional, com ele se mostre conforme, segundo as conclusões do Julgador, já que o destinatário da prova não é outro senão o Órgão Jurisdicional, seja colegiado, seja monocrático. Atentando-se também que nesta Justiça Especializada prevalece a realidade dos fatos. Proc. 14994/02 - Ac. 2ª Turma 32314/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

PROVA. TESTEMUNHAL. ALTERNÂNCIA COMO RECLAMANTES EM AÇÕES DIVERSAS. SUSPEIÇÃO. Não torna suspeita a testemunha o simples fato de estar movendo reclamação trabalhista contra o mesmo empregador (Enunciado n. 357, C. TST), exigindo-se para a configuração da suspeição demonstração convincente do interesse no deslinde da ação. Mesmo a denominada 'troca de favores' entre as testemunhas não deve ser causa de acolhimento da contradita" (em Curso de Processo do Trabalho: perguntas e respostas sobre assuntos polêmicos em opúsculos específicos, n. 6, LTr, 1997, pág. 69.37), cumprindo ao julgador considerar esse pormenor como elemento de valoração da prova examinada; jamais, no entanto, rejeitar o testemunho. Proc. 11907/00 - Ac. SE 25969/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 69

PROVA. VALORAÇÃO. DOCUMENTAL X TESTEMUNHAL. Atento a que o sentido das provas é o de fazer emergir a verdade, não cabe tarifar, sem mais, a documental como de maior valor probatório que a testemunhal, questão já amplamente superada em sede trabalhista, onde não se pode ignorar a condição de fragilidade do trabalhador, frente ao seu dador de serviço, pena de se pretender e/ou contentar com uma caricatura de justiça, e não em lutar para que se realize a justiça. Proc. 18769/02 - Ac. 1ª Turma 18410/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 19/9/2002, p. 16

PROVA ORAL

PROVA ORAL. SOPESAMENTO EM CONSONÂNCIA COM OS DOCUMENTOS JUNTADOS AOS AUTOS. REDUÇÃO DOS INTERVALOS. Se o ônus da prova incumbe a quem alega, não se pode admitir que, não obstante a juntada dos cartões de ponto, pela reclamada, privilegiou o julgado a prova oral produzida em audiência, inclusive prestigiando a inquirição das duas primeiras testemunhas em detrimento da terceira (todas do autor), sem qualquer justificativa, esta última tendo se posicionado em consonância com os documentos juntados. Tal inconsistência fica clara, não apenas porque a prova documental indica realidade diversa e tem o respaldo do depoimento da 3ª testemunha, mas sobretudo porque a análise cuidadosa dos 1º e 2º depoimentos demonstra a intenção dos primeiros testigos de favorecer o autor. Destarte, não se pode considerar os primeiros testemunhos, prevalecendo, nestes termos, os documentos acostados que, em consonância com a terceira testemunha obreira, apontam a fruição de uma hora de intervalo. Proc. 39293/00 - Ac. 5ª Turma 7014/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

PROVA ORAL. SUSPEIÇÃO. TESTEMUNHA QUE DEMANDA CONTRA A MESMA RECLAMADA. Se a testemunha apresentada pelo autor, move reclamação trabalhista contra a mesma reclamada, há de ser considerada suspeita, pois possui interesse no resultado da lide, especialmente, no caso desses autos, em que o autor dessa ação está arrolado como testemunha no processo em que seu testigo demanda contra a ré. VINCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL AUTÔNOMA. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. IMPROCEDÊNCIA. A subordinação jurídica exigida pelo Direito Brasileiro para caracterização do contrato de emprego, em detrimento do contrato de representação firmado entre as partes, implica na existência efetiva da direção e comando da força do trabalho nas mãos do empregador, no controle do cumprimento do trabalho, no exercício da disciplina na hipótese de descumprimento da obrigação contratualmente assumida, que não é o caso dos autos. Pretender descaracterizar uma avença de trabalho autônomo, da qual se aproveitou durante anos, caracteriza afronta aos princípios basilares do Direito, com a qual o Poder Judiciário não pode assentir. Proc. 32291/00 - Ac. 5ª Turma 11726/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 4

PROVA TESTEMUNHAL

PROVA TESTEMUNHAL. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO DE OITIVA. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. Tendo sido concedido às partes o prazo de cinco dias para dizerem se pretendiam a produção de outras provas, com a expressa determinação de que, no silêncio, estaria encerrada a instrução processual, não pode a reclamada alegar cerceamento de defesa, se deixou transcorrer "in albis" tal prazo. Recurso conhecido e não provido neste aspecto. Proc. 13485/00 - Ac. 1ª Turma 3098/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 28

PROVA TESTEMUNHAL. ÚNICA TESTEMUNHA. VALIDADE. Pelo princípio da persuasão racional, cabe ao juiz a livre apreciação das provas, devendo apenas fundamentar as razões pelas quais privilegiou umas em detrimento de outras. Nesse sentido, a moderna concepção a respeito da prova testemunhal acabou com aquela ultrapassada perspectiva segundo a qual uma única testemunha era sempre insuficiente para provar certo fato. A prova testemunhal não é quantitativa, mas sim qualitativa, de modo que o que prevalece, na sua apreciação, não é a quantidade de pessoas que a produziram, mas sim a robustez das informações por elas prestadas. Uma única e singela testemunha pode ser de maior utilidade do que três, trazidas pela parte contrária, desde que sua narrativa seja sólida e coerente com os fatos a serem provados. Proc. 18962/01 - Ac. 3ª Turma 2896/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/5/2002, p. 21

PROVAS

PROVAS. Havendo elementos nos autos suficientes à livre formação de sua convicção, está o juiz autorizado a recusar a produção de outras provas, mormente se nada acrescentarem de novo ao feito. Proc. 28867/99 - Ac. SE 17834/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 43

PUNIÇÃO DISCIPLINAR

PUNIÇÃO DISCIPLINAR. INDISCIPLINA. JUSTIFICATIVA DE FALTAS AO SERVIÇO. VALIDADE.

O descumprimento de norma interna da empresa, ainda que não traduzida em regulamento interno escrito, caracteriza a indisciplina do empregado e justifica a aplicação de sanção disciplinar, para a correção do desvio funcional apurado. Proc. 13948/00 - Ac. 1ª Turma 3058/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 27

PVD

PVD. PREVISÃO COLETIVA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. Assegurada, no Direito Coletivo, indenização para o PDV; incumbe ao Julgador examinar a procedência ou improcedência da pretensão respectiva e não julgar extinto o pedido. Proc. 20735/00 - Ac. 2ª Turma 30518/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 212

QUEBRA DE CAIXA

QUEBRA DE CAIXA. NATUREZA JURÍDICA. Correta a qualificação concebida pelo Enunciado n. 247 do TST, pois, a indenização se destina à reparação de danos, enquanto a quebra de caixa se destina a remuneração habitual e periódica do trabalhador e poderá cobrir eventual dano. Este aspecto da eventualidade do dano descaracteriza a natureza indenizatória do título. Proc. 18859/00 - Ac. 2ª Turma 18612/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

RAZÕES RECURSAIS

RAZÕES RECURSAIS. CÓPIA DA RÉPLICA APRESENTADA EM 1ª INSTÂNCIA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Considerando-se que as razões recursais são exatamente a cópia da réplica apresentada em 1ª instância, deixando o autor-recorrente de se insurgir contra a fundamentação expendida na r. sentença recorrida, limitando-se a protocolizar peças idênticas, mudando apenas o título, tal não pode ser considerado como tese recursal pela qual os motivos da irresignação deveriam ter sido apresentados, razão pela qual há que se negar provimento ao recurso ordinário, mantendo-se a decisão de origem. Proc. 38533/00 - Ac. 5ª Turma 10745/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 240

RAZÕES RECURSAIS. GENÉRICAS. REMISSÃO ÀS RAZÕES JÁ APRESENTADAS E ANALISADAS PELO JUÍZO DE ORIGEM. INADMISSIBILIDADE. A parte, ao recorrer, deve identificar o objeto e os motivos de sua irresignação e não, por comodismo, remeter o julgador "ad quem" às razões já apresentadas e já devidamente analisadas pelo Julgador "a quo". Da mesma maneira em que é vedada a defesa por mera negativa também não se admite recurso genérico. Resta ausente o motivo pelo qual o recurso foi interposto porque não apresentados os fundamentos pelos quais pretende a agravante modificar o julgamento. Proc. 18959/02 - Ac. 4ª Turma 25875/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 31/10/2002, p. 16

REAJUSTES ESPONTÂNEOS

REAJUSTES ESPONTÂNEOS. COMPENSAÇÃO COM PERCENTUAIS ESTIPULADOS EM NORMA COLETIVA. Demonstrado que a pretensão salarial dos empregados pendia de julgamento de dissídios coletivos, resulta claro que os reajustes espontaneamente concedidos possuem natureza de antecipação, conclusão que é reforçada pelo fato de haver nas normas coletivas que superaram tais dissídios autorização expressa para a compensação entre os índices de reajuste através delas estipulados e aqueles outros. Sendo assim, negar-se o direito à compensação pretendida na defesa seria patrocinar o enriquecimento sem causa ao que não pode se prestar o Poder Judiciário. ENTE PÚBLICO TOMADOR DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA. Conforme entendimento contido nos incisos II e III do Enunciado n. 331 do C. TST, não é possível o reconhecimento de vínculo empregatício com o ente público tomador de serviços de vigilância, não havendo de se cogitar na sua responsabilidade solidária. Proc. 30245/99 - Ac. SE 22240/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 170

RECIBO DE QUITAÇÃO

RECIBO DE QUITAÇÃO. AVENÇA QUANTO A DIREITOS DO CONTRATO DE TRABALHO. LEGÍTIMA TRANSAÇÃO. VALIDADE. Do recibo de quitação formalizado pelo reclamante, ficou evidenciada a

manifesta intenção do reclamante em formalizar avença visando a quitação de alguns direitos oriundos do extinto contrato de trabalho, de modo que não há que se cogitar em renúncia a direitos trabalhistas, mas sim em legítima transação, eis que se encontravam presentes todos os requisitos do ato jurídico perfeito (agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei), sem a coexistência de qualquer vício de consentimento. Proc. 15495/00 - Ac. 1ª Turma 13524/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 8/4/2002, p. 61

RECLAMATÓRIA

RECLAMATÓRIA. PERANTE O TRIBUNAL DA JUSTIÇA DESPORTIVA. NÃO INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. O procedimento reclamatório na justiça desportiva não interrompe a prescrição, porque não há citação como delineada no art. 213, do CPC e também o ato extrajudicial de que trata o art. 172, V do CCB é do devedor e não do credor. Proc. 10545/02 - Ac. 4ª Turma 21442/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 3/10/2002, p. 22

RECOLHIMENTO DE CUSTAS

RECOLHIMENTO DE CUSTAS. COMPLEMENTAÇÃO. PRAZO. No que se refere às custas, o art. 789, § 4º, da CLT determina prazo de 5 dias, a contar da data da interposição do apelo, para a juntada do comprovante de recolhimento. Daí se infere que eventual complementação de valores deve ocorrer dentro daquele lapso, sob pena de deserção do recurso. Proc. 36057/01 - Ac. 5ª Turma 32225/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

RECOLHIMENTO DE CUSTAS. PRAZO. Determina o art. 789, § 4º, da CLT o prazo de 5 dias, a contar da data da interposição do recurso, para a juntada do comprovante de recolhimento das custas processuais. Referido prazo deve ser observado, sob pena de deserção. Proc. 242/00 - Ac. 5ª Turma 32216/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

RECOLHIMENTOS FISCAIS

RECOLHIMENTOS FISCAIS. PREVIDENCIÁRIOS. DESCONTOS LEGAIS. Os valores referentes a esses recolhimentos devem ser descontados do crédito da reclamante, pois a obrigação de pagar tanto a previdência como o imposto de renda recai sobre aquele que auferir os valores tributáveis, ficando a reclamada responsável pelo cálculo, dedução e recolhimento dos valores do imposto de renda e da contribuição previdenciária deduzidos do crédito do reclamante (art. 46, § 2º, da Lei n. 8.541/92, Provimentos ns. 02/93 e 01/96, ambos da CGJT), somente por ocasião do efetivo pagamento do valor da condenação, pois é esse o seu fato gerador, devendo ser utilizada a tabela vigente no mês do pagamento. Proc. 10526/00 - Ac. SE 14222/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. DESCONTO SOBRE O VALOR DEVIDO AO EMPREGADO. LEIS NS. 8.541 E 8.212/91. A dedução das parcelas previdenciárias deve ser efetivada em função do disposto nas Leis de ns. 8.541 e 8.212/91. Ademais, há de se considerar que os recolhimentos previdenciários devem ser efetuados observando-se, ainda, o disposto pelo Provimento n. 02, de 18/08/93, da CGJT, ressaltando-se que as questões tributárias (previdenciárias e fiscais) têm sua resolução em época própria, uma vez que reguladas por leis que não retroagem ao tempo do devido recolhimento original (regime de competência), mas por dispositivos legais em vigor por ocasião do efetivo pagamento dos tributos (regime de caixa). Proc. 38003/00 - Ac. 5ª Turma 22809/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 189

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. DESCONTO SOBRE O VALOR DEVIDO AO EMPREGADO. LEIS NS. 8.541 E 8.212/91. A dedução das parcelas previdenciárias deve ser efetivada em função do disposto nas Leis ns. 8.541 e 8.212/91, não havendo previsão legal para que a reclamada arque integralmente com os valores previdenciários. Ademais, há de se considerar que os recolhimentos previdenciários devem ser efetuados observando-se, ainda, o disposto pelo Provimento n. 02, de 18/08/93, da CGJT. Com efeito, do crédito devido ao

reclamante deverá ser descontada a contribuição previdenciária da parte que lhe couber como empregado. Proc. 35460/01 - Ac. 5ª Turma 25580/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 57

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. E FISCAIS. DESCONTO SOBRE O VALOR DEVIDO AO EMPREGADO. LEIS NS. 8.541/92 E 8.212/91 E ENUNCIADO N. 14 DO TRT/15ª REGIÃO. A dedução das parcelas previdenciárias deve ser efetivada em função do disposto nas Leis de ns. 8.541/92 e 8.212/91. Ademais, há de se considerar que os recolhimentos previdenciários devem ser efetuados observando-se, ainda, o disposto pelo Provimento n. 02, de 18/08/93, da CGJT, ressaltando-se que as questões tributárias (previdenciárias e fiscais) têm sua resolução em época própria, uma vez que reguladas por leis que não retroagem ao tempo do devido recolhimento original (regime de competência), mas por dispositivos legais em vigor por ocasião do efetivo pagamento dos tributos (regime de caixa). Nesse sentido, o Enunciado n. 14 deste Regional. Proc. 9858/02 - Ac. 5ª Turma 17626/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. IMPOSTO DE RENDA: Os valores referentes a esses recolhimentos devem ser descontados do crédito do reclamante, pois a obrigação de pagar tanto a previdência como o imposto de renda recai sobre aquele que auferir os valores tributáveis, ficando a reclamada responsável pelo cálculo, dedução e recolhimento dos valores do imposto de renda e da contribuição previdenciária deduzidos do crédito do reclamante (art. 46, § 2º, da Lei n. 8.541/92, Provimentos ns. 02/93 e 01/96, ambos da CGJT), somente por ocasião do efetivo pagamento do valor da condenação, pois é esse o seu fato gerador, devendo ser utilizada a tabela vigente no mês do pagamento. Proc. 25198/99 - Ac. SE 10727/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS. Os descontos previdenciários devem ser recolhidos na forma prevista no art. 68, § 4º, do Decreto n. 2.173/97 e Ordem de Serviço INSS/DAF n. 66 de 10/10/97, calculados mês a mês. Proc. 36055/01 - Ac. 5ª Turma 29649/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 186

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO. VALIDADE DO REGISTRO. Constatada, pela prova dos autos, a existência dos requisitos configuradores da relação empregatícia, não há razão jurídica para a anulação do respectivo registro na CTPS - obrigatório, por lei (CLT, art. 13) - necessário ao exercício de qualquer emprego. Irregularidades e atos ilícitos, eventualmente praticados pelo Síndico do Condomínio réu, mesmo sendo este esposo da reclamante, devem ser apurados na esfera judicial própria, não tendo o condão de infirmar o contrato laboral. Proc. 31459/00 - Ac. 4ª Turma 7252/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 4/3/2002, p. 15

RECONVENÇÃO

RECONVENÇÃO. E CONTESTAÇÃO. ARGÜIÇÃO CONJUNTA NA MESMA PEÇA. POSSIBILIDADE. Considerando-se que, no processo trabalhista, admite-se a defesa oral (CLT, art. 847), a eventual reconvenção que a acompanhe também por este meio poderá ser externada; logo, não há por que repudiá-la caso, oferecida que seja sob a forma escrita, esteja inserida na mesma peça da contestação, até porque, ademais, deste proceder não resultará prejuízo efetivo à parte adversa (CLT, art. 794). Proc. 5686/02 - Ac. 2ª Turma 2519/02-PATR. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 23/5/2002, p. 11

RECURSO

RECURSO. A proibição da "reformatio in pejus" não é absoluta, pois não constitui óbice em relação às questões de ordem pública, as quais podem ser alegadas ou examinadas a qualquer tempo e grau de jurisdição. Tais matérias, por força do efeito translativo inerente aos recursos, não se encontram acobertadas pela preclusão, cabendo ao julgador examiná-las até mesmo de ofício. Inteligência do art. 267, § 3º, do CPC. Proc. 17180/02 - Ac. 5ª Turma 30542/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 6/12/2002, p. 31

RECURSO. DE MULTA. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL E OU REGIMENTAL. A admissibilidade dos recursos está subordinada ao preenchimento dos pressupostos

subjetivos e objetivos, sendo que no caso verifica-se que falta o pressuposto objetivo de adequação da medida processual, pois o recurso cabível seria o de revista, mesmo porque, não existe em nosso sistema processual o recurso de multa. A multa por interposição de embargos declaratórios protelatórios, por deter nítida natureza processual, não pode ser atacada pelo meio escolhido pela recorrente. Proc. 964/01-RM - Ac. SE 315/02-A. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 11/3/2002, p. 3

RECURSO. DEFESA QUE NÃO OBSERVOU O PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece do recurso, cujos fundamentos caracterizam-se como verdadeira inovação recursal, posto que, ao apresentar a defesa, deixou a parte de observar o princípio da eventualidade. PENHORA DE BENS PÚBLICOS. ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1º DO DECRETO LEI N. 509/69 E ART. 173, § 1º, DA CF/88. Tratando-se a ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS, de empresa pública, pessoa jurídica de Direito Privado criada por lei específica, com capital exclusivamente público, que realiza atividades de interesse público, nos moldes da iniciativa particular, é regida por preceitos comerciais. De conformidade com o art. 1º do Decreto lei n. 509/69, é empresa estatal por excelência, constituída, organizada e controlada pelo Poder Público, na qualidade de empresário. Como ente paraestatal, sujeita-se aos controles administrativos do Poder Público e, ao mesmo tempo, àqueles que dizem respeito às entidades da iniciativa privada (§1º do art. 173 da CF/88, com a redação dada pela EC n. 19/98). Submete-se, portanto, às regras da execução trabalhista, não lhe sendo aplicável o art. 100 da CF/88. Proc. 27756/02 - Ac. 2ª Turma 30746/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/12/2002, p. 5

RECURSO. DESERÇÃO. IRREGULARIDADE DO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. Irregularidade no preenchimento do código da receita para recolhimento das custas processuais implica a deserção do apelo. Proc. 15479/00 - Ac. 1ª Turma 4144/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

RECURSO. DESERÇÃO. IRREGULARIDADE NO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. A irregularidade no reconhecimento das custas processuais acarreta a deserção do apelo. Proc. 15720/00 - Ac. 1ª Turma 11019/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/3/2002, p. 63

RECURSO. DO INSS. ACORDO HOMOLOGADO SOBRE VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. IRREGULARIDADE NÃO DETECTADA. Cuida-se de transação e, como tal, há de se pressupor a presença de pelo menos dois dos seus elementos constitutivos: "res dubia" e concessões recíprocas. A transação, como é cediço, constitui forma lícita de terminar com os litígios. Valendo-se dela e através de mútuas concessões, as partes interessadas previnem ou extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas. Se é da própria essência da transação a existência de direitos controvertidos, é absolutamente regular que a composição se faça sobre um ou outro direito duvidoso, sem que se estabeleça estrita consonância com os demais títulos requeridos pelo autor em exordial. No universo da lide, é certo, muitas das pretensões podem não ser devidas ou, se devidas, podem ter entrado na composição como forma de concessão das partes para a ultimação do pacto. De todo modo, a marca da incerteza que circunda estes direitos não possibilita exata delimitação do que era exatamente devido e, muito menos, do que foi efetivamente transacionado. Na situação vertente, ademais, não se observam indícios de que o acordo tenha sido entabulado com o fim precípuo de lesar o fisco. Não se pode - "a priori" - presumir a má-fé dos transatores, só porque delimitaram as parcelas componentes da avença como sendo de natureza meramente indenizatória. Por outra, inobstante não tenha havido pedido em exordial da multa do art. 477 da CLT, entendo que não há óbice legal para que as partes ampliem - na transação - os limites objetivos da lide inicialmente fixados pelo autor na inicial, de modo a albergar outros direitos litigiosos oriundos do contrato de trabalho e que não restaram inseridos na ação. Proc. 20649/01 - Ac. 3ª Turma 1012/02-PATR. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 16/5/2002, p. 24

RECURSO. DO INSS. ACORDO HOMOLOGADO SOBRE VERBAS DE NATUREZA INDENIZATÓRIA. IRREGULARIDADE NÃO DETECTADA. Cuida-se de transação e, como tal, há de se pressupor a presença de pelo menos dois dos seus elementos constitutivos: "res dubia" e concessões recíprocas. A transação, como é cediço, constitui forma lícita de terminar com os litígios. Valendo-se dela e através de mútuas concessões, as partes interessadas previnem ou extinguem obrigações litigiosas ou duvidosas. Se é da própria essência da transação a existência de direitos controvertidos, é absolutamente regular que a composição se faça sobre um ou outro direito duvidoso, sem que se estabeleça estrita consonância com os demais títulos requeridos pelo autor em exordial. No universo da lide, é certo, muitas das pretensões podem não ser devidas ou, se devidas, podem ter entrado na composição como forma de concessão das partes para a ultimação do pacto. De todo modo, a marca da incerteza que circunda estes direitos não possibilita exata delimitação do que era

exatamente devido e, muito menos, do que foi efetivamente transacionado. Na situação vertente, ademais, não se observam indícios de que o acordo tenha sido entabulado com o fim precípuo de lesar o fisco. Não se pode - "a priori" - presumir a má-fé dos transatores, só porque delimitaram as parcelas componentes da avença como sendo de natureza meramente indenizatória. Mesmo porque, os títulos escolhidos pelas partes como parcelas integrantes do acordo encontram-se elencados em inicial e os valores a eles atribuídos são bastante razoáveis e, de resto, consentâneos com os valores pretendidos. Proc. 21435/01 - Ac. 3ª Turma 1023/02-PATR. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 16/5/2002, p. 25

RECURSO. DO INSS. CONTRA DECISÕES HOMOLOGATÓRIAS DE ACORDOS QUE CONTENHAM PARCELA INDENIZATÓRIA. NECESSÁRIA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUÍZO AO ERÁRIO PÚBLICO. A simples inclusão de verbas de natureza indenizatória em acordo homologado em Juízo não significa prejuízo ao erário público, sendo necessário para que se configure esta hipótese demonstre-se a exclusão de verbas de natureza salarial efetivamente devidas. Proc. 34544/01 - Ac. 5ª Turma 9650/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

RECURSO. IMPUGNAÇÃO GENÉRICA. Impugnação genérica, destituída de elementos de convicção, não tem o condão de infirmar os horários reconhecidos pela sentença recorrida. Em razões recursais, deve a parte explicitar todo o seu inconformismo, combatendo os fundamentos expostos no julgado de origem, cuja reforma pretende. Proc. 15710/00 - Ac. 1ª Turma 14911/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 27

RECURSO. INOVAÇÃO DA LIDE. VEDAÇÃO. ART. 128 DO CPC. Em sede recursal, é vedada à parte inovar a lide, com matéria não suscitada na defesa - CPC, art. 128. Proc. 13557/00 - Ac. 1ª Turma 6541/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 69

RECURSO. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância, o que constitui inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio (CPC, art. 303). "In casu", alega a reclamada que entende ser aplicável à espécie o posicionamento expresso no Enunciado n. 119, do C. TST, que reza: "Os empregados de empresas distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários não têm direito à jornada especial dos bancários (Resolução Administrativa n. 13/81, DJU 14/03/81)". No entanto, em sua contestação (fls. 111/120) verificamos que a recorrente não apresentou esse argumento, o que impossibilitou a análise do tema pelo Juízo "a quo". Proc. 28561/99 - Ac. SE 10604/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 50

RECURSO. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância. "In casu", a reclamada está defendendo tese de realização de contrato de empreitada, tese essa diversa da apresentada quando da fase cognitiva, incorrendo em inovação recursal, vedada pelo ordenamento pátrio. (CPC, art. 303). RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. A responsabilidade solidária entre subempreiteiro e empreiteiro principal encontra-se prevista no art. 455 da CLT, apresentando-se como tentativa do legislador de proteger os obreiros de fraudes trabalhistas, uma vez que na maioria esmagadora das vezes, o pequeno empreiteiro encontra-se inidôneo financeiramente, devendo por isso o empreiteiro principal correr os riscos de condenação solidária face à má escolha de seu intermediador de mão-de-obra, incorrendo em culpa "in contraendo" e culpa "in eligendo". Proc. 25742/99 - Ac. SE 10729/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

RECURSO. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância (CPC, art. 303). Proc. 31221/99 - Ac. SE 10851/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

RECURSO. INOVAÇÃO RECURSAL. Não se aprecia, em sede recursal, matéria não alegada na primeira instância. "In casu", a reclamada está suscitando a não ocorrência de subordinação jurídica na função de garçom, argumento distinto do apresentando em sua contestação de fls. 77/84, o que constitui inovação recursal, vedada pelo ordenamento jurídico pátrio (CPC, art. 303). Proc. 30237/99 - Ac. SE 22239/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 170

RECURSO. INSS COMO TERCEIRO INTERESSADO. DECISÃO HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO. PRAZO. O prazo para a interposição de recurso, pelo INSS, de decisão homologatória de acordo, é contado da intimação efetuada por via postal, aplicando-se-lhe, ademais, os privilégios previstos no art. 188, do CPC, e no inciso III, do art. 1º, do Decreto-lei n. 779/69. RECURSO "EX OFFICIO". AUTARQUIA NÃO INTEGRANTE DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. A hipótese prevista pelo inciso V, do art. 1º, do Decreto-lei n. 779/69, refere-se às decisões contrárias às pessoas jurídicas de direito público interno, quando integrantes

da lide. Não se aplica ao INSS, nas hipóteses em que este assume papel de terceiro interessado, não integrando qualquer um dos pólos da relação jurídica. Seus direitos, no entanto, ficam resguardados, uma vez que os arts. 831 e 832, da CLT, lhe garantem a possibilidade de recorrer das decisões homologatórias de acordos que contenham parcela indenizatória. Proc. 32187/01 - Ac. 5ª Turma 15625/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 50

RECURSO. INTERESSE RECURSAL. OBJETO DO APELO CONTEMPLADO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS OBJETIVOS. NÃO CONHECIMENTO. Dentre os pressupostos objetivos do recurso, está o interesse. Se a decisão de origem contempla o bem perseguido, ou a providência jurisdicional pleiteada nas razões recursais, falta-lhe o interesse, óbice intransponível para o conhecimento. Inteligência do art. 514, III, CPC. Proc. 8258/02 - Ac. 2ª Turma 2819/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 18

RECURSO. MATÉRIA INOVADORA. IMPOSSIBILIDADE. Na fase recursal, não se pode inovar a lide, tendo em vista as restrições impostas pelo art. 128 do CPC, de aplicação subsidiária no processo trabalhista. Proc. 15420/00 - Ac. 1ª Turma 4141/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. RAZÕES DIVORCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO. Embora os recursos trabalhistas possam ser interpostos por simples petição, com dispensa de formalidades, deve a parte recorrente, em suas razões recursais, demonstrar, de forma sistemática, os motivos de fato e de direito, através dos quais pretende a reforma do julgado, oferecendo os fundamentos do seu inconformismo em relação ao que ficou decidido. Não se pode admitir, por inócuo, recurso cujas razões encontram-se divorciadas dos fundamentos do julgado do qual se recorre, como no caso dos autos (Precedente - Processo 36.052/01-3). Proc. 25266/02 - Ac. 3ª Turma 29237/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 29/11/2002, p. 20

RECURSO. ORDINÁRIO. PRESSUPOSTO RECURSAL. PREPARO. DEPÓSITO RECURSAL. MOMENTO DO PREENCHIMENTO. Como conseqüência do princípio da eventualidade, os pressupostos recursais, sejam genéricos ou específicos, deverão, à exceção das custas, estar efetivamente preenchidos no momento da interposição, sob pena de não conhecimento. Tratando-se de recurso ordinário onde o recolhimento do depósito recursal deu-se a menor no momento de sua interposição, no último dia do prazo respectivo, tem-se por não satisfeito o pressuposto relativo ao preparo. SALÁRIO. PAGAMENTO "POR FORA". À falta de prova robusta do pagamento de valor "por fora", indefere-se a pretensão à sua integração ao salário. PRECLUSÃO. Não se manifestando a sentença de forma expressa sobre determinada matéria, cabe ao interessado interpor embargos de declaração sob pena de preclusão. CORREÇÃO MONETÁRIA. ÉPOCA PRÓPRIA. Conforme entendimento pacificado pela Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST, considera-se como época própria para efeito de correção monetária o mês subseqüente ao da prestação de serviços. DESCONTOS. LEGAIS. Conforme entendimento pacificado pelos Verbetes ns. 32 e 228 da Orientação Jurisprudencial da SDI-1 do C. TST, são devidos os descontos fixados nas sentenças trabalhistas a título de contribuição previdenciária e imposto de renda. Proc. 31425/99 - Ac. SE 1334/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 44

RECURSO. PREPARO. CUSTAS PROCESSUAIS. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. É deserto o recurso, quando a parte não recolhe as custas processuais fixadas na sentença recorrida - art. 789, § 4º, da CLT. Proc. 15725/00 - Ac. 1ª Turma 11903/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 9

RECURSO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO QUE SE DECIDIU. INADEQUAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. O recurso deve conter os fundamentos de fato e de direito com que o recorrente impugna a decisão. Se as razões recursais dirigem-se precipuamente contra o que não se decidiu, inviável se torna o exame do recurso. Ora, se a sentença julgou extinto o processo sem julgamento do mérito e a insurgência vem no sentido de debater somente questões meritórias - v.g. as provas colacionadas - não merece sequer conhecimento o recurso, por flagrante inadequação. PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. Proc. 14532/02 - Ac. 2ª Turma 32312/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 78

RECURSO. RENÚNCIA ANTERIOR Se o autor renuncia ao direito material pretendido não tem legitimidade nem interesse processual para recorrer de decisão que julgou improcedente a ação. No mínimo há preclusão. Proc. 1548/02 - Ac. 2ª Turma 19585/02. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 13/5/2002, p. 98

RECURSO ADESIVO

RECURSO ADESIVO. CABIMENTO. Julgada improcedente a ação, mas tendo sido reconhecida a responsabilidade subsidiária da segunda reclamada, com a sua manutenção no pólo passivo da relação processual, a apresentação de recurso ordinário pelo reclamante justifica a interposição de recurso adesivo pela segunda ré, na medida em que eventual acolhimento do recurso principal poderá atingir o seu patrimônio, emergindo daí o interesse processual, em face da potencial lesividade. Proc. 29209/01 - Ac. 1ª Turma 21868/02. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 13/5/2002, p. 159

RECURSO ADESIVO. INTERESSE EM RECORRER. Só é cabível o recurso adesivo se ambas as partes forem, reciprocamente, vencidas e vencedoras (art. 500, do CPC), se há apenas um vencedor, este não terá legítimo interesse processual de recorrer, não devendo ser conhecido o apelo adesivo. Proc. 25651/01 - Ac. 5ª Turma 29534/02. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 15/7/2002, p. 182

RECURSO ADESIVO. NÃO CONHECIMENTO. Ao optar a parte pela interposição de recurso ordinário, ela automaticamente elimina a possibilidade de manifestar seu inconformismo pela via adesiva, ilação esta que não se desnatura pelo só fato de o apelo principal vir porventura a ter seu processamento denegado. Proc. 14263/01 - Ac. 2ª Turma 8572/02. Rel. Manoel Carlos Toledo Filho. DOE 4/3/2002, p. 58

RECURSO ADESIVO. NECESSIDADE DO RECOLHIMENTO DE CUSTAS E DEPÓSITO RECURSAL. O recurso adesivo é uma modalidade do recurso ordinário, e deve observar os mesmos pressupostos de admissibilidade deste último, inclusive o recolhimento de custas, quando necessário. Proc. 9031/02 - Ac. 5ª Turma 23088/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/10/2002, p. 69

RECURSO ADESIVO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. Se a parte interpõe recurso autônomo, no prazo legal, esgota a pretensão de recorrer, de forma que não pode, por meio de recurso adesivo, suprir a ausência dos pressupostos de admissibilidade daquele, cujo processamento foi denegado. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. VEDAÇÃO DE VINCULAÇÃO COM O SALÁRIO MÍNIMO. CRITÉRIOS. O inciso IV do art. 7º da CF expressa total vedação a qualquer tipo de vinculação com o salário mínimo em vigor, razão pela qual há de se considerar essa diretriz incompatível com o disposto no art. 192 da CLT, pelo que deve-se considerar que este não foi por aquela recepcionado, ao menos nesse particular. Se o texto legal aplicável não mais vigora em sua integralidade, cabe ao Juiz, diante da lacuna, estabelecer a solução para o caso, em razão do princípio da indeclinabilidade da jurisdição. Para tanto, deve usar os meios supletivos definidos no art. 8º da CLT, o que admite o uso da analogia coma situação do § 1º do art. 193 que, de resto, é similar ao caso que se menciona, inclusive porque é a mesma a natureza de ambos os adicionais, ainda que motivados por fatores distintos. Cabe ao magistrado, portanto, e segundo diretriz interpretativa que vem sendo adotada pelo STF, estipular essa base de cálculo que, pelas razões assinaladas, deve ser o salário do próprio empregado. Aplicação do disposto nos incisos IV e XXIII do art. 7º da CF e dos Precedentes do STF ns. RE 265.129, RE 225.488, RE 237.965, RE 236.396-MG, AGRAG-233271. Proc. 16561/01 - Ac. 3ª Turma 6842/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 18/2/2002, p. 80

RECURSO DE OFÍCIO

RECURSO DE OFÍCIO. PERÍCIA IMPRESTÁVEL-ANULAÇÃO DETERMINADA. A devolução da matéria ao Tribunal autoriza, no âmbito do reexame necessário, a anulação do feito quando a perícia realizada revela-se imprestável para aferir a existência de agente insalubre, caracterizador do adicional deferido. Provimento da remessa oficial para anular o feito. Ordenada nova perícia, prejudicados os apelos voluntário do Município e adesivo da trabalhadora. Proc. 8921/00 - Ac. 1ª Turma 9444/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/7/2002, p. 9

RECURSO DO INSS

RECURSO DO INSS. CONTRA DECISÕES HOMOLOGATÓRIAS DE ACORDOS SEM

RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO INDIVIDUAL. É devida a contribuição previdenciária no importe de 20% pelo empregador quando o acordo homologado em juízo determinar o pagamento de verbas por mera liberalidade, sem o reconhecimento do vínculo empregatício, eis que neste caso estar-se-ia diante da figura do contribuinte individual. Proc. 26206/01 - Ac. 5ª Turma 16484/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

RECURSO ORDINÁRIO

RECURSO ORDINÁRIO. Não se presta a via do recurso ordinário para sanar omissão de que possa estar acometida a sentença e muito menos a forçar o Juízo "a quo" ao exame de questão eventualmente não apreciada. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Não caracterizados os elementos do art. 461 da CLT, e demonstrado o desempenho de funções hierarquicamente diferentes entre reclamante e paradigma, carece de amparo a pretensão à equiparação salarial. Proc. 0422/00 - Ac. SE 14281/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

RECURSO ORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEPÓSITO RECURSAL. ISENÇÃO. INVIABILIDADE. DESERÇÃO. CARACTERIZADA. A ação civil pública conquanto tenha natureza de ação coletiva, nesta Justiça Especializada é de competência originária da Vara do Trabalho. Segue, por isso, o procedimento de dissídios individuais. Assim, o conhecimento do recurso ordinário, interposto pela empresa em ação civil pública, submete-se aos pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade deste tipo de apelo trabalhista, sendo um deles o depósito recursal (art. 899, §1º, da CLT). Proc. 11039/02 - Ac. 5ª Turma 16492/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 29/8/2002, p. 81

RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE MANDATO DE PROCURAÇÃO DO ADVOGADO SUBSCREVENTE. NÃO CONHECIMENTO. ART. 37, DO CPC. Inexistente nos autos o regular mandato de procuração do advogado que subscreve a petição de juntada da peça recursal e a própria peça, fica impossibilitado, ao juízo, o conhecimento das mesmas, pois que ausente um dos pressupostos de admissibilidade. Isso porque o art. 37, do CPC, expressamente dispõe que sem o instrumento de mandato, ao advogado não será admitido procurar em juízo. Proc. 33677/00 - Ac. 5ª Turma 1264/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO. Não se conhece de Recurso Ordinário interposto após o prazo de oito dias estabelecido pelo art. 895 da CLT. Proc. 37724/01 - Ac. 2ª Turma 26997/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 100

RECURSO ORDINÁRIO. CITAÇÃO INCORRETA DAS PÁGINAS DOS DOCUMENTOS. NÃO CONHECIMENTO. Não tendo a parte, ao utilizar no recurso ordinário as mesmas razões de outro recurso, o cuidado de alterar as páginas onde se encontram os documentos essenciais para o deslinde da controvérsia e, não cabendo ao juiz garimpar nos autos à procura de provas, não se conhece do recurso ordinário. Proc. 22078/02 - Ac. 5ª Turma 23074/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/10/2002, p. 69

RECURSO ORDINÁRIO. CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. ART. 514, INCISO II, DO CPC. Não apresentando o recorrente os fundamentos de fato e de direito pelos quais entende que merece ser modificada a decisão de 1º grau, impossível o conhecimento do recurso, por não atendida a exigência insculpida no inciso II, do art. 514, do CPC. Proc. 32644/01 - Ac. 5ª Turma 29437/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

RECURSO ORDINÁRIO. DESCOMPASSO ENTRE AS SUAS RAZÕES E A DECISÃO RECORRIDA. NÃO CONHECIMENTO. A divergência temática entre as razões recursais e os fundamentos que dão suporte à decisão recorrida configura hipótese de descompasso ideológico, que impede a exata compreensão da matéria controvertida, fato esse que inviabiliza o conhecimento do recurso. Proc. 26014/02 - Ac. 3ª Turma 30238/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 6/12/2002, p. 17

RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. O depósito recursal comprovado nos autos através de guia em forma de cópia reprográfica, sem estar devidamente autenticada, não se presta ao fim colimado, eis que não observado o que determina o art. 830 da CLT. Tem-se, portanto, como não comprovado o recolhimento do depósito recursal, o que determina a deserção do recurso. Proc. 34347/01 - Ac. 3ª Turma 15982/02. Rel. Domingos Spina. DOE 22/4/2002, p. 62

RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. ISENÇÃO DAS CUSTAS. JUSTIÇA GRATUITA. REQUISITOS. A isenção de custas para o trabalhador que percebe salário superior ao dobro do mínimo legal depende de declaração de pobreza, firmada pelo próprio trabalhador, ou por procurador, com poderes especiais para afirmar o estado de miserabilidade de seu cliente - art. 1º, da Lei n. 7.115/83. Proc. 28022/01 - Ac. 1ª Turma 11908/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 10

RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. ART. 789, § 4º, DA CLT. Considerando-se que o MM. Juízo de 1º grau indeferiu o pedido de isenção de custas, deveria a reclamante recolhê-las, para que assim seu recurso, estando presentes os pressupostos processuais de admissibilidade, fosse conhecido; porém, não as recolhendo, não se conhece do recurso, porquanto deserto, nos termos do art. 789, § 4º, da CLT. Proc. 38580/01 - Ac. 5ª Turma 1489/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

RECURSO ORDINÁRIO. DESERÇÃO. NÃO IDENTIFICAÇÃO, NO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS FEDERAIS (DARF), DO NÚMERO DO PROCESSO, OU DO NOME DO RECLAMANTE. NÃO CONHECIMENTO. Afigura-se a deserção do recurso, e por conseguinte o seu não conhecimento, na hipótese de ausência de indicação do número do processo, ou do nome do reclamante, no documento de arrecadação de receitas federais - DARF - juntado aos autos, dada a impossibilidade de se estabelecer a devida relação entre as custas recolhidas e o respectivo processo. Aplicação do Provimento n. 04/99 do C. TST. Proc. 4116/00 - Ac. 2ª Turma 404/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 14

RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. Não se concede equiparação salarial quando não comprovada a satisfação dos elementos constitutivos desse direito, conforme prescrito no art. 461 da CLT. ADICIONAL. DE TRANSFERÊNCIA. Ausente a mudança de domicílio, não há que se falar em adicional de transferência. DESPESAS. COM INSTRUÇÃO. REEMBOLSO. Não havendo o empregado se inscrito perante a entidade sindical, demonstrando sua condição de elegibilidade a bolsa de estudo, em conformidade com norma coletiva que instituiu o benefício, descabe a responsabilização da empresa pelo reembolso de despesas com instrução. AJUDA-ALIMENTAÇÃO. NÃO INTEGRAÇÃO AO SALÁRIO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. VALIDADE. A Constituição Federal, além de reconhecer expressamente as convenções e acordos coletivos de trabalho em seu art. 7º, inciso XXVI, também prestigia a negociação coletiva como forma preferencial de prevenir e solucionar conflitos, como se pode verificar do disposto no § 2º do seu art. 114. Verifica-se, deste modo, que a atual Carta Magna privilegiou a negociação coletiva, incentivando o entendimento direto das categorias, independente da intervenção do Estado. Havendo, portanto, estipulação em norma coletiva acerca da matéria, deve a mesma ser observada. ADICIONAL. DE TEMPO DE SERVIÇO. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. Não satisfeito o requisito previsto em norma coletiva para a concessão de adicional de tempo de serviço, tal verba é indevida. HORAS "IN ITINERE". Ausentes os requisitos do Enunciado n. 90 do C. TST, por não ser de difícil acesso o local de trabalho, que é servido por transporte público regular, nada é devido a título de horas "in itinere". PROVA. DEPÓSITOS DO FGTS. Constando da sentença a obrigação de comprovar os depósitos do FGTS sob pena de execução direta, o que ficou diferido para o momento da execução, falta base legal à pretensão de que tal prova se restrinja aos documentos constantes dos autos até o encerramento da instrução, uma vez que não havia determinação anterior nesse sentido. MULTA. ART. 477 DA CLT. Quitadas as verbas rescisórias incontroversas dentro do prazo legal, não incide a multa do art. 477 da CLT em face da controvérsia acerca das verbas deferidas em Juízo. HONORÁRIOS. DE ADVOGADO. Ausentes os requisitos da Lei n. 5.584/70 são indevidos os honorários advocatícios. Enunciados ns. 219 e 329 do C. TST. LITIGANTE DE MÁ-FÉ. Não se vislumbrando na conduta processual da parte mais do que o exercício do direito de defesa descabe falar em litigância de má-fé. CONTRATAÇÃO. EMPRESA INTERPOSTA. NULIDADE. Descaracterizado o caráter temporário da prestação de serviços, tem-se por nula a contratação efetuada através de empresa interposta. Enunciado n. 331, I, do C. TST. DESCONTOS. VALE REFEIÇÃO. RESTITUIÇÃO. Instituído o benefício do vale refeição por norma coletiva que não prevê o desconto do trabalhador e não havendo por parte do mesmo prévia autorização por escrito, concede-se a sua restituição. HORAS EXTRAS. O desconhecimento do preposto acerca da jornada de trabalho do empregado, bem como sobre os aspectos relacionados ao controle de horário, acarretando na aplicação da pena de confissão, implica no reconhecimento do trabalho extraordinário noticiado na petição inicial. Proc. 39894/00 - Ac. SE 10958/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

RECURSO ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Proc. 32541/99 - Ac. SE 26758/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

RECURSO ORDINÁRIO. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. APLICAÇÃO DO ART. 267, § 1º, DO CPC. PROVIMENTO. Se a parte deixa de promover os atos e diligências que lhe competiam por mais de 30 dias, mister se faz, antes da extinção do feito sem julgamento do mérito, a intimação para suprir a falta em quarenta e oito horas. Inteligência do art. 267, § 1º do CPC. Proc. 22555/01 - Ac. 2ª Turma 6573/02. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 71

RECURSO ORDINÁRIO. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. Compete ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo em razões fundamentadas, não se admitindo a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se o apelo a lamentar o resultado obtido na decisão de primeiro grau, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, não se acolhe o recurso quanto às matérias não fundamentadas. Proc. 27260/01 - Ac. 3ª Turma 7329/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 4/3/2002, p. 18

RECURSO ORDINÁRIO. INOVAÇÃO RECURSAL. DESPROVIMENTO. Não pode ser provido o pedido inovador apresentado nas razões recursais, quanto à causa da resilição contratual, pois o MM. Julgador de 1º grau analisou a questão com base no alegado na inicial, enquanto que a tese recursal é diversa daquela. Qualquer outra decisão estará infringindo o duplo grau de jurisdição, com decisão de segunda instância que sequer teria sido analisada na primeira. Proc. 39774/00 - Ac. 5ª Turma 17346/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 240

RECURSO ORDINÁRIO. INTEMPESTIVO. Representadas as reclamadas por uma mesma procuradora, intimada da sentença em 24/09/99 (6ª feira), expirou-se o prazo recursal de oito (8) dias em 04/10/99 (2ª feira). Interposto o recurso ordinário em 05/10/99 é o mesmo intempestivo, razão pela qual não merece ser conhecido. Proc. 30385/99 - Ac. SE 4963/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/2/2002, p. 19

RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CONHECIMENTO. O simples inconformismo da parte não tem o condão de tornar hábil recurso ordinário manifestamente intempestivo. "In casu", o recurso do reclamado não está apto ao conhecimento, senão vejamos: a decisão da sentença foi publicada no dia 15/01/99, em nome de advogado regularmente constituído pelo reclamado, não constando dos autos qualquer solicitação para que as publicações fossem realizadas em nome de determinado advogado. O reclamado, conforme consta de recibo dado nos autos (fls. 252 vº), retirou cópia da decisão, tendo apresentado impugnação dos cálculos de liquidação, oportunidade em que também apresentou seu apelo (05/05/99). Portanto, o recurso apresentado não pode ser recebido, pois interposto em prazo muito além do legalmente permitido. Assim, não conheço do recurso do banco-reclamado, por intempestivo, bem como de seu aditamento, e, por conseqüência, não conheço do recurso adesivo da reclamante. Proc. 32092/99 - Ac. SE 17680/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 12/9/2002, p. 7

RECURSO ORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE. PAGAMENTO DE CUSTAS. AUSÊNCIA. DESERÇÃO. Havendo condenação ao recolhimento de custas, o seu não cumprimento redunda na deserção do apelo. Proc. 35402/01 - Ac. 5ª Turma 29459/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

RECURSO ORDINÁRIO. PRESSUPOSTOS. Porque ausentes os pressupostos relativos ao interesse e à legitimidade, não se conhece de recurso interposto por terceiro que não foi parte na demanda. Proc. 10719/00 - Ac. SE 14162/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 8/4/2002, p. 82

RECURSO ORDINÁRIO. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. PROTOCOLO INTEGRADO. PRAZO. Na Justiça do Trabalho, o prazo para o recurso ordinário, ainda que submetido a procedimento sumaríssimo, é de oito dias, sendo permitida a sua interposição em localidade participante do "protocolo integrado". Proc. 21812/02 - Ac. 1ª Turma 25223/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 31/10/2002, p. 7

RECURSO ORDINÁRIO. RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO QUE SE LIMITA A TRANSCREVER A DEFESA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. A parte ao propor recurso, deve demonstrar seu legítimo interesse na reforma do julgado, apresentando suas razões, motivações quanto aos eventuais erros ou

equívocos perpetrados pelo Órgão "a quo". Insurgência genérica quanto à decisão ou simples transcrição dos termos da defesa, implica na consideração de recurso desfundamentado, o que leva ao não conhecimento. Proc. 11955/02 - Ac. 2ª Turma 29968/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 6/12/2002, p. 14

RECURSO ORDINÁRIO. RAZÕES RECURSAIS INEPTAS. Recorrer significa fazer um pedido de reforma da r. sentença, apresentando a causa de pedir, atacando a fundamentação recorrida. Inexistindo o pedido, tampouco a causa de pedir, declara-se a inépcia das razões recursais, mantendo-se a r. sentença de 1º grau que extinguiu o processo sem julgamento de mérito. Proc. 35544/01 - Ac. 5ª Turma 1507/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

RECURSO ORDINÁRIO. RAZÕES RECURSAIS SEM ASSINATURA DA PARTE OU DE SEU ADVOGADO. PETIÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DEVIDAMENTE FIRMADA. VALIDADE. CONHECIMENTO. Conhece-se do recurso ordinário cujas razões não estejam assinadas pela parte ou por seu advogado se a petição de interposição do apelo estiver devidamente firmada por aquele profissional. Aplicação da Orientação Jurisprudencial SDI-1 n. 120 do C. TST. PROVA. ÔNUS. COMPETE A CADA UMA DAS PARTES ENVOLVIDAS NA RELAÇÃO PROCESSUAL PRODUZIR, DE FORMA INEQUÍVOCA, AS PROVAS DE SUAS ALEGAÇÕES. APLICAÇÃO DOS ARTS. 818 DA CLT E 333 DO CPC. Na moderna processualística, a fim de se preservar o princípio de independência e imparcialidade do Órgão Julgador, cabe às partes produzirem as devidas provas de suas alegações, a teor dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC. Se da análise do conjunto probatório evidenciar-se a homogeneidade e coerência da tese da parte adversa, o resultado da demanda há que lhe ser favorável. Proc. 21035/02 - Ac. 2ª Turma 23286/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/10/2002, p. 50

RECURSO ORDINÁRIO. RAZÕES SOBRE APLICABILIDADE DE NORMA COLETIVA. NÃO-ENFRENTAMENTO, PELO RECORRENTE, DOS MOTIVOS PARA SUA REJEIÇÃO, EXARADOS EM 1º GRAU. Não tendo o recurso enfrentado os motivos de convencimento que levaram o Juízo de 1º grau a afastar a aplicabilidade da norma coletiva, são despiciendos todos os demais argumentos que não digam respeito aos mesmos. Melhor dizendo: de nada adiantam suas razões referentes à base territorial do sindicato obreiro se, segundo se infere da decisão combatida, seus pleitos foram rejeitados em decorrência da não-participação do sindicato patronal representativo da demanda, na pactuação invocada. Proc. 35108/00 - Ac. 5ª Turma 9448/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 11

REDUÇÃO DO INTERVALO

REDUÇÃO DO INTERVALO. POR NEGOCIAÇÃO COLETIVA. NULIDADE. ART. 66 DA CLT. A norma inscrita no art. 9º da CLT implica na inderrogabilidade do conteúdo imperativo mínimo representado pelas normas e direitos assegurados pelas leis, convênios coletivos e sentenças normativas, nos termos dos arts. 444 e 468 da CLT, sob pena de subordinar-se a eficácia das normas de proteção ao trabalho ao exclusivo interesse individual dos contratantes. O intervalo para repouso previsto pelo art. 66 da CLT não pode ser objeto de redução por meio de negociação coletiva, porquanto carece de validade jurídica, por infringir o art. 7º, incisos XIII e XXII da CF, a avença coletiva que investe contra norma de ordem pública, de caráter imperativo por abarcar norma de saúde pública, destinada à proteção da saúde, higiene e segurança do trabalhador, e porque a redução do repouso investe contra a dignidade da pessoa humana e contra os valores sociais do trabalho. (CF, art. 1º, incisos III e IV). Proc. 7059/02 - Ac. 5ª Turma 29432/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 29/11/2002, p. 26

REDUÇÃO SALARIAL

REDUÇÃO SALARIAL. A irredutibilidade salarial tem por fundamento o princípio da progressão social, segundo o qual o trabalhador não pode decair do seu padrão de vida. A matéria é tão relevante que foi alçada à hierarquia de norma constitucional, sendo certo que a única possibilidade de se autorizá-la é através de convenção ou acordo coletivo (art. 7º, inciso VI, da CRFB). Inexistindo nos autos quaisquer desses instrumentos permissivos, são devidas ao empregado as diferenças salariais pertinentes. Proc. 31394/99 - Ac. 3ª Turma 16079/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 65

REDUÇÃO SALARIAL. SUPRESSÃO DA PARTE FIXA DOS SALÁRIOS. Constatada a drástica redução salarial em face da supressão da parte fixa dos salários, a reforma da sentença é medida que se impõe, para

condenar a reclamada a pagar ao reclamante a parcela salarial suprimida, na forma do pedido inicial. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. SERVIÇO EXTERNO. O empregado prestador de serviço externo (motorista), sujeito a controle de jornada de trabalho, faz jus ao pagamento de horas extraordinárias. COMISSIONISTA. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. REMUNERAÇÃO. Comprovada remuneração à base de comissões, o cálculo das horas extraordinárias deverá ser efetuado em conformidade com o estabelecido no Enunciado n. 340 do TST. Proc. 36158/01 - Ac. 1ª Turma 8683/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 7

REFLEXOS

REFLEXOS. INTERVALO NÃO USUFRUÍDO. Por inexistir efetivo dispêndio de energia pelo trabalhador durante o intervalo intrajornada não se pode equipará-lo às horas extraordinárias. Assim, devem ser excluídos os reflexos deferidos, mesmo porque, de acordo com o art. 71, § 4º, da CLT, a verba em tela consiste em indenização pelo descanso não usufruído. Proc. 30969/01 - Ac. 5ª Turma 16503/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 81

REFORÇO DE PENHORA

REFORÇO DE PENHORA. DIREITO DE NOMEAÇÃO DE BENS. INAPLICABILIDADE. O direito de nomeação de bens pelo devedor é um dos atributos do disposto no art. 620, do CPC, que garante que a execução será feita da forma menos onerosa ao devedor, quando por várias formas puder ser processada. Assim, o devedor, se cumpridos os requisitos do art. 655 do CPC, tem o direito de apontar os bens sobre os quais pretende que recaia a garantia do Juízo. Havendo necessidade de reforço de penhora, porém, não cabe a renovação dessa oportunidade, inclusive porque essa circunstância indica que o direito já foi exercido de modo incompleto, tanto assim que resultou na necessidade de complementação da constrição. Assim, no reforço de penhora o devedor não tem o direito de indicar qualquer bem, sendo lícita a decisão que determina a penhora livre. Proc. 13320/01 - Ac. 3ª Turma 7373/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 4/3/2002, p. 19

REGIME

REGIME. 12 X 36. ACORDO COLETIVO. VALIDADE. Dada a importância das relações entre capital e trabalho, sempre mediadas através da intervenção sindical, o Legislador Constituinte houve por bem inserir na CF o reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos celebrados (inciso XXVI, art. 7º), autorizando a flexibilização. Ora, a jornada de trabalho no regime 12 x 36 é mais benéfica ao reclamante, tanto é verdade que o Sindicato da Categoria Profissional procurou albergar tal jornada especial. De sorte que, tendo as partes por ocasião da admissão do reclamante, pactuado no contrato de trabalho, sem nenhum vício de consentimento, a possibilidade de estipulação do regime de trabalho 12 x 36, devemos reputar como válida a jornada especial do reclamante. Proc. 14680/00 - Ac. 1ª Turma 9024/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 74

REGIME DE COMPENSAÇÃO

REGIME DE COMPENSAÇÃO. DE HORAS. ACORDO TÁCITO. INVALIDADE. Regime de compensação de horas, tacitamente acordado, não goza de validade. Para tanto, é de empregar-se a forma escrita, conforme exigência legal - art. 7º, inciso XIII, da CF, e art. 58 da CLT. Entendimento cristalizado na Orientação Jurisprudencial n. 223, da SBDI-1, do c. TST, e na Súmula n. 1, deste Regional. Proc. 15300/00 - Ac. 1ª Turma 8687/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 62

REGIME DE REVEZAMENTO

REGIME DE REVEZAMENTO. 12X36. HORAS EXTRAS. SUPRESSÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA. DIFERENÇAS DE ADICIONAL NOTURNO: HORA NOTURNA REDUZIDA. NÃO OCORRÊNCIA. Se a Convenção Coletiva de Trabalho autoriza o labor em regime de revezamento 12X36, não se aplicam os termos do art. 71, da CLT (intervalo intrajornada), sobretudo a penalidade imposta por seu § 4º. Também não há se falar na aplicação da ficção legal do art. 73, § 2º, da CLT (hora noturna reduzida). Pretender a hora noturna reduzida,

bem como a hora de descanso, é ambicionar trabalhar menos que as 12 horas estipuladas na Convenção Coletiva. Na verdade, está se buscando uma brecha na cláusula convencional, para se obter o pagamento de horas extras não previstas na mesma. Ante a pactuação havida, presume-se que a jornada ajustada entre as partes atenda, de uma forma global, aos interesses e necessidades comuns, considerando-se impertinente qualquer questionamento posterior. Proc. 36468/00 - Ac. 5ª Turma 15643/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/4/2002, p. 51

REGIME JURÍDICO ÚNICO

REGIME JURÍDICO ÚNICO. ADOÇÃO. PRESCRIÇÃO. O contrato de trabalho foi encerrado naquela data - 31/05/93, sendo o presente feito ajuizado em 15/10/98, quando já prescritos os direitos resultantes do regime anterior, conforme consta na alínea a, do inciso XXIX, do art. 7º, da CF. A eventual interrupção do prazo, não restou comprovada nos autos, cujo ônus era do autor. O tema já não comporta discussão, uma vez que previsto no Precedente Jurisprudencial n. 128, da SDI do C. TST, através do qual: "Mudança de regime celetista para estatutário. Extinção do contrato. Prescrição bienal". Proc. 23620/01 - Ac. 1ª Turma 32013/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 15/7/2002, p. 261

REGIME JURÍDICO ÚNICO. EFICÁCIA DA LEI. REGULAMENTAÇÃO. A lei que institui o regime único estatutário não depende para sua eficácia da regulamentação das instituições complementares do regime, como o da Previdência Social, pois, no caso se tratam de aspectos jurídicos distintos. Proc. 10436/00 - Ac. 2ª Turma 29904/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 194

REINTEGRAÇÃO

REINTEGRAÇÃO. Não comprovado que a surdez tenha sido desencadeada no atual emprego, rechaça-se a reintegração pleiteada. Proc. 25460/99 - Ac. SE 10864/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

REINTEGRAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA CONCEDIDA EM SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. NÃO CABIMENTO. A reintegração do obreiro determinada em medida antecipatória inserida no corpo da sentença, nos moldes do art. 461 do CPC, deve ser impugnada por meio de recurso ordinário, sendo descabida a impetração do mandado de segurança. Cabe à parte desfavorecida intentar a concessão de efeito suspensivo ao apelo mediante ação cautelar (Orientação Jurisprudencial n. 51 da SDI-II, do C. TST). Proc. 704/01-MS - Ac. SE 827/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 2

REINTEGRAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. MANDANDO DE SEGURANÇA. CABIMENTO. Por não haver recurso próprio para impugnar a reintegração determinada mediante antecipação da tutela antes de prolatada a sentença, o mandado de segurança é a ação adequada para contestar a medida judicial. Proc. 1420/01-MS - Ac. SE 805/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 24/7/2002, p. 1

REINTEGRAÇÃO. DOENÇA PROFISSIONAL. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. Não demonstrados os requisitos estipulados em norma coletiva para assegurar a garantia ao emprego, indefere-se o pleito de reintegração e pagamento dos direitos relativos ao período de afastamento. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. À falta de sucumbência por parte da reclamada, não faz jus o reclamante a honorários advocatícios. Proc. 32184/99 - Ac. SE 10950/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

REINTEGRAÇÃO. EMPREGADO PORTADOR DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. É Constitucional o art. 118 da Lei n. 8.213/91 que assim prevê: "O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo de 12 meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio acidentário, independentemente da percepção de auxílio acidente". "In casu", o empregado sofrera acidente de trabalho em 06/04/98, obtendo alta em 21/05/98, dia em que, também, retomou suas atividades. A resilição contratual do obreiro ocorreu em 26/10/98, portanto, dentro do prazo previsto no art. 118 da Lei n. 8.213/91. Assim, correta a sentença que condenou a reclamada a proceder à reintegração do obreiro (incidência da Orientação Jurisprudencial n. 105 da SDI do C. TST). Proc. 9664/00 - Ac. SE 1376/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 45

REINTEGRAÇÃO. EMPREGADO PORTADOR DE ESTABILIDADE PROVISÓRIA. NÃO

RECONHECIMENTO. O empregado deve agir diligentemente no sentido de buscar seus direitos antes que vença o prazo de estabilidade, demonstrando sua boa-fé e, acima de tudo, seu desejo de retornar ao emprego. No caso em questão, consta da inicial (fls. 03, § 1º), que a reclamante faria jus à estabilidade provisória até 18/06/98. No entanto, a reclamação visando à reintegração foi ajuizada somente em 10/12/98, quase 6 meses após vencido o prazo da garantia de emprego. Proc. 26861/99 - Ac. SE 10584/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

REINTEGRAÇÃO. EMPREGADO PÚBLICO. SALÁRIOS DO PERÍODO NÃO TRABALHADO. O reconhecimento do direito à reintegração e o efetivo retorno ao trabalho ensejam o pagamento dos salários e reflexos do período referente à injusta dispensa, ainda que não tenha havido prestação de serviços. Proc. 4205/02 - Ac. 1ª Turma 14510/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/8/2002, p. 21

REINTEGRAÇÃO. ESTABILIDADE CONVENCIONAL. DOENÇA PROFISSIONAL. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. IMPROCEDÊNCIA. Impossível o reconhecimento de óbice legal para a resilição do contrato de trabalho, se não restou comprovado o nexo causal entre a doença e a atividade desenvolvida junto à empregadora, condição inerente à concessão do direito à estabilidade prevista na cláusula 47 da Convenção Coletiva de Trabalho. Proc. 38565/00 - Ac. 5ª Turma 7012/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

REINTEGRAÇÃO. NULIDADE DO ATO DEMISSIONAL. RESTITUIÇÃO DAS PARTES AO "STATU QUO ANTE".CCB, ART. 158. A reintegração, pressupondo a nulidade do ato demissional, impõe a restituição das partes ao "statu quo ante" - CCB, art. 158. Proc. 15446/00 - Ac. 1ª Turma 8702/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

RELAÇÃO DE EMPREGO

RELAÇÃO DE EMPREGO. A ocupação de imóvel do reclamado, sem prova de prestação de serviços com o preenchimento dos requisitos previstos no art. 3º da CLT, não autoriza a reconhecimento de relação de emprego. Proc. 10147/00 - Ac. 3ª Turma 12541/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 8/4/2002, p. 28

RELAÇÃO DE EMPREGO. O reconhecimento da relação empregatícia exige prova cabal da satisfação de seus requisitos configuradores. Proc. 28784/99 - Ac. SE 25957/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 15/7/2002, p. 68

RELAÇÃO DE EMPREGO. CELETISTA. ESSENCIAL A FIGURA JURÍDICA DO EMPREGADOR. Para que exista relação de emprego nos moldes da CLT é essencial que o tomador de serviços se enquadre na moldura jurídica do empregador (art. 2º, "caput", CLT) ou a este esteja legalmente equiparado (§ 1º, art. 2º, CLT). Irrelevante a pessoalidade, a subordinação e a remuneração quando pessoa física contrata serviços de alvenaria, carpintaria, instalações elétricas, sanitárias ou de águas em sua residência, pois não só são eventuais (ligados a evento determinado), ainda que longa duração, como não ligados a atividade econômica, recreativa ou institucional. Proc. 18748/01 - Ac. 3ª Turma 16017/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 22/4/2002, p. 63

RELAÇÃO DE EMPREGO. CONFISSÃO REAL. O art. 843, § 1º da CLT faculta ao empregador fazer-se substituir por preposto, que deve ter conhecimento dos fatos controversos, sob pena de confissão. Nestes termos, se o preposto ignora os fatos, aplica-se ao Reclamado a "confissão ficta", se contudo, o preposto faz alguma declaração contra o interesse do reclamado, ter-se-á a "confissão real" (CPC, 348). Proc. 4654/00 - Ac. 2ª Turma 29884/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 193

RELAÇÃO DE EMPREGO. DECRETO JUDICIAL. O decreto judicial, que tenha por fim declarar relação jurídica diversa da aparente, exige além do processo persuasório a autoridade da prova plena. Conseqüentemente, não se pode decretar a existência de relação de emprego apenas por presunção e/ ou indício. Proc. 34704/01 - Ac. 2ª Turma 24401/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 25/10/2002, p. 17

RELAÇÃO DE EMPREGO. FALSA EMPREITADA RURAL. Não se configura o contrato de empreitada quando o trabalhador, mediante pagamento fixo mensal, por prazo determinado, executa serviços gerais agrícolas, inerentes à atividade econômica do tomador, de acordo com as necessidades deste. Trata-se de típica alienação da força de trabalho, de forma subordinada, habitual e onerosa, ajustando-se ao disposto nos arts. 2º e 3º da Lei n. 5.889/73. Proc. 35404/01 - Ac. 2ª Turma 26203/02. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 15/7/2002, p. 76

RELAÇÃO DE EMPREGO. HABITUALIDADE. CAIXA DE CHOPERIA. A habitualidade não pode ser avaliada considerando-se somente a frequência ou a duração do trabalho, mas também, e principalmente, a relação entre a atividade do obreiro e a finalidade e as necessidades normais da empresa. Trabalhadora que exerce função de caixa em uma choperia, essencial aos fins do empreendimento, em todos os dias de funcionamento do mesmo, não pode ser considerada eventual, ainda que preste serviço apenas nos finais de semana. Proc. 9389/02 - Ac. 2ª Turma 1418/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 16/5/2002, p. 20

RELAÇÃO DE EMPREGO. MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR. AGENTE HONORÍFICO. RECONHECIMENTO DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INADMISSIBILIDADE. Não há que se falar em reconhecimento de vínculo empregatício de membro do Conselho Tutelar de Município, cuja função tem natureza de serviço público relevante e seu exercente é agente honorífico. Proc. 25734/99 - Ac. SE 22230/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 170

RELAÇÃO DE EMPREGO. PAI E FILHO. NECESSIDADE DE PROVA ROBUSTA. Conquanto plenamente possível, em princípio, a existência de relação de emprego envolvendo pai e filho, o reconhecimento em juízo de sua ocorrência, em determinado caso concreto, exige, como não poderia deixar de ser, diante do que normalmente se dá em situações quejandas e atento aos sentimentos que unem geralmente essas pessoas, prova robusta, sólida, a qual, não sendo produzida, leva à rejeição da respectiva pretensão. Proc. 25049/02 - Ac. 1ª Turma 29689/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 6/12/2002, p. 4

RELAÇÃO DE EMPREGO. SUBORDINAÇÃO. Demonstrada a inexistência de subordinação entre as partes, não há como reconhecer a relação de emprego. Proc. 28190/99 - Ac. SE 22237/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 170

RELAÇÃO DE EMPREGO. TERCEIRIZAÇÃO. PROVA "Não subsiste contra o trabalhador a alegação de terceirização por contrato verbal. Pela teoria do risco do negócio, deve a empresa arcar com as conseqüências de seus atos. Proc. 3913/00 - Ac. 2ª Turma 27574/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

RELAÇÃO DE TRABALHO

RELAÇÃO DE TRABALHO. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRESUNÇÃO RELATIVA DA SUA EXISTÊNCIA. Admitida a relação de trabalho, presume-se existente a relação de emprego, a qual, todavia, pode ser afastada por meio de prova em contrário. Proc. 9170/00 - Ac. SE 10637/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

RELAÇÃO JURÍDICA

RELAÇÃO JURÍDICA. CONTINUATIVA GARANTIA DE EMPREGO AO PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL ENQUANTO ESTA PERDURAR. Toda relação jurídica continuativa traz a cláusula "rebus sic stantibus", de modo que, sobrevindo modificação no estado de fato ou de direito, a parte poderá pedir revisão do que for estatuído no julgado (CPC, art. 471, inciso I). O juiz, nessa hipótese, examina a situação de fato e de direito existente à época e profere decisão que produzirá efeitos enquanto as mesmas circunstâncias permanecerem inalteradas. Ocorrendo, porém, mudanças, ao longo do tempo, não fere a coisa julgada a prolação de um segundo provimento jurisdicional, adaptando aquele anterior à nova realidade fático-jurídica, exatamente por atender à natureza continuativa dessa espécie diferenciada de figura legal. No caso dos autos, a convenção coletiva assegura a garantia de emprego ao portador de doença profissional enquanto esta perdurar, prevendo condição resolutiva: a alta médica, devidamente atestada pelo INSS. Sobrevindo esse fato, transmuta-se também a situação de direito. Dessarte, neste caso, a reclamada deverá comunicar esse evento ao juízo da execução, pleiteando a revisão com supedâneo no art. 471, I, do CPC. Proc. 24401/00 - Ac. 4ª Turma 15227/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 22/4/2002, p. 37

REMESSA

REMESSA. "EX OFFICIO" Havendo condenação contra entidade composta apenas por entes públicos da administração direta, impõe-se o reexame necessário. Art. 1°, inciso V, do Decreto-lei n. 779/69 e Enunciado

n. 303 do C. TST. CONTRATO. NULO. ENTE PÚBLICO. A falta de submissão a concurso público realizado pelo próprio contratante acarreta a nulidade da contratação, não suprindo a irregularidade a aprovação em certame realizado por outro ente público. Remessa de ofício a que se dá provimento para limitar a condenação aos salários não pagos, restando prejudicado o recurso ordinário da reclamante. Proc. 29130/99 - Ac. SE 10844/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 57

REMESSA "EX OFFICIO"

REMESSA "EX OFFICIO". "REFORMATIO IN PEJUS". VEDADA. Consoante a jurisprudência dos Pretórios Superiores, "no reexame necessário, é defeso, ao Tribunal, agravar a condenação imposta à Fazenda Pública" (Súmula n. 45, do STJ). No mesmo sentido já decidiu o E. STF (STF-RT 478/229 e STF-RT 584/272). A remessa obrigatória não admite a "reformatio in pejus", eis que instituída em benefício das pessoas jurídicas de direito público, nos casos dos incisos II e III do art. 475, do CPC. Reexame obrigatório a que se nega provimento, rejeitando manifestação do Ministério Público em prejuízo da Fazenda Municipal. Proc. 38427/01 - Ac. 4ª Turma 18494/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 19/9/2002, p. 57

REMESSA OFICIAL

REMESSA OFICIAL. NÃO CONHECIDA. Ausente a situação prevista no art. 1º, inciso V, do Decreto-lei n. 799/69, por não ter sido proferida decisão desfavorável ao ente público, não se conhece da remessa oficial. Proc. 30808/01 - Ac. 5ª Turma 29662/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 187

REMUNERAÇÃO

REMUNERAÇÃO. A prova do pagamento dos salários "em cada uma das suas espécies" se faz por meio de contra recibos assinados pelo trabalhador, "ex vi" do art. 464. Proc. 25711/99 - Ac. SE 10865/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

REMUNERAÇÃO. Não discriminando a norma coletiva as várias hipóteses remuneratórias (mensal, diária, horária), presume-se que o piso salarial foi fixado para remunerar o mês trabalhado, independente do número de dias de efetivo labor. Proc. 25191/99 - Ac. SE 5036/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

REMUNERAÇÃO. ALUGUEL DE EQUIPAMENTO. NATUREZA NÃO SALARIAL. A contraprestação pecuniária pelo uso de equipamento do próprio reclamante (aluguel de moto-serra), por não representar remuneração pelo trabalho, não integra o salário para nenhum efeito legal. Proc. 31687/99 - Ac. SE 2155/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 70

REMUNERAÇÃO. CLANDESTINA. Não obstante o empenho do Juízo de origem em possibilitar a produção da prova, nada há nos autos que confirme que os cheques emitidos pela reclamada a favor do obreiro se destinavam ao pagamento clandestino de seus salários. Como bem pontuado pela origem, além de os documentos não corresponderem ao valor asseverado na inicial, tudo indica que se destinassem aos adiantamentos salariais, que, no caso do reclamante, segundo demonstrativos e recibos de pagamento, correspondiam à quase totalidade dos vencimentos. Nestes termos, correta a decisão combatida, que permanece íntegra. Proc. 34434/01 - Ac. 5ª Turma 25576/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 57

REMUNERAÇÃO. CLANDESTINA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. A alegação de que a empregadora efetuava pagamentos "por fora" deve ser robustamente comprovada, sendo insuficiente para elidir a veracidade dos documentos prova oral extremamente frágil, que alega conhecimento dos fatos por meio de informações prestadas pelo próprio demandante. Proc. 35364/01 - Ac. 5ª Turma 29458/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

REMUNERAÇÃO. DOS DSR´S. A remuneração dos DSR´s deve ser calculada sobre o ganho semanal do trabalhador, quando este percebe, habitualmente, parcelas salariais variáveis - art. 7º, "a", da Lei n. 605/49. No caso em tela, a recorrente tomou como base de cálculo o valor do salário hora, desprovido das parcelas variáveis, razão pela qual, existem as apontadas diferenças, já que o reclamante ingressou com esse pedido

justamente porque a ré não computava para fins de cálculo dos DSR´s as importâncias habitualmente pagas a título de prêmios, bonificações, acréscimo turno de safra etc. Proc. 10952/00 - Ac. SE 14570/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 8

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. E FERIADOS. PAGAMENTOS EM DOBRO. Comprovado o trabalho em dias de repouso e feriados, sem a devida folga compensatória, impõe-se o pagamento em dobro das horas trabalhadas, por força do art. 9º, da Lei n. 605/49. Proc. 13738/00 - Ac. 1ª Turma 3017/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 26

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. E RELAÇÃO DE EMPREGO. Não há nítida distinção entre o vendedor autônomo e o vendedor empregado, porque em ambas as situações há previsão legal de certa subordinação, exclusividade, onerosidade e pessoalidade; restando ao decreto judicial para ruptura do negócio jurídico presumido da representação comercial, prova soberana e persuasiva de que o vendedor não tenha se beneficiado de sua autonomia e sim colocado sua força de trabalho absolutamente sob domínio do imputado empregador. Proc. 6301/99 - Ac. 2ª Turma 1436/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 16/5/2002, p. 21

REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. VÍNCULO DE EMPREGO. ÔNUS PROBATÓRIO. Apresentado contrato de representação comercial, aparentemente regular, do Autor é o ônus de elisão de sua validade, mediante a comprovação da subordinação jurídica, nos termos da CLT. Proc. 27954/00 - Ac. 2ª Turma 24398/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 25/10/2002, p. 17

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. A irregularidade de representação processual da parte, ante a falta de instrumento procuratório à época da interposição do recurso, importa no seu não conhecimento. Proc. 25874/99 - Ac. SE 5043/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. Indefere-se o processamento de recurso interposto por signatário sem procuração nos autos. Proc. 38810/01 - Ac. 1ª Turma 27591/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 123

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. Não se conhece recurso em a parte junta cópia não autenticada do instrumento de procuração e se o prazo de validade nele estipulado já se esgotou. Proc. 35503/01 - Ac. 1ª Turma 31646/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 249

REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. IRREGULARIDADE. Não se conhece de recurso apresentado por advogado que não possuía, à época, poderes para representar a reclamada. Ademais, na fase recursal é inaplicável o art. 13 do CPC, nos exatos termos da Orientação Jurisprudencial n. 149 da SDI-1 do C. TST. Proc. 31662/99 - Ac. SE 20286/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 114

REPRESENTAÇÃO. PROCESSUAL. MANDATO. REVOGAÇÃO EXPRESSA POR INSTRUMENTO OUTORGADO POSTERIORMENTE. Estando o recurso ordinário subscrito por advogado constituído através de substabelecimento vinculado a mandato expressamente revogado por instrumento outorgado posteriormente, irregular é a representação processual. SUCESSÃO. DE EMPRESAS. SOLIDARIEDADE. Estando presentes os elementos caracterizadores da sucessão de empresas, como a cessão de bens, instalações e estabelecimentos de uma empresa à outra, com a continuidade da prestação de serviços por parte do reclamante, irrelevante a avença celebrada entre as reclamadas. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. FERROVIÁRIOS. EXISTÊNCIA DE DISCIPLINA PRÓPRIA. A existência de disciplina específica aos ferroviários nos arts. 236 e seguintes da CLT não retira do obreiro o direito à jornada reduzida prevista no art. 7º, XIV, da CF, ante a incidência do princípio da norma mais favorável. Com efeito, os dispositivos consolidados acima referidos conferem um mínimo de garantias ao trabalhador ferroviário, e não um máximo, pelo que, havendo

norma mais favorável, deverá a mesma ser aplicada. Irrelevante a solução de continuidade entre o trabalho do reclamante e o de outro operário, eis que o mesmo se ativava em horários alternados, constantemente variados e sem a mínima previsão, incidentes em qualquer período do dia ou da noite. Tampouco se mostra relevante a concessão de intervalo para repouso e alimentação, conforme entendimento jurisprudencial pacificado através do Enunciado n. 360 do C. TST e da Súmula n. 12 deste Regional. Regime caracterizado. HORAS EXTRAS. JORNADA REDUZIDA. REMUNERAÇÃO. Reconhecido o direito à jornada reduzida decorrente do regime de turnos ininterruptos de revezamento, tem-se que a remuneração abrange apenas as seis horas regulares, devendo ser pagas como extraordinárias, integralmente, as horas excedentes, sob pena de redução salarial inaceitável à luz do disposto no art. 7º, VI, da CF. Proc. 32045/99 - Ac. SE 10945/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

REPRESENTANTE COMERCIAL

REPRESENTANTE COMERCIAL. E VENDEDOR EMPREGADO. A Lei n. 4.886/65 autoriza exigir do representante comercial: exclusividade de zona e de representação (art. 27, letras "d" e "i"); relatórios (art. 28); observância de tabelas (art. 29); por conseguinte a diferença da relação autônomo e de emprego reside na autonomia ou na subordinação da força de trabalho. Proc. 16840/00 - Ac. 2ª Turma 27987/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 22/11/2002, p. 15

REPRESENTANTE COMERCIAL. RELAÇÃO CONTRATUAL LEGAL ENTRE PESSOAS JURÍDICAS. VÍNCULO DE EMPREGO INEXISTENTE. A relação contratual legal entre pessoas jurídicas torna o vínculo empregatício impossível, em face do disposto no art. 3º da CLT. Ademais, na hipótese, restou demonstrada a inexistência de subordinação do autor em relação à reclamada. Acrescente-se que a falta de contrato de representação e a inexistência de registro perante o Conselho Regional, como representante comercial autônomo, não têm o condão de descaraterizar a representação comercial autônoma, uma vez que o art. 27 da Lei n. 4.886/65 possibilita a existência de contrato verbal de representação, sendo o referido registro obrigação legal do reclamante, e não da reclamada. Proc. 10739/02 - Ac. 1ª Turma 29034/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/11/2002, p. 7

RESCISÃO CONTRATUAL

RESCISÃO CONTRATUAL. A convocação para pagamento da rescisão contratual perante a Comissão de Conciliação Prévia, sem que tenha havido anterior tentativa de quitação nos moldes da CLT, acarreta nulidade por negativa de vigência ao art. 477 da CLT, pois preteridas as solenidades ali previstas (art. 145 - CC). O desvio de finalidade do art. 652 - "d" da CLT compromete a validade do ato jurídico e acarreta presunção de coação econômica, a macular a declaração de vontade (arts. 9º - CLT e 147, II do CC). O simples pagamento de parcelas incontroversas não caracteriza a transação, pois ausentes obrigações litigiosas e ou duvidosas e inexistente a intenção de prevenir litígio mediante concessões mútuas, carecendo de eficácia, portanto, o pedido de extinção do processo, pois inaplicáveis os arts. 1.025 e 1.030 do CC. Proc. 36612/01 - Ac. 5ª Turma 5648/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado. DOE 20/6/2002, p. 31

RESCISÃO CONTRATUAL. A rescisão de contrato de trabalho da doméstica gestante não encontra obstáculo legal, posto que a obreira tem direito a receber do órgão previdenciário os 120 dias do salário-maternidade, na forma preconizada pelos arts. 71 e 73, I, ambos da Lei n. 8.213/91. não havendo direito à estabilidade no emprego, porque inaplicável à doméstica o art. 10, II, b, do ADCT e não sendo possível se exigir do empregador a pemanência da obreira no lar, inviolável, conforme art. 5º, XI, da CF, não há ilegalidade na dispensa. Proc. 21070/02 - Ac. 2ª Turma 21886/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 3/10/2002, p. 8

RESCISÃO CONTRATUAL. ADESÃO ESPONTÂNEA AO PLANO DE ACORDO BILATERAL INCENTIVADO - PABI. FERROBAN. REINTEGRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A inserção de cláusula normativa prevendo instituição de incentivo financeiro a empregados demitidos abole a garantia de emprego estabelecida por Contrato Coletivo de Trabalho anterior. Assim, se o empregado aderiu espontaneamente às disposições do Plano de Acordo Bilateral Incentivado - PABI, efetivando a rescisão do contrato de trabalho com a assistência do Sindicato representativo de sua categoria profissional e recebendo integralmente os benefícios advindos de tal pactuação, descabida a alegação de nulidade, o conseqüente pleito de reintegração e a utilização

de metodologia de cálculo prevista para a hipótese de dispensa unilateral. Sentença mantida. RESCISÃO CONTRATUAL. ACORDO BILATERAL. PLANO DE ACORDO BILATERAL INCENTIVADO - PABI. FERROBAN. INDENIZAÇÃO. Diferentemente das verbas rescisórias, que obedecem a parâmetros legais que determinam a observância da remuneração do empregado, o incentivo financeiro instituído por meio do Plano de Acordo Bilateral Incentivado - PABI, por se tratar de norma instituidora de benefício, deve ser interpretado restritivamente, a teor do art. 1.090, do CCB. Indevida, portanto, para fim de cálculo desta indenização, a integração, ao salário mensal, dos reflexos das horas extras, do adicional noturno e das gratificações. Proc. 39529/00 - Ac. 5ª Turma 19929/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

RESCISÃO CONTRATUAL. DESLIGAMENTO INCENTIVADO. EFEITOS. A anuência do empregado a planos de incentivo ao seu desligamento, verdadeiros contratos de adesão, não o impede de reclamar em Juízo a reparação de lesão que entenda ter havido em seus direitos, cumprindo dizer que esses "programas" têm caráter eminentemente indenizatório do desligamento do trabalhador, que se adianta à consumação de fato certo e inevitável para o saneamento financeiro do empreendimento. Proc. 12153/00 - Ac. SE 28182/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 12

RESCISÃO CONTRATUAL. DIFICULDADE ECONÔMICO. FINANCEIRA. A previsão em norma coletiva dispondo sobre a dispensa decorrente da dificuldade econômico-financeira da empresa é perfeitamente válida e não induz à demissão arbitrária. Proc. 11734/01 - Ac. 1ª Turma 15361/02. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/4/2002, p. 41

RESCISÃO CONTRATUAL. FALTA DE ASSISTÊNCIA. TRCT INVÁLIDO. A falta de assistência do Sindicato ou do Ministério do Trabalho na rescisão contratual de empregado com mais de um ano invalida o TRCT e a carta de pedido de demissão, nada obstante o reconhecimento da assinatura na carta, eis que o reclamante alega tê-la assinado premido pela necessidade. Proc. 7567/02 - Ac. 1ª Turma 21342/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 5

RESCISÃO CONTRATUAL. HOMOLOGAÇÃO EXTEMPORÂNEA. DEPÓSITO BANCÁRIO NO PRAZO LEGAL. MULTA DO § 8º, DO ART. 477, DA CLT. NÃO INCIDÊNCIA. Uma vez comprovado o pagamento das verbas rescisórias dentro do prazo legal, considera-se cumprida a imposição do § 6º, do art. 477, da CLT, sendo incabível a multa prevista pelo § 8º, deste mesmo dispositivo legal. ACORDO COLETIVO. FORNECIMENTO DE PLANO DE SAÚDE. DESCUMPRIMENTO. MULTA CONVENCIONAL. Inadmissível a imposição de indenização substitutiva ao Plano de Saúde, cujo fornecimento foi estipulado normativamente, quando o instrumento coletivo já prevê multa pelo descumprimento desta obrigação. Acrescente-se que a indenização dependeria, em qualquer hipótese, da comprovação de efetivos gastos a tal título. Proc. 37547/00 - Ac. 5ª Turma 27308/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 114

RESCISÃO CONTRATUAL. JUSTA CAUSA. PROVA. A justa causa, por se tratar de uma infração praticada pelo empregado, capaz de quebrar a relação de fidúcia existente entre as partes e de macular a vida profissional do trabalhador, deve ser cabalmente comprovada pelo empregador, sob pena de se considerar como injusta a dispensa. Proc. 27205/99 - Ac. SE 10625/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

RESCISÃO CONTRATUAL. POR CULPA DO EMPREGADOR APÓS PEDIDO DE DEMISSÃO. IMPOSSIBILIDADE. O empregado que se demite espontaneamente exercita direito de opção pela forma de extinção do contrato, inexistindo a faculdade de alterá-la, posteriormente, sob a alegação de "rescisão indireta". Proc. 33308/01 - Ac. 1ª Turma 8783/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 11/7/2002, p. 10

RESCISÃO CONTRATUAL. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO (PDV). INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. ASSISTÊNCIA SINDICAL. VALIDADE. Afigura-se válida a rescisão contratual por adesão ao Programa de Desligamento Voluntário (PDV), praticado pela empresa, mormente quando não há prova ou indício concreto de vício de consentimento, que fica definitivamente afastado diante da assistência da entidade sindical, quer no momento da adesão, quer no momento da homologação rescisória. Proc. 34835/01 - Ac. 2ª Turma 2844/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 19

RESCISÃO CONTRATUAL. SEM JUSTA CAUSA COMETIDA PELO TRABALHADOR. FÉRIAS E 13º SALÁRIO. Na hipótese de rescisão contratual em que o trabalhador não tenha cometido justa causa, a lei lhe assegura as férias e o 13º salário, na forma do parágrafo único do art. 146 da CLT e Lei n. 4.090/62. Proc. 3751/00 - Ac. 2ª Turma 27586/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

RESCISÃO INDIRETA

RESCISÃO INDIRETA. Os motivos para rescisão indireta do contrato de trabalho encontram-se taxativamente enumerados no art. 483, da CLT, letras "a" a "g". Proc. 7634/99 - Ac. 3ª Turma 22450/02. Rel. Domingos Spina. DOE 13/5/2002, p. 177

RESCISÃO INDIRETA. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO NA CTPS. FALTA GRAVE DO EMPREGADOR (ART. 483, "d", DA CLT). A ausência de registro do contrato de trabalho na CTPS constitui falta grave do empregador, nos termos do art. 483, "d', da CLT, pois acarreta a inobservância dos direitos do reclamante, inclusive quanto à comprovação do tempo de serviço para fins de aposentadoria. Proc. 14925/00 - Ac. 1ª Turma 17873/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 44

RESCISÃO INDIRETA. NÃO CONFIGURAÇÃO. Não há que se falar em rescisão indireta por culpa do empregador, quando o obreiro, deixando de atender ao chamado do patrão para retornar ao trabalho, acaba dando causa à extinção de seu contrato de trabalho. Proc. 0431/00 - Ac. SE 14282/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

RESCISÃO INDIRETA. NÃO RECONHECIMENTO. CONSEQÜÊNCIAS. Incabível a rescisão indireta, no caso de o vínculo empregatício ser reconhecido por decisão judicial, mormente quando existentes razões plausíveis para que o reclamado entendesse que possuía com o reclamante uma relação autônoma. Em conseqüência do não reconhecimento da despedida indireta, presume-se que a iniciativa do rompimento do contrato de trabalho foi do empregado, arcando este com os ônus daí advindos. Proc. 390/02 - Ac. 4ª Turma 18443/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 19/9/2002, p. 55

RESCISÓRIA

RESCISÓRIA. ACORDO JUDICIAL REALIZADO EM AUDIÊNCIA NA QUAL NÃO COMPARECEU O RECLAMANTE. VIOLAÇÃO DO ART. 844 DA CLT. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Determinando o art. 844 da CLT o arquivamento da reclamatória quando ausente o reclamante à audiência inaugural, o prosseguimento da sessão nessa hipótese importa em vulneração do referido dispositivo de lei, razão por que se impõe a rescisão de decisão homologatória de acordo judicial realizado pelo patrono do obreiro em prosseguimento daquela. Proc. 110/01-ARE - Ac. SE 247/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 28/2/2002, p. 6

RESCISÓRIA. PRETENDIDA RESCISÃO DE ACÓRDÃO QUE DEFERIU ADICIONAL DE PERICULOSIDADE, SEM A PROVA PERICIAL. IMPOSSIBILIDADE. A ação rescisória não é a via apropriada para discutir a má apreciação da prova, por não corresponder à instância recursal que tem por finalidade, a revisão do processo julgado em outra instância. A ação rescisória é ação constitutiva, cujos pressupostos de admissibilidade são rígidos e impostos pela ordem jurídica, de modo taxativo. Proc. 458/01-ARE - Ac. SE 713/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 4/7/2002, p. 5

RESCISÓRIA. PRETENDIDA RESCISÃO DE ACÓRDÃO QUE LIMITOU O VALOR DA MULTA. INADMISSIBILIDADE, POR SER A MATÉRIA CONTROVERTIDA NOS TRIBUNAIS. Inexiste a violação à coisa julgada e inadmissível a ação rescisória, por ter o v. acórdão limitado o valor da multa aos termos do art. 920 do CC, tendo em vista a existência das Orientações Jurisprudenciais n. 30 e n. 31 da SDI-II do C. TST, que provam, de forma inequívoca, ser a matéria controvertida. Proc. 485/01-ARE - Ac. SE 714/02-A. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 4/7/2002, p. 5

RESILIÇÃO CONTRATUAL

RESILIÇÃO CONTRATUAL. PROVA DAS ALEGAÇÕES. Considerando-se que a testemunha apresentada pela reclamada confirmou que o pedido de resilição foi feito pela autora e que esta não apresentou sequer uma testemunha, não há como amparar a pretensão obreira, por falta de provas. Com efeito, foi a reclamada quem provou o fato impeditivo do direito pleiteado. Proc. 11281/02 - Ac. 5ª Turma 17640/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

RESPONSABILIDADE

RESPONSABILIDADE. DA FORNECEDORA. Os contratos firmados pelas partes, que ocupam o pólo

passivo, resultam da comercialização de combustível, de origem pactuada. Assim, evidencia-se a preocupação em dificultar a prática de determinados atos que possam vir a prejudicar a imagem da fornecedora, ora recorrente, a qual tem exposto seu logotipo no estabelecimento. Contudo, em nenhum momento, apreende-se sua supervisão sobre os funcionários da empresa concessionária, apenas eventual respeito à qualidade do serviço prestado, sem referir-se ao poder diretivo do empregador, propriamente dito. Acrescente-se a total impossibilidade de fiscalização sobre todos os postos existentes no país, da mesma empresa. Além disso, pelo trabalho do reclamante, não foi a empresa recorrente, diretamente beneficiada, como ocorre com as tomadoras de serviço, sendo sua situação semelhante àquela do dono da obra. Proc. 20027/01 - Ac. 1ª Turma 13362/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 8/4/2002, p. 56

RESPONSABILIDADE. DO BANCO QUE ADQUIRE ESTABELECIMENTO DE OUTRO, MESMO QUE EM LIQUIDAÇÃO. O banco adquirente que assume o estabelecimento do antecessor se sub-roga, como legítimo sucessor, pelos débitos trabalhistas, nos termos dos arts. 10 e 448 da CLT. Proc. 11503/02 - Ac. 2ª Turma 24373/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 25/10/2002, p. 16

RESPONSABILIDADE. DOS ENTES PÚBLICOS ANTE FRAUDE. TST, 331 n. II. INTERPRETAÇÃO. A contratação irregular de trabalhador, através de empresa interposta, não gera vínculo de emprego com os órgãos da administração pública direta, indireta ou fundacional por força do disposto no art. 37, II, da Constituição da República, contudo, ante a preservação do próprio Direito do Trabalho (CLT, 2º), deve prevalecer a responsabilidade subsidiária, a despeito da Lei de Licitação. Proc. 17647/00 - Ac. 2ª Turma 32264/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/1/2003, p. 75

RESPONSABILIDADE. FERROBAN. CONTRATO DE CONCESSÃO. Nos termos da concessão levada a efeito entre a Ferroban e a Rede Ferroviária Federal S/A, deve a responsabilidade daquela ser limitada ao período posterior a 01/01/99. GRATIFICAÇÃO QÜINQÜENAL. BASE DE CÁLCULO. Não há que se falar em incidência do adicional de periculosidade na base de cálculo da gratificação qüinqüenal, eis que tal adicional se constitui parcela autônoma do salário, possuindo caráter estritamente indenizatório. A interpretação teleológica do § 2º, do art. 193, da CLT, enseja a conclusão no sentido de que o legislador pretendeu evitar a acumulação de adicionais. Nestes termos, considera-se plenamente remunerado pelos respectivos adicionais o labor em condições mais gravosas à integridade física e mental do trabalhador, não havendo necessidade de promover a incidência de adicional sobre adicional, devendo ser o de periculosidade calculado separadamente dos demais, e os demais, separadamente deste. Não bastasse, inexiste previsão legal a atribuir tal ônus pecuniário à reclamada. Assim, excluem-se da condenação as diferenças salariais resultantes da não inclusão do adicional de periculosidade na base de cálculo do qüinqüênio, bem como suas repercussões. Proc. 37728/00 - Ac. 5ª Turma 5556/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. Reconhecimento de responsabilidade solidária de ex-Prefeito Municipal por contratação de empregado. Incompetência da Justiça do Trabalho para reconhecer a solidariedade, diante da responsabilidade administrativa prevista no § 2º, do art. 37, da CF/88, porque o Prefeito é agente público, não se confundindo com o empregador ou tomador de serviços. Proc. 10199/01 - Ac. 4ª Turma 5157/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 18/2/2002, p. 25

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CÔNJUGE DA EMPREGADORA. ILEGITIMIDADE DE PARTE. Comprovado que a real empregadora do reclamante era a única proprietária da empresa, firma individual, o fato de aquela ser casada, não implica em responsabilidade solidária de seu cônjuge, circunstância que não se subsume no art. 2º, § 2º, da CLT, a ponto de se considerar o marido da empregadora como também empregador do reclamante. Proc. 39497/00 - Ac. 5ª Turma 10147/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 35

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. CONTEMPORANEIDADE. A responsabilidade solidária prevista no § 2º do art. 2º da CLT constitui exceção legal, e por este fato, o grupo econômico deve ser certo e contemporâneo ao momento da condenação. Proc. 9338/02 - Ac. 2ª Turma 24378/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 25/10/2002, p. 16

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. DAS RECLAMADAS. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LIGADOS À ATIVIDADE-FIM. Reconhecidos que os serviços prestados à tomadora estavam ligados à sua atividade-fim, nítida é a fraude na contratação, pois tais serviços jamais poderiam ser

terceirizados, em face dos termos do Enunciado n. 331 do C. TST, que considera a terceirização de atividade-fim ilegal. Portanto, impõe-se a responsabilidade solidária das reclamadas, posto que a utilização de mão-de-obra necessária para consecução de seus fins, através de empresa interposta, configura verdadeiro ato ilícito, havendo que se aplicar os arts. 159 e 1.518 do CCB. Proc. 13659/00 - Ac. 1ª Turma 10408/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 42

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. OU SUBSIDIÁRIA. EMPREITADA. Muito embora haja documentos confirmando a existência de um contrato de empreitada entre as demandadas, este teve como objeto obra com duração de apenas 4 meses, inexistindo, ademais, prova de que o reclamante tenha efetivamente prestado serviços à segunda reclamada. Mantenho, pois, a improcedência da ação quanto à segunda reclamada (que negou sua responsabilidade solidária ou subsidiária). Proc. 39723/00 - Ac. 5ª Turma 5559/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SUBEMPREITADA. LIMITAÇÃO. Havendo reconhecimento expresso da existência de contrato de subempreitada entre as reclamadas, a hipótese prevista pelo art. 455, da CLT, deverá ser limitada ao período em que a pactuação civil vigorou. Proc. 38688/01 - Ac. 5ª Turma 1538/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SUBSIDIÁRIA. DONA DA OBRA. IMPROCEDÊNCIA. Considerando-se que a empresa tomadora é a dona da obra, por ter contratado uma prestadora de serviços para efetuar montagem eletrônica do sistema de modernização de seus equipamentos, tem-se que ocorreu entre as empresas um contrato de natureza estritamente civil, assunto alheio a essa Justiça Especializada, que em nenhum momento se confunde com o contrato de trabalho que se estabelece entre a empresa fornecedora dos serviços e seus funcionários, não havendo como amparar o pedido de condenação solidária, tampouco subsidiária da empresa tomadora. Proc. 39544/00 - Ac. 5ª Turma 1972/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 34

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. INOCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE DE PARTE. A sucessão trabalhista ocorre quando há mudança de propriedade da empresa, concomitante com a mudança de seus empregados, provocando transferência de direitos e obrigações para o novo empregador. Provando-se que a real empregadora mudou-se, mas continuou existindo em outro lugar, não há se falar em responsabilidade solidária da nova empresa estabelecida no mesmo lugar, havendo que se extinguir o processo sem julgamento de mérito, em face da ilegitimidade de parte da demandada. Proc. 37708/00 - Ac. 5ª Turma 3740/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 28/1/2002, p. 50

RESPONSABILIDADE SUBISIDIÁRIA

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Demonstrado o benefício direto com o trabalho, resta inequívoca a responsabilidade subsidiária do tomador de serviços. Enunciado n. 331, IV, do C. TST. Proc. 26738/01 - Ac. 3ª Turma 13675/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 8/4/2002, p. 66

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. É cabível a responsabilidade subsidiária prevista no inciso IV do Enunciado de n. 331 do E. TST quando a reclamada, além de ter participado da relação processual, consta do título executivo judicial. Proc. 36205/01 - Ac. 5ª Turma 9705/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 23

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. É injurídico e inconstitucional o art. 71 da Lei n. 8.666/93 (licitação) na parte que exime as entidades da Administração Pública da responsabilidade subsidiária, ante o disposto nos seguintes dispositivos: CF/88, arts. 37, § 6º; 5º - XXIII, 170 - III; CLT, art. 2º e Enunciado n. 331, inciso IV da Súmula do TST (Resolução n. 96/00). Proc. 5253/00 - Ac. 2ª Turma 8607/02. Rel. José Pitas. DOE 4/3/2002, p. 59

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Na aplicação da responsabilidade subsidiária prevista no Enunciado n. 331 do C. TST e sendo revel e confessa a real empregadora, a defesa da tomadora dos serviços, no que se refere à matéria de fato, fica prejudicada, já que, por questão de lógica, a mesma não se envolveu na rotina de trabalho do empregado. Proc. 11869/00 - Ac. 3ª Turma 23762/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 218

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O contrato firmado entre as empresas denuncia a exigência de prestação de serviços conforme regras impostas pela tomadora, dentro de sua própria sede (fls. 45/50). Embora não se reconheça o vínculo empregatício com a 2ª reclamada, evidencia-se ter sido beneficiada pelo labor do obreiro, durante um período bastante longo, sem constatar a regularidade por parte da empresa contratada, no cumprimento de suas obrigações com os empregados. Proc. 29611/01 - Ac. 1ª Turma 20027/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 13/5/2002, p. 106

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. "In casu", por ser a tomadora dos serviços do reclamante, a terceira reclamada é responsável subsidiária por eventuais créditos trabalhistas, tendo em vista que se beneficiou dos serviços daquele (aplicação do Enunciado n. 331). Proc. 26066/99 - Ac. SE 10577/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 48

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. "In casu", no entanto, não há que se falar em responsabilidade de quaisquer das recorridas, posto que o recorrente se encaixa como trabalhador autônomo, assumindo os riscos inerentes a essa condição. Proc. 31885/99 - Ac. SE 10943/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que este tenha participado da relação processual e conste também do título executivo judicial. "In casu", por ser a tomadora dos serviços do reclamante, a terceira reclamada é responsável subsidiária por eventuais créditos trabalhistas, tendo em vista que se beneficiou dos serviços daquele (aplicação do Enunciado n. 331). CONTRATO DE EXPERIÊNCIA. AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO NA CTPS. NULIDADE. Justifica-se a declaração de invalidade do contrato de experiência, nos termo do art. 9º da CLT, comprovada falta de anotação na CTPS do empregado. Proc. 27971/99 - Ac. SE 14597/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Quem contrata trabalhador por empresa interposta para prestar serviço em atividade meio, responsabiliza-se subsidiariamente pelos créditos deferidos ao autor de demanda trabalhista, desde que tenha participado da relação processual, nos termos do Enunciado n. 331 do TST. Proc. 34703/01 - Ac. 5ª Turma 9649/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 21

RESPONSABILIDADE SUBISIDIÁRIA. Responde subsidiariamente o tomador de serviços quanto às obrigações trabalhistas do empregador. Enunciado n. 331, IV, do C. TST. VERBAS RESCISÓRIAS. QUITAÇÃO. A ressalva expressa e especificada da entidade sindical assistente quanto a parcelas constantes do recibo, mas não satisfeitas no ato da homologação, afasta a incidência do Enunciado n. 330 do C. TST ante a falta de quitação. Não comprovado o pagamento, são devidas as verbas rescisórias. SALÁRIO. SALDO. DOBRA DO ART. 467 DA CLT. O não pagamento em primeira audiência de saldo salarial incontroverso, tanto que constante de ressalva expressa no TRCT, torna devida a dobra do art. 467 da CLT. MULTA. ART. 477 DA CLT. A falta de quitação das verbas rescisórias no prazo legal faz devida a multa do art. 477 da CLT. COMPENSAÇÃO. VERBAS PAGAS SOB O MESMO TÍTULO. Correta a autorização de compensação, pleiteada em defesa, de verbas que tenham sido, comprovadamente, pagas sob o mesmo título daquelas deferidas em sentença, conforme ficar apurado em liquidação. Proc. 155/00 - Ac. SE 26828/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Se a empresa contratada não cumpre as obrigações trabalhistas, em relação aos trabalhadores tidos como seus empregados, não há como deixar de responsabilizar a empresa contratante, tomadora dos serviços, ainda que subsidiariamente, pelas obrigações decorrentes do contrato de trabalho que deixaram de ser cumpridas, até por culpa "in eligendo" e "in vigilando", em face das disposições contidas no inciso IV, do Enunciado n. 331, do C. TST, segundo o qual, "o inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial (art. 71 da Lei n. 8.666/93)". Proc. 7283/00 - Ac. 3ª Turma 5708/02. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 18/2/2002, p. 42

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL A ENTIDADE FILANTRÓPICA. NÃO CABIMENTO. Curial que é dever do Estado, assim como da sociedade em geral, especialmente de entidades beneficentes, prestar assistência às pessoas carentes, incumbindo-lhes sempre, seja através de seus próprios órgãos, seja através de estruturas paraestatais, assegurar o bem-estar comum (art. 204, I, CF). Nesse passo, não só é lícito e desejável que a Administração Pública firme convênios com outras entidades, públicas ou privadas, para a consecução de seus objetivos, mas também que conceda subvenções sociais a instituições idôneas que prestem serviços na área de assistência social, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei n. 4.320/64. Nesse diapasão, não há que se aplicar, a Lei de Licitações ou a Súmula n. 331 do C. TST, quando a relação entre o ente público e a instituição beneficiária derivar exclusivamente de concessão de subvenções sociais, amparada por lei. Proc. 13853/02 - Ac. 2ª Turma 28981/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/11/2002, p. 17

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. CONVÊNIO. NÃO CABIMENTO. Curial que é dever do Estado, assim como à família e à sociedade em geral, prestar assistência à criança e ao adolescente, especialmente ao carente, incumbindo-lhe, seja através de seus próprios órgãos, seja através de estruturas paraestatais, assegurar ao menor, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização, além de colocá-lo a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (art. 227, CF). Nesse passo, não só é lícito como também desejável que a Administração Pública firme convênios, nos termos do art. 116 da Lei n. 8.666/93, com outras entidades, públicas ou privadas, para a consecução de seus objetivos - no caso, a profissionalização e a proteção do menor carente, na qualidade de aprendiz. Assim é que, segundo o art. 71 do mesmo texto legislativo, não se transfere à entidade pública os encargos trabalhistas inadimplidos, disposição cuja observância se impõe sobretudo porque a Administração Pública apenas contribuía para a formação profissional do menor, no exercício de atividade de relevante valor social. Admitir-se o contrário seria atentar contra o próprio propósito da lei, desestimulando a formação de convênios que atendem aos desideratos sociais e políticos do Estado. Inteligência do art. 5º, LICC e do art. 71, Lei n. 8.666/93. Proc. 24504/02 - Ac. 2ª Turma 25723/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 12

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. DONA DA OBRA. NÃO CABIMENTO. Comprovada a realização de regular procedimento licitatório para a construção de estabelecimento de ensino público, inaplicável a pretendida responsabilização subsidiária do Município. Proc. 36377/01 - Ac. 5ª Turma 6956/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 27/6/2002, p. 33

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICAÇÃO. A responsabilidade subsidiária é de rigor para o tomador toda vez que houver terceirização dos serviços, sob pena de se retirar do trabalhador as proteções mínimas garantidas pelo ordenamento jurídico. É isso o que legitima a aplicação do Enunciado n. 331 do TST, pois embora a tomadora não seja a real empregadora do obreiro foi ela quem efetivamente beneficiou-se do serviço prestado. Proc. 35211/01 - Ac. 5ª Turma 9660/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 18/7/2002, p. 22

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICAÇÃO RESTRITIVA ÀS VERBAS DE NATUREZA TRABALHISTA. A aplicação da responsabilidade subsidiária deve ser imposta restritivamente, para incidir apenas sobre direitos trabalhistas, e não sobre multas de índole punitiva, tais como as dos arts. 467 e 477, da CLT, e as sanções normativas. Proc. 36102/00 - Ac. 5ª Turma 8941/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 71

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ART. 71 DA LEI N. 8.666/93. ENUNCIADO N. 331, IV, TST. O art. 71 e seu § 1º, da Lei n. 8.666/93, conquanto faça expressa exclusão da responsabilidade da Administração Pública quanto ao pagamento dos encargos trabalhistas, em caso de inadimplência do contratado, não pode se sobrepor aos direitos e garantias fundamentais assegurados pela Carta Magna/88. A Constituição da República constitui uma unidade, cujas diretrizes não podem ser interpretadas isoladamente, sendo certo que os valores sociais do trabalho constituem-se em um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º, IV). Assim sendo, não se pode privilegiar a Administração Pública em detrimento dos preceitos constitucionais de proteção ao trabalho (arts. 6º e 7º). Inteligência do inciso IV do Enunciado n. 331 do TST. Proc. 22777/01 - Ac. 3ª Turma 15806/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 56

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ATRIBUÍDA AO ENTE PÚBLICO. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS. O tomador de serviços é responsável subsidiário, no caso de inadimplência do empregador, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e para tal necessita participar da relação processual e constar do título executivo judicial, na conformidade do Enunciado n. 331, IV, do C. TST. Proc. 31624/01 - Ac. 1ª Turma 330/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 9/5/2002, p. 8

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFICIÁRIA DOS SERVIÇOS. CULPA "IN VIGILANDO". A responsabilidade subsidiária da beneficiária da mão-de-obra do reclamante subsiste, haja vista que a empregadora não cumpriu com as obrigações trabalhistas, ocorrendo na hipótese a culpa "in vigilando" da recorrente, posto que, na condição de beneficiária dos serviços executados pelo reclamante, deveria fiscalizar o cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da outra reclamada. Responsabilidade subsidiária que se mantém nos termos do inciso IV do Enunciado n. 331 do C. TST. Proc. 27829/00 - Ac. 1ª Turma 15571/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 48

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. BENEFÍCIO DE ORDEM. Esgotadas as possibilidades de localização do devedor principal ou de bens deste para garantir a execução, passa-se adiante no benefício de ordem, alcançando-se o devedor em caráter subsidiário. Proc. 34051/01 - Ac. 5ª Turma 29600/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 185

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CESP. DONA DA OBRA. A relação entre a terceira reclamada e as demais não se configura como subempreitada, conforme disposto no art. 455 da CLT, mas sim de contrato para execução de obra (complementação do canal e construção de muro-guia da eclusa de Promissão - vide cláusula 1ª). Não há qualquer nulidade na contratação civil havida entre a terceira e a segunda reclamadas: o procedimento adotado pela CESP (órgão da administração indireta) encontra específico amparo legal, sendo certo que o contrato de fls. encontra-se revestido de todos os requisitos formais, representando ato jurídico perfeito, com objeto lícito e validade assegurada pelo art. 5º, XXXVI, da CF vigente. Há de se frisar, ainda, que a pretensão encontra óbice intransponível, qual seja, o não cumprimento do requisito constitucional para ingresso em órgão da administração indireta: a submissão a concurso público (inciso II, art. 37, da CF e inciso II, do art. 115, da Constituição do Estado de São Paulo). Proc. 38725/00 - Ac. 5ª Turma 11557/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 80

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. CONSTRUÇÃO CIVIL. EMPRESA INCORPORADORA OU ADMINISTRADORA. CABIMENTO. A empresa incorporadora ou administradora na área de construção civil responde pelos encargos trabalhistas inadimplidos, decorrentes dos contratos de trabalho firmados pelo empreiteiro prestador de serviços na obra. Orientação Jurisprudencial n. 191, da SBDI-1, do C. TST. Proc. 13894/00 - Ac. 1ª Turma 6658/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/2/2002, p. 73

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A responsabilidade subsidiária dos órgãos da Administração Pública decorre da aplicação supletiva do art. 159 do CC ao Direito do Trabalho (art. 8º, parágrafo único da CLT) e também do quanto disposto no art. 37, § 6º da CF, que afasta a incidência da exceção contida no art. 71 da Lei n. 8.666/93, dada a sua incompatibilidade com a Lei Maior. Proc. 16726/00 - Ac. 2ª Turma 1874/02. Rel. Irene Araium Luz. DOE 14/1/2002, p. 61

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DA TOMADORA DOS SERVIÇOS. O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações. Mesmo a empresa pública não está desonerada de responder subsidiariamente pelas obrigações, ante o contido no art. 173, § 1º, da Magna Carta (entendimento sedimentado no Enunciado n. 331, IV, do C. TST). Proc. 9084/00 - Ac. SE 14208/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 4

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS. INEXISTÊNCIA. Distribuidora de derivados de petróleo não tem responsabilidade subsidiária ou solidária nos contratos de emprego dos trabalhadores de postos de combustíveis que comercializam seus produtos, eis que o relacionamento é apenas comercial, sem qualquer relevância para as exigências da distribuidora quanto à apresentação do estabelecimento e seus empregados. Proc. 12445/02 - Ac. 1ª Turma 31343/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 10/1/2003, p. 65

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DO TOMADOR DE SERVIÇOS DO EMPREGADOR INIDÔNEO. A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços decorre do entendimento sumulado pelo C. TST, através do Enunciado n. 331 (item IV), tendo em vista o fato de ter sido o beneficiário direto dos serviços prestados pelo empregado e este, tem direito de ver garantidas as verbas deferidas, pois é obrigação da contratante certificar-se da idoneidade econômico-financeira da empresa que contrata, sob pena de incorrer em culpa "in eligendo". Proc. 8843/00 - Ac. 3ª Turma 12528/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 8/4/2002, p. 28

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONA DA OBRA. FUNDAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.

Não se pode admitir a condenação subsidiária de fundação pública pelas obrigações trabalhistas decorrentes de vínculos empregatícios mantidos entre subempreiteira contratada pela vencedora de licitação para a construção de unidade educacional e seus empregados, seja porque inaplicáveis os termos do art. 455, da CLT, à dona da obra, seja porque atendidos os requisitos da Lei n. 8.666/93. Proc. 27665/01 - Ac. 5ª Turma 1860/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 30

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DONO DA OBRA. A prestação de trabalho emergencial não pode ser confundida com a prestação de serviços eventuais, nem caracteriza o tomador como dono da obra. Proc. 6433/02 - Ac. 4ª Turma 6577/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 27/6/2002, p. 32

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. Comprovada a prestação de serviços pelo trabalhador ao tomador, não há como fugir da responsabilidade subsidiária, mormente quando o empregador não cumpre com as obrigações trabalhistas. "In casu", ocorre a culpa "in vigilando", devendo o tomador dos serviços responder subsidiariamente nos termos do inciso IV, do Enunciado n. 331 do C. TST. RETIFICAÇÃO DA CTPS. AVISO PRÉVIO INDENIZADO. A data da saída a ser anotada na CTPS deve corresponder à do término do prazo do aviso prévio, ainda que indenizado, conforme Orientação Jurisprudencial n. 82 da SDI do C. TST. Assim, determina-se a retificação da data demissional para 03/12/98. Proc. 27535/99 - Ac. SE 14575/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 9

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA TOMADORA LIGADA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PETROBRAS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Há óbice legal intransponível para o reconhecimento da responsabilidade subsidiária de empresa tomadora ligada à Administração Pública, nos termos da Lei n. 8.666/93, que regulamenta o art. 37, XXI, da CF/88, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública, sendo indiscutível que a Petrobras está sujeita ao referido diploma legal, ressaltando-se que a finalidade da citada lei não foi estabelecer 'odiosa discriminação' e sim proteger o interesse público dos abusos na gestão da coisa pública. Além do que, a Petrobras, como dona da obra, necessitando ampliar suas intalações, contratou a 2ª recorrida para execução de serviços de montagem de equipamentos, pré-fabricação e montagem de tubulação e execução de projetos em geral. Portanto, o contrato celebrado entre a tomadora e a prestadora tem natureza estritamente civil, não podendo resultar em responsabilização da dona da obra, na esfera trabalhista. Proc. 37072/01 - Ac. 5ª Turma 1495/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. ART. 71, DA LEI N. 8.666/93. Ainda que o vínculo não se forme entre o empregado e o tomador dos seus serviços, na forma do que dispõe os incisos II e III, do Enunciado n. 331, do C. TST, não pode ficar afastada a responsabilidade deste, por culpa "in eligendo" e "in vigilando", face às disposições contidas no inciso IV, do já referido Enunciado n. 331. O fato de ter o ente público, que é a recorrente, contratado empresa prestadora de serviço, no caso a primeira reclamada, através de processo de licitação regular, não o exime da responsabilidade subsidiária pelas obrigações trabalhistas da sua contratada, cujo procedimento deve ser fiscalizado durante todo o tempo de duração do contrato, não se esgotando, a fiscalização, no processo de escolha. Proc. 8232/02 - Ac. 3ª Turma 24580/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 25/10/2002, p. 28

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. ENTE PÚBLICO. CABIMENTO. Face à nova redação dada ao inciso IV do Enunciado de n. 331 do E. TST, é cabível a aplicação da responsabilidade subsidiária aos entes públicos. Proc. 9387/02 - Ac. 5ª Turma 1892/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 31

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. FORNECEDOR E REVENDEDOR (DISTRIBUIDOR). IMPROCEDÊNCIA. Tratando-se de micro-empresa que contrata vendedores para revender mercadorias (revistas, livros), não pode a fornecedora (uma editora) responder subsidiariamente por obrigações trabalhistas descumpridas pela real empregadora dos vendedores, que é a distribuidora. Acompanhando acórdão do TST, do então Ministro Mozart Victor Russomano, também entendo que o simples fato de uma empresa produzir e outra, sem nenhum vínculo com a mesma, distribuir e/ou revender seus produtos, não faz de ambas co-responsáveis pelos débitos trabalhistas da empresa distribuidora (ou revendedora). Proc. 32526/01 - Ac. 5ª Turma 17643/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. FUNDAMENTOS A responsabilidade subsidiária cumpre o imperativo da fidelidade aos princípios do Direito do Trabalho, principalmente, o art. 2º da CLT, que elege o patrimônio da Empresa como "hipoteca legal" dos direitos do trabalhador, disposição esta que foi recepcionada

pela CF, pelos arts. 5º, XXIII e 170, III, que condicionam a legitimidade da propriedade à sua finalidade social. A responsabilidade subsidiária incide, também, em razão da responsabilidade "in eligendo" e/ou "in vigilando", por força do art. 159 do CC. Proc. 2888/00 - Ac. 2ª Turma 18573/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 66

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JULGAMENTO "EXTRA PETITA". INOCORRÊNCIA. Não ocorre julgamento "extra petita" quando o Juízo comina a responsabilidade subsidiária de um demandado, ainda que reclamante tenha formulado apenas o pedido de condenação solidária. Como são institutos muito similares, que partem do mesmo pressuposto de co-responsabilidade, estão sujeitos a situações em que qualquer uma das hipóteses pode se aplicar, de acordo com a interpretação do julgador, como ocorre no caso do art. 455 da CLT. Sendo assim, e ainda considerando-se que a responsabilização solidária implicaria em um maior gravame ao co-devedor, não há óbice em se reconhecer apenas a responsabilidade supletiva. Trata-se, no mais, da aplicação do princípio "jura novit curia", pelo qual o magistrado deve conferir ao caso concreto a melhor adequação jurídica diante dos fatos narrados pelo autor. Proc. 30396/01 - Ac. 3ª Turma 21133/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 142

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. JULGAMENTO "ULTRA" OU "EXTRA PETITA". INOCORRÊNCIA. Não ocorre julgamento ultra ou "extra petita" quando o Juízo comina a responsabilidade subsidiária de um demandado, ainda que reclamante tenha formulado apenas o pedido de condenação solidária. Como são institutos muito similares, que partem do mesmo pressuposto de co-responsabilidade, estão sujeitos a situações em que qualquer uma das hipóteses pode se aplicar, de acordo com a interpretação do julgador, como ocorre no caso do art. 455 da CLT. Sendo assim, e ainda considerando-se que a responsabilização solidária implicaria em um maior gravame ao co-devedor, não há óbice em se reconhecer apenas a responsabilidade supletiva. Trata-se, no mais, da aplicação do princípio "jura novit curia", pelo qual o magistrado deve conferir ao caso concreto a melhor adequação jurídica diante dos fatos narrados pelo autor. Proc. 38924/01 - Ac. 3ª Turma 16100/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 70

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LEI N. 8.666. INCONSTITUCIONALIDADE. O fato de a redação da Resolução n. 96, do TST, de 11/09/00 ser posterior à alteração do art. 71 da Lei das Licitações (§ 1º com redação dada pela Lei n. 9.032, de 28/04/95), que retira explicitamente a responsabilidade dos entes da Administração Pública, induz ao entendimento de que a Jurisprudência do TST afasta a aplicabilidade desta negativa de responsabilidade dos entes públicos, sob compreensível incompatibilidade desta restrição com a natureza do Direito do Trabalho, expressa pelo art. 2º da CLT. O patrimônio da empresa é a "hipoteca legal" dos direitos do trabalhador e recepcionada pela CF que adota a legitimidade da propriedade que cumpra sua função social (CF/88, art. 5º, XXIII e art. 170, III). Proc. 18752/00 - Ac. 2ª Turma 18602/02. Rel. José Pitas. DOE 13/5/2002, p. 67

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LEI N. 8.666/93. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA. Não pode ser aplicado, ante a sua inconstitucionalidade, o disposto no § 1º do art. 71 da Lei n. 8.666/93 (Lei das Licitações), que isenta a administração pública de qualquer responsabilidade, por colidir frontalmente com o princípio da igualdade insculpido no "caput" do art. 5º da Carta Constitucional, ante a inexistência de justificativa racional e genérica para o tratamento diferenciado em relação às demais contratantes de serviços terceirizados. Responsabilidade subsidiária reconhecida (Enunciado n. 331, IV, TST, com a redação dada pela Resolução n. 96/00, DJU 18/09/00). Proc. 23766/01 - Ac. 3ª Turma 6298/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 27/6/2002, p. 23

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LEI N. 8.666/93. INCISO IV DO ENUNCIADO N. 331 DO TST. CABIMENTO. Face a nova redação dada ao inciso IV do Enunciado de n. 331 do E. TST, é cabível a aplicação da responsabilidade subsidiária aos órgãos sujeitos à Lei n. 8.666/93. Proc. 36738/01 - Ac. 5ª Turma 453/02-PATR. Rel. Desig. Nildemar da Silva Ramos. DOE 9/5/2002, p. 23

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. LICITAÇÃO. O art. 71, § 1º da Lei n. 8.666/93 é incompatível com o Direito do Trabalho, especialmente com o art. 2º da CLT, por tentar eliminar a garantia dos débitos trabalhistas, que encontra respaldo no art. 5º inciso XXIII e art. 170, inciso III da CF/88. A licitação não exclui a culpa in vigilando" do tomador de serviços. Por outro lado, enquanto o art. 37-II da CF tutela o bem público do concurso, o § 1º do art. 71 da lei, em exame, tutela o interesse patrimonial do ente público, tomador de serviços. Proc. 35044/01 - Ac. 2ª Turma 27614/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 22

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PROCURA EXAUSTIVA DE BENS DO DEVEDOR PRINCIPAL. DESNECESSIDADE. Pelos fundamentos que justificam a responsabilidade subsidiária, não é necessária a busca exaustiva de bens do devedor principal, como pressuposto para a constrição de bens do devedor supletivo.

A constatação de insolvência pode ser fundada em diligências não exitosas de fechamento do estabelecimento da devedora e/ou de inexistência de bens dos sócios. A partir daí, cabe ao devedor subsidiário, ao ter bens seus penhorados, invocar o benefício de ordem, indicando bens do devedor principal hábeis à penhora. Assim não procedendo, dá ensejo à validade da constrição realizada. Proc. 19393/01 - Ac. 3ª Turma 22414/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 176

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. O inciso IV do Enunciado n. 331 do C. TST, com a redação conferida pela Resolução n. 96, de 11/09/2000, é bastante claro quanto à sua abrangência quando menciona os órgãos da administração direta, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, fazendo inclusive menção ao art. 71 da Lei n. 8.666/93. Proc. 10535/00 - Ac. SE 14223/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. A responsabilidade subsidiária, por força do art. 8º c/c art. 2º da CLT c/c Enunciado n. 331-IV do TST pressupõe a existência de contrato de prestação de serviços e, por isto, exclui a responsabilidade em relação aos contratos meramente comerciais. Proc. 3838/00 - Ac. 2ª Turma 27580/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 14/11/2002, p. 21

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADORA: EMPRESA PRIVADA. LIMITES. A responsabilidade subsidiária aplicada a uma empresa tomadora de serviços, do âmbito privado, só pode se efetivar se, na fase executória, a empresa prestadora dos serviços se revelar inadimplente. E isso após esgotados todos os meios legais de coação contra essa real empregadora. Só então haverá a incidência do inciso IV do Enunciado n. 331 do C.TST. Proc. 36810/00 - Ac. 5ª Turma 5516/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 35

RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA

RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA. DONA DA OBRA. NÃO CABIMENTO. A indústria que celebra contrato de prestação de serviços para execução de obra certa (construção de prédio administrativo) não pode ser responsabilizada pelas verbas decorrentes dos contratos de trabalho perpetrados entre a empreiteira e seus empregados. O objeto da contratação havida entre as demandadas possui natureza estritamente civil, assunto alheio a essa Justiça Especializada. Proc. 35382/01 - Ac. 5ª Turma 29434/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA. TOMADORA DE SERVIÇOS. RESTRIÇÃO DA CONDENAÇÃO AO PERÍODO EM QUE VIGOROU O CONTRATO CIVIL. A responsabilização subsidiária da empresa tomadora deve se restringir ao período em que vigorou o contrato civil de prestação de serviços. Proc. 1250/98 - Ac. 5ª Turma 29438/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 179

REVELIA

REVELIA. Por observância ao quanto disposto no parágrafo único do art. 774, Consolidado, presume-se recebida a intimação postal no prazo de 48 horas de sua postagem, sendo certo que não encontrado o destinatário neste interstício, os Correios devem devolver à Vara de origem dita intimação. E este caso não se verificou nos autos. O que restava à ré, para elidir, não só a pena de confissão a ela imputada, mas também para lhe afastar a revelia imposta, era certificar-se nas agências do Correio, buscando verificar quem firmou o recibo de entrega da intimação, inclusive verificando sua data. Aí, sim, demonstrado qualquer equívoco ou extemporaneidade ao Juízo, por certo que o destino da presente ação seria outro. Proc. 5714/02 - Ac. 3ª Turma 26580/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 8/11/2002, p. 26

REVELIA. ALEGAÇÃO DE MOTIVO RELEVANTE PARA A AUSÊNCIA, A AUDIÊNCIA, DO RECLAMADO. MAL SÚBITO. ATESTADO MÉDICO SEM INDICAÇÃO DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO. IMPROPRIEDADE. OCORRÊNCIA. A garantia constitucional da ampla defesa, e obliquamente do contraditório, constitui desiderato jurisdicional que deve ser preservado - e quando necessário, perseguido - com a mesma dedicação com que se persegue a própria justiça, já que é desta pressuposto essencial de legitimidade. Entretanto, não se pode, simplesmente em nome do direito de defesa, tergiversar acerca dos princípios fundamentais que iluminam o processo, bem como dos deveres processuais impostos pela lei aos litigantes, sob pena de, em nome do contraditório, favorecer-se a parte desonesta, ímproba, o que é

inadmissível. Nesse sentido, deve o julgador, apoiando-se na apreciação livre e racional-motivada das provas, com espeque no princípio da razoabilidade, perquirir os elementos probatórios e indiciários que envolvem o caso em concreto, a fim de alcançar o máximo grau de eqüidade possível. Se o reclamado pretende justificar sua ausência em audiência em decorrência de mal súbito, deve sobretudo apresentar a devida comprovação do alegado - v.g. atestado médico - indicando o exato momento em que a impossibilidade de locomoção se verificou. Aplicação do Enunciado n. 122 do C. TST. Proc. 5056/00 - Ac. 2ª Turma 872/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 30

REVELIA. APLICAÇÃO DO ART. 844, DA CLT. Devidamente notificado e não comparecendo na audiência designada, decreta-se a revelia da ré, bem como se aplica a pena de confissão. Essa confissão é real, na forma do art. 844, da CLT e 319, do CPC. Não há falar-se em elisão desses efeitos, porque essa eliminação dos efeitos da revelia e confissão, só se estabelece, no caso de irregularidade insanável da notificação inicial. A ausência de documentos não exigidos legalmente para a prova do ato, não pode afastar os efeitos mencionados, porque a ausência de defesa tem como conseqüência legal o reconhecimento, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor. Portanto, revel e confessa a ré, a ausência de documentos com a inicial, especialmente, recibos de salários, não pode afastar os efeitos da revelia e confissão, porque não se enquadra na hipótese do inciso III, do art. 320, do CPC. Ao contrário, a exigência de documentos, à exceção do inciso III, do art. 320, do CPC, trata-se de ilegal inversão do ônus da prova. O abrandamento dos efeitos da revelia e confissão, por ausência de defesa e comparecimento na audiência, só pode ocorrer no caso dos fatos que não sejam verossímeis ou inadmissíveis. Proc. 33639/01 - Ac. 4ª Turma 18369/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 13/5/2002, p. 60

REVELIA. CONFISSÃO. A confissão "ficta" quanto à matéria de fato decorrente da revelia do Reclamado não pode se sobrepor à prova documental, mormente em se tratando de documento juntado pelo próprio Reclamante. Proc. 34499/01 - Ac. 1ª Turma 313/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 9/5/2002, p. 8

REVELIA. E CONFISSÃO FICTA. HORAS EXTRAS. EXAGERO CONTIDO NA PETIÇÃO INICIAL. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO. DESCABIMENTO. Em sendo o empregador revel e, em conseqüência, confesso quanto à matéria fática, ainda que a jornada de trabalho declinada na petição inicial contrarie a lógica e bom senso, beirando o absurdo, o pleito relativo ao pagamento das horas extraordinárias alegadamente trabalhadas não pode ser, por tais fundamentos, julgado improcedente, devendo a apuração do número efetivo de horas suplementares prestadas ser relegada para a fase de liquidação da sentença, ocasião em que abrir-se-á procedimento idêntico ao da fase de conhecimento para efeito de serem produzidas provas a respeito via artigos de liquidação e, se não comprovadas, aí sim deverão ser julgados improcedentes os artigos de liquidação. Proc. 25750/99 - Ac. SE 26804/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 15/7/2002, p. 94

REVELIA E CONFISSÃO

REVELIA E CONFISSÃO. ELISÃO. JUSTIFICATIVA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. Não constitui motivo de força maior o não-comparecimento do preposto à audiência, para atendimento de notificação da esfera policial, cujo conhecimento já era do empregador. Proc. 14568/00 - Ac. 1ª Turma 3176/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 79

REVERSÃO

REVERSÃO. AO CARGO EFETIVO. IMPOSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO. Gratificação concedida durante exercício de cargo de confiança, cujo recebimento habitual não restou comprovado, não pode ser incorporada à remuneração do cargo efetivo, em relação ao qual ocorreu a reversão. Inteligência do parágrafo único do art. 468 da CLT. Proc. 29804/01 - Ac. 4ª Turma 7353/02-PATR. Rel. Tereza Aparecida Asta Gemignani. DOE 4/7/2002, p. 33

RITO PROCEDIMENTAL

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais,

adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. PROVA. VALE-TRANSPORTE. REQUISITOS EXIGIDOS PELO ART. 7º DO DECRETO 95.247/87, CONSTITUTIVOS DO DIREITO PLEITEADO. ÔNUS DO AUTOR. A teor do art. 818 da CLT e art. 333, inciso I do CPC, compete ao reclamante comprovar os requisitos exigidos pelo art. 7º do Decreto n. 95.247/87 - v.g. que informou o empregador seu endereço residencial e os serviços ou meios de transporte mais adequados ao seu deslocamento. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 215 da SDI-1 do C. TST. Proc. 4065/00 - Ac. 2ª Turma 1857/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 60

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RECURSO. INTERPOSIÇÃO PELO RÉU. PEDIDO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INTERESSE RECURSAL. PRESENÇA. CONHECIMENTO. De regra, o réu almeja por um julgamento que seja favorável e, preferencialmente, de mérito. Com efeito, um julgamento de mérito obsta a repropositura da ação, na medida em que propicia a formação da chamada coisa julgada material. Excepcionalmente um julgamento sem exame do mérito produz idêntico efeito (inciso V, art. 267, do CPC). Nesse passo, em tese, inegável o interesse recursal por parte do réu, ainda que extinto o processo sem julgamento do mérito. Ou seja, muito embora não tenha havido propriamente uma sucumbência, foi vencido no debate da questão meritória. Proc. 3404/00 - Ac. 2ª Turma 1851/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 60

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. NULIDADE. COMPOSIÇÃO IRREGULAR DO COLEGIADO. DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO DE UM MEMBRO. SENTENÇA PROFERIDA SEM A CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE. DEFEITO DE QUORUM DE INSTALAÇÃO. INAPLICABILIDADE DO ART. 649 DA CLT. INCIDÊNCIA DO DISPOSTO NO § 1º DO ART. 802 DA CLT. Preceitua o § 1º do art. 663 da CLT que havendo impedimento de um dos representantes da categoria econômica ou profissional, a substituição far-se-á pelo suplente, mediante convocação do presidente da Vara. Por outro lado, a incidência da regra do art. 649 da CLT, só é cabível quando o Colegiado encontra-se regularmente constituído, sendo que eventual ausência de um Juiz Classista é irrelevante, porquanto afetará apenas ao funcionamento do Órgão Colegiado. Contudo, quando a falha se encontra em sua composição, com a não convocação do suplemente do Juiz Classista declarado impedido, a mácula se instala no quorum de funcionamento, de tal sorte que a decisão proferida nesta circunstância, encontra-se eivada pela nulidade. Nesta hipótese, o regramento aplicável à espécie, é o disposto no § 1º do art. 802 da CLT. Proc. 21029/00 - Ac. 2ª Turma 363/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/1/2002, p. 13

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHADOR A DOMICÍLIO. PROVA DA NATUREZA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÔNUS DO RECLAMADO. NÃO DESONERAÇÃO. RECONHECIMENTO. Inexiste no Ordenamento Jurídico pátrio distinção entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador e o executado no domicílio do empregado, desde que os demais pressupostos

e elementos da relação de emprego se façam presentes (exegese do art. 6º da CLT). Aduzindo o réu tratar-se de relação civil de prestação de serviços, atrai para si o ônus da justa comprovação das suas assertivas, haja vista que o fato constitutivo do direito do reclamante - a prestação de serviços - passa a ser incontroverso. Não se desvencilhando o reclamado do seu encargo probatório no que tange à natureza civil do pactuado, impõe o reconhecimento do indigitado vínculo empregatício. Proc. 3569/00 - Ac. 2ª Turma 3417/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 39

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. CONTRATO A PRAZO. TRABALHADOR RURAL. SAFRA. PLANTIO E COLHEITA. CARACTERIZAÇÃO. O contrato de safra somente se legitima quando "tenha sua duração dependente de variações estacionais da atividade agrária" (art. 14, parágrafo único, Lei n. 5.889/73), "assim entendidas as tarefas normalmente executadas no período compreendido entre o preparo do solo para o cultivo e a colheita" (art. 19, parágrafo único, Decreto n. 73.626/74). Nesse passo, é válida a contratação do safreiro para a exclusiva execução da colheita, como também, cumulativamente, para o prévio arroteamento do solo, ou para o plantio propriamente dito, desde que relacionados ao mesmo ciclo produtivo. Proc. 20088/00 - Ac. 2ª Turma 3518/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 43

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RECURSO. INTERPOSIÇÃO PELO RÉU. PEDIDO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. INÉPCIA DA INICIAL ARGÜIDA EM CONTESTAÇÃO. INTERESSE RECURSAL. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO. De regra, o réu almeja por um julgamento que lhe seja favorável e, preferencialmente, de mérito. Com efeito, um julgamento de mérito obsta a repropositura da ação, na medida em que propicia a formação da chamada "coisa julgada material". Todavia, em tendo o demandado argüido, em contestação, a inépcia do exórdio, não pode agora pretender a reforma do julgado para ver enfrentado o mérito da causa se a sentença de origem lhe foi favorável, acolhendo sua preliminar. Exsurge, na hipótese, a falta de interesse de agir, inviabilizando por conseguinte o conhecimento do apelo. Proc. 4608/00 - Ac. 2ª Turma 4434/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 74

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TRABALHADOR RURAL. IMÓVEL LOCALIZADO NO PERÍMETRO URBANO. IRRELEVÂNCIA. EXPLORAÇÃO AGRO-ECONÔMICA. CARACTERIZAÇÃO. A Lei n. 5.889/73, ao definir o empregado rural (art. 2º), o faz essencialmente em função do empregador (art. 3º). Nesse passo, a tônica dos dispositivos repousa sobre a exploração de atividade agro-econômica, condicionante essa que se reflete, também, na especificação dos termos "propriedade rural" ou "prédio rústico", aos quais faz referência o art. 2º da Lex. Vale dizer, a localização em si do imóvel onde presta o trabalhador seus serviços não é elemento de diferenciação entre o empregado rural e o urbano, sobrepondo-se a destinação econômica dada à estrutura predial à sua localização propriamente dita. Proc. 3942/00 - Ac. 2ª Turma 4430/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 74

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata

aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. SALÁRIO-UTILIDADE. FORNECIMENTO HABITUAL DE GÊNERO ALIMENTÍCIO. CARACTERIZAÇÃO. O fornecimento diário ao trabalhador de gênero alimentício caracteriza prestação salarial "in natura", compreendendo-se no salário para todos os efeitos legais, mormente quando não caracterizada sua funcionalidade para o trabalho, mas sim em virtude deste. Inteligência do art. 458 da CLT. Proc. 4870/00 - Ac. 2ª Turma 4435/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 74

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. MULTA DO § 8º DO ART. 477 DA CLT. EMPREGADO DOMÉSTICO. INAPLICABILIDADE. Ao empregado doméstico não se aplicam as disposições contidas na CLT, já que tal categoria profissional se sujeita a regime jurídico próprio (Lei n. 5.859/72). Nesse passo, inaplicável à relação de emprego as disposições contidas no art. 477 do Consolidado. Inteligência do art. 7º, "a", CLT. Proc. 15989/00 - Ac. 2ª Turma 4444/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 75

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. LEGITIMIDADE DE PARTE. AFERIÇÃO SEGUNDO O STATUS ASSERTIONIS. CONSTATAÇÃO NO MÉRITO DA AUSÊNCIA DE DIREITO MATERIAL. DECRETAÇÃO DA IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Pela moderna teoria geral do processo, a aferição da legitimidade de parte, deve ser feita em abstrato, ou seja, segundo o que se afirmou em juízo - "status assertionis". Tal conduta se adequa, com maior perfeição, à instrumentalidade da ação e do processo. Se, ao se analisar o mérito, concluir pela ausência do direito pleiteado, a decretação da improcedência é de rigor, porquanto obstar-se-á a repetição da propositura da ação. Proc. 25090/01 - Ac. 2ª Turma 4452/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 75

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. JUNTADA DE DOCUMENTO. FASE RECURSAL. INOBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO N. 8 DO C. TST. IMPOSSIBILIDADE. Só se legitima a apresentação extemporânea da prova documental se não foi apresentada pelo interessado, quando da postulação ou da defesa, por impossibilidade de consegui-la, por ignorar ele sua existência ou localização, ou ainda se houver sido produzida após o julgamento de primeira instância. Aplicação do Enunciado n. 8 do C. TST. Inteligência do art. 397 do CPC. Proc. 3867/00 - Ac. 2ª Turma 4429/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 74

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE. INFRAERO. EMPREGADO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO. DISPENSA IMOTIVADA. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO. A sujeição dos funcionários da Infraero - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, a prévio concurso

público de acesso, como garantia de respeito aos princípios da moralidade e da impessoalidade, lhes assegura direito ao contraditório e à ampla defesa, e ao regular procedimento administrativo, indispensável à convalidação da sua dispensa - sempre motivada - ainda que submetidos a estágio probatório. Proc. 21398/00 - Ac. 2ª Turma 4762/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 13

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. FGTS. MULTA 40% INCIDENTE SOBRE TODO PERÍODO CONTRATUAL. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. VIGÊNCIA LEI 8.213/91. TRABALHADOR OPTANTE. MANTENÇA NO SERVIÇO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 177 DA SDI 1 DO C. TST E SÚMULA n. 17 DO TRT DA 15ª REGIÃO. INDEVIDA. Aposentadoria deferida ao empregado, por iniciativa deste, acarreta a extinção do contrato de trabalho a partir de então, conforme preceitua a Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI 1 do C. TST, isentando o empregador do pagamento de qualquer indenização, processando-se a rescisão contratual como se de pedido de demissão se tratasse. Inteligência da parte final do art. 453 da CLT. Por conseqüência, o trabalhador só faz jus à multa de 40% sobre saldo do FGTS depositado na conta vinculada, relativa ao período posterior à aposentadoria por ele requerida. Proc. 4653/00 - Ac. 2ª Turma 4740/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TRABALHADOR ESPECIALIZADO. JORNALISTA. NÃO PREENCHIMENTO DAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS IMPOSTAS PELA LEI. IRRELEVÂNCIA. EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. CARACTERIZAÇÃO. A Carta Política/88 assegura o "livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão", desde que encontrem-se "atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (art. 5º, inciso XIII). Todavia, ainda que caracterizada a inabilitação teórica do trabalhador para o exercício das especializadas funções profissionais, não se pode ignorar a realidade contratual a que se submete, mormente quando restar comprovado que o empregador, em evidente abuso e desvio das funções originalmente pactuadas, favoreceu-se do trabalho do reclamante, como se habilitado fosse. Nesse passo, privilegiar a forma em detrimento à realidade significaria favorecer o mau empregador que ilicitamente se beneficia do trabalho especializado de quem, por questões subjetivas, não atende às qualificações legais impostas ao regular exercício da profissão. Proc. 3433/00 - Ac. 2ª Turma 4737/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. FALTA DE COMUNICAÇÃO AO EMPREGADOR. POSTULAÇÃO SINGELA DE INDENIZAÇÃO. ABUSO DO DIRETO CONFIGURADO. IMPOSSIBILIDADE. A princípio, desnecessária a comunicação ao empregador do estado gravídico da obreira, bastando considerar o fato objetivo da existência da gravidez para que esta tenha direito à estabilidade, nos termos do art. 10, inciso II, "b" do ADCT, na hipótese de despedida injusta. No entanto, há de se reconhecer que o aludido dispositivo, ao prever a estabilidade à gestante, buscou proteger a empregada visando a sua permanência no emprego. Lesada tal garantia, nasce o direito à reintegração e nunca, diretamente, à indenização; esta, aliás, só é possível na impossibilidade da observância da primeira hipótese. O pedido de simples indenização deve ser rechaçado pela Justiça Obreira, pois nesta circunstância estar-se-á privilegiando a inescrupulosa condição de haver remuneração sem a devida prestação de serviços, em evidente abuso do direito, o que é inadmissível. Proc. 16668/00 - Ac. 2ª Turma 4743/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TRABALHADOR RURAL. EXTRAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL BRUTA. AUSÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PRODUTO. ENQUADRAMENTO SINDICAL COMO INDUSTRIÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RECONHECIMENTO. Improvada a exploração, pelo empregador, de atividades de transformação de matéria-prima vegetal - v.g. goma resina bruta - não há como se acolher a pretensão do reclamante de ver declarado seu enquadramento sindical como industriário, restando certa sua condição de rurícola, diante das peculiaridades contratuais afloradas nos autos. Proc. 16674/00 - Ac. 2ª Turma 4744/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RECURSO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DO QUE SE DECIDIU. INADEQUAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. O recurso deve conter os fundamentos de fato e de direito com que o recorrente impugna a decisão. Se as razões recursais dirigem-se precipuamente contra o que não se decidiu, inviável se torna o exame do apelo. Ora, se a sentença decretou a responsabilidade subsidiária do apelante, e a insurgência vem no sentido de debater a solidariedade entre os reclamados, não merece sequer conhecimento o recurso, por flagrante inadequação. Proc. 16904/00 - Ac. 2ª Turma 4747/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. DESCONTO SALARIAL. CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA. PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. AUSÊNCIA DE OPOSIÇÃO DO TRABALHADOR, DURANTE O PACTO. POSSIBILIDADE. O desconto salarial a título de contribuição confederativa afigura-se possível, quando calcado em convenção coletiva de trabalho, mormente na hipótese da ausência de oposição oportuna do obreiro, perante seu empregador, durante toda a extensão do vínculo empregatício. Nesse passo, afasta-se condenação imposta ao reclamado, no sentido de que proceda à devolução dos indigitados descontos. Proc. 18685/00 - Ac. 2ª Turma 4754/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 12

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. TRABALHADOR EM TRÂNSITO INTERMITENTE ENTRE AMBIENTE QUENTE OU NORMAL E FRIO (CÂMARA FRIGORÍFICA). REPOUSO INTERVALAR ESPECIAL NÃO CONCEDIDO. DEVIDAS. INTELIGÊNCIA DO ART. 253 DA CLT. O trabalhador que, de forma intermitente, exerce suas funções movimentando-se de ambiente quente ou normal para frio - v.g. câmara fria - e vice-versa, transportando produtos entre um e outro, faz jus ao intervalo de vinte minutos a cada uma hora e quarenta minutos de trabalho. A inobservância do repouso intervalar implica no pagamento do mesmo, a título de hora extra. Inteligência do art. 253 da CLT. Proc. 18963/00 - Ac. 2ª Turma 4757/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 12

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. JUNTADA DE DOCUMENTO EM SEDE DE APELO. DESENTRANHAMENTO SUMÁRIO ORDENADO PELO JUÍZO DE ORIGEM. SONEGAÇÃO À INSTÂNCIA REVISORA. INADMISSIBILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. Configura hipótese de cerceamento de defesa a determinação, pela instância de origem, do desentranhamento sumário de documento juntado pela parte em sede de apelo, mormente quando existe alegação de que a matéria nele contida, embora argüida tempestivamente, não foi objeto de apreciação judicial. Proc. 20880/00 - Ac. 2ª Turma 4759/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 12

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM O INÍCIO DA JORNADA. VARIAÇÕES EXCEDENTES A CINCO MINUTOS. CARTÕES DE PONTO QUE DEMONSTRAM O FATO REITERADAMENTE. CARACTERIZAÇÃO. Devem ser considerados como horas extras os minutos que antecedem o início da jornada pactuada, uma vez comprovada a reiteração, através dos cartões de ponto, de variações excedentes a cinco minutos. Inteligência do § 1º do art. 58 da CLT, com redação dada pela Lei n. 10.243/01. Proc. 4633/00 - Ac. 2ª Turma 4739/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 11

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. SALÁRIO COMPLESSIVO. INCLUSÃO DE HORAS EXTRAS E COMISSÕES NA PRÓPRIA FIXAÇÃO DO SALÁRIO. NULIDADE. RECONHECIMENTO. O salário complessivo é aquele pago visando a cobrir vários direitos. Ora, as parcelas que compõe a remuneração devem estar devidamente discriminadas, em valores, nos recibos de pagamento, possibilitando ao trabalhador o efetivo controle sobre as quantias que lhe são devidas. Os acréscimos legais devidos por lei, como no caso de horas extras, devem estar devidamente destacados nos comprovantes de pagamento, como forma de observância do princípio da transperência, a reger as relações trabalhistas (Enunciado n. 91 do C. TST). Inteligência do art. 940 do CC. Proc. 5109/00 - Ac. 2ª Turma 6333/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 62

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE. MEMBRO DO CONSELHO FISCAL. ATIVIDADE QUE SE RESTRINGE À FISCALIZAR A GESTÃO ECONÔMICA. FUNÇÃO ESTRANHA À REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA. NÃO RECONHECIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 522 DA CLT. O membro do componente do Conselho Fiscal tem suas atividades restritas à fiscalização da gestão econômica da entidade sindical, não exercendo, portanto, função de representante da categoria. Nesse passo, não se pode reconhecer-lhe a estabilidade sindical, prevista no ordenamento constitucional. Proc. 20719/00 - Ac. 2ª Turma 6381/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 65

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TRABALHADOR ESPECIALIZADO. JORNALISTA. NÃO PREENCHIMENTO DAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS IMPOSTAS PELA LEI. IRRELEVÂNCIA. EFETIVO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO. CARACTERIZAÇÃO. A Carta Política/88 assegura o "livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão", desde que encontrem-se "atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer" (art. 5º, inciso XIII). Todavia, ainda que caracterizada a inabilitação teórica do trabalhador para o exercício das especializadas funções profissionais, não se pode ignorar a realidade contratual a que se submete, mormente quando restar comprovado que o empregador, em evidente abuso e desvio das funções originalmente pactuadas, favoreceu-se do trabalho do reclamante, como se habilitado fosse. Nesse passo, privilegiar a forma em detrimento à realidade significaria favorecer o mau empregador que ilicitamente se beneficia do trabalho especializado de quem, por questões subjetivas, não atende às qualificações legais impostas ao regular exercício da profissão. Proc. 16639/00 - Ac. 2ª Turma 6354/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 64

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO. INFRAÇÃO PATRONAL NÃO INDIVIDUALIZADA. NÃO CONFIGURAÇÃO. A rescisão indireta do contrato de trabalho só pode ser declarada diante do cometimento da falta grave pelo empregador, segundo os fatos individualizados na lide. Nesse passo, não há que se reconhecer a infração patronal, e em conseqüência, a rescisão indireta do pacto, se o próprio reclamante demonstra incerteza quanto à falta cometida. Proc. 5599/00 - Ac. 2ª Turma 6341/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 63

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RECURSO. SUCUMBÊNCIA. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. Dentre os pressupostos de admissibilidade dos recursos encontra-se o interesse recursal, radicado na sucumbência tonificada pelo estado de desfavorabilidade em que foi lançada a parte recorrente. Se a decisão de origem não lhe foi desfavorável, quer direta, quer indiretamente, não há que se admitir sua irresignação recursal, em face da indigitada ausência de interesse. Proc. 5605/00 - Ac. 2ª Turma 6342/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 63

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ATENDENTE DE TELEMENSAGENS. EQUIPARAÇÃO ÀS FUNÇÕES DE DATILÓGRAFO E DIGITADOR. IMPOSSIBILIDADE. INAPLICAÇÃO DO ART. 72 DA CLT. INDEVIDAS. O exercício das funções de atendente telefônico para a transmissão de telemensagens digitadas via "BIP" não se equipara à atividade típica do "digitador", mas sim enquadra-se na designação de "telefonista assemelhado", fixada pela "Classificação Brasileira de Ocupações" sob o Código CBO n. 3-80.90.

Nessa esteira, inaplicável a essa categoria profissional o disposto no art. 72 do Consolidado. Proc. 4993/00 - Ac. 2ª Turma 6327/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 61

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HONORÁRIOS ADVOCATÍCOS. PARTE ASSISTIDA POR ENTIDADE SINDICAL. REMUNERAÇÃO ACIMA DO DOBRO DO MÍNIMO LEGAL. PROVA DE SUA MISERABILIDADE. CABIMENTO. Mesmo após a Novel Constituição, persiste ainda que formalmente, o "jus postulandi". Assim, a verba honorária advocatícia, segundo a interpretação da Alta Corte Trabalhista, só é cabível se preenchidos os requisitos elencados no Enunciado n. 219, o qual foi confirmado pelo Enunciado n. 329/TST, a saber, estar o obreiro assistido pela entidade sindical e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo legal ou encontrar-se em situação econômica que não lhe permita demandar sem prejuízo da sua subsistência e de sua família. Presentes essas condições, devida a verba honorária advocatícia. Proc. 15844/00 - Ac. 2ª Turma 6348/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 63

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. REMUNERAÇÃO POR HORA. INCIDÊNCIA TÃO-SOMENTE DO ADICIONAL. No trabalho remunerado por hora, as excendentes à jornada legal, devem ser calculadas tomando como base, apenas o adicional, posto que as horas já foram devidamente remuneradas, pela forma de trabalho indicada. Proc. 4688/00 - Ac. 2ª Turma 6320/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/2/2002, p. 61

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO. LEI N. 6.019/74. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. DECRETAÇÃO DA NULIDADE. Se a formação dos contratos de trabalho temporários ressentem-se dos requisitos exigidos pela Lei n. 6.019/74, impõe-se a decretação de sua nulidade, por força do art. 9º da CLT, reconhecendo a formação do vínculo empregatício diretamente com a empresa tomadora de serviços. Proc. 18798/00 - Ac. 2ª Turma 8888/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 69

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. GARANTIA DE EMPREGO. PEDIDO SINGELO DE INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. A legislação ordinária, ao prever a estabilidade provisória do empregado, buscou protegê-lo, visando a sua permanência no emprego. Lesada tal garantia, nasce o direito à reintegração e nunca, diretamente, à indenização. Esta só é possível na impossibilidade da observância da primeira hipótese. O pedido de simples indenização deve ser rechaçado pela Justiça Obreira, pois nesta circunstância estar-se-á privilegiando a inescrupulosa condição de haver remuneração sem a devida prestação de serviços. Proc. 21324/00 - Ac. 2ª Turma 7598/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 28

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. INTERVALO INTRAJORNADA. ACORDO INDIVIDUAL DE COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEVIDAS. O acordo individual para compensação de horas só pode ser admitido em face da duração semanal de trabalho efetivo, e não diante da ausência do interregno para repouso e alimentação. Tal ocorre porque o intervalo intrajornada se destina a minimizar os nocivos efeitos que a prolongada prestação ininterrupta de serviços pode acarretar à saúde do trabalhador, e nesse passo adquire o art. 71 do Consolidado nítida feição pública, cuja rigorosa observância se impõe. Ademais, o regime de compensação estatuído pelo art. 59 da CLT se destina a preservar o equilíbrio da duração semanal do trabalho, e como é cediço, os intervalos para descanso não se computam nas jornadas laborativas - art. 71, § 2º, CLT - restando salvaguardados, portanto, de quaisquer expedientes compensatórios. Proc. 20609/00 - Ac. 2ª Turma 7592/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 27

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. GESTANTE. GARANTIA DE EMPREGO. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 10, II, "b", DOS ADCT. CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO O art. 10, II, "b", dos ADCT, ao prever a estabilidade à gestante, buscou proteger a empregada, visando a sua permanência no emprego. Lesada tal garantia, nasce o direito à reintegração e nunca, diretamente, à indenização. Esta só é possível na impossibilidade da observância da primeira hipótese. Negada à obreira a possibilidade de retorno ao emprego, e já se esgotado o período estabilitário, a conversão em indenização é de rigor. Proc. 32936/00 - Ac. 2ª Turma 7603/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 28

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FIRMA INDIVIDUAL OU SOCIEDADE MERCANTIL ABERTA PELO EMPREGADO, NO CURSO DO PACTO LABORAL, POR IMPOSIÇÃO DO EMPREGADOR. FRAUDE. RECONHECIMENTO. A imposição pelo empregador a seus funcionários da constituição de sociedade civil-mercantil de prestação de serviços, como condição à manutenção do pacto laboral, evidencia inadmissível abuso do poder econômico cuja correção se reclama, como imperativo de Justiça. O art. 9º da CLT salvaguarda o contrato de trabalho de qualquer ato praticado com o objetivo de "desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos" contidos no Diploma Laboral. Vale dizer, comprovada a finalidade fraudulenta, restam nulos de pleno direito os atos que ameacem a relação de emprego, quer direta, quer indiretamente. Proc. 20025/00 - Ac. 2ª Turma 7585/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 4/3/2002, p. 26

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. LEGITIMIDADE PASSIVA. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE A FIGURA DO EVENTUAL DEVEDOR E AQUELA DO ATUAL RECLAMADO. IMPOSSIBILIDADE. NÃO RECONHECIMENTO. Legítima é a parte em face

de quem se pretende ver declarada situação jurídica, ou contra quem se espera uma providência jurisdicional favorável. Em outras palavras, deve a ação ser proposta contra o devedor in concreto, segundo os parâmetros de que já dispõe o reclamante preteritamente ao ajuizamento da reclamatória, sob pena de indeferimento da petição inicial. Inteligência do art. 267, VI do CPC. Proc. 16826/00 - Ac. 2ª Turma 9669/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 19

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. NULIDADE. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. DESISTÊNCIA DO PROCESSO DECLARADA DIANTE DA AUTORIDADE JUDICIÁRIA COMPETENTE. AUSÊNCIA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. Não é crível que as declarações da parte - v.g. requerimento de desistência do processo - tomadas a termo pela autoridade judicial competente se dêem sob coação, ou qualquer outro vício de consentimento. Não há como se falar em nulidade processual sem que sejam apresentadas provas robustas do alegado. Proc. 16945/00 - Ac. 2ª Turma 9593/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 15

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. JORNADA CONSTITUCIONAL. CONCESSÃO DE INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO. IRRELEVÂNCIA. CARACTERIZAÇÃO. Como assentado na Jurisprudência, não descaracteriza o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento a concessão de intervalo no curso da jornada. Aplicação do Enunciado n. 360 do TST. Proc. 20916/00 - Ac. 2ª Turma 9716/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 21

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. PETIÇÃO INICIAL. INÉPCIA. RECONHECIMENTO. CAUSA DE PEDIR IMPRECISA E PEDIDO INCERTO. INDEFERIMENTO. Na processualística moderna, deve o direito de ação ser exercido com a responsabilidade e com a seriedade que o exercício de qualquer direito reclama. Nesse passo, incumbe ao autor indicar, na petição inicial, os fatos que fundamentam seu pedido - art. 282, III e art. 295, parágrafo único, I do CPC - aduzindo de forma clara, precisa e determinada sua pretensão - exegese do art. 286 do Diploma Processual comum. Somente diante da clareza do petitório inaugural é que se poderá assegurar de forma ampla - segundo o desiderato constitucional - o direito de defesa, não sendo razoável transferir ao demandado o ônus de se defender contra fatos imprecisos ou incertos. Inépcia da petição inicial reconhecida. Proc. 20936/00 - Ac. 2ª Turma 9621/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 17

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. ACIDENTE DE TRABALHO. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO OU INDENIZAÇÃO APÓS EXPIRADO O

PERÍODO ESTABILITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. A CF e a Lei n. 8.213/91, ao preverem a estabilidade do trabalhador acidentado, buscou protegê-lo de tal sorte que o infortúnio não lhe traga maiores prejuízos, garantindo-lhe, ao menos, as mesmas condições de subsistência pelo prazo de um ano. Lesada tal garantia, nasce o direito à reintegração e nunca, diretamente, à indenização. Esta só é possível na impossibilidade da observância da primeira hipótese. Agiganta-se ainda mais tal impossibilidade, quando o pedido é formulado após o término do período estabilitário, pois nesta circunstância, estar-se-á privilegiando a inescrupulosa condição de haver remuneração sem a devida prestação de serviços. Proc. 20467/00 - Ac. 2ª Turma 9615/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 17

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RECURSO. INTERESSE RECURSAL. BEM DE VIDA OBJETO DO RECURSO CONTEMPLADO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE UM DOS PRESSUPOSTOS OBJETIVOS. NÃO CONHECIMENTO. Dentre os pressupostos objetivos do recurso, está o interesse. Se a decisão de origem contempla o bem de vida perseguido nas razões recursais, falta-lhe o interesse, óbice instransponível para o conhecimento. Proc. 20299/00 - Ac. 2ª Turma 9614/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. FÉRIAS EM DOBRO. TRABALHADOR DOMÉSTICO. INDEVIDAS. Em face da inaplicabilidade aos trabalhadores domésticos das disposições contidas no Diploma Laboral Consolidado, não há como se cogitar no pagamento da dobra sobre as férias não concedidas, mesmo após a promulgação da Carta Política de 1988. Inteligência do art. 7º, alínea "a" da CLT. Proc. 19824/00 - Ac. 2ª Turma 9606/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. LITISPENDÊNCIA. TRÍPLICE IDENTIDADE (SUJEITO, CAUSA DE PEDIR E PEDIDO). PRESENÇA. RECONHECIMENTO. Para a caracterização da litispendência, exige-se a tripla identidade, ou seja: dos sujeitos, do título (causa de pedir) e do objeto (pedido). A exigência que se faz quanto aos sujeitos, refere-se à identidade jurídica. A causa de pedir deve resultar de um mesmo fato jurídico. O pedido deve ser igual qualitativa e quantitativamente considerado. Presentes esses elementos, impõe-se o reconhecimento do instituto. Proc. 19003/00 - Ac. 2ª Turma 9605/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. PROVA PERICIAL. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO DO JUÍZO. VALORAÇÃO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. A pericia nada mais é do que um dos elementos de prova, voltados para a formação da convicção no Órgão Julgador, razão pela qual, a ela não fica

adstrito o Juízo. Ao prolatar a sentença, este último deve pautar-se na valoração do conjunto, sem perder de vista o comando inserto no art. 131 do CPC. Proc. 18705/00 - Ac. 2ª Turma 9603/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ANOTAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO EM CTPS. AUSÊNCIA DE FRAUDE OU OUTRO VÍCIO DE CONSENTIMENTO. PROVA ABSOLUTA CONTRA O EMPREGADOR. RECONHECIMENTO. A anotação do contrato de trabalho em CTPS faz prova contra o empregador, somente se elidindo sua presunção de veracidade no caso de fraude, coação ou outro vício de consentimento. Inteligência do art. 40, I da CLT e Enunciado n. 12, TST. Proc. 16964/00 - Ac. 2ª Turma 9594/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 15

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. CONFISSÃO FICTA. NÃO COMPARECIMENTO À AUDIÊNCIA FRAGMENTADA DE INSTRUÇÃO, EM QUE IRIA DEPOR. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO JUSTO IMPEDIMENTO. RECONHECIMENTO. A não comprovação satisfatória de justo obstáculo ao comparecimento em audiência de instrução, em que iria depor, faz incidir, na hipótese, a pena de confissão ficta à parte faltante. Aplicação do Enunciado n. 74 do C. TST. Proc. 15851/00 - Ac. 2ª Turma 9589/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 18/3/2002, p. 15

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. CONCESSÃO DE INTERVALO INTRAJORNADA INFERIOR AO TEMPO MÍNIMO ESTABELECIDO NO ART. 71, "CAPUT", DA CLT. NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DO PERÍODO GOZADO, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO RECLAMANTE. A norma que cuida do horário destinado ao repouso e alimentação no período de intrajornada - art. 71 da CLT, é de ordem pública, portanto de rigorosa observância. O seu desrespeito implica no pagamento como hora de sobrelabor, posto que neste período houve a efetiva prestação de serviços, devendo, entretanto, ser deduzido o período em que o obreiro efetivamente gozava do intervalo, sob pena de enriquecer-se ilicitamente. HORA EXTRAS. ATIVIDADE INSALUBRE. ACORDO INDIVIDUAL DE COMPESAÇÃO DE HORAS. INEXISTÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE. VALIDADE. POSSIBILIDADE. Tem-se por certo que o contrato de compensação de horas, nada mais é senão um contrato acessório ao contrato individual de trabalho. Há que se respeitar válida a avença, sobretudo inexistindo qualquer espécie de vício de vontade. De outra parte, a circunstância do desempenho de uma jornada de trabalho ser desenvolvida em atividade insalubre, por si só, nada obstante o estatuído no art. 60 da CLT, não o desnatura, mormente porque neste particular, o C. TST flexibilizou sua aplicação, com a edição do Enunciado n. 349. Proc. 18584/00 - Ac. 2ª Turma 13094/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 46

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no

momento em que se debate o direito no Judiciário. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. PRESENÇA DOS REQUISITOS CARACTERIZADORES DA RELAÇÃO DE EMPREGO. RECONHECIMENTO. Presentes os elementos definidores da qualidade de empregado - art. 3º, CLT - há de ser reconhecida, como imperativo de Justiça, a relação contratual laboral, afastando-se, por conseguinte, quiméricos contratos de prestação de serviços autônomos. Um traço fundamental para a caracterização do vínculo empregatício é a subordinação; se a prova traz forte indicativo desse elemento, impõe-se o reconhecimento pretendido. Proc. 16911/00 - Ac. 2ª Turma 13078/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 8/4/2002, p. 45

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. TRABALHO EXTERNO. VENDEDOR. INEXISTÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE JORNADA, QUANTO AO INÍCIO E TÉRMINO DO HORÁRIO DE TRABALHO. INDEVIDAS. Comprovada a ausência de fiscalização de jornada de trabalho, em face das peculiaridades da atividade desenvolvida pelo trabalhador - v.g. vendedor externo - não há que se falar em horas extras, haja vista a incompatibilidade do instituto em apreço com a realidade contratual deflagrada nos autos. Inteligência do art. 62, inciso I, da CLT. Proc. 18731/00 - Ac. 2ª Turma 14557/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/4/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. EMPREGADO DOMÉSTICO. LABOR DESEMPENHADO EM PROPRIEDADE RÚSTICA QUE SERVE APENAS AO LAZER DA FAMÍLIA DO RECLAMADO. RECONHECIMENTO. ART. 1º DA LEI N. 5.859/72. Nada obstante o tamanho ou a qualidade da propriedade em que o reclamante prestava serviços, que servia apenas como área de lazer para a família do recorrido, e uma vez não provado que o reclamado explorava atividade agroeconômica, não sendo, portanto, empregador rural, tal como definido pelo art. 3º da Lei n. 5.889/73, e, por outro lado, constatada a hipótese do art. 1º da Lei n. 5.859/72, o enquadramento do obreiro como empregado doméstico é de rigor. Proc. 19780/00 - Ac. 2ª Turma 14561/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/4/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. EMPREGADO DOMÉSTICO. ENFERMEIRO. ÂMBITO RESIDENCIAL. AUSÊNCIA DE FINALIDADE LUCRATIVA. RECONHECIMENTO. Considera-se doméstico "aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas" (art. 1º, Lei n. 5.859/72); nesse diapasão, só há de ser classificado o trabalhador como doméstico se a prestação de serviços estiver voltada - ou introjetada - para a usufruição pessoal ou familiar. Vale dizer, a tônica do dispositivo está centrada na finalidade não lucrativa da tarefa realizada pelo trabalhador, independentemente da qualidade da prestação de serviços, ou da qualificação técnica do trabalhador. Restando comprovada a ativação da reclamante - enfermeira - em favor do reclamado apenas no âmbito familiar, não existindo nela qualquer finalidade econômica ou lucrativa, não há como se afastar o reconhecimento de contrato de trabalho doméstico. Proc. 16623/00 - Ac. 2ª Turma 14531/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 22/4/2002, p. 15

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata

aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. TRANSAÇÃO. ADESÃO DO RECLAMANTE A PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO. QUITAÇÃO PLENA E IRRESTRITA. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARTS. 1.025 DO CC E 467 DO CPC. Reza o art. 1.025 do CC: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas", definindo assim, o instituto da transação, que é um negócio jurídico bilateral, pelo qual as partes interessadas, realizando concessões recíprocas, renunciam direitos, objetivando extinguir obrigações. A transação deve ser, portanto, interpretada restritivamente, não comportando interpretação extensiva ou aplicação analógica. Coisa julgada, por sua vez, segundo o art. 467 do CPC, é a "eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário". Destarte, infere-se que não se trata de transação ou coisa julgada a quitação plena e irrestrita, sem qualquer especificação das verbas. Proc. 93/02 - Ac. 2ª Turma 21593/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 13/5/2002, p. 156

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HONORÁRIOS DO PERITO. PARTE SUCUMBENTE BENEFICIÁRIA DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ISENÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, V DA LEI N. 1.060/50. Os benefícios da assistência judiciária compreendem, também, a isenção dos honorários periciais, mesmo no âmbito dessa Justiça Especializada. Inteligência dos arts. 2º e 3º da Lei n. 1.060/50. Proc. 10452/02 - Ac. 2ª Turma 2788/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 29/5/2002, p. 16

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. POSTULAÇÃO OU DEFESA CONTRA TEXTO EXPRESSO DE LEI, E CONTRA A VERDADE DOS FATOS. CARACTERIZAÇÃO. O Ordenamento Jurídico pátrio garante a todos o direito de ação e de defesa, que por sua vez se desdobra no direito ao recurso; entretanto, devem tais direitos ser exercitados com a responsabilidade que o exercício de qualquer direito reclama, segundo a teoria do abuso do direito. Nesse esteira, denota-se altamente reprovável a dedução de defesa ou de pretensão contra texto expresso de lei, ou contra a verdade dos fatos. Inteligência do art. 17, inciso I e II, CPC. Proc. 2571/98 - Ac. 2ª Turma 29095/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 169

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE DISPOSIÇÃO EXPRESSA QUANTO À JORNADA EXTRAORDINÁRIA DO PROFESSOR HORISTA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 85 C/C 1.090, AMBOS DO CC. Os benefícios previstos em acordos, por representarem a real disposição da vontade das partes, devem ser interpretados restritivamente, nos termos dos arts. 85 c/c 1.090, ambos do CC, posto que não é dado ao aplicador da lei ultrapassar os limites estabelecidos entre os pactuantes, no regular exercício de seus direitos. Proc. 1928/98 - Ac. 2ª Turma 31443/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 241

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da

nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. APOSENTADORIA ESPONTÂNEA. EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. VIGÊNCIA LEI 8. 213/91. MANTENÇA NO SERVIÇO. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL n. 177 DA SDI 1 DO C. TST E SÚMULA 17 DO TRT DA 15ª REGIÃO. RECONHECIMENTO. Aposentadoria deferida ao empregado, por iniciativa deste, acarreta a extinção do contrato de trabalho a partir de então, conforme preceitua a Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI 1 do C. TST. Proc. 1703/99 - Ac. 2ª Turma 31448/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 242

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. CORREÇÃO MONETÁRIA. CRÉDITO TRABALHISTA. ÉPOCA PRÓPRIA. MÊS DO PAGAMENTO. EXIGIBILIDADE. INCIDÊNCIA. A correção monetária dos créditos trabalhistas incide a partir do mês do pagamento, quando ocorre a exigibilidade deste, somente incidindo a partir do mês da competência, se forem coincidentes ambos eventos. Observada a regra geral de pagamento no mês subseqüente ao da competência, aquele deve ser observado como termo inicial de incidência da correção monetária, devendo, por isso, ser aplicados os índices correspondentes ao mês do pagamento e não ao da competência. Proc. 1773/97 - Ac. 2ª Turma 31444/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 242

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. NULIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO. AUSÊNCIA DE REAL PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA TRANSCENDÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. É bem verdade que o escopo do contraditório é assegurar às partes a efetiva possibilidade da ampla defesa dos seus direitos. Entretanto, ao se aplicar a norma, não se pode perder de vista a razão final do processo, isto é, a entrega da tutela jurisdicional requerida para que se estabeleça a tão almejada paz social. Nesse passo, diante da inexistência de real prejuízo às partes, há que se aplicar o princípio da transcendência, mitigando-se os rigores das conseqüências por eventual afastamento do regramento legal, deixando-se de declarar a nulidade. Proc. 36857/01 - Ac. 2ª Turma 26992/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 100

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS. DETERMINAÇÃO EM SENTENÇA. FACULDADE DO JUIZ. REGULARIDADE. A determinação, em sentença, da expedição de ofícios se insere nas faculdades do Juiz, estando a salvo de qualquer ingerência. Ademais, o simples encaminhamento de ofícios não produz qualquer efeito jurídico contra a parte, uma vez que tem por escopo apenas dar ciência aos órgãos competentes dos fatos considerados, pelo Juízo, como sujeitos à infração administrativa ou de outra espécie. Proc. 1154/99 - Ac. 2ª Turma 26974/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 98

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei

do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. NULIDADE. SENTENÇA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DA PRODUÇÃO DE PROVAS. SUFICIÊNCIA DOS ELEMENTOS COLACIONADOS AOS AUTOS. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não há que se falar em cerceamento de defesa, pelo indeferimento da produção de provas complementares, quando os demais elementos colacionados aos autos permitem o equitativo julgamento do litígio. Inteligência do art. 130 do CPC. Proc. 37774/01 - Ac. 2ª Turma 26999/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 100

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. BANCÁRIO. ART. 224, § 2º, CLT. NÃO COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS. DEVIDAS. O art. 224, § 2º, não traz em si a mesma extensão para "cargo de confiança" que guarda o art. 62, II, ambos da CLT. A hipótese constante do primeiro é bem mais ampla, atingindo todos os empregados que exerçam função de confiança, não somente as ali elencadas, mas também, todas aquelas que, por analogia, possam fazer incidir a exceção legal. Como critério objetivo traçado pelo próprio legislador para a configuração do cargo de confiança há a percepção de uma gratificação extraordinária pelo desempenho da função, no valor não inferior a um terço do salário do cargo efetivo e a atividade desempenhada pelo bancário, não importando o título ou nomenclatura conferida à função. Outros elementos apontados são a presença de subordinados e a ausência de controle de horário. Importa, portanto, que a função exercida indique, sem prejuízo da remuneração majorada, a existência de uma fidúcia maior, um "plus" de confiança, a justificar a extrapolação do horário reduzido pré-fixado pela lei. Não comprovados tais requisitos, impõe-se a obrigação patronal do pagamento, a título de horas extras, daquelas laboradas além da sexta diária. Inteligência do Enunciado n. 102 do C. TST. Proc. 37845/01 - Ac. 2ª Turma 27002/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 100

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas -princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. MEMBRO DA CIPA. DESPEDIDA DECORRENTE DE MOTIVO ECONÔMICO. NÃO RECONHECIMENTO. A estabilidade do cipeiro é uma estabilidade relativa, já que é possibilitada a dispensa do trabalhador não apenas na hipótese de justa causa, mas também por motivo técnico, econômico ou financeiro. Inteligência do art. 165 da CLT. Proc. 38680/01 - Ac. 2ª Turma 27013/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 101

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. INTERVALO INTRAJORNADA. CONCESSÃO DE REPOUSO INFERIOR AO TEMPO MÍNIMO ESTABELECIDO NO ART. 71, CAPUT, DA CLT. NECESSIDADE DE DEDUÇÃO DO PERÍODO GOZADO, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO RECLAMANTE. A norma que cuida do horário destinado ao repouso e alimentação no período de intrajornada - art. 71 da CLT, é de ordem pública, portanto de rigorosa observância. O seu desrespeito implica no pagamento como hora de sobrelabor, devendo, entretanto, ser deduzido o período em que o obreiro efetivamente gozava do intervalo, sob pena de enriquecer-se ilicitamente. Proc. 35569/01 - Ac. 2ª Turma 27048/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 104

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso

ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. REMUNERAÇÃO POR PRODUÇÃO. INCIDÊNCIA TÃO-SOMENTE DO ADICIONAL. No trabalho remunerado por produção, as horas extras prestadas devem ser calculadas tomando como base, apenas o adicional, posto que as horas já foram devidamente remuneradas, pela forma de trabalho indicada. Aplicação da Orientação Jurisprudencial n. 235 da SDI-1 do C. TST e Súmula n. 15 do TRT/15ª Região. Proc. 39294/01 - Ac. 2ª Turma 27018/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 102

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. JUROS. MASSA FALIDA. INAPLICABILIDADE DO ART. 26 DA LEI DE FALÊNCIAS. Em relação aos créditos trabalhistas, em face da sua natureza privilegiada, não se aplica o disposto no art. 26 do Decreto-lei n. 7.661/45 (Lei de Falência). Proc. 36740/01 - Ac. 2ª Turma 27050/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 104

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. NÃO CONCESSÃO DO INTERVALO DESTINADO AO REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. CABIMENTO.A norma que cuida do horário destinado ao repouso e alimentação no período de intrajornada - art. 71 da CLT, é de ordem pública, portanto de rigorosa observância, implicando, o seu desrespeito, no pagamento como hora de sobrelabor. Proc. 39415/01 - Ac. 2ª Turma 27051/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 104

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. SUCESSÃO DE EMPREGADORES. NÃO CONTINUIDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS ACERCA DA TRANSFERÊNCIA DE BENS. NÃO CARACTERIZAÇÃO.O propósito do legislador, através das normas regulamentadoras da sucessão, foi assegurar a intangibilidade dos contratos de trabalho firmados pelo antigo empregador, garantindo, em essência, a sua continuidade. Em suma, a sucessão de empregadores, no Direito do Trabalho, tem fundamento em três princípios desse ramo jurídico especializado: no da despersonalização do empregador, no princípio da intangibilidade dos contratos firmados, e, sobretudo, no da continuidade do contrato de trabalho. Operada a solução de continuidade laboral, e improvada a efetiva e significativa transferência de bens entre as empresas reclamadas, não há que se cogitar na pretensa sucessão patronal. Inteligência dos arts. 10 e 448 da CLT. Proc. 34400/01 - Ac. 2ª Turma 27116/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 106

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum".

A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. HORAS EXTRAS. REGIME 12X36. HORA NOTURNA REDUZIDA (ART. 73, § 1º, CLT). PREVISÃO EM NORMA COLETIVA. RECONHECIMENTO ESPONTÂNEO PELO EMPREGADOR. DEVIDAS.É devida, como hora extraordinária, a diferença na jornada de trabalho em face da redução legal da hora noturna (art. 73, § 1º da CLT) ao empregado sujeito ao regime 12x36, quando houver previsão convencional, ou reconhecimento espontâneo, pelo empregador, acerca da sua incidência. Proc. 36876/01 - Ac. 2ª Turma 27141/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 108

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. DESERÇÃO. CUSTAS. RECOLHIMENTO INFERIOR AO ARBITRADO. CARACTERIZAÇÃO.O recolhimento de custas em montante inferior ao fixado em sentença implica na deserção do apelo, mormente quando a diferença entre as quantias se mostra, no caso concreto, considerável. Proc. 37020/01 - Ac. 2ª Turma 27147/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 108

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. TESE RECURSAL EXPLICITAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS. CARACTERIZAÇÃO.O Ordenamento Jurídico pátrio garante a todos o direito de ação e de defesa, que por sua vez se desdobra no direito ao recurso; entretanto, devem tais direitos ser exercitados com a responsabilidade que o exercício de qualquer direito reclama, pois não pode a lei legitimar atos danosos ou imorais, segundo a teoria do abuso do direito. Denota-se altamente reprovável a conduta do recorrente que, em grau de recurso, nega a verdade dos fatos, regularmente comprovada nos autos. Inteligência do art. 17, incisos II do CPC. Proc. 36955/01 - Ac. 2ª Turma 27144/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 108

RITO PROCEDIMENTAL. ALTERAÇÃO (ORDINÁRIO X SUMARÍSSIMO). DIREITO INTERTEMPORAL. APLICABILIDADE IMEDIATA. Para o sistema do isolamento dos atos processuais, adotado pelo nosso ordenamento jurídico, o processo é um todo único, mas composto de atos autônomos, que podem ser isolados, atingindo a lei nova os atos ainda não praticados, respeitados aqueles findos e os seus efeitos. A imediata aplicabilidade da nova norma aos atos pendentes, não afronta nenhum direito da parte, porquanto as sentenças e os recursos devem obedecer à lei do tempo em que forem proferidas - princípio processual "tempus regit actum". A lei a ser seguida é aquela vigente no momento em que se debate o direito no Judiciário. RESCISÃO CONTRATUAL. PLANO DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO DE DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. ASSISTÊNCIA SINDICAL. VALIDADE. Afigura-se válida a rescisão contratual por adesão ao programa de desligamento incentivado (PDI), praticado pela empresa, mormente quando não há prova ou indício concreto de vício de consentimento, que fica definitivamente afastado diante da assistência da entidade sindical. Proc. 2361/99 - Ac. 2ª Turma 29097/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 169

RITO SUMARÍSSIMO

RITO SUMARÍSSIMO. APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO. Em nosso ordenamento jurídico processual vige o princípio do "tempus regit actum", segundo o qual as leis têm aplicação imediata, respeitado o ato jurídico perfeito, a coisa julgada e o direito adquirido, conforme garantia contida no art. 5º, XXXVI, da CF. A aplicação imediata do rito sumaríssimo previsto na Lei n. 9.957/00 preserva os atos processuais já praticados e não atinge a coisa julgada, aliás, ainda não consumada. Ademais, não existe direito adquirido a rito processual. A adoção do rito sumaríssimo, na verdade, em nada prejudica as partes,

trazendo-lhes benefícios ao imprimir forma procedimental que o legislador, visando os interesses de ordem pública, entendeu conter critérios mais perfeitos por atender aos imperativos da celeridade, da economia e da simplificação procedimental que, como princípios que são, devem presidir o direito processual, especialmente o do trabalho. Não bastasse tudo isso, há observância ao devido processo legal que nada mais significa do que o processo adequado, ou seja, aquele previsto pelas normas de direito processual vigentes, bem como à garantia da ampla defesa, direito que as partes indubitavelmente têm assegurado, tanto que o vêm exercitando ao longo de todo o processo, com o uso do contraditório e do direito de recorrer, observadas as normas processuais em vigor. CORREÇÃO MONETÁRIA. BANCÁRIOS. ÉPOCA PRÓPRIA. Tratando-se de bancários, categoria que, por força de acordo tácito tem o seu pagamento efetuado no próprio mês da prestação de serviços, não incide a Orientação Jurisprudencial n. 124 da SDI-1 do C. TST, por cuidar de hipótese fática diversa, tendo-se como época própria para efeito de aplicação da correção monetária o mês do pagamento. OFÍCIOS. EXPEDIÇÃO DETERMINAÇÃO JUDICIAL. A determinação de expedição de ofícios para comunicar aos órgãos competentes a não observância das normas legais é ato que se insere dentro das faculdades do Juiz e que não tem outro escopo senão o de dar ciência de fato tido como irregular e sujeito a sanção administrativa, nos termos da lei. Proc. 30007/99 - Ac. 3ª Turma 15961/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 61

RITO SUMARÍSSIMO. PRAZO PARA DEFESA. Mesmo em se tratando de ação processada sob o rito sumaríssimo é imprescindível que exista o interregno de 05 dias entre a citação e a apresentação de defesa nos termos do art. 841 da CLT sob pena de violação ao devido processo legal o que se constitui em cerceamento de defesa. Inadmissível citação e defesa no mesmo dia. Proc. 25626/02 - Ac. 2ª Turma 27485/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 14/11/2002, p. 18

RITO SUMARÍSSIMO. PROTOCOLO INTEGRADO. É tempestiva a interposição do apelo se no momento da utilização do protocolo integrado submetia-se o processo ao rito ordinário. Proc. 36823/00 - Ac. 5ª Turma 22529/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

RITO SUMARÍSSIMO. PROTOCOLO INTEGRADO. INADMISSIBILIDADE. Ao se utilizar do protocolo integrado, tendo em vista que o feito tramita pelo rito sumaríssimo, a recorrente descumpriu norma da Corregedoria deste E. Tribunal (Capítulo Uni, art. 4º, inciso X), onde há proibição expressa nesse sentido, culminando no não conhecimento do recurso ordinário. Proc. 10225/02 - Ac. 4ª Turma 2451/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 23/5/2002, p. 25

RITO SUMARÍSSIMO. PROTOCOLO INTEGRADO. INCOMPATIBILIDADE. INTEMPESTIVIDADE DE RECURSO ORDINÁRIO. O protocolo integrado utilizado pelo reclamante foi criado no âmbito deste TRT para facilitar o trabalho dos advogados, mas deve sempre seguir as normas estabelecidas no Capítulo UNI da CNC. Como o art. 4º do citado capítulo excetuou do sistema de protocolo integrado "as petições ou quaisquer outros expedientes referentes a processo em tramitação de rito sumaríssimo" (inciso X) em face das peculiaridades deste, inviável se admitir o protocolo de recurso ordinário por aquele sistema, estando correto, pois, o despacho denegatório. Proc. 33797/01 - Ac. 1ª Turma 27566/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 15/7/2002, p. 122

RUPTURA CONTRATUAL

RUPTURA CONTRATUAL. NO CURSO DE LICENÇA MÉDICA. No capítulo da Suspensão e Interrupção Contratual, tratou o art. 471, CLT de, ao empregado "afastado do emprego", assegurar "por ocasião de sua volta", "todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa", suspendendo, durante o afastamento, o poder potestativo patronal (ou discricionário) de, sem justo motivo, resilir a relação empregatícia. Mas se, descumprindo o comando legal (art. 471, CLT), dissolver imotivadamente o contrato de trabalho, de nenhum efeito se revestirá o ato praticado (art. 9º, CLT c/c art. 145, V, CCB), revertendo as partes, diante da nulidade do ato jurídico, ao "status quo ante". Proc. 23064/01 - Ac. 3ª Turma 25645/02. Rel. Veva Flores. DOE 15/7/2002, p. 59

RURAL

RURAL. VÍNCULO DE RURÍCOLA ANTERIOR AO DE DOMÉSTICO. PRESCRIÇÃO DO DIREITO DE AÇÃO. APLICÁVEL. A prescrição do art. 7º, inciso XXIX, "b", da Carta Magna é oponível ao vínculo de emprego rural sucedido por relação de emprego doméstica, dada a incompatibilidade dos regimes, a extinção

natural do primeiro e a impossibilidade legal de somar os períodos para fins trabalhistas. Proc. 9280/00 - Ac. SE 19947/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 26/9/2002, p. 53

RURÍCOLA

RURÍCOLA. PRESCRIÇÃO QÜINQUENAL. EC n. 28/00. Se o titular do direito exerceu o seu direito de ação quando ainda não vigia lei nova que reduziu o prazo prescricional, sua situação continuará a ser regulada pela lei vigente ao tempo de seu início, ou seja, não será atingida pela prescrição qüinqüenal introduzida pela lei nova. O novo prazo prescricional (mais curto ou menor) se aplica às ações nascidas a partir da vigência da nova lei (v. Súmula n. 445 do Excelso STF neste sentido). Proc. 39240/01 - Ac. 3ª Turma 17442/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 74

SALÁRIO

SALÁRIO. ALTERAÇÃO DE VALOR APÓS INÍCIO DO CONTRATO. SUBSTITUIÇÃO DE PARTE DO PAGAMENTO EM PECÚNIA, POR DESCONTO DE ALUGUEL DE FERRAMENTAS. NULIDADE. Demonstrado que o salário contratual superava o valor quitado pelo empregador, a alteração levada a efeito após o início do pacto laboral, com nítido propósito de burlar a legislação vigente, causando prejuízos ao empregado, é nula de pleno direito. Insere-se nesta fraude a hipótese de substituição realizada após o contrato firmado, de parte do numerário por desconto à guisa de aluguel de ferramentas. Proc. 26613/99 - Ac. SE 5050/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

SALÁRIO. BÁSICO. SALÁRIO MÍNIMO. A melhor Doutrina, estampada nos ensinamentos de José Martins Catharino, Luiz José de Mesquita, Amauri Mascaro Nascimento, Délio Maranhão e Arnaldo Süssekind, é unânime em pontificar que, na aplicação da legislação brasileira do trabalho, cumpre estabelecer uma nítida distinção entre o salário básico ou normal - ajustado por unidade de tempo ou de obra - e o sobre-salário, constituído de parcelas suplementares, também de natureza salarial: adicionais de caráter legal ou contratual, comissões, gratificações ajustadas e diárias para viagens (quando excedentes da metade do salário estipulado). Estas prestações complementares, exatamente por ostentarem caráter salarial, integram-se à remuneração, mas não ao salário básico. Somam-se, tais parcelas, a este, mas nele não se diluem. A jurisprudência trabalhista tem repudiado a integração de qualquer adicional ou gratificação no salário básico, pois isso resultaria inaceitável "bis in idem", eis que a prestação suplementar passaria a incidir sobre a soma do salário normal com o adicional ou gratificação a ele já incorporado. O salário mínimo, a sua vez, por definição legal, é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador (o que exclui as gorjetas, por exemplo) ao seu empregado (CF, art. 7º, IV e VII; CLT, art. 78), sendo nulos quaisquer contratos ou convenções que estipulem remuneração inferior (CLT, art. 117). Em suma, o salário mínimo é o menor valor remuneratório que, por lei, se pode atribuir ao salário básico. Logo, todas as parcelas suplementares - gratificações legais ou ajustadas, comissões, adicionais, qüinqüênios, anuênios, diárias, enfim, prestações acessórias, embora de natureza salarial - não podem ser somadas para compor o salário mínimo. Proc. 19463/00 - Ac. 4ª Turma 2662/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 28/1/2002, p. 15

SALÁRIO. DIFERENÇA. PAGAMENTO POR FORA. AUSÊNCIA DE PROVA. IMPROCEDÊNCIA. ART. 818 DA CLT. Residente no município de Sorocaba, intenta o reclamante, sem fundamento, que lhe seja aplicado um acordo que somente vige para os trabalhadores de São Paulo, o qual prevê, além do salário mensal, um acréscimo por produtividade, que o autor preferiu denominar de pagamento por fora. Proc. 39510/00 - Ac. 5ª Turma 10148/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 35

SALÁRIO. DIFERENÇAS. CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA. NÃO PARTICIPAÇÃO NA AVENÇA COLETIVA. IMPROCEDÊNCIA. ART. 611 DA CLT, "CAPUT", § 2º E ENUNCIADO N. 5 DESTE REGIONAL. Quando o "caput" do art. 611 da CLT e seu § 2º estabelecem o âmbito das respectivas representações, como limite da abrangência e aplicação das condições de trabalho estipuladas em Convenções Coletivas de Trabalho celebradas por dois ou mais Sindicatos, Federações ou Confederações representativos de categorias econômicas e profissionais, excluem dessa pactuação empresa que integre categoria econômica diversa, não representada pelos órgãos convenentes. A reclamada, por si ou por seu sindicato, haveria de ter sido suscitada para participar, aderindo - ou não -, às obrigações assumidas pela categoria diferenciada. Como isso não se deu, não se vincula à sua observância. Entendimento consubstanciado no Enunciado n. 5 deste Regional. Proc. 38481/00 - Ac. 5ª Turma 11600/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 81

SALÁRIO. GRATIFICAÇÃO. TAXA DE UTI. EXCLUSÃO. ALTERAÇÃO UNILATERAL E ILÍCITA. REDUÇÃO SALARIAL. ARTS. 7º, VI, DA CF E 468 DA CLT. Pagando a Fundação mensalmente (há cerca de 05 anos, desde o início do contrato de trabalho, o que afasta a provisoriedade) o salário da autora acrescido de uma taxa (de UTI), é ilegal sua supressão, através de ato unilateral do empregador, sem que fosse chamado a participar o sindicato, restando configurados redução salarial e prejuízo à empregada, vedados pelos arts. 7º, VI, da CF/88 e 468 da CLT. Proc. 39329/00 - Ac. 5ª Turma 7017/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

SALÁRIO. "HORA VEÍCULO". LEI DO MUNICÍPIO DE AMPARO. BASE DE CÁLCULO. De acordo com o anexo II da Lei Municipal n. 2.265/97, do Município de Amparo (fls. 26 e 179), ficou estabelecido que os motoristas receberiam como salário, além do valor da referência, mais a importância de R$ 0,70 "por hora efetivamente trabalhada com seu veículo, no mês". Assim, não poderia, a reclamada (autarquia municipal), por iniciativa própria e de forma unilateral alterar a forma de cálculo do salário dos seus empregados motoristas, contrariando expressa disposição legal, ao adotar a fórmula "quilometragem rodada no mês dividida por 40 quilômetros horários", em ofensa ao princípio da legalidade. Proc. 27954/01 - Ac. 3ª Turma 4867/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 13/6/2002, p. 28

SALÁRIO. "POR FORA" DISSIMULADO COMO "PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS". INADMISSIBILIDADE. O pagamento de parcela denominada "participação nos lucros", mensalmente, sem qualquer tipo de negociação com os empregados, com o reconhecimento da integração na remuneração para alguns efeitos, afrontando a regulamentação legal (Lei n. 10.101/00 e medidas provisórias anteriores), tem o evidente intuito de mascarar um autêntico complemento salarial e afastar a incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, o que não pode ser admitido. Natureza remuneratória da parcela reconhecida, para todos os efeitos legais. Proc. 1165/02 - Ac. 2ª Turma 10496/02-PATR. Rel. Mariane Khayat Fonseca do Nascimento. DOE 25/7/2002, p. 68

SALÁRIO. POR PRODUÇÃO. RURÍCOLA. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS. PAGAMENTO VEDADO PELA CONVENÇÃO COLETIVA. IMPROCEDÊNCIA. No trabalho por produção, torna-se impossível determinar a jornada de trabalho do rurícola, pois as turmas de trabalhadores rurais são compostas por número significativo de empregados, o que torna inviável o controle da hora em que cada rurícola inicia seus intervalos para refeição ou descanso (que são vários), para poder determinar o seu final, restando impossível, assim, limitar a jornada de trabalho e se quantificar o adicional de horas extras. Por outro lado, esse pagamento não é devido aos empregados remunerados pelo regime de produção, conforme consta de Convenção Coletiva de Trabalho da categoria. Proc. 39317/00 - Ac. 5ª Turma 7016/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

SALÁRIO-BASE

SALÁRIO-BASE. INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 7º, INCISOS IV E VII DA CF. É garantia constitucional que o trabalhador que recebe remuneração variável, tenha como salário-base valor nunca inferior ao salário mínimo. Proc. 25049/99 - Ac. SE 14427/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 22/4/2002, p. 11

SALÁRIO COMPLESSIVO

SALÁRIO COMPLESSIVO. Inadmissível pagamento de forma complessiva, entendendo esta como sendo de forma global, sem a discriminação dos títulos e valores que compõem a remuneração do empregado. Neste sentido, o Enunciado n. 91 do C. TST: "Nula é a cláusula contratual que fixa determinada importância ou percentagem para atender englobadamente vários direitos legais ou contratuais do trabalhador". A pré-contratação de horas extras constituiu afronta ao art. 58 da CLT e reflete fracionamento salarial, ainda que mascarado através de montante pago sob rubrica própria, que não inibe a incidência do art. 9º da CLT. Proc. 9058/00 - Ac. SE 10750/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 54

SALÁRIO COMPLESSIVO. NECESSIDADE DE SE INDIVIDUALIZAR OS TÍTULOS PAGOS. O pagamento complessivo não encontra guarida em nosso ordenamento jurídico. É absolutamente necessário que cada verba paga esteja discriminada no respectivo recibo, e nunca acondicionada sob um título genérico. Proc. 37531/01 - Ac. 5ª Turma 30567/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 213

SALÁRIO-FAMÍLIA

SALÁRIO-FAMÍLIA. PROVA. ÔNUS DO TRABALHADOR. ART. 67 DA LEI N. 8.213/91 E ENUNCIADO N. 254 DO TST. Deixando o trabalhador de provar a entrega a seu empregador ou que este tenha recusado a documentação necessária para o recebimento do salário-família, indefere-se o pedido, porquanto não provado o fato constitutivo do direito pleiteado. Inteligência do art. 67 da Lei n. 8.213/91, c/c o Enunciado n. 254 do TST. DOBRA SALARIAL. REFORMA DA LEI. IMPROCEDÊNCIA. ART. 467 DA CLT E LEI N. 10.272/01. Nos termos da Lei n. 10.272/01, que deu nova redação ao art. 467 consolidado, não há mais se falar na dobra do pagamento dos salários, mas fica a empresa obrigada a pagar ao trabalhador, à data do comparecimento à Justiça do Trabalho, a parte incontroversa do montante das verbas rescisórias, sob pena de pagá-las acrescidas de 50%. Inexistindo a parte incontroversa, inaplica-se o artigo citado. Proc. 12678/02 - Ac. 5ª Turma 17623/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

SALÁRIO "IN NATURA"

SALÁRIO "IN NATURA". INDEVIDO. Não havendo comprovação nos autos de que o reclamante fora contratado para receber parte de seu salário em pecúnia e parte pela colheita de arroz e feijão, que plantava em área cedida pela reclamada, inequívoco que ocorreu uma concessão gratuita de terra, próxima à moradia do trabalhador e com a qual este poderia fazer o que quisesse: plantar uma horta, criar um porco, criar galinhas, etc, para o sustento próprio e de sua família. E não uma remuneração pelos serviços prestados, a ponto de ser traduzido em salário utilidade. Por outro lado, relembre-se que o Decreto n. 57.020, de 11/10/65 (objetivando a fixação do homem à terra para que essa estabilidade ocupacional fosse eliminando progressivamente a escassez sazonal da mão-de-obra) determinou, em seu art. 1º, a concessão de terra ao trabalhador rural da lavoura canavieira. Não se tem notícia que esse Decreto tenha sido revogado. Assim, o que o empregador fez, foi simplesmente cumprir uma determinação legal. Proc. 29239/01 - Ac. 5ª Turma 7943/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/7/2002, p. 40

SALÁRIO "IN NATURA". NÃO CONFIGURAÇÃO. Sendo inequívoco nos autos que a moradia não era fornecida à reclamante como contraprestação ao trabalho realizado, mas sim para viabilizar sua realização, não pode ser considerada como de natureza salarial. Proc. 32096/01 - Ac. 5ª Turma 19936/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 103

SALÁRIO "IN NATURA". VEÍCULO. Consoante disposto na Orientação Jurisprudencial n. 246 da SDI do C. TST, o uso do veículo fornecido pela empresa não mais se caracteriza como salário, mesmo quando utilizado para fins particulares, eis que tal fato não lhe retira sua finalidade maior que é a de permitir que o empregado desenvolva de forma mais eficiente as funções para as quais fora admitido. Proc. 14095/02 - Ac. 4ª Turma 30124/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 6/12/2002, p. 26

SALÁRIO-MATERNIDADE

SALÁRIO-MATERNIDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. INDEVIDO. A obrigação de pagamento do salário-maternidade à empregada doméstica é exclusiva do Órgão Previdenciário, nos termos do art. 71 da Lei n. 8.213/91, com a redação dada pela Lei n. 9.876/99. A dispensa da empregada doméstica não se caracteriza como óbice à percepção de tal benefício, nos termos do art. 15, inciso II, da Lei n. 8.213/91, o qual mantém a qualidade de segurado, independe de contribuição, até doze meses após a cessação das contribuições. Proc. 23733/02 - Ac. 4ª Turma 23650/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 17/10/2002, p. 21

SALÁRIO-MATERNIDADE. EMPREGADA DOMÉSTICA. INEXISTÊNCIA DE PEDIDO PRINCIPAL (MANUTENÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO). INDEFERIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 97 DO DECRETO n. 3.048/99. A garantia do salário durante o período de 120 dias volta-se para a mulher que se encontra em pleno desempenho de uma atividade profissional. Note-se, por importante, que o salário-maternidade tem natureza de um benefício previdenciário e não assistencial, tal como ocorre com o auxílio-natalidade. Nesse trilhar não se afigura inconstitucional a regra do art. 97 do Decreto n. 3.048/99, ao se exigir a relação de emprego como requisito para a concessão. Desse modo, para se obter o salário-maternidade há que se manter em vigor o contrato de trabalho. Inexistindo pedido principal (mantença do contrato), inviável a concessão do acessório (salário-maternidade). Proc. 18749/02 - Ac. 2ª Turma 21200/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 102

SALÁRIO-MATERNIDADE. INDENIZAÇÃO. EMPREGADA DOMÉSTICA. DISPENSA IMOTIVADA. INEXISTÊNCIA DE ATO PATRONAL OBSTATIVO. OBRIGAÇÃO A CARGO DIRETO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. INDEVIDA. A dispensa da empregada doméstica grávida não constitui ato ilícito, nem mesmo para efeito de indenização equivalente ao "salário-maternidade", posto tratar-se de obrigação a cargo direto da Previdência Social. Inteligência do art. 71 da Lei n. 8.213/91, com redação dada pela Lei n. 9.876/99. Proc. 38542/01 - Ac. 2ª Turma 27008/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 101

SALÁRIO-MATERNIDADE. INDENIZAÇÃO. EMPREGADA DOMÉSTICA. DISPENSA IMOTIVADA. AUSÊNCIA DE REGISTRO LABORAL. ATO PATRONAL OBSTATIVO. DEVIDA. A dispensa da empregada doméstica grávida não constitui ato ilícito, nem mesmo para efeito de indenização equivalente ao salário-maternidade, posto tratar-se de obrigação a cargo direto da Previdência Social. Todavia, se o empregador mostrou-se reticente em assumir suas obrigações patronais durante a vigência da relação de emprego, deixando de proceder à devida anotação do contrato de trabalho em CTPS, resta configurado ato obstativo a ensejar o direito à respectiva indenização, nos termos do art. 159 do CC. Proc. 26508/02 - Ac. 2ª Turma 27659/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 14/11/2002, p. 24

SALÁRIO MÍNIMO

SALÁRIO MÍNIMO. Nada impede que as partes estabeleçam, de comum acordo, uma jornada inferior à normal e um salário proporcional a essa jornada, desde que o obreiro perceba o salário mínimo diário ou horário. Proc. 12886/02 - Ac. 3ª Turma 32069/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 10/1/2003, p. 81

SALÁRIOS

SALÁRIOS. PAGAMENTOS "POR FORA". PROVA. Por constituir ato fraudulento, o pagamento de salários "por fora" exige prova concreta e robusta de sua ocorrência, ônus processual direto da parte que o alega, a teor do art. 818, da CLT. Proc. 15624/00 - Ac. 1ª Turma 8707/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 63

SALÁRIOS. PAGOS "POR FORA". DIFERENÇAS. Correta a condenação em diferenças de verbas rescisórias, incidentes sobre os salários pagos "por fora", devidamente comprovados pelas testemunhas. Proc. 31935/99 - Ac. SE 14605/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

SALÁRIO-UTILIDADE

SALÁRIO-UTILIDADE. ALIMENTAÇÃO. Não constitui salário-utilidade o fornecimento gratuito de gêneros alimentícios que não cobrem as necessidades do empregado pela restrição dos gêneros e por não se enquadrarem no conceito de alimentação "sadia e farta" a que faz menção a Lei n. 5.889/73. Proc. 2036/00 - Ac. 1ª Turma 730/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/1/2002, p. 25

SALÁRIO-UTILIDADE. HABITAÇÃO. ALIMENTAÇÃO. Não constitui salário-utilidade o fornecimento de moradia ao empregado rural que necessita residir no local do trabalho para desempenhar as suas funções, bem como o fornecimento de gêneros alimentícios que não cobrem as necessidades do empregado e por não se enquadrarem no conceito de alimentação "sadia e farta" a que faz menção a Lei n. 5.889/73. Proc. 2156/00 - Ac. 1ª Turma 10485/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 18/3/2002, p. 45

SEGUNDO ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO

SEGUNDO ARQUIVAMENTO DA RECLAMAÇÃO. PROIBIÇÃO DE DEMANDAR POR SEIS MESES. O reclamante, que dá causa a dois arquivamentos da ação trabalhista, está proibido de demandar nesta Justiça, pelo prazo de seis meses, conforme art. 732 da CLT c/c art. 844 do mesmo Diploma Legal. Proc. 1603/00 - Ac. 5ª Turma 32215/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 267

SEGURANÇA PESSOAL

SEGURANÇA PESSOAL. QUE SE ATIVA NO ÂMBITO RESIDENCIAL. ENQUADRAMENTO COMO TRABALHADOR DOMÉSTICO. Ativando-se o autor na residência do "de cujus", na sua segurança pessoal, este serviço enquadra-se como típico de um trabalhador doméstico. O simples fato de acompanhar seu patrão em suas saídas à noite ou mesmo receber verbas que não são devidas a esta categoria profissional e que foram pagas por mera liberalidade, não tem o condão de descaracterizar a natureza doméstica da relação havida entre as partes. Proc. 140/00 - Ac. SE 22350/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 4

SEGURO-DESEMPREGO

SEGURO-DESEMPREGO. A obrigação do empregador cinge-se à entrega das guias CD, competindo ao Ministério do Trabalho averiguar o preenchimento das condições estabelecidas em Lei, para o pagamento do aludido seguro. Deverá, assim, o reclamado proceder à entrega das guias CD, no prazo de 05 dias a contar do trânsito em julgado, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (incidência das Orientações Jurisprudenciais de ns. 210 e 211 da SDI do C. TST). Proc. 10873/00 - Ac. SE 25748/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

SEGURO-DESEMPREGO. ENTREGA DAS GUIAS. INDENIZAÇÃO. Tratando-se de hipótese de percebimento do seguro-desemprego, a condenação deverá ser, primeiramente, na entrega das competentes guias para habilitação do empregado ao benefício junto ao órgão competente. Na eventualidade de não recebimento, o empregador responderá pelos valores correspondentes, a título de indenização, eis que o empregado não pode sofrer prejuízo a que não deu causa, em face da previsão legal contida nos arts. 159 e 879 do CC e art. 633 do CPC, aplicáveis subsidiariamente ao Direito do Trabalho. SDI-I n. 211 do C. TST. Proc. 11923/02 - Ac. 4ª Turma 28477/02-PATR. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 22/11/2002, p. 27

SEGURO-DESEMPREGO. INDENIZAÇÃO INCABÍVEL. A indenização correspondente ao seguro-desemprego é incabível, pois trata-se de prestação de caráter assistencial, cuja fonte de custeio está prevista no art. 239 da CF, ou seja, o PIS/PASEP. Ao empregador, na forma da lei, cabe a obrigação de fornecer as guias com a comunicação de dispensa - CD, pois com o recolhimento da contribuição para o PIS/PASEP já arcou com o lastro financeiro para que o Estado pague o benefício. No caso de recusa na entrega das guias, o trabalhador pode comprovar os requisitos exigidos para o recebimento do seguro-desemprego mediante apresentação da sentença judicial transitada em julgado, acórdão ou certidão judicial da demanda, conforme previsto no art. 4º, inciso IV, da Resolução CODEFAT n. 252/00. Proc. 15248/02 - Ac. 2ª Turma 14046/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 15/8/2002, p. 60

SEGURO-DESEMPREGO. MULTA DIÁRIA. NÃO CABIMENTO. Seguro-desemprego é ônus do estado, respondendo o empregador, por perdas e danos, se não fornece ao trabalhador a documentação necessária para a sua habilitação no órgão competente, não se justificando a imposição de multa diária pelo descumprimento da obrigação de fazer. Proc. 15489/00 - Ac. 1ª Turma 8294/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 50

SEGURO-DESEMPREGO. RESILIÇÃO POR JUSTA CAUSA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Por ter sido o autor despedido por justa causa (era vigia e foi flagrado dormindo em seu posto de trabalho), não faz jus ao percebimento do benefício do seguro-desemprego, aplicável apenas aos casos de dispensa imotivada. HORAS EXTRAS. DIFERENÇAS. Quando a reclamada comprova pagamento de horas extras e o reclamante alega a existência de diferenças, deverá indicar, pelo menos por amostragem, a razão dessas diferenças, onde estão e a quanto montam, sob pena da improcedência total do pedido, por não arcar o obreiro com o ônus de sua prova, que não pode ser transferido para o Juízo da causa. Proc. 36771/00 - Ac. 5ª Turma 5551/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 36

SENTENÇA

SENTENÇA. ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA. NOME-FANTASIA DE UM SÍTIO. NULIDADE. Não pode o Juízo, de ofício, quando já sedimentada a relação jurídica processual, alterar o pólo passivo da demanda, impondo condenação a terceiro que sequer foi citado para se defender e que juridicamente não existe, por se tratar do nome-fantasia de um sítio, utilizado como lazer dos reclamados.

E, não sendo uma empresa legalmente constituída para fins comerciais, veja-se que é um simples bem, como poderia sê-lo uma casa, um caminhão, etc. Proc. 36285/01 - Ac. 5ª Turma 26424/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/11/2002, p. 39

SENTENÇA. EFICÁCIA "EX TUNC". "As sentenças condenatórias são proferidas e interpretadas como se tivessem sido produzidas imediatamente, ou seja, logo no momento em que a demanda é proposta" (Dinamarco), para que a demora em obter a satisfação do direito não reverta em dano a quem precisou valer-se do processo (Chiovenda). O direito superveniente, tal como previsto no art. 462 do CPC - advento de fato ou direito posteriores ao ajuizamento e que possam influir no julgamento da lide - não pode ter natureza futura e incerta, em relação à data do julgamento, pois "a prestação jurisdicional deve ser prestada de acordo com a situação dos fatos no momento da sentença ou acórdão" (RT 661/137), eis que a lei obriga existir certeza no provimento jurisdicional, ainda quando se decida relação jurídica condicional (CPC, 460, parágrafo único). Proc. 9142/02 - Ac. 4ª Turma 20577/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 26/9/2002, p. 120

SENTENÇA. ERRO DE FATO COMETIDO PELO JULGADOR. NULIDADE A sentença onde se verifica erro de fato cometido pelo julgador deve ser anulada, tendo em vista que sua reforma pelo TRT implicaria em supressão de instância. Proc. 27830/99 - Ac. SE 10883/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

SENTENÇA. "EXTRA E "ULTRA PETITA". NÃO CONFIGURADA. Não há se falar em sentença "extra e "ultra petita", quando o trabalhador pleiteia horas extraordinárias, assim consideradas as excedentes da 8ª diária e 44ª da semana, e os cartões de ponto juntados aos autos demonstram o elastecimento da jornada de trabalho, considerando-se a entrada e a saída, configurando-se tempo à disposição do empregador, o qual deverá ser remunerado como extraordinário. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM À JORNADA DE TRABALHO. Os minutos que antecedem e sucedem à jornada de trabalho, desde que inferiores a cinco minutos por marcação de cartão de ponto e não superiores a dez minutos diários, não se configuram como tempo à disposição do empregador, pela inexistência de labor efetivo, donde não se caracterizam como jornada extraordinária. ACORDO DE COMPENSAÇÃO DE HORAS. INVIÁVEL ACORDO TÁCITO. A compensação de horas pode ser estabelecida mediante acordo entre empregado e empregador (SDI-TST n. 182) que, em todo caso, deve ser escrito (SDI-TST n. 223 e 1º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal), inviável acordo tácito. ESTABILIDADE PROVISÓRIA. DOENÇA PROFISSIONAL COMPROVADA. NÃO EMISSÃO DE CAT. Não obstante tenha sido atestada a doença profissional (tendinite), a reclamada negou-se a emitir o CAT, e, ainda, procedeu à imotivada dispensa da autora imediatamente após o término de seu afastamento para tratamento médico, o qual perdurou apenas quinze dias porque a empregadora negou-se a ampliá-lo, fatos que lhe retiram o direito a ver aplicada a restrição da estabilidade prevista no art. 118 da Lei n. 8.213/91. Estabilidade provisória do portador de doença profissional que se reconhece. Proc. 14732/00 - Ac. 1ª Turma 10520/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/3/2002, p. 46

SENTENÇA. "EXTRA PETITA".NÃO CONFIGURADA. Sentença "extra petita" é aquela que decide matéria estranha ao pedido, que não é o caso dos autos, pois o reclamante pleiteou diferenças de horas extraordinárias e reflexos, e os cartões de ponto levados a efeito, de incontroverso valor probante, demonstram o elastecimento da jornada de trabalho, considerando-se a entrada e a saída, configurando-se tempo à disposição do empregador, o qual deverá ser remunerado como extraordinário. Outrossim, eventual julgamento "extra" ou "ultra petita" não enseja nulidade da sentença, mas tão-somente a extirpação do excesso. Com efeito, a condenação pode ser adequada ao pedido, pelo Tribunal. Proc. 14824/00 - Ac. 1ª Turma 16774/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 4

SENTENÇA "EXTRA PETITA". NULIDADE. Sentença divorciada do pedido, que decide matéria absolutamente estranha ao que foi pleiteado, é "extra petita", sujeita a nulidade, para que outra seja proferida na conformidade do solicitado na inicial. Proc. 13597/00 - Ac. 1ª Turma 3094/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 28/1/2002, p. 28

SENTENÇA. FRACIONAMENTO. NULIDADE. A teor do princípio da unicidade da sentença, nula é a decisão que se limita a apreciar questão abordada pela Instância Superior e devolvida para a Originária, sob alegação de que as demais matérias decididas em Primeiro Grau não fora objeto de discussão perante o Juízo recursal. Ademais, constando do "decisum" a determinação de proferimento de nova sentença, incabível a interpretação restritiva conferida pelo Juízo sentenciante. Proc. 1476/99 - Ac. 1ª Turma 9433/02-PATR. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 18/7/2002, p. 9

SENTENÇA. IRRESOLUTA. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. Ofende ao devido processo legal sentença que defere ao autor horas extras sem ter feito a verificação da existência de diferenças em pelo menos um mês do contrato. Ainda que seja lícito ao magistrado deixar para a fase de acertamento a especificação da condenação ou o seu alcance, isso deve sempre pressupor a constatação, na sentença de conhecimento, da efetiva existência do direito perseguido. A falta de análise precisa dos documentos e a remessa à liqüidação para verificação da própria existência ou não do direito pode resultar em uma aberração jurídica regularmente chamada de "execução negativa", expressão que traz consigo uma contradição intrínseca, pois se a execução busca o efetivo cumprimento do comando sentencial, a verificação de que ela é negativa mostra que a própria decisão foi equivocada, pois o autor sequer teria o direito buscado. Mesmo a remessa à liqüidação por artigos depende de constatação, na fase cognitiva, da existência do direito, que somente será quantificado ou especificado na fase liqüidatória. Proc. 20111/01 - Ac. 3ª Turma 17445/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/8/2002, p. 74

SENTENÇA. JULGAMENTO ALÉM DO QUE FOI PEDIDO. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. Eventual julgamento além do que foi pedido não enseja nulidade da sentença, mas tão-somente a extirpação do excesso. Com efeito, a condenação pode ser adequada ao pedido, pelo Tribunal. Proc. 15702/00 - Ac. 1ª Turma 8971/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 4/3/2002, p. 72

SENTENÇA. LÍQUIDA. RITO SUMARÍSSIMO. IMPUGNAÇÃO PATRONAL ILÍQUIDA. INADMISSIBILIDADE. MANUTENÇÃO. Os valores atribuídos aos pedidos, nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo, devem ser objeto de contraditório quali-quantitativo, em face da paridade processual que qualifica a lide. Nesse passo, inadmissível a insurreição patronal ilíquida, mormente quando a sentença fixa os valores das verbas deferidas. Proc. 35618/01 - Ac. 2ª Turma 27049/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 104

SENTENÇA. NÃO FUNDAMENTADA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. Não há necessidade de a sentença enfrentar todos os fatos e todos os argumentos das partes, sendo necessário apenas apresentar os fundamentos da convicção. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. EMPRESA TOMADORA DE SERVIÇOS. A responsabilidade da tomadora de serviços deriva da culpa "in eligendo" e "in vigilando", pois, ao escolher, como prestadora, pessoa jurídica não cumpridora de suas obrigações, deve aquela arcar com os riscos assumidos, que são inerentes ao exercício de qualquer atividade empresarial. Inteligência e aplicação do inciso IV do Enunciado n. 331 do C. TST. No presente caso, ainda, justifica-se a responsabilidade subsidiária das empresas tomadoras de serviços pela má escolha da empresa prestadora, cuja inidoneidade fica evidenciada pela própria revelia. Proteção do trabalhador para que não seja lesado em seus direitos trabalhistas, constitucionalmente assegurados. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. PLURALIDADE DE EMPRESAS TOMADORAS DE SERVIÇOS. LIMITAÇÃO TEMPORAL.A pluralidade de empresas tomadoras de serviços não impede a responsabilidade subsidiária (Enunciado n. 331/TST, inciso IV), em face da inadimplência da empresa interposta. Entretanto, essa responsabilidade fica limitada proporcionalmente aos períodos de prestação de serviços para as tomadoras. SEGURO-DESEMPREGO. REVELIA DA EMPREGADORA.À falta de previsão legal, não há como se determinar o pagamento de indenização correspondente ao seguro-desemprego, em substituição à entrega das guias "CD/SD" (Comunicação de Dispensa/Seguro-Desemprego). O próprio Manual de Atendimento ao Seguro-Desemprego, do Ministério do Trabalho autoriza seja efetuado o pagamento respectivo no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o trânsito em julgado de decisão que tenha reconhecido tal direito. Entretanto, no presente caso, diante da impossibilidade de fornecimento das guias, haja vista a revelia da empregadora, determina-se a expedição de alvará à CEF para que efetue o pagamento do seguro-desemprego ao reclamante, respeitadas as limitações legais. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO PARTICULAR. INDEVIDOS. O reclamante não está representado pelo sindicato da categoria, mas sim por advogado particular. Assim, por não preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/1970, em seu art. 14, § 1º, não há como deferir o pagamento da verba honorária advocatícia. Nesse sentido o 8º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. Proc. 32047/01 - Ac. 1ª Turma 27633/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 124

SENTENÇA. NO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. No procedimento sumarríssimo trabalhista o juiz está autorizado a decidir por eqüidade e, na análise da prova, a dar especial valor às regras da experiência comum ou técnica. Não se limita, portanto, à prova dos autos e ao texto da lei, tendo, conseqüentemente, maiores poderes e responsabilidades do que aqueles que são conferidos, no geral, ao magistrado. Proc. 22807/02 - Ac. 2ª Turma 23202/02-PATR. Rel. Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa. DOE 10/10/2002, p. 47

SENTENÇA. NULIDADE. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. REJEIÇÃO. Considerando-se que a r. sentença tem fundamentação, cuja conclusão está baseada nas provas carreadas aos autos e que formaram o livre convencimento do

MM. Julgador de 1º grau, afasta-se de plano a argüição de nulidade. Se a fundamentação é de boa ou má qualidade, não se trata de assunto ligado às nulidades, mas sim à axiologia, valoração subjetiva que o julgador impôs às alegações e às provas. APOSENTADORIA. COMPLEMENTAÇÃO. DIFERENÇAS. BANCO DO BRASIL. O próprio reclamante requereu ao Juízo que a Previdência Privada dos funcionários do Banco do Brasil informasse como estavam sendo efetuados os cálculos da complementação de sua aposentadoria. A diligência foi cumprida, informando aquela entidade que os cálculos do benefício foram procedidos com base nos estatutos da entidade, levando-se em conta os doze últimos salários-contribuição valorizados. De plano então se concluiu que, se o reclamante laborou de outubro/62 a outubro/92 (data da aposentadoria) e se os cálculos vêm sendo realizados pela média dos últimos doze meses de contribuição, as circulares editadas após a admissão do autor e que se incorporaram ao seu contrato de trabalho, estão sendo respeitadas. Mas não é só. Após a Previdência Privada dos funcionários do reclamado ter informado como estão sendo efetuados os cálculos, houve despacho para que as partes apresentassem outras provas que entendessem cabíveis; entretanto, o reclamante declinou que nada mais tinha a produzir em termos de provas. Proc. 39742/00 - Ac. 5ª Turma 27213/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

SENTENÇA. NULIDADE. SUSPEIÇÃO. Dando-se por suspeito o Juiz Presidente do Colegiado de primeiro grau por motivo de foro íntimo, não mais poderia atuar no feito, e muito menos participar de seu julgamento, sem com isso ferir o disposto no art. 802, § 1º, da CLT, acarretando a nulidade da decisão. Proc. 31369/99 - Ac. SE 28163/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

SENTENÇA. PUBLICAÇÃO.QUANDO SE DÁ. PEDIDO DE DESISTÊNCIA. Juntada aos autos, está publicada a sentença, independentemente de intimação, que é coisa diversa. Assim, uma vez já nos autos, não se pode ignorá-la, não prosperando pedido de desistência então formulado. Proc. 3342/02 - Ac. 1ª Turma 12594/02-PATR. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 8/8/2002, p. 10

SENTENÇA. QUE EXTINGÜE O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO. RECURSO DA RECLAMADA. ADMISSIBILIDADE. Embora um dos pressupostos recursais específicos determine a recorribilidade do ato somente por aquele que sucumbiu, deve ser processado e conhecido o recurso da reclamada que recebeu uma sentença extintiva do processo sem exame do mérito. É que, a par de não ser sucumbente naquela sentença, a formulação sentencial assim proferida não confere à demandada os efeitos da coisa julgada que busca o réu quando propugna pela improcedência do pedido. Tem ele o direito de ver uma decisão de mérito, e não apenas uma absolutória da instância, ainda mais em caso no qual sua alegação contestatória é a de que o reclamante não é seu empregado, porque nessa hipótese, o não acolhimento da tese da inicial, reconhecendo haver uma relação de empreita entre as partes, merece decisão meritória e não meramente processual. Proc. 20279/01 - Ac. 3ª Turma 18148/02. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 13/5/2002, p. 53

SENTENÇA. "ULTRA PETITA" NULIDADE. INOCORRÊNCIA. Eventual julgamento além do que foi pedido não enseja nulidade da sentença, mas tão-somente a extirpação do excesso. Com efeito, a condenação pode ser adequada ao pedido, pelo Tribunal. ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO. COMPENSAÇÃO DE HORAS. VALIDADE. A compensação de horas pode ser estabelecida mediante acordo entre empregado e empregador (SDI-TST n. 182) que, em todo caso, deve ser escrito (SDI-TST n. 223 e 1º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal). Proc. 33553/01 - Ac. 1ª Turma 31748/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 253

SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO

SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO. Não só a legislação e as cláusulas contratuais devem ser interpretadas. Também a "res iudicata" à luz da legislação vigente. O comando que autoriza a compensação se pressupõe limitado aos documentos juntados na fase de conhecimento. Do contrário estar-se-ia admitindo efeito semelhante ao que resulta do vedado julgamento condicional e, pior, abrindo à parte oportunidade extemporânea para juntada de documento velho, surpreendendo o "ex adverso". A sentença de liquidação que limita a compensação aos valores constantes dos recibos encartados na fase de conhecimento não ofende a coisa julgada, vez que implícita a limitação em razão do instituto da preclusão. Proc. 1179/01-ARE - Ac. SE 751/02-A. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 5/7/2002, p. 4

SENTENÇA DE MÉRITO

SENTENÇA DE MÉRITO. OMISSÃO NÃO SANEADA. COISA JULGADA SOBRE MATÉRIA NÃO

APRECIADA. INEXISTÊNCIA. A configuração da coisa julgada - ápice dos efeitos da prestação da tutela jurisdicional - exige sentença de mérito, com pronunciamento expresso sobre a matéria (inteligência do art. 468 do CPC). Proc. 15351/00 - Ac. 1ª Turma 13556/02. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 62

SERVIDOR

SERVIDOR. JORNADA. DESCUMPRIMENTO. EFEITOS. O simples descumprimento, pelo servidor, da jornada de trabalho ajustada, ainda que tolerado pela chefia imediata, implica na inobservância dos princípios de legalidade, impessoalidade e moralidade, não gerando nenhuma obrigação para autarquia estadual. Proc. 16049/01 - Ac. 2ª Turma 4373/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 28/1/2002, p. 71

SERVIDOR CELETISTA

SERVIDOR CELETISTA. FGTS E ESTABILIDADE DO ART. 41 DA CF. INSTITUTOS INCOMPATÍVEIS. DIREITO APENAS À REPARAÇÃO DO FGTS. A estabilidade somente se aplica ao estatutário. O empregado celetista faz jus ao FGTS. Proc. 13336/01 - Ac. SE 20439/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 13/5/2002, p. 120

SERVIDOR PÚBLICO

SERVIDOR PÚBLICO. Contratado sob regime celetista, não pode pretender a sexta-parte, benefício assegurado ao servidor público estatutário. Isonomia indevida; elastério descabido do art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Proc. 1149/01 - Ac. 1ª Turma 12044/02. Rel. Desig. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 8/4/2002, p. 14

SERVIDOR PÚBLICO. CARGO EM COMISSÃO. DEMISSÃO "AD NUTUM". INDEVIDAS VERBAS DECORRENTES DA RESCISÃO IMOTIVADA. Ocupando o reclamante cargo de confiança, poderia ser exonerado do cargo de acordo com a conveniência do órgão da administração, posto que se trata de cargo demissível "ad nutum", já que é de livre nomeação e exoneração. Portanto, não há que se falar em dispensa imotivada, sendo indevidas as verbas decorrentes deste tipo de dispensa. Proc. 27834/00 - Ac. 1ª Turma 15572/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 49

SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA; APOSENTADORIA ESPONTÂNEA; INEXISTÊNCIA DE COAÇÃO. A aposentadoria espontânea é causa extintiva da relação empregatícia, ainda mais quando o ex-empregador pertenceu à Administração Pública, haja vista a aplicação do art. 453, da CLT, juntamente com o Enunciado n. 363, do TST, e a Orientação Jurisprudencial n. 177, da SDI, a menos que o servidor, aposentado, tenha prestado novo concurso, como manda o inciso II do art. 37, da Carta Magna. Proc. 16902/01 - Ac. 3ª Turma 23619/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 214

SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA CONCURSADO. ESTABILIDADE CABÍVEL. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO DO ATO QUE CULMINA COM SUA DISPENSA. O art. 41 da CF confere estabilidade aos servidores públicos após três anos de efetivo exercício, não distinguindo entre celetista e estatutário, já que "servidor" é o gênero do qual os outros são espécie. Ambos estão à mercê da administração pública e, assim sendo, também o celetista sofre as influências advindas da natureza governamental do contratante, aplicando-se-lhe, inclusive, certas disposições de ordem constitucional. Por isso, a Administração permanece vinculada, nas suas relações com tal espécie de empregado, aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade, devendo fundamentar os seus atos a fim de que seja possível aferir se ele decorreu do interesse da administração, atendendo à finalidade pública, ou se foi praticado por motivos escusos. Inobservada tal conduta, nasce o direito do empregado celetista concursado à reintegração no emprego, com o pagamento dos consectários cabíveis. Proc. 29051/01 - Ac. 4ª Turma 9295/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 11/7/2002, p. 34

SERVIDOR PÚBLICO. CELETISTA. ESTÁGIO PROBATÓRIO. DEMISSÃO IMOTIVADA. INVALIDADE DO ATO. REINTEGRAÇÃO DEFERIDA. SÚMULAS NS. 20 e 21 DO STF E OJ n. 22 DO TST. A interpretação jurisprudencial do art. 41, da CF/88, na redação anterior à EC n. 19/98 dispensou tratamento isonômico para servidores públicos celetista e estatutário (OJ n. 22 TST). Assim, admitido mediante concurso público, a demissão do celetista, durante o estágio probatório só pode ser aceita se efetuada por ato

motivado da Administração (Súmula STF n. 21). Embora seja ato administrativo de natureza discricionária, no caso, depende de motivação para ser legítimo e válido, caso contrário, será arbitrário e ilegal, porque se presume obstativo à aquisição da estabilidade do servidor, além de subtrair do Poder Judiciário o controle de sua legalidade, ou aferir se ato foi praticado dentro dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Presume-se o desvio de finalidade quando o único argumento da administração é que o celetista não adquire estabilidade no serviço público, contrariando a OJ n. 22 do TST. O ato é nulo é a reintegração do servidor é a medida que se impõe (vide Súmulas ns. 20 e 21 do STF). Proc. 8105/96 - Ac. 2ª Turma 25679/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 31/10/2002, p. 10

SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO NO PERÍODO INFERIOR AOS CINCO ANOS QUE ANTECEDERAM A PROMULGAÇÃO DA CF/88. POSSIBILIDADE. Embora sem direito à estabilidade, deve ser considerada regular a contratação de servidor que não enfrentou concurso público, desde que seu ingresso tenha ocorrido naquele período inferior aos cinco anos que antecederam a promulgação da CF/88, dada a interpretação literal e integrada dos arts. 19, do ADCT, e 37 II, da Carta Magna. Proc. 8030/02 - Ac. 3ª Turma 22471/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 10/10/2002, p. 56

SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATO NULO. EFEITOS. A contratação de servidor público, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no art. 37, II e § 2º, da CF/88, sendo nula de pleno direito. Proc. 32130/01 - Ac. 3ª Turma 2855/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/5/2002, p. 20

SERVIDOR PÚBLICO. DESVIO DE FUNÇÃO. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS. Comprovado que o reclamante efetivamente se ativou nas funções próprias do cargo de analista de sistemas, faz jus às diferenças salariais pelo desvio de função, eis que o óbice constitucional previsto no art. 37, II, se limita ao reenquadramento funcional, sendo devida a contraprestação pelos serviços efetivados. Inteligência das Orientações Jurisprudenciais ns. 85 e 125, do C. TST. Proc. 15317/00 - Ac. 1ª Turma 15473/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 45

SERVIDOR PÚBLICO. EM REGIME TRABALHISTA. ESTABILIDADE CONSTITUCIONAL. APLICABILIDADE. Aplica-se ao servidor público contratado pelo regime da CLT a estabilidade estipulada no art. 41 da CF. O texto constitucional não faz distinção entre empregados públicos e funcionários públicos, porque usa a expressão genérica "servidor" para qualificar o beneficiário da estabilidade. Por isso, não se legitima a interpretação restritiva no sentido de se entender que somente os estatutários estão assim protegidos. A estabilidade é atributo do bom andamento do serviço público, diante do princípio de sua continuidade, e sem ela o servidor, qualquer que fosse seu regime, ficaria à mercê das modificações da Administração, de modo que, diante desse pressuposto, não se justifica a distinção. Ao demais, afastar-se essa estabilidade do empregado público seria reconhecer a possibilidade de dispensa sem motivação, conduta que ofende outro princípio administrativo importante, já que essa motivação devida a cada ato faz com que ele fique vinculado, em sua validade, aos fundamentos usados para sua edição, única situação que permite o controle jurisdicional da sua legalidade. Precedentes do STF e do TST. Proc. 14713/01 - Ac. 3ª Turma 2902/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/5/2002, p. 21

SERVIDOR PÚBLICO. MUNICIPAL CELETISTA. ADMISSÃO POR CONCURSO. ESTABILIDADE. POSSIBILIDADE. A jurisprudência evoluiu na interpretação do art. 41, da CF/88, na redação anterior à EC n. 19/98, dispensando tratamento isonômico tanto aos servidores públicos celetistas quanto àqueles de regime administrativo (Orientação Jurisprudencial n. 22, TST), para reconhecer ao servidor público celetista, admitido sem ofensa ao art. 37, II, da Constituição, vencido o estágio probatório, a estabilidade no serviço público, a pretexto de que a expressão "servidores "do "caput" do art. 41 da Carta Magna define o gênero de que o empregado público é espécie, não restringindo o direito à estabilidade ao servidor investido regularmente em cargo público em caráter efetivo. Assim, servidor celetista, admitido mediante concurso, logrando aprovação no estágio probatório, se demito sem justa causa faz jus à reintegração com a percepção dos consectários legais. Proc. 17725/01 - Ac. 5ª Turma 25378/02-PATR. Rel. Desig. José Antonio Pancotti. DOE 31/10/2002, p. 18

SERVIDOR PÚBLICO. MUNICIPAL. REGIME CELETISTA. DEMISSÃO MOTIVADA DURANTE O ESTÁGIO PROBATÓRIO. VIABILIDADE. A interpretação jurisprudencial do art. 41, da CF/88, na redação anterior à EC n. 19/98, dispensou tratamento isonômico para servidores públicos celetista e estatutário (Orientação Jurisprudencial n. 22 TST). Assim, admitido mediante concurso público, a demissão do celetista, durante o estágio probatório, só pode ser aceita se efetuada por ato motivado da Administração Pública (Súmula STF n. 21). Embora seja ato administrativo de natureza discricionária, depende de motivação para ser legítimo

e válido, caso contrário, será arbitrário e ilegal, porque se presume obstativo à aquisição da estabilidade do servidor, além de subtrair do Poder Judiciário o controle de sua legalidade, ou aferir se ato demissional ancora-se nos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Na hipótese, o motivo da demissão, embora não configurasse justa causa (CLT, art. 482), ocorreu porque o reclamante fez concurso para motorista e nunca exerceu tal função, sendo guindado de imediato a "cargo em comissão" (Diretor de Departamento) que já exercia anteriormente, além de cometer faltas injustificadas. Evidente, a inconveniência de sua permanência em serviço público, fato que justifica a dispensa imotivada, a demissão válida. Proc. 35176/01 - Ac. 5ª Turma 26286/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 8/11/2002, p. 34

SERVIDOR PÚBLICO. NECESSIDADE DE PRÉVIA APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO. CF (ART. 37, II). Na atual sistemática, não só a investidura em cargo público, mas também a admissão em emprego público, requer prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, sob pena de nulidade, havendo duas exceções a tal pressuposto: o trabalho temporário e o cargo em comissão. Por esse raciocínio, tendo um órgão da Administração Pública celebrado contrato de trabalho após 05/10/88 (promulgação da Magna Carta), sem realização de concurso público, tal contrato há de ser declarado nulo de pleno direito, porque contrário à literalidade do inciso II do art. 37, da Constituição, e por imposição do § 2º, desse mesmo artigo. Proc. 35880/01 - Ac. 1ª Turma 11100/02-PATR. Rel. Desig. Luiz Roberto Nunes. DOE 1/8/2002, p. 18

SERVIDOR PÚBLICO. OU EMPREGADO PÚBLICO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR APOSENTADORIA. A aposentadoria rescinde o contrato de trabalho do servidor público ou empregado público, porque a continuidade do liame afronta o art. 37, II, da CF, que impõe aprovação em concurso público para a investidura em emprego na administração pública direta e indireta. Por oportuno, acrescente-se o entendimento da jurisprudência majoritária deste Egrégio Regional, consubstanciada no 17º Tema, bem como a Orientação Jurisprudencial n. 177 da SDI-1 do C. TST, segundo as quais a aposentadoria é causa de extinção do contrato de trabalho. Proc. 15643/00 - Ac. 1ª Turma 17960/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 47

SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA

SERVIDOR PÚBLICO CELETISTA. Ao admitir funcionários pelo regime celetista a Administração Pública equipara-se ao empregador comum, aplicando-se-lhe as normas e princípios contidos no Estatuto Consolidado. Proc. 14330/02 - Ac. 1ª Turma 31963/02-PATR. Rel. Desig. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 69

SERVIDORES CELETISTAS

SERVIDORES CELETISTAS. ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF/88. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. A jurisprudência do STF e do TST, já se consolidou no sentido de que os servidores contratados sob a legislação trabalhista, mediante prévia aprovação em concurso público, independentemente de serem optantes pelo FGTS, gozam da estabilidade prevista no art. 41 da CF, beneficiando-se assim do direito de, somente depois de regular apuração das infrações que lhes sejam imputadas, ser dispensados por justa causa. Essa estabilidade, porém, é assegurada somente quando seu empregador é ente da administração pública direta, autárquica ou fundacional, estando excluídos, portanto, aqueles contratados por empresas públicas e sociedades de economia mista, inseridas no âmbito da administração indireta. Proc. 33070/00 - Ac. 4ª Turma 2288/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 14/1/2002, p. 75

SINDICATO

SINDICATO. EXECUÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. PRESENÇA DO ROL DE SUBSTITUÍDOS. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL, DECONSTITUÍDA VIA AÇÃO RESCISÓRIA. ILEGITIMIDADE. Quando o Sindicato atua na qualidade de substituto processual, postulando em nome próprio, direito de empregados de determinada empresa, impreterivelmente, deve instruir a peça inicial com o rol de substituídos para viabilizar a delimitação dos efeitos subjetivos da coisa julgada material. De outra parte, não se pode olvidar que uma das conseqüências da legitimação extraordinária, é a não submissão do substituto a todos os efeitos jurídicos do processo. Como já dito, preponderantemente, os efeitos jurídicos decorrentes da ação, recaem na esfera jurídica dos substituídos, porquanto eles são os

detentores dos direitos defendidos, são os titulares da relação material objeto do litígio. Assim, o substituto tem a responsabilidade circunscrita aos atos praticados enquanto legitimado extraordinário. Nesse diapasão, deve responder pelo pagamento das custas, sucumbência se o caso, eventuais danos causados pela prática de atos ilícitos, e os decorrentes de má-fé. Não se configurando qualquer uma dessas hipóteses, é parte ilegítima para responder em processo executivo. Agiganta-se ainda mais tal impossibilidade, quando o bem de vida perseguido, refere-se às devoluções de valores decorrentes dos planos econômicos, deferidos por sentença judicial, desconstituída por força de Ação Rescisória. Proc. 25691/01 - Ac. SE 26921/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 98

SINDICATO. REPRESENTAÇÃO SINDICAL. As empresas de economia mista não estão atreladas à representação sindical das entidades federais dos servidores públicos. Proc. 15536/00 - Ac. 1ª Turma 19056/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 82

SOBREAVISO

SOBREAVISO. REQUISITOS. Configura-se o sobreaviso quando a obrigatoriedade de permanecer à espera de eventual chamado do empregador restringe a liberdade de locomoção do empregado. Proc. 10639/02 - Ac. 1ª Turma 28063/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 22/11/2002, p. 7

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA MANTIDA. Mesmo em se tratando de ente público pertencente à Administração Pública Indireta e havendo regular certame licitatório, a recorrente é responsável subsidiariamente pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora de serviços, diante de sua incúria na contratação (culpa "in eligendo") e na fiscalização (culpa "in vigilando") da empresa contratada. Esta responsabilização subsiste face ao que disposto no art. 71 da Lei n. 8.666/93, conforme já sedimentado pela jurisprudência dominante do C. TST, mediante a alteração introduzida no inciso IV do Enunciado n. 331 pela Resolução n. 96 de 11/09/00. Proc. 11388/00 - Ac. SE 18095/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 19/9/2002, p. 8

SUBORDINAÇÃO

SUBORDINAÇÃO. AUSÊNCIA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A ausência da subordinação afasta o reconhecimento do vínculo empregatício, a teor do art. 3º, da CLT. Proc. 15649/00 - Ac. 1ª Turma 8125/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

SUBSIDIARIEDADE

SUBSIDIARIEDADE. IMPOSIÇÃO. FATORES DETERMINANTES. EXEGESE DO ENUNCIADO N. 331 DO C.TST. A imposição da responsabilidade subsidiária tem como premissa não apenas o art. 9º da CLT, mas também o 159 do CC, onde se consubstanciam as teorias da culpa "in vigilando" e "in eligendo". Forçoso concluir, assim, que a aplicabilidade do inciso IV do Enunciado n. 331 do C.TST não se restringe às hipóteses de contratação ilícita de trabalhadores, sendo o fim colimado pelo aludido verbete a preservação dos créditos laborais, que podem ser violados, inclusive nos casos em que a lei não obsta a intermediação de mão-de-obra. SUBISIDIARIEDADE. ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ANÁLISE DA MATÉRIA FRENTE AO DISPOSTO NO ART. 71 DA LEI N. 8.666/93 E ENUNCIADO N. 331, IV DO C.TST O art. 71 da Lei n. 8.666/93, na parte em que exime as entidades da Administração Pública da responsabilidade subsidiária, deve ser interpretado em consonância com o § 6º do art. 37 da CF, que atribui responsabilidade objetiva a todos os entes da Administração Pública. Analisado isoladamente malfere os princípios de proteção ao trabalhador estampados nos arts. 1º, incisos III e IV e 7º da CF. Também colide com o 173, § 1º, II do mesmo diploma, o qual veda que se dê tratamento privilegiado às entidades paraestatais que desenvolvam atividade econômica. Mesmo sujeito a procedimento licitatório, o ente público tem possibilidade de escolher as empresas que vai contratar - vinculado, é bem verdade, a certos parâmetros legais - e se a empresa contratada mostrar-se inadimplente, a si são imputáveis a culpa "in vigilando' e 'in eligendo", o que atrai a incidência do art. 159

do CC. Mantém-se, destarte, a responsabilidade subsidiária imposta às tomadoras do serviço (Departamento de Estradas de Rodagem e Banco Nossa Caixa). Proc. 39215/01 - Ac. 4ª Turma 17262/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 5/9/2002, p. 15

SUBSIDIARIEDADE. IMPOSIÇÃO. FATORES DETERMINANTES. RESPONSABILIDADE DO ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. A imposição da responsabilidade subsidiária tem como premissa não apenas o art. 9º da CLT mas também o 159 do CC, onde consubstanciam-se as teorias da culpa "in vigilando" e "in eligendo". Forçoso concluir, assim, que a aplicabilidade do inciso IV do Enunciado n. 331 do C.TST não se restringe às hipóteses de contratação ilícita de trabalhadores, sendo o fim colimado pelo aludido verbete a preservação dos créditos laborais, que podem ser violados inclusive nos casos em que a lei não obsta a intermediação de mão-de-obra. Mesmo sujeito a procedimento licitatório, o ente público tem possibilidade de escolher as empresas que vai contratar - vinculado, é bem verdade, a certos parâmetros legais - e se a contratada mostrar-se inadimplente, a si são imputáveis as modalidades de culpa antes referidas, atraindo a incidência do art. 159 do CC. Mantém-se, destarte, a responsabilidade subsidiária imposta ao Banespa - Banco do Estado de São Paulo S/A, tomador dos serviços prestados pela autora. Proc. 7036/02 - Ac. 4ª Turma 24148/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 25/10/2002, p. 33

SUBSTITUIÇÃO

SUBSTITUIÇÃO. NÃO EVENTUAL. Enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído (Enunciado n. 159). Proc. 28227/99 - Ac. SE 10597/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

SUBSTITUIÇÃO. PREVISÃO NORMATIVA. A exceção normativa, no sentido de que ficariam excluídos do benefício da substituição "os casos de treinamento na função e os cargos de supervisão, chefia e gerência", não pode ser desprezada, como pretende o recorrente. Veja-se que o suposto substituído exercia as funções de Supervisor de Produção e de Chefe de Seção, o que indubitavelmente caracteriza a hipótese excludente e demonstra o acerto da decisão originária. Proc. 38330/00 - Ac. 5ª Turma 27189/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA

SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA. Rejeita-se a substituição da penhora se a executada não ofereceu bens no momento oportuno e a constrição judicial obedeceu a ordem preferencial estabelecida no art. 655 do CPC. Proc. 26821/02 - Ac. 1ª Turma 31238/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 62

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. BANCO DO BRASIL. ANUÊNIO. SUPRESSÃO. ACORDO COLETIVO. EFEITOS. O Sindicato não tem legitimidade para pleitear anuênio suprimido por meio de acordo coletivo assinado pela própria entidade sindical, até porque essa verba não está contemplada em lei, o direito de ação é assegurado ao trabalhador e a substituição processual não está autorizada para reclamar direito inexistente. Proc. 26568/01 - Ac. 2ª Turma 19374/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 13/5/2002, p. 92

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. CUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO. LEGITIMIDADE. Os sindicatos estão legitimados para atuar como substitutos processuais, nas reclamações que visem ao cumprimento de cláusulas ajustadas em convenção coletiva de trabalho, prerrogativa que se encontra assegurada pelo art. 8º, III, da CF/88, e pelo art. 3º, da Lei n. 8.073/90. Proc. 15374/00 - Ac. 1ª Turma 8291/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 49

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ENTIDADE SINDICAL. ADMISSIBILIDADE. O art. 8º, III, da CF conferiu às entidades sindicais a prerrogativa de atuar como substitutas processuais dos integrantes da categoria, qualquer que seja o tipo de reivindicação formulada, não sendo pertinente qualquer restrição desse direito, já que não o faz a Constituição. No mesmo sentido, veio a Lei n. 8.073/90, que em seu art. 3º, expressamente reconhece essa garantia, que não se limita a ações em que se reivindica reajustes decorrentes de política

salarial oficial, vez que o dispositivo em comento, tem vida própria em face dos outros, que regulavam o assunto principal da lei, e que foram vetados. Os fundamentos dos demais dispositivos não se comunicam com o artigo que subsistiu, inclusive porque este apenas regulamentou, ainda que desnecessariamente, a garantia já assinalada na Carta/88. Precedentes do STF a respeito do assunto. Proc. 11132/01 - Ac. 3ª Turma 2908/02-PATR. Rel. Carlos Eduardo Oliveira Dias. DOE 29/5/2002, p. 22

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. ROL DE BENEFICIÁRIOS. Não só necessário como imprescindível que o sindicato, na ação que figure como substituto, relacione os beneficiários, porquanto o direito de representação e/ou substituição não se sobrepõe ao direito individual do representado/substituído sob pena de violação literal ao direito constitucional e pessoal de renunciar ou desistir ou até mesmo firmar acordo. Proc. 10845/02 - Ac. 2ª Turma 25625/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 31/10/2002, p. 8

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICAL. CATEGORIZAÇÃO SUBJETIVA. Somente entidade sindical como tal comprovadamente reconhecida, através de carta sindical ou certidão de registro da Secretaria de Relações de Trabalho, pode atuar como substituto processual dos integrantes da categoria. Mera associação de laboristas de um único empreendimento não preenche os requisitos mínimos para o alcance do "status" sindical, porque afronta os princípios constitucionais da unicidade e base territorial municipal mínima (art. 8º, II da CRFB/88). Ilegitimidade "ad causam" caracterizada. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL SINDICAL. LIMITES OBJETIVOS. O art. 8º, inciso III, da CRFB/88 não assegura, por si só, a substituição processual sindical, pois nada diz além do que já dizia o art. 503, alínea "a", da CLT. O art. 5º, inciso XXI da CRFB/88 não se aplica ao sindicato como sucedâneo de autorização legal para substituição processual (art. 6º do CPC), pois diz respeito aos chamados direitos difusos. O art. 8º, III da CRFB/88 exige regulamentação, razão de ser do Enunciado n. 310 do C. TST. A Lei n. 8.073/90 (inciso IV, Enunciado n. 310 C. TST), amputada por força de veto, tem sua face desfigurada, mas nem por isto perdeu sua identidade. Dita lei, autoriza a substituição processual sindical apenas para as demandas que têm como causa de pedir a política nacional de salários. Em razão do disposto no art. 6º do CPC, a falta de autorização legal para atuação como substituto processual, em demanda relativa à equiparação salarial, implica não atendimento do pressuposto de constituição válida e regular da substituição processual. Proc. 15873/01 - Ac. 3ª Turma 15830/02. Rel. Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo. DOE 22/4/2002, p. 57

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. ENUNCIADO N. 310 DO TST. O sindicato detém legitimidade ativa para postular, na qualidade de substituto processual, direito individual homogêneo de toda a categoria, diante da inegável derrogação do Enunciado n. 310, do TST, pela (moderna) teleologia diferida da norma contida no inciso III do art. 8º, da CF. Proc. 3804/02 - Ac. 5ª Turma 16564/02-PATR. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 29/8/2002, p. 84

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. SINDICATO. ILEGITIMIDADE. O sindicato não tem legitimidade para pleitear direitos decorrentes de convenção coletiva, quando atua como substituto processual de empregados que não exercem atividades descritas como objetivo social da ré e não são integrantes de categoria diferenciada. Proc. 12814/02 - Ac. 1ª Turma 29163/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 11

SUCESSÃO

SUCESSÃO. CONFUSÃO. A confusão - situação na qual alguém, na mesma relação jurídica, é credor e devedor de si mesmo, importa a extinção da obrigação (art. 1049 CC). No caso em tela, o reclamante, ao adquirir a firma em que fora empregado, passou a ser sucessor de si mesmo, operando-se a confusão, ficando, assim, abolido qualquer compromisso trabalhista, porventura existente. Proc. 194/00 - Ac. SE 10956/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

SUCESSÃO. RESPONSABILIDADE PELOS DÉBITOS TRABALHISTAS. Em consonância com os arts. 10 e 448, ambos da CLT, a responsabilidade pelos débitos trabalhistas, exceto quando evidenciado que a sucessão ocorreu em fraude à lei, é apenas do sucessor. Proc. 13534/00 - Ac. 1ª Turma 849/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/1/2002, p. 29

SUCESSÃO DE EMPREGADORES

SUCESSÃO DE EMPREGADORES. CARACTERIZAÇÃO Utilizando-se a reclamada dos mesmos

equipamentos e local, bem como exercendo o mesmo desiderato econômico da empresa sucedida e ainda não havendo solução de continuidade na prestação de serviços por parte do autor, caracterizada está a sucessão de empregadores de que cuidam os arts. 10 e 448 da CLT, sendo irrelevante o título jurídico em virtude do qual o titular do estabelecimento utiliza os bens organizados para o exercício de sua atividade econômica. Proc. 29126/99 - Ac. SE 11326/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 6

SUCESSÃO DE EMPREGADORES. EXISTÊNCIA. RFFSA E FERROBAN. A sucessão se presume quando há continuidade na exploração da mesma atividade econômica, no mesmo local, servindo-se o sucessor dos mesmos bens que compõem a "azienda" da entidade sucedida. É esta a situação vertente. A FERROBAN adquiriu o acervo patrimonial da RFFSA (comprando parte dos seus bens, arrendando outra parte e usando gratuitamente outros tantos). Deu, ademais, regular continuidade à exploração da atividade econômica explorada pela empresa cedente, inclusive com a manutenção dos contratos de trabalho pactuados anteriormente à concessão. Como se sabe, a sucessão de empregadores no Direito do Trabalho tem por objetivo vincular o sucessor ao pagamento das dívidas de natureza trabalhista contraídas pelo sucedido, fundando-se na premissa de que os bens que compõem o estabelecimento e que, para cuja aquisição - presume-se - tenha o trabalhador concorrido com sua força de trabalho, vinculam-se inexoravelmente ao cumprimento das dívidas desta natureza. Por esta razão, os bens que compõem a "azienda" do empregador vinculam-se ao pagamento das dívidas trabalhistas e isto se dá por um liame quase de natureza real - para além da natureza meramente obrigacional e independentemente de quem detenha a sua titularidade. Observo, ademais, que o contrato de concessão (com o aporte de parte dos bens da sucedida) terá duração de trinta anos (cláusula 2ª do contrato de fls. 358). Com a concessão de exploração por tempo tão expressivo e, de forma concomitante, o arrendamento de bens que a viabilizam, outra não pode ser a conclusão: a FERROBAN terá domínio quase absoluto sobre estes bens. Só não é proprietária (em toda a plenitude do domínio) por uma minúcia jurídica. Proc. 28011/01 - Ac. 3ª Turma 24708/02. Rel. Maria de Fátima Vianna Coelho. DOE 15/7/2002, p. 30

SUCESSÃO DE EMPREGADORES. FERROBAN - FERROVIAS BANDEIRANTES S/A. Sendo a empresa uma universalidade de pessoas, bens e relações jurídicas, destinadas a uma finalidade empresarial específica, configura-se a sucessão quando ocorre transferência da atividade empresarial para outra pessoa jurídica, com manutenção do mesmo ramo de negócio, com aproveitamento de parte dos empregados, máquinas, equipamentos e clientes. A FERROBAN, ao receber em concessão a malha ferroviária, arrendando máquinas, equipamentos e instalações da RFFSA, continuou a exercer as mesmas atividades econômicas anteriormente desenvolvidas pela FEPASA e RFFSA, utilizando as mesmas máquinas e equipamentos arrendados, nas mesmas localidades, contando com os mesmos clientes e empregados. Tendo em vista que a partir de janeiro/99 o reclamante passou a prestar serviços à FERROBAN - Ferrovias Bandeirantes S/A, sem que tenha havido solução de continuidade na prestação de serviços, operou-se mera substituição de sujeitos na relação jurídica trabalhista, o que caracteriza a sucessão de empregadores, por força dos arts. 10 e 448 da CLT. Proc. 23267/02 - Ac. 5ª Turma 27104/02-PATR. Rel. João Alberto Alves Machado, 5ª T. DOE 14/11/2002, p. 45

SUCESSÃO DE EMPRESAS

SUCESSÃO DE EMPRESAS. ARTS. 10 E 448 DA CLT. Ocorre a sucessão quando a nova empresa passa a exercer as mesmas atividades que a antecessora, fazendo uso de suas máquinas e equipamentos e, principalmente, utilizando os mesmos empregados da sucedida, sendo certo que a alteração jurídica da empresa não afeta os contratos de trabalho. Proc. 31038/99 - Ac. SE 26752/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

SUCESSÃO DE EMPRESAS. CONTRATO DE ARRENDAMENTO-COMODATO. CARACTERIZAÇÃO. ARTS. 10 E 448 DA CLT. O propósito do legislador, através das normas regulamentadoras da sucessão (arts. 10 e 448 da CLT), foi assegurar a intangibilidade dos contratos de trabalho firmados pelo antigo empregador, garantindo sua continuidade. Em conseqüência, impõe a lei, com respeito aos contratos de trabalho existentes na parcela transferida da organização empresarial, sua imediata e automática assunção pelo adquirente, a qualquer título. O novo titular passa a responder pelos efeitos presentes, passados e futuros dos contratos que lhe foram transferidos, em decorrência das disposições legais. Proc. 39165/01 - Ac. 2ª Turma 31435/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 241

SUCESSÃO DE EMPRESAS. RFFSA - FERROBAN. CARACTERIZAÇÃO. É sucessora da RFFSA - REDE FERROVIÁRIA FEDERAL S/A a empresa FERROBAN - FERROVIAS BANDEIRANTES S/A,

com relação aos contratos de trabalho por ela incorporados, devendo responder a concessionária por todos os direitos laborais anteriores ou posteriores à concessão, não atingindo as relações de emprego as cláusulas ou restrições fixadas no Edital PND n. 02/98, publicado na Gazeta Mercantil de 23/07/98. Inteligência dos arts. 10 e 448 da CLT, e da Orientação Jurisprudencial SDI-1 n. 225, do C. TST. Proc. 9420/02 - Ac. 2ª Turma 1456/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 22

SUCESSÃO TRABALHISTA

SUCESSÃO TRABALHISTA. Arrendamento da atividade, equipamentos, instalações e aproveitamento de pessoal. Hipótese que autoriza o reconhecimento do ônus do arrendatário, diante da sucessão e alteração da estrutura jurídica da empresa, ao teor dos arts. 10 e 448 da CLT. Proc. 12074/00 - Ac. SE 23356/02-PATR. Rel. Fany Fajerstein. DOE 17/10/2002, p. 4

SUCESSÃO TRABALHISTA. EMPRESA EM LIQÜIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENUNCIADO N. 304 DO TST. INAPLICABILIDADE. Reconhecida a sucessão trabalhista, é de afastar-se a aplicação do Enunciado n. 304 do C. TST, uma vez que a execução deixou de ter prosseguimento contra empresa em liqüidação extrajudicial. Proc. 32603/01 - Ac. 1ª Turma 22142/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 167

SUPRESSÃO

SUPRESSÃO. OU REDUÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA PARA REFEIÇÃO OU DESCANSO. NATUREZA INDENIZATÓRIA DO SEU RESSARCIMENTO. O ressarcimento do intervalo tem natureza jurídica distinta da hora extra, pois, enquanto esta se presta a remunerar excesso da jornada normal, aquele tem o objetivo de ressarcir o trabalhador pelo prejuízo causado pela supressão ou redução do intervalo mínimo intrajornada, tendo, portanto, cunho nitidamente indenizatório. Parafraseando Machado de Assis: "o rosto é parecido mas as feições são diferentes". Proc. 509/02 - Ac. 2ª Turma 12118/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 8/8/2002, p. 14

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA

SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. Para que não haja supressão de instância, os autos devem retornar ao Juízo de origem, a fim de que este aprecie matéria não examinada. Proc. 27973/99 - Ac. SE 17808/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 42

SUSPENSÃO

SUSPENSÃO. DO CONTRATO DE TRABALHO. DOENÇA INCAPACITANTE, SEM AFASTAMENTO DO TRABALHO. Aplicação do princípio da equidade e não discriminação, em atendimento dos fins sociais e exigências do bem comum. Proc. 9275/01 - Ac. 4ª Turma 5129/02. Rel. Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza. DOE 18/2/2002, p. 24

TELEFONISTA

TELEFONISTA. JORNADA REDUZIDA. EMPRESA DE COBRANÇAS EM GERAL. IMPROCEDÊNCIA. INAPLICAÇÃO DO ART. 227 DA CLT. Tratando-se de empresa cuja atividade precípua é voltada aos serviços de cobranças em geral, atividade, portanto, alheia à de telefonia, não se enquadra a reclamante no art. 227 da CLT, aplicável somente às telefonistas. O telefone utilizado nas cobranças é tão-somente uma ferramenta útil que dispensa a locomoção, mas não enquadra o trabalhador na função de telefonista. Sentença que se mantém. ADICIONAL DE DUPLA FUNÇÃO. PREVISÃO NORMATIVA. UTILIZAÇÃO CONCOMITANTE DE TERMINAL DE COMPUTADOR E FONE DE OUVIDO. AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Prevê a Convenção Coletiva o pagamento de um adicional salarial ao empregado que, no exercício de sua função, utiliza, simultaneamente, terminal de computador e fone de ouvido. Considerando-se

que a reclamante confessou que, embora se utilizasse de um computador, não fazia uso do fone de ouvido, e que o telefone era uma ferramenta para fazer serviços de cobrança, improcede o pedido de adicional de dupla função, porquanto não configurada a hipótese normativa. Proc. 35589/01 - Ac. 5ª Turma 1503/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

TELESP

TELESP. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. NORMA REGULAMENTAR. AUSÊNCIA DE RECEBIMENTO. PRAZO PRESCRICIONAL. Considerando que a aposentadoria extingue o contrato de trabalho, bem como o fato da complementação de aposentadoria ter sido instituída por norma regulamentar, o empregado que nunca recebeu tal benefício tem o prazo de dois anos para pleitear o direito em juízo, contado da data da aposentadoria, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 269, IV do CPC. Proc. 11892/02 - Ac. 5ª Turma 26365/02-PATR. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 8/11/2002, p. 37

TEMPESTIVIDADE

TEMPESTIVIDADE. PROTOCOLO INTEGRADO. INAPLICABILIDADE AO RITO SUMARÍSSIMO. O protocolo integrado não se aplica ao rito sumaríssimo em razão do disposto no Provimento GP/CR n. 2/00. A data a ser considerada para verificação da tempestividade deve ser a do protocolo no foro competente. Proc. 1839/00 - Ac. 5ª Turma 31031/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 227

TEMPO DE SERVIÇO

TEMPO DE SERVIÇO. REGISTRO NA CARTEIRA DE TRABALHO. TESTEMUNHO NÃO CONFIÁVEL. Testemunha que pretenda provar que o reclamante se ativou para a empregadora por tempo superior àquele anotado em sua Carteira de Trabalho ou no Livro de Registro da empresa, não pode, ela própria, ter tempo de trabalho inferior registrado em seu documento profissional, sob pena de não ser confiável e não se desincumbir o autor de seu ônus probatório (arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC). TESTEMUNHO NÃO CONFIÁVEL. HORAS EXTRAS. Testemunha que declina horários de trabalho em muito superiores aos relatados na inicial, não faz prova confiável. Proc. 39597/00 - Ac. 5ª Turma 7021/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

TERCEIRIZAÇÃO

TERCEIRIZAÇÃO. No caso de terceirização de serviços, havendo interesse da verdadeira empregadora em celebrar conciliação judicial, correto o Juízo de primeiro grau ao homologar o acordo, mesmo sem a concordância da tomadora dos serviços, eis que tal relação de responsabilidade subsidiária pode ser resolvida separadamente no caso de não cumprimento da avença homologada. Proc. 15564/02 - Ac. 3ª Turma 26507/02-PATR. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 8/11/2002, p. 24

TERCEIRIZAÇÃO. LIVRE INICIATIVA. EFEITOS A jurisprudência não aceita a terceirização de mão-de-obra para atividade-fim. Se, a terceirização, mesmo da atividade-fim, fora do estabelecimento do tomador de serviços, sem subordinação dos trabalhadores da prestadora de serviços ao tomador dos serviços, por respeito ao art. 1º, IV da CF/88 - da livre iniciativa - há de se reconhecer a responsabilidade subsidiária deste, em homenagem ao Princípio do Não Enriquecimento Ilícito do prestador de serviços. Proc. 35265/01 - Ac. 2ª Turma 23217/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/10/2002, p. 48

TERCEIRIZAÇÃO. REGISTRO COM A TOMADORA DOS SERVIÇOS. INDEVIDO. Constitui-se em violência ato judicial que determina à empresa tomadora o registro de quem já se encontra devidamente registrado por diversas empresas fornecedoras, nos períodos postulados. Pode-se, conforme o caso, aplicar a subsidiariedade ou até a solidariedade da empresa tomadora, mas nunca determinar um segundo registro ("bis in idem") para quem já se encontra registrado, naqueles períodos, pelas empresas fornecedoras. A terceirização é uma realidade que veio para ficar, pelo que não podemos fechar os olhos, fingindo que ela não existe ou que não sabemos que, hoje, é uma das maiores fontes de emprego num mundo aterrorizado pelo desemprego em massa. A própria reclamante, ciente de seus corretos registros, em sua inicial não pediu

o registro com ninguém, e sim apenas verbas indenizatórias e pecuniárias, que perfeitamente poderiam ser assumidas pela tomadora, através de sua subsidiariedade passiva, no caso de verificar-se a incapacidade financeira das fornecedoras. Por outro lado, note-se que a única prestadora de serviços chamada pela autora para responder a este processo, mostrou-se idônea, assumindo os ônus da relação empregatícia que manteve com a autora, pedindo a exclusão da tomadora e carreando aos autos prova documental da rescisão contratual e dos consectários pagos. PETIÇÃO INICIAL. INEPTA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 267, I, DO CPC. É inepta a inicial da autora porque, embora tivesse sido corretamente registrada pelas três empresas fornecedoras, no tempo em que prestou serviços para a tomadora, deixou de propor a ação contra todas elas, elegendo indevidamente apenas a última, aquela em que fora registrada por menor tempo. Proc. 37957/00 - Ac. 5ª Turma 31012/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 227

TERCEIRIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. TOMADOR DE SERVIÇOS. A terceirização dos serviços não exime o seu tomador da responsabilidade pelo adimplemento dos encargos trabalhistas. Trata-se de responsabilidade subsidiária, derivada da culpa "in eligendo" e "in vigilando" do tomador dos serviços, em relação à empresa que contratou, como fornecedora da mão-de-obra, dita "terceirizada". Afinal, se o tomador escolhe, como prestadora, pessoa jurídica não cumpridora de suas obrigações, deve arcar com os riscos assumidos. Assim se erigiu o inciso IV do Enunciado n. 331 do c. TST, cuja aplicação é a arma de quem, diretamente, põe a sua força de trabalho a favor de terceiros, mediante empresa interposta, e que não pode ficar à mercê de sua própria sorte. Proc. 13789/00 - Ac. 1ª Turma 8117/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 43

TERMO DE CONCILIAÇÃO

TERMO DE CONCILIAÇÃO. HOMOLOGADO. COISA JULGADA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. RECURSO CABÍVEL. Tanto no processo civil, quanto no processo trabalhista, a conciliação é autocomposição do litígio posto em juízo, podendo ser concretizada mediante provocação do juiz ou espontaneamente pelas partes e a homologação do acordo dela resultante nada mais é do que a chancela judicial que torna o termo de conciliação sentença de mérito e, em conseqüência, título executivo, a teor dos arts. 449, 269, inciso III, 584, inciso III, todos do CPC e 831 do texto consolidado. À evidência, portanto, que o acordo judicialmente homologado equivale à coisa julgada, somente sendo atacável via ação rescisória. E, embora o terceiro não possa ser alcançado pela autoridade da coisa julgada, mas possa ser submetido à eficácia natural da sentença transitada em julgado, nem por isso, a coisa julgada deixa de existir, especialmente para possibilitar à Previdência Social reclamar as contribuições previdenciárias, uma vez que é justamente a partir da existência da coisa julgada que emerge o direito do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social postular ditas contribuições. Ora, se a coisa julgada emerge da sentença proferida na fase de conhecimento e da qual não caiba nenhum recurso e se é da coisa julgada que se origina o direito da Previdência Social reivindicar as contribuições previdenciárias, inequivocamente é inviável a utilização por esta última do recurso ordinário para atingir esse desiderato, motivo pelo qual, pela aplicação do princípio da fungibilidade, conheço do recurso ordinário interposto como agravo de petição. Proc. 34638/01 - Ac. 3ª Turma 2242/02-PATR. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 23/5/2002, p. 19

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA. O fato de o reclamante ter sido testemunha da ora testemunha não torna esta, apenas por essa razão, suspeita para depor em juízo, pois não configura a hipótese prevista no inciso IV do § 3º do art. 405 do CPC, bem como uma das previstas no art. 829 da CLT, o que obviamente não retira do prudente julgador a obrigação de sopesar eventual troca de favores por ocasião da valoração do depoimento. Cerceamento de defesa acolhido. Proc. 28413/01 - Ac. 3ª Turma 5581/02-PATR. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 20/6/2002, p. 26

TESTEMUNHA. AÇÃO CONTRA RECLAMADA. SUSPEIÇÃO INEXISTENTE. O fato da testemunha litigar contra o reclamado, por si só, não autoriza o reconhecimento da suspeição, sendo necessário que fique configurado o seu interesse no feito, o que não ocorreu no presente processo. Inteligência do Enunciado n. 357, do C. TST. Proc. 27845/00 - Ac. 1ª Turma 15573/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 49

TESTEMUNHA. CONTRADITADA. COLHEITA DO DEPOIMENTO. Ao acolher a contradita, deve o Juiz cumprir o que a lei determina, ou seja, dispensar o compromisso e colher o depoimento, atribuindo-lhe o valor probatório que merece, segundo seu livre convencimento (arts. 829, da CLT e 131, do CPC). Dispensar o depoimento constitui cerceamento do direito de defesa da parte, pois impede que insira no conjunto probatório

prova que a lei lhe permite produzir. Proc. 2010/02 - Ac. 2ª Turma 15213/02-PATR. Rel. Dagoberto Nishina de Azevedo. DOE 22/8/2002, p. 26

TESTEMUNHA. QUE MOVE AÇÃO CONTRA O RECLAMADO. HORAS EXTRAS. Testemunha trazida a Juízo pelo reclamante para provar o elastecimento da jornada de trabalho, ao afirmar que também move reclamação trabalhista, com idêntico objeto, torna imprestável seu depoimento, para fundamentar, por si só, o decreto condenatório, porquanto é óbvio que não possui a isenção de ânimo exigida por lei, uma vez que não admitiria a verdade de fato que acabaria levando à improcedência da outra reclamatória, na qual ocupa o pólo ativo da relação processual. Proc. 22736/02 - Ac. 5ª Turma 23078/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/10/2002, p. 69

TESTEMUNHA. ÚNICA. DEPOIMENTO CONVINCENTE. PROVA BASTANTE. Desde que as alegações da única testemunha ouvida sejam convincentes, sendo convergentes com as do obreiro, têm valor probante bastante para validar a pretensão exordial, eis que a valoração da prova não se mede pela quantidade, mas pela qualidade da prova apresentada. Proc. 15302/00 - Ac. 1ª Turma 15015/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 30

TESTEMUNHO ORAL

TESTEMUNHO ORAL. SOPESAMENTO. HORAS EXTRAS. PROVA. ÔNUS DE QUEM ALEGA. ART. 818 DA CLT. Não tendo o reclamante provado os fatos constitutivos de seu direito quanto aos horários de entrada e saída do trabalho, não há como amparar sua pretensão ao pagamento de horas extras e consectários. Suas testemunhas trabalharam junto ao mesmo somente durante parte do período reclamado, além do que seus depoimentos apresentam diversas contradições entre si e para com a jornada alegada na inicial, não se prestando a derrubar os registros dos cartões de ponto acostados aos autos. Proc. 37985/00 - Ac. 5ª Turma 7043/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 9

TOMADOR DE SERVIÇOS

TOMADOR DE SERVIÇOS. O tomador de serviços é responsável subsidiário pelo adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pelo interposto empregador. Proc. 10909/00 - Ac. SE 10704/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 52

TOMADOR DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICAÇÃO DO ITEM IV DA SÚMULA n. 331, DO C.TST. O tomador de serviços responde subsidiariamente com o intermediário pelas obrigações trabalhistas a que este foi condenado. Tal responsabilidade é resultante de construção doutrinária e jurisprudencial, pacificada com a edição da Súmula n. 331 do C. TST. Proc. 9165/00 - Ac. SE 1348/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 14/1/2002, p. 45

TOMADORA DE SERVIÇOS

TOMADORA DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 331, III e IV DO C. TST. Havendo contrato lícito de terceirização de mão-de-obra para contratação de serviços de vigilância, a empresa contratante responderá subsidiariamente pelos haveres trabalhistas não adimplidos pela prestadora/empregadora porque a tomadora dos serviços tem o dever de fiscalizar a empresa contratada com o escopo de garantir a qualidade dos serviços e, não cumprindo esse direito-dever, incorre em culpa "in vigilando". Consagração da teoria da culpa extracontratual bem como a da culpa "in eligendo". Proc. 21836/00 - Ac. 4ª Turma 10369/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 18/3/2002, p. 41

TRABALHADOR

TRABALHADOR. AUTÁRQUICO. CONTRATAÇÃO SEM PRÉVIA SUJEIÇÃO A CERTAME SELETIVO. NULIDADE CONTRATUAL. EFEITOS. O ato nulo decorrente da contratação irregular do empregado autárquico não pode ser apartado dos parâmetros administrativos. Há que se temperar os dois

enfoques jurídicos: trabalhista e administrativo. Pelo primeiro, não se subtrairá ao trabalhador revertido à situação anterior, por ato legitimamente fulminado de nulidade, o direito à percepção de seus salários, sendo-lhe devidos também, dado o seu caráter salarial, as férias e o 13º salário do período laboral. Mas não se pode conferir-lhe, sob pena de atentado à comunidade e às leis que a regem, provocando vantagem ilícita, o cômputo desse tempo de serviço para efeito indenizatório, ou crédito deferido, como o é o aviso prévio, por exemplo, pois inexistente o ato que deu origem à contratação. Proc. 25319/99 - Ac. SE 20306/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 115

TRABALHADOR AUTÔNOMO

TRABALHADOR AUTÔNOMO. TRANSPORTADOR DE LEITE. AUSÊNCIA DE PESSOALIDADE E SUBORDINAÇÃO. Proprietário de caminhão que ajusta o frete e trabalha sem pessoalidade e sem receber ordens do contratante (submetendo-se apenas à supervisão), é trabalhador autônomo, e não empregado. Proc. 32279/99 - Ac. SE 2190/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

TRABALHADOR DOMÉSTICO

TRABALHADOR DOMÉSTICO. E CONTINUIDADE. O art. 1º da Lei n. 5.859/72 e o art. 9º, II, do Decreto n. 3.048/99 criam a presunção de que o vínculo de emprego doméstico caracteriza-se pelo empenho subjetivo do trabalho contínuo, ou seja, por toda a semana, presunção legal que pode ser quebrada, se for o caso, por todos os meios de prova ou por reconhecimento do empregador. Proc. 20890/00 - Ac. 2ª Turma 23222/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 10/10/2002, p. 48

TRABALHADOR RURAL

TRABALHADOR RURAL. CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA. COMPATIBILIDADE. Para que o trabalhador seja considerado rurícola basta que a prestação do serviço se dê em "propriedade rural ou prédio rústico" e que o beneficiário da mão-de-obra ostente a condição de "empregador rural", como exaustivamente dito pela Lei n. 5.889/73, art. 2º. Independentemente, pois, de o empregado, enquanto rurícola, pertencer ou não à categoria profissional diferenciada. Daí, a recepção, sem ressalvas, do art. 511 e parágrafos, CLT, pelo Estatuto Regulamentar da Lei do Trabalhador Rural, Decreto n. 73.626/74, art. 4º. Proc. 25949/01 - Ac. 3ª Turma 20739/02. Rel. Veva Flores. DOE 13/5/2002, p. 129

TRABALHADOR RURAL. CLT, ART. 71, § 4º. APLICABILIDADE. Enquanto efetivamente não provado nos autos os usos e costumes da região, aplicável ao trabalhador rural o § 4º do art. 71, da CLT, até por ser o art. 5º, da Lei n. 5.889/73, bastante vago para os dias atuais. Proc. 19774/01 - Ac. 3ª Turma 28911/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 15/7/2002, p. 164

TRABALHADOR RURAL. COOPERATIVAS DE TRABALHO. INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. FRAUDE PARA MASCARAR RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA MANTIDA. Presentes todos os pressupostos legais para o reconhecimento do vínculo empregatício com a primeira reclamada, e responsabilização subsidiária da segunda, "ex vi" do disposto no art. 3º da CLT, e Enunciado n. 331 do C. TST, mantenho inalterada a r. sentença de primeira instância. Proc. 26011/99 - Ac. SE 25887/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

TRABALHADOR RURAL. COOPERATIVAS DE TRABALHO. INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. Havendo fraude para mascarar a relação empregatícia, o vínculo se forma com o tomador, (beneficiário direto) devendo a responsabilidade das reclamadas ser solidária. Proc. 10934/00 - Ac. SE 14571/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 8

TRABALHADOR RURAL. INDENIZAÇÃO DO § 4º, DO ART. 71, DA CLT. APLICABILIDADE. Apesar de não haver qualquer referência à aplicação do § 4º, do art. 71, da CLT às relações de trabalho rural, no "caput" do art. 4º, do Decreto n. 73.626/74, que regulamentou a Lei n. 5.889/73, é certo que, com a promulgação da CF em 05/10/88, restaram assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais os mesmos direitos, quando então recepcionou a legislação infraconstitucional - exceção feita a situações peculiares relativas a esta categoria

de trabalhadores - inclusive, mantendo no inciso XIII, de seu art. 7º, quanto à duração da jornada de trabalho, isonomia de tratamento entre urbanos e rurais, circunstância esta que atrai a aplicação do parágrafo de lei em comento ao trabalhador rural. Além do mais, o art. 1º, da Lei n. 5.889/73, prevê a aplicação dos preceitos contidos na CLT às relações de trabalho rural, no que não colidirem estes com as normas reguladoras previstas naquela. Por fim, a norma em comento tem por finalidade a preservação da saúde física do trabalhador, sendo certo que, negar aplicação de referido instituto ao rurícola representaria violação de direito constitucionalmente assegurado a todos os empregados, urbanos ou rurais. Proc. 15692/00 - Ac. 1ª Turma 10974/02. Rel. Desig. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 62

TRABALHADOR RURAL. INSALUBRIDADE. ACORDO VERBAL DE PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO. IMPOSSIBILIDADE. O art. 13 da Lei n. 5.889/73 é norma de eficácia contida, uma vez que sua aplicabilidade ficou na dependência da edição de portaria estabelecendo as condições de segurança e higiene nos locais de trabalho rural, a qual, como sói acontecer, somente foi editada em 12/04/88 (Portaria n. 3.067/88) e, em conseqüência, o trabalhador rural que presta serviços em condições insalubres somente faz jus ao adicional correspondente a partir de 12/04/88. Em contrapartida, o acordo de compensação somente é válido se observada a forma escrita, conforme preconizado no art. 59 da CLT, sendo certo que a CF/88, em seu art. 7º, inciso XIII, estabeleceu a via do acordo coletivo e ou convenção coletiva. O argumento de que se o art. 442 do diploma consolidado permite o contrato de trabalho verbal ou tácito e, em conseqüência, o referido acordo de compensação também pode ser verbal ou tácito não resiste a uma análise mais profunda, já que, em ambas as hipóteses, o legislador objetivou a proteção do hipossuficiente, haja vista que, em sendo exigido contrato de trabalho escrito, bastaria o empregador efetuar a admissão verbal para se livrar dos encargos decorrentes do liame empregatício, sendo certo que a forma escrita para o acordo de compensação tem como suporte motivos de ordem fisiológica, social e econômica. Proc. 32426/99 - Ac. SE 20216/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 13/5/2002, p. 112

TRABALHADOR RURAL. INTERVALO PARA REFEIÇÃO E DESCANSO. CLT, ART. 71, § 4º. APLICABILIDADE. À primeira vista, o argumento de que o art. 71 da CLT não é aplicável, no âmbito do trabalho rural, impressiona. Contudo, diante da igualdade de direitos, entre trabalhador urbano e rural, preconizada pelo caput, do art. 7º, da Constituição da República, não se verifica, no ordenamento constitucional, justificativa para afastar-se o direito do rurícola ao gozo do intervalo mínimo de 01h00 (uma hora) para refeição e descanso, referendado pelo Decreto regulamentador do trabalho rural, observados os usos e costumes de cada região. Proc. 13460/00 - Ac. 1ª Turma 8666/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

TRABALHADOR RURAL. MULTA DO § 4º, DO ART. 71, DA CLT. INAPLICABILIDADE. As relações de trabalho rural são reguladas pela Lei n. 5.889/73 e a CLT é aplicada de forma subsidiária. Assim, inaplicável a penalidade do art. 71, § 4º, da CLT ao rurícola porque contrária ao art. 5º da Lei n. 5.889/73, que submete o intervalo para repouso e alimentação aos usos e costumes da região. Proc. 36487/01 - Ac. 1ª Turma 23848/02-PATR. Rel. Desig. Antônio Miguel Pereira. DOE 17/10/2002, p. 10

TRABALHADOR RURAL. PRESCRIÇÃO. EC n. 28/00. O disposto na EC n. 28, publicada no DOU de 26/05/00, que unificou os prazos prescricionais dos empregados urbanos e rurais, não pode ser interpretado isoladamente, mas em consonância com o inciso XXXVI do art. 5º da Carta Constitucional, que garante o direito adquirido. Com efeito, na vigência da redação anterior (alínea "b" do inciso XXIX do art. 7º da CF), a existência de contrato era causa impeditiva do curso da prescrição, inclusive por conta da omissão patronal, que preferiu não lançar mão da ação prevista no art. 233 da CF, garantindo assim ao empregado rural os direitos trabalhistas durante todo o contrato. Logo, a diminuição do prazo prescricional só pode ser aplicada para o labor desenvolvido após a vigência da Emenda Constitucional sob exame, sob pena de grave violação ao princípio estabelecido pelo constituinte originário, que garantiu o direito adquirido. Proc. 30264/01 - Ac. 3ª Turma 18848/02. Rel. Samuel Hugo Lima. DOE 13/5/2002, p. 75

TRABALHADOR RURAL. SUBORDINAÇÃO. AUSÊNCIA. VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A ausência da subordinação afasta o reconhecimento do vínculo empregatício, a teor do art. 2º, da Lei n. 5.889/73. Proc. 15645/00 - Ac. 1ª Turma 8124/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

TRABALHADOR RURAL. USINA & EMPRESA AGRÍCOLA. ENQUADRAMENTO. Em princípio, o trabalhador contratado pela Usina é trabalhador urbano, porque, na forma da Lei n. 5.889/73 e seu regulamento, está excluído do enquadramento da relação rurícola a transformação de produtos agrícolas para o consumo final; podendo-se, por exceção, o empregado da Usina ser enquadrado como trabalhador rural, na hipótese de

sua exploração, na atividade agrícola. E por força do próprio direito, é trabalhador rural o que é contratado por empresa agropecuária. EC n. 28/00 e SDI n. 271. A previsão expressa inscrita na SDI n. 271 do TST, sobre a EC n. 28/00, como se vê no precedente do art. 17 do ADCT revela duas coisas: a) a nova disciplina sobre prescrição trazida pela Emenda Constitucional tem natureza material e processual; b) quanto a seu aspecto material, pela técnica que aprendemos, na escola, é juridicamente impossível fazer retroagir os efeitos da Emenda às relações anteriores à 26/05/00. Proc. 34134/01 - Ac. 2ª Turma 28908/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 29/11/2002, p. 15

TRABALHO

TRABALHO. DOMÉSTICO. A prestação de serviços domésticos não se deu em benefício da reclamada, mas em prol de um de seus funcionários, que, por residir nos fundos da empresa, propiciava o acesso da autora às dependências de seu depósito. Proc. 37795/00 - Ac. 5ª Turma 11598/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 81

TRABALHO. AOS DOMINGOS. EVENTUALIDADE DESCARACTERIZADA. RELAÇÃO DE EMPREGO RECONHECIDO. Tendo o trabalho sido executado em todo domingo, resta descaracterizada a eventualidade, já que o fato de trabalhar apenas em certo dia da semana, não significa que seja o trabalho esporádico. De sorte que, tendo sido desenvolvido de forma contínua, com dependência econômica e subordinação jurídica, impõe-se o reconhecimento do vínculo empregatício. Proc. 13790/00 - Ac. 1ª Turma 8873/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 68

TRABALHO. EM APENAS DOIS TURNOS. TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO NÃO CARACTERIZADO. Trabalhando o autor em somente dois turnos, não resta caracterizado o turno ininterrupto de revezamento de que cuida o art. 7º, inciso XIV da CF/88, que pressupõe labor nos três períodos do dia, ou seja, de manhã, tarde e noite. INTERVALO INTRAJORNADA NÃO USUFRUÍDO INTEGRALMENTE. HORAS EXTRAS. A violação da regra insculpida no art. 71 da CLT importa o pagamento em favor do obreiro do valor correspondente à hora trabalhada, acrescida do percentual legal, não redundando o ilícito, antes da vigência da ordem contida no § 4º desse dispositivo legal, em mera infração administrativa, pois não perde o caráter de trabalho extraordinário o serviço prestado no tempo destinado ao descanso, traduzindo-se ainda a ausência da correspondente contraprestação salarial em enriquecimento ilícito do empregador. Proc. 32291/99 - Ac. SE 11925/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 8/8/2002, p. 3

TRABALHO. REALIZADO EM AMBIENTE INSALUBRE. DESCANSOS PERIÓDICOS. TEMPO DE SERVIÇO. É inadmissível a pretensão da reclamada ao descontar, da jornada de trabalho, os períodos de descanso gozados pelo empregado, por trabalhar em ambiente insalubre. Isto porque, tais períodos são considerados tempo de serviço, para todos os efeitos, por determinação legal. Condenação da reclamada nas cominações previstas para a litigância de má-fé. Proc. 32602/99 - Ac. SE 5112/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 18/2/2002, p. 23

TRABALHO. SEM REGISTRO PROVA. Trabalho sem o devido registro na CTPS demanda prova concreta de sua ocorrência. Proc. 15369/00 - Ac. 1ª Turma 4139/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

TRABALHO EXTERNO

TRABALHO EXTERNO. APLICABILIDADE DO ART. 62, I CLT. Não basta que o laborista execute serviços externos para que seja alijado dos preceitos gerais de duração do trabalho. A regra do art. 62, I da CLT deve incidir apenas quando a natureza das funções exercidas tornar impossível ou incompatível a fixação de horários de trabalho e não simplesmente se não houver controle sobre os mesmos, pois, se assim fosse, muitos empregadores optariam por dispensá-lo, na tentativa de eximir-se do acerto de horas extras. Por outro lado, as negociações coletivas que dispensam a adoção de controles de jornada quanto aos motoristas e respectivos ajudantes não podem ser aplicadas invariavelmente, justificando-se apenas nos casos em que aqueles profissionais permanecem vários dias trabalhando fora das vistas do empregador e, ainda assim, desde que não haja qualquer meio de efetuar o controle da prestação de serviços. Sendo obrigatório o comparecimento do obreiro na sede da empregadora no início e término do expediente diário, bem como mensurável sua produção, forçoso concluir pela existência de controle da jornada laborativa, não se caracterizando a excludente prevista no indigitado dispositivo. Proc. 38017/01 - Ac. 4ª Turma 17131/02-PATR. Rel. Vera Teresa Martins Crespo. DOE 5/9/2002, p. 11

TRABALHO POR PRODUÇÃO

TRABALHO POR PRODUÇÃO. ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DEVIDO EM HAVENDO LABOR COM SOBREJORNADA. No trabalho por produção ou por hora, havendo labor em sobrejornada, remunera-se apenas com o adicional de horas extras de no mínimo 50%. É que, embora o empregado se beneficie o quanto mais trabalha, eis que assim produz mais e, conseqüentemente, ganha mais, não se pode deixar de lado a limitação constitucional, que visa preservar o trabalhador de esforços sobre-humanos, remunerando com adicional de no mínimo 50% as que excederam a mesma, para diminuir o desgaste do obreiro e tentar brecar os empregadores na adoção de tal expediente, eis que oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais de trabalho é o presumido como máximo suportável ante o descanso que possibilita ser usufruído. Proc. 24187/00 - Ac. 3ª Turma 15925/02. Rel. Mauro Cesar Martins de Souza. DOE 22/4/2002, p. 60

TRABALHO POR PRODUÇÃO. REMUNERAÇÃO. VALOR/HORA. DIVISOR. Para a apuração do valor da hora normal do trabalho remunerado por produção, há de ser utilizado, como divisor, o número de horas descritas na jornada de trabalho reconhecida. Proc. 10964/00 - Ac. SE 5118/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 18/2/2002, p. 23

TRABALHO SEM REGISTRO

TRABALHO SEM REGISTRO. ANOTAÇÃO EM CTPS. JULGAMENTO "EXTRA PETITA". INOCORRÊNCIA. Ainda que não formalizado expressamente o pedido de anotação em CTPS, em se tratando de reconhecimento de vínculo de emprego, sua determinação é medida que se impõe, de ofício, ao julgador, dados os reflexos daí decorrentes na área da Previdência Social, e também por imposição do art. 29 da CLT, não se justificando a alegação de julgamento "extra petita". VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALEGAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO E EVENTUAL. ÔNUS DA PROVA. A reclamada alegou a prestação eventual de serviços pelo reclamante, como autônomo, atraindo para si o ônus da prova (art. 818 da CLT, c/c art. 333, II, do CPC), do qual se desincumbiu no decorrer da instrução processual. Proc. 35205/01 - Ac. 1ª Turma 8663/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

TRABALHO SUPLEMENTAR

TRABALHO SUPLEMENTAR. COMISSIONISTA. ADICIONAL SOBRE HORAS EXTRAS. Sendo o trabalhador comissionista puro, fica autorizado apenas o pagamento do adicional sobre horas extras, de acordo com os termos do Enunciado n. 340, do C. TST, porque as horas singelas já estariam remuneradas pelas comissões auferidas. Proc. 15731/00 - Ac. 1ª Turma 15565/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 48

TRABALHO TEMPORÁRIO

TRABALHO TEMPORÁRIO. O acréscimo extraordinário de serviços justifica a contratação de mão-de-obra com base na Lei n. 6.019/74. Proc. 265/00 - Ac. SE 10892/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 59

TRABALHO TEMPORÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ACRÉSCIMO EXTRAORDINÁRIO DE SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA. É do reclamante o ônus de comprovar alegada inexistência de acréscimo extraordinário de serviços na empresa tomadora, quando tiverem sido cumpridos pelas empresas: fornecedora e tomadora, todos os requisitos dos arts. 9º e 11 da Lei n. 6.019/74. TRABALHO TEMPORÁRIO. ACRÉSCIMO EXTRAORDINÁRIO DE SERVIÇOS. MERA MENÇÃO, NO CONTRATO. Inviabilizaria qualquer contrato de trabalho temporário se houvesse a exigência de a tomadora ter de comprovar contabilmente que o acréscimo de serviços ocorrera. Por isso, justifica-se a mera exigência da lei que tal motivo simplesmente conste (sem exigir prova) do contrato de prestação de serviços firmado entre a fornecedora e a tomadora (e não naquele firmado entre o trabalhador e a empresa de trabalho temporário). Ademais disso, como bem lembrado pelo r. juízo de origem, não consta que seja da substância do ato. TRABALHO TEMPORÁRIO. HIPÓTESES LÍCITAS DE TERCEIRIZAÇÃO. O Juízo de primeiro grau entendeu que "ativar-se na atividade-fim da tomadora, é a única hipótese lícita de terceirização, quando terceirizante empresa de trabalho temporário

(Enunciado n. 331, I, do C.TST)". Embora razoável esse entendimento, acredito que a intenção da lei foi mais ampla ao mencionar como motivos justificadores da demanda, a necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços (art. 2º da Lei 6.019/74). Porque essas expressões dão a entender que o trabalho temporário poderá ocorrer em qualquer atividade necessária à empresa, seja de fim, de meio, ou outras, em que a substituição de pessoal regular e permanente, ou o aumento de serviços, tenha ocorrido. A meu ver, não existe a restrição de que o trabalho temporário aconteça apenas na atividade-fim da empresa-tomadora. Penso que é até conclusão lógica: quem pode o mais, pode o menos. Proc. 39341/00 - Ac. 5ª Turma 10143/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

TRABALHO TEMPORÁRIO. DURAÇÃO INFERIOR A TRÊS MESES. ART. 10, DA LEI N. 6.019/74. POSSIBILIDADE. A estipulação temporal, de que trata o art. 10, da Lei n. 6.019/74, apenas fixa um período máximo para o contrato temporário, não havendo que se falar em termo exato para sua terminação, que fica vinculada estritamente à existência do acréscimo extraordinário de serviços. TRABALHO TEMPORÁRIO. APLICAÇÃO DO ART. 479, DA CLT. IMPOSSIBILIDADE. Uma vez perfeitos os contratos de trabalho temporário, inaplicável o art. 479, da CLT, em face da existência de legislação específica. Proc. 37720/01 - Ac. 5ª Turma 1496/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

TRABALHO TEMPORÁRIO. MULTA DO ART. 477, § 8º, DA CLT. INAPLICABILIDADE. O trabalho temporário goza de legislação especial, que o disciplina, sendo-lhe inaplicáveis as disposições do art. 477, § 8º, da CLT. Proc. 15690/00 - Ac. 1ª Turma 13503/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 60

TRABALHO TEMPORÁRIO. PAGAMENTO DO AVISO PRÉVIO. INDEVIDO. Os trabalhadores temporários urbanos reconhecidos no direito positivo brasileiro são aqueles regidos pela Lei n. 6.019/74, a qual prevê indenização específica para o caso de dispensa sem justa causa ou término normal do contrato (art. 12, letra "f"), sendo, portanto, inaplicável a tais trabalhadores o aviso prévio. Proc. 21078/02 - Ac. 1ª Turma 23424/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 17/10/2002, p. 6

TRABALHO TEMPORÁRIO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DA EMPRESA TOMADORA. NÃO CABIMENTO. Observados os requisitos da Lei n. 6.019/74 e comprovada a contratação por empresa estranha à lide durante o segundo período, deve-se afastar a fraude reconhecida (e todas as verbas rescisórias oriundas de tal reconhecimento), bem como a responsabilização solidária imputada à recorrente e as determinações relativas à CTPS do obreiro e ao seguro-desemprego. Aliás, é bom lembrar que o art. 16, da Lei n. 6.019/74, estipula a responsabilidade solidária da empresa tomadora apenas para o caso de ocorrência de falência da empresa de trabalho temporário, do que não há notícia no presente caso. Proc. 6455/02 - Ac. 5ª Turma 5780/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 36

TRABALHO TEMPORÁRIO. RUPTURA ANTECIPADA. INDENIZAÇÃO. Na hipótese de dissolução do contrato de trabalho temporário da Lei n. 6.019/74 não se pode aplicar, por analogia, o art. 479 da CLT, porque não há lacuna quanto a respectiva relação (Decreto n. 73.841/74, art. 17-III) e por se tratar de disposição especial, cuja interpretação deve ser restritíssima. Proc. 4689/02 - Ac. 2ª Turma 2746/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 29/5/2002, p. 14

TRABALHO TEMPORÁRIO. VALIDADE. PRORROGAÇÃO. Por ser exceção, o trabalho temporário somente se justifica quando comprovado, com dados concretos e matemáticos, acréscimo extraordinário de serviço, alheio às variações sazonais do seguimento produtivo no qual opera o tomador dos serviços, e que refoge ao seu controle. A prorrogação do contrato temporário, por sua vez, mais ainda exige a prova de que os requisitos justificadores da contratação temporária restaram preenchidos. A aplicação da Portaria SRT/MTB n. 01, de 02/07/97, merece reservas, não retirando das empresas a necessidade de comprovarem a efetiva imprescindibilidade da contratação excepcional dos serviços temporários, sob pena de constituir verdadeiro caminho para a fraude. Proc. 14780/00 - Ac. 1ª Turma 4130/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

TRANSAÇÃO

TRANSAÇÃO. A inclusão de parcelas contratuais envolvidas na negociação não importou em renúncia de direito trabalhista, mas sim em direitos disponíveis. A transação produz efeito jurídico, podendo ser anulada nas hipótese de erro, dolo, coação e outros, como previsto no art. 1.030, do CC, ao passo que a transação válida, por força de lei produz entre as partes o efeito e a eficácia próprios da coisa julgada; inexistindo prova de que

tenha havido vício de vontade, sendo que o ato rescisório foi assistido, constando do termo a indenização paga, cujo valor é bastante considerável e tratar-se de empregado qualificado, com pleno conhecimento dos atos praticados. Proc. 15896/01 - Ac. 1ª Turma 708/02. Rel. Elency Pereira Neves. DOE 14/1/2002, p. 24

TRANSAÇÃO. Admitir-se a transação com efeito de coisa julgada (art. 1.030 do CC), seria, por analogia, aplicar-se ao trabalhador o salário complessivo, proibido por lei. Além disso, feriria o princípio preceituado no art. 5º, XXXV, da CF. Proc. 9199/00 - Ac. SE 14396/02. Rel. Fany Fajerstein. DOE 22/4/2002, p.

TRANSAÇÃO. ACORD0 HOMOLOGADO EM JUÍZO. O acordo homologado em juízo, comprova que a autora, através de livre manifestação de vontade, não inquinada de nulidade por qualquer vício de consentimento, declara o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de trabalho, o que foi feito sem a oposição de qualquer ressalva. A quitação reconhecida, ainda que formulada em bases gerais, impede o obreiro de pleitear posteriormente parcelas decorrentes da extinta relação de emprego. Trata-se de legítima transação impossível de ser violada pela propositura de reclamação trabalhista posterior, pretendendo o pagamento de outros direitos. Proc. 33848/01 - Ac. 5ª Turma 16524/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 29/8/2002, p. 82

TRANSAÇÃO. ADESÃO A PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO. VALIDADE. COISA JULGADA. Tendo a reclamante, plenamente capaz de discernimento, aderido a um programa de desligamento incentivado, aceito e homologado na presença de duas testemunhas, fixando vantagens a lhe serem concedidas, tal ocorrência produz entre as partes os efeitos da coisa julgada (CC, art. 1.030), não podendo a autora postular outras vantagens de pagamentos anteriores, sendo certo que reconheceu o correto cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de trabalho. Proc. 894/99 - Ac. 5ª Turma 29515/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 182

TRANSAÇÃO. ADESÃO DO RECLAMANTE A PROGRAMA DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO. QUITAÇÃO PLENA E IRRESTRITA. AUSÊNCIA DE DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARTS. 1.025 DO CC E 467 DO CPC. Reza o art. 1.025 do CC: "É lícito aos interessados prevenirem, ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas", definindo assim, o instituto da transação, que é um negócio jurídico bilateral, pelo qual as partes interessadas, realizando concessões recíprocas, renunciam direitos, objetivando extinguir obrigações. A transação deve ser, portanto, interpretada restritivamente, não comportando interpretação extensiva ou aplicação analógica. Coisa julgada, por sua vez, segundo o art. 467 do CPC, é a "eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário". Destarte, infere-se que não se trata de transação ou coisa julgada a quitação plena e irrestrita, sem qualquer especificação das verbas. Proc. 12281/02 - Ac. 2ª Turma 32284/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 76

TRANSAÇÃO. ART. 1.030, DO CC. A celebração de acordo para o desligamento, com a assistência da entidade sindical, o pagamento de indenizações bastante favoráveis e a quitação plena e irrevogável do contrato de trabalho, tem efeito de coisa julgada. Proc. 31853/99 - Ac. 5ª Turma 29516/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 182

TRANSAÇÃO. COISA JULGADA. ADESÃO A PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA. VALIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 269, III, DO CPC. O desligamento por meio de adesão a programa de demissão voluntária sem a comprovação de vício de consentimento produz entre as partes os efeitos da coisa julgada (art. 1.030, do CC), havendo de se extinguir o processo com julgamento de mérito, a rigor do art. 269, III, do CPC. Proc. 21989/01 - Ac. 5ª Turma 1526/02-PATR. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

TRANSAÇÃO. COISA JULGADA. ADESÃO A PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. VALIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO. ART. 269, III, DO CPC. Tendo a reclamante se desligado da empresa através de adesão a um programa de desligamento voluntário e não provado qualquer vício de consentimento na adesão a referido programa, bem como tendo recebido as verbas acordadas, tal ocorrência produz entre as partes os efeitos da coisa julgada (art. 1.030 do CC). Com efeito, há que se extinguir o processo com julgamento do mérito, a rigor do art. 269, III, do CPC. Proc. 37250/00 - Ac. 5ª Turma 7612/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 28

TRANSAÇÃO. EFEITO DE COISA JULGADA. ADESÃO A PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA.

VALIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. ART. 267, V, DO CPC. Tendo os reclamantes se desligado da empresa através de adesão a um programa de demissão voluntária e não provando qualquer vício de consentimento na anuência ao mesmo, bem como tendo dado quitação das verbas acordadas, com a assistência sindical, sem ressalvas, tal ocorrência produz entre as partes os efeitos da coisa julgada (art. 1.030, do CC), que se acolhe, havendo de se extinguir o processo sem julgamento de mérito, a rigor do art. 267, V, do CPC. Proc. 37855/00 - Ac. 5ª Turma 14193/02. Rel. Desig. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/4/2002, p. 83

TRANSAÇÃO. EXTRAJUDICIAL. Transação legítima é a que resulta da vontade soberana das partes, exigindo para sua efetivação concessões recíprocas, pois, caso contrário, transação não seria e, sim, renúncia. Proc. 30171/99 - Ac. SE 26746/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 93

TRANSAÇÃO. PLANO DE DEMISSÃO. CARACTERIZAÇÃO. ART. 269, III, DO CPC. Indevido o questionamento judicial de diferenças de remuneração na hipótese de extinção contratual decorrente de adesão à plano de demissão, no qual o autor, com a assistência de seu sindicato profissional, firmou acordo individual para homologação dando ampla, geral e irrestrita quitação quanto às verbas decorrentes do vínculo de emprego, recebendo integralmente os benefícios advindos de tal pactuação. Inegável a ocorrência de transação, deve-se extinguir o processo, com julgamento do mérito, na forma do art. 269, III, do CPC. Proc. 37854/00 - Ac. 5ª Turma 7007/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 7

TRANSAÇÃO. PLANO DE DEMISSÕES. CPFL. É improcedente a ação trabalhista que postula vantagens decorrentes do vínculo de emprego quando a terminação deste se dá por meio de transação extrajudicial, na qual o empregado, após receber os benefícios pecuniários pactuados, dá ampla, geral e irrestrita quitação do contrato de trabalho. A demissão, nestas circunstâncias, reveste-se de caráter especial, constituindo-se verdadeira transação. Proc. 39347/00 - Ac. 5ª Turma 22533/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 180

TRANSAÇÃO. PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO. Deve-se considerar que no Direito do Trabalho o princípio da autonomia da vontade, do qual decorre o poder de disposição de direitos subjetivos mediante transação, conflita de forma inequívoca com o princípio protetivo, conforme se pode vislumbrar, por exemplo, do disposto nos arts. 9º, 444 e 468 da CLT. Não é demais lembrar que o art. 477 do Texto Consolidado estipula em seu § 2º que, qualquer que seja a causa ou a forma de dissolução do contrato de trabalho, o instrumento de rescisão ou o recibo de quitação deverão especificar a natureza de cada parcela paga ao empregado e discriminar o seu valor, sendo válida a quitação apenas com relação às mesmas. Não há, portanto, como se admitir transação extrajudicial de créditos trabalhistas com eficácia liberatória indiscriminada ou com efeito de coisa julgada. Proc. 25598/01 - Ac. 3ª Turma 16043/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 22/4/2002, p. 64

TRIBUTOS

TRIBUTOS. VERBAS CONDENATÓRIAS. RESPONSABILIZAÇÃO EXCLUSIVA DA RECLAMADA. NÃO CABIMENTO. Não há respaldo legal para a imposição exclusiva dos encargos previdenciários e fiscais à reclamada, posto que tal procedimento equivaleria à isenção para a parte vencedora e a majoração para a ré, o que refoge da competência da Justiça do Trabalho. A responsabilidade da reclamada limita-se ao adimplemento das verbas constantes da condenação, bem como ao recolhimento, sobre as mesmas, das contribuições previdenciárias e fiscais, que serão deduzidas do próprio montante da condenação, como é feito, mensalmente, da remuneração de todos os trabalhadores. Proc. 39429/00 - Ac. 5ª Turma 22935/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. ALTERAÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO. HIPÓTESE DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA. Para se ter redutível o salário ou elastecida a jornada de turno ininterrupto de revezamento, é imprescindível a negociação coletiva, mediante convenção ou acordo. Entretanto, no que tange à modificação da jornada, sem prejuízo de sua carga, utilizou-se o constituinte do termo "faculdade" de alteração, visando a compensação de horário à sua redução. Tem-se aqui hipótese de contratação diversa à dos parâmetros legais, que não implica para o trabalhador qualquer potencialidade de dano. Compensar-se horário para se ter um dia livre, para o seu próprio gozo, pode representar condição mais benéfica na relação

trabalhista. De outro lado, a redução de jornada, evidentemente, é condição mais benigna. O texto do inciso XIII se entrelaça com o contido no inciso VI e a redução da jornada, nas condições previstas no primeiro destes incisos, torna-se admissível apenas quando examinada em consonância com o segundo. Analisar-se de outra forma seria ceifar direito adquirido do empregado ao valor da sua remuneração, sem qualquer vantagem ou atenuação dessa perda no campo da duração do trabalho. Portanto, a compensação de horários prevista no art. 59 e parágrafos, da CLT, não foi abolida pela Lei Maior vigente. A hipótese nele contemplada tem sua concretização legitimada no acordo individual, sendo que, a de redução de jornada, com a minoração do salário, só é possível mediante a convenção coletiva de trabalho. Proc. 27489/99 - Ac. SE 19144/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 85

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. INTERVALO INTRAJORNADA E FOLGA SEMANAL. A alegação de concessão de intervalo intrajornada e folga semanal para descaracterização do turno ininterrupto de revezamento não socorre à recorrente, eis que a concessão de tais benefícios não tem o condão de alterar o espírito da norma legal (art. 7º, inciso XIV da CF) que garante jornada de trabalho de seis horas para aqueles trabalhadores que ativam em turno de revezamento. Adoção do entendimento contido no Enunciado n. 360, do C. TST. Proc. 14718/00 - Ac. 1ª Turma 9153/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 78

TURNO ININTERRUPTO DE REVEZAMENTO. JORNADA DE OITO HORAS. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. REGIME DE 6X2. VALIDADE. ART. 7º, XIV, DA CF/88. O art. 7º, XIV, da CF, respalda negociação coletiva de trabalho que autorize jornada normal de trabalho superior a seis horas em turnos ininterruptos de revezamento, não se falando, desta feita, em horas extras a partir da sétima hora laborada, já que a extrajornada é compensada com maior número de folgas. (regime de 6x2). Correto também o divisor 220 aplicado pela reclamada, eis que referente à pactuada jornada de 08 horas. Proc. 35338/00 - Ac. 5ª Turma 7034/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 horas previsto no art. 7º, inciso XIV, da Constituição da República/88 (Enunciado n. 360). Esse, também, é o entendimento deste Regional: A concessão do intervalo intrajornada e/ou do repouso semanal, direitos assegurados ao empregado por norma de ordem pública, não descaracteriza o regime de turnos ininterruptos de revezamento, para o fim da aplicação do disposto no inciso XIV do art. 7º da CF (TRT Campinas Jurisprudência dominante). Assim, impõe-se condenação da Recorrente no pagamento das 7ª e 8ª horas como extras. Porém, como o reclamante já recebeu as horas extras de forma singela, devido apenas o adicional. Proc. 28428/99 - Ac. SE 25897/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. As atividades desenvolvidas pelo trabalhador, em três jornadas, de forma a revezar-se nos turnos que completam as vinte e quatro horas do dia, incidem na regra preconizada no inciso XIV do art. 7º da Constituição da República/88. Proc. 38496/01 - Ac. 1ª Turma 21492/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 13/5/2002, p. 153

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. Para que o obreiro esteja submetido à jornada reduzida de seis horas diárias prevista na CF ele há de ter participado da atividade contínua da empresa, ativando-se nos turnos matutino, vespertino e noturno, cobrindo, assim, as vinte e quatro horas do dia. Proc. 23610/01 - Ac. 5ª Turma 1782/02-PATR. Rel. Desig. Nildemar da Silva Ramos. DOE 23/5/2002, p. 28

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ACORDO COLETIVO. VALIDADE. O texto constitucional excepciona a jornada especial de seis horas para os turnos ininterruptos de revezamento, mediante negociações coletivas. “In casu”, a jornada de oito horas diárias encontra permissivo na negociação coletiva entabulada entre a empresa e o sindicato dos empregados, o que exclui o direito ao percebimento da sétima e da oitava horas como extras. Proc. 39960/00 - Ac. SE 2192/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ACORDO COLETIVO AMPLIANDO JORNADA. FOLGAS VANTAJOSAS AO TRABALHADOR. VALIDADE. Muito embora o Legislador Constituinte tenha inserido na CF o reconhecimento das Convenções e Acordos Coletivos celebrados (inciso XXVI, art. 7º), autorizando a flexibilização, não se pode olvidar que autonomia conferida aos sindicatos tem limites na própria lei, não conservando soberania a ponto de vulnerar direitos mínimos assegurados constitucionalmente. Assim, se a categoria profissional abrir mão da jornada reduzida, deve a norma coletiva prever um benefício

em compensação para sua validade, o que ocorreu no presente caso em que foram concedidas folgas semanais superiores às previstas em lei. Trabalho extraordinário que não se reconhece pela validade da norma coletiva. Recurso conhecido e não provido neste aspecto. Proc. 13760/00 - Ac. 1ª Turma 9146/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 78

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ACORDO INVÁLIDO. O acordo coletivo de trabalho majorou a jornada para 08:00hs, no sistema de turnos ininterruptos de revezamento, sem qualquer compensação de horas ou salários. Não há, entretanto, como validar tal avença, nada obstante a CF autorizar a alteração da jornada de seis horas mediante acordo ou convenção coletiva, na medida em que não pode o sindicato pactuar renúncia de direitos individuais do trabalhador. Proc. 4517/02 - Ac. 1ª Turma 13227/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/8/2002, p. 56

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. ENTRESSAFRA. A safra canavieira estende-se, em média, de abril ou maio até novembro ou dezembro, conforme o ano, podendo a empresa estipular regimes distintos de turnos para a safra ou entressafra, de acordo com suas necessidades. No caso em tela, a empresa optou por trabalhar em turnos ininterruptos de revezamento apenas na safra, conforme se depreende das provas dos autos (declaração do preposto - fls. 08/09; contestação - fls. 15; acordo coletivo de fls. 127/131). Porém, os cartões de ponto demonstram que o reclamante sempre se ativou em turnos ininterruptos, quer na safra, quer na entressafra, fazendo jus às diferenças pleiteadas. Proc. 11914/00 - Ac. SE 20230/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 112

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. FIXAÇÃO DA JORNADA DE OITO HORAS ATRAVÉS DE ACORDO COLETIVO. ADMISSIBILIDADE. A Constituição da República é expressa ao excepcionar a jornada especial de 06 (seis) horas para os turnos ininterruptos de revezamento, nos termos do art. 7º, inciso XIV, e preceitua, ainda, que os Acordos e Convenções Coletivas devem ser privilegiados e respeitados como vontade das partes (art. 7º, inciso XXVI), pois presume-se que a entidade sindical busca melhorar as condições sociais da categoria, fazendo, inclusive, concessões. Proc. 12926/02 - Ac. 4ª Turma 28573/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 22/11/2002, p. 30

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. INTERVALOS INTRAJORNADA E SEMANAL. NÃO DESCARACTERIZAÇÃO. O intervalo intrajornada e o descanso semanal não descaracterizam o turno de revezamento, como ininterrupto, para efeitos de jornada reduzida de seis horas, conforme art. 7º, inciso XIV da CF/88. Proc. 6412/02 - Ac. 5ª Turma 5028/02-PATR. Rel. José Antonio Pancotti. DOE 13/6/2002, p. 42

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. JORNADA DE TRABALHO QUE SE DESENVOLVE DENTRO DE DOIS PERÍODOS, ALTERNADOS A CADA DOIS DIAS. DESCARACTERIZAÇÃO. A jornada de trabalho que se desenvolve em dois períodos distintos e alternados a cada dois dias não caracteriza a existência de turnos ininterruptos de revezamento previsto na Carta Maior, mas tão-somente revezamento de turno. Para a configuração daquele, é absolutamente imprescindível que a atividade desenvolvida pelo obreiro, ocorra ora pela manhã, ora pela tarde, ora pela noite. Ausente esse ciclo, impossível o reconhecimento da jornada reduzida. Proc. 29022/01 - Ac. 2ª Turma 6058/02-PATR. Rel. Desig. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 20/6/2002, p. 16

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. JORNADA DE TRABALHO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. A negociação coletiva, constitucionalmente reconhecida (art. 7º, inciso XXVI), excepciona a jornada de seis horas de que trata o inciso XIV do art. 7º da CF/88. Esse último dispositivo, que estabelece a jornada de (seis) horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, não é rígido e permite que referida jornada seja negociada, entre empresa e sindicato ou entre sindicatos, ou seja, via negociação coletiva, negociação essa que tem validade e eficácia garantidas pelo inciso XXVI do mesmo artigo da CF vigente. Tais preceitos constitucionais atendem ao moderno princípio da flexibilização de direitos, com o intuito de afastar gradativamente o Estado das relações de trabalho. Proc. 9627/00 - Ac. SE 28169/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. JORNADA DIÁRIA DE OITO HORAS. SÉTIMA E OITAVA HORAS REMUNERADAS ATRAVÉS DE ABONO MENSAL DE 15% PREVISTO EM ACORDO COLETIVO, COM VIGÊNCIA INDETERMINADA. VALIDADE. Em respeito ao prestígio recebido pelas normas coletivas no contexto constitucional; considerando-se o chamado fenômeno da flexibilização e, ainda, pela autonomia das partes em vista principalmente das particularidades de cada caso ou categoria, admite-se

como válido o acordo coletivo, através do qual foi deliberado o pagamento de abono mensal no percentual de 15%, como forma de transação da sétima e oitava hora. Nem se argumente que referido acordo não poderia ser prorrogado para viger por prazo indeterminado, eis que tal foi deliberado por Assembléia Geral constituída estritamente para este fim, prevalecendo, pois, a vontade das partes acordantes, envolvidas, ademais, em relação continuada ou sem solução de continuidade e nas mesmas condições. Improcede, portanto, o pleito de horas extras em face da validade do acordo. Proc. 36629/01 - Ac. 5ª Turma 26420/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 8/11/2002, p. 39

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Não se caracteriza labor em turnos ininterruptos de revezamento quando o trabalhador ativa-se em apenas 02 (dois) turnos, não alcançando as 24 (vinte e quatro) horas do dia, de molde a ter o seu relógio biológico prejudicado pela alternância de horários. TURNOS DE REVEZAMENTO. ACORDO COLETIVO. VALIDADE. O Texto Constitucional é expresso ao excepcionar a jornada especial de 06 (seis) horas para os turnos ininterruptos de revezamento, mediante negociações coletivas - inciso XIV, parte final, do art. 7º. Em havendo o ajuste coletivo, fruto da negociação coletiva, e não restando questionada sua violação, o deferimento das horas extras com base na jornada de 06 (seis) horas não prospera. Proc. 11986/01 - Ac. 1ª Turma 22110/02. Rel. Desig. Luiz Antonio Lazarim. DOE 13/5/2002, p. 166

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. NÃO CARACTERIZADOS. O trabalho em turnos ininterruptos de revezamento exige o cumprimento de três turnos de oito horas, ou dois de doze, mas sempre totalizando as vinte e quatro horas do dia, o que prejudica o relógio biológico do empregado, fato este protegido pela legislação vigente. Na hipótese, constata-se que o autor não se ativava no sistema em questão, sendo descabidas, pois, as horas extraordinárias pretendidas, assim consideradas as 7ª e 8ª laboradas. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRECLUSÃO. Preclusa a argüição, em recurso ordinário, de matéria não examinada pela sentença, e que não foi objeto de embargos declaratórios. Proc. 20258/02 - Ac. 1ª Turma 26067/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 8/11/2002, p. 8

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. NEGOCIAÇÃO COLETIVA. POSSIBILIDADE. CONDIÇÕES DE VALIDADE. As negociações coletivas devem ser prestigiadas quando resultem em benefícios e vantagens para todos os envolvidos, não quando sirvam apenas para privar os trabalhadores de direitos que lhes são reconhecidos (e a que custo!), de modo que não há emprestar validade a cláusulas de instrumentos coletivos que, apenas e simplesmente, estabeleçam que o trabalho em turnos ininterruptos de revezamento seja cumprido em jornada de oito horas diárias, sem conferir qualquer benefício aos trabalhadores, pena de se ler rendição, onde se deveria ler negociação. Proc. 15802/01 - Ac. 1ª Turma 25282/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 48

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. PISO SALARIAL. NORMA COLETIVA. SALÁRIO-HORA. Em se tratando de trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, o piso salarial ajustado, em norma coletiva, para a jornada normal - 220 horas - deve ser adaptado para a de 180 horas, sob pena de subvalorização do salário-hora do trabalhador. Proc. 13353/00 - Ac. 1ª Turma 3009/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. REDUÇÃO SALARIAL. ADMISSÃO APÓS A PROMULGAÇÃO DA CF. NÃO INCIDÊNCIA. Falaciosos os argumentos recursais tendentes a ampliar a condenação, sobretudo porque o autor foi admitido após a promulgação da CF/88, o que invalida todos os argumentos relativos à redução salarial decorrente da instituição da jornada aplicável aos turnos ininterruptos de revezamento. Assim, considerando-se que a sentença originária reconheceu o direito à jornada reduzida e constatou o pagamento do autor por hora trabalhada, correta a limitação do decreto condenatório aos respectivos adicionais. INTERVALO INTRAJORNADA. REDUÇÃO. ACORDO COLETIVO. POSSIBILIDADE. Há de se atribuir plena eficácia ao acordo coletivo firmado entre a empresa reclamada e o sindicato obreiro, no qual foi deliberada a redução do intervalo intrajornada, pois tal pacto encontra respaldo no texto constitucional, que nos incisos XXVI e VI, do art. 7º, conferiu validade ampla aos acordos e convenções coletivas, possibilitando até mesmo a redução salarial. Impertinente, assim, a aplicação do disposto no § 4º, do art. 71, da CLT. Proc. 32867/01 - Ac. 5ª Turma 22923/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/5/2002, p. 193

TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO. TRABALHADOR ADMITIDO ANTERIORMENTE À CF/88. NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DA JORNADA COM IRREDUTIBILIDADE DO SALÁRIO. DIREITO A HORAS EXTRAS E ADICIONAL. Trabalhador admitido antes da promulgação da CF/88,

com salário equivalente a 220 (duzentas e vinte) horas mensais de trabalho, não poderia sofrer redução do ganho mensal, para valor equivalente a 180 (cento e oitenta) horas, conquanto imperativa a diminuição da respectiva carga horária normal de trabalho, a partir de 05/10/88, para adequação da jornada ao limite especial de 6 (seis) horas, próprio do regime de turnos ininterruptos de revezamento, introduzido por aquela mesma carta constitucional. Recurso a que se dá parcial provimento para que seja incluído, na condenação, além do adicional já deferido, mais reflexos, o pagamento das horas prestadas, como extras, durante o período de trabalho executado em regime de turnos ininterruptos de revezamento. Proc. 13754/00 - Ac. 1ª Turma 9942/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 18/3/2002, p. 27

TUTELA

TUTELA. Não se contrapõe à ordem legal vigente a decisão judicial concessiva de tutela antecipada determinando a reintegração de empregado estável. Proc. 234/01-MS - Ac. SE 145/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 7/2/2002, p. 4

TUTELA. ANTECIPADA. CONCEDIDA NA R. DECISÃO. PARCELA INCONTROVERSA. EXEQUIBILIDADE DEFINITIVA. A tutela antecipada concedida na r. Decisão tem exequibilidade definitiva, sendo legítimo o levantamento de numerário depositado relativamente a parcela incontroversa. Proc. 22156/02 - Ac. 4ª Turma 25943/02-PATR. Rel. Flavio Allegretti de Campos Cooper. DOE 8/11/2002, p. 31

TUTELA. ANTECIPATÓRIA. NECESSIDADE DE PEDIDO EXPRESSO. Do art. 273 do CPC resulta a exigência de iniciativa da parte para a outorga da tutela antecipada. Não a desfigura, porém, a menção à medida liminar, sendo aplicável o brocardo "da mihi factum dabo tibi jus". Proc. 788/01-MS - Ac. SE 520/02-A. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 16/4/2002, p. 51

UNICIDADE CONTRATUAL

UNICIDADE CONTRATUAL. A falta de pedido de somatória dos contratos de trabalho impossibilita a análise da questão levantada apenas na fundamentação, por força do disposto no art. 460, do CPC. Assim, mantém-se a decretação da prescrição relativamente aos contratos de trabalho rescindidos até 09/12/92. Proc. 26020/99 - Ac. SE 26815/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 95

UNICIDADE CONTRATUAL. CONTRATO DE SAFRA. Em face da regularidade na sucessividade dos contratos de safra celebrados e tendo em vista que as verbas rescisórias foram devidamente quitadas ao final de cada contrato, como confessado pelo autor na inicial e provado pelos documentos juntados, improcede o pedido de soma dos períodos descontínuos e conseqüentemente, os pedidos de pagamento de diferenças de férias acrescidas do terço constitucional e salários trezenos e multa rescisórias de 40%. Proc. 27602/99 - Ac. SE 28160/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 11

UNICIDADE CONTRATUAL. CONTRATOS SEM INTERRUPÇÃO. EMPRESAS DO MESMO GRUPO ECONÒMICO. Adotou a lei brasileira a figura da solidariedade passiva entre as empresas do mesmo grupo econômico, fazendo com que todas elas respondam pelas obrigações trabalhistas do empregado que ativou em uma das empresas do grupo, ficando, portanto, admitido o reconhecimento de contrato único entre empresas do mesmo grupo, desde que preenchidos os requisitos autorizadores para tanto, como no presente caso em que a fraude na rescisão se observa pela sucessão de contratos de trabalho sem solução de continuidade entre empresas do mesmo grupo para o exercício da mesma função. Proc. 14735/00 - Ac. 1ª Turma 11023/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 18/3/2002, p. 64

UNICIDADE CONTRATUAL. INTERVALO EXÍGUO. O exíguo intervalo entre dois contratos de trabalho permite inferir a continuidade da prestação laboral mormente quando a função do obreiro se encaixa naquelas normais da empresa, cabendo a esta a prova de que intentou-se de fato o rompimento do contrato, inexistindo o "animus" de retomá-lo em seguida. Proc. 07/00 - Ac. 5ª Turma 30866/02. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 15/7/2002, p. 222

UNICIDADE CONTRATUAL. NÃO CONFIGURADA. INTERVALOS SIGNIFICATIVOS ENTRE CONTRATOS. Os intervalos avantajados entre contratos (cinco meses) são suficientes para impedir a

pretendida unicidade contratual. Proc. 21662/01 - Ac. 1ª Turma 10498/02. Rel. Desig. Antônio Miguel Pereira. DOE 18/3/2002, p. 45

UNICIDADE CONTRATUAL. NÃO SOMATÓRIA DOS PERÍODOS DESCONTÍNUOS DO CONTRATO DE TRABALHO. EMPREGADO RECEBEU INDENIZAÇÃO PELA RESCISÃO CONTRATUAL: Os períodos descontínuos do contrato de trabalho não serão somados, ainda que curto o interregno entre um contrato e outro, se o empregado houver recebido a indenização pela rescisão contratual, nos termos do art. 453, da CLT. Proc. 24527/00 - Ac. 4ª Turma 10325/02. Rel. I. Renato Buratto. DOE 18/3/2002, p. 39

URP

URP. DE FEVEREIRO/89. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. Encontra-se pacificada em nossos Tribunais Superiores, notadamente no STF, que vem a ser o guardião da Constituição, a tese favorável à inexistência de direito adquirido ao reajuste salarial em questão. Proc. 22043/94 - Ac. 4ª Turma 5882/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 20/6/2002, p. 30

URV

URV. CONVERSÃO MONETÁRIA. Por força do disposto no art. 19 da MP n. 434/94, repetido pelo art. 19 da Lei n. 8.880/94, observar-se-á o seguinte critério para a conversão salarial: obter-se-á a média do equivalente em URV, com base na data do efetivo pagamento dos cruzeiros reais (art.19, I); tal que o resultado desta média não seja inferior ao salário de fevereiro (art.19, § 8º). Proc. 4780/00 - Ac. 2ª Turma 21671/02. Rel. José Pitas. DOE 15/7/2002, p. 9

VACÂNCIA DO CARGO

VACÂNCIA DO CARGO. Inaplicável a equiparação ao salário do sucessor e predecessor ao empregado que assumiu interinamente as funções do cargo vago. O art. 461 da CLT exige contemporaneidade no exercício das funções para atribuição de salário igual. Proc. 963/02 - Ac. 4ª Turma 7355/02-PATR. Rel. Manuel Soares Ferreira Carradita. DOE 4/7/2002, p. 33

VALE-TRANSPORTE

VALE-TRANSPORTE. DESLOCAMENTO POR VEÍCULO PRÓPRIO. Segundo dispõe o art. 3º do Decreto n. 95.247/87, o benefício do vale-transporte é destinado apenas aos trabalhadores que se utilizam do transporte público. Assim, tendo o trabalhador admitido que se deslocava para o trabalho através de veículo próprio, por certo não fará jus ao benefício. Proc. 15490/00 - Ac. 1ª Turma 15540/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 22/4/2002, p. 47

VALE-TRANSPORTE. NATUREZA DO DIREITO. São legítimos os requisitos imprimidos pelo art. 7º do Decreto n. 95.247/87, pois, o vale-transporte não é um direito genérico do trabalhador, mas condicional ao uso do transporte coletivo. Proc. 20896/00 - Ac. 2ª Turma 27995/02-PATR. Rel. José Pitas. DOE 22/11/2002, p. 16

VALOR DA CAUSA

VALOR DA CAUSA. ALTERAÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA n. 71 DO C. TST. O valor da causa dado na inicial não pode, de ofício, ser alterado, se não houver impugnação da parte contrária, conforme entendimento jurisprudencial consubstanciado na Súmula n. 71 do C. TST. Proc. 30249/99 - Ac. SE 28133/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 1/8/2002, p. 10

VALOR DE ALÇADA

VALOR DE ALÇADA. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA. A simples menção de artigos da

CF, como fundamento das pretensões aduzidas em recurso, não traduz, por si só, matéria a justificar recurso para instâncias mais altas. Se assim fosse, praticamente, toda questão trabalhista seria de cunho constitucional, o que eliminaria a competência em razão do valor da causa, assoberbando as instâncias superiores com causas de pequeno vulto, além de se negar vigência ao art. 2º da Lei n. 5.584/70. Proc. 17851/02 - Ac. 5ª Turma 26333/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 8/11/2002, p. 36

VENDEDOR

VENDEDOR. DE PLANOS DE SAÚDE DA UNIMED. EMPREGADO DE EMPRESA DE REPRESENTAÇÕES. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO FORNECEDOR. IMPROCEDÊNCIA. O empregado da empresa que revende um produto, não pode ser considerado empregado da empresa que o fornece. Portanto, não há se falar em responsabilidade, ainda que subsidiária, da empresa fornecedora. Proc. 38853/00 - Ac. 5ª Turma 27199/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 111

VENDEDOR. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. TRABALHADOR AUTÔNOMO. Desenvolvendo o trabalhador seu serviço com plena liberdade e sem qualquer ingerência por parte da empresa, tanto que elaborava seu próprio roteiro de visitas, sem relatórios à empresa e sem punição quando não alcançadas as metas estipuladas, e, além disso, arcando com os custos dos serviços efetuados ao proceder à manutenção e às despesas de veículo próprio em que desenvolvia o serviço, não há como se considerar caracterizado o liame empregatício, porque ausente a subordinação e presente a assunção dos riscos da atividade econômica. Proc. 1379/02 - Ac. 3ª Turma 17554/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 29/8/2002, p. 78

VENDEDOR. LIBERDADE NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE. TRABALHADOR AUTÔNOMO. Desenvolvendo o trabalhador seu serviço com plena liberdade e independência, podendo se fazer substituir por outrem e suportando os custos da sua execução, resta caracterizado o trabalho de natureza autônoma, porque ausente a subordinação e a pessoalidade, além de estar presente a assunção dos riscos da atividade econômica. Proc. 4592/02 - Ac. 3ª Turma 19280/02-PATR. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 19/9/2002, p. 48

VENDEDOR. SERVIÇOS EXTERNOS. NÃO COMPROVADO O CONTROLE DA JORNADA. SITUAÇÃO EXCEPCIONADA PELO ART. 62, I, DA CLT. O autor, vendedor de assinaturas de TV a cabo, não tem direito a horas extraordinárias, pois comprovado que exercia atividade externa, desvinculada de qualquer controle efetivo quanto à jornada a ser cumprida, atraindo a incidência da situação excepcionada pelo art. 62, I, da CLT. Proc. 8913/02 - Ac. 1ª Turma 21341/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 5

VERBAS RESCISÓRIAS

VERBAS RESCISÓRIAS. A incidência do art. 467 da CLT é restrita à hipótese de não ser incontroversa a execução de trabalho sem a devida contraprestação. Proc. 31505/99 - Ac. SE 19151/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 13/5/2002, p. 85

VERBAS RESCISÓRIAS. Confirmando o empregado o comparecimento à sede do sindicato profissional, o recebimento, na mesma ocasião, de quantia a título de "rescisão contratual" e deixando de indicar diferenças em seu favor, não há como se acolher a pretensão a verbas rescisórias. HORAS EXTRAS. Não logrando o empregado comprovar a sobrejornada e tampouco a falta de concessão de intervalo para repouso e alimentação, como lhe competia, correta a sentença ao negar a pretensão a horas extras com reflexos. RECURSO. ORDINÁRIO. DESFUNDAMENTADO. Como é cediço, cumpre ao recorrente expor de forma clara e objetiva os motivos de seu inconformismo através de razões fundamentadas, não sendo admissível a insurgência genérica ou remissiva. Limitando-se a lamentar o resultado da decisão de primeiro grau quanto a determinada matéria, sem trazer argumentação bastante para demonstrar em que teria consistido a pretensa incorreção, desfundamentado está o recurso. Proc. 27925/99 - Ac. SE 10594/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

VERBAS RESCISÓRIAS. DESCONTOS A TÍTULO DE CONVÊNIO MÉDICO. FRAUDE NÃO PROVADA. VALIDADE. ARTS. 368 DO CPC E 131 DO CC. Considerando-se que a reclamada juntou os recibos de gastos com convênio médico e que a obreira alegou que referidos recibos foram assinados em branco, deixando, entretanto, de provar essa afirmação (fraude não se presume, deve ser comprovada),

há que se considerar válidos os descontos efetuados nas verbas rescisórias a título de convênio médico. Segundo previsão legal, as declarações constantes de documento particular, escrito e assinado, ou somente assinado, presumem-se verdadeiras em relação ao signatário (CPC, art. 368, "caput" e c/c, art. 131, "caput"). JUROS MORATÓRIOS. Ainda em vigor o § 1º, do art. 39, da Lei n. 8.178/91, que prevê: aos débitos trabalhistas constantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos feitos em reclamatória trabalhista, quando não cumpridos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos, nos juros de mora previstos no "caput", juros de um por cento ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados "pro rata die", ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação. Proc. 31786/01 - Ac. 5ª Turma 4561/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 13/6/2002, p. 40

VERBAS RESCISÓRIAS. PAGAMENTO INTEMPESTIVO. MULTA DO ART. 477 DA CLT. MASSA FALIDA. IMPROCEDÊNCIA. A multa do art. 477 da CLT somente deve ser aplicada nas dispensas arbitrárias ou sem justa causa. Considerando-se a decretação da falência da empresa, restam suspensos os pagamentos, subordinados ao Juízo Universal Falimentar, não se justificando a condenação na multa pelo atraso no pagamento das verbas rescisórias, haja vista que o síndico depende de autorização judicial para tanto. Assim, há óbice legal intransponível para que o pagamento se dê na forma prescrita no art. 477 da CLT, que se refere às dilações injustificadas, pelo empregador, do prazo de quitação das verbas rescisórias. Proc. 33822/01 - Ac. 5ª Turma 5711/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 20/6/2002, p. 33

VERBAS RESCISÓRIAS. PAGAMENTO PARCIAL. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO § 8º DO ART. 477 DA CLT. O não pagamento integral das verbas rescisórias devidas, uma vez reconhecida a existência de diferenças em sentença, é passível da multa a que se refere o art. 477 da CLT. Entendimento diverso enseja beneficiar o infrator em prejuízo do credor, fato que não encontra atenuante na lei e na ética. Proc. 9437/00 - Ac. SE 19204/02. Rel. Antônio Mazzuca. DOE 13/5/2002, p. 87

VERBAS RESCISÓRIAS. PRAZO. VENCIMENTO. Recaindo o vencimento do prazo para pagamento das verbas rescisórias em dia em que não há atividades na empresa, cabe ao empregador providenciar para que a quitação seja feita até o último dia em que haja expediente, dentro do prazo legal, mormente quando o contrato de trabalho tiver duração inferior a um ano. Proc. 37052/01 - Ac. 1ª Turma 24981/02. Rel. Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani. DOE 15/7/2002, p. 38

VERBAS RESCISÓRIAS. TRCT. Determina-se o pagamento das verbas rescisórias comprovadamente devidas e não incluídas e ressarcidas corretamente no termo de rescisão do contrato de trabalho. Proc. 35409/01 - Ac. 1ª Turma 31644/02. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 15/7/2002, p. 249

VERBAS RESCISÓRIAS. VALIDADE DO PARCELAMENTO. INDEVIDA A MULTA PREVISTA NO ART. 477, § 8º DA CLT. Havendo documento com a concordância da reclamante acerca do parcelamento das verbas rescisórias previsto no ACT, não pode ela posteriormente vir a Juízo pleitear a multa em razão desse motivo porque, nesta situação, não houve infringência à norma do art. 477, § 8º da CLT porque o legislador instituiu a multa na hipótese do empregador deliberadamente deixar de saldar as verbas rescisórias dentro do prazo legal. Proc. 15496/00 - Ac. 1ª Turma 5335/02. Rel. Luiz Roberto Nunes. DOE 18/2/2002, p. 30

VERBAS SALARIAIS

VERBAS SALARIAIS. ART. 467 DA CLT. VERBAS INCONTROVERSAS. A dobra prevista no art. 467 da CLT somente alcança as verbas salariais que sejam incontroversas. Tendo a reclamada negado o direito ao reclamante às diferenças salariais pleiteadas, tornou controvertidas as verbas salariais pretendidas, de modo que se tornou inaplicável a dobra almejada. Proc. 13744/00 - Ac. 1ª Turma 3149/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 28/1/2002, p. 30

VERBAS TRABALHISTAS

VERBAS TRABALHISTAS. A intermediação fraudulenta da mão-de-obra obriga o tomador solidariamente no pagamento das verbas trabalhistas. Proc. 25141/99 - Ac. SE 10626/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

VIGILANTE

VIGILANTE. CARACTERÍSTICAS LABORAIS PECULIARES DISTINTAS DAS DO VIGIA. REQUISITOS DA LEI N. 7.102/83. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Clássica é a distinção entre as funções de vigia e de vigilante, cuja tônica repousa sobre o ponto de vista técnico. Com efeito, vigilante é aquele profissional treinado para segurança de valores, mediante aprovação em curso de formação especializada (art. 16, inciso IV, Lei n. 7.102/83), e que, essencialmente, tem porte de arma, quando em serviço (art. 19, II, Lei Especial). Já o vigia, ao revés, apenas toma conta do estabelecimento que se encontra fechado, desenvolvendo funções mais brandas, e de modo menos ostensivo, e que não se confundem com as do vigilante, mormente porque o vigia, via de regra, não executa seu mister armado. A "ratio" da Lei n. 7.102/83 é legitimar uma guarda especial "parapolicial", que presta serviços de segurança, com atribuições específicas, assemelhada ao policiamento público, e que tem como destino natural a segurança em estabelecimentos financeiros e o transporte de valores, executados por empresa especializada (exegese do art. 3º da Lei n. 7.102/83). Proc. 13508/02 - Ac. 2ª Turma 32283/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 10/1/2003, p. 76

VIGILANTE. EMPREGADO DOMÉSTICO. É do reclamante o ônus da prova de haver fato constitutivo do seu direito. É o que se extrai do ensinamento contido no art. 333, I do CPC, e art. 818 da CLT. E não logrou o reclamante demonstrar ao Juízo a existência de outra modalidade de contratação, ou mesmo do desempenho de outras tarefas que viessem a descaracterizar a sua função de doméstico. Não cabe, aqui, avalizar a coerência ou mesmo se é justo ou não o tratamento a esta categoria dispensado pela lei em vigor. Somente cabe repisar que as relações de trabalho são torneadas pela liberdade de contratação, pelo empregador, e de aceitação de suas condições, pelo empregado. Não se afigura sensata a postura do empregado que, no ato de sua contratação, aceita as condições de trabalho, as cumpre com decência no decorrer da relação empregatícia e, ao final, quando as essas condições se tornam suas adversas, vem bater às portas do Judiciário, requerendo reparação. Proc. 4569/02 - Ac. 3ª Turma 26609/02-PATR. Rel. Ana Maria de Vasconcellos. DOE 8/11/2002, p. 27

VINCULO EMPREGATÍCIO

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. A Cooperativa, em sua essência, visa à ajuda mútua de seus associados. O fornecimento de mão-de-obra, sob o manto de cooperativa de trabalhadores, está em desrespeito à lei trabalhista. No caso em tela, a prova dos autos demonstrou que o reclamante fora verdadeiro empregado da primeira reclamada, nos exatos termos do art. 3º Consolidado, sendo subordinado da ora recorrente, dela recebendo salário, executando trabalho não eventual. Proc. 26398/99 - Ac. SE 10731/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 53

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. A existência de anotação do contrato de trabalho faz prova contra o empregador, a quem compete produzir prova robusta de que o trabalhador era sócio da empresa. Ausente tal prova, até porque implicaria em ter-se por fraudulento o registro em CTPS, resta inequívoco o vínculo empregatício. Proc. 27133/99 - Ac. SE 10586/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 49

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. À falta de comprovação do elemento subordinação, inviável o reconhecimento do vínculo de emprego, revelando-se a atividade desenvolvida pela reclamante típica de vendedora ambulante autônoma. Proc. 26950/99 - Ac. SE 10697/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 52

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. A falta de prova robusta no sentido de ter o reclamante passado a ser sócio da empresa reclamada, aliada aos elementos probatórios em sentido contrário, faz presumir a fraude e a continuidade da relação de emprego. Proc. 32427/99 - Ac. SE 20344/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 13/5/2002, p. 117

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Admitindo o autor a prestação de serviços típico de empreitada, não há como se reconhecer o vínculo empregatício perseguido. Proc. 32549/99 - Ac. SE 11924/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 8/8/2002, p. 3

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Ante a falta de prova da subordinação jurídica, incensurável o não reconhecimento do vínculo de emprego. Proc. 27196/99 - Ac. SE 10877/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/3/2002, p. 58

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Celebrado contrato de trabalho temporário em conformidade com o disposto na Lei n. 6.019/74 não se reconhece o vínculo empregatício direto com o tomador de serviços. Recurso ordinário da reclamante a que se nega provimento, mantendo-se a sentença. Proc. 11898/00 - Ac. SE 25751/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 62

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Comprovada pela prova oral a prestação de serviços típico de empreitada, não há como se reconhecer o vínculo empregatício perseguido. Proc. 10875/00 - Ac. SE 11395/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 1/8/2002, p. 8

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Havendo elementos nos autos suficientes à livre formação de sua convicção, está o juiz autorizado a recusar a produção de outras provas, mormente se nada acrescentarem de novo ao feito. Se no próprio contrato de "representação comercial" constam todas as formas de subordinação do contratado ao contratante e exercendo o autor atividade precípua ao desiderato da empresa, correta a r. decisão que, afastando a condição de autônomo, reconheceu a existência de liame empregatício, devendo ser mantida por seus próprios fundamentos. Proc. 25664/99 - Ac. SE 10651/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 25/7/2002, p. 54

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Não há como ser reconhecido o vínculo empregatício doméstico quando não comprovados os requisitos da Lei n. 5.859/72. Proc. 13378/02 - Ac. 1ª Turma 29143/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 29/11/2002, p. 10

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Não sendo demonstrada qualquer irregularidade que pudesse viciar o contrato de trabalho firmado sob a égide da Lei n. 6.019/74, inviável a formação do vínculo empregatício com o reclamado, de modo que não há como reconhecer a garantia de emprego em face deste. Proc. 30314/99 - Ac. SE 14417/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 22/4/2002, p. 11

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. O contrato de trabalho é contrato-realidade, e o Juízo "a quo", através das provas dos autos, principalmente as orais, firmou sua convicção no sentindo de que, mesmo na qualidade de sócio, certo é que nunca deixou de ser empregado da reclamada, já que permaneceu recebendo ordens da TV a Cabo de Piracicaba Ltda. Proc. 11001/00 - Ac. SE 14230/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 5

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. O ônus da prova na Justiça Laboral, quando se nega o vínculo empregatício, compete ao autor. No caso em questão, realizada a instrução processual, não logrou êxito a reclamante em comprovar a suposta relação empregatícia, e ainda arrolou testemunha inidônea que prestou o falso testemunho. Proc. 39902/00 - Ac. SE 10959/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 18/3/2002, p. 61

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Patenteada a falta de subordinação, impossível o reconhecimento do vínculo de emprego. Proc. 26697/99 - Ac. SE 5051/02. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/2/2002, p. 21

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. Restando evidenciado da prova dos autos que a constituição de pessoa jurídica prestadora de serviços se deu apenas para atender os interesses do tomador e que também era executado trabalho atinente à sua atividade-fim, inclusive com caráter de exclusividade e mediante subordinação jurídica, resulta caracterizado o vínculo empregatício com a pessoa física do prestador. Proc. 28344/01 - Ac. 3ª Turma 22460/02. Rel. Ana Paula Pellegrina Lockmann. DOE 13/5/2002, p. 177

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALEGAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO. ÔNUS DA PROVA. A reclamada alegou a prestação de serviços pelo reclamante como autônomo, atraindo para si o ônus da prova (art. 818 da CLT, c/c art. 333, II, do CPC), do qual não se desincumbiu no decorrer da instrução processual, com relevo para a aplicação da pena de confissão, uma vez que a reclamada não compareceu à audiência de instrução para prestar depoimento. CONFISSÃO FICTA. LIMITES. Aplicada à reclamada a pena de confissão quanto à matéria fática trazida pelo autor, presumem-se verdadeiras todas as alegações constantes da peça exordial, quando não infirmadas por outra prova. Proc. 35950/01 - Ac. 1ª Turma 8679/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 11/7/2002, p. 6

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALEGAÇÃO DE TRABALHO AUTÔNOMO. ÔNUS DA PROVA. Ao alegar a prestação de serviços pelo reclamante na qualidade de autônomo, a reclamada atraiu para si o ônus da prova (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC), do qual não se desincumbiu, restando comprovado o

contrato de trabalho na forma tácita. Proc. 12369/02 - Ac. 1ª Turma 29025/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 29/11/2002, p. 6

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ALEGAÇÃO DE TRABALHO EVENTUAL. "BICO". ÔNUS DA PROVA. O reclamado alegou que o reclamante fazia a prestação de serviços eventuais, "bico", atraindo para si o ônus da prova (art. 818 da CLT c/c art. 333, II, do CPC), do qual não se desincumbiu no decorrer da instrução processual. Proc. 38494/01 - Ac. 1ª Turma 31794/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 254

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AQUISIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL. IMPOSSIBILIDADE. Inexistente o vínculo empregatício por restar comprovada a aquisição de representação comercial pelo reclamante: além de ser inconcebível que o autor continuasse a trabalhar por seis meses sem qualquer remuneração, o valor intitulado como salário na inicial, consideradas as dimensões da microempresa reclamada, se compatibiliza com o negócio jurídico descrito em contestação (aquisição da representação comercial). Proc. 38433/01 - Ac. 5ª Turma 1859/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 30

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE HABITUALIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Havendo prova de que a prestação de serviços se deu de forma eventual, esporádica, sem o requisito da habitualidade, indubitável a ausência de elemento indispensável para a caracterização do vínculo, o que obsta irremediavelmente a possibilidade de reconhecimento do pretendido vínculo de emprego. Proc. 12526/02 - Ac. 5ª Turma 15627/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 22/8/2002, p. 50

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE PESSOALIDADE. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. A prestação de serviços com o concurso de terceiros, afasta a pessoalidade, requisito essencial do contrato de trabalho. Proc. 14958/00 - Ac. 1ª Turma 3185/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE REQUISITOS LEGAIS. TRABALHADOR AUTÔNOMO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ARTS. 2º E 3º DA CLT. É necessária a presença dos requisitos legais constantes na CLT, em seus arts. 2º e 3º, para que fique caracterizado o vínculo empregatício. Ficando configurado que era o próprio autor quem estipulava o preço dos serviços contratados, bem como o valor de sua mão-de-obra, não há como se reconhecer o vínculo empregatício e consectários, porquanto caracterizado o trabalho autônomo e ausente a subordinação jurídica. Proc. 35525/01 - Ac. 5ª Turma 29461/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Sendo inequívoca a ausência de subordinação na relação havida entre as partes, impossível o reconhecimento do vínculo de emprego. Proc. 066/02 - Ac. 5ª Turma 1509/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. Se do depoimento do autor exsurge que não havia fiscalização ou direção dos serviços prestados pelo reclamante, ausente da relação mantida pelas partes a subordinação, elemento essencial para a configuração do contrato de trabalho. Proc. 11221/02 - Ac. 5ª Turma 7946/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/7/2002, p. 40

VINCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA E ECONÔMICA. TEORIA DA ATIVIDADE-FIM. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARTS. 2º E 3º DA CLT. Se deflui dos autos que não havia fiscalização ou direção dos serviços prestados pelo reclamante e que não era seu suposto empregador quem o remunerava, ausentes os elementos essenciais para a configuração do contrato de trabalho, a rigor dos arts. 2º e 3º da CLT. Como bem frisado pela r. sentença de 1º grau: "Se o Sr. Josué admitiu, transportou, supervisionou e remunerou os serviços do reclamante e, se o Sr. Josué não era empregado do Frigorífico, forçoso reconhecer que a relação havida entre o reclamante e o Frigorífico não preenche os requisitos necessários para caracterizar aquela relação como vínculo de emprego. O comércio de frangos vivos é objeto social de granjas, e não do frigorífico, cujo objeto social é o comércio de carne de frango, ao passo que o autor se ativava como catador de frangos vivos. A teoria da atividade-fim não socorre o obreiro". Proc. 37342/01 - Ac. 5ª Turma 17642/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ARTS. 2º E 3º DA CLT. Trabalho e subordinação (poder de direção por parte do empregador) constituem as duas expectativas básicas do empregador ao contratar um empregado, por ser impossível, em qualquer

regime econômico, viabilizar e desenvolver uma atividade produtiva, sem subordinar hierarquicamente a mão-de-obra nela utilizada. Ausentes os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, não há como se reconhecer o vínculo empregatício e seus consectários. Proc. 1314/00 - Ac. 5ª Turma 29451/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 180

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUSENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 2º E 3º DA CLT. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Para que reste caracterizada uma relação de trabalho subordinada, torna-se necessário que exerça o empregador não só os poderes de comando e de controle sobre as atividades do empregado, mas, também, o poder de aplicar penas disciplinares, no caso de inadimplemento de obrigação contratual por aquele. No presente caso, o reclamante confessou que, caso não cumprisse a meta de vendas 'ficava mal visto na empresa', não havendo nenhuma penalidade específica. Confessou, ainda, que procurava clientes por conta própria - fls. 27. Ou seja, trata-se de um trabalhador autônomo comissionado, que não tem direito às verbas relacionadas com o contrato de emprego pretendido. Ausentes os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, há que se manter a improcedência da ação quanto ao vínculo empregatício, porquanto não caracterizada a subordinação jurídica. Proc. 39335/00 - Ac. 5ª Turma 10142/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUTO-POSTO. "BICOS". LAVAGEM DE CARROS. GORJETAS. AUSÊNCIA DE SALÁRIO. Não se pode reconhecer vínculo de emprego numa relação em que, por três anos, o próprio autor confessou que não recebia salários, conformando-se com eventuais gorjetas que donos de carros lhe ofereciam quando lhes lavasse os veículos. À evidência, não poderia o autor contar com a efetividade desses "bicos", faltando, pois, na relação, a necessária onerosidade e conseqüente subordinação. Proc. 37878/00 - Ac. 5ª Turma 27188/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 110

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. AUTOR É SUBEMPREITEIRO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. Se da análise dos autos, em especial da prova oral, resta inequívoca a ausência de subordinação, elemento essencial à configuração do liame empregatício, bem como se, ao revés, os depoimentos colhidos demonstram a condição de subempreiteiro do autor (possuindo empregados a ele diretamente vinculados), patente que a prestação de serviços deste se deu nos moldes do Direito Civil, tornando-se impossível o reconhecimento do vínculo de emprego perseguido pelo reclamante. Proc. 36066/00 - Ac. 5ª Turma 7040/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 9

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CARACTERÍSTICAS. Presentes os requisitos da subordinação, pessoalidade e onerosidade, impõe-se o reconhecimento do vínculo empregatício, protegido pela legislação obreira. A falta de exclusividade na prestação dos serviços não descaracteriza o vínculo de emprego. MULTA RESCISÓRIA. CLT, ART. 477, § 8º. VERBAS RESCISÓRIAS LITIGIOSAS. NÃO CABIMENTO. A existência de litígio acerca da formação do vínculo de emprego retira a liqüidez e a certeza dos haveres rescisórios, afastando, assim, a possibilidade de aplicação da multa do § 8º, do art. 477, da CLT. Proc. 12755/00 - Ac. 1ª Turma 8656/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 61

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CARACTERIZAÇÃO. Restando comprovada a prestação de serviços habituais e de forma subordinada, impõe-se o conhecimento do vínculo empregatício protegido pela legislação obreira - art. 3º da CLT. Proc. 12329/00 - Ac. 1ª Turma 14895/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 26

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CARACTERIZAÇÃO. FRAUDE. REVENDA DE MERCADORIAS. A revenda de mercadoria, mediante documentação fiscal e controle do próprio empregador, com prestação semanal de contas exigida do trabalhador, retira deste último qualquer autonomia na execução dos serviços, evidenciando a prática fraudulenta, a pretensão de desvirtuar e impedir a aplicação do texto consolidado, por parte da reclamada, conduta que esbarra na nulidade preconizada pelo art. 9º da CLT. Proc. 13082/00 - Ac. 1ª Turma 2981/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 24

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CARACTERIZAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO. ATIVIDADE FIM. FRAUDE. A contratação de trabalhador por empresa interposta, para execução de serviços da atividade fim do empregador, caracteriza a fraude, justificando o reconhecimento do vínculo empregatício direto com o tomador dos serviços. Aplicação do art. 9º, da CLT, e Enunciado n. 331, inciso I, do C. TST. Proc. 15409/00 - Ac. 1ª Turma 8122/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 4/3/2002, p. 44

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CARACTERIZADO. O só fato de a reclamada reconhecer que efetuava pagamentos aos reclamantes a título de: horas rodoviárias (Súmula n. 90), DSRs, 13º salário, férias mais 1/3,

indenização FGTS etc., importa reconhecimento da existência de relação de emprego entre as partes litigantes, tendo em vista que tais verbas são devidas, apenas, em decorrência do vínculo empregatício. Proc. 5330/02 - Ac. 3ª Turma 12863/02-PATR. Rel. Luiz Carlos de Araújo. DOE 8/8/2002, p. 25

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONFIGURAÇÃO Comprovado pela prova testemunhal os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, inconteste se mostra o reconhecimento do vínculo empregatício. ART. 467/CLT. INCIDÊNCIA. A incidência do art. 467 da CLT é restrita à hipótese de não ser incontroversa a execução de trabalho sem a devida contraprestação. Proc. 27475/99 - Ac. SE 9402/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 18/7/2002, p. 7

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONSTRUTORA. INTERMEDIAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA. Empresa construtora, que através de sócio, contrata empreiteiro sem capacidade econômica, é responsável direta pelos encargos da contratação, em face da flagrante fraude à CLT, na utilização de "homem de palha" para sonegar direitos trabalhistas. Proc. 27011/02 - Ac. 1ª Turma 28182/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 22/11/2002, p. 11

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTRATO DE EMPREITA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 3º DA CLT. NÃO CONFIGURAÇÃO. Segundo a melhor doutrina, o ponto nodal para se discernir sobre a existência entre o contrato de empreita e o contrato laboral é aferir, sobretudo, a subordinação jurídica e a não eventualidade dos serviços prestados. Ausentes tais elementos definidores da qualidade de empregado (art. 3º, CLT), não há como se reconhecer a relação de emprego. Proc. 5573/00 - Ac. 2ª Turma 29134/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 15/7/2002, p. 171

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. CONTROVÉRSIA. IMPOSIÇÃO DE MULTA DECORRENTE DO ATRASO NO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS. NÃO CABIMENTO. Havendo controvérsia quanto ao relacionamento jurídico havido entre os litigantes, inaplicável a multa estipulada pelo § 8º, do art. 477, da CLT. Proc. 36679/01 - Ac. 5ª Turma 1527/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERADO X INDÚSTRIA DE SUCO. IMPOSSIBILIDADE. A par de a colheita de laranja não constituir finalidade da indústria de suco, cujo objetivo é a transformação da matéria-prima, não houve prova de que esta tivesse contratado a Cooperativa-ré. Procedeu, sim, à aquisição de frutas através do sistema "fruta posta na porta da fábrica", em que o produtor rural vende os frutos, com a responsabilidade de colheita e entrega na unidade fabril, sistemática que dispensa quaisquer relações comerciais e/ou contratuais entre a indústria de suco e a Cooperativa. Proc. 35709/01 - Ac. 5ª Turma 29514/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 182

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERADO. IMPOSSIBILIDADE. Não se pode reconhecer o propalado vínculo de emprego, pois, a par de o reclamante ser cooperado e de não ter havido prova alguma que confirmasse a subordinação ou o local da prestação de serviços, restou cabalmente demonstrado que sua contratação foi perpetrada por terceiros estranhos à lide, que arrendaram a propriedade do primeiro reclamado. Proc. 1320/01 - Ac. 5ª Turma 29628/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 186

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERATIVA. É possível a formação do vínculo empregatício entre o sócio-cooperado e a respectiva cooperativa quando, desvirtuado o escopo do art. 442 da CLT, reconhecer-se na relação os elementos caracterizadores descritos pelo art. 3º do mesmo diploma legal. Proc. 11467/02 - Ac. 5ª Turma 31670/02-PATR. Rel. Nildemar da Silva Ramos. DOE 10/1/2003, p. 95

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. COOPERATIVADO.. IMPOSSIBILIDADE. A par de esta Relatora rechaçar veementemente a existência de vínculo de emprego entre o cooperado e a cooperativa ou a tomadora de serviços, não houve, nos presentes autos, nenhuma prova de que a prestação de serviços do reclamante tenha se revertido em favor da indústria-ré, uma vez que o autor sequer especificou em quais propriedades teria laborado, restringindo-se o conjunto probatório à prova emprestada, cuja aplicabilidade se demonstra indiscutivelmente limitada. Ademais, a expressa desistência da ação com relação à cooperativa impossibilita a declaração de fraude em sua constituição e a conseqüente declaração de vínculo com a suposta tomadora. Permanece íntegra a r. decisão combatida. Proc. 38324/00 - Ac. 5ª Turma 10135/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 34

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DIARISTA. A discussão sobre a continuidade da prestação de serviços somente tem lugar quando figurar no pólo passivo um empregador doméstico. Se o trabalho é prestado fora do

âmbito residencial, ainda que apenas em um ou dois dias da semana, o vínculo de emprego existe e deve ser reconhecido. Proc. 8987/00 - Ac. 3ª Turma 23742/02. Rel. Renato Henry Sant´Anna. DOE 13/5/2002, p. 218

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DIARISTA. CARACTERIZAÇÃO. TRABALHADOR URBANO. A prestação de serviços, em alguns dias da semana, apenas, não desnatura o vínculo empregatício, uma vez que tal situação decorre das necessidades do próprio empregador, que dita as condições de como, quando e onde os serviços serão executados. Proc. 15414/00 - Ac. 1ª Turma 4140/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 64

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DOMÉSTICA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. O conceito de trabalhador doméstico nos é dado pelo art. 1º da Lei n. 5.859/72, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas. Nesse passo, prevalece este conceito sobre a legislação ordinária, dado o princípio da especialidade. Assim, a questão central reside sobre o "modus operandi" de realização da prestação do trabalho, envolvendo o conceito restrito de "continuidade" previsto na lei especial. O trabalho, a bem da verdade, prestado de forma descontinuada não é capaz de induzir o vínculo empregatício, mormente na condição profissional de empregado doméstico. Proc. 23650/02 - Ac. 2ª Turma 23829/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 17/10/2002, p. 14

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DOMÉSTICO. Configura-se o vínculo empregatício doméstico quando presentes os requisitos do art. 1º da Lei n. 5.859/72. Proc. 14337/02 - Ac. 1ª Turma 31235/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 10/1/2003, p. 62

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. DONO DA OBRA. CONTRATO DE EMPREITA. CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. Segundo a melhor doutrina, o ponto nodal para se discernir sobre a existência entre o contrato de empreita e o contrato laboral é aferir, sobretudo, a subordinação jurídica e a não eventualidade dos serviços prestados. Ausentes tais elementos definidores da qualidade de empregado (art. 3º, CLT), não há como se reconhecer a relação de emprego, mormente quando o dono da obra não exerce a atividade permanente de construção, como é o caso do contrato de empreitada para a construção ou reforma de imóvel residencial. Inteligência da Lei n. 2.959/56. Proc. 3721/00 - Ac. 2ª Turma 3556/02. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 28/1/2002, p. 45

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. EMPREGADA DOMÉSTICA. SÍTIO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. Restando provado que apenas o esposo da reclamante era quem prestava serviços ao reclamado, como parceiro na criação de porcos, não há como acolher o pretendido vínculo empregatício com a mesma. Proc. 39403/00 - Ac. 5ª Turma 10145/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/3/2002, p. 35

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. EMPRESA DE ECONOMIA MISTA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS. Incogitável o reconhecimento de vínculo empregatício com empresa de economia mista, mesmo que a contratação tenha sido irregular, por empresa interposta, em face da exigência constitucional de realização de concurso público (Enunciado n. 331, II, TST e art. 37, II, da CF). MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELA SENTENÇA. PRECLUSÃO. Preclusa a argüição, em recurso ordinário, de matéria não examinada pela sentença, sem interposição de embargos declaratórios. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADVOGADO PARTICULAR. INDEVIDOS. O reclamante não está representado pelo sindicato da categoria, mas sim por advogado particular. Assim, por não preenchidos os requisitos da Lei n. 5.584/70, em seu art. 14, § 1º, não há como deferir o pagamento da verba honorária advocatícia. Nesse sentido o 8º Tema da jurisprudência dominante deste Tribunal. Proc. 9202/00 - Ac. 1ª Turma 31745/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 252

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FATO CONSTITUTIVO COMPLEXO. CONTRAPROVA OU PROVA CONTRÁRIA. O fato constitutivo do direito ao reconhecimento de vínculo empregatício é fato constitutivo complexo, traduzido pela situação fática de trabalho pessoalmente prestado, não eventual, mediante remuneração e de forma subordinada. A defesa que admite a prestação de serviços sem subordinação ou de maneira eventual ou ainda sem a pessoalidade na prestação cotidiana - ou ainda com outra natureza, como por exemplo a associação de profissionais, dividindo os ganhos e as despesas, como no caso dos autos - não está aduzindo fato modificativo, impeditivo ou extintivo ao direito do autor, mas sim deduzindo outros fatos que, sendo incompatíveis com aqueles alegados na peça vestibular, servem para provar direta ou indiretamente a inexistência dos fatos constitutivos da relação empregatícia. Trata-se de técnica defensiva denominada contraprova ou prova contrária, que ainda pode ser exercitada com a simples negação, pelo réu, da existência dos fatos constitutivos alegados pelo autor. Essa forma de resistência não deve ser confundida com a exceção em sentido lato, pela qual o réu reconhece a existência dos fatos constitutivos alegados pelo autor, mas procura

elidi-los com a afirmação de outros fatos que, por lei, tenham a força de impedir a constituição do seu direito (fatos impeditivos e modificativos) ou de extinguir-lhes os efeitos (fatos extintivos). Assim agindo o reclamado, o encargo de provar os fatos constitutivos pertinentes ao pacto laboral perseguido pela reclamante com ela permaneceu (CLT, art. 818 e CPC, art. 333). Não logrando demonstrá-los, os pleitos da exordial não podem ser acolhidos. Proc. 11507/99 - Ac. 4ª Turma 121/02-PATR. Rel. I. Renato Buratto. DOE 9/5/2002, p. 19

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FAXINA EVENTUAL EM CHÁCARA. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ARTS. 2º E 3º DA CLT. O único empregado do reclamado, na verdade, era o marido da reclamante, enquanto esta, esporadicamente e sem qualquer tipo de subordinação, realizava as faxinas, quando necessárias. Trabalho e subordinação (poder de direção por parte do empregador) constituem as duas expectativas básicas do empregador ao contratar um empregado, por ser impossível, em qualquer regime econômico, viabilizar e desenvolver uma atividade produtiva, sem subordinar hierarquicamente a mão-de-obra nela utilizada. Ausentes os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, não há como se reconhecer o vínculo empregatício e seus consectários. Proc. 35632/01 - Ac. 5ª Turma 1505/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 40

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FAXINEIRA. Sendo inequívoco nos autos que a reclamante ativava-se como diarista, realizando faxinas uma vez por semana para a reclamada, impossível o reconhecimento do vínculo de emprego pretendido. Com efeito, o art. 1º, da Lei n. 5.859/72, expressamente dispõe que: "Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, aplica-se o disposto nesta lei." Assim, se a atividade desenvolvida pela demandante junto à ré caracteriza-se pela intermitência e descontinuídade, configura-se a autora como mera prestadora de serviços. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SOLIDARIEADADE DO ADVOGADO. ART. 32 DO ESTATUTO DO ADVOGADO. A litigância de má-fé restou configurada na peça inaugural e nas razões recursais que afirmaram tempo de serviço superior a dez anos àquele efetivamente prestado pela reclamante, que confessou o tempo correto, quando ouvida em audiência. Estabelece-se a solidariedade do advogado, nos termos do art. 32 do Estatuto do Advogado, vez que evidente que essa aleivosia foi da lavra de tal profissional. Proc. 39660/00 - Ac. 5ª Turma 7024/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

VINCULO EMPREGATÍCIO. FAXINEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. OCORRÊNCIA. DESINCUMBÊNCIA. Em que pese tenha havido a inversão do ônus da prova, pela admissão da prestação de serviços de faxina da autora pela reclamada, a tese defensória restou comprovada, no sentido da forma autônoma dessa relação, em face da sua eventualidade e ausência de subordinação, não se configurando as hipóteses ensejadoras da relação de emprego, nos termos dos arts. 2º e 3º da CLT. Proc. 12644/02 - Ac. 5ª Turma 17622/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 18

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. FAXINEIRA. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. OCORRÊNCIA. DESINCUMBÊNCIA. Em que pese tenha havido a inversão do ônus da prova, pela admissão da prestação de serviços de faxina da autora pela reclamada, a tese defensória restou comprovada, no sentido da forma autônoma dessa relação, face a sua eventualidade e ausência de subordinação. Proc. 36719/00 - Ac. 5ª Turma 5564/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. GRUPO ECONÔMICO. CONTRATO ÚNICO. A prestação de serviços concomitantemente para empresas do mesmo grupo econômico hão gera contratos de trabalho distintos, havendo um único contrato, conforme pactuado entre empregado e empregador - Enunciado n. 129 do C. TST. Proc. 14927/00 - Ac. 1ª Turma 4135/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. GUARDA MIRIM. IMPOSSIBILIDADE. É notório o cunho social do projeto desenvolvido pela Guarda Mirim de diversos municípios, que objetiva primordialmente dar uma oportunidade a menores oriundos de famílias de baixa renda, para que estes se especializem em algum tipo de serviço, afastando-os da ociosidade. Nestes termos, ausentes os requisitos para a configuração da relação de emprego, nos moldes do art. 3º da CLT, mormente porque o trabalho desenvolvido nestas circunstâncias representa atividade sócio-educativa e não trabalho subordinado. As empresas colaboradoras, por sua vez, contribuem com o aumento dos recursos financeiros ao menor, viabilizando seu ingresso no mercado de trabalho. Proc. 461/00 - Ac. 5ª Turma 29627/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 15/7/2002, p. 185

VINCULO EMPREGATÍCIO. GUARDA MUNICIPAL. SERVIÇO EVENTUAL PARA PARTICULARES. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Sendo inequívoco nos autos que as reclamadas

não possuíam o poder de comando sobre o autor (um guarda municipal), uma vez que não determinavam os procedimentos a serem adotados, bem como não exerciam sobre ele o poder disciplinar quando não pudesse comparecer ao serviço, patente a eventualidade do serviço prestado e impossível o reconhecimento do liame perseguido, por ausente da relação mantida entre as partes a subordinação, elemento essencial à configuração do contrato de emprego. Proc. 8803/99 - Ac. 5ª Turma 17641/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 5/9/2002, p. 19

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. HABITUALIDADE. TRABALHO EM FINAIS DE SEMANA. CARACTERIZAÇÃO. O trabalho permanente, ainda que em um único dia da semana, mas atendendo às peculiaridades da atividade fim do empregador, que assim o exige, justifica o vínculo empregatício, posto que atendidos os pressupostos do art. 3º da CLT. Proc. 14949/00 - Ac. 1ª Turma 3184/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. IMÓVEL RESIDENCIAL. DONO DA OBRA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O dono da obra de imóvel residencial não se caracteriza como empregador, diante da ausência da atividade econômica, exigida pela definição do art. 2º da CLT. Proc. 14995/00 - Ac. 1ª Turma 3189/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 32

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INEXISTÊNCIA. "CHAPA". Ativando-se o autor nos descarregamentos de vários caminhões, com prestação de serviços a diversos tomadores ao mesmo tempo, função esta tipicamente de "chapa" (modalidade de trabalhador avulso), não há como se reconhecer o vínculo empregatício pretendido. Proc. 9334/00 - Ac. SE 22355/02-PATR. Rel. Maria Cecília Fernandes Álvares Leite. DOE 10/10/2002, p. 4

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INEXISTÊNCIA. OBRAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL. LIBERDADE PARA ACEITAR O TRABALHO. Se o trabalhador presta serviços ao reclamado apenas quando este necessita de mão-de-obra para execução de determinada empreita da construção civil, estando livre para aceitar ou não o trabalho e podendo ausentar-se ao serviço sem qualquer punição resta caracterizada a autonomia no desenvolvimento dos serviços prestados, não havendo que se cogitar em relação de emprego. Proc. 14644/00 - Ac. 1ª Turma 9019/02. Rel. Lorival Ferreira dos Santos. DOE 4/3/2002, p. 73

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ÔNUS DA PROVA. Negada a prestação de serviços, pela reclamada, no período declinado pelo autor, a este cabe o ônus da prova, por ser fato constitutivo de seu direito, do qual, na hipótese, desincumbiu-se satisfatoriamente. Proc. 1133/98 - Ac. 1ª Turma 31805/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 15/7/2002, p. 255

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INTERMEDIAÇÃO DE COOPERATIVA. ATIVIDADE FIM. RELAÇÃO DE EMPREGO DIRETA COM O TOMADOR DE SERVIÇOS. A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal (Enunciado n. 331 do TST), mesmo que essa empresa utilize o nome de cooperativa. Intolerável a terceirização de mão-de-obra para a atividade-fim da empresa tomadora, que é responsável por todos os ônus da contratação. A relação de emprego é direta com o tomador dos serviços. Proc. 6172/02 - Ac. 1ª Turma 21354/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 3/10/2002, p. 5

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. INVENTARIANTE. IMPOSSIBILIDADE. Impossível o reconhecimento de liame empregatício entre o inventariante e o empregado do espólio. O fato de o representante processual do espólio ter, anteriormente à sua morte, prestado assistência ao "de cujus", administrando suas receitas e controlando suas despesas, não tem o condão de fazer presumir o vínculo de emprego consigo. Proc. 38468/00 - Ac. 5ª Turma 1483/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 38

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. MISSIONÁRIO. A venda de livros que tem por objetivo único a ação missionária não induz o reconhecimento do vínculo empregatício, na medida em que não há nas partes o intuito de contratar, mas a de propagar a fé. Proc. 3268/97 - Ac. 2ª Turma 4680/02-PATR. Rel. Ismênia Diniz da Costa. DOE 13/6/2002, p. 19

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO DO PODER DE DIREÇÃO E DISCIPLINAR POR PARTE DO CONTRATANTE. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ARTS. 2º E 3º DA CLT. A subordinação jurídica exigida pelo Direito Brasileiro para caracterização do contrato de emprego, implica na existência efetiva da direção e comando da força do trabalho nas mãos do empregador, no controle do cumprimento do trabalho, no exercício da disciplina na hipótese de descumprimento

da obrigação contratualmente assumida. Ausente a subordinação jurídica, elemento caracterizador da relação de trabalho, e, por conseguinte, não preenchidos os requisitos dos arts. 2º e 3º da CLT, afasta-se o vínculo empregatício pretendido. Proc. 38641/01 - Ac. 5ª Turma 1491/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO COMPROVADO. INEXISTÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO E PESSOALIDADE. Incogitável o vínculo de emprego, porque inexistentes a subordinação e a pessoalidade, requisitos do art. 3º da CLT. Proc. 23797/02 - Ac. 1ª Turma 27328/02-PATR. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 14/11/2002, p. 13

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO RECONHECIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS RECONHECIDO EM GRAU DE RECURSO. APLICABILIDADE DOS ARTS. 512 E 515, §§ 1º E 2º, DO CPC. É induvidoso que a sentença, que não reconhece a relação de emprego e julga a reclamatória improcedente, é de mérito, conforme art. 269, inciso I, do CPC. Logo, afastada a tese de inexistência da relação de emprego em sede de recurso ordinário, desde que o processo apresente condições para uma decisão definitiva, o efeito devolutivo em profundidade enseja, desde logo, a substituição integral da sentença recorrida, a teor do art. 512, também do CPC, ainda que importe no exame de questões de mérito não apreciadas e decididas pelo juiz de origem, consoante art. 515, §§ 1º e 2º, do CPC, até porque o princípio do duplo grau de jurisdição, de acordo com a melhor doutrina, somente exige que o mérito da causa possa ser apreciado e julgado duas vezes por juízes distintos, mas não significando que cada uma das questões suscitadas e discutidas sejam apreciadas e decididas duas vezes por juízes diversos. Proc. 31270/99 - Ac. SE 20327/02. Rel. Samuel Corrêa Leite. DOE 13/5/2002, p. 116

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NÃO RECONHECIMENTO. Inexistindo nos autos elementos convincentes da relação de emprego alegada pelo autor, não há como reconhecer o vínculo de emprego por ele buscado. Proc. 26982/99 - Ac. SE 25892/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 15/7/2002, p. 66

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NECESSIDADE DE PROVA ROBUSTA. Tendo a reclamada refutado devidamente a pretensão obreira, ao autor cabia o ônus de provar suas assertivas (arts. 818, da CLT e 333, inciso I, do CPC), o que não fez. Sua primeira prova testemunhal foi frágil, com informações imprecisas e contraditórias, evidenciando o intuito de beneficiar o reclamante. Já a segunda bateu na mesma tecla já reconhecida pela reclamada, não esclarecendo a questão. Resta improcedente a reclamatória. Proc. 34813/00 - Ac. 5ª Turma 1269/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. NECESSIDADE DO PRESSUPOSTO DENOMINADO "SUBORDINAÇÃO JURÍDICA". CONFIGURAÇÃO. Na sociedade moderna, distinguem-se dois ramos de atividades ligadas à prestação de trabalho: trabalho subordinado e autônomo. O contrato individual de trabalho caracteriza-se pela subordinação jurídica, entendida como tal aquela resultante de um contrato, limitada ao âmbito de execução do trabalho ajustado; conduz ela ao caráter fiduciário da avença e é fonte de direitos e deveres dos contratantes. A dependência pessoal pode variar de grau, mas, de qualquer modo, estará sempre presente o direito do empregador de dar ordens ao empregado, cabendo a este cumpri-las, desde que legítimas. A subordinação é conseqüência do direito de o empregador poder definir, no curso da relação empregatícia, o conteúdo de cada prestação laboral, já que é ele detentor dos meios de produção. Existente tal condição, improcede o apelo. Proc. 8751/02 - Ac. 2ª Turma 21244/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 26/9/2002, p. 105

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS PROBATÓRIO. O empregador, alegando que a prestação dos serviços ocorria de forma autônoma, atrai para si o ônus probatório - arts. 818 da CLT e 333, inciso II, do CPC. Proc. 14516/00 - Ac. 1ª Turma 3171/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS PROBATÓRIO. O empregador, ao admitir a prestação de serviços, atrai para si o ônus probatório do fato impeditivo da relação empregatícia protegida pela legislação obreira - CLT, art. 818, e CPC, art. 333, inciso II. Não tendo sido caracterizada a eventualidade na prestação dos serviços, emerge, como certa, a relação de emprego. Proc. 13832/00 - Ac. 1ª Turma 4125/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS PROBATÓRIO. O empregador, reconhecendo a prestação dos serviços, assume o ônus probatório dos fatos impeditivos da relação empregatícia - arts. 818 da CLT e 333, inciso II, do CPC. Proc. 14906/00 - Ac. 1ª Turma 4134/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 63

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS PROBATÓRIO Quando o empregador reconhece a prestação dos serviços e qualifica o trabalhador como autônomo, opõe fato impeditivo ao reconhecimento do vínculo empregatício, atraindo para si o ônus probatório - art. 333, inciso II, do CPC. "In casu", a recorrente, ao negar a relação de emprego, mas admitindo a prestação laboral a outro título, atraiu para si o "onus probandi", e desse não se desincumbiu, aliás, só trouxe aos autos elementos que comprovaram de forma inequívoca a relação de emprego entre as partes. Proc. 25633/99 - Ac. SE 14269/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 6

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. ÔNUS PROBATÓRIO. FATO IMPEDITIVO. É do empregador o ônus probatório do fato impeditivo ao reconhecimento do vínculo empregatício. Proc. 14785/00 - Ac. 1ª Turma 3180/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 31

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA. PROVA. A alegação de existência de sociedade comercial atrai para o empregador o ônus probatório - arts. 818 da CLT e 333, inciso II, do CPC -, sendo necessária a exibição de prova robusta e cabal da "affectio societatis", para afastar a relação de emprego protegida pela legislação obreira. Proc. 13567/00 - Ac. 1ª Turma 3015/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 25

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PASTOR EVANGÉLICO. Ministério autêntico, não havendo atividade promocional de venda de salvação; vínculo inexistente. Proc. 26137/01 - Ac. 3ª Turma 23668/02. Rel. Gerson Lacerda Pistori. DOE 13/5/2002, p. 215

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PEDIDO Uma vez invocado o trabalho autônomo, na defesa, a existência, ou não, de vínculo empregatício deve ser examinada na sentença, como questão prejudicial, independentemente da existência de pedido expresso nesse sentido. Proc. 26367/01 - Ac. 2ª Turma 12997/02. Rel. Paulo de Tarso Salomão. DOE 8/4/2002, p. 42

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NEGADA. ÔNUS DA PROVA. Negada a prestação de serviços pela reclamada, e tendo se desvencilhado satisfatoriamente do ônus da prova, caberia ao autor a comprovação dos fatos alegados, por ser fato constitutivo de seu direito, da qual, na hipótese, não se desincumbiu. Proc. 36252/00 - Ac. 1ª Turma 16719/02. Rel. Antônio Miguel Pereira. DOE 13/5/2002, p. 2

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TERCEIRO. O vínculo empregatício é de ser reconhecido contra quem diretamente contratou e assalariou os serviços prestados pelo trabalhador, salvo se alegada e comprovada a fraude. A ausência do real empregador, no pólo passivo da lide, impõe a extinção do processo, sem exame do mérito. Proc. 13863/00 - Ac. 1ª Turma 4170/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 65

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PROVA. ADMISSÃO, PELO RECLAMADO, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. RECONHECIMENTO. Na processualística moderna, compete às partes expor, de forma clara e precisa, as circunstâncias fáticas que lhes sejam favoráveis e, em havendo resistência adversária, distribui-se o ônus da prova segundo a titularidade da alegação: ao autor, quanto aos fatos constitutivos do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do demandante (exegese dos arts. 818 da CLT e 333 do CPC). Asseverando o réu ter se beneficiado dos serviços do reclamante, àquele compete provar que o trabalho não era habitual ou se revestia de natureza diversa da empregatícia, posto constituírem-se em fatos impeditivos do direito almejado. Proc. 33901/01 - Ac. 2ª Turma 1435/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 16/5/2002, p. 21

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. PROVA. ADMISSÃO, PELO RECLAMADO, DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. NEGATIVA DA HABITUALIDADE LABORAL. INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. RECONHECIMENTO. Na processualística moderna, compete às partes expor, de forma clara e precisa, as circunstâncias fáticas que lhes sejam favoráveis e, em havendo resistência adversária, distribui-se o ônus da prova segundo a titularidade da alegação: ao autor, quanto aos fatos constitutivos do seu direito; ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do demandante (exegese dos arts. 818 da CLT e art. 333 do CPC). Asseverando o réu ter se beneficiado dos serviços do reclamante, àquele compete provar que o trabalho não era habitual ou se revestia de natureza diversa da empregatícia, posto constituírem-se em fatos impeditivos do direito almejado. Proc. 24670/02 - Ac. 2ª Turma 25726/02-PATR. Rel. Luís Carlos Cândido Martins Sotero da Silva. DOE 31/10/2002, p. 12

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO. A Casa do Pequeno Trabalhador (art. 2º do Estatuto da Casa) tem por finalidade atender menores carentes de ambos os sexos na faixa etária de 07 a 17 anos, em regime de semi-internato, auxiliando-os na formação moral e profissional, através de convênio com empresas

da cidade e/ou região. "In casu", verifica-se que, além de ter encaminhado a adolescente, à Casa do Pequeno Trabalhador repassava-lhe o valor pago pela UNIMED, por conta dos serviços prestados, havendo simples intermediação de salário. Deve, pois, ser reconhecido que a obreira prestou serviços mediante subordinação direta, de forma pessoal, onerosa e habitual, estando presentes todos os requisitos do art. 3º Consolidado. Proc. 11177/00 - Ac. SE 14288/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/4/2002, p. 7

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. RECONHECIMENTO. Para a caracterização do vínculo empregatício, o reclamante deve fazer prova robusta de todos os requisitos necessários do art. 3º da CLT, quais sejam: pessoalidade, alteridade, não eventualidade, onerosidade e subordinação eis que o reconhecimento nesta Especializada abrange não apenas direitos de natureza trabalhista mas também previdenciária. Proc. 25071/00 - Ac. 4ª Turma 7148/02. Rel. Laurival Ribeiro da Silva Filho. DOE 4/3/2002, p. 12

VÍNCULOEMPREGATÍCIO.RECONHECIMENTO.REPRESENTANTECOMERCIAL.IMPOSSIBILIDADE. A par de a documentação acostada indicar que a relação de trabalho em apreço se desenvolveu nos estritos termos da Lei n. 4.886/65, também a prova oral indica a veracidade da tese defensória. A propalada exclusividade de vendas de produtos da reclamada, ao contrário do que possa parecer, não tem o condão de estabelecer o vínculo, sobretudo porque há previsão legal específica autorizando tal prática (art. 27 da citada Lei n. 4.886/65). A representação era exercida com absoluta autonomia e liberdade, sem qualquer obrigatoriedade de produtividade mínima e sem fiscalização ou direção efetiva dos trabalhos do recorrente por parte da recorrida. Proc. 38624/00 - Ac. 5ª Turma 5440/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 33

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REFORMA DE IMÓVEL. INSTALAÇÃO ELÉTRICA. NÃO OCORRÊNCIA. Evidente que a realização de serviços de instalação elétrica em reforma de imóvel se desenvolve em caráter de empreitada, não sendo cabível o reconhecimento de vinculação empregatícia entre o proprietário e o prestador do serviço. Proc. 38538/01 - Ac. 5ª Turma 1487/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 16/5/2002, p. 39

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REPRESENTANTE COMERCIAL. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO JURÍDICA. IMPROCEDÊNCIA. LEI N. 4.886/65. Tendo as provas dos autos demonstrado inequivocamente que a relação de trabalho entre as partes ocorreu de forma autônoma, nos termos da Lei n. 4.886/65 e, havendo especialmente pactuação formal nesse sentido, não há se falar em vínculo empregatício, por ausência de subordinação jurídica. Proc. 37143/00 - Ac. 5ª Turma 5555/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 18/2/2002, p. 37

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. REPRESENTANTE COMERCIAL. FRAUDE. Estando comprovado que, sem solução de continuidade, permaneceu o empregado nas mesmas funções de vendedor, embora sob o novo rótulo de representante comercial autônomo, tem-se por caracterizada a fraude no sentido de burlar a aplicação da legislação trabalhista, restando inequívoca a relação de emprego. Proc. 32050/99 - Ac. SE 28120/02. Rel. Desig. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 1/8/2002, p. 9

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS EM POSTO DE COMBUSTÍVEL E DERIVADOS. TERCEIRIZAÇÃO. VEDAÇÃO. NORMA COLETIVA. É proibida a terceirização de mão-de-obra de lavagem de veículos no âmbito dos postos de serviços de combustíveis e derivados de petróleo quando há expressa vedação em norma coletiva, formando-se o vínculo empregatício diretamente com o tomador dos serviços. Proc. 11528/02 - Ac. 1ª Turma 27407/02-PATR. Rel. Eduardo Benedito de Oliveira Zanella. DOE 14/11/2002, p. 15

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SOCIEDADE. PARCERIA URBANA. DIVISÃO DE DESPESAS E DE LUCROS. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DOS ARTS. 2º E 3º DA CLT. IMPROCEDÊNCIA. Indispensável para a configuração do vínculo de emprego a comprovação da subordinação do empregado ao empregador, o que inocorre quando existe um contrato em que as partes litigantes figuram como sócias no empreendimento, através do qual ambas ganham (50% cada) com a venda do que era produzido pelo reclamante, no estabelecimento do reclamado, dividindo também as despesas. Aliás, carece de fundamento a alegação de que o contrato de parceria só seria válido no meio rural, pois é modalidade também muito difundida na área urbana. Proc. 37493/00 - Ac. 5ª Turma 9846/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 80

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. SUBORDINAÇÃO. AUSÊNCIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO. A subordinação jurídica é da essência do objeto do contrato de trabalho, onde de destaca de modo mais acentuado. "In casu", a prova produzida nos autos revela que o autor não foi empregado do reclamado, mas, tão-somente, seu parceiro, não havendo que se falar em reconhecimento de vínculo empregatício. Proc. 31807/99 - Ac. SE 2187/02. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 14/1/2002, p. 71

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHADOR AVULSO. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE EMPREGO. Não enseja formação de vínculo empregatício entre o trabalhador avulso e as empresas tomadoras de serviços, nem com a entidade sindical que coordena o atendimento ao pedido de mão-de-obra e o encaminha para a execução de tarefas que lhe são peculiares. No caso em tela, restou provado que o recorrente realizou trabalho esporádico de carga e descarga de mercadorias, através de seu Sindicato, o que lhe valeu a condição de "avulso". Proc. 28216/99 - Ac. SE 14594/02-PATR. Rel. Carlos Alberto Moreira Xavier. DOE 22/8/2002, p. 10

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHADOR AVULSO E TOMADORA DOS SERVIÇOS. INTERMEDIAÇÃO DO SINDICATO PROFISSIONAL. DESVIRTUAMENTO. Ativando-se o reclamante na quebra de piso para a tomadora de seus serviços, além de efetuar trabalho de carga e descarga de mercadorias, vê-se que não era um avulso. Resta patente a subordinação do mesmo a recorrente com o conseqüente reconhecimento do vínculo empregatício. Proc. 34843/00 - Ac. 5ª Turma 1271/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 14/1/2002, p. 42

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHADORA AUTÔNOMA. PSICÓLOGA. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DOS ARTS. 2º E 3º DA CLT. Indispensável para a configuração do vínculo de emprego a comprovação da subordinação do empregado ao empregador. A reclamante, psicóloga, era profissional liberal, não estando obrigada às disposições de quem quer que fosse por parte da reclamada, para consecução de seus misteres; atendia em seu próprio consultório, sendo eventual seu atendimento nas dependências da demandada. Proc. 35376/00 - Ac. 5ª Turma 7036/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 8

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE SUBORDINAÇÃO. Se as testemunhas afirmaram que não havia controle da jornada, sendo os horários estabelecidos pelo próprio reclamante; que a prestação dos serviços não era dirigida ou fiscalizada pelo reclamado (que comparecia à fazenda cerca de duas vezes por semana e tão-somente determinava o que havia para fazer); e que o recorrente não era passível de punição, não há que se falar em relação de emprego, pois evidente que as partes mantiveram um contrato de prestação de serviços, nos moldes do Direito Civil. Proc. 38177/00 - Ac. 5ª Turma 6929/02. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 4/3/2002, p. 5

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO AUTÔNOMO. FRAUDE. CARACTERIZAÇÃO. A contratação do trabalhador, sob a roupagem de "autônomo", esbarra na nulidade prevista pelo art. 9º da CLT, mormente quando presentes os requisitos da subordinação, pessoalidade e do cumprimento de horário fixo de trabalho. Proc. 15750/00 - Ac. 1ª Turma 14915/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 22/4/2002, p. 27

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO DOMÉSTICO. DIARISTA. NÃO-CARACTERIZAÇÃO. O trabalho doméstico, à semelhança do verificado na relação de emprego, urbano ou rural, requer a inserção do trabalhador, no contexto diário, no âmbito residencial da reclamada, de forma fixa e contínua. Proc. 27854/00 - Ac. 1ª Turma 11907/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 8/4/2002, p. 10

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO DOMÉSTICO. SOPESAMENTO DAS PROVAS. Envolvendo a discussão trabalho doméstico, impõe-se ao julgador uma postura particular quanto às provas produzidas, pois, em face de suas especificidades, tal relação de trabalho se dá no âmbito familiar, cuja intimidade dificulta o conhecimento dos fatos por terceiros, limitando-o às partes diretamente envolvidas na controvérsia. Tal contexto impõe a busca da verdade em todo o conjunto probatório, com o sopesamento de todos os elementos colhidos e a aplicação do princípio da igualdade das partes em matéria de ônus da prova. Proc. 36717/01 - Ac. 5ª Turma 1540/02-PATR. Rel. Olga Aida Joaquim Gomieri. DOE 23/5/2002, p. 41

VINCULO EMPREGATÍCIO. TRABALHO TEMPORÁRIO. TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM. A contratação de trabalhadores temporários só é válida nos casos de substituição de pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviço, observados os requisitos formais contidos na Lei n. 6.019/74. Havendo terceirização de atividade-fim do tomador de serviços, caracteriza-se a fraude à legislação trabalhista. Proc. 9200/02 - Ac. 1ª Turma 5122/02-PATR. Rel. Fernando da Silva Borges. DOE 20/6/2002, p. 2

VÍNCULO EMPREGATÍCIO. VIGILANTE. CARACTERIZAÇÃO. Comprovado o trabalho subordinado, ainda que intermitente a prestação dos serviços, mas de forma habitual para atender as atividades fins do empreendimento (danceteria), o vínculo empregatício resta caracterizado, por não se tratar de trabalho eventual. Proc. 13621/00 - Ac. 1ª Turma 3057/02. Rel. Luiz Antonio Lazarim. DOE 28/1/2002, p. 27